Município de Capanema - PR

PORTARIA Nº 7.537, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2019.

Nomeia Comissão Permanente de Abertura e Julgamento de Licitações.

O Prefeito do Município de Capanema, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º Nomear as pessoas abaixo relacionadas, sob a presidência da primeira, para constituírem a ***Comissão Permanente de Abertura e Julgamento de Licitações***, realizadas pela Secretaria Municipal de Finanças, da Prefeitura Municipal de Capanema, para o período de 01/01/2020 a 31/12/2020.

Jeandra Wilmsen
Roselia Kriger Becker Pagani
Caroline Pilati
Rubens Luis Rolando Souza

Art. 2º A presente portaria entrará em vigor na data de 01/01/2020, ficando nessa data revogada a Portaria nº 7.532 de 09/12/2019.

Gabinete do Prefeito do Município de Capanema, Estado do Paraná, aos dezesseis dias do mês de dezembro de 2019.

Américo Bellé
Prefeito Municipal

Pub. Jornal: _____
Data: _____
Visto _____

Município de Capanema - PR

Capanema - PR, 05 de outubro de 2020

Assunto: Concorrência

DE: Andrea Marize Weschenfelder Paeze

PARA: Americo Bellé

Senhor Prefeito:

Pelo presente solicitamos a Vossa Excelência a competente Autorização para **CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE TERRENOS E BARRACÕES PARA FINS DE INCENTIVO AO DESENVOLVIMENTO DE EMPREGOS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA, EM ATENDIMENTO A LEI MUNICIPAL Nº 1.745 DE 23 DE JULHO DE 2020.**

Respeitosamente,

Andrea Marize Weschenfelder Paeze
Secretaria Municipal de Indústria Comércio e Turismo

LEI Nº 1.745, DE 23 DE JULHO DE 2020.

Institui o Programa "Crescer Capanema" e regulamenta o art. 15, inciso I, o art. 16, o art. 19 e o art. 36, inciso VI, da Lei Orgânica do Município de Capanema, dispondo sobre o uso especial de bens públicos por terceiros e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Capítulo I

Das disposições iniciais

Art. 1º Esta Lei institui o Programa "Crescer Capanema".

Parágrafo único. A alienação de bens imóveis, a concessão de direito real de uso e a utilização de bens públicos municipais por terceiros obedecerá ao disposto nesta Lei.

Capítulo II

Da alienação de bens públicos

Art. 2º A alienação de bens públicos municipais, quando imóveis, dependerá:

I - da desafetação do imóvel, transferindo-o para a classe de bens públicos dominicais, por meio de autorização legislativa;

II - de avaliação para estabelecer o valor de mercado do imóvel;

III - de licitação na modalidade concorrência ou leilão.

§ 1º A alienação de bem público municipal, quando imóvel, poderá ocorrer de forma independente ou associada à prévia concessão de direito real de uso do bem público.

§ 2º Na hipótese de alienação associada à prévia concessão de direito real de uso, o edital da licitação deverá prever os critérios e os prazos para que a futura concessionária adquira, em definitivo, o bem público, respeitando-se, em todo caso, o disposto nos incisos do *caput*.

Capítulo III

Do uso de bens públicos

Seção I

Das disposições gerais

Art. 3º O uso de bens públicos municipais por terceiros, conforme o caso e o interesse público o exigir, poderá ser feito mediante:

I - concessão de direito real de uso;

II - concessão de uso;

III - cessão de uso;

IV - permissão de uso;

V - autorização de uso.

Parágrafo único. A utilização dos bens públicos municipais por terceiros poderá ser remunerada, consoante valor de mercado, ou gratuita, mediante interesse público devidamente justificado ou disposição de lei específica.

Art. 4º O uso de bem público por terceiros, de forma eventual e transitória, para fins culturais, públicos ou privados, será incentivado, fomentado, adaptado e, preferencialmente, destinado pelo poder público, sendo vedada a instituição de taxas pelo seu uso, salvo para custear despesas relativas à limpeza do local, de acordo com o regulamento, sem prejuízo de eventual cobrança pelos danos causados em razão da sua utilização.

Parágrafo único. Não serão cobrados valores para custear despesas relativas à limpeza do local no caso de a pessoa física ou a pessoa jurídica a realizar satisfatoriamente, de acordo com a avaliação do órgão gestor do local utilizado.

Seção II

Da concessão de direito real de uso

Art. 5º A concessão de direito real de uso configura a transferência da posse e possibilita o uso de imóvel público por particular, de forma remunerada ou gratuita, constituindo-se como um direito real resolúvel, com opção ou não de aquisição definitiva do imóvel pela concessionária ao final da concessão, para a consecução dos seguintes objetivos específicos:

I - urbanização;

II - industrialização;

III - edificação, cultivo ou outra forma de exploração de interesse social.

Parágrafo único. A concessão de direito real de uso depende:

I - da desafetação do imóvel, transferindo-o para a classe de bens públicos dominicais, por meio de autorização legislativa;

II - de avaliação do valor de mercado do imóvel;

III - de licitação na modalidade concorrência.

Art. 6º A licitação será inexigível para a concessão de direito real de uso quando não houver possibilidade de efetiva disputa, especificamente quando inexistente a violação ao princípio da isonomia.

§ 1º Para os fins do disposto no *caput*, é possível a publicação de edital prévio, com o prazo mínimo de 15 (quinze dias), para apresentação de manifestação de interesse por pessoas físicas ou jurídicas de natureza privada, incluindo a proposta e o projeto do empreendimento a ser desenvolvido no imóvel.

§ 2º A inexigibilidade de licitação somente será formalizada após a instrução de processo administrativo, do qual deverá constar:

I - as justificativas da inviabilidade da disputa e da ausência de violação ao princípio da isonomia;

II - a deliberação e a aprovação do projeto pelo Conselho de Desenvolvimento do Município, de acordo com a Lei Municipal nº 1.488/2013;

III - parecer jurídico emitido pela Procuradoria Municipal;

IV - autorização do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 7º A concessão de direito real de uso poderá ser realizada de forma independente ou associada à alienação futura do imóvel à concessionária, ao final do contrato de concessão ou em outro prazo estabelecido no edital de licitação.

§ 1º A concessão de direito real de uso associada à alienação futura do imóvel, somente será realizada por meio de licitação, na modalidade concorrência.

§ 2º A concessão de direito real de uso será formalizada mediante contrato, no qual serão estabelecidas as condições da outorga e os direitos e obrigações das partes, sob pena de nulidade do ato.

§ 3º O prazo de vigência do contrato de concessão de direito real de uso de que trata esta Lei será de no máximo 20 (vinte) anos, nos termos do edital de licitação.

§ 4º A vigência do contrato poderá ser prorrogada uma única vez, pelo mesmo prazo previsto no contrato original, desde que observadas as seguintes condições que caracterizam o interesse público:

I - interesse da Concessionária;

II - integral cumprimento dos requisitos previstos na proposta original da concessionária e na legislação em vigor;

III - inexistência de aplicação de penalidades à concessionária, em razão do descumprimento contratual, salvo uma advertência ou uma multa de natureza leve, devidamente formalizada em processo administrativo;

IV - apresentação de todos os documentos necessários para a habilitação na licitação original, devidamente atualizados, válidos e regulares.

Art. 8º Na hipótese de concessão de direito real de uso associada à alienação futura do imóvel à concessionária, esta poderá optar pela aquisição ou não do imóvel no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias antes do encerramento da vigência inicial do contrato de concessão, ou do encerramento da prorrogação do contrato, ou, ainda, na forma estabelecida no edital de licitação.

§ 1º Caso opte pela aquisição em definitivo do imóvel, o valor a ser pago será o montante estabelecido na avaliação do imóvel que constar no edital de licitação, corrigido monetariamente pelo índice utilizado na atualização da UFM.

§ 2º A opção pela aquisição em definitivo do imóvel poderá ocorrer a qualquer tempo durante a vigência do contrato e o pagamento do respectivo valor será realizado em parcela única ou de acordo com o previsto no edital de licitação.

§ 3º Caso a concessionária opte por não adquirir em definitivo o imóvel concedido, no prazo estabelecido no edital da licitação, a concessão será extinta.

§ 4º Na hipótese do § 3º e em havendo edificações e benfeitorias realizadas pela concessionária no imóvel durante a vigência contratual, o imóvel poderá ser alienado, pelo valor de mercado atualizado da sua totalidade, para que a concessionária original seja indenizada exclusivamente pelas edificações e benfeitorias realizadas.

§ 5º O Município, ao invés da alienação prevista no § 4º poderá realizar nova concessão de direito real de uso do imóvel, caso conste no edital da nova licitação a obrigação da licitante vencedora do certame depositar o montante referente à avaliação das edificações e benfeitorias realizadas pelo concessionário original, no prazo de 10 (dez) dias, após a homologação da licitação, para fins de indenização da concessionária original.

§ 6º Decorrido o prazo de 12 (doze) meses após a extinção da concessão e não realizada a indenização prevista no § 4º ou no § 5º, deste artigo, o Município indenizará as edificações e benfeitorias realizadas pelo concessionário original.

§ 7º Para fazer jus às indenizações pelas edificações e benfeitorias realizadas no imóvel de que trata esta Lei, a concessionária deverá obter as licenças dos órgãos competentes para as respectivas construções, quando exigido por lei, bem como averbá-las na matrícula do imóvel, por suas expensas, previamente ao encerramento da vigência do contrato ou previamente à abertura de processo administrativo para apurar a regularidade da concessão, com o fim de extingui-la.

Art. 9º O edital de licitação, na modalidade concorrência, quando a concessão de direito real de uso for gratuita, deverá conter critérios para pontuação e avaliação das propostas das licitantes, como:

I - a empregabilidade (número de empregados a serem contratados no prazo fixado no edital);

II - o valor do investimento da pessoa física ou jurídica no empreendimento a ser instalado no imóvel concedido, com recursos próprios, por meio de financiamento ou por outros meios admitidos, no prazo fixado no edital;

III - o faturamento anual da pessoa jurídica;

IV - a capacidade do empreendimento gerar uma cadeia de produção e/ou empregos indiretos no Município de Capanema/PR;

V - o tempo em que a empresa, matriz ou filial, está sediada no Município de Capanema/PR, ou o tempo em que o sócio majoritário da empresa ou a pessoa física reside no Município de Capanema/PR;

VI - outros critérios devidamente justificados no processo de licitação.

§ 1º O edital de licitação poderá permitir a contratação de pessoal pela concessionária por regimes diversos do celetista, para os fins do inciso I do *caput* deste artigo.

§ 2º O edital de licitação preverá os critérios de empregabilidade, a forma de manutenção do número de empregos durante a vigência da concessão, bem como a margem de tolerabilidade no descumprimento do número de empregos ofertados na proposta original, por um certo período de tempo, possibilitando estabelecer uma média mínima a ser atingida pela concessionária.

§ 3º O edital de licitação, após a elaboração de projeto básico e adequação orçamentária, poderá prever a realização de infraestrutura mínima a cargo do poder concedente, no imóvel a ser concedido ou nos seus acessos, bem como poderá estabelecer que essa infraestrutura mínima seja realizada pela(s) própria(s) concessionária(s).

Art. 10. Extingue-se a concessão por:

I - advento do termo contratual;

II - rescisão contratual;

III - caducidade;

IV - encampação;

V - anulação;

VI - acordo entre as partes.

§ 1º Não será permitida a revogação da licitação ou da concessão de direito real de uso após a realização da sessão pública da licitação que identificar o vencedor do certame.

§ 2º O descumprimento das condições estabelecidas no edital, no contrato e/ou em disposições legais, quando houver reincidência, ou não couber apenas a aplicação de multas, implicará na extinção da concessão de direito real de uso, por rescisão contratual ou declaração de

caducidade, sem que caiba à concessionária o direito à indenização, salvo o valor de mercado atualizado correspondente, exclusivamentre, às edificações e benfeitorias realizadas pela concessionária até a data da abertura do processo administrativo para a respectiva apuração dos fatos, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas previstas no contrato.

§ 3º As hipóteses de rescisão contratual e de declaração de caducidade da concessão serão determinadas no edital da licitação.

§ 4º Considera-se encampação a extinção da concessão por motivo de interesse público inatingível por outro meio, mediante lei autorizativa específica e após prévio pagamento da indenização referente às edificações e benfeitorias realizadas pela concessionária.

§ 5º A extinção da concessão de direito real de uso não afasta a necessidade de indenização, exclusivamente, pelas edificações e benfeitorias realizadas pela concessionária no imóvel concedido, nos termos dos §§ 4º, 5º e 6º do art. 8º desta Lei.

§ 6º No caso de extinção da concessão de direito real de uso por culpa da concessionária, o prazo a que se refere o § 6º do art. 8º desta Lei será de 48 (quarenta e oito) meses.

Art. 11. O contrato de concessão de direito real de uso associada à alienação futura do imóvel poderá ser utilizado para viabilizar um financiamento, junto a instituições financeiras, com o objetivo de custear o investimento de capital que será realizado no imóvel, desde que:

I - haja fiscalização do emprego dos valores financiados pelo poder concedente;

II - não haja qualquer vinculação ou responsabilidade do poder concedente pelo financiamento realizado.

Art. 12. Na hipótese de inviabilidade de financiamento para investimento de capital no imóvel sem a sua utilização como garantia no négocio e a instituição financeira não aceitar apenas a averbação do contrato de concessão de direito real de uso na matrícula do imóvel concedido, o poder concedente poderá formalizar a transferência do imóvel de forma antecipada para a concessionária, previamente à opção de compra definitiva, desde que:

I - seja contratado seguro-garantia, ou outra modalidade de seguro, pela concessionária, cujo beneficiário no contrato seja o Município de Capanema e que a indenização securitária seja equivalente ao valor da avaliação do imóvel prevista no edital da licitação, corrigido na forma do § 1º do art. 8º desta Lei, até a data da confecção do contrato, ou outra forma de garantia idônea aceita pelo poder concedente.

II - no caso de hipoteca, seja constituída hipoteca de segundo grau em nome do Município de Capanema;

III - celebração de termo aditivo do contrato de concessão, em que conste a responsabildiade solidária dos sócios, dos seus respectivos cônjuges ou companheiros, bem como de seus descendentes que tenham sido ou venham a ser beneficiados como donatários de bens dos sócios

ou da pessoa jurídica durante o prazo de vigência do contrato de concessão, pelos valores devidos à instituição financeira financiadora e/ou pelos valores referentes à avaliação do imóvel concedido previsto no edital da licitação, corrigidos na forma do § 1° do art. 8° desta Lei;

IV - o estabelecimento no contrato de financiamento e/ou termo aditivo do contrato de concessão de cláusulas que disponham sobre negócio jurídico processual antecipado, nos termos do art. 190, do Código de Processo Civil, especialmente a atribuição de legitimidade ativa ao Município de Capanema para atuar ao lado da instituição financeira ou isoladamente, para adotar as medidas cabíveis em face das pessoas mencionadas no inciso III, no intuito de satisfazer o crédito;

V - conste na escritura pública:

a) a obrigatoriedade de estabelecer hipoteca de segundo grau em nome do Município de Capanema, em caso de financiamento hipotecário;

b) a cláusula de reversão do imóvel ao patrimônio do Município de Capanema, caso não seja efetivado o financiamento ou após a sua quitação, sem que haja a opção de compra do imóvel em definitivo pela concessionária;

c) as cláusulas de inalienabilidade e de impenhorabilidade, salvo para os fins da garantia hipotecária de primeiro grau, em nome da instituição financeira financiadora, ou até o pagamento integral ao poder concedente do valor referente à opção de compra definitiva do imóvel pela concessionária;

§ 1° Para os fins do disposto na alínea "b" do inciso V do art. 12, a concessionária deverá apresentar ao poder concedente, no prazo de 10 (dez) dias, após realizado o registro da transferência antecipada do imóvel, a comprovação da efetivação do financiamento junto à instituição financeira.

§ 2° É obrigatória a análise pela Procuradoria Municipal, no caso de transferência antecipada do bem público, da garantia ofertada pela concessionária nos termos do inciso I do *caput*, para averiguar a sua idoneidade, cujo parecer, devidamente fundamentado, vinculará a decisão do Chefe do Poder Executivo Municipal.

§ 3° O parecer deverá abordar a capacidade da garantia ofertada satisfazer o valor da avaliação do imóvel previsto no edital de licitação.

Art. 13. O poder concedente, por meio de regulamento, bem como pela previsão no edital da licitação, poderá prever a criação de um fundo garantidor das empresas concessionárias, as quais deverão realizar uma contribuição periódica para o aperfeiçoamento, modernização e ampliação do parque industrial do Município ou para os fins de garantia de que trata o art. 12.

Parágrafo único. O fundo garantidor poderá ter outras fontes de renda, na forma do regulamento e do edital de licitação.

Seção III

Da concessão, da cessão e da permissão de uso

Subseção I

Das disposições comuns

Art. 14. As concessões, as cessões e as permissões de uso de bens públicos, quando imóveis, vincular-se-ão à atividade definida em contrato ou termo respectivo, constituindo o desvio de finalidade como causa suficiente de sua rescisão, independentemente de qualquer outra.

Parágrafo único. Deverão constar do contrato de concessão ou termo de cessão ou permissão de uso de bem imóvel, as seguintes cláusulas essenciais:

I - a construção ou benfeitoria realizada no imóvel incorpora-se a este, tornando-se propriedade pública, sem direito de retenção ou indenização;

II - incumbe ao concessionário, cessionário ou permissionário, além do pagamento da remuneração ou dos encargos específicos, manter o imóvel em condições adequadas a sua destinação, assim devendo restitui-lo.

Subseção I

Da concessão de uso

Art. 15. A concessão de uso de bem público Municipal de uso especial ou dominical, para exploração segundo destinação específica, dependerá de licitação na modalidade concorrência, dispensada esta quando o uso se destinar a concessionárias de serviço público, a entidades assistenciais ou quando houver interesse público relevante, devidamente justificado.

§ 1º A concessão de uso far-se-á por contrato administrativo, em que constarão as condições de outorga e os direitos e obrigações das partes, sob pena de nulidade do ato.

§ 2º O contrato de concessão de uso é:

I - transferível, mediante prévio consentimento da Administração pública, quando decorrente de concessão, cuja licitação tenha sido dispensada, nos termos do *caput* deste artigo *in fine*;

II - intransferível nos demais casos.

§ 3º Admitem-se no contrato de concessão de uso:

I - alteração de cláusulas regulamentares;

II - rescisão antecipada.

§ 4º A concessão de uso será por tempo certo e poderá ser remunerada ou gratuita, de acordo com as exigências do interesse público, devendo observar as normas previstas na Lei Municipal nº 1.488/2013, no que for aplicável.

Art. 16. A concessão administrativa de bens públicos, de uso comum, somente poderá ser outorgada para finalidades educacionais, esportivas, culturais, de assistência social ou turística, mediante contrato administrativo.

Subseção II

Da cessão de uso

Art. 17. A cessão de uso destina-se, exclusivamente, a transferência transitória da posse e do uso de bens públicos municipais a órgãos ou entidades públicas, a qual será formalizada mediante termo administrativo próprio, ou constará nos instrumentos de consórcio ou convênio de que participe o Município.

Subseção II

Da permissão de uso

Art. 18. A permissão de uso poderá incidir sobre qualquer bem público Municipal, quando atendidos o interesse público e a conveniência administrativa.

§ 1º A permissão independe de autorização legislativa, e será efetivada, a título precário, por Decreto.

§ 2º A permissão poderá ser remunerada ou gratuita e por tempo certo ou indeterminado.

§ 3º O tempo de permissão é modificável e revogável, unilateralmente, pela Administração pública, devendo nele constar as condições da outorga e as obrigações e direitos dos partícipes.

§ 4º A permissão obriga o beneficiário a utilizar o bem permitido de conformidade com as condições de outorga, sob pena de revogação sem direito de indenização.

§ 5º Será gratuita a permissão de uso de imóvel Municipal para entidades sem fins lucrativos, de caráter educacional, esportivo, cultural ou de assistência social, e a pessoas jurídicas, observados o interesse público, social ou de desenvolvimento econômico e geração de emprego e renda.

§ 6º Para beneficiar-se de permissão gratuita de uso de bem público a entidade sem fins lucrativos, de caráter educacional, esportivo, cultural ou de assistência social deverá atender cumulativamente os seguintes pré-requisitos, além do atendimento das exigências documentais:

a) ter sede ou filial no Município de Capanema;

b) ter o título de Utilidade Pública Municipal há pelos menos 1 (um) ano;

c) apresentar relatório de atividades referentes a pelo menos 1 (um) ano anterior ao pedido, comprovando atividade sócio-comunitária que justifique a permissão;

d) apresentar cópia do Estatuto Social devidamente registrado;

e) inscrição no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas há pelo menos 1 (um) ano;

f) cópia da Ata de Eleição da Diretoria.

§ 7º Uma vez permitido o uso, a entidade deverá prestar relatórios anuais de atividades, até o dia 31 de março do ano seguinte, comprovando o uso do imóvel permitido em consonância com seus estatutos sociais e com o interesse coletivo, ou justificando o motivo da não utilização.

§ 8º Não havendo o cumprimento do disposto no § 7º fica o Poder Executivo autorizado a revogar a permissão de uso à entidade beneficiária, sem ônus para a municipalidade.

Seção IV

Da autorização de uso

Art. 19. A autorização, que poderá incidir sobre qualquer bem público, será outorgada para atividades ou usos específicos e transitórios, pelo prazo máximo de sessenta (60) dias, mediante termo próprio.

Parágrafo único. A autorização independe de autorização legislativa e licitação, e é revogável sumariamente, sem ônus para a Administração Pública.

Art. 20. O Legislativo e o Executivo Municipal podem autorizar, em sua respectiva área administrativa, uso de instalações e espaços públicos a entidades sociais, políticas e religiosas, para a realização de suas atividades.

Capítulo IV

Das disposições finais e transitórias

Art. 21. Integram os bens públicos dominicais do Município, restando desafetados, os imóveis cadastrados no patrimônio do Município de Capanema com os seguintes números:

I - 233, objeto da matrícula nº 21.521, do ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Capanema/PR;

II - 234, objeto da matrícula nº 27.338, do ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Capanema/PR;

III - 2.700, objeto da transcrição nº 11.353, do ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Capanema/PR;

IV - 7.665, objeto da transcrição nº 11.353, do ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Capanema/PR;

Parágrafo único. Eventuais divisões dos imóveis indicados nos incisos do *caput*, culminando em novos cadastros no patrimônio municipal, não interferirão na desafetação desses bens públicos realizada por esta Lei.

Art. 22. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Capanema/PR, aos 23 dias do mês de julho de 2020.

Américo Bellé
Prefeito Municipal

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA
CONCORRÊNCIA PÚBLICA
CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE TERRENOS E BARRACÕES

1. OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente termo de referência a **concessão de direito real de uso com opção de aquisição futura** de bens públicos de propriedade do Município de Capanema, destinados à exploração de atividade econômica, conforme o determinado neste Termo de Referência, cujos imóveis seguem discriminados abaixo, com o respectivo valor de avaliação:

Item	Descrição do Imóvel	Localização	Cadastro Municipal	Metragem	Avaliação atual
01	Terreno	Área Industrial I - próximo ao trevo saída para São Pedro - Quadra 84B - Lote 02 - Av. Independência nº 2840	138860	1.083 m²	R$ 194.979,60
02	Terreno	Área Industrial III - Saída para São Luiz - Quadra nº80 - Lote 03 - Setor N.O - Rua Paraíba nº 1739	133647	712,04 m²	R$ 170.889,60
03	Terreno	Área Industrial III – Saída para São Luiz - Quadra nº80 - Lote 04 - Setor N.O - Rua Paraíba nº 1767	138789	780,65 m²	R$ 156.130,00
04	Terreno	Área Industrial III - Saída para São Luiz – Quadra nº80 - Lote 05 - Setor N.O – Rua Paraíba nº 1803	138797	860,26 m²	R$ 172.052,00
05	Terreno	Área Industrial III - Saída para São Luiz - Quadra nº80 - Lote 06 - Setor N.O - Rua Paraíba nº 1835	138801	1.546,33 m²	R$ 309.266,00
06	Terreno	Área Industrial III - Saída para São Luiz - Quadra nº 80 - Lote 07 - Setor N.O - Rua Paraíba nº 1871	138819	1.592,95 m²	R$ 318.590,00
07	Terreno	Área Industrial III - Saída para São Luiz - Quadra nº80 - Lote 08 - Setor N.O - Rua Paraíba nº 1923	138827	1.816,87 m²	R$ 363.374,00
08	Terreno	Área Industrial III - Saída para São Luiz - Quadra nº80 - Lote 09 - Setor N.O - Rua Paraíba nº1955	138835	2.319,42 m²	R$ 463.884,00
09	Terreno	Área Industrial II - próximo ao Ginásio de Esportes - Chácara 12A - Setor S.E - Rua Pôr do Sol nº 909	138878	500 m²	R$ 80.000,00
10	Terreno	Área Industrial II - próximo ao Ginásio de Esportes - Chácara 12B - Setor S.E - Rua Pôr do sol nº 885	138886	500 m²	R$ 80.000,00
11	Terreno	Área Industrial II - próximo ao Ginásio de Esportes - Chácara 12C - Setor S.E - Rua Silvério Ampessan nº 698	138894	1.000 m²	R$ 150.000,00
12	Terreno	Área Industrial II - próximo ao Ginásio de Esportes - Chácara 12D - Setor S.E - Rua Silverio Ampessan nº 676	138908	1.000 m²	R$ 150.000,00

13	Terreno	Área Industrial II - próximo ao Ginásio de Esportes - Chácara 12-E - Setor S.E - Rua Silvério Ampessan nº 652	138916	1000 m²	R$ 150.000,00
14	Terreno	Área Industrial II – próximo ao Ginásio de Esportes – Chácara 12-F - Setor S.E - Rua Silvério Ampessan nº 634	138924	1000 m²	R$ 150.000,00
15[1]	Terreno com barracão de 300 m² - Construção concluída	Área Industrial I - próximo ao trevo saída para São Pedro - Quadra 84A - Lote 04 - Setor N.E - Rua 25 de maio nº 581	134384	Terreno: 756 m²	Terreno R$ 105.840,00 Barracão R$ 183.317,53
16[2]	Terreno com barracão de 300 m² - Projeto em construção	Área Industrial I - próximo ao trevo saída para São Pedro - Quadra Nº 84 - Lote 03 - Setor N.E - Rua 25 de maio nº 646	81884	Terreno: 1.053 m²	Terreno R$ 147.420,00 Barracão R$[3] 250.406,72
17	Terreno com barracão de 300 m² - Projeto em construção	Área Industrial I - próximo ao trevo saída para São Pedro - Quadra Nº 84 - Lote 05 - Setor N.E - Rua 25 de maio nº 530	138851	Terreno: 1.365 m²	Terreno R$ 191.100,00 Barracão R$ 250.406,72
18	Terreno com barracão de 300 m² - Projeto em construção	Área Industrial II - próximo ao Ginásio de Esportes - Quadra nº 78 - Lote 03 - Setor S.E - Rua Pôr do Sol nº 1010-b	138762	Terreno: 900 m²	Terreno R$ 144.000,00 Barracão R$ 250.406,72

1.2. O uso dos imóveis descritos acima será obrigatoriamente para exploração industrial e/ou comercial sem prejuízo das obrigações constantes no Edital e seus anexos.

2. JUSTIFICATIVA

2.1. Verifica-se a necessidade de licitação para a concessão de direito real de uso de bens públicos, com opção de aquisição futura pelos concessionários, em respeito à Lei e aos princípios da isonomia, moralidade e impessoalidade, proporcionando a qualquer pessoa jurídica ou física, ofertar propostas, desde que cumpridos os requisitos deste termo de referência e do edital.

2.2. As concessões de direito real de uso realizadas por meio desta licitação seguirão as normas previstas na Lei Municipal nº 1.745/2020.

2.3. Verifica-se a necessidade para a destinação de alguns imóveis a determinadas atividades justificados pela legislação municipal, especificamente à Lei Municipal nº 03/1970 (Código de Posturas), à Lei Municipal nº 456/1991 (Normas de Vigilância Sanitária):

a) Com relação ao item 18 não será admitida proposta de atividades relacionadas a produção de alimentos, em razão da proximidade com a indústria de coleta seletiva de lixo reciclável.

[1] Descreve-se o **item 15**: BARRACÃO de 300 m², já construído, fechado com estrutura de alvenaria em blocos estruturais, com dois portões metálicos, um medindo 350cm X 350cm; e o outro 300cm x 210cm, com escritório de 10,98 m², um lavabo com acessibilidade de 3,79 m², um banheiro completo (vaso sanitário, lavatório e chuveiro) de 2,81 m², piso cerâmico, paredes revestidas com cerâmica no banheiro e do lavabo, restando uma área de 269.69 m², piso de concreto e acabamento bruto, padrão de luz trifásico 80 amp.

[2] Descreve-se os **itens 16, 17 e 18**: BARRACÕES DE 300 m², **EM CONSTRUÇÃO**, com pilares pré-moldados, com estrutura do telhado metálica com telhas de aço zincado trapezoidal com espessura de 5mm, fechado com estrutura de alvenaria em blocos de concreto aparente, com dois portões metálicos, com escritório de 10,98 m², um lavabo com acessibilidade de 3,79 m², um banheiro de 2,81 m², piso cerâmico, paredes revestidas com cerâmica no banheiro e do lavabo, depósito em área de 200,69 m², piso de concreto e acabamento bruto, padrão de luz bifásico 80 amp. (Licitação Tomada de Preços nº 13/2020).

[3] O valor dos barracões indicados na avaliação dos itens 16, 17 e 18 é o correspondente ao valor da construção de cada barracão, nos termos da licitação Tomada de Preços nº 13/2020.

b) Com relação aos itens 06, 07, 08 e 14 será admitida, preferencialmente, propostas de empresas de atividades com maior presença de ruído, poeira e extração.

b.1) Caso não haja empresas exploradoras de atividade que causem ruídos ou poeira, os itens poderão ser adjudicados por empresas diversas.

3. DO PRAZO DA CONCESSÃO

3.1. O prazo de vigência da Concessão de Direito Real de Uso, conforme indicado na Lei Municipal nº 1.745/2020 será de **20 (vinte) anos**, contados **a partir de 1º de janeiro de 2021**.

3.2. O início do prazo de vigência do contrato de concessão em relação aos imóveis descritos nos itens 16, 17 e 18, será a data do recebimento definitivo da obra de construção dos respectivos barracões, cujo procedimento poderá ser acompanhado pela licitante vencedora.

3.2.1. No caso de o recebimento definitivo da construção dos barracões ocorrer até 31 de dezembro de 2020, o início do prazo de vigência da concessão será dia **1º de janeiro de 2021**.

4. DA PRORROGAÇÃO CONTRATUAL

4.1. A vigência do contrato poderá ser prorrogada uma única vez, pelo mesmo prazo previsto no contrato original, desde que observadas as seguintes condições que caracterizam o interesse público:

a) interesse da Concessionária;

b) integral cumprimento dos requisitos previstos na proposta original da concessionária e na legislação em vigor;

c) inexistência de aplicação de penalidades à concessionária, em razão do descumprimento contratual, salvo uma advertência ou uma multa de natureza leve, devidamente formalizada em processo administrativo;

d) apresentação de todos os documentos necessários para a habilitação na licitação original, devidamente atualizados, válidos e regulares.

4.2. O procedimento para eventual prorrogação contratual será formal e deverá ser anexado ao presente processo de concessão, observando-se o seguinte rito:

I - no prazo compreendido entre o 12º e o 6º mês que antecede o encerramento da vigência do contrato de concessão, a CONCESSIONÁRIA apresentará requerimento escrito, constando a comprovação das condições mencionadas nas alíneas do subitem 4.1, devidamente protocolado no Protocolo-Geral do Município;

II - o requerimento será juntado aos autos da presente concessão;

III - os autos serão encaminhados para a Procuradoria Municipal, para parecer jurídico, no prazo de 15 dias, possibilitando a solicitação de certidões de órgãos públicos, sem prejuízo da notificação da CONCESSIONÁRIA para que apresente documentos complementares essenciais para a aprovação da prorrogação contratual;

IV - na hipótese de necessidade de complementação da documentação para avaliação da Procuradoria Municipal, a CONCESSIONÁRIA encaminhará os documentos exigidos no prazo de 10 dias;

V - emitido o parecer jurídico, a decisão final caberá ao Chefe do Poder Executivo, por meio de despacho fundamentado, no prazo de 15 dias.

4.3. Transcorrido o prazo de 40 anos da vigência da concessão, sem que haja a opção de aquisição pela concessionária, a concessão será extinta.

5. DA OPÇÃO DE AQUISIÇÃO DO IMÓVEL CONCEDIDO

5.1. A concessionária poderá optar pela aquisição ou não do imóvel no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias antes do encerramento da vigência inicial do contrato de concessão ou do encerramento da prorrogação do contrato.

5.2. Caso opte pela aquisição em definitivo do imóvel, o valor a ser pago será o montante estabelecido na avaliação do imóvel, conforme o disposto neste Termo de Referência, corrigido monetariamente pelo índice utilizado na atualização da UFM, anualmente.

5.3. A opção pela aquisição em definitivo do imóvel poderá ocorrer a partir do quinto ano da vigência da concessão, cujo pagamento do respectivo valor será realizado em parcela única ou de forma parcelada, em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais, devidamente corrigidas pelo índice de atualização da UFM, anualmente.

5.3.1. Em havendo a opção pela aquisição de forma parcelada, exigir-se-á a apresentação de garantia idônea, cláusula de reversão do imóvel, em caso de inadimplemento e o cumprimento dos requisitos previstos no art. 12, da Lei Municipal nº 1.745/2020.

5.3.2. Por opção da CONCESSIONÁRIA, a partir do quinto ano da vigência da concessão, é possível a aquisição parcelada do imóvel, em número de parcelas correspondentes ao número de meses restantes da vigência da CONCESSÃO, hipótese em que será outorgada escritura pública de alienação com cláusula resolutiva.

5.4. Caso a concessionária opte por não adquirir em definitivo o imóvel concedido, no prazo estabelecido no edital da licitação, a concessão será extinta.

5.5. Na hipótese do subitem 5.4 e em havendo edificações e benfeitorias realizadas pela concessionária no imóvel durante a vigência contratual, o imóvel poderá ser alienado pelo Município, pelo valor de mercado atualizado da sua totalidade, para que a concessionária original seja indenizada exclusivamente pelas edificações e benfeitorias realizadas.

5.6. O Município, ao invés da alienação prevista no subitem 5.5. poderá realizar nova concessão de direito real de uso do imóvel, caso conste no edital da nova licitação a obrigação da licitante vencedora do certame depositar o montante referente à avaliação das edificações e benfeitorias realizadas pelo concessionário original, no prazo de 10 (dez) dias, após a homologação da licitação, para fins de indenização da concessionária original.

5.7. Decorrido o prazo de 12 (doze) meses após a extinção da concessão e não realizada a indenização prevista nos subitens 5.5 ou 5.6, o Município indenizará as edificações e benfeitorias realizadas pelo concessionário original.

5.8. Para fazer jus às indenizações pelas edificações e benfeitorias realizadas no imóvel, a concessionária deverá obter as licenças dos órgãos competentes para as respectivas construções, quando exigido por lei, bem como averbá-las na matrícula do imóvel, por suas expensas, previamente ao encerramento da vigência do contrato ou previamente à abertura de processo administrativo para apurar a regularidade da concessão, com o fim de extingui-la.

5.9. O inadimplemento de parcelas referentes à aquisição do imóvel acarretará aplicação das seguintes penalidades:

5.9.1. Multa de mora de 1% do valor da avaliação do imóvel por mês de atraso.

5.9.2. Resolução do contrato de compra e venda caso haja a inadimplência de três parcelas seguidas, sem prejuízo da aplicação da multa prevista no subitem 5.9.1.

5.10. É vedada a destinação do imóvel concedido, mesmo após a aquisição definitiva pela CONCESSIONÁRIA, para outra finalidade que não seja industrial ou comercial, o que será devidamente averbado na matrícula do imóvel.

5.10.1. A tentativa de **utilização do imóvel - adquirido definitivamente pela CONCESSIONÁRIA - de maneira indevida será coibida pelo Município de Capanema, a qualquer tempo, por meio do indeferimento do licenciamento da atividade, devido a sua localização.**

6. FISCALIZAÇÃO

6.1. A Fiscalização será de competência e responsabilidade do Município, a quem caberá verificar se, no seu desenvolvimento, estão sendo cumpridos os termos do Contrato, a proposta original da concessionária, suas especificações e demais requisitos, assim como participar de todos os atos que se fizerem necessários para sua fiel execução.

6.2. A fiscalização será exercida no interesse exclusivo do CONCEDENTE, e não exclui nem reduz a responsabilidade da CONCESSIONÁRIA, inclusive de terceiros, por qualquer irregularidade.

6.3. O Município de Capanema, na qualidade de fiscal do cumprimento das obrigações oriundas da concessão, notificará a CONCESSIONÁRIA para que providencie os reparos e/ou correções que se fizerem necessárias ao objeto da concessão, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, contados da data do recebimento da referida notificação.

6.3.1. A notificação poderá ser recebida pelo preposto indicado na Procuração, bem como qualquer um dos sócios da CONCESSIONÁRIA, possibilitando a notificação via e-mail.

6.3.2. O não recebimento de qualquer notificação expedida pelo Município, por parte da CONCESSIONÁRIA, será considerada válida com o ateste do servidor público responsável e ratificação da fiscalização.

6.4. O Município irá indicar um servidor para fiscalizar a execução do contrato de concessão.

7. OBRIGAÇÕES DAS PARTES CONTRATANTES

7.1. Obrigações do CONCEDENTE:

7.1.1. Disponibilizar o acesso ao imóvel imediatamente após o início da vigência da concessão;

7.1.2. Registrar as irregularidades constatadas em ato de fiscalização, cientificando a autoridade competente para as providências pertinentes, e notificar a CONCESSIONÁRIA para pronta regularização;

7.1.3. Notificar a CONCESSIONÁRIA imediatamente após constatar o descumprimento de alguma das obrigações contratuais, fixando um prazo para que ela promova as diligências/correções necessárias sob pena de aplicação de penalidades previstas no item 8.

7.1.4. Caberá ao CONCEDENTE avaliar a cada 12 (doze) meses o cumprimento do contrato.

7.2. Obrigações da CONCESSIONÁRIA:

As obrigações da CONCESSIONÁRIA estão divididas em 03 (três) grupos por grau de gravidade conforme disposições abaixo:

7.2.1. Obrigações **do Grupo 1 (GRAVÍSSIMA)**

7.2.1.1. O descumprimento das obrigações deste grupo poderá implicar na rescisão do contrato e das demais penalidades previstas no item 8.

a) utilizar o imóvel cujo uso lhe é concedido de acordo com as especificações e condições apresentadas pelo CONCEDENTE contidas neste instrumento, sendo vedada a utilização de áreas que não se encontrem limitadas no contrato, bem como não será permitida a utilização do bem público concedido para finalidade diferente da que foi licitada, garantindo-se as demais exigências pactuadas;

b) não transferir, ceder ou subconceder a terceiros o imóvel concedido durante a vigência do contrato de concessão;

c) não promover modificação da finalidade ou da estrutura societária que prejudique a execução da proposta apresentada na licitação, salvo se previamente submetida ao CONCEDENTE para análise e aceite, desde que verificada a manutenção dos critérios predominantes da proposta inicial, especialmente quanto à empregabilidade e aos investimentos privados no imóvel;

d) a CONCESSIONÁRIA deverá entregar procuração, conforme modelo a ser fornecido pelo CONCEDENTE, indicando, pelo menos, 02 (dois) prepostos com poderes para receber notificações e demais documentos pertinentes ao contrato de concessão. A referida procuração deverá ter validade durante a vigência do contrato, bem como, ficará sob a responsabilidade da CONCESSIONÁRIA a sua atualização junto ao Município;

e) produzir e/ou comercializar exclusivamente produtos lícitos e em rigorosa obediência à legislação pertinente;

f) não ser autuado e penalizado com multa pela segunda vez, num período de 24 meses, pelos mesmos motivos, em atuação da fiscalização, ou pela vigilância sanitária, ou outro órgão público, em razão de descumprimento das normas envolvendo a exploração do imóvel concedido.

7.2.2 Obrigações **do Grupo 2 (GRAVE):**

a) adequar e equipar o espaço físico, bem como realizar as construções, adaptações e acabamentos necessários para o início das atividades constantes na proposta apresentada na sessão da licitação, que deverá ocorrer no prazo de até 120 (cento e vinte) dias, contados a partir da vigência do concessão, com as condições e características necessárias e indispensáveis para realizar plenamente suas atividades, de acordo com as normas vigentes para o funcionamento do estabelecimento.

a.1) o referido prazo poderá ser excepcionalmente prorrogado desde que haja justificativa comprovada e aceita pela Administração, especificamente quando o exercício da atividade depender de licenças de outros órgãos públicos e não esteja caracterizada a negligência da própria CONCESSIONÁRIA;

a.2) no que tange à concessão dos terrenos sem barracões, o prazo da construção do empreendimento será o estabelecido na proposta da CONCESSIONÁRIA, apresentada na sessão da licitação.

b) manter a exploração da atividade industrial/comercial com o funcionamento constante;

c) obter as licenças exigidas para a construção, modificação e/ou ampliação que se pretenda fazer nas instalações externas e internas do imóvel objeto da CONCESSÃO;

d) para os **imóveis em que contenham barracões construídos pelo CONCEDENTE,** compete à CONCESSIONÁRIA contratar e/ou renovar anualmente o seguro contra incêndio do(s) imóvel(is) e suas respectivas instalações, com valor mínimo compatível com o valor de avaliação do barracão, de acordo com a tabela constante no subitem 1.1, **indicando como beneficiário o Município de Capanema**, sendo obrigatória a apresentação da(s) apólice(s) ao Município, no prazo de 60 (sessenta) dias, após o início das atividades industriais/comerciais no imóvel, bem como a cada renovação anual do seguro;

e) providenciar no prazo de até 120 (cento e vinte) dias, contados do início da vigência da concessão, a abertura de filial no Município de Capanema, caso a empresa seja sediada em outro Município, e apresentar a documentação ao CONCEDENTE;

f) recolher os tributos incidentes de sua atividade e emitir notas e cupons fiscais, conforme a legislação em vigor;

g) compete à CONCESSIONÁRIA, no prazo de 30 (trinta) dias, contados do início da vigência da concessão, requerer a transferência, para o seu nome, dos registros de água e luz do imóvel, junto aos órgãos competentes;

h) cumprir todas as normas ambientais exigidas para o exercício da atividade.

h.1) as licenças ambientais exigidas para o exercício da atividade deverão ser providenciadas pela CONCESSIONÁRIA no prazo de 120 (cento e vinte) dias, contados da vigência da concessão. Excepcionalmente, o prazo poderá ser prorrogado, mediante comprovação de motivo relevante, sem culpa da CONCESSIONÁRIA, e aceito pelo CONCEDENTE.

7.2.3. Obrigações **do Grupo 3 (LEVE):**

a) prestar todas as informações e/ou esclarecimentos ao CONCEDENTE, sempre que lhe forem solicitadas;

b) a CONCESSIONÁRIA deverá cumprir as normas relativas à legislação pertinente ao tipo de atividade comercial, providenciando anualmente a(s) licença(s) necessária(s) para o exercício da atividade;

c) é vedada a instalação de publicidade, letreiros e faixas de terceiros em qualquer parte da edificação do imóvel, permitida a identificação da própria CONCESSIONÁRIA e dos produtos ou atividades desenvolvidas no local.

d) adotar as providências adequadas em relação a qualquer empregado cujo procedimento for considerado inconveniente, fato este detectado a partir da fiscalização realizada pelo Município;

e) respeitar as normas trabalhistas;

j) é vedada a criação de animais domesticáveis ou não no imóvel;

k) cumprir as normas legais federais, estaduais e municipais, notadamente aquelas relativas à legislação urbana, ambiental e sanitária, registros de inspeção trabalhista, providenciando licenças e alvarás exigidos na forma da Lei, mantendo-os atualizados e em locais visíveis e de fácil identificação;

l) responder por todas as despesas com pessoal para exercício das atividades permitidas à CONCESSIONÁRIA, arcando com os encargos trabalhistas, sociais e previdenciários, de acordo com a legislação em vigor, obrigando-se a saldá-los em época própria, uma vez que seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o CONCEDENTE;

m) arcar com todas as despesas decorrentes da instalação de telefone e de qualquer outro serviço utilizado, assim como custos como impostos, taxas, contribuições e tributos federais, estaduais e municipais que incidam direta ou indiretamente sobre o imóvel, bem como as atividades econômicas nele desenvolvidas, que serão integralmente arcadas pela CONCESSIONÁRIA;

n) responder civilmente por seus atos, de seus empregados e de quaisquer pessoas físicas ou jurídicas a ela vinculadas, que causarem danos a terceiros e à(s) instalação(ões) física(s) do

módulo, cujo uso lhe é concedido, sendo que a ocorrência destes deverá ser imediatamente comunicada ao órgão fiscalizador, para as providências que se fizerem necessárias;

o) acompanhar a vistoria de recebimento do imóvel, apondo a sua assinatura no laudo respectivo;

p) manter-se, durante toda a vigência da concessão, em compatibilidade com as obrigações assumidas na proposta apresentada na sessão de licitação, bem como todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, respeitando-se o disposto neste Termo de Referência e nos demais documentos da licitação;

q) manter o imóvel, objeto desta concessão em perfeitas condições de conservação e limpeza, de acordo com as normas estabelecidas pelo CONCEDENTE e legislação em vigor, observando também os seguintes pontos:

I. Toda a área de influência do imóvel deverá ser mantida diariamente limpa pela CONCESSIONÁRIA, e os resíduos coletados deverão ser devidamente ensacados e apresentados para a coleta regular, respeitando-se os horários de coleta estabelecidos pelo Município;

II. Implementar, em sua rotina diária, a separação de seus resíduos, de acordo com a legislação vigente;

8. DAS PENALIDADES

8.1. O descumprimento das obrigações previstas neste termo, no edital de licitação e no contrato ensejará a aplicação das sanções descriminadas a seguir, independentemente da rescisão contratual determinada por ato unilateral do CONCEDENTE.

8.2. Em caso de **inexecução total ou parcial da proposta ofertada pela CONCESSIONÁRIA na sessão da licitação**, inclusive não atendimento das determinações da fiscalização, a CONCESSIONÁRIA estará sujeita, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, às seguintes penalidades:

8.2.1. ADVERTÊNCIA por escrito, sempre que verificadas pequenas irregularidades para as quais haja concorrido;

8.2.2. MULTAS, que serão aplicadas por infração, conforme abaixo, limitadas a no máximo 15% (quinze por cento) sobre o valor de avaliação do imóvel concedido:

a) de 2% a 5%, no caso de descumprimento de obrigações indicadas no grupo 3 (leves) do **subitem 7.2.3;**

b) de 5% a 8%, no caso de descumprimento de obrigações indicadas no grupo 2 (graves) do **subitem 7.2.2;**

c) de 8% a 15%, no caso de descumprimento de obrigações indicadas no grupo 1 (gravíssimas) do **subitem 7.2.1.**

8.2.3. SUSPENSÃO temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município, segundo a natureza e gravidade da falta cometida, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

8.2.4. DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE para licitar ou contratar com a Administração, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante o Município.

8.3. A CONCESSIONÁRIA não incorrerá em penalidades quando o descumprimento dos prazos e/ou obrigações estabelecidos resultar de caso fortuito ou força maior devidamente comprovados.

8.4. A multa não impede que o CONCEDENTE rescinda unilateralmente o contrato e aplique as outras sanções previstas na lei e naquele instrumento.

8.5. O valor das multas será cobrado mediante notificação extrajudicial, independentemente da adoção da medida judicial competente, observando o procedimento descrito no subitem 8.11.

8.6. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com outras sanções previstas no subitem 8.2, segundo a natureza e a gravidade da falta cometida, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 15 dias úteis.

8.7. É facultado ao CONCESSIONÁRIO interpor recurso, dirigido ao Chefe do Poder Executivo, contra a aplicação, por decisão da Comissão de Licitação, das penas de advertência, suspensão ou de multa, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da ciência da respectiva notificação.

8.8. A sanção prevista na alínea "d" do subitem 8.2 é de competência do Chefe do Poder Executivo, facultada a defesa prévia do interessado no respectivo processo de contratação, no prazo de 15 (quinze) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 02 (dois) anos de sua aplicação.

8.9. As sanções previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 8.2 poderá ser também aplicável à CONCESSIONÁRIA que, em razão do contrato:

a) tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

b) praticar atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;

c) demonstrar não possuir idoneidade para contratar com a Administração Pública, em virtude de atos ilícitos praticados.

8.10. Independentemente das sanções legais cabíveis, a CONCESSIONÁRIA ficará sujeita, ainda, à composição das perdas e danos causados ao CONCEDENTE pelo descumprimento das suas obrigações.

8.11. As sanções administrativas somente serão aplicadas mediante regular processo administrativo, assegurada a ampla defesa e o contraditório, observando-se as seguintes regras:

a) Antes da aplicação de qualquer sanção administrativa, a CONCESSIONÁRIA será notificada, facultando-lhe a apresentação de defesa prévia, no prazo de 15 (quinze) dias úteis a contar da notificação, exceto na hipótese de declaração de inidoneidade, devendo ser observada a regra do art. 110 da Lei nº 8.666/93;

b) A notificação deverá ocorrer pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento ou por edital em jornal de grande circulação, no caso de concessionário e/ou seu representante estar em local incerto e não sabido. A notificação indicará a conduta reputada como infratora, a motivação para aplicação da penalidade, a sanção que se pretende aplicar, o prazo e o local de entrega das razões de defesa;

c) Ofertada a defesa prévia ou expirado o prazo sem que ocorra a sua apresentação, a autoridade competente proferirá decisão fundamentada e adotará as medidas legais cabíveis, resguardado o direito de recurso da CONCESSIONÁRIA, ao Prefeito Municipal, que deverá ser exercido nos termos da Lei Federal nº 8.666/93.

8.12. As penalidades só poderão ser relevadas nas hipóteses de caso fortuito ou força maior, devidamente justificados e comprovados, a juízo do CONCEDENTE.

9. DA RESCISÃO E DA DECLARAÇÃO DE CADUCIDADE

9.1. O descumprimento das condições estabelecidas neste Termo, no edital, no contrato e/ou em disposições legais, quando houver reincidência ou não couber apenas a aplicação de multas, implicará na extinção da concessão de direito real de uso, por rescisão contratual ou declaração de caducidade, nos termos a seguir.

9.2. O CONCEDENTE possui o direito de **rescindir** unilateralmente o contrato de concessão, independentemente de interpelação judicial, nos seguintes casos:

a) quando a CONCESSIONÁRIA falir, for dissolvida ou por superveniente incapacidade técnica;

b) quando houver paralisação das atividades da CONCESSIONÁRIA pelo prazo de 60 (sessenta) dias, consecutivos ou alternados, sem justificativa aceita pelo CONCEDENTE;

c) pelo descumprimento das obrigações do grupo 1 (gravíssimas) relacionadas no item 7.2.1;

d) pela existência de aplicação de 5 advertências durante o período de 24 (vinte e quatro) meses, qualificando como descumprimento reiterado das obrigações contratuais.

e) pelo descumprimento por 3 (três) vezes, consecutivas ou não, da mesma obrigação prevista no grupo 2 (graves) ou 4 (quatro) vezes, consecutivas ou não, da mesma obrigação prevista no grupo 3 (leve) dentro do período de 24 (vinte e quatro) meses.

f) nas hipóteses dos artigos 77 e 78, da Lei Federal nº 8.666/93;

g) a pedido justificado da CONCESSIONÁRIA.

9.3. O CONCEDENTE possui o direito de declarar a **caducidade** do contrato de concessão, independentemente de interpelação judicial, nos seguintes casos:

a) quando a CONCESSIONÁRIA transferir a concessão, locar ou de qualquer modo ceder a terceiros parte do imóvel concedido;

b) alterar a destinação do imóvel ou o ramo de atividade da CONCESSIONÁRIA, sem autorização do CONCEDENTE;

c) quando a CONCESSIONÁRIA for condenada judicialmente por cometimento de atos de improbidade administrativa ou por atos indicados na Lei 12.846/2013 ou por crimes ambientais;

d) quando a CONCESSIONÁRIA for condenada em âmbito administrativo por danos causados ao meio ambiente, por cometimento de atos de improbidade administrativa ou por atos indicados na Lei 12.846/2013;

e) descumprimento da margem de empregabilidade da proposta da concessionária apresentada na sessão pública do certame, por dois anos consecutivos.

9.4. A extinção da concessão de direito de uso, sem culpa das partes, não ensejará à CONCESSIONÁRIA a aplicação de penalidades.

9.5. Extinta a concessão, seja pela expiração do seu prazo ou em razão de rescisão contratual, será notificada a CONCESSIONÁRIA para a entrega do imóvel, no prazo assinalado na referida notificação.

9.5.1. Obriga-se a CONCESSIONÁRIA a entregar o imóvel objeto desta licitação, no prazo assinalado, inteiramente desembaraçado, em estado de conservação e uso normais, para imediata reintegração de posse do bem pelo poder CONCEDENTE.

9.5.2. Com a extinção ou rescisão do contrato a chave do imóvel deverá ser devolvida ao CONCEDENTE sob pena de ser considerado uso irregular, acarretando a cobrança desta ocupação a título de indenização e adoção das medidas administrativas e/ou judiciais para retomada da posse do imóvel.

9.6. Extinto, por qualquer hipótese, o contrato, ou se após regular procedimento administrativo for constatado o abandono do imóvel pela CONCESSIONÁRIA, poderá o Município, através dos meios de que dispuser, promover a remoção compulsória de quaisquer bens, pertençam eles à CONCESSIONÁRIA, a seus prepostos, fornecedores, contratantes e/ou contratados, ficando a CONCESSIONÁRIA responsável pelo ressarcimento das despesas de remoção e/ou guarda dos bens.

9.7. O Município notificará a CONCESSIONÁRIA diretamente ou por edital, concedendo-lhe prazo de até 30 (trinta) dias, a partir do recebimento da notificação ou da publicação do edital, para pagamento de quaisquer débitos existentes junto ao CONCEDENTE com a consequente retirada dos bens eventualmente removidos.

9.8. Decorrido o prazo estabelecido no item anterior sem que os bens tenham sido retirados, ficará o Município autorizado a proceder a sua alienação em leilão, a fim de se ressarcir de eventuais débitos da CONCESSIONÁRIA, ficando o saldo eventualmente existente à disposição pelo prazo de 01 (um) ano, findo o qual o montante será revertido ao CONCEDENTE.

10. CRITÉRIOS PARA AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS

TABELA 1			
CRITÉRIO	PROPOSTA	PONTOS	PESO
Empregabilidade (em número de empregos diretos a serem gerados).	2 pontos por emprego gerado.	até 100	0,3
Valor do investimento privado no empreendimento a ser instalado no imóvel R$	Até 20.000,00.	4	0,2
	De 20.001,00 a 40.000,00.	6	
	40.001,00 a 60.000,00.	8	
	60.001,00 a 80.000,00	10	
	Acima de 80.000,00, a cada 20.000,00 acrescenta 2 pontos.	até 100	
Prazo para conclusão das obras / prazo para aplicação total dos investimentos	Até 4 meses	100	0,2
	De 4 a 6 meses	80	
	De 6 a 8 meses	60	
	De 8 a 10 meses	40	
	De 10 a 12 meses	20	
	Acima de 12 meses (reduzido 1 ponto para cada ano a mais)	10 pontos	
Faturamento anual da pessoa jurídica R$	Até 80.001,00.	10	0,1
	de 80.001,00 a 150.000,00.	20	
	150.001,00 a 200.000,00.	30	
	200.001,00 a 250.000,00.	40	
	250.001,00 a 300.000,00	50	
	Acima de 300.000,00, a cada 50.000,00 acrescenta 10 pontos.	até 100	
Tempo de constituição da empresa em Capanema OU tempo de residência do sócio majoritário da empresa OU da pessoa física em Capanema	5 pontos por ano.	até 100	0,1

Capacidade do empreendimento gerar uma cadeia de produção e/ou empregos indiretos no Município de Capanema/PR	Aquisição de matéria-prima de pessoas físicas ou jurídicas residentes ou sediadas no Município de Capanema.	2 pontos para cada indicação, até 100	0,1

10.1. Será vencedora a proposta que obtiver a maior pontuação no somatório total dos critérios.

10.1.1. Os critérios terão os seguintes pesos:

I - o número de novos empregos diretos gerados, com **peso 0,3**;

II - o valor do investimento privado no empreendimento, com **peso 0,2**;

III - o prazo para conclusão das obras / prazo para aplicação total dos investimentos, com **peso 0,2**;

IV - o faturamento anual, com **peso 0,1**;

V - o tempo de constituição da empresa em Capanema OU o tempo de residência do sócio majoritário da empresa em Capanema, com **peso 0,1**;

VI - capacidade do empreendimento gerar uma cadeia de produção e/ou empregos indiretos no Município de Capanema/PR, com **peso 0,1**.

10.1.2. Normas específicas de cada critério de avaliação:

a) Empregabilidade:

a.1) Este critério será avaliado mediante a proposta de geração de novos empregos diretos pelo empreendimento, no **prazo máximo de 6 (seis) meses** após a assinatura do contrato de concessão.

a.2) No **prazo de 10 (dez) dias úteis**, contados a partir do encerramento do prazo mencionado na item **a.1** acima, a CONCESSIONÁRIA deverá encaminhar à Secretaria Municipal de Indústria e Comércio os documentos comprobatórios referentes às contratações realizadas, sob pena de declaração de caducidade da concessão.

a.3) Anualmente, **sempre até o dia 30 de junho**, a concessionária encaminhará à Secretaria Municipal de Indústria e Comércio o relatório dos empregos mantidos, por meio do CAJED ou GFIP;

a.4) Em havendo descumprimento da obrigação indicada no item **a.3** acima, a Secretaria Municipal de Indústria e Comércio, de ofício, providenciará a abertura de procedimento para apurar a responsabilidade da empresa, aplicando-se as penalidades cabíveis, incluindo a possibilidade de declaração de caducidade da concessão, **respeitando-se o disposto no item 11, deste Termo de Referência.**

a.5) É possível a contratação de pessoal pela CONCESSIONÁRIA por regimes diversos do celetista, de acordo com a legislação trabalhista.

a.6) A licitante deverá apresentar uma declaração e uma certidão do CAJED ou GFIP indicando o número de funcionários já empregados pela empresa.

b) Valor do investimento privado no empreendimento:

b.1) O licitante deverá discriminar na sua proposta o valor do investimento que pretende realizar no imóvel, seja por recursos próprios, seja por recursos advindos de financiamento.

b.2) O valor de investimento poderá incluir obras e serviços de infraestrutura no imóvel, bem como aquisição de maquinários e outros investimentos identificados na proposta.

c) Prazo para conclusão das obras / prazo para aplicação total dos investimento:

c.1) O licitante deverá apresentar um cronograma de execução das obras/serviços de infraestrutura bem como da execução dos investimentos que apresentar na sua proposta.

c.2) A penalidade pelo descumprimento do prazo apresentado na proposta será a multa, no percentual de 0,5% do valor de avaliação do imóvel , por cada mês de atraso.

c.3) Caso haja a necessidade de instalação ou construção de infraestrutura mínima do imóvel a cargo do Município ou atrasos referentes ao licenciamento de construções, de competência da Secretaria de Planejamento do Município, o prazo ofertado na proposta será contado a partir da liberação formal do acesso ao terreno ou barracão, emitida pelo Prefeito Municipal, via ofício, devidamente protocolado no Protocolo-Geral do Município.

d) Faturamento anual da pessoa jurídica:

d.1) Este critério será avaliado mediante a análise da média do faturamento anual, dos últimos três exercícios financeiros, devendo a licitante apresentar os documentos e balancetes contábeis na sessão de licitação.

d.2) A licitante deverá apresentar Balanço Patrimonial e demonstrativo contábil firmado pelo representante legal da pessoa jurídica e pelo respectivo Contador dos três anos imediatamente anteriores ao da apresentação da proposta.

e) Tempo de constituição da empresa ou tempo de residência em Capanema:

e.1) Este critério será avaliado mediante análise do período em que a pessoa jurídica é sediada no Município de Capanema;

e.2) Alternativamente, poderá se considerar o tempo em que o(s) sócio(s) ou empresário(s) reside(m) no Município de Capanema.

e.2.1) Em havendo mais de um sócio, serão considerados apenas os dados do sócio que há mais tempo resida no Município de Capanema.

e.3) Em se tratando de licitante pessoa física, será considerado o tempo em que esta reside no Município de Capanema.

e.4) Os tempos de constituição da empresa e de residência do sócio não são cumulativos, devendo a licitante optar por um deles.

e.5) No caso da opção pelo tempo de residência no Município, o licitante deverá trazer na sessão de licitação os documentos comprobatórios, como escritura pública, IPTU, contas de luz, água, entre outros.

f) Capacidade do empreendimento gerar uma cadeia de produção e/ou empregos indiretos no Município de Capanema/PR:

f.1) O licitante deverá indicar as matérias-primas do seu empreendimento e os eventuais fornecedores sediados ou residentes no Município de Capanema;

f.2) O licitante deverá apresentar declaração de vínculo contratual com esse(s) fornecedor(es), com o compromisso de aquisição da matéria-prima, em caso de se sagrar vencedora no certame, com assinatura do documento pelo futuro fornecedor;

f.3) O descumprimento desse compromisso assumido com o fornecedor de matéria-prima local poderá gerar a aplicação da penalidade prevista no subitem 8.2.1.

10.2. O sistema de pontuação seguirá as seguintes regras:

10.2.1. Os critérios previstos no subitem 10.1.1. receberão no máximo 100 pontos cada.

10.2.2. Os pontos obtidos pela proponente, em cada critério, serão multiplicados pelos seus respectivos pesos, conforme definido na Tabela 1.

10.2.3. Serão somadas as pontuações obtidas de acordo com o subitem 10.2.2, para determinação da pontuação final.

10.2.4. Será considerada vencedora do item a proponente que apresentar a maior pntuação final.

10.2.5. Em caso de empate na pontuação final, será vencedora a proposta que obtiver a maior pontuação por critério, seguindo a ordem abaixo:

1°) Maior tempo de constituição da empresa em Capanema ou maior tempo de residência do sócio ou pessoa física no Município de Capanema;

2°) Maior número de empregos;

3°) Maior investimento privado;

4°) Menor tempo para execução do investimento privado;

5°) Maior valor do faturamento da Pessoa Jurídica;

6°) Persistindo o empate, deverá ser realizado sorteio.

11. DA MARGEM DE CUMPRIMENTO DA PROPOSTA DE EMPREGABILIDADE

11.1. Durante a vigência da concessão, a CONCESSIONÁRIA deverá observar a proposta apresentada na sessão de licitação, especialmente quanto ao número de empregos diretos.

11.2. Haverá uma margem de tolerabilidade no descumprimento do número de empregos diretos ofertados na proposta original, da seguinte forma:

a) a avaliação do cumprimento da proposta de criação de postos de trabalho será realizada anualmente, sempre no mês de julho, utilizando-se o período dos 12 (doze) meses anteriores;

b) Durante os doze meses anteriores à avaliação será calculada uma média do cumprimento da proposta da CONCESSIONÁRIA;

c) o percentual de tolerabilidade será de 25% (vinte e cinco por cento);

d) o descumprimento da proposta de criação de postos de trabalho acima da margem de tolerabilidade acarretará na aplicação de multa, prevista na alínea "a" do subitem 8.2.2.

e) o descumprimento da proposta de criação de postos de trabalho acima da margem de tolerabilidade **por dois anos consecutivos** acarretará na declaração de caducidade da concessão.

12. DAS ALTERAÇÕES E AMPLIAÇÕES DO IMÓVEL

12.1. Compete à CONCESSIONÁRIA adequar e equipar o espaço físico, bem como realizar as adaptações e acabamentos necessários para o início das atividades.

12.2. Havendo necessidade de modificação de alguma estrutura, a CONCESSIONÁRIA submeterá previamente à apreciação e aprovação escrita do CONCEDENTE, o qual poderá vetar, justificadamente, parcial ou totalmente qualquer modificação que se pretenda fazer nas instalações estruturais externas e internas do imóvel objeto da concessão.

12.3. É possível a ampliação da estrutura dos barracões pela CONCESSIONÁRIA, com recursos próprios, respeitando-se as diretrizes estabelecidas pelo CONCEDENTE, devidamente aprovado pelo Departamento de Engenharia do Município e pelo Prefeito Municipal.

13. DA INFRAESTRUTURA MÍNIMA DOS IMÓVEIS

13.1. Entende-se por infraestrutura mínima:

a) a disponibilização de acesso à rede elétrica;

b) a disponibilização de acesso à rede de água;

c) a adequação dos acessos físicos do imóvel;

d) a disponibilização da área do imóvel passível de exploração pelo vencedor da licitação, como aterramento e terraplanagem.

13.2. As infraestruturas mínimas elencadas nas alíneas "a", "b" e "c" do subitem 13.1 serão disponibilizadas pelo Município, independente de requerimento.

13.3. As infraestruturas mínimas elencadas na alínea "d" do subitem 13.2 serão disponibilizadas pelo Município, mediante apresentação de requerimento por parte da empresa, confecção de projeto básico e aprovação do Conselho de Desenvolvimento do Município, nos termos da Lei.

14. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO E DAS PROPOSTAS

14.1. Qualquer pessoa jurídica ou pessoa física, maior de idade, poderá participar da licitação e ofertar proposta.

14.2. Cada licitante poderá adjudicar apenas um item, sendo vedada a adjudicação de mais de um item pela mesma licitante.

14.3. Cada licitante poderá participar da concorrência de mais de um item, desde que apresentada em uma única proposta, isto é, **a mesma oferta para todos os itens.**

14.4. Junto com o envelope lacrado, a licitante indicará em folha apartada, de acordo com o modelo previsto em Anexo V do edital, os itens que pretende participar com a mesma proposta.

14.5. A relação dos itens, nessa folha apartada, será organizada de acordo com a preferência da licitante. Caso seja vencedora para mais de um imóvel, o primeiro item que constar da lista será adjudicado para a licitante. Os demais serão adjudicados pelos segundos colocados e seguintes, se for o caso.

14.6. Caso uma pessoa física se sagre vencedora da licitação de algum item, deverá providenciar a abertura da respectiva pessoa jurídica, no prazo de 4 (quatro) meses, sob pena de anulação da adjudicação.

14.6.1. Anulada a adjudicação da pessoa física, o item será adjudicado ao segundo colocado ou seguintes, se for o caso.

15. DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. A CONCESSIONÁRIA deverá obedecer às regras previstas em Lei e em regulamentos durante toda vigência do contrato.

15.2. A CONCESSIONÁRIA deverá manifestar-se por escrito em sua relação com o Município.

Capanema, 05 de outubro de 2020.

Andréa Marize W. Paeze
Secretária Municipal de Indústria, Comércio e Turismo

PARECER DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO

Nós membros da Comissão de Avaliação, nomeados pela **Portaria nº 7.651/2020** de 15/06/2020, apresentamos o nosso Parecer sobre os imóveis abaixo especificados, em atendimento a Lei Municipal nº 1.745 de 23 de julho de 2020, a qual institui o Programa "**Crescer Capanema**", dispondo sobre o uso especial de bens públicos por terceiros, Art. 2º, Parágrafo único, Inciso II – avaliação para estabelecer o valor de mercado do imóvel".

Após levantamento de preços e pesquisas junto ao mercado imobiliário do Município de Capanema-Pr, levando-se em conta a localização, topografia e a área, a Comissão estipula o valor de avaliação dos imóveis abaixo descritos.

LOTE	**02**
CHÁCARA	**78 – DENOMINADA QUADRA 78 S.E.**
SETOR	S.E.
MUNICÍPIO	Capanema
ESTADO	Paraná
ÁREA	1.136,65 m²

SITUAÇÃO

O lote nº 02 da quadra nº 78 S.E. Situa-se de frente com a Rua Por do Sol. com extensão de 55,77 metros e localiza-se à 68,74 metros da Rua Franki Cesar Paeze.

LIMITES E CONFRONTAÇÕES

NORTE:	Por uma linha seca e reta, numa extensão de 46,69 metros, confronta com a chác. 62-63 do mesmo setor.
SUL:	Por uma linha seca e reta, numa extensão de 30,00 metros, confronta com o lote nº 03 da mesma quadra.
LESTE:	Por uma linha seca e reta, numa extensão de 20,00 metros, confronta com o lote nº 01 da mesma quadra.
OESTE:	Por uma linha seca e reta, numa extensão de 55,77 metros, confronta com a Rua Por do Sol.

AVALIAÇÃO

VALOR POR M2: R$ 160,00(cento e sessenta reais) o m2.

VALOR TOTAL DO IMÓVEL: **R$ 181.864,00(cento e oitenta e um mil, oitocentos e sessenta e quatro reais).**

LOTE	**03**
CHÁCARA	**78 – DENOMINADA QUADRA 78 S.E.**
QUADRA	78
SETOR	S.E.
MUNICÍPIO	Capanema
ESTADO	Paraná
AREA	900,00 m²

SITUAÇÃO

O lote nº 03 da quadra nº 78 S.E. Situa-se de frente com a Rua Por do Sol, com extensão de 30,00 e localiza-se a 38,74 metros da Rua Franki Cesar Paeze.

LIMITES E CONFRONTAÇÕES

NORTE:	Por uma linha seca e reta, numa extensão de 30,00 metros, confronta com o lote nº 02 da mesma quadra.
SUL:	Por uma linha seca e reta, numa extensão de 30,00 metros, confronta com o lote nº 01 da mesma quadra.
LESTE:	Por uma linha seca e reta, numa extensão de 30,00 metros, confronta com o lote nº 01 da mesma quadra.
OESTE:	Por uma linha seca e reta, numa extensão de 30,00 metros, confronta com a Rua Por do Sol.

AVALIAÇÃO

VALOR POR M2: R$ 160,00(cento e sessenta reais) o m2,

VALOR TOTAL DO IMÓVEL: **R$ 144.000,00(cento e quarenta e quatro mil reais).**

CHÁCARA	**12-A**
SETOR	S.E.
MUNICÍPIO	Capanema
ESTADO	Paraná
ÁREA	500,00 m²

SITUAÇÃO

A chácara nº 12-A do Setor S.E. Situa-se frente com a Rua Por do Sol, com extensão de 25,00 e localiza-se na esquina com a Rua Silvério Ampessan.

LIMITES E CONFRONTAÇÕES

NORTE:	Por uma linha seca e reta, numa extensão de 20,00 metros, confronta com a Rua Silverio Ampessan.
SUL:	Por uma linha seca e reta, numa extensão de 20,00 metros, confronta com a chác. nº 12-B do mesmo setor.
LESTE:	Por uma linha seca e reta, numa extensão de 25,00 metros, confronta com a Rua Por do Sol.
OESTE:	Por uma linha seca e reta, numa extensão de 25,00 metros, confronta com a chácara nº 12-C do mesmo setor.

AVALIAÇÃO

VALOR POR M2: R$ 160,00(cento e sessenta reais) o m2,

VALOR TOTAL DO IMÓVEL **R$ 80.000,00(oitenta mil reais).**

CHÁCARA	**12-B**
SETOR	S.E.
MUNICÍPIO	Capanema
ESTADO	Paraná
ÁREA	500.00 m²

SITUAÇÃO

A chácara nº 12-B do Setor S.E. Situa-se frente com a Rua Por do Sol, com extensão de 25,00 e localiza-se à 25,00 metros da Rua Silvério Ampessan.

LIMITES E CONFRONTAÇÕES

NORTE:	Por uma linha seca e reta, numa extensão de 20.00 metros, confronta com a chácara nº 12-A.
SUL:	Por uma linha seca e reta, numa extensão de 20.00 metros, confronta com a chác. nº 13 do mesmo setor.
LESTE:	Por uma linha seca e reta, numa extensão de 25,00 metros, confronta com a Rua Por do Sol.
OESTE:	Por uma linha seca e reta, numa extensão de 25.00 metros, confronta com a chácara nº 12-C do mesmo setor.

AVALIAÇÃO

VALOR POR M2:	R$ 160.00(cento e sessenta reais) o m2.
VALOR TOTAL DO IMÓVEL:	**R$ 80.000,00(oitenta mil reais).**

CHÁCARA	**12-C**
SETOR	S.E.
MUNICÍPIO	Capanema
ESTADO	Paraná
ÁREA	1.000,00 m²

SITUAÇÃO

A chácara nº 12-C do Setor S.E. Situa-se frente com a Rua Silvério Ampessan, com extensão de 20,00 metros e localiza-se à 20,00 metros da Rua Por do Sol.

LIMITES E CONFRONTAÇÕES

NORTE:	Por uma linha seca e reta, numa extensão de 20.00 metros, confronta com a Rua Silvério Ampessan.
SUL:	Por uma linha seca e reta, numa extensão de 20,00 metros, confronta com a chác. nº 13 do mesmo setor.
LESTE:	Por uma linha seca e reta, numa extensão de 50,00 metros, confronta com as chácaras 12-A e 12-B, do mesmo setor.
OESTE:	Por uma linha seca e reta, numa extensão de 50,00 metros, confronta com a chácara nº 12-D do mesmo setor.

AVALIAÇÃO

VALOR POR M2:	R$ 150.00(cento e cinquenta reais) o m2.
VALOR TOTAL DO IMÓVEL:	**R$ 150.000,00(cento e cinquenta mil reais).**

CHÁCARA	**12-D**
SETOR	S.E.
MUNICÍPIO	Capanema
ESTADO	Paraná
ÁREA	1.000,00 m²

SITUAÇÃO

A chácara nº 12-D do Setor S.E. Situa-se frente com a Rua Silvério Ampessan, com extensão de 20.00 metros e localiza-se à 40.00 metros da Rua Por do Sol.

LIMITES E CONFRONTAÇÕES

NORTE:	Por uma linha seca e reta, numa extensão de 20.00 metros, confronta com a Rua Silvério Ampessan.
SUL:	Por uma linha seca e reta, numa extensão de 20,00 metros, confronta com a chác. nº 13 do mesmo setor.
LESTE:	Por uma linha seca e reta, numa extensão de 50,00 metros, confronta com a chácara 12-C. do mesmo setor.
OESTE:	Por uma linha seca e reta, numa extensão de 50,00 metros, confronta com a chácara nº 12-I do mesmo setor.

AVALIAÇÃO

VALOR POR M2:	R$ 150,00(cento e cinquenta reais) o m2,
VALOR TOTAL DO IMÓVEL:	**R$ 150.000,00(cento e cinquenta mil reais).**

CHÁCARA	**12-E**
SETOR	S.E.
MUNICÍPIO	Capanema
ESTADO	Paraná
ÁREA	1.000,00 m²

SITUAÇÃO

A chácara nº 12-E do Setor S.E. Situa-se frente com a Rua Silvério Ampessan, com extensão de 20.00 metros e localiza-se à 60.00 metros da Rua Por do Sol.

LIMITES E CONFRONTAÇÕES

NORTE:	Por uma linha seca e reta, numa extensão de 20.00 metros, confronta com a Rua Silvério Ampessan.
SUL:	Por uma linha seca e reta, numa extensão de 20,00 metros, confronta com a chác. nº 13 do mesmo setor.
LESTE:	Por uma linha seca e reta, numa extensão de 50.00 metros, confronta com a chácara 12-D. do mesmo setor.
OESTE:	Por uma linha seca e reta, numa extensão de 50.00 metros, confronta com a chácara nº 12-I do mesmo setor.

AVALIAÇÃO

VALOR POR M2:	R$ 150,00(cento e cinquenta reais) o m2,
VALOR TOTAL DO IMÓVEL:	**R$ 150.000,00(cento e cinquenta mil reais).**

CHÁCARA	**12-F**
SETOR	S.E.
MUNICÍPIO	Capanema
ESTADO	Paraná
ÁREA	1.000,00 m²

SITUAÇÃO

A chácara nº 12-F do Setor S.E. Situa-se frente com a Rua Silvério Ampessan, com extensão de 20.00 metros e localiza-se à 80.00 metros da Rua Por do Sol.

LIMITES E CONFRONTAÇÕES

NORTE:	Por uma linha seca e reta, numa extensão de 20.00 metros, confronta com a Rua Silvério Ampessan.
SUL:	Por uma linha seca e reta, numa extensão de 20,00 metros, confronta com a chác. nº 13 do mesmo setor.
LESTE:	Por uma linha seca e reta, numa extensão de 50.00 metros, confronta com a chácara 12 L. do mesmo setor.
OESTE:	Por uma linha seca e reta, numa extensão de 50,00 metros, confronta com a chácara nº 12 do mesmo setor.

AVALIAÇÃO

VALOR POR M2:	R$ 150,00(cento e cinquenta reais) o m2.
VALOR TOTAL DO IMÓVEL:	**R$ 150.000,00(cento e cinquenta mil reais).**

LOTE	**03 – DENOMINADO QUADRA 80**
QUADRA	80
SETOR	N.O
MUNICÍPIO	CAPANEMA
ESTADO	PARANÁ
ÁREA	712,04m²

SITUAÇÃO

O lote nº 03 da quadra nº 80 do setor N.O. localiza-se, frente com a Rua Paraiba, com extensão de 31,00 metros, na esquina com a Rua Guarany.

LIMITES E CONFRONTAÇÕES

NORTE	Por linha seca e reta confronta com a Rua Paraiba, numa extensão de 31,00 metros.
OESTE	Por linha seca e reta , confronta com o lote nº 04 da mesma quadra , numa extensão de 24,69 metros.
SUL	Por linha seca e reta confronta com o lote nº 10 da mesma quadra, numa extensão de 30,64 metros.
LESTE	Por linha seca e reta confronta com a Rua Guarany, numa extensão de 22,00 metros

AVALIAÇÃO

VALOR POR M2:	R$ 240,00(duzentos e quarenta reais) o m2.
VALOR TOTAL DO IMÓVEL:	**R$ 170.889,60(cento e setenta mil, oitocentos e oitenta e nove reais e sessenta centavos).**

LOTE	**04 – DENOMINADO QUADRA 80**
QUADRA	80
SETOR	N.O
MUNICÍPIO	CAPANEMA
ESTADO	PARANÁ
ÁREA	780.65m²

SITUAÇÃO

O lote nº 04 da quadra nº 80 do setor N.O. situa-se, frente com a **Rua Paraiba**, com extensão de 30.50 metros e localiza-se à 31,00 metros da Rua Guarany.

LIMITES E CONFRONTAÇÕES

NORTE	Por linha seca e reta confronta com a Rua Paraiba, numa extensão de 30.50 metros.
OESTE	Por linha seca e reta , confronta com o lote nº 05 da mesma quadra , numa extensão de 27.35 metros.
SUL	Por linha seca e reta confronta com o lote nº 10 da mesma quadra, numa extensão de 30,13 metros.
LESTE	Por linha seca e reta confronta com o lote nº 03, numa extensão de 24.69 metros.

AVALIAÇÃO

VALOR POR M2:	R$ 200,00(duzentos reais) o m2.
VALOR TOTAL DO IMÓVEL:	**R$ 156.130,00(cento e cinquenta e seis mil, cento e trinta reais).**

LOTE	**05 – DENOMINADO QUADRA 80**
QUADRA	80
SETOR	N.O
MUNICÍPIO	CAPANEMA
ESTADO	PARANÁ
ÁREA	860.26 m²

SITUAÇÃO

O lote nº 05 da quadra nº 80 do setor N.O. situa-se, frente com a **Rua Paraiba**, com extensão de 30,50 metros e localiza-se à 61,50 metros da Rua Guarany.

LIMITES E CONFRONTAÇÕES

NORTE	Por linha seca e reta confronta com a Rua Paraiba, numa extensão de 30,50 metros.
OESTE	Por linha seca e reta , confronta com o lote nº 06 da mesma quadra , numa extensão de 30,00 metros.
SUL	Por linha seca e reta confronta com o lote nº 10 da mesma quadra, numa extensão de 30,13 metros.
LESTE	Por linha seca e reta confronta com o lote nº 04, numa extensão de 27,35 metros.

AVALIAÇÃO

VALOR POR M2:	R$ 200,00(duzentos reais) o m2.
VALOR TOTAL DO IMÓVEL:	**R$ 172.052,00(cento e setenta e dois mil e cinquenta e dois reais)**

LOTE	**06 – DENOMINADO QUADRA 80**
QUADRA	80
SETOR	N.O
MUNICÍPIO	CAPANEMA
ESTADO	PARANÁ
AREA	1.546,33 m²

SITUAÇÃO

O lote nº 06 da quadra nº 80 do setor N.O. situa-se, frente com a **Rua Paraiba**, com extensão de 40,66 metros e localiza-se à 92,00 metros da Rua Guarany.

LIMITES E CONFRONTAÇÕES

NORTE	Por linha seca e reta confronta com a Rua Paraiba, numa extensão de 40,66 metros
OESTE	Por linha seca e reta , confronta com o lote nº 07 da mesma quadra , numa extensão de 42,31 metros.
SUL	Por linha seca e reta confronta com o lote nº 10 da mesma quadra, numa extensão de 40,00 metros.
LESTE	Por linha seca e reta confronta com os lotes nº 05 e nº 10 da mesma quadra, com extensão de 30,00 metros e 5,00 metros.

AVALIAÇÃO

VALOR POR M2:	R$ 200,00(duzentos reais) o m2,
VALOR TOTAL DO IMÓVEL:	**R$ 309.266,00(trezentos e nove mil, duzentos e sessenta e seis reais).**

LOTE	**07 – DENOMINADO QUADRA 80**
QUADRA	80
SETOR	N.O
MUNICÍPIO	CAPANEMA
ESTADO	PARANÁ
ÁREA	1.592,95 m²

SITUAÇÃO

O lote nº 07 da quadra nº 80 do setor N.O. situa-se, frente com a **Rua Paraiba**, com extensão de 35,59 metros e localiza-se à 132,66 metros da Rua Guarany.

LIMITES E CONFRONTAÇÕES

NORTE	Por linha seca e reta confronta com a Rua Paraiba, numa extensão de 35,59 metros.
OESTE	Por linha seca e reta, confronta com o lote nº 08 da mesma quadra , numa extensão de 48,71 metros.
SUL	Por linha seca e reta confronta com o lote nº 10 da mesma quadra, numa extensão de 35,00 metros.
LESTE	Por linha seca e reta confronta com o lote nº 06 da mesma quadra, com extensão de 42,31 metros.

AVALIAÇÃO

VALOR POR M2:	R$ 200,00(duzentos reais) o m2,
VALOR TOTAL DO IMÓVEL:	**R$ 318.590,00(trezentos e dezoito mil, quinhentos e noventa reais).**

LOTE	**08 – DENOMINADO QUADRA 80**
QUADRA	80
SETOR	N.O
MUNICÍPIO	CAPANEMA
ESTADO	PARANÁ
ÁREA	1.816,87 m²

SITUAÇÃO

O lote nº 08 da quadra nº 80 do setor N.O. situa-se, frente com a **Rua Paraiba**, com extensão de 35,59 metros e localiza-se à 168,25 metros da Rua Guarany.

LIMITES E CONFRONTAÇÕES

NORTE	Por linha seca e reta confronta com a Rua Paraiba, numa extensão de 35,59 metros.
OESTE	Por linha seca e reta , confronta com o lote nº 09 da mesma quadra , numa extensão de 55,11 metros.
SUL	Por linha seca e reta confronta com o lote nº 10 da mesma quadra, numa extensão de 35,00 metros.
LESTE	Por linha seca e reta confronta com o lote nº 07 da mesma quadra, com extensão de 48,71 metros.

AVALIAÇÃO

VALOR POR M2:	R$ 200.00(duzentos reais) o m2.
VALOR TOTAL DO IMÓVEL:	**R$ 363.374,00(trezentos e sessenta e três mil, trezentos e setenta e quatro reais).**

LOTE	**09 – DENOMINADO QUADRA 80**
QUADRA	80
SETOR	N.O
MUNICÍPIO	CAPANEMA
ESTADO	PARANÁ
ÁREA	2.319,42 m²

SITUAÇÃO

O lote nº 09 da quadra nº 80 do setor N.O. situa-se, frente com a **Rua Paraiba**, com extensão de 40,16 metros e localiza-se à 203,84 metros da Rua Guarany.

LIMITES E CONFRONTAÇÕES

NORTE	Por linha seca e reta confronta com a Rua Paraiba, numa extensão de 40,16 metros.
OESTE	Por linha seca e reta, confronta com a chácara nº 78 do mesmo setor, numa extensão de 62,33 metros.
SUL	Por linha seca e reta confronta com o lote nº 10 da mesma quadra, numa extensão de 39,50 metros.
LESTE	Por linha seca e reta confronta com o lote nº 08 da mesma quadra, com extensão de 55,11 metros.

AVALIAÇÃO

VALOR POR M2:	R$ 200.00(duzentos reais) o m2.
VALOR TOTAL DO IMÓVEL:	**R$ 463.884,00(quatrocentos e sessenta e três mil, oitocentos e oitenta e quatro reais).**

LOTE	**05**
CHÁCARA	**01-A - DENOMINADO QUADRA 84**
QUADRA	84
SETOR	N.E.
MUNICÍPIO	Capanema
ÁREA	1.365,00 m²

SITUAÇÃO

O lote nº 05 da quadra nº 84 N.E. Situa-se frente com a Rua 25 de Maio, com extensão de 35,00 metros e localiza-se a 30,22 metros da Rua Pedro Antônio de Godoy.

LIMITES E CONFRONTAÇÕES

NORTE:	Por uma linha seca e reta, numa extensão de 39,00 metros, confronta com o lote nº 04 da mesma quadra e setor.
SUL:	Por uma linha seca e reta, numa extensão de 39,00 metros, confronta com o lote nº 06 da mesma quadra e setor.
LESTE:	Por uma linha seca e reta, numa extensão de 35,00 metros, confronta com a chácara nº 02 do mesmo setor.
OESTE:	Por uma linha seca e reta, numa extensão de 35,00 metros, confronta com a Rua 25 de Maio.

AVALIAÇÃO

VALOR POR M2:	R$ 140,00(cento e quarenta reais) o m2.
VALOR TOTAL DO IMÓVEL:	**R$ 191.100,00(cento e noventa e um mil e cem reais).**

LOTE	**03**
CHÁCARA	**01-A – DENOMINADO QUADRA 84**
QUADRA	**84**
SETOR	N.E.
MUNICÍPIO	Capanema
ÁREA	1.053,00 m²

SITUAÇÃO

O lote nº 03 da quadra nº 84 N.E. Situa-se frente com a Rua 25 de Maio, com extensão de 27,00 metros e localiza-se à 34,00 metros da Rua Adão Felicio Poncio.

LIMITES E CONFRONTAÇÕES

NORTE:	Por uma linha seca e reta, numa extensão de 39,00 metros, confronta com o lote nº 02 da mesma quadra e setor.
SUL:	Por uma linha seca e reta, numa extensão de 39,00 metros, confronta com o lote nº 04 da mesma quadra e setor.
LESTE:	Por uma linha seca e reta, numa extensão de 27,00 metros, confronta com a chácara nº 02 do mesmo setor.
OESTE:	Por uma linha seca e reta, numa extensão de 27,00 metros, confronta com a Rua 25 de Maio.

AVALIAÇÃO

VALOR POR M2:	R$ 140,00(quarenta reais) o m2.
VALOR TOTAL DO IMÓVEL:	**R$ 147.420,00(cento e quarenta e sete mil, quatrocentos e vinte reais).**

Município de Capanema - PR

LOTE	**05**
CHÁCARA	**01 – A – DENOMINADO QUADRA 84-A**
QUADRA	84-A
SETOR	N.E.
MUNICÍPIO	Capanema
ÁREA	756,00 m²

SITUAÇÃO

O lote nº 05 da quadra nº 84-A N.E. Situa-se frente com a Avenida Independência, com extensão de 21,00 metros e localiza-se à 58,34 metros da Rua Pedro Antônio de Godoy.

LIMITES E CONFRONTAÇÕES

NORTE:	Por uma linha seca e reta, numa extensão de 36,00 metros, confronta com o lote nº 04 da mesma quadra e setor.
SUL:	Por uma linha seca e reta, numa extensão de 36,00 metros, confronta com o lote nº 06 da mesma quadra e setor.
LESTE:	Por uma linha seca e reta, numa extensão de 21,00 metros, confronta com a Rua 25 de Maio.
OESTE:	Por uma linha seca e reta, numa extensão de 21,00 metros, confronta com a Avenida Independência.

AVALIAÇÃO

VALOR POR M2:	R$ 140,00(cento e quarenta reais) o m2.
VALOR DO TERRENO:	**R$ 105.840,00(cento e cinco mil, oitocentos e quarenta reais).**

Barracão Industrial em Pré-Moldado com 02 banheiros e 01 escritório, totalizando 300,00m2

VALOR DO BARRACÃO:	**R$ 183.317,53(cento e oitenta e três mil, trezentos e dezessete reais e cinquenta e três centavos).**

LOTE	**04**
CHÁCARA	**01-A – DENOMINADO QUADRA 84-A**
QUADRA	84-A
SETOR	N.E.
MUNICÍPIO	Capanema
ÁREA	756,00 m²

SITUAÇÃO

O lote nº 04 da quadra nº 84-A N.E. Situa-se frente com a Avenida Independência, com extensão de 21,00 metros e localiza-se à 79,34 metros da Rua Pedro Antônio de Godoy.

LIMITES E CONFRONTAÇÕES

NORTE:	Por uma linha seca e reta, numa extensão de 36,00 metros, confronta com o lote nº 03 da mesma quadra e setor.
SUL:	Por uma linha seca e reta, numa extensão de 36,00 metros, confronta com o lote nº 05 da mesma quadra e setor.
LESTE:	Por uma linha seca e reta, numa extensão de 21,00 metros, confronta com a Rua 25 de Maio.
OESTE:	Por uma linha seca e reta, numa extensão de 21,00 metros, confronta com a Avenida Independência.

AVALIAÇÃO

VALOR POR M2:	R$ 140,00(cento e quarenta reais) o m2.
VALOR DO TERRENO:	**R$ 105.840,00(cento e cinco mil, oitocentos e quarenta reais).**

Barracão Industrial em Pré-Moldado com 02 banheiros e 01 escritório, totalizando 300,00m2

VALOR DO BARRACÃO:	**R$ 183.317,53(cento e oitenta e três mil, trezentos e dezessete reais e cinquenta e três centavos).**

LOTE	**02**
CHÁCARA	**01-A – DENOMINADO QUADRA 84-B**
QUADRA	84-B
SETOR	N.E.
MUNICÍPIO	Capanema
ESTADO	Paraná
ÁREA	1.083,22 m²

SITUAÇÃO

O lote nº 02 da quadra nº 84-B N.E. Situa-se frente com a Avenida Independência, com extensão de 26,42 metros e localiza-se na esquina com a Rua Adão Felicio Poncio.

LIMITES E CONFRONTAÇÕES

NORTE:	Por uma linha seca e reta, numa extensão de 41,00 metros, confronta com o lote nº 01 da quadra 84-B do mesmo setor.
SUL:	Por uma linha seca e reta, numa extensão de 41,00 metros, confronta com a Rua Adão Felicio Poncio.
LESTE:	Por uma linha seca e reta, numa extensão de 26,42 metros, confronta com a Rua 25 de Maio.
OESTE:	Por uma linha seca e reta, numa extensão de 26,42 metros, confronta com a Avenida Independência.

AVALIAÇÃO

VALOR POR M2:	R$ 180,00(cento e oitenta reais) o m2.
VALOR TOTAL DO IMÓVEL:	**R$ 194.979,60(cento e noventa e quatro mil, novecentos e setenta e nove reais e sessenta centavos).**

Sem mais a constar, firmamos a presente avaliação.

Capanema-Pr, 25 de setembro de 2020.

Édina Luciane Escher Sott
Presidente

Andrea Marize Weschenfelder Paeze
Membro

Eliane Marisa Mesomo
Membro

Adriel Junior Bazzanella
Membro

Clair José Walter
Membro

Rubens Luis Rolando de Souza
Membro

Capanema - PR, 05 de outubro de 2020

Assunto: Concorrência

DE: Prefeito Municipal

PARA:
- Departamento de Contabilidade;
- Procuradoria Jurídica;
- Presidente da Comissão Permanente de Abertura e Julgamento de Licitações.

Aprovo o Projeto Básico e Preliminarmente à autorizo a tramitação do processo cujo objeto é **CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE TERRENOS E BARRACÕES PARA FINS DE INCENTIVO AO DESENVOLVIMENTO DE EMPREGOS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA**. , deverá tramitar pelos setores competentes com vistas:

1 - À indicação de recursos de ordem orçamentária para fazer frente a despesa;

2 - À elaboração de parecer sobre a possibilidade do procedimento licitatório, indicando a modalidade e o tipo de licitação a serem adotados no certame;

3 - À elaboração da minuta do instrumento convocatório da licitação e da minuta do contrato;

4 - Ao exame e aprovação das minutas indicadas no item 3 acima.

Atenciosamente,

Américo Bellé
Prefeito Municipal

02/1239

041

Capanema - PR, 05 de outubro de 2020

Assunto: Concorrência

DE: Departamento de Contabilidade
PARA: Prefeito Municipal

Senhor Prefeito

Em atenção ao oficio datado de 05/10/2020, objeto: **CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE TERRENOS E BARRACÕES PARA FINS DE INCENTIVO AO DESENVOLVIMENTO DE EMPREGOS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA**, informamos a existência de previsão de recursos orçamentários para assegurar o pagamento das obrigações decorrentes do Certame, sendo que o pagamento será efetuado através da Dotação Orçamentária abaixo descrita;

Dotações					
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2020	4430	12.001.22.661.2201.2222	000	3.3.90.39.00.00	Do Exercício

Respeitosamente,

Cleomar Walter
Téc. Cont. CRC: PR-046483/O-2
CPF: 723.903.959-53

000031

EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 02/2020
MODALIDADE: MAIOR OFERTA.

000042

EDITAL DE CONCORRÊNCIA PARA CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE TERRENOS E BARRACÕES PARA FINS DE INCENTIVO AO DESENVOLVIMENTO DE EMPREGOS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA

O Município de Capanema PR, no uso de suas atribuições em conformidade com a Lei nº 8.666/93 e da Lei Municipal nº 1.488/2013, torna público aos interessados que na data, horário e local abaixo aprazados, a Comissão Permanente de Licitações, designada pela Portaria nº. 7.537, de 16/12/2019, se reunirá com a finalidade de receber a documentação e propostas para **CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE TERRENOS E BARRACÕES PARA FINS DE INCENTIVO AO DESENVOLVIMENTO DE EMPREGOS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA,** descritos no Termo de Referência desta licitação.

DATA CREDENCIAMENTO: 09/11/2020
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até as 8h30min. de 09/11/2020.
LOCAL: Setor de Licitações, Prefeitura Municipal de Capanema, Av. Gov.Pedro Viriato Parigot de Souza, 1080, Centro, Capanema PR, CEP: 85760-000.
DATA DA ABERTURA DAS PROPOSTAS09/11/2020 as 8h30min.
LOCAL: Setor de Licitações, Prefeitura Municipal de Capanema, Av. Gov.Pedro Viriato Parigot de Souza, 1080, Centro, Capanema PR, CEP: 85760-000.

1. DO OBJETO

1.1. CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE TERRENOS E BARRACÕES, DESTINADOS À INSTALAÇÃO DE EMPRESAS DE QUALQUER NATUREZA, DE ACORDO COM AS CONDIÇÕES PREVISTAS NO TERMO DE REFERÊNCIA, VISANDO ESTIMULAR A GERAÇÃO DO EMPREGO E RENDA NO ÂMBITO MUNICIPAL, EM CONFORMIDADE COM A LEI MUNICIPAL Nº 1.745/2020.

2. DAS CONDIÇÕES DA CONCESSÃO DE USO

2.1. O prazo de concessão de uso do imóvel objetos desta licitação será de **20 (vinte) anos**, contados a partir do dia 1º de janeiro de 2021, podendo ser prorrogado por igual período, nos termos descritos no Termo de Referência.

2.2. As despesas decorrentes do exercício da atividade e os tributos devidos ficarão por conta exclusivamente da CONCESSIONÁRIA.

2.3. As despesas de água, energia elétrica, telefone, IPTU e quaisquer outras que venham a incidir sobre o imóvel ou atividade explorada correrão por conta da CONCESSIONÁRIA.

2.4. A CONCESSIONÁRIA fica obrigada a apresentar os comprovantes de pagamento dos tributos devidos quando exigido pelo CONCEDENTE.

2.5. A CONCESSIONÁRIA será responsável por perdas e danos causados ao patrimônio do CONCEDENTE ou de terceiros durante a utilização do imóvel objeto da concessão.

3. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão participar desta Licitação pessoas físicas ou jurídicas de qualquer ramo de atividade, desde que cumpram os requisitos e condições previstos no Termo de Referência.

3.2. Os proponentes poderão ser representados por procuração pública ou privada, com firma reconhecida, ou por meio de assinatura digital (conforme ICP-Brasil) do outorgante, outorgando poderes específicos para participar das diversas fases desta licitação.

3.3. O proponente apresentará **apenas uma proposta**, a qual será válida para a adjudicação de apenas um terreno ou barracão.

3.4. As propostas, de diferentes licitantes, melhor classificadas serão consideradas vencedoras do certame, considerando a melhor proposta para cada item.

4. DA REPRESENTAÇÃO LEGAL

4.1. Os interessados deverão se fazer presente no ato do recebimento dos envelopes, pessoalmente, pelo seu representante legal ou contratual, ou por meio de procurador, com poderes específicos, para apresentar proposta e intervir nas fases do procedimento licitatório, desde que exiba no ato de entrega dos envelopes, documento de procuração que o identifique, de acordo com o modelo **"Anexo II".**

4.2. A falta de apresentação do documento de credencial por parte do representante, a que se refere o item anterior, o impedirá de se manifestar ou responder pelo licitante, salvo se se tratar do representante legal ou contratual da pessoa jurídica.

5. DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS E PROPOSTAS

5.1. O envelope da proposta será entregue pelo próprio licitante ou seu representante legal (mediante apresentação de cédula de identidade e procuração) ou apresentado via correio, a Comissão de Licitação, observado em qualquer caso o prazo para recebimento das propostas.

5.2. O envelope proposta deverá conter na proposta preenchida de forma legível, a identificação e assinatura do proponente e os termos da proposta.

5.3. Os documentos exigidos no presente Edital e as propostas, deverão ser apresentados em 2 (dois) envelopes opacos, lacrados e indevassáveis, contendo em sua parte externa frontal o nome do licitante, a modalidade e o número da licitação, na seguinte forma:

ENVELOPE Nº 01 - HABILITAÇÃO
MUNICÍPIO DE CAPANEMA-PR
CONCORRÊNCIA Nº XX/2020
(Nome do licitante)

ENVELOPE Nº. 02 - PROPOSTA
MUNICÍPIO DE CAPANEMA-PR
CONCORRÊNCIA Nº. XX/2020

(Nome do licitante)

5.4. A licitante deverá preencher o documento previsto no **Anexo V**, indicando para quais os itens que sua proposta será válida.

5.4.1. Essa proposta será entregue para a Comissão Permanente de Licitação dentro do envelope nº 02.

6. DA HABILITAÇÃO

6.1. Para fins de habilitação na presente Licitação, exigir-se-á dos licitantes, através da apresentação no envelope nº. **01**, exclusivamente, a seguinte documentação:

6.2. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

6.2.1. Pessoa Jurídica:

a) Cédula de identidade e CPF dos sócios;

b) Registro Comercial, no caso de empresa individual;

c) Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, com todas as suas eventuais alterações, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedade por ações, acompanhados de documentos de eleição de seus administradores;

d) Cartão do CNPJ atualizado;

e) Cartão de Inscrição Estadual atualizado;

f) Comprovante de endereço da empresa;

g) RG e CPF dos sócios;

h) Comprovante de endereço dos sócios.

6.3. REGULARIDADE FISCAL

6.3.1. Pessoa Jurídica:

a) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes do Estado ou Município, da sede da pessoa jurídica;

b) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

c) Certidão negativa de débito, ou Certidão positiva com efeitos de negativa para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal, sendo esta última da sede do licitante;

d) Prova de regularidade junto a Seguridade Social (INSS) e junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), através da apresentação das respectivas Certidões Negativas de Débito;

e) Prova de Regularidade com o Ministério do Trabalho, através da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas CNDT;

6.3.2. Pessoa Física:

a) Cópia de inscrição no cadastro de pessoa física (CPF);

b) Cópia de inscrição no Registro Geral (RG);

c) Comprovante de residência;

d) Certidão negativa de débito, ou Certidão positiva com efeitos de negativa para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal, sendo esta última da residência do licitante;

6.3.3. A documentação necessária para a habilitação poderá ser apresentada em original, por publicação em órgão da impressa oficial, certidões emitidas de sites oficias, ou por qualquer processo de cópia autenticada por Tabelião ou funcionário da administração municipal, neste caso mediante apresentação dos originais.

6.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

a) A visita técnica poderá ser feita por agendamento diretamente na Secretaria de Administração, pelo telefone: 46 3552-1321.

a.1) Caso a proponente opte por não fazer a visita técnica, deverá preencher a Declaração Formal de Dispensa de Visita Técnica **(Anexo VI).**

7. DA PROPOSTA

7.1. A proposta deverá ser preenchida conforme **Anexo IV** deste edital.

7.2. A proposta deverá apresentar os seguintes requisitos mínimos:

Descrição clara e objetiva do ramo de atividade empresarial a ser desenvolvida;
Matéria prima a ser utilizada;
Capacidade produtiva da unidade a ser instalada e/ou ampliada;
Mercado consumidor potencial;
Previsão de faturamento, custos, despesas e retorno dos investimentos;
Relação da infraestrutura, equipamentos e instalações necessárias ao funcionamento do projeto global, acompanhada de orçamento discriminado;
Previsão de investimentos próprios;
Previsão de geração de empregos diretos e indiretos;
Apresentação de projeto de viabilidade econômica.
Compromisso da proponente em contratar, preferencialmente, pessoas que sejam domiciliados no Município de Capanema/PR.

7.4. As contratações deverão ocorrer no **prazo máximo de 6 meses,** contados da assinatura do contrato de concessão de direito real de uso.

7.5. Em situações excepcionalíssimas, como na hipótese de decretação de estado de emergência, ou estado de calamidade pública, com abalo significativo na economia local, regional ou nacional, será possível o descumprimento da proposta apresentada pela Concessionária, nos termos do Decreto Municipal que regulamente a flexibilização das concessões reais de uso, no âmbito do Município de Capanema.

8. DA ABERTURA DOS ENVELOPES E DOS CRITÉRIOS DE ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA.

8.1. Aberta à sessão para o recebimento da documentação e propostas e, declarando encerrado o prazo para entrega dos envelopes, o Presidente da Comissão de Licitação não admitirá a participação de licitantes retardatários, nem serão

admitidas, modificações ou substituição das propostas ou de quaisquer documentos, exceto no caso de interesse da Administração Municipal, objetivando dissipar eventuais dúvidas.

8.2. Abertos os envelopes nº 01 de todas as proponentes, os documentos neles contidos serão examinados e rubricados pelos licitantes credenciados e pelos membros da Comissão de Licitação.

8.3. Serão considerados inabilitados automaticamente os licitantes que não apresentarem a documentação solicitada, ou apresentarem-na com vícios ou defeitos que impossibilitem seu entendimento, ou não atendam satisfatoriamente as condições do edital.

8.4. Promulgado o resultado final da fase de habilitação, a Comissão procederá à abertura dos envelopes nº. 02 (proposta), em sessão pública previamente designada, que poderá constituir-se na mesma prevista no preâmbulo deste edital, se todos os licitantes, habilitados ou não, desistirem da faculdade de interpor de recurso, de modo expresso, mediante o registro de circunstância em ata ou mediante apresentação de termo de renúncia ao direito de interposição de recurso.

8.5. Os envelopes contendo as propostas dos licitantes inabilitados serão devolvidos, ainda lacrados, aos representantes das licitantes, após definitivamente encerrada a fase de habilitação, cujos documentos poderão ser retirados pessoalmente junto ao Departamento de Licitações do Município.

8.6. Abertos os envelopes de nº. 02, contendo as propostas, estas serão examinadas e rubricadas pelos licitantes credenciados e pelos membros da Comissão de Licitação.

8.7. Serão desclassificadas as propostas que apresentarem irregularidades, vícios ou defeitos que impossibilitem seu entendimento ou não atendam as especificações deste edital.

8.8. Não consistirá causa de inabilitação ou desclassificação a irregularidade formal que não afete o conteúdo, a idoneidade do documento ou o caráter da competição.

8.9. Do julgamento da habilitação da classificação das propostas e dos atos públicos previstos neste procedimento, lavrar-se-ão atas circunscritas que serão assinadas pelos membros da Comissão de Licitações e, quando for o caso, pelos licitantes credenciados presentes.

8.10. <u>Critérios para Avaliação das Propostas:</u>

TABELA 1			
CRITÉRIO	**PROPOSTA**	**PONTOS**	**PESO**
Empregabilidade (em número de empregos diretos a serem gerados).	2 pontos por emprego gerado.	até 100	0,3
Valor do investimento privado	Até 20.000,00.	4	0,2
	De 20.001,00 a 40.000,00.	6	
	40.001,00 a 60.000,00.	8	

no empreendimento a ser instalado no imóvel R$	60.001,00 a 80.000,00	10	
	Acima de 80.000,00, a cada 20.000,00 acrescenta 2 pontos.	até 100	
Prazo para conclusão das obras / prazo para aplicação total dos investimentos	Até 4 meses	100	0,2
	De 4 a 6 meses	80	
	De 6 a 8 meses	60	
	De 8 a 10 meses	40	
	De 10 a 12 meses	20	
	Acima de 12 meses (reduzido 1 ponto para cada ano a mais)	10 pontos	
Faturamento anual da pessoa jurídica R$	Até 80.001,00.	10	0,1
	de 80.001,00 a 150.000,00.	20	
	150.001,00 a 200.000,00.	30	
	200.001,00 a 250.000,00.	40	
	250.001,00 a 300.000,00	50	
	Acima de 300.000,00, a cada 50.000,00 acrescenta 10 pontos.	até 100	
Tempo de constituição da empresa em Capanema OU tempo de residência do sócio majoritário da empresa OU da pessoa física em Capanema	5 pontos por ano.	até 100	0,1
Capacidade do empreendimento gerar uma cadeia de produção e/ou empregos indiretos no Município de Capanema/PR	Aquisição de matéria-prima de pessoas físicas ou jurídicas residentes ou sediadas no Município de Capanema.	2 pontos para cada indicação, até 100	0,1

8.11. Será vencedora a proposta que obtiver a maior pontuação no somatório total dos critérios.

8.11.1. Os critérios terão os seguintes pesos:

I - o número de novos empregos diretos gerados, com **peso 0,3**;

II - o valor do investimento privado no empreendimento, com **peso 0,2**;

III - o prazo para conclusão das obras / prazo para aplicação total dos investimentos, com **peso 0,2**;

IV - o faturamento anual, com **peso 0,1**;

V - o tempo de constituição da empresa em Capanema OU o tempo de residência do sócio majoritário da empresa em Capanema, com **peso 0,1**;

VI - capacidade do empreendimento gerar uma cadeia de produção e/ou empregos indiretos no Município de Capanema/PR, com **peso 0,1**.

8.11.2. Normas específicas de cada critério de avaliação:

a) Empregabilidade:

a.1) Este critério será avaliado mediante a proposta de geração de novos empregos diretos pelo empreendimento, no **prazo máximo de 6 (seis) meses** após a assinatura do contrato de concessão.

a.2) No **prazo de 10 (dez) dias úteis**, contados a partir do encerramento do prazo mencionado na item **a.1** acima, a CONCESSIONÁRIA deverá encaminhar à Secretaria Municipal de Indústria e Comércio os documentos comprobatórios referentes às contratações realizadas, sob pena de declaração de caducidade da concessão.

a.3) Anualmente, **sempre até o dia 30 de junho**, a concessionária encaminhará à Secretaria Municipal de Indústria e Comércio o relatório dos empregos mantidos, por meio do CAJED ou GFIP;

a.4) Em havendo descumprimento da obrigação indicada no item **a.3** acima, a Secretaria Municipal de Indústria e Comércio, de ofício, providenciará a abertura de procedimento para apurar a responsabilidade da empresa, aplicando-se as penalidades cabíveis, incluindo a possibilidade de declaração de caducidade da concessão, **respeitando-se o disposto no item 11, deste Termo de Referência.**

a.5) É possível a contratação de pessoal pela CONCESSIONÁRIA por regimes diversos do celetista, de acordo com a legislação trabalhista.

a.6) A licitante deverá apresentar uma declaração e uma certidão do CAJED ou GFIP indicando o número de funcionários já empregados pela empresa.

b) Valor do investimento privado no empreendimento:

b.1) O licitante deverá discriminar na sua proposta o valor do investimento que pretende realizar no imóvel, seja por recursos próprios, seja por recursos advindos de financiamento.

b.2) O valor de investimento poderá incluir obras e serviços de infraestrutura no imóvel, bem como aquisição de maquinários e outros investimentos identificados na proposta.

c) Prazo para conclusão das obras / prazo para aplicação total dos investimento:

c.1) O licitante deverá apresentar um cronograma de execução das obras/serviços de infraestrutura bem como da execução dos investimentos que apresentar na sua proposta.

c.2) A penalidade pelo descumprimento do prazo apresentado na proposta será a multa, no percentual de 0,5% do valor de avaliação do imóvel , por cada mês de atraso.

c.3) Caso haja a necessidade de instalação ou construção de infraestrutura mínima do imóvel a cargo do Município ou atrasos referentes ao licenciamento de construções, de competência da Secretaria de Planejamento do Município, o prazo ofertado na proposta será contado a partir da liberação formal do acesso ao terreno ou barracão, emitida pelo Prefeito Municipal, via ofício, devidamente protocolado no Protocolo-Geral do Município.

d) Faturamento anual da pessoa jurídica:

d.1) Este critério será avaliado mediante a análise da média do faturamento anual, dos últimos três exercícios financeiros, devendo a licitante apresentar os documentos e balancetes contábeis na sessão de licitação.

d.2) A licitante deverá apresentar Balanço Patrimonial e demonstrativo contábil firmado pelo representante legal da pessoa jurídica e pelo respectivo Contador dos três anos imediatamente anteriores ao da apresentação da proposta.

e) Tempo de constituição da empresa ou tempo de residência em Capanema:

e.1) Este critério será avaliado mediante análise do período em que a pessoa jurídica é sediada no Município de Capanema;

e.2) Alternativamente, poderá se considerar o tempo em que o(s) sócio(s) ou empresário(s) reside(m) no Município de Capanema.

e.2.1) Em havendo mais de um sócio, serão considerados apenas os dados do sócio que há mais tempo resida no Município de Capanema.

e.3) Em se tratando de licitante pessoa física, será considerado o tempo em que esta reside no Município de Capanema.

e.4) Os tempos de constituição da empresa e de residência do sócio não são cumulativos, devendo a licitante optar por um deles.

e.5) No caso da opção pelo tempo de residência no Município, o licitante deverá trazer na sessão de licitação os documentos comprobatórios, como escritura pública, IPTU, contas de luz, água, entre outros.

f) Capacidade do empreendimento gerar uma cadeia de produção e/ou empregos indiretos no Município de Capanema/PR:

f.1) O licitante deverá indicar as matérias-primas do seu empreendimento e os eventuais fornecedores sediados ou residentes no Município de Capanema;

f.2) O licitante deverá apresentar declaração de vínculo contratual com esse(s) fornecedor(es), com o compromisso de aquisição da matéria-prima, em caso de se sagrar vencedora no certame, com assinatura do documento pelo futuro fornecedor;

f.3) O descumprimento desse compromisso assumido com o fornecedor de matéria-prima local poderá gerar a aplicação da penalidade prevista no subitem 8.2.1.

8.12. O sistema de pontuação seguirá as seguintes regras:

8.12.1. Os critérios previstos no subitem 10.1.1. receberão no máximo 100 pontos cada.

8.12.2. Os pontos obtidos pela proponente, em cada critério, serão multiplicados pelos seus respectivos pesos, conforme definido na Tabela 1.

8.12.3. Serão somadas as pontuações obtidas de acordo com o subitem 10.2.2, para determinação da pontuação final.

8.12.4. Será considerada vencedora do item a proponente que apresentar a maior pntuação final.

8.12.5. Em caso de empate na pontuação final, será vencedora a proposta que obtiver a maior pontuação por critério, seguindo a ordem abaixo:

1°) Maior tempo de constituição da empresa em Capanema ou maior tempo de residência do sócio ou pessoa física no Município de Capanema;

2°) Maior número de empregos;

3°) Maior investimento privado;

4°) Menor tempo para execução do investimento privado;

5°) Maior valor do faturamento da Pessoa Jurídica;

6°) Persistindo o empate, deverá ser realizado sorteio.

8.13. As propostas deverão obedecer, rigorosamente, os termos deste edital, não sendo consideradas as propostas que fizerem referência à proposta de outro proponente.

8.14. É facultada à Comissão de Licitação, em qualquer fase da sessão de julgamento, a promoção de diligência, destinada esclarecer ou complementar a instrução do processo.

8.15. O resultado do julgamento da licitação, será publicado no Diário Oficial do Município.

9. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

9.1. Em qualquer fase do processo licitatório, cabem os recursos previstos no artigo 109 da Lei nº 8.666/93, devendo ser interpostos junto à Comissão de Licitação, mediante petição, devidamente arrazoada e subscrita pelo recorrente ou seu representante legal ou contratual.

9.2. Havendo interposição de recurso, este será aceito no efeito suspensivo, tanto no caso de habilitação, inabilitação ou quanto ao julgamento das propostas, devendo ser designada pela Comissão de Licitação data para conhecimento da decisão.

10. DA HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

10.1. A Comissão de Licitação encaminhará o Processo desta Concorrência, juntamente com o Mapa de Apuração, Relatório e demais peças deste certame licitatório, ao Chefe do Poder Executivo Municipal, que deliberará sobre a validade dos procedimentos e homologará o resultado e posterior adjudicação ao licitante vencedor.

10.2. Não havendo recurso contra a decisão que homologou o procedimento licitatório, ou tendo sido julgados os interpostos, o licitante vencedor será convocado para assinar o contrato.

10.3. Após esses procedimentos, o resultado do certame licitatório será publicado no Diário Oficial do Município para conhecimento público.

11. DO CONTRATO

11.1. Esgotados todos os prazos recursais, a administração convocará, no prazo de até 05 (cinco) dias para assinatura do contrato.

11.2. Se dentro do prazo o convocado não assinar o contrato, a Administração convocará os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive, quanto aos critérios previstos neste Edital ou revogará a licitação, sem prejuízo da aplicação de suspensão pelo prazo não superior a 5 (cinco) anos para contratar com a administração municipal.

11.3. Do contrato a ser assinado entre as partes constarão as cláusulas necessárias previstas no artigo 55 da Lei nº 8.666/93 e a possibilidade de rescisão de contrato, na forma determinada nos artigos 77 a 79 da mesma lei.

11.4. Assinado o contrato, a posse dos bens ficará condicionada à apresentação de licença de funcionamento dos órgãos competentes.

12. DO PRAZO CONTRATUAL

12.1. De acordo com o Termo de Referência.

13. DA PRORROGAÇÃO DO CONTRATO

13.1. De acordo com o Termo de Referência

14. DAS OBRIGAÇÕES E ALTERAÇÕES DE NATUREZA PERMANENTES NO IMÓVEL

14.1. Os licitantes, através da participação nesta licitação, declaram ter pleno conhecimento do local e condições do prédio a serem concedidos, pelo que reconhecem ser perfeitamente viável o cumprimento integral e pontual das obrigações assumidas nesta licitação.

14.2. Os custos de eventuais adaptações no imóvel para a instalação e operação da empresa serão arcados pela concessionária, após autorização, por escrito, da Administração Municipal.

14.3. As **alterações de natureza permanente** realizadas no imóvel pela concessionária, mesmo com a ciência e concordância da Administração Municipal,

não gerarão direitos de retenção, de indenização ou de levantamento das benfeitorias ao fim na concessão, as quais serão incorporadas ao patrimônio do Município de Capanema.

14.4. O procedimento para eventual **alteração de natureza permanente** no imóvel será formal e deverá ser anexado ao presente processo de concessão, observando-se o seguinte rito:

I - apresentação de requerimento escrito pela CONCESSIONÁRIA, constando o memorial descritivo das alterações desejadas, devidamente protocolado no Protocolo-Geral do Município;

II - será aberto um procedimento administrativo proóprio, com referência ao presente processo de licitação;

III - os autos serão encaminhados para a Engenharia Municipal, para parecer técnico, **no prazo de 10 dias**, possibilitando a inspeção no local para avaliação das modificações pretendidas, sem prejuízo da notificação da CONCESSIONÁRIA para que apresente documentos complementares essenciais para a aprovação do projeto;

IV - na hipótese de necessidade de complementação da documentação para avaliação da Engenharia Municipal, a CONCESSIONÁRIA encaminhará os documentos exigidos **no prazo de 10 dias**;

V - emitido o parecer técnico, a decisão final caberá ao Chefe do Poder Executivo, por meio de despacho fundamentado, **no prazo de 10 dias**.

15. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

15.1. De acordo com o Termo de Referência.

16. DAS PENALIDADES

16.1. Pelo descumprimento das cláusulas do edital de licitação, **sem prejuízo das penalidades previstas no item 8 do Termo de Referência**, o CONCEDENTE poderá aplicar à CONCESSIONÁRIA as seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa;

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 5 (cinco) anos; sem prejuízos das multas previstas no edital, no contrato e demais cominações legais.

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição.

16.2. A sanção de advertência será aplicada quando o descumprimento de cláusula deste edital ou do contrato não provocar atraso na execução do contrato, não causar prejuízo ao CONCEDENTE, nem ensejar aplicação de outra penalidade mais grave.

16.3. Em caso de **descumprimento parcial** de cláusula do edital e/ou das disposições legais a CONCESSIONÁRIA ficará sujeita à **multa diária de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor da avaliação atualizada do imóvel**, até a data do seu adimplemento.

16.4. Em caso de **descumprimento total** de cláusula do edital e/ou das disposições legais a CONCESSIONÁRIA ficará sujeita à **multa diária de 1% (um por cento) sobre o valor da avaliação atualizada do imóvel**. até a data do seu adimplemento.

16.5. A não devolução do imóvel no prazo estipulado pela Administração Municipal, após a declaração de caducidade da concessão ou da rescisão contratual, ensejará a aplicação de **multa de 30% do valor da avaliação atualizada do imóvel**, bem como a propositura de ação de reintegração de posse, cujas despesas e custas processuais serão de responsabilidade da CONCESSIONÁRIA, bem como serão devidos honorários advocatícios no percentual de 20% sobre o valor atualizado do imóvel concedido.

16.6. A sanção de suspensão temporária, prevista no inciso III do item 16.1, será aplicada à empresa ou profissional que convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar a execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, ou cometer fraude fiscal.

16.7. A sanção de declaração de inidoneidade, prevista no inciso IV do item 16.1, será aplicada enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONCESSIONÁRIA ressarcir o CONCEDENTE pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior.

16.8. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do item 16.1 poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II do mesmo item.

16.9. Constatada o descumprimento contratual, a CONCESSIONÁRIA será notificada formalmente da ocorrência, para apresentar defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, para as sanções dos incisos I, II e III do item 16.1 deste edital, e no prazo de 10 dias para a sanção prevista no IV do item 16.1 deste edital, contados da efetiva notificação.

16.10. As sanções previstas nos incisos I, II e III do item 16.1 serão aplicadas pela Comissão Permanente de Licitação Municipal.

16.11. A sanção estabelecida no inciso IV do item 16.1 será de competência exclusiva do Chefe do Poder Executivo Municipal, podendo a reabilitação ser requerida após 02 (dois) anos de sua aplicação.

16.12. Independentemente da aplicação das penalidades retro indicadas, a(s) proponente(s) ficará(ão) sujeita(s), ainda, a composição das perdas e danos causados ao CONCEDENTE e decorrente de sua inadimplência ou descumprimento contratual.

16.13. Para efeito de aplicação das penalidades prevista no edital e contrato, fica assegurado o direito ao contraditório e a ampla defesa à CONCESSIONÁRIA.

16.14. Qualquer penalidade aplicada deverá ser registrada; tratando-se de penalidade que implique no impedimento de licitar e contratar com a administração pública ou de declaração de inidoneidade, será obrigatória a comunicação do ato ao Tribunal de Contas do Estado.

16.15. Após o trânsito em julgado no âmbito administrativo da penalidade imposta, a CONCESSIONÁRIA será notificada para que no **prazo de 10 (dez) dias** recolha a importância indicada na guia emitida pelo **CONCEDENTE**, sob pena de incorrer em multa de 2% sobre o valor constante na guia emitida, mais juros de mora de 1% ao mês, sem prejuízo da aplicação de outras sanções cabíveis.

16.16. Não sendo recolhido o valor da multa aplicada no p**razo de até 3 (três) meses**, contados do encerramento do prazo previsto no subitem 16.15, será rescindido o contrato de concessão e aplicadas as demais sanções cabíveis.

17. DA RESCISÃO E DA CADUCIDADE

17.1. De acordo com o Termo de Referência.

18. DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

18.1. Os interessados poderão solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar os termos do presente edital, por irregularidade comprovada, protocolizando o pedido de acordo com os prazos do art. 41 da Lei nº 8.666/93, no endereço discriminado no preâmbulo do edital, cabendo a comissão de licitação decidir sobre a petição no prazo de até vinte e quatro horas que antecedem o certame.

18.2. Não serão reconhecidas as impugnações interpostas, quando já decorridos os respectivos prazos legais.

18.3. Acolhida à petição impugnando o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não prejudicar a formulação das propostas.

19. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1. O licitante vencedor receberá o imóvel em ótimo estado (primeira utilização), comprometendo-se a zelar pela sua estrutura e conservação, devendo entregá-lo ao final do contrato, nas mesmas condições em que o recebeu, exceto quanto aos desgastes natural do tempo.

19.2. As questões não previstas neste Edital serão resolvidas pela Comissão de Licitação, com base nas normas jurídicas e administrativas que forem aplicáveis e nos princípios gerais de direito.

19.3. As normas que disciplinam este certame serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os proponentes, atendido o interesses público, sem comprometimento da segurança da contratação.

19.4. O desatendimento de exigências formais não essenciais, não importará no afastamento da licitante, desde que sejam possíveis as aferições das suas qualidades e as exatas compreensões da sua proposta, durante a realização da sessão pública deste certame e desde que não fique comprometido o interesse público e a igualdade entre os licitantes, bem como a finalidade e a segurança da futura contratação.

19.5. É facultada a Comissão de Licitação, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

19.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital, exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento, observando-se que só iniciam e vencem prazos em dia de expediente normal na Prefeitura Municipal de Capanema, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

19.7. No caso de alteração deste Edital no curso do prazo estabelecido para a realização da licitação, este prazo será reaberto, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não prejudicar a formulação das propostas.

19.8. Na hipótese de não haver expediente no dia da abertura da presente licitação, ficará esta transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo local e horário anteriormente estabelecido.

19.9. Não será exigida a prestação de garantia para a contratação resultante desta licitação.

19.10. O respectivo edital poderá ser obtido na Prefeitura Municipal de Capanema – PR - no endereço supra mencionado nos seguintes horários, das 8h00min. às 11h30min. e das 13h30min. às 17h30min., fornecida pelo Setor de Licitação, pelo e mail: licitacao@capanema.pr.gov.br, ou maiores informações poderão ser obtidas no Departamento de Licitação pelo telefone: 46-3552 1321.

19.13. Fazem parte integrante deste Edital:

Anexo I – Termo de Referência;
Anexo II – credenciamento;
Anexo III – declaração de concordância com o edital;
Anexo IV – Modelo de proposta;
Anexo V – Modelo de indicação de itens;
Anexo VI – Declaração dispensando a Visita Técnica;
Anexo VII - Termo de vistoria;
Anexo VIII – Minuta do contrato.

19.14. Para dirimir, na esfera judicial, questões oriundas do presente Edital, será competente o Foro da Comarca de Capanema -PR.

Capanema, 05 de outubro de 2020

Américo Bellé
Prefeito Municipal

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

CONCORRÊNCIA PÚBLICA

CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE TERRENOS E BARRACÕES

1. OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente termo de referência a **concessão de direito real de uso com opção de aquisição futura** de bens públicos de propriedade do Município de Capanema, destinados à exploração de atividade econômica, conforme o determinado neste Termo de Referência, cujos imóveis seguem discriminados abaixo, com o respectivo valor de avaliação:

Item	Descrição do Imóvel	Localização	Cadastro Municipal	Metragem	Avaliação atual
01	Terreno	Área Industrial I - próximo ao trevo saída para São Pedro - Quadra 84B - Lote 02 - Av. Independência nº 2840	138860	1.083 m²	R$ 194.979,60
02	Terreno	Área Industrial III - Saída para São Luiz - Quadra nº80 - Lote 03 - Setor N.O - Rua Paraíba nº 1739	133647	712,04 m²	R$ 170.889,60
03	Terreno	Área Industrial III – Saída para São Luiz - Quadra nº80 - Lote 04 - Setor N.O - Rua Paraíba nº 1767	138789	780,65 m²	R$ 156.130,00
04	Terreno	Área Industrial III - Saída para São Luiz – Quadra nº80 - Lote 05 - Setor N.O – Rua Paraíba nº 1803	138797	860,26 m²	R$ 172.052,00
05	Terreno	Área Industrial III - Saída para São Luiz - Quadra nº80 - Lote 06 - Setor N.O - Rua Paraíba nº 1835	138801	1.546,33 m²	R$ 309.266,00
06	Terreno	Área Industrial III - Saída para São Luiz - Quadra nº 80 - Lote 07 - Setor N.O - Rua Paraíba nº 1871	138819	1.592,95 m²	R$ 318.590,00
07	Terreno	Área Industrial III - Saída para São Luiz - Quadra nº80 - Lote 08 - Setor N.O - Rua Paraíba nº 1923	138827	1.816,87 m²	R$ 363.374,00
08	Terreno	Área Industrial III - Saída para São Luiz - Quadra nº80 -	138835	2.319,42 m²	R$ 463.884,00

		Lote 09 - Setor N.O - Rua Paraíba nº1955			
09	Terreno	Área Industrial II - próximo ao Ginásio de Esportes - Chácara 12A - Setor S.E - Rua Pôr do Sol nº 909	138878	500 m²	R$ 80.000,00
10	Terreno	Área Industrial II - próximo ao Ginásio de Esportes - Chácara 12B - Setor S.E - Rua Pôr do sol nº 885	138886	500 m²	R$ 80.000,00
11	Terreno	Área Industrial II - próximo ao Ginásio de Esportes - Chácara 12C - Setor S.E - Rua Silvério Ampessan nº 698	138894	1.000 m²	R$ 150.000,00
12	Terreno	Área Industrial II - próximo ao Ginásio de Esportes - Chácara 12D - Setor S.E - Rua Silverio Ampessan nº 676	138908	1.000 m²	R$ 150.000,00
13	Terreno	Área Industrial II - próximo ao Ginásio de Esportes - Chácara 12-E - Setor S.E - Rua Silvério Ampessan nº 652	138916	1000 m²	R$ 150.000,00
14	Terreno	Área Industrial II – próximo ao Ginásio de Esportes – Chácara 12-F - Setor S.E - Rua Silvério Ampessan nº 634	138924	1000 m²	R$ 150.000,00
15[1]	Terreno com barracão de 300 m² - Construção concluída	Área Industrial I - próximo ao trevo saída para São Pedro - Quadra 84A - Lote 04 - Setor N.E - Rua 25 de maio nº 581	134384	Terreno: 756 m²	Terreno R$ 105.840,00 Barracão R$ 183.317,53
16[2]	Terreno com barracão de 300 m² - Projeto em construção	Área Industrial I - próximo ao trevo saída para São Pedro - Quadra Nº 84 - Lote 03 - Setor N.E - Rua 25 de maio nº 646	81884	Terreno: 1.053 m²	Terreno R$ 147.420,00

[1] Descreve-se o **item 15**: BARRACÃO de 300 m², já construído, fechado com estrutura de alvenaria em blocos estruturais, com dois portões metálicos, um medindo 350cm X 350cm; e o outro 300cm x 210cm, com escritório de 10,98 m², um lavabo com acessibilidade de 3,79 m², um banheiro completo (vaso sanitário, lavatório e chuveiro) de 2,81 m², piso cerâmico, paredes revestidas com cerâmica no hanheiro e do lavabo, restando uma área de 269,69 m², piso de concreto e acabamento bruto, padrão de luz trifásico 80 amp.

[2] Descreve-se os **itens 16, 17 e 18**: BARRACÕES DE 300 m². **EM CONSTRUÇÃO**, com pilares pré-moldados, com estrutura do telhado metálica com telhas de aço zincado trapezoidal com espessura de 5mm, fechado com estrutura de alvenaria em blocos de concreto aparente, com dois portões metálicos, com escritório de 10,98 m², um lavabo com acessibilidade de 3,79 m², um banheiro de 2,81 m², piso cerâmico, paredes revestidas com cerâmica no banheiro e do lavabo, depósito em área de 200,69 m², piso de concreto e acabamento bruto, padrão de luz bifásico 80 amp. (Licitação Tomada de Preços nº 13/2020).

					Barracão R$[3] 250.406,72
17	Terreno com barracão de 300 m² - Projeto em construção	Área Industrial I - próximo ao trevo saída para São Pedro - Quadra N° 84 - Lote 05 - Setor N.E - Rua 25 de maio n° 530	138851	Terreno: 1.365 m²	Terreno R$ 191.100,00 Barracão R$ 250.406,72
18	Terreno com barracão de 300 m² - Projeto em construção	Área Industrial II - próximo ao Ginásio de Esportes - Quadra n° 78 - Lote 03 - Setor S.E - Rua Pôr do Sol n° 1010-b	138762	Terreno: 900 m²	Terreno R$ 144.000,00 Barracão R$ 250.406,72

1.2. O uso dos imóveis descritos acima será obrigatoriamente para exploração industrial e/ou comercial sem prejuízo das obrigações constantes no Edital e seus anexos.

2. JUSTIFICATIVA

2.1. Verifica-se a necessidade de licitação para a concessão de direito real de uso de bens públicos, com opção de aquisição futura pelos concessionários, em respeito à Lei e aos princípios da isonomia, moralidade e impessoalidade, proporcionando a qualquer pessoa jurídica ou física, ofertar propostas, desde que cumpridos os requisitos deste termo de referência e do edital.

2.2. As concessões de direito real de uso realizadas por meio desta licitação seguirão as normas previstas na Lei Municipal n° 1.745/2020.

2.3. Verifica-se a necessidade para a destinação de alguns imóveis a determinadas atividades justificados pela legislação municipal, especificamente à Lei Municipal n° 03/1970 (Código de Posturas), à Lei Municipal n° 456/1991 (Normas de Vigilância Sanitária):

a) Com relação ao item 18 não será admitida proposta de atividades relacionadas a produção de alimentos, em razão da proximidade com a indústria de coleta seletiva de lixo reciclável.

b) Com relação aos itens 06, 07, 08 e 14 será admitida, preferencialmente, propostas de empresas de atividades com maior presença de ruído, poeira e extração.

b.1) Caso não haja empresas exploradoras de atividade que causem ruídos ou poeira, os itens poderão ser adjudicados por empresas diversas.

3. DO PRAZO DA CONCESSÃO

3.1. O prazo de vigência da Concessão de Direito Real de Uso, conforme indicado na Lei Municipal n° 1.745/2020 será de **20 (vinte) anos**, contados **a partir de 1° de janeiro de 2021**.

3.2. O início do prazo de vigência do contrato de concessão em relação aos imóveis descritos nos itens 16, 17 e 18, será a data do recebimento definitivo da obra de construção dos respectivos barracões, cujo procedimento poderá ser acompanhado pela licitante vencedora.

[3] O valor dos barracões indicados na avaliação dos itens 16, 17 e 18 é o correspondente ao valor da construção de cada barracão, nos termos da licitação Tomada de Preços n° 13/2020.

3.2.1. No caso de o recebimento definitivo da construção dos barracões ocorrer até 31 de dezembro de 2020, o início do prazo de vigência da concessão será dia **1º de janeiro de 2021**.

4. DA PRORROGAÇÃO CONTRATUAL

4.1. A vigência do contrato poderá ser prorrogada uma única vez, pelo mesmo prazo previsto no contrato original, desde que observadas as seguintes condições que caracterizam o interesse público:

a) interesse da Concessionária;

b) integral cumprimento dos requisitos previstos na proposta original da concessionária e na legislação em vigor;

c) inexistência de aplicação de penalidades à concessionária, em razão do descumprimento contratual, salvo uma advertência ou uma multa de natureza leve, devidamente formalizada em processo administrativo;

d) apresentação de todos os documentos necessários para a habilitação na licitação original, devidamente atualizados, válidos e regulares.

4.2. O procedimento para eventual prorrogação contratual será formal e deverá ser anexado ao presente processo de concessão, observando-se o seguinte rito:

I - no prazo compreendido entre o 12° e o 6° mês que antecede o encerramento da vigência do contrato de concessão, a CONCESSIONÁRIA apresentará requerimento escrito, constando a comprovação das condições mencionadas nas alíneas do subitem 4.1, devidamente protocolado no Protocolo-Geral do Município;

II - o requerimento será juntado aos autos da presente concessão;

III - os autos serão encaminhados para a Procuradoria Municipal, para parecer jurídico, no prazo de 15 dias, possibilitando a solicitação de certidões de órgãos públicos, sem prejuízo da notificação da CONCESSIONÁRIA para que apresente documentos complementares essenciais para a aprovação da prorrogação contratual;

IV - na hipótese de necessidade de complementação da documentação para avaliação da Procuradoria Municipal, a CONCESSIONÁRIA encaminhará os documentos exigidos no prazo de 10 dias;

V - emitido o parecer jurídico, a decisão final caberá ao Chefe do Poder Executivo, por meio de despacho fundamentado, no prazo de 15 dias.

4.3. Transcorrido o prazo de 40 anos da vigência da concessão, sem que haja a opção de aquisição pela concessionária, a concessão será extinta.

5. DA OPÇÃO DE AQUISIÇÃO DO IMÓVEL CONCEDIDO

5.1. A concessionária poderá optar pela aquisição ou não do imóvel no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias antes do encerramento da vigência inicial do contrato de concessão ou do encerramento da prorrogação do contrato.

5.2. Caso opte pela aquisição em definitivo do imóvel, o valor a ser pago será o montante estabelecido na avaliação do imóvel, conforme o disposto neste Termo de Referência, corrigido monetariamente pelo índice utilizado na atualização da UFM, anualmente.

5.3. A opção pela aquisição em definitivo do imóvel poderá ocorrer a partir do quinto ano da vigência da concessão, cujo pagamento do respectivo valor será realizado em parcela única ou de

forma parcelada, em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais, devidamente corrigidas pelo índice de atualização da UFM, anualmente.

5.3.1. Em havendo a opção pela aquisição de forma parcelada, exigir-se-á a apresentação de garantia idônea, cláusula de reversão do imóvel, em caso de inadimplemento e o cumprimento dos requisitos previstos no art. 12, da Lei Municipal nº 1.745/2020.

5.3.2. Por opção da CONCESSIONÁRIA, a partir do quinto ano da vigência da concessão, é possível a aquisição parcelada do imóvel, em número de parcelas correspondentes ao número de meses restantes da vigência da CONCESSÃO, hipótese em que será outorgada escritura pública de alienação com cláusula resolutiva.

5.4. Caso a concessionária opte por não adquirir em definitivo o imóvel concedido, no prazo estabelecido no edital da licitação, a concessão será extinta.

5.5. Na hipótese do subitem 5.4 e em havendo edificações e benfeitorias realizadas pela concessionária no imóvel durante a vigência contratual, o imóvel poderá ser alienado pelo Município, pelo valor de mercado atualizado da sua totalidade, para que a concessionária original seja indenizada exclusivamente pelas edificações e benfeitorias realizadas.

5.6. O Município, ao invés da alienação prevista no subitem 5.5. poderá realizar nova concessão de direito real de uso do imóvel, caso conste no edital da nova licitação a obrigação da licitante vencedora do certame depositar o montante referente à avaliação das edificações e benfeitorias realizadas pelo concessionário original, no prazo de 10 (dez) dias, após a homologação da licitação, para fins de indenização da concessionária original.

5.7. Decorrido o prazo de 12 (doze) meses após a extinção da concessão e não realizada a indenização prevista nos subitens 5.5 ou 5.6, o Município indenizará as edificações e benfeitorias realizadas pelo concessionário original.

5.8. Para fazer jus às indenizações pelas edificações e benfeitorias realizadas no imóvel, a concessionária deverá obter as licenças dos órgãos competentes para as respectivas construções, quando exigido por lei, bem como averbá-las na matrícula do imóvel, por suas expensas, previamente ao encerramento da vigência do contrato ou previamente à abertura de processo administrativo para apurar a regularidade da concessão, com o fim de extingui-la.

5.9. O inadimplemento de parcelas referentes à aquisição do imóvel acarretará aplicação das seguintes penalidades:

5.9.1. Multa de mora de 1% do valor da avaliação do imóvel por mês de atraso.

5.9.2. Resolução do contrato de compra e venda caso haja a inadimplência de três parcelas seguidas, sem prejuízo da aplicação da multa prevista no subitem 5.9.1.

5.10. É vedada a destinação do imóvel concedido, mesmo após a aquisição definitiva pela CONCESSIONÁRIA, para outra finalidade que não seja industrial ou comercial, o que será devidamente averbado na matrícula do imóvel.

5.10.1. A tentativa de utilização do imóvel - adquirido definitivamente pela CONCESSIONÁRIA - de maneira indevida será coibida pelo Município de Capanema, a qualquer tempo, por meio do indeferimento do licenciamento da atividade, devido a sua localização.

6. FISCALIZAÇÃO

6.1. A Fiscalização será de competência e responsabilidade do Município, a quem caberá verificar se, no seu desenvolvimento, estão sendo cumpridos os termos do Contrato, a proposta

original da concessionária, suas especificações e demais requisitos, assim como participar de todos os atos que se fizerem necessários para sua fiel execução.

6.2. A fiscalização será exercida no interesse exclusivo do CONCEDENTE, e não exclui nem reduz a responsabilidade da CONCESSIONÁRIA, inclusive de terceiros, por qualquer irregularidade.

6.3. O Município de Capanema, na qualidade de fiscal do cumprimento das obrigações oriundas da concessão, notificará a CONCESSIONÁRIA para que providencie os reparos e/ou correções que se fizerem necessárias ao objeto da concessão, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, contados da data do recebimento da referida notificação.

6.3.1. A notificação poderá ser recebida pelo preposto indicado na Procuração, bem como qualquer um dos sócios da CONCESSIONÁRIA, possibilitando a notificação via e-mail.

6.3.2. O não recebimento de qualquer notificação expedida pelo Município, por parte da CONCESSIONÁRIA, será considerada válida com o ateste do servidor público responsável e ratificação da fiscalização.

6.4. O Município irá indicar um servidor para fiscalizar a execução do contrato de concessão

7. OBRIGAÇÕES DAS PARTES CONTRATANTES

7.1. Obrigações do CONCEDENTE:

7.1.1. Disponibilizar o acesso ao imóvel imediatamente após o início da vigência da concessão;

7.1.2. Registrar as irregularidades constatadas em ato de fiscalização, cientificando a autoridade competente para as providências pertinentes, e notificar a CONCESSIONÁRIA para pronta regularização;

7.1.3. Notificar a CONCESSIONÁRIA imediatamente após constatar o descumprimento de alguma das obrigações contratuais, fixando um prazo para que ela promova as diligências/correções necessárias sob pena de aplicação de penalidades previstas no item 8.

7.1.4. Caberá ao CONCEDENTE avaliar a cada 12 (doze) meses o cumprimento do contrato.

7.2. Obrigações da CONCESSIONÁRIA:

As obrigações da CONCESSIONÁRIA estão divididas em 03 (três) grupos por grau de gravidade conforme disposições abaixo:

7.2.1. Obrigações **do Grupo 1 (GRAVÍSSIMA)**

7.2.1.1. O descumprimento das obrigações deste grupo poderá implicar na rescisão do contrato e das demais penalidades previstas no item 8.

a) utilizar o imóvel cujo uso lhe é concedido de acordo com as especificações e condições apresentadas pelo CONCEDENTE contidas neste instrumento, sendo vedada a utilização de áreas que não se encontrem limitadas no contrato, bem como não será permitida a utilização do bem público concedido para finalidade diferente da que foi licitada, garantindo-se as demais exigências pactuadas;

b) não transferir, ceder ou subconceder a terceiros o imóvel concedido durante a vigência do contrato de concessão;

c) não promover modificação da finalidade ou da estrutura societária que prejudique a execução da proposta apresentada na licitação, salvo se previamente submetida ao CONCEDENTE para análise e aceite, desde que verificada a manutenção dos critérios predominantes da proposta inicial, especialmente quanto à empregabilidade e aos investimentos privados no imóvel;

d) a CONCESSIONÁRIA deverá entregar procuração, conforme modelo a ser fornecido pelo CONCEDENTE, indicando, pelo menos, 02 (dois) prepostos com poderes para receber notificações e demais documentos pertinentes ao contrato de concessão. A referida procuração deverá ter validade durante a vigência do contrato, bem como, ficará sob a responsabilidade da CONCESSIONÁRIA a sua atualização junto ao Município;

e) produzir e/ou comercializar exclusivamente produtos lícitos e em rigorosa obediência à legislação pertinente;

f) não ser autuado e penalizado com multa pela segunda vez, num período de 24 meses, pelos mesmos motivos, em atuação da fiscalização, ou pela vigilância sanitária, ou outro órgão público, em razão de descumprimento das normas envolvendo a exploração do imóvel concedido.

7.2.2 Obrigações **do Grupo 2 (GRAVE):**

a) adequar e equipar o espaço físico, bem como realizar as construções, adaptações e acabamentos necessários para o início das atividades constantes na proposta apresentada na sessão da licitação, que deverá ocorrer no prazo de até 120 (cento e vinte) dias, contados a partir da vigência do concessão, com as condições e características necessárias e indispensáveis para realizar plenamente suas atividades, de acordo com as normas vigentes para o funcionamento do estabelecimento.

a.1) o referido prazo poderá ser excepcionalmente prorrogado desde que haja justificativa comprovada e aceita pela Administração, especificamente quando o exercício da atividade depender de licenças de outros órgãos públicos e não esteja caracterizada a negligência da própria CONCESSIONÁRIA;

a.2) no que tange à concessão dos terrenos sem barracões, o prazo da construção do empreendimento será o estabelecido na proposta da CONCESSIONÁRIA, apresentada na sessão da licitação.

b) manter a exploração da atividade industrial/comercial com o funcionamento constante;

c) obter as licenças exigidas para a construção, modificação e/ou ampliação que se pretenda fazer nas instalações externas e internas do imóvel objeto da CONCESSÃO;

d) para os **imóveis em que contenham barracões construídos pelo CONCEDENTE,** compete à CONCESSIONÁRIA contratar e/ou renovar anualmente o seguro contra incêndio do(s) imóvel(is) e suas respectivas instalações, com valor mínimo compatível com o valor de avaliação do barracão, de acordo com a tabela constante no subitem 1.1, **indicando como beneficiário o Município de Capanema**, sendo obrigatória a apresentação da(s) apólice(s) ao Município, no prazo de 60 (sessenta) dias,

após o início das atividades industriais/comerciais no imóvel, bem como a cada renovação anual do seguro;

e) providenciar no prazo de até 120 (cento e vinte) dias, contados do início da vigência da concessão, a abertura de filial no Município de Capanema, caso a empresa seja sediada em outro Município, e apresentar a documentação ao CONCEDENTE;

f) recolher os tributos incidentes de sua atividade e emitir notas e cupons fiscais, conforme a legislação em vigor;

g) compete à CONCESSIONÁRIA, no prazo de 30 (trinta) dias, contados do início da vigência da concessão, requerer a transferência, para o seu nome, dos registros de água e luz do imóvel, junto aos órgãos competentes;

h) cumprir todas as normas ambientais exigidas para o exercício da atividade.

h.1) as licenças ambientais exigidas para o exercício da atividade deverão ser providenciadas pela CONCESSIONÁRIA no prazo de 120 (cento e vinte) dias, contados da vigência da concessão. Excepcionalmente, o prazo poderá ser prorrogado, mediante comprovação de motivo relevante, sem culpa da CONCESSIONÁRIA, e aceito pelo CONCEDENTE.

7.2.3. Obrigações **do Grupo 3 (LEVE):**

a) prestar todas as informações e/ou esclarecimentos ao CONCEDENTE, sempre que lhe forem solicitadas;

b) a CONCESSIONÁRIA deverá cumprir as normas relativas à legislação pertinente ao tipo de atividade comercial, providenciando anualmente a(s) licença(s) necessária(s) para o exercício da atividade;

c) é vedada a instalação de publicidade, letreiros e faixas de terceiros em qualquer parte da edificação do imóvel, permitida a identificação da própria CONCESSIONÁRIA e dos produtos ou atividades desenvolvidas no local.

d) adotar as providências adequadas em relação a qualquer empregado cujo procedimento for considerado inconveniente, fato este detectado a partir da fiscalização realizada pelo Município;

e) respeitar as normas trabalhistas;

j) é vedada a criação de animais domesticáveis ou não no imóvel;

k) cumprir as normas legais federais, estaduais e municipais, notadamente aquelas relativas à legislação urbana, ambiental e sanitária, registros de inspeção trabalhista, providenciando licenças e alvarás exigidos na forma da Lei, mantendo-os atualizados e em locais visíveis e de fácil identificação;

l) responder por todas as despesas com pessoal para exercício das atividades permitidas à CONCESSIONÁRIA, arcando com os encargos trabalhistas, sociais e previdenciários, de acordo com a legislação em vigor, obrigando-se a saldá-los em época própria, uma vez que seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o CONCEDENTE;

m) arcar com todas as despesas decorrentes da instalação de telefone e de qualquer outro serviço utilizado, assim como custos como impostos, taxas, contribuições e tributos federais, estaduais e municipais que incidam direta ou indiretamente sobre o imóvel, bem como as atividades econômicas nele desenvolvidas, que serão integralmente arcadas pela CONCESSIONÁRIA;

n) responder civilmente por seus atos, de seus empregados e de quaisquer pessoas físicas ou jurídicas a ela vinculadas, que causarem danos a terceiros e à(s) instalação(ões) física(s) do módulo, cujo uso lhe é concedido, sendo que a ocorrência destes deverá ser imediatamente comunicada ao órgão fiscalizador, para as providências que se fizerem necessárias;

o) acompanhar a vistoria de recebimento do imóvel, apondo a sua assinatura no laudo respectivo;

p) manter-se, durante toda a vigência da concessão, em compatibilidade com as obrigações assumidas na proposta apresentada na sessão de licitação, bem como todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, respeitando-se o disposto neste Termo de Referência e nos demais documentos da licitação;

q) manter o imóvel, objeto desta concessão em perfeitas condições de conservação e limpeza, de acordo com as normas estabelecidas pelo CONCEDENTE e legislação em vigor, observando também os seguintes pontos:

I. Toda a área de influência do imóvel deverá ser mantida diariamente limpa pela CONCESSIONÁRIA, e os resíduos coletados deverão ser devidamente ensacados e apresentados para a coleta regular, respeitando-se os horários de coleta estabelecidos pelo Município;

II. Implementar, em sua rotina diária, a separação de seus resíduos, de acordo com a legislação vigente;

8. DAS PENALIDADES

8.1. O descumprimento das obrigações previstas neste termo, no edital de licitação e no contrato ensejará a aplicação das sanções descriminadas a seguir, independentemente da rescisão contratual determinada por ato unilateral do CONCEDENTE.

8.2. Em caso de **inexecução total ou parcial da proposta ofertada pela CONCESSIONÁRIA na sessão da licitação**, inclusive não atendimento das determinações da fiscalização, a CONCESSIONÁRIA estará sujeita, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, às seguintes penalidades:

8.2.1. ADVERTÊNCIA por escrito, sempre que verificadas pequenas irregularidades para as quais haja concorrido;

8.2.2. MULTAS, que serão aplicadas por infração, conforme abaixo, limitadas a no máximo 15% (quinze por cento) sobre o valor de avaliação do imóvel concedido:

a) de 2% a 5%, no caso de descumprimento de obrigações indicadas no grupo 3 (leves) do **subitem 7.2.3;**

b) de 5% a 8%, no caso de descumprimento de obrigações indicadas no grupo 2 (graves) do **subitem 7.2.2;**

c) de 8% a 15%, no caso de descumprimento de obrigações indicadas no grupo 1 (gravíssimas) do **subitem 7.2.1.**

8.2.3. SUSPENSÃO temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município, segundo a natureza e gravidade da falta cometida, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

8.2.4. DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE para licitar ou contratar com a Administração, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante o Município.

8.3. A CONCESSIONÁRIA não incorrerá em penalidades quando o descumprimento dos prazos e/ou obrigações estabelecidos resultar de caso fortuito ou força maior devidamente comprovados.

8.4. A multa não impede que o CONCEDENTE rescinda unilateralmente o contrato e aplique as outras sanções previstas na lei e naquele instrumento.

8.5. O valor das multas será cobrado mediante notificação extrajudicial, independentemente da adoção da medida judicial competente, observando o procedimento descrito no subitem 8.11.

8.6. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com outras sanções previstas no subitem 8.2, segundo a natureza e a gravidade da falta cometida, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 15 dias úteis.

8.7. É facultado ao CONCESSIONÁRIO interpor recurso, dirigido ao Chefe do Poder Executivo, contra a aplicação, por decisão da Comissão de Licitação, das penas de advertência, suspensão ou de multa, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da ciência da respectiva notificação.

8.8. A sanção prevista na alínea "d" do subitem 8.2 é de competência do Chefe do Poder Executivo, facultada a defesa prévia do interessado no respectivo processo de contratação, no prazo de 15 (quinze) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 02 (dois) anos de sua aplicação.

8.9. As sanções previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 8.2 poderá ser também aplicável à CONCESSIONÁRIA que, em razão do contrato:

a) tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

b) praticar atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;

c) demonstrar não possuir idoneidade para contratar com a Administração Pública, em virtude de atos ilícitos praticados.

8.10. Independentemente das sanções legais cabíveis, a CONCESSIONÁRIA ficará sujeita, ainda, à composição das perdas e danos causados ao CONCEDENTE pelo descumprimento das suas obrigações.

8.11. As sanções administrativas somente serão aplicadas mediante regular processo administrativo, assegurada a ampla defesa e o contraditório, observando-se as seguintes regras:

a) Antes da aplicação de qualquer sanção administrativa, a CONCESSIONÁRIA será notificada, facultando-lhe a apresentação de defesa prévia, no prazo de 15 (quinze) dias úteis a contar da notificação, exceto na hipótese de declaração de inidoneidade, devendo ser observada a regra do art. 110 da Lei nº 8.666/93;

b) A notificação deverá ocorrer pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento ou por edital em jornal de grande circulação, no caso de concessionário e/ou seu representante estar em local incerto e não sabido. A notificação indicará a conduta reputada como infratora, a motivação para aplicação da penalidade, a sanção que se pretende aplicar, o prazo e o local de entrega das razões de defesa;

c) Ofertada a defesa prévia ou expirado o prazo sem que ocorra a sua apresentação, a autoridade competente proferirá decisão fundamentada e adotará as medidas legais cabíveis, resguardado o direito de recurso da CONCESSIONÁRIA, ao Prefeito Municipal, que deverá ser exercido nos termos da Lei Federal nº 8.666/93.

8.12. As penalidades só poderão ser relevadas nas hipóteses de caso fortuito ou força maior, devidamente justificados e comprovados, a juízo do CONCEDENTE.

9. DA RESCISÃO E DA DECLARAÇÃO DE CADUCIDADE

9.1. O descumprimento das condições estabelecidas neste Termo, no edital, no contrato e/ou em disposições legais, quando houver reincidência ou não couber apenas a aplicação de multas, implicará na extinção da concessão de direito real de uso, por rescisão contratual ou declaração de caducidade, nos termos a seguir.

9.2. O CONCEDENTE possui o direito de **rescindir** unilateralmente o contrato de concessão, independentemente de interpelação judicial, nos seguintes casos:

a) quando a CONCESSIONÁRIA falir, for dissolvida ou por superveniente incapacidade técnica;

b) quando houver paralisação das atividades da CONCESSIONÁRIA pelo prazo de 60 (sessenta) dias, consecutivos ou alternados, sem justificativa aceita pelo CONCEDENTE;

c) pelo descumprimento das obrigações do grupo 1 (gravíssimas) relacionadas no item 7.2.1;

d) pela existência de aplicação de 5 advertências durante o período de 24 (vinte e quatro) meses, qualificando como descumprimento reiterado das obrigações contratuais.

e) pelo descumprimento por 3 (três) vezes, consecutivas ou não, da mesma obrigação prevista no grupo 2 (graves) ou 4 (quatro) vezes, consecutivas ou não, da mesma obrigação prevista no grupo 3 (leve) dentro do período de 24 (vinte e quatro) meses.

f) nas hipóteses dos artigos 77 e 78, da Lei Federal nº 8.666/93;

g) a pedido justificado da CONCESSIONÁRIA.

9.3. O CONCEDENTE possui o direito de declarar a **caducidade** do contrato de concessão, independentemente de interpelação judicial, nos seguintes casos:

a) quando a CONCESSIONÁRIA transferir a concessão, locar ou de qualquer modo ceder a terceiros parte do imóvel concedido;

b) alterar a destinação do imóvel ou o ramo de atividade da CONCESSIONÁRIA, sem autorização do CONCEDENTE;

c) quando a CONCESSIONÁRIA for condenada judicialmente por cometimento de atos de improbidade administrativa ou por atos indicados na Lei 12.846/2013 ou por crimes ambientais;

d) quando a CONCESSIONÁRIA for condenada em âmbito administrativo por danos causados ao meio ambiente, por cometimento de atos de improbidade administrativa ou por atos indicados na Lei 12.846/2013;

e) descumprimento da margem de empregabilidade da proposta da concessionária apresentada na sessão pública do certame, por dois anos consecutivos.

9.4. A extinção da concessão de direito de uso, sem culpa das partes, não ensejará à CONCESSIONÁRIA a aplicação de penalidades.

9.5. Extinta a concessão, seja pela expiração do seu prazo ou em razão de rescisão contratual, será notificada a CONCESSIONÁRIA para a entrega do imóvel, no prazo assinalado na referida notificação.

9.5.1. Obriga-se a CONCESSIONÁRIA a entregar o imóvel objeto desta licitação, no prazo assinalado, inteiramente desembaraçado, em estado de conservação e uso normais, para imediata reintegração de posse do bem pelo poder CONCEDENTE.

9.5.2. Com a extinção ou rescisão do contrato a chave do imóvel deverá ser devolvida ao CONCEDENTE sob pena de ser considerado uso irregular, acarretando a cobrança desta

ocupação a título de indenização e adoção das medidas administrativas e/ou judiciais para retomada da posse do imóvel.

9.6. Extinto, por qualquer hipótese, o contrato, ou se após regular procedimento administrativo for constatado o abandono do imóvel pela CONCESSIONÁRIA, poderá o Município, através dos meios de que dispuser, promover a remoção compulsória de quaisquer bens, pertençam eles à CONCESSIONÁRIA, a seus prepostos, fornecedores, contratantes e/ou contratados, ficando a CONCESSIONÁRIA responsável pelo ressarcimento das despesas de remoção e/ou guarda dos bens.

9.7. O Município notificará a CONCESSIONÁRIA diretamente ou por edital, concedendo-lhe prazo de até 30 (trinta) dias, a partir do recebimento da notificação ou da publicação do edital, para pagamento de quaisquer débitos existentes junto ao CONCEDENTE com a consequente retirada dos bens eventualmente removidos.

9.8. Decorrido o prazo estabelecido no item anterior sem que os bens tenham sido retirados, ficará o Município autorizado a proceder a sua alienação em leilão, a fim de se ressarcir de eventuais débitos da CONCESSIONÁRIA, ficando o saldo eventualmente existente à disposição pelo prazo de 01 (um) ano, findo o qual o montante será revertido ao CONCEDENTE.

10. CRITÉRIOS PARA AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS

TABELA 1			
CRITÉRIO	**PROPOSTA**	**PONTOS**	**PESO**
Empregabilidade (em número de empregos diretos a serem gerados).	2 pontos por emprego gerado.	até 100	0,3
Valor do investimento privado no empreendimento a ser instalado no imóvel R$	Até 20.000,00.	4	0,2
	De 20.001,00 a 40.000,00.	6	
	40.001,00 a 60.000,00.	8	
	60.001,00 a 80.000,00	10	
	Acima de 80.000,00, a cada 20.000,00 acrescenta 2 pontos.	até 100	
Prazo para conclusão das obras / prazo para aplicação total dos investimentos	Até 4 meses	100	0,2
	De 4 a 6 meses	80	
	De 6 a 8 meses	60	
	De 8 a 10 meses	40	
	De 10 a 12 meses	20	
	Acima de 12 meses (reduzido 1 ponto para cada ano a mais)	10 pontos	
	Até 80.001,00.	10	0,1

Faturamento anual da pessoa jurídica R$	de 80.001,00 a 150.000,00.	20	
	150.001,00 a 200.000,00.	30	
	200.001,00 a 250.000,00.	40	
	250.001,00 a 300.000,00	50	
	Acima de 300.000,00, a cada 50.000,00 acrescenta 10 pontos.	até 100	
Tempo de constituição da empresa em Capanema OU tempo de residência do sócio majoritário da empresa OU da pessoa física em Capanema	5 pontos por ano.	até 100	0,1
Capacidade do empreendimento gerar uma cadeia de produção e/ou empregos indiretos no Município de Capanema/PR	Aquisição de matéria-prima de pessoas físicas ou jurídicas residentes ou sediadas no Município de Capanema.	2 pontos para cada indicação, até 100	0,1

10.1. Será vencedora a proposta que obtiver a maior pontuação no somatório total dos critérios.

10.1.1. Os critérios terão os seguintes pesos:

I - o número de novos empregos diretos gerados, com **peso 0,3**;

II - o valor do investimento privado no empreendimento, com **peso 0,2**;

III - o prazo para conclusão das obras / prazo para aplicação total dos investimentos, com **peso 0,2**;

IV - o faturamento anual, com **peso 0,1**;

V - o tempo de constituição da empresa em Capanema OU o tempo de residência do sócio majoritário da empresa em Capanema, com **peso 0,1**;

VI - capacidade do empreendimento gerar uma cadeia de produção e/ou empregos indiretos no Município de Capanema/PR, com **peso 0,1**.

10.1.2. Normas específicas de cada critério de avaliação:

a) Empregabilidade:

a.1) Este critério será avaliado mediante a proposta de geração de novos empregos diretos pelo empreendimento, no **prazo máximo de 6 (seis) meses** após a assinatura do contrato de concessão.

a.2) No **prazo de 10 (dez) dias úteis**, contados a partir do encerramento do prazo mencionado na item **a.1** acima, a CONCESSIONÁRIA deverá encaminhar à Secretaria Municipal de Indústria e Comércio os documentos comprobatórios referentes às contratações realizadas, sob pena de declaração de caducidade da concessão.

a.3) Anualmente, **sempre até o dia 30 de junho**, a concessionária encaminhará à Secretaria Municipal de Indústria e Comércio o relatório dos empregos mantidos, por meio do CAJED ou GFIP;

a.4) Em havendo descumprimento da obrigação indicada no item **a.3** acima, a Secretaria Municipal de Indústria e Comércio, de ofício, providenciará a abertura de procedimento para apurar a responsabilidade da empresa, aplicando-se as penalidades cabíveis, incluindo a possibilidade de declaração de caducidade da concessão, **respeitando-se o disposto no item 11, deste Termo de Referência.**

a.5) É possível a contratação de pessoal pela CONCESSIONÁRIA por regimes diversos do celetista, de acordo com a legislação trabalhista.

a.6) A licitante deverá apresentar uma declaração e uma certidão do CAJED ou GFIP indicando o número de funcionários já empregados pela empresa.

b) Valor do investimento privado no empreendimento:

b.1) O licitante deverá discriminar na sua proposta o valor do investimento que pretende realizar no imóvel, seja por recursos próprios, seja por recursos advindos de financiamento.

b.2) O valor de investimento poderá incluir obras e serviços de infraestrutura no imóvel, bem como aquisição de maquinários e outros investimentos identificados na proposta.

c) Prazo para conclusão das obras / prazo para aplicação total dos investimento:

c.1) O licitante deverá apresentar um cronograma de execução das obras/serviços de infraestrutura bem como da execução dos investimentos que apresentar na sua proposta.

c.2) A penalidade pelo descumprimento do prazo apresentado na proposta será a multa, no percentual de 0,5% do valor de avaliação do imóvel , por cada mês de atraso.

c.3) Caso haja a necessidade de instalação ou construção de infraestrutura mínima do imóvel a cargo do Município ou atrasos referentes ao licenciamento de construções, de competência da Secretaria de Planejamento do Município, o prazo ofertado na proposta será contado a partir da liberação formal do acesso ao terreno ou barracão, emitida pelo Prefeito Municipal, via ofício, devidamente protocolado no Protocolo-Geral do Município.

d) Faturamento anual da pessoa jurídica:

d.1) Este critério será avaliado mediante a análise da média do faturamento anual, dos últimos três exercícios financeiros, devendo a licitante apresentar os documentos e balancetes contábeis na séssão de licitação.

d.2) A licitante deverá apresentar Balanço Patrimonial e demonstrativo contábil firmado pelo representante legal da pessoa jurídica e pelo respectivo Contador dos três anos imediatamente anteriores ao da apresentação da proposta.

e) Tempo de constituição da empresa ou tempo de residência em Capanema:

e.1) Este critério será avaliado mediante análise do período em que a pessoa jurídica é sediada no Município de Capanema;

e.2) Alternativamente, poderá se considerar o tempo em que o(s) sócio(s) ou empresário(s) reside(m) no Município de Capanema.

e.2.1) Em havendo mais de um sócio, serão considerados apenas os dados do sócio que há mais tempo resida no Município de Capanema.

e.3) Em se tratando de licitante pessoa física, será considerado o tempo em que esta reside no Município de Capanema.

e.4) Os tempos de constituição da empresa e de residência do sócio não são cumulativos, devendo a licitante optar por um deles.

e.5) No caso da opção pelo tempo de residência no Município, o licitante deverá trazer na sessão de licitação os documentos comprobatórios, como escritura pública, IPTU, contas de luz, água, entre outros.

f) Capacidade do empreendimento gerar uma cadeia de produção e/ou empregos indiretos no Município de Capanema/PR:

f.1) O licitante deverá indicar as matérias-primas do seu empreendimento e os eventuais fornecedores sediados ou residentes no Município de Capanema;

f.2) O licitante deverá apresentar declaração de vínculo contratual com esse(s) fornecedor(es), com o compromisso de aquisição da matéria-prima, em caso de se sagrar vencedora no certame, com assinatura do documento pelo futuro fornecedor;

f.3) O descumprimento desse compromisso assumido com o fornecedor de matéria-prima local poderá gerar a aplicação da penalidade prevista no subitem 8.2.1.

10.2. O sistema de pontuação seguirá as seguintes regras:

10.2.1. Os critérios previstos no subitem 10.1.1. receberão no máximo 100 pontos cada.

10.2.2. Os pontos obtidos pela proponente, em cada critério, serão multiplicados pelos seus respectivos pesos, conforme definido na Tabela 1.

10.2.3. Serão somadas as pontuações obtidas de acordo com o subitem 10.2.2, para determinação da pontuação final.

10.2.4. Será considerada vencedora do item a proponente que apresentar a maior pntuação final.

10.2.5. Em caso de empate na pontuação final, será vencedora a proposta que obtiver a maior pontuação por critério, seguindo a ordem abaixo:

1°) Maior tempo de constituição da empresa em Capanema ou maior tempo de residência do sócio ou pessoa física no Município de Capanema;

2°) Maior número de empregos;

3°) Maior investimento privado;

4°) Menor tempo para execução do investimento privado;

5°) Maior valor do faturamento da Pessoa Jurídica;

6°) Persistindo o empate, deverá ser realizado sorteio.

11. DA MARGEM DE CUMPRIMENTO DA PROPOSTA DE EMPREGABILIDADE

11.1. Durante a vigência da concessão, a CONCESSIONÁRIA deverá observar a proposta apresentada na sessão de licitação, especialmente quanto ao número de empregos diretos.

11.2. Haverá uma margem de tolerabilidade no descumprimento do número de empregos diretos ofertados na proposta original, da seguinte forma:

a) a avaliação do cumprimento da proposta de criação de postos de trabalho será realizada anualmente, sempre no mês de julho, utilizando-se o período dos 12 (doze) meses anteriores;

b) Durante os doze meses anteriores à avaliação será calculada uma média do cumprimento da proposta da CONCESSIONÁRIA;

c) o percentual de tolerabilidade será de 25% (vinte e cinco por cento);

d) o descumprimento da proposta de criação de postos de trabalho acima da margem de tolerabilidade acarretará na aplicação de multa, prevista na alínea "a" do subitem 8.2.2.

e) o descumprimento da proposta de criação de postos de trabalho acima da margem de tolerabilidade **por dois anos consecutivos** acarretará na declaração de caducidade da concessão.

12. DAS ALTERAÇÕES E AMPLIAÇÕES DO IMÓVEL

12.1. Compete à CONCESSIONÁRIA adequar e equipar o espaço físico, bem como realizar as adaptações e acabamentos necessários para o início das atividades.

12.2. Havendo necessidade de modificação de alguma estrutura, a CONCESSIONÁRIA submeterá previamente à apreciação e aprovação escrita do CONCEDENTE, o qual poderá vetar, justificadamente, parcial ou totalmente qualquer modificação que se pretenda fazer nas instalações estruturais externas e internas do imóvel objeto da concessão.

12.3. É possível a ampliação da estrutura dos barracões pela CONCESSIONÁRIA, com recursos próprios, respeitando-se as diretrizes estabelecidas pelo CONCEDENTE, devidamente aprovado pelo Departamento de Engenharia do Município e pelo Prefeito Municipal.

13. DA INFRAESTRUTURA MÍNIMA DOS IMÓVEIS

13.1. Entende-se por infraestrutura mínima:

a) a disponibilização de acesso à rede elétrica;

b) a disponibilização de acesso à rede de água;

c) a adequação dos acessos físicos do imóvel;

d) a disponibilização da área do imóvel passível de exploração pelo vencedor da licitação, como aterramento e terraplanagem.

13.2. As infraestruturas mínimas elencadas nas alíneas "a", "b" e "c" do subitem 13.1 serão disponibilizadas pelo Município, independente de requerimento.

13.3. As infraestruturas mínimas elencadas na alínea "d" do subitem 13.2 serão disponibilizadas pelo Município, mediante apresentação de requerimento por parte da empresa, confecção de projeto básico e aprovação do Conselho de Desenvolvimento do Município, nos termos da Lei.

14. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO E DAS PROPOSTAS

14.1. Qualquer pessoa jurídica ou pessoa física, maior de idade, poderá participar da licitação e ofertar proposta.

14.2. Cada licitante poderá adjudicar apenas um item, sendo vedada a adjudicação de mais de um item pela mesma licitante.

14.3. Cada licitante poderá participar da concorrência de mais de um item, desde que apresentada em uma única proposta, isto é, **a mesma oferta para todos os itens**.

14.4. Junto com o envelope lacrado, a licitante indicará em folha apartada, de acordo com o modelo previsto em Anexo V do edital, os itens que pretende participar com a mesma proposta.

14.5. A relação dos itens, nessa folha apartada, será organizada de acordo com a preferência da licitante. Caso seja vencedora para mais de um imóvel, o primeiro item que constar da lista será adjudicado para a licitante. Os demais serão adjudicados pelos segundos colocados e seguintes, se for o caso.

14.6. Caso uma pessoa física se sagre vencedora da licitação de algum item, deverá providenciar a abertura da respectiva pessoa jurídica, no prazo de 4 (quatro) meses, sob pena de anulação da adjudicação.

14.6.1. Anulada a adjudicação da pessoa física, o item será adjudicado ao segundo colocado ou seguintes, se for o caso.

15. DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. A CONCESSIONÁRIA deverá obedecer às regras previstas em Lei e em regulamentos durante toda vigência do contrato.

15.2. A CONCESSIONÁRIA deverá manifestar-se por escrito em sua relação com o Município.

Capanema, 05 de outubro de 2020.

Andréa Marize W. Paeze
Secretária Municipal de Indústria, Comércio e Turismo

ANEXO II
CREDENCIAMENTO

Pelo presente, credenciamos o(a) Sr(a). ....., portador(a) da cédula de identidade nº ....., inscrito no CPF nº ....., para participar do procedimento licitatório consistente na Concorrência nº. 02/2020, podendo praticar todos os atos inerentes ao referido procedimento, no que diz respeito aos interesses da representada.

....., ... de..... de 2020.

Assinatura e carimbo do represente ***legal/contratual da proponente***

ANEXO III
DECLARAÇÃO DE CONCORDÂNCIA COM O EDITAL

_____, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob nº _____ , DECLARA, para fins do disposto neste Edital, que:

a) está de acordo em explorar a sua atividade em um dos imóveis em que está competindo, constantes no Termo de Referência desta licitação;

b) tem disponibilidade imediata dos equipamentos e utensílios necessários para exploração do barracão;

c) não empregará menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregará menor de dezesseis anos.
Ressalva: emprega menor a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ( )
OBS: em caso de afirmativo, assinalar a ressalva acima.

d) se instalará e iniciará as atividades dentro do prazo não superior a 120 (cento e vinte) dias a contar do dia 1º de janeiro de 2021, podendo esse prazo ser prorrogado, havendo justificativa, por escrito e aceito pelo CONCEDENTE;

e) possui aptidão para o desempenho da atividade pertinente e compatível com o objeto da Licitação;

_____, ____ de _____ de 2020

Assinatura e carimbo do represente legal/contratual da proponente
(Imprimir em papel com timbre da empresa)

ANEXO IV - PROPOSTA

NOME DA PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA:
CPF OU CNPJ:

DESCRIÇÃO DO OBJETO: BARRACÃO COM 300 m2, DE ACORDO COM O TERMO DE REFERÊNCIA DA CONCORRÊNCIA XX/2020.

01 - Descrição clara e objetiva do ramo de atividade empresarial a ser desenvolvido no imóvel:

02 - Matéria prima a ser utilizada:

03 - Capacidade produtiva/comercial da unidade a ser instalada:

04 - Mercado consumidor potencial:

05 - Previsão de faturamento, custos, despesas e retorno dos investimentos:

06 - Relação da infraestrutura, equipamentos e instalações necessárias ao funcionamento do projeto global, acompanhada de orçamento discriminado:

07 - Previsão de investimentos próprios:

08 - Viabilidade econômica do projeto:

09 - Compromissos assumidos pela proponente:

a) cumprir todas as obrigações previstas no Termo de Referência, no edital e na minuta do contrato da licitação Concorrência XX/2020.

b) contratar, preferencialmente, pessoas que sejam domiciliados no Município de Capanema/PR.

10 - DA OFERTA:

CRITÉRIO	PROPOSTA DA EMPRESA
Empregabilidade (em número de empregos diretos gerados no prazo de 6 meses).	
Valor do investimento privado no empreendimento a ser instalado no imóvel - R$	
Prazo para conclusão das obras / prazo para aplicação total dos investimentos	

Faturamento Anual (média dos últimos 3 anos)	
Tempo de constituição da empresa OU residência do sócio majoritário no Município de Capanema (somente dados do sócio mais antigo)	
Capacidade do empreendimento gerar uma cadeia de produção e/ou empregos indiretos no Município de Capanema/PR	

Local, xxx de xxxxxxxxxx de 2020.

Assinatura e carimbo do represente legal/contratual da proponente
(Imprimir em papel com timbre da empresa)

ANEXO V - INDICAÇÃO DE ITENS QUE PRETENDE CONCORRER

NOME DA PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA:
CPF OU CNPJ:

A proposta constante no envelope lacrado será utilizada como oferta para os imóveis previstos nos seguintes itens, em ordem de preferência:

Item (previsto no Termo de Referência)	**Descrição do imóvel** (previsto no Termo de Referência)

No caso de a pessoa física ou jurídica se sagrar vencedora em mais de um item, será adjudicado um único imóvel, conforme a ordem de preferência indicada nesta proposta.

Local, xxx de xxxxxxxxxx de 2020.

Assinatura e carimbo do represente legal/contratual da proponente
(Imprimir em papel com timbre da empresa)

ANEXO VI

DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE VISITA TÉCNICA

Concorrência nº xx/2020

Objeto: CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE TERRENOS E BARRACÕES, DESTINADOS À INSTALAÇÃO DE EMPRESAS DE QUALQUER NATUREZA, OBSERVADOS OS CRITÉRIOS E PREFERÊNCIAS DO TERMO DE REFERÊNCIA, VISANDO ESTIMULAR À GERAÇÃO DO EMPREGO E RENDA NO ÂMBITO MUNICIPAL, EM CONFORMIDADE COM A LEI MUNICIPAL Nº 1.745/2020.

Nome da Empresa:
CNPJ nº:
Endereço Completo:
Fone:
E-mail:

O representante legal/contratual da (*inserir o nome da Empresa*), o(a) Sr.(a) (*inserir o nome do representante*), DECLARA que renuncia a Visita Técnica aos locais e/ou instalações do objeto licitado, de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades do imóvel, assumindo total responsabilidade por este fato e informando que não o utilizará para quaisquer questionamentos futuros que ensejem evenças técnicas e ou financeira para com a concedente.

Xxxx, xx de xxx de 2020.

Assinatura e carimbo do represente legal/contratual da proponente
(Imprimir em papel com timbre da empresa)

ANEXO VII
TERMO DE VISTORIA INICIAL DO IMÓVEL
CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO
(Deve ser preenchido na assinatura do contrato de concessão, somente para os imóveis em que haja barracão)

CONCEDENTE: **Município de Capanema.**

CONCESSIONÁRIA: _____ , inscrita no CNPJ sob nº _____ , e-mail _____ , com sede no seguinte endereço _____ , representado por _____, inscrito no CPF nº _____.

IMÓVEL OBJETO DA CONCESSÃO: Imóvel _____ , situado na rua _____ , no bairro _____ em _____ .

Firmam por meio do presente o termo de vistoria e entrega das chaves ao Concessionário.

O presente termo é parte integrante do contrato de concessão de direito real de uso celebrado entre as partes.

Pelo presente, declaram as partes, que o o imóvel acima indicado se encontra em bom estado de conservação, com todos os acessórios em prefeito estado de funcionamento e conservação, sendo que dessa forma a CONCESSIONÁRIA se compromete a devolvê-lo no mesmo estado, findo o prazo contratual, independente de vistoria final.

1) PINTURA: _____
_____.

2) ACABAMENTOS: _____
_____.

3) ELÉTRICA: Toda rede elétrica, incluindo tomadas, lâmpadas e saídas de energia para chuveiros e ar condicionado encontram-se completamente instalados, em bom estado de conservação e funcionamento, conforme fotos anexas.
Observações: _____
_____.

4) TRINCOS e FECHADURAS: Em bom estado de conservação. Tais acessórios estão em perfeito funcionamento, sem arranhões, defeitos ou dificuldade no seu manuseio.
Observações:_____
_____.

5) PISOS E AZULEJOS: Todos os pisos e azulejos estão em bom estado de conservação, sem nenhum azulejo quebrado, trincado ou arranhado.

Observações: _____
_____.

6) VIDRAÇAS e JANELAS: Todas as janelas e vidros estão em perfeitas condições, não apresentam nenhum defeito, trincado, arranhões ou dificuldades no manuseio.
Observações: _____
_____.

7) TELHADO: O teto do imóvel se encontra em boas condições, sem infiltrações, vazamentos ou goteiras.
Observações: _____
_____.

8) HIDRÁULICA: Toda rede hidráulica encontra-se em bom estado de conservação e funcionamento, sem entupimentos, vazamentos ou infiltrações aparentes.
Observações:_____
_____.

9) DEMAIS ACESSÓRIOS: Fazem parte do imóvel os seguintes acessórios:
a) _____
b) _____
c) _____
d) _____
e) _____
f) _____
g) _____
h) _____
i) _____
Observação: todas as instalações elétricas, hidrossanitárias e esquadrias estão em perfeito uso.

10) LIMPEZA: A limpeza do imóvel será de responsabilidade da Concessionária.
11) CHAVES: Foram entregues no presente ato _____ chaves, referente às portas metálicas.

Qualquer impugnação ao presente laudo deverá ser comunicada ao CONCEDENTE, por escrito, dentro de 07 (sete) dias a contar da data da assinatura deste, destinado ao e-mail: adm@capanema.pr.gov.br. A falta de comunicação implica em aceitação de vistoria realizada nos termos descritos acima.

E, por assim estarem justos e de acordo, firmam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma.

Capanema, xx de xxx de 2020.

CONCEDENTE _____

CONCESSIONÁRIA _____

00007
0182

ANEXO VIII

MINUTA CONTRATO DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO Nº XX/2020

CONTRATO DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO Nº XX/2020 QUE CELEBRAM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE CAPANEMA E A EMPRESA.....

O MUNICÍPIO DE CAPANEMA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 75.972.760/0001-60, com sede na Avenida Gov. Pedro Viriato Parigot de Souza, nº 1080, Estado do Paraná, a seguir denominado **CONCEDENTE**, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. **AMÉRICO BELLÉ.**
De outro lado a empresa....., inscrita no CNPJ/MF, sob o n.º ....., com sede em:.....; neste ato representada pelo(a) Sr(a).....inscrito no CPF nº....., residente e domiciliado em....., doravante denominada **CONCESSIONÁRIA**, vêm firmar o presente Contrato nos termos da Lei n.º 8.666/93 e legislação pertinente, obedecidas às condições estabelecidas no edital da licitação realizada na modalidade **CONCORRÊNCIA nº 02/2020, no termo de referência constante no processo**, os quais são partes integrantes deste instrumento, mediante as cláusulas e condições a seguir estipuladas:

1. CLÁUSULA **PRIMEIRA** - DO OBJETO

1.1. Constitui objeto deste contato a **concessão de direito real de uso** de bem público de propriedade do Município de Capanema, referente ao Terreno/Barracão, cujo imóvel segue discriminado abaixo, com o respectivo valor de avaliação:

Item	Descrição do Imóvel	Localização	Cadastro Municipal	Metragem	Avaliação atual

1.2. O uso do imóvel descrito acima será obrigatoriamente para exploração da atividade descrita na proposta apresentada pela CONCESSIONÁRIA, sem prejuízo das normas e obrigações constantes no Edital e seus anexos.

1.3. A CONCESSIONÁRIA explorará a(s) seguinte(s) atividade(s):

a)_____;
b)_____;
c)_____;
d)_____;

2. CLÁUSULA **SEGUNDA** - DO PRAZO DA CONCESSÃO

2.1. O prazo de vigência da Concessão de Direito Real de Uso, conforme indicado na Lei Municipal nº 1.745/2020 será de **20 (vinte) anos**, contados **a partir de 1º de janeiro de 2021**.

2.2. A CONCESSIONÁRIA deverá observar o prazo para início das suas atividades conforme previsto no termo de referência e de acordo com sua proposta, sob pena de ser determinada a rescisão do contrato de concessão de uso, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste instrumento, no edital ou no termo de referência.

3. CLÁUSULA **TERCEIRA** - DA PRORROGAÇÃO CONTRATUAL

3.1. A vigência do contrato poderá ser prorrogada uma única vez, pelo mesmo prazo previsto no contrato original, desde que observadas as seguintes condições que caracterizam o interesse público:

a) interesse da Concessionária;

b) integral cumprimento dos requisitos previstos na proposta original da concessionária e na legislação em vigor;

c) inexistência de aplicação de penalidades à concessionária, em razão do descumprimento contratual, salvo uma advertência ou uma multa de natureza leve, devidamente formalizada em processo administrativo;

d) apresentação de todos os documentos necessários para a habilitação na licitação original, devidamente atualizados, válidos e regulares.

3.2. O procedimento para eventual prorrogação contratual será formal e deverá ser anexado ao presente processo de concessão, observando-se o seguinte rito:

I - no prazo compreendido entre o 12º e o 6º mês que antecede o encerramento da vigência do contrato de concessão, a CONCESSIONÁRIA apresentará requerimento escrito, constando a comprovação das condições mencionadas nas alíneas do subitem 3.1, devidamente protocolado no Protocolo-Geral do Município;

II - o requerimento será juntado aos autos da presente concessão;

III - os autos serão encaminhados para a Procuradoria Municipal, para parecer jurídico, no prazo de 15 dias, possibilitando a solicitação de certidões de órgãos públicos, sem prejuízo da notificação da CONCESSIONÁRIA para que apresente documentos complementares essenciais para a aprovação da prorrogação contratual;

IV - na hipótese de necessidade de complementação da documentação para avaliação da Procuradoria Municipal, a CONCESSIONÁRIA encaminhará os documentos exigidos no prazo de 10 dias;

V - emitido o parecer jurídico, a decisão final caberá ao Chefe do Poder Executivo, por meio de despacho fundamentado, no prazo de 15 dias.

3.3. Transcorrido o prazo de 40 anos da vigência da concessão, sem que haja a opção de aquisição pela concessionária, a concessão será extinta.

4. CLÁUSULA **QUARTA** - DA OPÇÃO DE AQUISIÇÃO DO IMÓVEL CONCEDIDO

4.1. A concessionária poderá optar pela aquisição ou não do imóvel no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias antes do encerramento da vigência inicial do contrato de concessão ou do encerramento da prorrogação do contrato.

4.2. Caso opte pela aquisição em definitivo do imóvel, o valor a ser pago será o montante estabelecido na avaliação do imóvel, conforme o disposto neste Termo de Referência, corrigido monetariamente pelo índice utilizado na atualização da UFM, anualmente.

4.3. A opção pela aquisição em definitivo do imóvel poderá ocorrer a partir do quinto ano da vigência da concessão, cujo pagamento do respectivo valor será realizado em parcela única ou de forma parcelada, em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais, devidamente corrigidas pelo índice de atualização da UFM, anualmente.

4.3.1. Em havendo a opção pela aquisição de forma parcelada, exigir-se-á a apresentação de garantia idônea, cláusula de reversão do imóvel, em caso de inadimplemento e o cumprimento dos requisitos previstos no art. 12, da Lei Municipal nº 1.745/2020.

4.3.2. Por opção da CONCESSIONÁRIA, a partir do quinto ano da vigência da concessão, é possível a aquisição parcelada do imóvel, em número de parcelas correspondentes ao número de meses restantes da vigência da CONCESSÃO, hipótese em que será outorgada escritura pública de alienação com cláusula resolutiva.

4.4. Caso a concessionária opte por não adquirir em definitivo o imóvel concedido, no prazo estabelecido no edital da licitação, a concessão será extinta.

4.5. Na hipótese do subitem 4.4 e em havendo edificações e benfeitorias realizadas pela concessionária no imóvel durante a vigência contratual, o imóvel poderá ser alienado pelo Município, pelo valor de mercado atualizado da sua totalidade, para que a concessionária original seja indenizada exclusivamente pelas edificações e benfeitorias realizadas.

4.6. O Município, ao invés da alienação prevista no subitem 4.5. poderá realizar nova concessão de direito real de uso do imóvel, caso conste no edital da nova licitação a obrigação da licitante vencedora do certame depositar o montante referente à avaliação das edificações e benfeitorias realizadas pelo concessionário original, no prazo de 10 (dez) dias, após a homologação da licitação, para fins de indenização da concessionária original.

4.7. Decorrido o prazo de 12 (doze) meses após a extinção da concessão e não realizada a indenização prevista nos subitens 4.5 ou 4.6, o Município indenizará as edificações e benfeitorias realizadas pelo concessionário original.

4.8. Para fazer jus às indenizações pelas edificações e benfeitorias realizadas no imóvel, a concessionária deverá obter as licenças dos órgãos competentes para as respectivas construções, quando exigido por lei, bem como averbá-las na matrícula do imóvel, por suas expensas, previamente ao encerramento da vigência do contrato

ou previamente à abertura de processo administrativo para apurar a regularidade da concessão, com o fim de extingui-la.

4.9. O inadimplemento de parcelas referentes à aquisição do imóvel acarretará aplicação das seguintes penalidades:

4.9.1. Multa de mora de 1% do valor da avaliação do imóvel por mês de atraso.

4.9.2. Resolução do contrato de compra e venda caso haja a inadimplência de três parcelas seguidas, sem prejuízo da aplicação da multa prevista no subitem 4.9.1.

4.10. É vedada a destinação do imóvel concedido, mesmo após a aquisição definitiva pela CONCESSIONÁRIA, para outra finalidade que não seja industrial ou comercial, o que será devidamente averbado na matrícula do imóvel.

4.10.1. A tentativa de utilização do imóvel - adquirido definitivamente pela CONCESSIONÁRIA - de maneira indevida será coibida pelo Município de Capanema, a qualquer tempo, por meio do indeferimento do licenciamento da atividade, devido a sua localização.

5. CLÁUSULA **QUINTA** - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Obrigações do CONCEDENTE:

5.1.1. Disponibilizar o acesso ao imóvel imediatamente após o início da vigência da concessão;

5.1.2. Registrar as irregularidades constatadas em ato de fiscalização, cientificando a autoridade competente para as providências pertinentes, e notificar a CONCESSIONÁRIA para pronta regularização;

5.1.3. Notificar a CONCESSIONÁRIA imediatamente após constatar o descumprimento de alguma das obrigações contratuais, fixando um prazo para que ela promova as diligências/correções necessárias sob pena de aplicação de penalidades previstas no item 10.

5.1.4. Caberá ao CONCEDENTE avaliar a cada 12 (doze) meses o cumprimento do contrato.

5.2. Obrigações da CONCESSIONÁRIA:

As obrigações da CONCESSIONÁRIA estão divididas em 03 (três) grupos por grau de gravidade conforme disposições abaixo:

5.2.1. Obrigações **do Grupo 1 (GRAVÍSSIMA)**

5.2.1.1. O descumprimento das obrigações deste grupo poderá implicar na rescisão do contrato e das demais penalidades previstas no item 10.

a) utilizar o imóvel cujo uso lhe é concedido de acordo com as especificações e condições apresentadas pelo CONCEDENTE contidas neste instrumento, sendo vedada a utilização de áreas que não se encontrem limitadas no contrato, bem como não será permitida a utilização do bem público concedido para finalidade diferente da que foi licitada, garantindo-se as demais exigências pactuadas;

b) não transferir, ceder ou subconceder a terceiros o imóvel concedido durante a vigência do contrato de concessão;

c) não promover modificação da finalidade ou da estrutura societária que prejudique a execução da proposta apresentada na licitação, salvo se previamente submetida ao CONCEDENTE para análise e aceite, desde que verificada a manutenção dos critérios predominantes da proposta inicial, especialmente quanto à empregabilidade e aos investimentos privados no imóvel;

d) a CONCESSIONÁRIA deverá entregar procuração, conforme modelo a ser fornecido pelo CONCEDENTE, indicando, pelo menos, 02 (dois) prepostos com poderes para receber notificações e demais documentos pertinentes ao contrato de concessão. A referida procuração deverá ter validade durante a vigência do contrato, bem como, ficará sob a responsabilidade da CONCESSIONÁRIA a sua atualização junto ao Município;

e) produzir e/ou comercializar exclusivamente produtos lícitos e em rigorosa obediência à legislação pertinente;

f) não ser autuado e penalizado com multa pela segunda vez, num período de 24 meses, pelos mesmos motivos, em atuação da fiscalização, ou pela vigilância sanitária, ou outro órgão público, em razão de descumprimento das normas envolvendo a exploração do imóvel concedido.

5.2.2 Obrigações **do Grupo 2 (GRAVE):**

a) adequar e equipar o espaço físico, bem como realizar as construções, adaptações e acabamentos necessários para o início das atividades constantes na proposta apresentada na sessão da licitação, que deverá ocorrer no prazo de até 120 (cento e vinte) dias, contados a partir da vigência do concessão, com as condições e características necessárias e indispensáveis para realizar plenamente suas atividades, de acordo com as normas vigentes para o funcionamento do estabelecimento.

a.1) o referido prazo poderá ser excepcionalmente prorrogado desde que haja justificativa comprovada e aceita pela Administração, especificamente quando o exercício da atividade depender de licenças de outros órgãos públicos e não esteja caracterizada a negligência da própria CONCESSIONÁRIA;

a.2) no que tange à concessão dos terrenos sem barracões, o prazo da construção do empreendimento será o estabelecido na proposta da CONCESSIONÁRIA, apresentada na sessão da licitação.

b) manter a exploração da atividade industrial/comercial com o funcionamento constante;

c) obter as licenças exigidas para a construção, modificação e/ou ampliação que se pretenda fazer nas instalações externas e internas do imóvel objeto da CONCESSÃO;

d) para os **imóveis em que contenham barracões construídos pelo CONCEDENTE,** compete à CONCESSIONÁRIA contratar e/ou renovar anualmente o seguro contra incêndio do(s) imóvel(is) e suas respectivas instalações, com valor mínimo compatível com o valor de avaliação do barracão, de acordo com a tabela constante no subitem 1.1, **indicando como beneficiário o Município de Capanema**, sendo obrigatória a apresentação da(s) apólice(s) ao Município, no prazo de 60 (sessenta) dias, após o início das atividades industriais/comerciais no imóvel, bem como a cada renovação anual do seguro;

e) providenciar no prazo de até 120 (cento e vinte) dias, contados do início da vigência da concessão, a abertura de filial no Município de Capanema, caso a empresa seja sediada em outro Município, e apresentar a documentação ao CONCEDENTE;

f) recolher os tributos incidentes de sua atividade e emitir notas e cupons fiscais, conforme a legislação em vigor;

g) compete à CONCESSIONÁRIA, no prazo de 30 (trinta) dias, contados do início da vigência da concessão, requerer a transferência, para o seu nome, dos registros de água e luz do imóvel, junto aos órgãos competentes;

h) cumprir todas as normas ambientais exigidas para o exercício da atividade.

h.1) as licenças ambientais exigidas para o exercício da atividade deverão ser providenciadas pela CONCESSIONÁRIA no prazo de 120 (cento e vinte) dias, contados da vigência da concessão. Excepcionalmente, o prazo poderá ser prorrogado, mediante comprovação de motivo relevante, sem culpa da CONCESSIONÁRIA, e aceito pelo CONCEDENTE.

5.2.3. Obrigações **do Grupo 3 (LEVE):**

a) prestar todas as informações e/ou esclarecimentos ao CONCEDENTE, sempre que lhe forem solicitadas;

b) a CONCESSIONÁRIA deverá cumprir as normas relativas à legislação pertinente ao tipo de atividade comercial, providenciando anualmente a(s) licença(s) necessária(s) para o exercício da atividade;

c) é vedada a instalação de publicidade, letreiros e faixas de terceiros em qualquer parte da edificação do imóvel, permitida a identificação da própria CONCESSIONÁRIA e dos produtos ou atividades desenvolvidas no local.

d) adotar as providências adequadas em relação a qualquer empregado cujo procedimento for considerado inconveniente, fato este detectado a partir da fiscalização realizada pelo Município;

e) respeitar as normas trabalhistas;

j) é vedada a criação de animais domesticáveis ou não no imóvel;

k) cumprir as normas legais federais, estaduais e municipais, notadamente aquelas relativas à legislação urbana, ambiental e sanitária, registros de inspeção trabalhista, providenciando licenças e alvarás exigidos na forma da Lei, mantendo-os atualizados e em locais visíveis e de fácil identificação;

l) responder por todas as despesas com pessoal para exercício das atividades permitidas à CONCESSIONÁRIA, arcando com os encargos trabalhistas, sociais e previdenciários, de acordo com a legislação em vigor, obrigando-se a saldá-los em época própria, uma vez que seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o CONCEDENTE;

m) arcar com todas as despesas decorrentes da instalação de telefone e de qualquer outro serviço utilizado, assim como custos como impostos, taxas, contribuições e tributos federais, estaduais e municipais que incidam direta ou indiretamente sobre o imóvel, bem como as atividades econômicas nele desenvolvidas, que serão integralmente arcadas pela CONCESSIONÁRIA;

n) responder civilmente por seus atos, de seus empregados e de quaisquer pessoas físicas ou jurídicas a ela vinculadas, que causarem danos a terceiros e à(s) instalação(ões) física(s) do módulo, cujo uso lhe é concedido, sendo que a ocorrência destes deverá ser imediatamente comunicada ao órgão fiscalizador, para as providências que se fizerem necessárias;

o) acompanhar a vistoria de recebimento do imóvel, apondo a sua assinatura no laudo respectivo;

p) manter-se, durante toda a vigência da concessão, em compatibilidade com as obrigações assumidas na proposta apresentada na sessão de licitação, bem como todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, respeitando-se o disposto neste Termo de Referência e nos demais documentos da licitação;

q) manter o imóvel, objeto desta concessão em perfeitas condições de conservação e limpeza, de acordo com as normas estabelecidas pelo CONCEDENTE e legislação em vigor, observando também os seguintes pontos:

I. Toda a área de influência do imóvel deverá ser mantida diariamente limpa pela CONCESSIONÁRIA, e os resíduos coletados deverão ser devidamente ensacados e apresentados para a coleta regular, respeitando-se os horários de coleta estabelecidos pelo Município;

II. Implementar, em sua rotina diária, a separação de seus resíduos, de acordo com a legislação vigente;

6. CLÁUSULA **SEXTA** - DAS ALTERAÇÕES E AMPLIAÇÕES DO IMÓVEL

6.1. Compete à CONCESSIONÁRIA adequar e equipar o espaço físico, bem como realizar as adaptações e acabamentos necessários para o início das atividades.

6.2. Havendo necessidade de modificação de alguma estrutura, a CONCESSIONÁRIA submeterá previamente à apreciação e aprovação escrita do CONCEDENTE, o qual poderá vetar, justificadamente, parcial ou totalmente qualquer modificação que se pretenda fazer nas instalações estruturais externas e internas do imóvel objeto da concessão.

6.3. É possível a ampliação da estrutura dos barracões pela CONCESSIONÁRIA, com recursos próprios, respeitando-se as diretrizes estabelecidas pelo CONCEDENTE, devidamente aprovado pelo Departamento de Engenharia do Município e pelo Prefeito Municipal.

7. CLÁUSULA **SÉTIMA** - DA SUBCONTRATAÇÃO / SUBCONCESSÃO / LOCAÇÃO

7.1. É vedada a subcontratação, subconcessão ou locação total ou parcial do objeto do contrato.

8. CLÁUSULA **OITAVA** - DA MARGEM DE CUMPRIMENTO DA PROPOSTA DE EMPREGABILIDADE

8.1. Durante a vigência da concessão, a CONCESSIONÁRIA deverá observar a proposta apresentada na sessão de licitação, especialmente quanto ao número de empregos diretos.

8.2. Haverá uma margem de tolerabilidade no descumprimento do número de empregos diretos ofertados na proposta original, da seguinte forma:

a) a avaliação do cumprimento da proposta de criação de postos de trabalho será realizada anualmente, sempre no mês de julho, utilizando-se o período dos 12 (doze) meses anteriores;

b) Durante os doze meses anteriores à avaliação será calculada uma média do cumprimento da proposta da CONCESSIONÁRIA;

c) o percentual de tolerabilidade será de 25% (vinte e cinco por cento);

d) o descumprimento da proposta de criação de postos de trabalho acima da margem de tolerabilidade acarretará na aplicação de multa, prevista na alínea "a" do subitem 10.2.2.

e) o descumprimento da proposta de criação de postos de trabalho acima da margem de tolerabilidade **por dois anos consecutivos** acarretará na declaração de caducidade da concessão.

9. CLÁUSULA **NONA** - DA FISCALIZAÇÃO

9.1. A Fiscalização será de competência e responsabilidade do Município, a quem caberá verificar se, no seu desenvolvimento, estão sendo cumpridos os termos do Contrato, a proposta original da concessionária, suas especificações e demais requisitos, assim como participar de todos os atos que se fizerem necessários para sua fiel execução.

9.2. A fiscalização será exercida no interesse exclusivo do CONCEDENTE, e não exclui nem reduz a responsabilidade da CONCESSIONÁRIA, inclusive de terceiros, por qualquer irregularidade.

9.3. O Município de Capanema, na qualidade de fiscal do cumprimento das obrigações oriundas da concessão, notificará a CONCESSIONÁRIA para que providencie os reparos e/ou correções que se fizerem necessárias ao objeto da concessão, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, contados da data do recebimento da referida notificação.

9.3.1. A notificação poderá ser recebida pelo preposto indicado na Procuração, bem como qualquer um dos sócios da CONCESSIONÁRIA, possibilitando a notificação via e-mail.

9.3.2. O não recebimento de qualquer notificação expedida pelo Município, por parte da CONCESSIONÁRIA, será considerada válida com o ateste do servidor público responsável e ratificação da fiscalização.

9.4. O Município irá indicar um servidor para fiscalizar a execução do contrato de concessão.

10. CLÁUSULA **DÉCIMA** – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. O descumprimento das obrigações previstas neste termo, no edital de licitação e no contrato ensejará a aplicação das sanções descriminadas a seguir, independentemente da rescisão contratual determinada por ato unilateral do CONCEDENTE.

10.2. Em caso de **inexecução total ou parcial da proposta ofertada pela CONCESSIONÁRIA na sessão da licitação**, inclusive não atendimento das determinações da fiscalização, a CONCESSIONÁRIA estará sujeita, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, às seguintes penalidades:

10.2.1. **ADVERTÊNCIA** por escrito, sempre que verificadas pequenas irregularidades para as quais haja concorrido;

10.2.2. **MULTAS**, que serão aplicadas por infração, conforme abaixo, limitadas a no máximo 15% (quinze por cento) sobre o valor de avaliação do imóvel concedido:

a) de 2% a 5%, no caso de descumprimento de obrigações indicadas no grupo 3 (leves) do **subitem 5.2.3;**

b) de 5% a 8%, no caso de descumprimento de obrigações indicadas no grupo 2 (graves) do **subitem 5.2.2;**

c) de 8% a 15%, no caso de descumprimento de obrigações indicadas no grupo 1 (gravíssimas) do **subitem 5.2.1.**

10.2.3. **SUSPENSÃO** temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município, segundo a natureza e gravidade da falta cometida, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

10.2.4. **DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE** para licitar ou contratar com a Administração, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante o Município.

10.3. A CONCESSIONÁRIA não incorrerá em penalidades quando o descumprimento dos prazos e/ou obrigações estabelecidos resultar de caso fortuito ou força maior devidamente comprovados.

10.4. A multa não impede que o CONCEDENTE rescinda unilateralmente o contrato e aplique as outras sanções previstas na lei e naquele instrumento.

10.5. O valor das multas será cobrado mediante notificação extrajudicial, independentemente da adoção da medida judicial competente, observando o procedimento descrito no subitem 10.11.

10.6. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com outras sanções previstas no subitem 10.2, segundo a natureza e a gravidade da falta cometida, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 15 dias úteis.

10.7. É facultado ao CONCESSIONÁRIO interpor recurso, dirigido ao Chefe do Poder Executivo, contra a aplicação, por decisão da Comissão de Licitação, das penas de advertência, suspensão ou de multa, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da ciência da respectiva notificação.

10.8. A sanção prevista na alínea "d" do subitem 10.2 é de competência do Chefe do Poder Executivo, facultada a defesa prévia do interessado no respectivo processo de contratação, no prazo de 15 (quinze) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 02 (dois) anos de sua aplicação.

10.9. As sanções previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 10.2 poderá ser também aplicável à CONCESSIONÁRIA que, em razão do contrato:

a) tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

b) praticar atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;

c) demonstrar não possuir idoneidade para contratar com a Administração Pública, em virtude de atos ilícitos praticados.

10.10. Independentemente das sanções legais cabíveis, a CONCESSIONÁRIA ficará sujeita, ainda, à composição das perdas e danos causados ao CONCEDENTE pelo descumprimento das suas obrigações.

10.11. As sanções administrativas somente serão aplicadas mediante regular processo administrativo, assegurada a ampla defesa e o contraditório, observando-se as seguintes regras:

a) Antes da aplicação de qualquer sanção administrativa, a CONCESSIONÁRIA será notificada, facultando-lhe a apresentação de defesa prévia, no prazo de 15 (quinze) dias úteis a contar da notificação, exceto na hipótese de declaração de inidoneidade, devendo ser observada a regra do art. 110 da Lei nº 8.666/93;

b) A notificação deverá ocorrer pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento ou por edital em jornal de grande circulação, no caso de concessionário e/ou seu representante estar em local incerto e não sabido. A notificação indicará a conduta reputada como infratora, a motivação para aplicação da penalidade, a sanção que se pretende aplicar, o prazo e o local de entrega das razões de defesa;

c) Ofertada a defesa prévia ou expirado o prazo sem que ocorra a sua apresentação, a autoridade competente proferirá decisão fundamentada e adotará as medidas legais cabíveis, resguardado o direito de recurso da CONCESSIONÁRIA, ao Prefeito Municipal, que deverá ser exercido nos termos da Lei Federal nº 8.666/93.

10.12. As penalidades só poderão ser relevadas nas hipóteses de caso fortuito ou força maior, devidamente justificados e comprovados, a juízo do CONCEDENTE.

11. CLÁUSULA **DÉCIMA PRIMEIRA** - DA RESCISÃO E DA DECLARAÇÃO DE CADUCIDADE

11.1. O descumprimento das condições estabelecidas neste Termo, no edital, no contrato e/ou em disposições legais, quando houver reincidência ou não couber

apenas a aplicação de multas, implicará na extinção da concessão de direito real de uso, por rescisão contratual ou declaração de caducidade, nos termos a seguir.

11.2. O CONCEDENTE possui o direito de **rescindir** unilateralmente o contrato de concessão, independentemente de interpelação judicial, nos seguintes casos:

a) quando a CONCESSIONÁRIA falir, for dissolvida ou por superveniente incapacidade técnica;

b) quando houver paralisação das atividades da CONCESSIONÁRIA pelo prazo de 60 (sessenta) dias, consecutivos ou alternados, sem justificativa aceita pelo CONCEDENTE;

c) pelo descumprimento das obrigações do grupo 1 (gravíssimas) relacionadas no subitem 5.2.1;

d) pela existência de aplicação de 5 advertências durante o período de 24 (vinte e quatro) meses, qualificando como descumprimento reiterado das obrigações contratuais.

e) pelo descumprimento por 3 (três) vezes, consecutivas ou não, da mesma obrigação prevista no grupo 2 (graves) ou 4 (quatro) vezes, consecutivas ou não, da mesma obrigação prevista no grupo 3 (leve) dentro do período de 24 (vinte e quatro) meses.

f) nas hipóteses dos artigos 77 e 78, da Lei Federal nº 8.666/93;

g) a pedido justificado da CONCESSIONÁRIA.

11.3. O CONCEDENTE possui o direito de declarar a **caducidade** do contrato de concessão, independentemente de interpelação judicial, nos seguintes casos:

a) quando a CONCESSIONÁRIA transferir a concessão, locar ou de qualquer modo ceder a terceiros parte do imóvel concedido;

b) alterar a destinação do imóvel ou o ramo de atividade da CONCESSIONÁRIA, sem autorização do CONCEDENTE;

c) quando a CONCESSIONÁRIA for condenada judicialmente por cometimento de atos de improbidade administrativa ou por atos indicados na Lei 12.846/2013 ou por crimes ambientais;

d) quando a CONCESSIONÁRIA for condenada em âmbito administrativo por danos causados ao meio ambiente, por cometimento de atos de improbidade administrativa ou por atos indicados na Lei 12.846/2013;

e) descumprimento da margem de empregabilidade da proposta da concessionária apresentada na sessão pública do certame, por dois anos consecutivos.

11.4. A extinção da concessão de direito de uso, sem culpa das partes, não ensejará à CONCESSIONÁRIA a aplicação de penalidades.

11.5. Extinta a concessão, seja pela expiração do seu prazo ou em razão de rescisão contratual, será notificada a CONCESSIONÁRIA para a entrega do imóvel, no prazo assinalado na referida notificação.

11.5.1. Obriga-se a CONCESSIONÁRIA a entregar o imóvel objeto desta licitação, no prazo assinalado, inteiramente desembaraçado, em estado de conservação e uso normais, para imediata reintegração de posse do bem pelo poder CONCEDENTE.

11.5.2. Com a extinção ou rescisão do contrato a chave do imóvel deverá ser devolvida ao CONCEDENTE sob pena de ser considerado uso irregular, acarretando a cobrança desta ocupação a título de indenização e adoção das medidas administrativas e/ou judiciais para retomada da posse do imóvel.

11.6. Extinto, por qualquer hipótese, o contrato, ou se após regular procedimento administrativo for constatado o abandono do imóvel pela CONCESSIONÁRIA, poderá o Município, através dos meios de que dispuser, promover a remoção compulsória de quaisquer bens, pertençam eles à CONCESSIONÁRIA, a seus prepostos, fornecedores, contratantes e/ou contratados, ficando a CONCESSIONÁRIA responsável pelo ressarcimento das despesas de remoção e/ou guarda dos bens.

11.7. O Município notificará a CONCESSIONÁRIA diretamente ou por edital, concedendo-lhe prazo de até 30 (trinta) dias, a partir do recebimento da notificação ou da publicação do edital, para pagamento de quaisquer débitos existentes junto ao CONCEDENTE com a consequente retirada dos bens eventualmente removidos.

11.8. Decorrido o prazo estabelecido no subitem anterior sem que os bens tenham sido retirados, ficará o Município autorizado a proceder a sua alienação em leilão, a fim de se ressarcir de eventuais débitos da CONCESSIONÁRIA, ficando o saldo eventualmente existente à disposição pelo prazo de 01 (um) ano, findo o qual o montante será revertido ao CONCEDENTE.

12. CLÁUSULA **DÉCIMA SEGUNDA** - RESTITUIÇÃO DO IMÓVEL

12.1. A CONCESSIONÁRIA obriga-se a zelar pela manutenção do imóvel, ficando responsável por eventuais danos que porventura ocorrer no imóvel, ocasionados por ele ou por terceiros, incluindo os causados por caso fortuito ou força maior.

12.2. A CONCESSIONÁRIA compromete-se a restituir o imóvel ao final do contrato nas mesmas condições em que os recebeu, ressalvados o desgaste natural com o decorrer do tempo, salvo se optar pela aquisição definitiva do imóvel.

12.3. A CONCESSIONÁRIA é obrigada a restituir ao imóvel ao CONCEDENTE nas hipóteses de extinção da concessão, por rescisão contratual ou declaração de sua caducidade.

13. CLÁUSULA **DÉCIMA TERCEIRA** - MEDIDAS ACAUTELADORAS

13.1. A CONCESSIONÁRIA responderá por todos os encargos e obrigações de natureza trabalhista, previdenciária, fiscal, acidentária, administrativa, civil e comercial resultantes da execução do contrato, bem como, pelos danos causados ao patrimônio do CONCEDENTE ou de terceiros.

14. CLÁUSULA **DÉCIMA QUARTA** - MEDIDAS ACAUTELADORAS

14.1. Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784/1999, a Administração Pública poderá motivadamente adotar providências acauteladoras.

15. CLÁUSULA **DÉCIMA QUINTA** - DOS CASOS OMISSOS

000093

000094

15.1. Os casos omissos ou situações não explicitadas nas cláusulas deste Contrato serão decididos pelo CONCEDENTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 9.784/1999, na Lei nº 8.666/1993, no Código Civil, no Edital e os anexos da licitação CONCORRÊNCIA nº 02/2020, bem como nos demais regulamentos e normas administrativas federais e municipais, que fazem parte integrante deste Contrato, independentemente de suas transcrições.

16. CLÁUSULA **DÉCIMA SEXTA** - DA PUBLICAÇÃO

16.1. A publicação resumida do instrumento de contrato no Diário Oficial Do Município será providenciada pelo CONCEDENTE.

17. CLÁUSULA **DÉCIMA SÉTIMA** - DO FORO

17.1. As questões decorrentes da utilização do presente Instrumento que não puderem ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, Comarca de Capanema-PR.

E assim, por estarem de acordo, ajustados e contratados, após lido e achado conforme, as partes a seguir firmam o presente Contrato em 02 (duas) vias, de igual teor e forma.

CAPANEMA, ... de ..... de 2020.

AMÉRICO BELLÉ
Prefeito Municipal

CONCESSIONÁRIA
Representante legal

PARECER JURÍDICO N° 367/2020

INTERESSADO: Setor de Licitações

ASSUNTO: Análise prévia da Concorrência n° 02/2020.

EMENTA: ANÁLISE PRÉVIA DA LICITAÇÃO. MODALIDADE CONCORRÊNCIA. CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE BEM PÚBLICO. PROCESSO NUMERADO COM DOCUMENTOS NECESSÁRIOS. JUSTIFICATIVA SUFICIENTE. POSSIBILIDADE DA PUBLICAÇÃO DO EDITAL. PARECER FAVORÁVEL.

1. CONSULTA:

A Comissão Permanente de Licitação, designada pela portaria n° 7.537/2019, encaminha para análise desta Procuradoria, minuta de edital de Concorrência, para concessão de uso de 14 terrenos e 4 barracões, conforme condições e especificações contidas no edital e seus anexos.

Constam no processo administrativo:

I - Portaria n° 7.537/2019 - fl. 01;
II - Despacho do Secretário - fl. 02;
III - Cópia da Lei 1.745/2020 - fl. 03-13;
IV - Termo de Referência - fls. 14-28;
V - Parecer da Comissão de Avaliação - fls. 29-39;
VI - Despacho de encaminhamento do Prefeito Municipal - fl. 40;
VII - Parecer do Departamento de Contabilidade - fl. 41;
VIII - Minuta do edital - fls. 42-55;
IX - Anexos I a VIII - fls. 56-94.

É o relatório.

2. PARECER:

2.1. Da licitação: do cabimento da modalidade Concorrência

No tocante à escolha da modalidade concorrência, os fundamentos estão assentados no art. 17, I, da Lei nº 8.666/93 e no art. 7º, § 1º, da Lei Municipal nº 1.745/2020.

O tipo de licitação indicado na minuta do Edital de licitação é a "maior oferta", o que se amolda ao disposto no art. 45, § 1º, IV, da Lei nº 8.666/93.

2.2. Do Termo de Referencia

Termo de Referência é o conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para, neste caso, caracterizar a concessão de direito real de uso dos imóveis municipais.

Destarte, limitando-se a examinar a presença dos elementos essenciais do documento, verifica-se que o termo de referência atende de maneira **suficiente** aos

requisitos legais, pois fornece subsídios claros para que os licitantes elaborem as suas propostas.

2.3. Dos requisitos de habilitação

Analisando-se as exigências da documentação relativa à qualificação para a habilitação dos proponentes, verifica-se a presença de requisitos proporcionais a concessão de direito real de uso dos imóveis municipais, estando, portanto, adequada à legislação basilar.

2.4. Das minutas de edital e do contrato

A análise das minutas de edital e de contrato foi conduzida à luz da legislação aplicável ao presente caso, qual seja, a Lei nº 8.666/93, que regulamenta a modalidade de licitação Concorrência, bem como a Lei Municipal nº 1.745/2020.

No tocante à minuta do edital, verifica-se que foram preenchidos os requisitos essenciais do art. 40, da Lei nº 8.666/93.

Adequada, também, a minuta do contrato constante no Anexo VIII, em que detalha o objeto, as suas peculiaridades, bem como prevê as cláusulas essenciais dispostas no art. 55, da Lei nº 8.666/93.

3. CONCLUSÃO

Diante do exposto, esta Procuradoria se manifesta favoravelmente à publicação da minuta de edital em apreço, bem como de seus anexos, ora rubricados com o intuito de identificar a documentação constante no processo físico.

Ademais, importante salientar a necessidade de publicação deste edital no portal eletrônico do Município de Capanema, em atendimento à Lei Federal 12.527/2011.

É o parecer.

Capanema, 05 de outubro de 2020.

Álvaro Skiba Júnior
Procurador Municipal
OAB/PR 68.807

Álvaro Skiba Júnior
Procurador Municipal
do Capanema - PR
Dec. Nº 5588/2014

Município de Capanema - PR

AUTORIZAÇÃO PARA LICITAÇÃO

Capanema - PR, 05 de outubro 2020

Assunto: Concorrência 02/2020

DE: Prefeito Municipal
PARA: Comissão Permanente de Abertura e Julgamento de Licitações

Considerando as informações e pareceres contidos no presente processo AUTORIZO a licitação sob a modalidade Concorrência, que tem por objeto o **CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE TERRENOS E BARRACÕES PARA FINS DE INCENTIVO AO DESENVOLVIMENTO DE EMPREGOS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA**., nos termos da Lei n° 8.666, de 21 de junho de 1993.

A Comissão de Licitação é aquela nomeada pela **Portaria nº 7.537 de 16 de dezembro de 2019**

Encaminhe-se ao Setor de Licitações para as providências necessárias.

Américo Bellé
Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO – CONCORRÊNCIA Nº 02/2020

O MUNICÍPIO DE CAPANEMA, Estado do Paraná, torna público que realizará Processo Licitatório, nos termos a seguir:

Modalidade: CONCORRÊNCIA nº 02/2020

Tipo de Julgamento: Melhor Proposta.

Objeto: CONCORRÊNCIA PARA CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE TERRENOS E BARRACÕES PARA FINS DE INCENTIVO AO DESENVOLVIMENTO DE EMPREGOS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA.

Abertura das propostas: 08h30min. do dia 09/11/2020.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Capanema, Av. Parigot de Souza, 1080 - Capanema/Pr - Centro.

Demais informações poderão ser obtidas no endereço acima citado em horário normal de expediente e no site www.capanema.pr.gov.br.

Capanema-PR, 05/10/2020.

Américo Bellé- Prefeito Municipal

000028

Frio? Calor? Chuva? Previsão para o feriado 12 de Outubro

Depois de uma semana bem quente, uma frente fria avança pelo centro-sul do Brasil provocando aumento da umidade, chuva, queda de temperatura e até geada no sul do Brasil.

Confira como fica o tempo no feriado por região:

SUL

No Sul, a passagem da frente fria e a chegada de uma massa de ar polar com moderada intensidade provocam chuva e queda de temperatura. O calor diminui no Paraná e o estado vai ter dias bem úmidos. Faz frio em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul, com risco de geada nas áreas de fronteira com o Uruguai e nas serras Gaúchas e Catarinenses.

A previsão para Francisco Beltrão é de tempo bom e as temperaturas terão uma pequena queda durante o feriado.

SUDESTE

No Sudeste a chegada da frente fria no sábado, dia 10, provoca diminuição do calor e chuva a partir da tarde no sul e leste de São Paulo, incluindo o litoral paulista. Menos calor e chuva a partir da tarde também no sul e no leste de Minas e no Rio de Janeiro. No domingo e na segunda-feira, dias 11 e 12 de outubro, a temperatura fica amena no centro-sul e leste paulista, sul e zona da mata de Minas Gerais e no Rio de Janeiro. Faz até um pouco de frio nos trechos de serra. Tem previsão de chuva e chuviscos nestas áreas. Previsão de pancadas de chuva à tarde no interior paulista, Grande Belo Horizonte, triângulo mineiro e oeste de Minas.



CENTRO-OESTE

Centro-Oeste começa o feriadão com muito calor, mas aos poucos a forte massa de ar seco está perdendo força o que permite a volta das pancadas de chuva já na tarde de sábado. No decorrer do feriado o calor vai diminuindo. Dias 10 e 11, as pancadas de chuva ainda são bem isoladas, mas para o dia 12, além de mais volumosas as chuvas são mais abrangentes, tipo chuva que já ajuda no combate aos incêndios.

NORDESTE

No Nordeste, o ar seco ainda vai predominar sobre o interior da Região inibindo a chuva. Já nas áreas próximas do mar, o sol também predomina, mas tem previsão de pancadas rápidas de chuva.

NORTE

No Norte, o feriado começa com tempo seco e muito quente no centro-leste e sudeste do Pará e no Tocantins. No decorrer do feriado a umidade aumenta nessas áreas com previsão de pancadas de chuva à tarde. Quase toda a Região tem sol e pancadas de chuva à tarde. No Acre, em Roraima e no centro-oeste do Amazonas a chuva é volumosa.

Fonte Assessoria Climatempo.

Entenda como vai funcionar o Pix, que deve substituir as atuais transferências bancárias

O cadastro de informações de clientes interessados em usar a "chave PIX", o novo sistema de transações financeiras criado pelo Banco Central, começa na segunda-feira (5). Segundo o Banco Central, o PIX é a realização de transferências monetárias eletrônicas na qual a transmissão da ordem de pagamento e a disponibilidade de fundos para o usuário recebedor ocorre em tempo real.

A diferença do novo sistema para o habitual "DOCs e TEDs" é que o serviço está disponível durante 24 horas por dia, sete dias por semana e em todos os dias no ano. As transferências irão ocorrer diretamente da conta do usuário pagador para a conta do usuário recebedor, sem a necessidade de intermediários, o que propicia custos de transação menores.

A previsão é que o serviço propriamente dito será ativado no dia 16 de novembro em todo o país, mas a partir do dia 3 de novembro o PIX começará a ser disponibilizado para alguns clientes selecionados para fase de testes.

Como aderir ao PIX?

Para usar o serviço, bastará ter uma conta corrente, conta poupança ou uma carteira digital de uma instituição financeira com cadastro no PIX. A opção estará dentro do aplicativo bancário e no internet banking do cliente, assim como já estão outras funcionalidades, como DOC e TED.

As transações pelo PIX poderão ser feitas também por meio de QR Code, o que permitirá que o cliente tanto efetue um pagamento no comércio ou gere um código próprio para receber uma transferência, podendo inclusive já definir o valor do depósito.

As transações funcionarão de duas formas: Estática, que poderá ser utilizado para transferências ou compras no comércio e Dinâmica, que poderá ser utilizado quando as informações para pagamentos muda.

Exemplificando, o cliente poderá pagar por um produto usando o QR Code disponibilizado pelo vendedor, através do seu celular ou pela internet.

AVISO DE LICITAÇÃO – CONCORRÊNCIA Nº 02/2020
O MUNICÍPIO DE CAPANEMA, Estado do Paraná, torna publico que realizará Processo Licitatório nos termos a seguir:
Modalidade: CONCORRÊNCIA nº 02/2020
Tipo de Julgamento: Melhor Proposta.
Objeto: CONCORRÊNCIA PARA CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE TERRENOS E BARRACÕES PARA FINS DE INCENTIVO AO DESENVOLVIMENTO DE EMPREGOS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA.
Abertura das propostas: 08h30min. do dia 09/11/2020
Local: Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Capanema, Av. Parigot de Souza, 1080 - Capanema/Pr - Centro. Demais informações poderão ser obtidas no endereço acima citado em horário normal de expediente e no site www.capanema.pr.gov.br.
Capanema-PR, 05/10/2020
Américo Bellé- Prefeito Municipal

MUNICIPIO DE PLANALTO
CNPJ Nº 76.360.526/0001-10
Praça São Francisco de Assis, 1084 - CEP: 85.750-000
e-mail: planalto@planalto.pr.gov.br
Fone: (046) 3563-8100 - Fax: (46) 3563-8101
PLANALTO PARANÁ

PORTARIA Nº 31, DE 21 DE SETEMBRO DE 2020

INÁCIO JOSÉ WERLE, PREFEITO MUNICIPAL DE PLANALTO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e

RESOLVE:

Designar a senhora LENIR TEREZINHA SPOGIS BOSCATO, portadora da cédula de identidade RG nº 5.065.042-1 SSP/PR, Ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professora, para exercer a função de Diretora da Escola Municipal Professor Ludgero Alfonso Heinen – EIEF.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PLANALTO, aos vinte e um dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte.

INÁCIO JOSÉ WERLE
PREFEITO MUNICIPAL

BUGRE COMERCIAL EIRELLI	4	21	MISTURA PARA BOLO DE CHOCOLATE, SEM GLUTEN, SEM OVO E LACTOSE; O PRODUTO DEVE ESTAR DE ACORDO COM A NTA 02 E 83(DECRETO 12.846/78) E PORTARIA Nº29 DE 13 DE JANEIRO DE 1998, ANVISA. INGREDIENTES: FARINHA DE ARROZ E OU AMIDO DE MILHO, AÇÚCAR, CACAU EM PÓ, FERMENTO QUÍMICO E OUTROS COMPONENTES, DESDE QUE PERMITIDOS. CARACTERÍSTICAS: COR, ODOR, SABOR E TEXTURA CARACTERÍSTICA. EMBALAGEM PRIMARIA: SACO PLÁSTICO HERMETICAMENTE SELADO, OU CAIXA TIPO BOX, ATÓXICA, RESISTENTE REOTULADO DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO BIGENTE, PESANDO ATÉ 500G. NA DATA DA ENTREGA O PRODUTO DEVE DISPOR DE NO MÍNIMO 03 MESES DE VALIDADE.	APTY	200,00	6,49
BUGRE COMERCIAL EIRELLI	4	22	ROSQUINHAS DE POLVILHO, SALGADO- BISCOITO DE POLVILHO, SEM GLÚTEN, PACOTE 200G	NAZINHA	300,00	9,98

Art. 3º Valor total dos gastos com a Licitação modalidade Pregão Eletrônico Nº 80/2020, é de R$ 648.787,42 (Seiscentos e Quarenta e Oito Mil, Setecentos e Oitenta e Sete Reais e Quarenta e Dois Centavos).
Art. 4º Homologo a presente licitação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Capanema, Estado do Paraná cinco dias de outubro de 2020

Américo Bellé
Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°451/2020
Pregão Eletrônico Nº 080/2020
Data da Assinatura: 05/10/2020.
Contratante: Município de Capanema-Pr.
Contratada: BUGRE COMERCIAL EIRELLI
Objeto:AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DESTINADOS AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE) PARA CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO DE CAPANEAM – PR. PROCESSADO PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS..
Valor total: R$ 29.621,62 (Vinte e Nove Mil, Seiscentos e Vinte e Um Reais e Sessenta e Dois Centavos)
Américo Bellé
Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°452/2020
Pregão Eletrônico Nº 080/2020
Data da Assinatura: 05/10/2020.
Contratante: Município de Capanema-Pr.
Contratada: CLAUDINA COMIRAN - ME
Objeto:AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DESTINADOS AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE) PARA CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO DE CAPANEAM – PR. PROCESSADO PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS..
Valor total: R$ 214.759,40 (Duzentos e Quatorze Mil, Setecentos e Cinqüenta e Nove Reais e Quarenta Centavos)
Américo Bellé
Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°453/2020
Pregão Eletrônico Nº 080/2020
Data da Assinatura: 05/10/2020.
Contratante: Município de Capanema-Pr.
Contratada: COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS KRAEMER LTDA - EPP
Objeto:AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DESTINADOS AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE) PARA CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO DE CAPANEAM – PR. PROCESSADO PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS..
Valor total: R$ 404.406,40 (Quatrocentos e Quatro Mil, Quatrocentos e Seis Reais e Quarenta Centavos)
Américo Bellé
Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO – CONCORRÊNCIA Nº 02/2020
O MUNICÍPIO DE CAPANEMA, Estado do Paraná, torna público que realizará Processo Licitatório, nos termos a seguir:
Modalidade: CONCORRÊNCIA nº 02/2020
Tipo de Julgamento: Melhor Proposta.
Objeto: CONCORRÊNCIA PARA CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE TERRENOS E BARRACÕES PARA FINS DE INCENTIVO AO DESENVOLVIMENTO DE EMPREGOS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA.
Abertura das propostas: 08h30min. do dia 09/11/2020.
Local: Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Capanema, Av. Parigot de Souza, 1080 - Capanema/Pr - Centro.
Demais informações poderão ser obtidas no endereço acima citado em horário normal de expediente e no site www.capanema.pr.gov.br.
Capanema-PR, 05/10/2020.
Américo Bellé- Prefeito Municipal

1.º Termo Aditivo a Ata de Registro de Preços nº 95/2020, que entre si celebram de um lado o MUNICÍPIO DE CAPANEMA – PARANÁ e de outro lado a empresa ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLOGICOS E HOSPITALARES LTDA - EPP

Pelo presente instrumento particular que firma de um lado, MUNICÍPIO DE CAPANEMA - PR, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) sob o nº 75.972.760/0001-60, neste ato representada pelo Prefeito Municipal abaixo assinado, doravante designada PREFEITURA, Senhor AMÉRICO BELLÉ, doravante designada CONTRATANTE, e de outro lado a empresa ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLOGICOS E HOSPITALARES LTDA - EPP, pessoa jurídica de direito privado, situada a AV. LUIZ ANTONIO FAEDO, 1612 SALA 01 - CEP: 85601275 - BAIRRO: INDUSTRIAL, inscrita no CNPJ sob o nº 06.194.440/0001-03, neste ato por seu representante legal, ANIMARI TEREZINHA GUIMARÃES, CPF:896.860.049-04 ao fim assinado, doravante designada CONTRATADA, estando as partes sujeitas as normas das Leis nº 10.520/2002 e nº 8.666/93 e suas alterações subsequentes, ajustam o presente Contrato, em decorrência do Edital Pregão nº 3/2020, mediante as seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA - Conforme Ata de Registro de Preços firmado em 06/03/2020, objeto do Edital de licitação, Modalidade Pregão nº 3/2020, entre as partes acima identificadas, para AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS PARA UTILIZAÇÃO JUNTO AOS CONSULTÓRIOS ODONTOLÓGICOS DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA-PR, PROCESSADO PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS., em conformidade com o Parecer Jurídico nº 359/2020, fica aditivado o presente contrato no valor de R$ 589,00 (Quinhentos e oitenta e nove reais) conforme abaixo:

CLÁUSULA SEGUNDA- OBJETO DO ADITIVO

000101

TCEPR
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Voltar

Registrar processo licitatório

Informações Gerais

Município: CAPANEMA

Entidade Executora: MUNICÍPIO DE CAPANEMA

Os campos Ano,Nº e Modalidade devem ser iguais aos informados (à informar) no SIM-AM

Ano*: 2020

Modalidade*: Concorrência

Nº licitação/dispensa/inexigibilidade*: 2

Recursos provenientes de organismos internacionais/multilaterais de crédito

A licitação utiliza estes recursos? ☐

Número edital/processo*: 2

Descrição do Objeto*: CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE TERRENOS E BARRACÕES PARA FINS DE INCENTIVO AO DESENVOLVIMENTO DE EMPREGOS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA, EM ATENDIMENTO A LEI MUNICIPAL Nº 1.745 DE 23 DE JULHO DE 2020

Forma de Avalição: Menor Preço

Dotação Orçamentária*: 12001226612201222244303390 39

Preço máximo/Referência de preço - R$*: 0,00

Data de Lançamento do Edital: 07/10/2020

Data da Abertura das Propostas: 09/11/2020

Há itens exclusivos para EPP/ME? Não

Há cota de participação para EPP/ME? Não

Trata-se de obra com exigência de subcontratação de EPP/ME? Não

Há prioridade para aquisições de microempresas reglonais ou locais? Não

Confirmar

CPF: 63225824968 (Logout)

CONCORRÊNCIA Nº 2/2020
AVISO DE RETIFICAÇÃO DO EDITAL

O Prefeito Municipal Américo Bellé, torna pública, a todas as empresas interessadas em participar do referido certame, a retificação do Edital da CONCORRÊNCIA Nº 2/2020, com a alteração da data de realização da Sessão Pública para o dia 11/11/2020, às 8H30M,

OBJETO: CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE TERRENOS E BARRACÕES PARA FINS DE INCENTIVO AO DESENVOLVIMENTO DE EMPREGOS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA PR

Devido ao grande número de alterações as mesmas estão disponíveis no endereço:

https://www.capanema.pr.gov.br/transparencia/adm/licitacoes/licitacao/concorrencia/concorrencia-02-2020-concessao-de-direito-real-de-uso-de-terrenos-e-barracoes-para-fins-de-incentivo-ao-desenvolvimento-de-empregos-no-ambito-do-municipio-de-capanema-pr

Estão destacadas em vermelho para sua melhor compreensão.

Capanema, 07 de outubro de 2020

Américo Bellé- Prefeito Municipal

000103

EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 02/2020
MODALIDADE: MAIOR OFERTA.

EDITAL DE CONCORRÊNCIA PARA CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE TERRENOS E BARRACÕES PARA FINS DE INCENTIVO AO DESENVOLVIMENTO DE EMPREGOS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA

O Município de Capanema PR, no uso de suas atribuições em conformidade com a Lei nº 8.666/93 e da Lei Municipal nº 1.488/2013, torna público aos interessados que na data, horário e local abaixo aprazados, a Comissão Permanente de Licitações, designada pela Portaria nº. 7.537, de 16/12/2019, se reunirá com a finalidade de receber a documentação e propostas para **CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE TERRENOS E BARRACÕES PARA FINS DE INCENTIVO AO DESENVOLVIMENTO DE EMPREGOS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA,** descritos no Termo de Referência desta licitação.

DATA CREDENCIAMENTO: 12/11/2020.
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até as 8h30min. de **12/11/2020**.
LOCAL: Setor de Licitações, Prefeitura Municipal de Capanema, Av. Gov.Pedro Viriato Parigot de Souza, 1080, Centro, Capanema PR, CEP: 85760-000.
DATA DA ABERTURA DAS PROPOSTAS: 12/11/2020 às 8h30min.
LOCAL: Setor de Licitações, Prefeitura Municipal de Capanema, Av. Gov.Pedro Viriato Parigot de Souza, 1080, Centro, Capanema PR, CEP: 85760-000.

1. DO OBJETO

1.1. CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE TERRENOS E BARRACÕES, DESTINADOS À INSTALAÇÃO DE EMPRESAS DE QUALQUER NATUREZA, DE ACORDO COM AS CONDIÇÕES PREVISTAS NO TERMO DE REFERÊNCIA, VISANDO ESTIMULAR A GERAÇÃO DO EMPREGO E RENDA NO ÂMBITO MUNICIPAL, EM CONFORMIDADE COM A LEI MUNICIPAL Nº 1.745/2020.

2. DAS CONDIÇÕES DA CONCESSÃO DE USO

2.1. O prazo de concessão de uso do imóvel objetos desta licitação será de **20 (vinte) anos**, contados a partir do dia 1º de janeiro de 2021, podendo ser prorrogado por igual período, nos termos descritos no Termo de Referência.

2.2. As despesas decorrentes do exercício da atividade e os tributos devidos ficarão por conta exclusivamente da CONCESSIONÁRIA.

2.3. As despesas de água, energia elétrica, telefone, IPTU e quaisquer outras que venham a incidir sobre o imóvel ou atividade explorada correrão por conta da CONCESSIONÁRIA.

2.4. A CONCESSIONÁRIA fica obrigada a apresentar os comprovantes de pagamento dos tributos devidos quando exigido pelo CONCEDENTE.

2.5. A CONCESSIONÁRIA será responsável por perdas e danos causados ao patrimônio do CONCEDENTE ou de terceiros durante a utilização do imóvel objeto da concessão.

3. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão participar desta Licitação pessoas físicas ou jurídicas de qualquer ramo de atividade, desde que cumpram os requisitos e condições previstos no Termo de Referência.

3.2. Os proponentes poderão ser representados por procuração pública ou privada, com firma reconhecida, ou por meio de assinatura digital (conforme ICP-Brasil) do outorgante, outorgando poderes específicos para participar das diversas fases desta licitação.

3.3. O proponente apresentará **apenas uma proposta**, a qual será válida para a adjudicação de apenas um terreno ou barracão.

3.4. As propostas, de diferentes licitantes, melhor classificadas serão consideradas vencedoras do certame, considerando a melhor proposta para cada item.

4. DA REPRESENTAÇÃO LEGAL

4.1. Os interessados deverão se fazer presente no ato do recebimento dos envelopes, pessoalmente, pelo seu representante legal ou contratual, ou por meio de procurador, com poderes específicos, para apresentar proposta e intervir nas fases do procedimento licitatório, desde que exiba no ato de entrega dos envelopes, documento de procuração que o identifique, de acordo com o modelo **"Anexo II".**

4.2. A falta de apresentação do documento de credencial por parte do representante, a que se refere o item anterior, o impedirá de se manifestar ou responder pelo licitante, salvo se se tratar do representante legal ou contratual da pessoa jurídica.

5. DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS E PROPOSTAS

5.1. O envelope da proposta será entregue pelo próprio licitante ou seu representante legal (mediante apresentação de cédula de identidade e procuração) ou apresentado via correio, a Comissão de Licitação, observado em qualquer caso o prazo para recebimento das propostas.

5.2. O envelope proposta deverá conter na proposta preenchida de forma legível, a identificação e assinatura do proponente e os termos da proposta.

5.3. Os documentos exigidos no presente Edital e as propostas, deverão ser apresentados em 2 (dois) envelopes opacos, lacrados e indevassáveis, contendo em sua parte externa frontal o nome do licitante, a modalidade e o número da licitação. na seguinte forma:

ENVELOPE Nº 01 - HABILITAÇÃO
MUNICÍPIO DE CAPANEMA-PR
CONCORRÊNCIA Nº 02/2020
(Nome do licitante)

ENVELOPE Nº. 02 - PROPOSTA
MUNICÍPIO DE CAPANEMA-PR
CONCORRÊNCIA Nº. 02/2020
(Nome do licitante)

5.4. A licitante deverá preencher os documentos previstos nos **Anexos V** e V-A indicando para quais os itens que sua proposta será válida.

5.4.1. Essa proposta será entregue para a Comissão Permanente de Licitação dentro do envelope nº 02.

6. DA HABILITAÇÃO

6.1. Para fins de habilitação na presente Licitação, exigir-se-á dos licitantes, através da apresentação no envelope nº. **01**, exclusivamente, a seguinte documentação:

6.2. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

6.2.1. Pessoa Jurídica:

a) Cédula de identidade e CPF dos sócios;

b) Registro Comercial, no caso de empresa individual;

c) Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, com todas as suas eventuais alterações, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedade por ações, acompanhados de documentos de eleição de seus administradores;

d) Cartão do CNPJ atualizado;

e) Cartão de Inscrição Estadual atualizado;

f) Comprovante de endereço da empresa;

g) RG e CPF dos sócios;

h) Comprovante de endereço dos sócios.

6.2.2. Pessoa Física:

a) Cópia de inscrição no cadastro de pessoa física (CPF);

b) Cópia de inscrição no Registro Geral (RG);

c) Comprovante de residência.

6.3. REGULARIDADE FISCAL

6.3.1. Pessoa Jurídica:

a) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes do Estado ou Município, da sede da pessoa jurídica;

b) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

c) Certidão negativa de débito, ou Certidão positiva com efeitos de negativa para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal, sendo esta última da sede do licitante;

d) Prova de regularidade junto a Seguridade Social (INSS) e junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), através da apresentação das respectivas Certidões Negativas de Débito;

e) Prova de Regularidade com o Ministério do Trabalho, através da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas CNDT;

6.3.2. Pessoa Física:

a) Certidão negativa de débito, ou Certidão positiva com efeitos de negativa para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal, sendo esta última da residência do licitante;

6.3.3. A documentação necessária para a habilitação poderá ser apresentada em original, por publicação em órgão da impressa oficial, certidões emitidas de sites oficias, ou por qualquer processo de cópia autenticada por Tabelião ou funcionário da administração municipal, neste caso mediante apresentação dos originais.

6.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

a) A visita técnica poderá ser feita por agendamento diretamente na Secretaria de Administração, pelo telefone: 46 3552-1321.

a.1) Caso a proponente opte por não fazer a visita técnica, deverá preencher a Declaração Formal de Dispensa de Visita Técnica **(Anexo VI).**

7. DA PROPOSTA

7.1. A proposta deverá ser preenchida conforme **Anexo IV** deste edital.

7.2. A proposta deverá apresentar os seguintes requisitos mínimos:

a) Descrição clara e objetiva do ramo de atividade empresarial a ser desenvolvida;

b) Matéria prima a ser utilizada;

c) Capacidade produtiva da unidade a ser instalada e/ou ampliada;

d) Mercado consumidor potencial;

e) Previsão de faturamento, custos, despesas e retorno dos investimentos;

f) Relação da infraestrutura, equipamentos e instalações necessárias ao funcionamento do projeto global, acompanhada de orçamento discriminado;

g) Previsão de investimentos próprios;

h) Previsão de geração de empregos diretos e indiretos;

i) Apresentação de projeto de viabilidade econômica.

j) Compromisso da proponente em contratar, preferencialmente, pessoas que sejam domiciliados no Município de Capanema/PR.

7.3. As contratações deverão ocorrer no **prazo máximo de 6 meses,** contados da vigência concessão de direito real de uso, salvo em relação às CONCESSIONÁRIAS dos terrenos sem barracões, as quais deverão realizar as contratações no prazo indicado para o início de suas atividades, de acordo com a respectiva proposta.

7.4. Em situações excepcionalíssimas, como na hipótese de decretação de estado de emergência, ou estado de calamidade pública, com abalo significativo na economia local, regional ou nacional, será possível o descumprimento da proposta apresentada pela Concessionária, nos termos do Decreto Municipal que regulamente a flexibilização das concessões reais de uso, no âmbito do Município de Capanema.

8. DA ABERTURA DOS ENVELOPES E DOS CRITÉRIOS DE ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA.

8.1. Aberta à sessão para o recebimento da documentação e propostas e, declarando encerrado o prazo para entrega dos envelopes, o Presidente da Comissão de Licitação não admitirá a participação de licitantes retardatários, nem serão admitidas, modificações ou substituição das propostas ou de quaisquer documentos, exceto no caso de interesse da Administração Municipal, objetivando dissipar eventuais dúvidas.

8.2. Abertos os envelopes nº 01 de todas as proponentes, os documentos neles contidos serão examinados e rubricados pelos licitantes credenciados e pelos membros da Comissão de Licitação.

8.3. Serão considerados inabilitados automaticamente os licitantes que não apresentarem a documentação solicitada, ou apresentarem-na com vícios ou defeitos que impossibilitem seu entendimento, ou não atendam satisfatoriamente as condições do edital.

8.4. Promulgado o resultado final da fase de habilitação, a Comissão procederá à abertura dos envelopes nº. 02 (proposta), em sessão pública previamente designada, que poderá constituir-se na mesma prevista no preâmbulo deste edital, se todos os licitantes, habilitados ou não, desistirem da faculdade de interpor de recurso, de modo expresso, mediante o registro de circunstância em ata ou mediante apresentação de termo de renúncia ao direito de interposição de recurso.

8.5. Os envelopes contendo as propostas dos licitantes inabilitados serão devolvidos, ainda lacrados, aos representantes das licitantes, após definitivamente encerrada a fase de habilitação, cujos documentos poderão ser retirados pessoalmente junto ao Departamento de Licitações do Município.

8.6. Abertos os envelopes de nº. 02, contendo as propostas, estas serão examinadas e rubricadas pelos licitantes credenciados e pelos membros da Comissão de Licitação.

8.7. Serão desclassificadas as propostas que apresentarem irregularidades, vícios ou defeitos que impossibilitem seu entendimento ou não atendam as especificações deste edital.

8.8. Não consistirá causa de inabilitação ou desclassificação a irregularidade formal que não afete o conteúdo, a idoneidade do documento ou o caráter da competição.

8.9. Do julgamento da habilitação da classificação das propostas e dos atos públicos previstos neste procedimento, lavrar-se-ão atas circunscritas que serão assinadas pelos membros da Comissão de Licitações e, quando for o caso, pelos licitantes credenciados presentes.

8.10. Critérios para Avaliação das Propostas:

TABELA 1			
CRITÉRIO	**PROPOSTA**	**PONTOS**	**PESO**
Empregabilidade (em número de empregos diretos a serem gerados).	2 pontos por emprego gerado.	até 100	0,3
Valor do investimento privado no empreendimento a ser instalado no imóvel R$	Até 20.000,00.	5	0,2
	De 20.001,00 a 40.000,00.	10	
	40.001,00 a 60.000,00.	15	
	60.001,00 a 80.000,00	20	
	Acima de 80.000,00, a cada 20.000,00 acrescenta 5 pontos.	até 100	
Prazo construção da infraestrutura e aplicação total dos investimentos (critério exclusivo para terrenos)	Até 6 meses	100	0,2
	De 6 a 12 meses	80	
	De 13 a 18 meses	60	
	De 19 a 24 meses	40	
Prazo para aplicação total dos investimentos (critério exclusivo para barracões)	Até 4 meses	100	0,2
	De 5 a 8 meses	80	
	De 9 a 12 meses	60	
	De 13 a 16 meses	40	
	De 17 a 20 meses	20	
	De 21 a 24 meses	10	
Faturamento anual da pessoa jurídica R$	Até 80.001,00.	10	0,1
	de 80.001,00 a 150.000,00.	20	
	150.001,00 a 200.000,00.	30	
	200.001,00 a 250.000,00.	40	
	250.001,00 a 300.000,00	50	
	Acima de 300.000,00, a cada 50.000,00 acrescenta 10 pontos.	até 100	

Tempo de constituição da empresa em Capanema OU tempo de residência do sócio majoritário da empresa OU da pessoa física em Capanema	5 pontos por ano.	até 100	0,1
Capacidade do empreendimento gerar uma cadeia de produção e/ou empregos indiretos no Município de Capanema/PR	Aquisição de matéria-prima de pessoas físicas ou jurídicas residentes ou sediadas no Município de Capanema.	2 pontos para cada indicação, até 100	0,1

8.11. Será vencedora a proposta que obtiver a maior pontuação no somatório total dos critérios.

8.11.1. Os critérios terão os seguintes pesos:

I - o número de novos empregos diretos gerados, com **peso 0,3**;

II - o valor do investimento privado no empreendimento, com **peso 0,2**;

III - o prazo para conclusão das obras e para aplicação total dos investimentos, com **peso 0,2 (exclusivo para terrenos)**;

III-A- o prazo para aplicação total dos investimentos, com **peso 0,2 (exclusivo para barracões)**;

IV - o faturamento anual, com **peso 0,1**;

V - o tempo de constituição da empresa em Capanema OU o tempo de residência do sócio majoritário da empresa em Capanema, com **peso 0,1**;

VI - capacidade do empreendimento gerar uma cadeia de produção e/ou empregos indiretos no Município de Capanema/PR, com **peso 0,1**.

8.11.2. Normas específicas de cada critério de avaliação:

a) Empregabilidade:

a.1) Este critério será avaliado mediante a proposta de geração de novos empregos diretos pelo empreendimento, no **prazo máximo de 6 (seis) meses** após o início da vigência da concessão, salvo em relação às CONCESSIONÁRIAS dos terrenos **sem** barracões, as quais deverão realizar as contratações no prazo indicado para o início de suas atividades, de acordo com a respectiva proposta.

a.2) No **prazo de 10 (dez) dias úteis**, contados a partir do encerramento do prazo mencionado na item **a.1** acima, a CONCESSIONÁRIA deverá encaminhar à Secretaria Municipal de Indústria e Comércio os documentos comprobatórios referentes às contratações realizadas, sob pena de declaração de caducidade da concessão.

a.3) Anualmente, **sempre até o dia 30 de junho**, a concessionária encaminhará à Secretaria Municipal de Indústria e Comércio o relatório dos empregos mantidos, por meio do CAJED ou GFIP;

a.4) Em havendo descumprimento da obrigação indicada no item **a.3** acima, a Secretaria Municipal de Indústria e Comércio, de ofício, providenciará a abertura de procedimento para apurar a responsabilidade da empresa, aplicando-se as penalidades cabíveis, incluindo a possibilidade de declaração de caducidade da concessão, **respeitando-se o disposto no item 11, deste Termo de Referência.**

a.5) É possível a contratação de pessoal pela CONCESSIONÁRIA por regimes diversos do celetista, de acordo com a legislação trabalhista.

a.6) A licitante deverá apresentar uma declaração e uma certidão do CAJED ou GFIP indicando o número de funcionários já empregados pela empresa.

b) Valor do investimento privado no empreendimento:

b.1) O licitante deverá discriminar na sua proposta o valor do investimento que pretende realizar no imóvel, seja por recursos próprios, seja por recursos advindos de financiamento.

b.2) O valor de investimento poderá incluir obras e serviços de infraestrutura no imóvel, bem como aquisição de maquinários e outros investimentos identificados na proposta.

c) Prazo para conclusão das obras e para aplicação total dos investimentos (critério exclusivo para terrenos):

c.1) O licitante deverá apresentar um cronograma de execução das obras/serviços de infraestrutura bem como da execução dos investimentos indicados na proposta.

c.2) A penalidade pelo descumprimento do prazo apresentado na proposta será a multa, no percentual de 1% do valor de avaliação do imóvel, por cada mês de atraso.

c.3) Caso haja a necessidade de instalação ou construção de infraestrutura mínima do imóvel a cargo do Município ou atrasos referentes, por exemplo, ao licenciamento de construções, de competência da Secretaria de Planejamento do Município, o prazo ofertado na proposta será contado a partir da liberação formal do acesso ao terreno ou barracão, emitida pelo Prefeito Municipal, via ofício, devidamente protocolado no Protocolo-Geral do Município.

c-A) Prazo para aplicação total dos investimentos (critério exclusivo para barracões):

c-A.1) O licitante deverá apresentar um cronograma de execução do valor do investimento indicado na proposta.

c-A.2) A penalidade pelo descumprimento do prazo apresentado na proposta será a multa, no percentual de 1% do valor de avaliação do imóvel, por cada mês de atraso.

c-A.3) Caso haja a necessidade de instalação ou construção de infraestrutura mínima do imóvel a cargo do Município ou atrasos

referentes, por exemplo, ao licenciamento de construções, de competência da Secretaria de Planejamento do Município, o prazo ofertado na proposta será contado a partir da liberação formal do acesso ao terreno ou barracão, emitida pelo Prefeito Municipal, via ofício, devidamente protocolado no Protocolo-Geral do Município.

d) Faturamento anual da pessoa jurídica:

d.1) Este critério será avaliado mediante a análise da média do faturamento anual, dos últimos três exercícios financeiros, devendo a licitante apresentar os documentos e balancetes contábeis na sessão de licitação.

d.2) A licitante deverá apresentar Balanço Patrimonial e demonstrativo contábil firmado pelo representante legal da pessoa jurídica e pelo respectivo Contador dos três anos imediatamente anteriores ao da apresentação da proposta.

e) Tempo de constituição da empresa ou tempo de residência em Capanema:

e.1) Este critério será avaliado mediante análise do período em que a pessoa jurídica é sediada no Município de Capanema;

e.2) Alternativamente, poderá se considerar o tempo em que o(s) sócio(s) ou empresário(s) reside(m) no Município de Capanema.

e.2.1) Em havendo mais de um sócio, serão considerados apenas os dados do sócio que há mais tempo resida no Município de Capanema.

e.3) Em se tratando de licitante pessoa física, será considerado o tempo em que esta reside no Município de Capanema.

e.4) Os tempos de constituição da empresa e de residência do sócio não são cumulativos, devendo a licitante optar por um deles.

e.5) No caso da opção pelo tempo de residência no Município, o licitante deverá trazer na sessão de licitação os documentos comprobatórios, como escritura pública, IPTU, contas de luz, água, entre outros.

f) Capacidade do empreendimento gerar uma cadeia de produção e/ou empregos indiretos no Município de Capanema/PR:

f.1) O licitante deverá indicar as matérias-primas do seu empreendimento e os eventuais fornecedores sediados ou residentes no Município de Capanema;

f.2) O licitante deverá apresentar declaração de vínculo contratual com esse(s) fornecedor(es), com o compromisso de aquisição da matéria-prima, em caso de se sagrar vencedora no certame, com assinatura do documento pelo futuro fornecedor;

f.3) O descumprimento desse compromisso assumido com o fornecedor de matéria-prima local poderá gerar a aplicação da penalidade prevista no subitem 8.2.1.

8.12. O sistema de pontuação seguirá as seguintes regras:

8.12.1. Os critérios previstos no subitem 10.1.1. receberão no máximo 100 pontos cada.

8.12.2. Os pontos obtidos pela proponente, em cada critério, serão multiplicados pelos seus respectivos pesos, conforme definido na Tabela 1.

8.12.3. Serão somadas as pontuações obtidas de acordo com o subitem 10.2.2, para determinação da pontuação final.

8.12.4. Será considerada vencedora do item a proponente que apresentar a maior pntuação final.

8.12.5. Em caso de empate na pontuação final, será vencedora a proposta que obtiver a maior pontuação por critério, seguindo a ordem abaixo:

1°) Maior tempo de constituição da empresa em Capanema ou maior tempo de residência do sócio ou pessoa física no Município de Capanema;

2°) Maior número de empregos;

3°) Maior investimento privado;

4°) Menor tempo para execução do investimento privado;

5°) Maior valor do faturamento da Pessoa Jurídica;

6°) Persistindo o empate, deverá ser realizado sorteio.

8.13. As propostas deverão obedecer, rigorosamente, os termos deste edital, não sendo consideradas as propostas que fizerem referência à proposta de outro proponente.

8.14. É facultada à Comissão de Licitação, em qualquer fase da sessão de julgamento, a promoção de diligência, destinada esclarecer ou complementar a instrução do processo.

8.15. O resultado do julgamento da licitação, será publicado no Diário Oficial do Município.

9. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

9.1. Em qualquer fase do processo licitatório, cabem os recursos previstos no artigo 109 da Lei n° 8.666/93, devendo ser interpostos junto à Comissão de Licitação, mediante petição, devidamente arrazoada e subscrita pelo recorrente ou seu representante legal ou contratual.

9.2. Havendo interposição de recurso, este será aceito no efeito suspensivo, tanto no caso de habilitação, inabilitação ou quanto ao julgamento das propostas, devendo ser designada pela Comissão de Licitação data para conhecimento da decisão.

10. DA HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

10.1. A Comissão de Licitação encaminhará o Processo desta Concorrência, juntamente com o Mapa de Apuração, Relatório e demais peças deste certame licitatório, ao Chefe do Poder Executivo Municipal, que deliberará sobre a validade dos procedimentos e homologará o resultado e posterior adjudicação ao licitante vencedor.

0001/23

10.2. Não havendo recurso contra a decisão que homologou o procedimento licitatório, ou tendo sido julgados os interpostos, o licitante vencedor será convocado para assinar o contrato.

10.3. Após esses procedimentos, o resultado do certame licitatório será publicado no Diário Oficial do Município para conhecimento público.

11. DO CONTRATO

11.1. Esgotados todos os prazos recursais, a administração convocará, no prazo de até 05 (cinco) dias para assinatura do contrato.

11.2. Se dentro do prazo o convocado não assinar o contrato, a Administração convocará os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive, quanto aos critérios previstos neste Edital ou revogará a licitação, sem prejuízo da aplicação de suspensão pelo prazo não superior a 5 (cinco) anos para contratar com a administração municipal.

11.3. Do contrato a ser assinado entre as partes constarão as cláusulas necessárias previstas no artigo 55 da Lei nº 8.666/93 e a possibilidade de rescisão de contrato, na forma determinada nos artigos 77 a 79 da mesma lei.

11.4. Assinado o contrato, a posse dos bens ficará condicionada à apresentação de licença de funcionamento dos órgãos competentes.

12. DO PRAZO CONTRATUAL

12.1. De acordo com o Termo de Referência.

13. DA PRORROGAÇÃO DO CONTRATO

13.1. De acordo com o Termo de Referência

14. DAS OBRIGAÇÕES E ALTERAÇÕES DE NATUREZA PERMANENTES NO IMÓVEL

14.1. Os licitantes, através da participação nesta licitação, declaram ter pleno conhecimento do local e condições do prédio a serem concedidos, pelo que reconhecem ser perfeitamente viável o cumprimento integral e pontual das obrigações assumidas nesta licitação.

14.2. Os custos de eventuais adaptações no imóvel para a instalação e operação da empresa serão arcados pela concessionária, após autorização, por escrito, da Administração Municipal.

14.3. As **alterações de natureza permanente** realizadas no imóvel pela concessionária, mesmo com a ciência e concordância da Administração Municipal, não gerarão direitos de retenção, de indenizacão ou de levantamento das benfeitorias ao fim na concessão, as quais serão incorporadas ao patrimônio do Município de Capanema.

14.4. O procedimento para eventual **alteração de natureza permanente** no imóvel será formal e deverá ser anexado ao presente processo de concessão, observando-se o seguinte rito:

I - apresentação de requerimento escrito pela CONCESSIONÁRIA, constando o memorial descritivo das alterações desejadas, devidamente protocolado no Protocolo-Geral do Município;

II - será aberto um procedimento administrativo próprio, com referência ao presente processo de licitação;

III - os autos serão encaminhados para a Engenharia Municipal, para parecer técnico, **no prazo de 10 dias**, possibilitando a inspeção no local para avaliação das modificações pretendidas, sem prejuízo da notificação da CONCESSIONÁRIA para que apresente documentos complementares essenciais para a aprovação do projeto;

IV - na hipótese de necessidade de complementação da documentação para avaliação da Engenharia Municipal, a CONCESSIONÁRIA encaminhará os documentos exigidos **no prazo de 10 dias**;

V - emitido o parecer técnico, a decisão final caberá ao Chefe do Poder Executivo, por meio de despacho fundamentado, **no prazo de 10 dias**.

15. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

15.1. De acordo com o Termo de Referência.

16. DAS PENALIDADES

16.1. Pelo descumprimento das cláusulas do edital de licitação, **sem prejuízo das penalidades previstas no item 8 do Termo de Referência**, o CONCEDENTE poderá aplicar à CONCESSIONÁRIA as seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa;

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 5 (cinco) anos; sem prejuízos das multas previstas no edital, no contrato e demais cominações legais.

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição.

16.2. A sanção de advertência será aplicada quando o descumprimento de cláusula deste edital ou do contrato não provocar atraso na execução do contrato, não causar prejuízo ao CONCEDENTE, nem ensejar aplicação de outra penalidade mais grave.

16.3. Em caso de **descumprimento parcial** de cláusula do edital e/ou das disposições legais a CONCESSIONÁRIA ficará sujeita à **multa diária de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor da avaliação atualizada do imóvel**, até a data do seu adimplemento.

16.4. Em caso de **descumprimento total** de cláusula do edital e/ou das disposições legais a CONCESSIONÁRIA ficará sujeita à **multa diária de 1% (um por cento) sobre o valor da avaliação atualizada do imóvel**, até a data do seu adimplemento.

16.5. A não devolução do imóvel no prazo estipulado pela Administração Municipal, após a declaração de caducidade da concessão ou da rescisão contratual.

ensejará a aplicação de **multa de 30% do valor da avaliação atualizada do imóvel**, bem como a propositura de ação de reintegração de posse, cujas despesas e custas processuais serão de responsabilidade da CONCESSIONÁRIA, bem como serão devidos honorários advocatícios no percentual de 20% sobre o valor atualizado do imóvel concedido.

16.6. A sanção de suspensão temporária, prevista no inciso III do item 16.1, será aplicada à empresa ou profissional que convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar a execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, ou cometer fraude fiscal.

16.7. A sanção de declaração de inidoneidade, prevista no inciso IV do item 16.1, será aplicada enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONCESSIONÁRIA ressarcir o CONCEDENTE pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior.

16.8. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do item 16.1 poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II do mesmo item.

16.9. Constatada o descumprimento contratual, a CONCESSIONÁRIA será notificada formalmente da ocorrência, para apresentar defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, para as sanções dos incisos I, II e III do item 16.1 deste edital, e no prazo de 10 dias para a sanção prevista no IV do item 16.1 deste edital, contados da efetiva notificação.

16.10. As sanções previstas nos incisos I, II e III do item 16.1 serão aplicadas pela Comissão Permanente de Licitação Municipal.

16.11. A sanção estabelecida no inciso IV do item 16.1 será de competência exclusiva do Chefe do Poder Executivo Municipal, podendo a reabilitação ser requerida após 02 (dois) anos de sua aplicação.

16.12. Independentemente da aplicação das penalidades retro indicadas, a(s) proponente(s) ficará(ão) sujeita(s), ainda, a composição das perdas e danos causados ao CONCEDENTE e decorrente de sua inadimplência ou descumprimento contratual.

16.13. Para efeito de aplicação das penalidades prevista no edital e contrato, fica assegurado o direito ao contraditório e a ampla defesa à CONCESSIONÁRIA.

16.14. Qualquer penalidade aplicada deverá ser registrada; tratando-se de penalidade que implique no impedimento de licitar e contratar com a administração pública ou de declaração de inidoneidade, será obrigatória a comunicação do ato ao Tribunal de Contas do Estado.

16.15. Após o trânsito em julgado no âmbito administrativo da penalidade imposta, a CONCESSIONÁRIA será notificada para que no **prazo de 10 (dez) dias** recolha a importância indicada na guia emitida pelo **CONCEDENTE**, sob pena de incorrer em multa de 2% sobre o valor constante na guia emitida, mais juros de mora de 1% ao mês, sem prejuízo da aplicação de outras sanções cabíveis.

16.16. Não sendo recolhido o valor da multa aplicada no **prazo de até 3 (três) meses**, contados do encerramento do prazo previsto no subitem 16.15, será rescindido o contrato de concessão e aplicadas as demais sanções cabíveis.

17. DA RESCISÃO E DA CADUCIDADE

17.1. De acordo com o Termo de Referência.

18. DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

18.1. Os interessados poderão solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar os termos do presente edital, por irregularidade comprovada, protocolizando o pedido de acordo com os prazos do art. 41 da Lei nº 8.666/93, no endereço discriminado no preâmbulo do edital, cabendo a comissão de licitação decidir sobre a petição no prazo de até vinte e quatro horas que antecedem o certame.

18.2. Não serão reconhecidas as impugnações interpostas, quando já decorridos os respectivos prazos legais.

18.3. Acolhida à petição impugnando o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não prejudicar a formulação das propostas.

19. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1. O licitante vencedor receberá o imóvel em ótimo estado (primeira utilização), comprometendo-se a zelar pela sua estrutura e conservação, devendo entregá-lo ao final do contrato, nas mesmas condições em que o recebeu, exceto quanto aos desgastes natural do tempo.

19.2. As questões não previstas neste Edital serão resolvidas pela Comissão de Licitação, com base nas normas jurídicas e administrativas que forem aplicáveis e nos princípios gerais de direito.

19.3. As normas que disciplinam este certame serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os proponentes, atendido o interesses público, sem comprometimento da segurança da contratação.

19.4. O desatendimento de exigências formais não essenciais, não importará no afastamento da licitante, desde que sejam possíveis as aferições das suas qualidades e as exatas compreensões da sua proposta, durante a realização da sessão pública deste certame e desde que não fique comprometido o interesse público e a igualdade entre os licitantes, bem como a finalidade e a segurança da futura contratação.

19.5. É facultada a Comissão de Licitação, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

19.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital, exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento, observando-se que só iniciam e vencem prazos em dia de expediente normal na Prefeitura Municipal de Capanema, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

000117

19.7. No caso de alteração deste Edital no curso do prazo estabelecido para a realização da licitação, este prazo será reaberto, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não prejudicar a formulação das propostas.

19.8. Na hipótese de não haver expediente no dia da abertura da presente licitação, ficará esta transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo local e horário anteriormente estabelecido.

19.9. Não será exigida a prestação de garantia para a contratação resultante desta licitação.

19.10. O respectivo edital poderá ser obtido na Prefeitura Municipal de Capanema – PR - no endereço supra mencionado nos seguintes horários, das 8h00min. às 11h30min. e das 13h30min. às 17h30min., fornecida pelo Setor de Licitação, pelo e mail: licitacao@capanema.pr.gov.br, ou maiores informações poderão ser obtidas no Departamento de Licitação pelo telefone: 46-3552 1321.

19.13. Fazem parte integrante deste Edital:

Anexo I – Termo de Referência;
Anexo II – credenciamento;
Anexo III – declaração de concordância com o edital;
Anexo IV – Modelo de proposta;
Anexo V – Modelo de indicação de itens dos terrenos com barracões;
Anexo V-A – Modelo de indicação de itens dos terrenos sem barracões;
Anexo VI – Declaração dispensando a Visita Técnica;
Anexo VII - Termo de vistoria;
Anexo VIII – Minuta do contrato.

19.14. Para dirimir, na esfera judicial, questões oriundas do presente Edital, será competente o Foro da Comarca de Capanema -PR.

Capanema, 05 de outubro de 2020

Américo Bellé
Prefeito Municipal

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

CONCORRÊNCIA PÚBLICA

CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE TERRENOS E BARRACÕES

1. OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente termo de referência a **concessão de direito real de uso com opção de aquisição futura** de bens públicos de propriedade do Município de Capanema, destinados à exploração de atividade econômica, conforme o determinado neste Termo de Referência, cujos imóveis seguem discriminados abaixo, com o respectivo valor de avaliação:

Item	Descrição do Imóvel	Localização	Cadastro Municipal	Metragem	Avaliação atual
01	Terreno	Área Industrial I - próximo ao trevo saída para São Pedro - Quadra 84B - Lote 02 - Av. Independência nº 2840	138860	1.083 m²	R$ 194.979,60
02	Terreno	Área Industrial III - Saída para São Luiz - Quadra nº80 - Lote 03 - Setor N.O - Rua Paraíba nº 1739	133647	712,04 m²	R$ 170.889,60
03	Terreno	Área Industrial III – Saída para São Luiz - Quadra nº80 - Lote 04 - Setor N.O - Rua Paraíba nº 1767	138789	780,65 m²	R$ 156.130,00
04	Terreno	Área Industrial III - Saída para São Luiz – Quadra nº80 - Lote 05 - Setor N.O – Rua Paraíba nº 1803	138797	860,26 m²	R$ 172.052,00
05	Terreno	Área Industrial III - Saída para São Luiz - Quadra nº80 - Lote 06 - Setor N.O - Rua Paraíba nº 1835	138801	1.546,33 m²	R$ 309.266,00
06	Terreno	Área Industrial III - Saída para São Luiz - Quadra nº 80 - Lote 07 - Setor N.O - Rua Paraíba nº 1871	138819	1.592,95 m²	R$ 318.590,00
07	Terreno	Área Industrial III - Saída para São Luiz - Quadra nº80 - Lote 08 - Setor N.O - Rua Paraíba nº 1923	138827	1.816,87 m²	R$ 363.374,00
08	Terreno	Área Industrial III - Saída para São Luiz - Quadra nº80 - Lote 09 - Setor N.O - Rua Paraíba nº1955	138835	2.319,42 m²	R$ 463.884,00
09	Terreno	Área Industrial II - próximo ao Ginásio de Esportes - Chácara 12A - Setor S.E - Rua Pôr do Sol nº 909	138878	500 m²	R$ 80.000,00
10	Terreno	Área Industrial II - próximo ao Ginásio de Esportes - Chácara 12B - Setor S.E - Rua Pôr do sol nº 885	138886	500 m²	R$ 80.000,00

11	Terreno	Área Industrial II - próximo ao Ginásio de Esportes - Chácara 12C - Setor S.E - Rua Silvério Ampessan nº 698	138894	1.000 m²	R$ 150.000,00
12	Terreno	Área Industrial II - próximo ao Ginásio de Esportes - Chácara 12D - Setor S.E - Rua Silverio Ampessan nº 676	138908	1.000 m²	R$ 150.000,00
13	Terreno	Área Industrial II - próximo ao Ginásio de Esportes - Chácara 12-E - Setor S.E - Rua Silvério Ampessan nº 652	138916	1000 m²	R$ 150.000,00
14	Terreno	Área Industrial II – próximo ao Ginásio de Esportes – Chácara 12-F - Setor S.E - Rua Silvério Ampessan nº 634	138924	1000 m²	R$ 150.000,00
15[1]	Terreno com barracão de 300 m² - Construção concluída	Área Industrial I - próximo ao trevo saída para São Pedro - Quadra 84A - Lote 04 - Setor N.E - Rua 25 de maio nº 581	134384	Terreno: 756 m²	Terreno R$ 105.840,00 Barracão R$ 183.317,53
16[2]	Terreno com barracão de 300 m² - Projeto em construção	Área Industrial I - próximo ao trevo saída para São Pedro - Quadra Nº 84 - Lote 03 - Setor N.E - Rua 25 de maio nº 646	81884	Terreno: 1.053 m²	Terreno R$ 147.420,00 Barracão R$[3] 250.406,72
17	Terreno com barracão de 300 m² - Projeto em construção	Área Industrial I - próximo ao trevo saída para São Pedro - Quadra Nº 84 - Lote 05 - Setor N.E - Rua 25 de maio nº 530	138851	Terreno: 1.365 m²	Terreno R$ 191.100,00 Barracão R$ 250.406,72
18	Terreno com barracão de 300 m² - Projeto em construção	Área Industrial II - próximo ao Ginásio de Esportes - Quadra nº 78 - Lote 03 - Setor S.E - Rua Pôr do Sol nº 1010-b	138762	Terreno: 900 m²	Terreno R$ 144.000,00 Barracão R$ 250.406,72

[1] Descreve-se o **item 15**: BARRACÃO de 300 m², já construído, fechado com estrutura de alvenaria em blocos estruturais, com dois portões metálicos, um medindo 350cm X 350cm; e o outro 300cm x 210cm, com escritório de 10,98 m², um lavabo com acessibilidade de 3,79 m², um banheiro completo (vaso sanitário, lavatório e chuveiro) de 2,81 m², piso cerâmico, paredes revestidas com cerâmica no banheiro e do lavabo, restando uma área de 269.69 m², piso de concreto e acabamento bruto, padrão de luz trifásico 80 amp.

[2] Descreve-se os **itens 16, 17 e 18**: BARRACÕES DE 300 m², **EM CONSTRUÇÃO**, com pilares pré-moldados, com estrutura do telhado metálica com telhas de aço zincado trapezoidal com espessura de 5mm, fechado com estrutura de alvenaria em blocos de concreto aparente, com dois portões metálicos, com escritório de 10,98 m², um lavabo com acessibilidade de 3,79 m², um banheiro de 2,81 m², piso cerâmico, paredes revestidas com cerâmica no banheiro e do lavabo, depósito em área de 200,69 m², piso de concreto e acabamento bruto, padrão de luz bifásico 80 amp. (Licitação Tomada de Preços nº 13/2020).

[3] O valor dos barracões indicados na avaliação dos itens 16, 17 e 18 é o correspondente ao valor da construção de cada barracão, nos termos da licitação Tomada de Preços nº 13/2020.

1.2. O uso dos imóveis descritos acima será obrigatoriamente para exploração industrial e/ou comercial sem prejuízo das obrigações constantes no Edital e seus anexos.

2. JUSTIFICATIVA

2.1. Verifica-se a necessidade de licitação para a concessão de direito real de uso de bens públicos, com opção de aquisição futura pelos concessionários, em respeito à Lei e aos princípios da isonomia, moralidade e impessoalidade, proporcionando a qualquer pessoa jurídica ou física, ofertar propostas, desde que cumpridos os requisitos deste termo de referência e do edital.

2.2. As concessões de direito real de uso realizadas por meio desta licitação seguirão as normas previstas na Lei Municipal nº 1.745/2020.

2.3. Verifica-se a necessidade para a destinação de alguns imóveis a determinadas atividades justificados pela legislação municipal, especificamente à Lei Municipal nº 03/1970 (Código de Posturas), à Lei Municipal nº 456/1991 (Normas de Vigilância Sanitária):

a) Com relação ao item 18 não será admitida proposta de atividades relacionadas a produção de alimentos, em razão da proximidade com a indústria de coleta seletiva de lixo reciclável.

b) Com relação aos itens 06, 07, 08 e 14 será admitida, preferencialmente, propostas de empresas de atividades com maior presença de ruído, poeira e extração.

b.1) Caso não haja empresas exploradoras de atividade que causem ruídos ou poeira, os itens poderão ser adjudicados por empresas diversas.

3. DO PRAZO DA CONCESSÃO

3.1. O prazo de vigência da Concessão de Direito Real de Uso, conforme indicado na Lei Municipal nº 1.745/2020 será de **20 (vinte) anos**, contados **a partir de 1º de janeiro de 2021**.

3.2. O início do prazo de vigência do contrato de concessão em relação aos imóveis descritos nos itens 16, 17 e 18, será a data do recebimento definitivo da obra de construção dos respectivos barracões, cujo procedimento poderá ser acompanhado pela licitante vencedora.

3.2.1. No caso de o recebimento definitivo da construção dos barracões ocorrer até 31 de dezembro de 2020, o início do prazo de vigência da concessão será dia **1º de janeiro de 2021**.

4. DA PRORROGAÇÃO CONTRATUAL

4.1. A vigência do contrato poderá ser prorrogada uma única vez, pelo mesmo prazo previsto no contrato original, desde que observadas as seguintes condições que caracterizam o interesse público:

a) interesse da Concessionária;

b) integral cumprimento dos requisitos previstos na proposta original da concessionária e na legislação em vigor;

c) inexistência de aplicação de penalidades à concessionária, em razão do descumprimento contratual, salvo uma advertência ou uma multa de natureza leve, devidamente formalizada em processo administrativo;

d) apresentação de todos os documentos necessários para a habilitação na licitação original, devidamente atualizados, válidos e regulares.

4.2. O procedimento para eventual prorrogação contratual será formal e deverá ser anexado ao presente processo de concessão, observando-se o seguinte rito:

I - no prazo compreendido entre o 12° e o 6° mês que antecede o encerramento da vigência do contrato de concessão, a CONCESSIONÁRIA apresentará requerimento escrito, constando a comprovação das condições mencionadas nas alíneas do subitem 4.1, devidamente protocolado no Protocolo-Geral do Município;

II - o requerimento será juntado aos autos da presente concessão;

III - os autos serão encaminhados para a Procuradoria Municipal, para parecer jurídico, no prazo de 15 dias, possibilitando a solicitação de certidões de órgãos públicos, sem prejuízo da notificação da CONCESSIONÁRIA para que apresente documentos complementares essenciais para a aprovação da prorrogação contratual;

IV - na hipótese de necessidade de complementação da documentação para avaliação da Procuradoria Municipal, a CONCESSIONÁRIA encaminhará os documentos exigidos no prazo de 10 dias;

V - emitido o parecer jurídico, a decisão final caberá ao Chefe do Poder Executivo, por meio de despacho fundamentado, no prazo de 15 dias.

4.3. Transcorrido o prazo de 40 anos da vigência da concessão, sem que haja a opção de aquisição pela concessionária, a concessão será extinta.

5. DA OPÇÃO DE AQUISIÇÃO DO IMÓVEL CONCEDIDO

5.1. A concessionária poderá optar pela aquisição ou não do imóvel no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias antes do encerramento da vigência inicial do contrato de concessão ou do encerramento da prorrogação do contrato.

5.2. Caso opte pela aquisição em definitivo do imóvel, o valor a ser pago será o montante estabelecido na avaliação do imóvel, conforme o disposto neste Termo de Referência, corrigido monetariamente pelo índice utilizado na atualização da UFM, anualmente.

5.3. A opção pela aquisição em definitivo do imóvel poderá ocorrer a partir do quinto ano da vigência da concessão, cujo pagamento do respectivo valor será realizado em parcela única ou de forma parcelada, em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais, devidamente corrigidas pelo índice de atualização da UFM, anualmente.

5.3.1. Em havendo a opção pela aquisição de forma parcelada, exigir-se-á a apresentação de garantia idônea, cláusula de reversão do imóvel, em caso de inadimplemento e o cumprimento dos requisitos previstos no art. 12, da Lei Municipal n° 1.745/2020.

5.3.2. Por opção da CONCESSIONÁRIA, a partir do quinto ano da vigência da concessão, é possível a aquisição parcelada do imóvel, em número de parcelas correspondentes ao número de meses restantes da vigência da CONCESSÃO, hipótese em que será outorgada escritura pública de alienação com cláusula resolutiva.

5.4. Caso a concessionária opte por não adquirir em definitivo o imóvel concedido, no prazo estabelecido no edital da licitação, a concessão será extinta.

5.5. Na hipótese do subitem 5.4 e em havendo edificações e benfeitorias realizadas pela concessionária no imóvel durante a vigência contratual, o imóvel poderá ser alienado pelo Município, pelo valor de mercado atualizado da sua totalidade, para que a concessionária original seja indenizada exclusivamente pelas edificações e benfeitorias realizadas.

5.6. O Município, ao invés da alienação prevista no subitem 5.5. poderá realizar nova concessão de direito real de uso do imóvel, caso conste no edital da nova licitação a obrigação da licitante vencedora do certame depositar o montante referente à avaliação das edificações e

benfeitorias realizadas pelo concessionário original, no prazo de 10 (dez) dias, após a homologação da licitação, para fins de indenização da concessionária original.

5.7. Decorrido o prazo de 12 (doze) meses após a extinção da concessão e não realizada a indenização prevista nos subitens 5.5 ou 5.6, o Município indenizará as edificações e benfeitorias realizadas pelo concessionário original.

5.8. Para fazer jus às indenizações pelas edificações e benfeitorias realizadas no imóvel, a concessionária deverá obter as licenças dos órgãos competentes para as respectivas construções, quando exigido por lei, bem como averbá-las na matrícula do imóvel, por suas expensas, previamente ao encerramento da vigência do contrato ou previamente à abertura de processo administrativo para apurar a regularidade da concessão, com o fim de extingui-la.

5.9. O inadimplemento de parcelas referentes à aquisição do imóvel acarretará aplicação das seguintes penalidades:

5.9.1. Multa de mora de 1% do valor da avaliação do imóvel por mês de atraso.

5.9.2. Resolução do contrato de compra e venda caso haja a inadimplência de três parcelas seguidas, sem prejuízo da aplicação da multa prevista no subitem 5.9.1.

5.10. É vedada a destinação do imóvel concedido, mesmo após a aquisição definitiva pela CONCESSIONÁRIA, para outra finalidade que não seja industrial ou comercial, o que será devidamente averbado na matrícula do imóvel.

5.10.1. A tentativa de utilização do imóvel - adquirido definitivamente pela CONCESSIONÁRIA - **de maneira indevida será coibida pelo Município de Capanema, a qualquer tempo, por meio do indeferimento do licenciamento da atividade, devido** a sua localização.

6. FISCALIZAÇÃO

6.1. A Fiscalização será de competência e responsabilidade do Município, a quem caberá verificar se, no seu desenvolvimento, estão sendo cumpridos os termos do Contrato, a proposta original da concessionária, suas especificações e demais requisitos, assim como participar de todos os atos que se fizerem necessários para sua fiel execução.

6.2. A fiscalização será exercida no interesse exclusivo do CONCEDENTE, e não exclui nem reduz a responsabilidade da CONCESSIONÁRIA, inclusive de terceiros, por qualquer irregularidade.

6.3. O Município de Capanema, na qualidade de fiscal do cumprimento das obrigações oriundas da concessão, notificará a CONCESSIONÁRIA para que providencie os reparos e/ou correções que se fizerem necessárias ao objeto da concessão, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, contados da data do recebimento da referida notificação.

6.3.1. A notificação poderá ser recebida pelo preposto indicado na Procuração, bem como qualquer um dos sócios da CONCESSIONÁRIA, possibilitando a notificação via e-mail.

6.3.2. O não recebimento de qualquer notificação expedida pelo Município, por parte da CONCESSIONÁRIA, será considerada válida com o ateste do servidor público responsável e ratificação da fiscalização.

6.4. O Município irá indicar um servidor para fiscalizar a execução do contrato de concessão.

000193

7. OBRIGAÇÕES DAS PARTES CONTRATANTES

7.1. Obrigações do CONCEDENTE:

7.1.1. Disponibilizar o acesso ao imóvel imediatamente após o início da vigência da concessão;

7.1.2. Registrar as irregularidades constatadas em ato de fiscalização, cientificando a autoridade competente para as providências pertinentes, e notificar a CONCESSIONÁRIA para pronta regularização;

7.1.3. Notificar a CONCESSIONÁRIA imediatamente após constatar o descumprimento de alguma das obrigações contratuais, fixando um prazo para que ela promova as diligências/correções necessárias sob pena de aplicação de penalidades previstas no item 8.

7.1.**4.** Caberá ao CONCEDENTE avaliar a cada 12 (doze) meses o cumprimento do contrato.

7.2. Obrigações da CONCESSIONÁRIA:

As obrigações da CONCESSIONÁRIA estão divididas em 03 (três) grupos por grau de gravidade conforme disposições abaixo:

7.2.1. Obrigações **do Grupo 1 (GRAVÍSSIMA)**

7.2.**1.1.** O descumprimento das obrigações deste grupo poderá implicar na rescisão do contrato e das demais penalidades previstas no item 8.

a) utilizar o imóvel cujo uso lhe é concedido de acordo com as especificações e condições apresentadas pelo CONCEDENTE contidas neste instrumento, sendo vedada a utilização de áreas que não se encontrem limitadas no contrato, bem como não será permitida a utilização do bem público concedido para finalidade diferente da que foi licitada, garantindo-se as demais exigências pactuadas;

b) não transferir, ceder ou subconceder a terceiros o imóvel concedido durante a vigência do contrato de concessão;

c) não promover modificação da finalidade ou da estrutura societária que prejudique a execução da proposta apresentada na licitação, salvo se previamente submetida ao CONCEDENTE para análise e aceite, desde que verificada a manutenção dos critérios predominantes da proposta inicial, especialmente quanto à empregabilidade e aos investimentos privados no imóvel;

d) a CONCESSIONÁRIA deverá entregar procuração, conforme modelo a ser fornecido pelo CONCEDENTE, indicando, pelo menos, 02 (dois) prepostos com poderes para receber notificações e demais documentos pertinentes ao contrato de concessão. A referida procuração deverá ter validade durante a vigência do contrato, bem como, ficará sob a responsabilidade da CONCESSIONÁRIA a sua atualização junto ao Município;

e) produzir e/ou comercializar exclusivamente produtos lícitos e em rigorosa obediência à legislação pertinente;

f) não ser autuado e penalizado com multa pela segunda vez, num período de 24 meses, pelos mesmos motivos, em atuação da fiscalização, ou pela vigilância sanitária, ou outro órgão público, em razão de

descumprimento das normas envolvendo a exploração do imóvel concedido.

7.2.2 Obrigações do Grupo 2 (GRAVE):

a) Para as **CONCESSIONÁRIAS dos barracões:** adequar e equipar o espaço físico, bem como realizar as construções, adaptações e acabamentos necessários para o início das atividades constantes na proposta apresentada na sessão da licitação, que deverá ocorrer no prazo de até 120 (cento e vinte) dias, contados a partir da vigência da concessão, com as condições e características necessárias e indispensáveis para realizar as suas atividades, de acordo com as normas vigentes para o funcionamento do estabelecimento.

a.1) o referido prazo poderá ser excepcionalmente prorrogado desde que haja justificativa comprovada e aceita pela Administração, especificamente quando o exercício da atividade depender de licenças de outros órgãos públicos e não esteja caracterizada a negligência da própria CONCESSIONÁRIA.

a-A) Para as CONCESSIONÁRIAS dos terrenos:

a-A.1) iniciar as obras de infraestrutura até o dia 1° de março de 2021;

a-A.2) iniciar as atividades empresariais no prazo definido na proposta;

a.A.3) o referido prazo poderá ser excepcionalmente prorrogado desde que haja justificativa comprovada e aceita pela Administração, especificamente quando o exercício da atividade depender de licenças de outros órgãos públicos e não esteja caracterizada a negligência da própria CONCESSIONÁRIA.

b) manter a exploração da atividade industrial/comercial com o funcionamento constante;

c) obter as licenças exigidas para a construção, modificação e/ou ampliação que se pretenda fazer nas instalações externas e internas do imóvel objeto da CONCESSÃO;

d) para os **imóveis em que contenham barracões construídos pelo CONCEDENTE,** compete à CONCESSIONÁRIA contratar e/ou renovar anualmente o seguro contra incêndio do(s) imóvel(is) e suas respectivas instalações, com valor mínimo compatível com o valor de avaliação do barracão, de acordo com a tabela constante no subitem 1.1, **indicando como beneficiário o Município de Capanema**, sendo obrigatória a apresentação da(s) apólice(s) ao Município, no prazo de 60 (sessenta) dias, após o início das atividades industriais/comerciais no imóvel, bem como a cada renovação anual do seguro;

e) providenciar no prazo de até 120 (cento e vinte) dias, contados do início da vigência da concessão, a abertura de filial no Município de Capanema, caso a empresa seja sediada em outro Município, e apresentar a documentação ao CONCEDENTE;

f) recolher os tributos incidentes de sua atividade e emitir notas e cupons fiscais, conforme a legislação em vigor;

g) compete à CONCESSIONÁRIA, no prazo de 30 (trinta) dias, contados do início da vigência da concessão, requerer a transferência, para o seu nome, dos registros de água e luz do imóvel, junto aos órgãos competentes;

h) cumprir todas as normas ambientais exigidas para o exercício da atividade.

h.1) as licenças ambientais exigidas para o exercício da atividade deverão ser providenciadas pela CONCESSIONÁRIA no prazo de 120 (cento e vinte) dias, contados da vigência da concessão. Excepcionalmente, o prazo poderá ser prorrogado, mediante comprovação de motivo relevante, sem culpa da CONCESSIONÁRIA, e aceito pelo CONCEDENTE.

7.2.3. Obrigações **do Grupo 3 (LEVE):**

a) prestar todas as informações e/ou esclarecimentos ao CONCEDENTE, sempre que lhe forem solicitadas;

b) a CONCESSIONÁRIA deverá cumprir as normas relativas à legislação pertinente ao tipo de atividade comercial, providenciando anualmente a(s) licença(s) necessária(s) para o exercício da atividade;

c) é vedada a instalação de publicidade, letreiros e faixas de terceiros em qualquer parte da edificação do imóvel, permitida a identificação da própria CONCESSIONÁRIA e dos produtos ou atividades desenvolvidas no local.

d) adotar as providências adequadas em relação a qualquer empregado cujo procedimento for considerado inconveniente, fato este detectado a partir da fiscalização realizada pelo Município;

e) respeitar as normas trabalhistas;

j) é vedada a criação de animais domesticáveis ou não no imóvel;

k) cumprir as normas legais federais, estaduais e municipais, notadamente aquelas relativas à legislação urbana, ambiental e sanitária, registros de inspeção trabalhista, providenciando licenças e alvarás exigidos na forma da Lei, mantendo-os atualizados e em locais visíveis e de fácil identificação;

l) responder por todas as despesas com pessoal para exercício das atividades permitidas à CONCESSIONÁRIA, arcando com os encargos trabalhistas, sociais e previdenciários, de acordo com a legislação em vigor, obrigando-se a saldá-los em época própria, uma vez que seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o CONCEDENTE;

m) arcar com todas as despesas decorrentes da instalação de telefone e de qualquer outro serviço utilizado, assim como custos como impostos, taxas, contribuições e tributos federais, estaduais e municipais que incidam direta ou indiretamente sobre o imóvel, bem como as atividades econômicas nele desenvolvidas, que serão integralmente arcadas pela CONCESSIONÁRIA;

n) responder civilmente por seus atos, de seus empregados e de quaisquer pessoas físicas ou jurídicas a ela vinculadas, que causarem danos a terceiros e à(s) instalação(ões) física(s) do módulo, cujo uso lhe é concedido, sendo que a ocorrência destes deverá ser imediatamente comunicada ao órgão fiscalizador, para as providências que se fizerem necessárias;

o) acompanhar a vistoria de recebimento do imóvel, apondo a sua assinatura no laudo respectivo;

p) manter-se, durante toda a vigência da concessão, em compatibilidade com as obrigações assumidas na proposta apresentada na sessão de licitação, bem como todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, respeitando-se o disposto neste Termo de Referência e nos demais documentos da licitação;

q) manter o imóvel, objeto desta concessão em perfeitas condições de conservação e limpeza, de acordo com as normas estabelecidas pelo CONCEDENTE e legislação em vigor, observando também os seguintes pontos:

I. Toda a área de influência do imóvel deverá ser mantida diariamente limpa pela CONCESSIONÁRIA, e os resíduos coletados deverão ser devidamente ensacados e apresentados para a coleta regular, respeitando-se os horários de coleta estabelecidos pelo Município;

II. Implementar, em sua rotina diária, a separação de seus resíduos, de acordo com a legislação vigente;

8. DAS PENALIDADES

8.1. O descumprimento das obrigações previstas neste termo, no edital de licitação e no contrato ensejará a aplicação das sanções descriminadas a seguir, independentemente da rescisão contratual determinada por ato unilateral do CONCEDENTE.

8.2. Em caso de **inexecução total ou parcial da proposta ofertada pela CONCESSIONÁRIA na sessão da licitação**, inclusive não atendimento das determinações da fiscalização, a CONCESSIONÁRIA estará sujeita, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, às seguintes penalidades:

8.2.1. ADVERTÊNCIA por escrito, sempre que verificadas pequenas irregularidades para as quais haja concorrido;

8.2.2. MULTAS, que serão aplicadas por infração, conforme abaixo, limitadas a no máximo 15% (quinze por cento) sobre o valor de avaliação do imóvel concedido:

a) de 2% a 5%, no caso de descumprimento de obrigações indicadas no grupo 3 (leves) do **subitem 7.2.3;**

b) de 5% a 8%, no caso de descumprimento de obrigações indicadas no grupo 2 (graves) do **subitem 7.2.2;**

c) de 8% a 15%, no caso de descumprimento de obrigações indicadas no grupo 1 (gravíssimas) do **subitem 7.2.1.**

8.2.3. SUSPENSÃO temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município, segundo a natureza e gravidade da falta cometida, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

8.2.4. DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE para licitar ou contratar com a Administração, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante o Município.

8.3. A CONCESSIONÁRIA não incorrerá em penalidades quando o descumprimento dos prazos e/ou obrigações estabelecidos resultar de caso fortuito ou força maior devidamente comprovados.

8.4. A multa não impede que o CONCEDENTE rescinda unilateralmente o contrato e aplique as outras sanções previstas na lei e naquele instrumento.

8.5. O valor das multas será cobrado mediante notificação extrajudicial, independentemente da adoção da medida judicial competente, observando o procedimento descrito no subitem 8.11.

8.6. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com outras sanções previstas no subitem 8.2, segundo a natureza e a gravidade da falta cometida, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 15 dias úteis.

8.7. É facultado ao CONCESSIONÁRIO interpor recurso, dirigido ao Chefe do Poder Executivo, contra a aplicação, por decisão da Comissão de Licitação, das penas de advertência, suspensão ou de multa, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da ciência da respectiva notificação.

8.8. A sanção prevista na alínea "d" do subitem 8.2 é de competência do Chefe do Poder Executivo, facultada a defesa prévia do interessado no respectivo processo de contratação, no prazo de 15 (quinze) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 02 (dois) anos de sua aplicação.

8.9. As sanções previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 8.2 poderá ser também aplicável à CONCESSIONÁRIA que, em razão do contrato:

a) tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

b) praticar atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;

c) demonstrar não possuir idoneidade para contratar com a Administração Pública, em virtude de atos ilícitos praticados.

8.10. Independentemente das sanções legais cabíveis, a CONCESSIONÁRIA ficará sujeita, ainda, à composição das perdas e danos causados ao CONCEDENTE pelo descumprimento das suas obrigações.

8.11. As sanções administrativas somente serão aplicadas mediante regular processo administrativo, assegurada a ampla defesa e o contraditório, observando-se as seguintes regras:

a) Antes da aplicação de qualquer sanção administrativa, a CONCESSIONÁRIA será notificada, facultando-lhe a apresentação de defesa prévia, no prazo de 15 (quinze) dias úteis a contar da notificação, exceto na hipótese de declaração de inidoneidade, devendo ser observada a regra do art. 110 da Lei nº 8.666/93;

b) A notificação deverá ocorrer pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento ou por edital em jornal de grande circulação, no caso de concessionário e/ou seu representante estar em local incerto e não sabido. A notificação indicará a conduta reputada como infratora, a motivação para aplicação da penalidade, a sanção que se pretende aplicar, o prazo e o local de entrega das razões de defesa;

c) Ofertada a defesa prévia ou expirado o prazo sem que ocorra a sua apresentação, a autoridade competente proferirá decisão fundamentada e adotará as medidas legais cabíveis, resguardado o direito de recurso da CONCESSIONÁRIA, ao Prefeito Municipal, que deverá ser exercido nos termos da Lei Federal nº 8.666/93.

8.12. As penalidades só poderão ser relevadas nas hipóteses de caso fortuito ou força maior, devidamente justificados e comprovados, a juízo do CONCEDENTE.

9. DA RESCISÃO E DA DECLARAÇÃO DE CADUCIDADE

9.1. O descumprimento das condições estabelecidas neste Termo, no edital, no contrato e/ou em disposições legais, quando houver reincidência ou não couber apenas a aplicação de multas, implicará na extinção da concessão de direito real de uso, por rescisão contratual ou declaração de caducidade, nos termos a seguir.

9.2. O CONCEDENTE possui o direito de **rescindir** unilateralmente o contrato de concessão, independentemente de interpelação judicial, nos seguintes casos:

a) quando a CONCESSIONÁRIA falir, for dissolvida ou por superveniente incapacidade técnica;

b) quando houver paralisação das atividades da CONCESSIONÁRIA pelo prazo de 60 (sessenta) dias, consecutivos ou alternados, sem justificativa aceita pelo CONCEDENTE;

c) pelo descumprimento das obrigações do grupo 1 (gravíssimas) relacionadas no item 7.2.1;

d) pela existência de aplicação de 5 advertências durante o período de 24 (vinte e quatro) meses, qualificando como descumprimento reiterado das obrigações contratuais.

e) pelo descumprimento por 3 (três) vezes, consecutivas ou não, da mesma obrigação prevista no grupo 2 (graves) ou 4 (quatro) vezes, consecutivas ou não, da mesma obrigação prevista no grupo 3 (leve) dentro do período de 24 (vinte e quatro) meses.

f) nas hipóteses dos artigos 77 e 78, da Lei Federal nº 8.666/93;

g) a pedido justificado da CONCESSIONÁRIA.

9.3. O CONCEDENTE possui o direito de declarar a **caducidade** do contrato de concessão, independentemente de interpelação judicial, nos seguintes casos:

a) quando a CONCESSIONÁRIA transferir a concessão, locar ou de qualquer modo ceder a terceiros parte do imóvel concedido;

b) alterar a destinação do imóvel ou o ramo de atividade da CONCESSIONÁRIA, sem autorização do CONCEDENTE;

c) quando a CONCESSIONÁRIA for condenada judicialmente por cometimento de atos de improbidade administrativa ou por atos indicados na Lei 12.846/2013 ou por crimes ambientais;

d) quando a CONCESSIONÁRIA for condenada em âmbito administrativo por danos causados ao meio ambiente, por cometimento de atos de improbidade administrativa ou por atos indicados na Lei 12.846/2013;

e) descumprimento da margem de empregabilidade da proposta da concessionária apresentada na sessão pública do certame, por dois anos consecutivos.

f) na ausência de disponibilização de, ao menos, um posto de trabalho pela CONCESSIONÁRIA, excluídos desse número os sócios da CONCESSIONÁRIA e seus familiares.

9.4. A extinção da concessão de direito de uso, sem culpa das partes, não ensejará à CONCESSIONÁRIA a aplicação de penalidades.

9.5. Extinta a concessão, seja pela expiração do seu prazo ou em razão de rescisão contratual, será notificada a CONCESSIONÁRIA para a entrega do imóvel, no prazo assinalado na referida notificação.

9.5.1. Obriga-se a CONCESSIONÁRIA a entregar o imóvel objeto desta licitação, no prazo assinalado, inteiramente desembaraçado, em estado de conservação e uso normais, para imediata reintegração de posse do bem pelo poder CONCEDENTE.

9.5.2. Com a extinção ou rescisão do contrato a chave do imóvel deverá ser devolvida ao CONCEDENTE sob pena de ser considerado uso irregular, acarretando a cobrança desta ocupação a título de indenização e adoção das medidas administrativas e/ou judiciais para retomada da posse do imóvel.

9.6. Extinto, por qualquer hipótese, o contrato, ou se após regular procedimento administrativo for constatado o abandono do imóvel pela CONCESSIONÁRIA, poderá o Município, através dos meios de que dispuser, promover a remoção compulsória de quaisquer bens, pertençam eles à CONCESSIONÁRIA, a seus prepostos, fornecedores, contratantes e/ou contratados, ficando

a CONCESSIONÁRIA responsável pelo ressarcimento das despesas de remoção e/ou guarda dos bens.

9.7. O Município notificará a CONCESSIONÁRIA diretamente ou por edital, concedendo-lhe prazo de até 30 (trinta) dias, a partir do recebimento da notificação ou da publicação do edital, para pagamento de quaisquer débitos existentes junto ao CONCEDENTE com a consequente retirada dos bens eventualmente removidos.

9.8. Decorrido o prazo estabelecido no item anterior sem que os bens tenham sido retirados, ficará o Município autorizado a proceder a sua alienação em leilão, a fim de se ressarcir de eventuais débitos da CONCESSIONÁRIA, ficando o saldo eventualmente existente à disposição pelo prazo de 01 (um) ano, findo o qual o montante será revertido ao CONCEDENTE.

10. CRITÉRIOS PARA AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS

TABELA 1			
CRITÉRIO	**PROPOSTA**	**PONTOS**	**PESO**
Empregabilidade (em número de empregos diretos a serem gerados).	2 pontos por emprego gerado.	até 100	0,3
Valor do investimento privado no empreendimento a ser instalado no imóvel R$	Até 20.000,00.	5	0,2
	De 20.001,00 a 40.000,00.	10	
	40.001,00 a 60.000,00.	15	
	60.001,00 a 80.000,00	20	
	Acima de 80.000,00, a cada 20.000,00 acrescenta 5 pontos.	até 100	
Prazo construção da infraestrutura e aplicação total dos investimentos (critério exclusivo para terrenos)	Até 6 meses	100	0,2
	De 7 a 12 meses	80	
	De 13 a 18 meses	60	
	De 19 a 24 meses	40	
Prazo para aplicação total dos investimentos (critério exclusivo para barracões)	Até 4 meses	100	0,2
	De 5 a 8 meses	80	
	De 9 a 12 meses	60	
	De 13 a 16 meses	40	
	De 17 a 20 meses	20	
	De 21 a 24 meses	10	
	Até 80.001,00.	10	0,1
	de 80.001,00 a 150.000,00.	20	

Faturamento anual da pessoa jurídica R$	150.001,00 a 200.000,00.	30	
	200.001,00 a 250.000,00.	40	
	250.001,00 a 300.000,00	50	
	Acima de 300.000,00. a cada 50.000,00 acrescenta 10 pontos.	até 100	
Tempo de constituição da empresa em Capanema OU tempo de residência do sócio majoritário da empresa OU da pessoa física em Capanema	5 pontos por ano.	até 100	0,1
Capacidade do empreendimento gerar uma cadeia de produção e/ou empregos indiretos no Município de Capanema/PR	Aquisição de matéria-prima de pessoas físicas ou jurídicas residentes ou sediadas no Município de Capanema.	2 pontos para cada indicação, até 100	0,1

10.1. Será vencedora a proposta que obtiver a maior pontuação no somatório total dos critérios.

10.1.1. Os critérios terão os seguintes pesos:

I - o número de novos empregos diretos gerados, com **peso 0,3**;

II - o valor do investimento privado no empreendimento, com **peso 0,2**;

III - o prazo para conclusão das obras e para aplicação total dos investimentos, com **peso 0,2 (exclusivo para terrenos)**;

III-A- o prazo para aplicação total dos investimentos, com **peso 0,2 (exclusivo para barracões);**

IV - o faturamento anual, com **peso 0,1**;

V - o tempo de constituição da empresa em Capanema OU o tempo de residência do sócio majoritário da empresa em Capanema, com **peso 0,1**;

VI - capacidade do empreendimento gerar uma cadeia de produção e/ou empregos indiretos no Município de Capanema/PR, com **peso 0,1**.

10.1.2. Normas específicas de cada critério de avaliação:

a) Empregabilidade:

a.1) Este critério será avaliado mediante a proposta de geração de novos empregos diretos pelo empreendimento, no **prazo máximo de 6 (seis) meses** após o início da vigência da concessão, salvo em relação às CONCESSIONÁRIAS dos terrenos **sem** barracões, as quais deverão realizar as contratações no prazo indicado para o início de suas atividades, de acordo com a respectiva proposta.

a.2) No **prazo de 10 (dez) dias úteis**, contados a partir do encerramento do prazo mencionado na item **a.1** acima, a CONCESSIONÁRIA deverá encaminhar à Secretaria Municipal de Indústria e Comércio os documentos comprobatórios referentes às contratações realizadas, sob pena de declaração de caducidade da concessão.

a.3) Anualmente, **sempre até o dia 30 de junho**, a concessionária encaminhará à Secretaria Municipal de Indústria e Comércio o relatório dos empregos mantidos, por meio do CAJED ou GFIP;

a.4) Em havendo descumprimento da obrigação indicada no item **a.3** acima, a Secretaria Municipal de Indústria e Comércio, de ofício, providenciará a abertura de procedimento para apurar a responsabilidade da empresa, aplicando-se as penalidades cabíveis, incluindo a possibilidade de declaração de caducidade da concessão, **respeitando-se o disposto no item 11, deste Termo de Referência.**

a.5) É possível a contratação de pessoal pela CONCESSIONÁRIA por regimes diversos do celetista, de acordo com a legislação trabalhista.

a.6) A licitante deverá apresentar uma declaração e uma certidão do CAJED ou GFIP indicando o número de funcionários já empregados pela empresa.

b) Valor do investimento privado no empreendimento:

b.1) O licitante deverá discriminar na sua proposta o valor do investimento que pretende realizar no imóvel, seja por recursos próprios, seja por recursos advindos de financiamento.

b.2) O valor de investimento poderá incluir obras e serviços de infraestrutura no imóvel, bem como aquisição de maquinários e outros investimentos identificados na proposta.

c) Prazo para conclusão das obras e para aplicação total dos investimentos (critério exclusivo para terrenos):

c.1) O licitante deverá apresentar um cronograma de execução das obras/serviços de infraestrutura bem como da execução dos investimentos indicados na proposta.

c.2) A penalidade pelo descumprimento do prazo apresentado na proposta será a multa, no percentual de 1% do valor de avaliação do imóvel, por cada mês de atraso.

c.3) Caso haja a necessidade de instalação ou construção de infraestrutura mínima do imóvel a cargo do Município ou atrasos referentes, por exemplo, ao licenciamento de construções, de competência da Secretaria de Planejamento do Município, o prazo ofertado na proposta será contado a partir da liberação formal do acesso ao terreno ou barracão, emitida pelo Prefeito Municipal, via ofício, devidamente protocolado no Protocolo-Geral do Município.

c-A) Prazo para aplicação total dos investimentos (critério exclusivo para barracões):

c-A.1) O licitante deverá apresentar um cronograma de execução do valor do investimento indicado na proposta.

c-A.2) A penalidade pelo descumprimento do prazo apresentado na proposta será a multa, no percentual de 1% do valor de avaliação do imóvel, por cada mês de atraso.

c-A.3) Caso haja a necessidade de instalação ou construção de infraestrutura mínima do imóvel a cargo do Município ou atrasos referentes, por exemplo, ao licenciamento de construções, de competência da Secretaria de Planejamento

do Município, o prazo ofertado na proposta será contado a partir da liberação formal do acesso ao terreno ou barracão, emitida pelo Prefeito Municipal, via ofício, devidamente protocolado no Protocolo-Geral do Município.

d) Faturamento anual da pessoa jurídica:

d.1) Este critério será avaliado mediante a análise da média do faturamento anual, dos últimos três exercícios financeiros, devendo a licitante apresentar os documentos e balancetes contábeis na sessão de licitação.

d.2) A licitante deverá apresentar Balanço Patrimonial e demonstrativo contábil firmado pelo representante legal da pessoa jurídica e pelo respectivo Contador dos três anos imediatamente anteriores ao da apresentação da proposta.

e) Tempo de constituição da empresa ou tempo de residência em Capanema:

e.1) Este critério será avaliado mediante análise do período em que a pessoa jurídica é sediada no Município de Capanema;

e.2) Alternativamente, poderá se considerar o tempo em que o(s) sócio(s) ou empresário(s) reside(m) no Município de Capanema.

e.2.1) Em havendo mais de um sócio, serão considerados apenas os dados do sócio que há mais tempo resida no Município de Capanema.

e.3) Em se tratando de licitante pessoa física, será considerado o tempo em que esta reside no Município de Capanema.

e.4) Os tempos de constituição da empresa e de residência do sócio não são cumulativos, devendo a licitante optar por um deles.

e.5) No caso da opção pelo tempo de residência no Município, o licitante deverá trazer na sessão de licitação os documentos comprobatórios, como escritura pública, IPTU, contas de luz, água, entre outros.

f) Capacidade do empreendimento gerar uma cadeia de produção e/ou empregos indiretos no Município de Capanema/PR:

f.1) O licitante deverá indicar as matérias-primas do seu empreendimento e os eventuais fornecedores sediados ou residentes no Município de Capanema;

f.2) O licitante deverá apresentar declaração de vínculo contratual com esse(s) fornecedor(es), com o compromisso de aquisição da matéria-prima, em caso de se sagrar vencedora no certame, com assinatura do documento pelo futuro fornecedor;

f.3) O descumprimento desse compromisso assumido com o fornecedor de matéria-prima local poderá gerar a aplicação da penalidade prevista no subitem 8.2.1.

10.2. O sistema de pontuação seguirá as seguintes regras:

10.2.1. Os critérios previstos no subitem 10.1.1. receberão no máximo 100 pontos cada.

10.2.2. Os pontos obtidos pela proponente, em cada critério, serão multiplicados pelos seus respectivos pesos, conforme definido na Tabela 1.

10.2.3. Serão somadas as pontuações obtidas de acordo com o subitem 10.2.2, para determinação da pontuação final.

10.2.4. Será considerada vencedora do item a proponente que apresentar a maior pntuação final.

10.2.5. Em caso de empate na pontuação final, será vencedora a proposta que obtiver a maior pontuação por critério, seguindo a ordem abaixo:

1°) Maior tempo de constituição da empresa em Capanema ou maior tempo de residência do sócio ou pessoa física no Município de Capanema;

2°) Maior número de empregos;

3°) Maior investimento privado;

4°) Menor tempo para execução do investimento privado;

5°) Maior valor do faturamento da Pessoa Jurídica;

6°) Persistindo o empate, deverá ser realizado sorteio.

11. DA MARGEM DE CUMPRIMENTO DA PROPOSTA DE EMPREGABILIDADE

11.1. Durante a vigência da concessão, a CONCESSIONÁRIA deverá observar a proposta apresentada na sessão de licitação, especialmente quanto ao número de empregos diretos.

11.2. Haverá uma margem de tolerabilidade no descumprimento do número de empregos diretos ofertados na proposta original, da seguinte forma:

a) a avaliação do cumprimento da proposta de criação de postos de trabalho será realizada anualmente, sempre no mês de julho, utilizando-se o período dos 12 (doze) meses anteriores;

b) Durante os doze meses anteriores à avaliação será calculada uma média do cumprimento da proposta da CONCESSIONÁRIA;

c) o percentual de tolerabilidade será de 25% (vinte e cinco por cento), sendo vedada a ausência de preenchimento de, ao menos, um posto de trabalho formal, excluídos desse número os sócios da CONCESSIONÁRIA e seus familiares;

d) o descumprimento da proposta de criação de postos de trabalho acima da margem de tolerabilidade acarretará na aplicação de multa, prevista na alínea "a" do subitem 8.2.2.

e) o descumprimento da proposta de criação de postos de trabalho acima da margem de tolerabilidade **por dois anos consecutivos** acarretará na declaração de caducidade da concessão.

f) a ausência de disponibilização de, ao menos, um posto de trabalho por parte da CONCESSIONÁRIA, nos termos da alínea "c" deste subitem, acarretará na extinção da concessão, por meio da declaração de caducidade.

12. DAS ALTERAÇÕES E AMPLIAÇÕES DO IMÓVEL

12.1. Compete à CONCESSIONÁRIA adequar e equipar o espaço físico, bem como realizar as adaptações e acabamentos necessários para o início das atividades.

12.2. Havendo necessidade de modificação de alguma estrutura, a CONCESSIONÁRIA submeterá previamente à apreciação e aprovação escrita do CONCEDENTE, o qual poderá vetar, justificadamente, parcial ou totalmente qualquer modificação que se pretenda fazer nas instalações estruturais externas e internas do imóvel objeto da concessão.

12.3. É possível a ampliação da estrutura dos barracões pela CONCESSIONÁRIA, com recursos próprios, respeitando-se as diretrizes estabelecidas pelo CONCEDENTE, devidamente aprovado pelo Departamento de Engenharia do Município e pelo Prefeito Municipal.

13. DA INFRAESTRUTURA MÍNIMA DOS IMÓVEIS

13.1. Entende-se por infraestrutura mínima:

a) a disponibilização de acesso à rede elétrica;

b) a disponibilização de acesso à rede de água;

c) a adequação dos acessos físicos do imovel;

d) a disponibilização da área do imóvel passível de exploração pelo vencedor da licitação, como aterramento e terraplanagem.

13.2. As infraestruturas mínimas elencadas nas alíneas "a", "b" e "c" do subitem 13.1 serão disponibilizadas pelo Município, independente de requerimento.

13.3. As infraestruturas mínimas elencadas na alínea "d" do subitem 13.2 serão disponibilizadas pelo Município, mediante apresentação de requerimento por parte da empresa, confecção de projeto básico e aprovação do Conselho de Desenvolvimento do Município, nos termos da Lei.

14. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO E DAS PROPOSTAS

14.1. Qualquer pessoa jurídica ou pessoa física, maior de idade, poderá participar da licitação e ofertar proposta.

14.2. Cada licitante poderá adjudicar apenas um item, sendo vedada a adjudicação de mais de um item pela mesma licitante.

14.3. Cada licitante poderá participar da concorrência de mais de um item, possibilitando a apresentação de até duas propostas, da seguinte forma:

a) uma única proposta para os itens relacionados aos imóveis com barracões;

b) uma única proposta para os itens relacionados aos imoveis sem barracões.

14.4. Junto com a(s) proposta(s) no envelope lacrado, a licitante indicará em folha apartada, de acordo com os modelos previstos nos **Anexos V e V-A** do edital, os itens que pretende participar com a mesma proposta.

14.5. A relação dos itens, nessa folha apartada, será organizada de acordo com a preferência da licitante. Caso seja vencedora para mais de um imóvel, o primeiro item que constar da lista será adjudicado para a licitante. Os demais serão adjudicados pelos segundos colocados e seguintes, se for o caso.

14.6. Caso uma pessoa física se sagre vencedora da licitação de algum item, deverá providenciar a abertura da respectiva pessoa jurídica, no prazo de 4 (quatro) meses, sob pena de anulação da adjudicação.

14.6.1. Anulada a adjudicação da pessoa física, o item será adjudicado ao segundo colocado ou seguintes, se for o caso.

15. DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. A CONCESSIONÁRIA deverá obedecer às regras previstas em Lei e em regulamentos durante toda vigência do contrato.

15.2. A CONCESSIONÁRIA deverá manifestar-se por escrito em sua relação com o Município.

Capanema, 05 de outubro de 2020.

Andréa Marize W. Paeze

Secretária Municipal de Indústria, Comércio e Turismo

0001 25

ANEXO II
CREDENCIAMENTO

Pelo presente, credenciamos o(a) Sr(a). ....., portador(a) da cédula de identidade nº ....., inscrito no CPF nº ....., para participar do procedimento licitatório consistente na Concorrência nº. 02/2020, podendo praticar todos os atos inerentes ao referido procedimento, no que diz respeito aos interesses da representada.

....., ... de..... de 2020.

Assinatura e carimbo do represente legal/contratual da proponente

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE CONCORDÂNCIA COM O EDITAL

_____, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob nº _____ , DECLARA, para fins do disposto neste Edital, que:

a) está de acordo em explorar a sua atividade em um dos imóveis em que está competindo, constantes no Termo de Referência desta licitação;

b) tem disponibilidade imediata dos equipamentos e utensílios necessários para exploração do barracão;

c) não empregará menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregará menor de dezesseis anos.
Ressalva: emprega menor a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ( )
OBS: em caso de afirmativo, assinalar a ressalva acima.

d) se instalará e iniciará as atividades dentro do prazo não superior a 120 (cento e vinte) dias a contar do dia 1° de janeiro de 2021, podendo esse prazo ser prorrogado, havendo justificativa, por escrito e aceito pelo CONCEDENTE;

e) possui aptidão para o desempenho da atividade pertinente e compatível com o objeto da Licitação;

_____, ____ de _____ de 2020

Assinatura e carimbo do represente legal/contratual da proponente
(Imprimir em papel com timbre da empresa)

0001

ANEXO IV - PROPOSTA

( ) Proposta os itens relacionados aos imóveis **com** barracões.
( ) Proposta para os itens relacionados aos imóveis **sem** barracões.

NOME DA PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA:
CPF OU CNPJ:

01 - Descrição clara e objetiva do ramo de atividade empresarial a ser desenvolvido no imóvel:

02 - Matéria prima a ser utilizada:

03 - Capacidade produtiva/comercial da unidade a ser instalada:

04 - Mercado consumidor potencial:

05 - Previsão de faturamento, custos, despesas e retorno dos investimentos:

06 - Relação da infraestrutura, equipamentos e instalações necessárias ao funcionamento do projeto global, acompanhada do orçamento discriminado:

07 - Previsão de investimentos próprios:

08 - Viabilidade econômica do projeto:

09 - Compromissos assumidos pela proponente:

a) cumprir todas as obrigações previstas no Termo de Referência, no edital e na minuta do contrato da licitação Concorrência XX/2020.

b) contratar, preferencialmente, pessoas que sejam domiciliados no Município de Capanema/PR.

10 - DA OFERTA:

CRITÉRIO	PROPOSTA DA EMPRESA
Empregabilidade (em número de empregos diretos gerados no prazo de 6 meses).	
Valor do investimento privado no empreendimento a ser instalado no imóvel - R$	
Prazo para conclusão das obras / prazo para aplicação total dos investimentos	

Município de Capanema - PR

Faturamento Anual (média dos últimos 3 anos)	
Tempo de constituição da empresa OU residência do sócio majoritário no Município de Capanema (somente dados do sócio mais antigo)	
Capacidade do empreendimento gerar uma cadeia de produção e/ou empregos indiretos no Município de Capanema/PR	

Local, xxx de xxxxxxxxxx de 2020.

Assinatura e carimbo do represente legal/contratual da proponente
(Imprimir em papel com timbre da empresa)

ANEXO V

INDICAÇÃO DE ITENS RELACIONADOS AOS IMÓVEIS COM BARRACÕES

NOME DA PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA:
CPF OU CNPJ:

A proposta constante no envelope lacrado será utilizada como oferta para os imóveis previstos nos seguintes itens, em ordem de preferência:

Item (previsto no Termo de Referência)	**Descrição do imóvel** (previsto no Termo de Referência)

No caso de a pessoa física ou jurídica se sagrar vencedora em mais de um item, será adjudicado um único imóvel, conforme a ordem de preferência indicada nesta proposta.

Local, xxx de xxxxxxxxxx de 2020.

Assinatura e carimbo do represente legal/contratual da proponente
(Imprimir em papel com timbre da empresa)

ANEXO V-A

INDICAÇÃO DE ITENS RELACIONADOS AOS IMÓVEIS SEM BARRACÕES

NOME DA PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA:
CPF OU CNPJ:

A proposta constante no envelope lacrado será utilizada como oferta para os imóveis previstos nos seguintes itens, em ordem de preferência:

Item (previsto no Termo de Referência)	**Descrição do imóvel** (previsto no Termo de Referência)

No caso de a pessoa física ou jurídica se sagrar vencedora em mais de um item, será adjudicado um único imóvel, conforme a ordem de preferência indicada nesta proposta.

Local, xxx de xxxxxxxxxx de 2020.

Assinatura e carimbo do represente legal/contratual da proponente
(Imprimir em papel com timbre da empresa)

ANEXO VI

DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE VISITA TÉCNICA

Concorrência nº xx/2020
Objeto: CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE TERRENOS E BARRACÕES, DESTINADOS À INSTALAÇÃO DE EMPRESAS DE QUALQUER NATUREZA, OBSERVADOS OS CRITÉRIOS E PREFERÊNCIAS DO TERMO DE REFERÊNCIA, VISANDO ESTIMULAR À GERAÇÃO DO EMPREGO E RENDA NO ÂMBITO MUNICIPAL, EM CONFORMIDADE COM A LEI MUNICIPAL Nº 1.745/2020.

Nome da Empresa:
CNPJ nº:
Endereço Completo:
Fone:
E-mail:

O representante legal/contratual da (*inserir o nome da Empresa*), o(a) Sr.(a) (*inserir o nome do representante*), DECLARA que renuncia a Visita Técnica aos locais e/ou instalações do objeto licitado, de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades do imóvel, assumindo total responsabilidade por este fato e informando que não o utilizará para quaisquer questionamentos futuros que ensejem evenças técnicas e ou financeira para com a concedente.

Xxxx, xx de xxx de 2020.

Assinatura e carimbo do represente legal/contratual da proponente
(Imprimir em papel com timbre da empresa)

ANEXO VII

TERMO DE VISTORIA INICIAL DO IMÓVEL

(Exclusivo para imóveis com barracões)

CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO

(Deve ser preenchido na assinatura do contrato de concessão, somente para os imóveis em que haja barracão)

CONCEDENTE: **Município de Capanema.**

CONCESSIONÁRIA: _____ , inscrita no CNPJ sob nº _____ , e-mail _____ , com sede no seguinte endereço _____ , representado por _____, inscrito no CPF nº _____.

IMÓVEL OBJETO DA CONCESSÃO: Imóvel _____ , situado na rua _____ , no bairro _____ em _____ .

Firmam por meio do presente o termo de vistoria e entrega das chaves ao Concessionário.

O presente termo é parte integrante do contrato de concessão de direito real de uso celebrado entre as partes.

Pelo presente, declaram as partes, que o o imóvel acima indicado se encontra em bom estado de conservação, com todos os acessórios em prefeito estado de funcionamento e conservação, sendo que dessa forma a CONCESSIONÁRIA se compromete a devolvê-lo no mesmo estado, findo o prazo contratual, independente de vistoria final.

1) PINTURA: _____
_____.

2) ACABAMENTOS: _____
_____.

3) ELÉTRICA: Toda rede elétrica, incluindo tomadas, lâmpadas e saídas de energia para chuveiros e ar condicionado encontram-se completamente instalados, em bom estado de conservação e funcionamento, conforme fotos anexas.

Observações: _____
_____.

4) TRINCOS e FECHADURAS: Em bom estado de conservação. Tais acessórios estão em perfeito funcionamento, sem arranhões, defeitos ou dificuldade no seu manuseio.

Observações:_____
_____.

5) PISOS E AZULEJOS: Todos os pisos e azulejos estão em bom estado de conservação, sem nenhum azulejo quebrado, trincado ou arranhado.

Observações: _____ _____
_____.

6) VIDRAÇAS e JANELAS: Todas as janelas e vidros estão em perfeitas condições, não apresentam nenhum defeito, trincado, arranhões ou dificuldades no manuseio.

Observações: _____
_____.

7) **TELHADO:** O teto do imóvel se encontra em boas condições, sem infiltrações, vazamentos ou goteiras.
Observações: _____
_____.

8) HIDRÁULICA: Toda rede hidráulica encontra-se em bom estado de conservação e funcionamento, sem entupimentos, vazamentos ou infiltrações aparentes.
Observações:_____
_____.

9) **DEMAIS ACESSÓRIOS:** Fazem parte do imóvel os seguintes acessórios:
a) _____
b) _____
c) _____
d) _____
e) _____
f) _____
g) _____
h) _____
i) _____
Observação: todas as instalações elétricas, hidrossanitárias e esquadrias estão em perfeito uso.

10) **LIMPEZA:** A limpeza do imóvel será de responsabilidade da Concessionária.
11) **CHAVES:** Foram entregues no presente ato _____ chaves, referente às portas metálicas.

Qualquer impugnação ao presente laudo deverá ser comunicada ao CONCEDENTE, por escrito, dentro de 07 (sete) dias a contar da data da assinatura deste, destinado ao e-mail: adm@capanema.pr.gov.br. A falta de comunicação implica em aceitação de vistoria realizada nos termos descritos acima.

E, por assim estarem justos e de acordo, firmam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma.

Capanema, xx de xxx de 2020.

CONCEDENTE _____

CONCESSIONÁRIA _____

ANEXO VIII

MINUTA CONTRATO DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO Nº XX/2020

CONTRATO DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO Nº XX/2020 QUE CELEBRAM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE CAPANEMA E A EMPRESA.....

O MUNICÍPIO DE CAPANEMA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 75.972.760/0001-60, com sede na Avenida Gov. Pedro Viriato Parigot de Souza, nº 1080, Estado do Paraná, a seguir denominado **CONCEDENTE**, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. **AMÉRICO BELLÉ.**

De outro lado a empresa....., inscrita no CNPJ/MF, sob o n.º ....., com sede em:.....; neste ato representada pelo(a) Sr(a).....inscrito no CPF nº....., residente e domiciliado em....., doravante denominada **CONCESSIONÁRIA**, vêm firmar o presente Contrato nos termos da Lei n.º 8.666/93 e legislação pertinente, obedecidas às condições estabelecidas no edital da licitação realizada na modalidade **CONCORRÊNCIA nº 02/2020, no termo de referência constante no processo**, os quais são partes integrantes deste instrumento, mediante as cláusulas e condições a seguir estipuladas:

1. CLÁUSULA **PRIMEIRA** - DO OBJETO

1.1. Constitui objeto deste contato a **concessão de direito real de uso** de bem público de propriedade do Municipio de Capanema, referente ao Terreno/Barracão, cujo imóvel segue discriminado abaixo, com o respectivo valor de avaliação:

Item	Descrição do Imóvel	Localização	Cadastro Municipal	Metragem	Avaliação atual

1.2. O uso do imóvel descrito acima será obrigatoriamente para exploração da atividade descrita na proposta apresentada pela CONCESSIONÁRIA, sem prejuízo das normas e obrigações constantes no Edital e seus anexos.

1.3. A CONCESSIONÁRIA explorará a(s) seguinte(s) atividade(s):

a)_____;

b)_____;

c)_____;

d)_____;

2. CLÁUSULA **SEGUNDA** - DO PRAZO DA CONCESSÃO

2.1. O prazo de vigência da Concessão de Direito Real de Uso, conforme indicado na Lei Municipal nº 1.745/2020 será de **20 (vinte) anos**, contados **a partir de 1º de janeiro de 2021**.

2.2. A CONCESSIONÁRIA deverá observar o prazo para início das suas atividades conforme previsto no termo de referência e de acordo com sua proposta, sob pena de ser determinada a rescisão do contrato de concessão de uso, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste instrumento, no edital ou no termo de referência.

3. CLÁUSULA **TERCEIRA** - DA PRORROGAÇÃO CONTRATUAL

3.1. A vigência do contrato poderá ser prorrogada uma única vez, pelo mesmo prazo previsto no contrato original, desde que observadas as seguintes condições que caracterizam o interesse público:

a) interesse da Concessionária;

b) integral cumprimento dos requisitos previstos na proposta original da concessionária e na legislação em vigor;

c) inexistência de aplicação de penalidades à concessionária, em razão do descumprimento contratual, salvo uma advertência ou uma multa de natureza leve, devidamente formalizada em processo administrativo;

d) apresentação de todos os documentos necessários para a habilitação na licitação original, devidamente atualizados, válidos e regulares.

3.2. O procedimento para eventual prorrogação contratual será formal e deverá ser anexado ao presente processo de concessão, observando-se o seguinte rito:

I - no prazo compreendido entre o 12º e o 6º mês que antecede o encerramento da vigência do contrato de concessão, a CONCESSIONÁRIA apresentará requerimento escrito, constando a comprovação das condições mencionadas nas alíneas do subitem 3.1, devidamente protocolado no Protocolo-Geral do Município;

II - o requerimento será juntado aos autos da presente concessão;

III - os autos serão encaminhados para a Procuradoria Municipal, para parecer jurídico, no prazo de 15 dias, possibilitando a solicitação de certidões de órgãos públicos, sem prejuízo da notificação da CONCESSIONÁRIA para que apresente documentos complementares essenciais para a aprovação da prorrogação contratual;

IV - na hipótese de necessidade de complementação da documentação para avaliação da Procuradoria Municipal, a CONCESSIONÁRIA encaminhará os documentos exigidos no prazo de 10 dias;

V - emitido o parecer jurídico, a decisão final caberá ao Chefe do Poder Executivo, por meio de despacho fundamentado, no prazo de 15 dias.

3.3. Transcorrido o prazo de 40 anos da vigência da concessão, sem que haja a opção de aquisição pela concessionária, a concessão será extinta.

000147

4. CLÁUSULA **QUARTA** - DA OPÇÃO DE AQUISIÇÃO DO IMÓVEL CONCEDIDO

4.1. A concessionária poderá optar pela aquisição ou não do imóvel no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias antes do encerramento da vigência inicial do contrato de concessão ou do encerramento da prorrogação do contrato.

4.2. Caso opte pela aquisição em definitivo do imóvel, o valor a ser pago será o montante estabelecido na avaliação do imóvel, conforme o disposto neste Termo de Referência, corrigido monetariamente pelo índice utilizado na atualização da UFM, anualmente.

4.3. A opção pela aquisição em definitivo do imóvel poderá ocorrer a partir do quinto ano da vigência da concessão, cujo pagamento do respectivo valor será realizado em parcela única ou de forma parcelada, em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais, devidamente corrigidas pelo índice de atualização da UFM, anualmente.

4.3.1. Em havendo a opção pela aquisição de forma parcelada, exigir-se-á a apresentação de garantia idônea, cláusula de reversão do imóvel, em caso de inadimplemento e o cumprimento dos requisitos previstos no art. 12, da Lei Municipal nº 1.745/2020.

4.3.2. Por opção da CONCESSIONÁRIA, a partir do quinto ano da vigência da concessão, é possível a aquisição parcelada do imóvel, em número de parcelas correspondentes ao número de meses restantes da vigência da CONCESSÃO, hipótese em que será outorgada escritura pública de alienação com cláusula resolutiva.

4.4. Caso a concessionária opte por não adquirir em definitivo o imóvel concedido, no prazo estabelecido no edital da licitação, a concessão será extinta.

4.5. Na hipótese do subitem 4.4 e em havendo edificações e benfeitorias realizadas pela concessionária no imóvel durante a vigência contratual, o imóvel poderá ser alienado pelo Município, pelo valor de mercado atualizado da sua totalidade, para que a concessionária original seja indenizada exclusivamente pelas edificações e benfeitorias realizadas.

4.6. O Município, ao invés da alienação prevista no subitem 4.5. poderá realizar nova concessão de direito real de uso do imóvel, caso conste no edital da nova licitação a obrigação da licitante vencedora do certame depositar o montante referente à avaliação das edificações e benfeitorias realizadas pelo concessionário original, no prazo de 10 (dez) dias, após a homologação da licitação, para fins de indenização da concessionária original.

4.7. Decorrido o prazo de 12 (doze) meses após a extinção da concessão e não realizada a indenização prevista nos subitens 4.5 ou 4.6, o Município indenizará as edificações e benfeitorias realizadas pelo concessionário original.

4.8. Para fazer jus às indenizações pelas edificações e benfeitorias realizadas no imóvel, a concessionária deverá obter as licenças dos órgãos competentes para as respectivas construções, quando exigido por lei, bem como averbá-las na matrícula do imóvel, por suas expensas, previamente ao encerramento da vigência do contrato ou previamente à abertura de processo administrativo para apurar a regularidade da concessão, com o fim de extinguí-la.

4.9. O inadimplemento de parcelas referentes à aquisição do imóvel acarretará aplicação das seguintes penalidades:

4.9.1. Multa de mora de 1% do valor da avaliação do imóvel por mês de atraso.

4.9.2. Resolução do contrato de compra e venda caso haja a inadimplência de três parcelas seguidas, sem prejuízo da aplicação da multa prevista no subitem 4.9.1.

4.10. É vedada a destinação do imóvel concedido, mesmo após a aquisição definitiva pela CONCESSIONÁRIA, para outra finalidade que não seja industrial ou comercial, o que será devidamente averbado na matrícula do imóvel.

4.10.1. A tentativa da utilização do imóvel - adquirido definitivamente pela CONCESSIONÁRIA - de maneira indevida será coibida pelo Município de Capanema, a qualquer tempo, por meio do indeferimento do licenciamento da atividade, devido a sua localização.

5. CLÁUSULA **QUINTA** - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Obrigações do CONCEDENTE:

5.1.1. Disponibilizar o acesso ao imóvel imediatamente após o início da vigência da concessão;

5.1.2. Registrar as irregularidades constatadas em ato de fiscalização, cientificando a autoridade competente para as providências pertinentes, e notificar a CONCESSIONÁRIA para pronta regularização;

5.1.3. Notificar a CONCESSIONÁRIA imediatamente após constatar o descumprimento de alguma das obrigações contratuais, fixando um prazo para que ela promova as diligências/correções necessárias sob pena de aplicação de penalidades previstas no item 10.

5.1.4. Caberá ao CONCEDENTE avaliar a cada 12 (doze) meses o cumprimento do contrato.

5.2. Obrigações da CONCESSIONÁRIA:

As obrigações da CONCESSIONÁRIA estão divididas em 03 (três) grupos por grau de gravidade conforme disposições abaixo:

5.2.1. Obrigações **do Grupo 1 (GRAVÍSSIMA)**

5.2.1.1. O descumprimento das obrigações deste grupo poderá implicar na rescisão do contrato e das demais penalidades previstas no item 10.

a) utilizar o imóvel cujo uso lhe é concedido de acordo com as especificações e condições apresentadas pelo CONCEDENTE contidas neste instrumento, sendo vedada a utilização de áreas que não se encontrem limitadas no contrato, bem como não será permitida a utilização do bem público concedido para finalidade diferente da que foi licitada, garantindo-se as demais exigências pactuadas;

b) não transferir, ceder ou subconceder a terceiros o imóvel concedido durante a vigência do contrato de concessão;

c) não promover modificação da finalidade ou da estrutura societária que prejudique a execução da proposta apresentada na licitação, salvo se previamente submetida ao CONCEDENTE para análise e aceite, desde que verificada a manutenção dos critérios predominantes da proposta inicial, especialmente quanto à empregabilidade e aos investimentos privados no imóvel;

d) a CONCESSIONÁRIA deverá entregar procuração, conforme modelo a ser fornecido pelo CONCEDENTE, indicando, pelo menos, 02 (dois) prepostos com poderes para receber notificações e demais documentos pertinentes ao contrato de concessão. A referida procuração deverá ter validade durante a vigência do contrato, bem como, ficará sob a responsabilidade da CONCESSIONÁRIA a sua atualização junto ao Município;

e) produzir e/ou comercializar exclusivamente produtos lícitos e em rigorosa obediência à legislação pertinente;

f) não ser autuado e penalizado com multa pela segunda vez, num período de 24 meses, pelos mesmos motivos, em atuação da fiscalização, ou pela vigilância sanitária, ou outro órgão público, em razão de descumprimento das normas envolvendo a exploração do imóvel concedido.

5.2.2 Obrigações **do Grupo 2 (GRAVE):**

a) Para as CONCESSIONÁRIAS dos barracões: adequar e equipar o espaço físico, bem como realizar as construções, adaptações e acabamentos necessários para o início das atividades constantes na proposta apresentada na sessão da licitação, que deverá ocorrer no prazo de até 120 (cento e vinte) dias, contados a partir da vigência da concessão, com as condições e características necessárias e indispensáveis para realizar as suas atividades, de acordo com as normas vigentes para o funcionamento do estabelecimento.

a.1) o referido prazo poderá ser excepcionalmente prorrogado desde que haja justificativa comprovada e aceita pela Administração, especificamente quando o exercício da atividade depender de licenças de outros órgãos públicos e não esteja caracterizada a negligência da própria CONCESSIONÁRIA.

a-A) Para as CONCESSIONÁRIAS dos terrenos:

a-A.1) iniciar as obras de infraestrutura até o dia 1° **de março de 2021;**

a-A.2) iniciar as atividades empresariais no prazo definido na proposta;

a.A.3) o referido prazo poderá ser excepcionalmente prorrogado desde que haja justificativa comprovada e aceita pela Administração, especificamente quando o exercício da atividade depender de licenças de outros órgãos públicos e não esteja caracterizada a negligência da própria CONCESSIONÁRIA.

b) manter a exploração da atividade industrial/comercial com o funcionamento constante;

c) obter as licenças exigidas para a construção, modificação e/ou ampliação que se pretenda fazer nas instalações externas e internas do imóvel objeto da CONCESSÃO;

d) para os **imóveis em que contenham barracões construídos pelo CONCEDENTE,** compete à CONCESSIONÁRIA contratar e/ou renovar anualmente o seguro contra incêndio do(s) imóvel(is) e suas respectivas instalações, com valor mínimo compatível com o valor de avaliação do barracão, de acordo com a tabela constante no subitem 1.1 do Termo de Referência, **indicando como beneficiário o Município de Capanema**, sendo obrigatória a apresentação da(s) apólice(s) ao Município, no prazo de

60 (sessenta) dias, após o início das atividades industriais/comerciais no imóvel, bem como a cada renovação anual do seguro;

e) providenciar no prazo de até 120 (cento e vinte) dias, contados do início da vigência da concessão, a abertura de filial no Município de Capanema, caso a empresa seja sediada em outro Município, e apresentar a documentação ao CONCEDENTE;

f) recolher os tributos incidentes de sua atividade e emitir notas e cupons fiscais, conforme a legislação em vigor;

g) compete à CONCESSIONÁRIA, no prazo de 30 (trinta) dias, contados do início da vigência da concessão, requerer a transferência, para o seu nome, dos registros de água e luz do imóvel, junto aos órgãos competentes;

h) cumprir todas as normas ambientais exigidas para o exercício da atividade.

h.1) as licenças ambientais exigidas para o exercício da atividade deverão ser providenciadas pela CONCESSIONÁRIA no prazo de 120 (cento e vinte) dias, contados da vigência da concessão. Excepcionalmente, o prazo poderá ser prorrogado, mediante comprovação de motivo relevante, sem culpa da CONCESSIONÁRIA, e aceito pelo CONCEDENTE.

5.2.3. Obrigações **do Grupo 3 (LEVE)**:

a) prestar todas as informações e/ou esclarecimentos ao CONCEDENTE, sempre que lhe forem solicitadas;

b) a CONCESSIONÁRIA deverá cumprir as normas relativas à legislação pertinente ao tipo de atividade comercial, providenciando anualmente a(s) licença(s) necessária(s) para o exercício da atividade;

c) é vedada a instalação de publicidade, letreiros e faixas de terceiros em qualquer parte da edificação do imóvel, permitida a identificação da própria CONCESSIONÁRIA e dos produtos ou atividades desenvolvidas no local.

d) adotar as providências adequadas em relação a qualquer empregado cujo procedimento for considerado inconveniente, fato este detectado a partir da fiscalização realizada pelo Município;

e) respeitar as normas trabalhistas;

j) é vedada a criação de animais domesticáveis ou não no imóvel;

k) cumprir as normas legais federais, estaduais e municipais, notadamente aquelas relativas à legislação urbana, ambiental e sanitária, registros de inspeção trabalhista, providenciando licenças e alvarás exigidos na forma da Lei, mantendo-os atualizados e em locais visíveis e de fácil identificação;

l) responder por todas as despesas com pessoal para exercício das atividades permitidas à CONCESSIONÁRIA, arcando com os encargos trabalhistas, sociais e previdenciários, de acordo com a legislação em vigor, obrigando-se a saldá-los em época própria, uma vez que seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o CONCEDENTE;

m) arcar com todas as despesas decorrentes da instalação de telefone e de qualquer outro serviço utilizado, assim como custos como impostos, taxas, contribuições e tributos federais, estaduais e municipais que incidam direta ou indiretamente sobre o imóvel, bem como as atividades econômicas nele desenvolvidas, que serão integralmente arcadas pela CONCESSIONÁRIA;

n) responder civilmente por seus atos, de seus empregados e de quaisquer pessoas físicas ou jurídicas a ela vinculadas, que causarem danos a terceiros e à(s) instalação(ões) física(s) do módulo, cujo uso lhe é concedido, sendo que a ocorrência destes deverá ser imediatamente comunicada ao órgão fiscalizador, para as providências que se fizerem necessárias;

o) acompanhar a vistoria de recebimento do imóvel, apondo a sua assinatura no laudo respectivo;

p) manter-se, durante toda a vigência da concessão, em compatibilidade com as obrigações assumidas na proposta apresentada na sessão de licitação, bem como todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, respeitando-se o disposto neste Termo de Referência e nos demais documentos da licitação;

q) manter o imóvel, objeto desta concessão em perfeitas condições de conservação e limpeza, de acordo com as normas estabelecidas pelo CONCEDENTE e legislação em vigor, observando também os seguintes pontos:

I. Toda a área de influência do imóvel deverá ser mantida diariamente limpa pela CONCESSIONÁRIA, e os resíduos coletados deverão ser devidamente ensacados e apresentados para a coleta regular, respeitando-se os horários de coleta estabelecidos pelo Município;

II. Implementar, em sua rotina diária, a separação de seus resíduos, de acordo com a legislação vigente;

6. CLÁUSULA **SEXTA** - DAS ALTERAÇÕES E AMPLIAÇÕES DO IMÓVEL

6.1. Compete à CONCESSIONÁRIA adequar e equipar o espaço físico, bem como realizar as adaptações e acabamentos necessários para o início das atividades.

6.2. Havendo necessidade de modificação de alguma estrutura, a CONCESSIONÁRIA submeterá previamente à apreciação e aprovação escrita do CONCEDENTE, o qual poderá vetar, justificadamente, parcial ou totalmente qualquer modificação que se pretenda fazer nas instalações estruturais externas e internas do imóvel objeto da concessão.

6.3. É possível a ampliação da estrutura dos barracões pela CONCESSIONÁRIA, com recursos próprios, respeitando-se as diretrizes estabelecidas pelo CONCEDENTE, devidamente aprovado pelo Departamento de Engenharia do Município e pelo Prefeito Municipal.

7. CLÁUSULA **SÉTIMA** - DA SUBCONTRATAÇÃO / SUBCONCESSÃO / LOCAÇÃO

7.1. É vedada a subcontratação, subconcessão ou locação total ou parcial do objeto do contrato.

8. CLÁUSULA **OITAVA** - DA MARGEM DE CUMPRIMENTO DA PROPOSTA DE EMPREGABILIDADE

8.1. Durante a vigência da concessão, a CONCESSIONÁRIA deverá observar a proposta apresentada na sessão de licitação, especialmente quanto ao número de empregos diretos.

8.2. Haverá uma margem de tolerabilidade no descumprimento do número de empregos diretos ofertados na proposta original, da seguinte forma:

a) a avaliação do cumprimento da proposta de criação de postos de trabalho será realizada anualmente, sempre no mês de julho, utilizando-se o período dos 12 (doze) meses anteriores;

b) Durante os doze meses anteriores à avaliação será calculada uma média do cumprimento da proposta da CONCESSIONÁRIA;

c) o percentual de tolerabilidade será de 25% (vinte e cinco por cento), sendo vedada a ausência de preenchimento de, ao menos, um posto de trabalho formal, excluídos desse número os sócios da CONCESSIONÁRIA e seus familiares;

d) o descumprimento da proposta de criação de postos de trabalho acima da margem de tolerabilidade acarretará na aplicação de multa, prevista na alínea "a" do subitem 8.2.2.

e) o descumprimento da proposta de criação de postos de trabalho acima da margem de tolerabilidade **por dois anos consecutivos** acarretará na declaração de caducidade da concessão.

f) a ausência de disponibilização de, ao menos, um posto de trabalho por parte da CONCESSIONÁRIA, nos termos da alínea "c" deste subitem, acarretará na extinção da concessão, por meio da declaração de caducidade.

9. CLÁUSULA **NONA** - DA FISCALIZAÇÃO

9.1. A Fiscalização será de competência e responsabilidade do Município, a quem caberá verificar se, no seu desenvolvimento, estão sendo cumpridos os termos do Contrato, a proposta original da concessionária, suas especificações e demais requisitos, assim como participar de todos os atos que se fizerem necessários para sua fiel execução.

9.2. A fiscalização será exercida no interesse exclusivo do CONCEDENTE, e não exclui nem reduz a responsabilidade da CONCESSIONÁRIA, inclusive de terceiros, por qualquer irregularidade.

9.3. O Município de Capanema, na qualidade de fiscal do cumprimento das obrigações oriundas da concessão, notificará a CONCESSIONÁRIA para que providencie os reparos e/ou correções que se fizerem necessárias ao objeto da concessão, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, contados da data do recebimento da referida notificação.

9.3.1. A notificação poderá ser recebida pelo preposto indicado na Procuração, bem como qualquer um dos sócios da CONCESSIONÁRIA, possibilitando a notificação via e-mail.

9.3.2. O não recebimento de qualquer notificação expedida pelo Município, por parte da CONCESSIONÁRIA, será considerada válida com o ateste do servidor público responsável e ratificação da fiscalização.

9.4. O Município irá indicar um servidor para fiscalizar a execução do contrato de concessão.

10. CLÁUSULA **DÉCIMA** – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. O descumprimento das obrigações previstas neste contrato, no edital de licitação e no Termo de Referência ensejará a aplicação das sanções descriminadas a seguir, independentemente da rescisão contratual determinada por ato unilateral do CONCEDENTE.

10.2. Em caso de **inexecução total ou parcial da proposta ofertada pela CONCESSIONÁRIA na sessão da licitação**, inclusive não atendimento das determinações da fiscalização, a CONCESSIONÁRIA estará sujeita, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, às seguintes penalidades:

10.2.1. **ADVERTÊNCIA** por escrito, sempre que verificadas pequenas irregularidades para as quais haja concorrido;

10.2.2. **MULTAS**, que serão aplicadas por infração, conforme abaixo, limitadas a no máximo 15% (quinze por cento) sobre o valor de avaliação do imóvel concedido:

a) de 2% a 5%, no caso de descumprimento de obrigações indicadas no grupo 3 (leves) do **subitem 5.2.3;**

b) de 5% **a 8%**, no caso de descumprimento de obrigações indicadas no grupo 2 (graves) do **subitem 5.2.2;**

c) de 8% a 15%, no caso de descumprimento de obrigações indicadas no grupo 1 (gravíssimas) do **subitem 5.2.1.**

10.2.3. **SUSPENSÃO** temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Municipio, segundo a natureza e gravidade da falta cometida, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

10.2.4. **DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE** para licitar ou contratar com a Administração, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante o Município.

10.3. A CONCESSIONÁRIA não incorrerá em penalidades quando o descumprimento dos prazos e/ou obrigações estabelecidos resultar de caso fortuito ou força maior devidamente comprovados.

10.4. A multa não impede que o CONCEDENTE rescinda unilateralmente o contrato e aplique as outras sanções previstas na lei e naquele instrumento.

10.5. O valor das multas será cobrado mediante notificação extrajudicial, independentemente da adoção da medida judicial competente, observando o procedimento descrito no subitem 10.11.

10.6. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com outras sanções previstas no subitem 10.2, segundo a natureza e a gravidade da falta cometida, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 15 dias úteis.

10.7. É facultado ao CONCESSIONÁRIO interpor recurso, dirigido ao Chefe do Poder Executivo, contra a aplicação, por decisão da Comissão de Licitação, das penas de advertência, suspensão ou de multa, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da ciência da respectiva notificação.

10.8. A sanção prevista na alínea "d" do subitem 10.2 é de competência do Chefe do Poder Executivo, facultada a defesa prévia do interessado no respectivo processo de contratação, no prazo de 15 (quinze) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 02 (dois) anos de sua aplicação.

10.9. As sanções previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 10.2 poderá ser também aplicável à CONCESSIONÁRIA que, em razão do contrato:

a) tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

b) praticar atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;

c) demonstrar não possuir idoneidade para contratar com a Administração Pública, em virtude de atos ilícitos praticados.

10.10. Independentemente das sanções legais cabíveis, a CONCESSIONÁRIA ficará sujeita, ainda, à composição das perdas e danos causados ao CONCEDENTE pelo descumprimento das suas obrigações.

10.11. As sanções administrativas somente serão aplicadas mediante regular processo administrativo, assegurada a ampla defesa e o contraditório, observando-se as seguintes regras:

a) Antes da aplicação de qualquer sanção administrativa, a CONCESSIONÁRIA será notificada, facultando-lhe a apresentação de defesa prévia, no prazo de 15 (quinze) dias úteis a contar da notificação, exceto na hipótese de declaração de inidoneidade, devendo ser observada a regra do art. 110 da Lei nº 8.666/93;

b) A notificação deverá ocorrer pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento ou por edital em jornal de grande circulação, no caso de concessionário e/ou seu representante estar em local incerto e não sabido. A notificação indicará a conduta reputada como infratora, a motivação para aplicação da penalidade, a sanção que se pretende aplicar, o prazo e o local de entrega das razões de defesa;

c) Ofertada a defesa prévia ou expirado o prazo sem que ocorra a sua apresentação, a autoridade competente proferirá decisão fundamentada e adotará as medidas legais cabíveis, resguardado o direito de recurso da CONCESSIONÁRIA, ao Prefeito Municipal, que deverá ser exercido nos termos da Lei Federal nº 8.666/93.

10.12. As penalidades só poderão ser relevadas nas hipóteses de caso fortuito ou força maior, devidamente justificados e comprovados, a juízo do CONCEDENTE.

11. CLÁUSULA **DÉCIMA PRIMEIRA** - DA RESCISÃO E DA DECLARAÇÃO DE CADUCIDADE

11.1. O descumprimento das condições estabelecidas neste Termo, no edital, no contrato e/ou em disposições legais, quando houver reincidência ou não couber apenas a aplicação de multas, implicará na extinção da concessão de direito real de uso, por rescisão contratual ou declaração de caducidade, nos termos a seguir.

11.2. O CONCEDENTE possui o direito de **rescindir** unilateralmente o contrato de concessão, independentemente de interpelação judicial, nos seguintes casos:

a) quando a CONCESSIONÁRIA falir, for dissolvida ou por superveniente incapacidade técnica;

b) quando houver paralisação das atividades da CONCESSIONÁRIA pelo prazo de 60 (sessenta) dias, consecutivos ou alternados, sem justificativa aceita pelo CONCEDENTE;

c) pelo descumprimento das obrigações do grupo 1 (gravíssimas) relacionadas no subitem 5.2.1;

d) pela existência de aplicação de 5 advertências durante o período de 24 (vinte e quatro) meses, qualificando como descumprimento reiterado das obrigações contratuais.

e) pelo descumprimento por 3 (três) vezes, consecutivas ou não, da mesma obrigação prevista no grupo 2 (graves) ou 4 (quatro) vezes, consecutivas ou não, da mesma obrigação prevista no grupo 3 (leve) dentro do período de 24 (vinte e quatro) meses.

f) nas hipóteses dos artigos 77 e 78, da Lei Federal nº 8.666/93;

g) a pedido justificado da CONCESSIONÁRIA.

11.3. O CONCEDENTE possui o direito de declarar a **caducidade** do contrato de concessão, independentemente de interpelação judicial, nos seguintes casos:

a) quando a CONCESSIONÁRIA transferir a concessão, locar ou de qualquer modo ceder a terceiros parte do imóvel concedido;

b) alterar a destinação do imóvel ou o ramo de atividade da CONCESSIONÁRIA, sem autorização do CONCEDENTE;

c) quando a CONCESSIONÁRIA for condenada judicialmente por cometimento de atos de improbidade administrativa ou por atos indicados na Lei 12.846/2013 ou por crimes ambientais;

d) quando a CONCESSIONÁRIA for condenada em âmbito administrativo por danos causados ao meio ambiente, por cometimento de atos de improbidade administrativa ou por atos indicados na Lei 12.846/2013;

e) descumprimento da margem de empregabilidade da proposta da concessionária apresentada na sessão pública do certame, por dois anos consecutivos.

f) na ausência de disponibilização de, ao menos, um posto de trabalho pela CONCESSIONÁRIA, excluídos desse número os sócios da CONCESSIONÁRIA e seus familiares.

11.4. A extinção da concessão de direito de uso, sem culpa das partes, não ensejará à CONCESSIONÁRIA a aplicação de penalidades.

11.5. Extinta a concessão, seja pela expiração do seu prazo ou em razão de rescisão contratual, será notificada a CONCESSIONÁRIA para a entrega do imóvel, no prazo assinalado na referida notificação.

11.5.1. Obriga-se a CONCESSIONÁRIA a entregar o imóvel objeto desta licitação, no prazo assinalado, inteiramente desembaraçado, em estado de conservação e uso normais, para imediata reintegração de posse do bem pelo poder CONCEDENTE.

11.5.2. Com a extinção ou rescisão do contrato a chave do imóvel deverá ser devolvida ao CONCEDENTE sob pena de ser considerado uso irregular, acarretando a cobrança desta ocupação a título de indenização e adoção das medidas administrativas e/ou judiciais para retomada da posse do imóvel.

11.6. Extinto, por qualquer hipótese, o contrato, ou se após regular procedimento administrativo for constatado o abandono do imóvel pela CONCESSIONÁRIA, poderá o Município, através dos meios de que dispuser, promover a remoção compulsória de quaisquer bens, pertençam eles à CONCESSIONÁRIA, a seus prepostos, fornecedores, contratantes e/ou contratados, ficando a CONCESSIONÁRIA responsável pelo ressarcimento das despesas de remoção e/ou guarda dos bens.

11.7. O Município notificará a CONCESSIONÁRIA diretamente ou por edital, concedendo-lhe prazo de até 30 (trinta) dias, a partir do recebimento da notificação ou da

publicação do edital, para pagamento de quaisquer débitos existentes junto ao CONCEDENTE com a consequente retirada dos bens eventualmente removidos.

11.8. Decorrido o prazo estabelecido no subitem anterior sem que os bens tenham sido retirados, ficará o Município autorizado a proceder a sua alienação em leilão, a fim de se ressarcir de eventuais débitos da CONCESSIONÁRIA, ficando o saldo eventualmente existente à disposição pelo prazo de 01 (um) ano, findo o qual o montante será revertido ao CONCEDENTE.

12. CLÁUSULA **DÉCIMA SEGUNDA** – RESTITUIÇÃO DO IMÓVEL

12.1. A CONCESSIONÁRIA obriga-se a zelar pela manutenção do imóvel, ficando responsável por eventuais danos que porventura ocorrer no imóvel, ocasionados por ele ou por terceiros, incluindo os causados por caso fortuito ou força maior.

12.2. A CONCESSIONÁRIA compromete-se a restituir o imóvel ao final do contrato nas mesmas condições em que os recebeu, ressalvados o desgaste natural com o decorrer do tempo, salvo se optar pela aquisição definitiva do imóvel.

12.3. A CONCESSIONÁRIA é obrigada a restituir ao imóvel ao CONCEDENTE nas hipóteses de extinção da concessão, por rescisão contratual ou declaração de sua caducidade.

13. CLÁUSULA **DÉCIMA TERCEIRA** - MEDIDAS ACAUTELADORAS

13.1. A CONCESSIONÁRIA responderá por todos os encargos e obrigações de natureza trabalhista, previdenciária, fiscal, acidentária, administrativa, civil e comercial resultantes da execução do contrato, bem como, pelos danos causados ao patrimônio do CONCEDENTE ou de terceiros.

14. CLÁUSULA **DÉCIMA QUARTA** - MEDIDAS ACAUTELADORAS

14.1. Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784/1999, a Administração Pública poderá motivadamente adotar providências acauteladoras.

15. CLÁUSULA **DÉCIMA QUINTA** - DOS CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos ou situações não explicitadas nas cláusulas deste Contrato serão decididos pelo CONCEDENTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 9.784/1999, na Lei nº 8.666/1993, no Código Civil, no Edital e os anexos da licitação CONCORRÊNCIA nº 02/2020, bem como nos demais regulamentos e normas administrativas federais e municipais, que fazem parte integrante deste Contrato, independentemente de suas transcrições.

16. CLÁUSULA **DÉCIMA SEXTA** - DA PUBLICAÇÃO

16.1. A publicação resumida do instrumento de contrato no Diário Oficial Do Município será providenciada pelo CONCEDENTE.

000157

17. CLÁUSULA **DÉCIMA SÉTIMA** - DO FORO

17.1. As questões decorrentes da utilização do presente Instrumento que não puderem ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, Comarca de Capanema-PR.

E assim, por estarem de acordo, ajustados e contratados, após lido e achado conforme, as partes a seguir firmam o presente Contrato em 02 (duas) vias, de igual teor e forma.

CAPANEMA, ... de ..... de 2020.

AMÉRICO BELLÉ
Prefeito Municipal

CONCESSIONÁRIA
Representante legal

000158

também no site www.capanema.pr.gov.br.
Capanema, 07/10/2020
Roselia Kriger Becker Pagani
Pregoeira

CONCORRÊNCIA Nº 2/2020
AVISO DE RETIFICAÇÃO DO EDITAL

O Prefeito Municipal Américo Bellé, torna pública, a todas as empresas interessadas em participar do referido certame, a retificação do Edital da CONCORRÊNCIA Nº 2/2020, com a alteração da data de realização da Sessão Pública para o dia 12/11/2020, às 8H30M,

OBJETO: CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE TERRENOS E BARRACÕES PARA FINS DE INCENTIVO AO DESENVOLVIMENTO DE EMPREGOS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA PR

Devido ao grande número de alterações as mesmas estão disponíveis no endereço: https://www.capanema.pr.gov.br/transparencia/adm/licitacoes/licitacao/concorrencia/concorrencia-02-2020-concessao-de-direito-real-de-uso-de-terrenos-e-barracoes-para-fins-de-incentivo-ao-desenvolvimento-de-empregos-no-ambito-do-municipio-de-capanema-pr

Estão destacadas em vermelho para sua melhor compreensão..

Capanema, 07 de outubro de 2020

Américo Bellé- Prefeito Municipal

PORTARIAS

PORTARIA Nº 7.721, DE 08 DE OUTUBRO DE 2020.

Dispensa, a pedido, a Função Gratificada de Chefe de Serviços Comunitários, exercida pelo Servidor Clair Rodrigues dos Santos.

O Prefeito do Município de Capanema, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO, o requerimento protocolado sob nº 2794/2020,

RESOLVE:

Art. 1º Dispensar, a pedido, o servidor Clair Rodrigues dos Santos, matrícula 1691-1, da Função Gratificada de Chefe de Serviços Comunitários.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir do dia 1º de outubro de 2020.

Gabinete do Prefeito do Município de Capanema, Estado do Paraná, aos 08 dias do mês de outubro de 2020.

Américo Bellé
Prefeito do Município

OUTRAS PUBLICAÇÕES

NOTIFICAÇÃO

Em cumprimento ao art. 2º da Lei Federal nº 9.452 de 20 de março de 1997, o Município de Capanema, Estado do Paraná, vem através desta notificar o recebimento dos Recursos Federais, conforme segue:

RECEITA	DATA	VALOR
FPM – Fundo de Participação dos Municípios – 9.703.9	07/10/20	277.798,64
Fundo Nacional de Saúde – Bloco CUSTEIO – 624060 1	06/10/20	1.000,00
	06/10/20	1.000,00
	06/10/20	9.482,33
	06/10/20	1.000,00
	06/10/20	1.000,00
FNDE – FUNDEB – 30665 7	06/10/20	9.007,18
	07/10/20	46.095,77

Américo Bellé
Prefeito Municipal

AVISO DE LEILÃO ONLINE/ELETRÔNICO

O **Município de Capanema/Pr,** através do **Leiloeiro Oficial Alex Felix,** matricula 18/297-L, torna público que realizará **LEILÃO,** exclusivamente **ONLINE**, de bens inservíveis pertencentes ao patrimônio do Município. **O LEILÃO ON-LINE será realizado no dia 20 de** outubro de 2020, as 09h:00min, exclusivamente através do site **www.alleiloes.com.br.**

Os interessados em participar do leilão, deverão **CADASTRAR-SE e HABILITAR-SE** previamente no referido site.

Os bens, poderão ser vistoriados em horário comercial, com agendamento prévio, através do telefone: (46) 3552 - 1321 ramal 213.

O Edital completo está à disposição dos interessados no site **www.alleiloes.com.br.**

Maiores informações poderão ser obtidas pelo e-mail **contato@alleiloes.com.br ou (43) 9 9944-8884.**

Rolo Compactador Liso Marca Terra Spv 735 Ano 1980 R$ 8.000,00 / Trator Esteira Fiat Allis Fd-9 Ano 1986 R$ 55.000,00 / Motoniveladora Fiat Allis Fg-85 Ano 1986 R$ 36.600,00 / Trator Escavo Carregador Case W20-B Ano 1988 R$ 7.000,00 / Retroescavadeira E Pá Carregadeira Frontal Jcb 3-C Ano 2013 R$ 33.500,00 / Caminhão Ford 13000, 127cv, Cor Prata, Renavam: 51.980586-0 Ano 1984 Placa Aix-1087 R$ 8.000,00 / Caminhão Ford 4000. 85cv, Cor Bege Renavam: 51.973974-4 Ano 1985 Placa Aad-2007 R$ 6.350,00 / Caminhão Volks 13.130, 130cv, Renavam: 52.073973-6 Ano 1985 Placa Aio-9166 R$ 7.500,00 / Caminhão Volks 13.130, 130cv, Renavam: 52.000149-4 Ano 1986 Placa Ain-6180 R$ 7.000,00 / Caminhão Volks 14.140, 138cv, Renavam: 52.176994-9 Ano 1987 Placa Aad-1208 R$ 7.200,00 / Motocicleta 125 Cg Honda Titan Ks, Renavam: 79.867485-7 Gasolina Ano 2003 Placa Aks-5282 R$ 1.600,00 / Veículo Kombi Vw, 61cv, Renavam: 85.495225-0 Gasolina Ano 2005 Placa Asb-0676 R$ 4.150,00 / Veículo Gol 1.6, 104cv, Renavam: 27.720579-4 Alc/Gas Ano 2010/2011 Placa Atn-3349 R% 7.000,00 / Van – Fiat Ducato Marticap, 127cv, Renavam: 585914931 Ano 2013/2014 Placa Axn-3372 R$ 18.800,00 / Micro-Ônibus Vw/Masca Granmini, 160cv, Renavam: 1013624243 Ano 2014/2014 Placa Ayn-0421 R$ 18.000,00 / Veículo Gol 1.6, 104cv, Renavam: 119468760 Alc/Gas Ano 2008/2009 Placa [illegible]w-5677 R$ 6.650,00 / Pá Carregadeira Fiat Allis, Modelo Fr12b Ano 1988 R$ 16.000,00 / Caçamba Basculante Capacidade De Carga 9.00 M³ R$ 2.200,00.

RESULTADO DE DISPENSA E HOMOLOGAÇÃO
DISPENSA Nº 027/2020

O MUNICIPIO DE PLANALTO, com base no art. 24, inciso II da Lei 8.666/93, Lei Federal 14.065/2020 e Decreto Federal nº 9.412/2018 e suas alterações posteriores, dispensa de licitação a despesa abaixo especificada.

OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de diagnóstico de engenharia, projetos luminotécnicos e de eficientização energética em vias públicas do município de Planalto-PR.
EMPRESA: KOLF SERVIÇOS DE ENGENHARIA – EIRELI.
VALOR: R$13.500,00 (Treze mil e quinhentos reais).
DATA: 06 de outubro de 2020.

INÁCIO JOSE WERLE
Prefeito Municipal

Município de Planalto
Praça São Francisco de Assis, 1583.
85.750-000 - Planalto - Paraná

EXTRATO DE CONTRATO Nº 187/2020
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 027/2020

DATA DA ASSINATURA: 06 de outubro de 2020.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PLANALTO.
CONTRATADA: KOLF SERVIÇOS DE ENGENHARIA – EIRELI.
OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de diagnóstico de engenharia, projetos luminotécnicos e de eficientização energética em vias públicas do município de Planalto-PR.
VALOR TOTAL: R$13.500,00 (Treze mil e quinhentos reais).
PRAZO DE VIGÊNCIA: 31/12/2023.

INÁCIO JOSÉ WERLE
Prefeito Municipal

Município de Capanema - PR

CONCORRÊNCIA Nº 2/2020
AVISO DE RETIFICAÇÃO DO EDITAL

O Prefeito Municipal Américo Bellé, **torna pública,** a todas as empresas interessadas em participar do referido certame, a retificação do Edital da CONCORRÊNCIA Nº 2/2020, com a alteração da data de realização da Sessão Pública para o dia 12/11/2020, às 8H30M,

OBJETO: CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE TERRENOS E BARRACÕES PARA FINS DE INCENTIVO AO DESENVOLVIMENTO DE EMPREGOS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA PR

Devido ao grande número de alterações as mesmas estão disponíveis no endereço:
https://www.capanema.pr.gov.br/transparencia/adm/licitacoes/licitacao/concorrencia/concorrencia-02-2020-concessao-de-direito-real-de-uso-de-terrenos-e-barracoes-para-fins-de-incentivo-ao-desenvolvimento-de-empregos-no-ambito-do-municipio-de-capanema-pr

Estão destacadas em vermelho para sua melhor compreensão..

Capanema, 07 de outubro de 2020

Américo Bellé- Prefeito Municipal

LUIZ FERNANDO KRUGEL – ME
CNPJ: 23.263.082/0001-62
RUA DR. LEOPOLDO SCHMIDT, 233
SÃO JOSÉ OPERÁRIO – CAPANEMA-PR.
TELEFONE: 46-9 9972-3992

000160

Capanema, 05 de novembro de 2.020

PEDIDO DE ESCLARECIMENTO SOBRE O EDITAL
À

Prefeitura Municipal de Capanema - PR

At. Sra. Rosélia Becker Pagani

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Av. Gov. Pedro Viriato Parigot de Souza, 1080

Centro

Capanema, Paraná

CEP: 85.760-000

Ref.: EDITAL DE CONCORRÊNCIA nº 02 / 2020.

LUIZ FERNANDO KRUGEL - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 23.263.082/0001-62, com sede na RUA DR. LEOPOLDO SCHMIDT, 233 – BAIRRO SÃO JOSÉ OPERÁRIO, na cidade de CAPANEMA, estado do PARANÁ, por seu representante legal infra assinado, vem respeitosamente à presença de Vossas Senhorias, a fim de solicitar, consoante lhe faculta a legislação pertinente e em especial o itens nº (3.3 – 6.2 – 6.3 – 7 – 8.11.2 – 10.1.2 – 14.3) do sobredito Edital, o devido ESCLARECIMENTO sobre disposição contida no ato de convocação epigrafado, conforme adiante se especifica:

O referido Edital, no item nº (3.3 – 6.2 – 6.3 – 7 – 8.11.2 – 10.1.2 – 14), dispõe que:

3.3. O proponente apresentará **apenas uma proposta**, a qual será válida para a adjudicação de apenas um terreno ou barracão.

6.2. HABILITAÇÃO JURÍDICA:
6.2.1. Pessoa Jurídica:
a) Cédula de identidade e CPF dos sócios;
b) Registro Comercial, no caso de empresa individual;
c) Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, com todas as suas eventuais alterações, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedade por ações, acompanhados de documentos de eleição de seus administradores;
d) Cartão do CNPJ atualizado;
e) Cartão de Inscrição Estadual atualizado;
f) Comprovante de endereço da empresa;
g) RG e CPF dos sócios;
h) Comprovante de endereço dos sócios.

Data:
Processo: 3103/2020
05/11/2020 Hora: 01:26
Assunto:
SOLICITACAO DO SETOR DE LICITACA
Requerente:
LUIZ FERNANDO KRUGEL

LUIZ FERNANDO KRUGEL – ME
CNPJ: 23.263.082/0001-62
RUA DR. LEOPOLDO SCHMIDT, 233
SÃO JOSÉ OPERÁRIO – CAPANEMA-PR.
TELEFONE: 46-9 9972-3992

6.3. REGULARIDADE FISCAL

6.3.1. Pessoa Jurídica:

a) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes do Estado ou Município, da sede da pessoa jurídica;

b) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

d) Prova de regularidade junto a Seguridade Social (INSS) e junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), através da apresentação das respectivas Certidões Negativas de Débito;

7. DA PROPOSTA

j) Compromisso da proponente em contratar, preferencialmente, pessoas que sejam domiciliados no Município de Capanema/PR.

8.11.2. Normas específicas de cada critério de avaliação:

c.1) O licitante deverá apresentar um cronograma de execução das obras/serviços de infraestrutura bem como da execução dos investimentos indicados na proposta.

d.2) A licitante deverá apresentar Balanço Patrimonial e demonstrativo contábil firmado pelo representante legal da pessoa jurídica e pelo respectivo Contador dos três anos imediatamente anteriores ao da apresentação da proposta.

f.2) O licitante deverá apresentar declaração de vínculo contratual com esse(s) fornecedor(es), com o compromisso de aquisição da matéria-prima, em caso de se sagrar vencedora no certame, com assinatura do documento pelo futuro fornecedor;

14. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO E DAS PROPOSTAS

14.2. Cada licitante poderá adjudicar apenas um item, sendo vedada a adjudicação de mais de um item pela mesma licitante.

14.3. Cada licitante poderá participar da concorrência de mais de um item, possibilitando a apresentação de até duas propostas, da seguinte forma:

a) uma única proposta para os itens relacionados aos imóveis com barracões;

b) uma única proposta para os itens relacionados aos imóveis sem barracões.

14.4. Junto com a(s) proposta(s) no envelope lacrado, a licitante indicará em folha apartada, de acordo com os modelos previstos nos **Anexos V e V-A** do edital, os itens que pretende participar com a mesma proposta.

Anexo IV – Proposta:

05 - Previsão de faturamento, custos, despesas e retorno dos investimentos:

08 - Viabilidade econômica do projeto:

LUIZ FERNANDO KRUGEL – ME
CNPJ: 23.263.082/0001-62
RUA DR. LEOPOLDO SCHMIDT, 233
SÃO JOSÉ OPERÁRIO – CAPANEMA-PR.
TELEFONE: 46-9 9972-3992

Ocorre que tal disposição não está suficientemente clara no que diz respeito à

3.3. O proponente apresentará **apenas uma proposta**, a qual será válida para a adjudicação de apenas um terreno ou barracão.

14.2. Cada licitante poderá adjudicar apenas um item, sendo vedada a adjudicação de mais de um item pela mesma licitante.
14.3. Cada licitante poderá participar da concorrência de mais de um item, possibilitando a apresentação de até duas propostas, da seguinte forma:

(Qual o critério)

a) uma única proposta para os itens relacionados aos imóveis com barracões;

b) uma única proposta para os itens relacionados aos imóveis sem barracões.
14.4. Junto com a(s) proposta(s) no envelope lacrado, a licitante indicará em folha apartada, de acordo com os modelos previstos nos **Anexos V e V-A** do edital, os itens que pretende participar com a mesma proposta.

6.2. HABILITAÇÃO JURÍDICA:
6.2.1. Pessoa Jurídica:
a) Cédula de identidade e CPF dos sócios;
b) Registro Comercial, no caso de empresa individual;
c) Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, com todas as suas eventuais alterações, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedade por ações, acompanhados de documentos de eleição de seus administradores;
d) Cartão do CNPJ atualizado;
e) Cartão de Inscrição Estadual atualizado;
f) Comprovante de endereço da empresa;
g) RG e CPF dos sócios; (repete a letra a)
h) Comprovante de endereço dos sócios.

6.3. REGULARIDADE FISCAL
6.3.1. Pessoa Jurídica:
a) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes do Estado ou Município, da sede da pessoa jurídica; (letra E do item 6.2???)
b) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ); (letra D do item 6.2???)

d) Prova de regularidade junto a Seguridade Social (INSS) e junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), através da apresentação das respectivas Certidões Negativas de Débito; (CND do INSS unificada pela Portaria MF 358 de 05/09/2014)

LUIZ FERNANDO KRUGEL – ME
CNPJ: 23.263.082/0001-62
RUA DR. LEOPOLDO SCHMIDT, 233
SÃO JOSÉ OPERÁRIO – CAPANEMA-PR.
TELEFONE: 46-9 9972-3992

7. DA PROPOSTA

j) Compromisso da proponente em contratar, preferencialmente, pessoas que sejam domiciliados no Município de Capanema/PR. (Declaração simples, sem autenticação em cartório ???)

8.11.2. Normas específicas de cada critério de avaliação:

c.1) O licitante deverá apresentar um cronograma de execução das obras/serviços de infraestrutura bem como da execução dos investimentos indicados na proposta. (Qual a forma de apresentação do cronograma, projeto de engenharia?? Declaração de desembolso???)

d.2) A licitante deverá apresentar Balanço Patrimonial e demonstrativo contábil firmado pelo representante legal da pessoa jurídica e pelo respectivo Contador dos três anos imediatamente anteriores ao da apresentação da proposta. (Empresas desobrigadas do balanço anual, qual será o critério para este item????)

f.2) O licitante deverá apresentar declaração de vínculo contratual com esse(s) fornecedor(es), com o compromisso de aquisição da matéria-prima, em caso de se sagrar vencedora no certame, com assinatura do documento pelo futuro fornecedor; . (Declaração simples, sem autenticação em cartório ???)

Por fim, reputando o esclarecimento solicitado como de substancial mister para o correto desenvolvimento do certame, rogamos, seja o mesmo prestado dentro do prazo máximo de 5 dias, à contar do seu recebimento.

Sem mais para o momento, subscrevemo-nos.

Atenciosamente,

Luiz Fernando Krugel

Assinado de forma digital por Luiz Fernando Krugel
Dados: 2020.11.05 11:47:41 -03'00'

LUIZ FERNANDO KRUGEL

000194

Secretaria da Micro e Pequena Empresa
Secretaria da Racionalização e Simplificação
Departamento de Registro Empresarial e Integração
Junta Comercial do Estado do Paraná - JUCEPAR

REQUERIMENTO DE EMPRESÁRIO

Folhas 1/1

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO DE EMPRESA - NIRE DA SEDE	NIRE DA FILIAL (preencher somente se for referente a filial)
XXX	

NOME DO EMPRESÁRIO (completo, sem abreviaturas)
LUIZ FERNANDO KRUGEL

NACIONALIDADE	ESTADO CIVIL
BRASILEIRA	Divorciado

SEXO	REGIME DE BENS (se casado)
Masculino	

FILHO DE (pai)	(mãe)
LINDOLFO CARLOS KRUGEL	IRMA RIEWE KRUGEL

NASCIDO EM (data de nascimento)	IDENTIDADE (número)	Órgão emissor	UF	CPF (número)
12/04/1967	58774138	SSP	PR	70289980968

EMANCIPADO POR (forma da emancipação - somente no caso de menor)

DOMICILIADO NA (LOGRADOURO - rua, av, etc)	NÚMERO
RUA LEOPOLDO SCHMIDT	233

COMPLEMENTO	BAIRRO/DISTRITO	CEP	CÓDIGO DO MUNICÍPIO (Uso da Junta Comercial)
	SAO JOSE OPERARIO	85760-00	005920 - Capanema

MUNICÍPIO	UF
Capanema	PR

declara, sob as penas da lei, não estar impedido de exercer atividade empresária, que não possui outro registro de empresário e requer à JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARANÁ:

CÓDIGO DO ATO	DESCRIÇÃO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO
080	INSCRIÇÃO	080

DESCRIÇÃO DO EVENTO
INSCRIÇÃO

NOME EMPRESARIAL
LUIZ FERNANDO KRUGEL

LOGRADOURO (rua, av, etc)	NÚMERO
RUA LEOPOLDO SCHMIDT	233

COMPLEMENTO	BAIRRO/DISTRITO	CEP	CÓDIGO DO MUNICÍPIO (Uso da Junta Comercial)
	SAO JOSE OPERARIO	85760-000	005920 - Capanema

MUNICÍPIO	UF	PAÍS	CORREIO ELETRÔNICO (E-MAIL)
Capanema	PR	BRASIL	PEDROADONES@GMAIL.COM

VALOR DO CAPITAL - R$	VALOR DO CAPITAL - (por extenso)
10.000,00	dez mil reais

CÓDIGO DE ATIVIDADE ECONÔMICA (CNAE Fiscal)	Descrição do Objeto
Atividade Principal: 4399103 Atividade Secundária: 4321500, 4330499, 8130300	SERVIÇOS DE OBRA DE ALVENARIA, SERVIÇO DE PAISAGISMO, LIMPEZA, PLANTIO DE JARDINS, SERVIÇO DE INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO ELETRICA

DATA DE INÍCIO DAS ATIVIDADES	NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CNPJ	TRANSFERÊNCIA DE SEDE OU DE FILIAL DE OUTRA UF NIRE ANTERIOR	UF	USO DA JUNTA COMERCIAL
01/09/2015				DEPENDENTE DE AUTORIZAÇÃO GOVERNAMENTAL ☐ 1 - SIM 3 - NÃO

ASSINATURA DA FIRMA PELO EMPRESÁRIO (ou pelo representante/procurador com poderes gerais)
LUIZ FERNANDO KRUGEL

DATA ASSINATURA	Tabelionato de Notas Capanema - PR	ASSINATURA DO EMPRESÁRIO
04/09/2015		

PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL

DEFERIDO. PUBLIQUE-SE E ARQUIVE-SE	AUTENTICAÇÃO
/ /	PR1150000159690

PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL

* Este documento foi gerado no portal Empresa Fácil Paraná

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARANÁ - SEDE

CERTIFICO O REGISTRO EM 14/09/2015 08:02 SOB Nº 41107965601.
PROTOCOLO: 155678329 DE 11/09/2015. NIRE: 41107965601.
LUIZ FERNANDO KRUGEL

JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ

000165

SERVIÇO NOTARIAL DE CAPANEMA
Rua Alagoas, 1332 - Capanema - PR - CEP 85.760-000
(46) 3562-3710

Selo Digital Nº lexpc.9M90n.my07w, Controle 4end4.aizS
Consulte esse selo em http://funarpen.com.br

Reconheço por VERDADEIRA a assinatura indicada de LUIZ FERNANDO KRUGUEL, do que dou fé.

Capanema-PR, 04 de setembro de 2015, às 16:41:20 horas.

Em Test° da verdade.

Lucian Sabrie Formanski Pazzini - Escrevente

Emolumento: R$7,28 (VRC 43,59). Selo: R$0,69. Funrejus: R$1,8

TABELIONATO DE NOTAS DE CAPANEMA
Adelar Miguel Pazzini
Agente Delegado Designado
Rua Alagoas, 1332
Centro
CAPANEMA - PR.

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARANÁ - SEDE

CERTIFICO O REGISTRO EM 14/09/2015 08:02 SOB Nº 41107965601.
PROTOCOLO: 155678329 DE 11/09/2015. NIRE: 41107965601.
LUIZ FERNANDO KRUGEL

JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL: **5.877.413-8** DATA DE EXPEDIÇÃO: 02/05/2013

NOME: **LUIZ FERNANDO KRUGEL**

FILIAÇÃO: LINDOLFO CARLOS KRUGEL
IRMA RIEWE KRUGEL

NATURALIDADE: TRES PASSOS/RS DATA DE NASCIMENTO: 12/04/1967

DOC. ORIGEM: COMARCA=CAPANEMA/PR, DA SEDE
C.CAS=1667, LIVRO=13B, FOLHA=21V

CPF: 702.899.809-68

CURITIBA/PR

NEWTON TADEU ROCHA
DIRETOR

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DO PARANÁ

RG: 5.877.413-8

POLEGAR DIREITO

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

TABELIONATO DE NOTAS
CAPANEMA PARANÁ
AUTENTICAÇÃO
A presente fotocópia confere com seu original. Dou fé.
21 AGO. 2015
Adelar Miguel Pezzini
Agente Delegado Designado
Lovani Salete Formhel Pezzini
Escrevente

Lei 13.228 de 18/07/2001
SELO FUNARPEN
TABELIONATO DE NOTAS
FFU05200

MINISTERIO DA FAZENDA
Receita Federal
Cadastro de Pessoas Físicas

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO

Número
702.899.809-68

Nome
LUIZ FERNANDO KRUGEL

Nascimento
12/04/1967

VÁLIDO SOMENTE COM COMPROVANTE DE IDENTIFICAÇÃO

CÓDIGO DE CONTROLE
24A2.67D8.073D.32DF

A autenticidade deste comprovante deverá ser confirmada na Internet, no endereço

www.receita.fazenda.gov.br

Comprovante emitido pela
Secretaria da Receita Federal do Brasil
às 10:23:07 do dia 26/02/2013 (hora e data de Brasília)
digito verificador: 00

TABELIONATO DE NOTAS
CAPANEMA PARANÁ
AUTENTICAÇÃO
A presente fotocópia confere com seu original. Dou fé.
21 AGO. 2015
Adelar Miguel Pezzini
Agente Delegado Designado
Lovani Salete Formhel Pezzini
Escrevente

Lei 13.228 de 18/07/2001
SELO FUNARPEN
TABELIONATO DE NOTAS
FFU05201

Secretaria da Micro e Pequena Empresa
Secretaria da Racionalização e Simplificação
Departamento de Registro Empresarial e Integração

REQUERIMENTO DE EMPRESÁRIO

Folhas 1/1

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO DE EMPRESA - NIRE DA SEDE	NIRE DA FILIAL (preencher somente se for requerida a filial)
41107965601	XXX

NOME DO EMPRESÁRIO (completo, sem abreviaturas)
LUIZ FERNANDO KRUGEL

NACIONALIDADE	ESTADO CIVIL
BRASILEIRA	DIVORCIADO(A)

SEXO	REGIME DE BENS (se casado)
Masculino	XXX

FILHO DE (pai)	(mãe)
LINDOLFO CARLOS KRUGEL	IRMA RIEWE KRUGEL

NASCIDO EM (data de nascimento)	DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO (número)	Órgão emissor	UF	CPF (número)
12/04/1967	58774138	SSP	PR	702.899.809-68

EMANCIPADO POR (forma de emancipação - somente no caso de menor)
XXX

DOMICILIADO NA (LOGRADOURO - rua, av, etc)	NÚMERO
RUA LEOPOLDO SCHMIDT	233

COMPLEMENTO	BAIRRO/DISTRITO	CEP	CÓDIGO DO MUNICÍPIO (Uso da Junta Comercial)
XXX	SAO JOSE OPERARIO	85760-000	005920 - Capanema

MUNICÍPIO	UF
Capanema	PR

declara, sob as penas da lei, não estar impedido de exercer atividade empresária, que não possui outro registro de empresário e requer:

À JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARANÁ	À JUNTA COMERCIAL DO XXX
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO ATO 002 - ALTERAÇÃO	CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO ATO XXX
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO EVENTO 021 - ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)	CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO EVENTO XXX

NOME EMPRESARIAL	ENQUADRAMENTO
LUIZ FERNANDO KRUGEL	ME (Microempresa)

LOGRADOURO (rua, av, etc)	NÚMERO
RUA DOUTOR LEOPOLDO SCHMIDT	233

COMPLEMENTO	BAIRRO/DISTRITO	CEP	CÓDIGO DO MUNICÍPIO (Uso da Junta Comercial)
XXX	SÃO JOSÉ OPERÁRIO	85760-000	005920 - Capanema

MUNICÍPIO	UF	PAÍS	CORREIO ELETRÔNICO (E-MAIL)
Capanema	PR	BRASIL	pedroadones@gmail.com

VALOR DO CAPITAL - R$	VALOR DO CAPITAL - (por extenso)
10.000,00	dez mil reais

CÓDIGO DE ATIVIDADE ECONÔMICA (CNAE Fiscal)	Descrição do Objeto
Atividade Principal 4399103 Atividade Secundária 2330302, 4321500, 4330499, 8130300	SERVIÇOS DE OBRA DE ALVENARIA, SERVIÇO DE PAISAGISMO, LIMPEZA, PLANTIO DE JARDINS, SERVIÇO DE INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO ELÉTRICA, FABRICAÇÃO DE ARTEFATOS DE CIMENTO PARA USO NA CONSTRUÇÃO

DATA DE INÍCIO DAS ATIVIDADES	NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CNPJ	TRANSFERÊNCIA DE SEDE OU DE FILIAL DE OUTRA UF NIRE ANTERIOR	UF	USO DA JUNTA COMERCIAL
01/09/2015	23.203.052/0001-62			DEPENDENTE DE AUTORIZAÇÃO GOVERNAMENTAL ☐ 1 - SIM 2 - NÃO

DATA ASSINATURA	ASSINATURA DO EMPRESÁRIO
23/05/2019	Tab. Marisa Capanema - PR

PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL

DEFERIDO. PUBLIQUE-SE E ARQUIVE-SE	AUTENTICAÇÃO
/ /	PR2190002661610

PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL

* Este documento foi gerado no portal Empresa Fácil Paraná

JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ

CERTIFICO O REGISTRO EM 29/05/2019 16:31 SOB Nº 20192913573
PROTOCOLO: 192913573 DE 28/05/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11902432234. NIRE: 41107965601.
LUIZ FERNANDO KRUGEL.

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA

TABELIONATO DE NOTAS - CAPANEMA - PR (46)3552.3710

Selo Digital: WCh w.qeCAE.wnhJV; Controle: TsRvY.I7IWN

Consulte esse selo em http://funarpen.com.br

Reconheço por VERDADEIRA a assinatura indicada de LUIZ FERNANDO KRUGEL. Dou fé. Capanema-PR, 24 de maio de 2019.

Em Test° _____ da Verdade

Daniela Ribeiro do Carmo - Escrevente

CERTIFICO O REGISTRO EM 29/05/2019 16:31 SOB Nº 20192913573. PROTOCOLO: 192913573 DE 28/05/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 11902432234. NIRE: 41107965601.
LUIZ FERNANDO KRUGEL

JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
SECRETÁRIO-GERAL

000199

De: Luiz Fernando Krugel <luizfkrugel99@gmail.com>
Enviado em: quinta-feira, 5 de novembro de 2020 12:50
Para: licitacao@capanema.pr.gov.br
Assunto: PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS
Anexos: Pedido de Esclarecimentos.pdf; Contrato Social.pdf; RG E CPF.pdf; Alteração Contrato Social.pdf

Prezada Senhora Pregoeira

Nos termos do disposto no item 2.1 do Edital e art. 42 da Lei de Licitações, toda e qualquer licitante pode impugnar o presente instrumento convocatório em até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura do certame.
Portanto, considerando que o CNPJ da impugnante contempla o objeto licitado, demonstrada a legitimidade e tempestividade da presente impugnação.

Atenciosamente,

Luiz F. Krugel

70

DESPACHO

Com relação a Concorrência nº 2/2020, objeto: CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE TERRENOS E BARRACÕES PARA FINS DE INCENTIVO AO DESENVOLVIMENTO DE EMPREGOS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA PR. Encaminho esse PA ao Procurador Jurídico para análise e emissão de Parecer Jurídico a respeito do Pedido de Esclarecimento.

Capanema, 05 de novembro de 2020

Roselia Kriger Becker Pagani
Chefe do Setor de Licitações

001171

PARECER JURÍDICO Nº 404/2020

INTERESSADO: Luiz Fernando Krugel - ME

ASSUNTO: Pedido de esclarecimento do edital de licitação modalidade Concorrência nº 02/2020.

1. CONSULTA:

Do que se consegue extrair do documento protocolado, o requerente faz as seguintes indagações:

1 - Qual o critério a respeito da quantidade de propostas que podem ser ofertadas pela empresa licitante?

2 - Há repetição de documentos exigidos para a habilitação?

3 - As declarações exigidas no edital são simples ou exigem autenticação em cartório?

4 - Qual a forma de apresentação do cronograma exigido na alínea "c.1" do subitem 8.11.2. do edital?

5 - Como as empresas devem apresentar o balanço anual?

2. PARECER:

De forma didática e simples, passo a responder as indagações.

1 - Considerando que houve a retificação do edital no dia 09/10/2020, houve a alteração do disposto no item 14 do Anexo I do Edital, sendo o que consta neste item as disposições que serão observadas para a apresentação das propostas das licitantes.

2 - Não haverá prejuízo na apresentação de apenas uma cópia da documentação exigida para a habilitação.

3 - Salvo se exigida expressamente a autenticação em cartório do documento no próprio edital, serão consideradas válidas as declarações com a simples assinatura do signatário, cuja veracidade poderá ser analisada a qualquer

Av. Pedro Viriato Parigot de Souza, 1080 - Centro - 85760-000
Fone: 46-3552-1321 - ramal 217
procuradoria@capanema.pr.gov.br

000172

tempo, sob as penas da lei, bem como possibilitando a aplicação das penalidades administrativas previstas no edital.

4 - Não será necessária a apresentação do projeto de engenharia completo neste momento, apenas a especificação do que se pretende construir/ampliar no imóvel, bem como a apresentação de um cronograma para a execução das obras/serviços de infraestrutura que serão executados no local caso a empresa se sagre vencedora do certame, indicando os materiais, os serviços e os respectivos valores discriminados, de acordo com a proposta de investimento da licitante.

Ex. Caso a licitante indique que irá construir um barracão em um dos terrenos, deverá apresentar um cronograma de execução da obra, com os materiais e serviços que serão empregados, além das especificações desse barracão, como se fosse um orçamento geral da infraestrutura a ser realizada no imóvel.

5 - As empresas desobrigadas pelos órgãos tributários de confeccionarem os seus balanços anuais **não estão desobrigadas** de apresentar um balanço patrimonial e/ou um demonstrativo contábil que demonstre o faturamento anual da pessoa jurídica, caso queiram pontuar no critério de nº 4 da tabela constante do edital.

Salienta-se, todavia, que não há indicação de uma formatação específica para este documento exigida no edital, possibilitando a sua confecção de acordo com as normas contábeis de praxe.

Destaca-se, por fim, que a veracidade das informações contidas nesse documento será de responsabilidade do responsável legal pela pessoa jurídica e do respectivo Contador que firmarem tal balanço/demonstrativo.

Capanema/PR, 06 de novembro de 2020.

Álvaro Skiba Júnior
Procurador Municipal
OAB/PR 68.807

Álvaro Skiba Júnior
Procurador Municipal
de Capanema - PR
Dec. Nº 5688/2014
OAB/PR 68.807

Av. Pedro Viriato Parigot de Souza, 1080 - Centro - 85760-000
Fone: 46-3552-1321 - ramal 217
procuradoria@capanema.pr.gov.br

406 173

NOTIFICAÇÃO

A Empresa
Luiz Fernando Krugel -ME

Com relação a Concorrência nº 02/2020, objeto: CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE TERRENOS E BARRACÕES PARA FINS DE INCENTIVO AO DESENVOLVIMENTO DE EMPREGOS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA PR. Notifico a Empresa **Luiz Fernando Krugel - ME** da resposta do seu pedido de esclarecimento.

Segue em anexo o Parecer Jurídido nº 404/2020 para vosso conhecimento e esclarecimento.

Capanema, 06 de novembro de 2020

Roselia Kriger Becker Pagani
Pregoeira/ Membro da Comissão Permanente de
Abertura e Julgamento de Licitações

roselia.licitacao@capanema.pr.gov.br

De:	roselia.licitacao@capanema.pr.gov.br
Enviado em:	sexta-feira, 6 de novembro de 2020 15:24
Para:	'Luiz Fernando Krugel'
Assunto:	RESPOSTA AO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO DA CONCORRÊNCIA Nº 02/2020
Anexos:	RESPOSTA AO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO EMPRESA LUIZ F KRIGUEL.pdf

Roselia Kriger Becker Pagani
Chefe do Setor de Licitações
Município de Capanema-PR
Av. Gov. Pedro Viriato Parigot de Souza, 1.080
Capanema – PR cep 85760-000
fone 46 3552 1321 ou 4698401-3549
roselia.licitacao@capanema.pr.gov.br
!tacao@capanema.pr.gov.br

roselia.licitacao@capanema.pr.gov.br

De: Mail Delivery Subsystem <MAILER-DAEMON@mailserver2.softsul.net>
Enviado em: sexta-feira, 6 de novembro de 2020 15:25
Para: roselia.licitacao@capanema.pr.gov.br
Assunto: Return receipt
Anexos: details.txt; Anexo sem título 00012.txt

The original message was received at Fri, 6 Nov 2020 15:24:29 -0300 from 238.213.60.187.dynamic.ampernet.com.br [187.60.213.238] (may be forged)

----- The following addresses had successful delivery notifications ----- <luizfkrugel99@gmail.com> (relayed to non-DSN-aware mailer)

---- Transcript of session follows ----- <luizfkrugel99@gmail.com>... relayed; expect no further notifications

000176

HABILITAÇÕES E PROPOSTAS REFERENTES À CONCORRÊNCIA 02-2020

ART 2 GESSO LTDA

10.171.196/0001-30

178

FL1/1

ART 2 GESSO LTDA - ME
CNPJ: 10.171.196/0001-30
SEGUNDA ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL.

1- CLEITON LUIZ SCHLOSSER, brasileiro, solteiro, comerciante, nascido em 16/06/1984, portador da Cédula de Identidade sob n° 8.585.159-4 SESP/PR e CPF sob n° 042.861.059-54, residente e domiciliado a Rua Oiapós, nº. 82, bairro São José Operário, Capanema-PR, CEP 85760-000.

2- NESTOR MARCIO BREIER, brasileiro, divorciado, comerciante, nascido em 06/10/1978, portador da Cédula de Identidade sob n° 5.300.134-3 SSP/PR e CPF sob n° 028.455.389-10, residente e domiciliado a Avenida Pedro V. Parigot de Souza nº. 468, Capanema-PR, CEP 85.760-000, únicos sócios da empresa ART 2 GESSO LTDA - ME, com sede na cidade de Capanema - PR, à Avenida Independência, nº.1094, centro, CEP 85.760-000, registrada na Junta Comercial do Estado do Paraná, sob o NIRE 41206240876 por despacho em sessão de 10/07/2008, , e ultima alteração do contrato social sob nº. 20118356844 por despacho em sessão em 16/11/2011 e inscrita no CNPJ sob o nº. 10.171.196/0001-30 resolvem, assim, alterar o contrato social.

CLAUSULA PRIMEIRA: Fica alterado o ramo de atividades para: CNAE 4930-2/02-transporte rodoviário de carga, intermunicipal, interestadual e internacional, CNAE 4744-0/99-comércio varejista de materiais de construção em geral, CNAE 4330-4/03 obras de acabamento em gesso e estuque.

CLAUSULA SEGUNDA: Permanecem inalteradas as demais clausulas do contrato social e alterações posteriores que não colidirem com as disposições do presente instrumento.

E, por assim estarem justos e de acordo, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Capanema-PR, 06 de agosto de 2012.

CLEITON LUIZ SCHLOSSER
Sócio administrador

NESTOR MARCIO BREIER
Sócio administrador

Prefeitura Municipal de Capanema
Certifico que este documento é cópia fiel do original.
Capanema, 12/11/2020

JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ
AGENCIA REGIONAL DE CAPANEMA - PR

JUNTA COMERCIAL DO PARANA
AGENCIA REGIONAL DE CAPANEMA
CERTIFICO O REGISTRO EM: 13/08/2012
SOB NÚMERO: 20125651368
Protocolo: 12/565136-8, DE 09/08/2012
Empresa:41 2 0624087 6
ART 2 GESSO LTDA - ME

SEBASTIÃO MOTTA
SECRETARIO GERAL

ART 2 GESSO LTDA - ME
CNPJ: 10.171.196/0001-30
PRIMEIRA ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL.

a) o sócio CLEITON LUIZ SCHLOSSER que possuía 10.000 (dez mil) quotas de R$ 1,00 (hum real) cada uma, totalizando R$ 10.000,00 (dez mil reais) passa a ter 25.000 (vinte e cinco mil) quotas de R$ 1,00 (hum real) cada uma totalizando R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) cujo aumento de R$ 15.000,00 (quinze mil reais) será integralizado em moeda corrente do país neste ato.
b) o sócio NESTOR MARCIO BREIER que possuía 10.000 (dez mil) quotas de R$ 1,00 (hum real) cada uma, totalizando R$10.000,00 (dez mil reais) passa a ter 25.000 (vinte e cinco mil) quotas de R$ 1,00 (hum real) cada uma totalizando R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) cujo aumento de R$ 15.000,00 (quinze mil reais) será integralizado em moeda corrente do país neste ato.
PARÁGRAFO UNICO: Em virtude das modificações a cláusula de capital passa a ter a seguinte redação: O capital Social é de R$ 50.000,00 (cinqüenta mil reais) divididos em 50.000 (cinqüenta mil) quotas de valor nominal de R$ 1,00 (hum real) cada uma, integralizada em moeda corrente do País, assim subscritas:

SÓCIOS	%	QUOTAS	CAPITAL R$
CLEITON LUIZ SCHLOSSER	50	25.000	25.000,00
NESTOR MARCIO BREIER	50	25.000	25.000,00
T O T A L	100	50.000	50.000,00

CLAUSULA QUARTA: O endereço da sociedade será Av. Independência, n° 1094, centro, Capanema-PR, CEP 85760-000.
CLAUSULA QUINTA: Os sócios ingressantes declaram que não estão incurso em nenhum dos crimes previstos em Lei que o impeça de exercer a atividade mercantil.
CLAUSULA SEXTA: Os sócios ingressantes declaram estar ciente da situação econômica e financeira da sociedade, assumindo o Ativo e Passivo da mesma forma ficando dessa forma sub-rogado a todos os direitos e obrigações decorrentes do presente instrumento.
CLAUSULA SETIMA: Os sócios retirantes da plena e geral quitação à sociedade e individualmente aos sócios, nada mais tendo a participar e reclamar.
CLAUSULA OITAVA: A administração da sociedade caberá aos sócios CLEITON LUIZ SCHLOSSER e NESTOR MARCIO BREIER com os poderes e atribuições de Administradores autorizados ao uso do nome empresarial, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer quotista ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade.
CLAUSULA NONA: Os administradores declaram, sob as penas da lei, de que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé publica, ou a propriedade.

SCHLOSSER

Prefeitura Municipal de Capanema
Certifico que este documento é cópia fiel do original.
Capanema, 12/11/2022

ART 2 GESSO LTDA - ME
CNPJ: 10.171.196/0001-30
PRIMEIRA ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL.

CLAUSULA DÉCIMA: Permanecem inalteradas as demais clausulas do contrato social e alterações posteriores que não colidirem com as disposições do presente instrumento.

E, por assim estarem justos e de acordo, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Capanema-PR, 25 de outubro de 2011.

ALEX SANDRO CALHARI
Sócio retirante

ANA LUCIA AMPESSAN
Sócia retirante

CLEITON LUIZ SCHLOSSER
Sócio ingressante administrador

NESTOR MARCIO BREIER
Sócio ingressante administrador

JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ
AGÊNCIA REGIONAL CAPANEMA - PR

JUNTA COMERCIAL DO PARANA
AGENCIA REGIONAL DE CAPANEMA
CERTIFICO O REGISTRO EM: 16/11/2011
SOB NÚMERO: 20118356844
Protocolo: 11/835684-4, DE 15/11/2011
Empresa:41 2 0624087 6
ART 2 GESSO LTDA ME

SEBASTIÃO MOTTA
SECRETARIO GERAL

Prefeitura Municipal de Capanema
Certifico que este documento é cópia fiel do original.
Capanema, 12/11/2020

ART 2 GESSO LTDA - ME
CNPJ: 10.171.196/0001-30
PRIMEIRA ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL.

1- ANA LUCIA AMPESSAN, brasileira, divorciada, comerciante, nascida em 04/11/1970, residente e domiciliada na Cidade de Capanema – PR, sito á Av. Brasil, nº 502, apto. 101, centro, CEP 85.760-000, portadora da cédula de identidade nº 4.171.298-8 SESP/PR e CPF sob nº 779.539.839-15.
2- ALEX SANDRO CALHARI, brasileiro, solteiro, comerciante, nascido em 31/10/1979, residente e domiciliado na Cidade de Capanema - PR, Av. Brasil, nº 502, apto. 101, centro, CEP 85.760-000, portador da cédula de identidade nº 5.804.976-0 SESP – PR e CPF 028.574.599-98, únicos sócios da empresa ART 2 GESSO LTDA - ME, com sede na cidade de Capanema - PR, à Rua Tamoios, nº.26, centro, CEP 85.760-000, registrada na Junta Comercial do Estado do Paraná, sob o NIRE 41206240876 por despacho em sessão de 10/07/2008, e inscrita no CNPJ sob o nº. 10.171.196/0001-30 resolvem, assim, alterar o contrato social.

Prefeitura Municipal de Capanema
Certifico que este documento é cópia fiel do original.
Capanema, 12/11/2020

CLAUSULA PRIMEIRA: Retira-se da sociedade o sócio ALEX SANDRO CALHARI, que possuí 10.000 (dez mil) quotas de R$ 1,00 (hum real) cada uma, totalizando R$ 10.000,00 (dez mil reais) que vende e transfere em moeda corrente do País neste ato 10.000 (dez mil) quotas de R$ 1,00 (hum real) cada uma, totalizando 10.000,00 (dez mil reais) ao sócio ingressante CLEITON LUIZ SCHLOSSER, brasileiro, solteiro, comerciante, nascido em 16/06/1984, portador da Cédula de Identidade sob nº 8.585.159-4 SESP/PR e CPF sob nº 042.861.059-54, residente e domiciliado a Rua Oiapós, nº 82, Bairro São José Operário, Capanema-PR, CEP 85.760-000.
CLAUSULA SEGUNDA: Retira-se da sociedade a sócia ANA LUCIA AMPESSAN, que possuí 10.000 (dez mil) quotas de R$ 1,00 (hum real) cada uma, totalizando R$ 10.000,00 (dez mil reais) que vende e transfere em moeda corrente do País neste ato 10.000 (dez mil) quotas de R$ 1,00 (hum real) cada uma, totalizando 10.000,00 (dez mil reais) ao sócio ingressante NESTOR MARCIO BREIER, brasileiro, divorciado, comerciante, nascido em 06/10/1978, portador da Cédula de Identidade sob nº 5.300.134-3 SSP/PR e CPF sob nº 028.455.369-10, residente e domiciliado a Av. Pedro V. Parigot de Souza, nº 468, Capanema-PR, CEP 85.760-000.
CLAUSULA TERCEIRA: O capital social no valor de R$ 20.000,00 (vinte mil reais), passa para R$ 50.000,00 (cinqüenta mil reais) divididos em 50.000 (cinqüenta mil) quotas de R$ 1,00 (hum real) cada uma, cujo aumento de R$ 30.000,00 (trinta mil reais) será subscrito e integralizado da seguinte forma:

Ana Lucia Ampessan Alex Sandro

ART 2 GESSO LTDA 182
CONTRATO SOCIAL

1- ANA LUCIA AMPESSAN, brasileira, natural de Capanema - PR, nascida em 04/11/1970, separada consensualmente, comerciante, residente e domiciliada na Cidade de Capanema – Pr, Av. Brasil, nº 502, apto. 101, centro,CEP 85.760-000, portadora da cédula de identidade nº 4.171.298-8 SESP/PR e CPF sob nº 779.539.839-15, e

2- ALEX SANDRO CALHARI, brasileiro, natural de Capanema - PR, nascido em 31/10/1979, solteiro, comerciante, residente e domiciliado na Cidade de Capanema - PR, Av. Brasil, nº 502, apto. 101, centro, CEP 85.760-000, portador da cédula de identidade nº 5.804.976-0 SESP – PR e CPF 028.574.599-98, resolvem constituir por meio deste contrato, uma sociedade empresarial limitada mediante as seguintes clausulas:

CLAUSULA PRIMEIRA: A sociedade girará sob o nome empresarial de ART 2 GESSO LTDA, com sede e foro a Rua Tamoios, nº 26, centro, CEP 85.760-000, Capanema - Paraná.

CLAUSULA SEGUNDA: O capital social será R$ 20.000,00 (vinte mil reais) dividido em 20.000 (vinte mil) quotas no valor nominal de R$ 1,00 (hum real) cada uma, integralizadas, neste ato em moeda corrente do País, pelos sócios:

SOCIOS	%	QUOTAS	CAPITAL
ANA LUCIA AMPESSAN	50	10.000	10.000,00
ALEX SANDRO CALHARI	50	10.000	10.000,00
TOTAL	100	20.000	20.000,00

CLAUSULA TERCEIRA: Seu objeto social será Comércio de Artefatos de Gesso e Prestação de Serviços de Colocação e Reformas.

CLAUSULA QUARTA: A empresa iniciará suas atividades em 20 de julho de 2008, e seu prazo de duração é por tempo indeterminado.

CLAUSULA QUINTA: As quotas são indivisíveis não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço, o direito de preferência para sua aquisição, se postas a venda, formalizando se realizada a cessão delas a alteração contratual pertinente.

CLAUSULA SEXTA: A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

CLAUSULA SETIMA: A administração da sociedade caberá a sócia ANA LUCIA AMPESSAN, com os poderes e atribuições de Administradora autorizada ao uso do nome empresarial, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer quotista ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do outro sócio.

CLAUSULA OITAVA: A Administradora declara, sob as penas da lei, de que não está impedida de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé publica, ou a propriedade.

CLAUSULA NONA: É vedado o uso do nome empresarial em atividades estranhos ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do outro sócio.

CLAUSULA DECIMA: Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, a administradora prestara contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventario, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apuradas.

Prefeitura Municipal de Capanema
Certifico que este documento é cópia fiel do original.
Capanema, 12 / 11 / 2020

JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ

000183

ART 2 GESSO LTDA
CONTRATO SOCIAL

CLAUSULA DECIMA PRIMEIRA: Falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuara sua atividade com os herdeiros, sucessora e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do(s) sócio(s) remanescente(s), o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.
CLAUSULA DECIMA SEGUNDA: A sociedade poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração contratual assinada pelos sócios.
CLAUSULA DECIMA TERCEIRA: Nos quatro meses seguintes ao termino do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administrador (es) quando for o caso.
CLAUSULA DECIMA QUARTA: Fica eleito o foro da Comarca de Capanema-PR, para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

E, por estarem justos e contratados assinam o presente instrumento em três vias.

Capanema, 03 de julho de 2008.

Ana Lucia Ampessan
Sócia – Administradora

Alex Sandro Calhari
Sócio

JUNTA COMERCIAL DO PARANA
AGENCIA REGIONAL DE FRANCISCO BELTRAO
CERTIFICO O REGISTRO EM: 10/07/2008
SOB NÚMERO: 41206240876
Protocolo: 08/295489-5, DE 09/07/2008
MARIA THEREZA LOPES SALOMAO
SECRETARIA GERAL
ART 2 GESSO LTDA
310177

Prefeitura Municipal de Capanema
Certifico que este documento é cópia fiel do original.
Capanema, 12/11/2020

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
E ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DO PARANÁ

RG: 5.300.134-3



POLEGAR DIREITO

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL: **5.300.134-3** DATA DE EXPEDIÇÃO: 12/05/2016

NOME: **NESTOR MARCIO BREIER**

FILIAÇÃO: VALDEMIRO BREIER
ILMA LILI KELM BREIER

NATURALIDADE: CAPANEMA/PR DATA DE NASCIMENTO: 06/10/1978

DOC. ORIGEM: COMARCA=CAPANEMA/PR, DA SEDE
C.CAS.AV.DIV=2769, LIVRO=14B, FOLHA=272V

CPF: 028.455.389-10

CURITIBA/PR

MARCUS VINICIUS DA COSTA MICHELOTTO
DIRETOR

É PROIBIDO PLASTIFICAR

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal

CPF – CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

Nome

NESTOR MARCIO BREIER

No de Inscrição

028455389-10

Data do Nascimento

06/10/78

Prefeitura Municipal de Capanema
Certifico que este documento é cópia fiel do original.
Capanema, 11 / 11 / 2020

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
E ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DO PARANÁ

RG: 8.585.159-4



POLEGAR DIREITO



ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL: **8.585.159-4** DATA DE EXPEDIÇÃO: 08/01/2019

NOME: **CLEITON LUIZ SCHLOSSER**

FILIAÇÃO: VILMAR SCHLOSSER
MARLIZE LACI MULLER SCHLOSSER

NATURALIDADE: PLANALTO/PR DATA DE NASCIMENTO: 16/06/1984

DOC. ORIGEM: COMARCA=CAPANEMA/PR, PLANALTO
C.NASC=9443, LIVRO=11A, FOLHA=155V

CPF: 042.861.059-54

CURITIBA/PR

MARCUS VINICIUS DA COSTA BICHELOTTO

ASSINATURA DO DIRETOR

É PROIBIDO PLASTIFICAR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

Prefeitura Municipal de Capanema
Certifico que este documento é cópia fiel do original.
Capanema, 12 / 11 / 2020

Ministério da Fazenda
Receita Federal
COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO CPF

Número
042.861.059-54

Nome
CLEITON LUIZ SCHLOSSER

Nascimento
16/06/1984

Emitido pela Secretaria da Receita Federal do Brasil
às 09:14:10 do dia 31/08/2020 (hora e data de Brasília)
dígito verificador: 00
VÁLIDO SOMENTE COM COMPROVANTE DE IDENTIFICAÇÃO

CÓDIGO DE CONTROLE
5199.BC8D.8F45.E550

COPEL

Copel Distribuição S.A.
Rua José Izidoro Biazetto, 158
81200-240 Curitiba - PR
CNPJ 04.368.898/0001-06
IE 90.233,073-99 IM 423.992-4

www.copel.com
0800 51 00 116

Unidade Consumidora
19885270

Vencimento
04/11/2020

Valor a Pagar
R$ 473,04

CLEITON LUIZ SCHLOSSER
R MINAS GERAIS, 120

CEP: 85760000 CAPANEMA - PR
CPF: 04206106954

Responsavel pela manutencao da Iluminacao Publica: Municipio 4635521321

Reaviso de Vencimento

No. Medidor: 0232133024 - BIFASICO Mes Referencia: 10/2020

Leitura Anterior	Leitura Atual	Medido	Constante de Multiplicacao	Total Faturado	Consumo Medio/Dia	Data Apresentacao
11/09/2020	13/10/2020	32 dias	1,00	590 kWh	18,44 kWh	13/10/2020
46837	47427	590 kWh				

Proxima Leitura Prevista: 12/11/2020 RESIDE/RESIDENCIAL

Informações Suplementares AS [1,5.110.0]

	Tarifas
ENERGIA ELETRICA CONSUMO	0,512770

Tensão Contratada:
127 / 220 volts

Limite faixa adequada de Tensao:
117 - 133 / 202 - 231 volts

MES	09/20	08/20	07/20	06/20	05/20	04/20	03/20	02/20	01/20	12/19	11/19	10/19
CONS	160	454	329	325	299	602	594	630	574	529	517	472
PGTO	01/10	02/09	06/08	02/07	04/06	13/05	02/04	18/03	04/02	26/12	04/12	06/11

Valores Faturados

NOTA FISCAL CONTA DE ENERGIA ELETRICA no. 158677762 Serie B
Emitida em 09/10/2020

Produto Descricao	Un.	Consumo	Valor Unitario	Valor Total	Base de Calculo	Aliq. ICMS
01 ENERGIA ELETRICA CONSUMO	kWh	590	0,748915	441,86	441,86	29,00%
02 CONT ILUMIN PUBLICA MUNICIPI				31,18		

Base de Calculo do ICMS: 441,86	Valor ICMS: 128,14	Valor Total da Nota Fiscal: 473,04

Reservado ao Fisco

821A.2322.12B6.C304.FEB4.C04E.86EC.DDDE

INCLUSO NA FATURA PIS R$ 2,00 E COFINS R$ 9,20, CONFORME RES. ANEEL 130/2006.
A PARTIR DE 01/10/2020 - PIS/PASEP 0,76% e COFINS 3,51%.
A qualquer tempo pode ser solicitado o cancelamento de valores nao relacionados a prestacao do servico de energia eletrica, como convenios e doacoes.
DENUNCIE O FURTO DE FIOS! LIGUE 181.
Atraso superior a 45dias sujeita inclusao no cadastro de inadimplentes CADIN/PR
Agora e possivel recorrer a Ouvidoria da Copel pelo Site ou Mobile.
Periodos Band.Tarif.: Verde:12/09-13/10

Prefeitu... Capanema
Certifico ... é cópia fiel
do origin...
Capane... 13 / 11 / 2020

186

SANEPAR
Companhia de Saneamento do Paraná

Endereço: Rua Engenheiros Rebouças nº 1376
CEP 80.215-900 Curitiba - PR
CNPJMF 76.484.013/0001-45
Inscrição Estadual 101.80080-64
Internet: www.sanepar.com.br

fls: 187

CONTA **FONE SANEPAR: 0800 – 200 – 0115**

NOME DO CLIENTE: NESTOR MARCIO BREIER | MATRÍCULA: 3154.9680

ENDEREÇO: R MINAS GERAIS Q:37L:07 | NÚMERO: 367 | Nº LADO - Nº FRENTE: 353

CEP: 85.760-000 | LOCAL: CAPANEMA

ROTEIRO DE LEITURA: 013-11-02-013-33430 | HIDRÔMETRO: Y10AA0264477-4-1 | CAT - RES - COM - IND - UTP - POP: 011 001 – – – –

QUALIDADE DA ÁGUA DISTRIBUÍDA	Turbidez	Cor	Cloro	Flúor	Coli. Totais
Nº Mínimo de Amostras Exigidas	32	10	32		32
Nº Amostras Realizadas	38	38	44	12	38
Nº Amostras que Atenderam à Legislação	38	38	44	12	38

Definições no verso

Conclusão: TODAS AS AMOSTRAS ATENDERAM A LEGISLAÇÃO

HISTÓRICO DE PAGAMENTOS - CONDICIONADO AS OBSERVAÇÕES CONSTANTES NO VERSO

Ano	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
2019	PAGO	PAGO	PAGO	PAGO	PAGO	PAGO	PAGO	PAGO	PAGO	PAGO	PAGO	PAGO
2020	PAGO	PAGO	PAGO	PAGO	PAGO	PAGO	PAGO	PAGO	X		–	– – –

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS LANÇADOS	SANEPAR(R$)
MULTA AGUA	2,51
MULTA ESGOTO	2,01
AT. MONET. P/ ATRASO	0,54

FAIXAS DE CONSUMO	VOLUME	VALOR M3/R$ AGUA	TOTAIS AGUA	TOTAIS ESGOTO
RES .Mínimo	5		38,77	31,02
De 6 a 10m3	5	1,20	6,00	4,80
De 11 a 15m3	5	6,68	33,40	26,72
De 16 a 20m3	5	6,72	33,60	26,88
De 21 a 30m3	3	6,77	20,31	16,25

Prefeitura Municipal de Capanema
Certifico que este documento é cópia fiel do original.
Capanema, 11 / 11 / 2020

HISTÓRICO DE CONSUMO/m3

11/19	12/19	01/20	02/20	03/20	04/20	05/20	06/20	07/20	08/20	09/20
23	21	25	24	26	21	28	16	17	22	19

DIAS DE CONSUMO	DATA LEITURA	LEITURA ANTERIOR	LEITURA ATUAL	CONSUMO/m3	REFERÊNCIA
29	16/10/2020	448	471	23	10/2020

MOTIVO DA AUSÊNCIA DE LEITURA:

MÉDIA DE CONSUMO/m3 ÚLTIMOS 5 MESES: 20

VENCIMENTO: 02/11/2020

PREVISÃO PRÓXIMA LEITURA	AGUA	ESGOTO	SERVIÇOS	TOTAL
17/11/2020	132,08	105,67	5,06	242,81

EM TEMPO DE ESTIAGEM CUIDE DA AGUA. N?O DESPERDICE
ATENDIMENTO: FRANCISCOBELTRAO@SANEPAR.COM.BR

TRIBUTOS FEDERAIS - LEI 12.741 - VALOR APROXIMADO R$ 20,23

AUTENTICAÇÃO NO VERSO | OBSERVAÇÕES NO VERSO | COMPROVANTE CLIENTE

826100000002-3 42810109202-4 01102315496-3 80102020019-3

CTRL:3154.9680.1020.0110

ROTEIRO:013-11-02-013 33430

SANEPAR | MATRÍCULA 3154.9680 | REFERÊNCIA 10/2020 0 1 | VENCIMENTO 02/11/2020 | VALOR TOTAL 242,81

AUTENTICAÇÃO NO VERSO | COMPROVANTE SANEPAR

TJPR 184

SINTEGRA
Consulta Pública ao Cadastro do Estado do Paraná

IDENTIFICAÇÃO

Cadastro atualizado até a data da consulta

Data/Hora Host CELEPAR 11/11/2020 - 18:38:56

CNPJ:	10.171.196/0001-30	**Inscrição Estadual:**	90447197-60
Nome Empresarial:	ART 2 GESSO LTDA		

ENDEREÇO

Logradouro:	AV INDEPENDENCIA		
Número:	1094	**Complemento:**	
Bairro:	CENTRO		
Município:	CAPANEMA	**UF:**	PR
CEP:	85.760-000	**Telefone:**	(46)3552-3624
E-mail:	NÃO CADASTRADO		

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Atividade Econômica Principal:	4930202 - TRANSPORTE RODOVIARIO DE CARGA, EXCETO PRODUTOS PERIGOSOS E MUDANCAS, INTERMUNICIPAL, INTERESTADUAL E INTERNACIONAL
Atividade(s) Econômica(s) Secundária(s):	4330403 - OBRAS DE ACABAMENTO EM GESSO E ESTUQUE 4744099 - COMERCIO VAREJISTA DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO EM GERAL
Início das Atividades:	07/2008
Situação Atual:	
Situação Cadastral:	BAIXADO - DESDE 11/2018
Regime Tributário:	REGIME NORMAL / NORMAL - DIA 12 DO MES+1
SPED (EFD, NF-e, CT-e):	Maiores informações clique aqui

OBSERVAÇÃO: Os dados acima são baseados em informações fornecidas pelo próprio contribuinte cadastrado. Não valem como certidão de sua efetiva existência de fato e de direito, não são oponíveis à Fazenda e nem excluem a responsabilidade tributária derivada de operações com ele ajustadas.

Consultar novo contribuinte do Paraná

Acessar cadastro de outros Estados

000189

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
10.171.196/0001-30 **MATRIZ**		**10/07/2008**

NOME EMPRESARIAL
ART 2 GESSO LTDA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
ART 2 E GESSO	**ME**

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
49.30-2-02 - Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
47.44-0-99 - Comércio varejista de materiais de construção em geral
43.30-4-03 - Obras de acabamento em gesso e estuque

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
AV INDEPENDENCIA	**1094**	********

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
85.760-000	**CENTRO**	**CAPANEMA**	**PR**

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
	(46) 3552-3624/ (46) 9978-0813

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	**10/07/2008**

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **11/11/2020** às **17:19:13** (data e hora de Brasília).

Página: **1/1**

Município de Capanema
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE TRIBUTAÇÃO

CERTIDÃO Positiva com efeito de negativa

IMPORTANTE:

1. FICA RESSALVADO O DIREITO DA FAZENDA MUNICIPAL COBRAR DÉBITOS CONSTATADOS POSTERIORMENTE MESMO REFERENTE AO PERÍODO COMPREENDIDO NESTA CERTIDÃO.
2. A PRESENTE CERTIDÃO TEM VALIDADE ATÉ **10/01/2021**, SEM RASURAS E NO ORIGINAL.

Positiva com efeito de negativa Nº: 7125/2020

FINALIDADE: CADASTRO E/OU CONCORRÊNCIA E/OU LICITAÇÃO
RAZÃO SOCIAL: ARTE 2 GESSO LTDA
ENDEREÇO:AV INDEPENDÊNCIA, 1094 - Empresa - CENTRO CEP: 85760000 Capanema - PR

CONTROLE	CNPJ/CPF		ALVARÁ
29955	10.171.196/0001-30	INSCRIÇÃO ESTADUAL	0081

CNAE / ATIVIDADES

Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional, Obras de acabamento em gesso e estuque, Comércio varejista de materiais de construção em geral

Certidão emitida no dia **Capanema, 11 de Novembro de 2020.**
CÓDIGO DE AUTENTICAÇÃO: **9ZTMH282QETZX4X82E72**

Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Receita Estadual do Paraná

191

Certidão Negativa

de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual

Nº 022942617-90

Certidão fornecida para o CNPJ/MF: **10.171.196/0001-30**
Nome: **ART 2 GESSO LTDA**
Estabelecimento baixado ou paralisado no Cadastro de Contribuintes do ICMS/PR

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

Obs.: Esta Certidão engloba todos os estabelecimentos da empresa e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

Válida até 12/03/2021 - Fornecimento Gratuito

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet
www.fazenda.pr.gov.br

Emitido via Internet Pública (12/11/2020 07:11:16)

192

Receita Federal PGFN CERTIDÃO

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: ART 2 GESSO LTDA
CNPJ: 10.171.196/0001-30

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), com a exigibilidade suspensa, nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal; e

2. constam nos sistemas da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) débitos inscritos em Dívida Ativa da União com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 do CTN, ou garantidos mediante bens ou direitos, ou com embargos da fazenda pública em processos de execução fiscal, ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal.

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão, emitida em nome da matriz e válida para todas as suas filiais, refere-se exclusivamente à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://www.receita.fazenda.gov.br> ou <http://www.pgfn.fazenda.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 02/10/2014.
Emitida às 09:15:06 do dia 19/12/2017 <hora e data de Brasília>.
Válida até 15/06/2018.
Código de controle da certidão: **FD43.A41F.05EC.4A60**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Nova Consulta

Preparar página para impressão

SIMPLES NACIONAL

Documento de Arrecadação do Simples Nacional

CNPJ	Razão Social
10.171.196/0001-30	ART 2 GESSO LTDA

Período de Apuração	Data de Vencimento	Número do Documento	Pagar este documento até
Agosto/2020	21/09/2020	07.20.20315.9992713-2	10/11/2020

Observações

Valor Total do Documento: 225,91

Composição do Documento de Arrecadação

Código	Denominação	Principal	Multa	Juros	Total
1001	IRPJ - SIMPLES NACIONAL 08/2020	7,68	1,26	0,08	9,02
1002	CSLL - SIMPLES NACIONAL 08/2020	6,72	1,10	0,07	7,89
1010	ISS - SIMPLES NACIONAL CAPANEMA (PR) - 08/2020	64,32	10,61	0,74	75,67
1005	PIS - SIMPLES NACIONAL 08/2020	5,34	0,88	0,06	6,28
1006	INSS - SIMPLES NACIONAL 08/2020	83,33	13,77	1,00	98,10
1004	COFINS - SIMPLES NACIONAL 08/2020	24,61	4,06	0,28	28,95
	Totais	**192,00**	**31,68**	**2,23**	**225,91**

AUP 4204

SENDA (Versão:4.9.3) Página: 1 / 1 10/11/2020 10:04:05

85840000002 7 25910328203 6 15072020315 8 99927132500 0

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

SISBR-SISTEMA DE INFORMATICA DO SICOOB
10/11/2020 - COMPROVANTE - 15:06:48
DE PAGAMENTO DE SIMPLES NACIONAL

ORIGEM DA OPERACAO
NCO: 756 - AG: 0001 - BANCOOB PAB - AGENCIA BR

.. ARRECADADOR:CNC 756 BANCO COOPERATIVO BRASIL
PERACAO:.....05/01 - CONVENIOS
ATUREZA DA OPERACAO:.....CREDITO
DA AUTENTICACAO:.....00148

DIGO DE BARRAS: 85840000002 25910328203
15072020315 99927132500

ATA PAGAMENTO:.....10/11/2020
ALOR TOTAL:.....225,91

UTEN CAD:
ANCOOB0001008 101120 045 0148.....225,91 0501

I:434217

0A6A55-8549-4CE7-83FE-401702522291

OUVIDORIA SICOOB: 0800725090

PREVIDÊNCIA SOCIAL

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - MPS
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
SECRETARIA DA RECEITA PREVIDENCIÁRIA - SRP

GUIA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - GPS

3 - CÓDIGO DE PAGAMENTO	2003
4 - COMPETÊNCIA	12/2019
5 - IDENTIFICADOR	10.171.196/0001-30
6 - VALOR DO INSS	40,20
7 -	
8 -	
9 - VALOR OUTRAS ENTIDADES	0,00
10 - ATM/MULTA E JUROS	9,25
11 - TOTAL	49,45

1 - NOME OU RAZÃO SOCIAL / FONE / ENDEREÇO
CNPJ 10.171.196/0001-30
ART 2 GESSO LTDA
AV INDEPENDENCIA 1094

CAPANEMA PR
CEP 85760-000

2 - VENCIMENTO (Uso exclusivo INSS): 10/11/2020

ATENÇÃO: É vedada a utilização de GPS para recolhimento de receita de valor inferior ao estipulado em resolução publicada pelo INSS. A receita que resultar valor inferior deverá ser adicionada à contribuição ou importância correspondente nos meses subsequentes, até que o total seja igual ou superior ao valor mínimo fixado.

AUTENTICAÇÃO BANCÁRIA

1ªVia-INSS -2ªVia CONTRIBUINTE

00000000000000000 161196 845 0147 ..... 49,45 0582

PREVIDÊNCIA SOCIAL

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - MPS
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
SECRETARIA DA RECEITA PREVIDENCIÁRIA - SRP

GUIA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - GPS

3 - CÓDIGO DE PAGAMENTO			2003
4 - COMPETÊNCIA			09/2020
5 - IDENTIFICADOR			10.171.196/0001-30
1 - NOME OU RAZÃO SOCIAL / FONE / ENDEREÇO **CNPJ 10.171.196/0001-30** ART 2 GESSO LTDA AV INDEPENDENCIA 1094 CAPANEMA PR CEP 85760-000		6 - **VALOR DO INSS**	114,95
		7 -	
		8 -	
2 - VENCIMENTO (Uso exclusivo INSS)	10/11/2020	9 - VALOR OUTRAS ENTIDADES	0,00
ATENÇÃO: É vedada a utilização de GPS para recolhimento de receita de valor inferior ao estipulado em resolução publicada pelo INSS. A receita que resultar valor inferior deverá ser adicionada à contribuição ou importância correspondente nos meses subsequentes, até que o total seja igual ou superior ao valor mínimo fixado.		10 - **ATM/MULTA E JUROS**	9,10
		11 - TOTAL	124,05

AUTENTICAÇÃO BANCÁRIA

1ª Via-INSS -2ª Via CONTRIBUINTE

51C000A342017 10139 045 0146.. ....124,05 0502

PREVIDÊNCIA SOCIAL

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - MPS
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
SECRETARIA DA RECEITA PREVIDENCIÁRIA - SRP

GUIA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - GPS

3 - CÓDIGO DE PAGAMENTO	2003
4 - COMPETÊNCIA	08/2020
5 - IDENTIFICADOR	10.171.196/0001-30
6 - VALOR DO INSS	114,95
7 -	
8 -	
9 - VALOR OUTRAS ENTIDADES	0,00
10 - ATM/MULTA E JUROS	20,67
11 - TOTAL	135,62

1 - NOME OU RAZÃO SOCIAL / FONE / ENDEREÇO
CNPJ 10.171.196/0001-30
ART 2 GESSO LTDA
AV INDEPENDENCIA 1094

CAPANEMA PR
CEP 85760-000

2 - VENCIMENTO (Uso exclusivo INSS): 10/11/2020

ATENÇÃO:É vedada a utilização de GPS para recolhimento de receita de valor inferior ao estipulado em resolução publicada pelo INSS. A receita que resultar valor inferior deverá ser adicionada à contribuição ou importância correspondente nos meses subsequentes, até que o total seja igual ou superior ao valor mínimo fixado.

AUTENTICAÇÃO BANCÁRIA

1ªVia-INSS -2ªVia CONTRIBUINTE

PREVIDÊNCIA SOCIAL

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - MPS
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
SECRETARIA DA RECEITA PREVIDENCIÁRIA - SRP

GUIA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - GPS

3 - CÓDIGO DE PAGAMENTO	2003
4 - COMPETÊNCIA	07/2020
5 - IDENTIFICADOR	10.171.196/0001-30
6 - VALOR DO INSS	148,35
7 -	
8 -	
9 - VALOR OUTRAS ENTIDADES	0,00
10 - ATM/MULTA E JUROS	31,62
11 - TOTAL	179,97

1 - NOME OU RAZÃO SOCIAL / FONE / ENDEREÇO
CNPJ 10.171.196/0001-30
ART 2 GESSO LTDA
AV INDEPENDENCIA 1094

CAPANEMA PR
CEP 85760-000

2 - VENCIMENTO (Uso exclusivo INSS): 10/11/2020

ATENÇÃO: É vedada a utilização de GPS para recolhimento de receita de valor inferior ao estipulado em resolução publicada pelo INSS. A receita que resultar valor inferior deverá ser adicionada à contribuição ou importância correspondente nos meses subsequentes, até que o total seja igual ou superior ao valor mínimo fixado.

AUTENTICAÇÃO BANCÁRIA

1ª Via-INSS - 2ª Via CONTRIBUINTE

PREVIDÊNCIA SOCIAL

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - MPS
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
SECRETARIA DA RECEITA PREVIDENCIÁRIA - SRP

GUIA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - GPS

3 - CÓDIGO DE PAGAMENTO	2003
4 - COMPETÊNCIA	02/2020
5 - IDENTIFICADOR	10.171.196/0001-30
6 - VALOR DO INSS	380,58
7 -	
8 -	
9 - VALOR OUTRAS ENTIDADES	0,00
10 - ATM/MULTA E JUROS	85,24
11 - TOTAL	465,82

1 - NOME OU RAZÃO SOCIAL / FONE / ENDEREÇO
CNPJ 10.171.196/0001-30
ART 2 GESSO LTDA
AV INDEPENDENCIA 1094

CAPANEMA PR
CEP 85760-000

2 - VENCIMENTO (Uso exclusivo INSS) 10/11/2020

ATENÇÃO: É vedada a utilização de GPS para recolhimento de receita de valor inferior ao estipulado em resolução publicada pelo INSS. A receita que resultar valor inferior deverá ser adicionada à contribuição ou importância correspondente nos meses subsequentes, até que o total seja igual ou superior ao valor mínimo fixado.

AUTENTICAÇÃO BANCÁRIA

1ª Via-INSS -2ª Via CONTRIBUINTE

03039434891 101120 045 0145 ..... 465,82 0502

PREVIDÊNCIA SOCIAL

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - MPS
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
SECRETARIA DA RECEITA PREVIDENCIÁRIA - SRP

GUIA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - GPS

1 - NOME OU RAZÃO SOCIAL / FONE / ENDEREÇO **CNPJ 10.171.196/0001-30** **ART 2 GESSO LTDA** **AV INDEPENDENCIA 1094** **CAPANEMA PR** **CEP 85760-000**	3 - CÓDIGO DE PAGAMENTO	2003
	4 - COMPETÊNCIA	01/2020
	5 - IDENTIFICADOR	10.171.196/0001-30
	6 - VALOR DO INSS	310,38
	7 -	
	8 -	
2 - VENCIMENTO (Uso exclusivo INSS) 10/11/2020	9 - VALOR OUTRAS ENTIDADES	0,00
ATENÇÃO: É vedada a utilização de GPS para recolhimento de receita de valor inferior ao estipulado em resolução publicada pelo INSS. A receita que resultar valor inferior deverá ser adicionada à contribuição ou importância correspondente nos meses subsequentes, até que o total seja igual ou superior ao valor mínimo fixado.	10 - ATM/MULTA E JUROS	70,57
	11 - TOTAL	380,95

AUTENTICAÇÃO BANCÁRIA

1ª Via INSS - 2ª Via CONTRIBUINTE

816 SICOOB4342017 101120 045 0142 ... 380,95 0502

MINISTÉRIO DA ECONOMIA
SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
INFORMAÇÕES DE APOIO PARA EMISSÃO DE CERTIDÃO

Por meio do e-CAC - CPF do certificado: 174.220.510-00

10/11/2020 08:34:46

CNPJ: 10.171.196 - ART 2 GESSO LTDA

Dados Cadastrais da Matriz

CNPJ: 10.171.196/0001-30
UA de Domicílio: DRF CASCAVEL-PR **Código da UA:** 09.103.00
Endereço: AV INDEPENDENCIA,1094
Bairro: CENTRO **CEP:** 85760-000 **Município:** CAPANEMA **UF:** PR
Responsável: 042.861.059-54 - CLEITON LUIZ SCHLOSSER
Preposto: 174.220.510-00 - ELDO BLUME
Situação: ATIVA
Natureza Jurídica: 206-2 - SOCIEDADE EMPRESARIA LIMITADA **Data de Abertura:** 10/07/2008
CNAE: 4930-2/02 - Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional
Porte da Empresa: MICRO EMPRESA
Opção pelo Simples Nacional

Inclusão	Exclusão
10/07/2008	31/12/2016
01/01/2017	31/12/2017
01/01/2019	

Sócios e Administradores

CPF/CNPJ	Nome	Qualificação	Situação Cadastral	Cap. Social	Cap. Votante
042.861.059-54	CLEITON LUIZ SCHLOSSER	SOCIO ADMINISTRADOR	REGULAR	50,00%	
028.455.389-10	NESTOR MARCIO BREIER	SOCIO	REGULAR	50,00%	

Diagnóstico Fiscal na Receita Federal

Pendência - Ausência de Declaração

GFIP CNPJ/CEI: 10.171.196/0001-30 - 2020 - ABR

Pendência - Débito (SIEF)

CNPJ: 10.171.196/0001-30

Receita	PA/Exerc.	Dt. Vcto	Vl.Original	Sdo.Devedor	Situação
SIMPLES NAC.	08/2020	21/09/2020	192,00	192,00	DEVEDOR

Pendência - Divergência GFIP x GPS (AGUIA)

Divergência de GFIP x GPS(Valor declarado menos o recolhido, por rubrica e FPAS)
CNPJ: 10.171.196/0001-30

Competência	FPAS	Situação	Rubrica	Valor
12/2019	515	OPS	Previdência	40,20

CNPJ: 10.171.196 - ART 2 GESSO LTDA

01/2020	515	OPS	Previdência	310,38
02/2020	515	OPS	Previdência	380,58
07/2020	515	OPS	Previdência	148,35
08/2020	515	OPS	Previdência	114,95
09/2020	515	OPS	Previdência	114,95

Diagnóstico Fiscal na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

Pendência - Inscrição (Sistema DIVIDA)

CNPJ: 10.171.196/0001-30

Inscrição: 14245359-5 **Situação:** 000520 - INSCRICAO DE CREDITO EM DIVIDA ATIVA

Final do Relatório

1202

Voltar Imprimir

CAIXA
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 10.171.196/0001-30
Razão Social: ART 2 GESSO LTDA
Endereço: RUA TAMOIOS 26 / CENTRO / CAPANEMA / PR / 85760-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 31/10/2020 a 29/11/2020

Certificação Número: 2020103102261683667537

Informação obtida em 09/11/2020 18:42:17

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: ART 2 GESSO LTDA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 10.171.196/0001-30
Certidão nº: 28927894/2020
Expedição: 09/11/2020, às 18:43:49
Validade: 07/05/2021 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **ART 2 GESSO LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **10.171.196/0001-30, NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.

000204

Município de Capanema

ESTADO DO PARANÁ
75.972.760/0001-60
AV GOV.PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA, 1080 - CENTRO - CAPANEMA - PR

ALVARÁ Nº 0081/2008

O Município de Capanema, conforme protocolo nº 59320/2012 de 25 de Outubro de 2012 concede alvará de licença para localização a:

Nome: **ARTE 2 GESSO LTDA**
CNPJ/CPF: 10.171.196/0001-30 **Inscrição Municipal:** 29955
Nome Fantasia: ART 2 E GESSO

Localização: AV INDEPENDÊNCIA, 1094 - Empresa - CENTRO CEP: 85760000 Capanema - PR

Atividades
4930-2/02 - Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional.
4330-4/03 - Obras de acabamento em gesso e estuque.
4744-0/99 - Comércio varejista de materiais de construção em geral.

Horário de funcionamento Comercio e prestadores de servicos
Segunda à Sexta das 07:30 às 20:00
Sábado das 07:30 às 13:00

Este Alvará possui validade INDETERMINADA somente para a LOCALIZAÇÃO e ATIVIDADES acima descritas.

Observações:

- O Contribuinte deve manter o presente Alvará de Licença, em lugar bem visível e o exibirá a autoridade competente sempre que esta o exigir. - Código de Posturas - Lei 03/1970 - Artigo 213.
2 - Será exigida renovação de licença sempre que ocorrer mudanças de ramo de atividade, modificações nas características do estabelecimento ou transferência de local.
3 - Nos casos de alterações tais como: encerramento, mudanças de endereço, razão social, ramos de atividade, etc.
O contribuinte será obrigado a comunicar a Prefeitura dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias.

IMPORTANTE:
- Evite multas, auditorias, fiscalização especial e outros aborrecimentos mantendo em dia sua situação perante o fisco.
Futuramente você precisará de certidões para fins de aposentadoria, auxílios, pensão, etc.
Zele pelo seu futuro.

Capanema,10 de Novembro de 2020

Autenticação: .

ART 2 GESSO LTDA - ME

AV Independência, nº1094, Centro
Capanema/PR
Tel.(46) 3552-3624
CNPJ: 10.171.196/0001-30
E-mail: cleitonschlosser@hotmail.com

000205

ANEXO III DECLARAÇÃO DE CONCORDÂNCIA COM O EDITAL

ART 2 GESSO LTDA - ME, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob n° 10.171.196/0001-30 , DECLARA, para fins do disposto neste Edital, que:

a) está de acordo em explorar a sua atividade em um dos imóveis em que está competindo, constantes no Termo de Referência desta licitação;

b) tem disponibilidade imediata dos equipamentos e utensílios necessários para exploração do barracão;

c) não empregará menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregará menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.

(X) OBS: em caso de afirmativo, assinalar a ressalva acima.

d) se instalará e iniciará as atividades dentro do prazo não superior a 120 (cento e vinte) dias a contar do dia 1º de janeiro de 2021, podendo esse prazo ser prorrogado, havendo justificativa, por escrito e aceito pelo CONCEDENTE;

e) possui aptidão para o desempenho da atividade pertinente e compatível com o objeto da Licitação;

Capanema/PR., 11 de novembro de 2020.

CLEITON LUIZ SCHLOSSER

006206

ATESTADO DE VISITA

Referente: CONCORRÊNCIA nº 02/2020

Objeto: VISITA A TERRENOS DISPONÍVEIS NAS ÁREAS DESTINADAS PARA INSTALAÇÃO DE EMPRESAS NO MUNICÍPIO DE CAPANEMA-PR

Declaramos que o Sr CLEITON LUIZ SCHLOSSER , CPF 042.861.059-54 Representante da empresa ART GESSO LTDA, proponente a esta, devidamente credenciado, visitou o local do objeto da concorrência em epígrafe.

Capanema, 11 de Novembro de 2020

VALMIR JOSÉ WERNER
RG Nº 4.298.976-2 – SESP/PR

1019207

COPEL
Companhia Paranaense de Energia

PARANA

Via do cliente

Unidade Consumidora: 55101852
Nome: DIEGO JEFERSON KLEIN
Endereço: AV INDEPENDENCIA, 1094
Data de vencimento: 05/11/2020
Valor: R$ 197,77

Documento para pagamento impresso pelo site da Copel.
Utilize os Serviços Online - http://www.copel.com/AgenciaWeb/
Atendimento Copel - 0800 51 00 116

COPEL
Companhia Paranaense de Energia

PARANA

Via do estabelecimento

Unidade Consumidora: 55101852
Data de vencimento: 05/11/2020
Valor: R$ 197,77

Linha digitavel: 83690000001 6 97770111000 8 00101020209 9 63254259267 0

836900000019777011100000101020209632542592 67

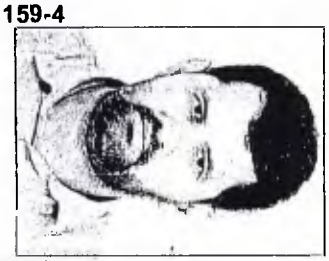
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
E ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DO PARANÁ

RG: 8.585.159-4



POLEGAR DIREITO



ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL: **8.585.159-4** DATA DE EXPEDIÇÃO: 08/01/2019

NOME: **CLEITON LUIZ SCHLOSSER**

FILIAÇÃO: VILMAR SCHLOSSER
MARLIZE LACI MULLER SCHLOSSER

NATURALIDADE: PLANALTO/PR DATA DE NASCIMENTO: 16/06/1984

DOC. ORIGEM: COMARCA=CAPANEMA/PR, PLANALTO
C.NASC=9443, LIVRO=11A, FOLHA=155V

CPF: 042.861.059-54

CURITIBA/PR

MARCUS VINICIUS DA COSTA MICHELOTTO

ASSINATURA DO DIRETOR

É PROIBIDO PLASTIFICAR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

ART 2 GESSO LTDA - ME

AV Independência, nº1094, Centro
Capanema/PR
Tel.(46) 3552-3624
CNPJ: 10.171.196/0001-30
E-mail: cleitonschlosser@hotmail.com

009209

ANEXO III DECLARAÇÃO DE CONCORDÂNCIA COM O EDITAL

ART 2 GESSO LTDA - ME, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob n° 10.171.196/0001-30 , DECLARA, para fins do disposto neste Edital, que:

a) está de acordo em explorar a sua atividade em um dos imóveis em que está competindo, constantes no Termo de Referência desta licitação;

b) tem disponibilidade imediata dos equipamentos e utensílios necessários para exploração do barracão;

c) não empregará menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregará menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.

(X) OBS: em caso de afirmativo, assinalar a ressalva acima.

d) se instalará e iniciará as atividades dentro do prazo não superior a 120 (cento e vinte) dias a contar do dia 1º de janeiro de 2021, podendo esse prazo ser prorrogado, havendo justificativa, por escrito e aceito pelo CONCEDENTE;

e) possui aptidão para o desempenho da atividade pertinente e compatível com o objeto da Licitação;

Capanema/PR., 11 de novembro de 2020.

CLEITON LUIZ SCHLOSSER

10.171.196/0001-30

ART 2 GESSO LTDA.

RUA RAMOIOS, 26 - CENTRO
85760-000 - CAPANEMA - PR

000210

FL1/1

ART 2 GESSO LTDA - ME
CNPJ: 10.171.196/0001-30
SEGUNDA ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL.

1- CLEITON LUIZ SCHLOSSER, brasileiro, solteiro, comerciante, nascido em 16/06/1984, portador da Cédula de Identidade sob n° 8.585.159-4 SESP/PR e CPF sob n° 042.861.059-54, residente e domiciliado a Rua Oiapós, nº. 82, bairro São José Operário, Capanema-PR, CEP 85760-000.

2- NESTOR MARCIO BREIER, brasileiro, divorciado, comerciante, nascido em 06/10/1978, portador da Cédula de Identidade sob n° 5.300.134-3 SSP/PR e CPF sob n° 028.455.389-10, residente e domiciliado a Avenida Pedro V. Parigot de Souza nº. 468, Capanema-PR, CEP 85.760-000, únicos sócios da empresa ART 2 GESSO LTDA - ME, com sede na cidade de Capanema - PR, à Avenida Independência, nº.1094, centro, CEP 85.760-000, registrada na Junta Comercial do Estado do Paraná, sob o NIRE 41206240876 por despacho em sessão de 10/07/2008, , e ultima alteração do contrato social sob nº. 20118356844 por despacho em sessão em 16/11/2011 e inscrita no CNPJ sob o nº. 10.171.196/0001-30 resolvem, assim, alterar o contrato social.

CLAUSULA PRIMEIRA: Fica alterado o ramo de atividades para: CNAE 4930-2/02-transporte rodoviário de carga, intermunicipal, interestadual e internacional, CNAE 4744-0/99-comércio varejista de materiais de construção em geral, CNAE 4330-4/03 obras de acabamento em gesso e estuque.

CLAUSULA SEGUNDA: Permanecem inalteradas as demais clausulas do contrato social e alterações posteriores que não colidirem com as disposições do presente instrumento.

E, por assim estarem justos e de acordo, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Capanema-PR, 06 de agosto de 2012.

CLEITON LUIZ SCHLOSSER
Sócio administrador

NESTOR MARCIO BREIER
Sócio administrador

Prefeitura Municipal de Capanema
Certifico que este documento é cópia fiel do original.
Capanema, 12/11/2012

JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ
AGÊNCIA REGIONAL CAPANEMA - PR

JUNTA COMERCIAL DO PARANA
AGENCIA REGIONAL DE CAPANEMA
CERTIFICO O REGISTRO EM: 13/08/2012
SOB NÚMERO: 20125651368
Protocolo: 12/565136-8, DE 09/08/2012
Empresa: 41 2 0624087 6
ART 2 GESSO LTDA - ME

SEBASTIÃO MOTTA
SECRETARIO GERAL

ART 2 GESSO LTDA - ME
CNPJ: 10.171.196/0001-30
PRIMEIRA ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL. 0011211

a) o sócio CLEITON LUIZ SCHLOSSER que possuía 10.000 (dez mil) quotas de R$ 1,00 (hum real) cada uma, totalizando R$ 10.000,00 (dez mil reais) passa a ter 25.000 (vinte e cinco mil) quotas de R$ 1,00 (hum real) cada uma totalizando R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) cujo aumento de R$ 15.000,00 (quinze mil reais) será integralizado em moeda corrente do país neste ato.
b) o sócio NESTOR MARCIO BREIER que possuía 10.000 (dez mil) quotas de R$ 1,00 (hum real) cada uma, totalizando R$10.000,00 (dez mil reais) passa a ter 25.000 (vinte e cinco mil) quotas de R$ 1,00 (hum real) cada uma totalizando R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) cujo aumento de R$ 15.000,00 (quinze mil reais) será integralizado em moeda corrente do país neste ato.
PARÁGRAFO UNICO: Em virtude das modificações a cláusula de capital passa a ter a seguinte redação: O capital Social é de R$ 50.000,00 (cinqüenta mil reais) divididos em 50.000 (cinqüenta mil) quotas de valor nominal de R$ 1,00 (hum real) cada uma, integralizada em moeda corrente do País, assim subscritas:

SÓCIOS	%	QUOTAS	CAPITAL R$
CLEITON LUIZ SCHLOSSER	50	25.000	25.000,00
NESTOR MARCIO BREIER	50	25.000	25.000,00
T O T A L	100	50.000	50.000,00

CLAUSULA QUARTA: O endereço da sociedade será Av. Independência, nº 1094, centro, Capanema-PR, CEP 85760-000.
CLAUSULA QUINTA: Os sócios ingressantes declaram que não estão incurso em nenhum dos crimes previstos em Lei que o impeça de exercer a atividade mercantil.
CLAUSULA SEXTA: Os sócios ingressantes declaram estar ciente da situação econômica e financeira da sociedade, assumindo o Ativo e Passivo da mesma forma ficando dessa forma sub-rogado a todos os direitos e obrigações decorrentes do presente instrumento.
CLAUSULA SETIMA: Os sócios retirantes da plena e geral quitação à sociedade e individualmente aos sócios, nada mais tendo a participar e reclamar.
CLAUSULA OITAVA: A administração da sociedade caberá aos sócios CLEITON LUIZ SCHLOSSER e NESTOR MARCIO BREIER com os poderes e atribuições de Administradores autorizados ao uso do nome empresarial, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer quotista ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade.
CLAUSULA NONA: Os administradores declaram, sob as penas da lei, de que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé publica, ou a propriedade.

Schlosser

Prefeitura Municipal de Capanema
Certifico que este documento é cópia fiel do original.
Capanema, 12/11/2020

ART 2 GESSO LTDA - ME
CNPJ: 10.171.196/0001-30
PRIMEIRA ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL.

000212

CLAUSULA DÉCIMA: Permanecem inalteradas as demais clausulas do contrato social e alterações posteriores que não colidirem com as disposições do presente instrumento.

E, por assim estarem justos e de acordo, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Capanema-PR, 25 de outubro de 2011.

ALEX SANDRO CALHARI
Sócio retirante

ANA LUCIA AMPESSAN
Sócia retirante

CLEITON LUIZ SCHLOSSER
Sócio ingressante administrador

NESTOR MARCIO BREIER
Sócio ingressante administrador

JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ
AGENCIA REGIONAL DE CAPANEMA - PR

JUNTA COMERCIAL DO PARANA
AGENCIA REGIONAL DE CAPANEMA
CERTIFICO O REGISTRO EM: 16/11/2011
SOB NÚMERO: 20118356844
Protocolo: 11/835684-4, DE 15/11/2011
Empresa:41 2 0624087 6
ART 2 GESSO LTDA ME

SEBASTIÃO MOTTA
SECRETARIO GERAL

Prefeitura Municipal de Capanema
Certifico que este documento é cópia fiel do original.
Capanema, 12/11/2020

ART 2 GESSO LTDA - ME
CNPJ: 10.171.196/0001-30
PRIMEIRA ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL.

0213

1- ANA LUCIA AMPESSAN, brasileira, divorciada, comerciante, nascida em 04/11/1970, residente e domiciliada na Cidade de Capanema – PR, sito á Av. Brasil, nº 502, apto. 101, centro, CEP 85.760-000, portadora da cédula de identidade nº 4.171.298-8 SESP/PR e CPF sob nº 779.539.839-15.

2- ALEX SANDRO CALHARI, brasileiro, solteiro, comerciante, nascido em 31/10/1979, residente e domiciliado na Cidade de Capanema - PR, Av. Brasil, nº 502, apto. 101, centro, CEP 85.760-000, portador da cédula de identidade nº 5.804.976-0 SESP – PR e CPF 028.574.599-98, únicos sócios da empresa ART 2 GESSO LTDA - ME, com sede na cidade de Capanema - PR, à Rua Tamoios, nº.26, centro, CEP 85.760-000, registrada na Junta Comercial do Estado do Paraná, sob o NIRE 41206240876 por despacho em sessão de 10/07/2008, e inscrita no CNPJ sob o nº. 10.171.196/0001-30 resolvem, assim, alterar o contrato social.

CLAUSULA PRIMEIRA: Retira-se da sociedade o sócio ALEX SANDRO CALHARI, que possuí 10.000 (dez mil) quotas de R$ 1,00 (hum real) cada uma, totalizando R$ 10.000,00 (dez mil reais) que vende e transfere em moeda corrente do País neste ato 10.000 (dez mil) quotas de R$ 1,00 (hum real) cada uma, totalizando 10.000,00 (dez mil reais) ao sócio ingressante CLEITON LUIZ SCHLOSSER, brasileiro, solteiro, comerciante, nascido em 16/06/1984, portador da Cédula de Identidade sob n° 8.585.159-4 SESP/PR e CPF sob n° 042.861.059-54, residente e domiciliado a Rua Oiapós, nº 82, Bairro São José Operário, Capanema-PR, CEP 85.760-000.

CLAUSULA SEGUNDA: Retira-se da sociedade a sócia ANA LUCIA AMPESSAN, que possuí 10.000 (dez mil) quotas de R$ 1,00 (hum real) cada uma, totalizando R$ 10.000,00 (dez mil reais) que vende e transfere em moeda corrente do País neste ato 10.000 (dez mil) quotas de R$ 1,00 (hum real) cada uma, totalizando 10.000,00 (dez mil reais) ao sócio ingressante NESTOR MARCIO BREIER, brasileiro, divorciado, comerciante, nascido em 06/10/1978, portador da Cédula de Identidade sob n° 5.300.134-3 SSP/PR e CPF sob n° 028.455.389-10, residente e domiciliado a Av. Pedro V. Parigot de Souza, n° 468, Capanema-PR, CEP 85.760-000.

CLAUSULA TERCEIRA: O capital social no valor de R$ 20.000,00 (vinte mil reais), passa para R$ 50.000,00 (cinqüenta mil reais) divididos em 50.000 (cinqüenta mil) quotas de R$ 1,00 (hum real) cada uma, cujo aumento de R$ 30.000,00 (trinta mil reais) será subscrito e integralizado da seguinte forma:

Prefeitura Municipal de Capanema
Certifico que este documento é cópia fiel do original.
Capanema, 12 / 11 / 2020

DO PARANÁ

ART 2 GESSO LTDA
CONTRATO SOCIAL

0000214

AGÊNCIA REGIONAL

1- ANA LUCIA AMPESSAN, brasileira, natural de Capanema - PR, nascida em 04/11/1970, separada consensualmente, comerciante, residente e domiciliada na Cidade de Capanema – Pr, Av. Brasil, nº 502, apto 101 centro,CEP 85.760-000, portadora da cédula de identidade nº 4.171.298-8 SESP/PR e CPF sob nº 779.539.839-15, e

2- ALEX SANDRO CALHARI, brasileiro, natural de Capanema - PR, nascido em 31/10/1979, solteiro, comerciante, residente e domiciliado na Cidade de Capanema - PR, Av. Brasil, nº 502, apto. 101, centro, CEP 85.760-000, portador da cédula de identidade nº 5.804.976-0 SESP – PR e CPF 028.574.599-98, resolvem constituir por meio deste contrato, uma sociedade empresarial limitada mediante as seguintes clausulas:

CLAUSULA PRIMEIRA: A sociedade girará sob o nome empresarial de ART 2 GESSO LTDA, com sede e foro a Rua Tamoios, nº 26, centro, CEP 85.760-000, Capanema - Paraná.

CLAUSULA SEGUNDA: O capital social será R$ 20.000,00 (vinte mil reais) dividido em 20.000 (vinte mil) quotas no valor nominal de R$ 1,00 (hum real) cada uma, integralizadas, neste ato em moeda corrente do País, pelos sócios:

SOCIOS	%	QUOTAS	CAPITAL
ANA LUCIA AMPESSAN	50	10.000	10.000,00
ALEX SANDRO CALHARI	50	10.000	10.000,00
TOTAL	100	20.000	20.000,00

CLAUSULA TERCEIRA: Seu objeto social será Comércio de Artefatos de Gesso e Prestação de Serviços de Colocação e Reformas.

CLAUSULA QUARTA: A empresa iniciará suas atividades em 20 de julho de 2008, e seu prazo de duração é por tempo indeterminado.

CLAUSULA QUINTA: As quotas são indivisíveis não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço, o direito de preferência para sua aquisição, se postas a venda, formalizando se realizada a cessão delas a alteração contratual pertinente.

CLAUSULA SEXTA: A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

CLAUSULA SETIMA: A administração da sociedade caberá a sócia ANA LUCIA AMPESSAN, com os poderes e atribuições de Administradora autorizada ao uso do nome empresarial, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer quotista ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do outro sócio.

CLAUSULA OITAVA: A Administradora declara, sob as penas da lei, de que não está impedida de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé publica, ou a propriedade.

CLAUSULA NONA: É vedado o uso do nome empresarial em atividades estranhos ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do outro sócio.

CLAUSULA DECIMA: Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, a administradora prestara contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventario, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apuradas.

Prefeitura Municipal de Capanema
Certifico que este documento é cópia fiel do original.
Capanema, 12 / 11 / 2020

DO PARANÁ

000215

ART 2 GESSO LTDA
CONTRATO SOCIAL

CLAUSULA DECIMA PRIMEIRA: Falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuara sua atividade com os herdeiros, sucessora e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do(s) sócio(s) remanescente(s), o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.
CLAUSULA DECIMA SEGUNDA: A sociedade poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração contratual assinada pelos sócios.
CLAUSULA DECIMA TERCEIRA: Nos quatro meses seguintes ao termino do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administrador (es) quando for o caso.
CLAUSULA DECIMA QUARTA: Fica eleito o foro da Comarca de Capanema-PR, para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

E, por estarem justos e contratados assinam o presente instrumento em três vias.

Capanema, 03 de julho de 2008.

Ana Lucia Ampessan
Sócia – Administradora

Alex Sandro Calhari
Sócio

JUNTA COMERCIAL DO PARANA
AGENCIA REGIONAL DE FRANCISCO BELTRAO
CERTIFICO O REGISTRO EM: 10/07/2008
SOB NÚMERO: 41206240876
Protocolo: 08/295489-5, DE 09/07/2008
ART 2 GESSO LTDA
310177
MARIA THEREZA LOPES SALOMAO
SECRETARIA GERAL

Prefeitura Municipal de Capanema
Certifico que este documento é cópia fiel do original.
Capanema, 12/1/2020

ART 2 GESSO LTDA-ME

AV INDEPENDENCIA, Nº 1094, CENTRO
CAPANEMA/PR
TELEFONE (46) 3552-3624
CNPJ:10.171.196/0001-30
E-MAIL: cleitonschlosser@hotmail.com

ANEXO IV – PROPOSTA

( ) Proposta os itens relacionados aos imóveis **com** barracões.
(x) Proposta para os itens relacionados aos imóveis **sem** barracões.

NOME DA PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA: ART 2 GESSO LTDA
CPF OU CNPJ: 10.171.196/0001-30

01 - Descrição clara e objetiva do ramo de atividade empresarial a ser desenvolvido no imóvel:

49.30-2-02 – Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional.
47.44-0-99 – Comércio Varejista de matérias de construção em geral
43.30-4-03 – Obras de acabamento em gesso e estuque

02 - Matéria prima a ser utilizada:

Gesso, acartonado e isopor.

03 - Capacidade produtiva/comercial da unidade a ser instalada:

1.600m² de forro em gerais.

04 - Mercado consumidor potencial:

Edificações novas, residências, prediais, salas comerciais, reformas e apliações.

05 - Previsão de faturamento, custos, despesas e retorno dos investimentos:

A empresa prevê um faturamento em média de R$ 95.000,00, pois o estoque poderá ser comprado em maior quantidade, diminuindo assim o valor do custo e do frete.

10.171.196/0001-30
ART 2 GESSO LTDA.

ART 2 GESSO LTDA-ME

AV INDEPENDENCIA, Nº 1094, CENTRO
CAPANEMA/PR
TELEFONE (46) 3552-3624
CNPJ:10.171.196/0001-30
E-MAIL: cleitonschlosser@hotmail.com

As despesas serão com mão de obra, água, luz, combustíveis, segurança e monitoramento.
O investimento será com um estoque maior, onde a empresa poderá contratar mais obras e consequentemente gerando mais empregos.

06 - Relação da infraestrutura, equipamentos e instalações necessárias ao funcionamento do projeto global, acompanhada de orçamento discriminado:

02 Mesas, para fábricas de molduras (R$14.000,00)
01 Camionete f1000 (R$ 30.000,00)
01 Camionete saveiro (R$ 10.000,00)
01 Kombi (R$ 10.000,00)
01 Fiat Uno (R$ 16.000,00)
Equipamentos de trabalho (R$ 11.000,00)

07 - Previsão de investimentos próprios:

R$ 92.725,00 (noventa e dois mil setecentos e vinte e cinco mil reais) de investimento na construção de um barracão.

08 - Viabilidade econômica do projeto:

A empresa por estar já consolidada no mercado local e região, tem sua viabilidade estruturada restando assim somente agregar mais geração de renda, impostos, emprego, alavancar ainda mais as atividades empresariais, econômica e social do nosso Município.

09 - Compromissos assumidos pela proponente:
a) cumprir todas as obrigações previstas no Termo de Referência, no edital e na minuta do contrato da licitação Concorrência 02/2020.
b) contratar, preferencialmente, pessoas que sejam domiciliados no Município de Capanema/PR.

10 - DA OFERTA:

CRITÉRIO	PROPOSTA DA EMPRESA

10.171.196/0001-30
ART 2 GESSO LTDA.
RUA RAMOIOS, 28 - CENTRO
85760 - CAPANEMA - PR

ART 2 GESSO LTDA-ME

AV INDEPENDENCIA, Nº 1094, CENTRO
CAPANEMA/PR
TELEFONE (46) 3552-3624
CNPJ:10.171.196/0001-30
E-MAIL: cleitonschlosser@hotmail.com

009218

Empregabilidade (em número de empregos diretos gerados no prazo de 6 meses).	04
Valor do investimento privado no Empreendimento a ser instalado no imóvel - R$	R$ 20.000,00
Prazo para conclusão das obras / Prazo para aplicação total dos Investimentos	06 meses
Faturamento Anual (Média dos últimos 3 anos)	R$ 115.679,09
Tempo de constituição da Empresa OU residência do sócio Majoritário no Município de Capanema (Somente dados do sócio mais antigo)	Desde o ano de 2008 (12 anos)
Capacidade do empreendimento gerar uma cadeia de produção e/ou empregos indiretos no Município de Capanema/PR	05 indiretos

Capanema/PR 10 de Novembro de 2020

CLEITON LUIZ SCHLOSSER

10.171.196/0001-30

ART 2 GESSO LTDA.

RUA AMOIOS, 28 - CENTRO
85760-000 CAPANEMA - PR

009219

MICEMETAL MULLER IND. E COM. LTDA

CNPJ: 75.981.993/0007-14

indmuller@hotmail.com fone (46)3555 2257

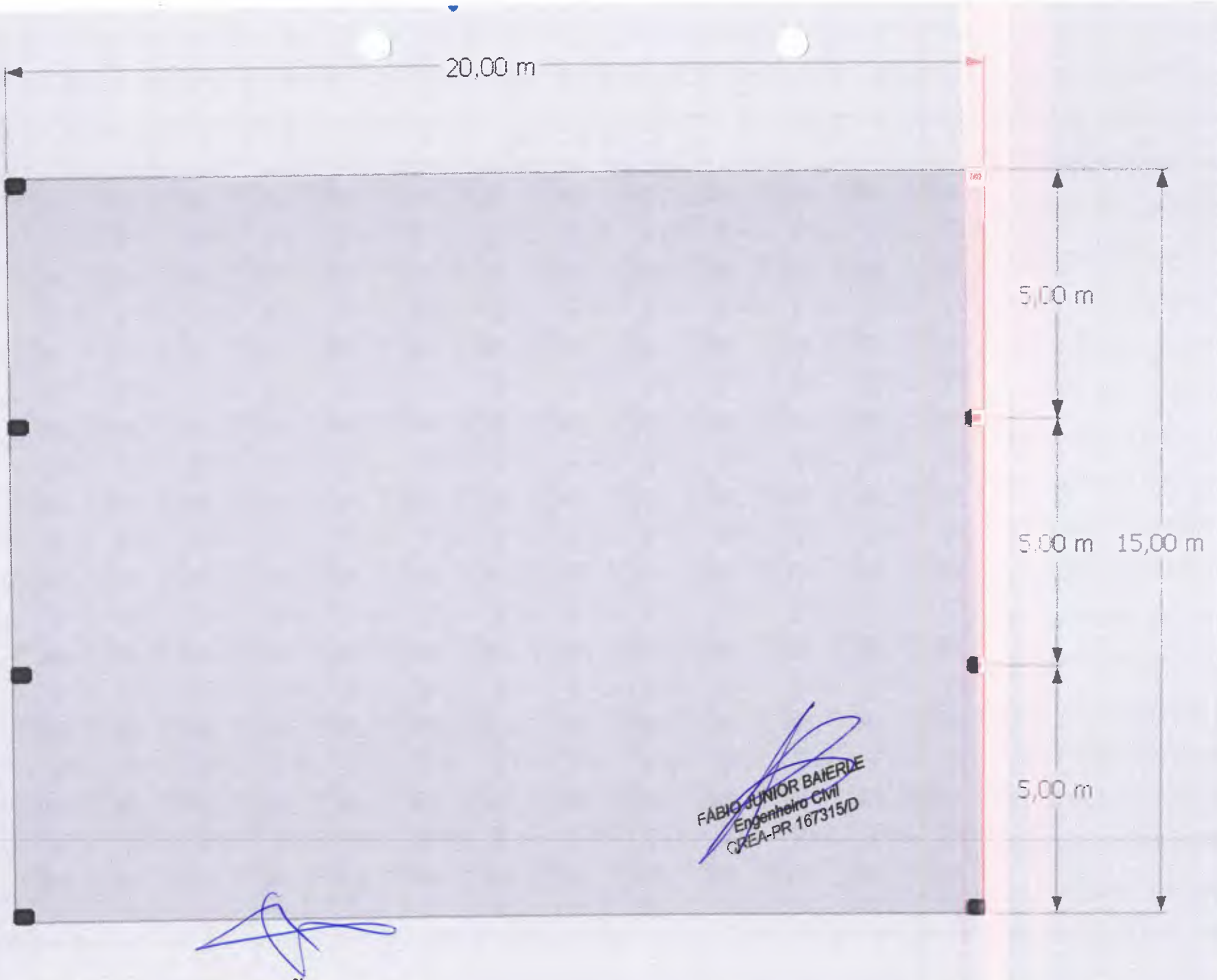
ORÇAMENTO:10191417

CLIENTE: ART 2 GESSO	Data: 11/11/2020
Cidade: CAPANEMA / PR	

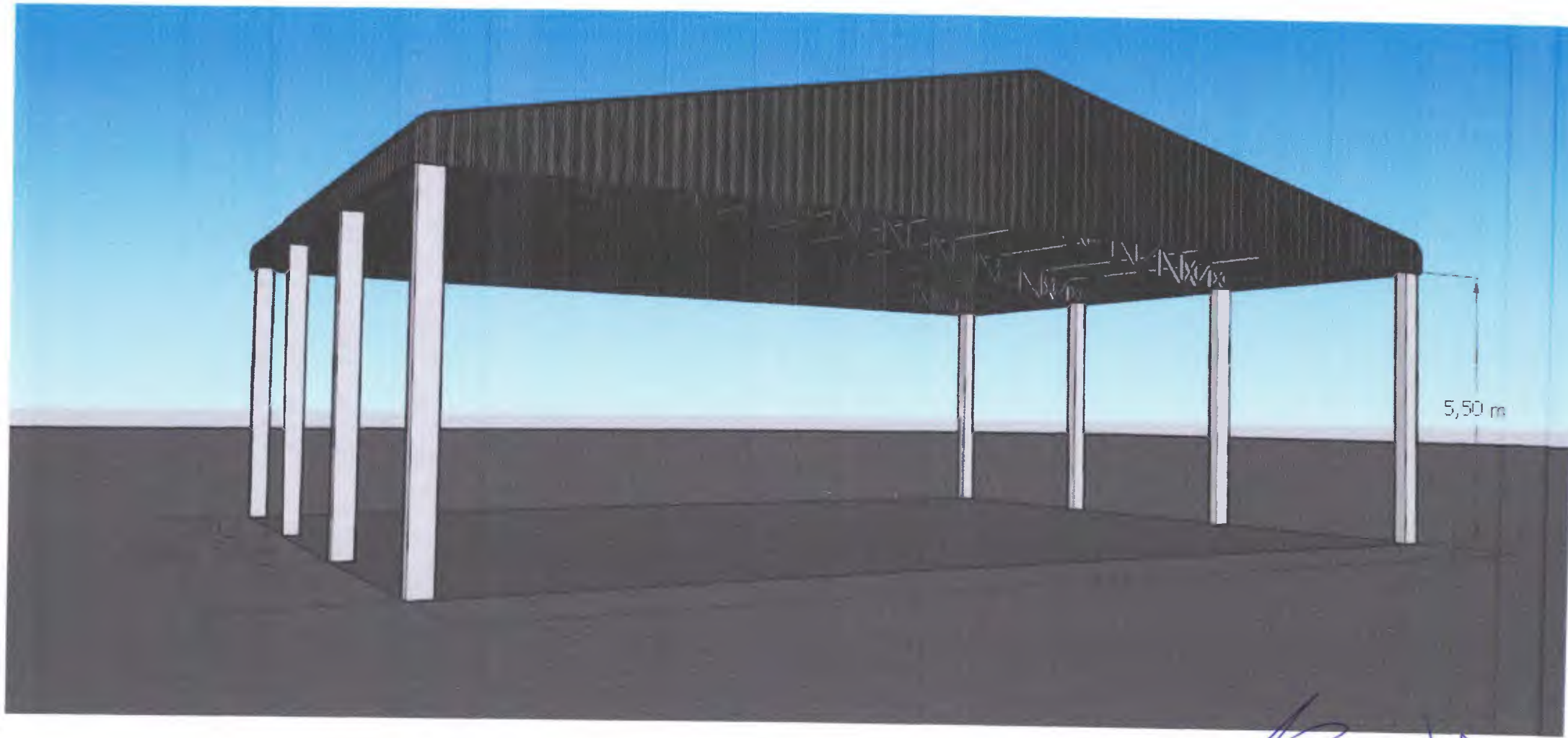
Qtde	Unid.	Descrição	Unitário R$	Total R$
8	PÇ	FUNDAÇÃO TIPO BROCA		R$ 3.640,00
8	PÇ	PILAR CONCRETO 25x35CM x 7.00M ALTURA (5,50M LIVRE E 1,50 ENGASTE)		R$ 16.680,00
300	M²	ESTRUTURA METÁLICA E FERRAGENS		R$ 34.700,00
300	M²	TELHAS PARA COBERTURA PRINCIPAL ALUZINCO TPR40		R$ 28.800,00
43	M²	FECHAMENTO OITÃO FRONTAL E FUNDOS ALUZINCO TPR40, ESP 0,43MM		R$ 5.000,00
31	PÇ'S	MULTIDOBRAS		R$ 2.883,00
32	M	RUFOS PARA OITÕES CORTE 20 CM		R$ 1.022,00
		TOTAL DO ORÇAMENTO		R$ 92.725,00

OBSERVAÇÃO:	NÃO ESTÁ INCLUSO NO ORÇAMENTO PISO, ELÉTRICA, HIDRÁULICA E MOVIMENTAÇÃO DE SOLO
	Condições de Pagamento: À COMBINAR
	Validade da Proposta: 7dias
	Prazo de entrega: 12 MESES APÓS CONFIRMAÇÃO DO ORÇAMENTO

FÁBIO JUNIOR BAIERLE
Engenheiro Civil
CREA-PR 167315/D

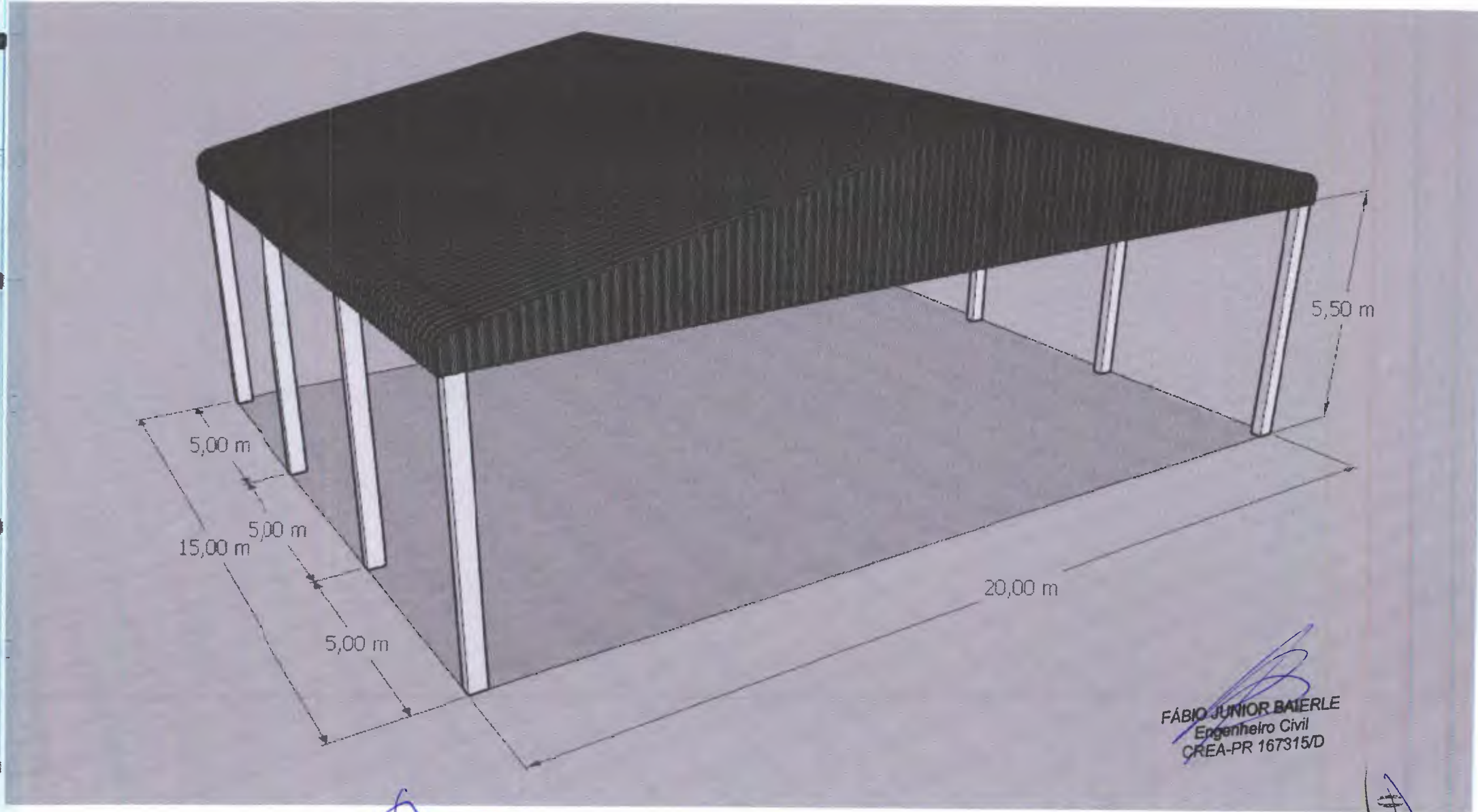


PLANTA BAIXA - BARRACÃO ABERTO
ÁREA TOTAL= 300,00M²



FÁBIO JUNIOR BAIERLE
Engenheiro Civil
CREA-PR 167315/D

1 de 1



FÁBIO JUNIOR BAIERLE
Engenheiro Civil
CREA-PR 167315/D

ART 2 GESSO LTDA-ME

AV INDEPENDENCIA, Nº 1094, CENTRO
CAPANEMA/PR
TELEFONE (46) 3552-3624
CNPJ:10.171.196/0001-30
E-MAIL: cleitonschlosser@hotmail.com

~~401~~ 223

ANEXO V-A
INDICAÇÃO DE ITENS RELACIONADOS AOS IMÓVEIS SEM BARRACÕES

NOME DA PESSOA JURÍDICA: ART 2 GESSO LTDA
CPF OU CNPJ:10.171.196/0001-30

A proposta constante no envelope lacrado será utilizada como oferta para os imóveis previstos
nos seguintes itens, em ordem de preferência:

Item (previsto no Termo de Referência)	**Descrição do imóvel** (previsto no Termo de Referência)
04	Área industrial III – Saída para São Luiz – Quadra nº80 – lote 05 – setor N.O – Rua Paraíba nº 1803
05	Área Industrial III – Saída para São Luiz – Quadra nº80 – lote 06 – Setor N.O – Rua Paraíba nº 1835

No caso de a pessoa física ou jurídica se sagrar vencedora em mais de um item, será adjudicado um único imóvel, conforme a ordem de preferência indicada nesta proposta.

Capanema/PR 10 de Novembro de 2020

CLEITON LUIZ SCHLOSSER

10.171.196/0001-30

ART 2 GESSO LTDA.

...AMOKOS, 28 - CENTRO
... - PR

ART 2 GESSO LTDA-ME

AV INDEPENDENCIA, Nº 1094, CENTRO
CAPANEMA/PR
TELEFONE (46) 3552-3624
CNPJ:10.171.196/0001-30
E-MAIL: cleitonschlosser@hotmail.com

~~000~~224

ANEXO V
INDICAÇÃO DE ITENS RELACIONADOS AOS IMÓVEIS COM BARRACÕES

NOME DA PESSOA JURÍDICA: ART 2 GESSO LTDA
CPF OU CNPJ: 10.171.196/0001-30

A proposta constante no envelope lacrado será utilizada como oferta para os imóveis previstos
nos seguintes itens, em ordem de preferência:

Item (Previsto no Termo de Referência)	**Descrição do imóvel** (Previsto no Termo de Referência
15	Área Industrial I – próximo ao trevo saída para São Pedro – quadra 84A – lote 04 – Setor N.E Rua 25 de maio nº581
17	Área Industrial I – próximo ao trevo saída São Pedro – Quadra Nº84 – Lote 05 – Setor N.E – Rua 25 de maio nº 530

No caso de a pessoa física ou jurídica se sagrar vencedora em mais de um item, será adjudicado um único imóvel, conforme a ordem de preferência indicada nesta proposta.

Capanema/PR 10 de Novembro de 2020

CLEITON LUIZ SCHLOSSER

10.171.196/0001-30

ART 2 GESSO LTDA.

RUA [illegible] CENTRO
85760-[illegible] CAPANEMA - PR

ART 2 GESSO LTDA-ME

AV INDEPENDENCIA, Nº 1094, CENTRO
CAPANEMA/PR
TELEFONE (46) 3552-3624
CNPJ:10.171.196/0001-30
E-MAIL: cleitonschlosser@hotmail.com

4661225

ANEXO V
INDICAÇÃO DE ITENS RELACIONADOS AOS IMÓVEIS COM BARRACÕES

NOME DA PESSOA JURÍDICA: ART 2 GESSO LTDA
CPF OU CNPJ: 10.171.196/0001-30

A proposta constante no envelope lacrado será utilizada como oferta para os imóveis previstos
nos seguintes itens, em ordem de preferência:

Item (Previsto no Termo de Referência)	**Descrição do imóvel** (Previsto no Termo de Referência
15	Área Industrial I – próximo ao trevo saída para São Pedro – quadra 84A – lote 04 – Setor N.E Rua 25 de maio nº581
17	Área Industrial I – próximo ao trevo saída São Pedro – Quadra Nº84 – Lote 05 – Setor N.E – Rua 25 de maio nº 530

No caso de a pessoa física ou jurídica se sagrar vencedora em mais de um item, será adjudicado um único imóvel, conforme a ordem de preferência indicada nesta proposta.

Capanema/PR 10 de Novembro de 2020

CLEITON LUIZ SCHLOSSER

10.171.196/0001-30
ART 2 GESSO LTDA.
RUA RAMOIOS, 26 - CENTRO
85760-000 - CAPANEMA - PR

ART 2 GESSO LTDA-ME

AV INDEPENDENCIA, Nº 1094, CENTRO
CAPANEMA/PR
TELEFONE (46) 3552-3624
CNPJ:10.171.196/0001-30
E-MAIL: cleitonschlosser@hotmail.com

226

ANEXO IV – PROPOSTA

(x) Proposta os itens relacionados aos imóveis **com** barracões.
( ) Proposta para os itens relacionados aos imóveis **sem** barracões.

NOME DA PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA: ART 2 GESSO LTDA
CPF OU CNPJ: 10.171.196/0001-30

01 - Descrição clara e objetiva do ramo de atividade empresarial a ser desenvolvido no imóvel:

49.30-2-02 – Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional.
47.44-0-99 – Comércio Varejista de matérias de construção em geral
43.30-4-03 – Obras de acabamento em gesso e estuque

02 - Matéria prima a ser utilizada:

Gesso, acartonado e isopor.

03 - Capacidade produtiva/comercial da unidade a ser instalada:

1.600m² de forro em gerais.

04 - Mercado consumidor potencial:

Edificações novas, residências, prediais, salas comerciais, reformas e apliações.

05 - Previsão de faturamento, custos, despesas e retorno dos investimentos:

A empresa prevê um faturamento em média de R$ 95.000,00, pois o estoque poderá ser comprado em maior quantidade, diminuindo assim o valor do custo e do frete.

10.171.196/0001-30
ART 2 GESSO LTDA.
RUA RAMOIOS, 20 - CENTRO
85760 - CAPANEMA - PR

ART 2 GESSO LTDA-ME

AV INDEPENDENCIA, Nº 1094, CENTRO
CAPANEMA/PR
TELEFONE (46) 3552-3624
CNPJ:10.171.196/0001-30
E-MAIL: cleitonschlosser@hotmail.com

0001227

As despesas serão com mão de obra, água, luz, combustíveis, segurança e monitoramento.
O investimento será com um estoque maior, onde a empresa poderá contratar mais obras e consequentemente gerando mais empregos.

06 - Relação da infraestrutura, equipamentos e instalações necessárias ao funcionamento do projeto global, acompanhada de orçamento discriminado:

02 Mesas, para fábricas de molduras (R$14.000,00)
01 Camionete f1000 (R$ 30.000,00)
01 Camionete saveiro (R$ 10.000,00)
01 Kombi (R$ 10.000,00)
01 Fiat Uno (R$ 16.000,00)
Equipamentos de trabalho (R$ 11.000,00)

07 - Previsão de investimentos próprios:

Melhorias em equipamentos, máquinas e veículos.

08 - Viabilidade econômica do projeto:

A empresa por estar já consolidada no mercado local e região, tem sua viabilidade estruturada restando assim somente agregar mais geração de renda, impostos, emprego, alavancar ainda mais as atividades empresariais, econômica e social do nosso Município.

09 - Compromissos assumidos pela proponente:
a) cumprir todas as obrigações previstas no Termo de Referência, no edital e na minuta do contrato da licitação Concorrência 02/2020.
b) contratar, preferencialmente, pessoas que sejam domiciliados no Município de Capanema/PR.

10 - DA OFERTA:

CRITÉRIO	PROPOSTA DA EMPRESA

10.171.196/0001-30
ART 2 GESSO LTDA.
CENTRO
CAPANEMA - PR

ART 2 GESSO LTDA-ME

AV INDEPENDENCIA, Nº 1094, CENTRO
CAPANEMA/PR
TELEFONE (46) 3552-3624
CNPJ:10.171.196/0001-30
E-MAIL: cleitonschlosser@hotmail.com

001228

Empregabilidade (em número de empregos diretos gerados no prazo de 6 meses).	04
Valor do investimento privado no Empreendimento a ser instalado no imóvel - R$	R$ 20.000,00
Prazo para conclusão das obras / Prazo para aplicação total dos Investimentos	06 meses
Faturamento Anual (Média dos últimos 3 anos)	R$ 115.679,09
Tempo de constituição da Empresa OU residência do sócio Majoritário no Município de Capanema (Somente dados do sócio mais antigo)	Desde o ano de 2008 (12 anos)
Capacidade do empreendimento gerar uma cadeia de produção e/ou empregos indiretos no Município de Capanema/PR	05 indiretos

Capanema/PR 10 de Novembro de 2020

CLEITON LUIZ SCHLOSSER

10.171.196/0001-30

ART 2 GESSO LTDA.

RUA AMOIOS, 23 - CENTRO
85760-000 - CAPANEMA - PR

ART 2 GESSO LTDA - ME
AV Independência, nº1094, Centro
Capanema/PR
Tel.(46) 3552-3624
CNPJ: 10.171.196/0001-30
E-mail: cleitonschlosser@hotmail.com

009229

DECLARAÇÃO

A empresa **ART 2 GESSO LTDA – ME** , inscrita no CNPJ sob nº 10.171.196/0001-30, estabelecida nesta cidade de Capanema-PR, através de seu representante abaixo assinado, DECLARA para os devidos fins e a quem interessar possa que em virtude da PANDEMIA desde abril/2020 o colaborador se encontra em suspenção no contrato de trabalho (LEI 10.422/20), deste modo a GFIP apresentada é de julho/2020. A empresa não possui CAGED, pois não tiveram admissão e demissão de colaboradores nos últimos 12 meses.

Por ser verdade, para que surte seus efeitos legais, vai devidamente datada e assinada.

Capanema/PR, 11 de novembro de 2020.

CLEITON LUIZ SCHLOSSER

10.171.196/0001-30

ART 2 GESSO LTDA.

RUA RAMOS, 26 - CENTRO
85760-000 - CAPANEMA - PR

0002230

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO - MTE
GFIP - SEFIP 8.40 (26/03/2020) TABELAS 41.0 (13/02/2020)

MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF

DATA: 17/10/2020
HORA: 10:06:12
PÁG : 0001/0004

RELAÇÃO DOS TRABALHADORES CONSTANTES NO ARQUIVO SEFIP
MODALIDADE : 1-DECLARAÇÃO AO FGTS E À PREVIDÊNCIA

EMPRESA: ART 2 GESSO LTDA — INSCRIÇÃO: 10.171.196/0001-30
COMP: 10/2020 COD REC: 115 COD GPS: 2003 FPAS: 515 OUTRAS ENT: SIMPLES: 2 RAT: 0,0 FAP: 1,00 RAT AJUSTADO: 0,00
TOMADOR/OBRA: — INSCRIÇÃO:

NOME TRABALHADOR	PIS/PASEP/CI	ADMISSÃO	CAT	OCOR	DATA/COD MOVIMENTAÇÃO	CBO
REM SEM 13° SAL	REM 13°SAL	BASE CÁL 13°SAL PREV SOC	CONTRIB SEG DEVIDA		DEPÓSITO	JAM
		BASE CÁL PREV SOCIAL				
CLEITON LUIZ SCHLOSSER	128.37699.52-9	06/08/2012	11			01414
1.045,00	0,00	0,00	114,95		0,00	0,00

TOTAIS DA EMPRESA/TOMADOR					
1.045,00	0,00	0,00	114,95	0,00	0,00

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO - MTE
GFIP - SEFIP 8.40 (26/03/2020) TABELAS 41.0 (13/02/2020)

MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF

DATA: 17/10/2020
HORA: 10:06:12
PÁG : 0002/0004

RELAÇÃO DOS TRABALHADORES CONSTANTES NO ARQUIVO SEFIP
RESUMO DO FECHAMENTO - EMPRESA
MODALIDADE : 1-DECLARAÇÃO AO FGTS E À PREVIDÊNCIA

EMPRESA: ART 2 GESSO LTDA
N° DE CONTROLE: Oyy9aeUR3Zz0000-5
N° ARQUIVO: EZT1pqH1B9c0000-8
INSCRIÇÃO: 10.171.196/0001-30
COMP: 10/2020 COD REC:115 COD GPS: 2003 FPAS: 515 OUTRAS ENT: SIMPLES: 2 RAT: 0.0
FAP: 1.00 RAT AJUSTADO: 0.00
TOMADOR/OBRA:
INSCRIÇÃO:
LOGRADOURO: AVENIDA INDEPENDENCIA 1094
BAIRRO: CENTRO
CNAE PREPONDERANTE: 4930202
CIDADE: CAPANEMA
UF: PR
CEP: 85760-000
CNAE: 4930202

CAT	QUANT	REMUNERAÇÃO SEM 13°	REMUNERAÇÃO 13°	BASE CÁL PREV SOC	BASE CÁL 13° PREV SOC
11	1	1.045,00	0,00	1.045,00	0,00
TOTAIS:	1	1.045,00	0,00	1.045,00	0,00

RELAÇÃO DOS TRABALHADORES CONSTANTES NO ARQUIVO SEFIP
RESUMO DO FECHAMENTO - EMPRESA
FGTS

EMPRESA: ART 2 GESSO LTDA
N° DE CONTROLE: Oyy9aeUR3Zz0000-5
N° ARQUIVO: EZT1pqH1B9c0000-8
INSCRIÇÃO: 10.171.196/0001-30
COMP: 10/2020 COD REC: 115 COD GPS: 2003 FPAS: 515 OUTRAS ENT: SIMPLES: 2 RAT: 0.0
FAP: 1.00 RAT AJUSTADO: 0.00
TOMADOR/OBRA:
INSCRIÇÃO:

LOGRADOURO: AVENIDA INDEPENDENCIA 1094
BAIRRO: CENTRO
CNAE PREPONDERANTE: 4930202
CIDADE: CAPANEMA
UF: PR
CEP: 85760-000
CNAE: 4930202

MODALIDADE : 1-DECLARAÇÃO AO FGTS E À PREVIDÊNCIA

	FGTS - 8%
REMUNERAÇÃO SEM 13° SALÁRIO	0,00
REMUNERAÇÃO 13° SALARIO	0,00
QUANTIDADE TRABALHADORES	0

RESUMO DAS INFORMAÇÕES À PREVIDÊNCIA SOCIAL CONSTANTES NO ARQUIVO SEFIP
EMPRESA

EMPRESA: ART 2 GESSO LTDA — Nº DE CONTROLE: Oyy9aeUR3Zz0000-5 — Nº ARQUIVO: EZT1pqH1B9c0000-8
INSCRIÇÃO: 10.171.196/0001-30
COMP: 10/2020 COD REC: 115 COD GPS: 2003 FPAS: 515 OUTRAS ENT: SIMPLES: 2 RAT: 0.0 FAP: 1.00 RAT AJUSTADO: 0.00
TOMADOR/OBRA: INSCRIÇÃO:

LOGRADOURO: AVENIDA INDEPENDENCIA 1094 BAIRRO: CENTRO CNAE PREPONDERANTE: 4930202
CIDADE: CAPANEMA UF: PR CEP: 85760-000 TELEFONE: 0046 3552 3624 CNAE: 4930202

VALOR DEV PREV SOC CALCULADO SEFIP:	114.95	CONTRIB SEGURADOS - DEVIDA:	114.95
SALÁRIO FAMÍLIA:	0.00	RECEITA EVENTO DESP/PATROCÍNIO:	0.00
SALÁRIO MATERNIDADE:	0.00	PERC DE ISENÇÃO DE FILANTROPIA:	0.00
VALORES PAGOS COOP TRABALHO - SEM ADICIONAL:	0.00	13° SALÁRIO MATERNIDADE:	0.00
VALORES PAGOS COOP TRABALHO - ADIC. 15 ANOS:	0.00	COM PRODUÇÃO PJ:	0.00
VALORES PAGOS COOP TRABALHO - ADIC. 20 ANOS:	0.00	COM PRODUÇÃO PF:	0.00
VALORES PAGOS COOP TRABALHO - ADIC. 25 ANOS:	0.00	VALOR DAS FATURAS EMITIDAS PARA O TOMADOR:	0.00

COMPENSAÇÃO
PERÍODO INICIAL: PERÍODO FINAL: VALOR SOLICITADO: 0.00
VALOR ABATIDO: 0.00 VALOR A COMPENSAR: 0.00 VALOR EXCEDENTE AO LIMITE DOS 30%: 0.00

RETENÇÃO (LEI 9.711/98)
VALOR INFORMADO: 0.00 VALOR ABATIDO PELO SEFIP: 0.00 VALOR A COMPENSAR/RESTITUIR: 0.00

BASE DE CÁLCULO APOSENTADORIA ESPECIAL/OCORRÊNCIA

15 ANOS:	20 ANOS:	25 ANOS:
0.00	0.00	0.00
QUANTIDADE: 0	QUANTIDADE: 0	QUANTIDADE: 0

QUANTIDADE DE MOVIMENTAÇÕES / CÓDIGOS

H :	0	I1:	0	I2:	0	I3:	0	I4:	0	J :	0	K :	0	L :	0	M :	0	N1:	0
N2:	0	N3:	0	O1:	0	O2:	0	O3:	0	P1:	0	P2:	0	P3:	0	Q1:	0	Q2:	0
Q3:	0	Q4:	0	Q5:	0	Q6:	0	Q7:	0	R :	0	S2:	0	S3:	0	U1:	0	U2:	0
U3:	0	V3:	0	W :	0	X :	0	Y :	0	Z1:	0	Z2:	0	Z3:	0	Z4:	0	Z5:	0

000234

RELAÇÃO DE FATURAMENTO

- FIRMA ART 2 GESSO LTDA
- CIDADE CAPANEMA -PARANA
- CNPJ Nº 10.171.196/0001-30

JANEIRO	2017	R$	6.550,00
FEVEREIRO	2017	R$	0,00
MARÇO	2017	R$	0,00
ABRIL	2017	R$	3.640,00
MAIO	2017	R$	2.890,00
JUNHO	2017	R$	0,00
JULHO	2017	R$	0,00
AGOSTO	2017	R$	20.616,80
SETEMBRO	2017	R$	0,00
OUTUBRO	2017	R$	37.865,92
NOVEMBRO	2017	R$	15.000,00
DEZEMBRO	2017	R$	18.490,00
TOTAL		**R$**	**105.052,72**

Capanema, PR 10 de novembro de 2020.

CLEITON LUIZ SCHLOSSER
SÓCIO ADMINISTRADOR
CPF: 042.861059-54

ELDO BLUME
CRC: 01736901

RELAÇÃO DE FATURAMENTO

- FIRMA ART 2 GESSO LTDA
- CIDADE CAPANEMA -PARANA
- CNPJ Nº 10.171.196/0001-30

JANEIRO	2018	R$	24.500,00
FEVEREIRO	2018	R$	20.890,00
MARÇO	2018	R$	25.200,00
ABRIL	2018	R$	1.590,00
MAIO	2018	R$	0,00
JUNHO	2018	R$	0,00
JULHO	2018	R$	0,00
AGOSTO	2018	R$	20.350,00
SETEMBRO	2018	R$	15.000,00
OUTUBRO	2018	R$	35.243,85
NOVEMBRO	2018	R$	31.743,85
DEZEMBRO	2018	R$	0,00
TOTAL		**R$**	**174.517,70**

Capanema, PR 10 de novembro de 2020.

CLEITON LUIZ SCHLOSSER
SÓCIO ADMINISTRADOR
CPF: 042.861059-54

ELDO BLUME
CRC: 01736901

RELAÇÃO DE FATURAMENTO

- FIRMA ART 2 GESSO LTDA
- CIDADE CAPANEMA -PARANA
- CNPJ Nº 10.171.196/0001-30

JANEIRO	2019	R$	27.993,85
FEVEREIRO	2019	R$	0,00
MARÇO	2019	R$	6.350,00
ABRIL	2019	R$	23.099,00
MAIO	2019	R$	0,00
JUNHO	2019	R$	0,00
JULHO	2019	R$	0,00
AGOSTO	2019	R$	0,00
SETEMBRO	2019	R$	0,00
OUTUBRO	2019	R$	0,00
NOVEMBRO	2019	R$	0,00
DEZEMBRO	2019	R$	10.024,00
TOTAL		**R$**	**67.466,85**

Capanema, PR 10 de novembro de 2020.

CLEITON LUIZ SCHLOSSER
SÓCIO ADMINISTRADOR
CPF: 042.861059-54

ELDO BLUME
CRC: 01736901

ART 2 GESSO LTDA
Contabilidade

Balancete de Verificação

Data: 11/11/2020
Hora: 18:49:27

Consolidação: Empresa **Grau: 4** **Período: 01/2019 a 12/2019**

Conta	Reduzida	Nome	Saldo Anterior	Débito	Crédito	Saldo Atual
1		ATIVO	156.863,23	73.973,54	96.009,14	134.827,63
11		CIRCULANTE	156.863,23	73.973,54	96.009,14	134.827,63
1101		DISPONIBILIDADES	156.863,23	67.466,85	89.502,45	134.827,63
110101		CAIXA	156.863,23	67.466,85	89.502,45	134.827,63
1103		ADIANTAMENTOS	0,00	6.506,69	6.506,69	0,00
110301		ADIANTAMENTOS DIVERSOS	0,00	6.506,69	6.506,69	0,00
2		PASSIVO	156.863,23	117.879,54	95.843,94	134.827,63
21		CIRCULANTE	32.815,39	81.943,31	95.843,94	46.716,02
2103		OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS	11.253,61	81.943,31	95.843,94	25.154,24
210301		FOLHA DE PAGAMENTO COLABORADORES	0,00	76.473,56	76.473,56	0,00
210302		PROVISÕES E ENCARGOS	0,00	4.417,23	4.417,23	0,00
210305		ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	11.253,61	1.052,52	14.953,15	25.154,24
2105		PARCELAMENTOS	21.561,78	0,00	0,00	21.561,78
210501		PARCELAMENTOS TRIBUTÁRIOS	21.561,78	0,00	0,00	21.561,78
24		PATRIMÔNIO LÍQUIDO	124.047,84	35.936,23	0,00	88.111,61
2408		LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	124.047,84	35.936,23	0,00	88.111,61
240801		LUCRO/PREJUIZO ACUMULADO	124.047,84	35.936,23	0,00	88.111,61
3		RESULTADO DO EXERCÍCIO	0,00	276.673,68	276.673,68	0,00
[illegible]		RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	0,00	67.466,85	67.466,85	0,00
31		RECEITA BRUTA	0,00	67.466,85	67.466,85	0,00
310103		RECEITA DE SERVIÇO	0,00	67.466,85	67.466,85	0,00
33		DESPESAS OPERACIONAIS	0,00	105.803,75	105.803,75	0,00
3301		DESPESAS COMERCIAIS	0,00	75.505,36	75.505,36	0,00
330101		DESPESAS COM PESSOAL	0,00	75.505,36	75.505,36	0,00
3302		DESPESAS ADMINISTRATIVAS	0,00	30.298,39	30.298,39	0,00
330201		DESPESAS COM PESSOAL	0,00	30.298,39	30.298,39	0,00
39		RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	0,00	103.403,08	103.403,08	0,00
3901		RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	0,00	103.403,08	103.403,08	0,00
390101		RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	0,00	103.403,08	103.403,08	0,00
		TOTAL GERAL	0,00	468.526,76	468.526,76	0,00

CLEITON LUIZ SCHLOSSER
SÓCIO ADMINISTRADOR
CPF 042.861.059-54

ELDO BLUME
CRC 017389/O1

Consolidação: Empresa **Grau: 4** **Período: 01/2018 a 12/2018**

Conta	Reduzida	Nome	Saldo Anterior	Débito	Crédito	Saldo Atual
1		ATIVO	62.137,44	177.157,94	82.432,15	156.863,23
11		CIRCULANTE	62.137,44	177.157,94	82.432,15	156.863,23
1101		DISPONIBILIDADES	62.137,44	174.892,94	80.167,15	156.863,23
110101		CAIXA	62.137,44	174.892,94	80.167,15	156.863,23
1103		ADIANTAMENTOS	0,00	2.265,00	2.265,00	0,00
110301		ADIANTAMENTOS DIVERSOS	0,00	2.265,00	2.265,00	0,00
2		PASSIVO	62.137,44	94.306,90	189.032,69	156.863,23
21		CIRCULANTE	7.618,21	94.306,90	119.504,08	32.815,39
2103		OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS	7.618,21	92.793,31	96.428,71	11.253,61
210301		FOLHA DE PAGAMENTO COLABORADORES	0,00	69.994,22	69.994,22	0,00
210302		PROVISÕES E ENCARGOS	0,00	4.690,50	4.690,50	0,00
210305		ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	7.618,21	18.108,59	21.743,99	11.253,61
2105		PARCELAMENTOS	0,00	1.513,59	23.075,37	21.561,78
210501		PARCELAMENTOS TRIBUTÁRIOS	0,00	1.513,59	23.075,37	21.561,78
24		PATRIMÔNIO LÍQUIDO	54.519,23	0,00	69.528,61	124.047,84
2408		LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	54.519,23	0,00	69.528,61	124.047,84
240801		LUCRO/PREJUIZO ACUMULADO	54.519,23	0,00	69.528,61	124.047,84
3		RESULTADO DO EXERCÍCIO	0,00	456.369,74	456.369,74	0,00
[illegible]		RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	0,00	174.517,70	174.517,70	0,00
1		RECEITA BRUTA	0,00	174.517,70	174.517,70	0,00
310103		RECEITA DE SERVIÇO	0,00	174.517,70	174.517,70	0,00
33		DESPESAS OPERACIONAIS	0,00	107.334,34	107.334,34	0,00
3301		DESPESAS COMERCIAIS	0,00	95.593,73	95.593,73	0,00
330101		DESPESAS COM PESSOAL	0,00	95.593,73	95.593,73	0,00
3305		RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS	0,00	11.740,61	11.740,61	0,00
330504		DESPESAS FINANCEIRAS	0,00	11.740,61	11.740,61	0,00
39		RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	0,00	174.517,70	174.517,70	0,00
3901		RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	0,00	174.517,70	174.517,70	0,00
390101		RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	0,00	174.517,70	174.517,70	0,00
		TOTAL GERAL	0,00	727.834,58	727.834,58	0,00

CLEITON LUIZ SCHLOSSER
SÓCIO ADMINISTRADOR
CPF 042.861.059-54

ELDO BLUME
CRC 017369O1

Consolidação: Empresa **Grau: 4** **Período: 01/2017 a 12/2017**

Conta	Reduzida	Nome	Saldo Anterior	Débito	Crédito	Saldo Atual
1		ATIVO	0,00	108.107,32	45.969,88	62.137,44
11		CIRCULANTE	0,00	108.107,32	45.969,88	62.137,44
1101		DISPONIBILIDADES	0,00	106.701,82	44.564,38	62.137,44
110101		CAIXA	0,00	106.701,82	44.564,38	62.137,44
1103		ADIANTAMENTOS	0,00	1.405,50	1.405,50	0,00
110301		ADIANTAMENTOS DIVERSOS	0,00	1.405,50	1.405,50	0,00
2		PASSIVO	0,00	46.204,12	108.341,56	62.137,44
21		CIRCULANTE	0,00	46.204,12	53.822,33	7.618,21
2103		OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS	0,00	46.204,12	53.822,33	7.618,21
210301		FOLHA DE PAGAMENTO COLABORADORES	0,00	38.379,37	38.379,37	0,00
210302		PROVISÕES E ENCARGOS	0,00	7.824,75	7.824,75	0,00
210305		ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	0,00	0,00	7.618,21	7.618,21
24		PATRIMÔNIO LÍQUIDO	0,00	0,00	54.519,23	54.519,23
2408		LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	0,00	0,00	54.519,23	54.519,23
240801		LUCRO/PREJUIZO ACUMULADO	0,00	0,00	54.519,23	54.519,23
3		RESULTADO DO EXERCÍCIO	0,00	260.638,93	260.638,93	0,00
31		RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	0,00	105.052,72	105.052,72	0,00
3101		RECEITA BRUTA	0,00	105.052,72	105.052,72	0,00
310103		RECEITA DE SERVIÇO	0,00	105.052,72	105.052,72	0,00
		DESPESAS OPERACIONAIS	0,00	50.533,49	50.533,49	0,00
3301		DESPESAS COMERCIAIS	0,00	1.405,50	1.405,50	0,00
330101		DESPESAS COM PESSOAL	0,00	1.405,50	1.405,50	0,00
3302		DESPESAS ADMINISTRATIVAS	0,00	49.127,99	49.127,99	0,00
330201		DESPESAS COM PESSOAL	0,00	49.127,99	49.127,99	0,00
39		RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	0,00	105.052,72	105.052,72	0,00
3901		RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	0,00	105.052,72	105.052,72	0,00
390101		RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	0,00	105.052,72	105.052,72	0,00
		TOTAL GERAL	0,00	414.950,37	414.950,37	0,00

CLEITON LUIZ SCHLOSSER
SÓCIO ADMINISTRADOR
CPF 042.861.059-54

ELDO BLUME
CRC 01736901

ATIVO		**156.863,23**
CIRCULANTE		**156.863,23**
DISPONIBILIDADES		156.863,23
CAIXA		156.863,23
TOTAL DO ATIVO	156.863,23	
PASSIVO		**156.863,23**
CIRCULANTE		**32.815,39**
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS		11.253,61
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR		11.253,61
PARCELAMENTOS		21.561,78
PARCELAMENTOS TRIBUTÁRIOS		21.561,78
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**124.047,84**
LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS		124.047,84
LUCRO/PREJUIZO ACUMULADO		124.047,84
TOTAL DO PASSIVO	156.863,23	

Reconhecemos a exatidão do presente Balanço Patrimonial com base nas informações e na documentação apresentada, encerrado em 31/12/2018, somando tanto no Ativo como no Passivo, a importância de R$ 156.863,23 (cento e cinquenta e seis mil, oitocentos e sessenta e três reais e vinte e três centavos).

CLEITON LUIZ SCHLOSSER
SÓCIO ADMINISTRADOR
CPF 042.861.059-54

ELDO BLUME
CRC 017369O1

CNPJ: 10.171.196/0001-30
Consolidação: Empresa **Grau: 4** **Período: 01/2018 a 12/2018**

RECEITA OPERACIONAL BRUTA	**174.517,70**
RECEITA BRUTA	174.517,70
RECEITA DE SERVIÇO	174.517,70
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	**0,00**
RECEITA LÍQUIDA	**174.517,70**
CUSTOS	**0,00**
LUCRO BRUTO	**174.517,70**
DESPESAS OPERACIONAIS	**93.248,48**
DESPESAS OPERACIONAIS	**93.248,48**
DESPESAS COMERCIAIS	93.248,48
DESPESAS COM PESSOAL	93.248,48
RESULTADO ANTES DAS OPERAÇÕES FINANCEIRAS	**81.269,22**
DESPESAS FINANCEIRAS	**11.740,61**
DESPESAS FINANCEIRAS	11.740,61
RESULTADO ANTES DAS PROVISÕES TRIBUTÁRIAS	**69.528,61**
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**69.528,61**

CLEITON LUIZ SCHLOSSER
SÓCIO ADMINISTRADOR
CPF 042.861.059-54

ELDO BLUME
CRC 017369/01

Conta	Descrição	Valor
1	OPERACIONAIS	94.725,79
1.001	Lucro/Prejuízo líquido do exercício	69.528,61
1.005	DEPRECIAÇÃO	0,00
1.010	CLIENTES	0,00
1.011	RECEBIMENTO DE JUROS	0,00
1.012	CREDITOS TRIBUTÁRIOS	0,00
1.015	ESTOQUES	0,00
1.016	OUTROS ATIVOS	0,00
1.020	FORNECEDORES	0,00
1.021	PAGAMENTO DE IMPOSTOS	3.635,40
1.022	PAGAMENTO DE SALÁRIOS	0,00
1.023	PAGAMENTO DE JUROS	0,00
1.024	PAGAMENTO DESPESAS ADMINISTRATIVAS	0,00
1.025	OUTROS PASSIVOS	21.561,78
2	INVESTIMENTO	0,00
2.001	ATIVO IMOBILIZADO	0,00
2.005	INVESTIMENTOS	0,00
3	FINANCIAMENTO	0,00
3.001	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	0,00
3.002	AUMENTO DE CAPITAL	0,00
3.003	DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS	0,00
3.005	INTEGRALIZAÇÕES DE CAPITAL	0,00

Aumento/Redução de Caixa e Equivalentes de Caixa	94.725,79
Caixa e Equivalentes de Caixa	
No início do Período	62.137,44
No final do Período	156.863,23
Variação	94.725,79

CLEITON LUIZ SCHLOSSER
SÓCIO ADMINISTRADOR
CPF 042.861.059-54

ELDO BLUME
CRC-017369O1

Mês/Ano: 12/2018

CNPJ: 10.171.196/0001-30

	Capital social	Capital a integralizar	Agio na emissão de ações	Subvenções para investimento	Ações em tesouraria	Reserva legal	Reserva estatutária	Reserva para contingência	Reserva de lucros a realizar	RESERVA CORREÇÃO CAPITAL	AJUSTE DE AVALIAÇÃO	Lucros ou prejuízos acumulados	DISTRIBUIÇÃO DE LUCRO	Total do Patrimônio Líquido
Saldos Iniciais	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**54.519,23**	**0,00**	**54.519,23**
Resultado do Exercício	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	69.528,61	0,00	69.528,61
Distribuição de Lucro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transações de Capital com os Sócios	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**69.528,61**	**0,00**	69.528,61
Outras Transaçoes de Capital	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	0,00
Outros Resultados Abrangentes	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	0,00
Saldos Finais	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**124.047,84**	**0,00**	**124.047,84**

CLEITON LUIZ SCHLOSSER
SÓCIO ADMINISTRADOR
CPF 042.861.059-54

ELDO BLUME
CRC 017369O1

0000244

Estabelecimento: 01 - ART 2 GESSO LTDA - 10.171.196/0001-30

Notas Explicativas Gerais

0001 - NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

1) CONTEXTO OPERACIONAL
A EMPRESA ART 2 GESSO LTDA, É UMA SOCIEDADE LIMITADA, COM SEDE E FORO NA CIDADE DE CAPANEMA/PR, TENDO COMO OBJETO SOCIAL COMÉRCIO DE ARTEFATOS DE GESSO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLOCAÇÃO E REFORMAS; TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGA, INTERMUNICIPAL, INTERESTADUAL E INTERNACIONAL; COMÉRCIO VAREJISTA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EM GERAL, COM INÍCIO DE ATIVIDADES EM 10/07/2008.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS FORAM ELABORADAS EM CONSONÂNCIA COM OS DITAMES DO ITG 2000, ALÉM DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DE CONTABILIDADE E DEMAIS PRÁTICAS EMANADAS DA LEGISLAÇÃO SOCIETÁRIA BRASILEIRA.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS
3.1) APLICAÇÕES FINANCEIRAS
A EMPRESA NÃO PARTICIPA EM APLICAÇÕES FINANCEIRAS;
3.2) DIREITOS E OBRIGAÇÕES
ESTÃO DEMONSTRADOS PELOS VALORES HISTÓRICOS, ACRESCIDOS DAS CORRESPONDENTES VARIAÇÕES MONETÁRIAS E ENCARGOS FINANCEIROS, OBSERVANDO O REGIME DE COMPETÊNCIA;
3.3) IMOBILIZADO
DEMONSTRADO PELO CUSTO DE AQUISIÇÃO, DEDUZIDO DA DEPRECIAÇÃO ACUMULADA CALCULADA PELO MÉTODO LINEAR.
4) AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL
A EMPRESA NUNCA EFETUOU AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL.
3.5) INVESTIMENTOS EM EMPRESAS COLIGADAS E CONTROLADAS
A EMPRESA NÃO PARTICIPA DO CAPITAL SOCIAL DE OUTRAS SOCIEDADES.
3.6) IMPOSTOS FEDERAIS
A EMPRESA ESTÁ NO REGIME DO SIMPLES NACIONAL E CONTABILIZA OS ENCARGOS TRIBUTÁRIOS PELO REGIME DE COMPETÊNCIA.

4) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS
A EMPRESA CONTA COM UM PASSIVO, SEM EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS.

5) RESPONSABILIDADES E CONTINGÊNCIAS
NÃO HÁ PASSIVO CONTINGENTE REGISTRADO CONTABILMENTE, TENDO EM VISTA QUE OS ADMINISTRADORES DA EMPRESA, ESCUDADOS EM OPINIÃO DE SEUS CONSULTORES E ADVOGADOS, NÃO APONTAM CONTINGÊNCIAS DE QUAISQUER NATUREZAS.

6) CAPITAL SOCIAL
O CAPITAL SOCIAL É DE R$ 50.000,00 (CINQUENTA MIL REAIS), TOTALMENTE INTEGRALIZADO, APRESENTANDO A SEGUINTE COMPOSIÇÃO:

NOME DO SÓCIO	PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL
-CLEITON LUIZ SCHLOSSER	-50%
-NESTOR MARCIO BREIER	-50%

7) PROPRIEDADE PARA INVESTIMENTO
A EMPRESA NÃO CONTA COM PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTOS.

8) EVENTOS SUBSEQUENTES
O ADMINISTRADOR DECLARA A INEXISTÊNCIA DE FATOS OCORRIDOS SUBSEQUENTEMENTE À DATA DE ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO QUE VENHAM A TER EFEITO RELEVANTE SOBRE A SITUAÇÃO PATRIMONIAL OU FINANCEIRA DA EMPRESA OU QUE POSSAM PROVOCAR EFEITOS SOBRE SEUS RESULTADOS FUTUROS.

CAPANEMA, 31 DE DEZEMBRO DE 2018.

CLEITON LUIZ SCHLOSSER
SÓCIO ADMINISTRADOR
CPF 042.861.059-54

ELDO BLUME
CRC 01736901

ATIVO		**62.137,44**
CIRCULANTE		**62.137,44**
DISPONIBILIDADES		62.137,44
CAIXA		62.137,44
TOTAL DO ATIVO	**62**.137,44	
PASSIVO		**62.137,44**
CIRCULANTE		**7.618,21**
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS		7.618,21
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR		7.618,21
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**54.519,23**
LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS		54.519,23
LUCRO/PREJUIZO ACUMULADO		54.519,23
TOTAL DO PASSIVO	62.137,44	

Reconhecemos a exatidão do presente Balanço Patrimonial com base nas informações e na documentação apresentada, encerrado em 31/12/2017, somando tanto no Ativo como no Passivo, a importância de R$ 62.137,44 (sessenta e dois mil, cento e trinta e sete reais e quarenta e quatro centavos).

CLEITON LUIZ SCHLOSSER
SÓCIO ADMINISTRADOR
CPF 042.861.059-54

ELDO BLUME
CRC 017369O1

CNPJ: 10.171.196/0001-30
Consolidação: Empresa **Grau: 4** Período: 01/2017 a 12/2017

RECEITA OPERACIONAL BRUTA	**105.052,72**
RECEITA BRUTA	105.052,72
RECEITA DE SERVIÇO	105.052,72
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	**0,00**
RECEITA LÍQUIDA	**105.052,72**
CUSTOS	**0,00**
LUCRO BRUTO	**105.052,72**
DESPESAS OPERACIONAIS	**50.533,49**
DESPESAS OPERACIONAIS	**50.533,49**
DESPESAS COMERCIAIS	1.405,50
DESPESAS COM PESSOAL	1.405,50
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	49.127,99
DESPESAS COM PESSOAL	49.127,99
RESULTADO ANTES DAS OPERAÇÕES FINANCEIRAS	**54.519,23**
RESULTADO ANTES DAS PROVISÕES TRIBUTÁRIAS	**54.519,23**
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**54.519,23**

CLEITON LUIZ SCHLOSSER
SÓCIO ADMINISTRADOR
CPF 042.861.059-54

ELDO BLUME

CRC 017369O1

CNPJ: 10.171.196/0001-30
Consolidação: Empresa

Método: Indireto

Período: 01/2017 a 12/2017

Conta	Descrição	Valor
1	OPERACIONAIS	62.137,44
1.001	Lucro/Prejuízo líquido do exercício	54.519,23
1.005	DEPRECIAÇÃO	0,00
1.010	CLIENTES	0,00
1.011	RECEBIMENTO DE JUROS	0,00
1.012	CREDITOS TRIBUTÁRIOS	0,00
1.015	ESTOQUES	0,00
1.016	OUTROS ATIVOS	0,00
1.020	FORNECEDORES	0,00
1.021	PAGAMENTO DE IMPOSTOS	7.618,21
1.022	PAGAMENTO DE SALÁRIOS	0,00
1.023	PAGAMENTO DE JUROS	0,00
1.024	PAGAMENTO DESPESAS ADMINISTRATIVAS	0,00
1.025	OUTROS PASSIVOS	0,00
2	INVESTIMENTO	0,00
2.001	ATIVO IMOBILIZADO	0,00
2.005	INVESTIMENTOS	0,00
3	FINANCIAMENTO	0,00
3.001	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	0,00
3.002	AUMENTO DE CAPITAL	0,00
3.003	DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS	0,00
3.005	INTEGRALIZAÇÕES DE CAPITAL	0,00

Aumento/Redução de Caixa e Equivalentes de Caixa	62.137,44
Caixa e Equivalentes de Caixa	
No início do Período	0,00
No final do Período	62.137,44
Variação	62.137,44

CLEITON LUIZ SCHLOSSER
SÓCIO ADMINISTRADOR
CPF 042.861.059-54

ELDO BLUME
CRC 017369O1

CNPJ: 10.171.196/0001-30

Mês/Ano: 12/2017

	Capital social	Capital a integralizar	Ágio na emissão de ações	Subvenções para investimento	Ações em tesouraria	Reserva legal	Reserva estatutária	Reserva para contingências	Reserva de lucros a realizar	RESERVA CORREÇÃO CAPITAL	AJUSTE DE AVALIAÇÃO	Lucros ou prejuízos acumulados	DISTRIBUIÇÃO DE LUCRO	Total do Patrimônio Líquido
Saldos Iniciais	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Resultado do Exercício	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	54.519,23	0,00	54.519,23
Distribuição de Lucro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transações de Capital com os Sócios	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**54.519,23**	**0,00**	54.519,23
Outras Transações de Capital	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	0,00
Outros Resultados Abrangentes	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	0,00
Saldos Finais	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**54.519,23**	**0,00**	**54.519,23**

CLEITON LUIZ SCHLOSSER
SÓCIO ADMINISTRADOR
CPF 042.861.059-54

ELDO BLUME
CRC 017369O1

Estabelecimento: 01 - ART 2 GESSO LTDA - 10.171.196/0001-30

Notas Explicativas Gerais

0001 - NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

1) CONTEXTO OPERACIONAL
A EMPRESA ART 2 GESSO LTDA, É UMA SOCIEDADE LIMITADA, COM SEDE E FORO NA CIDADE DE CAPANEMA/PR, TENDO COMO OBJETO SOCIAL COMÉRCIO DE ARTEFATOS DE GESSO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLOCAÇÃO E REFORMAS; TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGA, INTERMUNICIPAL, INTERESTADUAL E INTERNACIONAL; COMÉRCIO VAREJISTA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EM GERAL, COM INÍCIO DE ATIVIDADES EM 10/07/2008.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS FORAM ELABORADAS EM CONSONÂNCIA COM OS DITAMES DO ITG 2000, ALÉM DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DE CONTABILIDADE E DEMAIS PRÁTICAS EMANADAS DA LEGISLAÇÃO SOCIETÁRIA BRASILEIRA.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS
3.1) APLICAÇÕES FINANCEIRAS
A EMPRESA NÃO PARTICIPA EM APLICAÇÕES FINANCEIRAS;
3.2) DIREITOS E OBRIGAÇÕES
ESTÃO DEMONSTRADOS PELOS VALORES HISTÓRICOS, ACRESCIDOS DAS CORRESPONDENTES VARIAÇÕES MONETÁRIAS E ENCARGOS FINANCEIROS, OBSERVANDO O REGIME DE COMPETÊNCIA;
3.3) IMOBILIZADO
DEMONSTRADO PELO CUSTO DE AQUISIÇÃO, DEDUZIDO DA DEPRECIAÇÃO ACUMULADA CALCULADA PELO MÉTODO LINEAR.
4) AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL
A EMPRESA NUNCA EFETUOU AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL.
3.5) INVESTIMENTOS EM EMPRESAS COLIGADAS E CONTROLADAS
A EMPRESA NÃO PARTICIPA DO CAPITAL SOCIAL DE OUTRAS SOCIEDADES.
3.6) IMPOSTOS FEDERAIS
A EMPRESA ESTÁ NO REGIME DO SIMPLES NACIONAL E CONTABILIZA OS ENCARGOS TRIBUTÁRIOS PELO REGIME DE COMPETÊNCIA.

4) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS
A EMPRESA CONTA COM UM PASSIVO, SEM EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS.

5) RESPONSABILIDADES E CONTINGÊNCIAS
NÃO HÁ PASSIVO CONTINGENTE REGISTRADO CONTABILMENTE, TENDO EM VISTA QUE OS ADMINISTRADORES DA EMPRESA, ESCUDADOS EM OPINIÃO DE SEUS CONSULTORES E ADVOGADOS, NÃO APONTAM CONTINGÊNCIAS DE QUAISQUER NATUREZAS.

6) CAPITAL SOCIAL
O CAPITAL SOCIAL É DE R$ 50.000,00 (CINQUENTA MIL REAIS), TOTALMENTE INTEGRALIZADO, APRESENTANDO A SEGUINTE COMPOSIÇÃO:

NOME DO SÓCIO - PARTICIPAÇÃO	PERCENTUAL
-CLEITON LUIZ SCHLOSSER	-50%
-NESTOR MARCIO BREIER	-50%

7) PROPRIEDADE PARA INVESTIMENTO
A EMPRESA NÃO CONTA COM PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTOS.

8) EVENTOS SUBSEQUENTES
O ADMINISTRADOR DECLARA A INEXISTÊNCIA DE FATOS OCORRIDOS SUBSEQUENTEMENTE À DATA DE ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO QUE VENHAM A TER EFEITO RELEVANTE SOBRE A SITUAÇÃO PATRIMONIAL OU FINANCEIRA DA EMPRESA OU QUE POSSAM PROVOCAR EFEITOS SOBRE SEUS RESULTADOS FUTUROS.

CAPANEMA, 31 DE DEZEMBRO DE 2017.

CLEITON LUIZ SCHLOSSER
SÓCIO ADMINISTRADOR
CPF 042.861.059-54

ELDO BLUME
CRC 017369O1

ATIVO		**134.827,63**
CIRCULANTE		**134.827,63**
DISPONIBILIDADES		134.827,63
CAIXA		134.827,63
TOTAL DO ATIVO	134.827,63	
PASSIVO		**134.827,63**
CIRCULANTE		**46.716,02**
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS		25.154,24
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR		25.154,24
PARCELAMENTOS		21.561,78
PARCELAMENTOS TRIBUTÁRIOS		21.561,78
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**88.111,61**
LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS		88.111,61
LUCRO/PREJUIZO ACUMULADO		88.111,61
TOTAL DO PASSIVO	134.827,63	

Reconhecemos a exatidão do presente Balanço Patrimonial com base nas informações e na documentação apresentada, encerrado em 31/12/2019, somando tanto no Ativo como no Passivo, a importância de R$ 134.827,63 (cento e trinta e quatro mil, oitocentos e vinte e sete reais e sessenta e três centavos).

CLEITON LUIZ SCHLOSSER
SÓCIO ADMINISTRADOR
CPF 042.861.059-54

ELDO BLUME
CRC 017369/O-1

CNPJ: 10.171.196/0001-30
Consolidação: Empresa

Grau: 5

Período: 01/2019 a 12/2019

RECEITA OPERACIONAL BRUTA	**67.466,85**
RECEITA BRUTA	67.466,85
RECEITA DE SERVIÇO	67.466,85
SERVIÇOS PRESTADOS	67.466,85
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	**0,00**
RECEITA LÍQUIDA	**67.466,85**
CUSTOS	**0,00**
LUCRO BRUTO	**67.466,85**
DESPESAS OPERACIONAIS	**103.403,08**
DESPESAS OPERACIONAIS	**103.403,08**
DESPESAS COMERCIAIS	73.104,69
DESPESAS COM PESSOAL	73.104,69
SALÁRIOS E ORDENADOS	67.091,45
13º SALÁRIO	4.801,33
ADICIONAIS	1.211,91
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	30.298,39
DESPESAS COM PESSOAL	30.298,39
SALÁRIOS E ORDENADOS	2.929,94
FÉRIAS	10.786,67
13º SALÁRIO	2.809,18
FGTS	8.061,80
INDENIZAÇÕES E ABONOS	4.587,80
ADICIONAIS	1.123,00
RESULTADO ANTES DAS OPERAÇÕES FINANCEIRAS	**-35.936,23**
RESULTADO ANTES DAS PROVISÕES TRIBUTÁRIAS	**-35.936,23**
PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**35.936,23**

CLEITON LUIZ SCHLOSSER
SÓCIO ADMINISTRADOR
CPF 042.861.059-54

ELDO BLUME
CRC 017369O1

Conta	Descrição	Valor
1	OPERACIONAIS	-22.035,60
1.001	Lucro/Prejuízo liquido do exercício	-35.936,23
1.005	DEPRECIAÇÃO	0,00
1.010	CLIENTES	0,00
1.011	RECEBIMENTO DE JUROS	0,00
1.012	CREDITOS TRIBUTÁRIOS	0,00
1.015	ESTOQUES	0,00
1.016	OUTROS ATIVOS	0,00
1.020	FORNECEDORES	0,00
1.021	PAGAMENTO DE IMPOSTOS	13.900,63
1.022	PAGAMENTO DE SALÁRIOS	0,00
1.023	PAGAMENTO DE JUROS	0,00
1.024	PAGAMENTO DESPESAS ADMINISTRATIVAS	0,00
1.025	OUTROS PASSIVOS	0,00
2	INVESTIMENTO	0,00
2.001	ATIVO IMOBILIZADO	0,00
2.005	INVESTIMENTOS	0,00
3	FINANCIAMENTO	0,00
3.001	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	0,00
3.002	AUMENTO DE CAPITAL	0,00
3.003	DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS	0,00
3.005	INTEGRALIZAÇÕES DE CAPITAL	0,00

Aumento/Redução de Caixa e Equivalentes de Caixa	-22.035,60
Caixa e Equivalentes de Caixa	
No início do Período	156.863,23
No final do Período	134.827,63
Variação	-22.035,60

CLEITON LUIZ SCHLOSSER
SÓCIO ADMINISTRADOR
CPF 042.861.059-54

ELDO BLUME
CRC 017369O1

CNPJ: 10.171.196/0001-30

	Capital social	Capital a integralizar	Ágio na emissão de ações	Subvenções para investimento	Ações em tesouraria	Reserva legal	Reserva estatutária	Reserva para contingência	Reserva de lucros a realizar	RESERVA CORREÇÃO CAPITAL	AJUSTE DE AVALIAÇÃO	Lucros ou prejuízos acumulados	DISTRIBUIÇÃO DE LUCRO	Total do Patrimônio Líquido
Saldos Iniciais	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**s 0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**s 0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**124.047,84**	**0,00**	**124.047,84**
Resultado do Exercício	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-35.936,23	0,00	-35.936,23
Distribuição de Lucro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transações de Capital com os Sócios	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**-35.936,23**	**0,00**	-35.936,23
Outras Transações de Capital	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	0,00
Outros Resultados Abrangentes	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	0,00
Saldos Finais	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**88.111,61**	**0,00**	**88.111,61**

CLEITON **LUIZ SCHLOSSER**
SÓCIO ADMINISTRADOR
CPF 042.861.059-54

ELDO BLUME

CRC 017369O1

Estabelecimento: 01 - ART 2 GESSO LTDA - 10.171.196/0001-30

Notas Explicativas Gerais

0001 - NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

1) CONTEXTO OPERACIONAL
A EMPRESA ART 2 GESSO LTDA, É UMA SOCIEDADE LIMITADA, COM SEDE E FORO NA CIDADE DE CAPANEMA/PR, TENDO COMO OBJETO SOCIAL COMÉRCIO DE ARTEFATOS DE GESSO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLOCAÇÃO E REFORMAS; TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGA, INTERMUNICIPAL, INTERESTADUAL E INTERNACIONAL; COMÉRCIO VAREJISTA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EM GERAL, COM INÍCIO DE ATIVIDADES EM 10/07/2008.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS FORAM ELABORADAS EM CONSONÂNCIA COM OS DITAMES DO ITG 2000, ALÉM DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DE CONTABILIDADE E DEMAIS PRÁTICAS EMANADAS DA LEGISLAÇÃO SOCIETÁRIA BRASILEIRA.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS
3.1) APLICAÇÕES FINANCEIRAS
A EMPRESA NÃO PARTICIPA EM APLICAÇÕES FINANCEIRAS;
3.2) DIREITOS E OBRIGAÇÕES
ESTÃO DEMONSTRADOS PELOS VALORES HISTÓRICOS, ACRESCIDOS DAS CORRESPONDENTES VARIAÇÕES MONETÁRIAS E ENCARGOS FINANCEIROS, OBSERVANDO O REGIME DE COMPETÊNCIA;
3.3) IMOBILIZADO
DEMONSTRADO PELO CUSTO DE AQUISIÇÃO, DEDUZIDO DA DEPRECIAÇÃO ACUMULADA CALCULADA PELO MÉTODO LINEAR.
4) AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL
A EMPRESA NUNCA EFETUOU AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL.
3.5) INVESTIMENTOS EM EMPRESAS COLIGADAS E CONTROLADAS
A EMPRESA NÃO PARTICIPA DO CAPITAL SOCIAL DE OUTRAS SOCIEDADES.
3.6) IMPOSTOS FEDERAIS
A EMPRESA ESTÁ NO REGIME DO SIMPLES NACIONAL E CONTABILIZA OS ENCARGOS TRIBUTÁRIOS PELO REGIME DE COMPETÊNCIA.

4) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS
A EMPRESA CONTA COM UM PASSIVO, SEM EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS.

5) RESPONSABILIDADES E CONTINGÊNCIAS
NÃO HÁ PASSIVO CONTINGENTE REGISTRADO CONTABILMENTE, TENDO EM VISTA QUE OS ADMINISTRADORES DA EMPRESA, ESCUDADOS EM OPINIÃO DE SEUS CONSULTORES E ADVOGADOS, NÃO APONTAM CONTINGÊNCIAS DE QUAISQUER NATUREZAS.

6) CAPITAL SOCIAL
O CAPITAL SOCIAL É DE R$ 50.000,00 (CINQUENTA MIL REAIS), TOTALMENTE INTEGRALIZADO, APRESENTANDO A SEGUINTE COMPOSIÇÃO:

NOME DO SÓCIO – PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL	
-CLEITON LUIZ SCHLOSSER	-50%
-NESTOR MARCIO BREIER	-50%

7) PROPRIEDADE PARA INVESTIMENTO
A EMPRESA NÃO CONTA COM PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTOS.

8) EVENTOS SUBSEQUENTES
O ADMINISTRADOR DECLARA A INEXISTÊNCIA DE FATOS OCORRIDOS SUBSEQUENTEMENTE À DATA DE ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO QUE VENHAM A TER EFEITO RELEVANTE SOBRE A SITUAÇÃO PATRIMONIAL OU FINANCEIRA DA EMPRESA OU QUE POSSAM PROVOCAR EFEITOS SOBRE SEUS RESULTADOS FUTUROS.

CAPANEMA, 31 DE DEZEMBRO DE 2019.

CLEITON LUIZ SCHLOSSER
SÓCIO ADMINISTRADOR
CPF 042.861.059-54

ELDO BLUME
CRC 017369O1

Município de Capanema - PR

LICITANTE: Arte & Gesso: Barracão

CRITÉRIO	PROPOSTA/PONTOS	PONTOS	PESO	PROPOSTA	SOMATÓRIO DA PONTUAÇÃO DA PROPOSTA
Empregabilidade (em número de empregos diretos a serem gerados)	2 pontos por emprego gerado	Até 100	0,3	4,00	2,40
Valor do Investimento privado no empreendimento a ser instalado no imóvel R$	Até 20.000,00	5	0,2		0,00
	De 20.001,00 a 40.000,00.	10	0,2		0,00
	40.001,00 a 60.000,00.	15	0,2		0,00
	60.001,00 a 80.000,00	20	0,2	20,00	4,00
	Acima de 80.000,00, a cada 20.000,00 acrescenta 5 pontos.	até 100	0,2		0,00
Prazo construção da infraestrutura e aplicação total dos investimentos (critério exclusivo para terrenos)	Até 6 meses	100	0,2		0,00
	De 6 a 12 meses	80	0,2		0,00
	De 13 a 18 meses	60	0,2		0,00
	De 19 a 24 meses	40	0,2		0,00
Prazo para aplicação total dos investimentos (critério exclusivo para barracões)	Até 4 meses	100	0,2		0,00
	De 5 a 8 meses	80	0,2	80,00	16,00
	De 9 a 12 meses	60	0,2		0,00
	De 13 a 16 meses	40	0,2		0,00
	De 17 a 20 meses	20	0,2		0,00
	De 21 a 24 meses	10	0,2		0,00
Faturamento anual da pessoa jurídica R$	Até 80.001,00.	10	0,1		0,00
	de 80.001,00 a 150.000,00.	20	0,1	20,00	2,00
	150.001,00 a 200.000,00.	30	0,1		0,00
	200.001,00 a 250.000,00.	40	0,1		0,00
	250.001,00 a 300.000,00	50	0,1		0,00
	Acima de 300.000,00, a cada 50.000,00 acrescenta 10 pontos.	até 100	0,1		0,00
Tempo de constituição da empresa em Capanema OU tempo de residência do sócio majoritário da empresa OU da pessoa física em Capanema	5 pontos por ano	até 100	0,1	60,00	6,00
Capacidade do empreendimento gerar uma cadeia de produção e/ou empregos indiretos no Município de Capanema/PR	Aquisição de matéria-prima de pessoas físicas ou jurídicas residentes ou sediadas no Município de Capanema.	2 pontos para cada indicação, até 100	0,1	0,00	0,00
			TOTAL		30,40

Município de Capanema - PR

LICITANTE: Arte & Gesso: Terreno

CRITÉRIO	PROPOSTA/PONTOS	PONTOS	PESO	PROPOSTA	SOMATÓRIO DA PONTUAÇÃO DA PROPOSTA
Empregabilidade (em número de empregos diretos a serem gerados)	2 pontos por emprego gerado	Até 100	0,3	4,00	2,40
Valor do Investimento privado no empreendimento a ser instalado no imóvel R$	Até 20.000,00	5	0,2		0,00
	De 20.001,00 a 40.000,00.	10	0,2		0,00
	40.001,00 a 60.000,00.	15	0,2		0,00
	60.001,00 a 80.000,00	20	0,2		0,00
	Acima de 80.000,00, a cada 20.000,00 acrescenta 5 pontos.	até 100	0,2	45,00	9,00
Prazo construção da infraestrutura e aplicação total dos investimentos (critério exclusivo para terrenos)	Até 6 meses	100	0,2		0,00
	De 6 a 12 meses	80	0,2	80,00	16,00
	De 13 a 18 meses	60	0,2		0,00
	De 19 a 24 meses	40	0,2		0,00
Prazo para aplicação total dos investimentos (critério exclusivo para barracões)	Até 4 meses	100	0,2		0,00
	De 5 a 8 meses	80	0,2		0,00
	De 9 a 12 meses	60	0,2		0,00
	De 13 a 16 meses	40	0,2		0,00
	De 17 a 20 meses	20	0,2		0,00
	De 21 a 24 meses	10	0,2		0,00
Faturamento anual da pessoa jurídica R$	Até 80.001,00.	10	0,1		0,00
	de 80.001,00 a 150.000,00.	20	0,1	20,00	2,00
	150.001,00 a 200.000,00.	30	0,1		0,00
	200.001,00 a 250.000,00.	40	0,1		0,00
	250.001,00 a 300.000,00	50	0,1		0,00
	Acima de 300.000,00, a cada 50.000,00 acrescenta 10 pontos.	até 100	0,1		0,00
Tempo de constituição da empresa em Capanema OU tempo de residência do sócio majoritário da empresa OU da pessoa física em Capanema	5 pontos por ano	até 100	0,1	60,00	6,00
Capacidade do empreendimento gerar uma cadeia de produção e/ou empregos indiretos no Município de Capanema/PR	Aquisição de matéria-prima de pessoas físicas ou jurídicas residentes ou sediadas no Município de Capanema.	2 pontos para cada indicação, até 100	0,1	0,00	0,00
			TOTAL		35,40

BETEL EIRELI

04244.823/0001-13

1258

EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA – EIRELI

DECIMA QUARTA ALTERAÇÃO
BETEL EIRELI
CNPJ nº 04.244.823/0001-13
NIRE 41600517342 EM 15/12/2000

Folha 01

MATHEUS LUIZ ROVEDA CAMPAGNOLO, brasileiro, natural de Curitiba, Paraná, casado com Comunhão de Separação Total de Bens, nascido em 19/01/1989, empresário, inscrito no CPF nº 049.309.489-08, portador do Documento de Identidade RG nº 8.595.098-3 SSP/PR, residente e domiciliado em Capanema, Estado do Paraná, à Rua Antonio Niehues, nº 396, Bairro Santa Cruz, CEP 85760-000, único titular da empresa BETEL EIRELI, com sede na Rua Antônio Niehues, nº 442, Bairro Santa Cruz, Capanema, Estado do Paraná, CEP 85760-000, registrada na Junta Comercial do Paraná sob nº 41600517342 em 19/01/2001 e última alteração sob nº 20202739686 em 17/06/2020 e inscrita no CNPJ sob o nº 04.244.823/0001-13, resolve alterar e consolidar o contrato e posteriores alterações, mediante as condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: Fica alterada a Clausula Segunda da Decima Terceira Alteração Consolidada, onde constava: A EIRELI tem sede e domicílio na Rua Antônio Niehues, nº 442, Bairro Santa Cruz, Capanema, Estado do Paraná, CEP 85760-000, passando a ser: A EIRELI tem sede e domicílio na Rua Antônio Niehues, nº 468, Centro, Capanema, Estado do Paraná, CEP 85760-000

CLAUSULA SEGUNDA: Fica alterada a Clausula Quarta da Decima Terceira Alteração Consolidada, onde constava: O Objeto Social da EIRELI é (CNAE – 1412-6/01) Confecção de peças do vestuário, exceto roupas íntimas e as confeccionadas sobre medida, (CNAE – 1340-5/99) Outros serviços de acabamento em fios, tecidos, artefatos têxteis e peças do vestuário, (CNAE – 4763-6/02) Comércio Varejista de artigos esportivos, (CNAE – 4755-5/03) Comércio Varejista de artigos de cama, mesa e banho, (CNAE – 4789-0/01) Comércio Varejista de suvenires, bijuterias e artesanatos, (CNAE – 4781-4/00) Comércio Varejista de artigos do vestuário e acessórios e (CNAE – 1822-9/01) Serviços de encadernação e plastificação, passando a ser: O Objeto Social da EIRELI é (CNAE – 1412-6/01) Confecção de peças do vestuário, exceto roupas íntimas e as confeccionadas sobre medida, (CNAE – 1340-5/99) Serviços de acabamento em fios, tecidos, artefatos têxteis e peças do vestuário, (CNAE – 4763-6/02) Comércio Varejista de artigos esportivos, (CNAE – 4755-5/03) Comércio Varejista de artigos de cama, mesa e banho, (CNAE – 4789-0/01) Comércio Varejista de suvenires, bijuterias e artesanatos, (CNAE – 4781-4/00) Comércio Varejista de artigos do vestuário e acessórios, (CNAE – 1822-9/01) Serviços de encadernação e plastificação, (CNAE – 4642-7/01) Comercio atacadista de artigos do vestuário e acessórios, exceto profissionais e de segurança, (CNAE 4641-9/02) Comercio atacadista de Cama, Mesa e Banho, (CNAE 4649-4/99) Comercio Atacadista de Artigos Esportivos, Desportivos.

CLÁUSULA TERCEIRA: Permanecem inalteradas as demais cláusulas

259

EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA – EIRELI

DECIMA QUARTA ALTERAÇÃO
BETEL EIRELI
CNPJ nº 04.244.823/0001-13
NIRE 41600517342 EM 15/12/2000

Folha 02

CLÁUSULA QUARTA: Da consolidação do contrato - À vista da modificação ora ajustada e em consonância com o que determina o Art. 2.031 da Lei nº 10.406/2002, o titular RESOLVE atualizar e consolidar o contrato social, tornando assim sem efeito a partir desta data, as cláusulas e condições contidas no contrato primitivo que, adequado às condições da referida Lei nº 10.406/2002 aplicáveis a este tipo societário, passa a ter a seguinte redação:

ATO CONSTITUTIVO CONSOLIDADO DE EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA, DENOMINADA
BETEL EIRELI
CNPJ nº 04.244.823/0001-13
NIRE 41600517342 EM 15/12/2000

MATHEUS LUIZ ROVEDA CAMPAGNOLO, brasileiro, natural de Curitiba, Paraná, casado com comunhão de Separação Total de Bens, nascido em 19/01/1989, empresário, inscrito no CPF nº 049.309.489-08, portador do Documento de Identidade RG nº 8.595.098-3 SSP/PR, residente e domiciliado em Capanema, Estado do Paraná, à Rua Antonio Niehues, nº 396, Bairro Santa Cruz, CEP 85760-000, único titular da empresa BETEL EIRELI, com sede na Rua Antônio Niehues, nº 468, Centro, Capanema, Estado do Paraná, CEP 85760-000, registrada na Junta Comercial do Paraná sob nº 41600517342 em 19/01/2001 e última alteração sob nº 20202739686 em 17/06/2020 e inscrita no CNPJ sob o nº 04.244.823/0001-13, resolve consolidar o contrato social, mediante as condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: A sociedade constituída sob a forma de Empresa Individual de Responsabilidade Limitada Eireli, e com a denominação BETEL EIRELI.

CLÁUSULA SEGUNDA: A EIRELI tem sede e domicílio na Rua Antônio Niehues, nº 468, Centro, Capanema, Estado do Paraná, CEP 85760-000.

CLÁUSULA TERCEIRA: O Capital Social da EIRELI é de R$ 220.000,00 (duzentos e vinte mil reais) dividido em 220.000 (duzentas e vinte mil) quotas de valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada uma, integralizadas da seguinte forma R$ 120.900,00 (cento e vinte mil e novecentos reais) totalmente integralizados em moeda nacional, R$ 99.100,00 (noventa e nove mil e cem reais) com a utilização de Saldo credor contabilizado em conta particular da Empresa, pelo titular

400280

EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA – EIRELI

DECIMA QUARTA ALTERAÇÃO
BETEL EIRELI
CNPJ nº 04.244.823/0001-13
NIRE 41600517342 EM 15/12/2000

Folha 03

TITULAR	PART. %	QUOTAS	VALORES EM R$
MATHEUS L. R. CAMPAGNOLO	100%	220.000	220.000,00
TOTAL	100%	220.000	220.000,00

CLÁUSULA QUARTA: O Objeto Social da EIRELI é (CNAE – 1412-6/01) Confecção de peças do vestuário, exceto roupas íntimas e as confeccionadas sobre medida, (CNAE – 1340-5/99) Serviços de acabamento em fios, tecidos, artefatos têxteis e peças do vestuário, (CNAE – 4763-6/02) Comércio Varejista de artigos esportivos, (CNAE – 4755-5/03) Comércio Varejista de artigos de cama, mesa e banho, (CNAE – 4789-0/01) Comércio Varejista de suvenires, bijuterias e artesanatos, (CNAE – 4781-4/00) Comércio Varejista de artigos do vestuário e acessórios, (CNAE – 1822-9/01) Serviços de encadernação e plastificação, (CNAE – 4642-7/01) Comercio atacadista de artigos do vestuário e acessórios, exceto profissionais e de segurança, (CNAE 4641-9/02) Comercio atacadista de Cama, Mesa e Banho, (CNAE 4649-4/99) Comercio Atacadista de Artigos Esportivos, Desportivos

CLÁUSULA QUINTA: A EIRELI possui uma filial em Planalto, Estado do Paraná, à Rua 04 que dá Acesso à PR-281, Sala B, Área Industrial, CEP 85750-000.

CLÁUSULA SEXTA: A EIRELI possui uma filial em Cascavel, Estado do Paraná, à Rua do Comércio, nº 110, Maria Luiza, CEP 85819-520.

CLÁUSULA SETIMA: A EIRELI possui uma filial em Santo Antônio do Sudoeste, Estado do Paraná, à Rua Teresina, nº 49, Bairro Industrial III, CEP 85710-000.

CLÁUSULA OITAVA: A EIRELI possui uma filial em Capanema, Estado do Paraná, à Rua 25 de Maio, nº 525, Parque Industrial, CEP 85.760-000.

CLÁUSULA NONA: O prazo de duração da EIRELI é de tempo indeterminado e o início das operações sociais é 15 de Dezembro de 2000.

É garantida a continuidade da pessoa jurídica diante do impedimento por força maior ou impedimento temporário ou permanente do titular, podendo a empresa ser alterada para atender uma nova situação.

CLÁUSULA DECIMA: A responsabilidade do titular é limitada ao capital integralizado da empresa que será regida pelo regime jurídico da empresa Limitada e supletivamente pela lei da Sociedade Anônima.

CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA: A administração da EIRELI cabe ao titular MATHEUS LUIZ ROVEDA CAMPAGNOLO, dispensada de caução, a quem caberá dentre outras atribuições, a representação ativa e passiva, judicial e extrajudicial, desta EIRELI, sendo a responsabilidade do titular ao capital integralizado.

Parágrafo Primeiro – O titular poderá fixar uma retirada mensal, a título de pró-labore, observadas as disposições regulamentares pertinentes.

000261

EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA – EIRELI

DECIMA QUARTA ALTERAÇÃO
BETEL EIRELI
CNPJ nº 04.244.823/0001-13
NIRE 41600517342 EM 15/12/2000

Parágrafo Segundo – Faculta-se ao administrador, nos limites de seus poderes, constituir procuradores em nome da EIRELI, devendo ser especificado no instrumento de mandato, os atos e operações que poderão praticar e a duração do mandato, que no caso de mandato judicial, poderá ser por prazo indeterminado.

CLÁUSULA DECIMA SEGUNDA: O término de cada exercício social será encerrado em 31 de Dezembro do ano civil, com a apuração do balanço patrimonial e resultado econômico do ano fiscal, cabendo ao titular, os lucros ou perdas apuradas.

CLÁUSULA DECIMA TERCEIRA: Falecendo ou interditado o titular da EIRELI, a empresa continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes, o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

Parágrafo Único – O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a EIRELI se resolva em relação a seu titular.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: O titular declara sob as penas da lei, que não está impedido, por lei especial, e nem condenado ou que se encontra sob os efeitos de condenação, que o proíba de exercer a administração desta EIRELI, bem como não esta impedido, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos ou crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa de concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou a propriedade. (Art 1.011, § 1º, CC/2002).

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: O endereço do titular, constantes do ato constitutivo ou de sua última alteração serão válidos para o encaminhamento de convocações, cartas, avisos e etc., relativos a atos societários de seu interesse. A responsabilidade de informação de alterações destes endereços é exclusiva do titular, que deverá fazê-lo por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: Declara o titular da EIRELI, para os devidos fins e efeitos de direito, que a mesma não participa de nenhuma outra empresa, ou pessoa jurídica dessa modalidade.

CLÁUSULA DÉCIMA SETIMA: O titular elege o Foro da Comarca de Capanema, Estado do Paraná, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

000262

EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA – EIRELI

DECIMA QUARTA ALTERAÇÃO
BETEL EIRELI
CNPJ nº 04.244.823/0001-13
NIRE 41600517342 EM 15/12/2000

Folha 05

E por estar assim justo e decidido, lavra, data e assina o presente instrumento particular de constituição de Empresa Individual de Responsabilidade Limitada, EIRELI elaborado em via única, para que valha na melhor forma de direito, sendo destinada ao registro e arquivamento na Junta Comercial do Estado do Paraná, obrigando-se fielmente pôr si e seus herdeiros a cumpri-lo em todos os seus termos.

Capanema - PR, 01 de Julho de 2020.

Matheus Luiz Roveda Campagnolo

007263

ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa BETEL EIRELI consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF	Nome
04930948908	MATHEUS LUIZ ROVEDA CAMPAGNOLO

CERTIFICO O REGISTRO EM 07/07/2020 14:47 SOB Nº 20203112806.
PROTOCOLO: 203112806 DE 23/06/2020. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
12002819341. NIRE: 41600517342.
BETEL EIRELI

JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
SECRETÁRIO-GERAL
CURITIBA, 07/07/2020
www.empresafacil.pr.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.
Informando seus respectivos códigos de verificação

0000264

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
04.244.823/0001-13 MATRIZ		19/01/2001

NOME EMPRESARIAL
BETEL EIRELI

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
BETEL SPORT	EPP

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
14.12-6-01 - Confecção de peças de vestuário, exceto roupas íntimas e as confeccionadas sob medida

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
13.40-5-99 - Outros serviços de acabamento em fios, tecidos, artefatos têxteis e peças do vestuário
18.12-9-01 - Serviços de encadernação e plastificação
46.41-9-02 - Comércio atacadista de artigos de cama, mesa e banho
46.42-7-01 - Comércio atacadista de artigos do vestuário e acessórios, exceto profissionais e de segurança
46.49-4-99 - Comércio atacadista de outros equipamentos e artigos de uso pessoal e doméstico não especificados anteriormente
47.55-5-03 - Comercio varejista de artigos de cama, mesa e banho
47.63-6-02 - Comércio varejista de artigos esportivos
47.81-4-00 - Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios
47.89-0-01 - Comércio varejista de suvenires, bijuterias e artesanatos

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
230-5 - Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (de Natureza Empresári

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
R ANTONIO NIEHUES	468	********

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
85.760-000	CENTRO	CAPANEMA	PR

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
ESCSAGGIN15@HOTMAIL.COM	(46) 3552-8800

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	03/11/2005

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **10/11/2020** às **08:52:23** (data e hora de Brasília).

000265

Município de Capanema

ESTADO DO PARANÁ
75.972.760/0001-60
AV GOV.PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA, 1080 - CENTRO - CAPANEMA - PR

ALVARÁ Nº 16/2017

O Município de Capanema, conforme protocolo nº PRP2045326520 de 17 de Julho de 2020 concede alvará de licença para localização a:

Nome: **BETEL EIRELI - EPP**
CNPJ/CPF: 04.244.823/0001-13 **Inscrição Municipal:** 44351
Nome Fantasia: BETEL SPORT

ocalização: R ANTONIO NIEHUES, 468 - CENTRO CEP: 85760000 Capanema - PR

Atividades
1412-6/01 - Confecção de peças do vestuário, exceto roupas íntimas e as confeccionadas sob medida.
1340-5/99 - Outros serviços de acabamento em fios, tecidos, artefatos têxteis e peças do vestuário.
1822-9/01 - Serviços de encadernação e plastificação.
4641-9/02 - Comércio atacadista de artigos de cama, mesa e banho.
4642-7/01 - Comércio atacadista de artigos do vestuário e acessórios, exceto profissionais e de segurança.
4649-4/99 - Comércio atacadista de outros equipamentos e artigos de uso pessoal e doméstico não especificados anteriormente.
4755-5/03 - Comercio varejista de artigos de cama, mesa e banho.
4763-6/02 - Comércio varejista de artigos esportivos.
4781-4/00 - Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios.
4789-0/01 - Comércio varejista de suvenires, bijuterias e artesanatos.

Horário de funcionamento Comercio e prestadores de servicos
Segunda à Sexta das 07:30 às 20:00
Sábado das 07:30 às 13:00

Este Alvará possui validade INDETERMINADA somente para a LOCALIZAÇÃO e ATIVIDADES acima descritas.

Observações:

1 - O Contribuinte deve manter o presente Alvará de Licença, em lugar bem visível e o exibirá a autoridade competente sempre que esta o exigir. - Código de Posturas - Lei 03/1970 - Artigo 213.
2 - Será exigida renovação de licença sempre que ocorrer mudanças de ramo de atividade, modificações nas características do estabelecimento ou transferência de local.
3 - Nos casos de alterações tais como: encerramento, mudanças de endereço, razão social, ramos de atividade, etc. O contribuinte será obrigado a comunicar à Prefeitura dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias.

IMPORTANTE:
- Evite multas, auditorias, fiscalização especial e outros aborrecimentos mantendo em dia sua situação perante o fisco. Futuramente você precisará de certidões para fins de aposentadoria, auxílios, pensão, etc. Zele pelo seu futuro.

Capanema,20 de Outubro de 2020

Autenticação: 9ZTMH2TTM2JMXX8A3QG

266

Cadastro de Inscrições Estaduais

Data/Hora Host CELEPAR
11/11/2020 - 10 21 56

Informações do Contribuinte

Inscrição Estadual	**90738265-67** **Inscrição CNPJ 04.244.823/0001-13**
Nome Empresarial	**Betel Eireli**
Endereço	Rua Antonio Niehues, 468. Centro 85760-000 - Capanema - PR
Telefone	(46)3552-8800
E-mail	ESCRITORIOSAGGIN@GMAIL.COM
Atividade Econômica Principal	1412-6/01 - Confeccao de Pecas do Vestuario, Exceto Roupas Intimas e As Confeccionadas Sob Medida
Atividade(s) Econômica(s) Secundária(s)	1340-5/99 - Outros Servicos de Acabamento em Fios, Tecidos, Artefatos Texteis e Pecas do Vestuario 1822-9/01 - Servicos de Encadernacao e Plastificacao 4641-9/02 - Comercio Atacadista de Artigos de Cama, Mesa e Banho 4642-7/01 - Comercio Atacadista de Artigos do Vestuario e Acessorios, Exceto Profissionais e de Seguranca 4649-4/99 - Comercio Atacadista de Outros Equipamentos e Artigos de Uso Pessoal e Domestico não Especificados Anteriormente 4755-5/03 - Comercio Varejista de Artigos de Cama, Mesa e Banho 4763-6/02 - Comercio Varejista de Artigos Esportivos 4781-4/00 - Comercio Varejista de Artigos do Vestuario e Acessorios 4789-0/01 - Comercio Varejista de Suvenires, Bijuterias e Artesanatos
Características do Estabelecimento	Unidade Produtiva com Atividade no Local
Formas de Atuação	Estabelecimento Fixo(Loja, Posto de Combustível, Etc)
Início das Atividades	12/2016
Código SRP Atual:	1.1011.112 - Desde 01/2017
Situação Cadastral Atual:	Ativo - Desde 12/2016
Regime Pagamento Atual:	1011.112 - Regime Normal / Normal - Dia 12 do Mes+1 - Desde 01/2017
SPED (EFD, NF-e, CT-e, NFC-e):	Maiores informações clique aqui

Existe outra Inscrição Estadual para este CNPJ.
Clique no botão ao lado para consultá-la.

Próxima Inscrição Estadual

COPEL

Copel Distribuição S.A.
José Izidoro Biazetto, 158 bl.C - Mossunguê - Curitiba PR - CEP 81200-240
CNPJ: 04.368.898/0001-06- IE 90.233.073-99 - IM 423.992-4

www.copel.com
0800 51 00 116

004267

Segunda Via

BETEL EIRELI
R ANTONIO NIEHUES, 442 - LZC 81680 01003 343099
SANTA CRUZ - CAPANEMA - PR - CEP: 85760-000

81680 01 003 343099
CNPJ 04.244.823/0001-13 - IE: 9073825567

Mês de referência	Unidade Consumidora
Outubro/2020	91174066
Vencimento	**VALOR A PAGAR**
10/11/2020	R$ 1.011,56

FAT-01-20209632544876-15

Responsabilidade da Manutenção de Ilumina Pública: Municipio 4635521321

DENUNCIE FURTO DE FIOS! LIGUE 181.

Informações Técnicas

Nº Medidor: MD 0301642700 - TRIFASICO

Indust/Confec de Pecas do Vestuario, Exc Intl

Leitura Anterior	Leitura Atual	Medido	Constante de Multiplicação	Total Faturado	Consumo Médio Diário	Data de Emissão	Próxima Leitura Prevista
11/09/2020 78086	13/10/2020 79331	32 dias 1245 kWh	1	1.245 kWh	38,90 kWh	16/10/2020	12/11/2020

Histórico de Consumo e Pagamento

Mês	kWh	Dt.Pgto.	Valor
09/2020	880	19/10/2020	727,01
08/2020	850	15/09/2020	683,69
2020	806	20/08/2020	685,16
06/2020	795	10/07/2020	669,58
05/2020	856	16/06/2020	743,47
04/2020	985	11/05/2020	847,66
03/2020	1180	20/04/2020	1.001,23
02/2020	1220	17/03/2020	1.050,68
01/2020	818	03/02/2020	709,55
12/2019	911	06/01/2020	803,48
11/2019	991	02/12/2019	866,29
10/2019	1069	04/11/2019	958,50

Informações Suplementares

	Tarifas
ENERGIA ELET CONSUMO	0,512770

Tensão Contratada: 127/220 volts
Limite AdequadoTensão: 117 a 133/202 a 231 volts

Reaviso de Vencimento

Valores Faturados

NOTA FISCAL/CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA Nº 159.939.250 - SÉRIE B
Emitida em 16/10/2020

Produto Descrição	Un.	Consumo	Valor Unitário	Valor Total	Base Cálc.	Aliq. ICMS
ENERGIA ELETRICA CONSUMO	kWh	1.245	0,748832	932,42	932,42	29,00%
ACRESCIMO MORATORIO				2,89		
JUROS CONTA ANTERIOR				1,07		
MULTA POR ATRASO NO PAGAMENTO				12,82		
CONT ILUMIN PUBLICA MUNICIPIO				62,36		

Base de Cálculo do ICMS	Valor ICMS	Valor Total da Nota Fiscal
932,42	270,40	1.011,56

Reservado ao Fisco

278D.F59E.046A.BEBE.F980.F104.A8DC.DEC9

INCLUSO NA FATURA PIS R$4,21 E COFINS R$19,42 CONFORME RES. ANEEL 130/2005.
A PARTIR DE 01/10/2020 - PIS/PASEP 0,76% e COFINS 3,51%.
A qualquer tempo pode ser solicitado o cancelamento de valores não relacionados à prestação do serviço de energia elétrica, como convênios e doações.
DENUNCIE O FURTO DE FIOS! LIGUE 181.
Atraso superior a 45dias sujeita inclusão no cadastro de inadimplentes CADIN/PR
Agora é possível recorrer à Ouvidoria da Copel pelo Site ou Mobile.
DÉBITOS: 09/2020 R$ 727,01
Periodos Banc.Tarif.: Verde:12/09-13/10

Autenticação Mecânica

	Mês
91174066	10/2020
Vencimento	**Valor a Pagar**
10/11/2020	1.011,56

COPEL

83600000010 6 11560111000 6 00101020209 9 63254487615 4

COPEL

Copel Distribuição S.A.
José Izidoro Biazetto, 158 bl.C - Mossunguê - Curitiba PR - CEP 81200-240
CNPJ: 04.368.898/0001-06- IE 90.233.073-99 - IM 423.992-4

www.copel.com
0800 51 00 116

MATHEUS LUIZ ROVEDA CAMPAGNOLO
R ANTONIO NIEHUES, 396
SANTA CRUZ - CAPANEMA - PR - CEP: 85760-000

81680 01 003 361000
CPF 049.309.489-08

Mês de referência	Unidade Consumidora
Outubro/2020	8827397
Vencimento	**VALOR A PAGAR**
15/11/2020	R$ 738,18

FAT-01-20209637945597-7

Responsabilidade da Manutenção de Ilumina Pública: Municipio 4635521321

DENUNCIE FURTO DE FIOS! LIGUE 181.

Informações Técnicas

N° Medidor: MD 0390342693 - TRIFASICO

Reside/Residencial

Leitura Anterior	Leitura Atual	Medido	Constante de Multiplicação	Total Faturado	Consumo Médio Diário	Data de Emissão	Próxima Leitura Prevista
14/09/2020 11327	14/10/2020 12262	30 dias 935 kWh	1	935 kWh	31,16 kWh	15/10/2020	13/11/2020

Histórico de Consumo

Mês	kWh	Dt.Pgto.	Valor
09/2020	776	15/10/2020	624,06
08/2020	544	15/09/2020	441,64
/2020	658	17/08/2020	548,41
06/2020	639	15/07/2020	541,38
05/2020	721	15/06/2020	607,86
04/2020	1083	15/05/2020	903,52
03/2020	761	15/04/2020	642,88
02/2020	1144	16/03/2020	969,51
01/2020	808	17/02/2020	696,56
12/2019	903	15/01/2020	790,75
11/2019	832	16/12/2019	730,01
10/2019	839	18/11/2019	740,06

Informações Suplementares

	Tarifas
ENERGIA ELET CONSUMO	0,512770

Tensão Contratada: 127/220 volts
Limite AdequadoTensão: 117 a 133/202 a 231 volts

Reaviso de Vencimento

Valores Faturados

NOTA FISCAL/CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA N° 159.672.535 - SÉRIE B
Emitida em 15/10/2020

Produto Descrição	Un.	Consumo	Valor Unitário	Valor Total	Base Cálc.	Aliq. ICMS
ENERGIA ELETRICA CONSUMO	kWh	935	0,749487	700,77	700,77	29,00%
CONT ILUMIN PUBLICA MUNICIPIO				37,41		

Base de Cálculo do ICMS	Valor ICMS	Valor Total da Nota Fiscal
700,77	203,22	738,18

Reservado ao Fisco

E1B4.3FCC.5142.6B05.B4CE.2894.EC2E.80A8

INCLUSO NA FATURA PIS R$3,23 E COFINS R$14,89 CONFORME RES. ANEEL 130/2005.
A PARTIR DE 01/10/2020 - PIS/PASEP 0,76% e COFINS 3,51%.
A qualquer tempo pode ser solicitado o cancelamento de valores não relacionados à prestação do serviço de energia elétrica, como convênios e doações.
DENUNCIE O FURTO DE FIOS! LIGUE 181.
Atraso superior a 45dias sujeita inclusão no cadastro de inadimplentes CADIN/PR
Agora é possível recorrer à Ouvidoria da Copel pelo Site ou Mobile.
Periodos Band.Tarif.: Verde:15/09-14/10

Autenticação Mecânica

8827397

Mês
10/2020

Vencimento
15/11/2020

Valor a Pagar
738,18

COPEL

83640000007 8 38180111000 2 00101020209 9 63794559707 7

NÃO RECEBER - DÉBITO AUTOMÁTICO - BANCO - 756 - AGÊNCIA - 4342

Segunda Via

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: BETEL EIRELI
CNPJ: 04.244.823/0001-13

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e

2. constam nos sistemas da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) débitos inscritos em Dívida Ativa da União (DAU) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 do CTN, ou garantidos mediante bens ou direitos, ou com embargos da Fazenda Pública em processos de execução fiscal, ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal.

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 08:55:27 do dia 10/11/2020 <hora e data de Brasília>.
Válida até 09/05/2021
Código de controle da certidão: **5CFC.3859.B3F8.7AEA**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Receita Estadual do Paraná

400270

Certidão Positiva

de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual

com Efeitos de Negativa

(Art. 206 do CTN)

Nº 022926789-26

Certidão fornecida para o CNPJ/MF: **04.244.823/0001-13**
Nome: **BETEL EIRELI**

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos existir pendências cadastradas em nome do contribuinte acima identificado, nesta data, as quais estão com a exigibilidade suspensa nos termos dos incisos II, III e/ou VI, do art. 151, do Código Tributário Nacional (Lei 5.172/1966).

Obs.: Esta Certidão engloba todos os estabelecimentos da empresa e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias

Válida até 09/01/2021 - Fornecimento Gratuito

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet
www.fazenda.pr.gov.br

Emitido via Internet Pública (10/11/2020 08:55:02)

000271

Município de Capanema
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE TRIBUTAÇÃO

CERTIDÃO NEGATIVA

IMPORTANTE:

1. FICA RESSALVADO O DIREITO DA FAZENDA MUNICIPAL COBRAR DÉBITOS CONSTATADOS POSTERIORMENTE MESMO REFERENTE AO PERÍODO COMPREENDIDO NESTA CERTIDÃO.
2. A PRESENTE CERTIDÃO TEM VALIDADE ATÉ **02/01/2021**, SEM RASURAS E NO ORIGINAL.

REVENDO OS ARQUIVOS E REGISTROS, CERTIFICAMOS QUE: O CONTRIBUINTE NADA DEVE À FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL RELATIVO A EMPRESA MENCIONADA ABAIXO.

NEGATIVA Nº: 6948/2020

CÓDIGO DE AUTENTICAÇÃO:
9ZTMH282QEMXX4X8X9R5

FINALIDADE: CONCORRÊNCIA / LICITAÇÃO

RAZÃO SOCIAL: BETEL EIRELI - EPP

Inscrição Municipal	CNPJ/CPF	INSCRIÇÃO ESTADUAL	ALVARÁ
44351	04.244.823/0001-13		16

ENDEREÇO

R ANTONIO NIEHUES, 468 - CENTRO CEP: 85760000 Capanema - PR

CNAE / ATIVIDADES

Confecção de peças do vestuário, exceto roupas íntimas e as confeccionadas sob medida, Outros serviços de acabamento em fios, tecidos, artefatos têxteis e peças do vestuário, Serviços de encadernação e plastificação, Comércio atacadista de artigos de cama, mesa e banho, Comércio atacadista de artigos do vestuário e acessórios, exceto profissionais e de segurança, Comércio atacadista de outros equipamentos e artigos de uso pessoal e doméstico não especificados anteriormente, Comercio varejista de artigos de cama, mesa e banho, Comércio varejista de artigos esportivos, Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios, Comércio varejista de suvenires, bijuterias e artesanatos

Certidão emitida no dia **Capanema, 03 de Novembro de 2020.**
CÓDIGO DE AUTENTICAÇÃO: **9ZTMH282QEMXX4X8X9R5**

Voltar Imprimir

CAIXA
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 04.244.823/0001-13
Razão Social: BETEL EIRELI
Endereço: RUA ANTONIO NIEHEUS 442 / SANTA CRUZ / CAPANEMA / PR / 85760-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade:23/10/2020 a 21/11/2020

Certificação Número: 2020102301275159588983

Informação obtida em 10/11/2020 08:56:47

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: BETEL EIRELI (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 04.244.823/0001-13
Certidão nº: 28947276/2020
Expedição: 10/11/2020, às 08:57:24
Validade: 08/05/2021 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **BETEL EIRELI (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **04.244.823/0001-13, NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.

DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE VISITA TÉCNICA

Concorrência nº 02/2020

Objeto: CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE TERRENOS E BARRACÕES, DESTINADOS À INSTALAÇÃO DE EMPRESAS DE QUALQUER NATUREZA, OBSERVADOS OS CRITÉRIOS E PREFERÊNCIAS DO TERMO DE REFERÊNCIA, VISANDO ESTIMULAR À GERAÇÃO DO EMPREGO E RENDA NO ÂMBITO MUNICIPAL, EM CONFORMIDADE COM A LEI MUNICIPAL Nº 1.745/2020.

Nome da Empresa: ***BETEL EIRELI***

CNPJ nº: **04.244.823/0001-13**

Endereço Completo: **RUA ANTONIO NIEHUES, Nº 468, CENTRO, CAPANEMA PR – CEP 85.760-000**

Fone: **(46) 3552-8800**

E-mail: **leidy.w@betelsport.com.br**

O representante legal/contratual da empresa *BETEL EIRELI*, a Sr. MATHEUS LUIZ ROVEDA CAMPAGNOLO, DECLARA que renuncia a Visita Técnica aos locais e/ou instalações do objeto licitado, de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades do imóvel, assumindo total responsabilidade por este fato e informando que não o utilizará para quaisquer questionamentos futuros que ensejem evenças técnicas e ou financeira para com a concedente.

Capanema PR, 9 de novembro de 2020.

BETEL EIRELI

BETEL EIRELI - EPP
CNPJ: 04.244.823/0001-13
Rua Antonio Niehues, n.º 442
04.244.823/0001-13 Bairro Santa Cruz
CEP 85760-000 - Capanema - PR

betel
sport industry

DECLARAÇÃO DE CONCORDÂNCIA COM O EDITAL

001275

BETEL EIRELI, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob n° 04.244.823/0001-13, DECLARA, para fins do disposto neste Edital, que:

a) está de acordo em explorar a sua atividade em um dos imóveis em que está competindo, constantes no Termo de Referência desta licitação;

b) tem disponibilidade imediata dos equipamentos e utensílios necessários para exploração do barracão;

c) não empregará menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregará menor de dezesseis anos.

d) se instalará e iniciará as atividades dentro do prazo não superior a 120 (cento e vinte) dias a contar do dia 1° de janeiro de 2021, podendo esse prazo ser prorrogado, havendo justificativa, por escrito e aceito pelo CONCEDENTE;

e) possui aptidão para o desempenho da atividade pertinente e compatível com o objeto da Licitação;

Capanema PR, 9 de novembro de 2020.

BETEL EIRELI
04.244.823/0001-13

BETEL EIRELI - EPP
CNPJ: 04.244.823/0001-13
Rua Antonio Niehues, n.° 442
Bairro Santa Cruz
CEP 85760-000 - Capanema - PR

009276

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
E ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DO PARANÁ

RG: 8.595.098-3



POLEGAR DIREITO



ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL: **8.595.098-3** DATA DE EXPEDIÇÃO: 26/02/2010

NOME: **MATHEUS LUIZ ROVEDA CAMPAGNOLO**

FILIAÇÃO: EDSON LUIZ CAMPAGNOLO
SUELI ROVEDA CAMPAGNOLO

NATURALIDADE: CURITIBA/PR DATA DE NASCIMENTO: 19/01/1989

DOC. ORIGEM: COMARCA=CAPANEMA/PR, DA SEDE
C.CAS=3822, LIVRO=20B, FOLHA=58

CPF: 049.309.489-08

CURITIBA/PR

ASSINATURA DO DIRETOR

É PROIBIDO PLASTIFICAR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

953-19-00262

Prefeitura Municipal de Capanema
Certifico que este documento é cópia
do original.
Capanema, 12 / 11 / 2020
Sandra

betel
sport industry

009277

PROPOSTA

(X) Proposta os itens relacionados aos imóveis **com** barracões.

( ) Proposta para os itens relacionados aos imóveis **sem** barracões.

NOME DA PESSOA JURÍDICA: **BETEL EIRELI**

CNPJ: **04.244.823/0001-13**

01 - Descrição clara e objetiva do ramo de atividade empresarial a ser desenvolvido no imóvel:

- Confecção de peças de vestuário, exceto roupas íntimas e as confeccionadas sob medida

02 - Matéria prima a ser utilizada:

- Produtos manufaturados

03 - Capacidade produtiva/comercial da unidade a ser instalada:

- Expedição e faturamento de 50.000 mil peças mensais, gerando 2 milhões por mês

04 - Mercado consumidor potencial:

- Atacadista, varejo online, varejo presencial e clubes de futebol em todo âmbito nacional.

05 - Previsão de faturamento, custos, despesas e retorno dos investimentos:

- Terá capacidade de aumentar até 24 milhões por ano de aumento no faturamento, por conta da velocidade de expedição dos produtos, Investimento de R$ 65.000.00 reais com retorno imediato.

06 - Relação da infraestrutura, equipamentos e instalações necessárias ao funcionamento do projeto global, acompanhada de orçamento discriminado:

- Caixas organizadoras, computadores, segurança privada, elétrica e mobiliário conforme orçamentos anexados.

07 - Previsão de investimentos próprios:

- R$ 65.000,00

08 - Viabilidade econômica do projeto:

- Com a área de 300m², teremos um aumento de 50% de ampliação da capacidade do setor de expedição e faturamento da empresa, com isso haverá concentração total e exclusivamente no município de tal operação da fábrica.
- Com a área extra, teremos condições de reduzir nosso prazo atendimento de nossos clientes, ganhando em agilidade, confiabilidade e condições de expedir e faturar, e com a agilidade, ganhamos em tempo mais curto para o recebimento do faturamento.

---

09 - Compromissos assumidos pela proponente:

a) cumprir todas as obrigações previstas no Termo de Referência, no edital e na minuta do contrato da licitação Concorrência 02/2020.

b) contratar, preferencialmente, pessoas que sejam domiciliados no Município de Capanema/PR.

10 - DA OFERTA:

1279

CRITÉRIO	PROPOSTA DA EMPRESA
Empregabilidade (em número de empregos diretos gerados no prazo de 6 meses).	50 empregos
Valor do investimento privado no empreendimento a ser instalado no imóvel - R$	R$ 65.000,00
Prazo para conclusão das obras / prazo para aplicação total dos investimentos	4 meses
Faturamento Anual (média dos últimos 3 anos)	R$ 31.906.057,03
Tempo de constituição da empresa OU residência do sócio majoritário no município de Capanema (somente dados do sócio mais antigo)	25 anos
Capacidade do empreendimento gerar uma cadeia de produção e/ou empregos indiretos no Município de Capanema/PR	50 empresas

Capanema PR, 9 de novembro de 2020.

BETEL EIRELI - EPP
CNPJ: 04.244.823/0001-13
Rua Antonio Niehues, n.º 442
Bairro Santa Cruz
CEP 85760-000 - Capanema - PR

BETEL EIRELI
04.244.823/0001-13

betel
sport industry

INDICAÇÃO DE ITENS RELACIONADOS AOS IMÓVEIS COM BARRACÕES

009280

NOME DA PESSOA JURÍDICA: **BETEL EIRELI**

CNPJ: **04.244.823/0001-13**

A proposta constante no envelope lacrado será utilizada como oferta para os imóveis previstos nos seguintes itens, em ordem de preferência:

Item (previsto no Termo de Referência)	**Descrição do imóvel** (previsto no Termo de Referência)
ITEM 15	**Área Industrial I - próximo ao trevo saída para São Pedro - Quadra 84A - Lote 04 - Setor N.E - Rua 25 de maio nº 581**
ITEM 16	**Área Industrial I - próximo ao trevo saída para São Pedro - Quadra Nº 84 - Lote 03 - Setor N.E - Rua 25 de maio nº 646**
ITEM 17	**Área Industrial I - próximo ao trevo saída para São Pedro - Quadra Nº 84 - Lote 05 - Setor N.E - Rua 25 de maio nº 530**

No caso de a pessoa física ou jurídica se sagrar vencedora em mais de um item, será adjudicado um único imóvel, conforme a ordem de preferência indicada nesta proposta.

Capanema PR, 9 de novembro de 2020.

BETEL EIRELI

04.244.823/0001-13

BETEL EIRELI - EPP
CNPJ: 04.244.823/0001-13
Rua Antonio Niehues, n.º 442
Bairro Santa Cruz
CEP 85760-000 - Capanema - PR

DECLARAÇÃO DE EMPRESAS PARCEIRAS COM SEDE NO MUNICÍPIO

001281

BETEL EIRELI, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob n° 04.244.823/0001-13, DECLARA, para fins do disposto neste Edital, que tem vínculo com as seguintes empresas:

FORNECEDORES DE CAPANEMA/PR - ATIVOS		
Nome / Razão	**Fantasia**	**CNPJ / CPF**
L. BRITTO & CIA LTDA.	BRITTO BAZAR	00.329.742/0001-65
CENTRO DE FORMAÇAO DE CONDUTORES KAFER LTDA.	CENTRO DE FORMAÇAO DE CONDUTORES KAFER LTDA.	00.437.550/0001-72
V. A. STOKMANN & CIA LTDA.	FARMACIA SAO LUCAS	00.938.575/0001-50
DREHER E TECCHIO LTDA.	RELOJOARIA ESMERALDA	01.034.055/0001-85
IOLANDA MARIA SALETE SALVADORI	SALVADORI DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS	01.229.680/0001-82
ADEMIR WILBERT	BAZAR SILVA	01.462.074/0001-02
GLAUCO GENNARO ROVEDA	ROVEDA ADVOCACIA E CONSULTORIA	28.786.355/0001-77
COOPERATIVA DE CREDITO SICOOB VALE SUL	SICOOB VALE SUL	02.466.552/0018-63
CELSO GAIO	MECANICA IGUAÇU	03.358.623/0001-29
MATERIAIS DE CONSTRUÇAO ROGERI LTDA - CONSTRU&CIA	CONSTRUECIA	04.909.692/0002-27
MICHAELLI B. ZANDOMENICO E CIA LTDA	MICHAELLI B. ZANDOMENICO E CIA LTDA	05.095.644/0001-24
HEINZEM VARIEDADES LTDA	LOJA 1 REAL	05.269.797/0001-40
CASTELAR - MÓVEIS MODULADOS LTDA	CASTELAR	05.861.462/0001-17
COMERCIO DE GAS E TRANSPORTE LTDA.	DIDI GAS	06.076.643/0001-03
REFRIGERAÇAO LEVISKI	REFRIGERAÇAO LEVISKI	06.310.697/0001-83
LARISSA CAPORAL E CIA LTDA-ME	CLINICA SAUDE	06.333.837/0001-39
A. RECKZIEGEL E CIA LTDA.	EXTINTORES CAPANEMA	07.553.917/0001-62
EDITORA RAPPORTE LTDA ME	RAPPORT EMBALAGENS	07.886.585/0001-38
CENTRAL DE EMBALAGENS	CENTRAL DE EMBALAGENS	08.225.417/0001-64
MEDEIROS & ROVEDA LTDA.	MEDEIROS & ROVEDA LTDA.	08.302.019/0001-02
EDIRLENE T SCHMITZ E SOUZA LTDA	FARMACIA BOM JESUS	08.612.355/0001-43
CORDASSO E TRENTO LTDA	HOTEL TITO´S	09.013.899/0001-51
IRMAOS DEMENECH	IRMAOS DE MENECH	09.282.010/0002-12
ARTE 2 GESSO LTDA	ARTE 2 GESSO LTDA	10.171.196/0001-30
ELETROTECNICA E REBOBINAGEM DE MOTORES	SERGIO LUCIANO	11.312.104/0001-58

F1 COMERCIO DE PNEUS E AUTO CENTER LTDA.	F1 PNEUS E AUTO CENTER	11.422.034/0003-52
ADRIANI TEREZINHA SIVERIS	LAVANDERIA CAPANEMA	11.500.093/0001-30
JT MACHADO CONSTRUÇOES LTDA	JT MACHADO	13.426.456/0001-60
ELIANE MARISA MESOMO	ELIANE MARISA MESOMO	13.856.681/0001-36
CAPANEMA LIVRARIA E PAPELARIA LTDA.-ME	CAPANEMA LIVRARIA E PAPELARIA	13.971.053/0001-00
RESTAURANTE KRAEMER LTDA.-ME	KRAEMER	14.607.300/0001-48
KM DE SA & CIA LTDA	ULTRAGAZ	15.508.352/0001-20
DAHMER & LORENCETTI LTDA.	VA VISUART ARTES & IMPRESSOES	15.740.810/0001-51
GOLDONI HOTEL LTDA.	GOLDONI HOTEL	16.604.093/0001-01
REGINA SCHNEIDER KURZ-ME	REGINA FLORES	16.892.139/0001-27
SCHARLES GUIZONI	SCHARLES GUIZONI	17.697.192/0001-30
LUIZ FERNANDO LAZARINI & CIA LTDA.	RADIOLOGIA CAPANEMA	18.395.471/0001-01
MARLENE PEREIRA -ME	CHAVEIRO	19.062.176/0001-04
EMP. BRAS. DE CORREIOS E TELEGRAFOS	CORREIOS	34.028.316/4452-29
RELOJOARIA COMERCIO VAREJISTA DE BIJOUTERIAS	RELOJOARIA MOACIR	74.155.235/0001-99
COMERCIO DE ROUPAS FEITAS EUVILAR LTDA.	CASA VERDE	75.555.169/0001-07
SUPERMERCADO LUERSEN	SUPERMERCADO LUERSEN	75.556.431/0005-61
COMERCIAL DE TECIDOS NICO LTDA.	CASA NICO	75.978.312/0001-73
INCASUL IND. E COM. DE IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS LTDA.	INCASUL	75.978.452/0001-41
SILVA MAQUINAS AGRICOLAS	NELI TEREZINHA DA SILVA - MAQUINAS	80.577.794/0001-90
TANIA LIANE CHRISTMANN CAMPOS	LOJA DA TANIA	81.713.737/0001-53
SICREDI FRONTEIRAS PR/SC/SP	SICREDI	82.527.557/0019-79
A. A COLUSSI & CIA. LTDA	CONSTUTORA COLUSSI	84.840.503/0001-65
GILMAR LINZMEYER	GILMAR MUDANÇAS	938.694.799-49
NABINGER & CUNHA LTDA-ME	METALURGICA STYLO	97.537.781/0001-90

Capanema PR, 9 de novembro de 2020.

BETEL EIRELI

04.244.823/0001-13

BETEL EIRELI - EPP
CNPJ: 04.244.823/0001-13
Rua Antonio Niehues, n.º 442
Bairro Santa Cruz
CEP 85760-000 - Capanema - PR

betel
sport industry

CRONOGRAMA

AD 0283

BETEL EIRELI, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob n° 04.244.823/0001-13, DECLARA, para fins do disposto neste Edital, que o valor do investimento e a execução das obras serão das seguintes maneiras:

Serão investidos R$ 65.000,00 reais para aquisição de todos os materiais necessários para o inicio dos trabalhos, os quais, serão adquiridos e instalados o quanto antes possível no período máximo de 4 meses.

Capanema PR, 9 de novembro de 2020.

BETEL EIRELI

04.244.823/0001-13

BETEL EIRELI - EPP
CNPJ: 04.244.823/0001-13
Rua Antonio Niehues, n.º 442
Bairro Santa Cruz
CEP 85760-000 - Capanema - PR

CNPJ: 04.244.823/0001-13
Consolidação: Empresa

000284 **Grau: 5**

	2019	2018
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	**34.880.134,39**	**31.135.540,43**
RECEITAS BRUTA COM VENDAS	34.651.022,19	31.055.741,13
RECEITAS COM VENDAS NO PAIS	34.649.622,39	31.055.741,13
VENDAS DE PRODUTOS DE FABRICACAO PROPRIA	34.599.255,35	31.001.732,87
REVENDA DE MERCADORIAS	50.367,04	54.008,26
RECEITAS COM VENDAS PARA O EXTERIOR	1.399,80	0,00
VENDA DE SERVICOS	1.399,80	0,00
RECEITAS FINANCEIRAS	198.540,68	62.014,29
GANHOS COM APLICACAO FINANCEIRA	1.539,24	1,03
RENDIMENTOS DE APLICACAO RENDA VARIAVEL	1.539,24	1,03
JUROS E DESCONTOS OBTIDOS	197.001,44	62.013,26
JUROS ATIVOS	187.140,78	10.838,75
DESCONTOS OBTIDOS	9.860,66	51.174,51
RECEITAS COM PARTICIPACAO SOCIETARIA	1.243,54	0,00
DIVIDENDOS E LUCROS DISTRIBUIDOS	1.243,54	0,00
DIVIDENDOS DISTRIBUIDOS	1.243,54	0,00
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	29.327,98	17.785,01
RECEITAS EVENTUAIS	29.327,98	17.785,01
BONIFICACOES	25.247,88	17.785,01
INDENIZACOES RECEBIDAS	4.080,10	0,00
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	**3.766.750,57**	**4.239.236,31**
DEDUCOES DAS RECEITAS COM VENDAS	3.766.750,57	4.239.236,31
DEVOLUCOES E DESCONTOS E ABATIMENTOS	701.356,42	1.688.403,90
DEVOLUCOES DE VENDAS	701.356,42	1.688.403,90
TRIBUTOS E CONTRIBUICOES S/ VENDAS	3.065.394,15	2.550.832,41
ICMS S/ VENDAS	3.367.622,05	3.108.782,88
(-) CREDITO PRESUMIDO DE ICMS	-2.471.765,76	-2.465.837,12
PIS S/ VENDAS	210.516,22	189.827,17
COFINS S/ VENDAS	971.553,38	876.125,46
ISS S/ PRESTACAO DE SERVICOS	41,99	0,00
INSS S/ FATURAMENTO	852.237,74	731.524,01
ICMS - DIFERENCIAL DE ALIQUOTA	135.188,53	110.410,01
RECEITA LÍQUIDA	**31.113.383,82**	**26.896.304,12**
CUSTOS	**27.244.433,06**	**24.113.416,94**
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS	11.341,30	18.548,30
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS	11.341,30	18.548,30
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS	11.341,30	18.548,30
CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS	27.233.091,76	24.094.868,64
CUSTO DAS MATERIAS-PRIMAS	9.408.428,04	10.940.910,86
CUSTO DAS MATERIAS-PRIMAS	9.268.781,38	10.826.868,58
CUSTO ICMS DIF. DE ALIQUOTAS S/ COMPRAS	135.457,14	110.994,12
CUSTO DE AVIAMENTOS	4.189,52	3.048,16
GASTOS GERAIS DE FABRICACAO	17.824.663,72	13.153.957,78
PRO-LABORE	120.000,00	84.000,00
SALARIO	7.685.383,27	7.419.222,05
HORAS EXTRAS	242.397,79	0,00
ADICIONAL NOTURNO	7.352,38	0,00
FERIAS	897.298,54	819.348,36
INSS SOBRE FERIAS	76.171,23	0,00
FGTS SOBRE FERIAS	21.158,25	0,00
FERIAS (PROVISÃO)	264.485,48	0,00
13§ SALARIO	702.909,28	699.699,17
AVISO PREVIO/INDENIZACOES TRABALHISTAS	466.853,79	63.469,20
BONUS	11.799,92	0,00
INSS	826.101,42	748.535,85
FGTS	890.959,09	824.645,58
FGTS PAGO EM RESCISAO	4.700,00	0,00
AGUA E ESGOTO	52.543,74	43.076,14
ENERGIA ELETRICA	438.787,49	357.199,52
MATERIAL DE ESCRITORIO	32.061,10	28.103,87
CORREIOS E MALOTES	2.467,26	5.442,41
SEGUROS	49.551,82	22.034,27
VIAGENS/HOSPEDAGENS	33.994,35	13.612,92
MANUTENCAO E CONSERVACAO	130.511,97	123.599,75
ASSISTENCIA MEDICA E SOCIAL	5.285,00	562,00
COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES	102.339,42	82.744,39
VALE-TRANSPORTE	42.329,57	60.030,61
SERVICOS DE TERCEIROS PESSOA JURIDICA	264.178,00	137.802,06

	2019	2018
DISPENDIOS COM ALIMENTACAO	4.169,64	7.815,07
TELEFONE	29.225,80	37.621,98
INDUSTRIALIZACAO EFETUADA POR TERCEIROS	147.231,54	9.951,82
DESPESAS C/PESSOAL	1.064,78	515,00
FRETES E CARRETOS	629.183,05	595.374,65
MATERIAL DE USO E CONSUMO	1.282.809,66	521.185,48
SAUDE, PROTECAO E SEGURANCA	98.569,07	79.210,97
COPA E COZINHA	111,50	288,62
PROPAGANDA E PUBLICIDADE	2.261,33	5.477,53
CONS. MANUT. DE VEICULOS	7.049,16	23.283,28
REPARO E MANUTENCAO DE INFORMATICA	6.144,70	7.726,00
DESPESAS C/ BONIFICACOES	141.225,51	56.776,75
ASSISTENCIA TECNICA	2.716,35	7.917,55
PNEUS E CAMARAS	3.750,00	4.580,00
COMISSOES S/ VENDAS (NAO EMPREGADOS)	469.593,40	199.076,36
COLETA E TRANSPORTE DE RESIDUOS	24.779,08	28.994,00
DESPESAS COM ROYALTIES	1.600.513,99	35.034,57
CURSOS / TREINAMENTOS	2.645,00	0,00
LUCRO BRUTO	**3.868.950,76**	**2.782.887,18**
DESPESAS OPERACIONAIS	**2.603.561,74**	**2.074.972,39**
DESPESAS OPERACIONAIS	**2.634.061,74**	**2.103.878,97**
DESPESAS OPERACIONAIS - COMERCIAIS	46.921,16	148.679,56
DESPESAS GERAIS COMERCIAIS	46.921,16	148.679,56
MATERIAL DE ESCRITORIO	110,00	0,00
SEGUROS	3,60	481,71
BRINDES	0,00	3.560,00
USO E CONSUMO	0,00	24.397,58
LICENCIAMENTO - USO DE MARCA	0,00	75.616,48
TREINAMETOS	11.351,81	2.640,00
ICMS DAE	0,00	41.983,79
DESPESAS C/ VEICULOS	1.215,75	0,00
INDENIZAÇÕES	34.000,00	0,00
DESPESAS COM LAUDOS / SEGUROS	240,00	0,00
DESPESAS OPERACIONAIS - ADMINISTRATIVAS	1.003.201,46	693.289,98
DESPESAS TRABALHISTAS	1.715,61	1.127,70
AUXILIO FUNERAL	1.715,61	1.127,70
DESPESAS GERAIS ADMINISTRATIVAS	1.001.485,85	692.162,28
ALUGUEL	261.398,10	264.428,33
INTERNET	18.289,00	14.275,85
MATERIAL DE LIMPEZA	5.411,10	3.987,78
MANUTENCAO E CONSERVACAO	11.129,83	0,00
SINDICATO PATRONAL/ASSOCIACAO DE CLASSE	19.129,07	16.149,96
ASSISTENCIA MEDICA E SOCIAL	0,00	342,00
SERVICOS DE TERCEIROS PESSOA FISICA	0,00	65.000,00
SERVICOS DE TERCEIROS PESSOA JURIDICA	36.674,10	21.429,28
CONFRATERNIZACOES	37.212,34	21.725,00
DESPESAS BANCARIAS	32.423,48	35.331,04
DESPESAS COM SISTEMAS	105.102,36	62.054,46
MONITORAMENTO / SEGURANÇA	30.206,00	25.792,76
HONORARIOS CONTABEIS	175.261,09	73.426,43
JUROS BANCARIOS	4.054,80	15.460,87
TAXAS CREA - PR	85,96	0,00
REPASSES E DOAÇÕES	115.334,82	62.442,36
DESPESAS C/ INSTALACOES	120,00	350,00
TAXA CORPO DE BOMBEIROS	1.103,87	4.220,98
DESPESAS COM CARTORIO	19.480,15	2.061,53
MATERIAL DE USO E CONSUMO	1.268,49	0,00
TARIFA CESSAO DE TITULOS C/ RVB	308,87	0,00
ICMS DIFERENCIAL DE ALIQUOTAS	1.059,59	0,00
MENSALIDADES	5.960,91	2.936,65
ALUGUEL / BENS MOVEIS	31.375,90	747,00
HONORARIOS ADVOCATICIOS	84.143,53	0,00
DESP.C/LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS	4.952,49	0,00
DESPESAS OPERACIONAIS - FINANCEIRAS	1.513.744,79	1.226.513,96
DESPESAS COM ATUALIZACOES	315.642,75	220.565,16
JUROS REF.PARCELAMENTOS FEDERAIS	56.281,61	0,00
JUROS REF. PARCELAMENTO PREVIDENCIARIO	0,00	39.139,55
JUROS REF. PARCELAMENTOS ESTADUAIS	56.025,99	181.240,61
JUROS ENCARGOS FGTS	0,00	185,00
ENCARGOS FINANCEIROS	203.335,15	0,00
JUROS E DESCONTOS	1.198.102,04	1.005.948,80

	2019	2018
JUROS PASSIVOS	257.639,24	146.926,29
DESCONTOS CONCEDIDOS	16.574,52	76.039,05
DESPESAS FINANCEIRAS - DESCONTO DE TITULOS	923.888,28	782.983,46
DESPESAS OPERACIONAIS - TRIBUTARIAS	58.536,97	35.395,47
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUICOES	53.529,66	27.420,75
IOF	5.955,06	17.686,66
IPTU	31.154,27	5.053,28
IPVA	7.177,67	1.156,54
OUTRAS TAXAS	8.282,89	2.967,51
TAXA DE CAMBIO	959,77	556,76
MULTAS	5.007,31	7.974,72
MULTAS FISCAIS PUNITIVAS	5.007,31	7.974,72
DESPESAS NAO-OPERACIONAIS	11.657,36	0,00
PERDAS	11.657,36	0,00
PERDAS COM SINISTROS	11.657,36	0,00
RECEITAS NÃO OPERACIONAIS	**30.500,00**	**28.906,58**
OUTRAS RECEITAS NAO OPERACIONAIS	30.500,00	28.906,58
OUTROS GANHOS	500,00	28.906,58
INDENIZAÇÃO DE SEGUROS	0,00	13.795,78
OUTRAS RECEITAS NÃO OPERACIONAIS	500,00	15.110,80
ALIENACAO DE IMOBILIZADO	30.000,00	0,00
ALIENACAO DE VEICULOS	30.000,00	0,00
RESULTADO ANTES DAS OPERAÇÕES FINANCEIRAS	**1.265.389,02**	**707.914,79**
RESULTADO ANTES DAS PROVISÕES TRIBUTÁRIAS	**1.265.389,02**	**707.914,79**
PROVISÕES TRIBUTÁRIAS (CSLL/IRPJ)	**1.110.027,04**	**882.387,31**
PROVISOES P/ IMP. E CONTRIB. S/ LUCRO	1.110.027,04	882.387,31
PROVISOES P/ IMPOSTOS S/ LUCRO	719.980,35	564.563,19
PROVISAO P/ IRPJ	719.980,35	564.563,19
PROVISOES P/ CONTRIBUICOES S/ LUCRO	390.046,69	317.824,12
PROVISAO P/ CONTRIBUICAO SOCIAL	390.046,69	317.824,12
LUCRO/PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**155.361,98**	**-174.472,52**

MATHEUS LUIZ ROVEDA CAMPAGNOLO
TITULAR
CPF 049.309.489-08

NADIR SAGGIN
TEC EM CONTABILIDADE
CRC PR-013.407/O-6

	2018	2017
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	**31.135.540,43**	**22.127.559,95**
RECEITAS BRUTA COM VENDAS	31.055.741,13	22.084.159,76
RECEITAS COM VENDAS NO PAIS	31.055.741,13	22.084.159,76
VENDAS DE PRODUTOS DE FABRICACAO PROPRIA	31.001.732,87	22.070.721,98
REVENDA DE MERCADORIAS	54.008,26	13.437,78
RECEITAS FINANCEIRAS	62.014,29	23.048,67
GANHOS COM APLICACAO FINANCEIRA	1,03	153,41
RENDIMENTOS DE APLICACAO RENDA VARIAVEL	1,03	153,41
JUROS E DESCONTOS OBTIDOS	62.013,26	22.895,26
JUROS ATIVOS	10.838,75	2.047,48
DESCONTOS OBTIDOS	51.174,51	20.847,78
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	17.785,01	20.351,52
RECEITAS EVENTUAIS	17.785,01	20.351,52
BONIFICACOES	17.785,01	20.351,52
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	**4.239.236,31**	**2.735.287,48**
DEDUCOES DAS RECEITAS COM VENDAS	4.239.236,31	2.735.287,48
DEVOLUCOES E DESCONTOS E ABATIMENTOS	1.688.403,90	772.154,10
DEVOLUCOES DE VENDAS	1.688.403,90	772.154,10
TRIBUTOS E CONTRIBUICOES S/ VENDAS	2.550.832,41	1.963.133,38
ICMS S/ VENDAS	3.108.782,88	651.504,44
(-) CREDITO PRESUMIDO DE ICMS	-2.465.837,12	0,00
PIS S/ VENDAS	189.827,17	138.557,00
COFINS S/ VENDAS	876.125,46	639.493,84
INSS S/ FATURAMENTO	731.524,01	533.578,10
ICMS - DIFERENCIAL DE ALIQUOTA	110.410,01	0,00
RECEITA LÍQUIDA	**26.896.304,12**	**19.392.272,47**
CUSTOS	**24.113.416,94**	**13.604.900,53**
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS	18.548,30	10.837,75
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS	18.548,30	10.837,75
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS	18.548,30	10.837,75
CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS	24.094.868,64	13.594.062,78
CUSTO DAS MATERIAS-PRIMAS	10.940.910,86	4.000.732,80
CUSTO DAS MATERIAS-PRIMAS	10.826.868,58	4.000.732,80
CUSTO ICMS DIF. DE ALIQUOTAS S/ COMPRAS	110.994,12	0,00
CUSTO DE AVIAMENTOS	3.048,16	0,00
GASTOS GERAIS DE FABRICACAO	13.153.957,78	9.593.329,98
PRO-LABORE	84.000,00	97.000,00
SALARIO	7.419.222,05	5.498.632,91
FERIAS	819.348,36	434.550,91
INSS SOBRE FERIAS	0,00	151.986,54
FGTS SOBRE FERIAS	0,00	43.769,56
13§ SALARIO	699.699,17	488.236,34
AVISO PREVIO/INDENIZACOES TRABALHISTAS	63.469,20	46.728,10
INSS	748.535,85	533.175,01
FGTS	824.645,58	627.382,52
AGUA E ESGOTO	43.076,14	24.542,29
ENERGIA ELETRICA	357.199,52	204.931,83
MATERIAL DE ESCRITORIO	28.103,87	7.305,63
CORREIOS E MALOTES	5.442,41	1.427,04
SEGUROS	22.034,27	6.970,83
VIAGENS/HOSPEDAGENS	13.612,92	8.604,90
MANUTENCAO E CONSERVACAO	123.599,75	34.008,45
ASSISTENCIA MEDICA E SOCIAL	562,00	1.244,00
COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES	82.744,39	61.035,61
VALE-TRANSPORTE	60.030,61	18.646,44
SERVICOS DE TERCEIROS PESSOA JURIDICA	137.802,06	306.662,27
DISPENDIOS COM ALIMENTACAO	7.815,07	8.548,91
TELEFONE	37.621,98	29.793,01
CONFRATERNIZACOES	0,00	329,19
INDUSTRIALIZACAO EFETUADA POR TERCEIROS	9.951,82	115.442,43
DESPESAS C/PESSOAL	515,00	0,00
FRETES E CARRETOS	595.374,65	381.616,92
MATERIAL DE USO E CONSUMO	521.185,48	312.087,42
SAUDE, PROTECAO E SEGURANCA	79.210,97	39.078,58
COPA E COZINHA	288,62	4.953,62
PROPAGANDA E PUBLICIDADE	5.477,53	3.085,67
CONS. MANUT. DE VEICULOS	23.283,28	20.403,53
REPARO E MANUTENCAO DE INFORMATICA	7.726,00	10.104,97

CNPJ: 04.244.823/0001-13
Consolidação: Empresa

4041288 **Grau: 5**

	2018	2017
DESPESAS C/ BONIFICACOES	56.776,75	30.567,60
ASSISTENCIA TECNICA	7.917,55	4.181,40
PNEUS E CAMARAS	4.580,00	1.300,00
COMISSOES S/ VENDAS (NAO EMPREGADOS)	199.076,36	34.995,55
COLETA E TRANSPORTE DE RESIDUOS	28.994,00	0,00
DESPESAS COM ROYALTIES	35.034,57	0,00
LUCRO BRUTO	**2.782.887,18**	**5.787.371,94**
DESPESAS OPERACIONAIS	**2.074.972,39**	**1.194.075,18**
DESPESAS OPERACIONAIS	**2.103.878,97**	**1.194.075,18**
DESPESAS OPERACIONAIS - COMERCIAIS	148.679,56	71.583,11
DESPESAS GERAIS COMERCIAIS	148.679,56	71.583,11
SEGUROS	481,71	0,00
BRINDES	3.560,00	0,00
USO E CONSUMO	24.397,58	0,00
LICENCIAMENTO - USO DE MARCA	75.616,48	71.583,11
TREINAMETOS	2.640,00	0,00
ICMS DAE	41.983,79	0,00
DESPESAS OPERACIONAIS - ADMINISTRATIVAS	693.289,98	432.278,63
DESPESAS TRABALHISTAS	1.127,70	0,00
AUXILIO FUNERAL	1.127,70	0,00
DESPESAS GERAIS ADMINISTRATIVAS	692.162,28	432.278,63
ALUGUEL	264.428,33	98.922,93
INTERNET	14.275,85	2.606,83
MATERIAL DE LIMPEZA	3.987,78	8.040,96
MANUTENCAO E CONSERVACAO	0,00	610,00
SINDICATO PATRONAL/ASSOCIACAO DE CLASSE	16.149,96	2.479,59
ASSISTENCIA MEDICA E SOCIAL	342,00	285,00
SERVICOS DE TERCEIROS PESSOA FISICA	65.000,00	52.180,00
SERVICOS DE TERCEIROS PESSOA JURIDICA	21.429,28	89.024,15
PEDAGIOS	0,00	123,00
BENS DE PEQUENO VALOR	0,00	778,62
CONFRATERNIZACOES	21.725,00	0,00
DESPESAS BANCARIAS	35.331,04	8.012,23
DESPESAS COM SISTEMAS	62.054,46	50.689,83
MONITORAMENTO / SEGURANÇA	25.792,76	25.538,95
HONORARIOS CONTABEIS	73.426,43	11.697,00
JUROS BANCARIOS	15.460,87	13.438,85
TAXAS CREA - PR	0,00	163,06
REPASSES E DOAÇÕES	62.442,36	53.823,81
DESPESAS C/ INSTALACOES	350,00	76,00
TAXA CORPO DE BOMBEIROS	4.220,98	5.203,80
DESPESAS COM CARTORIO	2.061,53	3.753,10
DESPESAS COM PROJETOS	0,00	3.050,00
TARIFA CESSAO DE TITULOS C/ RVB	0,00	708,10
ICMS DIFERENCIAL DE ALIQUOTAS	0,00	1.072,82
MENSALIDADES	2.936,65	0,00
ALUGUEL / BENS MOVEIS	747,00	0,00
DESPESAS OPERACIONAIS - FINANCEIRAS	1.226.513,96	680.285,70
DESPESAS COM ATUALIZACOES	220.565,16	85.239,96
JUROS REF.PARCELAMENTOS FEDERAIS	0,00	3.309,10
JUROS REF. PARCELAMENTO PREVIDENCIARIO	39.139,55	33.094,07
JUROS REF. PARCELAMENTOS ESTADUAIS	181.240,61	48.836,79
JUROS ENCARGOS FGTS	185,00	0,00
JUROS E DESCONTOS	1.005.948,80	595.045,74
JUROS PASSIVOS	146.926,29	59.902,65
DESCONTOS CONCEDIDOS	76.039,05	278.555,12
DESPESAS FINANCEIRAS - DESCONTO DE TITULOS	782.983,46	256.587,97
DESPESAS OPERACIONAIS - TRIBUTARIAS	35.395,47	9.927,74
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUICOES	27.420,75	9.927,74
IOF	17.686,66	2.659,62
IPTU	5.053,28	99,31
IPVA	1.156,54	0,00
OUTRAS TAXAS	2.967,51	7.168,81
TAXA DE CAMBIO	556,76	0,00
MULTAS	7.974,72	0,00
MULTAS FISCAIS PUNITIVAS	7.974,72	0,00
RECEITAS NÃO OPERACIONAIS	**28.906,58**	**0,00**
OUTRAS RECEITAS NAO OPERACIONAIS	28.906,58	0,00
OUTROS GANHOS	28.906,58	0,00
INDENIZAÇÃO DE SEGUROS	13.795,78	0,00
OUTRAS RECEITAS NÃO OPERACIONAIS	15.110,80	0,00

CNPJ: 04.244.823/0001-13
Consolidação: Empresa

401289

Grau: 5

	2018	2017
RESULTADO ANTES DAS OPERAÇÕES FINANCEIRAS	**707.914,79**	**4.593.296,76**
RESULTADO ANTES DAS PROVISÕES TRIBUTÁRIAS	**707.914,79**	**4.593.296,76**
PROVISÕES TRIBUTÁRIAS (CSLL/IRPJ)	**882.387,31**	**632.559,63**
PROVISOES P/ IMP. E CONTRIB. S/ LUCRO	882.387,31	632.559,63
PROVISOES P/ IMPOSTOS S/ LUCRO	564.563,19	402.337,44
PROVISAO P/ IRPJ	564.563,19	402.337,44
PROVISOES P/ CONTRIBUICOES S/ LUCRO	317.824,12	230.222,19
PROVISAO P/ CONTRIBUICAO SOCIAL	317.824,12	230.222,19
LUCRO/PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**-174.472,52**	**3.960.737,13**

MATHEUS LUIZ ROVEDA CAMPAGNOLO
TITULAR
CPF 049.309.489-08

NADIR SAGGIN
TEC EM CONTABILIDADE
CRC PR-013.407/O-6

CNPJ: 04.244.823/0001-13
Consolidação: Empresa

000290

Grau: 5

	2017	2016
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	**22.127.559,95**	**0,00**
RECEITAS BRUTA COM VENDAS	22.084.159,76	0,00
RECEITAS COM VENDAS NO PAIS	22.084.159,76	0,00
VENDAS DE PRODUTOS DE FABRICACAO PROPRIA	22.070.721,98	0,00
REVENDA DE MERCADORIAS	13.437,78	0,00
RECEITAS FINANCEIRAS	23.048,67	0,00
GANHOS COM APLICACAO FINANCEIRA	153,41	0,00
RENDIMENTOS DE APLICACAO RENDA VARIAVEL	153,41	0,00
JUROS E DESCONTOS OBTIDOS	22.895,26	0,00
JUROS ATIVOS	2.047,48	0,00
DESCONTOS OBTIDOS	20.847,78	0,00
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	20.351,52	0,00
RECEITAS EVENTUAIS	20.351,52	0,00
BONIFICACOES	20.351,52	0,00
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	**2.735.287,48**	**0,00**
DEDUCOES DAS RECEITAS COM VENDAS	2.735.287,48	0,00
DEVOLUCOES E DESCONTOS E ABATIMENTOS	772.154,10	0,00
DEVOLUCOES DE VENDAS	772.154,10	0,00
TRIBUTOS E CONTRIBUICOES S/ VENDAS	1.963.133,38	0,00
ICMS S/ VENDAS	651.504,44	0,00
PIS S/ VENDAS	138.557,00	0,00
COFINS S/ VENDAS	639.493,84	0,00
INSS S/ FATURAMENTO	533.578,10	0,00
RECEITA LÍQUIDA	**19.392.272,47**	**0,00**
CUSTOS	**13.604.900,53**	**22.725,67**
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS	10.837,75	0,00
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS	10.837,75	0,00
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS	10.837,75	0,00
CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS	13.594.062,78	22.725,67
CUSTO DAS MATERIAS-PRIMAS	4.000.732,80	0,00
CUSTO DAS MATERIAS-PRIMAS	4.000.732,80	0,00
GASTOS GERAIS DE FABRICACAO	9.593.329,98	22.725,67
PRO-LABORE	97.000,00	15.000,00
SALARIO	5.498.632,91	6.456,67
FERIAS	434.550,91	0,00
INSS SOBRE FERIAS	151.986,54	0,00
FGTS SOBRE FERIAS	43.769,56	0,00
13§ SALARIO	488.236,34	675,00
AVISO PREVIO/INDENIZACOES TRABALHISTAS	46.728,10	0,00
INSS	533.175,01	0,00
FGTS	627.382,52	594,00
AGUA E ESGOTO	24.542,29	0,00
ENERGIA ELETRICA	204.931,83	0,00
MATERIAL DE ESCRITORIO	7.305,63	0,00
CORREIOS E MALOTES	1.427,04	0,00
SEGUROS	6.970,83	0,00
VIAGENS/HOSPEDAGENS	8.604,90	0,00
MANUTENCAO E CONSERVACAO	34.008,45	0,00
ASSISTENCIA MEDICA E SOCIAL	1.244,00	0,00
COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES	61.035,61	0,00
VALE-TRANSPORTE	18.646,44	0,00
SERVICOS DE TERCEIROS PESSOA JURIDICA	306.662,27	0,00
DISPENDIOS COM ALIMENTACAO	8.548,91	0,00
TELEFONE	29.793,01	0,00
CONFRATERNIZACOES	329,19	0,00
INDUSTRIALIZACAO EFETUADA POR TERCEIROS	115.442,43	0,00
FRETES E CARRETOS	381.616,92	0,00
MATERIAL DE USO E CONSUMO	312.087,42	0,00
SAUDE, PROTECAO E SEGURANCA	39.078,58	0,00
COPA E COZINHA	4.953,62	0,00
PROPAGANDA E PUBLICIDADE	3.085,67	0,00
CONS. MANUT. DE VEICULOS	20.403,53	0,00
REPARO E MANUTENCAO DE INFORMATICA	10.104,97	0,00
DESPESAS C/ BONIFICACOES	30.567,60	0,00
ASSISTENCIA TECNICA	4.181,40	0,00
PNEUS E CAMARAS	1.300,00	0,00
COMISSOES S/ VENDAS (NAO EMPREGADOS)	34.995,55	0,00

CNPJ: 04.244.823/0001-13
Consolidação: Empresa

Grau: 5

	2017	2016
LUCRO BRUTO	**5.787.371,94**	**-22.725,67**
DESPESAS OPERACIONAIS	**1.194.075,18**	**44.493,17**
DESPESAS OPERACIONAIS	**1.194.075,18**	**44.493,17**
DESPESAS OPERACIONAIS - COMERCIAIS	71.583,11	0,00
DESPESAS GERAIS COMERCIAIS	71.583,11	0,00
LICENCIAMENTO USO DE MARCA	71.583,11	0,00
DESPESAS OPERACIONAIS - ADMINISTRATIVAS	432.278,63	0,00
DESPESAS GERAIS ADMINISTRATIVAS	432.278,63	0,00
ALUGUEL	98.922,93	0,00
INTERNET	2.606,83	0,00
MATERIAL DE LIMPEZA	8.040,96	0,00
MANUTENCAO E CONSERVACAO	610,00	0,00
SINDICATO PATRONAL/ASSOCIACAO DE CLASSE	2.479,59	0,00
ASSISTENCIA MEDICA E SOCIAL	285,00	0,00
SERVICOS DE TERCEIROS PESSOA FISICA	52.180,00	0,00
SERVICOS DE TERCEIROS PESSOA JURIDICA	89.024,15	0,00
PEDAGIOS	123,00	0,00
BENS DE PEQUENO VALOR	778,62	0,00
DESPESAS BANCARIAS	8.012,23	0,00
DESPESAS COM SISTEMAS	50.689,83	0,00
MONITORAMENTO / SEGURANÇA	25.538,95	0,00
HONORARIOS CONTABEIS	11.697,00	0,00
JUROS BANCARIOS	13.438,85	0,00
TAXAS CREA - PR	163,06	0,00
REPASSES E DOAÇÕES	53.823,81	0,00
DESPESAS C/ INSTALACOES	76,00	0,00
TAXA CORPO DE BOMBEIROS	5.203,80	0,00
DESPESAS COM CARTORIO	3.753,10	0,00
DESPESAS COM PROJETOS	3.050,00	0,00
TARIFA CESSAO DE TITULOS C/ RVB	708,10	0,00
ICMS DIFERENCIAL DE ALIQUOTAS	1.072,82	0,00
DESPESAS OPERACIONAIS - FINANCEIRAS	680.285,70	44.464,47
DESPESAS COM ATUALIZACOES	85.239,96	0,00
JUROS REF.PARCELAMENTOS FEDERAIS	3.309,10	0,00
JUROS REF. PARCELAMENTO PREVIDENCIARIO	33.094,07	0,00
JUROS REF. PARCELAMENTOS ESTADUAIS	48.836,79	0,00
JUROS E DESCONTOS	595.045,74	44.464,47
JUROS PASSIVOS	59.902,65	44.464,47
DESCONTOS CONCEDIDOS	278.555,12	0,00
DESPESAS FINANCEIRAS - DESCONTO DE TITULOS	256.587,97	0,00
DESPESAS OPERACIONAIS - TRIBUTARIAS	9.927,74	28,70
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUICOES	9.927,74	28,70
IOF	2.659,62	0,00
IPTU	99,31	0,00
OUTRAS TAXAS	7.168,81	28,70
RESULTADO ANTES DAS OPERAÇÕES FINANCEIRAS	**4.593.296,76**	**-67.218,84**
RESULTADO ANTES DAS PROVISÕES TRIBUTÁRIAS	**4.593.296,76**	**-67.218,84**
PROVISÕES TRIBUTÁRIAS (CSLL/IRPJ)	**632.559,63**	**0,00**
PROVISOES P/ IMP. E CONTRIB. S/ LUCRO	632.559,63	0,00
PROVISOES P/ IMPOSTOS S/ LUCRO	402.337,44	0,00
PROVISAO P/ IRPJ	402.337,44	0,00
PROVISOES P/ CONTRIBUICOES S/ LUCRO	230.222,19	0,00
PROVISAO P/ CONTRIBUICAO SOCIAL	230.222,19	0,00
LUCRO/PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**3.960.737,13**	**-67.218,84**

MATHEUS LUIZ ROVEDA CAMPAGNOLO
TITULAR
CPF 049.309.489-08

NADIR SAGGIN
TEC EM CONTABILIDADE
CRC PR-013.407/O-6

	12/2019	12/2018
ATIVO	**27.632.730,41**	**20.927.586,22**
ATIVO CIRCULANTE	**22.572.189,32**	**16.453.100,87**
DISPONIBILIDADES	647.915,63	881.840,81
CAIXA	588.116,30	507.677,17
CAIXA GERAL	588.116,30	507.677,17
BANCOS - CONTAS CORRENTES	41.943,56	357.735,53
BANCO ITAU SA	176,37	1.146,70
BANCO BRADESCO SA	1.944,08	0,00
BANCO SICREDI	14.296,24	205,08
SICOOB VALE DO IGUACU C/C 15.340-0	25.447,09	308.075,84
SICOOB SUL C/C 16.487-9	11,90	11,90
SICOOB CREDICAPITAL C/C 35.800-2	67,88	47.594,41
BANCO DAYCOVAL C/C 7206382	0,00	701,60
APLICACOES DE LIQUIDEZ IMEDIATA	17.855,77	16.428,11
BANCO ITAU SA - APLIC AUT MAIS	1.427,66	0,00
BANCO SICREDI	16.428,11	16.428,11
DIREITOS REALIZAVEIS A CURTO PRAZO	21.911.743,76	15.402.355,30
CLIENTES NACIONAIS	9.966.964,94	7.876.193,63
CLIENTES DIVERSOS	9.841.472,80	7.875.503,03
CLIENTE MJ COM ARTIGOS ESPORTIVOS E ACESSORIOS NEGOCIAÇÃO	82.150,26	0,00
CLIENTE SEMPRE VIVA COMERCIO LTDA (NEGOCIACAO)	7.510,37	0,00
CLIENTE TCS COM DO VESTUARIO E ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA (NEGOCIACAO)	1.542,00	0,00
CLIENTE CLUBE ATLETICO TUBARAO SPE (NEGOCIACAO)	22.114,88	0,00
CLIENTE JULIA SURF LTDA (NEGOCIACAO)	12.174,63	0,00
MATHEUS LUIZ ROVEDA CAMPAGNOLO C/C	0,00	690,60
CLIENTES NO EXTERIOR	14.206,99	55.900,37
CONTAS A RECEBER	14.206,99	55.900,37
ADIANTAMENTOS	4.429.929,22	3.561.150,12
ADIANTAMENTO P/ LOGIC IND COM EIRELI	4.358.924,34	3.520.170,21
ADIANTAMENTO P/ EDSON CAMPAGNOLO	41.092,35	40.930,01
ADIANTAMENTO P/ ERREA SPORT BRASIL	0,00	49,90
VILLAGE EMPREEND.IMOB. C/ADIANTAMENTO	23.257,64	0,00
CONSORCIO BRADESCO 000190501360-G-2621-COTA 219	2.238,06	0,00
CONSORCIO BRADESCO 000190501456-G-2636 COTA 256	2.208,44	0,00
CONSORCIO BRADESCO 000190501414-G-2651-C-251	2.208,39	0,00
ESTOQUES	7.500.642,61	3.909.111,18
ESTOQUES DE MATERIA-PRIMA	7.500.642,61	3.909.111,18
DESPESAS DE EXERCICIO SEGUINTE	12.529,93	168.904,76
SEGUROS A APROPRIAR	12.529,93	0,00
PREMIO DE SEGUROS A APROPRIAR	12.529,93	0,00
ENCARGOS FINANCEIROS A APROPRIAR	0,00	168.904,76
ENC FINAN.A APROPRIAR CONT B80734155-SICREDI	0,00	137.641,92
ENC FINAN.A APROPRIAR CONT 468028 - SICOOB	0,00	31.262,84
ATIVO NAO-CIRCULANTE	**5.060.541,09**	**4.474.485,35**
REALIZAVEL A LONGO PRAZO	28.399,87	10.200,00
TITULOS A RECEBER DE TERCEIROS	28.399,87	10.200,00
SICOOB VALE DO IGUAÇU - QUOTAS	19.180,00	8.180,00
SICOOB SUL - QUOTAS	1.000,00	1.000,00
SICOOB VALE DO IGUAÇU - APLICAÇÃO RDC	19,87	20,00
SICOOB CREDICAPITAL - QUOTAS	8.200,00	1.000,00
IMOBILIZADO	5.025.391,22	4.457.535,35
BENS E DIREITOS EM USO	5.030.601,49	4.452.934,07
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	4.307.575,81	3.905.475,96
MOVEIS E UTENSILIOS	257.803,20	250.303,20
VEICULOS	193.593,86	0,00
COMPUTADORES E PERIFERICOS	194.384,36	159.614,65
DIREITOS DE USO DE LINHA TELEFONICA	18.164,49	18.164,49
EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA	17.345,77	17.345,77
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS STO	29.080,00	7.000,00
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS CASCAVEL	0,00	69.870,00
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS PLANALTO	12.654,00	25.160,00
PARTICIPACAO EM CONSORCIOS	0,00	9.811,55
ADMINISTRADORA DE CONSORCIO SICOOB PARANA	0,00	9.811,55

	12/2019	12/2018
DEPRECIACAO ACUMULADA	-5.210,27	-5.210,27
DEPREC ACUM MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	-4.310,27	-4.310,27
DEPREC ACUM MOVEIS E UTENSILIOS	-900,00	-900,00
INTANGIVEL	6.750,00	6.750,00
FUNDO DE COMERCIO	6.750,00	6.750,00
SOFTWARES	6.750,00	6.750,00
TOTAL DO ATIVO	27.632.730,41	20.927.586,22
PASSIVO	**27.632.730,41**	**20.927.586,22**
PASSIVO CIRCULANTE	**23.141.658,58**	**16.311.939,40**
FORNECEDORES	3.413.356,51	1.625.784,47
FORNECEDORES NACIONAIS DE MATERIA-PRIMA	3.267.164,41	1.569.284,24
EMBAPLAN EMBALAGENS PLANEJADAS LTDA	0,00	104.430,00
COATS CORRENTE LTDA	11.396,00	3.668,34
EMBALATRENTO PAPEIS IMPORTACAO E EXPORTA	0,00	3.904,11
CROMOTRANSFER INDUSTRIA DE ESTAMPAS EM T	298.624,51	196.943,00
SANCRIS LINHAS E FIOS	6.219,33	4.429,50
DOT PRINT INFORMATICA LTDA - ME	150,78	1.624,50
WALTER MATEUS AMPESSAN PIVA - ME	53.114,01	24.008,01
ALTERNATIVA GRAVAÇOES SERIGRAFICAS LTDA.	216.049,63	117.031,14
NAJAR S.A.	21.666,67	8.193,50
TEXTIL TECNICOR LTDA	139.542,26	30.330,53
EMBALATRENTO PAPEIS IMPORTAÇÃO E EXPOR	0,00	36.109,50
TIBURSKI & NABOSNE LTDA	0,00	10.753,14
SANCRIS LINHAS E FIOS LTDA	16.648,07	3.978,69
INDÚSTRIA E COM. DE MALHAS RVB LTDA	833.987,95	698.999,67
P.P. PLAST INDUSTRIAL EIRELI	0,00	6.488,08
NEOBRAND INDUSTRIA TEXTIL LTDA	14.154,76	2.996,22
DIKLATEX INDUSTRIA TEXTIL	98.574,56	129.936,41
ETAX IND.ETIQUETAS E ROTULOS LTDA.	193,40	513,23
CADARTEX INDUSTRIA E COMERCIO LTDA EPP	6.612,00	10.003,83
ATENA COMPONENTES TEXTEIS LTDA	8.360,04	4.002,10
ETIQUEBRAS LTDA ME	5.295,47	0,00
FREUDENBERG NÃO TECIDOS LTDA	0,00	3.951,02
GENESIS IND E COM DE PRODUTOS QUIMICOS L	0,00	986,26
ADAR INDUSTRIA , COMERCIO IMPORTACAO E E	57.183,27	0,00
A COSTUREIRA COMERCIO DE AVIAMENTOS LTDA	91,50	0,00
EXCIM IMP E EXP LTDA	2.794,50	125,73
TEXTIL FARROUPILHA LTDA	4.393,27	0,00
DASS SUL CALCADOS E ARTIGOS ESPORTIVOS	318.482,20	0,00
ADINA - INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE FECHOS L	110.146,06	46.725,50
FALCON INDUSTRIA E COMERCIO TEXTIL LTDA	406,51	0,00
TEXTIL TECNICOR LTDA	1.117,31	1.117,31
GOLAPU FASHION - INDÚSTRIA E COMÉRCIO LT	237.173,68	35.457,82
SILMAQ S/A	2.896,50	635,49
ITEMA IND.E COM. DE AVIAMENTOS E MALHAS	4.338,27	0,00
DALILA TEXTIL LTDA EM RECUPERACAO JUDICI	46.141,93	0,00
CAVEMAC INDL COML MAQS IMP EXP LTDA	5.273,41	0,00
FABESUL DISTRIBUIDORA LTDA	5.875,85	0,00
MALHARIA PRINCESA LTDA	22.412,83	0,00
MALHAS MENEGOTTI IND TEXTIL LTDA	11.161,48	18.452,43
HACO ETIQUETAS LTDA	20.456,58	16.289,01
LIRAMAX ETIQUETAS LT	299,20	6.457,85
SCHAEFER IMPRESSOS LTDA - EPP	1.980,00	0,00
SERVIPLAS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PLÁSTI	1.587,46	5.190,27
HOLOSEG IMPORTACAO E COMERCIO LTDA	19.687,34	0,00
NANETE TEXTIL LTDA	14.403,73	20.958,50
COMERCIAL DE ZIPERES ARMARINHOS 25 LT	0,00	772,35
TAMANHO G INDUSTRIA DE CONFECCOES LTDA	612,23	456,12
CB EMBALAGENS LTDA	1.690,50	0,00
RANEE INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	131.390,61	0,00
L.K.S. INDUSTRIA E COMERCIO EIRELI ME	4.716,00	0,00
WURTH DO BRASIL PECAS DE FIXACAO LTDA	1.352,67	0,00
INBRAPEL EMBALAGENS LTDA	0,00	1.663,24
NS IMPORTAÇÃO E COMERCIO LTDA	0,00	938,40
DALILA TÊXTIL LTDA	705,98	0,00
LABEL TAG INDÚSTRIA DE ETIQUETAS LTDA ME	26.812,40	3.815,64
MARISOL VESTUARIO SA	65.435,03	0,00
FITASUL INDUSTRIA TEXTIL LTDA	6.446,34	0,00
LANIFICIO SAO FRANCISCO LTDA	10.433,07	0,00
ANJO DA MODA ACESSORIOS TEXTEIS LTDA	0,00	206,75
GMI BRASIL LTDA-EPP	666,54	0,00
ROLAND DG BRASIL IMPORTACAO E EXPORTACAO	0,00	5.380,05

	12/2019	12/2018
MOGK - INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÁQUINAS	122.009,00	0,00
ARTESTYL INDUSTRIA E COMERCIO DE CONFECC	810,23	0,00
JOSE HAVIR FILHO & CIA LTDA	11.340,00	0,00
ECO TRANSFER LTDA-ME	0,00	1.136,00
APARECIDA DUTRA JUNQUEIRA DE ANDRADE ETI	0,00	225,00
HACO ADESIVOS LTDA	1.879,40	0,00
PORT DISTRIBUIDORA DE INFORMATICA E PAPE	803,70	0,00
OSCAR FLUES IND. E COM. LTDA	29.557,35	0,00
MAQGILL J. G. MOVEIS E MAQUINAS LTDA	3.750,00	0,00
DIS COMERCIO DE ELETRODOMESTICO LTDA	1.208,90	0,00
SULBLIME SUBLIMACAO TEXTIL EIRELI	212.072,15	0,00
ROTOPLAST IND. DE CLIMATIZADORES LTDA	12.980,00	0,00
KGEPEL PAPEIS LTDA	1.599,99	0,00
FORNECEDORES NACIONAIS DE MERC P/REVENDA	0,00	3.824,91
FORNECEDORES NACIONAIS DIVERSOS	0,00	3.824,91
FORNECEDORES NACIONAIS MATERIAL CONSUMO	145.642,10	50.780,32
FORNECEDORES NACIONAIS DIVERSOS	145.642,10	50.780,32
FORNECEDORES NACIONAIS DE IMOBILIZADO	550,00	1.895,00
FORNECEDORES NACIONAIS DIVERSOS	550,00	1.895,00
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	5.570.160,97	5.680.641,53
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS BANCARIOS	5.422.786,52	5.627.308,17
BANCO SICOOB	0,00	45.716,39
BORDERO SICOOB - DESCONTO DE TITULOS C/C 15340-0	8.279,52	989.244,74
FIDC LAVORO III- DESCONTOS DE TITULOS	581.633,78	349.601,20
DESCONTO DE TITULOS - A F GUEDES SECURITIZADORA	0,00	610.101,71
TERMO DE CESSAO - RNX FUNDO INVEST. EM DIR. CRED.	1.107.843,07	1.157.587,72
MULTI RECEBIVEIS II FUNDO DE INVEST.EM DIR.CREDITORIOS	1.473,06	516.037,90
BORDERO BANCO DAYCOVAL - DESCONTO DE TITULOS	0,00	887.789,64
RED - FIDC MULTISETORIAL LP	0,00	269.409,91
O.S. SECURITIZADORA DE CREDITOS-DESC.DE TITULOS	1.009.399,30	563.244,69
SICOOB 13° CONTRATO 468028	0,00	238.574,27
BV FINANCEIRA S.A.	67.907,37	0,00
EMPRESTIMO CONSIGNADO FUNCIONARIOS	9.773,71	0,00
BORDERO DEL MONTE FACTORING	553.767,48	0,00
BORDERO VALOREM FIDC MULTISETORIAL	1.729.871,96	0,00
BORDERO ALPHATRADE FIDC	352.837,27	0,00
EMPRESTIMOS DE PESSOAS LIGADAS	88.210,34	20.000,00
MATHEUS CAMPAGNOLO - INTEGRALIZAÇÃO DE CAPITAL	88.210,34	20.000,00
ADIANTAMENTOS	5.977,00	0,00
ADIANTAMENTOS DE CLIENTES	5.977,00	0,00
EMPRESTIMOS DE TERCEIROS	53.187,11	33.333,36
EMPRESTIMOS DE TERCEIROS	53.187,11	33.333,36
OBRIGACOES TRABALHISTAS	5.329.038,28	3.307.857,23
FOLHA DE PAGAMENTO DE EMPREGADOS	1.527.268,35	1.046.311,28
SALARIOS A PAGAR	588.694,13	469.552,02
FERIAS E ENCARGOS A PAGAR	686.095,40	421.609,92
INSS SOBRE FERIAS A PAGAR	197.593,33	121.422,10
FGTS SOBRE FERIAS A PAGAR	54.885,49	33.727,24
FOLHA DE PAGAMENTO DE DIRIGENTES	8.378,67	5.494,11
PRO-LABORE A PAGAR	8.378,67	5.494,11
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	3.793.391,26	2.256.051,84
FGTS A PAGAR	690.157,63	657.518,95
CONTRIBUICAO A SINDICATOS A RECOLHER	43.600,79	21.414,75
INSS A RECOLHER	3.059.632,84	1.577.118,14
OBRIGACOES TRIBUTARIAS	8.736.366,69	5.697.656,17
IMPOSTOS RETIDOS A RECOLHER	119.242,70	57.065,05
IRF A RECOLHER (RETIDO DE PESSOA FISICA)	117.825,29	57.065,05
IRF A RECOLHER (RETIDO DE PESSOA JURID.)	642,05	0,00
ISS RETIDO A RECOLHER	58,76	0,00
RETENCOES FEDERAIS (PIS/COFINS/CSLL)	716,60	0,00
IMPOSTOS E CONTRIBUICOES SOBRE O LUCRO	2.386.292,27	1.497.255,49
IRPJ A PAGAR	1.532.714,52	954.130,44
CSLL A PAGAR	853.577,75	543.125,05

	12/2019	12/2018
IMPOSTOS E CONTRIBUICOES SOBRE RECEITAS	5.181.354,27	3.203.269,80
ICMS A PAGAR	90.613,58	146.836,45
PIS A PAGAR	532.678,93	322.162,71
COFINS A PAGAR	2.462.990,87	1.491.437,49
INSS S/ FATURAMENTO A PAGAR	2.095.070,69	1.242.833,15
PARCELAMENTO DE DEBITOS TRIB.FEDERAIS	292.164,66	61.418,23
PARCELAMENTO SIMPLES NACIONAL	57.250,50	61.418,23
PARCELAMENTO IRPJ (2° TRIM/2018)	150.305,16	0,00
PARCELAMENTO CSLL (2° TRIM/2018)	84.609,00	0,00
PARCELAMENTO DE DEBITOS TRIB. ESTADUAIS	757.312,79	878.647,60
PARCELAMENTO ICMS (042018)	0,00	83.271,65
PARCELAMENTO ICMS (07/2018 - 08/2018)	0,00	135.105,07
PARCELAMENTO ICMS (09-10-11-12/2017.... 02-03-05-06/2018)	0,00	501.154,65
PARCELAMENTO ICMS (09/2018 / 10/2018)	76.099,03	159.116,23
PARCELAMENTO ICMS TAP N.14.743742-0	50.299,50	0,00
PARCELAMENTO ICMS TAP N.14.743744-7	382.049,92	0,00
PARCELAMENTO ICMS TAP N.14.744841-4 (REFIS)	248.864,34	0,00
CONTAS A PAGAR	92.736,13	0,00
DEMAIS CONTAS A PAGAR	92.736,13	0,00
OUTRAS CONTAS A PAGAR	66.736,13	0,00
INDENIZAÇÕES A PAGAR	26.000,00	0,00
PASSIVO NAO CIRCULANTE	**496.825,26**	**776.762,23**
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	496.825,26	776.762,23
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS BANCARIOS	496.825,26	776.762,23
SICREDI CONTRATO B-80734155	496.825,26	776.762,23
PATRIMONIO LIQUIDO	**3.994.246,57**	**3.838.884,59**
CAPITAL	90.000,00	90.000,00
CAPITAL SOCIAL	90.000,00	90.000,00
CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO	90.000,00	90.000,00
RESERVAS	3.904.246,57	3.748.884,59
RESERVAS DE LUCRO	3.904.246,57	3.748.884,59
RESERVAS DE LUCRO	3.904.246,57	3.748.884,59
TOTAL DO PASSIVO	27.632.730,41	20.927.586,22

Reconhecemos a exatidão do presente Balanço Patrimonial com base nas informações e na documentação apresentada, encerrado em 31/12/2019, somando tanto no Ativo como no Passivo, a importância de R$ 27.632.730,41 (vinte e sete milhões, seiscentos e trinta e dois mil, setecentos e trinta reais e quarenta e um centavos), e em 31/12/2018, somando tanto no Ativo como no Passivo, a importância de R$ 20.927.586,22 (vinte milhões, novecentos e vinte e sete mil, quinhentos e oitenta e seis reais e vinte e dois centavos).

MATHEUS LUIZ ROVEDA CAMPAGNOLO
TITULAR
CPF 049.389.489-08

NADIR SAGGIN
TEC EM CONTABILIDADE
CRC PR-013.407/O-6

CNPJ: 04.244.823/0001-13
Consolidação: Empresa **Grau: 5** **Encerrado em: 31/12/2018**

	12/2018	12/2017
ATIVO	**20.927.586,22**	**12.998.763,88**
ATIVO CIRCULANTE	**16.453.100,87**	**9.361.043,06**
DISPONIBILIDADES	881.840,81	725.355,31
CAIXA	507.677,17	508.415,36
CAIXA GERAL	507.677,17	508.415,36
BANCOS - CONTAS CORRENTES	357.735,53	200.511,84
BANCO ITAU SA	1.146,70	7.378,91
BANCO SICREDI	205,08	192.320,45
SICOOB VALE DO IGUACU C/C 15.340-0	308.075,84	800,58
SICOOB SUL C/C 16.487-9	11,90	11,90
SICOOB CREDICAPITAL C/C 35.800-2	47.594,41	0,00
BANCO DAYCOVAL C/C 7206382	701,60	0,00
APLICACOES DE LIQUIDEZ IMEDIATA	16.428,11	16.428,11
BANCO SICREDI	16.428,11	16.428,11
DIREITOS REALIZAVEIS A CURTO PRAZO	15.402.355,30	8.635.687,75
CLIENTES NACIONAIS	7.876.193,63	1.940.393,43
CLIENTES DIVERSOS	7.875.503,03	1.938.321,13
MATHEUS LUIZ ROVEDA CAMPAGNOLO C/C	690,60	2.072,30
CLIENTES NO EXTERIOR	55.900,37	0,00
CONTAS A RECEBER	55.900,37	0,00
ADIANTAMENTOS	3.561.150,12	1.727.168,72
ADIANTAMENTO P/ LOGIC IND COM EIRELI	3.520.170,21	1.707.078,10
ADIANTAMENTO P/ EDSON CAMPAGNOLO	40.930,01	20.090,62
ADIANTAMENTO P/ ERREA SPORT BRASIL	49,90	0,00
ESTOQUES	3.909.111,18	4.968.125,60
ESTOQUES DE MATERIA-PRIMA	3.909.111,18	4.968.125,60
DESPESAS DE EXERCICIO SEGUINTE	168.904,76	0,00
ENCARGOS FINANCEIROS A APROPRIAR	168.904,76	0,00
ENC FINAN.A APROPRIAR CONT B80734155-SICREDI	137.641,92	0,00
ENC FINAN.A APROPRIAR CONT 468028 - SICOOB	31.262,84	0,00
ATIVO NAO-CIRCULANTE	**4.474.485,35**	**3.637.720,82**
REALIZAVEL A LONGO PRAZO	10.200,00	2.180,00
TITULOS A RECEBER DE TERCEIROS	10.200,00	2.180,00
SICOOB VALE DO IGUAÇU - QUOTAS	8.180,00	1.180,00
SICOOB SUL - QUOTAS	1.000,00	1.000,00
SICOOB VALE DO IGUAÇU - APLICAÇÃO RDC	20,00	0,00
SICOOB CREDICAPITAL - QUOTAS	1.000,00	0,00
IMOBILIZADO	4.457.535,35	3.628.790,82
BENS E DIREITOS EM USO	4.452.934,07	3.634.001,09
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	3.905.475,96	3.183.167,48
MOVEIS E UTENSILIOS	250.303,20	250.303,20
COMPUTADORES E PERIFERICOS	159.614,65	151.320,15
DIREITOS DE USO DE LINHA TELEFONICA	18.164,49	18.164,49
EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA	17.345,77	17.345,77
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS STO	7.000,00	1.000,00
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS CASCAVEL	69.870,00	7.700,00
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS PLANALTO	25.160,00	5.000,00
PARTICIPACAO EM CONSORCIOS	9.811,55	0,00
ADMINISTRADORA DE CONSORCIO SICOOB PARANA	9.811,55	0,00
DEPRECIACAO ACUMULADA	-5.210,27	-5.210,27
DEPREC ACUM MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	-4.310,27	-4.310,27
DEPREC ACUM MOVEIS E UTENSILIOS	-900,00	-900,00
INTANGIVEL	6.750,00	6.750,00
FUNDO DE COMERCIO	6.750,00	6.750,00
SOFTWARES	6.750,00	6.750,00
TOTAL DO ATIVO	20.927.586,22	12.998.763,88
PASSIVO	**20.927.586,22**	**12.998.763,88**
PASSIVO CIRCULANTE	**16.311.939,40**	**8.985.406,77**
FORNECEDORES	1.625.784,47	2.610.356,17
FORNECEDORES NACIONAIS DE MATERIA-PRIMA	1.569.284,24	2.583.748,23
EMBAPLAN EMBALAGENS PLANEJADAS LTDA	104.430,00	2.520,00

	12/2018	12/2017
COATS CORRENTE LTDA	3.668,34	20.422,35
BRAFFIX TRANSFERS COMERCIAL SOROCABA LTD	0,00	9.318,00
IND. E COM. DE ETIQUETAS ADESIVAS ZANDON	0,00	3.167,80
EMBALATRENTO PAPEIS IMPORTACAO E EXPORTA	3.904,11	8.408,40
CROMOTRANSFER INDUSTRIA DE ESTAMPAS EM T	196.943,00	43.996,42
SANCRIS LINHAS E FIOS	4.429,50	0,00
JUNKES MAQUINAS DE COSTURA LTDA - ME	0,00	3.878,00
DOT PRINT INFORMATICA LTDA - ME	1.624,50	4.019,25
TUPI SCREEN DISTRIBUIDOR DE EQUIPAMENTOS	0,00	1.155,59
WALTER MATEUS AMPESSAN PIVA - ME	24.008,01	7.115,01
ALTERNATIVA GRAVAÇOES SERIGRAFICAS LTDA.	117.031,14	3.450,00
NAJAR S.A.	8.193,50	14.578,00
TEXTIL TECNICOR LTDA	30.330,53	21.796,49
EMBALATRENTO PAPEIS IMPORTAÇÃO E EXPOR	36.109,50	7.884,47
FIACAO E TECELAGEM GAUCHA LTDA	0,00	12.752,00
TIBURSKI & NABOSNE LTDA	10.753,14	0,00
PETTENATI S/A IND TEXTIL	0,00	2.053,65
SANCRIS LINHAS E FIOS LTDA	3.978,69	14.488,38
INDÚSTRIA E COM. DE MALHAS RVB LTDA	698.999,67	1.313.601,70
P.P. PLAST INDUSTRIAL EIRELI	6.488,08	19.901,89
NEOBRAND INDUSTRIA TEXTIL LTDA	2.996,22	3.886,32
DIKLATEX INDUSTRIA TEXTIL	129.936,41	17.244,21
TEXPAL QUIMICA LTDA	0,00	14.385,30
ETAX IND.ETIQUETAS E ROTULOS LTDA.	513,23	799,00
CADARTEX INDUSTRIA E COMERCIO LTDA EPP	10.003,83	664,95
ATENA COMPONENTES TEXTEIS LTDA	4.002,10	13.554,11
FREUDENBERG NÃO TECIDOS LTDA	3.951,02	3.495,64
SUPERAÇÃO INDÚSTRIA TÊXTIL LTDA	0,00	12.875,22
ETIQUETAS CHAPECÓ LTDA	0,00	4.028,00
GENESIS IND E COM DE PRODUTOS QUIMICOS L	986,26	0,00
COMERCIO DE LINHAS GENERAL LTDA	0,00	482,50
A COSTUREIRA COMERCIO DE AVIAMENTOS LTDA	0,00	990,73
EXCIM IMP E EXP LTDA	125,73	0,00
FITAS ELASTICAS ESTRELA LTDA .	0,00	17.912,78
MAQ COSTURA COMERCIO DE MAQUINAS LTDA	0,00	147,00
TEXTIL FARROUPILHA LTDA	0,00	1.511,05
DASS SUL CALCADOS E ARTIGOS ESPORTIVOS	0,00	203.379,89
ADINA - INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE FECHOS L	46.725,50	9.288,00
MALHARIA BRASIL EIRELI	0,00	70.225,43
FALCON INDUSTRIA E COMERCIO TEXTIL LTDA	0,00	10.784,66
TEXTIL TECNICOR LTDA	1.117,31	3.594,17
GOLAPU FASHION - INDÚSTRIA E COMÉRCIO LT	35.457,82	0,00
SILMAQ S/A	635,49	3.065,61
ITEMA IND.E COM. DE AVIAMENTOS E MALHAS	0,00	192.253,89
ELETISA EMBALAGENS LTDA	0,00	7.106,72
GRÁFICA NOVA IMPRESSÃO LTDA.	0,00	552,50
CAVEMAC INDL COML MAQS IMP EXP LTDA	0,00	1.248,67
J-TECK GLOBAL TINTAS DIGITAIS LTDA	0,00	11.220,00
FABESUL DISTRIBUIDORA LTDA	0,00	5.027,75
MALHARIA PRINCESA LTDA	0,00	34.794,20
MALHAS MENEGOTTI IND TEXTIL LTDA	18.452,43	3.976,67
DASS NORDESTE CALCADOS E ARTIGOS ESPORTI	0,00	2.412,29
HACO ETIQUETAS LTDA	16.289,01	26.117,98
SANTACONSTANCIA TECELAGEM LTDA.	0,00	18.525,67
ENR MODA ESPORTIVA IND E COM LTDA	0,00	11.988,90
LIRAMAX ETIQUETAS LT	6.457,85	0,00
SCHAEFER IMPRESSOS LTDA - EPP	0,00	6.958,55
SERVIPLAS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PLÁSTI	5.190,27	2.622,00
HOLOSEG IMPORTACAO E COMERCIO LTDA	0,00	43.571,88
PITER PAN IND. COM. LTDA	0,00	325,50
NANETE TEXTIL LTDA	20.958,50	14.285,91
COMERCIAL DE ZIPERES ARMARINHOS 25 LT	772,35	0,00
CABILOG COMERCIO LOGISTICA	0,00	3.703,00
TAMANHO G INDUSTRIA DE CONFECCOES LTDA	456,12	1.623,02
JETFIO INDUSTRIA TEXTIL LTDA	0,00	5.434,54
TEXTILFIO MALHAS LTDA	0,00	177.278,56
MAC-LEN COM. IMP. EXP. LTDA	0,00	2.320,71
CB EMBALAGENS LTDA	0,00	665,28
RANEE INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	0,00	55.212,80
WAISWOL E WAISWOL LTDA	0,00	25.115,11
CABILOG COMERCIO E LOGISTICA LTDA - PALH	0,00	20.548,40
MERCUR EMBALAGENS E ETIQUETAS	0,00	275,00
HACO ETIQUETAS LTDA	0,00	1.017,76
ZOO VAREJO DIGITAL LTDA	0,00	743,00
INBRAPEL EMBALAGENS LTDA	1.663,24	0,00
NS IMPORTAÇÃO E COMERCIO LTDA	938,40	0,00

	12/2018	12/2017
LABEL TAG INDÚSTRIA DE ETIQUETAS LTDA ME	3.815,64	0,00
ANJO DA MODA ACESSORIOS TEXTEIS LTDA	206,75	0,00
ROLAND DG BRASIL IMPORTACAO E EXPORTACAO	5.380,05	0,00
ECO TRANSFER LTDA-ME	1.136,00	0,00
APARECIDA DUTRA JUNQUEIRA DE ANDRADE ETI	225,00	0,00
FORNECEDORES NACIONAIS DE MERC P/REVENDA	3.824,91	3.824,91
FORNECEDORES NACIONAIS DIVERSOS	3.824,91	3.824,91
FORNECEDORES NACIONAIS MATERIAL CONSUMO	50.780,32	20.533,03
FORNECEDORES NACIONAIS DIVERSOS	50.780,32	20.533,03
FORNECEDORES NACIONAIS DE IMOBILIZADO	1.895,00	2.250,00
FORNECEDORES NACIONAIS DIVERSOS	1.895,00	2.250,00
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	5.680.641,53	1.723.480,37
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS BANCARIOS	5.627.308,17	1.687.053,13
BANCO SICOOB	45.716,39	0,00
BORDERO SICOOB - DESCONTO DE TITULOS C/C 15340-0	989.244,74	290.121,42
FIDC LAVORO III- DESCONTOS DE TITULOS	349.601,20	6.689,85
LAVORO FACTORING SA -DESC DE TITULOS	0,00	1.120,00
DESCONTO DE TITULOS - A F GUEDES SECURITIZADORA	610.101,71	747.429,08
DESCONTO DE TITULOS - FIDC NP LAVORO IV	0,00	4.845,33
TERMO DE CESSAO - SUL INVEST FUNDO INVEST. EM DIR. CRED.	0,00	636.847,45
TERMO DE CESSAO - RNX FUNDO INVEST. EM DIR. CRED.	1.157.587,72	0,00
MULTI RECEBIVEIS II FUNDO DE INVEST.EM DIR.CREDITORIOS	516.037,90	0,00
BORDERO BANCO DAYCOVAL - DESCONTO DE TITULOS	887.789,64	0,00
RED - FIDC MULTISETORIAL LP	269.409,91	0,00
O.S. SECURITIZADORA DE CREDITOS-DESC.DE TITULOS	563.244,69	0,00
SICOOB 13° CONTRATO 468028	238.574,27	0,00
EMPRESTIMOS DE PESSOAS LIGADAS	20.000,00	0,00
MATHEUS CAMPAGNOLO - INTEGRALIZAÇÃO DE CAPITAL	20.000,00	0,00
ADIANTAMENTOS	0,00	36.427,24
ADIANTAMENTOS DE CLIENTES	0,00	36.427,24
EMPRESTIMOS DE TERCEIROS	33.333,36	0,00
EMPRESTIMOS DE TERCEIROS	33.333,36	0,00
OBRIGACOES TRABALHISTAS	3.307.857,23	1.971.892,13
FOLHA DE PAGAMENTO DE EMPREGADOS	1.046.311,28	1.321.336,22
SALARIOS A PAGAR	469.552,02	578.438,03
FERIAS E ENCARGOS A PAGAR	421.609,92	547.142,09
INSS SOBRE FERIAS A PAGAR	121.422,10	151.986,54
FGTS SOBRE FERIAS A PAGAR	33.727,24	43.769,56
FOLHA DE PAGAMENTO DE DIRIGENTES	5.494,11	5.503,24
PRO-LABORE A PAGAR	5.494,11	5.503,24
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	2.256.051,84	645.052,67
FGTS A PAGAR	657.518,95	182.979,00
CONTRIBUICAO A SINDICATOS A RECOLHER	21.414,75	16.011,05
INSS A RECOLHER	1.577.118,14	446.062,62
OBRIGACOES TRIBUTARIAS	5.697.656,17	2.670.027,10
IMPOSTOS RETIDOS A RECOLHER	57.065,05	54.302,39
IRF A RECOLHER (RETIDO DE PESSOA FISICA)	57.065,05	54.302,39
IMPOSTOS E CONTRIBUICOES SOBRE O LUCRO	1.497.255,49	632.559,63
IRPJ A PAGAR	954.130,44	402.337,44
CSLL A PAGAR	543.125,05	230.222,19
IMPOSTOS E CONTRIBUICOES SOBRE RECEITAS	3.203.269,80	1.584.272,37
ICMS A PAGAR	146.836,45	272.643,43
PIS A PAGAR	322.162,71	138.557,00
COFINS A PAGAR	1.491.437,49	639.493,84
INSS S/ FATURAMENTO A PAGAR	1.242.833,15	533.578,10
PARCELAMENTO DE DEBITOS TRIB.FEDERAIS	61.418,23	68.328,57
PARCELAMENTO SIMPLES NACIONAL	61.418,23	68.328,57
PARCELAMENTO PREVIDENCIARIO	0,00	131.753,12
PARCELAMENTO INSS (GUIAS 02/2017 - 03/2017)	0,00	93.748,02
PARCELAMENTO INSS (GUIA 07/2017)	0,00	38.005,10

	12/2018	12/2017
PARCELAMENTO DE DEBITOS TRIB. ESTADUAIS	878.647,60	198.811,02
PARCELAMENTO ICMS (GUIAS 05/2017 - 06/2017)	0,00	148.370,41
PARCELAMENTO ICMS (GUIAS 07/2017 - 08/2017)	0,00	50.440,61
PARCELAMENTO ICMS (042018)	83.271,65	0,00
PARCELAMENTO ICMS (07/2018 - 08/2018)	135.105,07	0,00
PARCELAMENTO ICMS (09-10-11-12/2017.... 02-03-05-06/2018)	501.154,65	0,00
PARCELAMENTO ICMS (09/2018 / 10/2018)	159.116,23	0,00
CONTAS A PAGAR	0,00	9.651,00
DEMAIS CONTAS A PAGAR	0,00	9.651,00
OUTRAS CONTAS A PAGAR	0,00	9.651,00
PASSIVO NAO CIRCULANTE	**776.762,23**	**0,00**
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	776.762,23	0,00
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS BANCARIOS	776.762,23	0,00
SICREDI CONTRATO B-80734155	776.762,23	0,00
PATRIMONIO LIQUIDO	**3.838.884,59**	**4.013.357,11**
CAPITAL	90.000,00	90.000,00
CAPITAL SOCIAL	90.000,00	90.000,00
CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO	90.000,00	90.000,00
RESERVAS	3.748.884,59	3.923.357,11
RESERVAS DE LUCRO	3.748.884,59	3.923.357,11
RESERVAS DE LUCRO	3.748.884,59	3.923.357,11
TOTAL DO PASSIVO	20.927.586,22	12.998.763,88

Reconhecemos a exatidão do presente Balanço Patrimonial com base nas informações e na documentação apresentada, encerrado em 31/12/2018, somando tanto no Ativo como no Passivo, a importância de R$ 20.927.586,22 (vinte milhões, novecentos e vinte e sete mil, quinhentos e oitenta e seis reais e vinte e dois centavos), e em 31/12/2017, somando tanto no Ativo como no Passivo, a importância de R$ 12.998.763,88 (doze milhões, novecentos e noventa e oito mil, setecentos e sessenta e três reais e oitenta e oito centavos).

MATHEUS LUIZ ROVEDA CAMPAGNOLO
TITULAR
CPF 049.309.489-08

NADIR SAGGIN
TEC EM CONTABILIDADE
CRC PR-013.407/O-6

	12/2017	12/2016
ATIVO	**12.998.763,88**	**132.633,18**
ATIVO CIRCULANTE	**9.361.043,06**	**131.843,45**
DISPONIBILIDADES	725.355,31	131.843,45
CAIXA	508.415,36	131.843,45
CAIXA GERAL	508.415,36	131.843,45
BANCOS - CONTAS CORRENTES	200.511,84	0,00
BANCO ITAU SA	7.378,91	0,00
BANCO SICREDI	192.320,45	0,00
SICOOB VALE DO IGUACU C/C 15.340-0	800,58	0,00
SICOOB SUL C/C 16.487-9	11,90	0,00
APLICACOES DE LIQUIDEZ IMEDIATA	16.428,11	0,00
BANCO SICREDI	16.428,11	0,00
DIREITOS REALIZAVEIS A CURTO PRAZO	8.635.687,75	0,00
CLIENTES NACIONAIS	1.940.393,43	0,00
CLIENTES DIVERSOS	1.938.321,13	0,00
MATHEUS LUIZ ROVEDA CAMPAGNOLO C/C	2.072,30	0,00
ADIANTAMENTOS	1.727.168,72	0,00
ADIANTAMENTO P/ LOGIC IND COM EIRELI	1.707.078,10	0,00
ADIANTAMENTO P/ EDSON CAMPAGNOLO	20.090,62	0,00
ESTOQUES	4.968.125,60	0,00
ESTOQUES DE MATERIA-PRIMA	4.968.125,60	0,00
ATIVO NAO-CIRCULANTE	**3.637.720,82**	**789,73**
REALIZAVEL A LONGO PRAZO	2.180,00	0,00
TITULOS A RECEBER DE TERCEIROS	2.180,00	0,00
SICOOB VALE DO IGUAÇU - QUOTAS	1.180,00	0,00
SICOOB SUL - QUOTAS	1.000,00	0,00
IMOBILIZADO	3.628.790,82	789,73
BENS E DIREITOS EM USO	3.634.001,09	6.000,00
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	3.183.167,48	0,00
MOVEIS E UTENSILIOS	250.303,20	6.000,00
COMPUTADORES E PERIFERICOS	151.320,15	0,00
DIREITOS DE USO DE LINHA TELEFONICA	18.164,49	0,00
EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA	17.345,77	0,00
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS STO	1.000,00	0,00
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS CASCAVEL	7.700,00	0,00
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS PLANALTO	5.000,00	0,00
DEPRECIACAO ACUMULADA	-5.210,27	-5.210,27
DEPREC ACUM MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	-4.310,27	-4.310,27
DEPREC ACUM MOVEIS E UTENSILIOS	-900,00	-900,00
INTANGIVEL	6.750,00	0,00
FUNDO DE COMERCIO	6.750,00	0,00
SOFTWARES	6.750,00	0,00
TOTAL DO ATIVO	12.998.763,88	132.633,18
PASSIVO	**12.998.763,88**	**132.633,18**
PASSIVO CIRCULANTE	**8.985.406,77**	**80.013,20**
FORNECEDORES	2.610.356,17	0,00
FORNECEDORES NACIONAIS DE MATERIA-PRIMA	2.583.748,23	0,00
EMBAPLAN EMBALAGENS PLANEJADAS LTDA	2.520,00	0,00
COATS CORRENTE LTDA	20.422,35	0,00
BRAFFIX TRANSFERS COMERCIAL SOROCABA LTD	9.318,00	0,00
IND. E COM. DE ETIQUETAS ADESIVAS ZANDON	3.167,80	0,00
EMBALATRENTO PAPEIS IMPORTACAO E EXPORTA	8.408,40	0,00
CROMOTRANSFER INDUSTRIA DE ESTAMPAS EM T	43.996,42	0,00
JUNKES MAQUINAS DE COSTURA LTDA - ME	3.878,00	0,00
DOT PRINT INFORMATICA LTDA - ME	4.019,25	0,00
TUPI SCREEN DISTRIBUIDOR DE EQUIPAMENTOS	1.155,59	0,00
WALTER MATEUS AMPESSAN PIVA - ME	7.115,01	0,00
ALTERNATIVA GRAVAÇOES SERIGRAFICAS LTDA.	3.450,00	0,00
NAJAR S.A.	14.578,00	0,00
TEXTIL TECNICOR LTDA	21.796,49	0,00
EMBALATRENTO PAPEIS IMPORTAÇÃO E EXPOR	7.884,47	0,00
FIACAO E TECELAGEM GAUCHA LTDA	12.752,00	0,00
PETTENATI S/A IND TEXTIL	2.053,65	0,00
SANCRIS LINHAS E FIOS LTDA	14.488,38	0,00

	12/2017	12/2016
INDÚSTRIA E COM. DE MALHAS RVB LTDA	1.313.601,70	0,00
P.P. PLAST INDUSTRIAL EIRELI	19.901,89	0,00
NEOBRAND INDUSTRIA TEXTIL LTDA	3.886,32	0,00
DIKLATEX INDUSTRIA TEXTIL	17.244,21	0,00
TEXPAL QUIMICA LTDA	14.385,30	0,00
ETAX IND.ETIQUETAS E ROTULOS LTDA.	799,00	0,00
CADARTEX INDUSTRIA E COMERCIO LTDA EPP	664,95	0,00
ATENA COMPONENTES TEXTEIS LTDA	13.554,11	0,00
FREUDENBERG NÃO TECIDOS LTDA	3.495,64	0,00
SUPERAÇÃO INDÚSTRIA TÊXTIL LTDA	12.875,22	0,00
ETIQUETAS CHAPECÓ LTDA	4.028,00	0,00
COMERCIO DE LINHAS GENERAL LTDA	482,50	0,00
A COSTUREIRA COMERCIO DE AVIAMENTOS LTDA	990,73	0,00
FITAS ELASTICAS ESTRELA LTDA .	17.912,78	0,00
MAQ COSTURA COMERCIO DE MAQUINAS LTDA	147,00	0,00
TEXTIL FARROUPILHA LTDA	1.511,05	0,00
DASS SUL CALCADOS E ARTIGOS ESPORTIVOS	203.379,89	0,00
ADINA - INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE FECHOS L	9.288,00	0,00
MALHARIA BRASIL EIRELI	70.225,43	0,00
FALCON INDUSTRIA E COMERCIO TEXTIL LTDA	10.784,66	0,00
TEXTIL TECNICOR LTDA	3.594,17	0,00
SILMAQ S/A	3.065,61	0,00
ITEMA IND.E COM. DE AVIAMENTOS E MALHAS	192.253,89	0,00
ELETISA EMBALAGENS LTDA	7.106,72	0,00
GRÁFICA NOVA IMPRESSÃO LTDA.	552,50	0,00
CAVEMAC INDL COML MAQS IMP EXP LTDA	1.248,67	0,00
J-TECK GLOBAL TINTAS DIGITAIS LTDA	11.220,00	0,00
FABESUL DISTRIBUIDORA LTDA	5.027,75	0,00
MALHARIA PRINCESA LTDA	34.794,20	0,00
MALHAS MENEGOTTI IND TEXTIL LTDA	3.976,67	0,00
DASS NORDESTE CALCADOS E ARTIGOS ESPORTI	2.412,29	0,00
HACO ETIQUETAS LTDA	26.117,98	0,00
SANTACONSTANCIA TECELAGEM LTDA.	18.525,67	0,00
ENR MODA ESPORTIVA IND E COM LTDA	11.988,90	0,00
SCHAEFER IMPRESSOS LTDA - EPP	6.958,55	0,00
SERVIPLAS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PLÁSTI	2.622,00	0,00
HOLOSEG IMPORTACAO E COMERCIO LTDA	43.571,88	0,00
PITER PAN IND. COM. LTDA	325,50	0,00
NANETE TEXTIL LTDA	14.285,91	0,00
CABILOG COMERCIO LOGISTICA	3.703,00	0,00
TAMANHO G INDUSTRIA DE CONFECCOES LTDA	1.623,02	0,00
JETFIO INDUSTRIA TEXTIL LTDA	5.434,54	0,00
TEXTILFIO MALHAS LTDA	177.278,56	0,00
MAC-LEN COM. IMP. EXP. LTDA	2.320,71	0,00
CB EMBALAGENS LTDA	665,28	0,00
RANEE INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	55.212,80	0,00
WAISWOL E WAISWOL LTDA	25.115,11	0,00
CABILOG COMERCIO E LOGISTICA LTDA - PALH	20.548,40	0,00
MERCUR EMBALAGENS E ETIQUETAS	275,00	0,00
HACO ETIQUETAS LTDA	1.017,76	0,00
ZOO VAREJO DIGITAL LTDA	743,00	0,00
FORNECEDORES NACIONAIS DE MERC P/REVENDA	3.824,91	0,00
FORNECEDORES NACIONAIS DIVERSOS	3.824,91	0,00
FORNECEDORES NACIONAIS MATERIAL CONSUMO	20.533,03	0,00
FORNECEDORES NACIONAIS DIVERSOS	20.533,03	0,00
FORNECEDORES NACIONAIS DE IMOBILIZADO	2.250,00	0,00
FORNECEDORES NACIONAIS DIVERSOS	2.250,00	0,00
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	1.723.480,37	0,00
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS BANCARIOS	1.687.053,13	0,00
BORDERO SICOOB - DESCONTO DE TITULOS C/C 15340-0	290.121,42	0,00
FIDC LAVORO III- DESCONTOS DE TITULOS	6.689,85	0,00
LAVORO FACTORING SA -DESC DE TITULOS	1.120,00	0,00
DESCONTO DE TITULOS - A F GUEDES SECURITIZADORA	747.429,08	0,00
DESCONTO DE TITULOS - FIDC NP LAVORO IV	4.845,33	0,00
TERMO DE CESSAO - SUL INVEST FUNDO INVEST. EM DIR. CRED.	636.847,45	0,00
ADIANTAMENTOS	36.427,24	0,00
ADIANTAMENTOS DE CLIENTES	36.427,24	0,00
OBRIGACOES TRABALHISTAS	1.971.892,13	3.154,57
FOLHA DE PAGAMENTO DE EMPREGADOS	1.321.336,22	0,00
SALARIOS A PAGAR	578.438,03	0,00

	12/2017	12/2016
FERIAS E ENCARGOS A PAGAR	547.142,09	0,00
INSS SOBRE FERIAS A PAGAR	151.986,54	0,00
FGTS SOBRE FERIAS A PAGAR	43.769,56	0,00
FOLHA DE PAGAMENTO DE DIRIGENTES	5.503,24	0,00
PRO-LABORE A PAGAR	5.503,24	0,00
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	645.052,67	3.154,57
INSS - EMPRESA A PAGAR	0,00	1.418,81
FGTS A PAGAR	182.979,00	594,00
CONTRIBUICAO A SINDICATOS A RECOLHER	16.011,05	0,00
INSS A RECOLHER	446.062,62	1.141,76
OBRIGACOES TRIBUTARIAS	2.670.027,10	76.858,63
IMPOSTOS RETIDOS A RECOLHER	54.302,39	3.876,41
IRF A RECOLHER (RETIDO DE PESSOA FISICA)	54.302,39	3.876,41
IMPOSTOS E CONTRIBUICOES SOBRE O LUCRO	632.559,63	0,00
IRPJ A PAGAR	402.337,44	0,00
CSLL A PAGAR	230.222,19	0,00
IMPOSTOS E CONTRIBUICOES SOBRE RECEITAS	1.584.272,37	0,00
ICMS A PAGAR	272.643,43	0,00
PIS A PAGAR	138.557,00	0,00
COFINS A PAGAR	639.493,84	0,00
INSS S/ FATURAMENTO A PAGAR	533.578,10	0,00
PARCELAMENTO DE DEBITOS TRIB.FEDERAIS	68.328,57	72.982,22
PARCELAMENTO SIMPLES NACIONAL	68.328,57	72.982,22
PARCELAMENTO PREVIDENCIARIO	131.753,12	0,00
PARCELAMENTO INSS (GUIAS 02/2017 - 03/2017)	93.748,02	0,00
PARCELAMENTO INSS (GUIA 07/2017)	38.005,10	0,00
PARCELAMENTO DE DEBITOS TRIB. ESTADUAIS	198.811,02	0,00
PARCELAMENTO ICMS (GUIAS 05/2017 - 06/2017)	148.370,41	0,00
PARCELAMENTO ICMS (GUIAS 07/2017 - 08/2017)	50.440,61	0,00
CONTAS A PAGAR	9.651,00	0,00
DEMAIS CONTAS A PAGAR	9.651,00	0,00
OUTRAS CONTAS A PAGAR	9.651,00	0,00
PATRIMONIO LIQUIDO	**4.013.357,11**	**52.619,98**
CAPITAL	90.000,00	90.000,00
CAPITAL SOCIAL	90.000,00	90.000,00
CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO	90.000,00	90.000,00
RESERVAS	3.923.357,11	0,00
RESERVAS DE LUCRO	3.923.357,11	0,00
RESERVAS DE LUCRO	3.923.357,11	0,00
PREJUIZOS ACUMULADOS	0,00	-37.380,02
PREJUIZOS ACUMULADOS	0,00	-37.380,02
PREJUIZOS ACUMULADOS	0,00	-37.380,02
TOTAL DO PASSIVO	12.998.763,88	132.633,18

Reconhecemos a exatidão do presente Balanço Patrimonial com base nas informações e na documentação apresentada, encerrado em 31/12/2017, somando tanto no Ativo como no Passivo, a importância de R$ 12.998.763,88 (doze milhões, novecentos e noventa e oito mil, setecentos e sessenta e três reais e oitenta e oito centavos), e em 31/12/2016, somando tanto no Ativo como no Passivo, a importância de R$ 132.633,18 (cento e trinta e dois mil, seiscentos e trinta e três reais e dezoito centavos).

MATHEUS LUIZ ROVEDA CAMPAGNOLO
TITULAR
CPF 049.309.489-08

NADIR SAGGIN
TEC EM CONTABILIDADE
CRC PR-013.407/O-6

Capanema/Pr, 10 De Novembro de 2020.

Prezados senhores

REF: FATURAMENTO

A empresa BETEL EIRELI - EPP, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob n.º 04.244.823/0001-13, situada na Rua Antonio Niehues, n° 442, Bairro Santa Cruz, Capanema, Estado do Paraná, vem através desta informar o faturamento dos últimos 03 (três) anos, como segue:

MESES	FATURAMENTO
11/2017	R$ 2.775.233,85
12/2017	R$ 2.603.558,94
01/2018	R$ 1.613.229,53
02/2018	R$ 2.511.024,35
03-2018	R$ 2.846.725,60
04-2018	R$ 2.876.873,46
05-2018	R$ 2.488.210,55
06-2018	R$ 2.009.009,88
07/2018	R$ 2.256.415,43
08/2018	R$ 1.807.844,04
09/2018	R$ 2.340.757,53
10/2018	R$ 2.264.235,90
11/2018	R$ 2.990.354,72
12/2018	R$ 3.423.478,34
01/2019	R$ 843.866,06
02/2019	R$ 1.950.317,77
03/2019	R$ 2.744.340,51
04/2019	R$ 2.583.943,58
05/2019	R$ 2.511.880,41
06/2019	R$ 1.896.142,02
07/2019	R$ 2.426.642,01
08/2019	R$ 3.416.004,10
09/2019	R$ 3.141.891,45
10/2019	R$ 4.315.750,62
11/2019	R$ 3.573.690,72
12/2019	R$ 4.437.368,25
01/2020	R$ 2.185.179,95
02/2020	R$ 3.809.651,23
03/2020	R$ 3.277.150,54
04/2020	R$ 1.739.560,28
05/2020	R$ 1.883.744,06
06/2020	R$ 2.126.418,00
07/2020	R$ 3.131.232,22
08/2020	R$ 2.570.995,97
09/2020	R$ 2.701.609,02
10/2020	R$ 3.643.840,19

ATENCIOSAMENTE

NADIR SAGGIN
Rua Antonio Niehues, 1080
85760-000 - CAPANEMA - PARANÁ
Fones: (46) 3552-1342 / 3552-1856
T.C. CRC-PR 013407/O-6 - CPF 060.246.619-91

betel
sport industry

000304

DECLARAÇÃO

BETEL EIRELI, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob nº 04.244.823/0001-13, DECLARA, que atualmente conta com 208 funcionários registrados, conforme demonstrado na GFIP em anexo.

Capanema PR, 9 de novembro de 2020.

BETEL EIRELI
04.244.823/0001-13

RELAÇÃO DOS TRABALHADORES CONSTANTES NO ARQUIVO SEFIP
MODALIDADE : "BRANCO"-RECOLHIMENTO AO FGTS E DECLARAÇÃO À PREVIDÊNCIA

858100002830 716701792010 107646050803 424482300011

EMPRESA: BETEL EIRELI EPP
COMP: 10/2020 COD REC: 115 COD GPS: 2100 FPAS: 507 OUTRAS ENT: 0079 SIMPLES: 1 RAT: 3,0
INSCRIÇÃO: 04.244.823/0001-13
FAP: 1,15 RAT AJUSTADO: 3,45
TOMADOR/OBRA: INSCRIÇÃO:

NOME TRABALHADOR REM SEM 13° SAL	REM 13°SAL	PIS/PASEP/CI BASE CÁL 13°SAL PREV SOC BASE CÁL PREV SOCIAL	ADMISSÃO CONTRIB SEG DEVIDA	CAT	OCOR	DATA/COD MOVIMENTAÇÃO DEPÓSITO		CBO JAM
ELISANDRA DE LIMA		128.58523.51-9	01/11/2001	01		05/10/2020	P1	07605
1.055,93	0,00	0,00	79,35			84,48		0,00
MARILIA WEBER		131.09091.52-5	07/02/2019	01		30/09/2020	Q1	07633
1.299,47	0,00	0,00	101,27			103,96		0,00
GABRIELA ALBANEZE		132.03333.52-9	15/04/2019	01		27/07/2020	Q1	07603
2.779,41	0,00	0,00	255,15			222,36		0,00
FRANCIELE DOBRANTZ		151.35557.03-6	04/02/2020	01		23/10/2020	J	07631
883,67	903,56	903,56	134,03			142,98		0,00
ANDRESSA HUNHOFF ALVES		160.01792.46-2	31/08/2020	01		06/10/2020	J	07631
125,87	87,08	87,08	15,97			17,04		0,00
DEISE SUZANA DA SILVA		160.09188.76-9	07/02/2013	01		31/08/2020	Q1	07632
1.677,90	0,00	0,00	135,33			134,23		0,00
ANDERSON VICTOR VARGAS ALVES		160.13713.73-2	01/10/2011	01		31/12/2014	O1	07631
954,00	0,00	0,00 0,00	0,00			76,32		0,00
MARIA TEREZINHA DULLIUS COELHO DE SOUZA		164.30877.03-6	03/02/2014	01		17/09/2020	P1	05143
98,49	0,00	0,00	7,38			7,87		0,00
SANDRA ZANATTA		166.01781.29-1	02/05/2013	01		28/10/2020	J	07842
1.226,06	1.270,59	1.270,59	193,33			199,73		0,00
GUSTAVO SCHLINDWEIN		201.94324.94-4	24/04/2019	01		01/10/2020	J	07631
0,00	910,52	910,52	68,28			72,84		0,00
LARISSA ANTUNES FERREIRA BOURSCHEIDT		203.34161.64-3	15/08/2019	01		19/10/2020	J	07631
722,44	1.002,67	1.002,67	129,38			138,00		0,00
DAIANE BADE GERHARDT		206.15090.15-4	01/04/2009	01		01/07/2018	O1	07618
1.175,23	0,00	0,00 0,00	0,00			94,01		0,00
LUANA CAROLINE NASCIMENTO		206.43220.91-1	11/04/2016	01		25/08/2020	Q1	07631
1.258,24	0,00	0,00	97,56			100,65		0,00
DEBORA MARIA MASSOLA		206.43221.82-9	31/08/2020	01		30/10/2020	J	07631
921,49	174,17	174,17	82,17			87,65		0,00

RELAÇÃO DOS TRABALHADORES CONSTANTES NO ARQUIVO SEFIP
MODALIDADE : "BRANCO"-RECOLHIMENTO AO FGTS E DECLARAÇÃO À PREVIDÊNCIA

858100002830 716701792010 107646050803 424482300011

EMPRESA: BETEL EIRELI EPP
COMP: 10/2020 COD REC: 115 COD GPS: 2100 FPAS: 507 OUTRAS ENT: 0079 SIMPLES: 1 RAT: 3.0
INSCRIÇÃO: 04.244.823/0001-13
FAP: 1.15 RAT AJUSTADO: 3.45
TOMADOR/OBRA: INSCRIÇÃO:

NOME TRABALHADOR	PIS/PASEP/CI	ADMISSÃO	CAT	OCOR	DATA/COD MOVIMENTAÇÃO	CBO
REM SEM 13° SAL	REM 13°SAL	BASE CÁL 13°SAL PREV SOC	CONTRIB SEG DEVIDA		DEPÓSITO	JAM
		BASE CÁL PREV SOCIAL				
PATRICIA PEREIRA DE OLIVEIRA STUMPF	207.00949.01-6	10/05/2017	01		04/07/2020	07618
1.351,84	0,00	0,00	105,98		108,14	0,00

Fl. 306

RELAÇÃO DOS TRABALHADORES COM GRRF CONSTANTES NO ARQUIVO SEFIP
MODALIDADE : "BRANCO"-RECOLHIMENTO AO FGTS E DECLARAÇÃO À PREVIDÊNCIA

858100002830 716701792010 107646050803 424482300011

EMPRESA: BETEL EIRELI EPP
COMP: 10/2020 COD REC: 115 COD GPS: 2100 FPAS: 507 OUTRAS ENT: 0079 SIMPLES: 1 RAT: 3.0 INSCRIÇÃO: 04.244.823/0001-13
FAP: 1.15 RAT AJUSTADO: 3.45
TOMADOR/OBRA: INSCRIÇÃO:

NOME TRABALHADOR REM SEM 13° SAL	REM 13°SAL	PIS/PASEP/CI BASE CÁL 13°SAL PREV SOC BASE CÁL PREV SOCIAL	ADMISSÃO CONTRIB SEG DEVIDA	CAT	OCOR	DATA/COD MOVIMENTAÇÃO DEPÓSITO		CBO JAM
LEONARDO SOUZA DA ROSA		128.96433.69-6	05/08/2019	01		13/10/2020	I1	04141
284,26	1.107,24	1.107,24	105,28			0,00		0,00
VALDENE SAMPAIO RODRIGUES DA SILVA		190.25015.52-5	03/02/2020	01		13/10/2020	I1	07631
511,64	898,84	898,84	105,78			0,00		0,00

RELAÇÃO DOS TRABALHADORES CONSTANTES NO ARQUIVO SEFIP
MODALIDADE : "BRANCO"-RECOLHIMENTO AO FGTS E DECLARAÇÃO À PREVIDÊNCIA

858100002830 716701792010 107646050803 424482300011

EMPRESA: BETEL EIRELI EPP
COMP: 10/2020 COD REC: 115 COD GPS: 2100 FPAS: 507 OUTRAS ENT: 0079 SIMPLES: 1 RAT: 3.0 FAP: 1.15 RAT AJUSTADO: 3.45
INSCRIÇÃO: 04.244.823/0001-13
TOMADOR/OBRA: INSCRIÇÃO:

NOME TRABALHADOR	REM 13°SAL	PIS/PASEP/CI	ADMISSÃO	CAT	OCOR	DATA/COD MOVIMENTAÇÃO	CBO
REM SEM 13° SAL		BASE CÁL 13°SAL PREV SOC	CONTRIB SEG DEVIDA			DEPÓSITO	JAM
		BASE CÁL PREV SOCIAL					
ADILSON DO NASCIMENTO		129.83051.50-3	10/02/2020	01			04141
1.456,65	0,00	0,00	115,41			116,54	0,00
ADRIANA ABATTI DOS SANTOS LEVISKI		127.87254.52-9	08/10/2018	01			04110
1.432,98	0,00	0,00	113,28			114,64	0,00
ADRIANA DE FATIMA SOARES BERGJOHANN		128.78810.52-1	13/08/2014	01			03188
2.132,06	0,00	0,00	177,47			170,57	0,00
ADRIANA HART KREIN		160.01636.02-9	02/03/2020	01			07632
1.322,00	0,00	0,00	103,30			105,77	0,00
ALINE SCHMIDT		160.08759.59-2	01/03/2012	01			03912
2.782,24	0,00	0,00	255,49			222,57	0,00
AMANDA GABRIELY KUNRATH		161.69838.35-4	16/12/2019	01			07631
1.223,00	0,00	0,00	94,39			97,84	0,00
AMANDA MAIARA MULLER		212.84629.54-8	09/08/2017	01			07631
1.172,88	0,00	0,00	89,87			93,83	0,00
ANA CLAUDIA BERGER		160.01881.96-1	23/04/2019	01			07631
1.178,52	0,00	0,00	90,38			94,29	0,00
ANAIS AMPESSAN FOQUEZATTO		154.10653.58-4	20/01/2020	01			04110
1.652,02	0,00	0,00	133,00			132,17	0,00
ANDERSON IVAN SCHMIDT		206.15092.89-0	14/05/2012	01			07603
2.322,00	0,00	0,00	200,26			185,76	0,00
ANDERSON ROQUE REZENDE		201.86481.45-9	15/07/2019	01			04110
1.867,54	0,00	0,00	152,39			149,40	0,00
ANDRESSA DE ABREU SANTANA		202.03380.10-4	10/05/2017	01			07631
1.191,00	0,00	0,00	91,51			95,28	0,00
ANGELA APARECIDA G KRUPINSKI		160.89883.92-2	15/09/2014	01			07631
1.278,41	0,00	0,00	99,37			102,27	0,00
ANGELICA DE JESUS GRIGOLO		160.06298.64-4	01/04/2019	01			07632
1.534,86	0,00	0,00	122,45			122,78	0,00
ARIEL PAULO NOL		209.40681.92-1	09/07/2019	01			03188
1.745,90	0,00	0,00	141,45			139,67	0,00

0308

RELAÇÃO DOS TRABALHADORES CONSTANTES NO ARQUIVO SEFIP
MODALIDADE : "BRANCO"-RECOLHIMENTO AO FGTS E DECLARAÇÃO À PREVIDÊNCIA

858100002830 716701792010 107646050803 424482300011

EMPRESA: BETEL EIRELI EPP
COMP: 10/2020 COD REC: 115 COD GPS: 2100 FPAS: 507 OUTRAS ENT: 0079 SIMPLES: 1 RAT: 3.0
TOMADOR/OBRA:

INSCRIÇÃO: 04.244.823/0001-13
FAP: 1.15 RAT AJUSTADO: 3.45
INSCRIÇÃO:

NOME TRABALHADOR		PIS/PASEP/CI	ADMISSÃO	CAT	OCOR	DATA/COD MOVIMENTAÇÃO	CBO
REM SEM 13° SAL	REM 13°SAL	BASE CÁL 13°SAL PREV SOC	CONTRIB SEG DEVIDA			DEPÓSITO	JAM
		BASE CÁL PREV SOCIAL					
AUZEMIR MARLI BENDER RECH		124.23426.62-5	01/11/2003	01			07632
1.518,70	0,00	0,00	121,00			121,50	0,00
BEATRIZ CAROLINE DE FREITAS WALACHESKI		160.02012.03-7	01/02/2018	01			07632
1.480,47	0,00	0,00	117,56			118,44	0,00
BEATRIZ ROYER		204.05579.75-0	20/01/2020	01			07631
1.213,00	0,00	0,00	93,49			97,04	0,00
CARLA APARECIDA DO NASCIMENTO ANTUNES		206.15065.70-2	29/07/2019	01			07631
1.273,35	0,00	0,00	98,92			101,86	0,00
CASSIA DO NASCIMENTO		161.77411.58-5	11/03/2013	01			07631
1.844,88	0,00	0,00	150,35			147,59	0,00
CLAUDIA DA SILVA CAVALHEIRO SCHMIDT		131.35297.52-6	07/04/2008	01			07632
1.688,50	0,00	0,00	136,28			135,09	0,00
CLAUDIA PLACH		164.25867.53-2	22/02/2016	01			07618
1.277,56	0,00	0,00	99,30			102,20	0,00
CLAUDIA VANESSA MROZINSKI JAPANI		153.28279.27-5	23/01/2019	01			07631
1.223,91	0,00	0,00	94,47			97,92	0,00
CLAUDINEIA DE LIMA		207.02938.21-6	02/03/2020	01			07632
1.266,28	0,00	0,00	98,28			101,30	0,00
CLEVERSON ROCKEMBACH		126.54516.51-4	14/06/2017	01			01423
5.297,09	0,00	0,00	600,52			423,77	0,00
CRISTIANE STREIY		164.36950.59-2	04/03/2019	01			07633
1.297,80	0,00	0,00	101,12			103,82	0,00
DAIANI CRISTINA GOSSLER		206.83284.43-0	11/04/2013	01			04141
1.351,15	0,00	0,00	105,92			108,09	0,00
DANIELA APARECIDA SCHAAB		129.17000.50-5	02/05/2016	01			07631
1.229,38	0,00	0,00	94,96			98,36	0,00
DANIELE BRANDALISE		212.87178.04-0	10/04/2017	01			07618
1.380,50	0,00	0,00	108,56			110,44	0,00
DAVI EMANUEL DOS SANTOS MOREIRA		201.93829.61-9	11/06/2018	01			07631
1.230,39	0,00	0,00	95,05			98,43	0,00

0309

RELAÇÃO DOS TRABALHADORES CONSTANTES NO ARQUIVO SEFIP
MODALIDADE : "BRANCO"-RECOLHIMENTO AO FGTS E DECLARAÇÃO À PREVIDÊNCIA

858100002830 716701792010 107646050803 424482300011

EMPRESA: BETEL EIRELI EPP — INSCRIÇÃO: 04.244.823/0001-13
COMP: 10/2020 COD REC: 115 COD GPS: 2100 FPAS: 507 OUTRAS ENT: 0079 SIMPLES: 1 RAT: 3.0 FAP: 1.15 RAT AJUSTADO: 3.45
TOMADOR/OBRA: INSCRIÇÃO:

NOME TRABALHADOR / REM SEM 13° SAL	REM 13°SAL	PIS/PASEP/CI / BASE CÁL 13°SAL PREV SOC / BASE CÁL PREV SOCIAL	ADMISSÃO / CONTRIB SEG DEVIDA	CAT	OCOR	DATA/COD MOVIMENTAÇÃO / DEPÓSITO	CBO / JAM
DEBORA APARECIDA KLEINERT		160.02151.90-8	09/11/2015	01	01		07632
1.577,46	0,00	0,00	126,29			126,19	0,00
DILSON SOARES		125.03545.94-9	18/11/2015	01			07631
1.389,30	0,00	0,00	109,35			111,15	0,00
DJONEI COSTA DE FREITAS		161.00860.49-0	21/10/2020	01			07631
348,33	0,00	0,00	26,12			27,86	0,00
DOUGLAS RAIMUNDO DA SILVA		129.45191.34-4	24/02/2020	01			03191
5.648,50	0,00	0,00	649,72			451,89	0,00
EDINA PAULA BOTTEGA		206.15092.75-0	09/09/2019	01			07631
1.228,32	0,00	0,00	94,86			98,26	0,00
EDUARDO LUCAS CEUCHUK HOICA		201.93843.73-5	26/08/2020	01			07631
1.042,31	0,00	0,00	78,17			83,38	0,00
ELENICE CRISTINA RHODEN PERETTI		206.43475.41-3	10/03/2010	01			07631
1.530,60	0,00	0,00	122,07			122,44	0,00
ELIANE HARTMANN WISNIEVSKI		127.89175.49-9	13/10/2002	01			03911
2.051,51	0,00	0,00	168,95			164,13	0,00
ELIEGE FABIA KIRST PERARO		130.38341.52-4	14/05/2008	01			03188
2.715,74	0,00	0,00	247,51			217,26	0,00
ELISIANE NOS		131.90932.89-0	16/03/2016	01			07633
1.339,47	0,00	0,00	104,87			107,16	0,00
ELIZANDRA ANDREA KOHNLEIN ROSSI		160.02407.54-6	24/03/2009	01			03188
1.958,83	0,00	0,00	160,61			156,70	0,00
ELIZEU HENRIQUE MAIA		161.35583.30-2	04/03/2019	01			07605
1.633,53	0,00	0,00	131,33			130,68	0,00
ELIZIA APARECIDA FORTES PETER		128.32719.51-3	21/09/2015	01			07632
1.640,36	0,00	0,00	131,95			131,23	0,00
EMANUELI PELIZZARI WERLE		203.21167.50-8	25/01/2016	01			04141
1.821,67	0,00	0,00	148,27			145,73	0,00
EMERSON RODRIGO DA SILVA		128.77199.51-9	12/03/2019	01			02124
3.077,09	0,00	0,00	290,87			246,17	0,00

RELAÇÃO DOS TRABALHADORES CONSTANTES NO ARQUIVO SEFIP
MODALIDADE : "BRANCO"-RECOLHIMENTO AO FGTS E DECLARAÇÃO À PREVIDÊNCIA

858100002830 716701792010 107646050803 424482300011

EMPRESA: BETEL EIRELI EPP
COMP: 10/2020 COD REC:115 COD GPS: 2100 FPAS: 507 OUTRAS ENT: 0079 SIMPLES: 1 RAT: 3.0 INSCRIÇÃO: 04.244.823/0001-13
FAP: 1.15 RAT AJUSTADO: 3.45
TOMADOR/OBRA: INSCRIÇÃO:

NOME TRABALHADOR REM SEM 13° SAL	REM 13°SAL	PIS/PASEP/CI BASE CÁL 13°SAL PREV SOC BASE CÁL PREV SOCIAL	ADMISSÃO CONTRIB SEG DEVIDA	CAT	OCOR	DATA/COD MOVIMENTAÇÃO DEPÓSITO	CBO JAM
ENLEONI KUNRATH BODDENBERG		124.36655.63-6	01/02/2019	01			05143
1.595,38	0,00	0,00	127,90			127,64	0,00
EVANDRO ALVES DE SIQUEIRA		125.50514.58-2	01/07/2007	01			07825
1.888,12	0,00	0,00	154,25			151,05	0,00
EVANDRO ANDRE KOHNLEIN		160.02495.24-0	18/01/2018	01			07633
1.584,17	0,00	0,00	126,89			126,73	0,00
FABIA ZANON STUANI		130.78485.49-7	02/05/2013	01			04141
1.439,78	0,00	0,00	113,90			115,19	0,00
FABIANO ESCHEMBACH		212.88198.81-9	10/02/2020	01			07631
1.272,15	0,00	0,00	98,81			101,77	0,00
FATIMA TORTELLI		124.36153.84-3	02/03/1998	01			07605
1.888,15	0,00	0,00	154,25			151,06	0,00
FERNANDA MACHADO		201.65476.51-0	28/05/2019	01			07631
1.213,00	0,00	0,00	93,49			97,04	0,00
FERNANDA PATRICIA HARTMANN		206.15082.49-6	21/01/2020	01			03912
1.547,66	0,00	0,00	123,60			123,81	0,00
FERNANDO CASTIGLIONI		206.43222.67-1	02/04/2014	01			03141
2.562,18	0,00	0,00	229,08			204,97	0,00
FERNANDO SCHUSSLER		142.99253.91-0	25/01/2016	01			07631
1.262,29	0,00	0,00	97,92			100,99	0,00
FRANCINI FERNANDA FREITAG FUHR		200.80102.76-4	01/04/2015	01			03911
3.520,70	0,00	0,00	351,83			281,65	0,00
GABRIEL SCHIMITEZ CASTRO		212.86281.10-7	19/08/2020	01			07631
675,22	0,00	0,00	50,64			54,01	0,00
GENILSON ROBERTA		161.81741.80-2	01/02/2017	01			07825
2.578,63	0,00	0,00	231,06			206,29	0,00
GESSI BUGS		129.44479.50-6	26/08/2020	01			07631
1.045,00	0,00	0,00	78,37			83,61	0,00
GIANINI MARCIELI DRESSLER NEUMANN		201.93851.46-0	09/04/2012	01			07632
1.654,48	0,00	0,00	133,22			132,35	0,00

0003311

RELAÇÃO DOS TRABALHADORES CONSTANTES NO ARQUIVO SEFIP
MODALIDADE : "BRANCO"-RECOLHIMENTO AO FGTS E DECLARAÇÃO À PREVIDÊNCIA

858100002830 716701792010 107646050803 424482300011

EMPRESA: BETEL EIRELI EPP
COMP: 10/2020 COD REC: 115 COD GPS: 2100 FPAS: 507 OUTRAS ENT: 0079 SIMPLES: 1 RAT: 3.0 INSCRIÇÃO: 04.244.823/0001-13
FAP: 1.15 RAT AJUSTADO: 3.45
TOMADOR/OBRA: INSCRIÇÃO:

NOME TRABALHADOR REM SEM 13° SAL	REM 13°SAL	PIS/PASEP/CI BASE CÁL 13°SAL PREV SOC BASE CÁL PREV SOCIAL	ADMISSÃO CONTRIB SEG DEVIDA	CAT	OCOR	DATA/COD MOVIMENTAÇÃO DEPÓSITO	CBO JAM
GILVANI DO AMARAL FRANCA GONZATTI		126.06451.50-5	01/06/2004	01			07632
1.698,50	0,00	0,00	137,18			135,89	0,00
GLACI RECKZIEGEL		148.73012.79-8	22/05/2014	01			05143
1.670,48	0,00	0,00	134,66			133,64	0,00
GRACIELI MARTINS		206.33390.36-9	16/03/2020	01			07631
1.180,94	0,00	0,00	90,60			94,47	0,00
GUILHERME POSSER LEITE		162.69910.72-3	21/10/2019	01			07631
1.392,90	0,00	0,00	109,68			111,43	0,00
HENRIQUE LUIZ MULLER		201.93847.19-6	18/07/2019	01			07842
1.269,00	0,00	0,00	98,53			101,52	0,00
IAM FABRICIO DALL ALBA		161.83844.52-8	01/08/2012	01			07662
1.817,28	0,00	0,00	147,87			145,38	0,00
INDIAMARA APARECIDA BAUMGARTNER DOS SANT		128.91056.49-5	20/01/2020	01			07632
1.183,00	0,00	0,00	90,79			94,65	0,00
INDIAMARA APARECIDA KUNRATHW WALACHESKI		162.57373.91-4	23/01/2014	01			07632
1.761,49	0,00	0,00	142,85			140,91	0,00
INES BASSEGIO SOARES		123.88038.01-6	14/01/2008	01			07632
1.586,97	0,00	0,00	127,14			126,96	0,00
IVANETE DA SILVA ROOS		127.30605.49-7	02/08/1999	01			07618
1.510,72	0,00	0,00	120,28			120,86	0,00
IVANI FERREIRA		123.50840.93-1	15/03/2013	01			07605
1.747,85	0,00	0,00	141,62			139,83	0,00
IVONETE MENTGES		206.20062.53-8	09/04/2018	01			07632
1.329,47	0,00	0,00	103,97			106,35	0,00
JAMILE NEITZKE PONTES		125.83668.46-5	04/02/2020	01			07631
1.213,00	0,00	0,00	93,49			97,05	0,00
JANETE HUNHOFF		162.61063.78-9	23/10/2019	01			07632
1.559,66	0,00	0,00	124,68			124,77	0,00
JAQUELINE MARIA BARTZ		131.82031.51-0	03/03/2016	01			07631
1.213,00	0,00	0,00	93,49			97,05	0,00

RELAÇÃO DOS TRABALHADORES CONSTANTES NO ARQUIVO SEFIP
MODALIDADE : "BRANCO"-RECOLHIMENTO AO FGTS E DECLARAÇÃO À PREVIDÊNCIA

858100002830 716701792010 107646050803 424482300011

EMPRESA: BETEL EIRELI EPP
COMP: 10/2020 COD REC: 115 COD GPS: 2100 FPAS: 507 OUTRAS ENT: 0079 SIMPLES: 1 RAT: 3.0
TOMADOR/OBRA:

INSCRIÇÃO: 04.244.823/0001-13
FAP: 1.15 RAT AJUSTADO: 3.45
INSCRIÇÃO:

NOME TRABALHADOR REM SEM 13° SAL	REM 13°SAL	PIS/PASEP/CI BASE CÁL 13°SAL PREV SOC BASE CÁL PREV SOCIAL	ADMISSÃO CONTRIB SEG DEVIDA	CAT	OCOR	DATA/COD MOVIMENTAÇÃO DEPÓSITO	CBO JAM
JENIFER CAMILE DA SILVA CAVALHEIRO		162.75335.86-7	17/09/2019	01			07631
1.181,39	0,00	0,00	90,64			94,51	0,00
JESSICA APARECIDA FERREIRA DA ROSA		207.80685.06-1	01/02/2013	01			07631
1.339,48	0,00	0,00	104,87			107,15	0,00
JESSICA ARITUZA WONS RIBEIRO		161.84108.21-3	03/04/2017	01			07618
1.281,55	0,00	0,00	99,65			102,52	0,00
JESSICA CRISTINA DA SILVA MOMBACH		161.84104.59-5	12/05/2014	01			07632
1.540,52	0,00	0,00	122,96			123,24	0,00
JESSICA FERNANDA MOREIRA		206.15080.61-2	18/11/2019	01			07631
1.228,32	0,00	0,00	94,86			98,26	0,00
JESSICA MAIARA MASSOLA PEREIRA		155.10034.27-4	17/02/2020	01			03911
1.533,04	0,00	0,00	122,29			122,65	0,00
JESSICA TAINARA SOARES		162.74959.60-3	07/05/2019	01			07631
1.213,00	0,00	0,00	93,49			97,04	0,00
JHONATAN HORING DE OLIVEIRA		163.25384.28-9	19/02/2016	01			03188
2.338,57	0,00	0,00	202,25			187,08	0,00
JHONATAN VINICIUS MROZINSKI RECH		161.84177.83-5	12/04/2011	01			04141
2.472,21	0,00	0,00	218,29			197,77	0,00
JISLAINE VIEIRA LOURENCO		162.79301.68-1	01/12/2011	01			07618
1.402,08	0,00	0,00	110,50			112,16	0,00
JOHN LENO PADUA DE OLIVEIRA		161.84173.08-2	01/04/2019	01			04141
1.497,92	0,00	0,00	119,13			119,83	0,00
JOICE EBERT ANTUNES PINTO		130.28887.71-0	01/04/2011	01			03188
1.605,13	0,00	0,00	128,78			128,42	0,00
JONATHAN EDUARDO RODRIGUES LISI		162.74962.52-3	09/07/2019	01			07631
1.130,93	0,00	0,00	86,10			90,47	0,00
JOSEANE ANDRESSA SOARES MULLER		162.60366.51-6	07/05/2019	01			04221
1.213,00	0,00	0,00	93,49			97,04	0,00
JOSEMAR BARBOSA		203.29819.77-6	13/10/2015	01			07603
2.666,48	0,00	0,00	241,60			213,31	0,00

RELAÇÃO DOS TRABALHADORES CONSTANTES NO ARQUIVO SEFIP
MODALIDADE : "BRANCO"-RECOLHIMENTO AO FGTS E DECLARAÇÃO À PREVIDÊNCIA

858100002830 716701792010 107646050803 424482300011

EMPRESA: BETEL EIRELI EPP
COMP: 10/2020 COD REC: 115 COD GPS: 2100 FPAS: 507 OUTRAS ENT: 0079 SIMPLES: 1 RAT: 3.0
TOMADOR/OBRA:

INSCRIÇÃO: 04.244.823/0001-13
FAP: 1.15 RAT AJUSTADO: 3.45
INSCRIÇÃO:

NOME TRABALHADOR REM SEM 13° SAL	REM 13°SAL	PIS/PASEP/CI BASE CÁL 13°SAL PREV SOC BASE CÁL PREV SOCIAL	ADMISSÃO CONTRIB SEG DEVIDA	CAT	OCOR	DATA/COD MOVIMENTAÇÃO DEPÓSITO	CBO JAM
JOSEMAR LUAN EYNG		206.20063.56-9	04/04/2017	01			04110
1.472,67	0,00	0,00	116,86			117,81	0,00
JOSIANE ANTUNES FERREIRA		161.84820.73-8	26/08/2019	01			07631
1.417,16	0,00	0,00	111,86			113,37	0,00
JOSIANE FAUST		148.72816.82-6	06/12/2019	01			07633
1.356,71	0,00	0,00	106,42			108,54	0,00
JOSIANE VIEIRA LOURENCO		162.79308.39-2	14/02/2019	01			07632
1.227,12	0,00	0,00	94,76			98,16	0,00
JOSILENE BURDELLA TOME		162.17097.73-8	13/03/2014	01			07631
1.296,73	0,00	0,00	101,02			103,73	0,00
JOYCE GRAZIELLE RODRIGUES		131.49756.52-8	13/03/2019	01			03912
1.571,84	0,00	0,00	125,78			125,75	0,00
JUCILAINE NOLL		161.75170.35-1	16/02/2009	01			07631
1.427,00	0,00	0,00	112,75			114,16	0,00
JULIANE APARECIDA DE SOUZA		161.82061.67-8	01/03/2016	01			07605
1.741,60	0,00	0,00	141,06			139,32	0,00
JULIANI CRISTINI DRESSLER NEUMANN		201.93851.54-1	04/07/2012	01			07632
1.623,32	0,00	0,00	130,41			129,86	0,00
JULIANO HEDER PEDROSO		161.80972.80-0	09/04/2018	01			07632
1.228,30	0,00	0,00	94,86			98,26	0,00
JULIANO LUCAS DE MOURA		201.93845.35-5	10/03/2020	01			04110
1.876,53	0,00	0,00	153,20			150,12	0,00
JUSSARA DA SILVA DE BORBA		210.74603.36-4	02/08/2017	01			07631
1.177,72	0,00	0,00	90,31			94,21	0,00
JUSSIANI CRISTINA KARAS		130.43584.69-3	23/04/2019	01			07632
1.281,27	0,00	0,00	99,63			102,51	0,00
KARINA ALVES		204.36487.01-7	01/05/2010	01			01422
2.768,62	0,00	0,00	253,86			221,48	0,00
KEILA DIONEIA DE LIMA		164.53881.85-4	04/04/2016	01			07631
628,27	0,00	0,00	47,12			50,26	0,00

RELAÇÃO DOS TRABALHADORES CONSTANTES NO ARQUIVO SEFIP
MODALIDADE : "BRANCO"-RECOLHIMENTO AO FGTS E DECLARAÇÃO À PREVIDÊNCIA

858100002830 716701792010 10764605803 424482300011

EMPRESA: BETEL EIRELI EPP
COMP: 10/2020 COD REC: 115 COD GPS: 2100 FPAS: 507 OUTRAS ENT: 0079 SIMPLES: 1 RAT: 3.0
TOMADOR/OBRA:

INSCRIÇÃO: 04.244.823/0001-13
FAP: 1.15 RAT AJUSTADO: 3.45
INSCRIÇÃO:

NOME TRABALHADOR REM SEM 13° SAL	REM 13°SAL	PIS/PASEP/CI BASE CÁL 13°SAL PREV SOC BASE CÁL PREV SOCIAL	ADMISSÃO CONTRIB SEG DEVIDA	CAT	OCOR	DATA/COD MOVIMENTAÇÃO DEPÓSITO	CBO JAM
KETLIN LARISSA EICHELBERGER		154.49787.75-1	25/07/2019	01			07842
1.351,15	0,00	0,00	105,92			108,10	0,00
LAERTON HENRIQUE NEUSQUEN		125.99830.69-0	24/06/2019	01			03141
2.491,31	0,00	0,00	220,58			199,31	0,00
LANA EDUARDA DA SILVA VOLFART		164.36952.61-7	23/04/2019	01			07842
1.458,35	0,00	0,00	115,57			116,66	0,00
LEANDRO ROQUE MOLLMANN		129.74901.50-8	06/03/2013	01			04141
1.358,94	0,00	0,00	106,62			108,72	0,00
LEIDY NARA WIETHOLTER		130.51276.49-8	18/11/2015	01			04102
3.491,80	0,00	0,00	347,78			279,35	0,00
LEILA MARTA PINHEIRO DOS SANTOS		164.25874.78-4	02/09/2019	01			07632
1.312,00	0,00	0,00	102,40			104,96	0,00
LENIRA KREVER CARNIEL		129.85250.53-8	19/07/2016	01			07631
1.180,67	0,00	0,00	90,58			94,46	0,00
LEONARDO FEUS CORDEIRO		163.67459.41-4	03/11/2014	01			07632
1.576,89	0,00	0,00	126,24			126,15	0,00
LEONARDO LUCIANO FOLLMANN		201.93849.84-9	18/08/2017	01			04110
2.582,82	0,00	0,00	231,56			206,62	0,00
LEOVANI NUNES		127.60928.44-8	20/06/2017	01			07632
1.656,75	0,00	0,00	133,42			132,55	0,00
LETICIA GABRIELA DEMICHEI		143.88711.66-3	09/07/2019	01			07631
1.256,94	0,00	0,00	97,44			100,56	0,00
LIANI INES ROCKENBACH LEICHTWEIS		206.15065.89-3	04/08/2004	01			07603
2.215,12	0,00	0,00	187,44			177,20	0,00
LIDIANI IDENIS CAPITANIO HORING DE OLIVE		130.33412.51-2	01/10/2014	01			03911
2.054,00	0,00	0,00	169,18			164,33	0,00
LILIANE LETICIA PAVANELO SUZIN		130.46952.49-9	01/03/2018	01			02515
3.574,53	0,00	0,00	359,36			285,97	0,00
LISIANE SOUZA DA ROSA THOME		129.46971.68-8	14/03/2019	01			07605
2.106,04	0,00	0,00	174,35			168,49	0,00

RELAÇÃO DOS TRABALHADORES CONSTANTES NO ARQUIVO SEFIP
MODALIDADE : "BRANCO"-RECOLHIMENTO AO FGTS E DECLARAÇÃO À PREVIDÊNCIA

858100002830 716701792010 107646050803 424482300011

EMPRESA: BETEL EIRELI EPP
COMP: 10/2020 COD REC: 115 COD GPS: 2100 FPAS: 507 OUTRAS ENT: 0079 SIMPLES: 1 RAT: 3.0
TOMADOR/OBRA:

INSCRIÇÃO: 04.244.823/0001-13
FAP: 1.15 RAT AJUSTADO: 3.45
INSCRIÇÃO:

NOME TRABALHADOR REM SEM 13° SAL	REM 13°SAL	PIS/PASEP/CI BASE CÁL 13°SAL PREV SOC	ADMISSÃO CONTRIB SEG DEVIDA	CAT	OCOR	DATA/COD MOVIMENTAÇÃO DEPÓSITO	CBO JAM
LUANA ANDRESSA NOGUEIRA		164.06611.90-0	14/03/2019	01			07632
1.622,81	0,00	0,00	130,37			129,82	0,00
LUCIA INES NEVES		170.36301.22-6	03/05/2006	01			07632
1.543,59	0,00	0,00	123,24			123,48	0,00
LUCIANI KNEBEL		129.38207.52-4	25/10/2007	01			03911
1.886,18	0,00	0,00	154,07			150,90	0,00
LUCIANO APARECIDO DE ALMEIDA		127.13922.93-5	26/10/2020	01			07631
174,17	0,00	0,00	13,06			13,94	0,00
LUCIANO DOS SANTOS MACHADO		127.69221.49-5	01/10/2018	01			01424
5.500,61	0,00	0,00	629,01			440,05	0,00
LUCIANY CARINE CARNIEL		164.40747.09-7	13/02/2013	01			07632
1.507,40	0,00	0,00	119,98			120,59	0,00
LUCINEIA ALF		163.59482.85-2	08/04/2019	01			07632
1.351,15	0,00	0,00	105,92			108,09	0,00
MAGNUS ABEL SOARES PARCIANELLO		164.30660.62-2	04/02/2020	01			04141
1.229,29	0,00	0,00	94,95			98,34	0,00
MARCIA APARECIDA DA ROCHA		163.59355.85-0	01/02/2010	01			07631
1.247,56	0,00	0,00	96,60			99,80	0,00
MARCIA APARECIDA KESSLER		131.91281.51-6	01/06/2011	01			07631
1.812,69	0,00	0,00	147,46			145,02	0,00
MARCIA TERESINHA PINTO MESOMO		127.59208.49-6	24/03/2009	01			07618
1.829,67	0,00	0,00	148,99			146,38	0,00
MARCIANA APARECIDA AIRES MARTINS		131.90836.53-0	01/07/2009	01			07632
1.608,21	0,00	0,00	129,05			128,66	0,00
MARCILEIDE TEREZINHA SANTORO DA SILVA		206.15085.90-8	02/09/2019	01			07632
1.223,00	0,00	0,00	94,39			97,84	0,00
MARCIO ELEANDRO HOFFMANN		128.66965.51-7	02/02/2004	01			03141
3.554,04	0,00	0,00	356,49			284,33	0,00
MARIA CLAIR CABREIRA		124.16397.26-7	14/10/2002	01			07632
1.721,15	0,00	0,00	139,22			137,70	0,00

RELAÇÃO DOS TRABALHADORES CONSTANTES NO ARQUIVO SEFIP
MODALIDADE : "BRANCO"-RECOLHIMENTO AO FGTS E DECLARAÇÃO À PREVIDÊNCIA

858100002830 716701792010 107646050803 424482300011

EMPRESA: BETEL EIRELI EPP
COMP: 10/2020 COD REC: 115 COD GPS: 2100 FPAS: 507 OUTRAS ENT: 0079 SIMPLES: 1 RAT: 3.0
TOMADOR/OBRA:

INSCRIÇÃO: 04.244.823/0001-13
FAP: 1.15 RAT AJUSTADO: 3.45
INSCRIÇÃO:

NOME TRABALHADOR REM SEM 13° SAL	REM 13°SAL	PIS/PASEP/CI BASE CÁL 13°SAL PREV SOC BASE CÁL PREV SOCIAL	ADMISSÃO CONTRIB SEG DEVIDA	CAT	OCOR	DATA/COD MOVIMENTAÇÃO DEPÓSITO	CBO JAM
MARIA DE LOURDES FUSIGER		164.02561.54-2	02/03/2006	01			07605
1.846,47	0,00	0,00	150,50			147,71	0,00
MARLENE BISCHOFF MULLER		120.69727.76-0	01/10/2001	01			07633
1.323,68	0,00	0,00	103,45			105,90	0,00
MARLENE BURDELLA		165.66484.30-3	08/04/2013	01			07632
1.282,00	0,00	0,00	99,70			102,56	0,00
MARLENE MASSOLA		131.59061.51-4	11/04/2008	01			07633
1.312,97	0,00	0,00	102,48			105,04	0,00
MARLI BOTTKER MROZINSKI		126.06476.52-4	09/09/2019	01			07631
1.213,00	0,00	0,00	93,49			97,05	0,00
MARLI DA SILVA		125.12204.35-0	01/02/2012	01			07631
1.250,57	0,00	0,00	96,87			100,05	0,00
MARLI SEHNEM		123.41149.51-2	02/12/1999	01			07633
1.312,97	0,00	0,00	102,48			105,04	0,00
MARLI TERESINHA BERSCH CARNIEL		209.23241.30-7	03/03/2008	01			07631
1.323,38	0,00	0,00	103,42			105,87	0,00
MATEUS FELIPE FERNANDES DE CARVALHO		201.93846.64-5	02/05/2018	01			07631
1.180,76	0,00	0,00	90,58			94,46	0,00
MATHEUS HENRIQUE HORING DE OLIVEIRA		164.55101.93-7	02/03/2020	01			07631
1.183,00	0,00	0,00	90,79			94,64	0,00
MATHEUS LUCATELLI DE SA		201.93849.69-5	11/09/2015	01			01423
2.950,53	0,00	0,00	275,69			236,04	0,00
MATILDE REGINA KIELING		128.03700.53-2	03/09/2012	01			07618
1.599,69	0,00	0,00	128,29			127,98	0,00
MERCI STEIN		165.29241.99-0	22/06/2015	01			07842
1.481,37	0,00	0,00	117,64			118,50	0,00
MILAYNE CRISTINA SCUISSATTO MULLER		204.66901.74-1	17/03/2020	01			07631
1.178,79	0,00	0,00	90,41			94,30	0,00
ODIRLEI GONZATTI		127.67738.50-4	01/06/2000	01			07631
1.770,57	0,00	0,00	143,67			141,65	0,00

RELAÇÃO DOS TRABALHADORES CONSTANTES NO ARQUIVO SEFIP
MODALIDADE : "BRANCO"-RECOLHIMENTO AO FGTS E DECLARAÇÃO À PREVIDÊNCIA

858100002830 716701792010 107646050803 424482300011

EMPRESA: BETEL EIRELI EPP — INSCRIÇÃO: 04.244.823/0001-13
COMP: 10/2020 COD REC: 115 COD GPS: 2100 FPAS: 507 OUTRAS ENT: 0079 SIMPLES: 1 RAT: 3.0 FAP: 1.15 RAT AJUSTADO: 3.45
TOMADOR/OBRA: INSCRIÇÃO:

NOME TRABALHADOR / REM SEM 13° SAL	REM 13°SAL	PIS/PASEP/CI / BASE CÁL 13°SAL PREV SOC / BASE CÁL PREV SOCIAL	ADMISSÃO / CONTRIB SEG DEVIDA	CAT	OCOR	DATA/COD MOVIMENTAÇÃO / DEPÓSITO	CBO JAM
PAOLA LAIS BUGS DOS SANTOS		145.87058.92-7	15/06/2016	01			07605
1.514,26	0,00	0,00	120,60			121,15	0,00
PATRICIA APARECIDA FAGUNDES DA SILVA		165.26666.45-1	03/11/2015	01			07632
1.609,52	0,00	0,00	129,17			128,76	0,00
PAULA SUELE DELL OSBEL		204.94735.91-5	15/01/2018	01			07618
1.320,32	0,00	0,00	103,14			105,62	0,00
PRISCILA DA SILVA SOARES		131.30756.51-4	11/03/2020	01			07618
1.287,07	0,00	0,00	100,15			102,97	0,00
RANGEL GUSTAVO CAPITANIO DE OLIVEIRA		129.59829.52-4	14/09/2015	01			03141
5.297,81	0,00	0,00	600,62			423,83	0,00
REGIANI INES CAPPELLETTI		124.60113.42-2	07/10/1999	01			07632
1.491,52	0,00	0,00	118,55			119,33	0,00
REGINA TALGA CAETANO		126.02574.26-2	05/03/2014	01			03188
5.135,00	0,00	0,00	577,83			410,81	0,00
RICARDO JUNIOR DE ARAUJO E SILVA		131.27162.53-6	06/03/2017	01			03912
3.205,01	0,00	0,00	307,63			256,41	0,00
ROSANE TEREZINHA LUFT HENTZ		128.28175.52-0	02/04/2001	01			03188
2.811,47	0,00	0,00	259,00			224,92	0,00
ROSANGELA CAVASIN CHICHELERO		127.79580.49-8	26/03/2014	01			07603
4.507,36	0,00	0,00	489,96			360,59	0,00
ROSANGELA LAVARDA		125.53220.54-7	09/03/2020	01			07633
1.255,39	0,00	0,00	97,30			100,44	0,00
ROSANI MARIA MULLER		127.58854.51-3	22/03/2004	01			07632
1.488,56	0,00	0,00	118,29			119,09	0,00
ROSEMERI CAPELETTI		131.88403.50-9	10/03/2020	01			07631
1.179,96	0,00	0,00	90,51			94,40	0,00
ROSEMERI KAUFMANN BRUM		125.80686.67-5	09/09/2019	01			07632
1.317,00	0,00	0,00	102,85			105,37	0,00
ROSENILDA VARGAS CALVI		200.93987.85-9	18/09/2017	01			07632
1.572,09	0,00	0,00	125,80			125,76	0,00

RELAÇÃO DOS TRABALHADORES CONSTANTES NO ARQUIVO SEFIP
MODALIDADE : "BRANCO"-RECOLHIMENTO AO FGTS E DECLARAÇÃO À PREVIDÊNCIA

858100002830 716701792010 107646050803 424482300011

EMPRESA: BETEL EIRELI EPP
COMP: 10/2020 COD REC: 115 COD GPS: 2100 FPAS: 507 OUTRAS ENT: 0079 SIMPLES: 1 RAT: 3.0
TOMADOR/OBRA:

INSCRIÇÃO: 04.244.823/0001-13
FAP: 1.15 RAT AJUSTADO: 3.45
INSCRIÇÃO:

NOME TRABALHADOR REM SEM 13° SAL	REM 13°SAL	PIS/PASEP/CI BASE CÁL 13°SAL PREV SOC BASE CÁL PREV SOCIAL	ADMISSÃO CONTRIB SEG DEVIDA	CAT	OCOR	DATA/COD MOVIMENTAÇÃO DEPÓSITO	CBO JAM
ROSICLEIA PINHEIRO		165.26976.18-3	01/08/2019	01			07632
1.247,89	0,00	0,00	96,63			99,83	0,00
SALETE KLEINERT KAISER		124.23426.25-0	16/06/2016	01			07631
1.237,80	0,00	0,00	95,72			99,03	0,00
SANDRA MARA PERIN PADILHA		123.03377.19-8	10/07/2013	01			03188
3.538,78	0,00	0,00	354,36			283,11	0,00
SILVANA DE FREITAS TORETI		160.42363.28-0	22/09/2020	01			07632
1.282,00	0,00	0,00	99,70			102,56	0,00
SIMONE MARINHO DA ROSA		206.15707.88-7	08/04/2019	01			07631
1.289,81	0,00	0,00	100,40			103,18	0,00
SIMONI MIEKZIKWSKI		165.34139.50-3	09/09/2019	01			07631
1.181,48	0,00	0,00	90,65			94,51	0,00
SOELI HEBERLE		126.40362.24-2	01/09/2010	01			07632
1.378,70	0,00	0,00	108,40			110,30	0,00
SOYANE MARTINS		166.28502.66-0	01/06/2015	01			07631
1.294,86	0,00	0,00	100,85			103,58	0,00
SUELEN MESNEROWICZ		206.55057.98-0	26/10/2020	01			07631
174,17	0,00	0,00	13,06			13,93	0,00
SUELIM CAMARGO DELABONA		166.02734.89-0	01/07/2004	01			07618
1.605,16	0,00	0,00	128,78			128,41	0,00
SUELLEN JULIANA KREMER		201.93848.93-1	02/05/2013	01			02524
2.298,65	0,00	0,00	197,46			183,89	0,00
SUZANA CRISTINA DOS SANTOS		203.23793.84-8	07/04/2014	01			07632
1.578,22	0,00	0,00	126,35			126,25	0,00
SUZANA NUNES DA CRUZ VIEIRA		165.34211.61-1	01/08/2012	01			03188
1.643,20	0,00	0,00	132,20			131,45	0,00
TAINARA REGINA SCHMITZ		165.95627.93-1	23/04/2018	01			07842
1.626,85	0,00	0,00	130,73			130,14	0,00
TALITA EMANUELLI URNAU		128.54424.52-4	01/02/2017	01			01412
6.643,98	0,00	0,00	713,08			531,52	0,00

319

RELAÇÃO DOS TRABALHADORES CONSTANTES NO ARQUIVO SEFIP
MODALIDADE : "BRANCO"-RECOLHIMENTO AO FGTS E DECLARAÇÃO À PREVIDÊNCIA

858100002830 716701792010 107646050803 424482300011

EMPRESA: BETEL EIRELI EPP
COMP: 10/2020 COD REC: 115 COD GPS: 2100 FPAS: 507 OUTRAS ENT: 0079 SIMPLES: 1 RAT: 3.0
TOMADOR/OBRA:

INSCRIÇÃO: 04.244.823/0001-13
FAP: 1.15 RAT AJUSTADO: 3.45
INSCRIÇÃO:

NOME TRABALHADOR REM SEM 13° SAL	REM 13°SAL	PIS/PASEP/CI BASE CÁL 13°SAL PREV SOC BASE CÁL PREV SOCIAL	ADMISSÃO CONTRIB SEG DEVIDA	CAT	OCOR	DATA/COD MOVIMENTAÇÃO DEPÓSITO	CBO JAM
TANIA REGINA ROLOFF		126.06907.49-5	01/08/2010	01			07605
1.856,61	0,00	0,00	151,41			148,53	0,00
TARCIANE DE LIMA		131.10142.53-7	01/03/2007	01			03912
1.600,02	0,00	0,00	128,32			128,01	0,00
TATIANA REGINA PEREIRA		165.27222.69-7	09/11/2018	01			07632
1.654,47	829,25	0,00	133,22			198,69	0,00
TAYLA MELISSA BERMAL ALVES ROBERTA		206.65651.60-5	18/01/2016	01			04110
2.097,11	0,00	0,00	173,28			167,76	0,00
TEREZINHA ROSALI MULLER		128.27797.50-1	03/01/2011	01			05143
1.708,47	0,00	0,00	138,08			136,68	0,00
TEREZINHA VERONI PRESTES TABORDA		121.46998.56-5	02/03/1998	01			07632
1.354,12	0,00	0,00	106,19			108,33	0,00
THALIA GABRIELI DA ROSA CHRISTOFF		166.28371.08-6	23/05/2017	01			04141
1.291,53	0,00	0,00	100,55			103,32	0,00
THAYNARA KLEINERT DE SOUZA		166.54719.32-9	03/02/2020	01			07631
1.150,47	0,00	0,00	87,86			92,03	0,00
TIAGO DIONES COSTA MEIRA		206.20063.21-6	18/11/2019	01			07631
1.329,48	0,00	0,00	103,97			106,35	0,00
TIAGO LUAN CASTIGLIONI		212.85902.46-9	18/04/2016	01			07631
1.553,00	0,00	0,00	124,09			124,24	0,00
VANDERLEIA PINHEIRO		165.27322.43-8	27/05/2019	01			07605
1.432,00	0,00	0,00	113,20			114,56	0,00
VERONICE TOEBE DE LARA		206.44143.93-7	31/08/2020	01			07631
982,46	0,00	0,00	73,68			78,59	0,00
VIVIANE CRISTINA DOS SANTOS		129.77661.51-6	01/04/2013	01			04141
1.758,12	0,00	0,00	142,55			140,65	0,00

0320

RELAÇÃO DOS TRABALHADORES CONSTANTES NO ARQUIVO SEFIP
MODALIDADE : "BRANCO"-RECOLHIMENTO AO FGTS E DECLARAÇÃO À PREVIDÊNCIA

858100002830 716701792010 107646050803 424482300011

EMPRESA: BETEL EIRELI EPP
COMP: 10/2020 COD REC: 115 COD GPS: 2100 FPAS: 507 OUTRAS ENT: 0079 SIMPLES: 1 RAT: 3.0
TOMADOR/OBRA:
INSCRIÇÃO: 04.244.823/0001-13
FAP: 1.15 RAT AJUSTADO: 3.45
INSCRIÇÃO:

NOME TRABALHADOR		PIS/PASEP/CI	ADMISSÃO	CAT	OCOR	DATA/COD MOVIMENTAÇÃO	CBO
REM SEM 13° SAL	REM 13°SAL	BASE CÁL 13°SAL PREV SOC	CONTRIB SEG DEVIDA			DEPÓSITO	JAM
		BASE CÁL PREV SOCIAL					
MATHEUS LUIZ ROVEDA CAMPAGNOLO		130.45575.52-7	06/12/2016	11			02521
11.000,00	0,00	0,00	671,11			0,00	0,00

TOTAIS DA EMPRESA/TOMADOR					
361.263,96	7.183,92	6.354,67	30.851,80	28.371,67	0,00

4409321

RELAÇÃO DOS TRABALHADORES CONSTANTES NO ARQUIVO SEFIP
RESUMO DO FECHAMENTO - EMPRESA
MODALIDADE : "BRANCO"-RECOLHIMENTO AO FGTS E DECLARAÇÃO À PREVIDÊNCIA
858100002830 716701792010 107646050803 424482300011

EMPRESA: BETEL EIRELI EPP
Nº DE CONTROLE: GSm83FffiZM0000-0
Nº ARQUIVO: Cf$NEhmTvFF0000-8
INSCRIÇÃO: 04.244.823/0001-13
COMP: 10/2020 COD REC: 115 COD GPS: 2100 FPAS: 507 OUTRAS ENT: 0079 SIMPLES: 1 RAT: 3.0
FAP: 1.15 RAT AJUSTADO: 3.45
TOMADOR/OBRA:
INSCRIÇÃO:

LOGRADOURO: RUA ANTONIO NIEHUES 442
BAIRRO: SANTA CRUZ
CNAE PREPONDERANTE: 1412601
CIDADE: CAPANEMA UF: PR CEP: 85760-000
CNAE: 1412601

CAT	QUANT	REMUNERAÇÃO SEM 13°	REMUNERAÇÃO 13°	BASE CÁL PREV SOC	BASE CÁL 13° PREV SOC
01	210	349.468,06	5.177,84	348.134,73	6.354,67
11	1	11.000,00	0,00	11.000,00	0,00
TOTAIS:	211	360.468,06	5.177,84	359.134,73	6.354,67

0003822

RELAÇÃO DOS TRABALHADORES CONSTANTES NO ARQUIVO SEFIP
RESUMO DO FECHAMENTO - EMPRESA
FGTS

858100002830 716701792010 107646050803 424482300011

EMPRESA: BETEL EIRELI EPP
N° DE CONTROLE: GSm83FffiZM0000-0
N° ARQUIVO: Cf8NEhmTvFF0000-8
INSCRIÇÃO: 04.244.823/0001-13
COMP: 10/2020 COD REC: 115 COD GPS: 2100 FPAS: 507 OUTRAS ENT: 0079 SIMPLES: 1 RAT: 3.0
FAP: 1.15 RAT AJUSTADO: 3.45
TOMADOR/OBRA:
INSCRIÇÃO:

LOGRADOURO: RUA ANTONIO NIEHUES 442
BAIRRO: SANTA CRUZ
CNAE PREPONDERANTE: 1412601
CIDADE: CAPANEMA UF: PR CEP: 85760-000
CNAE: 1412601

MODALIDADE : "Branco"-RECOLHIMENTO AO FGTS E DECLARAÇÃO À PREVIDÊNCIA

	FGTS - 8%
REMUNERAÇÃO SEM 13° SALÁRIO	349.468,06
REMUNERAÇÃO 13° SALARIO	5.177,84
QUANTIDADE TRABALHADORES	208

VALORES DO FGTS
DATA DE RECOLHIMENTO ATÉ 07/11/2020

DEPÓSITO FGTS	ENCARGOS FGTS	CONTRIB SOCIAL	ENCARGOS CONTRIB SOCIAL	TOTAL RECOLHER
28.371,67	0,00	0,00	0,00	28.371,67

Visto 08823

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO - MTE
GFIP - SEFIP 8.40 (29/03/2020) TABELAS 41.0 (01/03/2020)

MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF

DATA: 05/11/2020
HORA: 15:57:11
PÁG : 0020/0020

RESUMO DAS INFORMAÇÕES À PREVIDÊNCIA SOCIAL CONSTANTES NO ARQUIVO SEFIP
EMPRESA

N° ARQUIVO: Cf8NEhmTvFF0000-8
EMPRESA: BETEL EIRELI EPP — N° DE CONTROLE: GSm83FffiZM0000-0 — INSCRIÇÃO: 04.244.823/0001-13
COMP: 10/2020 COD REC: 115 COD GPS: 2100 FPAS: 507 OUTRAS ENT: 0079 SIMPLES: 1 RAT: 3.0 FAP: 1.15 RAT AJUSTADO: 3.45
TOMADOR/OBRA: INSCRIÇÃO:

LOGRADOURO: RUA ANTONIO NIEHUES 442 BAIRRO: SANTA CRUZ CNAE PREPONDERANTE: 1412601
CIDADE: CAPANEMA UF: PR CEP: 85760-000 TELEFONE: 0046 3552 8800 CNAE: 1412601

VALOR DEV PREV SOC CALCULADO SEFIP:	52.939.82	CONTRIB SEGURADOS - DEVIDA:	30.851.80
SALÁRIO FAMÍLIA:	2.335.38	RECEITA EVENTO DESP/PATROCÍNIO:	0.00
SALÁRIO MATERNIDADE:	8.366.86	PERC DE ISENÇÃO DE FILANTROPIA:	0.00
VALORES PAGOS COOP TRABALHO - SEM ADICIONAL:	0.00	13° SALÁRIO MATERNIDADE:	0.00
VALORES PAGOS COOP TRABALHO - ADIC. 15 ANOS:	0.00	COM PRODUÇÃO PJ:	0.00
VALORES PAGOS COOP TRABALHO - ADIC. 20 ANOS:	0.00	COM PRODUÇÃO PF:	0.00
VALORES PAGOS COOP TRABALHO - ADIC. 25 ANOS:	0.00	VALOR DAS FATURAS EMITIDAS PARA O TOMADOR:	0.00

COMPENSAÇÃO

PERÍODO INICIAL:	10/2020	PERÍODO FINAL:	10/2020	VALOR SOLICITADO:	73.097.88
VALOR ABATIDO:	73.097.88	VALOR A COMPENSAR:	0.00	VALOR EXCEDENTE AO LIMITE DOS 30%:	38.244.02

RETENÇÃO (LEI 9.711/98)

VALOR INFORMADO:	0.00	VALOR ABATIDO PELO SEFIP:	0.00	VALOR A COMPENSAR/RESTITUIR:	0.00

BASE DE CÁLCULO APOSENTADORIA ESPECIAL/OCORRÊNCIA

15 ANOS:	0.00	20 ANOS:	0.00	25 ANOS:	0.00
QUANTIDADE:	0	QUANTIDADE:	0	QUANTIDADE:	0

QUANTIDADE DE MOVIMENTAÇÕES / CÓDIGOS

H :	0	I1:	2	I2:	0	I3:	0	I4:	0	J :	6	K :	0	L :	0	M :	0	N1:	0
N2:	0	N3:	0	O1:	2	O2:	0	O3:	0	P1:	2	P2:	0	P3:	0	Q1:	5	Q2:	0
Q3:	0	Q4:	0	Q5:	0	Q6:	0	Q7:	0	R :	0	S2:	0	S3:	0	U1:	0	U2:	0
U3:	0	V3:	0	W :	0	X :	0	Y :	0	Z1:	0	Z2:	0	Z3:	0	Z4:	0	Z5:	0

0003324

MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF

GFIP - SEFIP 8.40 (29/03/2020) TABELAS 41.0 (01/03/2020)

DATA: 05/11/2020
HORA: 15:57:11
PÁG : 0001

COMPROVANTE DE DECLARAÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER À PREVIDÊNCIA SOCIAL E A OUTRAS ENTIDADES E FUNDOS POR FPAS
EMPRESA

N° ARQUIVO: Cf8NEhmTvFF0000-8

EMPRESA: BETEL EIRELI EPP N° CONTROLE: GSm83FffiZM0000-0 INSCRIÇÃO: 04.244.823/0001-13

COMP: 10/2020 COD REC: 115 COD GPS: 2100 FPAS: 507 OUTRAS ENT: 0079 SIMPLES: 1 ALIQ RAT: 3,0 FAP: 1,15 RAT AJUSTADO: 3,45

TOMADOR/OBRA: INSCRIÇÃO:

LOGRADOURO: RUA ANTONIO NIEHUES 442 BAIRRO: SANTA CRUZ CNAE PREPONDERANTE: 1412601

CIDADE: Capanema UF: PR CEP: 85760-000 TELEFONE: 0046-35528800 CNAE: 1412601

APURAÇÃO DO VALOR A RECOLHER:	507	620	744	779	TOTAL
SEGURADO					
Empregados/Avulsos	30.180,69	0,00	0,00	0,00	30.180,69
Contribuintes Individuais	671,11	0,00	0,00	0,00	671,11
EMPRESA					
Empregados/Avulsos	70.897,88	0,00	0,00	0,00	70.897,88
Contribuintes Individuais	2.200,00	0,00	0,00	0,00	2.200,00
RAT	12.229,88	0,00	0,00	0,00	12.229,88
RAT - Agentes Nocivos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valores Pagos a Cooperativas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Adicional Cooperativas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comercialização Produção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Evento Desportivo/Patrocínio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECOLHIMENTO COMP ANT - VALOR INSS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Retenção Lei 9.711/98	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Sal. Família/Sal. Maternidade	10.702,24	0,00	0,00	0,00	10.702,24
(-) Compensação	73.097,88	0,00	0,00	0,00	73.097,88
VALOR A RECOLHER - PREVIDÊNCIA SOCIAL	32.379,44	0,00	0,00	0,00	32.379,44
OUTRAS ENTIDADES	20.560,38	0,00	0,00	0,00	20.560,38
RECOLH COMP ANT - VALOR OUT ENTID	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VALOR A RECOLHER - OUTRAS ENTIDADES	20.560,38	0,00	0,00	0,00	20.560,38
TOTAL A RECOLHER	52.939,82	0,00	0,00	0,00	52.939,82

(*) Os valores de retenção, salário-família/salário-maternidade e compensação demonstrados são os efetivamente abatidos.

A DECLARAÇÃO DE DADOS CONSTANTES DESTA GFIP E DO ARQUIVO SEFIP CORRESPONDENTE A CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA, EQUIVALE A CONFISSÃO DE DÍVIDA DOS VALORES DELA DECORRENTES E CONSTITUI(EM)CRÉDITO(S) PASSÍVEL(IS) DE INSCRIÇÃO EM DÍVIDA ATIVA, NA AUSÊNCIA DO OPORTUNO RECOLHIMENTO OU PARCELAMENTO,E CONSEQUENTE EXECUÇÃO JUDICIAL NOS TERMOS DA LEI No 6.830/80.

O EMPREGADOR/CONTRIBUINTE, RENUNCIANDO EXPRESSAMENTE A QUALQUER CONTESTAÇÃO QUANTO AO VALOR E PROCEDÊNCIA DESTA DECLARAÇÃO/DÍVIDA, ASSUME INTEGRAL RESPONSABILIDADE PELA EXATIDÃO DO MONTANTE DECLARADO E CONFESSADO, FICANDO, ENTRETANTO, RESSALVADO A SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL O DIREITO DE APURAR, A QUALQUER TEMPO, A EXISTÊNCIA DE OUTRAS IMPORTANCIAS DEVIDAS NÃO INCLUÍDAS NESTE INSTRUMENTO, AINDA QUE RELATIVAS AO MESMO PERÍODO.

O EMPREGADOR/CONTRIBUINTE RECONHECE QUE A PRESENTE CONFISSÃO DE DÍVIDA NÃO OBRIGA A SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL A EXPEDIR DOCUMENTO COMPROBATÓRIO DA INEXISTÊNCIA DE DÉBITO, SALVO SE SEU CRÉDITO FOR GARANTIDO NA FORMA DOS ARTS. 258 E 259 DO REGULAMENTO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL, APROVADO PELO DECRETO 3.048, DE 12/05/1999, E ALTERAÇÕES POSTERIORES.

FGTS - FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO

GFIP - SEFIP 8.40 (29/03/2020)

DATA: 05/11/2020
HORA: 15:57:11
PÁG : 001/001

RELATÓRIO ANALÍTICO DA GRF

EMPRESA: BETEL EIRELI EPP
INSCRIÇÃO: 04.244.823/0001-13
COMPETÊNCIA: 10/2020
CÓD REC: 115
FPAS: 507
SIMPLES: 1

	FGTS - 8%
QTDE TRABALHADORES	208
REMUNERAÇÃO	354.645,90
DEPÓSITO	28.371,67
ENCARGOS FGTS	0,00
CONTRIB SOCIAL	0,00
ENCARGOS CONTRIB SOC	0,00
TOTAL A RECOLHER	28.371,67

VALIDADE DO CÁLCULO: até 07/11/2020

RELATÓRIO PARA SIMPLES CONFERÊNCIA, NÃO É VÁLIDO PARA QUITAÇÃO.

A(S) GRF(S), PARA FINS DE QUITAÇÃO, SERÁ(ÃO) IMPRESSA(S) SOMENTE APÓS TRANSMISSÃO DO ARQUIVO VALIDADO PELO CONECTIVIDADE SOCIAL.

400327

11/11/2020 10:55:34

ESTACILIO JOSE CARDOSO & CIA LTDA

Orçamento

Empresa: 1 - ESTACILIO JOSE CARDOSO & CIA LTDA
CNPJ: 95447330000136
Endereço: RUA OSVALDO CRUZ
Email: eletrocardoso@eletrocardoso.com.br
Fone: 4533335100

Inscrição Estadual: 9013146834
Cidade/Estado: CASCAVEL - PR
CEP: 85801200
Fax:

Vendedor: 45 - LUCAS MACHARETE DE SOUZA
Data Emissão: 11/11/2020
Tipo: B - Balcão

Orçamento Nº: 34215

Situação: Aberto

Cliente: 448 - VENDA AO CONSUMIDOR
Endereço: RUA OSVALDO CRUZ
Cidade/Estado: CASCAVEL - PR
CEP: 85800000

CNPJ/CPF: 00000000000
Inscrição Estadual/RG: ISENTO
Fone: 4533335100
Celular:

Orçamento

Seq	Código	Descrição	Refrência	Marca	Qtde.	Vlr. Unit.	Vlr. Total
1	025727	G LUNA - DIN CENTRO EMB P/ 16DIN/12UL 100A S/ BARR	04.001	G LUNA	1,00	136,00	136,00
2	023955	G LUNA - KIT BARR. TRIFASICO 100A P/ 16 DISJ DIN	04.009	G LUNA	1,00	120,00	120,00
3	012904	CABO FLEX 750V 10,00MM		CARDOS	200,00	8,60	1720,00
4	012914	CABO FLEX 750V 6,00MM		CARDOS	200,00	5,00	1000,00
5	013061	CABO FLEX 750V 2,50MM		CARDOS	300,00	2,15	645,00
6	029051	ELETRODUTO DE PVC 1/2" CZ	1	INPOL	30,00	7,60	228,00
7	030694	CONDULETE 5 ENTRADAS DE 1/2"-3/4"-1" CZ	15	INPOL	25,00	4,00	100,00
8	008398	TOMADA RED EMB 2P+T 20A PB FOSFORESCENTE S/P	601320A.8	LUMIBRA	25,00	7,20	180,00
9	024376	TAMPA P/ 1 TOM RED 1/2" - 3/4" BR	251	INPOL	25,00	2,00	50,00
10	023118	ADAPTADOR DE PVC 1/2" CZ	27	INPOL	25,00	0,88	22,00
11	021876	ELETROCALHA PERF 100 X 50 #18 AZ		CARDOS	20,00	69,07	1381,42
12	029589	PERFILADO 38X38X6000MM PERF #16 GE VM		CARDOS	20,00	91,33	1826,65
13	029609	LAMPADA LED TUB 18W T8 BIVOLT 6500K	3069	MASTERL	70,00	17,00	1190,00
14	010609	LUMINARIA COMERCIAL 2X40W SOB	10005	LUMEPET	70,00	14,20	994,00
15	014775	SOQUETE ANTI-VIBRATORIO DE ENGATE RAPIDO	121	LUMIBRA	280,00	1,50	420,00

Totais.:

Total Bruto:	**10013,07**
Desconto:	**0,00**
Frete:	**0,00**
Total Liquido:	**10013,07**
Total IPI/ST	**0,00**
Total Orçamento:	**10013,07**

Condição de pagamento: À Vista

Autorizo a execução do orçamento prévio e o faturamento dos materiais.

Autorizo pelo Sr(a): _____

CNPJ/CPF:

Observação:

Autorizo Responsável: _____

PLASBOX

Empresa: PLASBOX PRODUTOS PLASTICOS LTDA - ME

Fone: (11) 4007-2626 **Fax:**

Orçamento Venda Nº: 33167 **Série:** **REP** **Emissão:** 31/07/2020

Orçamento Válido Até: 05/08/2020

Local de Entrega: R ANTONIO NIEHUES, 468 - Bairro: CENTRO

Cidade: CAPANEMA **UF:** PR **CEP:** 85760000

Cliente: (56498) BETEL EIRELI **Contato:** RICARDO

CNPJ: 04.244.823/0001-13 **IE:**

Endereço: R ANTONIO NIEHUES, 468 **Bairro:** CENTRO

Cidade: CAPANEMA **Estado:** PR **CEP:** 85760-000

Fone: 46 3552 8800 **Fax:** **E-mail:** ricardo.a@betelsport.com.br

Pagamento: DUPLICATA - 28 DIAS

Frete: A Pagar **Valor Frete:** 0,00

Representante: CLAUDIA OLIVEIRA **Assinatura:** _____

Fone: **E-mail:**

Utilização: Industrialização / Comercialização **CFOP:** 0

Item	Código	Descrição técnica do material	NCM	Quant.	Un.	Preço Un.	%IPI	Preço Total
01	1504	CAIXA PLASTICA PB 48CP-PP VAZADA PRETO	8609.00.00	2.500,000	UN	13,40	0,00	33.500,00
								33.500,00

Transportador: (0) **Fone:** **Contato:** **Total IPI:** 0,00 **Total C/ IPI:** **33.500,00** Página 1 de 1

Observações:

FRETE: FOB GUARULHOS/SP - RETIRA NA FÁBRICA
PRAZO DE ENTREGA: 15 DIAS
CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: BOLETO 28 DIAS *Condição de pagamento mediante aprovação de crédito, poderá ser solicitado pagamento antecipado na primeira compra.

PLASBOX

CAIXA PLÁSTICA VAZADA PB 48 - 48 LITROS CEASA



DIMENSÕES

Externas: 240 x 400 x 600 mm Internas: 215 365 x 565 mm

COR

Azul, Amarelo, Verde, Vermelho, Preto, Natural

CAPACIDADE

48 Litros

MATÉRIA PRIMA

PE - Polietileno PEAD - Polietileno de Alta Densidade

CARACTERÍSTICAS

Compatível com carrinho tartaruga PB 4060

PontoCap Informática e Internet Ltda
Rua Padre Cirilo, 1316 - Centro - Capanema
85.760-000 - Capanema - Paraná
Fone: (46) 3552 2444

Orçamento

			VALOR TOTAL
QTDE	Item	VALOR UNIT	Valor
3	PLACA MÃE ASUS PRIME 1151	R$ 520,00	R$ 1560,00
3	KIT GABINETE satélite /cx de som/teclado e mouse	R$ 295,00	R$ 885,00
3	HD SSD 240GB KINGSTON	R$ 276,00	R$ 828,00
3	MONITOR AOC FULL HD 18,5	R$ 565,00	R$ 1695,00
3	MEMÓRIA DDR4 4GB	R$ 205,00	R$ 615,00
3	PROCESSADOR CORE I3 INTEL 9ºGERAÇÃO	R$ 954,00	R$ 2862,00
3	leitor de código de barras zebra ds 7708	R$ 1.415,00	R$ 4245,00
2	Impressora Termica Zebra Gc420t	R$ 1.699,00	R$ 3398,00
			R$ 16.088,00

Euclides Kollet
(46) 999042444

EMPRESA DE INFORMÁTICA DO GRUPO BLUMECOP DO BRASIL

BlumeCop Informática Ltda. - Capanema - Planalto - Ampére
CNPJ 00.169.282/0001-55 - Inscr. Estadual 90116083-00

Certificado

Prefeitura Municipal de Capanema
Certifico que este documento é cópia fiel do original.
Capanema, 12 / 12 / 2022

Conferimos a **MATHEUS LUIZ ROVEDA CAMPAGNOLO**

o presente certificado de **CONCLUSÃO DO CURSO DE INFORMÁTICA, IPD**

INTRODUÇÃO AO PROCESSAMENTO DE DADOS, WINDOWS 95, WORD 97, EXCEL 97, INTERNET

ministrado no período de **01/03/99** *, a* **03/06/99**

com duração média de **45.0 (QUARENTA E CINCO)** *horas/aula e*

freqüência de **100.0% (CEM)** *atingindo a média* **9.5**

Reg. sob nº: **0010005101085** **CAPANEMA-PR, 4 DE AGOSTO DE 1999**

Aluno(a) *Instrutor (a)* *Adriano Blume*

Certificado

1102221

40332

ESCOLA
MUNICIPAL CONCÓRDIA

ENSINO PRÉ - 1.ª A 4.ª SÉRIE
AV. ESPÍRITO SANTO, 413
CAPANEMA - PR



O aluno (a aluna) Matheus Duiz Roveda Campagnolo

Nascido(a) a 19 de Janeiro de 1989, concluiu o

CURSO PRÉ-ESCOLAR

neste estabelecimento de ensino.

Capanema, 07 de Dezembro de 1994.

Diretora: Cristaflice Carvalheiro Prof.ª Velda Nodari

Prefeitura Municipal de Capanema
Certifico que este documento é cópia fiel do original.
Capanema, 11 / 12 / 2020
Secretaria

Município de Capanema - PR

LICITANTE: Betel

CRITÉRIO	PROPOSTA/PONTOS	PONTOS	PESO	PROPOSTA	SOMATÓRIO DA PONTUAÇÃO DA PROPOSTA
Empregabilidade (em número de empregos diretos a serem gerados)	2 pontos por emprego gerado	Até 100	0,3	50,00	30,00
Valor do Investimento privado no empreendimento a ser instalado no imóvel R$	Até 20.000,00	5	0,2		0,00
	De 20.001,00 a 40.000,00.	10	0,2		0,00
	40.001,00 a 60.000,00.	15	0,2		0,00
	60.001,00 a 80.000,00	20	0,2	20,00	4,00
	Acima de 80.000,00, a cada 20.000,00 acrescenta 5 pontos.	até 100	0,2		0,00
Prazo construção da infraestrutura e aplicação total dos investimentos (critério exclusivo para terrenos)	Até 6 meses	100	0,2		0,00
	De 6 a 12 meses	80	0,2		0,00
	De 13 a 18 meses	60	0,2		0,00
	De 19 a 24 meses	40	0,2		0,00
Prazo para aplicação total dos investimentos (critério exclusivo para barracões)	Até 4 meses	100	0,2	100,00	20,00
	De 5 a 8 meses	80	0,2		0,00
	De 9 a 12 meses	60	0,2		0,00
	De 13 a 16 meses	40	0,2		0,00
	De 17 a 20 meses	20	0,2		0,00
	De 21 a 24 meses	10	0,2		0,00
Faturamento anual da pessoa jurídica R$	Até 80.001,00.	10	0,1		0,00
	de 80.001,00 a 150.000,00.	20	0,1		0,00
	150.001,00 a 200.000,00.	30	0,1		0,00
	200.001,00 a 250.000,00.	40	0,1		0,00
	250.001,00 a 300.000,00	50	0,1		0,00
	Acima de 300.000,00, a cada 50.000,00 acrescenta 10 pontos.	até 100	0,1	100,00	10,00
Tempo de constituição da empresa em Capanema OU tempo de residência do sócio majoritário da empresa OU da pessoa física em Capanema	5 pontos por ano	até 100	0,1	100,00	10,00
Capacidade do empreendimento gerar uma cadeia de produção e/ou empregos indiretos no Município de Capanema/PR	Aquisição de matéria-prima de pessoas físicas ou jurídicas residentes ou sediadas no Município de Capanema.	2 pontos para cada indicação, até 100	0,1	0,00	0,00
			TOTAL		74,00

C C MARTINE FOLHA DE CAPANEMA

26.450.654/0001-00

009335

Secretaria da Micro e Pequena Empresa
Secretaria da Racionalização e Simplificação
Departamento de Registro Empresarial e Integração

REQUERIMENTO DE EMPRESÁRIO

Folhas 01

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO DE EMPRESA - NIRE (da sede)				
XXX		XXX		
NOME DO EMPRESÁRIO (empresário sem personalidade jurídica)				
CARLOS CEZAR MARTINE				
NACIONALIDADE		ESTADO CIVIL		
BRASILEIRA		CASADO(A)		
SEXO	REGIME DE BENS (se casado)			
Masculino	Comunhão Universal			
DATA DE NASCIMENTO		FILIAÇÃO		
VITOR MARTINI		LEONE DA ROSA DE SIQUEIRA MARTINI		
DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO (tipo e número)	IDENTIDADE (nº)	ÓRGÃO EMISSOR	UF	CPF (se houver)
09/09/1968	3.316.664-8	SSP	PR	492.927.499-00
NOME PARA FINS DE CORRESPONDÊNCIA (se diferente do nome civil)				
XXX				
ENDEREÇO RESIDENCIAL OU DE DOMICÍLIO (tipo e nome)			NÚMERO	
RUA RUA PARA			1058	
COMPLEMENTO	BAIRRO/DISTRITO	CEP	CÓDIGO DO MUNICÍPIO (Tabela Nacional)	
XXX	SÃO CRISTÓVÃO	85760-000	005920 - Capanema	
MUNICÍPIO			UF	
Capanema			PR	

declara, sob as penas da lei, não estar impedido de exercer atividade empresária, que não possui outro registro de empresário e requer:

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARANÁ	JUNTA COMERCIAL DO XXX
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO ATO 080 - INSCRIÇÃO	CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO ATO XXX
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO EVENTO 0800 - INSCRIÇÃO	CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO EVENTO XXX

NOME EMPRESARIAL				
C C MARTINE FOLHA DE CAPANEMA				
TIPO E NOME DO LOGRADOURO (rua, avenida, etc.)			NÚMERO	
RUA RUA PARA			1058	
COMPLEMENTO	BAIRRO/DISTRITO	CEP	CÓDIGO DO MUNICÍPIO (Tabela Nacional)	
XXX	SAO CRISTOVAO	85760-000	005920 - Capanema	
MUNICÍPIO	UF	PAÍS	CORREIO ELETRÔNICO (e-mail)	
Capanema	PR	BRASIL	cesarlucasrenz@gmail.com	
VALOR DO CAPITAL (R$)	VALOR DO CAPITAL (por extenso)			
6.000,00	seis mil reais			

CÓDIGO DE ATIVIDADE ECONÔMICA (CNAE)	DESCRIÇÃO DO OBJETO
Atividade Principal 5812301 Atividade Secundária 5811500, 5813100, 8230001, 8599604, 9319101	EDICAO DE JORNAIS DIARIOS EDICAO DE LIVROS EDICAO DE REVISTAS SERVICOS DE ORGANIZACAO DE FEIRAS, CONGRESSOS, EXPOSICOES FESTAS TREINAMENTO EM DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL E GERENCIAL PRODUCAO DE PROMOCAO DE EVENTOS ESPORTIVOS

DATA DA OCORRÊNCIA	NÚMERO DE INSCRIÇÃO (se houver)	CONSENTIMENTO DE SÓCIO CASADO (ART. 1.642 DO CÓDIGO CIVIL BRASILEIRO)	USO DA JUNTA COMERCIAL
26/10/2016	XXX		1 - SIM ☐ 3 - NÃO

DATA DA ASSINATURA	ASSINATURA DO EMPRESÁRIO
26/10/2016	

PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL

DEFERIDO. PUBLIQUE-SE E ARQUIVE-SE	AUTENTICAÇÃO
	PR1160000488751

PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL

* Este documento foi gerado no portal Empresa Fácil Paraná

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARANÁ - SEDE

CERTIFICO O REGISTRO EM 31/10/2016 09:46 SOB Nº 41108138295.
PROTOCOLO: 166571288 DE 27/10/2016. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11602319640. NIRE: 41108138295.
C C MARTINE FOLHA DE CAPANEMA

Libertad Bogus
SECRETÁRIA-GERAL

JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ

SERVIÇO NOTARIAL DE CAPANEMA

Selo Digital Nº nIE0c 95YXY.ljJM2 Controle: X6hXo.MAAS
Consulte este selo em http://funarpen.com.br
Reconheço por VERDADEIRA a assinatura indicada de CARLOS CEZAR MARTINE
do que dou fé
Capanema-PR, 26 de outubro de 2016, às 16:43:11 horas
Em testº _____ da Verdade
Leda da Silva Pedroso - Escrevente

TABELIONATO DE NOTAS DE CAPANEMA

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARANÁ - SEDE

CERTIFICO O REGISTRO EM 31/10/2016 09:46 SOB Nº 41108138295.
PROTOCOLO: 166571288 DE 27/10/2016. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11602319640. NIRE: 41108138295.
C C MARTINE FOLHA DE CAPANEMA

Libertad Bogus
SECRETÁRIA-GERAL
CURITIBA, 31/10/2016

JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ

ALTERAÇÃO DO INSTRUMENTO DE INSCRIÇÃO DE EMPRESÁRIO INDIVIDUAL
NIRE: 41108138295
CNPJ/MF: 26.450.654/0001-00
C C MARTINE FOLHA DE CAPANEMA

Carlos Cezar Martine, brasileiro, casado em comunhão universal de bens, natural de Palmas – PR, nascido em 09/09/1965, RG nº 3.316.664-8 SESP-PR e CPF nº 492.927.499-00, residente e domiciliado na Rua Pará, nº 1058, bairro São Cristóvão, cidade de Capanema, estado do Paraná, CEP 85.760-000.; Empresário individual, sob o nome empresarial de C C MARTINE FOLHA DE CAPANEMA com sede à Rua Pará, nº 1058, bairro São Cristóvão, cidade de Capanema, estado do Paraná, CEP 85.760-000, inscrita no Junta Comercial do Estado do Paraná sob o NIRE 41108138295 em 31/10/2016 e no CNPJ/MF sob o número 26.450.654/0001-00; resolve assim, Alterar e Consolidar o Instrumento de Inscrição.

Cláusula Primeira – DO NOME EMPRESARIAL (ART. 968, II, CC) – O Empresário Individual gira com o nome empresarial de C C MARTINE FOLHA DE CAPANEMA.

Cláusula Segunda – DO CAPITAL (ART. 968, III, CC) – O Capital é de R$30.000,00(Trinta mil reais) totalmente subscrito e já integralizado, em moeda corrente do País.

Cláusula Terceira – DA SEDE (ART. 968, IV, CC) – O Empresário Individual tem sua sede na cidade de Capanema, estado do Paraná, à Rua Pará, nº 1058, bairro São Cristóvão, CEP 85.760-000.

Cláusula Quarta - DA DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO (ART. 37, II, LEI Nº 8.934, DE 1994) – O Empresário declara, sob as penas da lei, inclusive que são verídicas todas as informações prestadas neste instrumento e quanto ao disposto no artigo 299 do Código Penal, não estar impedido de exercer atividade empresária e não possuir outro registro como Empresário Individual no País.

Cláusula Quinta – DO OBJETO (ART. 968, IV, CC): O Empresário Individual tem por objeto o exercício das seguintes atividades econômicas.

58.11-5-00 – Edição de livros.
58.13.1-00 – Edição de revistas.
73.11-4-00 – Agências de publicidade.
82.30-0-01 – Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas.
85.99-6-04 – Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial.
93.19-1-01 – Produção e promoção de eventos esportivos.
18.22-9/99 – Serviços de acabamentos gráficos, exceto encadernação e plastificação.
63.19-4/00 – Portais, provedores de conteúdo e outros serviços de informação na internet.

Cláusula Sexta - DO ENQUADRAMENTO – O Empresário declara que a atividade se enquadra em Microempresa – ME, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e que não se enquadra em qualquer das hipóteses de exclusão relacionadas no §, 4º do art. 3º da mencionada lei. (art. 3º, I, LC 123/2006)

Cláusula Sétima – DO FORO: Fica eleito o foro de Capanema – Paraná, para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste ato de constituição.

E, por estar assim constituído, assino o presente instrumento.

Capanema/PR, 10 de março de 2020

Reconhecimento de Firma Capanema - PR

CARLOS CEZAR MARTINE

TABELIONATO DE NOTAS - CAPANEMA - PR (46)3552.3710

Selo Digital: Qr56j.RI9H.np8f. Controle: N°4fY.ksAR2

Consulte este selo em http://funarpen.com.br

Reconheço por SEMELHANÇA a assinatura indicada de CARLOS CEZAR MARTINE. Dou fé. Capanema-PR, 29 de agosto de 2018

Em Test° da Verdade

Daniela Ribeiro do Carmo - Escrevente

TABELIONATO DE NOTAS DE CAPANEMA - PR

JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ

CERTIFICO O REGISTRO EM 14/09/2018 15:16 SOB Nº 20184888832.
PROTOCOLO: 184888832 DE 03/09/2018. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11803879666. NIRE: 41108138295.
C C MARTINE FOLHA DE CAPANEMA

Libertad Bogus
SECRETÁRIA-GERAL
CURITIBA, 14/09/2018
WWW.empresafacil.pr.gov.br



VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL: 3.316.664-6 DATA DE EXPEDIÇÃO: 04/04/2012

NOME: CARLOS CEZAR MARTINE

FILIAÇÃO: VITOR MARTINE
LEONILDA ROSA DE SIQUEIRA MARTINE

NATURALIDADE: PALMAS/PR DATA DE NASCIMENTO: 09/09/1965

DOC. ORIGEM: COMARCA=CAPANEMA/PR, CRISTO REI
C.CAS=550, LIVRO=2B, FOLHA=430

CPF: 492.927.499-00

CURITIBA/PR

NEWTON TADEU ROCHA
DIRETOR
ASSINATURA DO DIRETOR

É PROIBIDO PLASTIFICAR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83



CIC

NASCIMENTO 09.09.65

INSCRIÇÃO NO CPF 492 927 499 00

CONTRIBUINTE

CARLOS CEZAR MARTINE

SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO ELEITORAL

NOME DO ELEITOR
CARLOS CESAR MARTINE

DATA DE NASCIMENTO 09/09/1965

Nº INSCRIÇÃO 3439832006/55

ZONA 107

SEÇÃO 0030

MUNICÍPIO UF CAPANEMA PR

DATA DE EMISSÃO 18/09/86

JUIZ ELEITORAL

VÁLIDO SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA - JUSTIÇA ELEITORAL

Prefeitura Municipal de Capanema
Certifico que este documento é cópia fiel
o original.
Capanema, 09/11/2020

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
26.450.654/0001-00 MATRIZ		31/10/2016

NOME EMPRESARIAL
C C MARTINE FOLHA DE CAPANEMA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
********	ME

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
58.12-3-01 - Edição de jornais diários (Dispensada *)

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
18.22-9-99 - Serviços de acabamentos gráficos, exceto encadernação e plastificação (Dispensada *)
58.11-5-00 - Edição de livros (Dispensada *)
58.13-1-00 - Edição de revistas (Dispensada *)
63.19-4-00 - Portais, provedores de conteúdo e outros serviços de informação na Internet (Dispensada *)
73.11-4-00 - Agências de publicidade (Dispensada *)
82.30-0-01 - Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas (Dispensada *)
85.99-6-04 - Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial (Dispensada *)
93.19-1-01 - Produção e promoção de eventos esportivos (Dispensada *)

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
213-5 - Empresário (Individual)

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
R RUA PARA	1058	********

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
85.760-000	SAO CRISTOVAO	CAPANEMA	PR

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
	(46) 3552-1239

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	31/10/2016

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

(*) *A dispensa de alvarás e licenças é direito do empreendedor que atende aos requisitos constantes na Resolução CGSIM nº 51, de 11 de junho de 2019, ou da legislação própria encaminhada ao CGSIM pelos entes federativos, não tendo a Receita Federal qualquer responsabilidade quanto às atividades dispensadas.*

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **08/09/2020** às **09:35:27** (data e hora de Brasília). Página: **1/1**

RECEITA ESTADUAL

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA FAZENDA

Comprovante de Inscrição Cadastral - CICAD

Inscrição no CAD/ICMS	Inscrição CNPJ	Início das Atividades
90844385-34	26.450.654/0001-00	03/2020

Empresa / Estabelecimento

Nome Empresarial	C C MARTINE FOLHA DE CAPANEMA
Título do Estabelecimento	
Endereço do Estabelecimento	RUA PARA, 1058 - SAO CRISTOVAO - CEP 85760-000 FONE: (46) 3552-1486
Município de Instalação	CAPANEMA - PR, DESDE 03/2020
	(Estabelecimento Matriz)

Qualificação

Situação Atual	ATIVO - SIMPLES NACIONAL / SIMPLES NACIONAL - DIA 03 DO MES+2, DESDE 06/2020
Natureza Jurídica	213-5 - EMPRESÁRIO (INDIVIDUAL)
Atividade Econômica Principal do Estabelecimento	1822-9/99 - SERVICOS DE ACABAMENTOS GRAFICOS, EXCETO ENCADERNACAO E PLASTIFICACAO
Atividade(s) Econômica(s) Secundária(s) do Estabelecimento	5811-5/00 - EDICAO DE LIVROS

Quadro Societário

Tipo	Inscrição	Nome Completo / Nome Empresarial	Qualificação
CPF	492.927.499-00	CARLOS CEZAR MARTINE	EMPRESÁRIO

Este CICAD tem validade até 08/10/2020.

Os dados cadastrais deste estabelecimento poderão ser confirmados via Internet www.fazenda.pr.gov.br

Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Receita Estadual do Paraná

CAD/ICMS Nº 90844385-34

Emitido Eletronicamente via Internet
08/09/2020 9:21:00

Dados transmitidos de forma segura
Tecnologia CELEPAR

Município de Capanema

ESTADO DO PARANÁ
75.972.760/0001-60
AV GOV.PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA, 1080 - CENTRO - CAPANEMA - PR

ALVARÁ Nº 146/2016

O Município de Capanema, conforme protocolo nº PRP1618312320 de 01 de Novembro de 2016 concede alvará de licença para localização a:

Nome: **C C MARTINE FOLHA DE CAPANEMA - ME**
CNPJ/CPF: 26.450.654/0001-00 **Inscrição Municipal:** 43982
Nome Fantasia:

Localização: R PARA, 1058 - SÃO CRISTOVÃO CEP: 85760000 Capanema - PR

Atividades
5811-5/00 - Edição de livros.
8230-0/01 - Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas.
8599-6/04 - Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial.
9319-1/01 - Produção e promoção de eventos esportivos.
5813-1/00 - Edição de revistas.

Horário de funcionamento Comercio e prestadores de servicos
Segunda à Sexta das 07:30 às 20:00
Sábado das 07:30 às 13:00

Este Alvará possui validade INDETERMINADA somente para a LOCALIZAÇÃO e ATIVIDADES acima descritas.

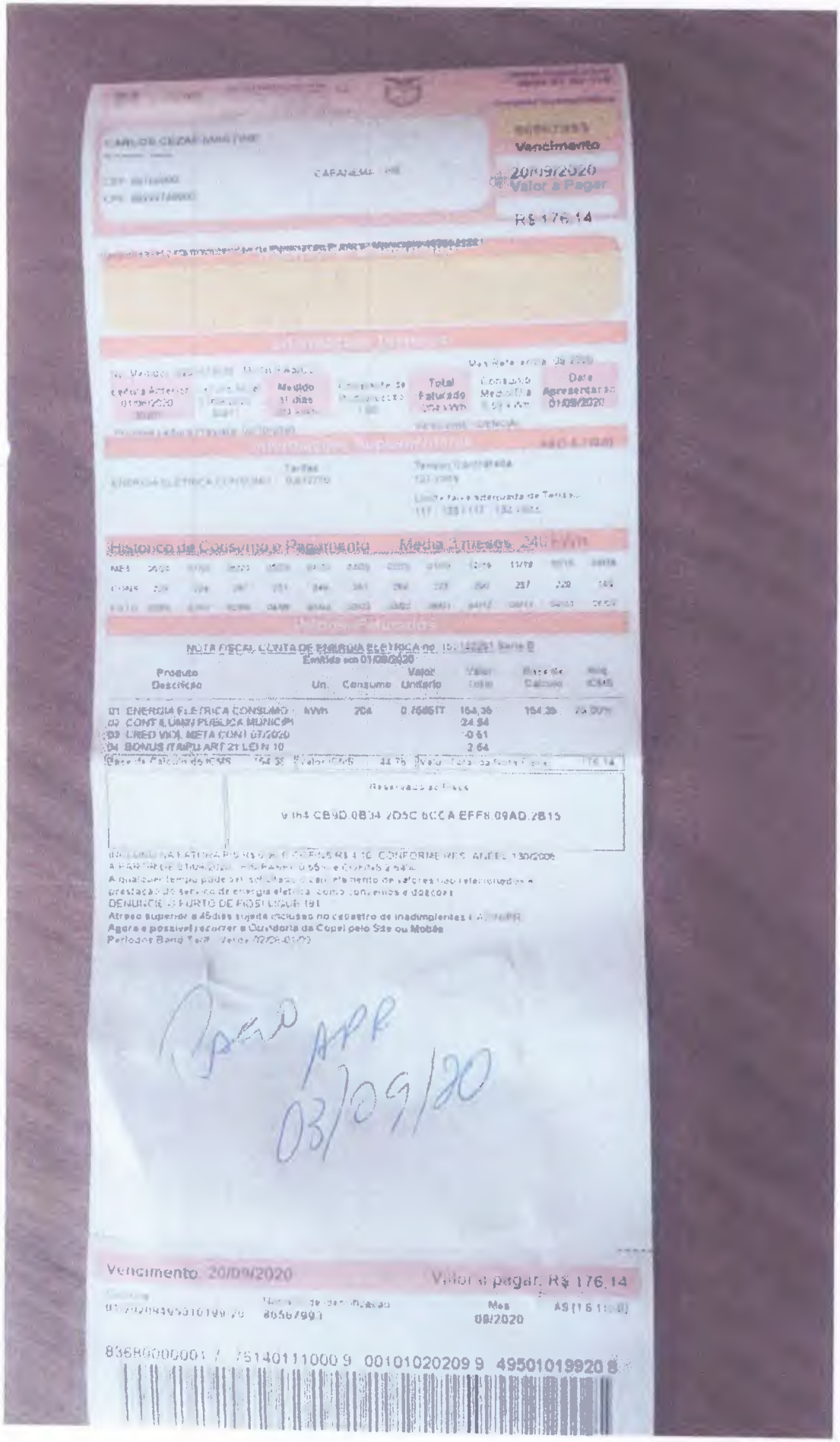
Observações:

1 - O Contribuinte deve manter o presente Alvará de Licença, em lugar bem visível e o exibirá a autoridade competente sempre que esta o exigir. - Código de Posturas - Lei 03/1970 - Artigo 213.
2 - Será exigida renovação de licença sempre que ocorrer mudanças de ramo de atividade, modificações nas características do estabelecimento ou transferência de local.
3 - Nos casos de alterações tais como: encerramento, mudanças de endereço, razão social, ramos de atividade, etc.
O contribuinte será obrigado a comunicar a Prefeitura dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias.

IMPORTANTE:
- Evite multas, auditorias, fiscalização especial e outros aborrecimentos mantendo em dia sua situação perante o fisco.
Futuramente você precisará de certidões para fins de aposentadoria, auxílios, pensão, etc.
Zele pelo seu futuro.

Capanema, 19 de Maio de 2020

Autenticação: 9ZTMH2TE94ZZXT8UC9H



Vencimento
20/09/2020
Valor a Pagar
R$ 176,14

Histórico de Consumo e Faturamento — Média 3 meses: 240 kWh

NOTA FISCAL CONTA DE ENERGIA ELETRICA nº 15.[illegible] Série B
Emitida em 01/08/2020

Produto Descrição	Un.	Consumo	Valor Unitário	Valor Total	Base de Cálculo	Alíq. ICMS
01 ENERGIA ELETRICA CONSUMO	kWh	204	0,756517	154,35	154,35	25,00%
02 CONT.ILUM.PUBLICA MUNICIPAL				24,84		
03 LRED VIDA META CUMP 07/2020				-0,61		
04 BONUS ITAIPU ART 21 LEI N 10				2,64		

Reservado ao Fisco
v1h4 CB9D 0B34 7D5C bCCA EFF8 09AD 7B15

Vencimento 20/09/2020 Valor a pagar R$ 176,14

Mês 08/2020

836800000001 7 75140111000 9 00101020209 9 49501019920 8

Prefeitura Municipal de Capanema
Certifico que este documento é cópia fiel do original.
Capanema, 03 / 11 / 2020

Receita Federal PGFN CERTIDÃO

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: C C MARTINE FOLHA DE CAPANEMA
CNPJ: 26.450.654/0001-00

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 09:33:20 do dia 08/09/2020 <hora e data de Brasília>.
Válida até 07/03/2021.
Código de controle da certidão: **1A46.A810.DF7A.9EAA**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Nova Consulta

Preparar página para impressão

Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Receita Estadual do Paraná

Certidão Negativa

de Débitos Tributários e da Dívida Ativa Estadual

Nº 022552427-49

Certidão fornecida para o CNPJ/MF: **26.450.654/0001-00**
Nome: **C C MARTINE FOLHA DE CAPANEMA**

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

Obs.: Esta Certidão engloba todos os estabelecimentos da empresa e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

Válida até 06/01/2021 - Fornecimento Gratuito

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet
www.fazenda.pr.gov.br

Emitido via Internet Pública (08/09/2020 09:31:01)

0346

Município de Capanema
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE TRIBUTAÇÃO

CERTIDÃO POSITIVA

IMPORTANTE:

1. FICA RESSALVADO O DIREITO DA FAZENDA MUNICIPAL COBRAR DÉBITOS CONSTATADOS POSTERIORMENTE MESMO REFERENTE AO PERÍODO COMPREENDIDO NESTA CERTIDÃO.
2. A PRESENTE CERTIDÃO TEM VALIDADE ATÉ **07/11/2020**, SEM RASURAS E NO ORIGINAL.

POSITIVA Nº: 5296/2020

FINALIDADE: CADASTRO E/OU CONCORRÊNCIA E/OU LICITAÇÃO
RAZÃO SOCIAL: C C MARTINE FOLHA DE CAPANEMA - ME
ENDEREÇO:R PARA, 1058 - SÃO CRISTOVÃO CEP: 85760000 Capanema - PR

CONTROLE	CNPJ/CPF		ALVARÁ
43982	26.450.654/0001-00	INSCRIÇÃO ESTADUAL	146

CNAE / ATIVIDADES

Edição de livros, Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas, Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial, Produção e promoção de eventos esportivos, Edição de revistas

Certidão emitida no dia **Capanema, 08 de Setembro de 2020.**
CÓDIGO DE AUTENTICAÇÃO: **9ZTMH282QEMT34X8CQ72**

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: C C MARTINE FOLHA DE CAPANEMA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 26.450.654/0001-00
Certidão nº: 28503981/2020
Expedição: 04/11/2020, às 09:31:17
Validade: 02/05/2021 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **C C MARTINE FOLHA DE CAPANEMA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **26.450.654/0001-00, NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.

Voltar Imprimir

CAIXA
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 26.450.654/0001-00
Razão Social: C C MARTINE FOLHA DE CAPANEMA ME
Endereço: RUA PARA 1058 / SAO CRISTOVAO / CAPANEMA / PR / 85760-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 04/11/2020 a 03/12/2020

Certificação Número: 2020110401283661094348

Informação obtida em 04/11/2020 09:34:03

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE CAPANEMA

CARTORIO DO DISTRIBUIDOR E ANEXOS
AV. PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA Nº 1212 - CENTRO
CAPANEMA/PR - 85760000

TITULAR
DIRCE STEVENS FACCIO
JURAMENTADO
VITOR HUGO PAGNO

Certidão Negativa

Certifico, a pedido de parte interessada, que revendo os livros e arquivos de distribuição CÍVEL (Cível, Precatória, Precatória Especial, Juizado Especial), Ações: CONCORDATA E FALENCIA, RECUPERAÇÃO JUDICIAL sob minha guarda neste cartório, verifiquei NÃO CONSTAR nenhum registro em andamento contra:

CC MARTINE FOLHA DE CAPANEMA

CNPJ 26.450.654/0001-00, no período compreendido desde 14/07/1989, até a presente data.

CAPANEMA/PR, 07 de Setembro de 2020, 11:11:23

VITOR HUGO PAGNO

PODER JUDICIÁRIO
Juízo de Direito da Comarca de Capanema - Estado do Paraná
Av. Parigot de Souza, 1212
Cartório do Contador, Distribuidor, Partidor, Depositário Público e Avaliador Judicial
CNPJ 01.259.161/0001-67
Dirce Stevens Faccio - Titular

Criação da Comarca 29 11 1967

Governo do Estado do Paraná
Secretaria da Micro e Pequena Empresa
Junta Comercial do Estado do Paraná

Empresa Fácil PARANÁ

CERTIDÃO SIMPLIFICADA

Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis - SINREM

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data da sua expedição.

Nome Empresarial: C C MARTINE FOLHA DE CAPANEMA **Natureza Jurídica:** Empresário (Individual)			**Protocolo:** PRC2004499544
NIRE (Sede) 41105138295	**CNPJ** 26.450.654/0001-00	**Arquivamento do Ato de Inscrição** 31/10/2016	**Início de Atividade** 26/10/2016
Endereço Completo [illegible] PARA, Nº 1058, SAO CRISTOVAO-Capanema/PR- CEP85760-000			
Objeto EDICAO DE JORNAIS DIARIOS EDICAO DE LIVROS EDICAO DE REVISTAS SERVICOS DE ORGANIZACAO DE FEIRAS, CONGRESSOS, EXPOSICOES E FESTAS TREINAMENTO EM DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL E GERENCIAL PRODUCAO E PROMOCAO DE EVENTOS ESPORTIVOS SERVIÇOS DE ACABAMENTOS GRÁFICOS, EXCETO ENCADERNAÇÃO E PLASTIFICAÇÃO PORTAIS, PROVEDORES DE CONTEÚDO E OUTROS SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO NA INTERNET AGENCIAS DE PUBLICIDADE			
Capital R$ 30.000,00 (trinta mil reais)			**Porte** ME (Microempresa)
Último Arquivamento **Data** 17/03/2020	**Número** 20201375745	**Atos/eventos** 002 / 051 - CONSOLIDAÇÃO DE CONTRATO/ESTATUTO	**Situação** ATIVA Status SEM STATUS
Nome do Empresário: CARLOS CEZAR MARTINE **Identidade:** [illegible] **Estado civil:** CASADO(A)		**CPF:** 497.927.499-00 **Regime de bens:** Comunhão Universal	

Esta certidão foi emitida automaticamente em 05/11/2020, às 08:20:40 (horário de Brasília).
Se impresso, verificar sua autenticidade no https://www.empresafacil.pr.gov.br, com o código TGV5RP1J.

PRC2004499544

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
Secretário Geral

C C MARTINE FOLHA DE CAPANEMA
RUA PARÁ, 1058 – BAIRRO SÃO CRISTÓVÃO
CAPANEMA – PR – CEP 85.760-000
CNPJ: 26.450.654/0001-00
TELEFONE: 46-3552-1486
EMAIL: igalgrafica@gmail.com

DECLARAÇÃO DE CONCORDÂNCIA COM O EDITAL

C C MARTINE FOLHA DE CAPANEMA – ME, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob nº 26.450.654/0001-00, DECLARA, para fins do disposto neste Edital, que:

a) está de acordo em explorar a sua atividade em um dos imóveis em que está competindo, constantes no Termo de Referência desta licitação;

b) tem disponibilidade imediata dos equipamentos e utensílios necessários para exploração do barracão;

c) não empregará menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregará menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz( )
OBS: em caso de afirmativo, assinalar a ressalva acima.

d) se instalará e iniciará as atividades dentro do prazo não superior a 120 (cento e vinte) dias a contar do dia 1º de janeiro de 2021, podendo esse prazo ser prorrogado, havendo justificativa, por escrito e aceito pelo CONCEDENTE;

e) possui aptidão para o desempenho da atividade pertinente e compatível com o objeto da Licitação;

Capanema, 11 de novembro de 2.020

CARLOS CEZAR MARTINE:49292749900
Assinado de forma digital por CARLOS CEZAR MARTINE:49292749900
Dados: 2020.11.11 10:35:13 -03'00'

Carlos Cezar Martine
Assinatura do Responsável pela Empresa
(Nome Legível/Cargo/Carimbo do CNPJ)

C C MARTINE FOLHA DE CAPANEMA
RUA PARÁ, 1058 – BAIRRO SÃO CRISTÓVÃO
CAPANEMA – PR – CEP 85.760-000
CNPJ: 26.450.654/0001-00

C C MARTINE FOLHA DE CAPANEMA

RUA PARÁ, 1058 – BAIRRO SÃO CRISTÓVÃO

CAPANEMA – PR – CEP 85.760-000

CNPJ: 26.450.654/0001-00

TELEFONE: 46-3552-1486

EMAIL: igalgrafica@gmail.com

CREDENCIAMENTO

Pelo presente, credenciamos o(a) Sr(a). CARLOS CEZAR MARTINE, portador(a) da cédula de identidade nº 3.316.664-8 , inscrito no CPF nº 492.927.499-00, para participar do procedimento licitatório consistente na Concorrência nº. 02/2020, podendo praticar todos os atos inerentes ao referido procedimento, no que diz respeito aos interesses da representada.

Capanema, 11 de novembro de 2.020

CARLOS CEZAR MARTINE:49292749900

Assinado de forma digital por CARLOS CEZAR MARTINE:49292749900
Dados: 2020.11.11 10:49:56 -03'00'

Carlos Cezar Martine
Assinatura do Responsável pela Empresa
(Nome Legível/Cargo/Carimbo do CNPJ)

C C MARTINE FOLHA DE CAPANEMA

RUA PARÁ, 1058 – BAIRRO SÃO CRISTÓVÃO

CAPANEMA – PR – CEP 85.760-000

CNPJ: 26.450.654/0001-00

C C MARTINE FOLHA DE CAPANEMA
RUA PARÁ, 1058 – BAIRRO SÃO CRISTÓVÃO
CAPANEMA – PR – CEP 85.760-000
CNPJ: 26.450.654/0001-00
TELEFONE: 46-3552-1486
EMAIL: igalgrafica@gmail.com

ANEXO IV - PROPOSTA

(X) Proposta os itens relacionados aos imóveis com barracões.
( ) Proposta para os itens relacionados aos imóveis sem barracões.

NOME DA PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA: CC MARTINE FOLHA DE CAPANEMA - ME
CPF OU CNPJ: 26.450.654/0001-00

01 - Descrição clara e objetiva do ramo de atividade empresarial a ser desenvolvido no imóvel:

Gráfica é uma empresa prestadora de serviços cuja função é transferir tinta para um substrato (papel, plásticos etc.) por meio de um sistema de impressão, como *offset*, rotogravura, flexografia e outros. As gráficas podem ainda oferecer serviços de pós-impressão, como acabamento, dobraduras, encadernação, colagem e efeitos especiais. A indústria gráfica brasileira tem contribuído de maneira significativa para o progresso socioeconômico do País. O nível das produções nacionais vem apresentando crescente qualidade, sendo um fator decisivo para as áreas de educação e cultura. O setor gráfico evoluiu significativamente com o surgimento do sistema *offset*, que alterou toda a estrutura de impressão, superando definitivamente a tipografia tradicional.

02 - Matéria prima a ser utilizada:

A principal matéria-prima de uma empresa gráfica é basicamente papel em suas várias configurações, texturas, gramatura, cores e finalidades.

03 - Capacidade produtiva/comercial da unidade a ser instalada:

A Unidade existente produz hoje os seguintes produtos: Rótulos de papel Blocos diversos Folders Apostilas Livros Revistas Material para festa Impressão de jornais Envelopes Cartões Personalizados
Na Unidade a ser instalada além dos materias informados no quadro acima serão produzidos caixas para acondicionamento de alimentos prontos, sacolas de papel e caixas de papelão.

C C MARTINE FOLHA DE CAPANEMA
RUA PARÁ, 1058 – BAIRRO SÃO CRISTÓVÃO
CAPANEMA – PR – CEP 85.760-000
CNPJ: 26.450.654/0001-00
TELEFONE: 46-3552-1486
EMAIL: igalgrafica@gmail.com

04 - Mercado consumidor potencial:

A indústria gráfica tem grande importância na economia nacional e, apesar da irrefutável tendência *online* que vivemos, pesquisas apontam que os materiais impressos continuam sendo fundamentais na comunicação das empresas. De acordo com pesquisa da Associação Brasileira da Indústria Gráfica (Abigraf/2018), após alguns anos de crise, o mercado gráfico volta a crescer no Brasil; o setor emprega cerca de 220 mil pessoas, distribuídas em 20 mil gráficas. O segmento movimentou em média R$ 46 bilhões nos últimos anos, representando 0,3% do PIB (Produto Interno Bruto) e 2,8% da indústria brasileira de transformação. De maneira geral os consumidores do material gráfico são pequenas empresas e também a Administração Pública.

05 - Previsão de faturamento, custos, despesas e retorno dos investimentos:

Previsão de Venda Mensal: R$ 21.180,00
Custos Variaveis Totais Mensais: 11.170,80
Custos Fixos Totais Mensais: R$ 5.057,33
Financiamento: R$ 1.277,42 Mensal
Resultado Liquido Financeiro: R$ 3.674,44

06 -Relação da infraestrutura, equipamentos e instalações necessárias ao funcionamento do projeto global, acompanhada de orçamento discriminado:

Estrutura: a) Produção – 280m² – Disponibilizar e instalar os equipamentos e o maquinário envolvido na produção de forma organizada e harmônica, facilitando a circulação de pessoas que trabalham nesse espaço. A iluminação é um item importante, pois o ideal é que a área de produção seja amplamente iluminada por luz natural. Caso a iluminação artificial seja inevitável, deve-se optar pelas lâmpadas LED, pois elas não propagam muito calor e não exigem muito esforço visual dos operários. Esse espaço abrigará também o almoxarifado e a expedição de produtos acabados, a área de criação e arte, e outros serviços que se fizerem necessários. b) Comercial – 10m² – esse espaço deverá organizado com balcão, mesa e cadeiras, telefone, computador e impressora. c) Administrativa – 10m² – da mesma forma que na linha de produção, o mobiliário os microcomputadores, entre outros, devem estar alocados organizadamente, possibilitando o desenvolvimento das atividades de escritório. Esta é uma das atividades fundamentais para o sucesso do empreendimento, pois uma empresa bem organizada e bem administrada terá maiores possibilidades de sucesso. d) Banheiros
Equipamentos: Impressora off set Guilhotina Gravadora de chapas Grampeador Impressora tipográfica Computador

C C MARTINE FOLHA DE CAPANEMA
RUA PARÁ, 1058 – BAIRRO SÃO CRISTÓVÃO
CAPANEMA – PR – CEP 85.760-000
CNPJ: 26.450.654/0001-00
TELEFONE: 46-3552-1486
EMAIL: igalgrafica@gmail.com

Máquina dobradeira Scanner de mesa Refiladora Sistema de numeração Picotadora Impressora a laser Serrilhadeira gráfica Móveis Total **R$ 150.000,00** Equipamentos locados da Gráfica Igal • Área administrativa: uma mesa com duas cadeiras e um armário com porta, um aparelho de telefone fixo e um móvel, computador, impressora multifuncional, arcondicionado; • Recepção: balcão de atendimento, três cadeiras de espera, um armário com porta, computador, ar-condicionado.

07 - Previsão de investimentos próprios:

Limpeza Local: R$ 1.000,00
Estruturação da Fábrica: R$ 20.000,00
Mudança do Local Atual: R$ 2.000,00
Estoque Inicial: R$ 30.000,00
Capital de Giro: R$ 20.0000,00
Aquisição de Novos Equipamentos: 50.000,00
Total dos Investimentos: R$ 123.000,00

08 - Viabilidade econômica do projeto:

A análise do Projeto de Viabilidade Econômica e Financeira e os seus Indicadores demonstram a viabilidade do Projeto com capacidade de expansão dos negócios nos próximos três anos conforme análise de sazonalidade.

09 - Compromissos assumidos pela proponente:

a) cumprir todas as obrigações previstas no Termo de Referência, no edital e na minuta do contrato da licitação Concorrência XX/2020. (Declaração em anexo)

b) contratar, preferencialmente, pessoas que sejam domiciliados no Município de Capanema/PR. (Declaração em anexo)

C C MARTINE FOLHA DE CAPANEMA

RUA PARÁ, 1058 – BAIRRO SÃO CRISTÓVÃO

CAPANEMA – PR – CEP 85.760-000

CNPJ: 26.450.654/0001-00

TELEFONE: 46-3552-1486

EMAIL: igalgrafica@gmail.com

10 - DA OFERTA:

CRITÉRIO	PROPOSTA DA EMPRESA
Empregabilidade (em número de empregos diretos gerados no prazo de 6 meses).	07
Valor do investimento privado no empreendimento a ser instalado no imóvel - R$	R$ 123.000,00
Prazo para conclusão das obras / prazo para aplicação total dos investimentos	Prazo para instalação, janeiro de 2.021
Faturamento Anual (média dos últimos 3 anos)	250.000,00
Tempo de constituição da empresa OU residência do sócio majoritário no Município de Capanema (somente dados do sócio mais antigo)	Tempo de Residência no Município comprovado pela CTPS
Capacidade do empreendimento gerar uma cadeia de produção e/ou empregos indiretos no Município de Capanema/PR	Contratação de vendedores, aquisição de papelão reciclado dos catadores e Cooperativa Local

Capanema, 11 de novembro de 2.020

CARLOS CEZAR MARTINE:49292749900

Assinado de forma digital por CARLOS CEZAR MARTINE:49292749900
Dados: 2020.11.11 09:31:13 -03'00'

Assinatura e carimbo do represente legal/contratual da proponente

C C MARTINE FOLHA DE CAPANEMA

RUA PARÁ, 1058 – BAIRRO SÃO CRISTÓVÃO

CAPANEMA – PR – CEP 85.760-000

CNPJ: 26.450.654/0001-00

C C MARTINE FOLHA DE CAPANEMA
RUA PARÁ, 1058 – BAIRRO SÃO CRISTÓVÃO
CAPANEMA – PR – CEP 85.760-000
CNPJ: 26.450.654/0001-00
TELEFONE: 46-3552-1486
EMAIL: igalgrafica@gmail.com

DECLARAÇÃO
(Item 7.2 – h)

CC Martine Folha de Capanema – ME, inscrita do CNPJ 26.450.654/0001-00, DECLARA para fins de cumprimento do disposto neste Edital que:

a) Previsão de Geração de Empregos Diretos são de (07) colaboradores;

b) A previsão de Geração de Empregos Indiretos com a instalação da Empresa em local apropriado será de no mínimo 10 (dez) colaboradores.

Capanema, 11 de novembro de 2.020

CARLOS CEZAR MARTINE:49292749900

Assinado de forma digital por CARLOS CEZAR MARTINE:49292749900
Dados: 2020.11.11 15:25:26 -03'00'

Carlos Cezar Martine
Assinatura do Responsável pela Empresa
(Nome Legível/Cargo/Carimbo do CNPJ)

C C MARTINE FOLHA DE CAPANEMA
RUA PARÁ, 1058 – BAIRRO SÃO CRISTÓVÃO
CAPANEMA – PR – CEP 85.760-000
CNPJ: 26.450.654/0001-00

C C MARTINE FOLHA DE CAPANEMA

RUA PARÁ, 1058 – BAIRRO SÃO CRISTÓVÃO

CAPANEMA – PR – CEP 85.760-000

CNPJ: 26.450.654/0001-00

TELEFONE: 46-3552-1486

EMAIL: igalgrafica@gmail.com

DECLARAÇÃO
(Item 8.11.2 – c.1)

CC Martine Folha de Capanema – ME, inscrita do CNPJ 26.450.654/0001-00, DECLARA para fins de cumprimento do disposto neste Edital, que o cronograma de execução das obras/ serviços de infraestrutura:

a) Previsão para instalação da unidade gráfica será até 31/01/2021

b) O Desembolso Financeiro para Instalação da Futura Unidade será de: R$ 73.000,00

Capanema, 11 de novembro de 2.020

CARLOS CEZAR MARTINE:49292749900

Assinado de forma digital por CARLOS CEZAR MARTINE:49292749900
Dados: 2020.11.11 15:35:16 -03'00'

Carlos Cezar Martine
Assinatura do Responsável pela Empresa
(Nome Legível/Cargo/Carimbo do CNPJ)

C C MARTINE FOLHA DE CAPANEMA

RUA PARÁ, 1058 – BAIRRO SÃO CRISTÓVÃO

CAPANEMA – PR – CEP 85.760-000

CNPJ: 26.450.654/0001-00

C C MARTINE FOLHA DE CAPANEMA
RUA PARÁ, 1058 – BAIRRO SÃO CRISTÓVÃO
CAPANEMA – PR – CEP 85.760-000
CNPJ: 26.450.654/0001-00
TELEFONE: 46-3552-1486
EMAIL: igalgrafica@gmail.com

DECLARAÇÃO
(Item 8.11.2 – f.1 e f.2)

CC Martine Folha de Capanema – ME, inscrita do CNPJ 26.450.654/0001-00, DECLARA para fins de cumprimento do disposto neste Edital, que o licitante é do ramo gráfico que as materiais primas utilizadas no processo produtivo não são comercializadas por fornecedores locais.

Capanema, 11 de novembro de 2.020

CARLOS CEZAR MARTINE:49292749900

Assinado de forma digital por CARLOS CEZAR MARTINE:49292749900
Dados: 2020.11.11 15:44:04 -03'00'

Carlos Cezar Martine
Assinatura do Responsável pela Empresa
(Nome Legível/Cargo/Carimbo do CNPJ)

C C MARTINE FOLHA DE CAPANEMA
RUA PARÁ, 1058 – BAIRRO SÃO CRISTÓVÃO
CAPANEMA – PR – CEP 85.760-000
CNPJ: 26.450.654/0001-00

C C MARTINE FOLHA DE CAPANEMA
RUA PARÁ, 1058 – BAIRRO SÃO CRISTÓVÃO
CAPANEMA – PR – CEP 85.760-000
CNPJ: 26.450.654/0001-00
TELEFONE: 46-3552-1486
EMAIL: igalgrafica@gmail.com

DECLARAÇÃO
(Item 9 – a)

Declaro para os devidos fins que a Empresa CC MARTINE FOLHA DE CAPANEMA – ME, inscrita no CNPJ: 26.450.654/0001-00 obriga-se a cumprir todas as obrigações previstas no Termo de Referência do Edital de Concorrência 02/2020 do Município de Capanema.

Por ser expressão da verdade assino o presente.

Capanema, 11 de novembro de 2.020

CARLOS CEZAR MARTINE:49292749900

Assinado de forma digital por CARLOS CEZAR MARTINE:49292749900
Dados: 2020.11.11 09:32:46 -03'00'

Carlos Cezar Martine
Administrador

C C MARTINE FOLHA DE CAPANEMA
RUA PARÁ, 1058 – BAIRRO SÃO CRISTÓVÃO
CAPANEMA – PR – CEP 85.760-000
CNPJ: 26.450.654/0001-00

C C MARTINE FOLHA DE CAPANEMA

RUA PARÁ, 1058 – BAIRRO SÃO CRISTÓVÃO

CAPANEMA – PR – CEP 85.760-000

CNPJ: 26.450.654/0001-00

TELEFONE: 46-3552-1486

EMAIL: igalgrafica@gmail.com

DECLARAÇÃO

(Item 9 b)

Declaro para os devidos fins que a Empresa CC MARTINE FOLHA DE CAPANEMA – ME, inscrita no CNPJ: 26.450.654/0001-00 obriga-se a contratar, preferencialmente, pessoas que sejam domiciliadas no Município de Capanema/Pr

Por ser expressão da verdade assino o presente.

Capanema, 11 de novembro de 2.020

CARLOS CEZAR MARTINE:49292749900

Assinado de forma digital por CARLOS CEZAR MARTINE:49292749900
Dados: 2020.11.11 09:33:16 -03'00'

Carlos Cezar Martine

Administrador

C C MARTINE FOLHA DE CAPANEMA

RUA PARÁ, 1058 – BAIRRO SÃO CRISTÓVÃO

CAPANEMA – PR – CEP 85.760-000

CNPJ: 26.450.654/0001-00

C C MARTINE FOLHA DE CAPANEMA
RUA PARÁ, 1058 – BAIRRO SÃO CRISTÓVÃO
CAPANEMA – PR – CEP 85.760-000
CNPJ: 26.450.654/0001-00
TELEFONE: 46-3552-1486
EMAIL: igalgrafica@gmail.com

ANEXO V
INDICAÇÃO DE ITENS RELACIONADOS AOS IMÓVEIS COM BARRACÕES

NOME DA PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA: CC MARTINE FOLHA DE CAPANEMA - ME
CPF OU CNPJ: 26.450.654/0001-00

A proposta constante no envelope lacrado será utilizada como oferta para os imóveis previstos nos seguintes itens, em ordem de preferência:

Item (previsto no Termo de Referência)	Descrição do imóvel (previsto no Termo de Referência)
15(1) Área Industrial I - próximo ao trevo saída para São Pedro - Quadra 84A - Lote 04 - Setor N.E - Rua 25 de maio nº 581	Terreno com barracão de 300 m² - Construção concluída
16(2) Área Industrial I - próximo ao trevo saída para São Pedro - Quadra Nº 84 - Lote 03 - Setor N.E - Rua 25 de maio nº 646	Terreno com barracão de 300 m² - Projeto em construção
17 Área Industrial I - próximo ao trevo saída para São Pedro - Quadra Nº 84 - Lote 05 - Setor N.E - Rua 25 de maio nº 530	Terreno com barracão de 300 m² - Projeto em construção
18 Área Industrial II - próximo ao Ginásio de Esportes - Quadra nº 78 - Lote 03 - Setor S.E - Rua Pôr do Sol nº 1010-b	Terreno com barracão de 300 m² - Projeto em construção

No caso de a pessoa física ou jurídica se sagrar vencedora em mais de um item, será adjudicado um único imóvel, conforme a ordem de preferência indicada nesta proposta.

Capanema, 11 de novembro de 2.020

CARLOS CEZAR MARTINE:49292749900
Assinado de forma digital por CARLOS CEZAR MARTINE:49292749900
Dados: 2020.11.11 09:31:47 -03'00'

Assinatura e carimbo do represente legal/contratual da proponente

C C MARTINE FOLHA DE CAPANEMA
RUA PARÁ, 1058 – BAIRRO SÃO CRISTÓVÃO
CAPANEMA – PR – CEP 85.760-000
CNPJ: 26.450.654/0001-00

C C MARTINE FOLHA DE CAPANEMA
RUA PARÁ, 1058 – BAIRRO SÃO CRISTÓVÃO
CAPANEMA – PR – CEP 85.760-000
CNPJ: 26.450.654/0001-00
TELEFONE: 46-3552-1486
EMAIL: igalgrafica@gmail.com

ANEXO VI

DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE VISITA TÉCNICA

Concorrência nº 02/2020
Objeto: CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE TERRENOS E BARRACÕES, DESTINADOS À INSTALAÇÃO DE EMPRESAS DE QUALQUER NATUREZA, OBSERVADOS OS CRITÉRIOS E PREFERÊNCIAS DO TERMO DE REFERÊNCIA, VISANDO ESTIMULAR À GERAÇÃO DO EMPREGO E RENDA NO ÂMBITO MUNICIPAL, EM CONFORMIDADE COM A LEI MUNICIPAL Nº 1.745/2020.

Nome da Empresa: CC MARTINE FOLHA DE CAPANEMA - ME
CNPJ nº: 26.450.654/0001-00
Endereço Completo: RUA PARÁ, 1058 – BAIRRO SÃO CRISTÓVÃO – CAPANEMA/PR
Fone: 46-3552-1486
E-mail: igalgrafica@hotmail.com

O representante legal/contratual da *Empresa CC MARTINE FOLHA DE CAPANEMA - ME*, o(a) Sr.(a) Carlos Cezar Martine, DECLARA que renuncia a Visita Técnica aos locais e/ou instalações do objeto licitado, de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades do imóvel, assumindo total responsabilidade por este fato e informando que não o utilizará para quaisquer questionamentos futuros que ensejem evenças técnicas e ou financeira para com a concedente.

Capanema, 11 de novembro de 2.020

CARLOS CEZAR MARTINE:49292749900

Assinado de forma digital por CARLOS CEZAR MARTINE:49292749900
Dados: 2020.11.11 09:32:23 -03'00'

Assinatura e carimbo do represente legal/contratual da proponente

C C MARTINE FOLHA DE CAPANEMA
RUA PARÁ, 1058 – BAIRRO SÃO CRISTÓVÃO
CAPANEMA – PR – CEP 85.760-000
CNPJ: 26.450.654/0001-00

SEBRAE

Soluções para Pequenas Empresas

PROJETO DE VIABILIDADE ECONÔMICA E FINANCEIRA

Empresa: *CC MARTINE FOLHA DE CAPANEMA - ME*

SEBRAE

INVESTIMENTO FIXO

DISCRIMINAÇÃO	VALOR R$	%*	
Construções	-	4,0%	
Máquinas e Equipamentos	**50.000,00**	10,0%	
Equipamentos Gráficos	50.000,00		
Móveis e Utensílios	**2.500,00**	10,0%	
Mesas e Cadeiras	2.500,00		
Computadores	**5.000,00**	20,0%	
Computadores e Impressoras	5.000,00		
Taxa de Franquia	-	0,0%	
Veículos	-	20,0%	
Outros	-	0,0%	0,00
			0,00
			0,00
			0,00
			0,00
			0,00
			0,00
			0,00
			0,00
			0,00
Total Investimento Fixo	**57.500,00**	**520,83**	

* - Percentual de depreciação por grupo.

SEBRAE

PRAZOS E ESTOQUES

POLÍTICA DE VENDA		
Prazo médio de venda das mercadorias	%	**Dias**
Venda à Vista	70,00	-
Venda a Prazo	30,00	
	Prazo Médio	**0**

Este quadro apresenta a divisão das vendas à vista e a prazo em relação às vendas totais.

POLÍTICA DE COMPRA		
Prazo médio de compras	%	**Dias**
À Vista	100,00	-
A Prazo		
	Prazo Médio	**0**

Este quadro apresenta a divisão das compras à vista e a prazo em relação às compras totais.

POLÍTICA DE ESTOQUE	Dias
Necessidade média de estoques	**30**

Este quadro define qual deve ser o estoque mínimo necessário em dias.

ESTIMATIVA DE ESTOQUE INICIAL	R$
Estoque Inicial	**30.000,00**

Este quadro define o valor do estoque inicial

SEBRAE

ESTIMATIVA DE FATURAMENTO MENSAL

TOTAIS

	Custo Direto	Faturamento	% do Faturamento
Produtos	9.900,00	21.180,00	100,0%
Serviços	-	-	0,0%
Total	9.900,00	21.180,00	

PRODUTOS

Descrição do Produto	Estimativa de Custos			Estimativa de Vendas	
	Vendas Unitárias	Custo Unit.	Custo da Mercadoria	Preço de Venda Unitário	Faturamento
Jornal Folha de Capanema	6.000	1,65	9.900,00	3,53	21.180,00

SEBRAE

CUSTOS COM MÃO DE OBRA

Cargo/Função	Nº func.	Salário	%*	Encargos	Total
Gráfico	1	1.100,00	37,50%	412,50	1.512,50
			37,50%	-	-
			37,50%	-	-
			37,50%	-	-
			37,50%	-	-
			37,50%	-	-
			37,50%	-	-
			37,50%	-	-
			37,50%	-	-
			37,50%	-	-
			37,50%	-	-
Comissões (vide aba Comissões)		-	37,50%	-	-
TOTAL	**1**	**1.100,00**		**412,50**	**1.512,50**

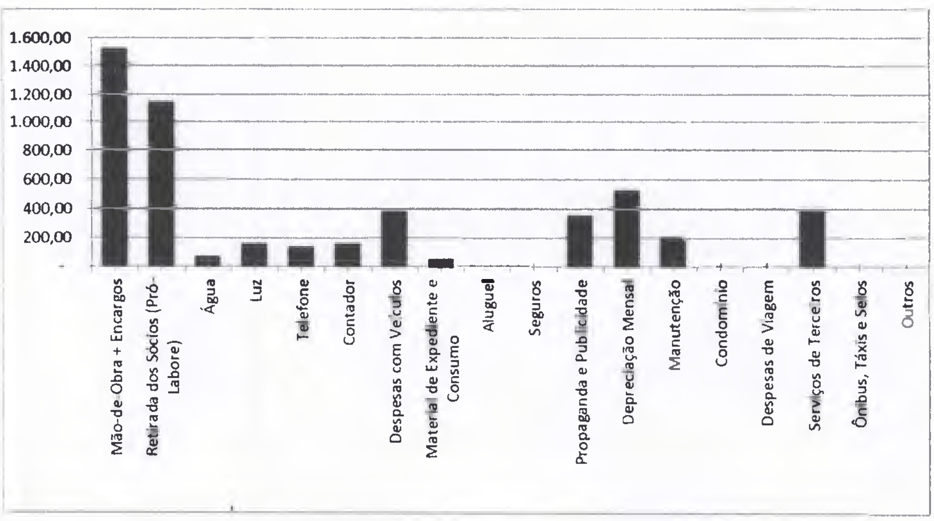
Retirada dos Sócios (Pró-Labore)	
Valor a ser retirado mensalmente	1.050,00
Alíquota de INSS	8,00%

Veja sua necessidade

SEBRAE

CUSTOS FIXOS

Discriminação	Valor R$
Mão-de-Obra + Encargos	1.512,50
Retirada dos Sócios (Pró-Labore)	1.134,00
Água	60,00
Luz	150,00
Telefone	130,00
Contador	150,00
Despesas com Veículos	400,00
Material de Expediente e Consumo	50,00
Aluguel	-
Seguros	
Propaganda e Publicidade	350,00
Depreciação Mensal	520,83
Manutenção	200,00
Condomínio	
Despesas de Viagem	
Serviços de Terceiros	400,00
Ônibus, Táxis e Selos	
Outros	-
TOTAL	5.057,33



SEBRAE

SIMULADOR TRIBUTÁRIO -- TOTAL

Faturamento Mensal	21.180,00

IMPOSTOS	MEI	SIMPLES	LUCRO PRESUMIDO	LUCRO REAL
IR - Imposto de Renda	FATURAMENTO EXCEDE O PERMITIDO R$ 81.000,00 AO ANO	953,10	254,16	175,36
CSLL - Contribuição Social			228,74	105,22
COFINS - Contribuição Financeira Social			635,40	1.609,68
PIS - Programa de Integração Social			137,67	349,47
IPI - Imposto sobre Produtos Industrializados			902,40	902,40
ICMS - Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços			2.624,40	2.624,40
ISS - Imposto sobre Serviços			-	-
TOTAL DE IMPOSTOS	-	**953,10**	**4.782,77**	**5.766,53**
RELAÇÃO PERCENTUAL DE IMPOSTOS	**0,00%**	**4,50%**	**22,6%**	**27,2%**

ENCARGOS				
INSS	-	-	446,80	446,80
SESI, SESC OU SEST	-	-	16,50	16,50
SENAI,SENAC OU SENAT	-	-	11,00	11,00
SEBRAE	-	-	6,60	6,60
INCRA	-	-	2,20	2,20
FGTS	-	88,00	88,00	88,00
Acidente de Trabalho	-	-	33,00	33,00
Salário Educação	-	-	27,50	27,50
TOTAL DE ENCARGOS	-	**88,00**	**631,60**	**631,60**
TOTAL GERAL DA TRIBUTAÇÃO	-	**1.041,10**	**5.414,37**	**6.398,13**

OPTAREI PELO REGIME:	
EI --- VETADO	
SIMPLES	x
LUCRO PRESUMIDO	
LUCRO REAL	

Marque com **X** a opção escolhida

SEBRAE

ESTRUTURA GERENCIAL DE RESULTADOS

DISCRIMINAÇÃO		VALOR R$	%
1. Receita Total		**21.180,00**	**100,00%**
Vendas (à vista)		14.826,00	70,00%
Vendas (a prazo)		6.354,00	30,00%
2. Custos Variáveis Totais		**11.170,80**	**52,74%**
Previsão de Custos (Custo da Mercadoria + Custo do Serviço)		9.900,00	46,74%
Impostos Federais (PIS, COFINS, IPI ou SUPER SIMPLES)		953,10	4,50%
Impostos Estaduais (ICMS)			
Imposto Municipal (ISS)			
Previsão de Inadimplência	1,50%	317,70	1,50%
Comissões		0,00	0,00%
Cartões de Crédito e Débito		0,00	0,00%
Outros Custos Variáveis		0,00	0,00%
3. Margem de Contribuição		**10.009,20**	**47,26%**
4. Custos Fixos Totais		**5.057,33**	**23,88%**
Mão-de-Obra + Encargos		1.512,50	7,14%
Retirada dos Sócios (Pró-Labore)		1.134,00	5,35%
Água		60,00	0,28%
Luz		150,00	0,71%
Telefone		130,00	0,61%
Contador		150,00	0,71%
Despesas com Veículos		400,00	1,89%
Material de Expediente e Consumo		50,00	0,24%
Aluguel		0,00	0,00%
Seguros		0,00	0,00%
Propaganda e Publicidade		350,00	1,65%
Depreciação Mensal		520,83	2,46%
Manutenção		200,00	0,94%
Condomínio		0,00	0,00%
Despesas de Viagem		0,00	0,00%
Serviços de Terceiros		400,00	1,89%
Ônibus, Táxis e Selos		0,00	0,00%
Outros Custos Fixos		0,00	0,00%
5. Resultado Operacional		**4.951,87**	**23,38%**
6. Investimentos		**1.277,42**	**6,03%**
Financiamento		1.277,42	6,03%
7. Imposto Renda Pessoa Jurídica e Contribuição Social (Presumido/Real)		**0,00**	**0,00%**
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ		-	0,00%
Contribuição Social - CS		-	0,00%
8. Resultado Líquido Financeiro		**3.674,44**	**17,35%**

C C MARTINE FOLHA DE CAPANEMA

RUA PARÁ, 1058 – BAIRRO SÃO CRISTÓVÃO

CAPANEMA – PR – CEP 85.760-000

CNPJ: 26.450.654/0001-00

CARLOS CEZAR MARTINE:49292749900

Assinado de forma digital por CARLOS CEZAR MARTINE:49292749900
Dados: 2020.11.11 10:55:12 -03'00'

SEBRAE

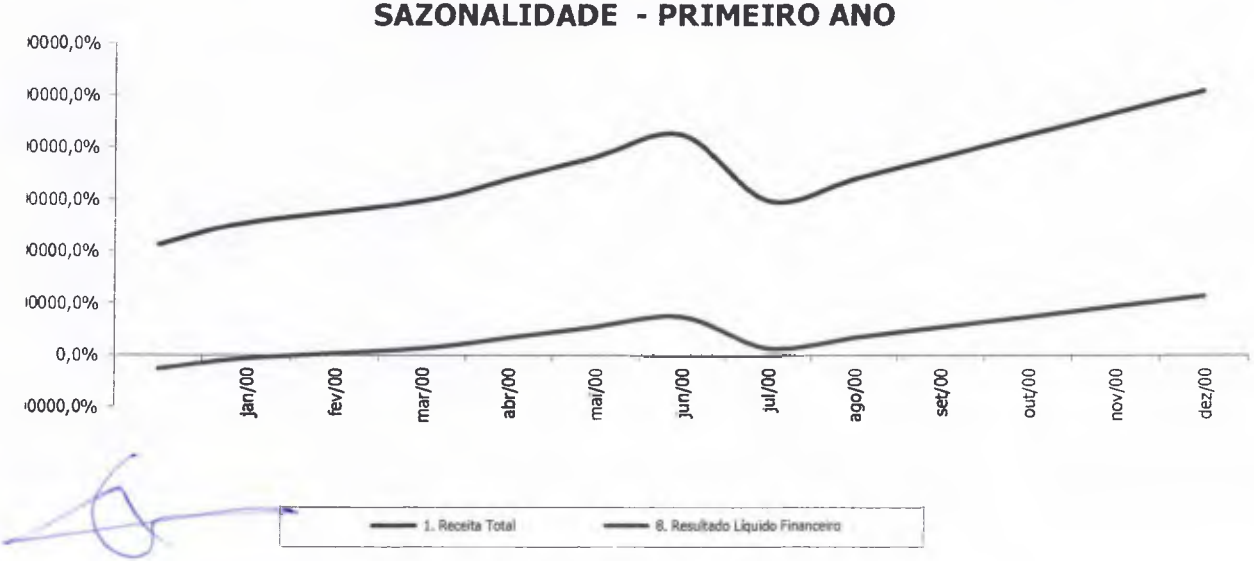
SAZONALIDADE - PRIMEIRO ANO

	jan / 00	jan / 00	mar / 00	abr / 00	mai / 00	jun / 00	jul / 00	ago / 00	set / 00	out / 00	nov / 00	dez / 00
1. Receita Total	10.590,00	12.708,00	14.826,00	16.944,00	19.062,00	21.180,00	14.826,00	16.944,00	19.062,00	21.180,00	23.298,00	25.416,00
2. Custos Variáveis Totais	5.585,40	6.702,48	7.819,56	8.936,64	10.053,72	11.170,80	7.819,56	8.936,64	10.053,72	11.170,80	12.287,88	13.404,96
3. Margem de Contribuição	5.004,60	6.005,52	7.006,44	8.007,36	9.008,28	10.009,20	7.006,44	8.007,36	9.008,28	10.009,20	11.010,12	12.011,04
4. Custos Fixos	5.057,33	5.057,33	5.057,33	5.057,33	5.057,33	5.057,33	5.057,33	5.057,33	5.057,33	5.057,33	5.057,33	5.057,33
5. Resultado Operacional	-52,73	948,19	1.949,11	2.950,03	3.950,95	4.951,87	1.949,11	2.950,03	3.950,95	4.951,87	5.952,79	6.953,71
6. Investimentos	1.277,42	1.277,42	1.277,42	1.277,42	1.277,42	1.277,42	1.277,42	1.277,42	1.277,42	1.277,42	1.277,42	1.277,42
7. Outros Investimentos												
8. Resultado Líquido Financeiro	-1.330,16	-329,24	671,68	1.672,60	2.673,52	3.674,44	671,68	1.672,60	2.673,52	3.674,44	4.675,36	5.676,28
Aporte de Capital	-											
Acumulado no Ano	-1.330,16	-1.659,39	-987,71	684,89	3.358,41	7.032,86	7.704,54	9.377,14	12.050,66	15.725,11	20.400,47	26.076,75
Lucratividade Mensal	-12,6%	-2,6%	4,5%	9,9%	14,0%	17,3%	4,5%	9,9%	14,0%	17,3%	20,1%	22,3%
Rentabilidade Mensal	-1,2%	-0,3%	0,6%	1,5%	2,4%	3,3%	0,6%	1,5%	2,4%	3,3%	4,1%	5,0%

Estagio de Crescimento da Atividade	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Sazonalidade	50,00%	60,00%	70,00%	80,00%	90,00%	100,00%	70,00%	80,00%	90,00%	100,00%	110,00%	120,00%
Variação do Custo Fixo	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%

Necessidade de Capital de Giro	
Inicial	25.416,00
Primeiro Ano	0
Lucratividade	
	12,07%

Parecer do Consultor:



3729

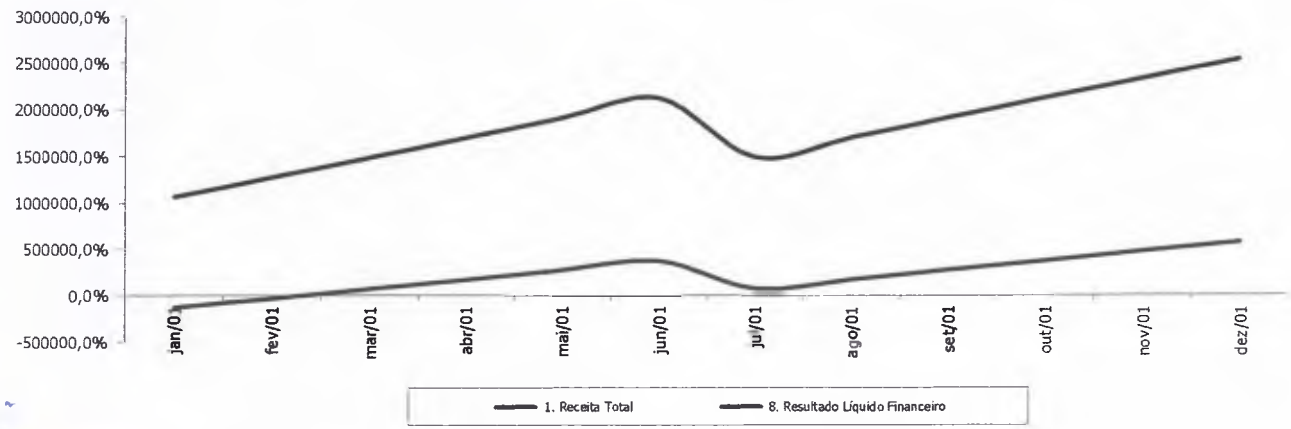
SEBRAE

SAZONALIDADE - SEGUNDO ANO

	jan / 01	fev / 01	mar / 01	abr / 01	mai / 01	jun / 01	jul / 01	ago / 01	set / 01	out / 01	nov / 01	dez / 01
1. Receita Total	10.590,00	12.708,00	14.826,00	16.944,00	19.062,00	21.180,00	14.826,00	16.944,00	19.062,00	21.180,00	23.298,00	25.416,00
2. Custos Variáveis Totais	5.585,40	6.702,48	7.819,56	8.936,64	10.053,72	11.170,80	7.819,56	8.936,64	10.053,72	11.170,80	12.287,88	13.404,96
3. Margem de Contribuição	5.004,60	6.005,52	7.006,44	8.007,36	9.008,28	10.009,20	7.006,44	8.007,36	9.008,28	10.009,20	11.010,12	12.011,04
4. Custos Fixos Totais	5.057,33	5.057,33	5.057,33	5.057,33	5.057,33	5.057,33	5.057,33	5.057,33	5.057,33	5.057,33	5.057,33	5.057,33
5. Resultado Operacional	-52,73	948,19	1.949,11	2.950,03	3.950,95	4.951,87	1.949,11	2.950,03	3.950,95	4.951,87	5.952,79	6.953,71
6. Investimentos	1.277,42	1.277,42	1.277,42	1.277,42	1.277,42	1.277,42	1.277,42	1.277,42	1.277,42	1.277,42	1.277,42	1.277,42
7. Outros Investimentos												
8. Resultado Líquido Financeiro	-1.330,16	-329,24	671,68	1.672,60	2.673,52	3.674,44	671,68	1.672,60	2.673,52	3.674,44	4.675,36	5.676,28
Aporte de Capital												
Acumulado no Ano	-1.330,16	-1.659,39	-987,71	684,89	3.358,41	7.032,86	7.704,54	9.377,14	12.050,66	15.725,11	20.400,47	26.076,75
Acumulado desde o início da atividade	24.746,59	24.417,36	25.089,04	26.761,64	29.435,16	33.109,61	33.781,29	35.453,89	38.127,41	41.801,86	46.477,22	52.153,50
Lucratividade Mensal	-12,6%	-2,6%	4,5%	9,9%	14,0%	17,3%	4,5%	9,9%	14,0%	17,3%	20,1%	22,3%
Rentabilidade Mensal	-1,2%	-0,3%	0,6%	1,5%	2,4%	3,3%	0,6%	1,5%	2,4%	3,3%	4,1%	5,0%

Sazonalidade	50,0%	60,0%	70,0%	80,0%	90,0%	100,0%	70,0%	80,0%	90,0%	100,0%	110,0%	120,0%
Variação do Custo Fixo	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%

SAZONALIDADE - SEGUNDO ANO



Necessidade de Capital de Giro	
Inicial	25.416,00
Segundo Ano	0,00
Lucratividade	
	12,07%

Parecer do Consultor:

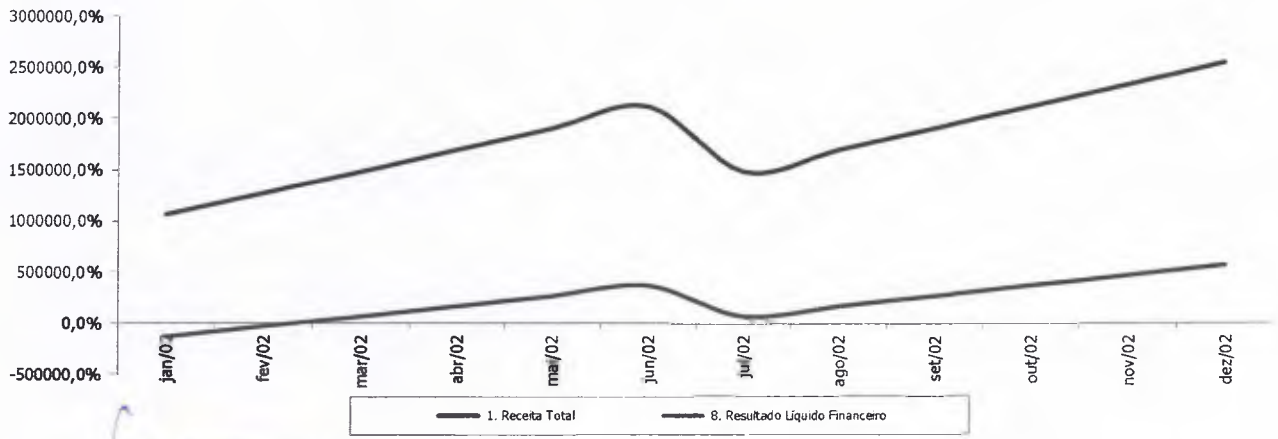
SEBRAE

SAZONALIDADE - TERCEIRO ANO

	jan / 02	fev / 02	mar / 02	abr / 02	mai / 02	jun / 02	jul / 02	ago / 02	set / 02	out / 02	nov / 02	dez / 02
1. Receita Total	10.590,00	12.708,00	14.826,00	16.944,00	19.062,00	21.180,00	14.826,00	16.944,00	19.062,00	21.180,00	23.298,00	25.416,00
2. Custos Variáveis Totais	5.585,40	6.702,48	7.819,56	8.936,64	10.053,72	11.170,80	7.819,56	8.936,64	10.053,72	11.170,80	12.287,88	13.404,96
3. Margem de Contribuição	5.004,60	6.005,52	7.006,44	8.007,36	9.008,28	10.009,20	7.006,44	8.007,36	9.008,28	10.009,20	11.010,12	12.011,04
4. Custos Fixos Totais	5.057,33	5.057,33	5.057,33	5.057,33	5.057,33	5.057,33	5.057,33	5.057,33	5.057,33	5.057,33	5.057,33	5.057,33
5. Resultado Operacional	-52,73	948,19	1.949,11	2.950,03	3.950,95	4.951,87	1.949,11	2.950,03	3.950,95	4.951,87	5.952,79	6.953,71
6. Investimentos	1.277,42	1.277,42	1.277,42	1.277,42	1.277,42	1.277,42	1.277,42	1.277,42	1.277,42	1.277,42	1.277,42	1.277,42
7. Outros Investimentos												
8. Resultado Líquido Financeiro	-1.330,16	-329,24	671,68	1.672,60	2.673,52	3.674,44	671,68	1.672,60	2.673,52	3.674,44	4.675,36	5.676,28
Aporte de Capital												
Acumulado no Ano	-1.330,16	-1.659,39	-987,71	684,89	3.358,41	7.032,86	7.704,54	9.377,14	12.050,66	15.725,11	20.400,47	26.076,75
Acumulado desde o início da atividade	50.823,34	50.494,11	51.165,79	52.838,39	55.511,91	59.186,36	59.858,04	61.530,64	64.204,17	67.878,61	72.553,97	78.230,25
Lucratividade Mensal	-12,6%	-2,6%	4,5%	9,9%	14,0%	17,3%	4,5%	9,9%	14,0%	17,3%	20,1%	22,3%
Rentabilidade Mensal	-1,2%	-0,3%	0,6%	1,5%	2,4%	3,3%	0,6%	1,5%	2,4%	3,3%	4,1%	5,0%

Sazonalidade	50,0%	60,0%	70,0%	80,0%	90,0%	100,0%	70,0%	80,0%	90,0%	100,0%	110,0%	120,0%
Variação do Custo Fixo	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%

SAZONALIDADE - TERCEIRO ANO



Necessidade de Capital de Giro	
Inicial	25.416,00
Terceiro Ano	0,00
Lucratividade	
	12,1%

Parecer do Consultor:

374

SEBRAE

INDICADORES FINANCEIROS

Recursos Necessários

Investimento	87.500,00
Capital de Giro	25.416,00
Total	112.916,00
Financiamento	50.000,00
Capital Próprio	62.916,00

Resumo Financeiro

Faturamento	21.180,00	
Custos Variáveis	11.170,80	52,74%
Custos Fixos	5.057,33	23,88%
Resultado Operacional	4.951,87	23,38%
Investimentos	1.277,42	6,03%
Resultado	3.674,44	17,35%

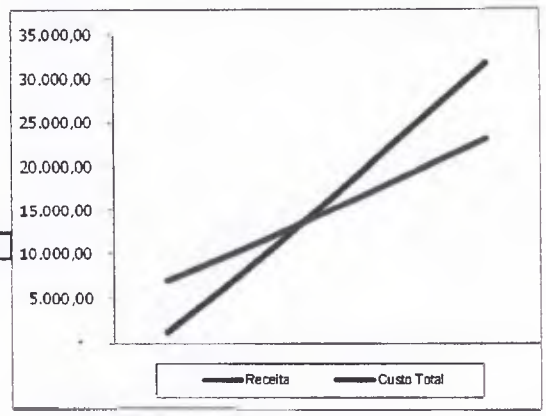
Ponto de Equilíbrio

	Operacional
Mensal	10.701,59
Diário	428,06

	Financeiro
Mensal	13.404,68
Diário	536,19

	Econômico	
Lucro Desejado	-	0,00%
Mensal	13.404,68	
Diário	536,19	

Dias Úteis	25



Estoques e Disponibilidade de Capital

Prazo Médio de Recebimento	0
Rotação do Estoque	35,41 dias

Necessidade de Capital de Giro		
Ciclo Financeiro	25.416,00	X
Saldo das contas do Balanço	36.354,00	

Indicadores de Desempenho

Margem de Contribuição	47,26%

Lucratividade	
Média Mensal	11,41%

Rentabilidade	
Média Mensal	2,15%
Período de 60 meses	3.295,39%

Prazo de Retorno do Investimento	
Resultado Operacional	35 meses
Resultado Final	53 meses

Endividamento Geral	
Grau de Endividamento	0,442807042

Taxa de Retorno	
TMA - Taxa Mínima de Atratividade	11,35%
TIR - Taxa Interna de Retorno	8,51%
VPL - Valor Presente Líquido	(7.567,65)

Análise de Sensibilidade

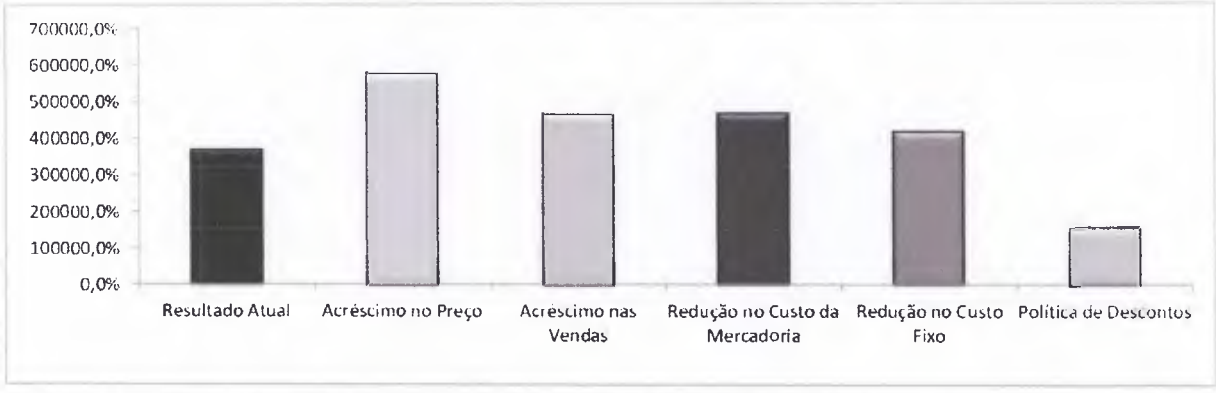
Acréscimo no Preço	10,0%
Receita	23.298,00
Custo Variável	11.170,80
Custo Fixo	5.057,33
Resultado Operacional	7.069,87
Investimentos	1.277,42
Resultado Final	5.792,44

Acréscimo nas Vendas	10,0%
Receita	23.298,00
Custo Variável	12.287,88
Custo Fixo	5.057,33
Resultado Operacional	5.952,79
Investimentos	1.277,42
Resultado Final	4.675,36

Redução no Custo da Mercadoria	10,0%
Receita	21.180,00
Custo Variável	10.180,80
Custo Fixo	5.057,33
Resultado Operacional	5.941,87
Investimentos	1.277,42
Resultado Final	4.664,44

Redução no Custo Fixo	10,0%
Receita	21.180,00
Custo Variável	11.170,80
Custo Fixo	4.551,60
Resultado Operacional	5.457,60
Investimentos	1.277,42
Resultado Final	4.180,18

Política de Descontos	10,0%
Receita	19.062,00
Custo Variável	11.170,80
Custo Fixo	5.057,33
Resultado Operacional	2.833,87
Investimentos	1.277,42
Resultado	1.556,44



Realização do Previsto	5,0%	50,0%	100,0%	150,0%
Receita	1.059,00	10.590,00	21.180,00	31.770,00
Custo Variável	558,54	5.585,40	11.170,80	16.756,20
Custo Fixo	5.057,33	5.057,33	5.057,33	5.057,33
Custo Total	6.893,30	11.920,16	17.505,56	23.090,96
Resultado Operacional	(4.556,87)	(52,73)	4.951,87	9.956,47
Investimento	1.277,42	1.277,42	1.277,42	1.277,42
Resultado	(5.834,30)	(1.330,16)	3.674,44	8.679,04
Lucratividade	(5,51)	(0,13)	0,17	0,27
Rentabilidade	-	(0,02)	0,06	0,15

	Resultado
Resultado Atual	3.674,44
Acréscimo no Preço	5.792,44
Acréscimo nas Vendas	4.675,36
Redução no Custo da Mercadoria	4.664,44
Redução no Custo Fixo	4.180,18
Política de Descontos	1.556,44

CNPJ: 26.450.654/0001-00
NIRE nº 41108138295 de 31/10/2016
Consolidação: Empresa **Grau: 4** **Encerrado em: 31/12/2017**

ATIVO		**38.671,87**
CIRCULANTE		**34.036,03**
DISPONIBILIDADES		34.036,03
CAIXA		34.036,03
ATIVO NÃO CIRCULANTE		**4.635,84**
IMOB.-MATRIZ		4.635,84
IMOBILIZADO		4.635,84
TOTAL DO ATIVO	38.671,87	
PASSIVO		**38.671,87**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**38.671,87**
CAPITAL SOCIAL		6.000,00
CAPITAL SOCIAL REALIZADO		6.000,00
RESERVAS		32.671,87
RESULTADO DO EXERCÍCIO		32.671,87
TOTAL DO PASSIVO	38.671,87	

CARLOS CEZAR MARTINE
TITULAR
CPF 492.927.499-00

PEDRO ADONES KRUGEL ME
CONTADOR
CRC 21913/O-5

CNPJ: 26.450.654/0001-00
Consolidação: Empresa **Grau: 4** **Período: 01/2017 a 12/2017**

RECEITA OPERACIONAL BRUTA	**89.194,89**
RECEITAS OPERACIONAIS VENDAS E SERVIÇOS	89.194,89
RECEITA DE SERVIÇOS NO PAIS	89.194,89
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	**1.748,97**
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	1.748,97
IMPOST.SOBRE VENDAS E SERVIÇOS	1.748,97
RECEITA LÍQUIDA	**87.445,92**
CUSTOS	**16.358,95**
CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS	16.358,95
GASTOS GERAIS DE FABRICAÇÃO	16.358,95
LUCRO BRUTO	**71.086,97**
DESPESAS OPERACIONAIS	**38.501,37**
DESPESAS OPERACIONAIS	**38.501,37**
DESPESAS COMERCIAIS	31.680,02
ENCARGOS SOCIAIS	395,21
DESPESAS GERAIS COMERCIAIS	31.284,81
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	6.821,35
DESPESAS TRABALHISTAS	6.461,35
DESPESAS GERAIS ADMINIST.	360,00
RESULTADO ANTES DAS OPERAÇÕES FINANCEIRAS	**32.585,60**
DESPESAS FINANCEIRAS	**27,25**
DESPESAS TRIBUTÁRIAS	27,25
MULTAS	27,25
RESULTADO ANTES DAS PROVISÕES TRIBUTÁRIAS	**32.558,35**
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**32.558,35**

CARLOS CEZAR MARTINE
TITULAR
CPF 492.927.499-00

PEDRO ADONES KRUGEL ME
CONTADOR
CRC 21913/O-5

CNPJ: 26.450.654/0001-00
Consolidação: Empresa

Mês/Ano: 12/2017

Saldo inicial de lucros acumulados	113,52
Ajustes de exercícios anteriores	0.00
Saldo ajustado	113,52
Reversão de reservas	0,00
Lucro líquido do exercício	32.558,35
Destinação do lucro	0,00
Saldo final de lucros acumulados	32.671,87
Dividendos por ação do capital social	0,00

CARLOS CEZAR MARTINE
TITULAR
CPF 492.927.499-00

PEDRO ADONES KRUGEL ME
CONTADOR
CRC 21913/O-5

CNPJ: 26.450.654/0001-00
NIRE nº 41108138295 de 31/10/2016
Consolidação: Empresa Grau: 4 **Encerrado em: 31/12/2018**

ATIVO		**49.039,84**
CIRCULANTE		**44.404,00**
DISPONIBILIDADES		44.404,00
CAIXA		44.404,00
ATIVO NÃO CIRCULANTE		**4.635,84**
IMOB.-MATRIZ		4.635,84
IMOBILIZADO		4.635,84
TOTAL DO ATIVO	49.039,84	
PASSIVO		**49.039,84**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**49.039,84**
CAPITAL SOCIAL		6.000,00
CAPITAL SOCIAL REALIZADO		6.000,00
RESERVAS		43.039,84
RESERVAS DE LUCROS		10.367,97
RESULTADO DO EXERCÍCIO		32.671,87
TOTAL DO PASSIVO	49.039,84	

CARLOS CEZAR MARTINE
TITULAR
CPF 492.927.499-00

PEDRO ADONES KRUGEL ME
CONTADOR
CRC 21913/O-5

RECEITA OPERACIONAL BRUTA	**89.704,55**
RECEITAS OPERACIONAIS VENDAS E SERVIÇOS	89.704,55
RECEITA DE SERVIÇOS NO PAIS	89.704,55
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	**3.622,92**
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	3.622,92
IMPOST.SOBRE VENDAS E SERVIÇOS	3.622,92
RECEITA LÍQUIDA	**86.081,63**
CUSTOS	**0,00**
LUCRO BRUTO	**86.081,63**
DESPESAS OPERACIONAIS	**75.700,63**
DESPESAS OPERACIONAIS	**75.700,63**
DESPESAS COMERCIAIS	64.580,63
ENCARGOS SOCIAIS	480,00
DESPESAS GERAIS COMERCIAIS	64.100,63
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	11.120,00
DESPESAS TRABALHISTAS	9.920,00
DESPESAS GERAIS ADMINIST.	1.200,00
RESULTADO ANTES DAS OPERAÇÕES FINANCEIRAS	**10.381,00**
DESPESAS FINANCEIRAS	**13,03**
DESPESAS TRIBUTÁRIAS	13,03
MULTAS	13,03
RESULTADO ANTES DAS PROVISÕES TRIBUTÁRIAS	**10.367,97**
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**10.367,97**

CARLOS CEZAR MARTINE
TITULAR
CPF 492.927.499-00

PEDRO ADONES KRUGEL ME
CONTADOR
CRC 21913/O-5

Saldo inicial de lucros acumulados	32.671,87
Ajustes de exercícios anteriores	0,00
Saldo ajustado	32.671,87
Reversão de reservas	0,00
Lucro líquido do exercício	10.367,97
Destinação do lucro	0,00
Saldo final de lucros acumulados	43.039,84
Dividendos por ação do capital social	0,00

CARLOS CEZAR MARTINE
TITULAR
CPF 492.927.499-00

PEDRO ADONES KRUGEL ME
CONTADOR
CRC 21913/O-5

C C MARTINE FOLHA DE CAPANEMA ME
Sage Contabilidade

Balanço Patrimonial

Página: 1
Data: 05/11/2020
Hora: 10:37:15

CNPJ: 26.450.654/0001-00
NIRE nº 41108138295 de 31/10/2016
Consolidação: Empresa **Grau: 4** **Encerrado em: 31/12/2019**

ATIVO		**74.856,85**
CIRCULANTE		**70.221,01**
DISPONIBILIDADES		70.221,01
CAIXA		70.221.01
ATIVO NÃO CIRCULANTE		**4.635,84**
IMOB.-MATRIZ		4.635,84
IMOBILIZADO		4.635,84
TOTAL DO ATIVO	74.856,85	
PASSIVO		**74.856,85**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**74.856,85**
CAPITAL SOCIAL		6.000,00
CAPITAL SOCIAL REALIZADO		6.000,00
RESERVAS		68.856,85
RESERVAS DE LUCROS		36.184,98
RESULTADO DO EXERCÍCIO		32.671,87
TOTAL DO PASSIVO	74.856,85	

CARLOS CEZAR MARTINE
TITULAR
CPF 492.927.499-00

PEDRO ADONES KRUGEL ME
CONTADOR
CRC 21913/O-5

RECEITA OPERACIONAL BRUTA	**219.138,45**
RECEITAS OPERACIONAIS VENDAS E SERVIÇOS	219.138,45
RECEITA DE SERVIÇOS NO PAIS	219.138,45
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	**9.905,22**
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	9.905,22
IMPOST.SOBRE VENDAS E SERVIÇOS	9.905,22
RECEITA LÍQUIDA	**209.233,23**
CUSTOS	**0,00**
LUCRO BRUTO	**209.233,23**
DESPESAS OPERACIONAIS	**183.296,22**
DESPESAS OPERACIONAIS	**183.296,22**
DESPESAS COMERCIAIS	181.976,22
DESPESAS GERAIS COMERCIAIS	181.976,22
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	1.320,00
DESPESAS GERAIS ADMINIST.	1.320,00
RESULTADO ANTES DAS OPERAÇÕES FINANCEIRAS	**25.937,01**
DESPESAS FINANCEIRAS	**120,00**
DESPESAS FINANCEIRAS	120,00
DESPESAS COM ATUALIZAÇÕES	120,00
RESULTADO ANTES DAS PROVISÕES TRIBUTÁRIAS	**25.817,01**
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**25.817,01**

CARLOS CEZAR MARTINE
TITULAR
CPF 492.927.499-00

PEDRO ADONES KRUGEL ME
CONTADOR
CRC 21913/O-5

CNPJ: 26.450.654/0001-00
Consolidação: Empresa

Mês/Ano: 12/2019

Saldo inicial de lucros acumulados	43.039,84
Ajustes de exercícios anteriores	0,00
Saldo ajustado	43.039,84
Reversão de reservas	0,00
Lucro líquido do exercício	25.817,01
Destinação do lucro	0,00
Saldo final de lucros acumulados	68.856,85
Dividendos por ação do capital social	0,00

CARLOS CEZAR MARTINE
TITULAR
CPF 492.927.499-00

PEDRO ADONES KRUGEL ME
CONTADOR
CRC 21913/O-5

388

CONECTIVIDADE SOCIAL

Protocolo de Envio de Arquivos

Prezado cliente PEDRO ADONES KRUGEL:12993198000130 ,

Seu arquivo K2yFC7IifZC00007.zip foi armazenado na Caixa Econômica Federal em 30/10/2020 às 10:19:17.

O número do Protocolo de Envio deste arquivo é:
C3E2D840D9D1D7F84040404040404040D8BF3872C3836008.

Este protocolo é sua garantia de que o arquivo foi devidamente recebido e armazenado para processamento pela Caixa Econômica Federal.
Havendo ocorrências impeditivas no processamento do arquivo, será enviada uma nota explicativa para a sua caixa postal no Conectividade Social contendo a(s) ocorrência(s) encontrada(s) e as ações necessárias para a solução.

Informações Complementares:

Transmissor:	PEDRO ADONES KRUGEL:12993198000130
Inscrição Transmissor:	12.993.198/0001-30
Responsável:	PEDRO ADONES KRUGEL ME
Inscrição Responsável:	12.993.198/0001-30
Competência:	10/2020
NRA:	K2yFC7IifZC00007
Base de Processamento:	PR - Capanema
Código de Recolhimento:	115
Contato:	PEDRO ADONES KRUGEL
Telefone:	004635521239

Atenção: Este Protocolo de Envio de Arquivos não garante a legitimidade do conteúdo das informações.

FGTS - FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO

GFIP - SEFIP8.40 (29/03/2020)

DATA: 30/10/2020
HORA: 10:18:51
PÁG : 001/001

RELATÓRIO ANALÍTICO DA GRF

EMPRESA: C C MARTINE FOLHA DE CAPANEMA ME
INSCRIÇÃO: 26.450.654/0001-00
COMPETÊNCIA: 10/2020 CÓD REC: 115 FPAS: 507 SIMPLES: 2

	FGTS - 8%
QTDE TRABALHADORES	1
REMUNERAÇÃO	404,52
DEPÓSITO	32,36
ENCARGOS FGTS	0,00
CONTRIB SOCIAL	0,00
ENCARGOS CONTRIB SOC	0,00
TOTAL A RECOLHER	32,36

VALIDADE DO CÁLCULO: até 07/11/2020

RELATÓRIO PARA SIMPLES CONFERÊNCIA, NÃO É VÁLIDO PARA QUITAÇÃO.

A(S) GRF(S), PARA FINS DE QUITAÇÃO, SERÁ(ÃO) IMPRESSA(S) SOMENTE APÓS TRANSMISSÃO DO ARQUIVO VALIDADO PELO CONECTIVIDADE SOCIAL.

4003389

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO - MTE | MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF | DATA: 30/10/2020

GFIP - SEFIP 8.40 (29/03/2020) TABELAS 41.0 (01/03/2020) | HORA: 10:16:51

PÁG : 0001/0004

RELAÇÃO DOS TRABALHADORES CONSTANTES NO ARQUIVO SEFIP

MODALIDADE : "BRANCO"-RECOLHIMENTO AO FGTS E DECLARAÇÃO À PREVIDÊNCIA

858400000000 323601792015 107646050820 645065400010

EMPRESA: C MARTINE FOLHA DE CAPANEMA ME — INSCRICAO: 26.450.654/0001-00

COMP: 10/2020 COD REC: 115 COD GPS: 2003 FPAS: 507 OUTRAS ENT: SIMPLES: 2 RAT: 0,0 FAP: 1,00 RAT AJUSTADO: 0,00

TOMADOR/OBRA: INSCRICAO:

NOME TRABALHADOR	PIS/PASEP/CI	ADMISSÃO	CAT	OCOR	DATA/COD MOVIMENTAÇÃO	CBO
REM SEM 13º SAL	REM 13ºSAL	BASE CÁL 13ºSAL PREV SOC / BASE CÁL PREV SOCIAL	CONTRIB SEG DEVIDA		DEPÓSITO	JAM
FLAVIO GIARETTA	126.68348.53-8	20/10/2020	01			07662
404,52	0,00	0,00	30,33		32,36	0,00

TOTAIS DA EMPRESA/TOMADOR					
404,52	0,00	0,00	30,33	32,36	0,00

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO - MTE | MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF | DATA: 30/10/2020

GFIP - SEFIP 8.40 (29/03/2020) TABELAS 41.0 (01/03/2020) | HORA: 10:18:51

PÁG: 0002/0004

RELAÇÃO DOS TRABALHADORES CONSTANTES NO ARQUIVO SEFIP

RESUMO DO FECHAMENTO - EMPRESA

MODALIDADE : "BRANCO"-RECOLHIMENTO AO FGTS E DECLARAÇÃO À PREVIDÊNCIA

858400000000 323601792015 107646050820 645065400010

Nº ARQUIVO: K2yFC7IifZC0000-7

EMPRESA: C MARTINE FOLHA DE CAPANEMA ME | No DE CONTROLE: DBbCBQki1XR0000-4 | INSCRICAO: 26.450.654/0001-00

COMP: 10/2020 COD REC: 115 COD GPS: 2003 FPAS: 507 OUTRAS ENT: SIMPLES: 2 RAT: 0,0 FAP: 1,00 RAT AJUSTADO: 0,00

TOMADOR/OBRA: INSCRICAO:

LOGRADOURO: PARA 1058 BAIRRO: SAO CRISTOVAO CNAE PREPONDERANTE:9319101

CIDADE: CAPANEMA UF: PR CEP: 85760-000 CNAE: 9319101

CAT	QUANT	REMUNERAÇÃO SEM 13º	REMUNERAÇÃO 13º	BASE CÁL PREV SOC	BASE CÁL 13º PREV SDC
01	1	404,52	0,00	404,52	0,00
TOTAIS:	1	404,52	0,00	404,52	0,00

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO - MTE | MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF | DATA: 30/10/2020

GFIP - SEFIP 8.40 (29/03/2020) TABELAS 41.0 (01/03/2020) | HORA: 10:18:51

PÁG : 0003/0004

RELAÇÃO DOS TRABALHADORES CONSTANTES NO ARQUIVO SEFIP

RESUMO DO FECHAMENTO - EMPRESA

FGTS

858400000000 323601792015 107646050820 645065400010

Nº ARQUIVO: K2yFC7IfZC0000-7

EMPRESA: C C MARTINE FOLHA DE CAPANEMA ME | No DE CONTROLE: DBbCBQki1XR0000-4 | INSCRICAO: 26.450.654/0001-00

COMP: 10/2020 COD REC: 115 COD GPS: 2003 FPAS: 507 OUTRAS ENT: SIMPLES: 2 RAT: 0,0 FAP: 1,00 RAT AJUSTADO: 0,00

TOMADOR/OBRA: INSCRICAO:

LOGRADOURO: PARA 1058 BAIRRO: SAO CRISTOVAO CNAE PREPONDERANTE:9319101

CIDADE: CAPANEMA UF: PR CEP: 85760-000 CNAE: 9319101

MODALIDADE : "Branco"-RECOLHIMENTO AO FGTS E DECLARAÇÃO À PREVIDÊNCIA

	FGTS - 8%
REMUNERAÇÃD SEM 13º SALÁRIO	404,52
REMUNERAÇÃO 13º SALARIO	0,00
QUANTIDADE TRABALHADORES	1

VALORES DO FGTS

DATA DE RECOLHIMENTO ATÉ

DEPÓSITO FGTS	ENCARGOS FGTS	CONTRIB SOCIAL	ENCARGOS CONTRIB SOCIAL	TOTAL RECOLHER
32,36	0,00	0,00	0,00	32,36

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO - MTE | MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF

GFIP - SEFIP 8.40 (29/03/2020) TABELAS 41.0 (01/03/2020)

DATA: 30/10/2020
HORA: 10:18:51
PÁG: 0004/0004

RESUMO DAS INFORMAÇÕES À PREVIDÊNCIA SOCIAL CONSTANTES NO ARQUIVO SEFIP

EMPRESA

Nº ARQUIVO: K2yFC7lifZC0000-7

EMPRESA: C C MARTINE FOLHA DE CAPANEMA ME — No DE CONTROLE: DBbCBQki1XR0000-4 — INSCRICAO: 26.450.654/0001-00

COMP: 10/2020 COD REC: 115 COD GPS: 2003 FPAS: 507 OUTRAS ENT: SIMPLES: 2 RAT: 0,0 FAP: 1,00 RAT AJUSTADO: 0,00

TOMADOR/OBRA: INSCRICAO:

LOGRADOURO: PARA 1058 BAIRRO: SAO CRISTOVAO CNAE PREPONDERANTE:9319101

CIDADE: CAPANEMA UF: PR CEP: 85760-000 TELEFONE: 0046 3552 1239 CNAE: 9319101

VALOR DEV PREV SOC CALCULADO SEFIP:	30,33	CONTRIB SEGURADOS - DEVIDA:	30,33
SALÁRIO FAMÍLIA:	0,00	RECEITA EVENTO DESP/PATROCÍNIO:	0,00
SALÁRIO MATERNIDADE:	0,00	PERC DE ISENÇÃO DE FILANTROPIA:	0,00
VALORES PAGOS COOP TRABALHO - SEM ADICIONAL:	0,00	13º SALÁRIO MATERNIDADE:	0,00
VALORES PAGOS COOP TRABALHO - ADIC. 15 ANOS:	0,00	COM PRODUÇÃO PJ:	0,00
VALORES PAGOS COOP TRABALHO - ADIC. 20 ANOS:	0,00	COM PRODUÇÃO PF:	0,00
VALORES PAGOS COOP TRABALHO - ADIC. 25 ANOS:	0,00	VALOR DAS FATURAS EMITIDAS PARA O TOMADOR:	0,00

COMPENSAÇÃO

PERÍODO INICIAL: PERÍODO FINAL: VALOR SOLICITADO: 0,00

VALOR ABATIDO: 0,00 VALOR A COMPENSAR: 0,00 VALOR EXCEDENTE AO LIMITE DOS 30%: 0,00

RETENÇÃO (LEI 9.711/98)

VALOR INFORMADO: 0,00 VALOR ABATIDO PELO SEFIP: 0,00 VALOR A COMPENSAR/RESTITUIR: 0,00

BASE DE CÁLCULO APOSENTADORIA ESPECIAL/OCORRÊNCIA

15 ANOS:	0,00	20 ANOS:	0,00	25 ANOS:	0,00
QUANTIDADE:	0	QUANTIDADE:	0	QUANTIDADE:	0

QUANTIDADE DE MOVIMENTAÇOES / CODIGOS

H:	0	I1:	0	I2:	0	I3:	0	I4:	0	J:	0	K:	0	L:	0	M:	0	N1:	0
N2:	0	N3:	0	O1:	0	O2:	0	O3:	0	P1:	0	P2:	0	P3:	0	Q1:	0	Q2:	0
Q3:	0	Q4:	0	Q5:	0	Q6:	0	Q7:	0	R:	0	S2:	0	S3:	0	U1:	0	U2:	0
U3:	0	V3:	0	W:	0	X:	0	Y:	0	Z1:	0	Z2	0	Z3:	0	Z4:	0	Z5:	0

MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF

GFIP - SEFIP 8.40 (29/03/2020) TABELAS 41.0 (01/03/2020)

DATA: 30/10/2020
HORA: 10:18:51
PÁG : 0001

COMPROVANTE DE DECLARAÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER À PREVIDÊNCIA SOCIAL E A OUTRAS ENTIDADES E FUNDOS POR FPAS
EMPRESA

N° ARQUIVO: K2yFC7IifZC0000-7

EMPRESA: C C MARTINE FOLHA DE CAPANEMA ME N° CONTROLE: DBbCBQki1XR0000-4 INSCRIÇÃO: 26.450.654/0001-00

COMP: 10/2020 COD REC: 115 COD GPS: 2003 FPAS: 507 OUTRAS ENT: SIMPLES: 2 ALIQ RAT: 0,0 FAP: 1,00 RAT AJUSTADO: 0,00

TOMADOR/OBRA: INSCRIÇÃO:

LOGRADOURO: PARA 1058 BAIRRO: SAO CRISTOVAO CNAE PREPONDERANTE: 9319101

CIDADE: CAPANEMA UF: PR CEP: 85760-000 TELEFONE: 0046-35521239 CNAE: 9319101

APURAÇÃO DO VALOR A RECOLHER:	507	620	744	779	TOTAL
SEGURADO					
Empregados/Avulsos	30,33	0,00	0,00	0,00	30,33
Contribuintes Individuais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EMPRESA					
Empregados/Avulsos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuintes Individuais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RAT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RAT - Agentes Nocivos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valores Pagos a Cooperativas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Adicional Cooperativas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comercialização Produção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Evento Desportivo/Patrocínio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECOLHIMENTO COMP ANT - VALOR INSS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Retenção Lei 9.711/98	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Sal. Família/Sal. Maternidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Compensação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VALOR A RECOLHER - PREVIDÊNCIA SOCIAL	30,33	0,00	0,00	0,00	30,33
OUTRAS ENTIDADES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECOLH COMP ANT - VALOR OUT ENTID	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VALOR A RECOLHER - OUTRAS ENTIDADES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL A RECOLHER	30,33	0,00	0,00	0,00	30,33

(*) Os valores de retenção, salário-família/salário-maternidade e compensação demonstrados são os efetivamente abatidos.

A DECLARAÇÃO DE DADOS CONSTANTES DESTA GFIP E DO ARQUIVO SEFIP CORRESPONDENTE A CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA, EQUIVALE A CONFISSÃO DE DÍVIDA DOS VALORES DELA DECORRENTES E CONSTITUI(EM)CRÉDITO(S) PASSÍVEL(IS) DE INSCRIÇÃO EM DÍVIDA ATIVA, NA AUSÊNCIA DO OPORTUNO RECOLHIMENTO OU PARCELAMENTO,E CONSEQUENTE EXECUÇÃO JUDICIAL NOS TERMOS DA LEI No 6.830/80.

O EMPREGADOR/CONTRIBUINTE, RENUNCIANDO EXPRESSAMENTE A QUALQUER CONTESTAÇÃO QUANTO AO VALOR E PROCEDÊNCIA DESTA DECLARAÇÃO/DÍVIDA, ASSUME INTEGRAL RESPONSABILIDADE PELA EXATIDÃO DO MONTANTE DECLARADO E CONFESSADO, FICANDO, ENTRETANTO, RESSALVADO A SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL O DIREITO DE APURAR, A QUALQUER TEMPO, A EXISTÊNCIA DE OUTRAS IMPORTANCIAS DEVIDAS NÃO INCLUÍDAS NESTE INSTRUMENTO, AINDA QUE RELATIVAS AO MESMO PERÍODO.

O EMPREGADOR/CONTRIBUINTE RECONHECE QUE A PRESENTE CONFISSÃO DE DÍVIDA NÃO OBRIGA A SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL A EXPEDIR DOCUMENTO COMPROBATÓRIO DA INEXISTÊNCIA DE DÉBITO, SALVO SE SEU CRÉDITO FOR GARANTIDO NA FORMA DOS ARTS. 258 E 259 DO REGULAMENTO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL, APROVADO PELO DECRETO 3.048, DE 12/05/1999, E ALTERAÇÕES POSTERIORES.

MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL - RFB
GFIP - SEFIP 8.40 (29/03/2020) TABELAS 41.0 (01/03/2020)

DATA: 30/10/2020
HORA: 10:18:51
PÁG : 001/001

RELATÓRIO ANALÍTICO DE GPS

COMPETÊNCIA: 10/2020

EMPRESA			INSCRIÇÃO	OUTRAS ENTIDADES		COD PAGTO	FPAS
VALORES: SEGURADOS	EMPRESA	OUTRAS ENT	DED FPAS	VALOR DA RETENÇÃO	JUROS/MULTA	TOTAL	REEMBOLSO
C C MARTINE FOLHA DE CAPANEMA ME			26.450.654/0001-00			2003	507
30,33	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30,33	0,00

OBSERVAÇÃO : EMPRESA OPTANTE PELO SIMPLES

fls. 395

A CARTEIRA PROFISSIONAL

Por menos que pareça e por mais trabalho que dê ao interessado, a carteira profissional é um documento indispensável à proteção do trabalhador.

Elemento de qualificação civil e de habilitação profissional, a carteira representa também título originário para a colocação, para a inscrição sindical e, ainda, um instrumento prático do contrato individual de trabalho.

A carteira, pelos lançamentos que recebe, configura a história de uma vida. Quem a examina, logo verá se o portador é um temperamento aquietado ou versátil; se ama a profissão escolhida ou ainda não encontrou a própria vocação; se andou de fábrica em fábrica, como uma abelha, ou permaneceu no mesmo estabelecimento, subindo a escala profissional. Pode ser um padrão de honra. Pode ser uma advertência.

(a) Alexandre Marcondes Filho

MINISTÉRIO DO TRABALHO

SECRETARIA DE EMPREGO E SALÁRIO

CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

Nº 396

PREFEITURA MUNICIPAL CONVÊNIO M. T. P. S. PR

Série 00010



11 8 91

Número 44612

ASSINATURA DO PORTADOR

6 **QUALIFICAÇÃO CIVIL**

Nome Carlos Cezar Martins

Loc. Nasc. Passos

Est. Paraná Data 09/09/65

Filiação Vitor Martins e Da Leonilda Rosa de Siqueira Martins

Est. Civil Solteiro Doc. Nº 20.715

Fls. 101 Liv. Nº 31 Reg. Civil Passos

Outro doc. Cart. Saúde Nº 1857.

Situação Militar: Doc. /

Nº Órgão Est.

Naturalizado Dec. Nº Em / /

ESTRANGEIROS

Chegada ao Brasil em

Doc. Ident. Nº Exp. em

Estado

Obs.

Data Emissão 12/08/87 DRT

Assinatura do Funcionário

Dergério Ribeiro dos Santos

7 **ALTERAÇÕES DE IDENTIDADE**
(Com relação nome, est. civil e data nasc.)

Nome

Doc.

Nome

Doc.

Nome

Doc.

Est. Civil

Doc.

Est. Civil

Doc.

Nascimento

Doc.

8

REGISTRO DE PROFISSÕES REGULAMENTADAS

Registrado em ..../..../.... como

.... sob

Ministério do Trabalho e Emprego

Data ....

Superintendência Regional do Trabalho e Emprego

nário

..../.... como

CARLOS CEZAR MARTINE foi registrado(a) como Jornalista, na função de Jornalista sob o número 0010212/PR em 19/08/2014 conforme processo 46317.000553/2014-11 de acordo com a Lei nº 972, de 17 de outubro de 1969 e Decreto nº 83.284, de 13 de março de 1979.

.... sob

Data....

nário

Curitiba, 19/08/2014

..../.... como

.... sob

Data ....

REGINA CANTO DO CANTO SOUZA
Chefe da Seção de Políticas do Trabalho, Emprego e Renda - SEPTER

nário

Essas informações podem ser confirmadas no site do Ministério do Trabalho e Emprego.

..... como

.... sob

Data ....

nário

9

DEPENDENTES

Nome	Est. Civil	Idade	Grau Parentesco

CARTEIRAS ANTERIORES

Número	Série	Data da Entrega

1094397

10

CONTRATO DE TRABALHO

Empregador Prefeitura Municipal de Capanema

Rua Av. Brasil s/ Nº

Município Capanema Est. Paraná

Esp. do estabelecimento Público

Cargo Office - Boy

C.B.O. nº ....

Data admissão 12 de Agosto de 19 81

Registro nº 000387 Fls/Ficha Ficha

Remuneração especificada cr$ 8.500,00 (Oito mil e quinhentos cruzeiros) mensais

Prefeitura Municipal de Capanema

Ass. do empregador ou a rogo c/ test.
EGON PAULO GRAMS
Prefeito Municipal

1º ....

2º ....

Data saída 1º de Setembro de 19 82

Ass. do empregador ou a rogo c/ test.

1º ....

2º ....

11

CONTRATO DE TRABALHO

Empregador Prefeitura Municipal de Capanema

Rua Dr. Brasil S/ Nº

Município Capanema Est. Paraná

Esp. do estabelecimento Público

Cargo Professor -

C.B.O. nº 1.42

Data admissão 07 de Março de 19 85

Registro nº 0787 Fls/Ficha 787

Remuneração especificada 99.936 (noventa e nove mil, novecentos e trinta e seis cruzeiros).

Ass. do empregador ou a rogo c/ test.

1º ....

2º ....

Data saída 31 de Janeiro de 90

Ass. do empregador ou a rogo c/ test.

1º ....

2º ....

Município de Capanema - PR

LICITANTE: C C Martine

CRITÉRIO	PROPOSTA/PONTOS	PONTOS	PESO	PROPOSTA	SOMATÓRIO DA PONTUAÇÃO DA PROPOSTA
Empregabilidade (em número de empregos diretos a serem gerados)	2 pontos por emprego gerado	Até 100	0,3	7,00	4,20
Valor do Investimento privado no empreendimento a ser instalado no imóvel R$	Até 20.000,00	5	0,2	5,00	1,00
	De 20.001,00 a 40.000,00.	10	0,2		0,00
	40.001,00 a 60.000,00.	15	0,2		0,00
	60.001,00 a 80.000,00	20	0,2		0,00
	Acima de 80.000,00, a cada 20.000,00 acrescenta 5 pontos.	até 100	0,2		0,00
Prazo construção da infraestrutura e aplicação total dos investimentos (critério exclusivo para terrenos)	Até 6 meses	100	0,2		0,00
	De 6 a 12 meses	80	0,2		0,00
	De 13 a 18 meses	60	0,2		0,00
	De 19 a 24 meses	40	0,2		0,00
Prazo para aplicação total dos investimentos (critério exclusivo para barracões)	Até 4 meses	100	0,2		0,00
	De 5 a 8 meses	80	0,2		0,00
	De 9 a 12 meses	60	0,2		0,00
	De 13 a 16 meses	40	0,2		0,00
	De 17 a 20 meses	20	0,2		0,00
	De 21 a 24 meses	10	0,2	10,00	2,00
Faturamento anual da pessoa jurídica R$	Até 80.001,00.	10	0,1		0,00
	de 80.001,00 a 150.000,00.	20	0,1	20,00	2,00
	150.001,00 a 200.000,00.	30	0,1		0,00
	200.001,00 a 250.000,00.	40	0,1		0,00
	250.001,00 a 300.000,00	50	0,1		0,00
	Acima de 300.000,00, a cada 50.000,00 acrescenta 10 pontos.	até 100	0,1		0,00
Tempo de constituição da empresa em Capanema OU tempo de residência do sócio majoritário da empresa OU da pessoa física em Capanema	5 pontos por ano	até 100	0,1	100,00	10,00
Capacidade do empreendimento gerar uma cadeia de produção e/ou empregos indiretos no Município de Capanema/PR	Aquisição de matéria-prima de pessoas físicas ou jurídicas residentes ou sediadas no Município de Capanema.	2 pontos para cada indicação, até 100	0,1	0,00	0,00
			TOTAL		19,20

EDER JUNIOR GONÇALVES

17.598.428/0001-80

Certificado da Condição de Microempreendedor Individual

Identificação

Nome Empresarial
EDER JUNIOR GONCALVES
Nome do Empresário
EDER JUNIOR GONCALVES
Nome Fantasia
UNIMETAL
Capital Social
10.000,00

Número Identidade	Orgão Emissor	UF Emissor	CPF
82339809	SESP	PR	039.456.809-56

Condição de Microempreendedor Individual

Situação Cadastral Vigente
ATIVO

Data de Início da Situação Cadastral Vigente
13/02/2013

Número de Registro

CNPJ
17.598.428/0001-80

Endereço Comercial

CEP	Logradouro	Número	Complemento
85760-000	RUA GONCALVES MARCELO	49	CASA
Bairro	**Município**	**UF**	
SAO CRISTOVAO	CAPANEMA	PR	

Atividades

Data de Início de Atividades
13/02/2013

Forma de Atuação
Porta a porta, postos móveis ou por ambulantes

Ocupação Principal
Fabricante de esquadrias metálicas sob encomenda ou não, independente

Atividade Principal (CNAE)
25.12-8/00 - Fabricação de esquadrias de metal

Ocupações Secundárias	Atividades Secundárias (CNAE)
Comerciante independente de ferragens e ferramentas	47.44-0/01 - Comércio varejista de ferragens e ferramentas
Comerciante independente de materiais de construção em geral	47.44-0/99 - Comércio varejista de materiais de construção em geral
Soldador(a) / brasador(a) independente	25.39-0/01 - Serviços de usinagem, tornearia e solda
Calheiro independente	43.99-1/99 - Serviços especializados para construção não especificados anteriormente

Termo de Ciência e Responsabilidade com Efeito de Alvará de Licença e Funcionamento Provisório - declaração prestada no momento da inscrição:

Declaro, sob as penas da Lei, que conheço e atendo os requisitos legais exigidos pelo Estado e pela Prefeitura do Município para emissão do Alvará de Licença e Funcionamento, compreendidos os aspectos sanitários, ambientais,tributários, de segurança pública, uso e ocupação do solo, atividades domiciliares e restrições ao uso de espaços públicos. O não-atendimento a esses requisitos acarretará o cancelamento deste Alvará de Licença e Funcionamento Provisório.

Este Certificado comprova as inscrições, alvará, licenças e a situação de enquadramento do empresário na condição de Microempreendedor Individual. A sua aceitação está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço: http://www.portaldoempreendedor.gov.br/.

Certificado emitido com base na Resolução nº 48, de 11 de outubro de 2018, do Comitê para Gestão da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios – REDESIM.

ATENÇÃO: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento. Para pesquisar a inscrição estadual e/ou municipal (quando convenentes do cadastro sincronizado nacional), informe os elementos abaixo no endereço eletrônico http://www.receita.fazenda.gov.br/PessoaJuridica/CNPJ/fcpj/consulta.asp.

Número do Recibo	Número do Identificador	Data de Emissão
ME00006553	17598428000180	04/11/2020

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL: **8.233.980-9** DATA DE EXPEDIÇÃO: 31/08/2011

NOME: **EDER JUNIOR GONÇALVES**

FILIAÇÃO:
JACIRA GONÇALVES

NATURALIDADE: NOVA ANDRADINA/MS DATA DE NASCIMENTO: 27/06/1982

DOC. ORIGEM: COMARCA=CAPANEMA/PR, DA SEDE
C.CAS=3328, LIVRO=17B, FOLHA=93

CURITIBA/PR

NEWTON TADEU ROCHA
DIRETOR
ASSINATURA DO DIRETOR

É PROIBIDO PLASTIFICAR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DO PARANÁ

RG: 8.233.980-9

POLEGAR DIREITO

Eder J. Gonçalves
ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

CPF

CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

Número de Inscrição

039.456.809-56

Nome

[illegible] VES

Nascimento

Prefeitura Municipal de Capanema
Certifico que este documento é cópia fiel
do original.
Capanema, 11/11/2022
[illegible]

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
17.598.428/0001-80 MATRIZ		13/02/2013

NOME EMPRESARIAL
EDER JUNIOR GONCALVES

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
UNIMETAL	ME

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
25.12-8-00 - Fabricação de esquadrias de metal

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
25.39-0-01 - Serviços de usinagem, tornearia e solda
43.99-1-99 - Serviços especializados para construção não especificados anteriormente
47.44-0-01 - Comércio varejista de ferragens e ferramentas
47.44-0-99 - Comércio varejista de materiais de construção em geral

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
213-5 - Empresário (Individual)

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
R GONCALVES MARCELO	49	CASA

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
85.760-000	SAO CRISTOVAO	CAPANEMA	PR

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
REJANEEEDERHRYCIUK@GMAIL.COM	(46) 9907-3537

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	13/02/2013

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
*****	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **04/11/2020** às **16:21:14** (data e hora de Brasília). Página: **1/1**

404

Município de Capanema

ESTADO DO PARANÁ
75.972.760/0001-60
AV GOV.PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA, 1080 - CENTRO - CAPANEMA - PR

ALVARÁ Nº 184/2018

O Município de Capanema, conforme protocolo nº 2260/2018 de 28 de Agosto de 2018 concede alvará de licença para localização a:

Nome: **EDER JUNIOR GONCALVES**
CNPJ/CPF: 17.598.428/0001-80 **Inscrição Municipal:** 36781
Nome Fantasia: UNIMETAL

Localização: R GONCALVES MARCELO, 49 - CASA - SÃO CRISTÓVÃO CEP: 85760000 Capanema - PR

Atividades
4520-0/02 - Serviços de lanternagem ou funilaria e pintura de veículos automotores.
4399-1/99 - Serviços especializados para construção não especificados anteriormente.

Horário de funcionamento Comercio e prestadores de servicos
Segunda à Sexta das 07:30 às 20:00
Sábado das 07:30 às 13:00

Este Alvará possui validade INDETERMINADA somente para a LOCALIZAÇÃO e ATIVIDADES acima descritas.

Observações:

O Contribuinte deve manter o presente Alvará de Licença, em lugar bem visível e o exibirá a autoridade competente sempre que esta o exigir. - Código de Posturas - Lei 03/1970 - Artigo 213.
2 - Será exigida renovação de licença sempre que ocorrer mudanças de ramo de atividade, modificações nas características do estabelecimento ou transferência de local.
3 - Nos casos de alterações tais como: encerramento, mudanças de endereço, razão social, ramos de atividade, etc.
O contribuinte será obrigado a comunicar a Prefeitura dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias.
IMPORTANTE:
- Evite multas, auditorias, fiscalização especial e outros aborrecimentos mantendo em dia sua situação perante o fisco.
Futuramente você precisará de certidões para fins de aposentadoria, auxílios, pensão, etc.
Zele pelo seu futuro.

Capanema,06 de Novembro de 2020

Autenticação: 9ZTMH2MR39JTX38BTQB

IE 90.233.073-99 IM 423.992-4 — Unidade Consumidora

REJANE BEATRIZ HRYCIUK
R GONCALVES MARCELO 49 - 81680 02 309600

CEP: 86760000 CAPANEMA - PR
CPF: 05249458963

78462851

Vencimento
10/11/2020

Valor a Pagar
R$ 301,16

Responsavel pela manutencao da Iluminacao Publica: Municipio 46766213/21

Reaviso de Vencimento

409405

Informações Técnicas

No. Medidor: 0340133719 - BIFASICO — Mes Referencia: 10/2020

Leitura Anterior	Leitura Atual	Medido	Constante de Multiplicacao	Total Faturado	Consumo Medio/Dia	Data Apresentacao
01/09/2020 19438	02/10/2020 19800	31 dias 362 kWh	1,00	362 kWh	11,68 kWh	02/10/2020

Proxima Leitura Prevista: 03/11/2020 — RESIDE/RESIDENCIAL

Informações Suplementares

AS [1 5 110 0]

ENERGIA ELETRICA CONSUMO — Tarifas: 0,612770

Tensao Contratada: 127 / 220 volts

Limite faixa adequada de Tensao: 117 - 133 / 202 - 231 volts

Historico de Consumo e Pagamento — Media 3 meses: 294 kWh

MES	09/20	08/20	07/20	06/20	05/20	04/20	03/20	02/20	01/20	12/19	11/19	10/19
CONS	310	275	295	303	338	370	394	366	393	355	314	283
PGTO		11/08	21/07				28/07	04/05	11/03	24/01	07/01	26/11

Valores Faturados

NOTA FISCAL CONTA DE ENERGIA ELETRICA no. 156945097 Serie B
Emitida em 01/10/2020

Produto Descricao	Un.	Consumo	Valor Unitario	Valor Total	Base de Calculo	Aliq ICMS
01 ENERGIA ELETRICA CONSUMO	kWh	362	0,745801	269,98	269,98	29,00%
02 CONT ILUMIN PUBLICA MUNICIPI				31,18		

Base de Calculo do ICMS: 269,98	Valor ICMS: 78,29	Valor Total da Nota Fiscal: 301,16

Reservado ao Fisco

29FF.3D29.8F17.912D.970B.BAF1.79BC.DFE9

INCLUSO NA FATURA PIS R$ 1,08 E COFINS R$ 4,99 CONFORME RES. ANEEL 130/2006
A PARTIR DE 01/10/2020 - PIS/PASEP 0,76% e COFINS 3,61%
A qualquer tempo pode ser solicitado o cancelamento de valores nao relacionados a prestacao do servico de energia eletrica, como convenios e doacoes
DENUNCIE O FURTO DE FIOS! LIGUE 181
Atraso superior a 46dias sujeita inclusao no cadastro de inadimplentes CADIN/PR
Agora e possivel recorrer a Ouvidoria da Copel pelo Site ou Mobile
Periodos Band Tarif: Verde 02/09-02/10

Prefeitura Municipal de Capanema
Certifico que este documento é cópia fiel do original.
Capanema, 11 / 11 / 2020

Vencimento: 10/11/2020 — **Valor a pagar: R$ 301,16**

Controle	Numero de identificacao	Mes	AS [1 5 110 0]
01-20209595851812-43	78462851	10/2020	

836300000038 01160111000 7 00101020209 9 59585181243 7

FUNARPEN

SELO DIGITAL
ZKzwc.jYNjn.8I45V
aY8Wy.IR39I
http://funarpen.com.br

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS

Serviço de Registro Civil das Pessoas Naturais e Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas Nair Iria Greber Agente Delegada Comarca de Capanema PR 46 3552-1485

CERTIDÃO DE CASAMENTO

Nome	CPF
EDER JUNIOR GONÇALVES ••	039.456.809-56 ••
REJANE BEATRIZ HRYCIUK ••	052.494.589-63 ••

Matrícula
082842 01 55 2009 2 00017 093 0003328 96

Nomes completos de solteiro, datas de nascimento, naturalidade, nacionalidade e filiações dos cônjuges

EDER JUNIOR GONÇALVES, nascido aos 27 de junho de 1982, natural de Nova Andradina-MS, de nacionalidade brasileiro, solteiro, serralheiro, filho de JACIRA GONÇALVES, residente e domiciliado à Rua Gonçalves Marcelo, 49, em Capanema-PR ••

REJANE BEATRIZ HRYCIUK, nascida aos 08 de maio de 1982, natural de Planalto-PR, de nacionalidade brasileira, solteira, doméstica, filha de NICOLAU HRYCIUK e de NOELI NELI PIRES HRYCIUK, residente e domiciliada à Rua Gonçalves Marcelo, 49, em Capanema-PR ••

Data do registro do casamento (por extenso)	Dia	Mês	Ano
Vinte de junho de dois mil e nove ••	20	06	2009

Regime de bens do casamento
Comunhão Parcial de Bens ••

Nome que cada um dos cônjuges passou a utilizar (quando houver alteração)
REJANE BEATRIZ HRYCIUK GONÇALVES ••

Averbações/Anotações à acrescer
Casamento celebrado no Centro de Eventos, Parque de Exposições de Capanema-PR, perante a Juíza de Paz Santa Arzenil M Gross. Emolumentos: R$33,77 (VRC 175,00), Selo Funarpen: R$2,34, FADEP: R$1,69, ISS: R$1,01. TOTAL: R$38,81 ••

Anotaçoes de cadastro
Nada consta. ••

Nome do Ofício
Serviço de Registro Civil das Pessoas Naturais

Oficial Registrador
Nair Iria Greber

Município e Comarca / UF
Capanema - Estado do Paraná

Endereço
Avenida Espírito Santo, 731
CEP: 85760-000 - Fone: (46)-3552/1485

O conteúdo da certidão é verdadeiro. Dou fé.

Capanema-PR, 25 de março de 2019.

Keli Cristina Fernandes Guaitanele
Escrevente Substituta

Keli Cristina Fernandes Guaitanele
Escrevente Substituta
CPF:046.787.329-18
Portaria 13/2016

Serviço de Registro Civil das Pessoas Naturais e Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas Nair Iria Greber Agente Delegada Comarca de Capanema PR 46 3552-1485

Prefeitura Municipal de Capanema
Certifico que este documento é cópia fiel do original.
Capanema, 11 / 03 / 2020

FUNARPEN AA002740177 B

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: EDER JUNIOR GONCALVES
CNPJ: 17.598.428/0001-80

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e

2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 16:38:09 do dia 03/11/2020 <hora e data de Brasília>.
Válida até 02/05/2021.
Código de controle da certidão: **F162.5938.31D2.8F08**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Receita Estadual do Paraná

409408

Certidão Negativa

de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual

Nº 022863614-28

Certidão fornecida para o CNPJ/MF: **17.598.428/0001-80**
Nome: **EDER JUNIOR GONCALVES**
Estabelecimento baixado ou paralisado no Cadastro de Contribuintes do ICMS/PR

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

Obs.: Esta Certidão engloba todos os estabelecimentos da empresa e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

Válida até 26/02/2021 - Fornecimento Gratuito

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet
www.fazenda.pr.gov.br

Emitido via Internet Pública (29/10/2020 08:42:19)

Município de Capanema
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE TRIBUTAÇÃO

CERTIDÃO Positiva com efeito de negativa

IMPORTANTE:

1. FICA RESSALVADO O DIREITO DA FAZENDA MUNICIPAL COBRAR DÉBITOS CONSTATADOS POSTERIORMENTE MESMO REFERENTE AO PERÍODO COMPREENDIDO NESTA CERTIDÃO.
2. A PRESENTE CERTIDÃO TEM VALIDADE ATÉ **09/01/2021**, SEM RASURAS E NO ORIGINAL.

Positiva com efeito de negativa Nº: 7095/2020

FINALIDADE: CADASTRO E/OU CONCORRÊNCIA E/OU LICITAÇÃO
RAZÃO SOCIAL: EDER JUNIOR GONCALVES
ENDEREÇO:R GONCALVES MARCELO, 49 - CASA - SÃO CRISTÓVÃO CEP: 85760000 Capanema - PR

CONTROLE	CNPJ/CPF		ALVARÁ
36781	17.598.428/0001-80	INSCRIÇÃO ESTADUAL	184

CNAE / ATIVIDADES

Serviços de lanternagem ou funilaria e pintura de veículos automotores, Serviços especializados para construção não especificados anteriormente

Certidão emitida no dia **Capanema, 10 de Novembro de 2020.**
CÓDIGO DE AUTENTICAÇÃO: **9ZTMH282QETJX4X84QBT**

Voltar | Imprimir

CAIXA
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 17.598.428/0001-80
Razão Social: EDER JUNIOR GONCALVES ME
Endereço: BOTUCARIS 249 / CENTRO / CAPANEMA / PR / 85760-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 27/10/2020 a 25/11/2020

Certificação Número: 2020102704490377508903

Informação obtida em 30/10/2020 11:33:42

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: EDER JUNIOR GONCALVES (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 17.598.428/0001-80
Certidão nº: 28142738/2020
Expedição: 29/10/2020, às 08:41:28
Validade: 26/04/2021 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **EDER JUNIOR GONCALVES (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **17.598.428/0001-80, NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.



DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE VISITA TÉCNICA

412

Concorrência nº 02/2020

Objeto: CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE TERRENOS E BARRACÕES, DESTINADOS À INSTALAÇÃO DE EMPRESAS DE QUALQUER NATUREZA, OBSERVADOS OS CRITÉRIOS E PREFERÊNCIAS DO TERMO DE REFERÊNCIA, VISANDO ESTIMULAR À GERAÇÃO DO EMPREGO E RENDA NO ÂMBITO MUNICIPAL, EM CONFORMIDADE COM A LEI MUNICIPAL Nº 1.745/2020.

Nome da Empresa: ***EDER JUNIOR GONÇALVES – MEI***
CNPJ nº: **17.598.428/0001-80**
Endereço Completo: **RUA GONÇALVES MARCELO, Nº 49, SÃO CRISTÓVÃO, CAPANEMA/PR – CEP 85.760-000**
Fone: **(46) 99907-3537**
E-mail:**rejaneeederhryciuk@gmail.com**

O representante legal/contratual da empresa EDER JUNIOR GONÇALVES - ME, o Sr. EDER JUNIOR GONÇALVES, DECLARA que renuncia a Visita Técnica aos locais e/ou instalações do objeto licitado, de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades do imóvel, assumindo total responsabilidade por este fato e informando que não o utilizará para quaisquer questionamentos futuros que ensejem evenças técnicas e ou financeira para com a concedente

Capanema PR, 6 de novembro de 2020.

EDER JUNIOR GONÇALVES - MEI
17.598.428/0001-80

17.598.428/0001-80
EDER JUNIOR GONÇALVES
RUA GONÇALVES MARCELO, 49
BAIRRO SÃO CRISTÓVÃO
85760-000 - CAPANEMA - PR



DECLARAÇÃO DE CONCORDÂNCIA COM O EDITAL 413

EDER JUNIOR GONÇALVES - MEI, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob nº 17.598.428/0001-80, DECLARA, para fins do disposto neste Edital, que:

a) está de acordo em explorar a sua atividade em um dos imóveis em que está competindo, constantes no Termo de Referência desta licitação;

b) tem disponibilidade imediata dos equipamentos e utensílios necessários para exploração do barracão;

c) não empregará menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregará menor de dezesseis anos.

d) se instalará e iniciará as atividades dentro do prazo não superior a 120 (cento e vinte) dias a contar do dia 1º de janeiro de 2021, podendo esse prazo ser prorrogado, havendo justificativa, por escrito e aceito pelo CONCEDENTE;

e) possui aptidão para o desempenho da atividade pertinente e compatível com o objeto da Licitação;

Capanema PR, 6 de novembro de 2020.

EDER JUNIOR GONÇALVES - MEI

17.598.428/0001-80

17.598.428/0001-80
EDER JUNIOR GONCALVES
RUA GONÇALVES MARCELO, 49
BAIRRO SÃO CRISTÓVÃO
85760-000 - CAPANEMA - PR



PROPOSTA

414

(X) Proposta os itens relacionados aos imóveis **com** barracões.

( ) Proposta para os itens relacionados aos imóveis **sem** barracões.

NOME DA PESSOA JURÍDICA: **EDER JUNIOR GONÇALVES - MEI**

CNPJ: **17.598.428/0001-80**

01 - Descrição clara e objetiva do ramo de atividade empresarial a ser desenvolvido no imóvel:

- Fabricação de esquadrias de metal, Serviços de usinagem, tornearia e solda, Serviços especializados para construção não especificados anteriormente, Comércio varejista de ferragens e ferramentas e Comércio varejista de materiais de construção em geral.

02 - Matéria prima a ser utilizada:

- Chapas, vigas metálicas, perfis metálicos, ferro, alumínio e metais em geral.

03 - Capacidade produtiva/comercial da unidade a ser instalada:

- 2 portões de elevação
- 40 m² de grades
- 50 m de calhas
- 50 m² de estruturas metálicas

04 - Mercado consumidor potencial:

- Lojas de materiais de construção e construção civil.

05 - Previsão de faturamento, custos, despesas e retorno dos investimentos:

- Previsão de um aumento de até 40% no faturamento, ou seja, R$100.000,00/ano, investimento de R$21.000,00 com previsão de retorno em 1 ou 2 anos.

Eder J. Gonçalves



06 - Relação da infraestrutura, equipamentos e instalações necessárias ao funcionamento do projeto global, acompanhada de orçamento discriminado:

- R$ 6.000,00 em materiais de escritório, mesas, balcões e um computador e os outros R$ 15.000,00 em parte elétrica e segurança privada

07 - Previsão de investimentos próprios:

- R$ 21.000,00

08 - Viabilidade econômica do projeto:

- A empresa atualmente atua no fundo de quintal e com um barracão vai alavancar muito o negócio, gerando novos empregos e um aumento considerável no faturamento.

---

09 - Compromissos assumidos pela proponente:

a) cumprir todas as obrigações previstas no Termo de Referência, no edital e na minuta do contrato da licitação Concorrência 02/2020.

b) contratar, preferencialmente, pessoas que sejam domiciliadas no Município de Capanema/PR.

17.598.428/0001-80

EDER JUNIOR GONÇALVES

RUA GONÇALVES MARCELO, 49
BAIRRO SÃO CRISTÓVÃO
85760-000 - CAPANEMA - PR



10 - DA OFERTA:

416

CRITÉRIO	PROPOSTA DA EMPRESA
Empregabilidade (em número de empregos diretos gerados no prazo de 6 meses).	12 empregos
Valor do investimento privado no empreendimento a ser instalado no imóvel	R$ 21.000,00
Prazo para conclusão das obras / prazo para aplicação total dos investimentos	4 meses
Faturamento Anual (média dos últimos 3 anos)	R$ 72.400,00
Tempo de constituição da empresa OU residência do sócio majoritário no município de Capanema (somente dados do sócio mais antigo)	22 anos
Capacidade do empreendimento gerar uma cadeia de produção e/ou empregos indiretos no Município de Capanema/PR	22 empresas

Capanema PR, 6 de novembro de 2020.

EDER JUNIOR GONÇALVES - MEI

17.598.428/0001-80

17.598.428/0001-80
EDER JUNIOR GONCALVES
RUA GONÇALVES MARCELO, 49
BAIRRO SÃO CRISTÓVÃO
85760-000 - CAPANEMA - PR



INDICAÇÃO DE ITENS RELACIONADOS AOS IMÓVEIS COM BARRACÕES

417

EDER JUNIOR GONÇALVES 03945680956
17.598.428/0001-80

A proposta constante no envelope lacrado será utilizada como oferta para os imóveis previstos nos seguintes itens, em ordem de preferência:

Item (previsto no Termo de Referência)	**Descrição do imóvel** (previsto no Termo de Referência)
15	Área Industrial I - próximo ao trevo saída para São Pedro - Quadra 84A - Lote 04 - Setor N.E - Rua 25 de maio nº 581
18	Área Industrial II - próximo ao Ginásio de Esportes - Quadra nº 78 - Lote 03 - Setor S.E - Rua Pôr do Sol nº 1010-b
16	Área Industrial I - próximo ao trevo saída para São Pedro - Quadra Nº 84 - Lote 03 - Setor N.E - Rua 25 de maio nº 646
17	Área Industrial I - próximo ao trevo saída para São Pedro - Quadra Nº 84 - Lote 05 - Setor N.E - Rua 25 de maio nº 530

No caso de a pessoa física ou jurídica se sagrar vencedora em mais de um item, será adjudicado um único imóvel, conforme a ordem de preferência indicada nesta proposta.

Capanema, 11 de novembro de 2020

Eder Junior Gonçalves
RG nº 8.233.980-9 SESP/PR – CPF nº 039.456.809-56

17.598.428/0001-80
EDER JUNIOR GONÇALVES
RUA GONÇALVES MARCELO, 49
BAIRRO SÃO CRISTÓVÃO
85760-000 - CAPANEMA - PR



CRONOGRAMA

418

EDER JUNIOR GONÇALVES - ME, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob n° 17.598.428/0001-80, DECLARA, para fins do disposto neste Edital, que o valor do investimento e a execução serão das seguintes maneiras:

Serão investidos o total de R$ 21.000,00.
R$ 6.000,00 em materiais de escritório, mesas, balcões e um computador e os outros R$ 15.000,00 em parte elétrica e segurança privada em 1 mês.

Capanema PR, 9 de novembro de 2020.

EDER JUNIOR GONÇALVES - MEI

17.598.428/0001-80

17.598.428/0001-80
EDER JUNIOR GONÇALVES
RUA GONÇALVES MARCELO, 49
BAIRRO SÃO CRISTÓVÃO
85760-000 - CAPANEMA - PR



PROPOSTA

419

( ) Proposta os itens relacionados aos imóveis **com** barracões.

(X) Proposta para os itens relacionados aos imóveis **sem** barracões.

NOME DA PESSOA JURÍDICA: **EDER JUNIOR GONÇALVES - MEI**

CNPJ: **17.598.428/0001-80**

01 - Descrição clara e objetiva do ramo de atividade empresarial a ser desenvolvido no imóvel:

- Fabricação de esquadrias de metal, Serviços de usinagem, tornearia e solda, Serviços especializados para construção não especificados anteriormente, Comércio varejista de ferragens e ferramentas e Comércio varejista de materiais de construção em geral.

02 - Matéria prima a ser utilizada:

- Chapas, vigas metálicas, perfis metálicos, ferro, alumínio e metais em geral.

03 - Capacidade produtiva/comercial da unidade a ser instalada:

- 2 portões de elevação
- 40 m² de grades
- 50 m de calhas
- 50 m² de estruturas metálicas

04 - Mercado consumidor potencial:

- Lojas de materiais de construção e construção civil.

05 - Previsão de faturamento, custos, despesas e retorno dos investimentos:

- Previsão de um aumento de até 40% no faturamento, ou seja, R$100.000,00/ano, investimento de R$180.000,00 com previsão de retorno em 6 anos.



60 420

06 - Relação da infraestrutura, equipamentos e instalações necessárias ao funcionamento do projeto global, acompanhada de orçamento discriminado:

- Será construído um pré-moldado de 10x15 metros, conforme descrito no orçamento anexado.
- Serão investidos R$1.500,00 em móveis e materiais para o escritório.

07 - Previsão de investimentos próprios:

- R$180.000,00

08 - Viabilidade econômica do projeto:

- A empresa atualmente atua no fundo de quintal e com um terreno com espaço para a construção de um barracão vai alavancar muito o negócio, gerando novos empregos e um aumento considerável no faturamento.

---

09 - Compromissos assumidos pela proponente:

a) cumprir todas as obrigações previstas no Termo de Referência, no edital e na minuta do contrato da licitação Concorrência 02/2020.

b) contratar, preferencialmente, pessoas que sejam domiciliados no Município de Capanema/PR.

17.598.428/0001-80
EDER JUNIOR GONÇALVES
RUA GONÇALVES MARCELO, 49
BAIRRO SÃO CRISTÓVÃO
85760-000 - CAPANEMA - PR



421

10 - DA OFERTA:

CRITÉRIO	PROPOSTA DA EMPRESA
Empregabilidade (em número de empregos diretos gerados no prazo de 6 meses).	12 empregos
Valor do investimento privado no empreendimento a ser instalado no imóvel	R$ 180.000,00
Prazo para conclusão das obras / prazo para aplicação total dos investimentos	6 meses
Faturamento Anual (média dos últimos 3 anos)	R$ 72.400,00
Tempo de constituição da empresa OU residência do sócio majoritário no município de Capanema (somente dados do sócio mais antigo)	Mais de 20 anos
Capacidade do empreendimento gerar uma cadeia de produção e/ou empregos indiretos no Município de Capanema/PR	22 empresas

Capanema PR, 6 de novembro de 2020.

EDER JUNIOR GONÇALVES - MEI

17.598.428/0001-80

17.598.428/0001-80

EDER JUNIOR GONÇALVES

RUA GONÇALVES MARCELO, 49
BAIRRO SÃO CRISTÓVÃO
85760-000 - CAPANEMA - PR



INDICAÇÃO DE ITENS RELACIONADOS AOS IMÓVEIS SEM BARRACÕES

1422

NOME DA PESSOA JURÍDICA: **EDER JUNIOR GONÇALVES - MEI**

CNPJ: **17.598.428/0001-80**

A proposta constante no envelope lacrado será utilizada como oferta para os imóveis previstos nos seguintes itens, em ordem de preferência:

Item (previsto no Termo de Referência)	**Descrição do imóvel** (previsto no Termo de Referência)
ITEM 09	**Área Industrial II - próximo ao Ginásio de Esportes – Chácara 12A - Setor S.E - Rua Pôr do Sol nº 909**
ITEM 10	**Área Industrial II - próximo ao Ginásio de Esportes – Chácara 12B - Setor S.E - Rua Pôr do sol nº 885**
ITEM 11	**Área Industrial II - próximo ao Ginásio de Esportes – Chácara 12C - Setor S.E - Rua Silvério Ampessan nº 698**
ITEM 12	**Área Industrial II - próximo ao Ginásio de Esportes – Chácara 12D - Setor S.E - Rua Silverio Ampessan nº 676**
ITEM 13	**Área Industrial II - próximo ao Ginásio de Esportes - Chácara 12- E - Setor S.E - Rua Silvério Ampessan nº 652**
ITEM 14	**Área Industrial II – próximo ao Ginásio de Esportes – Chácara 12- F - Setor S.E - Rua Silvério Ampessan n° 634**
ITEM 01	**Área Industrial I - próximo ao trevo saída para São Pedro - Quadra 84B - Lote 02 - Av. Independência nº 2840**
ITEM 02	**Área Industrial III - Saída para São Luiz - Quadra n°80 - Lote 03 - Setor N.O - Rua Paraíba nº 1739**
ITEM 03	**Área Industrial III – Saída para São Luiz - Quadra n°80 - Lote 04 - Setor N.O - Rua Paraíba nº 1767**
ITEM 04	**Área Industrial III - Saída para São Luiz – Quadra n°80 - Lote 05 - Setor N.O – Rua Paraíba nº 1803**
ITEM 05	**Área Industrial III - Saída para São Luiz - Quadra n°80 - Lote 06 - Setor N.O - Rua Paraíba nº 1835**



ITEM 06	**Área Industrial III - Saída para São Luiz - Quadra n° 80 - Lote 07 - Setor N.O - Rua Paraíba nº 1871**
ITEM 07	**Área Industrial III - Saída para São Luiz - Quadra n°80 - Lote 08 - Setor N.O - Rua Paraíba nº 1923**
ITEM 08	**Área Industrial III - Saída para São Luiz - Quadra n°80 - Lote 09 - Setor N.O - Rua Paraíba nº1955**

Fls 123

No caso de a pessoa física ou jurídica se sagrar vencedora em mais de um item, será adjudicado um único imóvel, conforme a ordem de preferência indicada nesta proposta.

Capanema PR, 6 de novembro de 2020.

EDER JUNIOR GONÇALVES - MEI

17.598.428/0001-80

17.598.428/0001-80
EDER JUNIOR GONCALVES
RUA GONÇALVES MARCELO, 49
BAIRRO SÃO CRISTÓVÃO
85760-000 - CAPANEMA - PR



424

CRONOGRAMA

EDER JUNIOR GONÇALVES - ME, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob n° 17.598.428/0001-80, DECLARA, para fins do disposto neste Edital, que o valor do investimento e a execução das obras serão das seguintes maneiras:

Serão investidos R$ 180.000,00 para a construção de um barracão o qual será executado em 6 meses, sendo nos 2 primeiros meses a construção dos alicerces do barracão, no 3° e 4° a parte bruta do barracão e nos 2 últimos meses os acabamentos.

Capanema PR, 9 de novembro de 2020.

EDER JUNIOR GONÇALVES - MEI

17.598.428/0001-80

17.598.428/0001-80
EDER JUNIOR GONÇALVES

RUA GONÇALVES MARCELO, 49
BAIRRO SÃO CRISTÓVÃO
85760-000 - CAPANEMA - PR

IRMÃOS LAGEMANN

CONSTRUTORA E INCORPORADORA CNPJ:07.287.838/0001-57 IE:9033411496

PRODUTO/SERVIÇOS	UNID.	QTDE	UNIT.	TOTAL
PRÉ-MOLDADO 10X15 COM POSTES EM CONCRETO COM ALTURA DE 5MT, ESTRUTURA METALICA VIGA U 100MM, COBERTURA ALU-ZINCO CH 0,43 T-25	M2	150	270,00	40.500,00
MATERIAL DE CONSTRUÇÃO PARA FECHAMEN TO DE PAREDE BARRACÃO 10X15 ALTURA DE 5MT COM TIJOLOS 6 FUROS E VIGAMENTOS COM REVESTIMENTO CHAPISCO COM PISO BRUTO	M2	150	650,00	97.500,00
MÃO DE OBRA FECHAMENTO BARRACÃO DE 10X15 EM ALVENARIA, INSTALAÇÃO ELETRICA E HIDRAULICA	M2	150	270,00	40.500,00

TOTAL 178.500,00

07.287.838/0001-57

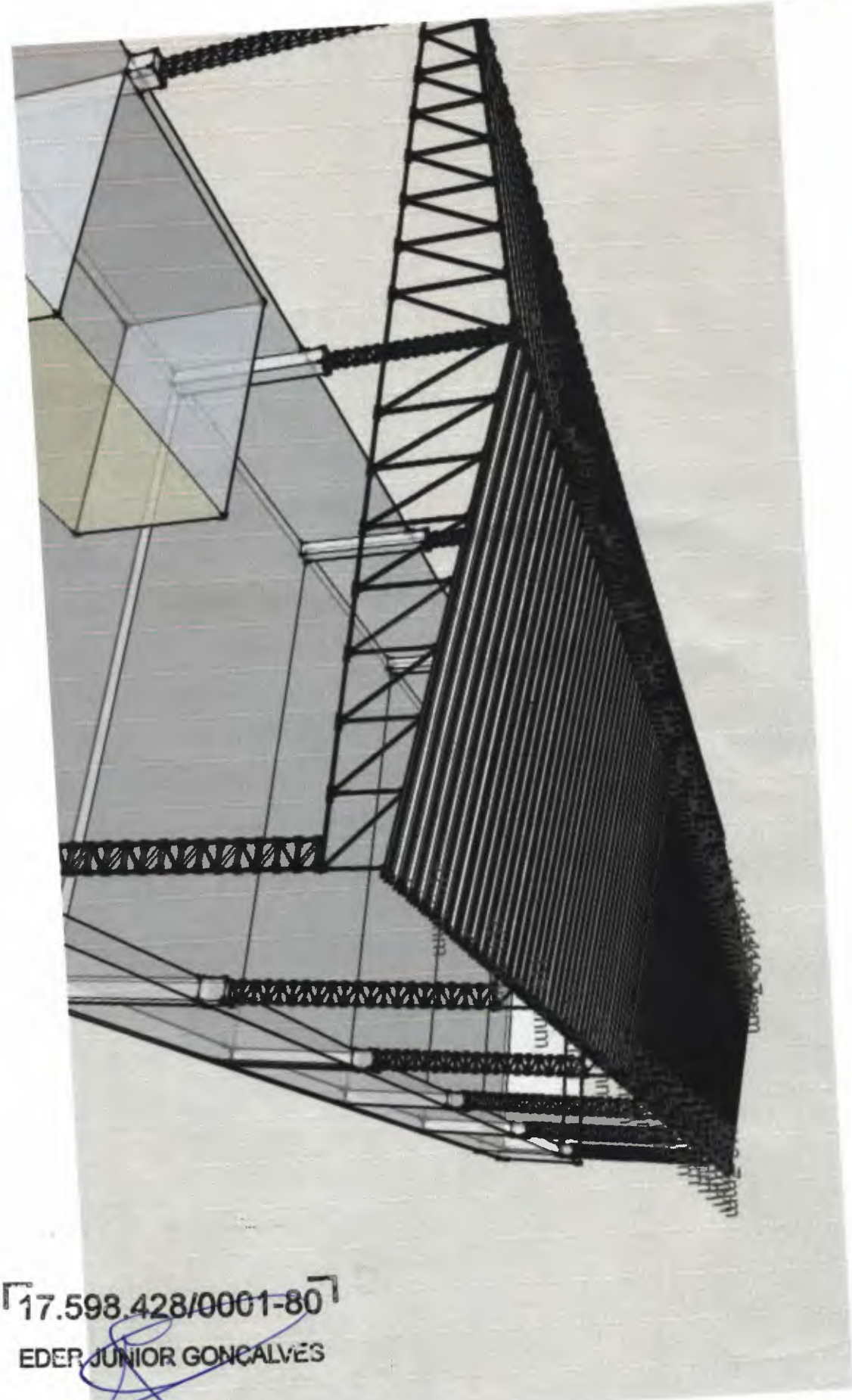
CONSTRUTORA LAGEMANN

RUA OTAVIO FISCHNER 33 SÃO JOSÉ OPERARIO
85760-000 CAPANEMA PARANA

17.598.428/0001-80

EDER JUNIOR GONCALVES

RUA GONÇALVES MARCELO, 49
BAIRRO SÃO CRISTÓVÃO
85760-000 - CAPANEMA - PR



17.598.428/0001-80
EDER JUNIOR GONÇALVES
RUA GONÇALVES MARCELO, 49
BAIRRO SÃO CRISTÓVÃO
85760-000 - CAPANEMA - PR



DECLARAÇÃO DE EMPRESAS PARCEIRAS COM SEDE NO MUNICÍPIO

000427

EDER JUNIOR GONÇALVES - MEI, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob nº 17.598.428/0001-80, DECLARA, para fins do disposto neste Edital, que, que tem vínculo com as seguintes empresas:

1- Materiais de construção Roger e LTDA	**- Materiais diversos**
2- IRMÃO LAGMANN	**- Materiais diversos**
3- Shitz auto elétrica	**- Manutenção**
4- Posto Delta	**- Combustível**
5- Posto Rota do Sol	**- Combustível**
6- Julio Gayardo Materiais de Construção	**- Materiais diversos**
7- Chinelato Materiais de Construção	**- Materiais diversos**
8- Weisheimer Materiais de Construção	**- Materiais diversos**
9- Fachinello Materiais de Construção	**- Materiais diversos**
10- Tintas Norte Sul	**- Tintas**
11- Supermercado Kraemer	**- Produtos para consumo**
12-Supermercado Luersen	**- Produtos para Higiene**
13- Copini Peças	**- Manutenção dos veículos**
14- Oficina do Celso	**- Manutenção dos veículos**
15- Contabilidade Aliança	**- Serviços Contábeis**
16-Lavacar Candioto	**- Lavagem dos veículos**
17- Posto Stop	**- Combustível**
18- Agropecuária Capanema	**- Tela, Botinas e correntes**
19- Agropecuaria Belle	**- Tela, Botinas e correntes**
20- Casa do Colono	**- Tela, Botinas e correntes**
21- Banco do Brasil	**- Conta Bancária**
22- Metalúrgica Colombo	**- Ferros**

Capanema PR, 9 de novembro de 2020.

EDER JUNIOR GONÇALVES - MEI

17.598.428/0001-80

17.598.428/0001-80

EDER JUNIOR GONÇALVES

RUA GONÇALVES MARCELO, 49
BAIRRO SÃO CRISTÓVÃO
85760-000 - CAPANEMA - PR

DECLARAÇÃO

A empresa CONTABILIDADE ALIANÇA, inscrita no CNPJ sob nº 17.034.546/0001-66, com sede em Capanema-Pr, à Av. Independência nº 451, Centro**, DECLARA** para todos os fins e a quem interessar possa, que a empresa EDER JUNIOR GONÇALVES, inscrita no CNPJ sob nº 17.598.428/0001-80, com sede em Capanema-Pr., à Rua Gonçalves Marcelo nº 49, Bairro São Cristóvão, neste ato representada por. EDER JUNIOR GONÇALVES, brasileiro, casado, capaz, empresário, portador do CPF nº 039.456.809-56, residente e domiciliado nesta cidade de Capanema-Pr., à Rua Gonçalves Marcelo nº 49, Bairro São Cristóvão, que prestamos serviços contábeis para a empresa desde 01/2020.

Capanema-Pr, 11 de Novembro 2020.

CONTABILIDADE ALIANÇA

PP/ GRACELIS ALVES DE SIQUEIRA

CPF: 03601580993

Declaração

Declaramos, que a empresa Eder Junior Gonçalves, inscrita no CNPJ nº 17598428/0001-80 estabelecida na RUA Gonçalves Marcelo nº49 bairro São Cristóvão Capanema – PR, é Nosso cliente desde

Declaramos, ainda, que os compromissos assumidos pela empresa foram cumpridos satisfatoriamente, nada constando em nossos arquivos que o desabone comercial ou tecnicamente.

Capanema – PR, 09 de Novembro de 2020.

Aldenir Colombo
09 530 666/0001-26

Sócio - Administrador

Metalúrgica Colombo

000430

Declaração

Declaramos, que a empresa Eder Junior Gonçalves, inscrita no CNPJ nº 17598428/0001-80 estabelecida na RUA Gonçalves Marcelo nº49 bairro São Cristóvão Capanema – PR, é Nosso cliente desde

Declaramos, ainda, que os compromissos assumidos pela empresa foram cumpridos satisfatoriamente, nada constando em nossos arquivos que o desabone comercial ou tecnicamente.

Capanema – PR, 09 de Novembro de 2020.

05.762 047/0001-06
Ferragens e Tintas
Capanema LTDA
Av. Independência 866 Centro
85750-000 Capanema PR

Sócio - Administrador

Declaração

Declaramos, que a empresa Eder Junior Gonçalves, inscrita no CNPJ nº 17598428/0001-80 estabelecida na RUA Gonçalves Marcelo nº49 bairro São Cristóvão Capanema – PR, é Nosso cliente desde

Declaramos, ainda, que os compromissos assumidos pela empresa foram cumpridos satisfatoriamente, nada constando em nossos arquivos que o desabone comercial ou tecnicamente.

Capanema – PR, 09 de Novembro de 2020.

Fachinello - Materiais de Construção Ltda.
Roberto Matteo Fachinello
RG 8.240.940-8 - CPF 046.399.549-05
Av. Brasil, 622 - Capanema - PR

Sócio - Administrador

Declaração

432

Declaramos, que a empresa Eder Junior Gonçalves, inscrita no CNPJ nº 17598428/0001-80 estabelecida na RUA Gonçalves Marcelo nº49 bairro São Cristóvão Capanema – PR, é Nosso cliente desde

Declaramos, ainda, que os compromissos assumidos pela empresa foram cumpridos satisfatoriamente, nada constando em nossos arquivos que o desabone comercial ou tecnicamente.

Capanema – PR, 09 de Novembro de 2020.

23.384.098/0001-23

KROTH E FILHO LTDA

AV BRASIL, 651 - CENTRO
85760-000 - CAPANEMA - PR

Sócio - Administrador

Declaração

Declaramos, que a empresa Eder Junior Gonçalves, inscrita no CNPJ nº 17598428/0001-80 estabelecida na RUA Gonçalves Marcelo nº49 bairro São Cristóvão Capanema – PR, é Nosso cliente desde

Declaramos, ainda, que os compromissos assumidos pela empresa foram cumpridos satisfatoriamente, nada constando em nossos arquivos que o desabone comercial ou tecnicamente.

Capanema – PR, 09 de Novembro de 2020.

07.759.602/0001-76
WEISHEIMER MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA.
AV. BRASIL, 99 - CENTRO
85760-000 - CAPANEMA - PR

Sócio - Administrador

Declaração

Declaramos, que a empresa Eder Junior Gonçalves, inscrita no CNPJ nº 17598428/0001-80 estabelecida na RUA Gonçalves Marcelo nº49 bairro São Cristóvão Capanema – PR, é Nosso cliente desde

Declaramos, ainda, que os compromissos assumidos pela empresa foram cumpridos satisfatoriamente, nada constando em nossos arquivos que o desabone comercial ou tecnicamente.

Capanema – PR, 09 de Novembro de 2020.

Sócio - Administrador

CHINELATO
MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO
CEZAR CHINELATO
CNPJ 75.183.236/0001-00

Declaração

Declaramos, que a empresa Eder Junior Gonçalves, inscrita no CNPJ nº 17598428/0001-80 estabelecida na RUA Gonçalves Marcelo nº49 bairro São Cristóvão Capanema – PR, é Nosso cliente desde

Declaramos, ainda, que os compromissos assumidos pela empresa foram cumpridos satisfatoriamente, nada constando em nossos arquivos que o desabone comercial ou tecnicamente.

Capanema – PR, 09 de Novembro de 2020.

Julio C. Gayardo
RG 7.395.296-4

Sócio - Administrador

136

Declaração

Declaramos, que a empresa Eder Junior Gonçalves, inscrita no CNPJ nº 17598428/0001-80 estabelecida na RUA Gonçalves Marcelo nº49 bairro São Cristóvão Capanema – PR, é Nosso cliente desde

Declaramos, ainda, que os compromissos assumidos pela empresa foram cumpridos satisfatoriamente, nada constando em nossos arquivos que o desabone comercial ou tecnicamente.

Capanema – PR, 09 de Novembro de 2020.

Lucas M. Carvalli

Sócio - Administrador

137

Declaração

Declaramos, que a empresa Eder Junior Gonçalves, inscrita no CNPJ nº 17598428/0001-80 estabelecida na RUA Gonçalves Marcelo nº49 bairro São Cristóvão Capanema – PR, é Nosso cliente desde

Declaramos, ainda, que os compromissos assumidos pela empresa foram cumpridos satisfatoriamente, nada constando em nossos arquivos que o desabone comercial ou tecnicamente.

Capanema – PR, 09 de Novembro de 2020.

05.318.220/0001-81

IRMÃOS LAGEMANN LTDA

RUA OTÁVIO KISCHNER 133 - SÃO JOSÉ OPERÁRIO
85760-000 - CAPANEMA - PARANÁ

Sócio - Administrador

438

Declaração

Declaramos, que a empresa Eder Junior Gonçalves, inscrita no CNPJ nº 17598428/0001-80 estabelecida na RUA Gonçalves Marcelo nº49 bairro São Cristóvão Capanema – PR, é Nosso cliente desde

Declaramos, ainda, que os compromissos assumidos pela empresa foram cumpridos satisfatoriamente, nada constando em nossos arquivos que o desabone comercial ou tecnicamente.

Capanema – PR, 09 de Novembro de 2020.

Sócio - Administrador

CNPJ 32.925.108/0001-81

Declaração

Declaramos, que a empresa Eder Junior Gonçalves, inscrita no CNPJ nº 17598428/0001-80 estabelecida na RUA Gonçalves Marcelo nº49 bairro São Cristóvão Capanema – PR, é Nosso cliente desde

Declaramos, ainda, que os compromissos assumidos pela empresa foram cumpridos satisfatoriamente, nada constando em nossos arquivos que o desabone comercial ou tecnicamente.

Capanema – PR, 09 de Novembro de 2020.

MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO
ROGERI LTDA.
CNPJ 04.[illegible]-27

Fabio Borges da Silva

Sócio - Administrador

para

EDER GONCALVES ME

1 - BANCO DO BRASIL SA

agência 0907 conta 0024781-2

CNPJ 17.598.428/0001-80

identificação no extrato

GRADES

finalidade

01 - Crédito em conta corrente

17.598.428/0001-80

EDER JUNIOR GONCALVES

RUA GONÇALVES MARCELO, 49

SÃO CRISTÓVÃO

85760-000 - CAPANEMA - PR

autenticação

441

Declaração

Declaramos, que a empresa Eder Junior Gonçalves, inscrita no CNPJ nº 17598428/0001-80 estabelecida na RUA Gonçalves Marcelo nº49 bairro São Cristóvão Capanema – PR, é Nosso cliente desde

Declaramos, ainda, que os compromissos assumidos pela empresa foram cumpridos satisfatoriamente, nada constando em nossos arquivos que o desabone comercial ou tecnicamente.

Capanema – PR, 09 de Novembro de 2020.

LAVA CAR
CANDIOTTO

Sócio - Administrador

442

Declaração

Declaramos, que a empresa Eder Junior Gonçalves, inscrita no CNPJ nº 17598428/0001-80 estabelecida na RUA Gonçalves Marcelo nº49 bairro São Cristóvão Capanema – PR, é Nosso cliente desde

Declaramos, ainda, que os compromissos assumidos pela empresa foram cumpridos satisfatoriamente, nada constando em nossos arquivos que o desabone comercial ou tecnicamente.

Capanema – PR, 09 de Novembro de 2020.

COPINI E FILHOS LTDA.
CNPJ 75.581.074/0001-68

Sócio - Administrador

Declaração

Declaramos, que a empresa Eder Junior Gonçalves, inscrita no CNPJ nº 17598428/0001-80 estabelecida na RUA Gonçalves Marcelo nº49 bairro São Cristóvão Capanema – PR, é Nosso cliente desde

Declaramos, ainda, que os compromissos assumidos pela empresa foram cumpridos satisfatoriamente, nada constando em nossos arquivos que o desabone comercial ou tecnicamente.

Capanema – PR, 09 de Novembro de 2020.

09.160.226/0023-30
PETROLEO S.A. - COMERCIO
DE DERIVADOS DE PETROLEO
Rod PR. 163 s/n Km 86,3
85760-000 Capanema PR

Rodrigo Prates
Gerente Comercial

Sócio - Administrador

Declaração

Declaramos, que a empresa Eder Junior Gonçalves, inscrita no CNPJ nº 17598428/0001-80 estabelecida na RUA Gonçalves Marcelo nº49 bairro São Cristóvão Capanema – PR, é Nosso cliente desde

Declaramos, ainda, que os compromissos assumidos pela empresa foram cumpridos satisfatoriamente, nada constando em nossos arquivos que o desabone comercial ou tecnicamente.

Capanema – PR, 09 de Novembro de 2020.

06 202 460/0001-80

CELSO WECKER

São José Operário

PARANÁ

Sócio - Administrador

MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF

GFIP - SEFIP 8.40 (29/03/2020) TABELAS 41.0 (01/03/2020)

DATA: 22/10/2020
HORA: 15:17:27
PAG : 0009

COMPROVANTE DE DECLARAÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER À PREVIDÊNCIA SOCIAL E A OUTRAS ENTIDADES E FUNDOS POR FPAS
EMPRESA

N° ARQUIVO: GrVYpghSnMt0000-7

EMPRESA: EDER JUNIOR GONCALVES N° CONTROLE: NMDQTxyTate0000-6 INSCRIÇÃO: 17.598.428/0001-80

COMP: 10/2020 COD REC: 115 COD GPS: 2100 FPAS: 515 OUTRAS ENT: 0000 SIMPLES: 1 ALIQ RAT: 0,0 FAP: 1,00 RAT AJUSTADO: 0,00

TOMADOR/OBRA: INSCRIÇÃO:

LOGRADOURO: RUA GONCALVES MARCELO 49 CASA BAIRRO: SAO CRISTOVAO CNAE PREPONDERANTE: 4744001

CIDADE: CAPANEMA UF: PR CEP: 85760-000 TELEFONE: 0046-99907353 CNAE: 4744001

APURAÇÃO DO VALOR A RECOLHER:	515	620	744	779	TOTAL
SEGURADO					
Empregados/Avulsos	78,37	0,00	0,00	0,00	78,37
Contribuintes Individuais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EMPRESA					
Empregados/Avulsos	209,00	0,00	0,00	0,00	209,00
Contribuintes Individuais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RAT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RAT - Agentes Nocivos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valores Pagos a Cooperativas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Adicional Cooperativas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comercialização Produção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Evento Desportivo/Patrocínio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECOLHIMENTO COMP ANT - VALOR INSS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Retenção Lei 9.711/98	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Sal. Família/Sal. Maternidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Compensação	177,65	0,00	0,00	0,00	177,65
VALOR A RECOLHER - PREVIDÊNCIA SOCIAL	109,72	0,00	0,00	0,00	109,72
OUTRAS ENTIDADES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECOLH COMP ANT - VALOR OUT ENTID	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VALOR A RECOLHER - OUTRAS ENTIDADES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL A RECOLHER	109,72	0,00	0,00	0,00	109,72

(*) Os valores de retenção, salário-família/salário-maternidade e compensação demonstrados são os efetivamente abatidos.

A DECLARAÇÃO DE DADOS CONSTANTES DESTA GFIP E DO ARQUIVO SEFIP CORRESPONDENTE A CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA, EQUIVALE A CONFISSÃO DE DÍVIDA DOS VALORES DELA DECORRENTES E CONSTITUI(EM)CRÉDITO(S) PASSÍVEL(IS) DE INSCRIÇÃO EM DÍVIDA ATIVA, NA AUSÊNCIA DO OPORTUNO RECOLHIMENTO OU PARCELAMENTO,E CONSEQUENTE EXECUÇÃO JUDICIAL NOS TERMOS DA LEI No 6.830/80.

O EMPREGADOR/CONTRIBUINTE, RENUNCIANDO EXPRESSAMENTE A QUALQUER CONTESTAÇÃO QUANTO AO VALOR E PROCEDÊNCIA DESTA DECLARAÇÃO/DÍVIDA, ASSUME INTEGRAL RESPONSABILIDADE PELA EXATIDÃO DO MONTANTE DECLARADO E CONFESSADO, FICANDO, ENTRETANTO, RESSALVADO A SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL O DIREITO DE APURAR, A QUALQUER TEMPO, A EXISTÊNCIA DE OUTRAS IMPORTANCIAS DEVIDAS NÃO INCLUÍDAS NESTE INSTRUMENTO, AINDA QUE RELATIVAS AO MESMO PERÍODO.

O EMPREGADOR/CONTRIBUINTE RECONHECE QUE A PRESENTE CONFISSÃO DE DÍVIDA NÃO OBRIGA A SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL A EXPEDIR DOCUMENTO COMPROBATÓRIO DA INEXISTÊNCIA DE DÉBITO, SALVO SE SEU CRÉDITO FOR GARANTIDO NA FORMA DOS ARTS. 258 E 259 DO REGULAMENTO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL, APROVADO PELO DECRETO 3.048, DE 12/05/1999, E ALTERAÇÕES POSTERIORES.



fls. 446

DECLARAÇÃO

EDER JUNIOR GONÇALVES - ME, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob n° 17.598.428/0001-80, DECLARA, que atualmente conta com 1 funcionário registrados, conforme demonstrado na GFIP em anexo

Capanema PR, 9 de novembro de 2020.

EDER JUNIOR GONÇALVES - MEI

17.598.428/0001-80

17.598.428/0001-80

EDER JUNIOR GONÇALVES

RUA GONÇALVES MARCELO, 49
BAIRRO SÃO CRISTÓVÃO
85760-000 - CAPANEMA - PR

SIMPLES NACIONAL

Declaração Anual do SIMEI

447

Recibo de Entrega da Declaração Retificadora

Período abrangido pela Declaração: **01/01/2019 a 31/12/2019**

1. Informações do Contribuinte

Nome Empresarial	CNPJ
EDER JUNIOR GONCALVES	**17.598.428/0001-80**
Data da Abertura	Data de Opção pelo SIMEI
13/02/2013	**01/01/2016**

2. Resumo da Declaração

PA	Benefício INSS	INSS	ICMS	ISS	Valor apurado	Valor Pago
01/2019	Não	49,90	-	5,00	54,90	54,90
02/2019	Não	49,90	-	5,00	54,90	54,90
03/2019	Não	49,90	-	5,00	54,90	54,90
04/2019	Não	49,90	-	5,00	54,90	54,90
05/2019	Não	49,90	-	5,00	54,90	54,90
06/2019	Não	49,90	-	5,00	54,90	54,90
07/2019	Não	49,90	-	5,00	54,90	54,90
08/2019	Não	49,90	-	5,00	54,90	54,90
09/2019	Não	49,90	-	5,00	54,90	54,90
10/2019	Não	49,90	-	5,00	54,90	54,90
11/2019	Não	49,90	-	5,00	54,90	54,90
12/2019	Não	49,90	-	5,00	54,90	54,90

3. Informações Socioeconômicas e Fiscais

Valor da receita bruta total de comércio, indústria, transportes intermunicipais e interestaduais e fornecimento de refeições	R$ 10.000,00
Valor da receita bruta total dos serviços prestados de qualquer natureza, exceto transportes intermunicipais e interestaduais	R$ 68.900,00
Receita Bruta Total	R$ 78.900,00
Possuiu empregado durante o período abrangido pela Declaração? Não	

4. Informações da Recepção da Declaração

Data e Horário da Transmissão da Declaração
09/11/2020 14:08:33
Número do Recibo

Eder J. Gonçalves

02072031401645442
Autenticação 17053.59089.84807.28408

SIMPLES NACIONAL

Declaração Anual do SIMEI

Recibo de Entrega da Declaração Retificadora

Período abrangido pela Declaração: **01/01/2018 a 31/12/2018**

1. Informações do Contribuinte

Nome Empresarial	CNPJ
EDER JUNIOR GONCALVES	**17.598.428/0001-80**
Data da Abertura	Data de Opção pelo SIMEI
13/02/2013	**01/01/2016**

2. Resumo da Declaração

PA	Benefício INSS	INSS	ICMS	ISS	Valor apurado	Valor Pago
01/2018	Não	47,70	1,00	5,00	53,70	53,70
02/2018	Não	47,70	1,00	5,00	53,70	53,70
03/2018	Não	47,70	1,00	5,00	53,70	53,70
04/2018	Não	47,70	1,00	5,00	53,70	53,70
05/2018	Não	47,70	1,00	5,00	53,70	53,70
06/2018	Não	47,70	1,00	5,00	53,70	53,70
07/2018	Não	47,70	1,00	5,00	53,70	53,70
08/2018	Não	47,70	1,00	5,00	53,70	53,70
09/2018	Não	47,70	1,00	5,00	53,70	53,70
10/2018	Não	47,70	1,00	5,00	53,70	53,70
11/2018	Não	47,70	1,00	5,00	53,70	53,70
12/2018	Não	47,70	1,00	5,00	53,70	53,70

3. Informações Socioeconômicas e Fiscais

Valor da receita bruta total de comércio, indústria, transportes intermunicipais e interestaduais e fornecimento de refeições	R$ 11.500,00
Valor da receita bruta total dos serviços prestados de qualquer natureza, exceto transportes intermunicipais e interestaduais	R$ 68.100,00
Receita Bruta Total	R$ 79.600,00

Possuiu empregado durante o período abrangido pela Declaração? Não

4. Informações da Recepção da Declaração

Data e Horário da Transmissão da Declaração
09/11/2020 14:10:23
Número do Recibo

02072031401656100
Autenticação 17325.59771.84007.28714

SIMPLES NACIONAL

Declaração Anual do SIMEI

Recibo de Entrega da Declaração Retificadora

Período abrangido pela Declaração: **01/01/2017 a 31/12/2017**

1. Informações do Contribuinte

Nome Empresarial	CNPJ
EDER JUNIOR GONCALVES	**17.598.428/0001-80**
Data da Abertura	Data de Opção pelo SIMEI
13/02/2013	**01/01/2016**

2. Resumo da Declaração

PA	INSS	ICMS	ISS	Valor apurado	Valor Pago
01/2017	46,85	1,00	5,00	52,85	52,86
02/2017	46,85	1,00	5,00	52,85	52,85
03/2017	46,85	1,00	5,00	52,85	52,87
04/2017	46,85	1,00	5,00	52,85	52,86
05/2017	46,85	1,00	5,00	52,85	52,87
06/2017	46,85	1,00	5,00	52,85	52,85
07/2017	46,85	1,00	5,00	52,85	52,86
08/2017	46,85	1,00	5,00	52,85	52,85
09/2017	46,85	1,00	5,00	52,85	25,75
10/2017	46,85	1,00	5,00	52,85	-
11/2017	46,85	1,00	5,00	52,85	-
12/2017	46,85	1,00	5,00	52,85	-

3. Informações Socioeconômicas e Fiscais

Valor da Receita Bruta Total (comércio, indústria e serviços de qualquer natureza)	Valor das receitas referentes às atividades de comércio, indústria e serviço de transporte intermunicipal e interestadual
58.700,00	**0,00**
Possuiu empregado durante o período abrangido pela Declaração? Não	

4. Informações da Recepção da Declaração

Data e Horário da Transmissão da Declaração
09/11/2020 14:01:46
Número do Recibo
02072031401607036
Autenticação

Eder J. Gonçalves

17370.59404.84669.28122

ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Prefeitura Municipal de Capanema
Atestico que este documento é cópia fiel do original.
Capanema, 12/12/2022
Jeandre

HISTÓRICO ESCOLAR

ENSINO DE 1º GRAU

REGULAR

Colégio Estadual Padre Cirilo
Ensino Fundamental e Médio
AV. PARANÁ, S/N
FONE (046) 552-1421
CAPANEMA — PARANÁ

CARIMBO DO ESTABELECIMENTO

ESTABELECIMENTO: Colégio Estadual Padre Cirilo - Ensino de 1º e 2º Graus

MUNICÍPIO: Capanema | N.R.E.: Francisco Beltrão

ENTIDADE MANTENEDORA: Governo do Estado do Paraná

ATOS OFICIAIS	AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO DO ESTABELECIMENTO	RECONHECIMENTO DO ESTABELECIMENTO	RECONHECIMENTO DO CURSO
	DEC.5703/78 DOE.27/10/78	RES.2638/81 DOE.04/12/81	RES.2638/81 DOE.04/12/81
	ATO (nº e data)	ATO (nº e data)	ATO (nº e data)

ALUNO: Eder Junior Gonçalves | R.G.: 8.233.980-9

SEXO	DATA DE NASCIMENTO	MUNICÍPIO	ESTADO
M.	27/06/68	Nova Andradina	MS

NACIONALIDADE: brasileira

FILIAÇÃO
PAI:
MÃE: Jacira Gonçalves

CURRÍCULO PLENO

SÉRIES	NÚCLEO COMUM: PORTUGUÊS	MATEMÁTICA	EST. SOCIAIS: EST. SOCIAIS ou HISTÓRIA	GEOGRAFIA	O S P B	CIÊNCIAS: INICIAÇÃO ÀS CIÊNCIAS	CIÊNCIAS FÍS. E BIOL.	ART. 7º: ED. MORAL E CÍVICA	ED. FÍSICA	ED. ARTÍSTICA	PROGRAMAS DE SAÚDE	ENSINO RELIGIOSO	PARTE DIVERSIFICADA: Iniciação para o Trabalho						RESULTADO	ESTABELECIMENTO	MUNICÍPIO	ESTADO	ANO
1ª	Ciclo		Bás. Alfab					Dec. 2545/83				–							Ap	E.E.Padre Cirilo-Ens.1º Grau	Capanema	Pr	86
2ª	Ciclo		Bás. Alfab					Dec. 2545/83				–							Ap	E.E.Padre Cirilo-Ens.1º Grau	Capanema	Pr	86
3ª	67	76	75	–	–		76		–	–	–	–	–						Ap	E.M.Claudino Luiz Iva-1º G	Capanema	Pr	86
4ª	80	76	71	–	–		75		–	–	–	–	–						Ap	E.M.Claudino Luiz Iva-1º G	Capanema	Pr	86
5ª	6,5	6,6	–	7,3	7,1	–		6,2	*2	6,0	7,2	*3	–	7,7	*4				Ap	E.E.Ie.Cirilo-Ens.1ºe2º Grau	Capanema	Pr	87
6ª	5,5	7,7	–	5,5	6,7	–		5,5	–	5,2	7,1	*3	–	5,7	*4				Ap	E.E.Ie.Cirilo-Ens.1ºe2º Grau	Capanema	Pr	87
7ª	5,3	6,6	–	6,5	6,7	–		6,1	–	5,3	6,8	*3	–	6,1	*4				Ap	E.E.Ie.Cirilo-Ens.1ºe2º Grau	Capanema	Pr	87
8ª	6,2	6,0	–	5,6	6,9	–		6,4	–	5,5	7,3	*3	–	6,4	*4				Ap	E.E.Ie.Cirilo-Ens.Fund.e Médio	Capanema	Pr	96

LEGENDA:
*1 – Resultado contido em Comunicação e Expressão (válido até 1987)
*2 – Resultado contido em Estudos Sociais ou História
*3 – Resultado contido em Ciências
*4 – Preparação para o Trabalho inserida no contexto curricular como um todo.

Eder

Até 1987, inclusive

A) de 1ª a 4ª série – Língua Portuguesa, Educação Física e Educação Artística integravam a Área de Comunicação e Expressão
– a matéria Estudos Sociais era denominada integração Social
– a Área de Ciências incluía, também, Matemática.

B) de 5ª a 8ª série: a disciplina Português era denominada Língua Portuguesa.

A partir de 1989, inclusive, na conformidade da Deliberação nº 012/88–CEE:

A) a aprovação no Art. 7º:
a) de 1ª a 4ª série: decorre apenas da apuração da assiduidade
b) de 5ª a 8ª série: obedece aos dispositivos regimentais do estabelecimento;

B) a aprovação na Preparação para o Trabalho (5ª a 8ª série), quando não inserida no contexto curricular como um todo, decorre apenas da apuração da assiduidade;

C) os componentes curriculares que não forem objeto de reprovação não terão registro de notas ou menções na documentação escolar.

OBSERVAÇÕES COMPLEMENTARES

Autorizado realizados os termos da Lei nº 569/71 e Lei nº 9394/96.
Colégio Estadual Padre Cirilo Bonino de 1º e 2º Graus, passou a denominar-se Colégio Estadual Padre Cirilo Bonino Fundamental e Médio, conforme Resolução nº 1.120/98 D.O.E. de 11/08/98.
Capanema, 28 de dezembro de 1998.

SÍNTESE DO SISTEMA DE AVALIAÇÃO

Frequência	Rendimento	Resultado
75% a 100%	5,0 ou +	Aprovado
50% a 74%	+ de 8,0	Aprovado
50% a 74%	5,0 ou c/ Melhoria	Aprovado Após Recuperação
– de 50%	Qualquer	Reprovado
Qualquer	– de 5,0	Reprovado

SÍNTESE DO SISTEMA DE AVALIAÇÃO

Frequência	[illegible]	[illegible]
[illegible] 75%	[illegible] ou +	[illegible] Reprovado
Qualquer	– 5,0	Reprovado

Maria [illegible]
Secretária
Dec. [illegible]

CERTIFICADO DE CONCLUSÃO DO ENSINO DE 1º GRAU

CERTIFICAMOS QUE Eder Junior Gonçalves

R.G. Nº 5.233.980-9 DE NACIONALIDADE brasileira

NASCID a EM 27 DE julho DE 19 82 EM Nova Andradina

ESTADO Mato Grosso do Sul CONCLUIU, NESTE ESTABELECIMENTO, O ENSINO DE 1º GRAU,

DE ACORDO COM A LEI nº 5 692, DE 11 DE AGOSTO DE 1971, E NORMAS DO SISTEMA ESTADUAL DE ENSINO.

Capanema 28 DE dezembro DE 19 98

SECRETÁRIO (nome e assinatura)
ATO/ANO DESIGNAÇÃO

Maria [illegible]
Secretária
Dec. [illegible]

DIRETOR (nome e assinatura)
ATO/ANO DESIGNAÇÃO

Dulce [illegible]
Diretora
Dec. [illegible]

ÓRGÃO / SEED / NRE

PARANÁ
Secretaria de Estado da Educação
NRE CAPANEMA

Município de Capanema
Conforme documento(s)
[illegible] série(s)
[illegible]

[illegible] AUTENTICIDADE
[illegible] de [illegible] de 19[illegible]

Elaine M. S. da Silva
Port. nº 150/97 – RG 1.824.150-1
Coord. Documentação Escolar

Prefeitura Municipal de Capanema
Certifico que este documento é cópia fiel do original.
Capanema, 11/11/2020

451

000454

000455

Prefeitura Municipal de Capanema
Certifico que este documento é cópia fiel do original.
Capanema, 12 / 12 / 2022

ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

HISTÓRICO ESCOLAR

ENSINO MÉDIO

Colégio Estadual Padre Cirilo
Ensino Fundamental e Médio
AV. PARANÁ, S/N
FONE: (0xx46) 552 1421
85.760-000 - CAPANEMA - PR

CARIMBO DO ESTABELECIMENTO

ESTABELECIMENTO: COLÉGIO ESTADUAL PADRE CIRILO-ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO
MUNICÍPIO: CAPANEMA — NRE: FRANCISCO BELTRÃO
ENTIDADE MANTENEDORA: GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ

AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO DO ESTABELECIMENTO	RECONHECIMENTO DO ESTABELECIMENTO	RECONHECIMENTO DO CURSO
DEC.Nº5703/78 D.O.E. 27/10/78	RES.Nº2636/81 D.O.E. 04/12/81	RES.Nº4852/96 D.O.E. 03/01/97
ATO (nº/ano - DOE data)	ATO (nº/ano - DOE data)	ATO (nº/ano - DOE data)

ALUNO: Eder Junior Gonçalves — CÓDIGO: 161204250

SEXO	DATA DE NASCIMENTO	MUNICÍPIO	UF	RG	UF
M	27/08/1982	Nova Andradina	MS	8.233.980-9	Pr

NACIONALIDADE: Brasileira — FILIAÇÃO: PAI: — MÃE: Jacira Gonçalves

DISCIPLINAS	BASE NACIONAL COMUM: LÍNGUA PORTUGUESA E LITERATURA	ARTE	EDUCAÇÃO FÍSICA	MATEMÁTICA	FÍSICA	QUÍMICA	BIOLOGIA	HISTÓRIA	GEOGRAFIA	FILOSOFIA	SOCIOLOGIA				PARTE DIVERSIFICADA: L.E.M. INGLÊS	REDAÇÃO											CARGA HORÁRIA: TOTAL DE HORAS - AULA	TOTAL DE HORAS	COMPLEMENTAÇÃO DE ESTUDOS	TOTAL GERAL DE HORAS (CAMPOS 1 E 2)	RESULTADO
																											1	2			
TOTAL DA CARGA HORÁRIA DO CURSO POR DISCIPLINA	360	40	240	360	240	240	240	280	240	80	40				240	40											2640	2000	400	2400	
1ª SÉRIE — NOTAS OU MENÇÕES	5.5	-	OP	6.4	5.5	5.0	6.3	5.9	5.0	5.1	-				5.4	-											800	667	133	800	AP
1ª SÉRIE — CARGA HORÁRIA	120	-	80	120	80	80	80	120	80	40	-				80	-															
1ª SÉRIE — ANO 2000 — ESTABELECIMENTO: Colégio Estadual Padre Cirilo-Ensino Fundamental e Médio — Município: Capanema — UF: Paraná — CURSO: Ensino Médio — LEI Nº 9394/96																															
2ª SÉRIE — NOTAS OU MENÇÕES																											800	667	133	800	-
2ª SÉRIE — CARGA HORÁRIA	120	40	80	120	80	80	80	80	80	40	-				80	-															
2ª SÉRIE — ANO — ESTABELECIMENTO — Município — UF — CURSO — LEI Nº																															
3ª SÉRIE — NOTAS OU MENÇÕES																											800	667	133	800	-
3ª SÉRIE — CARGA HORÁRIA	120	-	80	120	80	80	80	80	80	-	40				80	40															
3ª SÉRIE — ANO — ESTABELECIMENTO — Município — UF — CURSO — LEI Nº																															

Capanema, 24 de agosto de 2000
LOCAL E DATA

SECRETÁRIO (nome e assinatura) — MARLI INÊS MARKUS
ATO (nº/ano - DOE data) — PORTARIA Nº 232/98 D.O.E. 23/03/98

DIRETOR (nome e assinatura) — DULCE R. K. PIRES
ATO (nº/ano - DOE data) — RES. Nº 4285/97 D.O.E. 20/01/98

O PRESENTE DOCUMENTO NÃO CONTÉM EMENDAS NEM RASURAS

ISENTO DE RECONHECIMENTO DE FIRMA

SÍNTESE DO SISTEMA DE AVALIAÇÃO

SÍNTESE DO SISTEMA DE AVALIAÇÃO		
Frequência	Rendimento	Aprovado
75% a 100%	5,0 ou +	Aprovado
-75%	Qualquer	Reprovado
Qualquer	- 5,0	Reprovado

OBSERVAÇÕES

Estudos realizados nos termos da Lei nº 5692/71 e da Lei nº 9394/96

OP - optou por frequentar Educação Física

Capaneme, 24 de agosto 2000

CERTIFICADO DE CONCLUSÃO DO ENSINO MÉDIO

CERTIFICAMOS QUE _____

R.G. Nº _____ UF ____ DE NACIONALIDADE _____

NASCID ____ EM ____ DE _____ DE _____ EM _____

ESTADO _____ CONCLUIU, NESTE ESTABELECIMENTO, O ENSINO MÉDIO, NOS TERMOS DA LEI

_____ E NORMAS COMPLEMENTARES DO SISTEMA ESTADUAL DE ENSINO.

_____, ____ DE _____ DE _____

_____ _____

SECRETÁRIO (nome e assinatura)
ATO (nº/ano - DOE data)

DIRETOR (nome e assinatura)
ATO (nº/ano - DOE data

ÓRGÃO/SEED/NRE

SEED/CDE - 1034

Prefeitura Municipal de Capanema
Certifico que esta documento é cópia fiel
do original.
Capanema, 22/11/2000

456

Município de Capanema - PR

LICITANTE: Eder Junior: Terreno

CRITÉRIO	PROPOSTA/PONTOS	PONTOS	PESO	PROPOSTA	SOMATÓRIO DA PONTUAÇÃO DA PROPOSTA
Empregabilidade (em número de empregos diretos a serem gerados)	2 pontos por emprego gerado	Até 100	0,3	12,00	7,20
Valor do Investimento privado no empreendimento a ser instalado no imóvel R$	Até 20.000,00	5	0,2		0,00
	De 20.001,00 a 40.000,00.	10	0,2		0,00
	40.001,00 a 60.000,00.	15	0,2		0,00
	60.001,00 a 80.000,00	20	0,2		0,00
	Acima de 80.000,00, a cada 20.000,00 acrescenta 5 pontos.	até 100	0,2	45,00	9,00
Prazo construção da infraestrutura e aplicação total dos investimentos (critério exclusivo para terrenos)	Até 6 meses	100	0,2	100,00	20,00
	De 6 a 12 meses	80	0,2		0,00
	De 13 a 18 meses	60	0,2		0,00
	De 19 a 24 meses	40	0,2		0,00
Prazo para aplicação total dos investimentos (critério exclusivo para barracões)	Até 4 meses	100	0,2		0,00
	De 5 a 8 meses	80	0,2		0,00
	De 9 a 12 meses	60	0,2		0,00
	De 13 a 16 meses	40	0,2		0,00
	De 17 a 20 meses	20	0,2		0,00
	De 21 a 24 meses	10	0,2		0,00
Faturamento anual da pessoa jurídica R$	Até 80.001,00.	10	0,1	10,00	1,00
	de 80.001,00 a 150.000,00.	20	0,1		0,00
	150.001,00 a 200.000,00.	30	0,1		0,00
	200.001,00 a 250.000,00.	40	0,1		0,00
	250.001,00 a 300.000,00	50	0,1		0,00
	Acima de 300.000,00, a cada 50.000,00 acrescenta 10 pontos.	até 100	0,1		0,00
Tempo de constituição da empresa em Capanema OU tempo de residência do sócio majoritário da empresa OU da pessoa física em Capanema	5 pontos por ano	até 100	0,1	100,00	10,00
Capacidade do empreendimento gerar uma cadeia de produção e/ou empregos indiretos no Município de Capanema/PR	Aquisição de matéria-prima de pessoas físicas ou jurídicas residentes ou sediadas no Município de Capanema.	2 pontos para cada indicação, até 100	0,1	10,00	2,00
			TOTAL		**49,20**

Município de Capanema - PR

LICITANTE: Eder Junior: Barracão

CRITÉRIO	PROPOSTA/PONTOS	PONTOS	PESO	PROPOSTA	SOMATÓRIO DA PONTUAÇÃO DA PROPOSTA
Empregabilidade (em número de empregos diretos a serem gerados)	2 pontos por emprego gerado	Até 100	0,3	12,00	7,20
Valor do Investimento privado no empreendimento a ser instalado no imóvel R$	Até 20.000,00	5	0,2		0,00
	De 20.001,00 a 40.000,00.	10	0,2	10,00	2,00
	40.001,00 a 60.000,00.	15	0,2		0,00
	60.001,00 a 80.000,00	20	0,2		0,00
	Acima de 80.000,00, a cada 20.000,00 acrescenta 5 pontos.	até 100	0,2		0,00
Prazo construção da infraestrutura e aplicação total dos investimentos (critério exclusivo para terrenos)	Até 6 meses	100	0,2		0,00
	De 6 a 12 meses	80	0,2		0,00
	De 13 a 18 meses	60	0,2		0,00
	De 19 a 24 meses	40	0,2		0,00
Prazo para aplicação total dos investimentos (critério exclusivo para barracões)	Até 4 meses	100	0,2	100,00	20,00
	De 5 a 8 meses	80	0,2		0,00
	De 9 a 12 meses	60	0,2		0,00
	De 13 a 16 meses	40	0,2		0,00
	De 17 a 20 meses	20	0,2		0,00
	De 21 a 24 meses	10	0,2		0,00
Faturamento anual da pessoa jurídica R$	Até 80.001,00.	10	0,1	10,00	1,00
	de 80.001,00 a 150.000,00.	20	0,1		0,00
	150.001,00 a 200.000,00.	30	0,1		0,00
	200.001,00 a 250.000,00.	40	0,1		0,00
	250.001,00 a 300.000,00	50	0,1		0,00
	Acima de 300.000,00, a cada 50.000,00 acrescenta 10 pontos.	até 100	0,1		0,00
Tempo de constituição da empresa em Capanema OU tempo de residência do sócio majoritário da empresa OU da pessoa física em Capanema	5 pontos por ano	até 100	0,1	100,00	10,00
Capacidade do empreendimento gerar uma cadeia de produção e/ou empregos indiretos no Município de Capanema/PR	Aquisição de matéria-prima de pessoas físicas ou jurídicas residentes ou sediadas no Município de Capanema.	2 pontos para cada indicação, até 100	0,1	10,00	2,00
			TOTAL		42,20

FERRAGENS E TINTAS CAPANEMA EIRELI

05.762.047/0001-06

ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 01
FERRAGENS E TINTAS CAPANEMA EIRELI
CNPJ: 05.762.047/0001-06
NIRE: 41600749103

TATIANE MORETTI SEBEN, brasileira, maior, Empresária, casada sob Regime de Comunhão Parcial de Bens, nascida na cidade de Realeza, Estado do Paraná em 10/01/1978, inscrita o Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 018.464.459-30, portadora da Cédula de Identidade Civil Registro Geral sob nº 6.780.201-2 SSP PR de 14/06/2004, residente e domiciliada na cidade de Capanema, Estado do Paraná, à Rua Pernambuco, 1181, Centro, CEP: 85.760-000. Unica sócia da empresa **FERRAGENS E TINTAS CAPANEMA EIRELI**, com sede e domicílio na Rua Pernambuco, 1181, Bairro Centro, na Cidade de Capanema, Estado do Paraná, inscrita na Junta Comercial do Estado do Paraná, sob NIRE Nº 41600749103 e no CNPJ sob nº 05.762.047/0001-06, data de constituição 15/07/2003, resolve na melhor forme de direito e consoante com o artigo 1033 e 980-A da Lei nº 10406/02 e em conformidade com a Lei 12.441/2011, alterar e consolidar o Contrato Social da empresa, conforme cláusulas seguintes:

CLAUSULA PRIMEIRA: Fica rerratificado que o endereço da empresa na transformação de sociedade limitada para EIRELI, alteração 04, na data de 14/08/2018, onde se diz na Rua Pernambuco, 1181, sala 01, Bairro Centro, na Cidade de Capanema, Estado do Paraná, é na Rua Pernambuco, 1231, sala 01, Bairro Centro, na Cidade de Capanema, Estado do Paraná.

CLAUSULA SEGUNDA: Permanecem inalteradas as demais cláusulas que não colidirem com as disposições do presente instrumento de alteração contratual.

FERRAGENS E TINTAS CAPANEMA EIRELI
CNPJ: 05.762.047/0001-06
NIRE: 41600749103
CONSOLIDAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL

TATIANE MORETTI SEBEN, brasileira, maior, Empresária, casada sob Regime de Comunhão Parcial de Bens, nascida na cidade de Realeza, Estado do Paraná em 10/01/1978, inscrita o Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 018.464.459-30, portadora da Cédula de Identidade Civil Registro Geral sob nº 6.780.201-2 SSP PR de 14/06/2004, residente e

JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ

CERTIFICO O REGISTRO EM 31/08/2018 09:40 SOB Nº 20184871298.
PROTOCOLO: 184871298 DE 28/08/2018. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11803640639. NIRE: 41600749103.
FERRAGENS E TINTAS CAPANEMA EIRELI

Libertad Bogus
SECRETÁRIA-GERAL
CURITIBA, 31/08/2018
www.empresafacil.pr.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais
Informando seus respectivos codigos de verificação

ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 01
FERRAGENS E TINTAS CAPANEMA EIRELI
CNPJ: 05.762.047/0001-06
NIRE: 41600749103

domiciliada na cidade de Capanema, Estado do Paraná, à Rua Pernambuco, 1181, Centro, CEP: 85.760-000. Unica sócia da empresa **FERRAGENS E TINTAS CAPANEMA EIRELI**, com sede e domicilio na Rua Pernambuco, 1231, sala 01, Bairro Centro, na Cidade de Capanema, Estado do Paraná, inscrita na Junta Comercial do Estado do Paraná, sob NIRE Nº 41600749103 e no CNPJ sob nº 05.762.047/0001-06, data de constituição 15/07/2003, resolve na melhor forme de direito e consoante com o artigo 1033 e 980-A da Lei nº 10406/02 e em conformidade com a Lei 12.441/2011, consolidar o Contrato Social da empresa, conforme cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – A empresa Individual de Responsabilidade Limitada – EIRELI gira sob o nome empresarial de **FERRAGENS E TINTAS CAPANEMA EIRELI**, início das atividades do dia 20/07/2003, CNPJ sob nº 05.762.047/0001-06.

CLÁUSULA SEGUNDA – A EIRELI está enquadrada na condição de MICROEMPRESA, nos termos da Lei Complementar 123/2006.

CLÁSULA TERCEIRA – A sociedade tem a sua sede, na cidade de Capanema, Estado do Paraná, à Rua Pernambuco, 1231, Sala 01, Centro, CEP: 85.760-000, que é seu domicilio, podendo, a qualquer tempo, a critério de seu titular, abrir ou fechar filiais em qualquer parte do território Nacional.

CLÁUSULA QUARTA – O objeto social da **EIRELI** é: Comercio varejista de tintas e materiais para pintura, sob CNAE 4741/5-00, Comércio varejista de materiais de construção em geral, sob CNAE 4744/0-99, Transporte Rodoviário de Carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional, sob CNAE 4930/2-02, Comércio varejista de artigos de uso pessoal e doméstico, sob CNAE 4759/8-99 e Comércio varejista de artigos para decoração, sob CNAE 4789/0-99.

CLÁUSULA QUINTA – O prazo de duração da **EIRELI** é de tempo indeterminado e o início das operações sociais, para todos os efeitos, é a data de registro do instrumento constitutivo em 15/07/2003. É garantida a continuidade da pessoa jurídica diante do impedimento por força maior ou

JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ

CERTIFICO O REGISTRO EM 31/08/2018 09:40 SOB Nº 20184871298.
PROTOCOLO: 184871298 DE 28/08/2018. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11803640639. NIRE: 41600749103.
FERRAGENS E TINTAS CAPANEMA EIRELI

Libertad Bogus
SECRETARIA-GERAL
CURITIBA, 31/08/2018
www.empresafacil.pr.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais
Informando seus respectivos códigos de verificação

ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 01
FERRAGENS E TINTAS CAPANEMA EIRELI
CNPJ: 05.762.047/0001-06
NIRE: 41600749103

impedimento temporário ou permanente do titular, podendo a empresa ser alterada para atender uma nova situação.

CLÁUSULA SEXTA O capial social da **EIRELI** na importância de R$ 150.000,00 (cento e cinquenta– mil reais) divididos em 150.000,00 (cento e cinquenta mil) quotas de valor nominal R$ 1,00 (um real), o qual está totalmente integralizado, em moeda corrente do País.

TITULAR	**QUOTAS**	**%**	**CAPITAL R$**
TATIANE MORETTI SEBEN	150.000	100%	R$ 150.000,00
TOTAL	**150.000**	**100%**	**R$ 150.000,00**

CLÁUSULA SÉTIMA – A responsabilidade da titular é limitada ao capital integralizado da empresa que será regida pelo regime jurídico da empresa Limitada e supletivamente pela lei da Sociedade Anônima.

CLÁUSULA OITAVA – A administração da **EIRELI** caberá a titular **TATIANE MORETTI SEBEN**, dispensado de caução, a que caberá dentre outras atribuições, a representação ativa e passiva, judicial e extrajudicial, desta **EIRELI**, sendo a responsabilidade da titular limitada ao capital integralizado.

Parágrafo Único – Faculta – se a administradora, nos limites de seus poderes, constituir procuradores em nome da EIRELI, devendo ser especificado no instrumento de mandato, os atos e operações que poderão praticar e a duração do mandato, que no caso de mandato judicial, poderá ser por prazo indeterminado.

CLÁUSULA NONA - O término de cada exercício social será encerrado em 31 de dezembro do ano civil, com a apresentação do balanço patrimonial e resultado econômico do ano fiscal, cabendo a titular, os lucros ou perdas apuradas.

CLÁUSULA DÉCIMA - Falecendo ou interditada a titular da **EIRELI**, a empresa continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possivel ou inexistindo interesse destes, o valor de seus haveres será

JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ

CERTIFICO O REGISTRO EM 31/08/2018 09:40 SOB Nº 20184871298.
PROTOCOLO: 184871298 DE 28/08/2018. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11803640639. NIRE: 41600749103.
FERRAGENS E TINTAS CAPANEMA EIRELI

Libertad Bogus
SECRETARIA-GERAL
CURITIBA, 31/08/2018
www.empresafacil.pr.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, Informando seus respectivos codigos de verificação

ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 01
FERRAGENS E TINTAS CAPANEMA EIRELI
CNPJ: 05.762.047/0001-06
NIRE: 41600749103

apurado e liquidado com base na situação patrimonial da empresa, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

Parágrafo único - O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a **EIRELI** se resolva em relação a seu titular.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - A Administradora declara, sob as penas da lei, de que não está impedida, por lei especial, e nem condenada ou que se encontra sob os efeitos de condenação, que a proíba de exercer a administração desta **EIRELI**, bem como não está impedida, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos ou crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade. (Artigo 1.011, § 1º, CC/2002).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – Declara a titular da **EIRELI**, para os devidos fins e efeitos de direito, que o mesmo não participa de nenhuma outra empresa, pessoa jurídica dessa modalidade.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – A titular fará jus a uma retirada mensal a título de pró-labore a ser fixada anualmente, cuja importância, e de acordo com a legislação do Imposto de Renda, será contabilizada como despesa de administração da sociedade.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - A titular elege o Foro da Comarca de Capanema, Estado do Paraná, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ

CERTIFICO O REGISTRO EM 31/08/2018 09:40 SOB Nº 20184871298.
PROTOCOLO: 184871298 DE 28/08/2018. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11803640639. NIRE: 41600749103.
FERRAGENS E TINTAS CAPANEMA EIRELI

Libertad Bogus
SECRETARIA-GERAL
CURITIBA, 31/08/2018
www.empresafacil.pr.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.
Informando seus respectivos códigos de verificação

464

ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 01
FERRAGENS E TINTAS CAPANEMA EIRELI
CNPJ: 05.762.047/0001-06
NIRE: 41600749103

E por estar assim justo e decidido, lavra, data e assina o presente instrumento particular de constituição da Empresa Individual de Responsabilidade Limitada, **EIRELI**, elaborado em via única, para que valha a melhor forma do direito, sendo esta via destinados ao registro e arquivamento na Junta Comercial do Estado do Paraná, devidamente rubricadas pela Titular, obrigando-se fielmente pôr si e seus herdeiros a cumpri-lo em todos os seus termos.

Capanema, 24 de agosto de 2018

TATIANE MORETTI SEBEN

Titular Pessoa Fisica

CPF: 018.464.459-30

JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ

CERTIFICO O REGISTRO EM 31/08/2018 09:40 SOB Nº 20184871298.
PROTOCOLO: 184871298 DE 28/08/2018. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11803640639. NIRE: 41600749103.
FERRAGENS E TINTAS CAPANEMA EIRELI

Libertad Bogus
SECRETARIA-GERAL
CURITIBA, 31/08/2018
www.empresafacil.pr.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.
Informando seus respectivos códigos de verificação

TABELIONATO DE NOTAS - CAPANEMA - PR (46)3552.3710
Selo Digital: br5Ic Hyl7F RHJbA, Controle: szHb vJqNO
Consulte esse selo em http://funarpen.com.br
Reconheço por VERDADEIRA a assinatura indicada de TATIANE MORETTI SEBEN. Dou fé. Capanema-PR, 27 de agosto de 2018.
Em Test.: da verdade
Daniela Ribeiro do Carmo - Escrevente

CERTIFICO O REGISTRO EM 31/08/2018 09:40 SOB Nº 20184871298.
PROTOCOLO: 184871298 DE 28/08/2018. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11803640639. NIRE: 41600749103.
FERRAGENS E TINTAS CAPANEMA EIRELI

Libertad Bogus
SECRETÁRIA-GERAL
CURITIBA, 31/08/2018
www.empresafacil.pr.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.
Informando seus respectivos códigos de verificação

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
E ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DO PARANÁ

RG: 6.780.201-2

POLEGAR DIREITO



ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL: **6.780.201-2** DATA DE EXPEDIÇÃO: 11/02/2019

NOME: **TATIANE MORETTI SEBEN**

FILIAÇÃO: IVO ANTONIO MORETTI
MARIA CLEDES MORETTI

466

NATURALIDADE: REALEZA/PR DATA DE NASCIMENTO: 10/01/1978

DOC. ORIGEM: COMARCA=REALEZA/PR, DA SEDE
C.CAS=292, LIVRO=2BAUX, FOLHA=145

CPF: 018.464.459-30

CURITIBA/PR

MARCUS VINICIUS DA COSTA BICHELOTTO
DIRETOR

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

Prefeitura Municipal de Capanema
Certifico que este documento é cópia fiel
do original.
Capanema, 11/08/2020

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
05.762.047/0001-06 **MATRIZ**		**15/07/2003**

NOME EMPRESARIAL
FERRAGENS E TINTAS CAPANEMA EIRELI

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
TINTAS NORTE SUL	**ME**

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
47.41-5-00 - Comércio varejista de tintas e materiais para pintura

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
47.44-0-99 - Comércio varejista de materiais de construção em geral
47.59-8-99 - Comércio varejista de outros artigos de uso pessoal e doméstico não especificados anteriormente
47.89-0-99 - Comércio varejista de outros produtos não especificados anteriormente
49.30-2-02 - Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
230-5 - Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (de Natureza Empresári

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
R PERNAMBUCO	**1231**	**SALA 01**

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
85.760-000	**CENTRO**	**CAPANEMA**	**PR**

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
	(46) 3552-3073

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	**17/01/2004**

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **06/11/2020** às **16:47:18** (data e hora de Brasília). Página: **1/1**

409468

Município de Capanema

ESTADO DO PARANÁ
75.972.760/0001-60
AV GOV.PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA, 1080 - CENTRO - CAPANEMA - PR

ALVARÁ Nº 123/2003

O Município de Capanema, conforme protocolo nº PRP1829103949 de 31 de Agosto de 2018 concede alvará de licença para localização a:

Nome: **FERRAGENS E TINTAS CAPANEMA EIRELI**
CNPJ/CPF: 05.762.047/0001-06 **Inscrição Municipal:** 24511
Nome Fantasia: TINTAS NORTE SUL

Localização: R PERNAMBUCO, 1231 - SALA 01 - CENTRO CEP: 85760000 Capanema - PR

Atividades
4741-5/00 - Comércio varejista de tintas e materiais para pintura.
4930-2/02 - Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional.
4744-0/99 - Comércio varejista de materiais de construção em geral.
4759-8/99 - Comércio varejista de outros artigos de uso doméstico não especificados anteriormente.
4789-0/99 - Comércio varejista de outros produtos não especificados anteriormente.

Horário de funcionamento Comercio e prestadores de servicos
Segunda à Sexta das 07:30 às 20:00
Sábado das 07:30 às 13:00

Este Alvará possui validade INDETERMINADA somente para a LOCALIZAÇÃO e ATIVIDADES acima descritas.

Observações:

1 - O Contribuinte deve manter o presente Alvará de Licença, em lugar bem visível e o exibirá a autoridade competente sempre que esta o exigir. - Código de Posturas - Lei 03/1970 - Artigo 213.
2 - Será exigida renovação de licença sempre que ocorrer mudanças de ramo de atividade, modificações nas características do estabelecimento ou transferência de local.
3 - Nos casos de alterações tais como: encerramento, mudanças de endereço, razão social, ramos de atividade, etc. O contribuinte será obrigado a comunicar a Prefeitura dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias.

IMPORTANTE:
- Evite multas, auditorias, fiscalização especial e outros aborrecimentos mantendo em dia sua situação perante o fisco. Futuramente você precisará de certidões para fins de aposentadoria, auxílios, pensão, etc. Zele pelo seu futuro.

Capanema,09 de Novembro de 2020

Autenticação: 9ZTMH223X2J5X38B3UG

RECEITA ESTADUAL

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA FAZENDA

Comprovante de Inscrição Cadastral - CICAD

Inscrição no CAD/ICMS	Inscrição CNPJ	Início das Atividades
90282970-90	**05.762.047/0001-06**	07/2003

Empresa / Estabelecimento

Nome Empresarial	FERRAGENS E TINTAS CAPANEMA EIRELI
Título do Estabelecimento	TINTAS NORTE SUL
Endereço do Estabelecimento	RUA PERNAMBUCO, 1231, SL 01 - CENTRO - CEP 85760-000 FONE: (46) 3552-3073
Município de Instalação	CAPANEMA - PR, DESDE 07/2003
	(**Estabelecimento Matriz**)

Qualificação

Situação Atual	ATIVO - SIMPLES NACIONAL / SIMPLES NACIONAL - DIA 03 DO MES+2, DESDE 06/2020
Natureza Jurídica	230-5 - EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA (EIRELI)
Atividade Econômica Principal do Estabelecimento	4741-5/00 - COMERCIO VAREJISTA DE TINTAS E MATERIAIS PARA PINTURA
Atividade(s) Econômica(s) Secundária(s) do Estabelecimento	4744-0/99 - COMERCIO VAREJISTA DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO EM GERAL
	4759-8/99 - COMERCIO VAREJISTA DE OUTROS ARTIGOS DE USO DOMESTICO NAO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE
	4789-0/99 - COMERCIO VAREJISTA DE OUTROS PRODUTOS NAO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE
	4930-2/02 - TRANSPORTE RODOVIARIO DE CARGA, EXCETO PRODUTOS PERIGOSOS E MUDANCAS, INTERMUNICIPAL, INTERESTADUAL E INTERNACIONAL

Quadro Societário

Tipo	Inscrição	Nome Completo / Nome Empresarial	Qualificação
CPF	**018.464.459-30**	**TATIANE MORETTI SEBEN**	TITULAR PESSOA FÍSICA

Este CICAD tem validade até 09/12/2020.

Os dados cadastrais deste estabelecimento poderão ser confirmados via Internet www.fazenda.pr.gov.br

Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Receita Estadual do Paraná

CAD/ICMS Nº 90282970-90

Emitido Eletronicamente via Internet
09/11/2020 11:04:31

Dados transmitidos de forma segura
Tecnologia CELEPAR

COPEL

Copel Distribuição S.A.
Rua José Izidoro Biazetto, 158
81200-240 Curitiba - PR
CNPJ 04.368.898/0001-06
IE 90.233.073-99 IM 423.992-4

www.copel.com
0800 51 00 116

Unidade Consumidora

102579105

ALAN JULIO SEBEN
R PERNAMBUCO, 1231 - BOMBA DE INCENDIO

CEP: 85760000 CAPANEMA - PR
CPF: 03271791988

Vencimento
02/09/2020

Valor a Pagar
R$ 101,98

Responsavel pela manutencao da Iluminacao Publica: Municipio 4636621321

No. Medidor: 0281642041 - TRIFASICO — Mes Referencia: 08/2020

Leitura Anterior	Leitura Atual	Medido	Constante de Multiplicacao	Total Faturado	Consumo Medio/Dia	Data Apresentacao
10/07/2020 13218	11/08/2020 13321	32 dias 103 kWh	1,00	103 kWh	3,22 kWh	11/08/2020

Proxima Leitura Prevista: 10/09/2020 — COMERC/INST DE SIST PREVENCAO CONTRA INCENDIO

AS [1.5 107.5]

ENERGIA ELETRICA CONSUMO — Tarifas 0,512770

Tensao Contratada
127 / 220 volts

Limite faixa adequada de Tensao
117 - 133 / 202 - 231 volts

Historico de Consumo e Pagamento — Media 3 meses: 100 kWh

MES	07/20	06/20	05/20	04/20	03/20	02/20	01/20	12/19	11/19	10/19	09/19	08/19
CONS	100	100	100	100	106	130	171	226	253	254	100	100
PGTO	03/08	01/07	27/05	30/04	01/04	02/03	31/01	23/12	29/11	01/11	02/10	02/09

NOTA FISCAL CONTA DE ENERGIA ELETRICA no. 148853920 Serie B
Emitida em 09/08/2020

	Produto Descricao	Un.	Consumo	Valor Unitario	Valor Total	Base de Calculo	Aliq ICMS
01	ENERGIA ELETRICA CONSUMO	kWh	103	0,753980	77,66	77,66	29,00%
02	CONT ILUMIN PUBLICA MUNICIPI				24,32		

Base de Calculo do ICMS:	Valor ICMS:	Valor Total da Nota Fiscal:
77,66	22,52	101,98

Reservado ao Fisco

2A6E.CD74.975E.660E.B3B4.E937.1049.2596

INCLUSO NA FATURA PIS R$ 0,42 E COFINS R$ 1,92, CONFORME RES. ANEEL 130/2005
A PARTIR DE 01/08/2020 - PIS/PASEP 0,58% e COFINS 2,66%.
A qualquer tempo pode ser solicitado o cancelamento de valores nao relacionados a prestacao do servico de energia eletrica, como convenios e doacoes.
DENUNCIE O FURTO DE FIOS! LIGUE 181.
Atraso superior a 45dias sujeita inclusao no cadastro de inadimplentes CADIN/PR
Agora e possivel recorrer a Ouvidoria da Copel pelo Site ou Mobile.
Periodos Band.Tarif.: Verde:11/07-11/08

Prefeitura Municipal de Capanema
Certifico que este documento é cópia fiel do original.
Capanema, 11 / 11 / 2020

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

000471

REGISTRO CIVIL
DAS PESSOAS NATURAIS

Município e Comarca de Realeza Estado do Paraná
LENIR GROSS RAMIRES - OFICIALA
Av. Rua Mauá 2947, CEP. 85.770-000 Fone: (046)543-2868

LIVRO BA-002 FOLHA 145 TERMO 000292

CERTIDÃO DE CASAMENTO Nº 292

CERTIFICO que, do livro, folhas e termo citados, de ASSENTO DE CASAMENTOS deste Ofício, consta que, perante o Assistente Eclesiástico Pastor João dos Santos e as testemunhas constantes do termo, foi lavrado no dia 12 de abril de 2003, sob o regime de COMUNHÃO PARCIAL DE BENS, o assento do casamento de - ALAN JULIO SEBEN -.*.
que continuará a assinar - ALAN JULIO SEBEN -.*.*.*.*.*.*.*.*.*.*.*.*.*.*.*.*.*
com - TATIANE MORETTI -.*
que passou a assinar - TATIANE MORETTI SEBEN -.*.*.*.*.*.*.*.*.*.*.*.*.*.*.*.*.
ELE, solteiro, comerciante, nascido em Realeza-PR, no dia quatorze de agosto de um mil, novecentos e setenta e nove (14/08/1979), residente e domiciliado à Rua Arnaldo Busato nº 2912, centro, em Realeza-PR, filho de VALTERLI JULIO SEBEN e de SANTINA SEBEN, brasileiros, casados, comerciantes, residentes e domiciliados à Rua Arnaldo Busato nº 2912, centro, Realeza-PR.*.*.*.*.*.*.*.*.*.*.*.*.*.*.*.*.
ELA, solteira, administradora de empres., nascida em Realeza-PR, no dia dez de janeiro de um mil, novecentos e setenta e oito (10/01/1978), residente e domiciliada à Rua Belém nº 3449, centro, em Realeza-PR, filha de IVO ANTONIO MORETTI e de MARIA CLEDES MORETTI, brasileiros, casados, comerciantes, residentes e domiciliados à Rua Belém 3449, centro, Realeza-PR.*.*.*.*.*.*.*.*.
O casamento foi celebrado no dia 12 de abril de 2003, no nas dependências do Realeza Country Clube, em Realeza-PR, segundo o Rito Evangélico, nos termos da Lei Federal nº 1.110 de 23/05/50, com as alterações introduzidas pelas Leis nºs. 6.015 de 31/12/73 e 6.216 de 30/06/75 dos Registros Públicos.*.*.*.*.*.*.*
Observação: Nada Consta.*
.*.*.*.*

.*.*.*.*

.*.*.*.*

Lei: 13.228 de 18/07/2001
FUNARPEN
SELO DE AUTENTICIDADE
REGISTRAL
Nº AGD94040

O referido é verdade e dou fé.

Realeza, 14 de abril de 2003.

TANIA SALETE MARCON RAMIRES
Escrevente

Prefeitura Municipal de Capanema
Certifico que este documento é cópia fiel do original.
Capanema, 18 / 11 / 2022

MUNICÍPIO DE CAPANEMA - 2020

75.972.760/0001-60

Documento de Arrecadação Municipal

Guia: 1771214

472

Inscrição / Contribuinte

24511 - FERRAGENS E TINTAS CAPANEMA EIRELI

CPF/CNPJ

05762047000106

Endereço Correspondência

R PERNAMBUCO, 1231 - SALA 01 - CENTRO

CEP: 85760000 Capanema - PR

Demonstrativo

000473

CAPANEMA

Orgulho para os capanemenses

ALAN JULIO SEBEN
RUA PERNAMBUCO-5 PARTE 1231
LOJA CENTRO
85760000 Capanema PR

07CAPANE CAP
0000737

IPTU 2020

PREFEITURA MUNICIPAL
CAPANEMA
TRABALHO E RESPEITO
PELO NOSSO POVO.

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: FERRAGENS E TINTAS CAPANEMA EIRELI
CNPJ: 05.762.047/0001-06

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 14:35:43 do dia 09/11/2020 <hora e data de Brasília>.
Válida até 08/05/2021.
Código de controle da certidão: **D0C7.6678.AD4D.7A5C**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Receita Estadual do Paraná

475

Certidão Negativa

de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual
Nº 022930944-81

Certidão fornecida para o CNPJ/MF: **05.762.047/0001-06**
Nome: **FERRAGENS E TINTAS CAPANEMA EIRELI**

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

Obs.: Esta Certidão engloba todos os estabelecimentos da empresa e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

Válida até 10/03/2021 - Fornecimento Gratuito

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet
www.fazenda.pr.gov.br

Emitido via Internet Pública (10/11/2020 14:40:37)

Município de Capanema
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE TRIBUTAÇÃO

CERTIDÃO Positiva com efeito de negativa

IMPORTANTE:

1. FICA RESSALVADO O DIREITO DA FAZENDA MUNICIPAL COBRAR DÉBITOS CONSTATADOS POSTERIORMENTE MESMO REFERENTE AO PERÍODO COMPREENDIDO NESTA CERTIDÃO.
2. A PRESENTE CERTIDÃO TEM VALIDADE ATÉ **08/01/2021**, SEM RASURAS E NO ORIGINAL.

Positiva com efeito de negativa Nº: 7057/2020

FINALIDADE: CADASTRO E/OU CONCORRÊNCIA E/OU LICITAÇÃO
RAZÃO SOCIAL: FERRAGENS E TINTAS CAPANEMA EIRELI
ENDEREÇO:R PERNAMBUCO, 1231 - SALA 01 - CENTRO CEP: 85760000 Capanema - PR

CONTROLE	CNPJ/CPF	INSCRIÇÃO ESTADUAL	ALVARÁ
24511	05.762.047/0001-06	9028297090	123

CNAE / ATIVIDADES

Comércio varejista de tintas e materiais para pintura, Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional, Comércio varejista de materiais de construção em geral, Comércio varejista de outros artigos de uso doméstico não especificados anteriormente, Comércio varejista de outros produtos não especificados anteriormente

Certidão emitida no dia **Capanema, 09 de Novembro de 2020.**
CÓDIGO DE AUTENTICAÇÃO: **9ZTMH282QEM5X4X82EP5**

477

Voltar | Imprimir

CAIXA
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 05.762.047/0001-06
Razão Social: FERRAGENS E TINTAS CAPANEMA LTDA
Endereço: AV INDEPENDENCIA 966 / CENTRO / CAPANEMA / PR / 85760-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade:23/10/2020 a 21/11/2020

Certificação Número: 2020102303011836829008

Informação obtida em 09/11/2020 14:49:56

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: FERRAGENS E TINTAS CAPANEMA EIRELI (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 05.762.047/0001-06
Certidão nº: 28901033/2020
Expedição: 09/11/2020, às 14:50:47
Validade: 07/05/2021 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **FERRAGENS E TINTAS CAPANEMA EIRELI (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **05.762.047/0001-06, NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.

479

DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE VISITA TÉCNICA

Concorrência nº 02/2020

Objeto: CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE TERRENOS E BARRACÕES, DESTINADOS À INSTALAÇÃO DE EMPRESAS DE QUALQUER NATUREZA, OBSERVADOS OS CRITÉRIOS E PREFERÊNCIAS DO TERMO DE REFERÊNCIA, VISANDO ESTIMULAR À GERAÇÃO DO EMPREGO E RENDA NO ÂMBITO MUNICIPAL, EM CONFORMIDADE COM A LEI MUNICIPAL Nº 1.745/2020.

Nome da Empresa: ***FERRAGENS E TINTAS CAPANEMA EIRELI***
CNPJ nº: **05.762.047/0001-06**
Endereço Completo: **RUA PERNANBUCO, Nº 1231, CENTRO, CAPANEMA PR**
Fone: **(46) 3552-3073**
E-mail: **tintasnortesulcapanema@hotmail.com**

O representante legal/contratual da empresa *FERRAGENS E TINTAS CAPANEMA EIRELI*, a Sra. TATIANE MORETTI SEBEN, DECLARA que renuncia a Visita Técnica aos locais e/ou instalações do objeto licitado, de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades do imóvel, assumindo total responsabilidade por este fato e informando que não o utilizará para quaisquer questionamentos futuros que ensejem evenças técnicas e ou financeira para com a concedente.

Capanema PR, 9 de novembro de 2020.

FERRAGENS E TINTAS CAPANEMA EIRELI
05.762.047/0001-06

05.762 047/0001-06

Ferragens e Tintas
Capanema LTDA

Av Independência 966 Centro
85760-000 Capanema PR

409480

DECLARAÇÃO DE CONCORDÂNCIA COM O EDITAL

FERRAGENS E TINTAS CAPANEMA EIRELI, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob n° 05.762.047/0001-06, DECLARA, para fins do disposto neste Edital, que:

a) está de acordo em explorar a sua atividade em um dos imóveis em que está competindo, constantes no Termo de Referência desta licitação;

b) tem disponibilidade imediata dos equipamentos e utensílios necessários para exploração do barracão;

c) não empregará menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregará menor de dezesseis anos.

d) se instalará e iniciará as atividades dentro do prazo não superior a 120 (cento e vinte) dias a contar do dia 1º de janeiro de 2021, podendo esse prazo ser prorrogado, havendo justificativa, por escrito e aceito pelo CONCEDENTE;

e) possui aptidão para o desempenho da atividade pertinente e compatível com o objeto da Licitação;

Capanema PR, 9 de novembro de 2020.

FERRAGENS E TINTAS CAPANEMA EIRELI

05.762.047/0001-06

05.762.047/0001-06

Ferragens e Tintas
Capanema LTDA

Av. Independência 966 Centro
85760-000 Capanema PR

PROPOSTA

( ) Proposta os itens relacionados aos imóveis **com** barracões.

(X) Proposta para os itens relacionados aos imóveis **sem** barracões.

NOME DA PESSOA JURÍDICA: **FERRAGENS E TINTAS CAPANEMA EIRELI**

CNPJ: **05.762.047/0001-06**

01 - Descrição clara e objetiva do ramo de atividade empresarial a ser desenvolvido no imóvel:

- Depósito de Comércio varejista de tintas e materiais para pintura e Comércio varejista de materiais de construção em geral

02 - Matéria prima a ser utilizada:

- Todo tipo de matérias para construção

03 - Capacidade produtiva/comercial da unidade a ser instalada:

- Aumentara em torno 10% o faturamento da empresa, pois com um depósito separado gerara mais espaços em nossa loja podendo aumentar a capacidade de vendas e número de funcionários

04 - Mercado consumidor potencial:

- Público em geral, construções, reformas, pinturas e etc...

05 - Previsão de faturamento, custos, despesas e retorno dos investimentos:

- 10% de aumento no faturamento, com um custo de investimento de R$ 350.000,00 reais e um retorno em 3 a 5 anos.

06 - Relação da infraestrutura, equipamentos e instalações necessárias ao

05.762 047/0001-06

Ferragens e Tintas
Capanema LTDA

Av Independência 868 Centro
85760-000 Capanema PR

funcionamento do projeto global, acompanhada de orçamento discriminado:

- Serão feitos muros, barracões, maquinas e toda infraestrutura necessária para um depósito de materiais de construções.

07 - Previsão de investimentos próprios:

- R$ 350.000,00 reais

08 - Viabilidade econômica do projeto:

- Com o aumento de produtividade motivados pelo amplo espaço do depósito em 3 a 5 anos teremos o retorno dos investimentos

---

09 - Compromissos assumidos pela proponente:

a) cumprir todas as obrigações previstas no Termo de Referência, no edital e na minuta do contrato da licitação Concorrência 02/2020.

b) contratar, preferencialmente, pessoas que sejam domiciliados no Município de Capanema/PR.

10 - DA OFERTA:

CRITÉRIO	PROPOSTA DA EMPRESA
Empregabilidade (em número de empregos diretos gerados no prazo de 6 meses).	3 empregados
Valor do investimento privado no empreendimento a ser instalado no imóvel - R$	R$ 350.000,00
Prazo para conclusão das obras / prazo para aplicação total dos investimentos	6 meses

05.762 047/0001-06

Ferragens e Tintas
Capanema LTDA

Av Independência 866 Centro
85760-000 Capanema PR

Faturamento Anual (média dos últimos 3 anos)	R$ 1.675.821,10
Tempo de constituição da empresa OU residência do sócio majoritário no município de Capanema (somente dados do sócio mais antigo)	17 anos
Capacidade do empreendimento gerar uma cadeia de produção e/ou empregos indiretos no Município de Capanema/PR	16 empresas

Capanema PR, 9 de novembro de 2020.

FERRAGENS E TINTAS CAPANEMA EIRELI

05.762.047/0001-06

05.762 047/0001-06

Ferragens e Tintas
Capanema LTDA

Av Independência 966 Centro
85760-000 Capanema PR

INDICAÇÃO DE ITENS RELACIONADOS AOS IMÓVEIS SEM BARRACÕES

NOME DA PESSOA JURÍDICA: **FERRAGENS E TINTAS CAPANEMA EIRELI**
CNPJ: **05.762.047/0001-06**

A proposta constante no envelope lacrado será utilizada como oferta para os imóveis previstos nos seguintes itens, em ordem de preferência:

Item (previsto no Termo de Referência)	**Descrição do imóvel** (previsto no Termo de Referência)
ITEM 05	**Área Industrial III - Saída para São Luiz - Quadra n°80 - Lote 06 - Setor N.O - Rua Paraíba nº 1835**
ITEM 08	**Área Industrial III - Saída para São Luiz - Quadra n°80 - Lote 09 - Setor N.O - Rua Paraíba nº1955**
ITEM 06	**Área Industrial III - Saída para São Luiz - Quadra n° 80 - Lote 07 Setor N.O - Rua Paraíba nº 1871**
ITEM 07	**Área Industrial III - Saída para São Luiz - Quadra n°80 - Lote 08 - Setor N.O - Rua Paraíba nº 1923**

No caso de a pessoa física ou jurídica se sagrar vencedora em mais de um item, será adjudicado um único imóvel, conforme a ordem de preferência indicada nesta proposta.

Capanema PR, 9 de novembro de 2020.

FERRAGENS E TINTAS CAPANEMA EIRELI
05.762.047/0001-06

05.762 047/0001-06

Ferragens e Tintas
Capanema LTDA

Av. Independência 966 Centro
85760-000 Capanema PR

DECLARAÇÃO DE EMPRESAS PARCEIRAS COM SEDE NO MUNICÍPIO

FERRAGENS E TINTAS CAPANEMA EIRELI, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob n° 05.762.047/0001-06, DECLARA, para fins do disposto neste Edital, que tem vínculo com as seguintes empresas:

1- Auto Elétrica Iguaçu	**- Manutenção dos caminhões**
2- Incasul	**- Manutenção dos caminhões**
3- Cerâmica Pasquali	**- Compra de tijolos**
4- Colussi Terraplanagem	**- Terraplanagem em obras**
5- Brutu's Terraplanagem	**- Terraplanagem em obras**
6- Metalúrgica Real	**- Serviços metalúrgico para obras**
7- Chapeação Líder	**- Manutenção dos veículos leves**
8- Dorigon Móveis	**- Aquisição e manutenção de móveis internos**
9- Supermercado Demenech	**- Produtos de consumo interno**
10-Didi Pneus	**- Pneus para a frota de veículos**
11-Polaco Pneus	**- Pneus para a frota de veículos**
12-Mecânica Paraná	**- Manutenção dos caminhões**
13-Copeças	**- Manutenção dos veículos leves**
14-Posto Delta	**- Combustível**
15-Benatti Madeiras	**- Madeiras**
16-Mecânica Trevo	**- Manutenção dos caminhões**

Capanema PR, 9 de novembro de 2020.

FERRAGENS E TINTAS CAPANEMA EIRELI

05.762.047/0001-06

05.762 047/0001-06

Ferragens e Tintas
Capanema LTDA

Av. Independência 966 Centro
85760-000 Capanema PR

CRONOGRAMA

FERRAGENS E TINTAS CAPANEMA EIRELI, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob n° 05.762.047/0001-06, DECLARA, para fins do disposto neste Edital, que o valor do investimento e a execução das obras serão das seguintes maneiras:

Serão investidos R$ 350.000,00 reais para a construção de um barracão e muros em volta do terreno, os quais serão executados em 6 meses, sendo nos 2 primeiros meses a construção dos muros e alicerces do barracão, no 3º e 4º a parte bruta do barracão e nos 2 últimos meses os acabamentos.

Capanema PR, 9 de novembro de 2020.

FERRAGENS E TINTAS CAPANEMA EIRELI

05.762.047/0001-06

05.762.047/0001-06

Ferragens e Tintas
Capanema LTDA

Av Independência 988 Centro
85760-000 Capanema PR

GRALHA AZUL®
PRÉ-MOLDADOS E CONSTRUTORA

Realeza,10 de novembro de 2020.
Att: Alan

Atendendo vossa solicitação, estamos enviando nosso orçamento referente à execução de um Barracão Pré moldado conforme projetos fornecidos pelo cliente. Descrição apresentada apenas para base de valores para orçamento, podendo sofrer alterações no dimensionamento e locação dos pilares, vigas e demais componentes estruturais, conforme descrição a seguir:

01. DIMENSÕES

Estrutura Pré-Moldada:
Largura ----------20m
Comprimento ----------25m
Área Total----------500m²
Altura ----------5m

02. DESCRIÇÃO GERAL

a)	Execução de **19 Fundações**, tipo bloco de concreto armado, FCK 20MPa, com execução de sapatas.
b)	Fabricação transporte e montagem de 12 **Pilares pré-fabricados** em concreto armado, FCK 35MPa, seção de 25x40cm, comprimento de até 6.5m, sendo pé direito de 5m, e 1,5 engastado na fundação.
c)	Fabricação transporte e montagem de 7 **Pilares pré-fabricados** em concreto armado, FCK 35MPa, seção de 25x25cm, comprimento de até 6.5m, sendo pé direito de 5m, e 1,5 engastado na fundação.
d)	Fabricação de **132m lineares Vigas "T"** em concreto armado, fck 25 MPa, seção variada, e chumbadores para terças metálicas (espaçamentos conforme detalhamento do cliente);
e)	Fornecimento transporte e montagem de aproximadamente **450m lineares de Terças metálicas**, com perfil U enrijecido 75x40x15mm, e=2,65mm com pintura em tinta esmalte sintética "tinta automotiva", e elementos de fixação para cobertura.
f)	Fornecimento transporte e montagem de aproximadamente **556.4m² de cobertura de aluzinco** trapezoidal natural 0.43 sem Eps. Incluso elementos de fixação; Exclusos calh,as, rufos e algerosas;
g)	Fabricação e montagem de **440m² de Placas de fechamento** pré-fabricadas, em concreto armado, espessura de 8 cm, altura de 2 m cada placa; Incluso vedação

GRALHA AZUL®
PRÉ-MOLDADOS E CONSTRUTORA

	completa das juntas verticais e horizontais com PU (poliuretano) e delimitador de juntas;
h)	Fornecimento e montagem de **500m²** de piso em concreto, polido 10cm.
i)	Instalações elétricas e hidráulicas.
j)	Mão de obra de fabricação e montagem da estrutura pré-moldada e estrutura metálica no local indicado.
k)	Projeto Estrutura Pré-Moldada e ART (anotação de responsabilidade técnica) de projeto estrutural, fabricação, execução e montagem da estruturas pré-moldadas de concreto armado;
l)	Projetos complementares (Elétrico, Hidráulico, Prevenção de incêndio, arquitetônico, hidro sanitário)

VALOR TOTAL ORÇADO R$350.135,00(Trezentos e cinquenta mil trezentos e trinta e cinco reais)

03. A CARGO DA GRALHA AZUL PRÉ-MOLDADOS

- Garantias de acordo com as normas técnicas nacionais aplicáveis (ART de projetos e montagem)
- Projetos de fabricação, montagem e assistência técnica (relativos as estruturas Pré moldadas)
- Transporte dos itens citados nesse orçamento até o canteiro de obras.
- Guindastes, munks, gruas, plataformas elevatórias, ou qualquer outro tipo de equipamentos ou serviços necessários para execução da montagem

04. O PROPRIETÁRIO FORNECERÁ

- Terreno nivelado para possibilitar a execução da obra, com solo em condições normais para a escavação e execução das fundações, com uma camada de brita graduada ou rachão espalhada sobre o terreno.
- Fornecer acesso aos equipamentos de montagem no local da obra;
- Instalação de entrada provisória de água e de energia elétrica;
- Projeto arquitetônico em dwg para fabricação da estrutura;
- O comprador compromete-se em pagar as taxas de ISS, INSS, alvará de construção, habite-se, ART crea demais serviços, entre outras.
- Terçamento metálico e telhas pagos pela empreiteira poderão ser faturadas diretamente para o cliente.

GRALHA AZUL®
PRÉ-MOLDADOS E CONSTRUTORA

- O concreto para execução da fundação pago pela empreiteira poderá ser faturado diretamente para o cliente.
- Área de estoque das peças pré-fabricadas e metálicas.

05. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:
50% de entrada
25% Inicio Fundações
25% término da obra

06. PRAZO DE ENTREGA:
Janeiro 2021.

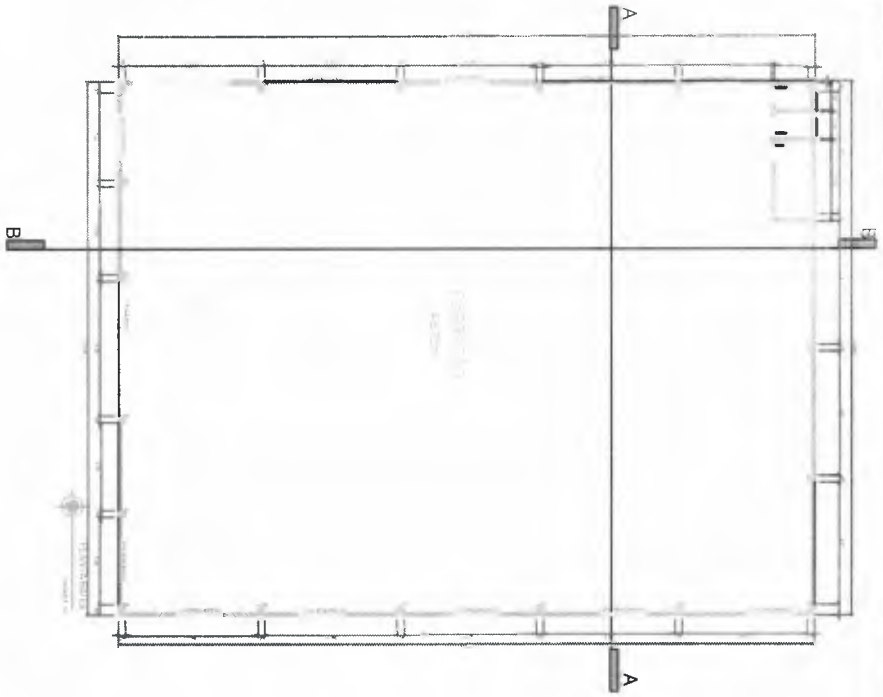
07. PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA:
5 dias a contar da presente data (10/11/2020)

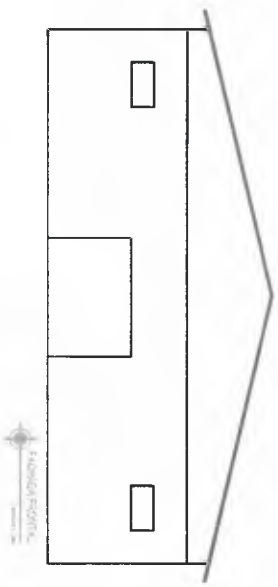
Nós da PRÉ-MOLDADOS E CONSTRUTORA GRALHA AZUL, estaremos a vossa disposição para qualquer esclarecimento.

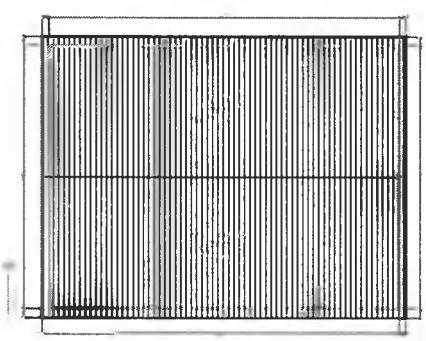
Atenciosamente

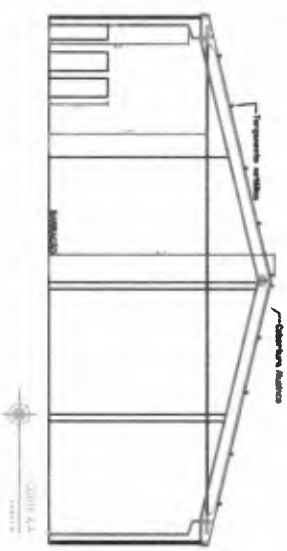
HENRIQUE LEMONIE- ADMINISTRADOR

RENATA PEREIRA-ENG. CILVIL
CREA/PR 184558/D


A
B
B
A









DECLARAÇÃO

FERRAGENS E TINTAS CAPANEMA EIRELI, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob n° 05.762.047/0001-06, DECLARA, que atualmente conta com 5 funcionários registrados, conforme demonstrado na GFIP em anexo.

Capanema PR, 9 de novembro de 2020.

FERRAGENS E TINTAS CAPANEMA EIRELI

05.762.047/0001-06

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO - MTE | MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF | DATA: 29/10/2020
GFIP - SEFIP 8.40 (29/03/2020) TABELAS 41.0 (01/03/2020) | HORA: 15:48:17
PÁG: 0001/0005

RELAÇÃO DOS TRABALHADORES CONSTANTES NO ARQUIVO SEFIP
MODALIDADE : "BRANCO"-RECOLHIMENTO AO FGTS E DECLARAÇÃO Á PREVIDÊNCIA

858200000066 266801792016 107646050803 576204700010

EMPRESA: FERRAGENS E TINTAS CAPANEMA EIRELI INSCRICAO: 05.762.047/0001-06
COMP: 10/2020 COD REC: 115 COD GPS: 2003 FPAS: 515 OUTRAS ENT: SIMPLES: 2 RAT: 0.0 FAP: 1,00 RAT AJUSTADO: 0,00
TOMADOR/OBRA: INSCRICAO:

NOME TRABALHADOR		PIS/PASEP/CI	ADMISSÃO	CAT	OCOR	DATA/COD MOVIMENTAÇÃO	CBO
	REM SEM 13º SAL	REM 13ºSAL	BASE CÁL 13ºSAL PREV SOC BASE CÁL PREV SOCIAL	CONTRIB SEG DEVIDA		DEPÓSITO	JAM
CRISTIAN NORBERT FLESCH			206.20065.28-6	17/09/2018	01		05211
	1.633,94	0,00	0,00	131,37		130,71	0,00
FRANCIELE ANDREIA KRUG			161.76681.10-4	16/01/2017	01		04110
	1.535,48	0,00	0,00	122,51		122,84	0,00
LEANDRO LUIZ DA SILVA			129.06423.53-1	25/09/2017	01		07823
	1.831,63	0,00	0,00	149,16		146,54	0,00
MARLON ROGERIO BECCHI			201.93850.37-5	05/10/2020	01		05211
	1.225,45	0,00	0,00	94,61		98,03	0,00
O KRAMER			166.09712.76-0	18/06/2018	01		07825
	1.607,00	0,00	0,00	128,95		128,56	0,00

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO - MTE
GFIP - SEFIP 8.40 (29/03/2020) TABELAS 41.0 (01/03/2020)

MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF

DATA: 29/10/2020
HORA: 15:48:17
PÁG 0002/0005

RELAÇÃO DOS TRABALHADORES CONSTANTES NO ARQUIVO SEFIP
MODALIDADE "BRANCO"-RECOLHIMENTO AO FGTS E DECLARAÇÃO À PREVIDÊNCIA

858200000066 266801792016 107646050803 576204700010

EMPRESA/FERRAGENS E TINTAS CAPANEMA EIRELI INSCRICAO: 05.762.047/0001-06
COMP: 10/2020 COD REC: 115 COD GPS: 2003 FPAS: 515 OUTRAS ENT: SIMPLES: 2 RAT: 0,0 FAP: 1,00 RAT AJUSTADO: 0,00
TOMADOR/OBRA: INSCRICAO:

NOME TRABALHADOR		PIS/PASEP/CI	ADMISSÃO	CAT	OCOR	DATA/COD MOVIMENTAÇÃO	CBO
	REM SEM 13º SAL	REM 13ºSAL	BASE CÁL 13ºSAL PREV SOC BASE CÁL PREV SOCIAL	CONTRIB SEG DEVIDA		DEPÓSITO	JAM
TATIANE MORETTI SEBEN			128.47280.50-4	02/01/2008	1		01224
	2.090,00	0,00	0,00	229,90		0,00	0,00
CHARLES MICHEL FEDRIZZE			123.20424.96-4		13	05	02522
	300,00	0,00	0,00	33,00		0,00	0,00

TOTAIS DA EMPRESA/TOMADOR

10.223,50	0,00	0,00	889,50	626,68	0,00

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO - MTE | MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF | DATA: 29/10/2020
GFIP - SEFIP 8.40 (29/03/2020) TABELAS 41.0 (01/03/2020) | HORA: 15:48:17
PÁG 0003/0005

RELAÇÃO DOS TRABALHADORES CONSTANTES NO ARQUIVO SEFIP
RESUMO DO FECHAMENTO - EMPRESA
MODALIDADE "BRANCO"-RECOLHIMENTO AO FGTS E DECLARAÇÃO À PREVIDÊNCIA

858200000066 266801792016 107646050803 576204700010

Nº ARQUIVO: FNP0FFZbMfQ0000-5
EMPRESÆERRAGENS E TINTAS CAPANEMA EIRELI No DE CONTROLE: EtXIbXhvomI0000-8 INSCRICAO: 05.762.047/0001-06
COMP: 10/2020 COD REC: 115 COD GPS: 2003 FPAS: 515 OUTRAS ENT: SIMPLES: 2 RAT: 0,0 FAP: 1,00 RAT AJUSTADO: 0,00
TOMADOR/OBRA: INSCRICAO:

LOGRADOURO: RUA PERNAMBUCO 1231 SALA 01 BAIRRO: CENTRO CNAE PREPONDERANTE:4741500
CIDADE: CAPANEMA UF: PR CEP: 85760-000 CNAE: 4741500

CAT	QUANT	REMUNERAÇÃO SEM 13º	REMUNERAÇÃO 13º	BASE CÁL PREV SOC	BASE CÁL 13º PREV SOC
01	5	7.833,50	0,00	7.833,50	0,00
11	1	2.090,00	0,00	2.090,00	0,00
13	1	300,00	0,00	300,00	0,00
TOTAIS:	7	10.223,50	0,00	10.223,50	0,00

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO - MTE | MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF | DATA: 29/10/2020
GFIP - SEFIP 8.40 (29/03/2020) TABELAS 41.0 (01/03/2020) | HORA: 15:48:17
PÁG 0004/0005

RELAÇÃO DOS TRABALHADORES CONSTANTES NO ARQUIVO SEFIP
RESUMO DO FECHAMENTO - EMPRESA
FGTS

858200000066 266801792016 107646050803 576204700010

Nº ARQUIVO: FNP0FFZbMfQ0000-5

EMPRESA: ERRAGENS E TINTAS CAPANEMA EIRELI — No DE CONTROLE: EtXIbXhvomI0000-8 — INSCRICAO: 05.762.047/0001-06

COMP: 10/2020 COD REC: 115 COD GPS: 2003 FPAS: 515 OUTRAS ENT: SIMPLES: 2 RAT: 0,0 FAP: 1,00 RAT AJUSTADO: 0,00

TOMADOR/OBRA: INSCRICAO:

LOGRADOURO: RUA PERNAMBUCO 1231 SALA 01 BAIRRO: CENTRO CNAE PREPONDERANTE: 4741500

CIDADE: CAPANEMA UF: PR CEP: 85760-000 CNAE: 4741500

MODALIDADE "Branco"-RECOLHIMENTO AO FGTS E DECLARAÇÃO À PREVIDÊNCIA

	FGTS - 8%
REMUNERAÇÃO SEM 13º SALÁRIO	7.833,50
REMUNERAÇÃO 13º SALARIO	0,00
QUANTIDADE TRABALHADORES	5

VALORES DO FGTS
DATA DE RECOLHIMENTO ATÉ

DEPÓSITO FGTS	ENCARGOS FGTS	CONTRIB SOCIAL	ENCARGOS CONTRIB SOCIAL	TOTAL RECOLHER
626,68	0,00	0,00	0,00	626,68

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGD - MTE | MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF

GFIP - SEFIP 8.40 (29/03/2020) TABELAS 41.0 (01/03/2020)

DATA: 29/10/2020
HORA: 15:48:17
PÁG: 0005/0005

RESUMO DAS INFORMAÇÕES À PREVIDÊNCIA SOCIAL CONSTANTES NO ARQUIVO SEFIP

EMPRESA

Nº ARQUIVO: FNP0FFZbMfQ0000-5

EMPRESA: ERRAGENS E TINTAS CAPANEMA EIRELI — No DE CONTROLE: EIXIbXhvoml0000-8 — INSCRICAO: 05.762.047/0001-06

COMP: 10/2020 COD REC: 115 CDD GPS: 2003 FPAS: 515 OUTRAS ENT: SIMPLES: 2 RAT: 0,0 FAP: 1,00 RAT AJUSTADO: 0,00

TOMADOR/OBRA: INSCRICAO:

LOGRADOURO: RUA PERNAMBUCO 1231 SALA 01 BAIRRO: CENTRO CNAE PREPONDERANTE: 4741500

CIDADE: CAPANEMA UF: PR CEP: 85760-000 TELEFONE: 0046 3552 3073 CNAE: 4741500

VALOR DEV PREV SOC CALCULADO SEFIP:	889,50	CONTRIB SEGURADOS - DEVIDA:	889,50
SALÁRIO FAMÍLIA:	0,00	RECEITA EVENTO DESP/PATROCÍNIO:	0,00
SALÁRIO MATERNIDADE:	0,00	PERC DE ISENÇÃO DE FILANTROPIA:	0,00
VALORES PAGOS COOP TRABALHO - SEM ADICIONAL:	0,00	13º SALÁRIO MATERNIDADE:	0,00
VALORES PAGOS COOP TRABALHO - ADIC. 15 ANOS:	0,00	COM PRODUÇÃO PJ:	0,00
VALORES PAGOS COOP TRABALHO - ADIC. 20 ANOS:	0,00	COM PRODUÇÃO PF:	0,00
VALORES PAGOS COOP TRABALHO - ADIC. 25 ANOS:	0,00	VALOR DAS FATURAS EMITIDAS PARA O TOMADOR:	0,00

COMPENSAÇÃO

PERÍODO INICIAL: PERÍODO FINAL: VALOR SOLICITADO: 0,00

VALOR ABATIDO: 0,00 VALOR A COMPENSAR: 0,00 VALOR EXCEDENTE AO LIMITE DOS 30%: 0,00

RETENÇÃO (LEI 9.711/98)

VALOR INFORMADO: 0,00 VALOR ABATIDO PELO SEFIP: 0,00 VALOR A COMPENSAR/RESTITUIR: 0,00

BASE DE CÁLCULO APOSENTADORIA ESPECIAL/OCORRÊNCIA

15 ANOS:	0,00	20 ANOS:	0,00	25 ANOS	0,00
QUANTIDADE:	0	QUANTIDADE:	0	QUANTIDADE:	0

QUANTIDADE DE MOVIMENTAÇOES / CODIGOS

H:	0	I1:	0	I2:	0	I3:	0	I4:	0	J:	0	K:	0	L:	0	M:	0	N1:	0
N2:	0	N3:	0	O1:	0	O2:	0	O3:	0	P1:	0	P2:	0	P3:	0	Q1:	0	Q2:	0
Q3:	0	Q4:	0	Q5:	0	Q6:	0	Q7:	0	R:	0	S2:	0	S3:	0	U1:	0	U2:	0
U3:	0	V3:	0	W:	0	X:	0	Y:	0	Z1:	0	Z2:	0	Z3:	0	Z4:	0	Z5:	0

RELATÓRIO DE FATURAMENTO Emissão: 09/11/2020

Empresa: FERRAGENS E TINTAS CAPANEMA EIRELI
Endereço: Rua PERNAMBUCO, 1231
Cidade: CAPANEMA CEP.: 85760-000
CNPJ: 05.762.047/0001-06
Insc.Est.: 9028297090

Fls: 497

Período: 01/01/2017 a 31/12/2017

M Ê S	ANO	Saídas R$	Servicos R$	Outros R$	Total R$
Janeiro	2017	103.449,49	0,00	0,00	103.449,49
Fevereiro	2017	94.293,93	0,00	0,00	94.293,93
Março	2017	95.165,22	0,00	0,00	95.165,22
Abril	2017	97.166,65	0,00	0,00	97.166,65
Maio	2017	89.030,36	0,00	0,00	89.030,36
Junho	2017	103.624,45	0,00	0,00	103.624,45
Julho	2017	101.276,98	0,00	0,00	101.276,98
Agosto	2017	92.799,80	0,00	0,00	92.799,80
Setembro	2017	103.525,91	0,00	0,00	103.525,91
Outubro	2017	117.880,22	0,00	0,00	117.880,22
Novembro	2017	118.262,63	0,00	0,00	118.262,63
Dezembro	2017	117.399,85	0,00	0,00	117.399,85
Totais		1.233.875,49	0,00	0,00	1.233.875,49

CHARLES MICHEL FEDRIZZE:54614333915 Assinado de forma digital por CHARLES MICHEL FEDRIZZE:54614333915 Dados: 2020.11.09 11:34:15 -03'00'

CHARLES MICHEL FEDRIZZE
Técnico em Contabilidade
Registro no C.R.C.: PR-041782/O-9
C.P.F.: 546.143.339-15

RELATÓRIO DE FATURAMENTO Emissão: 09/11/2020

009498

Empresa: FERRAGENS E TINTAS CAPANEMA EIRELI
Endereço: Rua PERNAMBUCO, 1231
Cidade: CAPANEMA CEP.: 85760-000
CNPJ: 05.762.047/0001-06
Insc.Est.: 9028297090

Período: 01/01/2018 a 31/12/2018

M Ê S	ANO	Saídas R$	Servicos R$	Outros R$	Total R$
Janeiro	2018	75.600,02	0,00	0,00	75.600,02
Fevereiro	2018	136.018,28	0,00	0,00	136.018,28
Março	2018	105.257,43	0,00	0,00	105.257,43
Abril	2018	121.398,36	0,00	0,00	121.398,36
Maio	2018	135.497,54	0,00	0,00	135.497,54
Junho	2018	121.058,42	0,00	0,00	121.058,42
Julho	2018	100.204,64	0,00	0,00	100.204,64
Agosto	2018	172.679,42	0,00	0,00	172.679,42
Setembro	2018	162.080,26	0,00	0,00	162.080,26
Outubro	2018	137.638,31	0,00	0,00	137.638,31
Novembro	2018	177.393,05	0,00	0,00	177.393,05
Dezembro	2018	178.033,98	0,00	0,00	178.033,98
Totais		1.622.859,71	0,00	0,00	1.622.859,71

CHARLES MICHEL FEDRIZZE:54614333915
Assinado de forma digital por CHARLES MICHEL FEDRIZZE:54614333915
Dados: 2020.11.09 11:34:44 -03'00'

CHARLES MICHEL FEDRIZZE
Técnico em Contabilidade
Registro no C.R.C.: PR-041782/O-9
C.P.F.: 546.143.339-15

RELATÓRIO DE FATURAMENTO Emissão: 09/11/2020

Empresa: FERRAGENS E TINTAS CAPANEMA EIRELI
Endereço: Rua PERNAMBUCO, 1231
Cidade: CAPANEMA CEP.: 85760-000
CNPJ: 05.762.047/0001-06
Insc.Est.: 9028297090

499

Período: 01/01/2019 a 31/12/2019

M Ê S	ANO	Saídas R$	Servicos R$	Outros R$	Total R$
Janeiro	2019	171.709,57	0,00	0,00	171.709,57
Fevereiro	2019	160.119,09	0,00	0,00	160.119,09
Março	2019	145.696,66	0,00	0,00	145.696,66
Abril	2019	152.997,47	0,00	0,00	152.997,47
Maio	2019	157.611,21	0,00	0,00	157.611,21
Junho	2019	130.968,06	0,00	0,00	130.968,06
Julho	2019	196.727,26	0,00	0,00	196.727,26
Agosto	2019	217.757,16	0,00	0,00	217.757,16
Setembro	2019	204.201,99	0,00	0,00	204.201,99
Outubro	2019	199.992,26	0,00	0,00	199.992,26
Novembro	2019	184.381,68	0,00	0,00	184.381,68
Dezembro	2019	248.565,70	0,00	0,00	248.565,70
Totais		2.170.728,11	0,00	0,00	2.170.728,11

CHARLES MICHEL FEDRIZZE:54614333915
Assinado de forma digital por CHARLES MICHEL FEDRIZZE:54614333915
Dados: 2020.11.09 11:35:15 -03'00'

CHARLES MICHEL FEDRIZZE
Técnico em Contabilidade
Registro no C.R.C.: PR-041782/O-9
C.P.F.: 546.143.339-15

Empresa: **FERRAGENS E TINTAS CAPANEMA EIRELI**
C.N.P.J.: 05.762.047/0001-06
Insc. Junta Comercial: 41600749103 Data: 15/07/2003
Período: 01/01/2019 - 31/12/2019

Folha: 0001
Número livro: 0016

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 31/12/2019

Descrição	2019	Total	2018
RECEITA BRUTA			
VENDA DE MERCADORIAS	2.170.728,11		1.622.859,71
BONIFICAÇÃO	7.165,38		9.208,75
RECEITA AMOSTRA GRATIS	46,66	2.177.940,15	0,00
DEDUÇÕES			
(-) ICMS	(682,08)		(3.856,19)
(-) SIMPLES	(149.326,72)	(150.008,80)	(103.098,77)
RECEITA LÍQUIDA		2.027.931,35	
CMV			
CUSTOS DAS MERCADORIAS VENDIDAS	(1.790.564,58)	(1.790.564,58)	(1.282.831,90)
LUCRO BRUTO		237.366,77	
DESPESAS OPERACIONAIS		(214.606,34)	
DESPESAS COM VENDAS			
SALÁRIOS E ORDENADOS	(87.234,29)		(103.057,07)
13º SALÁRIO	(8.267,13)		(9.063,98)
FÉRIAS	(11.328,82)		(12.052,89)
FGTS	(11.287,50)		(18.122,02)
TELEFONE	(117,19)		0,00
COMBUSTIVEL	(32.969,55)		(16.996,66)
DESPESAS COM FRETES	(4.062,45)		0,00
DESPESA COM MATERIAS DE CONSUMO DIVERSOS	(528,80)	(155.795,73)	(49,90)
DESPESAS ADMINISTRATIVAS			
PRÓ-LABORE	(23.952,00)		(22.896,00)
ASSISTÊNCIA CONTÁBIL	(3.600,00)		(3.600,00)
DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	(1.681,36)		0,00
DESPESAS COM CERTIFICADO DIGITAL	(189,00)		0,00
ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E EMPRESARIAL DE CAPANEMA	(1.044,13)		0,00
JUROS E COMISSÕES BANCÁRIAS	(0,22)		(1.380,58)
JUROS SOBRE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	(25.501,29)		(32.162,92)
TARIFAS BANCARIAS BANCO DO BRASIL	(778,30)		(1.787,51)
TARIFA IOF	(1.421,72)	(58.168,02)	(129,05)
RECEITAS FINANCEIRAS			
JUROS DE APLICAÇÕES	5.238,74		2.890,98
DESCONTOS FINANCEIROS OBTIDOS	870,42	6.109,16	0,00
DESPESAS FINANCEIRAS			
MULTAS DE MORA	(241,95)		(94,24)
JUROS DE MORA	(207,95)		(52,66)
DESPESAS BANCARIAS	(1.283,30)		(1.273,50)
TARIFAS BANCARIAS SICREDI	(2.508,74)		(1.721,44)
TARIFA CUSTAS DE PROTESTOS	(1.514,55)		(3.191,09)
IR APLICAÇÃO	(995,26)	(6.751,75)	(369,24)
RESULTADO OPERACIONAL		22.760,43	

Empresa: **FERRAGENS E TINTAS CAPANEMA EIRELI**
C.N.P.J.: 05.762.047/0001-06
Insc. Junta Comercial: 41600749103 Data: 15/07/2003
Período: 01/01/2019 - 31/12/2019

Folha: 0002
Número livro: 0016

1501

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 31/12/2019

Descrição	2019	Total	2018
RESULTAOO ANTES DO IR E CSL		22.760,43	
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		22.760,43	

- Sob as penas da lei, declaramos que as informações aqui contidas são verdadeiras e nos responsabilizamos por todas elas;
- As informações foram extraídas das folhas nºs 0002 a 0263 do Livro Diário nº 16, empresa registrada na Junta Comercial do Estado PR sob nº 41600749103, em 15/07/2003;
- A sociedade não possui Conselho Fiscal instalado;
- A sociedade não possui Auditoria Independente.

CAPANEMA, 09 de Novembro de 2020

TATIANE MORETTI SEBEN
ADMINISTRADORA
018.464.459-30

CHARLES MICHEL FEDRIZZE:54614333915
Assinado de forma digital por CHARLES MICHEL FEDRIZZE:54614333915
Dados: 2020.11.09 11:33:40 -03'00'

CHARLES MICHEL FEDRIZZE
TÉCNICO CONTÁBIL
Reg. no CRC - PR sob o No. PR-041782/O-9
CPF: 546.143.339-15

Empresa: **FERRAGENS E TINTAS CAPANEMA EIRELI**
C.N.P.J.: 05.762.047/0001-06
Insc. Junta Comercial: 41600749103 Data: 15/07/2003
Período: 01/01/2018 - 31/12/2018

Folha: 0001
Número livro: 0016

0001502

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 31/12/2018

Descrição	2018	Total	2017
RECEITA BRUTA			
VENDA DE MERCADORIAS	1.622.859,71		1.233.875,49
BONIFICAÇÃO	9.208,75	1.632.068,46	4.550,68
DEDUÇÕES			
(-) DEVDLUÇÃD DE VENDA DE MERCADORIAS	(2.928,50)		0,00
(-) ICMS	(3.856,19)		0,00
(-) SIMPLES	(103.098,77)	(109.883,46)	(70.548,73)
RECEITA LÍQUIDA		1.522.185,00	
CMV			
CUSTDS DAS MERCADORIAS VENDIDAS	(1.282.831,90)	(1.282.831,90)	(988.321,90)
LUCRO BRUTO		239.353,10	
DESPESAS OPERACIONAIS		(226.102,06)	
DESPESAS COM VENDAS			
SALÁRIDS E ORDENADDS	(103.057,07)		(82.901,08)
13º SALÁRIO	(9.063,98)		(7.246,62)
FÉRIAS	(12.052,89)		(9.689,99)
FGTS	(18.122,02)		(8.006,93)
MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS	(49,90)		0,00
COMBUSTIVEL	(16.996,66)		0,00
DESPESA CDM MATERIAS DE CONSUMO DIVERSOS	(49,90)	(159.392,42)	0,00
DESPESAS ADMINISTRATIVAS			
PRÓ-LABDRE	(22.896,00)		(22.488,00)
TAXAS DIVERSAS	(942,39)		0,00
ASSISTÊNCIA CONTÁBIL	(3.600,00)		(3.600,00)
JUROS E COMISSÕES BANCÁRIAS	(1.380,58)		0,00
JUROS SOBRE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	(32.162,92)		(19.885,50)
TARIFAS BANCARIAS BANCO DO BRASIL	(1.787,51)		(2.783,51)
TARIFA IOF	(129,05)	(62.898,45)	(3.815,34)
RECEITAS FINANCEIRAS			
JUROS DE APLICAÇÕES	2.890,98	2.890,98	2.863,18
DESPESAS FINANCEIRAS			
MULTAS DE MDRA	(94,24)		(99,86)
JUROS DE MORA	(52,66)		(300,65)
DESPESAS BANCARIAS	(1.273,50)		(1.092,65)
TARIFAS BANCARIAS SICREDI	(1.721,44)		(2.399,76)
TARIFA CUSTAS DE PROTESTOS	(3.191,09)		(1.631,90)
IR APLICAÇÃO	(369,24)	(6.702,17)	(46,59)
RESULTADO OPERACIONAL		13.251,04	

Empresa: **FERRAGENS E TINTAS CAPANEMA EIRELI**
C.N.P.J.: 05.762.047/0001-06
Insc. Junta Comercial: 41600749103 Data: 15/07/2003
Período: 01/01/2018 - 31/12/2018

Folha: 0002
Número livro: 0016

001503

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 31/12/2018

Descrição	2018	Total	2017
RESULTADO ANTES DO IR E CSL		13.251,04	
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		13.251,04	

- Sob as penas da lei, declaramos que as informações aqui contidas são verdadeiras e nos responsabilizamos por todas elas;
- As informações foram extraídas das folhas nºs 0002 a 0263 do Livro Diário nº 16, empresa registrada na Junta Comercial do Estado PR sob nº 41600749103, em 15/07/2003;
- A sociedade não possui Conselho Fiscal instalado;
- A sociedade não possui Auditoria Independente.

CAPANEMA, 01 de Novembro de 2020

TATIANE MORETTI SEBEN
ADMINISTRADORA
CPF: 018.464.459-30

CHARLES MICHEL FEDRIZZE:54614333915
Assinado de forma digital por CHARLES MICHEL FEDRIZZE:54614333915
Dados: 2020.11.09 11:33:09 -03'00'

CHARLES MICHEL FEDRIZZE
TÉCNICO CONTÁBIL
Reg. no CRC - PR sob o No. PR-041782/O-9
CPF: 546.143.339-15

Empresa: **FERRAGENS E TINTAS CAPANEMA EIRELI**
C.N.P.J.: 05.762.047/0001-06
Insc. Junta Comercial: 41600749103 Data: 15/07/2003
Período: 01/01/2017 - 31/12/2017

Folha: 0001
Número livro: 0016

1504

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 31/12/2017

Descrição	2017	Total	2016
RECEITA BRUTA			
VENDA DE MERCADORIAS	1.233.875,49		1.107.637,15
BONIFICAÇÃO	4.550,68		7.171,62
RECEITA AMOSTRA GRATIS	1.998,94	1.240.425,11	113,61
DEDUÇÕES			
(-) SIMPLES	(70.548,73)	(70.548,73)	(63.347,01)
RECEITA LÍQUIDA		1.169.876,38	
CMV			
CUSTOS DAS MERCADORIAS VENDIDAS	(988.321,90)	(988.321,90)	(847.822,50)
LUCRO BRUTO		181.554,48	
DESPESAS OPERACIONAIS		(164.514,75)	
DESPESAS COM VENDAS			
SALÁRIOS E ORDENADOS	(82.901,08)		(69.940,21)
13º SALÁRIO	(7.246,62)		(6.238,71)
FÉRIAS	(9.689,99)		(8.680,29)
FGTS	(8.006,93)	(107.844,62)	(14.132,56)
DESPESAS ADMINISTRATIVAS			
PRÓ-LABORE	(22.488,00)		(21.120,00)
SINDICATO DOS TRANSPORTES RODOVIARIOS	(332,69)		(692,19)
ASSISTÊNCIA CONTÁBIL	(3.600,00)		(3.600,00)
MULTA DE TRÂNSITO	(297,38)		0,00
DESPESAS COM CERTIFICADO DIGITAL	(255,00)		0,00
VARIAÇÕES MONETÁRIAS PASSIVAS	(504,48)		(466,20)
JUROS SOBRE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	(19.885,50)		(17.190,87)
TARIFAS BANCARIAS BANCO DO BRASIL	(2.783,51)		(1.176,54)
TARIFA IOF	(3.815,34)	(53.961,90)	(603,84)
RECEITAS FINANCEIRAS			
JUROS DE APLICAÇÕES	2.863,18	2.863,18	1.875,03
DESPESAS FINANCEIRAS			
MULTAS DE MORA	(99,86)		0,00
JUROS DE MORA	(300,65)		(72,91)
DESPESAS BANCARIAS	(1.092,65)		(778,35)
TARIFAS BANCARIAS SICREDI	(2.399,76)		(1.205,77)
TARIFA CUSTAS DE PROTESTOS	(1.631,90)		(4.442,02)
IR APLICAÇÃO	(46,59)	(5.571,41)	(89,02)
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS			
GANHOS/PERDAS NA ALIENAÇÃO DE IMOB.	3.000,00	3.000,00	0,00
RESULTADO OPERACIONAL		20.039,73	

Empresa: **FERRAGENS E TINTAS CAPANEMA EIRELI**
C.N.P.J.: 05.762.047/0001-06
Insc. Junta Comercial: 41600749103 Data: 15/07/2003
Período: 01/01/2017 - 31/12/2017

Folha: 0002
Número livro: 0016

505

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 31/12/2017

Descrição	2017	Total	2016
RESULTADO ANTES DO IR E CSL		20.039,73	
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		20.039,73	

- Sob as penas da lei, declaramos que as informações aqui contidas são verdadeiras e nos responsabilizamos por todas elas;
- As informações foram extraídas das folhas nºs 0002 a 0263 do Livro Diário nº 16, empresa registrada na Junta Comercial do Estado PR sob nº 41600749103, em 15/07/2003;
- A sociedade não possui Conselho Fiscal instalado;
- A sociedade não possui Auditoria Independente.

CAPANEMA, 09 de Novembro de 2020

TATIANE MORETTI SEBEN
ADMINISTRADORA
CPF: 018.464.459-30

CHARLES MICHEL FEDRIZZE:54614333915
Assinado de forma digital por CHARLES MICHEL FEDRIZZE:54614333915
Dados: 2020.11.09 11:32:32 -03'00'

CHARLES MICHEL FEDRIZZE
TÉCNICO CONTÁBIL
Reg. no CRC - PR sob o No. PR-041782/O-9
CPF: 546.143.339-15

Empresa: **FERRAGENS E TINTAS CAPANEMA EIRELI**
C.N.P.J.: 05.762.047/0001-06
Insc. Junta Comercial: 41600749103 Data: 15/07/2003
Período: 01/01/2017 a 31/12/2017
Balanço encerrado em: 31/12/2017

Folha: 0001
Número livro: 0016

41 1506

BALANÇO PATRIMONIAL

Descrição	2017	2016
	31/12/2017	31/12/2016
ATIVO	**3.054.547,32D**	**2.446.815,34D**
ATIVO CIRCULANTE	**2.771.527,32D**	**2.173.775,34D**
DISPONÍVEL	**114.017,88D**	**53.977,58D**
CAIXA	**10.595,58D**	**9.993,09D**
CAIXA GERAL	10.595,58D	9.993,09D
BANCOS CONTA MOVIMENTO	**64.114,97D**	**6.423,41D**
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	4.643,34D	882,69D
SICREDI	59.471,63D	5.540,72D
APLICAÇÕES FINANCEIRAS LIQUIDEZ IMEDIATA	**39.307,33D**	**37.561,08D**
OUROCAP BB	11.925,11D	25.642,31D
QUOTA CAPITAL SICREDI	5.267,49D	4.552,09D
APLICAÇÃO FINANCEIRA BB	22.114,73D	7.366,68D
OUTROS CRÉDITOS	**109,94D**	**109,94D**
TRIBUTOS A RECUPERAR/COMPENSAR	**109,94D**	**109,94D**
ICMS A RECUPERAR	17,94D	17,94D
INSS A COMPENSAR	92,00D	92,00D
ESTOQUE	**2.652.827,45D**	**2.115.684,05D**
MERCADORIAS, PRODUTOS E INSUMOS	**2.652.827,45D**	**2.115.684,05D**
MERCADORIAS PARA REVENDA	2.652.827,45D	2.115.684,05D
REMESSAS	**4.572,05D**	**4.003,77D**
REMESSA DE MERCADORIAS PRA CONSERTO	4.572,05D	4.003,77D
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	**259.970,00D**	**249.990,00D**
IMOBILIZADO	**259.970,00D**	**249.990,00D**
MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	**17.670,00D**	**15.690,00D**
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	17.670,00D	15.690,00D
VEÍCULOS	**242.300,00D**	**234.300,00D**
AGRALE MODELO 10000 ANO/MODELO 2012/2013	142.300,00D	142.300,00D
VW WOLKSWAGEM 1985	25.000,00D	25.000,00D
PAS/MOTOCICLETA HONDA CG 150	5.000,00D	5.000,00D
VEICULO FORD FUSION	0,00	62.000,00D
AUTOMOVEL FORD FUSION AWD GTDI	70.000,00D	0,00
CONTAS DE COMPENSAÇÃO	**23.050,00D**	**23.050,00D**
CONTAS DE COMPENSAÇÃO	**23.050,00D**	**23.050,00D**
MERCADORIA EM CONSIGNAÇÃO MERCANTIL	**1.050,00D**	**1.050,00D**
ENTRADA DE MERC. EM CONSIGNAÇÃO MERCANTIL	1.050,00D	1.050,00D
BENS ADQUIRIDOS EM COMODATO	**22.000,00D**	**22.000,00D**
DISP TINTAS MOD X-MART	22.000,00D	22.000,00D
PASSIVO	**3.054.547,32C**	**2.446.815,34C**
PASSIVO CIRCULANTE	**2.447.988,30C**	**1.950.687,46C**
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	**84.641,19C**	**70.277,67C**
EMPRÉSTIMOS	**83.549,87C**	**57.714,12C**
PROJER BANCO DO BRASIL	2.257,90C	18.000,00C
EMPRÉSTIMO GIRO CAIXA CONTRATO 524/34	0,00	13.748,19C
(-) JUROS A TRANSCORRER CURTO PRAZO	0,00	746,43D
EMPRESTIMO BB CREDITO COMERCIAL 01	7.333,32C	11.733,36C
EMPRESTIMO BANCO DE BRASIL	14.979,00C	14.979,00C
PROJER SICREDI	43.382,76C	0,00
(-) JUROS A TRANSCORRER PROJER SICREDI	13.219,95D	0,00
CAPITAL DE GIRO SICREDI	43.357,80C	0,00
(-) JUROS A TRANSCORRER CAPITAL DE GIRO	14.540,96D	0,00
CONSÓRCIOS	**1.091,32C**	**12.563,55C**
CONSÓRCIOS A PAGAR	1.091,32C	12.563,55C
FORNECEDORES	**2.330.920,52C**	**1.859.558,43C**
FORNECEDORES	**2.330.920,52C**	**1.859.558,43C**
3M DO BRASIL LTDA.	1.489,05C	1.489,05C
A. J. RORATO & CIA LTDA	11.512,97C	13.550,30C
A3 COMERCIO DE MAT DE CONS LTDA ME	2.565,50C	783,00C
ACQUAFORT COMERCIO DE MATERIAIS DE CONST	15.201,75C	0,00

CAPANEMA, 09 de Novembro de 2020

Empresa: **FERRAGENS E TINTAS CAPANEMA EIRELI**
C.N.P.J.: 05.762.047/0001-06
Insc. Junta Comercial: 41600749103 Data: 15/07/2003
Período: 01/01/2017 a 31/12/2017
Balanço encerrado em: 31/12/2017

Folha: 0002
Número livro: 0016

507

BALANÇO PATRIMONIAL

Descrição	2017	2016
	31/12/2017	31/12/2016
AEROFLEX INDUSTRIA DE AEROSOL LTDA	10.821,91C	3.427,42C
AGROCOMERCIAL SANDRI LTDA	16.831,85C	16.252,06C
ALCIMAR JOSE ROCHA - ME	5.125,99C	0,00
ALCOESTE CONDUTORES ELET.E ACESS. LTDA.	6.082,74C	4.712,16C
ALIANCA METALURGICA S/A	3.668,01C	0,00
ALINE APARECIDA DO NASCIMENTO ROCHA - ME	13.296,14C	13.377,21C
ALUMASA IND. DE PLASTICO E ALUMINIO LTDA	9.059,59C	3.780,07C
ArcelorMittal Brasil S.A	4.789,08C	5.888,67C
ArcelorMittal Brasil S.A	4.184,37C	0,00
ASTRA S/A. INDUSTRIA E COMERCIO	17.990,30C	11.026,96C
ATP - IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA. - EP	4.299,75C	3.638,25C
AUTOMOTIVOS 2001 LTDA	23.767,69C	10.293,20C
AZIMUT ALUMINIOS luiz eduardo quadrini c	3.105,22C	3.105,22C
B.P. PRE-MOLDADOS E CONSTRUTORA LTDA	8.240,00C	2.415,00C
BALFORT LTDA ME	8.771,12C	6.601,54C
BARCEL DISTRIBUIDORA LTDA	4.090,33C	4.090,33C
BELA VISTA COM. DE CAL E TRANSPORTES LTD	3.300,00C	0,00
BLACK E DECKER DO BRASIL LTDA	3.604,55C	8.824,52C
BLUCABOS IND COM MAT ELETRICO LTDA EPP	0,00	1.029,20C
BONARDI IND. QUIMICA LTDA	18.667,60C	16.484,01C
BORTOLOTTO DISTRIBUIDOR DE FERRO E ACO L	1.622,60C	0,00
BRASILUX IND COM IMP EXP LTDA	0,00	6.114,68C
C M MAZALI LEAO METAIS EIRELI - EPP	2.017,34C	0,00
CEDASA Ind. e Com. de Pisos Ltda-MAJOPAR	27.049,82C	30.905,05C
CERAMFIX INDUSTRIA COMERCIO DE ARGAMASSA	105.398,86C	64.528,48C
CERAMICA ALMEIDA LTDA	17.366,93C	20.797,54C
CERAMICA CEJATEL LTDA	0,00	3.124,80C
D GONCALVES COTA - EPP	2.272,77C	0,00
De Bastiani e De Bastiani	1.690,00C	1.870,00C
Delta Industria Ceramica S/A	68.240,40C	46.728,72C
DIAMOND ADAMANTINA EIRELI - EPP	5.425,80C	2.216,02C
DIAMOND COM VAREJ.ACES.PARA POLIMENTO DE	2.165,00C	2.265,00C
DISTRIBUIDORA DE INOX ALCIMAR LTDA.	477,60C	465,60C
DOCOL METAIS SANITARIOS LTDA	18.988,35C	12.690,63C
Douglas Rodrigo Piovesani - Tintas - ME	53.772,93C	16.843,19C
DURÍN INDÚSTRIA DE PLÁSTICOS LTDA	8.575,34C	7.775,67C
E A LEAO EPP	2.246,21C	415,42C
ELETRO ZAGONEL LTDA	6.404,73C	2.402,00C
ELIANE S/A - REVESTIMENTOS CERAMICOS	9.290,90C	0,00
Embramaco Emp.Bras.de Mats.p/Constr.Ltda	16.140,38C	5.120,45C
Embramaco Emp.Bras.de Mats.p/Constr.Ltda	0,00	8.496,85C
ENERBRAS MATERIAIS ELETRICOS LTDA	2.714,22C	2.750,51C
FAMASTIL TAURUS FERRAMENTAS S A	1.847,47C	8.117,37C
FAMASTIL TAURUS FERRAMENTAS S A	3.693,77C	0,00
FAME FAB APAR MAT ELETR LTDA	55.827,15C	43.344,00C
FARBEN S/A INDUSTRIA QUIMICA	185.764,29C	134.304,26C
FERRAGENS NEGRAO COM LTDA-CURITIBA	110.996,96C	98.678,87C
FIOLUX INDUSTRIA E COMERCIO LTDA.	1.938,25C	1.938,25C
FORTLEV INDUSTRIA E COMERCIO DE PLASTICO	25.309,18C	15.038,23C
G LUNA IND METALURGICA LTDA	2.131,26C	2.131,26C
GAAM INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS LTDA	29.800,79C	27.001,38C
GABRIELLA REFRATARIOS LTDA	936,00C	2.945,83C
GABRIELLA REVESTIMENTOS CERAMICOS LTDA	3.654,97C	3.654,97C
Gamma Sulamericana Com Imp Exp e Distrib LTDA	15.526,21C	0,00
GASPARZINHO DISTRIBUIDDRA DE MATERIAIS E	905,71C	0,00
GIB DO BRASIL INDUSTRIA DE ISDLANTES LTDA	1.527,50C	0,00
GOLBRASIL INDUSTRIA QUIMICA EIRELI	4.986,72C	1.525,29C
HIDROFIO TRANSPORTES DE CARGAS LTDA - ME	0,00	923,68C
HYDRA CORONA SIST. AQ. AGUA LTDA	2.014,70C	0,00
HYDRONORTH S/A	40.512,06C	27.138,16C
INDESTEL INDUSTRIA DE EMBALAGENS OESTE L	1.699,35C	0,00
Industria Metalurgica RPER Ltda	3.035,63C	0,00
JAPI SA INDUSTRIA E COMERCIO	0,00	2.877,27C
KAPAZI IND E COM DE CAPACHOS LTDA	8.317,95C	0,00
LAAL COMERCIAL IMPORTADORA LTDA	18.435,72C	0,00
LATINA COMERCIAL EIRELI-ME	1.273,40C	0,00
LB CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA	2.594,99C	5.515,00C
LEF PISOS E REVESTIMENTOS LTDA.	92.109,81C	46.884,39C
LORENZETTI S.A. INDUSTRIAS BRASILEIRAS E	27.803,64C	31.690,15C
LUX TELHAS POLIMEROS LTDA	1.313,88C	0,00

CAPANEMA, 09 de Novembro de 2020

Empresa: **FERRAGENS E TINTAS CAPANEMA EIRELI**
C.N.P.J.: 05.762.047/0001-06
Insc. Junta Comercial: 41600749103 Data: 15/07/2003
Período: 01/01/2017 a 31/12/2017
Balanço encerrado em: 31/12/2017

Folha: 0003
Número livro: 0016

1508

BALANÇO PATRIMONIAL

Descrição	2017	2016
	31/12/2017	31/12/2016
M & M CERAMICA EIRELI - EPP	1.504,00C	2.256,80C
M. G. Tintas LTDA	48.264,48C	108.638,81C
MAC FER INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	5.674,23C	4.855,22C
MAC FERRAMENTAS EIRELI - ME	764,56C	0,00
MAFER IND. E COM. DE METAIS SANITARIOS EIRELI	9.334,87C	8.649,50C
MAQTRON IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA	3.766,00C	3.766,00C
Margem Companhia de Mineracao	16.550,02C	0,00
META DISTRIBUICAO LTDA	808,00C	2.433,92C
METALURGICA MOR S.A - MATRIZ	13.958,15C	10.056,27C
METALURGICA TRAPP LTDA	13.306,97C	9.514,45C
MOR DISTRIBUID. DE ARTIGOS DE LAZER LTDA	4.514,72C	1.544,57C
MULTINACIONAL DIST MAT CONST LTDA - FILI	30.116,23C	27.366,80C
NUCLEODOT EQUIPAMENTOS MEDICOS LTDA	0,00	1.245,00C
O.V.D. IMPORTADORA E DISTRIBUIDORA LTDA	23.830,34C	15.719,95C
OCL COMERCIO E IMPORTACAO LTDA.	632,00C	0,00
OCL COMERCIO E IMPORTAÇÃO LTDA.	3.691,18C	4.371,33C
OURENSE DO BRASIL IND ART MET LTDA	7.928,61C	17.919,38C
PADO S.A INDL.COML.E IMPORTADORA	2.421,84C	2.848,93C
PALOSCHI IND.DE MOVEIS P/BANHEIROS	21.471,55C	11.762,21C
Pamplona Eletrometalurgica Ltda.	1.886,56C	0,00
PERFILIT IND COM IMP EXP PERFIS TEC LTDA	1.964,61C	274,85C
PINCEIS ATLAS S/A	36.356,26C	27.088,64C
PLASTICOS INDEPENDENCIA LTDA.	1.116,25C	1.116,25C
PLASTILIT PROD. PLASTICOS DO PARANA LTDA	92.022,16C	87.652,20C
PRAT-K UTILIDADES LTDA	1.770,13C	2.739,28C
ROCA SANITARIOS BRASIL LTDA	12.326,33C	9.512,59C
ROCA SANITARIOS BRASIL LTDA	11.270,97C	13.428,30C
ROCA SANITARIOS BRASIL LTDA	23.532,24C	45.008,21C
Saint-Gobain do Brasil Produtos Ind ustriais e para Construc	4.606,18C	0,00
SAN MARCOS REVESTIMENTOS CERAMICDS LTDA	6.271,91C	8.183,86C
SANDALO INDUSTRIAL SA	3.175,33C	2.514,03C
SHERWIN WILLIAMS DO BRASIL-DIV. LAZZURIL	105.919,31C	126.678,65C
SHERWIN-WILLIAMS DO BRASIL INDUSTRIA E C	1.478,44C	6.724,63C
SHERWIN-WILLIAMS DO BRASIL INDUSTRIA E C	307.799,80C	294.874,15C
SOPRANO ELETR. E HIDRAULICA LTDA - MCOES	0,00	1.664,40C
SOPRANO FECHADURAS E FERRAGENS S.A.	2.456,39C	0,00
TECIDOS E ARMARINHOS MIGUEL BARTOLOMEU S	78.977,99C	62.191,23C
TIGRE MATERIAIS E SOLUCOES PARA CONSTRUC	14.582,37C	0,00
TIGRE S A TUBOS E CONEXOES	2.960,06C	9.137,50C
TINTAS IQUINE LTDA	55.595,39C	0,00
TINTASUL DISTRIBUIDORA DE TINTAS LTDA	994,50C	0,00
TINTASUL DISTRIBUIDORA DE TINTAS LTDA	127.451,83C	63.166,20C
TOP GLASS COMERCIO DE VIDROS - EIRELI	350,97C	0,00
UNIAO INDUSTRIAL LTDA	4.245,71C	2.794,66C
V. MESOMO E CIA LTDA.	2.177,12C	8.880,96C
VALEPLAST IND. E COM. DE PLASTICOS V. P.	513,83C	0,00
VITESSE INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS	9.933,71C	13.095,13C
VOTORANTIM CIMENTOS S/A	759,30C	759,30C
VOTORANTIM CIMENTOS S/A	0,00	4.085,33C
VRPAR DIST. DE MAT. PARA CONSTRUCAO LTDA	12.554,50C	9.796,80C
VRPAR DIST. DE MAT. PARA CONSTRUCAO LTDA	0,00	5.255,00C
WS DECORACOES LTDA ME	1.049,57C	0,00
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	**6.829,55C**	**7.278,40C**
IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER	**6.829,55C**	**7.278,40C**
IRRF A RECOLHER	89,52C	43,92C
SIMPLES A RECOLHER	6.662,36C	7.105,63C
CONTRIBUIÇÃO SINDICAL A RECOLHER	77,67C	128,85C
OBRIGAÇÕES TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIA	**21.024,99C**	**9.569,19C**
OBRIGAÇÕES COM O PESSOAL	**11.375,75C**	**5.355,82C**
SALÁRIOS E ORDENADOS A PAGAR	9.440,89C	3.522,42C
PRÓ-LABORE A PAGAR	1.667,86C	1.566,40C
AUTONOMO A PAGAR	267,00C	267,00C
OBRIGAÇÕES SOCIAIS	**2.544,01C**	**1.240,75C**
INSS A RECOLHER	1.344,69C	720,74C
FGTS A RECOLHER	1.199,32C	520,01C
PROVISÕES	**7.105,23C**	**2.972,62C**

CAPANEMA, 09 de Novembro de 2020

Empresa: **FERRAGENS E TINTAS CAPANEMA EIRELI**
C.N.P.J.: 05.762.047/0001-06
Insc. Junta Comercial: 41600749103 Data: 15/07/2003
Período: 01/01/2017 a 31/12/2017
Balanço encerrado em: 31/12/2017

Folha: 0004
Número livro: 0016

509

BALANÇO PATRIMONIAL

Descrição	2017	2016
	31/12/2017	31/12/2016
PROVISÕES PARA FÉRIAS	6.450,13C	2.618,72C
FGTS SOBRE PROVISÕES PARA FÉRIAS	655,10C	353,90C
REMESSAS DE BENS	**4.572,05C**	**4.003,77C**
CONSERTO DE BENS E MERCADORIAS	4.572,05C	4.003,77C
PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	**196.981,07C**	**106.589,66C**
PASSIVO EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	**196.981,07C**	**106.589,66C**
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	**196.981,07C**	**106.589,66C**
EMPRÉSTIMOS	**196.981,07C**	**105.546,73C**
PROJER BANCO DO BRASIL	0,00	9.398,89C
EMPRÉSTIMO BANCO BRASIL	59.915,50C	74.894,50C
EMPRESTIMO BB CREDITO COMERCIAL 01	15.657,17C	21.253,34C
EMPRESTIMO CAPITAL DE GIRO SICREDI	75.876,15C	0,00
(-) JUROS A TRANSCORRER CAPITAL DE GIRO	11.128,01D	0,00
EMPRESTIMO PROJER SICREDI	65.074,14C	0,00
(-) JUROS A TRANSCORRER PROJER SICREDI	8.413,88D	0,00
CONSÓRCIOS	**0,00**	**1.042,93C**
CONSÓRCIOS A PAGAR	0,00	1.042,93C
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**386.527,95C**	**366.488,22C**
CAPITAL SOCIAL	**65.000,00C**	**65.000,00C**
CAPITAL SUBSCRITO	**65.000,00C**	**65.000,00C**
CAPITAL SOCIAL	65.000,00C	65.000,00C
RESERVAS DE LUCROS	**32.463,74C**	**32.463,74C**
RESERVAS DE LUCRO	32.463,74C	32.463,74C
LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	**289.064,21C**	**269.024,48C**
LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	**289.064,21C**	**269.024,48C**
LUCROS ACUMULADOS	289.064,21C	284.719,40C
(-) PREJUÍZOS ACUMULADOS	0,00	15.694,92D
CONTAS DE COMPENSAÇÃO	**23.050,00C**	**23.050,00C**
CONTAS DE COMPENSAÇÃO	**23.050,00C**	**23.050,00C**
MERCADORIA EM CONSIGNAÇÃO MERCANTIL	**1.050,00C**	**1.050,00C**
MERC. RECEBIDA EM CONSIGNAÇÃO MERCANTIL	1.050,00C	1.050,00C
BENS ADQUIRIDOS EM COMODATO	**22.000,00C**	**22.000,00C**
DISP TINTAS MOD X-MART	22.000,00C	22.000,00C

Reconhecemos a exatidão do presente Balanço em R$ 3.054.547,32 (três milhões e cinquenta e quatro mil quinhentos e quarenta e sete reais e trinta dois centavos)

- Sob as penas da lei, declaramos que as informações aqui contidas são verdadeiras e nos responsabilizamos por todas elas;
- As informações foram extraídas das folhas nºs 0002 a 0263 do Livro Diário nº 16, empresa registrada na Junta Comercial do Estado PR sob nº 41600749103, em 15/07/2003;
- A sociedade não possui Conselho Fiscal instalado;
- A sociedade não possui Auditoria Independente.

CAPANEMA, 09 de Novembro de 2020

TATIANE MORETTI SEBEN
ADMINISTRADORA
CPF: 018.464.459-30

CHARLES MICHEL FEDRIZZE:54614333915 Assinado de forma digital por CHARLES MICHEL FEDRIZZE:54614333915 Dados: 2020.11.09 11:31:07 -03'00'

CHARLES MICHEL FEDRIZZE
TÉCNICO CONTÁBIL
Reg. no CRC - PR sob o No. PR-041782/O-9
CPF: 546.143.339-15

Empresa: **FERRAGENS E TINTAS CAPANEMA EIRELI** Folha: 0001
C.N.P.J.: 05.762.047/0001-06 Número livro: 0016
Insc. Junta Comercial: 41600749103 Data: 15/07/2003
Período: 01/01/2019 a 31/12/2019
Balanço encerrado em: 31/12/2019

0001510

BALANÇO PATRIMONIAL

Descrição	2019	2018
	31/12/2019	31/12/2018
ATIVO	**4.079.145,27D**	**3.714.584,71D**
ATIVO CIRCULANTE	**3.767.214,64D**	**3.431.564,71D**
DISPONÍVEL	**254.339,75D**	**179.129,60D**
CAIXA	**41.333,17D**	**39.011,11D**
CAIXA GERAL	41.333,17D	39.011,11D
BANCOS CONTA MOVIMENTO	**136,82D**	**42.839,91D**
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	135,82D	0,00
SICREDI	1,00D	42.839,91D
APLICAÇÕES FINANCEIRAS LIQUIDEZ IMEDIATA	**212.869,76D**	**97.278,58D**
OUROCAP BB	0,00	23.788,82D
APLICAÇÃO FINANCEIRA CAIXA	67.473,77D	31.500,63D
QUOTA CAPITAL SICREDI	6.631,26D	6.250,82D
APLICAÇÃO FINANCEIRA BB	67.153,34D	35.399,33D
APLICAÇÃO FINANCEIRA SICREDI	71.214,72D	0,00
APLICAÇÃO FINANCEIRA CAIXA IBOVESPA	251,31D	198,83D
APLICAÇÃO FINANCEIRA CAIXA EMPREENDER LP	145,36D	140,15D
OUTROS CRÉDITOS	**109,94D**	**109,94D**
TRIBUTOS A RECUPERAR/COMPENSAR	**109,94D**	**109,94D**
ICMS A RECUPERAR	17,94D	17,94D
INSS A COMPENSAR	92,00D	92,00D
ESTOQUE	**3.505.461,18D**	**3.246.956,20D**
MERCADORIAS, PRODUTOS E INSUMOS	**3.505.461,18D**	**3.246.956,20D**
MERCADORIAS PARA REVENDA	3.505.461,18D	3.246.956,20D
REMESSAS	**7.303,77D**	**5.368,97D**
REMESSA DE MERCADORIAS PRA CONSERTO	7.303,77D	5.368,97D
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	**288.880,63D**	**259.970,00D**
IMOBILIZADO	**288.880,63D**	**259.970,00D**
MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	**17.670,00D**	**17.670,00D**
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	17.670,00D	17.670,00D
VEÍCULOS	**272.891,99D**	**242.300,00D**
AGRALE MODELO 10000 ANO/M0DELO 2012/2013	142.300,00D	142.300,00D
VW WOLKSWAGEM 1985	25.000,00D	25.000,00D
PAS/MOTOCICLETA HONDA CG 150	5.000,00D	5.000,00D
AUTOMOVEL FORD FUSION AWD GTDI	0,00	70.000,00D
CAMINHONETE FIAT/TORO VOLCANO 2.1AT	100.591,99D	0,00
(-) DEPRECIAÇÕES, AMORT. E EXAUS. ACUMUL	**1.681,36C**	**0,00**
(-) DEPRECIAÇÕES DE VEÍCULOS	1.681,36C	0,00
CONTAS DE COMPENSAÇÃO	**23.050,00D**	**23.050,00D**
CONTAS DE COMPENSAÇÃO	**23.050,00D**	**23.050,00D**
MERCADORIA EM CONSIGNAÇÃO MERCANTIL	**1.050,00D**	**1.050,00D**
ENTRADA DE MERC. EM CONSIGNAÇÃO MERCANTIL	1.050,00D	1.050,00D
BENS ADQUIRIDOS EM COMODATO	**22.000,00D**	**22.000,00D**
DISP TINTAS MOD X-MART	22.000,00D	22.000,00D
PASSIVO	**4.079.145,27C**	**3.714.584,71C**
PASSIVO CIRCULANTE	**3.494.011,69C**	**3.103.539,32C**
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	**67.518,96C**	**92.829,49C**
EMPRÉSTIMOS	**67.518,96C**	**92.829,49C**
EMPRESTIMO BB CREDITO COMERCIAL 01	7.388,67C	7.333,32C
EMPRESTIMO BANCO DE BRASIL	14.979,00C	14.979,00C
PROJER SICREDI	0,00	43.382,76C
(-) JUROS A TRANSCORRER PROJER SICREDI	0,00	7.319,55D
CAPITAL DE GIRO SICREDI	0,00	43.357,80C
(-) JUROS A TRANSCORRER CAPITAL DE GIRO	0,00	8.903,84D
EMPRESTIMO SICREDI B90732109-5	50.834,28C	0,00
(-) JUROS A TRANSCORRER B90732109-5	5.682,99D	0,00
FORNECEDORES	**3.386.524,55C**	**2.971.770,98C**
FORNECEDORES	**3.386.524,55C**	**2.971.770,98C**
A RECKZIEGEL & CIA LTDA	160,00C	0,00

CAPANEMA, 09 de Novembro de 2020

Empresa: **FERRAGENS E TINTAS CAPANEMA EIRELI**
C.N.P.J.: 05.762.047/0001-06
Insc. Junta Comercial: 41600749103 Data: 15/07/2003
Período: 01/01/2019 a 31/12/2019
Balanço encerrado em: 31/12/2019

Folha: 0002
Número livro: 0016

511

BALANÇO PATRIMONIAL

Descrição	2019	2018
	31/12/2019	31/12/2018
A. J. RORATO & CIA LTDA	25.931,12C	15.386,65C
A3 COMERCIO DE MAT DE CONS LTDA ME	8.406,06C	5.794,83C
ACQUAFORT COMERCIO DE MATERIAIS DE CONST	36.524,83C	37.536,79C
AEROFLEX INDUSTRIA DE AEROSOL LTDA	24.004,77C	16.851,95C
AGROCOMERCIAL SANDRI LTDA	4.003,28C	12.782,10C
ALCIMAR JOSE ROCHA - ME	5.640,99C	12.178,64C
ALCOESTE CONDUTORES ELET.E ACESS. LTDA.	11.670,00C	12.532,34C
ALIANCA METALURGICA S/A	5.107,64C	3.668,01C
ALINE APARECIDA DO NASCIMENTO ROCHA - ME	0,00	7.761,32C
ALMEIDA PISOS E REVESTIMENTOS LTDA	19.669,54C	9.668,64C
ALUMASA IND. DE PLASTICO E ALUMINIO LTDA	15.649,38C	13.989,58C
ArcelorMittal Brasil S.A	0,00	4.789,08C
ArcelorMittal Brasil S.A	0,00	4.184,37C
ASTRA S/A. INDUSTRIA E COMERCIO	36.641,19C	29.367,80C
ATP - IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA. - EP	6.494,00C	4.857,00C
AUTOMOTIVOS 2001 LTDA	31.717,48C	30.501,70C
AZIMUT ALUMINIOS luiz eduardo quadrini c	14.768,00C	7.765,14C
B.P. PRE-MOLDADOS E CONSTRUTORA LTDA	20.330,67C	11.000,00C
BAHER COMERCIAL IMPORTADORA E EXPOR	1.278,90C	1.278,90C
BALFORT LTDA ME	11.730,92C	11.123,47C
BARZEL COMERCIO E IMPORTACAO LTDA	10.625,98C	0,00
BELA VISTA COM. DE CAL E TRANSPORTES LTD	0,00	3.300,00C
BELKA PVC INDUSTRIA DE FORRO LTDA	36.469,45C	13.669,97C
BLACK E DECKER DO BRASIL LTDA	4.041,12C	6.401,61C
BLUCABOS IND COM MAT ELETRICO LTDA EPP	13.322,86C	7.492,06C
BONARDI IND. QUIMICA LTDA	20.757,81C	24.058,50C
BORTOLOTTO DISTRIBUIDOR DE FERRO E ACO L	0,00	1.622,60C
BP ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA	2.500,00C	0,00
C M MAZALI LEAO METAIS EIRELI - EPP	0,00	2.017,34C
CAPA COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA	1.124,58C	49,90C
CAW MINERAÇÃO E BRITAGEM DE PEDRA LTDA	15.315,40C	16.588,60C
CEDASA Ind. e Com. de Pisos Ltda-MAJOPAR	11.584,70C	22.804,82C
CERAMFIX INDUSTRIA COMERCIO DE ARGAMASSA	114.685,16C	122.134,28C
CERAMICA ALMEIDA LTDA	7.716,85C	13.953,53C
COMERCIAL ELETRICA DZ LTDA	3.454,00C	3.454,00C
D GONCALVES COTA - EPP	2.137,68C	4.410,46C
Delta Industria Ceramica S/A	151.374,45C	101.407,70C
DIAMOND ADAMANTINA EIRELI - EPP	1.414,56C	4.624,34C
DIAMOND COM VAREJ.ACES.PARA POLIMENTO DE	963,00C	1.908,00C
DISTINTACOR COM. TINTAS E ACES.LTDA	2.426,87C	1.547,85C
DISTRIBUIDORA DE FRIOS ALVORADA LTDA	962,90C	0,00
DISTRIBUIDORA DE INOX ALCIMAR LTDA.	3.886,80C	1.146,60C
DOCOL METAIS SANITARIOS LTDA	30.521,03C	28.369,05C
Douglas Rodrigo Piovesani - Tintas - ME	102.965,96C	70.588,37C
DURIN IMPORTS - IMPORTACAO E COMERC PRODUTOS PLASTI	1.191,48C	1.191,48C
DURÍN INDÚSTRIA DE PLÁSTICOS LTDA	11.229,26C	15.727,35C
E A LEAO EPP	0,00	1.830,79C
ELETRO ZAGONEL LTDA	21.116,60C	13.491,88C
ELETROSUL DISTRIBUIDORA LTDA	4.302,04C	0,00
ELIANE S/A - REVESTIMENTOS CERAMICOS	8.943,42C	18.234,32C
ELOVAL TRANSPORTES LTDA ME	1.552,40C	0,00
Embramaco Emp.Bras.de Mats.p/Constr.Ltda	52.546,65C	33.345,11C
ENERBRAS MATERIAIS ELETRICOS LTDA	1.302,59C	2.122,17C
FAMASTIL TAURUS FERRAMENTAS S A	0,00	3.693,77C
FAME FAB APAR MAT ELETR LTDA	75.885,19C	71.381,34C
FARBEN S/A INDUSTRIA QUIMICA	247.263,35C	241.919,30C
FERRAGENS NEGRAO COM LTDA-CURITIBA	161.391,52C	159.964,05C
FIBRATELHAS IND E COM DE FIBERGLASS LTDA	1.087,69C	1.087,69C
FORTLEV INDUSTRIA E COMERCIO DE PLASTICO	49.924,52C	46.233,84C
GAAM INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS LTDA	34.753,52C	29.605,60C
Gamma Sulamericana Com Imp Exp e Distrib LTDA	0,00	15.526,21C
GASPARZINHO DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS E	0,00	905,71C
GIB DO BRASIL INDUSTRIA DE ISOLANTES LTDA	4.190,00C	7.597,50C
GOLBRASIL INDUSTRIA QUIMICA EIRELI	0,00	1.568,39C
HYDRA CORONA SIST. AQ. AGUA LTDA	4.201,56C	6.216,26C
HYDRONORTH S/A	13.735,60C	13.571,07C
ILIDA IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA	777,14C	0,00
INDASA BRASIL LTDA	12.711,50C	3.189,50C
INDESTEL INDUSTRIA DE EMBALAGENS OESTE L	2.329,00C	4.028,35C
INDUSFIBRAS IND E COM DE FIBERGLASS LTDA	947,53C	947,53C

CAPANEMA, 09 de Novembro de 2020

Empresa: **FERRAGENS E TIN**TAS CAPANEMA EIRELI
C.N.P.J.: 05.762.047/0001-06
Insc. Junta Comercial: 41600749103 Data: 15/07/2003
Período: 01/01/2019 a 31/12/2019
Balanço encerrado em: 31/12/2019

Folha: 0003
Número livro: 0016

512

BALANÇO PATRIMONIAL

Descrição	2019	2018
	31/12/2019	31/12/2018
INDUSTRIA DE PIAS GHELPLUS LTDA - AMPERE	7.553,43C	2.817,55C
INDUSTRIA E COMERCIO DE CAL OURO VERDE LTDA	3.464,00C	3.464,00C
Industria Metalurgica RPER Ltda	0,00	2.011,63C
J E INDUSTRIA E COMERCIO DE METAIS EIRELI - ME	1.698,47C	2.913,05C
J PORTELLES DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS D	18.263,01C	6.520,39C
JAPI SA INDUSTRIA E COMERCIO	653,84C	653,84C
KAPAZI IND E COM DE CAPACHOS LTDA	21.067,94C	19.223,65C
LAAL COMERCIAL IMPORTADORA LTDA	10.831,68C	26.973,00C
LATINA COMERCIAL EIRELI-ME	12.288,17C	2.256,80C
LEF PISOS E REVESTIMENTOS LTDA.	147.020,68C	133.058,00C
LIMPEDRA PRODUTOS DE LIMPEZA PESADA LTDA	1.775,00C	1.775,00C
LORENZETTI S.A. INDUSTRIAS BRASILEIRAS E	63.877,92C	45.835,35C
LUX TELHAS POLIMEROS LTDA	0,00	1.313,88C
M. G. Tintas LTDA	72.209,00C	31.993,88C
MAC FERRAMENTAS EIRELI - ME	6.964,03C	3.764,56C
MAFER IND. E COM. DE METAIS SANITARIOS EIRELI	19.087,02C	10.368,58C
MAJU - DIST. DE MAT. ELETR. E HIDRAULICOS LTDA	27.603,23C	9.347,09C
MAQTRON IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA	6.984,27C	4.989,42C
Margem Companhia de Mineracao	27.080,04C	29.184,06C
METALPA MAQUINAS INDUSTRIAIS EIRELI	2.750,00C	0,00
METALURGICA MOR S.A - MATRIZ	25.891,97C	17.184,99C
METALURGICA TRAPP LTDA	10.238,18C	11.728,12C
MINERACAO D'AGOSTINI LTDA EPP	401,61C	0,00
MOR DISTRIBUID. DE ARTIGOS DE LAZER LTDA	0,00	1.694,79C
MOR DISTRIBUIDORA LTDA.	1.074,98C	0,00
MULTINACIONAL DIST MAT CONST LTDA - FILI	58.320,35C	45.213,96C
O.V.D. IMPORTADORA E DISTRIBUIDORA LTDA	7.628,75C	9.441,02C
OCL COMERCIO E IMPORTACAO LTDA.	0,00	632,00C
OCL COMERCIO E IMPORTAÇÃO LTDA.	25.398,12C	12.162,86C
OURENSE DO BRASIL IND ART MET LTDA	2.975,14C	5.401,63C
PADO S.A INDL.COML.E IMPORTADORA	5.093,21C	3.239,89C
PALOSCHI IND.DE MOVEIS P/BANHEIROS	28.021,45C	20.685,11C
Pamplona Eletrometalurgica Ltda.	6.850,33C	4.469,65C
PERFILIT IND COM IMP EXP PERFIS TEC LTDA	645,39C	2.980,54C
PINCEIS ATLAS S/A	46.976,42C	15.407,25C
PINCEIS ATLAS S/A	3.847,00C	26.575,79C
PLASTILIT PROD. PLASTICOS DO PARANA LTDA	134.996,49C	111.316,29C
PRECON INDUSTRIA PLASTICA LTDA - SIDEROP	18.126,47C	18.126,47C
PRUDSEG LTDA - EPP	0,00	589,60C
R. BENATI e CIA LTDA	260,00C	0,00
ROCA SANITARIOS BRASIL LTDA	606,30C	360,91C
ROCA SANITARIOS BRASIL LTDA	29.559,71C	26.328,78C
ROCA SANITARIOS BRASIL LTDA	19.557,29C	21.932,95C
RODONAVES TRANSP E ENCOMENDAS LTDA	46,01C	0,00
Saint-Gobain do Brasil Produtos Ind ais	895,84C	895,84C
Saint-Gobain do Brasil Produtos Ind ustriais e para Construc	9.654,35C	14.260,53C
Saint-Gobain do Brasil Produtos Ind ustriais e para Construc	17.991,25C	15.128,02C
SANDALO INDUSTRIAL SA	7.070,42C	4.364,62C
SHERWIN WILLIAMS DO BRASIL-DIV. LAZZURIL	105.032,52C	138.469,35C
SHERWIN-WILLIAMS DO BRASIL IND. E COM. LTDA. DIV. AUTC	45.947,42C	0,00
SHERWIN-WILLIAMS DO BRASIL INDUSTRIA E C	0,00	642,22C
SHERWIN-WILLIAMS DO BRASIL INDUSTRIA E C	284.739,31C	253.692,48C
SICAD DO BRASIL FITAS AUTO ADESIVAS LTDA	3.234,62C	0,00
SOLARIUM DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS ELETRICOS LTDA	12.152,92C	0,00
SOPRANO FECHADURAS E FERRAGENS S.A.	9.174,32C	5.079,62C
TECIDOS E ARMARINHOS MIGUEL BARTOLOMEU S	85.967,51C	70.881,48C
TEKFIO CONDUTORES ELETRICOS EIRELI	1.175,48C	0,00
TIGRE MATERIAIS E SOLUCOES PARA CONSTRUC	29.656,81C	25.672,04C
TIGRE MATERIAIS E SOLUCOES PARA CONSTRUCAO LTDA.	3.301,98C	3.301,98C
TINTAS IQUINE LTDA	120.837,02C	133.410,48C
TINTASUL DISTRIBUIDORA DE TINTAS LTDA	0,00	994,50C
TINTASUL DISTRIBUIDORA DE TINTAS LTDA	225.035,81C	193.153,47C
TOP GLASS COMERCIO DE VIDROS - EIRELI	0,00	350,97C
TUBOLAJES ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA	976,00C	0,00
TWR TRANSPORTADORA EIRELI EPP	519,71C	0,00
UNIAO INDUSTRIAL LTDA	4.603,03C	4.497,75C
V. MESOMO E CIA LTDA.	1.778,56C	0,00
VALEPLAST IND. E COM. DE PLASTICOS V. P.	0,00	513,83C
VITESSE INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS	4.567,60C	3.523,90C
VRPAR DIST. DE MAT. PARA CONSTRUCAO LTDA	2.610,00C	10.004,90C

CAPANEMA, 09 de Novembro de 2020

Empresa: **FERRAGENS E TINTAS CAPANEMA EIRELI**
C.N.P.J.: 05.762.047/0001-06
Insc. Junta Comercial: 41600749103 Data: 15/07/2003
Período: 01/01/2019 a 31/12/2019
Balanço encerrado em: 31/12/2019

Folha: 0004
Número livro: 0016

513

BALANÇO PATRIMONIAL

Descrição	2019	2018
	31/12/2019	31/12/2018
WS DECORACOES LTDA ME	0,00	1.049,57C
WURTH DO BRASIL PECAS DE FIXACAO LTDA	2.552,68C	0,00
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	**17.928,50C**	**14.513,59C**
IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER	**17.928,50C**	**14.513,59C**
IRRF A RECOLHER	32,92C	77,32C
SIMPLES A RECOLHER	17.571,09C	11.777,66C
CONTRIBUIÇÃO SINDICAL A RECOLHER	77,67C	77,67C
ICMS DIFERENCIAL DE ALIQUOTA A RECOLHER	246,82C	2.580,94C
OBRIGAÇÕES TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIA	**14.735,91C**	**19.056,29C**
OBRIGAÇÕES COM O PESSOAL	**8.576,80C**	**9.366,68C**
SALÁRIOS E ORDENADOS A PAGAR	6.533,36C	7.401,56C
PRÓ-LABORE A PAGAR	1.776,44C	1.698,12C
AUTONOMO A PAGAR	267,00C	267,00C
OBRIGAÇÕES SOCIAIS	**1.686,20C**	**1.826,01C**
INSS A RECOLHER	858,46C	914,70C
FGTS A RECOLHER	827,74C	911,31C
PROVISÕES	**4.472,91C**	**7.863,60C**
PROVISÕES PARA FÉRIAS	4.141,59C	7.281,13C
FGTS SOBRE PROVISÕES PARA FÉRIAS	331,32C	582,47C
REMESSAS DE BENS	**7.303,77C**	**5.368,97C**
CONSERTO DE BENS E MERCADORIAS	7.303,77C	5.368,97C
PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	**54.544,16C**	**103.216,40C**
PASSIVO EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	**54.544,16C**	**103.216,40C**
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	**54.544,16C**	**103.216,40C**
EMPRÉSTIMOS	**54.544,16C**	**103.216,40C**
EMPRÉSTIMO BANCO BRASIL	29.957,50C	44.936,50C
EMPRESTIMO BB CREDITO COMERCIAL 01	0,00	7.388,67C
EMPRESTIMO CAPITAL DE GIRO SICREDI	0,00	32.518,35C
(-) JUROS A TRANSCORRER CAPITAL DE GIRO	0,00	2.224,17D
EMPRESTIMO PROJER SICREDI	0,00	21.691,38C
(-) JUROS A TRANSCORRER PROJER SICREDI	0,00	1.094,33D
EMPRESTIMO SICREDI B90732109-5	25.417,14C	0,00
(-) JUROS A TRANSCORRER B90732109-5	830,48D	0,00
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**507.539,42C**	**484.778,99C**
CAPITAL SOCIAL	**150.000,00C**	**150.000,00C**
CAPITAL SUBSCRITO	**150.000,00C**	**150.000,00C**
CAPITAL SOCIAL	150.000,00C	150.000,00C
RESERVAS DE LUCROS	**32.463,74C**	**32.463,74C**
RESERVAS DE LUCRO	32.463,74C	32.463,74C
LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	**325.075,68C**	**302.315,25C**
LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	**325.075,68C**	**302.315,25C**
LUCROS ACUMULADOS	325.075,68C	302.315,25C
CONTAS DE COMPENSAÇÃO	**23.050,00C**	**23.050,00C**
CONTAS DE COMPENSAÇÃO	**23.050,00C**	**23.050,00C**
MERCADORIA EM CONSIGNAÇÃO MERCANTIL	**1.050,00C**	**1.050,00C**
MERC. RECEBIDA EM CONSIGNAÇÃO MERCANTIL	1.050,00C	1.050,00C
BENS ADQUIRIDOS EM COMODATO	**22.000,00C**	**22.000,00C**

CAPANEMA, 09 de Novembro de 2020

Empresa: **FERRAGENS E TINTAS CAPANEMA EIRELI**
C.N.P.J.: 05.762.047/0001-06
Insc. Junta Comercial: 41600749103 Data: 15/07/2003
Período: 01/01/2019 a 31/12/2019
Balanço encerrado em: 31/12/2019

Folha: 0005
Número livro: 0016

514

BALANÇO PATRIMONIAL

Descrição	2019	2018
	31/12/2019	31/12/2018
DISP TINTAS MOD X-MART	22.000,00C	22.000,00C

Reconhecemos a exatidão do presente Balanço em R$ 4.079.145,27 (quatro milhões e setenta e nove mil cento e quarenta e cinco reais e vinte e sete centavos)

- Sob as penas da lei, declaramos que as informações aqui contidas são verdadeiras e nos responsabilizamos por todas elas;
- As informações foram extraídas das folhas nºs 0002 a 0263 do Livro Diário nº 16, empresa registrada na Junta Comercial do Estado PR sob nº 41600749103, em 15/07/2003;
- A sociedade não possui Conselho Fiscal instalado;
- A sociedade não possui Auditoria Independente.

CAPANEMA, 09 de Novembro de 2020

TATIANE MORETTI SEBEN
ADMINISTRADORA
CPF: 018.464.459-30

CHARLES MICHEL FEDRIZZE:54614333915 Assinado de forma digital por CHARLES MICHEL FEDRIZZE:54614333915 Dados: 2020.11.09 11:31:50 -03'00'

CHARLES MICHEL FEDRIZZE
TÉCNICO CONTÁBIL
Reg. no CRC - PR sob o No. PR-041782/O-9
CPF: 546.143.339-15

Município de Capanema - PR

LICITANTE: Ferragens e Tintas Capanema

CRITÉRIO	PROPOSTA/PONTOS	PONTOS	PESO	PROPOSTA	SOMATÓRIO DA PONTUAÇÃO DA PROPOSTA
Empregabilidade (em número de empregos diretos a serem gerados)	2 pontos por emprego gerado	Até 100	0,3	3,00	1,80
Valor do Investimento privado no empreendimento a ser instalado no imóvel R$	Até 20.000,00	5	0,2		0,00
	De 20.001,00 a 40.000,00.	10	0,2		0,00
	40.001,00 a 60.000,00.	15	0,2		0,00
	60.001,00 a 80.000,00	20	0,2		0,00
	Acima de 80.000,00, a cada 20.000,00 acrescenta 5 pontos.	até 100	0,2	90,00	18,00
Prazo construção da infraestrutura e aplicação total dos investimentos (critério exclusivo para terrenos)	Até 6 meses	100	0,2	100,00	20,00
	De 6 a 12 meses	80	0,2		0,00
	De 13 a 18 meses	60	0,2		0,00
	De 19 a 24 meses	40	0,2		0,00
Prazo para aplicação total dos investimentos (critério exclusivo para barracões)	Até 4 meses	100	0,2		0,00
	De 5 a 8 meses	80	0,2		0,00
	De 9 a 12 meses	60	0,2		0,00
	De 13 a 16 meses	40	0,2		0,00
	De 17 a 20 meses	20	0,2		0,00
	De 21 a 24 meses	10	0,2		0,00
Faturamento anual da pessoa jurídica R$	Até 80.001,00.	10	0,1		0,00
	de 80.001,00 a 150.000,00.	20	0,1		0,00
	150.001,00 a 200.000,00.	30	0,1		0,00
	200.001,00 a 250.000,00.	40	0,1		0,00
	250.001,00 a 300.000,00	50	0,1		0,00
	Acima de 300.000,00, a cada 50.000,00 acrescenta 10 pontos.	até 100	0,1	100,00	10,00
Tempo de constituição da empresa em Capanema OU tempo de residência do sócio majoritário da empresa OU da pessoa física em Capanema	5 pontos por ano	até 100	0,1	80,00	8,00
Capacidade do empreendimento gerar uma cadeia de produção e/ou empregos indiretos no Município de Capanema/PR	Aquisição de matéria-prima de pessoas físicas ou jurídicas residentes ou sediadas no Município de Capanema.	2 pontos para cada indicação, até 100	0,1	0,00	0,00
			TOTAL		**57,80**

GROSS VEICULOS LTDA

05.489.129/0001-29

GROSS VEICULOS LTDA

CNPJ: 05.489.129/0001-29
4º ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL
NIRE 41204951325

VALDERES JOSIAS GROSS, brasileiro, solteiro, empresário, natural de Capanema PR, nascido em 21/07/1980, portador da Cédula de Identidade nº 7.911.886-9 expedida em 07.11.1996 pela SSP/PR e CPF sob o nº 028.749.009-23, residente e domiciliado nesta cidade de Capanema-PR, sito à Rua Tamoios, nº 205, centro CEP 85760-000;

ANA LIVIA BLUME GROSS, brasileira, menor impúbere, natural de Capanema – PR, nascida em 26/09/2004, portadora da Cédula de Identidade sob nº 12.497.617-0 expedida em 03.04.2008 pela SESP/PR e CPF sob nº 086.762.88984 residente e domiciliada nesta cidade de Capanema - PR, na Rua Tamoios, nº 205 centro CEP 85760-000 neste ato representada pelo seu pai VALDERES JOSIAS GROSS, brasileiro, solteiro, natural de Capanema - PR, empresário, nascido em 21/07/1980, portador da Cédula de Identidade nº 7.911.886-9 expedida em 07.11.1996 pela SSP/PR e CPF sob o nº 028.749.009-23 residente e domiciliado nesta cidade de Capanema PR, sito Rua Tamoios, nº 205,centro,CEP 85760-000; - únicos sócios da empresa GROSS VEICULOS LTDA, com sede em *Capanema*-PR, à Av. Espírito Santo, nº 867, centro, CEP 85.760-000, registrada na Junta Comercial do Estado do Paraná, sob o NIRE 41204951325 por despacho em sessão de 30/01/2003 e última alteração do contrato social sob nº 20125257651 por despacho em sessão em 24/07/2012, inscrita no CNPJ nº 05.489.129/0001-29, resolvem, assim, alterar e consolidar o contrato social e alterações:

CLÁUSULA PRIMEIRA: Fica alterado o endereço da sociedade para Avenida Rio Grande do Sul, 3933, São José Operário, Capanema/PR CEP 85760000.

CLÁUSULA SEGUNDA: O ramo de atividades da sociedade passa a ser: 4511-1/02 - Comércio a varejo de automóveis, camionetas e utilitários usados; 4530-7/04 - Comércio a varejo de peças e acessórios usados para veículos automotores; 4530-7/05 - Comércio a varejo de pneumáticos e câmaras-de-ar; 4520-0/07 - Serviços de instalação, manutenção e reparação de acessórios para veículos automotores; 4520-0/04 - Serviços de alinhamento e balanceamento de veículos automotores; 4511-1/04 - Comércio por atacado de caminhões novos e usados; 5229-0/02 - Serviços de reboque de veículos; 4520-0/01 - Serviços de manutenção e reparação mecânica de veículos automotores; 4520-0/06 - Serviços de borracharia para veículos automotores; 4530-7/03 - Comércio a varejo de peças e acessórios novos para veículos automotores.

CLÁUSULA TERCEIRA: Permanecem inalteradas as demais clausulas que não colidirem com as disposições do presente instrumento de alteração contratual.

JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ

CERTIFICO O REGISTRO EM 22/06/2018 15:59 SOB Nº 20183070321.
PROTOCOLO: 183070321 DE 06/06/2018. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11802465418. NIRE: 41204951325.
GROSS VEICULOS LTDA

Libertad Bogus
SECRETÁRIA-GERAL
CURITIBA, 22/06/2018
www.empresafacil.pr.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.
Informando seus respectivos códigos de verificação

GROSS VEICULOS LTDA

CNPJ: 05.489.129/0001-29
4º ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL
NIRE 41204951325

CLÁUSULA QUARTA: DA CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO: Á vista da modificação ora ajustada, os sócios RESOLVEM, por este instrumento, atualizar e consolidar o contrato social, tornando assim sem efeito, a partir desta data as cláusulas e condições contidas no contrato primitivo e alterações que passam a ter a seguinte redação:

CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO
GROSS VEICULOS LTDA
CNPJ: 05.489.129/0001-29
NIRE: 41204951325

VALDERES JOSIAS GROSS, brasileiro, solteiro, empresário, natural de Capanema - PR, nascido em 21/07/1980, portador da Cédula de Identidade nº 7.911.886-9 expedida em 07.11.1996 pela SSP/PR e CPF sob o nº 028.749.009-23 residente e domiciliado nesta cidade de Capanema-PR, sito à Rua Tamoios, nº 205, centro, CEP 85760-000 ANA LIVIA BLUME GROSS, brasileira, menor impúbere, natural de Capanema – PR, nascida em 26/09/2004, portadora da Cédula de Identidade sob nº 12.497.617-0 expedida em 03.04.2008 pela SESP/PR e CPF sob nº 086.762.889-84, residente e domiciliada nesta cidade de Capanema - PR, na Rua Tamoios, nº 205, centro CEP 85760-000 neste ato representada pelo pai VALDERES JOSIAS GROSS, brasileiro, solteiro, natural de Capanema - PR, empresário nascido em 21/07/1980, portador da Cédula de Identidade nº 7.911.886-9 expedida em 07.11.1996 pela SSP/PR e CPF sob o nº 028.749.009-23 residente e domiciliado nesta cidade de Capanema PR, sito Rua Tamoios, nº 205,centro,CEP 85760-000

únicos sócios da empresa GROSS VEICULOS LTDA, com sede na cidade de Capanema-PR, à Av. Espírito Santo, nº 867, centro, CEP 85.760-000, registrada na Junta Comercial do Estado do Paraná, sob o NIRE 41204951325 por despacho em sessão de 30/01/2003, e última alteração do contrato social sob nº 20125257651 por despacho em sessão em 24/07/2012, inscrita no CNPJ nº 05.489.129/0001-29, resolvem, assim, alterar e consolidar o contrato social:

CLÁUSULA PRIMEIRA: A denominação social da sociedade é GROSS VEICULOS LTDA.

CLÁUSULA SEGUNDA: A sociedade tem sua sede na Av. Rio Grande do Sul, 3933, São José Operário, Capanema/PR CEP 85760000.

CLÁUSULA TERCEIRA: O objeto social da sociedade é: 4511-1/02 - Comércio a varejo de automóveis, camionetas e utilitários usados; 4530-7/04 - Comércio a varejo de peças e acessórios usados para veículos automotores; 4530-7/05 - Comércio a varejo de pneumáticos e câmaras-de-ar; 4520-0/07 - Serviços de instalação, manutenção e reparação de acessórios para veículos automotores;

JUNTA COMERCIAL DO PARANA

CERTIFICO O REGISTRO EM 22/06/2018 15:59 SOB Nº 20183070321.
PROTOCOLO: 183070321 DE 06/06/2018. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11802465418. NIRE: 41204951325.
GROSS VEICULOS LTDA

Libertad Bogus
SECRETÁRIA-GERAL
CURITIBA, 22/06/2018
www.empresafacil.pr.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.
Informando seus respectivos códigos de verificação

4520-0/04 - Serviços de alinhamento e balanceamento de veículos automotores; 4511-1/04 - Comércio por atacado de caminhões novos e usados; 5229-0/02 - Serviços de reboque de veículos; 4520-0/01 - Serviços de manutenção e reparação mecânica de veículos automotores; 4520-0/06 - Serviços de borracharia para veículos automotores; 4530-7/03 - Comércio a varejo de peças e acessórios novos para veículos automotores.

CLÁUSULA QUARTA: O capital social integralizado em moeda corrente do país neste ato é de R$120.000,00 (cento e vinte mil reais) divididos em 120.000 (cento e vinte mil) quotas no valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada uma, assim divididos

SÓCIOS	%	QUOTAS	CAPITAL R$
VALDERES JOSIAS GROSS	99	118.800	118.800,00
ANA LIVIA BLUME GROSS	1	1.200	1.200,00
TOTAL	100	120.000	120.000,00

CLÁUSULA QUINTA: A sociedade iniciou suas atividades em 01 de Fevereiro de 2003 e seu prazo de duração é indeterminado.

PARÁGRAFO ÚNICO- Declaram que a presente empresa se enquadra nos termos da Lei Complementar 123 de 14/12/2006 como MICROEMPRESA.

CLÁUSULA SEXTA: As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas á terceiros sem o consentimento dos outros sócios, a quem fica assegurada, em igualdade de condições e preço direito de preferência para a sua aquisição se postas á venda formalizando, se realizadas a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

CLÁUSULA SÉTIMA: A *responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas*, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

CLÁUSULA OITAVA: A administração da sociedade caberá ao sócio **VALDERES JOSIAS GROSS** individualmente, com os poderes e atribuições de Administrador autorizado ao uso do nome empresarial, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer quotista ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do outro sócio.

CLÁUSULA NONA: O administrador declara, sob as penas da lei, de que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial ou em virtude de condenação criminal ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé publica, ou a propriedade.

CLÁUSULA DÉCIMA: Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventario, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apurados.

JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ

CERTIFICO O REGISTRO EM 22/06/2018 15:59 SOB Nº 20183070321.
PROTOCOLO: 183070321 DE 06/06/2018. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11802465418. NIRE: 41204951325.
GROSS VEICULOS LTDA

Libertad Bogus
SECRETÁRIA-GERAL
CURITIBA, 22/06/2018
www.empresafacil.pr.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.
Informando seus respectivos códigos de verificação

GROSS VEICULOS LTDA

CNPJ: 05.489.129/0001-29
4º ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL
NIRE 41204951325

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: Nos quatro meses seguintes ao termino do exercício social, os sócios deliberarão sobre contas e designarão administrador quando for o caso.
CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: A sociedade poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração contratual.
CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: Os sócios poderão de comum acordo, fixar uma retirada mensal, a título de "pró-labore", observadas as disposições regulamentares pertinentes.
CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: Falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuara suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do sócio remanescente, o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução verificada em balanço especialmente levantado.
PARÁGRAFO ÚNICO: O mesmo procedimento será adotado em outros casos que a sociedade se resolva em relação a seu sócio.
Fica eleito o foro da Comarca de Capanema-PR, para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações deste contrato.
E, por assim estarem justos e de acordo, assinam o presente instrumento em 01 via.

Capanema-PR, 04 de junho de 2018.

VALDERES JOSIAS GROSS
Sócio Administrador

ANA LIVIA BLUME GROSS
Sócia Representada pelo Pai
VALDERES JOSIAS GROSS

VALDERES JOSIAS GROSS
Representante de ANA LIVIA
BLUME GROSS

JUNTA COMERCIAL DO PARANA

CERTIFICO O REGISTRO EM 22/06/2018 15:59 SOB Nº 20183070321.
PROTOCOLO: 183070321 DE 06/06/2018. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11802465418. NIRE: 41204951325.
GROSS VEICULOS LTDA

Libertad Bogus
SECRETÁRIA-GERAL
CURITIBA, 22/06/2018
www.empresafacil.pr.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.
Informando seus respectivos códigos de verificação

TABELIONATO DE NOTAS - CAPANEMA - PR (46)3552.3710

Selo Digital: Kia4N 3WFmq:0AEYw, Controle: 5G7NhYYRfo
Consulte esse selo em http://funarpen.com.br
Reconheço por VERDADEIRA a assinatura indicada de VALDERES JOSIAS GROSS. Dou fé. Capanema-PR, 05 de junho de 2018.
Em Test° _____ da Verdade
Daniela Ribeiro do Carmo - Escrevente

TABELIONATO DE NOTAS DE CAPANEMA - PR

JUNTA COMERCIAL DO PARANA

CERTIFICO O REGISTRO EM 22/06/2018 15:59 SOB Nº 20183070321.
PROTOCOLO: 183070321 DE 06/06/2018. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 11802465418. NIRE: 41204951325.
GROSS VEICULOS LTDA

Libertad Bogus
SECRETÁRIA-GERAL
CURITIBA, 22/06/2018
www.empresafacil.pr.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.
Informando seus respectivos códigos de verificação

522





Prefeitura Municipal de Capanema
Certifico que este documento é cópia fiel do original.
Capanema, 10 / 11 / 2020

Fls. 523


REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO ELEITORAL

IDENTIFICAÇÃO BIOMÉTRICA

NOME DO ELEITOR
VALDERES JOSIAS GROSS

DATA DE NASCIMENTO
21/07/1980

0700 46[illegible] 0604

ZONA
107

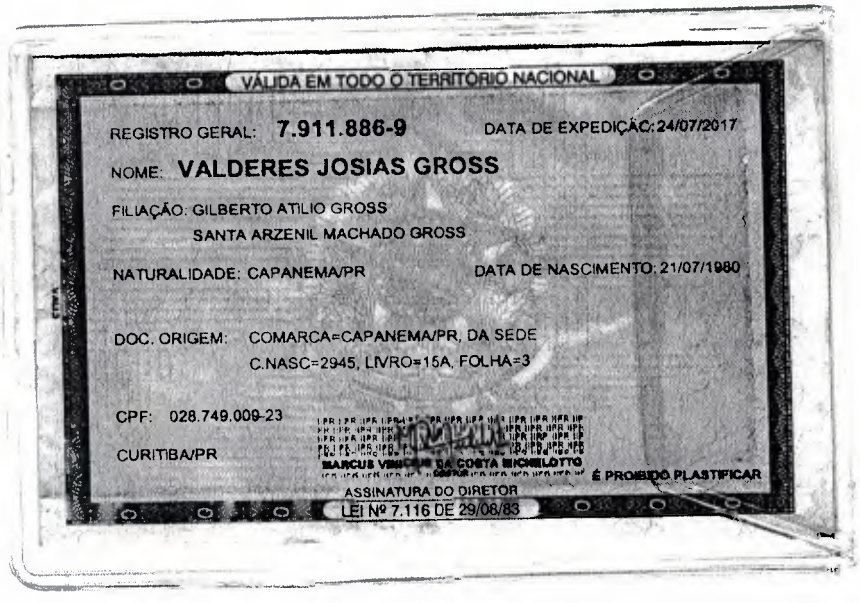
SEÇÃO
0007

MUNICÍPIO / UF
CAPANEMA/PR

DATA DE EMISSÃO
21/05/2019

JUIZ ELEITORAL

VÁLIDO SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA - JUSTIÇA ELEITORAL


VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL: 7.911.886-9 DATA DE EXPEDIÇÃO: 24/07/2017

NOME: VALDERES JOSIAS GROSS

FILIAÇÃO: GILBERTO ATILIO GROSS
SANTA ARZENIL MACHADO GROSS

NATURALIDADE: CAPANEMA/PR DATA DE NASCIMENTO: 21/07/1980

DOC. ORIGEM: COMARCA=CAPANEMA/PR, DA SEDE
C.NASC=2945, LIVRO=15A, FOLHA=3

CPF: 028.749.009-23

CURITIBA/PR

MARCUS VINICIUS DA COSTA BICHELOTTO

É PROIBIDO PLASTIFICAR

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

Prefeitura Municipal de Capanema
Certifico que este documento é cópia fiel do original.
Capanema, 10/11/2020


REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
E ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DO PARANÁ
RG: 12.497.617-0
POLEGAR DIREITO
Ana Lívia Blume Gross
ASSINATURA DO TITULAR
CARTEIRA DE IDENTIDADE

525

Prefeitura Municipal de Capanema
Certifico que este documento é cópia fiel
do original.
Capanema, 10 de 2022

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL: 12.497.617-0 DATA DE EXPEDIÇÃO: 09/06/2017

NOME: ANA LIVIA BLUME GROSS

FILIAÇÃO: VALDERES JOSIAS GROSS
SIMONE BLUME

NATURALIDADE: CAPANEMA/PR DATA DE NASCIMENTO: 26/09/2004

DOC. ORIGEM: COMARCA=CAPANEMA/PR, DA SEDE
C.NASC=10500, LIVRO=21A, FOLHA=70

CPF: 086.762.889-84

CURITIBA/PR

MARCUS VINICIUS DA COSTA BICHELOTTO
DIRETOR

ASSINATURA DO DIRETOR

É PROIBIDO PLASTIFICAR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

fls 526

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
05.489.129/0001-29 **MATRIZ**		**30/01/2003**

NOME EMPRESARIAL
GROSS VEICULOS LTDA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
********	**ME**

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
45.11-1-02 - Comércio a varejo de automóveis, camionetas e utilitários usados

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
43.13-4-00 - Obras de terraplenagem
45.11-1-04 - Comércio por atacado de caminhões novos e usados
45.20-0-01 - Serviços de manutenção e reparação mecânica de veículos automotores
45.20-0-04 - Serviços de alinhamento e balanceamento de veículos automotores
45.20-0-06 - Serviços de borracharia para veículos automotores
45.20-0-07 - Serviços de instalação, manutenção e reparação de acessórios para veículos automotores
45.30-7-03 - Comércio a varejo de peças e acessórios novos para veículos automotores
45.30-7-04 - Comércio a varejo de peças e acessórios usados para veículos automotores
45.30-7-05 - Comércio a varejo de pneumáticos e câmaras-de-ar
52.29-0-02 - Serviços de reboque de veículos

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
AV RIO GRANDE DO SUL	**3933**	********

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
85.760-000	**SAO JOSE OPERARIO**	**CAPANEMA**	**PR**

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
	(46) 3552-3181

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	**10/07/2004**

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **06/11/2020** às **16:46:21** (data e hora de Brasília).

527

Município de Capanema

ESTADO DO PARANÁ
75.972.760/0001-60
AV GOV.PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA, 1080 - CENTRO - CAPANEMA - PR

ALVARÁ Nº 19/2003

O Município de Capanema, conforme protocolo nº PRP1937348118 de 06 de Dezembro de 2019 concede alvará de licença para localização a:

Nome: **GROSS VEICULOS LTDA**
CNPJ/CPF: 05.489.129/0001-29 **Inscrição Municipal:** 24112
Nome Fantasia:

Localização: AV RIO GRANDE DO SUL, 3933 - SÃO JOSÉ OPERÁRIO CEP: 85760000 Capanema - PR

Atividades
4511-1/02 - Comércio a varejo de automóveis, camionetas e utilitários usados.
4313-4/00 - Obras de terraplenagem.
4520-0/01 - Serviços de manutenção e reparação mecânica de veículos automotores.
4520-0/04 - Serviços de alinhamento e balanceamento de veículos automotores.
4520-0/06 - Serviços de borracharia para veículos automotores.
4520-0/07 - Serviços de instalação, manutenção e reparação de acessórios para veículos automotores.
5229-0/02 - Serviços de reboque de veículos.
4511-1/04 - Comércio por atacado de caminhões novos e usados.
4530-7/03 - Comércio a varejo de peças e acessórios novos para veículos automotores.
4530-7/04 - Comércio a varejo de peças e acessórios usados para veículos automotores.
4530-7/05 - Comércio a varejo de pneumáticos e câmaras-de-ar.

Horário de funcionamento Comercio e prestadores de servicos
Segunda à Sexta das 07:30 às 20:00
Sábado das 07:30 às 13:00

Este Alvará possui validade INDETERMINADA somente para a LOCALIZAÇÃO e ATIVIDADES acima descritas.

Observações:

1 - O Contribuinte deve manter o presente Alvará de Licença, em lugar bem visível e o exibirá a autoridade competente sempre que esta o exigir. - Código de Posturas - Lei 03/1970 - Artigo 213.
2 - Será exigida renovação de licença sempre que ocorrer mudanças de ramo de atividade, modificações nas características do estabelecimento ou transferência de local.
3 - Nos casos de alterações tais como: encerramento, mudanças de endereço, razão social, ramos de atividade, etc. O contribuinte será obrigado a comunicar a Prefeitura dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias.

IMPORTANTE:
- Evite multas, auditorias, fiscalização especial e outros aborrecimentos mantendo em dia sua situação perante o fisco. Futuramente você precisará de certidões para fins de aposentadoria, auxílios, pensão, etc. Zele pelo seu futuro.

Capanema,09 de Novembro de 2020

Autenticação: 9ZTMH222CMZ4X9874R7

000528

RECEITA ESTADUAL

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA FAZENDA

Comprovante de Inscrição Cadastral - CICAD

Inscrição no CAD/ICMS	Inscrição CNPJ	Início das Atividades
90272982-89	05.489.129/0001-29	02/2003

Empresa / Estabelecimento

Nome Empresarial	GROSS VEICULOS LTDA
Título do Estabelecimento	GROSS VEICULOS LTDA
Endereço do Estabelecimento	AV RIO GRANDE DO SUL, 3933 - SAO JOSE OPERARIO - CEP 85760-000 FONE: (46) 3552-3181
Município de Instalação	CAPANEMA - PR, DESDE 02/2003
	(Estabelecimento Matriz)

Qualificação

Situação Atual	ATIVO - SIMPLES NACIONAL / SIMPLES NACIONAL - DIA 03 DO MES+2, DESDE 06/2020
Natureza Jurídica	206-2 - SOCIEDADE EMPRESÁRIA LTDA
Atividade Econômica Principal do Estabelecimento	4511-1/02 - COMERCIO A VAREJO DE AUTOMOVEIS, CAMIONETAS E UTILITARIOS USADOS
Atividade(s) Econômica(s) Secundária(s) do Estabelecimento	4511-1/04 - COMERCIO POR ATACADO DE CAMINHOES NOVOS E USADOS
	4530-7/03 - COMERCIO A VAREJO DE PECAS E ACESSORIOS NOVOS PARA VEICULOS AUTOMOTORES
	4530-7/04 - COMERCIO A VAREJO DE PECAS E ACESSORIOS USADOS PARA VEICULOS AUTOMOTORES
	4530-7/05 - COMERCIO A VAREJO DE PNEUMATICOS E CAMARAS-DE-AR

Quadro Societário

Tipo	Inscrição	Nome Completo / Nome Empresarial	Qualificação
CPF	028.749.009-23	VALDERES JOSIAS GROSS	SÓCIO-ADMINISTRADOR
CPF	086.762.889-84	ANA LIVIA BLUME GROSS	SÓCIO

Este CICAD tem validade até 09/12/2020.

Os dados cadastrais deste estabelecimento poderão ser confirmados via Internet www.fazenda.pr.gov.br

Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Receita Estadual do Paraná

CAD/ICMS Nº 90272982-89

Emitido Eletronicamente via Internet
09/11/2020 11:13:09

Dados transmitidos de forma segura
Tecnologia CELEPAR

COPEL

Copel Distribuição S.A.
Rua José Izidoro Biazetto, 158
81200-240 Curitiba - PR
CNPJ 04.368.898/0001-06
IE 90.233.073-99 IM 423.992-4

www.copel.com
0800 51 00 116

Unidade Consumidora
48406805

VALDERES JOSIAS GROSS
R TAMOIOS, 205

CEP: 86760000 CAPANEMA - PR
CPF: 02874900923

Vencimento
02/10/2020

Valor a Pagar
R$ 210,79

Responsavel pela manutencao da Iluminacao Publica Municipio 4635621321

Reaviso de Vencimento

O debito sujeita ao corte a partir de 26/09/2020. O contrato e encerrado se mantido 3 meses em corte, alem das demais cobrancas conforme legislacao. Atraso de 46 dias sujeita ao CADIN e valores de atividades acessorias podem ser excluidos. Eventual reaviso anterior permanece valido. Se pago, desconsidere.

Referencia	Valor
08/2020	248,83

Informações Técnicas

No. Medidor: 0804730978 - BIFASICO

Mes Referencia: 09/2020

Leitura Anterior	Leitura Atual	Medido	Constante de Multiplicacao	Faturado	Consumo Medio/Dia	Data Apresentacao
11/08/2020 4405	10/09/2020 4644	30 dias 239 kWh	1,00	239 kWh	7,97 kWh	10/09/2020

Proxima Leitura Prevista: 10/10/2020

RESIDE/RESIDENCIAL

Informações Suplementares

AS [1.5.110.0]

	Tarifas
ENERGIA ELETRICA CONSUMO	0,512770

Tensao Contratada:
127 / 220 volts

Limite faixa adequada de Tensao:
117 - 133 / 202 - 231 volts

MES	08/20	07/20	06/20	05/20	04/20	03/20	02/20	01/20	12/19	11/19	10/19	09/19
CONS	291	271	227	257	221	205	198	224	214	211	200	215
PGTO		07/08	24/07	16/06	14/05	15/04	02/03	19/02	23/01	19/12	04/11	10/10

Valores Faturados

NOTA FISCAL CONTA DE ENERGIA ELETRICA no. 153591052 Serie B
Emitida em 08/09/2020

Produto Descricao	Un.	Consumo	Valor Unitario	Valor Total	Base de Calculo	Aliq. ICMS
01 ENERGIA ELETRICA CONSUMO	kWh	239	0,756150	180,72	180,72	29,00%
02 CONT ILUMIN PUBLICA MUNICIPI				24,94		
03 ACRESCIMO MORATORIO				0,61		
04 MULTA POR ATRASO NO PAGAMENT				4,24		
05 JUROS CONTA ANTERIOR				0,28		

Base de Calculo do ICMS:	Valor ICMS:	Valor Total da Nota Fiscal:
180,72	52,41	210,79

Reservado ao Fisco

D8CF.FA17.F35D.523C.EF7B.ECCA.08E1.B036

INCLUSO NA FATURA PIS R$ 1,03 E COFINS R$ 4,74, CONFORME RES. ANEEL 130/2005.
A PARTIR DE 01/09/2020 - PIS/PASEP 0,55% e COFINS 2,54%.
A qualquer tempo pode ser solicitado o cancelamento de valores nao relacionados a prestacao do servico de energia eletrica, como convenios e doacoes.
DENUNCIE O FURTO DE FIOS! LIGUE 181.
Atraso superior a 45dias sujeita inclusao no cadastro de inadimplentes CADIN PR
Agora e possivel recorrer a Ouvidoria da Copel pelo Site ou Mobile.
DEBITOS: 08/2020 R$ 248,83
Periodos Band.Tarif.: Verde: 12/08-10/09



Sem luz? Informe pelo aplicativo Copel: é gratuito e coloca nossos serviços nas suas mãos.

Vocabulário

ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica.

Custo de Disponibilidade do Sistema Elétrico – Valor mínimo mensal faturável para unidades consumidoras (UCs) atendidas em baixa tensão, conforme limites fixados pela ANEEL, por tipo de ligação (monofásico 30kWh, bifásico 50kWh, trifásico 100kWh) em moeda corrente equivalente.

DIC – Indica por quanto tempo a UC ficou sem energia. Limite definido pela ANEEL.

FIC – Indica quantas vezes a UC ficou sem energia. Limite definido pela ANNEL.

DMIC – Indica o tempo máximo em horas contínuas que a UC ficou sem energia.

EUSD – Valor mensal de encargo de uso do sistema de distribuição.

Nota: O não cumprimento dos indicadores DIC, FIC e DMIC definidos pela ANEEL resulta em compensação financeira ao consumidor pela concessionária no faturamento. É direito do consumidor solicitar a apuração destes indicadores a qualquer tempo.

Iluminação Pública – Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública, prevista na Constituição Federal (Art. 149-A) e autorizada por Lei Municipal.

Energia Cons. B. (Bandeira Tarifária) – Acréscimo referente ao Sistema de Bandeiras Tarifárias, que consiste na aplicação de tarifas diferenciadas conforme o custo de geração de energia elétrica no período. São 3 modalidades:

VERDE para condições favoráveis de geração, sem acréscimo do valor;

AMARELA para condições menos favoráveis de geração, haverá acréscimo de valor da energia consumida;

VERMELHA condições mais custosas de geração, com acréscimo maior de valor da energia consumida, os valores das bandeiras são determinados pela ANEEL.

Composição dos Valores da Tarifa

Energia – parcela destinada ao pagamento dos geradores que vendem energia elétrica para a Copel Distribuição S.A.

Distribuição – parcela destinada a investimentos e custos operacionais nas redes de distribuição.

Transmissão – parcela destinada ao pagamento do transporte de energia das usinas até as subestações.

Encargos – parcela destinada ao pagamento das obrigações compulsórias do setor elétrico estabelecidas por lei. Arrecadados pela Copel e transferidos para a Eletrobrás.

Tributos – parcela destinada ao pagamento dos impostos Estadual (ICMS) e Federais (PIS/PASEP e COFINS).

Copel: **0800 51 00 116** | e-mail: **atendimento@copel.com** | site: **www copel.com**
Ouvidoria Copel: **0800 64 70 606** | email: ouvidoria**@copel.com** | site www copel.com/ouvidoria
Aplicativo: **COPEL MOBILE**
Agência Nacional de Energia elétrica - ANEEL: **167 - Ligação gratuita de telefones fixos e móveis**

As informações sobre as condições gerais de fornecimento, tarifas, produtos, serviços prestados e tributos encontram-se à disposição dos consumidores, para consultas, nas agências de atendimento Copel ou no site www.copel.com

Em caso de dúvidas anote aqui a leitura do medidor



DIA DA LEITURA

____/____/____

Facilite o acesso do leiturista. Evite faturamento pela média

Autenticação

000530

COPEL

Copel Distribuição S.A.
Rua José Izidoro Biazetto, 158
81200-240 Curitiba - PR
CNPJ 04.368.898/0001-06
IE 90.233.073-99 IM 423.992-4

www.copel.com
0800 51 00 116

Unidade Consumidora
8836680

VALDERIES JOSIAS GROSS
AV RIO GRANDE DO SUL, 3933 - 81680 04 667000

CEP: 85760000 CAPANEMA - PR
CPF: 02874900923

Vencimento
04/11/2020
Valor a Pagar
R$ 293,94

Reaviso de Vencimento

O debito sujeita ao corte a partir de 29/10/2020. O contrato e encerrado se mantido 3 meses em corte, alem das demais cobrancas conforme legislacao. Atraso de 46 dias sujeita ao CADIN e valores de atividades acessorias podem ser excluidos. Eventual reaviso anterior permanece valido. Se pago, desconsidere.

Referencia	Valor
09/2020	288,86

Informações Técnicas

No. Medidor: 0334043186 - TRIFASICO — Mes Referencia: 10/2020

Leitura Anterior	Leitura Atual	Medido	Constante de Multiplicacao	Total Faturado	Consumo Medio/Dia	Data Apresentacao
11/09/2020	13/10/2020	32 dias	1,00	340 kWh	10,63 kWh	13/10/2020
26849	26189	340 kWh				

Proxima Leitura Prevista: 12/11/2020

Indicadores de Qualidade

ENERGIA ELETRICA CONSUMO — Tarifas 0,612770

Tensao Contratada:
127 / 220 volts

Limite faixa adequada de tensao:
117 - 133 / 202 - 231 volts

MES	09/20	08/20	07/20	06/20	05/20	04/20	03/20	02/20	01/20	12/19	11/19	10/19
CONS	340	302	320	328	311	412	382	316	303	371	370	416

Valores Faturados

NOTA FISCAL CONTA DE ENERGIA ELETRICA no. 158681566 Serie B
Emitida em 09/10/2020

	Produto Descricao	Un.	Consumo	Valor Unitario	Valor Total	Base de Calculo	Aliq. ICMS
01	ENERGIA ELETRICA CONSUMO	kWh	340	0,748982	254,62	254,62	29,00%
02	CONT ILUMIN PUBLICA MUNICIPI				31,80		
03	MULTA POR ATRASO NO PAGAMENT				4,68		
04	ACRESCIMO MORATORIO				2,17		
05	JUROS CONTA ANTERIOR				0,77		

Base de Calculo do ICMS: 254,62	Valor ICMS: 73,84	Valor Total da Nota Fiscal: 293,94

Reservado ao Fisco

54D1.121E.023C.A2CA.631A.C425.D51D.D22C

IMPEDIMENTO: PORTA/PORTAO FECHADO. FATURADO MEDIA ARITMETICA
E OBRIGACAO MANTER LIVRE ACESSO A LEITURA, SUJEITO A SUSPENSAO DO FORNECIMENTO.
INCLUSO NA FATURA PIS R$ 1,16 E COFINS R$ 5,30, CONFORME RES. ANEEL 130/2006.
A PARTIR DE 01/10/2020 - PIS/PASEP 0,76% e COFINS 3,51%.
A qualquer tempo pode ser solicitado o cancelamento de valores nao relacionados a prestacao do servico de energia eletrica, como convenios e doacoes.
DENUNCIE O FURTO DE FIOS! LIGUE 181.
Atraso superior a 45dias sujeita inclusao no cadastro de inadimplentes CADIN/PR
Agora e possivel recorrer a Ouvidoria da Copel pelo Site ou Mobile.
DÉBITOS: 09/2020 R$ 288,86
Periodos Band.Tarif.: Verde 12/09-13/10

Prefeitura Municipal de Capanema
Certifico que este documento é cópia fiel do original.
Capanema, 10 / 11 / 2020

SANEPAR
Companhia de Saneamento do Paraná

Endereço: Rua Engenheiros Rebouças nº 1376
CEP 80.215-900 Curitiba - PR
CNPJMF 76.484.013/0001-45
Inscrição Estadual 101.80080-64
Internet: www.sanepar.com.br

CONTA — **FONE SANEPAR: 0800 - 200 - 0115**

NOME DO CLIENTE: VALDERES JOSIAS GROSS — MATRÍCULA: 0357.3540

ENDEREÇO: AV RIO GRANDE DO SUL — NÚMERO: 1939 — Nº LADO - Nº FRENTE

CEP: 85.760-000 — LOCAL: CAPANEMA

ROTEIRO DE LEITURA: 013-11-02-013-05990 — HIDRÔMETRO: Y1BAA0141624-4-1 — CAT - RES - COM - IND - UTP - POP: 034 - 001 - - - -

QUALIDADE DA ÁGUA DISTRIBUÍDA	Turbidez	Cor	Cloro	Flúor	Coli. Totais
Nº Mínimo de Amostras Exigidas	32	10	32	-	32
Nº Amostras Realizadas	38	38	44	12	38
Nº Amostras que Atenderam à Legislação	38	38	44	12	38

Definições no verso

Conclusão: TODAS AS AMOSTRAS ATENDERAM À LEGISLAÇÃO

HISTÓRICO DE PAGAMENTOS - CONDICIONADO AS OBSERVAÇÕES CONSTANTES NO VERSO

Ano	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
2019	PAGO	PAGO	PAGO	PAGO	PAGO	PAGO	PAGO	PAGO	PAGO	PAGO	PAGO	PAGO
2020	PAGO	PAGO	PAG	PAGO	PAGO	PAG	PAGO	PAGO	X	---	---	---

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS LANÇADOS	SANEPAR(R$)
MULTA AGUA	1,93
MULTA ESGOTO	1,55
AT. MONET. P/ ATRASO	0,16

FAIXAS DE CONSUMO	VOLUME	VALOR M3/R$ AGUA	TOTAIS AGUA	TOTAIS ESGOTO
COM Mínimo	5		69,80	55,84
De 6 a 10m3	5	1,79	8,95	7,16
De 11 a 15m3	5	8,89	44,45	35,56
De 16 a 20m3	1	8,96	8,96	7,17

HISTÓRICO DE CONSUMO/m3

11/19	12/19	01/20	02/20	03/20	04/20	05/20	06/20	07/20	08/20	09/20
12	12	8	14	13	11	13	18	14	12	16

DIAS DE CONSUMO	DATA LEITURA	LEITURA ANTERIOR	LEITURA ATUAL	CONSUMO/m3	REFERÊNCIA
29	16/10/2020	388	404	16	10/2020

MOTIVO DA AUSÊNCIA DE LEITURA

MÉDIA DE CONSUMO/m3 ÚLTIMOS 5 MESES: 14

VENCIMENTO: 02/11/2020

PREVISÃO PRÓXIMA LEITURA	AGUA	ESGOTO	SERVIÇOS	TOTAL
17/11/2020	132,16	105,73	3,64	241,53

EM TEMPO DE ESTIAGEM CUIDE DA AGUA. NºO DESPERDICE
ATENDIMENTO: FRANCISCOBELTRAO@SANEPAR.COM.BR

TRIBUTOS FEDERAIS - LEI 12.741 - VALOR APROXIMADO R$ 20,12

AUTENTICAÇÃO NO VERSO — OBSERVAÇÕES NO VERSO — COMPROVANTE CLIENTE

Prefeitura Municipal de Capanema
Certifico que este documento é cópia fiel do original.
Capanema, 10 / 11 / 2020

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: GROSS VEICULOS LTDA
CNPJ: 05.489.129/0001-29

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 16:55:16 do dia 09/11/2020 <hora e data de Brasília>.
Válida até 08/05/2021.
Código de controle da certidão: **4FBF.94EF.72E3.4B32**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Receita Estadual do Paraná

533

Certidão Negativa

de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual
Nº 022924839-30

Certidão fornecida para o CNPJ/MF: **05.489.129/0001-29**
Nome: **GROSS VEICULOS LTDA**

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

Obs.: Esta Certidão engloba todos os estabelecimentos da empresa e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

Válida até 09/03/2021 - Fornecimento Gratuito

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet
www.fazenda.pr.gov.br

Emitido via Internet Pública (09/11/2020 16:56:54)

Município de Capanema
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE TRIBUTAÇÃO

CERTIDÃO NEGATIVA

IMPORTANTE:

1. FICA RESSALVADO O DIREITO DA FAZENDA MUNICIPAL COBRAR DÉBITOS CONSTATADOS POSTERIORMENTE MESMO REFERENTE AO PERÍODO COMPREENDIDO NESTA CERTIDÃO.
2. A PRESENTE CERTIDÃO TEM VALIDADE ATÉ **08/01/2021**, SEM RASURAS E NO ORIGINAL.

REVENDO OS ARQUIVOS E REGISTROS, CERTIFICAMOS QUE: O CONTRIBUINTE NADA DEVE À FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL RELATIVO A EMPRESA MENCIONADA ABAIXO.

NEGATIVA Nº: 7061/2020

CÓDIGO DE AUTENTICAÇÃO: 9ZTMH282QEM5X4X82UPM

FINALIDADE: CONCORRÊNCIA / LICITAÇÃO

RAZÃO SOCIAL: GROSS VEICULOS LTDA

Inscrição Municipal	CNPJ/CPF	INSCRIÇÃO ESTADUAL	ALVARÁ
24112	05.489.129/0001-29		19

ENDEREÇO

AV RIO GRANDE DO SUL, 3933 - SÃO JOSÉ OPERÁRIO CEP: 85760000 Capanema - PR

CNAE / ATIVIDADES

Comércio a varejo de automóveis, camionetas e utilitários usados, Obras de terraplenagem, Serviços de manutenção e reparação mecânica de veículos automotores, Serviços de alinhamento e balanceamento de veículos automotores, Serviços de borracharia para veículos automotores, Serviços de instalação, manutenção e reparação de acessórios para veículos automotores, Serviços de reboque de veículos, Comércio por atacado de caminhões novos e usados, Comércio a varejo de peças e acessórios novos para veículos automotores, Comércio a varejo de peças e acessórios usados para veículos automotores, Comércio a varejo de pneumáticos e câmaras-de-ar

Certidão emitida no dia **Capanema, 09 de Novembro de 2020.**
CÓDIGO DE AUTENTICAÇÃO: **9ZTMH282QEM5X4X82UPM**

Voltar | Imprimir

CAIXA
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 05.489.129/0001-29
Razão Social: GROSS VEICULOS LTDA
Endereço: AV ESPIRITO SANTO 867 / CENTRO / CAPANEMA / PR / 85760-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade:31/10/2020 a 29/11/2020

Certificação Número: 2020103101511793708405

Informação obtida em 09/11/2020 16:58:42

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: GROSS VEICULOS LTDA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 05.489.129/0001-29
Certidão nº: 28920324/2020
Expedição: 09/11/2020, às 16:59:12
Validade: 07/05/2021 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **GROSS VEICULOS LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **05.489.129/0001-29**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.

538

GROSS VEÍCULOS

DECLARAÇÃO DE CONCORDÂNCIA COM O EDITAL

GROSS VEICULOS LTDA, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob n° 05.489.129/0001-29, DECLARA, para fins do disposto neste Edital, que:

a) está de acordo em explorar a sua atividade em um dos imóveis em que está competindo, constantes no Termo de Referência desta licitação;

b) tem disponibilidade imediata dos equipamentos e utensílios necessários para exploração do barracão;

c) não empregará menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregará menor de dezesseis anos.

d) se instalará e iniciará as atividades dentro do prazo não superior a 120 (cento e vinte) dias a contar do dia 1° de janeiro de 2021, podendo esse prazo ser prorrogado, havendo justificativa, por escrito e aceito pelo CONCEDENTE;

e) possui aptidão para o desempenho da atividade pertinente e compatível com o objeto da Licitação;

Capanema PR, 9 de novembro de 2020.

GROSS VEICULOS LTDA

05.489.129/0001-29

GROSS VEÍCULOS

DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE VISITA TÉCNICA

Concorrência nº 02/2020

Objeto: CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE TERRENOS E BARRACÕES, DESTINADOS À INSTALAÇÃO DE EMPRESAS DE QUALQUER NATUREZA, OBSERVADOS OS CRITÉRIOS E PREFERÊNCIAS DO TERMO DE REFERÊNCIA, VISANDO ESTIMULAR À GERAÇÃO DO EMPREGO E RENDA NO ÂMBITO MUNICIPAL, EM CONFORMIDADE COM A LEI MUNICIPAL Nº 1.745/2020.

Nome da Empresa: ***GROSS VEICULOS LTDA***

CNPJ nº: **05.489.129/0001-29**

Endereço Completo: **AV. RIO GRANDE DO SUL, Nº 3933, SÃO JOSÉ OPERARÁRIO, CAPANEMA PR.**

Fone: **(46) 3552-3181**

E-mail: **grossveiculos@gmail.com**

O representante legal/contratual da empresa GROSS VEICULOS LTDA, o Sr. VALDERES JOSIAS GROSS, DECLARA que renuncia a Visita Técnica aos locais e/ou instalações do objeto licitado, de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades do imóvel, assumindo total responsabilidade por este fato e informando que não o utilizará para quaisquer questionamentos futuros que ensejem evenças técnicas e ou financeira para com a concedente

Capanema PR, 9 de novembro de 2020.

GROSS VEICULOS LTDA

05.489.129/0001-29

GROSS VEÍCULOS

540

PROPOSTA

(X) Proposta os itens relacionados aos imóveis **com** barracões.

( ) Proposta para os itens relacionados aos imóveis **sem** barracões.

NOME DA PESSOA JURÍDICA: **GROSS VEICULOS LTDA**

CNPJ: **05.489.129/0001-29**

01 - Descrição clara e objetiva do ramo de atividade empresarial a ser desenvolvido no imóvel:

- Depósito de maquinas pesadas
- Serviços de terraplanagem

02 - Matéria prima a ser utilizada:

- Maquinas pesadas

03 - Capacidade produtiva/comercial da unidade a ser instalada:

- Com um espaço maior para guardar as maquinas é possível adquirir novos equipamentos aumentando a produção e gerando mais empregos.

04 - Mercado consumidor potencial:

- Serviços de terraplanagem

05 - Previsão de faturamento, custos, despesas e retorno dos investimentos:

- 5% de aumento no faturamento, ficando em torno 3 milhões por ano, investimento de R$ 100.000,00 reais com retorno previsto em 1 ano.

GROSS VEÍCULOS

541

06 - Relação da infraestrutura, equipamentos e instalações necessárias ao funcionamento do projeto global, acompanhada de orçamento discriminado:

- Murros em volta do barracão, acabamentos necessários como pintura, elétrica, escritório, segurança privada entre outros equipamentos necessários.

07 - Previsão de investimentos próprios:

- R$ 100.000,00 reais

08 - Viabilidade econômica do projeto:

- Aumentar o espaço para guardar as maquinas e equipamentos, para que possa ser adquirido mais maquinas gerando um emprego a cada novo equipamento e aumentando o faturamento da empresa.

---

09 - Compromissos assumidos pela proponente:

a) cumprir todas as obrigações previstas no Termo de Referência, no edital e na minuta do contrato da licitação Concorrência 02/2020.

b) contratar, preferencialmente, pessoas que sejam domiciliados no Município de Capanema/PR.

GROSS VEÍCULOS

542

10 - DA OFERTA:

CRITÉRIO	PROPOSTA DA EMPRESA
Empregabilidade (em número de empregos diretos gerados no prazo de 6 meses).	10 empregos
Valor do investimento privado no empreendimento a ser instalado no imóvel - R$	R$ 100.000,00
Prazo para conclusão das obras / prazo para aplicação total dos investimentos	4 meses
Faturamento Anual (média dos últimos 3 anos)	R$ 2.872.173,33
Tempo de constituição da empresa OU residência do sócio majoritário no município de Capanema (somente dados do sócio mais antigo)	40 anos
Capacidade do empreendimento gerar uma cadeia de produção e/ou empregos indiretos no Município de Capanema/PR	20 empresas

Capanema PR, 9 de novembro de 2020.

GROSS VEICULOS LTDA

05.489.129/0001-29

GROSS VEÍCULOS

543

INDICAÇÃO DE ITENS RELACIONADOS AOS IMÓVEIS COM BARRACÕES

NOME DA PESSOA JURÍDICA: **GROSS VEICULOS LTDA**

CNPJ: **05.489.129/0001-29**

A proposta constante no envelope lacrado será utilizada como oferta para os imóveis previstos nos seguintes itens, em ordem de preferência:

Item (previsto no Termo de Referência)	**Descrição do imóvel** (previsto no Termo de Referência)
ITEM 18	**Área Industrial II - próximo ao Ginásio de Esportes - Quadra nº 78 - Lote 03 - Setor S.E - Rua Pôr do Sol nº 1010-b**

No caso de a pessoa física ou jurídica se sagrar vencedora em mais de um item, será adjudicado um único imóvel, conforme a ordem de preferência indicada nesta proposta.

Capanema PR, 9 de novembro de 2020.

GROSS VEICULOS LTDA

05.489.129/0001-29

GROSS VEÍCULOS

544

CRONOGRAMA

GROSS VEICULOS LTDA, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob n° 05.489.129/0001-29, DECLARA, para fins do disposto neste Edital, que o valor do investimento e a execução das obras serão das seguintes maneiras:

Toda a infraestrutura descrita na proposta acima (Murros em volta do barracão, acabamentos necessários como pintura, elétrica, escritório, segurança privada entre outros equipamentos necessários) serão finalizadas o quanto antes for possível, para inicio imediato dos trabalhos, não ultrapassando os 4 meses prometido.

Capanema PR, 9 de novembro de 2020.

GROSS VEICULOS LTDA

05.489.129/0001-29

GROSS VEÍCULOS

PROPOSTA

( ) Proposta os itens relacionados aos imóveis **com** barracões.

(X) Proposta para os itens relacionados aos imóveis **sem** barracões.

NOME DA PESSOA JURÍDICA: **GROSS VEICULOS LTDA**

CNPJ: **05.489.129/0001-29**

01 - Descrição clara e objetiva do ramo de atividade empresarial a ser desenvolvido no imóvel:

- Depósito de maquinas pesadas
- Serviços de terraplanagem

02 - Matéria prima a ser utilizada:

- Maquinas pesadas

03 - Capacidade produtiva/comercial da unidade a ser instalada:

- Com um espaço maior para guardar as maquinas é possível adquirir novos equipamentos aumentando a produção e gerando mais empregos.

04 - Mercado consumidor potencial:

- Serviços de terraplanagem

05 - Previsão de faturamento, custos, despesas e retorno dos investimentos:

- 5% de aumento no faturamento, ficando em torno 3 milhões por ano, investimento de R$ 280.108,00 reais com retorno previsto em 2 anoS.

06 - Relação da infraestrutura, equipamentos e instalações necessárias ao funcionamento do projeto global, acompanhada de orçamento discriminado:

- Construção de um barracão e muros.

07 - Previsão de investimentos próprios:

- R$ 280.108,00 reais

08 - Viabilidade econômica do projeto:

- Aumentar o espaço para guardar as maquinas e equipamentos, para que possa ser adquirido mais maquinas gerando um emprego a cada novo equipamento e aumentando o faturamento da empresa.

---

09 - Compromissos assumidos pela proponente:

a) cumprir todas as obrigações previstas no Termo de Referência, no edital e na minuta do contrato da licitação Concorrência 02/2020.

b) contratar, preferencialmente, pessoas que sejam domiciliados no Município de Capanema/PR.

GROSS VEÍCULOS

547

10 - DA OFERTA:

CRITÉRIO	PROPOSTA DA EMPRESA
Empregabilidade (em número de empregos diretos gerados no prazo de 6 meses).	10 empregos
Valor do investimento privado no empreendimento a ser instalado no imóvel - R$	R$ 280.108,00
Prazo para conclusão das obras / prazo para aplicação total dos investimentos	6 meses
Faturamento Anual (média dos últimos 3 anos)	R$ 2.872.173,33
Tempo de constituição da empresa OU residência do sócio majoritário no município de Capanema (somente dados do sócio mais antigo)	40 anos
Capacidade do empreendimento gerar uma cadeia de produção e/ou empregos indiretos no Município de Capanema/PR	20 empresas

Capanema PR, 9 de novembro de 2020.

GROSS VEICULOS LTDA

05.489.129/0001-29

GROSS VEÍCULOS

548

INDICAÇÃO DE ITENS RELACIONADOS AOS IMÓVEIS SEM BARRACÕES

NOME DA PESSOA JURÍDICA: **GROSS VEICULOS LTDA**

CNPJ: **05.489.129/0001-29**

A proposta constante no envelope lacrado será utilizada como oferta para os imóveis previstos nos seguintes itens, em ordem de preferência:

Item (previsto no Termo de Referência)	**Descrição do imóvel** (previsto no Termo de Referência)
LOTE 14	**Área Industrial II – próximo ao Ginásio de Esportes – Chácara 12-F - Setor S.E - Rua Silvério Ampessan n° 634**
LOTE 13	**Área Industrial II - próximo ao Ginásio de Esportes - Chácara 12-E - Setor S.E - Rua Silvério Ampessan n° 652**
LOTE 12	**Área Industrial II - próximo ao Ginásio de Esportes - Chácara 12D - Setor S.E - Rua Silverio Ampessan n° 676**
LOTE 11	**Área Industrial II - próximo ao Ginásio de Esportes - Chácara 12C - Setor S.E - Rua Silvério Ampessan n° 698**
LOTE 10	**Área Industrial II - próximo ao Ginásio de Esportes - Chácara 12B - Setor S.E - Rua Pôr do sol n° 885**
LOTE 09	**Área Industrial II - próximo ao Ginásio de Esportes - Chácara 12A - Setor S.E - Rua Pôr do Sol n° 909**

GROSS VEÍCULOS

549

No caso de a pessoa física ou jurídica se sagrar vencedora em mais de um item, será adjudicado um único imóvel, conforme a ordem de preferência indicada nesta proposta.

Capanema PR, 9 de novembro de 2020.

GROSS VEICULOS LTDA

05.489.129/0001-29

GROSS VEÍCULOS

000550

CRONOGRAMA

GROSS VEICULOS LTDA, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob n° 05.489.129/0001-29, DECLARA, para fins do disposto neste Edital, que o valor do investimento e a execução das obras serão das seguintes maneiras:

Toda a infraestrutura descrita na proposta acima (barracão e muros em volta) será finalizada o quanto antes for possível, para início imediato dos trabalhos, não ultrapassando os 6 meses prometido.

Capanema PR, 9 de novembro de 2020.

GROSS VEICULOS LTDA

05.489.129/0001-29

GRALHA AZUL®
PRÉ-MOLDADOS E CONSTRUTORA

Realeza,11 de novembro de 2020.
Att: Gross Veiculos LTDA
CNPj: 05.489.129/0001-29

Atendendo vossa solicitação, estamos enviando nosso orçamento referente à execução de um Barracão Pré moldado conforme projetos fornecidos pelo cliente. Descrição apresentada apenas para base de valores para orçamento, podendo sofrer alterações no dimensionamento e locação dos pilares, vigas e demais componentes estruturais, conforme descrição a seguir:

01. DIMENSÕES

Estrutura Pré-Moldada:
Largura ----------20m
Comprimento ----------20m
Área Total----------400m²
Altura ----------5m

02. DESCRIÇÃO GERAL

a)	Execução de **17 Fundações**, tipo bloco de concreto armado, FCK 20MPa, com execução de sapatas.
b)	Fabricação transporte e montagem de 10 **Pilares pré-fabricados** em concreto armado, FCK 35MPa, seção de 25x40cm, comprimento de até 6.5m, sendo pé direito de 5m, e 1,5 engastado na fundação.
c)	Fabricação transporte e montagem de 7 **Pilares pré-fabricados** em concreto armado, FCK 35MPa, seção de 25x25cm, comprimento de até 6.5m, sendo pé direito de 5m, e 1,5 engastado na fundação.
d)	Fabricação de **110m lineares Vigas "T"** em concreto armado, fck 25 MPa, seção variada, e chumbadores para terças metálicas (espaçamentos conforme detalhamento do cliente);
e)	Fornecimento transporte e montagem de aproximadamente **360m lineares de Terças metálicas**, com perfil U enrijecido 75x40x15mm, e=2,65mm com pintura em tinta esmalte sintética "tinta automotiva", e elementos de fixação para cobertura.
f)	Fornecimento transporte e montagem de aproximadamente **449.4m² de cobertura de aluzinco** trapezoidal natural 0.43 sem Eps. Incluso elementos de fixação; Exclusos calh,as, rufos e algerosas;

GRALHA AZUL®
PRÉ-MOLDADOS E CONSTRUTORA

g)	Fabricação e montagem de **415m² de Placas de fechamento** pré-fabricadas, em concreto armado, espessura de 8 cm, altura de 2 m cada placa; Incluso vedação completa das juntas verticais e horizontais com PU (poliuretano) e delimitador de juntas;
h)	Fornecimento e montagem de **400m²** de piso em concreto, polido 10cm.
i)	Instalações elétricas e hidráulicas.
j)	Mão de obra de fabricação e montagem da estrutura pré-moldada e estrutura metálica no local indicado.
k)	Projeto Estrutura Pré-Moldada e ART (anotação de responsabilidade técnica) de projeto estrutural, fabricação, execução e montagem da estruturas pré-moldadas de concreto armado;
l)	Projetos complementares (Elétrico, Hidráulico, Prevenção de incêndio, arquitetônico, hidro sanitário)

VALOR TOTAL ORÇADO R$280.108,00(Duzentos e oitenta mil cento e oito reais)

03. A CARGO DA GRALHA AZUL PRÉ-MOLDADOS

- Garantias de acordo com as normas técnicas nacionais aplicáveis (ART de projetos e montagem)
- Projetos de fabricação, montagem e assistência técnica (relativos as estruturas Pré moldadas)
- Transporte dos itens citados nesse orçamento até o canteiro de obras.
- Guindastes, munks, gruas, plataformas elevatórias, ou qualquer outro tipo de equipamentos ou serviços necessários para execução da montagem

04. O PROPRIETÁRIO FORNECERÁ

- Terreno nivelado para possibilitar a execução da obra, com solo em condições normais para a escavação e execução das fundações, com uma camada de brita graduada ou rachão espalhada sobre o terreno.
- Fornecer acesso aos equipamentos de montagem no local da obra;
- Instalação de entrada provisória de água e de energia elétrica;
- Projeto arquitetônico em dwg para fabricação da estrutura;
- O comprador compromete-se em pagar as taxas de ISS, INSS, alvará de construção, habite-se, ART crea demais serviços, entre outras.

GRALHA AZUL®
PRÉ-MOLDADOS E CONSTRUTORA

- Terçamento metálico e telhas pagos pela empreiteira poderão ser faturadas diretamente para o cliente.
- O concreto para execução da fundação pago pela empreiteira poderá ser faturado diretamente para o cliente.
- Área de estoque das peças pré-fabricadas e metálicas.

05. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:
50% de entrada
25% Inicio Fundações
25% término da obra

06. PRAZO DE ENTREGA:
Janeiro 2021.

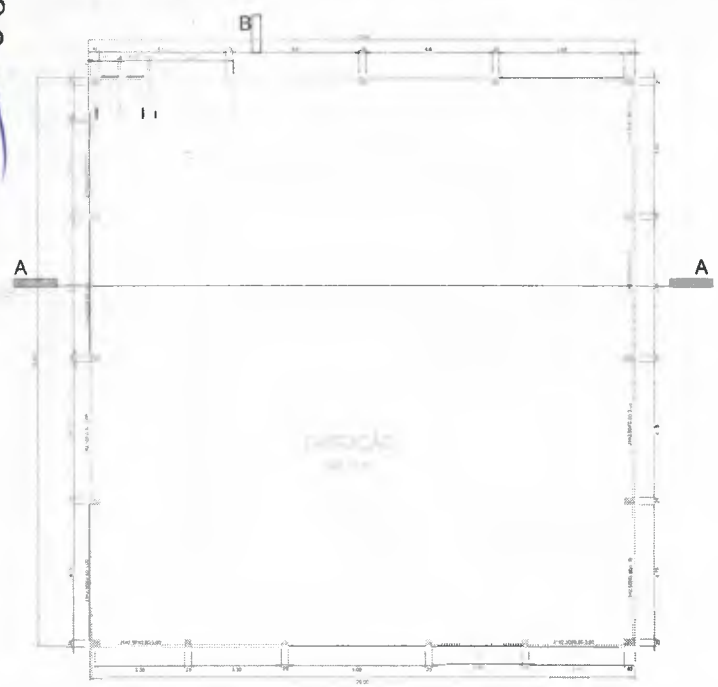
07. PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA:
5 dias a contar da presente data (11/11/2020)

Nós da PRÉ-MOLDADOS E CONSTRUTORA GRALHA AZUL, estaremos a vossa disposição para qualquer esclarecimento.

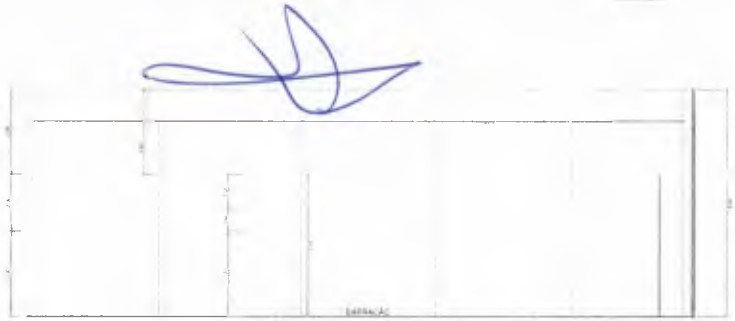
Atenciosamente

HENRIQUE LEMONIE- ADMINISTRADOR

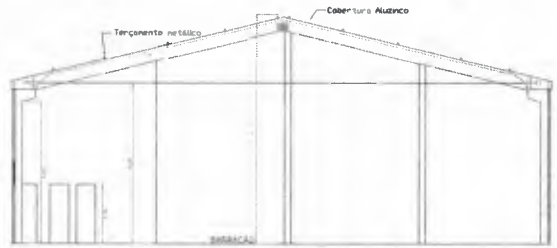
RENATA PEREIRA-ENG. CILVIL
CREA/PR 184558/D

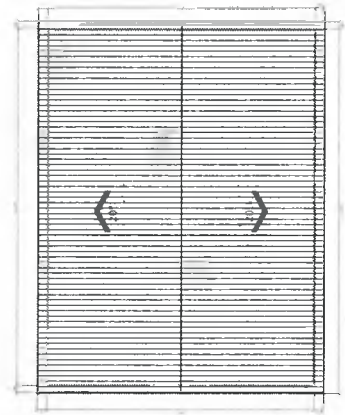


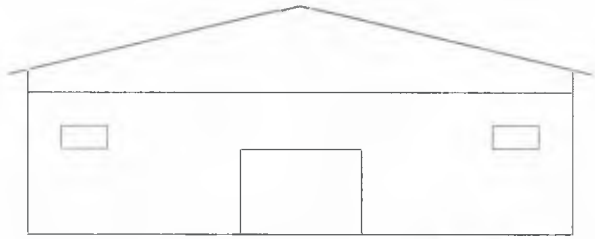
PLANTA BAIXA



CORTE B-B







FACHADA FRONTAL

GROSS VEÍCULOS

DECLARAÇÃO DE EMPRESAS PARCEIRAS COM SEDE NO MUNICÍPIO

GROSS VEICULOS LTDA, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob nº 05.489.129/0001-29, DECLARA, para fins do disposto neste Edital, que tem vínculo com as seguintes empresas:

EMPRESA	SERVIÇO
INCASUL	TORNO E SOLDA
COPINI	MANUTENÇÃO DOS VEICULOS
MECANICA DO GAIO	MANUTENÇÃO DOS VEICULOS
VITOR AUTO PEÇAS	MANUTENÇÃO DOS VEICULOS
MECANICA TREVO	MANUTENÇÃO DOS VEICULOS
MECANICA DARVEL	MANUTENÇÃO DOS VEICULOS
POSTO MASP	COMBUSTIVEL
POSTO GAYARDO	COMBUSTIVEL
ELDO BLUME	CONTABILIDADE
SICOOB	BANCO
SICREDI	BANCO
CRESOL	BANCO
SHENCKEL SUPERMERCADO	MATERIAIS DE CONSUMO
KRAEMER SUPERMERCADO	MATERIAIS DE CONSUMO
CONCÓRDIA SUPERMERCADO	MATERIAIS DE CONSUMO
TINTAS NORTE SUL	TODO TIPO DE MATERIAL NECESSÁRIO
FACHINELLO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	TODO TIPO DE MATERIAL NECESSÁRIO
MICEMETAL	TODO TIPO DE MATERIAL NECESSÁRIO
POLACO PNEUS	RECAPAGENS E COMPRAS DE PNEUS
DIDI PNEUS	RECAPAGENS E COMPRAS DE PNEUS

Capanema PR, 9 de novembro de 2020.

GROSS VEICULOS LTDA

05.489.129/0001-29

GROSS VEÍCULOS

556

DECLARAÇÃO

GROSS VEICULOS LTDA, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob n° 05.489.129/0001-29, DECLARA, que atualmente conta com 2 funcionários registrados, conforme demonstrado na GFIP em anexo.

Capanema PR, 9 de novembro de 2020.

GROSS VEICULOS LTDA

05.489.129/0001-29

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO - MTE
GFIP - SEFIP 8.40 (26/03/2020) TABELAS 41.0 (13/02/2020)

MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF

RELAÇÃO DOS TRABALHADORES CONSTANTES NO ARQUIVO SEFIP
MODALIDADE : "BRANCO"-RECOLHIMENTO AO FGTS E DECLARAÇÃO À PREVIDÊNCIA

858400000027 560001792011 107646050803 548912900012

EMPRESA: GROSS VEICULOS LTDA — INSCRIÇÃO: 05.489.129/0001-29
COMP: 10/2020 COD REC: 115 COD GPS: 2003 FPAS: 515 OUTRAS ENT: SIMPLES: 2 RAT: 0,0 FAP: 1,00 RAT AJUSTADO: 0,00
TOMADOR/OBRA: INSCRIÇÃO:

NOME TRABALHADOR		PIS/PASEP/CI	ADMISSÃO	CAT	OCOR	DATA/COD MOVIMENTAÇÃO	CBO
REM SEM 13° SAL	REM 13°SAL	BASE CÁL 13°SAL PREV SOC	CONTRIB SEG DEVIDA			DEPÓSITO	JAM
		BASE CÁL PREV SOCIAL					
LEANDRO PIERI		164.25874.05-9	18/05/2020	01			05211
1.600,00	0,00	0,00	128,32			128,00	0,00
RICARDO LUIZ BAUMGARTNER DREYER		236.40121.91-7	12/02/2020	01			05211
1.600,00	0,00	0,00	128,32			128,00	0,00

RELAÇÃO DOS TRABALHADORES CONSTANTES NO ARQUIVO SEFIP
MODALIDADE : "BRANCO"-RECOLHIMENTO AO FGTS E DECLARAÇÃO À PREVIDÊNCIA

858400000027 560001792011 107646050803 548912900012

EMPRESA: GROSS VEICULOS LTDA — INSCRIÇÃO: 05.489.129/0001-29
COMP: 10/2020 COD REC: 115 COD GPS: 2003 FPAS: 515 OUTRAS ENT: SIMPLES: 2 RAT: 0.0 FAP: 1.00 RAT AJUSTADO: 0.00
TOMADOR/OBRA: INSCRIÇÃO:

NOME TRABALHADOR	PIS/PASEP/CI	ADMISSÃO	CAT	OCOR	DATA/COD MOVIMENTAÇÃO	CBO
REM SEM 13° SAL	REM 13°SAL	BASE CÁL 13°SAL PREV SOC	CONTRIB SEG DEVIDA		DEPÓSITO	JAM
		BASE CÁL PREV SOCIAL				
VALDERES JOSIAS GROSS	126.53764.50-6	01/01/2013	11			01414
2.090,00	0,00	0,00	229,90		0,00	0,00

TOTAIS DA EMPRESA/TOMADOR					
5.290,00	0,00	0,00	486,54	256,00	0,00

RELAÇÃO DOS TRABALHADORES CONSTANTES NO ARQUIVO SEFIP
RESUMO DO FECHAMENTO - EMPRESA
MODALIDADE : "BRANCO"-RECOLHIMENTO AO FGTS E DECLARAÇÃO À PREVIDÊNCIA
858400000027 560001792011 107646050803 548912900012

EMPRESA: GROSS VEICULOS LTDA
N° DE CONTROLE: MEe7a71It910000-5
N° ARQUIVO: LWtK0103smJ0000-3
INSCRIÇÃO: 05.489.129/0001-29
COMP: 10/2020 COD REC: 115 COD GPS: 2003 FPAS: 515 OUTRAS ENT: SIMPLES: 2 RAT: 0.0
FAP: 1.00 RAT AJUSTADO: 0.00
TOMADOR/OBRA:
INSCRIÇÃO:
LOGRADOURO: AVENIDA RIO GRANDE DO SUL 3933
BAIRRO: CENTRO
CNAE PREPONDERANTE: 4511102
CIDADE: CAPANEMA
UF: PR
CEP: 85760-000
CNAE: 4511102

CAT	QUANT	REMUNERAÇÃO SEM 13°	REMUNERAÇÃO 13°	BASE CÁL PREV SOC	BASE CÁL 13° PREV SOC
01	2	3.200,00	0,00	3.200,00	0,00
11	1	2.090,00	0,00	2.090,00	0,00
TOTAIS:	3	5.290,00	0,00	5.290,00	0,00

RELAÇÃO DOS TRABALHADORES CONSTANTES NO ARQUIVO SEFIP
RESUMO DO FECHAMENTO - EMPRESA
FGTS

858400000027 560001792011 107646050803 548912900012

EMPRESA: GROSS VEICULOS LTDA
Nº DE CONTROLE: MEe7a71It910000-5
Nº ARQUIVO: LWtK0103smJ0000-3
INSCRIÇÃO: 05.489.129/0001-29
COMP: 10/2020 COD REC: 115 COD GPS: 2003 FPAS: 515 OUTRAS ENT: SIMPLES: 2 RAT: 0.0 FAP: 1.00 RAT AJUSTADO: 0.00
TOMADOR/OBRA: INSCRIÇÃO:

LOGRADOURO: AVENIDA RIO GRANDE DO SUL 3933 BAIRRO: CENTRO CNAE PREPONDERANTE: 4511102
CIDADE: CAPANEMA UF: PR CEP: 85760-000 CNAE: 4511102

MODALIDADE : "Brancc"-RECOLHIMENTO AO FGTS E DECLARAÇÃO À PREVIDÊNCIA

	FGTS - 8%
REMUNERAÇÃO SEM 13° SALÁRIO	3.200,00
REMUNERAÇÃO 13° SALARIO	0,00
QUANTIDADE TRABALHADORES	2

VALORES DO FGTS
DATA DE RECOLHIMENTO ATÉ 07/11/2020

DEPÓSITO FGTS	ENCARGOS FGTS	CONTRIB SOCIAL	ENCARGOS CONTRIB SOCIAL	TOTAL RECOLHER
256,00	0,00	0,00	0,00	256,00

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO - MTE — MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF

GFIP - SEFIP 8.40 (26/03/2020) TABELAS 41.0 (13/02/2020)

RESUMO DAS INFORMAÇÕES À PREVIDÊNCIA SOCIAL CONSTANTES NO ARQUIVO SEFIP
EMPRESA

N° ARQUIVO: LWtK0103smJ0000-3

EMPRESA: GROSS VEICULOS LTDA — N° DE CONTROLE: MEe7a71It910000-5 — INSCRIÇÃO: 05.489.129/0001-29

COMP: 10/2020 COD REC: 115 COD GPS: 2003 FPAS: 515 OUTRAS ENT: SIMPLES: 2 RAT: 0.0 FAP: 1.00 RAT AJUSTADO: 0.00

TOMADOR/OBRA: INSCRIÇÃO:

LOGRADOURO: AVENIDA RIO GRANDE DO SUL 3933 BAIRRO: CENTRO CNAE PREPONDERANTE: 4511102

CIDADE: CAPANEMA UF: PR CEP: 85760-000 TELEFONE: 0046 3552 3181 CNAE: 4511102

VALOR DEV PREV SOC CALCULADO SEFIP:	486.54	CONTRIB SEGURADOS - DEVIDA:	486.54
SALÁRIO FAMÍLIA:	0.00	RECEITA EVENTO DESP/PATROCÍNIO:	0.00
SALÁRIO MATERNIDADE:	0.00	PERC DE ISENÇÃO DE FILANTROPIA:	0.00
VALORES PAGOS COOP TRABALHO - SEM ADICIONAL:	0.00	13° SALÁRIO MATERNIDADE:	0.00
VALORES PAGOS COOP TRABALHO - ADIC. 15 ANOS:	0.00	COM PRODUÇÃO PJ:	0.00
VALORES PAGOS COOP TRABALHO - ADIC. 20 ANOS:	0.00	COM PRODUÇÃO PF:	0.00
VALORES PAGOS COOP TRABALHO - ADIC. 25 ANOS:	0.00	VALOR DAS FATURAS EMITIDAS PARA O TOMADOR:	0.00

COMPENSAÇÃO

PERÍODO INICIAL: PERÍODO FINAL: VALOR SOLICITADO: 0.00

VALOR ABATIDO: 0.00 VALOR A COMPENSAR: 0.00 VALOR EXCEDENTE AO LIMITE DOS 30%: 0.00

RETENÇÃO (LEI 9.711/98)

VALOR INFORMADO: 0.00 VALOR ABATIDO PELO SEFIP: 0.00 VALOR A COMPENSAR/RESTITUIR: 0.00

BASE DE CÁLCULO APOSENTADORIA ESPECIAL/OCORRÊNCIA

15 ANOS:	0.00	20 ANOS:	0.00	25 ANOS:	0.00
QUANTIDADE:	0	QUANTIDADE:	0	QUANTIDADE:	0

QUANTIDADE DE MOVIMENTAÇÕES / CÓDIGOS

H :	0	I1:	0	I2:	0	I3:	0	I4:	0	J :	0	K :	0	L :	0	M :	0	N1:	0
N2:	0	N3:	0	O1:	0	O2:	0	O3:	0	P1:	0	P2:	0	P3:	0	Q1:	0	Q2:	0
Q3:	0	Q4:	0	Q5:	0	Q6:	0	Q7:	0	R :	0	S2:	0	S3:	0	U1:	0	U2:	0
U3:	0	V3:	0	W :	0	X :	0	Y :	0	Z1:	0	Z2:	0	Z3:	0	Z4:	0	Z5:	0

1953

RELAÇÃO
FATURAMENTO FISCAL

ÙLTIMOS 12 MESES

- FIRMA : GROSS VEICULOS LTDA
- CIDADE : CAPANEMA- PR
- CNPJ/ Nº : 05.489.129/0001-29

MÊS	ANO		VENDAS
JANEIRO	2017	R$	275.897,00
FEVEREIRO	2017	R$	224.582,00
MARÇO	2017	R$	240.840,00
ABRIL	2017	R$	235.550,00
MAIO	2017	R$	250.585,00
JUNHO	2017	R$	245.689,00
JULHO	2017	R$	268.620,00
AGOSTO	2017	R$	258.730,00
SETEMBRO	2017	R$	218.885,00
OUTUBRO	2017	R$	228.950,00
NOVEMBRO	2017	R$	215.876,00
DEZEMBRO	2017	R$	227.860,00
TOTAL			2.892.064,00

Atenciosamente,

Capanema-PR, 31 de dezembro de 2017.

SÓCIO ADMINISTRADOR
VALDERES JOSIAS GROSS

ATIVO		**2.749.120,57**
CIRCULANTE		**2.749.120,57**
DISPONIBILIDADES		2.749.120,57
CAIXA		2.749.120,57
TOTAL DO ATIVO	2.749.120,57	
PASSIVO		**2.749.120,57**
CIRCULANTE		**854,47**
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS		579,47
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR		579,47
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS		275,00
IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOBRE RECEITAS		275,00
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**2.748.266,10**
CAPITAL SOCIAL		120.000,00
CAPITAL SOCIAL INTEGRALIZADO		120.000,00
LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS		2.628.266,10
LUCRO/PREJUIZO ACUMULADO		2.628.266,10
TOTAL DO PASSIVO	2.749.120,57	

Reconhecemos a exatidão do presente Balanço Patrimonial com base nas informações e na documentação apresentada, encerrado em 31/12/2017, somando tanto no Ativo como no Passivo, a importância de R$ 2.749.120,57 (dois milhões, setecentos e quarenta e nove mil, cento e vinte reais e cinquenta e sete centavos).

VALDERES JOSIAS GROSS
SOCIO ADMINISTRADOR
CPF 028.749.009-23

ELDO BLUME
CRC 017369O1

CNPJ: 05.489.129/0001-29
Consolidação: Empresa Grau: 4 **Período: 01/2017 a 12/2017**

1564

RECEITA OPERACIONAL BRUTA	**2.892.064,00**
RECEITA BRUTA	2.892.064,00
RECEITA DE VENDA DE MERCADORIAS E PRODUTOS	2.892.064,00
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	**4.738,00**
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	4.738,00
TRIBUTOS SOBRE VENDAS	4.738,00
RECEITA LÍQUIDA	**2.887.326,00**
CUSTOS	**128.000,00**
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS	128.000,00
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS	128.000,00
LUCRO BRUTO	**2.759.326,00**
DESPESAS OPERACIONAIS	**52.481,70**
DESPESAS OPERACIONAIS	**52.481,70**
DESPESAS COMERCIAIS	30.419,68
DESPESAS COM PESSOAL	30.419,68
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	22.062,02
HONORÁRIOS DIRETORIA	21.551,00
DESPESAS GERAIS	511,02
RESULTADO ANTES DAS OPERAÇÕES FINANCEIRAS	**2.706.844,30**
DESPESAS FINANCEIRAS	81,79
DESPESAS FINANCEIRAS	81,79
RESULTADO ANTES DAS PROVISÕES TRIBUTÁRIAS	**2.706.762,51**
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**2.706.762,51**

VALDERES JOSIAS GROSS
SÓCIO ADMINISTRADOR
CPF 028.749.009-23

ELDO BLUME
CRC 017369/O1

RELAÇÃO
FATURAMENTO FISCAL

ÙLTIMOS 12 MESES

- FIRMA : GROSS VEICULOS LTDA
- CIDADE : CAPANEMA- PR
- CNPJ/ Nº : 05.489.129/0001-29

MÊS	ANO		VENDAS
JANEIRO	2018	R$	222.510,00
FEVEREIRO	2018	R$	225.082,00
MARÇO	2018	R$	245.540,00
ABRIL	2018	R$	249.550,00
MAIO	2018	R$	260.543,00
JUNHO	2018	R$	255.769,00
JULHO	2018	R$	258.420,00
AGOSTO	2018	R$	278.780,00
SETEMBRO	2018	R$	238.500,00
OUTUBRO	2018	R$	235.590,00
NOVEMBRO	2018	R$	245.160,00
DEZEMBRO	2018	R$	247.700,00
TOTAL			2.963.144,00

Atenciosamente,

Capanema-PR, 31 de dezembro de 2018.

SÓCIO ADMINISTRADOR
VALDERES JOSIAS GROSS

ATIVO		**5.611.372,59**
CIRCULANTE		**5.611.372,59**
DISPONIBILIDADES		5.518.372,59
CAIXA		5.518.372,59
ESTOQUES		93.000,00
ESTOQUE DE MERCADORIAS PARA REVENDA		93.000,00
TOTAL DO ATIVO	5.611.372,59	
PASSIVO		**5.611.372,59**
CIRCULANTE		**21.991,24**
FORNECEDORES		20.933,36
FORNECEDORES NACIONAIS		20.933,36
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS		529,88
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR		529,88
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS		528,00
IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOBRE RECEITAS		528,00
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**5.589.381,35**
CAPITAL SOCIAL		120.000,00
CAPITAL SOCIAL INTEGRALIZADO		120.000,00
LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS		5.469.381,35
LUCRO/PREJUIZO ACUMULADO		5.469.381,35
TOTAL DO PASSIVO	5.611.372,59	

Reconhecemos a exatidão do presente Balanço Patrimonial com base nas informações e na documentação apresentada, encerrado em 31/12/2018, somando tanto no Ativo como no Passivo, a importância de R$ 5.611.372,59 (cinco milhões, seiscentos e onze mil, trezentos e setenta e dois reais e cinquenta e nove centavos).

VALDERES JOSIAS GROSS
SÓCIO ADMINISTRADOR
CPF 028.749.009-23

ELDO BLUME
CRC 017369O1

RECEITA OPERACIONAL BRUTA	**2.963.144,00**
RECEITA BRUTA	2.963.144,00
RECEITA DE VENDA DE MERCADORIAS E PRODUTOS	2.962.264,00
RECEITA DE SERVIÇO	880,00
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	**4.646,15**
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	4.646,15
TRIBUTOS SOBRE VENDAS	4.646,15
RECEITA LÍQUIDA	**2.958.497,85**
CUSTOS	**68.000,00**
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS	68.000,00
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS	161.000,00
LUCRO BRUTO	**2.890.497,85**
DESPESAS OPERACIONAIS	**49.343,88**
DESPESAS OPERACIONAIS	49.343,88
DESPESAS COMERCIAIS	26.447,88
DESPESAS COM PESSOAL	26.447,88
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	22.896,00
HONORÁRIOS DIRETORIA	22.896,00
RESULTADO ANTES DAS OPERAÇÕES FINANCEIRAS	**2.841.153,97**
DESPESAS FINANCEIRAS	38,72
DESPESAS FINANCEIRAS	38,72
RESULTADO ANTES DAS PROVISÕES TRIBUTÁRIAS	**2.841.115,25**
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**2.841.115,25**

VALDERES JOSIAS GROSS
SÓCIO ADMINISTRADOR
CPF 028.749.009-23

ELDO BLUME
CRC 017369O1

RELAÇÃO
FATURAMENTO FISCAL

ÙLTIMOS 12 MESES

- FIRMA : GROSS VEICULOS LTDA
- CIDADE : CAPANEMA- PR
- CNPJ/ Nº : 05.489.129/0001-29

MÊS	ANO		VENDAS
JANEIRO	2019	R$	213.060,00
FEVEREIRO	2019	R$	215.500,00
MARÇO	2019	R$	234.700,00
ABRIL	2019	R$	239.800,00
MAIO	2019	R$	252.200,00
JUNHO	2019	R$	215.410,00
JULHO	2019	R$	190.100,00
AGOSTO	2019	R$	227.860,00
SETEMBRO	2019	R$	242.510,00
OUTUBRO	2019	R$	235.082,00
NOVEMBRO	2019	R$	245.540,00
DEZEMBRO	2019	R$	249.550,00
TOTAL			2.761.312,00

Atenciosamente,

Capanema-PR, 31 de dezembro de 2019.

SÓCIO ADMINISTRADOR
VALDERES JOSIAS GROSS

ATIVO		**8.236.619,74**
CIRCULANTE		**8.236.619,74**
DISPONIBILIDADES		8.124.619,74
CAIXA		8.124.619,74
ESTOQUES		112.000,00
ESTOQUE DE MERCADORIAS PARA REVENDA		112.000,00
TOTAL DO ATIVO	8.236.619,74	
PASSIVO		**8.236.619,74**
CIRCULANTE		**24.818,35**
FORNECEDORES		24.000,00
FORNECEDORES NACIONAIS		24.000,00
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS		219,56
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR		219,56
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS		598,79
IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOBRE RECEITAS		598,79
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**8.211.801,39**
CAPITAL SOCIAL		120.000,00
CAPITAL SOCIAL INTEGRALIZADO		120.000,00
LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS		8.091.801,39
LUCRO/PREJUIZO ACUMULADO		8.091.801,39
TOTAL DO PASSIVO	8.236.619,74	

Reconhecemos a exatidão do presente Balanço Patrimonial com base nas informações e na documentação apresentada, encerrado em 31/12/2019, somando tanto no Ativo como no Passivo, a importância de R$ 8.236.619,74 (oito milhões, duzentos e trinta e seis mil, seiscentos e dezenove reais e setenta e quatro centavos).

VALDERES JOSIAS GROSS
SÓCIO ADMINISTRADOR
CPF 028.749.009-23

ELDO BLUME
CRC 017369O1

CNPJ: 05.489.129/0001-29
Consolidação: Empresa **Grau: 4** **Período: 01/2019 a 12/2019**

000570

RECEITA OPERACIONAL BRUTA	**2.761.312,00**
RECEITA BRUTA	2.761.312,00
RECEITA DE VENDA DE MERCADORIAS E PRODUTOS	2.758.223,31
RECEITA DE SERVIÇO	3.088,69
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	**4.041,86**
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	4.041,86
TRIBUTOS SOBRE VENDAS	4.041,86
RECEITA LÍQUIDA	**2.757.270,14**
CUSTOS	**90.000,00**
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS	90.000,00
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS	202.000,00
LUCRO BRUTO	**2.667.270,14**
DESPESAS OPERACIONAIS	**44.812,41**
DESPESAS OPERACIONAIS	44.812,41
DESPESAS COMERCIAIS	20.710,71
DESPESAS COM PESSOAL	20.710,71
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	24.101,70
HONORÁRIOS DIRETORIA	23.952,00
DESPESAS GERAIS	149,70
RESULTADO ANTES DAS OPERAÇÕES FINANCEIRAS	**2.622.457,73**
DESPESAS FINANCEIRAS	37,69
DESPESAS FINANCEIRAS	37,69
RESULTADO ANTES DAS PROVISÕES TRIBUTÁRIAS	**2.622.420,04**
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**2.622.420,04**

VALDERES JOSIAS GROSS
SÓCIO ADMINISTRADOR
CPF 028.749.009-23

ELDO BLUME
CRC 017369O1

1571

REGISTRO CIVIL

Comarca de Capanema - Estado do Paraná

MUNICÍPIO DE CAPANEMA

Nair Iria Greber

OFICIAL

Nair Iria Greber Oficial de Reg. Civil Comarca de Capanema PR Juiz Elect Albrandt Juramentada

NASCIMENTO N. 2945

CERTIFICO que as fls. 03v, do livro no A/15, de Registro de Nascimentos foi feito hoje o assento de VALDERES JOSIAS GROSS .-

nascid o aos vinte e um (21) de julho (7) de mil novecentos e oitenta (1980) às 8,00 horas e 30 minutos, em Hospital Sudoeste Ltda, nesta cidade.-

do sexo Masculino 4º Filh o de - GILBERTO ATILIO GROSS e SANTA ARZENIL MACHADO GROSS, naturais do Rio Grande do Sul, casados em Tenente Portela- RS., ele agricultor, ela professôra Municipal, com 38 anos no parto, residentes em Capanema.-

Tabelião JOSÉ CYRILLO FIRMA - SÃO PAULO BARÃO DE PARANAPIACABA, 64 JUNTO À PRAÇA DA SÉ

Sendo avós paternos Arno Reinaldo Gross .-

e Dona Helena Amalia Gross.-

e avós maternos Waldemar de Paula Machado .-

e Dona Graydes Borges Machado .-

Foi declarante o pai.-

e serviram de testemunhas Egon Ebert solteiro e Osvaldo Prochnow, casado, agricultores, residentes em Capanema.-

Observações:

Prefeitura Municipal de Capanema Certifico que este documento é cópia fiel do original. Capanema 10/11/2022

O referido é verdade e dou fé!

Nair Iria Greber Oficial de Reg. Civil Comarca de Capanema - PR Juiz Elect Albrandt Juramentada

Capanema, 28 de julho de 19 80

FIRMA - SÃO PAULO Tabelião JOSÉ CYRILLO BARÃO DE PARANAPIACABA, 64 JUNTO À PRAÇA DA SÉ

OFICIAL

Município de Capanema - PR

LICITANTE: Gross Veículos: Terreno

CRITÉRIO	PROPOSTA/PONTOS	PONTOS	PESO	PROPOSTA	SOMATÓRIO DA PONTUAÇÃO DA PROPOSTA
Empregabilidade (em número de empregos diretos a serem gerados)	2 pontos por emprego gerado	Até 100	0,3	10,00	6,00
Valor do Investimento privado no empreendimento a ser instalado no imóvel R$	Até 20.000,00	5	0,2		0,00
	De 20.001,00 a 40.000,00.	10	0,2		0,00
	40.001,00 a 60.000,00.	15	0,2		0,00
	60.001,00 a 80.000,00	20	0,2		0,00
	Acima de 80.000,00, a cada 20.000,00 acrescenta 5 pontos.	até 100	0,2	75,00	15,00
Prazo construção da infraestrutura e aplicação total dos investimentos (critério exclusivo para terrenos)	Até 6 meses	100	0,2	100,00	20,00
	De 6 a 12 meses	80	0,2		0,00
	De 13 a 18 meses	60	0,2		0,00
	De 19 a 24 meses	40	0,2		0,00
Prazo para aplicação total dos investimentos (critério exclusivo para barracões)	Até 4 meses	100	0,2		0,00
	De 5 a 8 meses	80	0,2		0,00
	De 9 a 12 meses	60	0,2		0,00
	De 13 a 16 meses	40	0,2		0,00
	De 17 a 20 meses	20	0,2		0,00
	De 21 a 24 meses	10	0,2		0,00
Faturamento anual da pessoa jurídica R$	Até 80.001,00.	10	0,1		0,00
	de 80.001,00 a 150.000,00.	20	0,1		0,00
	150.001,00 a 200.000,00.	30	0,1		0,00
	200.001,00 a 250.000,00.	40	0,1		0,00
	250.001,00 a 300.000,00	50	0,1		0,00
	Acima de 300.000,00, a cada 50.000,00 acrescenta 10 pontos.	até 100	0,1	100,00	10,00
Tempo de constituição da empresa em Capanema OU tempo de residência do sócio majoritário da empresa OU da pessoa física em Capanema	5 pontos por ano	até 100	0,1	100,00	10,00
Capacidade do empreendimento gerar uma cadeia de produção e/ou empregos indiretos no Município de Capanema/PR	Aquisição de matéria-prima de pessoas físicas ou jurídicas residentes ou sediadas no Município de Capanema.	2 pontos para cada indicação, até 100	0,1	0,00	0,00
			TOTAL		**61,00**

Município de Capanema - PR

LICITANTE: Gross Veículos: Barracão

CRITÉRIO	PROPOSTA/PONTOS	PONTOS	PESO	PROPOSTA	SOMATÓRIO DA PONTUAÇÃO DA PROPOSTA
Empregabilidade (em número de empregos diretos a serem gerados)	2 pontos por emprego gerado	Até 100	0,3	10,00	6,00
Valor do Investimento privado no empreendimento a ser instalado no imóvel R$	Até 20.000,00	5	0,2		0,00
	De 20.001,00 a 40.000,00.	10	0,2		0,00
	40.001,00 a 60.000,00.	15	0,2		0,00
	60.001,00 a 80.000,00	20	0,2		0,00
	Acima de 80.000,00, a cada 20.000,00 acrescenta 5 pontos.	até 100	0,2		0,00
Prazo construção da infraestrutura e aplicação total dos investimentos (critério exclusivo para terrenos)	Até 6 meses	100	0,2		0,00
	De 6 a 12 meses	80	0,2		0,00
	De 13 a 18 meses	60	0,2		0,00
	De 19 a 24 meses	40	0,2		0,00
Prazo para aplicação total dos investimentos (critério exclusivo para barracões)	Até 4 meses	100	0,2		0,00
	De 5 a 8 meses	80	0,2		0,00
	De 9 a 12 meses	60	0,2		0,00
	De 13 a 16 meses	40	0,2		0,00
	De 17 a 20 meses	20	0,2		0,00
	De 21 a 24 meses	10	0,2	10,00	2,00
Faturamento anual da pessoa jurídica R$	Até 80.001,00.	10	0,1		0,00
	de 80.001,00 a 150.000,00.	20	0,1		0,00
	150.001,00 a 200.000,00.	30	0,1		0,00
	200.001,00 a 250.000,00.	40	0,1		0,00
	250.001,00 a 300.000,00	50	0,1		0,00
	Acima de 300.000,00, a cada 50.000,00 acrescenta 10 pontos.	até 100	0,1	100,00	10,00
Tempo de constituição da empresa em Capanema OU tempo de residência do sócio majoritário da empresa OU da pessoa física em Capanema	5 pontos por ano	até 100	0,1	100,00	10,00
Capacidade do empreendimento gerar uma cadeia de produção e/ou empregos indiretos no Município de Capanema/PR	Aquisição de matéria-prima de pessoas físicas ou jurídicas residentes ou sediadas no Município de Capanema.	2 pontos para cada indicação, até 100	0,1	0,00	0,00
			TOTAL		28,00

000574

H. COM INDUSTRIA DE CONFECCOES LTDA

27.520.800/0001-90

H.COM INDUSTRIA DE CONFECÇÕES LTDA.
CONTRATO SOCIAL

Fls : 01

Resolvem por este ato CONSTITUIR, como de fato constituem uma empresa do tipo jurídico, LIMITADA, mediante as condições e cláusulas seguintes:

1) **MARCOS ANGELO BERTUZZI,** natural de Barracão, Estado do Paraná, brasileiro, casado com Regime de Comunhão Parcial de Bens, nascido em 11/05/1978, empresário, portador de CPF Nº. 017.802.409-02, Carteira de Identidade Nacional Nº. 14.770.502-6 expedida pela SESP/PR em 08/07/2016, residente e domiciliado na Rua Pedro Pereira de Sá, Nº. 836, Bairro Centro, cidade de Santo Antonio do Sudoeste, estado do Paraná, CEP 85.710-000;

2) **SCHARLLES GHIZONI** natural de Santo Antonio do Sudoeste, Estado do Paraná, brasileiro, casado com Regime de Comunhão Parcial de Bens, nascido em 16/08/1990, empresário, portador de CPF Nº. 006.031.889-90, Carteira de Identidade Nacional Nº. 6.060.731-1 expedida pela SESP/PR em 10/04/1992, residente e domiciliado na Av. Brasil, Nº. 1166, Bairro Centro, cidade de Capanema, Estado do Paraná, CEP 85.760-000; resolvem por este ato CONSTITUIR, como de fato constituem uma empresa do tipo jurídico, LIMITADA, mediante as condições e cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: A sociedade girará sob o nome empresarial de **H.COM INDUSTRIA DE CONFECÇÕES LTDA.** e terá sede na Rua Bahia, 164, Sala 03, Bairro Santa Cruz, na cidade de Capanema, Estado do Paraná, CEP 85.760-000.

CLÁUSULA SEGUNDA: O objeto social da sociedade será: Confecções de peças de vestuário, exceto roupas intimas e as confeccionadas sob medida, Comércio atacadista de vestuário e acessórios, exceto profissionais e de segurança e Comércio Varejista de artigos do vestuário e acessórios.

Parágrafo Único: Seus CNAEs fiscais serão: CNAE 14.12-6/01, CNAE 47.81-4/00, CNAE 47.82-2/01.

CLÁUSULA TERCEIRA: O capital social será de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) divididos em 50.000 (cinquenta mil) quotas de valor nominal R$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente subscrito e integralizado, neste ato, em moeda corrente nacional, assim distribuídos entre os sócios: **(art. 997, III, CC/2002) (art. 1.055, CC/2002)**.

JUNTA COMERCIAL DO PARANA

CERTIFICO O REGISTRO EM 12/04/2017 11:28 SOB Nº 41208562609.
PROTOCOLO: 171595629 DE 16/03/2017. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11701388266. NIRE: 41208562609.
H.COM INDUSTRIA DE CONFECÇÕES LTDA.

Libertad Bogus
SECRETÁRIA-GERAL
CURITIBA, 12/04/2017
www.empresafacil.pr.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.
Informando seus respectivos códigos de verificação

Sócios	Quotas	Valor Unit.	%	Capital
Marcos Angelo Bertuzzi	25.000	R$ 1,00	50,0%	R$ 25.000,00
Scharlles Ghizoni	25.000	R$ 1,00	50,0%	R$ 25.000,00
TOTAL	**50.000**	**R$ 1,00**	**100,0%**	**R$ 50.000,00**

CLÁUSULA QUARTA: A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social. (**art. 1.052, CC/2002**).

CLÁUSULA QUINTA: As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço, o direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente. (**art. 1.056, art. 1.057, CC/2002**).

CLÁUSULA SEXTA: A administração da sociedade caberá aos sócios **MARCOS ANGELO BERTUZZI** e **SCHARLLES GHIZONI**, com os poderes e atribuições de gerir e administrar os negócios da sociedade; representá-la ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente, perante órgãos públicos, instituições financeiras, entidades privadas e terceiros em geral, bem como praticar todos os demais atos necessários à consecução dos objetivos ou à defesa dos interesses e direitos da sociedade, autorizados o uso do nome empresarial isoladamente (**art. 997, VI; 1.013. 1.015, 1064, CC/2002**).

Parágrafo Primeiro: Os Administradores representarão a sociedade isoladamente, respeitando-se os poderes outorgados, sendo-lhes vedado o uso em operações ou negócios estranhos ao objeto social, conforme dispõe o artigo 1.064 do Código Civil Brasileiro, poderão os administradores nomear procuradores legalmente constituídos, que representarão a sociedade sempre que houver necessidade. Deste modo os Administradores poderão representar a sociedade isolada, exclusivamente, conjuntamente ou mediante a assinatura conjunta dos seus procuradores constituídos (**art. 997, VI; 1.013. 1.015, 1064, CC/2002**).

Parágrafo Segundo: Fica vedado o uso do nome empresarial em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem a autorização dos outros sócios.

JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ

CERTIFICO O REGISTRO EM 12/04/2017 11:28 SOB Nº 41208562609.
PROTOCOLO: 171595629 DE 16/03/2017. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11701388266. NIRE: 41208562609.
H.COM INDUSTRIA DE CONFECÇÕES LTDA.

Libertad Bogus
SECRETÁRIA-GERAL
CURITIBA, 12/04/2017
www.empresafacil.pr.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.
Informando seus respectivos códigos de verificação

577

Parágrafo Terceiro: É vedado a qualquer diretor, procurador, sócio ou não, o uso da denominação social para conceder aval ou fiança.

CLÁUSULA SÉTIMA: A sociedade iniciará suas atividades em 01/03/2017 e seu prazo de duração é indeterminado.

CLÁUSULA OITAVA: Ao término de cada exercício da empresa, em 31 de dezembro, proceder-se-á elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas cotas, os lucros ou as perdas apuradas (**art. 1.065, CC/2002**).

CLÁUSULA NONA: A sociedade poderá levantar balanços e balancetes patrimoniais em períodos inferiores há um ano, e, o lucro apurado nessas demonstrações intermediárias, poderão ser distribuídos mensalmente aos sócios cotistas, a título de Antecipação de Lucros proporcionalmente às suas cotas.

CLÁUSULA DÉCIMA: Os sócios poderão de comum acordo, fixar uma retirada mensal, a título de "pró-labore", observadas as disposições regulamentares pertinentes.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: A qualquer tempo a limitada poderá abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração contratual assinada por todos os sócios.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: Falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do sócio remanescente, o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado para este fim.

Parágrafo único – O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio. (**art. 1.028 e art. 1.031, CC/2002**).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: Os Administradores declaram, sob as penas da lei, que não estão impedido de exercer a administração da empresa, por lei especial ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os

JUNTA COMERCIAL DO PARANA

CERTIFICO O REGISTRO EM 12/04/2017 11:28 SOB Nº 41208562609.
PROTOCOLO: 171595629 DE 16/03/2017. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11701388266. NIRE: 41208562609.
H.COM INDUSTRIA DE CONFECÇÕES LTDA.

Libertad Bogus
SECRETÁRIA-GERAL
CURITIBA, 12/04/2017
www.empresafacil.pr.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.
Informando seus respectivos códigos de verificação

efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou propriedade (**art. 1.011, § 1º, CC/2002**).

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: Fica eleito o foro de Santo Antônio do Sudoeste, Estado do Paraná, para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

E por estarem assim justos e contratados, lavram datam e assinam o presente instrumento.

Santo Antonio do Sudoeste (PR), 01 de Março de 2.017.

Marcos Angelo Bertuzzi
CPF 017.802.409-02

Scharlles Ghizoni
CPF 006.031.889-90

TABELIONATO DE NOTAS JALES
COMARCA DE SANTO ANTÔNIO DO SUDOESTE-PR
RICARDO LEVI JALES DE BRITO - TABELIÃO
e-mail: ricardo.jales@brito@gmail.com
Av. Brasil, 735 - Centro - CEP 85.710-000 - Santo Antonio do Sudoeste - PR ☎ (46) 3563-1267

Selo Nacional. eYfVx, Controle. G87yH.dpAaa
Consulte o selo em http://funarpen.com.br
Reconheço as firmas por Semelhança de **MARCOS ANGELO BERTUZZI** e **SCHARLLES GHIZONI** "0006" 135588" Dou fé
Santo Antônio do Sudoeste-PR, 07 de abril de 201[illegible]
Em Test[illegible] da Verdade
Vanderleia Pavanello Escrevente

SERVIÇO NOTARIAL JALES
Vanderleia Pavanello - Escrevente
Ricardo Tavares - Substituto
Ricardo Levi Jales de Brito
Tabelião
Comarca de Santo Antonio do Sudoeste - PR

JUNTA COMERCIAL DO PARANA

CERTIFICO O REGISTRO EM 12/04/2017 11:28 SOB Nº 41208562609.
PROTOCOLO: 171595629 DE 16/03/2017. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11701388266. NIRE: 41208562609.
H.COM INDUSTRIA DE CONFECÇÕES LTDA.

Libertad Bogus
SECRETÁRIA-GERAL
CURITIBA, 12/04/2017
www.empresafacil.pr.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.
Informando seus respectivos códigos de verificação

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
E ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DO PARANÁ

RG: 6.060.731-1



POLEGAR DIREITO



ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL: **6.060.731-1** DATA DE EXPEDIÇÃO: 20/06/2017

NOME: **SCHARLLES GHIZONI**

FILIAÇÃO: JOÃO GHIZONI
EUNICE TERESINHA PASSINATO GHIZONI

NATURALIDADE: S.ANT.SUDOESTE/PR DATA DE NASCIMENTO: 14/05/1979

DOC. ORIGEM: COMARCA=CAPANEMA/PR, DA SEDE
C.CAS=3453, LIVRO=18B, FOLHA=17

CPF: 006.031.889-90

CURITIBA/PR

MARCUS VINICIUS DA COSTA BICHELOTTO
DIRETOR

ASSINATURA DO DIRETOR

É PROIBIDO PLASTIFICAR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal

CPF – CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

Nome

SCHARLLES GHIZONI

Nº de Inscrição

006031889-90

Data do Nascimento

14/05/79

Prefeitura Municipal de Capanema
Certifico que este documento é cópia fiel do original.
Capanema, 12/11/2020

Este documento é o comprovante de inscrição no CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS – CPF, vedada a exigência por terceiros, salvo nos casos previstos na Legislação vigente.

Assinatura

SCHARLLES GHIZONI

VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

Emitido em : 21/04/98

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
E ADMINISTRAÇÃO PENITENCIARIA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DO PARANÁ

RG: 14.770.502-6



POLEGAR DIREITO



ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL: 14.770.502-6 DATA DE EXPEDIÇÃO: 08/07/2016

NOME: MARCOS ANGELO BERTUZZI

FILIAÇÃO: AROLDO ALLIEVI BERTUZZI
ROMILDA ALLIEVI BERTUZZI

NATURALIDADE: BARRACÃO/PR DATA DE NASCIMENTO: 11/05/1978

DOC. ORIGEM: COMARCA=STO A SUDOESTE/PR, DA SEDE
C.CAS=3531, LIVRO=15B, FOLHA=178

CPF: 017.802.409-02

CURITIBA/PR

MARCUS VINICIUS DA COSTA MICHELOTTO
ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

Cartório Jales
Av Brasil 736 CXP 52
CEP 857[illegible]-000 (46) 3563 1287
Santo Antonio do Sudoeste Paraná

AUTENTICAÇÃO

A presente fotocópia é reprodução fiel do documento apresentado neste Serviço Notarial nesta data

11 NOV. 2020

Em Verdade

Dienece Tavares - Substituta
Vanderléia Pavanello - Escrevente
Ricardo Levi Jales de Brito - Tabelião

SELO FUNARPEN

Tabelionato de Notas
Exclusivo para
Autenticação de Cópia

FTB36594

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

NOME
MARCOS ANGELO BERTUZZI

DOC. IDENTIDADE / ÓRG. EMISSOR / UF
3368150 SESP SC

CPF
017.802.409-02

DATA NASCIMENTO
11/05/1978

FILIAÇÃO
AROLDO ALLIEVI BERTUZZI
ROMILDE ALLIEVI BERTUZZI

PERMISSÃO

ACC

CAT. HAB.
B

Nº REGISTRO
01992756842

VALIDADE
[illegible]

1ª HABILITAÇÃO
13/09/1996

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

01368200067

OBSERVAÇÕES

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL
SANTO ANTONIO DO SUDOESTE, PR

DATA EMISSÃO
21/11/2016

ASSINATURA DO EMISSOR

46568746086
PR911565450

DETRAN-PR (PARANÁ)

PRAZO DE VALIDADE PARA PLASTIFICAR

01368200067

EM BRANCO

SELO FUNARPEN

Tabelionato de Notas
Exclusivo para
Autenticação de Cópia

FTB36595

AUTENTICAÇÃO

A presente fotocópia é reprodução fiel do documento apresentado neste Serviço Notarial nesta data

11 NOV. 2020

Em Verdade

Dienece Tavares - Substituta
Vanderléia Pavanello - Escrevente
Ricardo Levi Jales de Brito - Tabelião

Cartório Jales
Av Brasil 736 CXP 52
CEP 857[illegible]-000 (46) 3563 1287
Santo Antonio do Sudoeste Paraná

001581

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NUMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
27.520.800/0001-90 **MATRIZ**		**12/04/2017**

NOME EMPRESARIAL
H.COM INDUSTRIA DE CONFECCOES LTDA.

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
H.COM CONFECCOES	**ME**

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
14.12-6-01 - Confecção de peças de vestuário, exceto roupas íntimas e as confeccionadas sob medida

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
46.42-7-01 - Comércio atacadista de artigos do vestuário e acessórios, exceto profissionais e de segurança
47.81-4-00 - Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
R BAHIA	**164**	**SALA 03**

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
85.760-000	**SANTA CRUZ**	**CAPANEMA**	**PR**

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
CAMISA.HOMEM@GMAIL.COM	**(46) 9907-2510**

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	**12/04/2017**

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **11/11/2020** às **14:31:39** (data e hora de Brasília). Página: **1/1**

RECEITA ESTADUAL

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA FAZENDA

582

Comprovante de Inscrição Cadastral - CICAD

Inscrição no CAD/ICMS	Inscrição CNPJ	Início das Atividades
90747704-50	27.520.800/0001-90	04/2017

Empresa / Estabelecimento

Nome Empresarial **H.COM INDUSTRIA DE CONFECCOES LTDA. - ME**

Título do Estabelecimento **H.COM**

Endereço do Estabelecimento **RUA BAHIA, 164, SL 03 - SANTA CRUZ - CEP 85760-000**
FONE: (46) 99907-2510

Município de Instalação **CAPANEMA - PR, DESDE 04/2017**

(Estabelecimento Matriz)

Qualificação

Situação Atual **ATIVO - REGIME NORMAL / NORMAL - DIA 12 DO MES+1, DESDE 06/2018**

Natureza Jurídica **206-2 - SOCIEDADE EMPRESÁRIA LTDA**

Atividade Econômica Principal do Estabelecimento **1412-6/01 - CONFECCAO DE PECAS DO VESTUARIO, EXCETO ROUPAS INTIMAS E AS CONFECCIONADAS SOB MEDIDA**

Atividade(s) Econômica(s) Secundária(s) do Estabelecimento
4781-4/00 - COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DO VESTUARIO E ACESSORIOS
4782-2/01 - COMERCIO VAREJISTA DE CALCADOS

Quadro Societário

Tipo	Inscrição	Nome Completo / Nome Empresarial	Qualificação
CPF	017.802.409-02	MARCOS ANGELO BERTUZZI	SÓCIO-ADMINISTRADOR
CPF	006.031.889-90	SCHARLLES GHIZONI	SÓCIO-ADMINISTRADOR

Este CICAD tem validade até 29/05/2020.

Os dados cadastrais deste estabelecimento poderão ser confirmados via Internet www.fazenda.pr.gov.br

Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Receita Estadual do Paraná

CAD/ICMS Nº 90747704-50

Emitido Eletronicamente via Internet
29/04/2020 10:43:33

Dados transmitidos de forma segura
Tecnologia CELEPAR

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

fl. 583

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: H.COM INDUSTRIA DE CONFECCOES LTDA.
CNPJ: 27.520.800/0001-90

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 08:47:28 do dia 11/11/2020 <hora e data de Brasília>.
Válida até 10/05/2021.
Código de controle da certidão: **3F6E.2AF4.8FF2.E1B0**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Receita Estadual do Paraná

1000584

Certidão Negativa

de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual
Nº 022934819-31

Certidão fornecida para o CNPJ/MF: **27.520.800/0001-90**
Nome: **H.COM INDUSTRIA DE CONFECCOES LTDA. - ME**

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

Obs.: Esta Certidão engloba todos os estabelecimentos da empresa e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

Válida até 11/03/2021 - Fornecimento Gratuito

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet
www.fazenda.pr.gov.br

585

Município de Capanema
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE TRIBUTAÇÃO

CERTIDÃO NEGATIVA

IMPORTANTE:

1. FICA RESSALVADO O DIREITO DA FAZENDA MUNICIPAL COBRAR DÉBITOS CONSTATADOS POSTERIORMENTE MESMO REFERENTE AO PERÍODO COMPREENDIDO NESTA CERTIDÃO.
2. A PRESENTE CERTIDÃO TEM VALIDADE ATÉ **10/01/2021**, SEM RASURAS E NO ORIGINAL.

REVENDO OS ARQUIVOS E REGISTROS, CERTIFICAMOS QUE: O CONTRIBUINTE NADA DEVE À FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL RELATIVO A EMPRESA MENCIONADA ABAIXO.

NEGATIVA Nº: 7109/2020

CÓDIGO DE AUTENTICAÇÃO: 9ZTMH282QETZX4X85BSR

FINALIDADE: VERIFICAÇÃO

RAZÃO SOCIAL: H. COM INDUSTRIA DE CONFECCOES LTDA - ME

Inscrição Municipal	CNPJ/CPF	INSCRIÇÃO ESTADUAL	ALVARÁ
46027	27.520.800/0001-90		168

ENDEREÇO

R BAHIA, 164 - SALA 03 - SANTA CRUZ CEP: 85760000 Capanema - PR

CNAE / ATIVIDADES

Confecção de peças do vestuário, exceto roupas íntimas e as confeccionadas sob medida, Comércio atacadista de artigos do vestuário e acessórios, exceto profissionais e de segurança, Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios

Certidão emitida no dia **Capanema, 11 de Novembro de 2020.**
CÓDIGO DE AUTENTICAÇÃO: **9ZTMH282QETZX4X85BSR**

Voltar Imprimir

fls 586

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 27.520.800/0001-90
Razão Social: H COM INDUSTRIA DE CONFCCOES LTDA ME
Endereço: RUA BAHIA / SANTA CRUZ / CAPANEMA / PR / 85760-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade:04/11/2020 a 03/12/2020

Certificação Número: 2020110405314503886206

Informação obtida em 11/11/2020 08:51:25

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

587

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: H.COM INDUSTRIA DE CONFECCOES LTDA. (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 27.520.800/0001-90
Certidão nº: 29048694/2020
Expedição: 11/11/2020, às 08:50:52
Validade: 09/05/2021 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **H.COM INDUSTRIA DE CONFECCOES LTDA. (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **27.520.800/0001-90, NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.

H.COM INDUSTRIA DE CONFECÇOES LTDA-ME

RUA BAHIA, Nº164, SANTA CRUZ
CAPANEMA/PR
TELEFONE (46) 98803-4549
CNPJ:27.520.800/0001-90
E-MAIL: scharles@industriahomem.com

1588

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE CONCORDÂNCIA COM O EDITAL

H.COM INDUSTRIA DE CONFECÇOES LTDA - ME, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob n° 27.520.800/0001-90, DECLARA, para fins do disposto neste Edital, que:

a) está de acordo em explorar a sua atividade em um dos imóveis em que está competindo, constantes no Termo de Referência desta licitação;

b) tem disponibilidade imediata dos equipamentos e utensílios necessários para exploração do barracão;

c) não empregará menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregará menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz (X)

OBS: em caso de afirmativo, assinalar a ressalva acima.

d) se instalará e iniciará as atividades dentro do prazo não superior a 120 (cento e vinte) dias a contar do dia 1º de janeiro de 2021, podendo esse prazo ser prorrogado, havendo justificativa, por escrito e aceito pelo CONCEDENTE;

e) possui aptidão para o desempenho da atividade pertinente e compatível com o objeto da Licitação;

Capanema/PR, 11 de novembro de 2020.

MARCOS ANGELO BERTUZZI

Scharlles Ghizoni
Socio Administrador

H.COM INDUSTRIA DE CONFECÇOES LTDA-ME

589

RUA BAHIA, Nº164, SANTA CRUZ
CAPANEMA/PR
TELEFONE (46) 98803-4549
CNPJ:27.520.800/0001-90
E-MAIL: scharles@industriahomem.com

ANEXO VI

DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE VISITA TÉCNICA

Concorrência nº 02/2020

Objeto: CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE TERRENOS E BARRACÕES, DESTINADOS À INSTALAÇÃO DE EMPRESAS DE QUALQUER NATUREZA, OBSERVADOSOS CRITÉRIOS E PREFERÊNCIAS DO TERMO DE REFERÊNCIA, VISANDO ESTIMULAR ÀGERAÇÃO DO EMPREGO E RENDA NO ÂMBITO MUNICIPAL, EM CONFORMIDADE COM ALEI MUNICIPAL Nº 1.745/2020.

Nome da Empresa: H.COM INDUSTRIA DE CONFECÇOES LTDA-ME
CNPJ nº: 127.520.800/0001-90
Endereço Completo RUA BAHIA, Nº164, SANTA CRUZ, CAPANEMA/PR
Fone: (46) 98803-4549
E-mail: scharles@industriahomem.com

O representante legal/contratual da H.COM INDUSTRIA DE CONFECÇOES LTDA-ME, o(a) Sr.(a) MARCOS ANGELO BERTUZZI, DECLARA que renuncia a Visita Técnica aos locais e/ou instalações do objeto licitado, de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades do imóvel, assumindo total responsabilidade por este fato e informando que não o utilizará para quaisquer questionamentos futuros que ensejem evenças técnicas e ou financeira para com a concedente.

Capanema, 11 de Novembro de 2020.

MARCOS ANGELO BERTUZZI

Scharles Ghizoni
Sócio Administrador

Município de Capanema

ESTADO DO PARANÁ
75.972.760/0001-60
AV GOV.PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA, 1080 - CENTRO - CAPANEMA - PR

590

ALVARÁ Nº 168/2017

O Município de Capanema, conforme protocolo nº PRP1719731787 de 09 de Outubro de 2017 concede alvará de licença para localização a:

Nome: **H. COM INDUSTRIA DE CONFECCOES LTDA - ME**
CNPJ/CPF: 27.520.800/0001-90 **Inscrição Municipal:** 46027
Nome Fantasia: H. COM CONFECÇÕES

Localização: R BAHIA, 164 - SALA 03 - SANTA CRUZ CEP: 85760000 Capanema - PR

Atividades
1412-6/01 - Confecção de peças do vestuário, exceto roupas íntimas e as confeccionadas sob medida.
4642-7/01 - Comércio atacadista de artigos do vestuário e acessórios, exceto profissionais e de segurança.
4781-4/00 - Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios.

Horário de funcionamento Comercio e prestadores de servicos
Segunda à Sexta das 07:30 às 20:00
Sábado das 07:30 às 13:00

Este Alvará possui validade INDETERMINADA somente para a LOCALIZAÇÃO e ATIVIDADES acima descritas.

Observações:

1 - O Contribuinte deve manter o presente Alvará de Licença, em lugar bem visível e o exibirá a autoridade competente sempre que esta o exigir. - Código de Posturas - Lei 03/1970 - Artigo 213.
2 - Será exigida renovação de licença sempre que ocorrer mudanças de ramo de atividade, modificações nas características do estabelecimento ou transferência de local.
3 - Nos casos de alterações tais como: encerramento, mudanças de endereço, razão social, ramos de atividade, etc.
O contribuinte será obrigado a comunicar a Prefeitura dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias.

IMPORTANTE:
- Evite multas, auditorias, fiscalização especial e outros aborrecimentos mantendo em dia sua situação perante o fisco.
Futuramente você precisará de certidões para fins de aposentadoria, auxílios, pensão, etc.
Zele pelo seu futuro.

Capanema,20 de Maio de 2020

Autenticação: 9ZTMH2TM3XZJX58ACUB

COPEL

Copel Distribuição S.A.
José Izidoro Biazetto, 158 bl.C - Mossunguê - Curitiba PR - CEP 81200-240
CNPJ: 04.368.898/0001-06- IE 90.233.073-99 - IM 423.992-4

www.copel.com
0800 51 00 116

591

ALICE VEREPKOWSKI
R BAHIA, 164
SANTA CRUZ - CAPANEMA - PR - CEP: 85760-000

81680 01 003 426800
CPF 039.411.629-18

Mês de referência	Unidade Consumidora
Outubro/2020	67408966
Vencimento	**VALOR A PAGAR**
09/11/2020	R$ 1.742,57

FAT-01-20209647143092-40

Responsabilidade da Manutenção de Iluminação Pública: Município 4635521321

DENUNCIE FURTO DE FIOS! LIGUE 181.

Informações Técnicas

Nº Medidor: MD 0322469957 - TRIFASICO

Indust/Confec de Pecas do Vestuario, Exc Intí

Leitura Anterior	Leitura Atual	Medido	Constante de Multiplicação	Total Faturado	Consumo Médio Diário	Data de Emissão	Próxima Leitura Prevista
16/09/2020 74127	16/10/2020 76367	30 dias 2240 kWh	1	2.240 kWh	74,66 kWh	19/10/2020	17/11/2020

Histórico de Consumo e Pagamento

Mês	kWh	Dt.Pgto.	Valor
09/2020	1796	26/10/2020	1.471,58
08/2020	1514	10/09/2020	1.205,38
07/2020	1292	17/08/2020	1.085,31
06/2020	729	10/07/2020	635,40
05/2020	602	15/06/2020	518,55
04/2020	687	10/06/2020	650,20
03/2020	1949	15/04/2020	1.625,37
02/2020	1300	16/03/2020	1.111,49
01/2020	539	26/02/2020	520,46
12/2019	2278	14/01/2020	1.990,61
11/2019	2232	13/12/2019	1.987,63
10/2019	1822	12/11/2019	1.582,01

Informações Suplementares

	Tarifas
ENERGIA ELET CONSUMO	0,512770

Tensão Contratada: 127/220 volts
Limite AdequadoTensão: 117 a 133/202 a 231 volts

Reaviso de Vencimento

Valores Faturados

NOTA FISCAL/CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA Nº 160.367.924 - SÉRIE B
Emitida em 19/10/2020

Produto Descrição	Un.	Consumo	Valor Unitário	Valor Total	Base Cálc.	Aliq. ICMS
ENERGIA ELETRICA CONSUMO	kWh	2.240	0,750094	1.680,21	1.680,21	29,00%
CONT ILUMIN PUBLICA MUNICIPIO				62,36		

Base de Cálculo do ICMS	Valor ICMS	Valor Total da Nota Fiscal
1.680,21	487,26	1.742,57

Reservado ao Fisco

5290.0559.DFE2.840D.3EBE.C1FA.53BF.B3FD

INCLUSO NA FATURA PIS R$7,89 E COFINS R$36,47 CONFORME RES. ANEEL 130/2005.
A PARTIR DE 01/10/2020 - PIS/PASEP 0,76% e COFINS 3,51%.
A qualquer tempo pode ser solicitado o cancelamento de valores não relacionados à prestação do serviço de energia elétrica, como convênios e doações.
DENUNCIE O FURTO DE FIOS! LIGUE 181.
Atraso superior a 45dias sujeita inclusão no cadastro de Inadimplentes CADIN/PR
Agora é possível recorrer à Ouvidoria da Copel pelo Site ou Mobile.
DÉBITOS: 09/2020 R$ 1.471,58
Periodos Band.Tarif.: Verde:17/09-16/10

Autenticação Mecânica

67408966

Mês
10/2020

Vencimento
09/11/2020

Valor a Pagar
1.742,57

COPEL

83600000017 1 42570111000 8 00101020209 9 64714309240 9

COPEL

Copel Distribuição S.A.
José Izidoro Biazetto, 158 bl.C - Mossunguê - Curitiba PR - CEP 81200-240
CNPJ: 04.368.898/0001-06- IE 90.233.073-99 - IM 423.992-4

www.copel.com
0800 51 00 116

592

MARCOS ANGELO BERTUZZI
R PEDRO PEREIRA DE SA, 836 - CHACARA 52
CENTRO - SANTO ANTONIO DO SUDOESTE - PR - CEP: 85710-000

87956 01 006 939400
CPF 017.802.409-02

Mês de referência	Unidade Consumidora
Outubro/2020	81516800
Vencimento	**VALOR A PAGAR**
18/11/2020	R$ 375,15

FAT-01-20209677996411-10

Responsabilidade da Manutenção de Ilumina Pública: Municipio 4635638000

DENUNCIE FURTO DE FIOS! LIGUE 181.

Informações Técnicas

N° Medidor: MD 0284141165 - TRIFASICO

Reside/Residencial

Leitura Anterior	Leitura Atual	Medido	Constante de Multiplicação	Total Faturado	Consumo Médio Diário	Data de Emissão	Próxima Leitura Prevista
24/09/2020 40298	26/10/2020 40673	32 dias 375 kWh	1	375 kWh	11,71 kWh	27/10/2020	26/11/2020

Histórico de Consumo e Pagamento

Mês	kWh	Dt.Pgto.	Valor
09/2020	286	19/10/2020	246,47
08/2020	315	19/10/2020	266,07
07/2020	323	19/10/2020	363,66
06/2020	333	20/07/2020	292,50
05/2020	253	09/07/2020	230,30
04/2020	330	09/07/2020	292,12
03/2020	420	09/07/2020	368,78
02/2020	486	09/07/2020	423,20
01/2020	506	18/02/2020	448,92
12/2019	331	20/01/2020	301,26
11/2019	528	18/12/2019	481,57
10/2019	395	18/11/2019	360,58

Informações Suplementares

	Tarifas
ENERGIA ELET CONSUMO	0,512770

Tensão Contratada: 127/220 volts
Limite Adequado Tensão: 117 a 133/202 a 231 volts

Reaviso de Vencimento

Valores Faturados

NOTA FISCAL/CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA N° 161.472.900 - SÉRIE B
Emitida em 27/10/2020

Produto Descrição	Un.	Consumo	Valor Unitário	Valor Total	Base Cálc.	Aliq. ICMS
ENERGIA ELETRICA CONSUMO	kWh	375	0,752640	282,24	282,24	29,00%

ACRESCIMO MORATORIO	37,78
JUROS CONTA ANTERIOR	8,83
MULTA POR ATRASO NO PAGAMENTO	10,29
MULTA SOBRE ILUMINACAO PUBLICA (02)	1,20
CONT ILUMIN PUBLICA MUNICIPIO	34,81

Base de Cálculo do ICMS	Valor ICMS	Valor Total da Nota Fiscal
282,24	81,84	375,15

Reservado ao Fisco

2929.952D.4628.1E46.5473.5170.D24B.7109

IMPEDIMENTO: PORTA/PORTAO FECHADO. FATURADO: MEDIA ARITMETICA
E OBRIGACAO MANTER LIVRE ACESSO A LEITURA, SUJEITO A SUSPENSAO DO FORNECIMENTO
INCLUSO NA FATURA PIS R$1,45 E COFINS R$6,67 CONFORME RES. ANEEL 130/2005.
A PARTIR DE 01/10/2020 - PIS/PASEP 0,76% e COFINS 3,51%.
A qualquer tempo pode ser solicitado o cancelamento de valores não relacionados à prestação do serviço de energia elétrica, como convênios e doações.
DENUNCIE O FURTO DE FIOS! LIGUE 181.
Atraso superior a 45dias sujeita inclusão no cadastro de inadimplentes CADIN/PR
Agora é possivel recorrer à Ouvidoria da Copel pelo Site ou Mobile.
Periodos Band.Tarif.: Verde:25/09-26/10

Autenticação Mecânica

81516800

Mês
10/2020

Vencimento
18/11/2020

Valor a Pagar
375,15

COPEL

83670000003 4 75150111000 9 00101020209 9 6779964111C 9

NÃO RECEBER - DÉBITO AUTOMÁTICO - BANCO - 748 - AGÊNCIA - 0738

COPEL

Copel Distribuição S.A.
José Izidoro Biazetto, 158 bl.C - Mossunguê - Curitiba PR - CEP 81200-240
CNPJ: 04.368.898/0001-06 - IE 90.233.073-99 - IM 423.992-4

www.copel.com
0800 51 00 116

593

SCHARLLES GHIZONI
AV DAS FLORES, 1117 - CASA
ISABELA - CAPANEMA - PR - CEP: 85760-000

CPF 006.031.889-90

Mês de referência	Unidade Consumidora
Outubro/2020	104516690
Vencimento	**VALOR A PAGAR**
09/11/2020	R$ 177,91

FAT-01-20209647145353-1

Responsabilidade da Manutenção de Iluminação Pública: Município 4635521321

DENUNCIE FURTO DE FIOS! LIGUE 181.

Informações Técnicas

Nº Medidor: MD 0390773358 - TRIFASICO

Reside/Residencial

Leitura Anterior	Leitura Atual	Medido	Constante de Multiplicação	Total Faturado	Consumo Médio Diário	Data de Emissão	Próxima Leitura Prevista
16/09/2020 2352	16/10/2020 2754	30 dias 402 kWh	1	163 kWh	13,40 kWh	17/10/2020	17/11/2020

Histórico de Consumo e Pagamento

Mês	kWh	Dt.Pgto.	Valor
09/2020	309	05/10/2020	142,84
08/2020	317	04/09/2020	125,19
07/2020	309	04/08/2020	123,61
06/2020	295	06/07/2020	123,19
05/2020	299	08/06/2020	123,84
04/2020	302	08/05/2020	124,42
03/2020	342	02/04/2020	128,58
02/2020	387	05/03/2020	221,07
01/2020	439	04/02/2020	389,57
12/2019	183	06/01/2020	168,71
11/2019	100	03/12/2019	58,00
10/2019	100	04/11/2019	57,75

Valores Faturados

NOTA FISCAL/CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA Nº 159.966.228 - SÉRIE B
Emitida em 17/10/2020

Produto Descrição	Un.	Consumo	Valor Unitário	Valor Total	Base Cálc.	Aliq. ICMS
ENERGIA ELET CONSUMO	kWh	163	0,383067	62,44	62,44	29,00%
ENERGIA ELET USO SISTEMA	kWh	163	0,366933	59,81	59,81	29,00%
ENERGIA TRIBUT DIFERENCIADA TE	kWh	239	0,261883	62,59	0,00	0,00%
ENERG TRIBUT DIFERENCIADA TUSD	kWh	239	0,353264	84,43	84,43	29,00%
CONT ILUMIN PUBLICA MUNICIPIO				31,18		
COMP CONS MICRO/MINI GERACAO	kWh	239		-122,54		

Informações Suplementares

	Tarifas
ENERGIA ELET CONSUMO	0,512770

Tensão Contratada: 127/220 volts
Limite Adequado Tensão: 117 a 133/202 a 231 volts

Base de Cálculo do ICMS	Valor ICMS	Valor Total da Nota Fiscal
206,68	59,92	177,91

Reservado ao Fisco

9C3C.FFAC.0959.B79F.5B54.429B.6DCA.5AE8

Unidade consumidora cadastrada como Micro/MiniGeradora - ReN Aneel 482/12
Energia Injetada no mês, na RD Copel, pela Mini/MicroGeração.Geral: 239 kWh.
Demonstrativo de saldos desta unidade consumidora, em kWh - REN 482/2012. Saldo Mês no (TP) Todos os Períodos 0, Saldo Acumulado no (TP) Todos os Períodos 0, Saldo a Expirar Próximo Mês no (TP) Todos os Períodos 0. Obs.: o saldo de cada beneficiária será apresentado em suas respectivas faturas.
INCLUSO NA FATURA PIS R$0,57 E COFINS R$2,66 CONFORME RES. ANEEL 130/2005.
A PARTIR DE 01/10/2020 - PIS/PASEP 0,76% e COFINS 3,51%.
A qualquer tempo pode ser solicitado o cancelamento de valores não relacionados à prestação do serviço de energia elétrica, como convênios e doações.
DENUNCIE O FURTO DE FIOS! LIGUE 181.
Atraso superior a 45dias sujeita inclusão no cadastro de inadimplentes CADIN/PR
Agora é possível recorrer à Ouvidoria da Copel pelo Site ou Mobile.
Períodos Band.Tarif.: Verde:17/09-16/10

Reaviso de Vencimento

Autenticação Mecânica

Mês
10/2020

104516690

Vencimento
09/11/2020

Valor a Pagar
177,91

COPEL

83600000001 5 77910111000 4 00101020209 9 64714535301 5

Data:

Processo: **3197/2020**

12/11/2020 Hora: 08:15

Assunto:

LICITACAO PROPOSTAS Versao: 1

Requ erente:

H COM INDUSTRIA DE CONFECCOES L

594

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
E ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DO PARANÁ

RG: 6.060.731-1



POLEGAR DIREITO



ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL: **6.060.731-1** DATA DE EXPEDIÇÃO: 20/06/2017

NOME: **SCHARLLES GHIZONI**

FILIAÇÃO: JOÃO GHIZONI
EUNICE TERESINHA PASSINATO GHIZONI

NATURALIDADE: S.ANT.SUDOESTE/PR DATA DE NASCIMENTO: 14/05/1979

DOC. ORIGEM: COMARCA=CAPANEMA/PR, DA SEDE
C.CAS=3453, LIVRO=18B, FOLHA=17

CPF: 006.031.889-90

CURITIBA/PR

MARCUS VINICIUS DA COSTA MICHELOTTO
DIRETOR
ASSINATURA DO DIRETOR

É PROIBIDO PLASTIFICAR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

H.COM INDUSTRIA DE CONFECÇOES LTDA-ME

RUA BAHIA, Nº164, SANTA CRUZ
CAPANEMA/PR
TELEFONE (46) 98803-4549
CNPJ:27.520.800/0001-90
E-MAIL: scharles@industriahomem.com

596

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE CONCORDÂNCIA COM O EDITAL

H.COM INDUSTRIA DE CONFECÇOES LTDA - ME, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob n° 27.520.800/0001-90, DECLARA, para fins do disposto neste Edital, que:

a) está de acordo em explorar a sua atividade em um dos imóveis em que está competindo, constantes no Termo de Referência desta licitação;

b) tem disponibilidade imediata dos equipamentos e utensílios necessários para exploração do barracão;

c) não empregará menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregará menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz (X)

OBS: em caso de afirmativo, assinalar a ressalva acima.

d) se instalará e iniciará as atividades dentro do prazo não superior a 120 (cento e vinte) dias a contar do dia 1º de janeiro de 2021, podendo esse prazo ser prorrogado, havendo justificativa, por escrito e aceito pelo CONCEDENTE;

e) possui aptidão para o desempenho da atividade pertinente e compatível com o objeto da Licitação;

Capanema/PR, 11 de novembro de 2020.

MARCOS ANGELO BERTUZZI

Scharles Ghizoni
Socio Administrador

597

H.COM INDUSTRIA DE CONFECÇÕES LTDA.
CONTRATO SOCIAL

Fls. 01

Resolvem por este ato CONSTITUIR, como de fato constituem uma empresa do tipo jurídico, LIMITADA, mediante as condições e cláusulas seguintes:

1) **MARCOS ANGELO BERTUZZI,** natural de Barracão, Estado do Paraná, brasileiro, casado com Regime de Comunhão Parcial de Bens, nascido em 11/05/1978, empresário, portador de CPF Nº. 017.802.409-02, Carteira de Identidade Nacional Nº. 14.770.502-6 expedida pela SESP/PR em 08/07/2016, residente e domiciliado na Rua Pedro Pereira de Sá, Nº. 836, Bairro Centro, cidade de Santo Antonio do Sudoeste, estado do Paraná, CEP 85.710-000;

2) **SCHARLLES GHIZONI** natural de Santo Antonio do Sudoeste, Estado do Paraná, brasileiro, casado com Regime de Comunhão Parcial de Bens, nascido em 16/08/1990, empresário, portador de CPF Nº. 006.031.889-90, Carteira de Identidade Nacional Nº. 6.060.731-1 expedida pela SESP/PR em 10/04/1992, residente e domiciliado na Av. Brasil, Nº. 1166, Bairro Centro, cidade de Capanema, Estado do Paraná, CEP 85.760-000; resolvem por este ato CONSTITUIR, como de fato constituem uma empresa do tipo jurídico, LIMITADA, mediante as condições e cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: A sociedade girará sob o nome empresarial de **H.COM INDUSTRIA DE CONFECÇÕES LTDA.** e terá sede na Rua Bahia, 164, Sala 03, Bairro Santa Cruz, na cidade de Capanema, Estado do Paraná, CEP 85.760-000.

CLÁUSULA SEGUNDA: O objeto social da sociedade será: Confecções de peças de vestuário, exceto roupas intimas e as confeccionadas sob medida, Comércio atacadista de vestuário e acessórios, exceto profissionais e de segurança e Comércio Varejista de artigos do vestuário e acessórios.

Parágrafo Único: Seus CNAEs fiscais serão: CNAE 14.12-6/01, CNAE 47.81-4/00, CNAE 47.82-2/01.

CLÁUSULA TERCEIRA: O capital social será de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) divididos em 50.000 (cinquenta mil) quotas de valor nominal R$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente subscrito e integralizado, neste ato, em moeda corrente nacional, assim distribuídos entre os sócios: **(art. 997, III, CC/2002) (art. 1.055, CC/2002)**.

JUNTA COMERCIAL DO PARANA

CERTIFICO O REGISTRO EM 12/04/2017 11:28 SOB Nº 41208562609.
PROTOCOLO: 171595629 DE 16/03/2017. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11701388266. NIRE: 41208562609.
H.COM INDUSTRIA DE CONFECÇÕES LTDA.

Libertad Bogus
SECRETÁRIA-GERAL
CURITIBA, 12/04/2017
www.empresafacil.pr.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.
Informando seus respectivos códigos de verificação

H.COM INDUSTRIA DE CONFECÇÕES LTDA.
CONTRATO SOCIAL

Fls. 02

Sócios	Quotas	Valor Unit.	%	Capital
Marcos Angelo Bertuzzi	25.000	R$ 1,00	50,0%	R$ 25.000,00
Scharlles Ghizoni	25.000	R$ 1,00	50,0%	R$ 25.000,00
TOTAL	**50.000**	**R$ 1,00**	**100,0%**	**R$ 50.000,00**

CLÁUSULA QUARTA: A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social. (**art. 1.052, CC/2002**).

CLÁUSULA QUINTA: As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço, o direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente. (**art. 1.056, art. 1.057, CC/2002**).

CLÁUSULA SEXTA: A administração da sociedade caberá aos sócios **MARCOS ANGELO BERTUZZI** e **SCHARLLES GHIZONI**, com os poderes e atribuições de gerir e administrar os negócios da sociedade; representá-la ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente, perante órgãos públicos, instituições financeiras, entidades privadas e terceiros em geral, bem como praticar todos os demais atos necessários à consecução dos objetivos ou à defesa dos interesses e direitos da sociedade, autorizados o uso do nome empresarial isoladamente (**art. 997, VI; 1.013. 1.015, 1064, CC/2002**).

Parágrafo Primeiro: Os Administradores representarão a sociedade isoladamente, respeitando-se os poderes outorgados, sendo-lhes vedado o uso em operações ou negócios estranhos ao objeto social, conforme dispõe o artigo 1.064 do Código Civil Brasileiro, poderão os administradores nomear procuradores legalmente constituídos, que representarão a sociedade sempre que houver necessidade. Deste modo os Administradores poderão representar a sociedade isolada, exclusivamente, conjuntamente ou mediante a assinatura conjunta dos seus procuradores constituídos (**art. 997, VI; 1.013. 1.015, 1064, CC/2002**).

Parágrafo Segundo: Fica vedado o uso do nome empresarial em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem a autorização dos outros sócios.

JUNTA COMERCIAL DO PARANA

CERTIFICO O REGISTRO EM 12/04/2017 11:28 SOB Nº 41208562609.
PROTOCOLO: 171595629 DE 16/03/2017. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11701388266. NIRE: 41208562609.
H.COM INDUSTRIA DE CONFECÇÕES LTDA.

Libertad Bogus
SECRETÁRIA-GERAL
CURITIBA, 12/04/2017
www.empresafacil.pr.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.
Informando seus respectivos códigos de verificação

H.COM INDUSTRIA DE CONFECÇÕES LTDA.
CONTRATO SOCIAL

Parágrafo Terceiro: É vedado a qualquer diretor, procurador, sócio ou não, o uso da denominação social para conceder aval ou fiança.

CLÁUSULA SÉTIMA: A sociedade iniciará suas atividades em 01/03/2017 e seu prazo de duração é indeterminado.

CLÁUSULA OITAVA: Ao término de cada exercício da empresa, em 31 de dezembro, proceder-se-á elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas cotas, os lucros ou as perdas apuradas (**art. 1.065, CC/2002**).

CLÁUSULA NONA: A sociedade poderá levantar balanços e balancetes patrimoniais em períodos inferiores há um ano, e, o lucro apurado nessas demonstrações intermediárias, poderão ser distribuídos mensalmente aos sócios cotistas, a título de Antecipação de Lucros proporcionalmente às suas cotas.

CLÁUSULA DÉCIMA: Os sócios poderão de comum acordo, fixar uma retirada mensal, a título de "pró-labore", observadas as disposições regulamentares pertinentes.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: A qualquer tempo a limitada poderá abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração contratual assinada por todos os sócios.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: Falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do sócio remanescente, o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado para este fim.

Parágrafo único – O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio. (**art. 1.028 e art. 1.031, CC/2002**).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: Os Administradores declaram, sob as penas da lei, que não estão impedido de exercer a administração da empresa, por lei especial ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os

JUNTA COMERCIAL DO PARANA

CERTIFICO O REGISTRO EM 12/04/2017 11:28 SOB Nº 41208562609.
PROTOCOLO: 171595629 DE 16/03/2017. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11701388266. NIRE: 41208562609.
H.COM INDUSTRIA DE CONFECÇÕES LTDA.

Libertad Bogus
SECRETÁRIA-GERAL
CURITIBA, 12/04/2017
www.empresafacil.pr.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.
Informando seus respectivos códigos de verificação

efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou propriedade (**art. 1.011, § 1º, CC/2002**).

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: Fica eleito o foro de Santo Antônio do Sudoeste, Estado do Paraná, para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

E por estarem assim justos e contratados, lavram datam e assinam o presente instrumento.

Santo Antonio do Sudoeste (PR), 01 de Março de 2.017.

Marcos Angelo Bertuzzi
CPF 017.802.409-02

Scharlles Ghizoni
CPF 006.031.889-90

TABELIONATO DE NOTAS JALES
COMARCA DE SANTO ANTÔNIO DO SUDOESTE-PR
RICARDO LEVI JALES DE BRITO - TABELIÃO
e-mail: ricardo.jalesdebrito@gmail.com
Av. Brasil, 735 - Centro - CEP 85.710-000 - Santo Antonio do Sudoeste - PR ☎ (46) 3563-1287

selo Njo0b.hae2L.eYfVx, Controle. G87yw.dpAaa
Consulte o selo em http://funarpen.com.br
Reconheço as firmas por Semelhança de MARCOS ANGELO BERTUZZI e SCHARLLES GHIZONI. "0006" 135588" Dou fé
Santo Antônio do Sudoeste-PR 07 de abril de 2017
Em Test" da Verdade
Janderleia Pavanello Escrevente

SERVIÇO NOTARIAL JALES
Comarca de Santo Antonio do Sudoeste - PR

CERTIFICO O REGISTRO EM 12/04/2017 11:28 SOB Nº 41208562609.
PROTOCOLO: 171595629 DE 16/03/2017. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11701388266. NIRE: 41208562609.
H.COM INDUSTRIA DE CONFECÇÕES LTDA.

JUNTA COMERCIAL DO PARANA

Libertad Bogus
SECRETÁRIA-GERAL
CURITIBA, 12/04/2017
www.empresafacil.pr.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito a comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.
Informando seus respectivos codigos de verificação

COPEL

Copel Distribuição S.A.
José Izidoro Biazetto, 158 bl.C - Mossunguê - Curitiba PR - CEP 81200-240
CNPJ: 04.368.898/0001-06- IE 90.233.073-99 - IM 423.992-4

www.copel.com
0800 51 00 116

4007601

ALICE VEREPKOWSKI
R BAHIA, 164
SANTA CRUZ - CAPANEMA - PR - CEP: 85760-000

81680 01 003 426800
CPF 039.411.629-18

Mês de referência	Unidade Consumidora
Outubro/2020	67408966
Vencimento	**VALOR A PAGAR**
09/11/2020	R$ 1.742,57

FAT-01-20209647143092-40

Responsabilidade da Manutenção de Ilumina Pública: Municipio 4635521321

DENUNCIE FURTO DE FIOS! LIGUE 181.

Informações Técnicas

N° Medidor: MD 0322469957 - TRIFASICO

Indust/Confec de Pecas do Vestuario, Exc Inti

Leitura Anterior	Leitura Atual	Medido	Constante de Multiplicação	Total Faturado	Consumo Médio Diário	Data de Emissão	Próxima Leitura Prevista
16/09/2020 74127	16/10/2020 76367	30 dias 2240 kWh	1	2.240 kWh	74,66 kWh	19/10/2020	17/11/2020

Histórico de Consumo e Pagamento

Mês	kWh	Dt.Pgto.	Valor
09/2020	1796	26/10/2020	1.471,58
08/2020	1514	10/09/2020	1.205,38
07/2020	1292	17/08/2020	1.085,31
06/2020	729	10/07/2020	635,40
05/2020	602	15/06/2020	518,55
04/2020	687	10/06/2020	650,20
03/2020	1949	15/04/2020	1.625,37
02/2020	1300	16/03/2020	1.111,49
01/2020	539	26/02/2020	520,46
12/2019	2278	14/01/2020	1.990,61
11/2019	2232	13/12/2019	1.987,63
10/2019	1822	12/11/2019	1.582,01

Informações Suplementares

	Tarifas
ENERGIA ELET CONSUMO	0,512770

Tensão Contratada: 127/220 volts
Limite AdequadoTensão: 117 a 133/202 a 231 volts

Reaviso de Vencimento

Valores Faturados

NOTA FISCAL/CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA N° 160.367.924 - SÉRIE B
Emitida em 19/10/2020

Produto Descrição	Un.	Consumo	Valor Unitário	Valor Total	Base Cálc.	Aliq. ICMS
ENERGÍA ELETRICA CONSUMO	kWh	2.240	0,750094	1.680,21	1.680,21	29,00%
CONT ILUMIN PUBLICA MUNICIPIO				62,36		

Base de Cálculo do ICMS	Valor ICMS	Valor Total da Nota Fiscal
1.680,21	487,26	1.742,57

Reservado ao Fisco

5290.0559.DFE2.840D.3EBE.C1FA.53BF.B3FD

INCLUSO NA FATURA PIS R$7,89 E COFINS R$36,47 CONFORME RES. ANEEL 130/2005.
A PARTIR DE 01/10/2020 - PIS/PASEP 0,76% e COFINS 3,51%.
A qualquer tempo pode ser solicitado o cancelamento de valores não relacionados à prestação do serviço de energia elétrica, como convênios e doações.
DENUNCIE O FURTO DE FIOS! LIGUE 181.
Atraso superior a 45dias sujeita inclusão no cadastro de inadimplentes CADIN/PR
Agora é possível recorrer à Ouvidoria da Copel pelo Site ou Mobile.
DÉBITOS: 09/2020 R$ 1.471,58
Periodos Bend.Tarif.: Verde:17/09-16/10

Autenticação Mecânica

	Mês
67408966	10/2020
Vencimento	**Valor a Pagar**
09/11/2020	1.742,57

COPEL

83600000017 1 42570111000 8 00101020209 9 64714309240 9

H.COM INDUSTRIA DE CONFECÇOES LTDA-ME

RUA BAHIA, Nº164, SANTA CRUZ
CAPANEMA/PR
TELEFONE (46) 98803-4549
CNPJ:27.520.800/0001-90
E-MAIL: scharles@industriahomem.com

602

ANEXO V

INDICAÇÃO DE ITENS RELACIONADOS AOS IMÓVEIS COM BARRACÕES

NOME DA PESSOA JURÍDICA: H.COM INDUSTRIA DE CONFECÇÕES LTDA
CNPJ: 27.520.8000/0001-90

A proposta constante no envelope lacrado será utilizada como oferta para os imóveis previstos nos seguintes itens, em ordem de preferência:

Item (Previsto no Termo de Referência)	**Descrição do imóvel** (Previsto no Termo de Referência)
18	Área Industria II – próximo ao ginásio de esportes – quadra nº 78- lote 03 – Setor S.E – Rua pôr do sol nº41010-b

No caso de a pessoa física ou jurídica se sagrar vencedora em mais de um item, será adjudicado um único imóvel, conforme a ordem de preferência indicada nesta proposta.

Capanema/PR 11 de Novembro de 2020

MARCOS ANGELO BERTUZZI

Scharlles Ghizoni
Socio Administrador

H.COM INDUSTRIA DE CONFECÇOES LTDA-ME

RUA BAHIA, Nº164, SANTA CRUZ
CAPANEMA/PR
TELEFONE (46) 98803-4549
CNPJ:27.520.800/0001-90
E-MAIL: scharles@industriahomem.com

ANEXO IV

PROPOSTA

(X) Proposta os itens relacionados aos imóveis **com** barracões.

( ) Proposta para os itens relacionados aos imóveis **sem** barracões.

NOME DA PESSOA JURÍDICA: **H.COM INDUSTRIAS DE CONFECÇOES LTDA-ME**

CNPJ: **27.520.800/0001-90**

01 - Descrição clara e objetiva do ramo de atividade empresarial a ser desenvolvido no imóvel:

Tratam-se de empresas de indústria de confecções, produzindo peças de vestuário para comercialização em todo o território nacional, utilizando-se de mão de obra própria e terceirizada.
CNAI: 14.12-6-01 - Confecção de peças de vestuário, exceto roupas íntimas e as confeccionadas sob medida
CNAI: 46.42-7-01 - Comércio atacadista de artigos do vestuário e acessórios, exceto profissionais e de segurança
CNAI: 47.81-4-00 - Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios

02 - Matéria prima a ser utilizada:

Tecidos e aviamentaçao para elaboração, de confecção e acabamento dos produtos.

03 - Capacidade produtiva/comercial da unidade a ser instalada:

Uma media 10 mil peças/mês.

Scharlles Ghizoni
Socio Administrador

H.COM INDUSTRIA DE CONFECÇOES LTDA-ME

000604

RUA BAHIA, Nº164, SANTA CRUZ
CAPANEMA/PR
TELEFONE (46) 98803-4549
CNPJ:27.520.800/0001-90
E-MAIL: scharles@industriahomem.com

04 - Mercado consumidor potencial:

Redes de lojas de atacado e varejo com marcas próprias e Private Label, nos estados do paraná, São Paulo, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Maranhão, Tocantins, Mato Grosso e Rio de Janeiro.

05 - Previsão de faturamento, custos, despesas e retorno dos investimentos:

A empresa tem como previsão de faturamento R$ 2.795.564,94 (dois milhões, setecentos e noventa e cinco mil e quinhentos e sessenta e quatro reais e noventa e quatro centavos).

06 - Relação da infraestrutura, equipamentos e instalações necessárias ao funcionamento do projeto global, acompanhada de orçamento discriminado:

03 maquinas de Corte Serra Fita	6.000,00
01 Mesa de corte 10x2,8 metros	3.800,00
10 maquinas Overlock	45.000,00
12 maquinas Reta	38.400,00
05 maquinas Galoneiras	35.000,00
01 maquina Galoneira Siruba c/ Refilador Pneumatico	9.000,00
01 maquina botoadora	6.500,00
01 maquina caseadeira	13.000,00
01 maquinas Viradeira de Elastico	7.500,00
02 maquinas de Corte de viés	3.500,00
03 mesas de picote	3.600,00
01 maquina de passadoria Hot air	16.000,00
03 ferro caldeira	7.500,00
01 maquina Plotter Audaces Jet	20.000,00

Scharlles Ghizoni
Socio Administrador

H.COM INDUSTRIA DE CONFECÇOES LTDA-ME

RUA BAHIA, Nº164, SANTA CRUZ
CAPANEMA/PR
TELEFONE (46) 98803-4549
CNPJ:27.520.800/0001-90
E-MAIL: scharles@industriahomem.com

Lux Plus 120	
01 programa Audaces Moldes e Audaces Encaixe	15.000,00
01 serigrafia completa contendo mesas térmicas, gravadora e vácuo, quadros de alumínio etc.	50.000,00
Prateleiras de aço para separação e expedição dos produtos	12.000,00
Estoque de matéria prima e aviamentaçao	300.000,00

07 - Previsão de investimentos próprios:

Instalação elétrica, lâmpadas, canaletas, tomadas, etc. que se faz necessária ao funcionamento da fabrica, Climatizador, de Ar, melhoramento do acesso a carga e descarga, câmeras e sistemas de segurança com monitoramento, moveis para escritório e operacional da fabrica, instalação da parte estrutural para o corte, passadoria, dobra, embalagem, e serigrafia, seguido as normas e regulamentos necessários em cumprimento as exigências dos órgãos fiscalizadores.

Possibilidade de ampliação do espaço físico, com a construção de mais im barracão e instalação de painéis para captação de energia solar.

08 - Viabilidade econômica do projeto:

Nossa empresa já esta afirmada no mercado a mais de 07 (sete) anos, com crescimento gradual devido a nossa qualidade e competitividade em âmbito nacional, conseguimos atingir grandes mercados, podem destacar alguns de nossos principais clientes: Grupo Cataratas (Foz do Iguaçu, Rio de Janeiro e Fernando de Noronha), Grupo de Lojas Líder (Terezinha – Piauí), Redes Ghizoni

Scharles de
Sócio Administrador

H.COM INDUSTRIA DE CONFECÇOES LTDA-ME

RUA BAHIA, Nº164, SANTA CRUZ
CAPANEMA/PR
TELEFONE (46) 98803-4549
CNPJ:27.520.800/0001-90
E-MAIL: scharles@industriahomem.com

606

Lojas Gardo (SP),Enzo Toscani (SP), FMW (SP) Trifil (SP), Lupo Sport (SP), VG Vasco da Gama (RJ), Paysandu (Belém-Para), Schooner (Curitiba-PR), Suco Prats (PR), XP Investimentos (PR e SP), Grupo Hadelasso (SP), Aviator (RJ), Remo Fenut (SP), dentre outros, além de nossas marcas próprias Red e Homem.com.

09 - Compromissos assumidos pela proponente:

a) cumprir todas as obrigações previstas no Termo de Referência, no edital e na minuta do contrato da licitação Concorrência 02/2020.

b) contratar, preferencialmente, pessoas que sejam domiciliados no Município de Capanema/PR.

10 - DA OFERTA:

CRITÉRIO	PROPOSTA DA EMPRESA
Empregabilidade (em número de empregos diretos gerados no prazo de 6 meses).	5 diretos
Valor do investimento privado no Empreendimento a ser instalado no imóvel - R$	120mil em melhorias
Prazo para conclusão das obras / Prazo para aplicação total dos Investimentos	
Faturamento Anual	R$ 955.400,25

Scharlles Ghizoni
Socio Administrador

H.COM INDUSTRIA DE CONFECÇOES LTDA-ME

009607

RUA BAHIA, Nº164, SANTA CRUZ
CAPANEMA/PR
TELEFONE (46) 98803-4549
CNPJ:27.520.800/0001-90
E-MAIL: scharles@industriahomem.com

(Média dos últimos 3 anos)	
Tempo de constituição da Empresa OU residência do sócio Majoritário no Município de Capanema (Somente dados do sócio mais antigo)	10/04/2017
Capacidade do empreendimento gerar uma cadeia de produção e/ou empregos indiretos no Município de Capanema/PR	Inicialmente 20 empregados indiretos

Capanema/PR 11 de Novembro de 2020

MARCOS ANGELO BERTUZZI

Scharlles Ghizoni
Socio Administrador

000608

DECLARAÇÃO

A empresa **H.COM INDUSTRIA DE CONFECÇÕES LTDA**, inscrito no CNPJ sob nº 27.520.800/0001-90, estabelecida nesta cidade de Capanema-PR, através de seu representante abaixo assinado, DECLARA para os devidos fins e a quem interessar que a GFIP apresentada é de outubro/2020, declarada sem movimento, visto que a empresa acima identificada não possui nenhum colaborador registrado em seu quadro.

Por ser verdade, para que surte seus efeitos legais, vai devidamente datada e assinada.

Capanema/PR, 11 de novembro de 2020.

Marcos Angelo Bertuzzi

CPF: 017.802.409-02

Administrador

Marcos Antônio Maziero

CPF: 737.525.849-04

Contador

CRC: PR036924/O-5

Marcos Antonio Maziero
CRC/PR 36924-0/5
CPF 737525849-04

MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL - RFB
GFIP - SEFIP 8.40 19/10/2020 TABELAS 41.0 01/03/2020

DATA: 19/10/2020
HORA: 15:21:21
PÁG: 018/034

DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE FATO GERADOR PARA RECOLHIMENTO FGTS

Nº ARQUIVO: Iy2r13xcePX00000
Nº DE CONTROLE: IqMOeKFNDIJ0000-4

EMPRESA: H COM INDUSTRIA DE CONFECCOES LTDA ME
INSCRIÇÃO: 27.520.800/0001-90
ENDEREÇO: RUA BAHIA 164 SL 03
BAIRRO: SANTA CRUZ
CIDADE: CAPANEMA
CEP: 85760-000 UF: PR FONE: (0046)9907-2510

COMPETÊNCIA: 10/2020 DATA VALIDADE:
CNAE: 507 SIMPLES: 1

TOMADOR/OBRA: INSCRIÇÃO:

REMUNERAÇÃO	**R$**	0,00
- FGTS 8%:	R$	0,00
TAXA JAM 3%:	R$	0,00
TAXA JAM 6%:	R$	0,00
- FGTS 2%:	R$	0,00

QUANTIDADE DE TRABALHADORES: 0

SEM MOVIMENTO

DECLARO DE ACORDO COM O ART. 299 DO CÓDIGO PENAL A VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS NESSE DOCUMENTO E NO ARQUIVO SEFIP CORRESPONDENTE.

*"**Art. 299** - Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante:*
***Pena** - reclusão, de 1 (um) a 5 (cinco) anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa, se o documento é particular."*

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL

fls 610

RELATÓRIO DE FATURAMENTO Emissão: 11/11/2020

Empresa: H.COM INDUSTRIA DE CONFECCOES LTDA
Endereço: Rua BAHIA, 164
Cidade: CAPANEMA CEP.: 85760-000
CNPJ: 27.520.800/0001-90
Insc.Est.: 9074770450

Período: 01/01/2017 a 31/12/2017

M Ê S	ANO	Saídas R$	Servicos R$	Outros R$	Total R$
Janeiro	2017	0,00	0,00	0,00	0,00
Fevereiro	2017	0,00	0,00	0,00	0,00
Março	2017	0,00	0,00	0,00	0,00
Abril	2017	0,00	0,00	0,00	0,00
Maio	2017	0,00	0,00	0,00	0,00
Junho	2017	81.821,25	0,00	0,00	81.821,25
Julho	2017	83.977,90	0,00	0,00	83.977,90
Agosto	2017	248.986,00	0,00	0,00	248.986,00
Setembro	2017	125.226,00	0,00	0,00	125.226,00
Outubro	2017	204.039,50	0,00	0,00	204.039,50
Novembro	2017	206.765,60	0,00	0,00	206.765,60
Dezembro	2017	4.581,00	0,00	0,00	4.581,00
Totais		955.397,25	0,00	0,00	955.397,25

MARCOS ANGELO BERTUZZI
SÓCIO ADMINISTRADOR
C.P.F.: 017.802.409-02

MARCOS ANTONIO MAZIERO
Técnico em Contabilidade
Registro no C.R.C.: PR036924O5
C.P.F.: 737.525.849-04

Marcos Antonio Maziero
CRC/PR 36924-0/5
CPF 737525849-04

RELATÓRIO DE FATURAMENTO Emissão: 11/11/2020

Empresa: H.COM INDUSTRIA DE CONFECCOES LTDA
Endereço: Rua BAHIA, 164
Cidade: CAPANEMA CEP.: 85760-000
CNPJ: 27.520.800/0001-90
Insc.Est.: 9074770450

Período: 01/01/2018 a 31/12/2018

M Ê S	ANO	Saídas R$	Servicos R$	Outros R$	Total R$
Janeiro	2018	53.400,00	0,00	0,00	53.400,00
Fevereiro	2018	19.661,10	0,00	0,00	19.661,10
Março	2018	159.761,00	0,00	0,00	159.761,00
Abril	2018	184.416,82	0,00	0,00	184.416,82
Maio	2018	190.594,40	0,00	0,00	190.594,40
Junho	2018	87.654,80	0,00	0,00	87.654,80
Julho	2018	122.693,90	0,00	0,00	122.693,90
Agosto	2018	269.160,40	0,00	0,00	269.160,40
Setembro	2018	124.895,99	0,00	0,00	124.895,99
Outubro	2018	165.997,30	0,00	0,00	165.997,30
Novembro	2018	284.783,10	0,00	0,00	284.783,10
Dezembro	2018	88.427,90	0,00	0,00	88.427,90
Totais		1.751.446,71	0,00	0,00	1.751.446,71

MARCOS ANGELO BERTUZZI
SÓCIO ADMINISTRADOR
C.P.F.: 017.802.409-02

MARCOS ANTONIO MAZIERO
Técnico em Contabilidade
Registro no C.R.C.: PR036924O5
C.P.F.: 737.525.849-04

Marcos Antonio Maziero
CRC/PR 36924-0/5
CPF 737525849-04

RELATÓRIO DE FATURAMENTO Emissão: 11/11/2020

Empresa: H.COM INDUSTRIA DE CONFECCOES LTDA
Endereço: Rua BAHIA, 164
Cidade: CAPANEMA CEP.: 85760-000
CNPJ: 27.520.800/0001-90
Insc.Est.: 9074770450

Período: 01/01/2019 a 31/12/2019

M Ê S	ANO	Saídas R$	Servicos R$	Outros R$	Total R$
Janeiro	2019	40.858,30	0,00	0,00	40.858,30
Fevereiro	2019	94.755,30	0,00	0,00	94.755,30
Março	2019	81.849,50	0,00	0,00	81.849,50
Abril	2019	235.220,30	0,00	0,00	235.220,30
Maio	2019	56.914,40	0,00	0,00	56.914,40
Junho	2019	189.829,20	0,00	0,00	189.829,20
Julho	2019	264.518,54	0,00	0,00	264.518,54
Agosto	2019	114.294,99	0,00	0,00	114.294,99
Setembro	2019	145.877,50	0,00	0,00	145.877,50
Outubro	2019	255.140,81	0,00	0,00	255.140,81
Novembro	2019	270.340,88	0,00	0,00	270.340,88
Dezembro	2019	580.037,73	0,00	0,00	580.037,73
Totais		2.329.637,45	0,00	0,00	2.329.637,45

MARCOS ANGELO BERTUZZI
SÓCIO ADMINISTRADOR
C.P.F.: 017.802.409-02

MARCOS ANTONIO MAZIERO
Técnico em Contabilidade
Registro no C.R.C.: PR036924O5
C.P.F.: 737.525.849-04

Marcos Antonio Maziero
CRC/PR 36924-0/5
CPF 737525849-04

613

BALANCETE

Código	Classificação	Descrição da conta	Saldo Anterior	Débito	Crédito	Saldo Atual
1	1	ATIVO	724.221,16D	12.381.944,58	12.396.309,37	709.856,37D
2	1.1	ATIVO CIRCULANTE	719.225,32D	12.376.433,73	12.389.842,38	705.816,67D
3	1.1.1	DISPONÍVEL	104.663,27D	6.501.639,64	6.561.096,21	45.206,70D
4	1.1.1.01	CAIXA	61.143,70D	2.897.063,51	2.928.640,70	29.566,51D
7	1.1.1.02	BANCOS CONTA MOVIMENTO	43.488,93D	3.017.482,50	3.045.370,51	15.600,92D
10	1.1.1.03	APLICAÇÕES FINANCEIRAS LIQUIDEZ IMEDIATA	30,64D	587.093,63	587.085,00	39,27D
12	1.1.2	CLIENTES	471.244,67D	2.335.102,45	2.198.292,43	608.054,69D
13	1.1.2.01	DUPLICATAS A RECEBER	471.244,67D	2.335.102,45	2.198.292,43	608.054,69D
18	1.1.3	OUTROS CRÉDITOS	0,00	321.107,04	321.107,04	0,00
28	1.1.3.08	TRIBUTOS A RECUPERAR/COMPENSAR	0,00	321.107,04	321.107,04	0,00
53	1.1.5	ESTOQUE	143.317,38D	3.218.584,60	3.309.346,70	52.555,28D
54	1.1.5.01	MERCADORIAS, PRODUTOS E INSUMOS	143.317,38D	3.218.584,60	3.309.346,70	52.555,28D
501	1.2	ATIVO NÃO-CIRCULANTE	4.995,84D	5.510,85	6.466,99	4.039,70D
69	1.2.1	ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	178,29D	10,85	0,00	189,14D
76	1.2.1.02	OUTROS CRÉDITOS	178,29D	10,85	0,00	189,14D
111	1.2.3	IMOBILIZADO	4.817,55D	5.500,00	6.466,99	3.850,56D
118	1.2.3.03	MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	5.027,00D	5.500,00	5.465,00	5.062,00D
125	1.2.3.07	(-) DEPRECIAÇÕES, AMORT. E EXAUS. ACUMUL	209,45C	0,00	1.001,99	1.211,44C
149	2	PASSIVO	724.221,16C	3.030.232,37	3.015.867,58	709.856,37C
150	2.1	PASSIVO CIRCULANTE	667.313,10C	2.905.615,10	2.846.633,04	608.331,04C
382	2.1.1	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	38,21C	35.837,26	110.758,21	74.959,16C
151	2.1.1.01	EMPRÉSTIMOS	38,21C	35.837,26	110.758,21	74.959,16C
164	2.1.3	FORNECEDORES	647.692,64C	2.232.496,27	2.044.246,49	459.442,86C
165	2.1.3.01	FORNECEDORES	647.692,64C	2.232.496,27	2.044.246,49	459.442,86C
[illegible]	2.1.4	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	19.582,25C	597.281,57	651.628,34	73.929,02C
[illegible]	2.1.4.01	IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER	19.582,25C	597.281,57	651.628,34	73.929,02C
200	2.1.6	OUTRAS OBRIGAÇÕES	0,00	40.000,00	40.000,00	0,00
202	2.1.6.02	LUCROS A DISTRIBUIR	0,00	40.000,00	40.000,00	0,00
242	2.3	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	56.908,06C	124.617,27	169.234,54	101.525,33C
243	2.3.1	CAPITAL SOCIAL	50.000,00C	0,00	0,00	50.000,00C
244	2.3.1.01	CAPITAL SUBSCRITO	50.000,00C	0,00	0,00	50.000,00C
264	2.3.5	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	6.908,06C	124.617,27	169.234,54	51.525,33C
265	2.3.5.01	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	6.908,06C	124.617,27	169.234,54	51.525,33C
269	3	CONTAS DE RESULTADOS - CUSTOS E DESPESAS	0,00	1.813.239,27	1.813.239,27	0,00
500	3.1	CUSTOS	0,00	986.582,88	986.582,88	0,00
270	3.1.1	CUSTOS DIRETOS DE PRODUÇÃO	0,00	985.580,89	985.580,89	0,00
271	3.1.1.01	MATERIAL APLICADO	0,00	985.580,89	985.580,89	0,00
283	3.1.2	CUSTOS INDIRETOS DE PRODUÇÃO	0,00	1.001,99	1.001,99	0,00
289	3.1.2.06	DEPRECIAÇÕES, AMORTIZAÇÕES E EXAUSTÕES	0,00	1.001,99	1.001,99	0,00
295	3.2	DESPESAS OPERACIONAIS	0,00	826.656,39	826.656,39	0,00
296	3.2.1	DESPESAS COM VENDAS	0,00	810.355,08	810.355,08	0,00
309	3.2.1.03	PROPAGANDA E PUBLICIDADE	0,00	1.217,50	1.217,50	0,00
311	3.2.1.04	DESPESAS COM ENTREGA	0,00	47.595,37	47.595,37	0,00
319	3.2.1.06	DESPESAS GERAIS	0,00	761.542,21	761.542,21	0,00
329	3.2.2	DESPESAS ADMINISTRATIVAS	0,00	16.301,31	16.301,31	0,00
345	3.2.2.03	IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	0,00	336,49	336,49	0,00
353	3.2.2.04	DESPESAS GERAIS	0,00	9.711,62	9.711,62	0,00
367	3.2.2.05	DESPESAS FINANCEIRAS	0,00	6.253,20	6.253,20	0,00
402	4	CONTAS DE RESULTADO - RECEITAS	0,00	2.997.769,33	2.997.769,33	0,00
[illegible]	4.1	RECEITAS OPERACIONAIS	0,00	2.997.769,33	2.997.769,33	0,00
[illegible]	4.1.1	RECEITA BRUTA DE VENDAS E SERVIÇOS	0,00	2.329.637,45	2.329.637,45	0,00
405	4.1.1.01	RECEITA BRUTAS DE VENDAS E MERCADORIAS	0,00	2.329.637,45	2.329.637,45	0,00
413	4.1.2	(-) DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	0,00	657.477,33	657.477,33	0,00
414	4.1.2.01	(-) CANCELAMENTO E DEVOLUÇÕES	0,00	6.725,00	6.725,00	0,00
424	4.1.2.03	(-) IMPOSTOS SOBRE VENDAS E SERVIÇOS	0,00	650.752,33	650.752,33	0,00
430	4.1.3	RECEITAS FINANCEIRAS	0,00	8.397,86	8.397,86	0,00
431	4.1.3.01	JUROS E DESCONTOS	0,00	8.397,86	8.397,86	0,00
442	4.1.5	OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	0,00	2.256,69	2.256,69	0,00
443	4.1.5.01	RECEITAS DIVERSAS	0,00	2.256,69	2.256,69	0,00

MARCOS ANGELO BERTUZZI
SÓCIO ADMINISTRADOR
CPF: 017.802.409-02

MARCOS ANTONIO MAZIERO
Reg. no CRC - PR sob o No. PR036924O5
CPF: 737.525.849-04

614

BALANCETE

Código	Classificação	Descrição da conta	Saldo Anterior	Débito	Crédito	Saldo Atual
1	1	ATIVO	583.972,18D	10.308.969,87	10.168.720,89	724.221,16D
2	1.1	ATIVO CIRCULANTE	583.872,18D	10.303.864,58	10.168.511,44	719.225,32D
3	1.1.1	DISPONÍVEL	129.525,09D	5.956.589,46	5.981.451,28	104.663,27D
4	1.1.1.01	CAIXA	66.904,74D	2.848.251,90	2.854.012,94	61.143,70D
7	1.1.1.02	BANCOS CONTA MOVIMENTO	62.620,35D	2.424.138,21	2.443.269,63	43.488,93D
10	1.1.1.03	APLICAÇÕES FINANCEIRAS LIQUIDEZ IMEDIATA	0,00	684.199,35	684.168,71	30,64D
12	1.1.2	CLIENTES	393.203,94D	1.792.049,81	1.714.009,08	471.244,67D
13	1.1.2.01	DUPLICATAS A RECEBER	393.203,94D	1.792.049,81	1.714.009,08	471.244,67D
18	1.1.3	OUTROS CRÉDITOS	2.734,91D	250.801,34	253.536,25	0,00
28	1.1.3.08	TRIBUTOS A RECUPERAR/COMPENSAR	2.734,91D	250.801,34	253.536,25	0,00
53	1.1.5	ESTOQUE	58.408,24D	2.304.423,97	2.219.514,83	143.317,38D
54	1.1.5.01	MERCADORIAS, PRODUTOS E INSUMOS	58.408,24D	2.304.423,97	2.219.514,83	143.317,38D
501	1.2	ATIVO NÃO-CIRCULANTE	100,00D	5.105,29	209,45	4.995,84D
69	1.2.1	ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	100,00D	78,29	0,00	178,29D
76	1.2.1.02	OUTRDS CRÉDITOS	100,00D	78,29	0,00	178,29D
111	1.2.3	IMOBILIZADO	0,00	5.027,00	209,45	4.817,55D
118	1.2.3.03	MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	0,00	5.027,00	0,00	5.027,00D
125	1.2.3.07	(-) DEPRECIAÇÕES, AMORT. E EXAUS. ACUMUL	0,00	0,00	209,45	209,45C
149	2	PASSIVO	583.972,18C	2.183.715,98	2.323.964,96	724.221,16C
150	2.1	PASSIVO CIRCULANTE	529.678,80C	2.101.101,30	2.238.735,60	667.313,10C
382	2.1.1	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	0,00	20.000,00	20.038,21	38,21C
151	2.1.1.01	EMPRÉSTIMOS	0,00	20.000,00	20.038,21	38,21C
164	2.1.3	FORNECEDORES	528.031,40C	1.588.547,87	1.708.209,11	647.692,64C
165	2.1.3.01	FORNECEDORES	528.031,40C	1.588.547,87	1.708.209,11	647.692,64C
[illegible]	2.1.4	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	1.647,40C	452.553,43	470.488,28	19.582,25C
[illegible]	2.1.4.01	IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER	1.647,40C	452.553,43	470.488,28	19.582,25C
200	2.1.6	OUTRAS OBRIGAÇÕES	0,00	40.000,00	40.000,00	0,00
202	2.1.6.02	LUCROS A DISTRIBUIR	0,00	40.000,00	40.000,00	0,00
242	2.3	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	54.293,38C	82.614,68	85.229,36	56.908,06C
243	2.3.1	CAPITAL SOCIAL	50.000,00C	0,00	0,00	50.000,00C
244	2.3.1.01	CAPITAL SUBSCRITO	50.000,00C	0,00	0,00	50.000,00C
264	2.3.5	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	4.293,38C	82.614,68	85.229,36	6.908,06C
265	2.3.5.01	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	4.293,38C	82.614,68	85.229,36	6.908,06C
269	3	CONTAS DE RESULTADOS - CUSTOS E DESPESAS	0,00	1.499.203,86	1.499.203,86	0,00
500	3.1	CUSTOS	0,00	736.038,25	736.038,25	0,00
270	3.1.1	CUSTOS DIRETOS DE PRODUÇÃO	0,00	735.828,80	735.828,80	0,00
271	3.1.1.01	MATERIAL APLICADO	0,00	735.828,80	735.828,80	0,00
283	3.1.2	CUSTOS INDIRETOS DE PRODUÇÃO	0,00	209,45	209,45	0,00
289	3.1.2.06	DEPRECIAÇÕES, AMORTIZAÇÕES E EXAUSTÕES	0,00	209,45	209,45	0,00
295	3.2	DESPESAS OPERACIONAIS	0,00	763.165,61	763.165,61	0,00
296	3.2.1	DESPESAS COM VENDAS	0,00	749.671,57	749.671,57	0,00
309	3.2.1.03	PROPAGANDA E PUBLICIDADE	0,00	1.017,80	1.017,80	0,00
311	3.2.1.04	DESPESAS COM ENTREGA	0,00	38.200,82	38.200,82	0,00
319	3.2.1.06	DESPESAS GERAIS	0,00	710.452,95	710.452,95	0,00
329	3.2.2	DESPESAS ADMINISTRATIVAS	0,00	13.494,04	13.494,04	0,00
330	3.2.2.01	DESPESAS COM PESSOAL	0,00	350,00	350,00	0,00
345	3.2.2.03	IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	0,00	705,81	705,81	0,00
353	3.2.2.04	DESPESAS GERAIS	0,00	10.141,44	10.141,44	0,00
367	3.2.2.05	DESPESAS FINANCEIRAS	0,00	2.296,79	2.296,79	0,00
[illegible]	4	CONTAS DE RESULTADO - RECEITAS	0,00	2.247.497,35	2.247.497,35	0,00
[illegible]	4.1	RECEITAS OPERACIONAIS	0,00	2.247.497,35	2.247.497,35	0,00
404	4.1.1	RECEITA BRUTA DE VENDAS E SERVIÇOS	0,00	1.751.446,71	1.751.446,71	0,00
405	4.1.1.01	RECEITA BRUTAS DE VENDAS E MERCADORIAS	0,00	1.751.446,71	1.751.446,71	0,00
413	4.1.2	(-) DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	0,00	491.941,23	491.941,23	0,00
414	4.1.2.01	(-) CANCELAMENTO E DEVOLUÇÕES	0,00	22.218,10	22.218,10	0,00
424	4.1.2.03	(-) IMPOSTOS SOBRE VENDAS E SERVIÇOS	0,00	469.723,13	469.723,13	0,00
430	4.1.3	RECEITAS FINANCEIRAS	0,00	3.172,46	3.172,46	0,00
431	4.1.3.01	JUROS E DESCONTOS	0,00	3.172,46	3.172,46	0,00
442	4.1.5	OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	0,00	936,95	936,95	0,00
443	4.1.5.01	RECEITAS DIVERSAS	0,00	936,95	936,95	0,00

MARCOS ANGELO BERTUZZI
SÓCIO ADMINISTRADOR
CPF: 017.802.409-02

MARCOS ANTONIO MAZIERO
Reg. no CRC - PR sob o No. PR036924O5
CPF: 737.525.849-04

615

BALANCETE

Código	Classificação	Descrição da conta	Saldo Anterior	Débito	Crédito	Saldo Atual
1	1	ATIVO	0,00	4.302.407,33	3.718.435,15	583.972,18D
2	1.1	ATIVO CIRCULANTE	0,00	4.302.307,33	3.718.435,15	583.872,18D
3	1.1.1	DISPONÍVEL	0,00	1.985.995,71	1.856.470,62	129.525,09D
4	1.1.1.01	CAIXA	0,00	1.057.086,76	990.182,02	66.904,74D
7	1.1.1.02	BANCOS CONTA MOVIMENTO	0,00	801.821,45	739.201,10	62.620,35D
10	1.1.1.03	APLICAÇÕES FINANCEIRAS LIQUIDEZ IMEDIATA	0,00	127.087,50	127.087,50	0,00
12	1.1.2	CLIENTES	0,00	955.397,25	562.193,31	393.203,94D
13	1.1.2.01	DUPLICATAS A RECEBER	0,00	955.397,25	562.193,31	393.203,94D
18	1.1.3	OUTROS CRÉDITOS	0,00	117.670,95	114.936,04	2.734,91D
28	1.1.3.08	TRIBUTOS A RECUPERAR/COMPENSAR	0,00	117.670,95	114.936,04	2.734,91D
53	1.1.5	ESTOQUE	0,00	1.243.243,42	1.184.835,18	58.408,24D
54	1.1.5.01	MERCADORIAS, PRODUTOS E INSUMOS	0,00	1.243.243,42	1.184.835,18	58.408,24D
501	1.2	ATIVO NÃO-CIRCULANTE	0,00	100,00	0,00	100,00D
69	1.2.1	ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	0,00	100,00	0,00	100,00D
76	1.2.1.02	OUTROS CRÉDITOS	0,00	100,00	0,00	100,00D
149	2	PASSIVO	0,00	689.631,86	1.273.604,04	583.972,18C
150	2.1	PASSIVO CIRCULANTE	0,00	635.338,48	1.165.017,28	529.678,80C
164	2.1.3	FORNECEDORES	0,00	402.791,01	930.822,41	528.031,40C
165	2.1.3.01	FORNECEDORES	0,00	402.791,01	930.822,41	528.031,40C
169	2.1.4	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	0,00	232.547,47	234.194,87	1.647,40C
170	2.1.4.01	IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER	0,00	232.547,47	234.194,87	1.647,40C
242	2.3	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	0,00	54.293,38	108.586,76	54.293,38C
243	2.3.1	CAPITAL SOCIAL	0,00	50.000,00	100.000,00	50.000,00C
244	2.3.1.01	CAPITAL SUBSCRITO	0,00	0,00	50.000,00	50.000,00C
[illegible]	2.3.1.02	(-) CAPITAL A INTEGRALIZAR	0,00	50.000,00	50.000,00	0,00
[illegible]	2.3.5	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	0,00	4.293,38	8.586,76	4.293,38C
265	2.3.5.01	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	0,00	4.293,38	8.586,76	4.293,38C
269	3	CONTAS DE RESULTADOS - CUSTOS E DESPESAS	0,00	764.885,37	764.885,37	0,00
500	3.1	CUSTOS	0,00	383.817,76	383.817,76	0,00
270	3.1.1	CUSTOS DIRETOS DE PRODUÇÃO	0,00	383.817,76	383.817,76	0,00
271	3.1.1.01	MATERIAL APLICADO	0,00	383.817,76	383.817,76	0,00
295	3.2	DESPESAS OPERACIONAIS	0,00	381.067,61	381.067,61	0,00
296	3.2.1	DESPESAS COM VENDAS	0,00	375.873,56	375.873,56	0,00
311	3.2.1.04	DESPESAS COM ENTREGA	0,00	1.286,17	1.286,17	0,00
319	3.2.1.06	DESPESAS GERAIS	0,00	374.587,39	374.587,39	0,00
329	3.2.2	DESPESAS ADMINISTRATIVAS	0,00	5.194,05	5.194,05	0,00
345	3.2.2.03	IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	0,00	203,26	203,26	0,00
353	3.2.2.04	DESPESAS GERAIS	0,00	4.250,00	4.250,00	0,00
367	3.2.2.05	DESPESAS FINANCEIRAS	0,00	740,79	740,79	0,00
402	4	CONTAS DE RESULTADO - RECEITAS	0,00	1.214.184,98	1.214.184,98	0,00
403	4.1	RECEITAS OPERACIONAIS	0,00	1.214.184,98	1.214.184,98	0,00
404	4.1.1	RECEITA BRUTA DE VENDAS E SERVIÇOS	0,00	955.397,25	955.397,25	0,00
405	4.1.1.01	RECEITA BRUTAS DE VENDAS E MERCADORIAS	0,00	955.397,25	955.397,25	0,00
413	4.1.2	(-) DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	0,00	258.755,84	258.755,84	0,00
414	4.1.2.01	(-) CANCELAMENTO E DEVOLUÇÕES	0,00	29.300,00	29.300,00	0,00
424	4.1.2.03	(-) IMPOSTOS SOBRE VENDAS E SERVIÇOS	0,00	229.455,84	229.455,84	0,00
430	4.1.3	RECEITAS FINANCEIRAS	0,00	1,99	1,99	0,00
431	4.1.3.01	JUROS E DESCONTOS	0,00	1,99	1,99	0,00
442	4.1.5	OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	0,00	29,90	29,90	0,00
[illegible]	4.1.5.01	RECEITAS DIVERSAS	0,00	29,90	29,90	0,00

MARCOS ANGELO BERTUZZI
SÓCIO ADMINISTRADOR
CPF: 017.802.409-02

MARCOS ANTONIO MAZIERO
Reg. no CRC - PR sob o No. PR036924O5
CPF: 737.525.849-04

Empresa: **H.COM INDUSTRIA DE CONFECCOES LTDA**
C.N.P.J.: 27.520.800/0001-90
Balanço encerrado em: 31/12/2019

Folha: 0001

BALANÇO PATRIMONIAL

Descrição	Saldo Atual
ATIVO	709.856,37D
ATIVO CIRCULANTE	705.816,67D
DISPONÍVEL	45.206,70D
CAIXA	29.566,51D
BANCOS CONTA MOVIMENTO	15.600,92D
APLICAÇÕES FINANCEIRAS LIQUIDEZ IMEDIATA	39,27D
CLIENTES	608.054,69D
DUPLICATAS A RECEBER	608.054,69D
ESTOQUE	52.555,28D
MERCADORIAS, PRODUTOS E INSUMOS	52.555,28D
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	4.039,70D
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	189,14D
OUTROS CRÉDITOS	189,14D
IMOBILIZADO	3.850,56D
MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	5.062,00D
(-) DEPRECIAÇÕES, AMORT. E EXAUS. ACUMUL	1.211,44C
PASSIVO	709.856,37C
PASSIVO CIRCULANTE	608.331,04C
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	74.959,16C
EMPRÉSTIMOS	74.959,16C
FORNECEDORES	459.442,86C
FORNECEDORES	459.442,86C
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	73.929,02C
IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER	73.929,02C
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	101.525,33C
CAPITAL SOCIAL	50.000,00C
CAPITAL SUBSCRITO	50.000,00C
LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	51.525,33C
LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	51.525,33C

MARCOS ANGELO BERTUZZI
SÓCIO ADMINISTRADOR
CPF: 017.802.409-02

MARCOS ANTONIO MAZIERO
Reg. no CRC - PR sob o No. PR036924O5
CPF: 737.525.849-04

Marcos Antonio Maziero
CRC/PR 36924-0/5
CPF 737525849-04

Empresa: **H.COM INDUSTRIA DE CONFECCOES LTDA** Folha: 0001
C.N.P.J.: 27.520.800/0001-90
Balanço encerrado em: 31/12/2018

617

BALANÇO PATRIMONIAL

Descrição	Saldo Atual
ATIVO	724.221,16D
ATIVO CIRCULANTE	719.225,32D
DISPONÍVEL	104.663,27D
CAIXA	61.143,70D
BANCOS CONTA MOVIMENTO	43.488,93D
APLICAÇÕES FINANCEIRAS LIQUIDEZ IMEDIATA	30,64D
CLIENTES	471.244,67D
DUPLICATAS A RECEBER	471.244,67D
ESTOQUE	143.317,38D
MERCADORIAS, PRODUTOS E INSUMOS	143.317,38D
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	4.995,84D
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	178,29D
OUTROS CRÉDITOS	178,29D
IMOBILIZADO	4.817,55D
MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	5.027,00D
(-) DEPRECIAÇÕES, AMORT. E EXAUS. ACUMUL	209,45C
PASSIVO	724.221,16C
PASSIVO CIRCULANTE	667.313,10C
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	38,21C
EMPRÉSTIMOS	38,21C
FORNECEDORES	647.692,64C
FORNECEDORES	647.692,64C
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	19.582,25C
IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER	19.582,25C
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	56.908,06C
CAPITAL SOCIAL	50.000,00C
CAPITAL SUBSCRITO	50.000,00C
LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	6.908,06C
LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	6.908,06C

MARCOS ANGELO BERTUZZI
SÓCIO ADMINISTRADOR
CPF: 017.802.409-02

MARCOS ANTONIO MAZIERO
Reg. no CRC - PR sob o No. PR036924O5
CPF: 737.525.849-04

Marcos Antonio Maziero
CRC/PR 36924-0/5
CPF 737525849-04

Empresa: **H.COM INDUSTRIA DE CONFECCOES LTDA** Folha: 0001
C.N.P.J.: 27.520.800/0001-90
Balanço encerrado em: 31/12/2017

BALANÇO PATRIMONIAL

618

Descrição	Saldo Atual
ATIVO	583.972,18D
ATIVO CIRCULANTE	583.872,18D
DISPONÍVEL	129.525,09D
CAIXA	66.904,74D
BANCOS CONTA MOVIMENTO	62.620,35D
CLIENTES	393.203,94D
DUPLICATAS A RECEBER	393.203,94D
OUTROS CRÉDITOS	2.734,91D
TRIBUTOS A RECUPERAR/COMPENSAR	2.734,91D
ESTOQUE	58.408,24D
MERCADORIAS, PRODUTOS E INSUMOS	58.408,24D
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	100,00D
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	100,00D
OUTROS CRÉDITOS	100,00D
PASSIVO	583.972,18C
PASSIVO CIRCULANTE	529.678,80C
FORNECEDORES	528.031,40C
FORNECEDORES	528.031,40C
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	1.647,40C
IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER	1.647,40C
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	54.293,38C
CAPITAL SOCIAL	50.000,00C
CAPITAL SUBSCRITO	50.000,00C
LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	4.293,38C
LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	4.293,38C

MARCOS ANGELO BERTUZZI
SÓCIO ADMINISTRADOR
CPF: 017.802.409-02

MARCOS ANTONIO MAZIERO
Reg. no CRC - PR sob o No. PR036924O5
CPF: 737.525.849-04

Marcos Antonio Maziero
CRC/PR 36924-0/5
CPF 737525849-04

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 31/12/2019

Descrição	Saldo Atual
(+) RECEITA OPERACIONAL BRUTA	**2.329.637,45**
Venda de Mercadorias	**2.329.637,45**
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	**(428.354,80)**
Devoluções	**(6.725,00)**
Impostos sobre Vendas	**(421.629,80)**
(=) RECEITA LÍQUIDA	**1.901.282,65**
Custos das Mercadorias Vendidas	**(985.580,89)**
(=) LUCRO BRUTO	**915.701,76**
(-) TOTAL CUSTOS E DESPESAS INDIRETOS	**(1.001,99)**
Depreciação, amortizações e Exaustões	**(1.001,99)**
(-) TOTAL DESPESAS OPERACIONAIS E ADMINISTRATIVAS	**(826.647,39)**
Impostos, Taxas e Contribuições	**(336,49)**
Despesas com Vendas	**(48.812,87)**
Despesas Gerais	**(771.253,83)**
Despesas Financeiras	**(6.244,20)**
(+) TOTAL RECEITAS	**10.654,55**
Receitas Financeiras	**8.397,86**
Outras Receitas	**2.256,69**
Resultado Antes do IR/CSLL	**98.706,93**
(=) RESULTADO DO EXERCICIO ANTES DO IR/CSLL	**(14.089,66)**
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**84.617,27**

MARCOS ANGELO BERTUZZI
SÓCIO ADMINISTRADOR
CPF: 017.802.409-02

MARCOS ANTONIO MAZIERO
Reg. no CRC - PR sob o No. PR036924O5
CPF: 737.525.849-04

Marcos Antonio Maziero
CRC/PR 36924-0/5
CPF 737525849-04

Empresa: **H.COM INDUSTRIA DE CONFECCOES LTDA** Folha: 0001
C.N.P.J.: 27.520.80^/0001-90 Número livro: 0003

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 31/12/2018

Descrição	Saldo Atual
(+) RECEITA OPERACIONAL BRUTA	1.751.446,71
Venda de Mercadorias	1.751.446,71
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	(332.824,70)
Devoluções	(22.218,10)
Impostos sobre Vendas	(310.606,60)
(=) RECEITA LÍQUIDA	1.418.622,01
Custos das Mercadorias Vendidas	(603.284,42)
LUCRO BRUTO	815.337,59
(-) TOTAL CUSTOS E DESPESAS INDIRETOS	(209,45)
Depreciação, amortizações e Exaustões	(209,45)
(-) TOTAL DESPESAS OPERACIONAIS E ADMINISTRATIVAS	(763.165,61)
Despesas com Pessoal	(350,00)
Impostos, Taxas e Contribuições	(705,81)
Despesas com Vendas	(39.218,62)
Despesas Gerais	(720.594,39)
Despesas Financeiras	(2.296,79)
(+) TOTAL RECEITAS	4.109,41
Receitas Financeiras	3.172,46
Outras Receitas	936,95
Resultado Antes do IR/CSLL	56.071,94

Empresa: **H.COM INDUSTRIA DE CONFECCOES LTDA**
C.N.P.J.: 27.520.800/0001-90

Folha: 0002
Número livro: 0003

000621

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 31/12/2018

Descrição	Saldo Atual
(=) RESULTADO DO EXERCICIO ANTES DO IR/CSLL	**(13.457,26)**
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**42.614,68**

MARCOS ANGELO BERTUZZI
SÓCIO ADMINISTRADOR
CPF: 017.802.409-02

MARCOS ANTONIO MAZIERO
Reg. no CRC - PR sob o No. PR036924O5
CPF: 737.525.849-04

Marcos Antonio Maziero
CRC/PR 36924-0/5
CPF 737525849-04

Empresa: **H.COM INDUSTRIA DE CONFECCOES LTDA** Folha: 0001
C.N.P.J.: 27.520.800/0001-90 Número livro: 0003

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 31/12/2017

Descrição	Saldo Atual
(+) RECEITA OPERACIONAL BRUTA	955.397,25
Venda de Mercadorias	955.397,25
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	(184.894,59)
Devoluções	(29.300,00)
Impostos sobre Vendas	(155.594,59)
(=) RECEITA LÍQUIDA	770.502,66
Custos das Mercadorias Vendidas	(383.817,76)
(=) LUCRO BRUTO	386.684,90
(-) TOTAL CUSTOS E DESPESAS INDIRETOS	0,00
(-) TOTAL DESPESAS OPERACIONAIS E ADMINISTRATIVAS	(381.067,61)
Impostos, Taxas e Contribuições	(203,26)
Despesas com Vendas	(1.286,17)
Despesas Gerais	(378.837,39)
Despesas Financeiras	(740,79)
(+) TOTAL RECEITAS	31,89
Receitas Financeiras	1,99
Outras Receitas	29,90
Resultado Antes do IR/CSLL	5.649,18
(=) RESULTADO DO EXERCICIO ANTES DO IR/CSLL	(1.355,80)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	4.293,38

MARCOS ANGELO BERTUZZI
SÓCIO ADMINISTRADOR
CPF: 017.802.409-02

MARCOS ANTONIO MAZIERO
Reg. no CRC - PR sob o No. PR036924O5
CPF: 737.525.849-04

Marcos Antonio Maziero
CRC/PR 36924-0/5
CPF 737525849-04

DECLARAÇÃO

A empresa TEREZINHA LORENZETTI ROVEDA-ME, inscrita no CNPJ sob nº 78.342.722/0001-11, com sede em Capanema-Pr, à Av. Brasil nº 351, Centro, **DECLARA** para todos os fins e a quem interessar possa, que a empresa H.COM INDÚSTRIA DE CONFECÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 27.520.800/0001-90, com sede em Capanema-Pr., à Rua Bahia nº 164, Bairro Santa Cruz, neste ato representada pelo Sócio Administrador Sr. SCHARLLES GHIZONI, brasileiro, maior, portador do CPF nº 006.031.889-90, e Cédula de Identidade RG nº 6.060.731-1, residente e domiciliado nesta cidade de Capanema-Pr., à Av. Das Flores nº 1117, Bairro Santa Cruz, adquire aviamentos e demais produtos em minha empresa desde o ano de 2017.

Capanema-Pr, 10 de Novembro 2020.

Terezinha Lorenzetti Roveda

TEREZINHA LORENZETTI ROVEDA

DECLARAÇÃO

624

A empresa **H.COM INDUSTRIA DE CONFECÇÕES LTDA,** inscrito no CNPJ sob nº 27.520.800/0001-90, estabelecida nesta cidade de Capanema-PR, através de seu representante abaixo assinado, DECLARA para os devidos fins e a quem interessar que realiza compra de matéria prima na cidade de Capanema e região, e a mão de obra é tercerizada.

Por ser verdade, para que surte seus efeitos legais, vai devidamente datada e assinada.

Capanema/PR, 11 de novembro de 2020.

Scharlles Ghizoni
CPF: 006.031.889-90
Administrador

HOMEM.COM
fashion industry co.

Industria Homem.com
Capanema - Pr
Rua Bahia, 164 - Sta Cruz
Cep: 85760-000

Santo Antonio do Sudoeste - Pr
Rua Pedro Pereira de Sa, 836
Cep: 85710-000
TEL/FAX: 55 46 3563 2922

TIM 55 46 98803 4549
industriahomem.com

scharlles@industriahomem.com
contato@industriahomem.com

Município de Capanema - PR

LICITANTE: H.Com Industria de Confecções

CRITÉRIO	PROPOSTA/PONTOS	PONTOS	PESO	PROPOSTA	SOMATÓRIO DA PONTUAÇÃO DA PROPOSTA
Empregabilidade (em número de empregos diretos a serem gerados)	2 pontos por emprego gerado	Até 100	0,3	5,00	3,00
Valor do Investimento privado no empreendimento a ser instalado no imóvel R$	Até 20.000,00	5	0,2		0,00
	De 20.001,00 a 40.000,00.	10	0,2		0,00
	40.001,00 a 60.000,00.	15	0,2		0,00
	60.001,00 a 80.000,00	20	0,2		0,00
	Acima de 80.000,00, a cada 20.000,00 acrescenta 5 pontos.	até 100	0,2	75,00	15,00
Prazo construção da infraestrutura e aplicação total dos investimentos (critério exclusivo para terrenos)	Até 6 meses	100	0,2		0,00
	De 6 a 12 meses	80	0,2		0,00
	De 13 a 18 meses	60	0,2		0,00
	De 19 a 24 meses	40	0,2		0,00
Prazo para aplicação total dos investimentos (critério exclusivo para barracões)	Até 4 meses	100	0,2		0,00
	De 5 a 8 meses	80	0,2		0,00
	De 9 a 12 meses	60	0,2		0,00
	De 13 a 16 meses	40	0,2		0,00
	De 17 a 20 meses	20	0,2		0,00
	De 21 a 24 meses	10	0,2	10,00	2,00
Faturamento anual da pessoa jurídica R$	Até 80.001,00.	10	0,1		0,00
	de 80.001,00 a 150.000,00.	20	0,1		0,00
	150.001,00 a 200.000,00.	30	0,1		0,00
	200.001,00 a 250.000,00.	40	0,1		0,00
	250.001,00 a 300.000,00	50	0,1		0,00
	Acima de 300.000,00, a cada 50.000,00 acrescenta 10 pontos.	até 100	0,1	100,00	10,00
Tempo de constituição da empresa em Capanema OU tempo de residência do sócio majoritário da empresa OU da pessoa física em Capanema	5 pontos por ano	até 100	0,1	15,00	1,50
Capacidade do empreendimento gerar uma cadeia de produção e/ou empregos indiretos no Município de Capanema/PR	Aquisição de matéria-prima de pessoas físicas ou jurídicas residentes ou sediadas no Município de Capanema.	2 pontos para cada indicação, até 100	0,1	1,00	0,20
			TOTAL		**31,70**

JACKSON DA ROSA

12.097.330/0001-26

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
Secretaria do Desenvolvimento da Produção
Departamento Nacional de Registro do Comércio

REQUERIMENTO DE EMPRESÁRIO

INSTRUÇÕES DE PREENCHIMENTO NO VERSO

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO DE EMPRESA - NIRE DA SEDE	NIRE DA FILIAL (preencher somente se ato referente a filial)
	627

NOME DO EMPRESÁRIO (completo sem abreviaturas): JACKSON DA ROSA

NACIONALIDADE	ESTADO CIVIL
BRASILEIRO	Solteiro(a)

SEXO	REGIME DE BENS (se casado)
M☒ F☐	

FILHO DE (pai)	(mãe)
ARIOVALDO ROQUE DA ROSA	IVETE MARIA DA ROSA

NASCIDO EM (data de nascimento)	IDENTIDADE número	Órgão emissor	UF	CPF (número)
29-11-1978	7.512.246-2	SESP	PR	025.855.179-85

EMANCIPADO POR (forma de emancipação – somente no caso de menor):

DOMICILIADO NA (LOGRADOURO – rua, av, etc.)	NÚMERO
RUA TAMOIOS	785

COMPLEMENTO	BAIRRO / DISTRITO	CEP	CÓDIGO DO MUNICÍPIO (Uso da Junta Comercial)
	CENTRO	85760-000	

MUNICÍPIO	UF
CAPANEMA	PR

declara, sob as penas da lei, não estar impedido de exercer atividade empresária, que não possui outro registro de empresário e requer à Junta Comercial do **ESTADO DO PARANÁ:**

CÓDIGO DO ATO	DESCRIÇÃO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO
080	INSCRIÇÃO		
CÓDIGO DO EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO	CÓDIGO DO EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO

NOME EMPRESARIAL: JACKSON DA ROSA

LOGRADOURO (rua, av, etc.)	NUMERO
RUA TAMOIOS	785

COMPLEMENTO	BAIRRO / DISTRITO	CEP	CÓDIGO DO MUNICÍPIO (Uso da Junta Comercial)
	CENTRO	85760-000	

MUNICÍPIO	UF	PAÍS	CORREIO ELETRÔNICO (E-MAIL)
CAPANEMA	PR	BRASIL	

VALOR DO CAPITAL - R$	VALOR DO CAPITAL (por extenso)
30.000,00	TRINTA MIL REAIS

CÓDIGO DE ATIVIDADE ECONÔMICA (CNAE Fiscal)	DESCRIÇÃO DO OBJETO
Atividade principal: 4120-4/00	CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS
Atividades secundárias: 4311-8/02	PREPARAÇÃO DE CANTEIRO E LIMPEZA DE TERRENO
4213-8/00	OBRAS DE URBANIZAÇÃO - RUAS, PRAÇAS E CALÇADAS
4311-8/01	DEMOLIÇÃO DE EDIFÍCIOS E OUTRAS ESTRUTURAS

Prefeitura Municipal de Capanema
Certifico que este documento é cópia fiel ao original.
Capanema, 04 / 11 / 2022

DATA DE INÍCIO DAS ATIVIDADES	NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CNPJ	TRANSFERÊNCIA DE SEDE OU DE FILIAL DE OUTRA UF NIRE anterior	UF	USO DA JUNTA COMERCIAL DEPENDENTE DE AUTORIZAÇÃO GOVERNAMENTAL 1 - SIM 3 - NÃO
15-06-2010				

ASSINATURA DA FIRMA PELO EMPRESÁRIO (ou pelo representante/assistente/gerente): Jackson da Rosa

DATA DA ASSINATURA	ASSINATURA DO EMPRESÁRIO
28-05-2010	Jackson da Rosa

PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL

DEFERIDO.
PUBLIQUE-SE E ARQUIVE-SE.

JACKSON CHAGAS PINTO
01/06/10

AUTENTICAÇÃO

JUNTA COMERCIAL DO PARANA
AGENCIA REGIONAL DE FRANCISCO BELTRAO
CERTIFICO O REGISTRO EM: 07/06/2010
SOB NÚMERO: 41106832224
Protocolo: 10/575108-1, DE 02/06/2010

JACKSON DA ROSA

LUIZ CARLOS SÁLVARO
SECRETARIO GERAL

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
Secretaria do Desenvolvimento da Produção
Departamento Nacional de Registro do Comércio

REQUERIMENTO DE EMPRESÁRIO

INSTRUÇÕES DE PREENCHIMENTO NO VERSO

Fls: 628

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO DE EMPRESA - NIRE DA SEDE	NIRE DA FILIAL (preencher somente se ato referente a filial)
4110683222-4	

NOME DO EMPRESÁRIO (completo sem abreviaturas): JACKSON DA ROSA

NACIONALIDADE	ESTADO CIVIL
BRASILEIRO	Solteiro(a)

SEXO	REGIME DE BENS (se casado)
M☒ F☐	

FILHO DE (pai)	(mãe)
ARIOVALDO ROQUE DA ROSA	IVETE MARIA DA ROSA

NASCIDO EM (data de nascimento)	IDENTIDADE número	Órgão emissor	UF	CPF (número)
29-11-1978	7.512.246-2	SESP	PR	025.855.179-85

EMANCIPADO POR (forma de emancipação – somente no caso de menor):

DOMICILIADO NA (LOGRADOURO – rua, av, etc.)	NÚMERO
RUA TAMOIOS	785

COMPLEMENTO	BAIRRO / DISTRITO	CEP	CÓDIGO DO MUNICÍPIO (Uso da Junta Comercial)
	CENTRO	85760-000	

MUNICÍPIO	UF
CAPANEMA	PR

declara, sob as penas da lei, não estar impedido de exercer atividade empresária, que não possui outro registro de empresário e requer à Junta Comercial do **ESTADO DO PARANÁ**:

CÓDIGO DO ATO	DESCRIÇÃO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO
002	ALTERAÇÃO	021	ALTERAÇÃO DE DADOS
CÓDIGO DO EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO	CÓDIGO DO EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO

NOME EMPRESARIAL: JACKSON DA ROSA ME

LOGRADOURO (rua, av, etc.)	NÚMERO
RUA TAMOIOS	785

COMPLEMENTO	BAIRRO / DISTRITO	CEP	CÓDIGO DO MUNICÍPIO (Uso da Junta Comercial)
	CENTRO	85760-000	

MUNICÍPIO	UF	PAÍS	CORREIO ELETRÔNICO (E-MAIL)
CAPANEMA	PR	BRASIL	

VALOR DO CAPITAL - R$	VALOR DO CAPITAL (por extenso)
150.000,00	CENTO E CINQUENTA MIL REAIS

CÓDIGO DE ATIVIDADE ECONÔMICA (CNAE Fiscal)	DESCRIÇÃO DO OBJETO
Atividade principal: 4120-4/00	CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS.
Atividades secundárias: 4311-8/02	PREPARAÇÃO DE CANTEIRO E LIMPEZA DE TERRENO.
4213-8/00	OBRAS DE URBANIZAÇÃO - RUAS, PRAÇAS E CALÇADAS.
4311-8/01	DEMOLIÇÃO DE EDIFÍCIOS E OUTRAS ESTRUTURAS.
4744-0/05	COMÉRCIO VAREJISTA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO.

Prefeitura Municipal de Capanema
Certifico que este documento é cópia fiel do original.
Capanema, 07 / 11 / 2012

DATA DE INÍCIO DAS ATIVIDADES	NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CNPJ	TRANSFERÊNCIA DE SEDE OU DE FILIAL DE OUTRA UF NIRE anterior	JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ (1 - SIM / 3 - NÃO)
15-06-2010	12.097.330/0001-26		

ASSINATURA DA FIRMA PELO EMPRESÁRIO (ou pelo representante/assistente/gerente): Jackson da Rosa

DATA DA ASSINATURA	ASSINATURA DO EMPRESÁRIO
21-06-2012	Jackson da Rosa

PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL

DEFERIDO.
PUBLIQUE-SE E ARQUIVE-SE.

Carla E. F. Lucatelli
RG 3.463.294-4 / PR
26/06/2012

AUTENTICAÇÃO

JUNTA COMERCIAL DO PARANA
AGENCIA REGIONAL DE CAPANEMA
CERTIFICO O REGISTRO EM: 26/06/2012
SOB NÚMERO: 20124341527
Protocolo: 12/434152-7, DE 26/06/2012
Empresa:41 1 0683222 4
JACKSON DA ROSA -ME

AGÊNCIA REGIONAL CAPANEMA PR

SEBASTIÃO MOTTA
SECRETARIO GERAL

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
Secretaria do Desenvolvimento da Produção
Departamento Nacional de Registro do Comércio

REQUERIMENTO DE EMPRESÁRIO

INSTRUÇÕES DE PREENCHIMENTO NO VERSO

JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO DE EMPRESA - NIRE DA SEDE	NIRE DA FILIAL (preencher somente se ato referente a filial)
4110683222-4	

NOME DO EMPRESÁRIO (completo sem abreviaturas)
JACKSON DA ROSA

NACIONALIDADE	ESTADO CIVIL
BRASILEIRO	Solteiro(a)

SEXO	REGIME DE BENS (se casado)
M☒ F☐	

FILHO DE (pai)	(mãe)
ARIOVALDO ROQUE DA ROSA	IVETE MARIA DA ROSA

NASCIDO EM (data de nascimento)	IDENTIDADE número	Órgão emissor	UF	CPF (número)
29-11-1978	7.512.246-2	SESP	PR	025.855.179-85

EMANCIPADO POR (forma de emancipação – somente no caso de menor)

DOMICILIADO NA (LOGRADOURO – rua, av, etc.)	NÚMERO
RUA OTÁVIO FRANCISCO DE MATTOS	644

COMPLEMENTO	BAIRRO / DISTRITO	CEP	CÓDIGO DO MUNICÍPIO (Uso da Junta Comercial)
	CENTRO	85760-000	

MUNICÍPIO	UF
CAPANEMA	PR

Declara, sob as penas da lei, não estar impedido de exercer atividade empresária, que não possui outro registro de empresário e requer à Junta Comercial do **ESTADO DO PARANÁ**:

CÓDIGO DO ATO	DESCRIÇÃO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO
002	ALTERAÇÃO	021	ALTERAÇÃO DE DADOS
CÓDIGO DO EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO	CÓDIGO DO EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO

NOME EMPRESARIAL
JACKSON DA ROSA ME

LOGRADOURO (rua, av, etc.)	NÚMERO
RUA OTÁVIO FRANCISCO DE MATTOS	644

COMPLEMENTO	BAIRRO / DISTRITO	CEP	CÓDIGO DO MUNICÍPIO (Uso da Junta Comercial)
	CENTRO	85760-000	

MUNICÍPIO	UF	PAÍS	CORREIO ELETRÔNICO (E-MAIL)
CAPANEMA	PR	BRASIL	

VALOR DO CAPITAL - R$	VALOR DO CAPITAL (por extenso)
600.000,00	SEICENTOS MIL REAIS

Prefeitura Municipal de Capanema
Certifico que este documento é cópia fiel
Capanema, 04 / 11 / 2022

CÓDIGO DE ATIVIDADE ECONÔMICA (CNAE Fiscal)	DESCRIÇÃO DO OBJETO
Atividade principal 4120-4/00	CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS.
Atividades secundárias 4311-8/02	PREPARAÇÃO DE CANTEIRO, LIMPEZA DE TERRENO E OBRAS DE TERRAPLENAGEM.
4213-8/00	OBRAS DE URBANIZAÇÃO - RUAS, PRAÇAS E CALÇADAS.
4744-0/05	COMÉRCIO VAREJISTA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO.
8130-3/00	ATIVIDADES PAISAGÍSTICAS-JARDINAMENTO
4321-5/00	INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO ELÉTRICA

DATA DE INÍCIO DAS ATIVIDADES	NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CNPJ	TRANSFERÊNCIA DE SEDE OU DE FILIAL DE OUTRA UF NIRE anterior	UF	USO DA JUNTA COMERCIAL DEPENDENTE DE AUTORIZAÇÃO GOVERNAMENTAL ☐ 1 - SIM 3 - NÃO
15-06-2010	12.097.330/0001-26			

ASSINATURA DA FIRMA PELO EMPRESÁRIO (ou pelo representante/assistente/gerente)
JACKSON DA ROSA ME

JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ

DATA DA ASSINATURA	ASSINATURA DO EMPRESÁRIO
03-02-2014	Jackson da Rosa

PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL

DEFERIDO.
PUBLIQUE-SE E ARQUIVE-SE.

Carla E.F. Lucatelli
RG.: 3.463.294-4 / PR.
07/02/2014

AUTENTICAÇÃO

JUNTA COMERCIAL DO PARANA
AGENCIA REGIONAL DE CAPANEMA
CERTIFICO O REGISTRO EM: 07/02/2014
SOB NÚMERO: 20140733868
Protocolo: 14/073386-8, DE 05/02/2014
Empresa: 41 1 0683222 4
JACKSON DA ROSA ME

SEBASTIÃO MOTTA
SECRETARIO GERAL

AGÊNCIA REGIONAL CAPANEMA - PR

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 7.512.246-2 DATA DE EXPEDIÇÃO 06/06/1995

NOME
JACKSON DA ROSA

FILIAÇÃO
ARIOVALDO ROQUE DA ROSA
IVETE MARIA DA ROSA

NATURALIDADE
CAPANEMA/PR

DATA DE NASCIMENTO
29/11/1978

DOC. ORIGEM COMARCA=CAPANEMA/PR,DA SEDE
C.NASC 1875,LIVRO=A14,FOLHA=34V

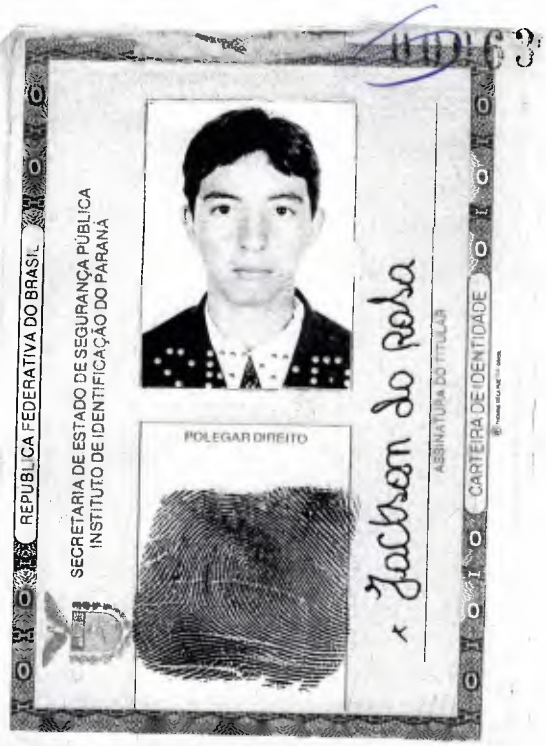
CPF

CURITIBA - PR

Bel. Renato Souza Lobo

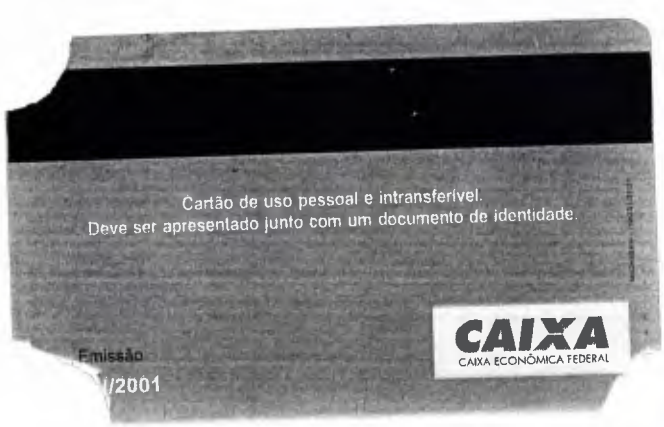
ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº7.116 DE 29/08/83



Prefeitura Municipal de Capanema
Certifico que este documento é cópia fiel
Capanema, 04 / 11 / 2022





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
12.097.330/0001-26 MATRIZ		07/06/2010

NOME EMPRESARIAL
JACKSON DA ROSA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
CONSTRUTORA E PAVIMENTADORA CAPANEMA	EPP

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
41.20-4-00 - Construção de edifícios

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
43.11-8-02 - Preparação de canteiro e limpeza de terreno
42.13-8-00 - Obras de urbanização - ruas, praças e calçadas
47.44-0-05 - Comércio varejista de materiais de construção não especificados anteriormente
81.30-3-00 - Atividades paisagísticas
43.21-5-00 - Instalação e manutenção elétrica

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
213-5 - Empresário (Individual)

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
R OTAVIO FRANCISCO DE MATTOS	644	********

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
85.760-000	CENTRO	CAPANEMA	PR

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
	(46) 9913-0785

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	07/06/2010

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
******	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **03/11/2020** às **14:51:44** (data e hora de Brasília). Página: **1/1**

632

RECEITA ESTADUAL

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA FAZENDA

Comprovante de Inscrição Cadastral - CICAD

Inscrição no CAD/ICMS	Inscrição CNPJ	Início das Atividades
90523864-78	12.097.330/0001-26	06/2010

Empresa / Estabelecimento

Nome Empresarial	JACKSON DA ROSA EPP
Título do Estabelecimento	CONSTRUTORA E PAVIMENTADORA CAPANEMA
Endereço do Estabelecimento	RUA OTAVIO FRANCISCO DE MATTOS, 644 - CENTRO - CEP 85760-000 FONE: (46) 9913-0785 - FAX: (46) 3552-1288
Município de Instalação	CAPANEMA - PR, DESDE 06/2010
	(Estabelecimento Matriz)

Qualificação

Situação Atual	ATIVO - SIMPLES NACIONAL / SIMPLES NACIONAL - DIA 03 DO MES+2, DESDE 06/2020
Natureza Jurídica	213-5 - EMPRESÁRIO (INDIVIDUAL)
Atividade Econômica Principal do Estabelecimento	4120-4/00 - CONSTRUCAO DE EDIFICIOS
Atividade(s) Econômica(s) Secundária(s) do Estabelecimento	4213-8/00 - OBRAS DE URBANIZACAO - RUAS, PRACAS E CALCADAS 4311-8/02 - PREPARACAO DE CANTEIRO E LIMPEZA DE TERRENO 4744-0/05 - COMERCIO VAREJISTA DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO NAO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE 4321-5/00 - INSTALACAO E MANUTENCAO ELETRICA

Quadro Societário

Tipo	Inscrição	Nome Completo / Nome Empresarial	Qualificação
CPF	025.855.179-85	JACKSON DA ROSA	EMPRESÁRIO

Este CICAD tem validade até 03/12/2020

Os dados cadastrais deste estabelecimento poderão ser confirmados via Internet www.fazenda.pr.gov.br

Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Receita Estadual do Paraná

CAD/ICMS Nº 90523864-78

Emitido Eletronicamente via Internet
03/11/2020 15:10:18

Dados transmitidos de forma segura
Tecnologia CELEPAR

COPEL

Copel Distribuição S.A.
José Izidoro Biazetto, 158 bl.C - Mossunguê - Curitiba PR - CEP 81200-240
CNPJ: 04.368.898/0001-06- IE 90.233.073-99 - IM 423.992-4

www.copel.com
0800 51 00 116

JACKSON DA ROSA
R OTAVIO FRANCISCO DE MATTOS, 644
SANTO EXPEDITO - CAPANEMA - PR - CEP: 85760-000

81680 01 004 202801
CPF 025.855.179-85

Mês de referência	Unidade Consumidora
Outubro/2020	78586020
Vencimento	**VALOR A PAGAR**
04/11/2020	R$ 541,41

FAT-01-20209632513010-26

Responsabilidade da Manutenção de Ilumina Pública: Municipio 4635521321

DENUNCIE FURTO DE FIOS! LIGUE 181.

Informações Técnicas

N° Medidor: MD 0292340159 - TRIFASICO

Reside/Residencial

Leitura Anterior	Leitura Atual	Medido	Constante de Multiplicação	Total Faturado	Consumo Médio Diário	Data de Emissão	Próxima Leitura Prevista
11/09/2020 46951	13/10/2020 47624	32 dias 673 kWh	1	673 kWh	21,03 kWh	15/10/2020	12/11/2020

Histórico de Consumo e Pagamento

Mês	kWh	Dt.Pgto.	Valor
09/2020	386	05/10/2020	26,69
08/2020	369	04/09/2020	304,88
07/2020	373	13/08/2020	212,20
06/2020	417	12/06/2020	0,00
05/2020	412	04/06/2020	368,80
04/2020	552	04/05/2020	469,48
03/2020	546	15/04/2020	465,61
02/2020	764	04/03/2020	669,60
01/2020	597	04/02/2020	528,98
12/2019	529	16/01/2020	472,91
11/2019	548	13/12/2019	505,65
10/2019	521	08/11/2019	486,39

Informações Suplementares

	Tarifas
ENERGIA ELET CONSUMO	0,512770

Tensão Contratada: 127/220 volts
Limite AdequadoTensão: 117 a 133/202 a 231 volts

Reaviso de Vencimento

Valores Faturados

NOTA FISCAL/CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA N° 159.579.378 - SÉRIE B
Emitida em 15/10/2020

Produto Descrição	Un.	Consumo	Valor Unitário	Valor Total	Base Cálc.	Aliq. ICMS
ENERGIA ELETRICA CONSUMO	kWh	673	0,748886	504,00	504,00	29,00%
CONT ILUMIN PUBLICA MUNICIPIO				37,41		

Pago

Prefeitura Municipal de Capanema
Certifico que este documento é cópia fiel do original.
Capanema, 04 / 11 / 2020

Base de Cálculo do ICMS	Valor ICMS	Valor Total da Nota Fiscal
504,00	146,15	541,41

Reservado ao Fisco

361B.6739.5A9A.65F0.3D4D.3265.C5E1.73DD

INCLUSO NA FATURA PIS R$2,27 E COFINS R$10,50 CONFORME RES. ANEEL 130/2005.
FATURA DO MES 09/2020 ARRECADADA POR DEBITO AUTOMATICO
A PARTIR DE 01/10/2020 - PIS/PASEP 0,76% e COFINS 3,51%.
A qualquer tempo pode ser solicitado o cancelamento de valores não relacionados à prestação do serviço de energia elétrica, como convênios e doações.
DENUNCIE O FURTO DE FIOS! LIGUE 181.
Atraso superior a 45dias sujeita inclusão no cadastro de inadimplentes CADIN/PR
Agora é possível recorrer à Ouvidoria da Copel pelo Site ou Mobile.
Periodos Band.Tarif.: Verde:12/09-13/10

Autenticação Mecânica

78586020

Mês
10/2020

Vencimento
04/11/2020

Valor a Pagar
541,41

COPEL

83690000005 7 41410111000 8 00101020209 9 63251301026 4

NÃO RECEBER - DÉBITO AUTOMÁTICO - BANCO - 756 - AGÊNCIA - 4342

Município de Capanema

ESTADO DO PARANÁ
75.972.760/0001-60
AV GOV.PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA, 1080 - CENTRO - CAPANEMA - PR

ALVARÁ Nº 0065/2010

O Município de Capanema, conforme protocolo nº 63109/2014 de 05 de Março de 2014 concede alvará de licença para localização a:

Nome: **JACKSON DA ROSA - ME**
CNPJ/CPF: 12.097.330/0001-26 **Inscrição Municipal:** 32166
Nome Fantasia: CONSTRUTORA E PAVIMENTADORA CAPANEMA EPP

Localização: R OTAVIO FRANCISCO DE MATTOS, 644 - CENTRO CEP: 85760000 Capanema - PR

Atividades
4120-4/00 - Construção de edifícios.
4213-8/00 - Obras de urbanização - ruas, praças e calçadas.
4311-8/02 - Preparação de canteiro e limpeza de terreno.
4321-5/00 - Instalação e manutenção elétrica.
4744-0/05 - Comércio varejista de materiais de construção não especificados anteriormente.
8130-3/00 - Atividades paisagísticas.

Horário de funcionamento Comercio e prestadores de servicos
Segunda à Sexta das 07:30 às 20:00
Sábado das 07:30 às 13:00

Este Alvará possui validade INDETERMINADA somente para a LOCALIZAÇÃO e ATIVIDADES acima descritas.

Observações:

1 - O Contribuinte deve manter o presente Alvará de Licença, em lugar bem visível e o exibirá a autoridade competente sempre que esta o exigir. - Código de Posturas - Lei 03/1970 - Artigo 213.
2 - Será exigida renovação de licença sempre que ocorrer mudanças de ramo de atividade, modificações nas características do estabelecimento ou transferência de local.
3 - Nos casos de alterações tais como: encerramento, mudanças de endereço, razão social, ramos de atividade, etc. O contribuinte será obrigado a comunicar a Prefeitura dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias.

IMPORTANTE:
- Evite multas, auditorias, fiscalização especial e outros aborrecimentos mantendo em dia sua situação perante o fisco. Futuramente você precisará de certidões para fins de aposentadoria, auxílios, pensão, etc. Zele pelo seu futuro.

Capanema,03 de Novembro de 2020

Autenticação: .

Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Receita Estadual do Paraná

Certidão Negativa

de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual
Nº 022889929-31

Certidão fornecida para o CNPJ/MF: **12.097.330/0001-26**
Nome: **JACKSON DA ROSA EPP**

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

Obs.: Esta Certidão engloba todos os estabelecimentos da empresa e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

Válida até 03/03/2021 - Fornecimento Gratuito

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet
www.fazenda.pr.gov.br

Emitido via Internet Pública (03/11/2020 15:38:56)

636

Município de Capanema
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE TRIBUTAÇÃO

CERTIDÃO Positiva com efeito de negativa

IMPORTANTE:

1. FICA RESSALVADO O DIREITO DA FAZENDA MUNICIPAL COBRAR DÉBITOS CONSTATADOS POSTERIORMENTE MESMO REFERENTE AO PERÍODO COMPREENDIDO NESTA CERTIDÃO.
2. A PRESENTE CERTIDÃO TEM VALIDADE ATÉ **04/01/2021**, SEM RASURAS E NO ORIGINAL.

Positiva com efeito de negativa Nº: 7003/2020

FINALIDADE: VERIFICAÇÃO
RAZÃO SOCIAL: JACKSON DA ROSA - ME
ENDEREÇO:R OTAVIO FRANCISCO DE MATTOS, 644 - CENTRO CEP: 85760000 Capanema - PR

CONTROLE	CNPJ/CPF		ALVARÁ
32166	12.097.330/0001-26	INSCRIÇÃO ESTADUAL	0065

CNAE / ATIVIDADES

Construção de edifícios, Obras de urbanização - ruas, praças e calçadas, Preparação de canteiro e limpeza de terreno, Instalação e manutenção elétrica, Comércio varejista de materiais de construção não especificados anteriormente, Atividades paisagísticas

Certidão emitida no dia **Capanema, 05 de Novembro de 2020.**
CÓDIGO DE AUTENTICAÇÃO: **9ZTMH282QEM2X4X829RC**

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: JACKSON DA ROSA
CNPJ: 12.097.330/0001-26

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e

2. constam nos sistemas da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) débitos inscritos em Dívida Ativa da União (DAU) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 do CTN, ou garantidos mediante bens ou direitos, ou com embargos da Fazenda Pública em processos de execução fiscal, ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal.

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 14:34:18 do dia 05/11/2020 <hora e data de Brasília>.
Válida até 04/05/2021.
Código de controle da certidão: **A445.8900.FAE9.CEF8**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: JACKSON DA ROSA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 12.097.330/0001-26
Certidão nº: 28448934/2020
Expedição: 03/11/2020, às 15:48:05
Validade: ~~01/05/2021~~ - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **JACKSON DA ROSA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **12.097.330/0001-26, NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.

Voltar | Imprimir

CAIXA
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 12.097.330/0001-26
Razão Social: JACKSON DA ROSA EPP
Endereço: RUA TAMOIOS 785 / CENTRO / CAPANEMA / PR / 85760-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade:02/11/2020 a 01/12/2020

Certificação Número: 2020110201394279307839

Informação obtida em 04/11/2020 11:19:49

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

JACKSON DA ROSA

Rua Otávio Francisco de Mattos, nº. 644, Centro, Capanema/PR

CNPJ: 12.097.330/0001-26

E-mail: construtoraterraplanagem.capanema@hotmail.com Tel.: (46)99913-0785

ANEXO VI

DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE VISITA TÉCNICA

Concorrência nº 02/2020

Objeto: CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE TERRENOS E BARRACÕES, DESTINADOS À INSTALAÇÃO DE EMPRESAS DE QUALQUER NATUREZA, OBSERVADOS OS CRITÉRIOS E PREFERÊNCIAS DO TERMO DE REFERÊNCIA, VISANDO ESTIMULAR À GERAÇÃO DO EMPREGO E RENDA NO ÂMBITO MUNICIPAL, EM CONFORMIDADE COM A LEI MUNICIPAL Nº 1.745/2020.

Nome da Empresa: JACKSON DA ROSA

CNPJ nº: 12.097.330/0001-26

Endereço Completo: Rua Otávio Francisco de Mattos, nº644, Centro, Capanema/PR

Fone: (46)99913-0785

E-mail: construtoraterraplanagem.capanema@hotmail.com

O representante legal/contratual da JACKSON DA ROSA, o Sr. JACKSON DA ROSA, DECLARA que renuncia a Visita Técnica aos locais e/ou instalações do objeto licitado, de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades do imóvel, assumindo total responsabilidade por este fato e informando que não o utilizará para quaisquer questionamentos futuros que ensejem evenças técnicas e ou financeira para com a concedente.

Capanema/PR, 03 de Novembro de 2020.

JACKSON DA ROSA

Jackson da Rosa
Sócio Administrador

12.097.330/0001-26
Jackson da Rosa - EPP
R. Otavio Francisco de Mattos, 644 - Centro
85760-000 - CAPANEMA - PR

JACKSON DA ROSA

Fls 641

Rua Otávio Francisco de Mattos, nº. 644, Centro, Capanema/PR

CNPJ: 12.097.330/0001-26

E-mail: construtoraterraplanagem.capanema@hotmail.com Tel.: (46)99913-0785

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE CONCORDÂNCIA COM O EDITAL

JACKSON DA ROSA, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob n° 12.097.330/0001-26 , DECLARA, para fins do disposto neste Edital, que:

a) está de acordo em explorar a sua atividade em um dos imóveis em que está competindo, constantes no Termo de Referência desta licitação;

b) tem disponibilidade imediata dos equipamentos e utensílios necessários para exploração do barracão;

c) não empregará menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregará menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz (X)

OBS: em caso de afirmativo, assinalar a ressalva acima.

d) se instalará e iniciará as atividades dentro do prazo não superior a 120 (cento e vinte) dias a contar do dia 1º de janeiro de 2021, podendo esse prazo ser prorrogado, havendo justificativa, por escrito e aceito pelo CONCEDENTE;

e) possui aptidão para o desempenho da atividade pertinente e compatível com o objeto da Licitação;

Capanema/PR, 03 de Novembro de 2020.

JACKSON DA ROSA

12.097.330/0001-26
Jackson da Rosa - EPP
R. Otavio Francisco de Mattos, 644 - Centro
85760-000 - CAPANEMA - PR

Jackson da Rosa
Sócio Administrador

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 7.512.246-2

DATA DE EXPEDIÇÃO 06/06/1995

NOME
JACKSON DA ROSA

FILIAÇÃO
ARIOVALDO ROQUE DA ROSA
IVETE MARIA DA ROSA

NATURALIDADE
CAPANEMA/PR

DATA DE NASCIMENTO
29/11/1978

DOC ORIGEM COMARCA=CAPANEMA/PR.DA SEDE
C.NASC 1875.LIVRO=A14,FOLHA=34V

CPF

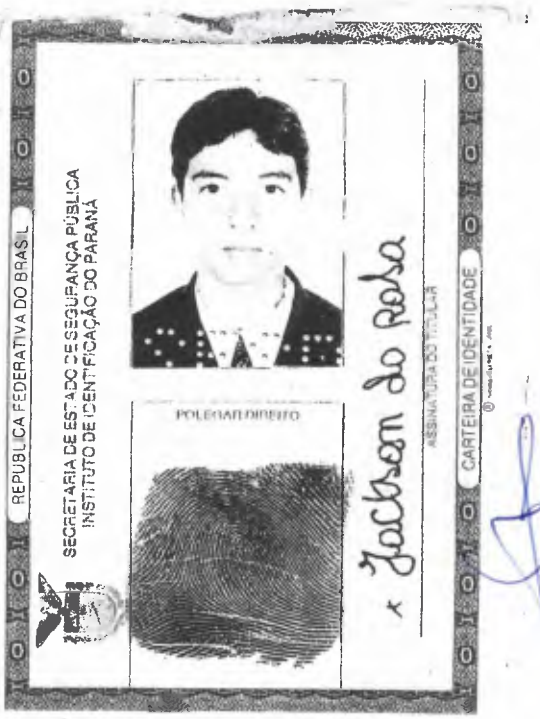
CURITIBA - PR

Renato Souza Lobo

Bel. Renato Souza Lobo

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83



Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
Secretaria do Desenvolvimento da Produção
Departamento Nacional de Registro do Comércio

REQUERIMENTO DE EMPRESÁRIO

INSTRUÇÕES DE PREENCHIMENTO NO VERSO

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO DE EMPRESA - NIRE DA SEDE	NIRE DA FILIAL (preencher somente se ato referente a filial)
	0643

NOME DO EMPRESÁRIO (completo sem abreviaturas): JACKSON DA ROSA

NACIONALIDADE	ESTADO CIVIL
BRASILEIRO	Solteiro(a)

SEXO	REGIME DE BENS (se casado)
M☒ F☐	

FILHO DE (pai)	(mãe)
ARIOVALDO ROQUE DA ROSA	IVETE MARIA DA ROSA

NASCIDO EM (data de nascimento)	IDENTIDADE número	Órgão emissor	UF	CPF (número)
29-11-1978	7.512.246-2	SESP	PR	025.855.179-85

EMANCIPADO POR (forma de emancipação – somente no caso de menor):

DOMICILIADO NA (LOGRADOURO – rua, av., etc.)	NÚMERO
RUA TAMOIOS	785

COMPLEMENTO	BAIRRO / DISTRITO	CEP	CÓDIGO DO MUNICÍPIO (Uso da Junta Comercial)
	CENTRO	85760-000	

MUNICÍPIO	UF
CAPANEMA	PR

declara, sob as penas da lei, não estar impedido de exercer atividade empresária, que não possui outro registro de empresário e requer à Junta Comercial do ESTADO DO PARANÁ:

CÓDIGO DO ATO	DESCRIÇÃO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO
080	INSCRIÇÃO		
CÓDIGO DO EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO	CÓDIGO DO EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO

NOME EMPRESARIAL: JACKSON DA ROSA

LOGRADOURO (rua, av, etc.)	NÚMERO
RUA TAMOIOS	785

COMPLEMENTO	BAIRRO / DISTRITO	CEP	CÓDIGO DO MUNICÍPIO (Uso da Junta Comercial)
	CENTRO	85760-000	

MUNICÍPIO	UF	PAÍS	CORREIO ELETRÔNICO (E-MAIL)
CAPANEMA	PR	BRASIL	

VALOR DO CAPITAL - R$	VALOR DO CAPITAL (por extenso)
30.000,00	TRINTA MIL REAIS

CÓDIGO DE ATIVIDADE ECONÔMICA (CNAE Fiscal)	DESCRIÇÃO DO OBJETO
Atividade principal: 4120-4/00	CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS
Atividades secundárias: 4311-8/02	PREPARAÇÃO DE CANTEIRO E LIMPEZA DE TERRENO
4213-8/00	OBRAS DE URBANIZAÇÃO - RUAS, PRAÇAS E CALÇADAS
4311-8/01	DEMOLIÇÃO DE EDIFÍCIOS E OUTRAS ESTRUTURAS

07 / 11 / 20

DATA DE INÍCIO DAS ATIVIDADES	NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CNPJ	TRANSFERÊNCIA DE SEDE OU DE FILIAL DE OUTRA UF NIRE anterior	UF	USO DA JUNTA COMERCIAL DEPENDENTE DE AUTORIZAÇÃO GOVERNAMENTAL ☐ 1 - SIM 3 - NÃO
15-06-2010				

ASSINATURA DA FIRMA PELO EMPRESÁRIO (ou pelo representante/assistente/gerente): Jackson da Rosa

DATA DA ASSINATURA	ASSINATURA DO EMPRESÁRIO
28-05-2010	Jackson da Rosa

PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL

DEFERIDO.
PUBLIQUE-SE E ARQUIVE-SE.

JACKSON [illegible] MACHADO PINTO
[illegible] 8.379.982-7

07/06/10

JUNTA COMERCIAL DO PARANA
AGENCIA REGIONAL DE FRANCISCO BELTRAO
CERTIFICO O REGISTRO EM: 07/06/2010
SOB NÚMERO: 41106832224
Protocolo: 10/575108-1, DE 02/06/2010

JACKSON DA ROSA

LUIZ CARLOS SALVARO
SECRETARIO GERAL

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
Secretaria do Desenvolvimento da Produção
Departamento Nacional de Registro do Comércio

REQUERIMENTO DE EMPRESÁRIO

INSTRUÇÕES DE PREENCHIMENTO NO VERSO

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO DE EMPRESA - NIRE DA SEDE	NIRE DA FILIAL (preencher somente se ato referente a filial)
4110683222-4	

NOME DO EMPRESÁRIO (completo sem abreviaturas): JACKSON DA ROSA

NACIONALIDADE	ESTADO CIVIL
BRASILEIRO	Solteiro(a)

SEXO	REGIME DE BENS (se casado)
M☒ F☐	

FILHO DE (pai)	(mãe)
ARIOVALDO ROQUE DA ROSA	IVETE MARIA DA ROSA

NASCIDO EM (data de nascimento)	IDENTIDADE número	Órgão emissor	UF	CPF (número)
29-11-1978	7.512.246-2	SESP	PR	025.855.179-85

EMANCIPADO POR (forma de emancipação – somente no caso de menor):

DOMICILIADO NA (LOGRADOURO – rua, av, alc.)	NÚMERO
RUA TAMOIOS	785

COMPLEMENTO	BAIRRO / DISTRITO	CEP	CÓDIGO DO MUNICÍPIO (Uso da Junta Comercial)
	CENTRO	85760-000	

MUNICÍPIO	UF
CAPANEMA	PR

declara, sob as penas da lei, não estar impedido de exercer atividade empresária, que não possui outro registro de empresário e requer à Junta Comercial do ESTADO DO PARANÁ:

CÓDIGO DO ATO	DESCRIÇÃO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO
002	ALTERAÇÃO	021	ALTERAÇÃO DE DADOS
CÓDIGO DO EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO	CÓDIGO DO EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO

NOME EMPRESARIAL: JACKSON DA ROSA ME

LOGRADOURO (rua, av, etc.)	NÚMERO
RUA TAMOIOS	785

COMPLEMENTO	BAIRRO / DISTRITO	CEP	CÓDIGO DO MUNICÍPIO (Uso da Junta Comercial)
	CENTRO	85760-000	

MUNICÍPIO	UF	PAÍS	CORREIO ELETRÔNICO (E-MAIL)
CAPANEMA	PR	BRASIL	

VALOR DO CAPITAL - R$	VALOR DO CAPITAL (por extenso)
150.000,00	CENTO E CINQUENTA MIL REAIS

CÓDIGO DE ATIVIDADE ECONÔMICA (CNAE Fiscal)	DESCRIÇÃO DO OBJETO
Atividade principal: 4120-4/00	CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS.
Atividades secundárias: 4311-8/02	PREPARAÇÃO DE CANTEIRO E LIMPEZA DE TERRENO.
4213-8/00	OBRAS DE URBANIZAÇÃO - RUAS, PRAÇAS E CALÇADAS.
4311-8/01	DEMOLIÇÃO DE EDIFÍCIOS E OUTRAS ESTRUTURAS.
4744-0/05	COMÉRCIO VAREJISTA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO.

DATA DE INÍCIO DAS ATIVIDADES	NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CNPJ	TRANSFERÊNCIA DE SEDE OU DE FILIAL DE OUTRA UF NIRE anterior	JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ	MPE 1 - SIM 3 - NÃO
15-06-2010	12.097.330/0001-26			

ASSINATURA DA FIRMA PELO EMPRESÁRIO (ou pelo representante/assistente/gerente): Jackson da Rosa

DATA DA ASSINATURA	ASSINATURA DO EMPRESÁRIO
21-06-2012	Jackson da Rosa

PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL

DEFERIDO.
PUBLIQUE-SE E ARQUIVE-SE.
Carla E. F. Lucatelli
RG 3.463.294-4 / PR
26/06/2012

AUTENTICAÇÃO

JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ
AGENCIA REGIONAL DE CAPANEMA
CERTIFICO O REGISTRO EM: 26/06/2012
SOB NÚMERO: 20124341527
Protocolo: 12/434152-7, DE 26/06/2012
Empresa:41 1 0683222 4
JACKSON DA ROSA -ME

AGÊNCIA REGIONAL CAPANEMA PR

SEBASTIÃO MOTTA
SECRETARIO GERAL

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
Secretaria do Desenvolvimento da Produção
Departamento Nacional de Registro do Comércio

REQUERIMENTO DE EMPRESÁRIO

INSTRUÇÕES DE PREENCHIMENTO NO VERSO

JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO DE EMPRESA - NIRE DA SEDE	NIRE DA FILIAL (preencher somente se ato referente a filial)
4110683222-4	

NOME DO EMPRESÁRIO (completo sem abreviaturas): JACKSON DA ROSA

NACIONALIDADE	ESTADO CIVIL
BRASILEIRO	Solteiro(a)

SEXO	REGIME DE BENS (se casado)
M☒ F☐	

FILHO DE (pai)	(mãe)
ARIOVALDO ROQUE DA ROSA	IVETE MARIA DA ROSA

NASCIDO EM (data de nascimento)	IDENTIDADE número	Órgão emissor	UF	CPF (número)
29-11-1978	7.512.246-2	SESP	PR	025.855.179-85

EMANCIPADO POR (forma de emancipação – somente no caso de menor):

DOMICILIADO NA (LOGRADOURO – rua, av, etc.)	NÚMERO
RUA OTÁVIO FRANCISCO DE MATTOS	644

COMPLEMENTO	BAIRRO / DISTRITO	CEP	CÓDIGO DO MUNICÍPIO (Uso da Junta Comercial)
	CENTRO	85760-000	

MUNICÍPIO	UF
CAPANEMA	PR

Declara, sob as penas da lei, não estar impedido de exercer atividade empresária, que não possui outro registro de empresário e requer à Junta Comercial do ESTADO DO PARANÁ:

CÓDIGO DO ATO	DESCRIÇÃO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO
002	ALTERAÇÃO	021	ALTERAÇÃO DE DADOS
CÓDIGO DO EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO	CÓDIGO DO EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO

NOME EMPRESARIAL: JACKSON DA ROSA ME

LOGRADOURO (rua, av, etc.)	NÚMERO
RUA OTÁVIO FRANCISCO DE MATTOS	644

COMPLEMENTO	BAIRRO / DISTRITO	CEP	CÓDIGO DO MUNICÍPIO (Uso da Junta Comercial)
	CENTRO	85760-000	

MUNICÍPIO	UF	PAÍS	CORREIO ELETRÔNICO (E-MAIL)
CAPANEMA	PR	BRASIL	

VALOR DO CAPITAL - R$	VALOR DO CAPITAL (por extenso)
600.000,00	SEICENTOS MIL REAIS

CÓDIGO DE ATIVIDADE ECONÔMICA (CNAE Fiscal)	DESCRIÇÃO DO OBJETO
Atividade principal 4120-4/00	CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS.
Atividades secundárias 4311-8/02	PREPARAÇÃO DE CANTEIRO, LIMPEZA DE TERRENO E OBRAS DE TERRAPLENAGEM.
4213-8/00	OBRAS DE URBANIZAÇÃO - RUAS, PRAÇAS E CALÇADAS.
4744-0/05	COMÉRCIO VAREJISTA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO.
8130-3/00	ATIVIDADES PAISAGÍSTICAS-JARDINAMENTO
4321-5/00	INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO ELÉTRICA

DATA DE INÍCIO DAS ATIVIDADES	NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CNPJ	TRANSFERÊNCIA DE SEDE OU DE FILIAL DE OUTRA UF / NIRE anterior	UF	USO DA JUNTA COMERCIAL
15-06-2010	12.097.330/0001-26			DEPENDENTE DE AUTORIZAÇÃO GOVERNAMENTAL ☐ 1 - SIM 3 - NÃO

ASSINATURA DA FIRMA PELO EMPRESÁRIO (ou pelo representante/assistente/gerente): JACKSON DA ROSA ME

JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ

DATA DA ASSINATURA	ASSINATURA DO EMPRESÁRIO
03-02-2014	Jackson da Rosa

PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL

DEFERIDO.
PUBLIQUE-SE E ARQUIVE-SE.

Carla E.F. Lucatelli
RG - 3.463.294-4 / PR.
07/02/2014

AUTENTICAÇÃO

JUNTA COMERCIAL DO PARANA
AGENCIA REGIONAL DE CAPANEMA
CERTIFICO O REGISTRO EM: 07/02/2014
SOB NÚMERO: 20140733868
Protocolo: 14/073386-8, DE 05/02/2014
Empresa: 41 1 0683222 4
JACKSON DA ROSA ME

SEBASTIÃO MOTTA
SECRETARIO GERAL

AGÊNCIA REGIONAL CAPANEMA - PR

JACKSON DA ROSA

646

Rua Otávio Francisco de Mattos, nº. 644, Centro, Capanema/PR

CNPJ: 12.097.330/0001-26

E-mail: construtoraterraplanagem.capanema@hotmail.com Tel.: (46)99913-0785

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE CONCORDÂNCIA COM O EDITAL

JACKSON DA ROSA, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob n° 12.097.330/0001-26 , DECLARA, para fins do disposto neste Edital, que:

a) está de acordo em explorar a sua atividade em um dos imóveis em que está competindo, constantes no Termo de Referência desta licitação;

b) tem disponibilidade imediata dos equipamentos e utensílios necessários para exploração do barracão;

c) não empregará menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregará menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz (X)

OBS: em caso de afirmativo, assinalar a ressalva acima.

d) se instalará e iniciará as atividades dentro do prazo não superior a 120 (cento e vinte) dias a contar do dia 1º de janeiro de 2021, podendo esse prazo ser prorrogado, havendo justificativa, por escrito e aceito pelo CONCEDENTE;

e) possui aptidão para o desempenho da atividade pertinente e compatível com o objeto da Licitação;

Capanema/PR, 03 de Novembro de 2020.

Jackson da Rosa

JACKSON DA ROSA

Jackson da Rosa
Sócio Administrador

12.097.330/0001-26

Jackson da Rosa - EPP

R. Otavio Francisco de Mattos, 644 -
Centro
85760-000 - CAPANEMA - PR

JACKSON DA ROSA

647

Rua Otávio Francisco de Mattos, nº. 644, Centro, Capanema/PR

CNPJ: 12.097.330/0001-26

E-mail: construtoraterraplanagem.capanema@hotmail.com Tel.: (46)99913-0785

ANEXO IV - PROPOSTA

( ) Proposta os itens relacionados aos imóveis com barracões.

(x) Proposta para os itens relacionados aos imóveis sem barracões.

NOME DA PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA: JACKSON DA ROSA

CPF OU CNPJ: 12.097.330/0001-26

01 - Descrição clara e objetiva do ramo de atividade empresarial a ser desenvolvido no imóvel:

Construtora construção civil, reforma, ampliar, terraplanagem, venda de horas maquinas,
locação de maquinas, venda de matérias de construção, venda de terra, venda de pedra,
fornecimento e mão de obra, metalúrgica e Pré-moldados, jardinagem, elétrica, esgotos.
CNAE: 41.20-4-00 - Construção de edifícios
43.11-8-02 - Preparação de canteiro e limpeza de terreno
42.13-8-00 - Obras de urbanização - ruas, praças e calçadas
47.44-0-05 - Comércio varejista de materiais de construção não especificados anteriormente
81.30-3-00 - Atividades paisagísticas
43.21-5-00 - Instalação e manutenção elétrica

02 - Matéria prima a ser utilizada:

Óleo Diesel, Terra, Pedra, peças, areia, tijolos, cimentos, telhas, ferragem, acabamentos,
Aberturas, cerâmicas, madeiras, pneus, mão de obra qualificada, equipamentos elétricos,
Equipamentos de esgoto, hidráulicos, insumos.

12.097.330/0001-26

Jackson da Rosa - EPP

R. Otavio Francisco de Mattos, 644 - Centro

85760-000 - CAPANEMA - PR

03 - Capacidade produtiva/comercial da unidade a ser instalada:

Terraplanagem em gera , venda de horas maquinas de construção venda de terra, pedras,
Construção civil, reforma, ampliações metalúrgica, instalações elétricas, fornecimento e mão
De obra para diversas áreas.
No ano de 2019 a empresa teve um faturamento de R$ 549.900,44 entre vendas de produtos

Jackson da Rosa
Sócio Administrador

JACKSON DA ROSA

Rua Otávio Francisco de Mattos, nº. 644, Centro, Capanema/PR

CNPJ: 12.097.330/0001-26

E-mail: construtoraterraplanagem.capanema@hotmail.com Tel.: (46)99913-0785

e serviços, a capacidade produtiva a ser instalada na unidade será de pelo menos 100% a mais do faturamento mencionado anteriormente.

04 - Mercado consumidor potencial:

A empresa tem como seus consumidores potenciais, pessoas em geral, prefeituras, agricultores, pessoas físicas e jurídicas.
Tendo como mercado potencial que a empresa irá consumir os itens: Óleo diesel, peças, pneus, mecânica, materiais de construção, materiais elétricos, ferragem, Mão de obra em geral, acabamentos, terra, pedras, cascalho, materiais de esgotos, artefatos, De cimento equipamentos, maquinas pesadas de construção, maquinas de compactação, Pavers.

05 - Previsão de faturamento, custos, despesas e retorno dos investimentos:

A empresa crê em faturamento de R$600.000,00 (Seiscentos mil reais) a R$2.500.000,00 (Dois milhões e quinhentos mil reais).
Tendo como Custo 75% do faturamento da empresa, incluindo –se também despesas diversas combustível, mecânica, peças, telefone, internet, entre outros.
Esperamos ter um retorno do capital investido bem como dos lucros calculados para assim poder investir ainda mais e crescer como empresa.

06 - Relação da infraestrutura, equipamentos e instalações necessárias ao funcionamento do projeto global, acompanhada de orçamento discriminado:

Pá Carregadeira R$280.000,00
Retroescavadeira R$180.000,00
Escavadeira Hidráulica R$480.000,00
Trator de esteira R$150.000,00
Caminhão Caçamba R$150.000,00
Caminhão Caçamba R$90.000,00
Caminhão Prancha R$170.000,00
Carros Pequenos R$120.000,00
Construção de Murros no terreno R$170.000,00
Construção de Barracão incluindo, escritório, oficina R$299.580,17
Demais equipamentos R$150.000,00
Estoque de materiais de construção R$200.000,00

12.097.330/0001-26
Jackson da Rosa - EPP
R. Otavio Francisco de Mattos, 644 - Centro
85760-000 - CAPANEMA - PR

07 - Previsão de investimentos próprios:

R$469.580,17 de capital investido na construção do barracão e de murros, os demais equipamentos e os materiais de construção para execução de nossos serviços inicialmente já possuímos.

Jackson da Rosa
Sócio Administrador

JACKSON DA ROSA

649

Rua Otávio Francisco de Mattos, nº. 644, Centro, Capanema/PR

CNPJ: 12.097.330/0001-26

E-mail: construtoraterraplanagem.capanema@hotmail.com Tel.: (46)99913-0785

08 - Viabilidade econômica do projeto:

A empresa por estar já consolidada no mercado local e região, tem sua viabilidade estruturada restando assim somente agregar ainda mais a geração de renda, impostos, emprego, alavancar ainda mais as atividades empresarias e econômica e social de nosso município.

09 - Compromissos assumidos pela proponente:

a) cumprir todas as obrigações previstas no Termo de Referência, no edital e na minuta do contrato da licitação Concorrência 02/2020.

b) contratar, preferencialmente, pessoas que sejam domiciliados no Município de Capanema/PR.

10 - DA OFERTA:

CRITÉRIO	PROPOSTA DA EMPRESA
Empregabilidade (em número de empregos diretos gerados no prazo de 6 meses).	10 empregos
Valor do investimento privado no empreendimento a ser instalado no imóvel - R$	R$2.439.580,17 (dois milhões quatrocentos e trinta e nove mil quinhentos e oitenta reais com dezessete centavos)
Prazo para conclusão das obras / prazo para aplicação total dos investimentos	Até 60 meses
Faturamento Anual (média dos últimos 3 anos)	R$426.273,08
Tempo de constituição da empresa OU residência do sócio majoritário no Município de Capanema (somente dados do sócio mais antigo)	Abertura da empresa 2010
Capacidade do empreendimento gerar uma cadeia de produção e/ou empregos indiretos no Município de Capanema/PR	Até 30 empregos indiretos, dependendo dos contratos de trabalho firmado da empresa, no decorrer dos anos.

Capanema/PR, 03 de Novembro de 2020.

JACKSON DA ROSA

Jackson da Rosa
Sócio Administrador

12.097.330/0001-26
Jackson da Rosa - EPP
R. Otavio Francisco de Mattos, 644 - Centro
85760-000 - CAPANEMA - PR

JACKSON DA ROSA

000650

Rua Otávio Francisco de Mattos, nº. 644, Centro, Capanema/PR

CNPJ: 12.097.330/0001-26

E-mail: construtoraterraplanagem.capanema@hotmail.com Tel.: (46)99913-0785

DECLARAÇÃO

A empresa **JACKSON DA ROSA**, inscrita no CNPJ sob nº 12.097.330/0001-26, estabelecida nesta cidade de Capanema-PR, através de seu representante abaixo assinado, DECLARA para os devidos fins e a quem interessar possa que em virtude da PANDEMIA desde abril/2020 os colaboradores se encontram com sua jornada de trabalho reduzida (LEI 10.422/20), deste modo apresentamos a GFIP outubro/2020.

Por ser verdade, para que surte seus efeitos legais, vai devidamente datada e assinada.

Capanema/PR, 11 de Novembro de 2020.

Jackson da Rosa

JACKSON DA ROSA

Jackson da Rosa
Sócio Administrador

12.097.330/0001-26

Jackson da Rosa - EPP

R. Otavio Francisco de Mattos, 644 -
Centro
85760-000 - CAPANEMA - PR

RELAÇÃO DOS TRABALHADORES CONSTANTES NO ARQUIVO SEFIP
MODALIDADE : "BRANCO"-RECOLHIMENTO AO FGTS E DECLARAÇÃO À PREVIDÊNCIA

858300000009 889001802014 107646180812 209733000017

EMPRESA: JACKSON DA ROSA — INSCRIÇÃO: 12.097.330/0001-26
COMP: 10/2020 COD REC:150 COD GPS: 2003 FPAS: 515 OUTRAS ENT: SIMPLES: 2 RAT: 0,0 FAP: 1,00 RAT AJUSTADO: 0,00
TOMADOR/OBRA: CONSTRUTORA NORBERTO ODEBRECHT S A — INSCRIÇÃO: 15.102.288/0329-71

NOME TRABALHADOR		PIS/PASEP/CI	ADMISSÃO	CAT	OCOR	DATA/COD MOVIMENTAÇÃO	CBO
REM SEM 13° SAL	REM 13°SAL	BASE CÁL 13°SAL PREV SOC	CONTRIB SEG DEVIDA			DEPÓSITO	JAM
		BASE CÁL PREV SOCIAL					
GEAN LUCAS DA ROSA		161.84027.83-3	09/05/2019	01			07152
540,00	0,00	0,00	40,50			43,20	0,00
MARCELO CABRAL RAMBO		164.96953.39-3	08/05/2019	01			08621
571,28	0,00	0,00	42,84			45,70	0,00
TOTAIS DA EMPRESA/TOMADOR							
1.111,28	0,00	0,00	83,34			88,90	0,00

RELAÇÃO DOS TRABALHADORES CONSTANTES NO ARQUIVO SEFIP
RESUMO DO FECHAMENTO - TOMADOR DE SERVIÇOS/OBRA
MODALIDADE : "BRANCO"-RECOLHIMENTO AO FGTS E DECLARAÇÃO À PREVIDÊNCIA
858300000009 889001802014 107646180812 209733000017

N° ARQUIVO: LXGRwFHWyBp0000-7
EMPRESA: JACKSON DA ROSA — INSCRIÇÃO: 12.097.330/0001-26
COMP: 10/2020 COD REC: 150 COD GPS: 2003 FPAS: 515 OUTRAS ENT: SIMPLES: 2 RAT: 0.0 — FAP: 1.00 RAT AJUSTADO: 0.00
TOMADOR/OBRA: CONSTRUTORA NORBERTO ODEBRECHT S A — N° DE CONTROLE: A8S3RxqQFNz0000-5 — INSCRIÇÃO: 15.102.288/0329-71
LOGRADOURO: RUA OTAVIO FRANCISCO DE MATTOS 644 — BAIRRO: CENTRO — CNAE PREPONDERANTE: 4120400
CIDADE: CAPANEMA — UF: PR — CEP: 85760-000 — CNAE: 4120400

CAT	QUANT	REMUNERAÇÃO SEM 13°	REMUNERAÇÃO 13°	BASE CÁL PREV SOC	BASE CÁL 13° PREV SOC
01	2	1.111,28	0,00	1.111,28	0,00
TOTAIS:	2	1.111,28	0,00	1.111,28	0,00

RESUMO DAS INFORMAÇÕES À PREVIDÊNCIA SOCIAL CONSTANTES NO ARQUIVO SEFIP
TOMADOR DE SERVIÇOS/OBRA

N° ARQUIVO: LXGRwFHWyBp0000-7
EMPRESA: JACKSON DA ROSA — INSCRIÇÃO: 12.097.330/0001-26
COMP: 10/2020 COD REC:150 COD GPS: 2003 FPAS: 515 OUTRAS ENT: SIMPLES: 2 RAT: 0.0 FAP: 1.00 RAT AJUSTADO: 0.00
TOMADOR/OBRA: CONSTRUTORA NORBERTO ODEBRECHT S A — N° DE CONTROLE: A8S3RxqQFNz0000-5 — INSCRIÇÃO: 15.102.288/0329-71
LOGRADOURO: RUA OTAVIO FRANCISCO DE MATTOS 644 — BAIRRO: CENTRO — CNAE PREPONDERANTE: 4120400
CIDADE: CAPANEMA — UF: PR — CEP: 85760-000 — TELEFONE: 0046 9913 0785 — CNAE: 4120400

VALOR DEV PREV SOC CALCULADO SEFIP:	-62.52	CONTRIB SEGURADOS - DEVIDA:	83.34
SALÁRIO FAMÍLIA:	145.86	RECEITA EVENTO DESP/PATROCÍNIO:	0.00
SALÁRIO MATERNIDADE:	0.00	PERC DE ISENÇÃO DE FILANTROPIA:	0,00
VALORES PAGOS COOP TRABALHO - SEM ADICIONAL:	0.00	13° SALÁRIO MATERNIDADE:	0,00
VALORES PAGOS COOP TRABALHO - ADIC. 15 ANOS:	0,00	COM PRODUÇÃO PJ:	0.00
VALORES PAGOS COOP TRABALHO - ADIC. 20 ANOS:	0,00	COM PRODUÇÃO PF:	0.00
VALORES PAGOS COOP TRABALHO - ADIC. 25 ANOS:	0,00	VALOR DAS FATURAS EMITIDAS PARA O TOMADOR:	0.00

COMPENSAÇÃO
PERÍODO INICIAL: — PERÍODO FINAL: — VALOR SOLICITADO: 0.00
VALOR ABATIDO: 0.00 VALOR A COMPENSAR: 0.00 VALOR EXCEDENTE AO LIMITE DOS 30%: 0.00

RETENÇÃO (LEI 9.711/98)
VALOR INFORMADO: 0.00 VALOR ABATIDO PELO SEFIP: 0.00 VALOR A COMPENSAR/RESTITUIR: 0.00

BASE DE CÁLCULO APOSENTADORIA ESPECIAL/OCORRÊNCIA

15 ANOS:	0.00	20 ANOS:	0.00	25 ANOS:	0.00
QUANTIDADE:	0	QUANTIDADE:	0	QUANTIDADE:	0

QUANTIDADE DE MOVIMENTAÇÕES / CÓDIGOS

H :	0	I1:	0	I2:	0	I3:	0	I4:	0	J :	0	K :	0	L :	0	M :	0	N1:	0
N2:	0	N3:	0	O1:	0	O2:	0	O3:	0	P1:	0	P2:	0	P3:	0	Q1:	0	Q2:	0
Q3:	0	Q4:	0	Q5:	0	Q6:	0	Q7:	0	R :	0	S2:	0	S3:	0	U1:	0	U2:	0
U3:	0	V3:	0	W :	0	X :	0	Y :	0	Z1:	0	Z2:	0	Z3:	0	Z4:	0	Z5:	0

RELAÇÃO DOS TRABALHADORES CONSTANTES NO ARQUIVO SEFIP
RESUMO DO FECHAMENTO - EMPRESA

858300000009 889001802014 107646180812 209733000017

EMPRESA: JACKSON DA ROSA
N° DE CONTROLE: KOEzatcTPlP0000-7
N° ARQUIVO: LXGRwFHWyBp0000-7
INSCRIÇÃO: 12.097.330/0001-26
COMP: 10/2020 COD REC:150 COD GPS: 2003 FPAS: 515 OUTRAS ENT: SIMPLES: 2 RAT: 0.0
FAP: 1.00 RAT AJUSTADO: 0.00
TOMADOR/OBRA:
INSCRIÇÃO:

LOGRADOURO: RUA OTAVIO FRANCISCO DE MATTOS 644
BAIRRO: CENTRO
CNAE PREPONDERANTE: 4120400
CIDADE: CAPANEMA
UF: PR
CEP: 85760-000
CNAE: 4120400

CAT	QUANT	REMUNERAÇÃO SEM 13°	REMUNERAÇÃO 13°	BASE CÁL PREV SOC	BASE CÁL 13° PREV SOC
01	2	1.111,28	0,00	1.111,28	0,00
TOTAIS:	2	1.111,28	0,00	1.111,28	0,00

RELAÇÃO DOS TRABALHADORES CONSTANTES NO ARQUIVO SEFIP
RESUMO DO FECHAMENTO - EMPRESA
FGTS

858300000009 889001802014 107646180812 209733000017

EMPRESA: JACKSON DA ROSA
N° DE CONTROLE: KOEzatcTPlP0000-7
N° ARQUIVO: LXGRwFHWyBp0000-7
INSCRIÇÃO: 12.097.330/0001-26
COMP: 10/2020 COD REC: 150 COD GPS: 2003 FPAS: 515 OUTRAS ENT: SIMPLES: 2 RAT: 0.0
FAP: 1.00 RAT AJUSTADO: 0.00
TOMADOR/OBRA:
INSCRIÇÃO:

LOGRADOURO: RUA OTAVIO FRANCISCO DE MATTOS 644 BAIRRO: CENTRO
CNAE PREPONDERANTE: 4120400
CIDADE: CAPANEMA UF: PR CEP: 85760-000
CNAE: 4120400

MODALIDADE : "Branco"-RECOLHIMENTO AO FGTS E DECLARAÇÃO À PREVIDÊNCIA

	FGTS - 8%
REMUNERAÇÃO SEM 13° SALÁRIO	1.111,28
REMUNERAÇÃO 13° SALARIO	0,00
QUANTIDADE TRABALHADORES	2

VALORES DO FGTS
DATA DE RECOLHIMENTO ATÉ 07/11/2020

DEPÓSITO FGTS	ENCARGOS FGTS	CONTRIB SOCIAL	ENCARGOS CONTRIB SOCIAL	TOTAL RECOLHER
88,90	0,00	0,00	0,00	88,90

RESUMO DAS INFORMAÇÕES À PREVIDÊNCIA SOCIAL CONSTANTES NO ARQUIVO SEFIP
EMPRESA

EMPRESA: JACKSON DA ROSA — Nº DE CONTROLE: KOEzatcTPlP0000-7 — Nº ARQUIVO: LXGRwFHWyBp0000-7
COMP: 10/2020 COD REC: 150 COD GPS: 2003 FPAS: 515 OUTRAS ENT: SIMPLES: 2 RAT: 0.0 — INSCRIÇÃO: 12.097.330/0001-26 FAP: 1.00 RAT AJUSTADO: 0.00
TOMADOR/OBRA: — INSCRIÇÃO:

LOGRADOURO: RUA OTAVIO FRANCISCO DE MATTOS 644 — BAIRRO: CENTRO — CNAE PREPONDERANTE: 4120400
CIDADE: CAPANEMA — UF: PR — CEP: 85760-000 — TELEFONE: 0046 9913 0785 — CNAE: 4120400

VALOR DEV PREV SOC CALCULADO SEFIP:	-62.52	CONTRIB SEGURADOS - DEVIDA:	83.34
SALÁRIO FAMÍLIA:	145.86	RECEITA EVENTO DESP/PATROCÍNIO:	0.00
SALÁRIO MATERNIDADE:	0.00	PERC DE ISENÇÃO DE FILANTROPIA:	0.00
VALORES PAGOS COOP TRABALHO - SEM ADICIONAL:	0.00	13° SALÁRIO MATERNIDADE:	0.00
VALORES PAGOS COOP TRABALHO - ADIC. 15 ANOS:	0.00	COM PRODUÇÃO PJ:	0.00
VALORES PAGOS COOP TRABALHO - ADIC. 20 ANOS:	0.00	COM PRODUÇÃO PF:	0.00
VALORES PAGOS COOP TRABALHO - ADIC. 25 ANOS:	0.00	VALOR DAS FATURAS EMITIDAS PARA O TOMADOR:	0.00

COMPENSAÇÃO

PERÍODO INICIAL:		PERÍODO FINAL:		VALOR SOLICITADO:	0.00
VALOR ABATIDO:	0.00	VALOR A COMPENSAR:	0.00	VALOR EXCEDENTE AO LIMITE DOS 30%:	0.00

RETENÇÃO (LEI 9.711/98)

VALOR INFORMADO:	0.00	VALOR ABATIDO PELO SEFIP:	0.00	VALOR A COMPENSAR/RESTITUIR:	0.00

BASE DE CÁLCULO APOSENTADORIA ESPECIAL/OCORRÊNCIA

15 ANOS:	0.00	20 ANOS:	0.00	25 ANOS:	0.00
QUANTIDADE:	0	QUANTIDADE:	0	QUANTIDADE:	0

QUANTIDADE DE MOVIMENTAÇÕES / CÓDIGOS

H :	0	I1:	0	I2:	0	I3:	0	I4:	0	J :	0	K :	0	L :	0	M :	0	N1:	0
N2:	0	N3:	0	O1:	0	O2:	0	O3:	0	P1:	0	P2:	0	P3:	0	Q1:	0	Q2:	0
Q3:	0	Q4:	0	Q5:	0	Q6:	0	Q7:	0	R :	0	S2:	0	S3:	0	U1:	0	U2:	0
U3:	0	V3:	0	W :	0	X :	0	Y :	0	Z1:	0	Z2:	0	Z3:	0	Z4:	0	Z5:	0

RELAÇÃO DE TOMADOR/OBRA - RET

858300000009 889001802014 107646180812 209733000017

N° ARQUIVO: LXGRwFHWyBp0000-7
EMPRESA: JACKSON DA ROSA INSCRIÇÃO: 12.097.330/0001-26 N° CONTROLE: KOEzatcTPlP0000-7
FPAS: 515 OUTRAS ENTID: SIMPLES: 2 ALIQ RAT: 0,0 FAP: 1,00 RAT AJUSTADO: 0,00 COD REC: 150 COMP: 10/2020

TOMADOR/OBRA : CONSTRUTORA NORBERTO ODEBRECHT S A INSCRIÇÃO: 15.102.288/0329-71 N° CONTROLE: A8S3RxqQFNz0000-5

LOGRADOURO	BAIRRO	CIDADE	CEP	UF
RDO PR 163	ZONA RURAL	CAPANEMA	85760000	PR

MODALIDADE : "Branco"-Recolhimento ao FGTS e Declaração à Previdência

VALORES PREVIDÊNCIA		VALORES FGTS - 8%	
REM SEM 13° SALÁRIO	1.111,28	REM SEM 13° SALÁRIO	1.111,28
REM BASE CALC 13° SAL	0,00	REM 13° SALÁRIO	0,00
		DEPÓSITO	88,90
		ENCARGOS FGTS	0,00
		CONTRIB SOCIAL	0,00
		ENCARGOS CONTRIB SOC	0,00
TOTAL TRABALHADORES	2	TOTAL TRABALHADORES	2

TOTAIS DO TOMADOR

VALORES PREVIDÊNCIA		VALORES FGTS - 8%	
REM SEM 13° SALÁRIO	1.111,28	REM SEM 13° SALÁRIO	1.111,28
REM BASE CALC 13° SAL	0,00	REM 13° SALÁRIO	0,00
CONTR SEGURADOS DEVIDA	83,34	DEPÓSITO	88,90
VAL DEVIDO PREV SOC	-62,52	ENCARGOS FGTS	0,00
		CONTRIB SOCIAL	0,00
		ENCARGOS CONTRIB SOC	0,00
TOTAL TRABALHADORES	2	TOTAL TRABALHADORES	2

RESUMO - RELAÇÃO DE TOMADOR/OBRA - RET

858300000009 889001802014 107646180812 209733000017

N° ARQUIVO: LXGRwFHWyBp0000-7

EMPRESA: JACKSON DA ROSA INSCRIÇÃO: 12.097.330/0001-26 N° CONTROLE: KOEzatcTPlP0000-7

FPAS: 515 OUTRAS ENTID: SIMPLES: 2 ALIQ RAT: 0,0 FAP: 1,00 RAT AJUSTADO: 0,00 COD REC: 150 COMP: 10/2020

N° CONTROLE: A8S3RxqQFNz0000-5

TOTAIS DA EMPRESA

CEP 85760000 UF PR

VALORES PREVIDÊNCIA		VALORES FGTS - 8%	
REM SEM 13° SALÁRIO	1.111,28	REM SEM 13° SALÁRIO	1.111,28
REM BASE CALC 13° SAL	0,00	REM 13° SALÁRIO	0,00
CONTR SEGURADOS DEVIDA	83,34	DEPÓSITO	88,90
VAL DEVIDO PREV SOC	-62,52	ENCARGOS FGTS	0,00
		CONTRIB SOCIAL	0,00
		ENCARGOS CONTRIB SOC	0,00
TOTAL TRABALHADORES	2	TOTAL TRABALHADORES	2
		TOTAL A RECOLHER	88,90

DECLARAÇÃO DE FATURAMENTO

EMPRESA: JACKSON DA ROSA
CNPJ: 12.097.330/0001-26
RUA OTAVIO FRANCISCO DE MATTOS, 644, CENTRO, CAPANEMA - PR

Mês/Ano	Total
01/2017	3.331,90
02/2017	52.212,00
03/2017	29.155,60
04/2017	16.500,00
05/2017	19.186,00
06/2017	35.656,18
07/2017	84.114,09
08/2017	50.135,51
09/2017	16.341,74
10/2017	5.164,42
11/2017	15.501,42
12/2017	20.612,00
Total	**347.910,86**

CAPANEMA, 5 de novembro de 2020.

JACKSON DA ROSA
SÓCIO ADMINISTRADOR
CPF: 025.855.179-85

ELDO BLUME
CRC: 017369O1

DECLARAÇÃO DE FATURAMENTO

EMPRESA: JACKSON DA ROSA
CNPJ: 12.097.330/0001-26
RUA OTAVIO FRANCISCO DE MATTOS, 644, CENTRO, CAPANEMA - PR

Mês/Ano	Total
01/2018	17.160,00
02/2018	45.718,90
03/2018	43.038,20
04/2018	34.211,70
05/2018	37.567,70
06/2018	36.194,70
07/2018	24.717,25
08/2018	59.035,19
09/2018	37.356,85
10/2018	19.469,00
11/2018	26.538,45
12/2018	0,00
Total	**381.007,94**

CAPANEMA, 5 de novembro de 2020.

Jackson da Rosa

JACKSON DA ROSA
SÓCIO ADMINISTRADOR
CPF: 025.855.179-85

ELDO BLUME
CRC: 017369O1

DECLARAÇÃO DE FATURAMENTO

1661

EMPRESA: JACKSON DA ROSA
CNPJ: 12.097.330/0001-26
RUA OTAVIO FRANCISCO DE MATTOS, 644, CENTRO, CAPANEMA - PR

Mês/Ano	Total
01/2019	31.437,50
02/2019	0,00
03/2019	25.215,47
04/2019	50.836,10
05/2019	143.408,09
06/2019	118.030,46
07/2019	46.623,96
08/2019	59.278,03
09/2019	35.216,69
10/2019	21.721,90
11/2019	3.090,00
12/2019	15.042,24
Total	**549.900,44**

CAPANEMA, 5 de novembro de 2020.

JACKSON DA ROSA
SÓCIO ADMINISTRADOR
CPF: 025 855.179-85

ELDO BLUME
CRC: 017369O1

Consolidação: Empresa **Grau: 4** **Período: 01/2017 a 12/2017**

Conta	Reduzida	Nome	Saldo Anterior	Débito	Crédito	Saldo Atual
1		ATIVO	520.723,98	613.629,37	567.340,60	567.012,75
11		CIRCULANTE	211.129,65	503.629,37	545.399,74	169.359,28
1101		DISPONIBILIDADES	97.290,65	347.910,86	431.560,74	13.640,77
110101		CAIXA	97.290,65	347.910,86	431.560,74	13.640,77
1104		CREDITOS TRIBUTARIOS	2.021,85	0,00	2.021,85	0,00
110401		IMPOSTOS E CONTIBUIÇÕES A RECUPERAR	2.021,85	0,00	2.021,85	0,00
1109		ESTOQUES	111.817,15	155.718,51	111.817,15	155.718,51
110901		ESTOQUE DE MERCADORIAS PARA REVENDA	111.817,15	155.718,51	111.817,15	155.718,51
12		ATIVO NÃO CIRCULANTE	309.594,33	110.000,00	21.940,86	397.653,47
1203		IMOBILIZADO	309.594,33	110.000,00	21.940,86	397.653,47
120301		BENS TANGÍVEIS PRÓPRIOS	309.594,33	110.000,00	0,00	419.594,33
120309		(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA IMOBILIZADO	0,00	0,00	21.940,86	-21.940,86
2		PASSIVO	520.723,98	164.181,14	210.469,91	567.012,75
21		CIRCULANTE	14.768,87	164.181,14	173.252,91	23.840,64
2103		OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS	7.359,45	125.043,58	131.500,23	13.816,10
210301		FOLHA DE PAGAMENTO COLABORADORES	0,00	98.543,77	98.543,77	0,00
[illegible]02		PROVISÕES E ENCARGOS	0,00	13.892,66	13.892,66	0,00
[illegible]05		ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	7.359,45	12.607,15	19.063,80	13.816,10
2104		OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	7.409,42	35.761,55	30.396,96	2.044,83
210401		TRIBUTOS RETIDOS A RECOLHER	352,58	0,00	0,00	352,58
210403		IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOBRE RECEITAS	7.056,84	35.761,55	30.396,96	1.692,25
2105		PARCELAMENTOS	0,00	3.376,01	11.355,72	7.979,71
210501		PARCELAMENTOS TRIBUTÁRIOS	0,00	3.376,01	11.355,72	7.979,71
24		PATRIMÔNIO LÍQUIDO	505.955,11	0,00	37.217,00	543.172,11
2401		CAPITAL SOCIAL	600.000,00	0,00	0,00	600.000,00
240101		CAPITAL SOCIAL INTEGRALIZADO	600.000,00	0,00	0,00	600.000,00
2408		LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	-94.044,89	0,00	37.217,00	-56.827,89
240801		LUCRO/PREJUIZO ACUMULADO	-94.044,89	0,00	37.217,00	-56.827,89
3		RESULTADO DO EXERCÍCIO	0,00	1.473.694,81	1.473.694,81	0,00
31		RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	0,00	378.307,82	378.307,82	0,00
3101		RECEITA BRUTA	0,00	347.910,86	347.910,86	0,00
310101		RECEITA DE VENDA DE MERCADORIAS E PRODUTOS	0,00	61.427,00	61.427,00	0,00
310103		RECEITA DE SERVIÇO	0,00	286.483,86	286.483,86	0,00
3102		DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	0,00	30.396,96	30.396,96	0,00
310202		TRIBUTOS SOBRE VENDAS	0,00	30.396,96	30.396,96	0,00
32		CUSTOS DAS MERCADORIAS, PRODUTOS E SERVIÇOS	0,00	569.437,20	569.437,20	0,00
[illegible]3201		CUSTOS DE PRODUÇÃO	0,00	21.977,46	21.977,46	0,00
320102		MÃO DE OBRA	0,00	36,60	36,60	0,00
320103		CUSTOS INDIRETOS	0,00	21.940,86	21.940,86	0,00
3202		CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS	0,00	423.186,44	423.186,44	0,00
320201		CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS	0,00	267.467,93	267.467,93	0,00
320203		ESTOQUE FINAL DO EXERCICIO	0,00	155.718,51	155.718,51	0,00
3203		CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	0,00	124.273,30	124.273,30	0,00
320302		MÃO DE OBRA	0,00	124.273,30	124.273,30	0,00
33		DESPESAS OPERACIONAIS	0,00	22.312,52	22.312,52	0,00
3302		DESPESAS ADMINISTRATIVAS	0,00	15.037,92	15.037,92	0,00
330206		DESPESAS GERAIS	0,00	15.037,92	15.037,92	0,00
3305		RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS	0,00	5.252,75	5.252,75	0,00
330503		RECEITAS FINANCEIRAS	0,00	7,90	7,90	0,00
330504		DESPESAS FINANCEIRAS	0,00	5.244,85	5.244,85	0,00
3307		OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS	0,00	2.021,85	2.021,85	0,00
330702		OUTRAS DESPESAS	0,00	2.021,85	2.021,85	0,00
39		RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	0,00	503.637,27	503.637,27	0,00
3901		RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	0,00	503.637,27	503.637,27	0,00
390101		RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	0,00	503.637,27	503.637,27	0,00
		TOTAL GERAL	0,00	2.251.505,32	2.251.505,32	0,00

Consolidação: Empresa **Grau: 4** **Período: 01/2017 a 12/2017**

Conta	Reduzida	Nome	Saldo Anterior	Débito	**Crédito**	Saldo Atual

JACKSON DA ROSA
SÓCIO ADMINISTRADOR
CPF 025.855.179-85

ELDO BLUME
CRC 017369O1

Consolidação: Empresa **Grau: 4** **Período: 01/2018 a 12/2018**

Conta	Reduzida	Nome	Saldo Anterior	Débito	Crédito	Saldo Atual
1		ATIVO	567.012,75	995.102,62	948.954,41	613.160,96
11		CIRCULANTE	169.359,28	755.102,62	738.954,41	185.507,49
1101		DISPONIBILIDADES	13.640,77	588.425,56	580.352,99	21.713,34
110101		CAIXA	13.640,77	588.425,56	580.352,99	21.713,34
1103		ADIANTAMENTOS	0,00	6.218,79	2.882,91	3.335,88
110301		ADIANTAMENTOS DIVERSOS	0,00	6.218,79	2.882,91	3.335,88
1109		ESTOQUES	155.718,51	160.458,27	155.718,51	160.458,27
110901		ESTOQUE DE MERCADORIAS PARA REVENDA	155.718,51	160.458,27	155.718,51	160.458,27
12		ATIVO NÃO CIRCULANTE	397.653,47	240.000,00	210.000,00	427.653,47
1203		IMOBILIZADO	397.653,47	240.000,00	210.000,00	427.653,47
120301		BENS TANGÍVEIS PRÓPRIOS	419.594,33	240.000,00	210.000,00	449.594,33
120309		(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA IMOBILIZADO	-21.940,86	0,00	0,00	-21.940,86
2		PASSIVO	567.012,75	456.458,80	502.607,01	613.160,96
21		CIRCULANTE	23.840,64	456.458,80	497.435,82	64.817,66
2101		FORNECEDORES	0,00	319.668,90	329.676,56	10.007,66
210101		FORNECEDORES NACIONAIS	0,00	319.668,90	329.676,56	10.007,66
2103		OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS	13.816,10	125.223,77	141.919,75	30.512,08
[illegible]01		FOLHA DE PAGAMENTO COLABORADORES	0,00	114.761,50	114.761,50	0,00
210302		PROVISÕES E ENCARGOS	0,00	5.286,28	5.286,28	0,00
210305		ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	13.816,10	5.175,99	21.871,97	30.512,08
2104		OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	2.044,83	9.110,85	25.839,51	18.773,49
210401		TRIBUTOS RETIDOS A RECOLHER	352,58	352,58	0,00	0,00
210403		IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOBRE RECEITAS	1.692,25	8.758,27	25.839,51	18.773,49
2105		PARCELAMENTOS	7.979,71	2.455,28	0,00	5.524,43
210501		PARCELAMENTOS TRIBUTÁRIOS	7.979,71	2.455,28	0,00	5.524,43
24		PATRIMÔNIO LÍQUIDO	543.172,11	0,00	5.171,19	548.343,30
2401		CAPITAL SOCIAL	600.000,00	0,00	0,00	600.000,00
240101		CAPITAL SOCIAL INTEGRALIZADO	600.000,00	0,00	0,00	600.000,00
2408		LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	-56.827,89	0,00	5.171,19	-51.656,70
240801		LUCRO/PREJUIZO ACUMULADO	-56.827,89	0,00	5.171,19	-51.656,70
3		RESULTADO DO EXERCÍCIO	0,00	1.619.769,27	1.619.769,27	0,00
31		RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	0,00	409.429,83	409.429,83	0,00
3101		RECEITA BRUTA	0,00	381.007,94	381.007,94	0,00
310101		RECEITA DE VENDA DE MERCADORIAS E PRODUTOS	0,00	37.210,00	37.210,00	0,00
310103		RECEITA DE SERVIÇO	0,00	343.797,94	343.797,94	0,00
3102		DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	0,00	28.421,89	28.421,89	0,00
310202		TRIBUTOS SOBRE VENDAS	0,00	28.421,89	28.421,89	0,00
[illegible]		CUSTOS DAS MERCADORIAS, PRODUTOS E SERVIÇOS	0,00	593.464,19	593.464,19	0,00
3201		CUSTOS DE PRODUÇÃO	0,00	37,15	37,15	0,00
320101		MATERIAIS E SERVIÇOS DIRETOS	0,00	37,15	37,15	0,00
3202		CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS	0,00	448.624,38	448.624,38	0,00
320201		CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS	0,00	288.166,11	288.166,11	0,00
320203		ESTOQUE FINAL DO EXERCICIO	0,00	160.458,27	160.458,27	0,00
3203		CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	0,00	144.802,66	144.802,66	0,00
320302		MÃO DE OBRA	0,00	144.802,66	144.802,66	0,00
33		DESPESAS OPERACIONAIS	0,00	75.228,43	75.228,43	0,00
3302		DESPESAS ADMINISTRATIVAS	0,00	74.870,66	74.870,66	0,00
330206		DESPESAS GERAIS	0,00	74.870,66	74.870,66	0,00
3305		RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS	0,00	357,77	357,77	0,00
330503		RECEITAS FINANCEIRAS	0,00	180,61	180,61	0,00
330504		DESPESAS FINANCEIRAS	0,00	177,16	177,16	0,00
39		RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	0,00	541.646,82	541.646,82	0,00
3901		RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	0,00	541.646,82	541.646,82	0,00
390101		RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	0,00	541.646,82	541.646,82	0,00
		TOTAL GERAL	0,00	3.071.330,69	3.071.330,69	0,00

JACKSON DA ROSA
SÓCIO ADMINISTRADOR
CPF 025.855.179-85

ELDO BLUME
CRC 017369O1

Consolidação: Empresa **Grau: 4** **Período: 01/2019 a 12/2019**

Conta	Reduzida	Nome	Saldo Anterior	Débito	Crédito	Saldo Atual
1		ATIVO	613.160,96	1.003.529,77	784.434,74	832.255,99
11		CIRCULANTE	185.507,49	853.124,10	604.434,74	434.196,85
1101		DISPONIBILIDADES	21.713,34	824.010,38	583.176,81	262.546,91
110101		CAIXA	21.713,34	824.010,38	583.176,81	262.546,91
1103		ADIANTAMENTOS	3.335,88	10.233,45	10.455,86	3.113,47
110301		ADIANTAMENTOS DIVERSOS	3.335,88	10.233,45	10.455,86	3.113,47
1104		CREDITOS TRIBUTARIOS	0,00	18.880,27	10.802,07	8.078,20
110401		IMPOSTOS E CONTIBUIÇÕES A RECUPERAR	0,00	18.880,27	10.802,07	8.078,20
1109		ESTOQUES	160.458,27	0,00	0,00	160.458,27
110901		ESTOQUE DE MERCADORIAS PARA REVENDA	160.458,27	0,00	0,00	160.458,27
12		ATIVO NÃO CIRCULANTE	427.653,47	150.405,67	180.000,00	398.059,14
1203		IMOBILIZADO	427.653,47	150.405,67	180.000,00	398.059,14
120301		BENS TANGÍVEIS PRÓPRIOS	449.594,33	150.405,67	180.000,00	420.000,00
120309		(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA IMOBILIZADO	-21.940,86	0,00	0,00	-21.940,86
2		PASSIVO	613.160,96	363.242,66	582.337,69	832.255,99
21		CIRCULANTE	64.817,66	363.242,66	380.596,23	82.171,23
[illegible]		FORNECEDORES	10.007,66	26.317,33	16.309,67	0,00
[illegible]1		FORNECEDORES NACIONAIS	10.007,66	26.317,33	16.309,67	0,00
2102		EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	0,00	120.000,00	120.000,00	0,00
210203		EMPRÉSTIMOS	0,00	120.000,00	120.000,00	0,00
2103		OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS	30.512,08	202.782,55	208.294,22	36.023,75
210301		FOLHA DE PAGAMENTO COLABORADORES	0,00	170.210,24	170.210,24	0,00
210302		PROVISÕES E ENCARGOS	0,00	6.450,10	6.450,10	0,00
210305		ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	30.512,08	26.122,21	31.633,88	36.023,75
2104		OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	18.773,49	12.615,43	25.632,52	31.790,58
210401		TRIBUTOS RETIDOS A RECOLHER	0,00	97,14	135,97	38,83
210403		IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOBRE RECEITAS	18.773,49	12.518,29	25.496,55	31.751,75
2105		PARCELAMENTOS	5.524,43	1.527,35	10.359,82	14.356,90
210501		PARCELAMENTOS TRIBUTÁRIOS	5.524,43	1.527,35	10.359,82	14.356,90
24		PATRIMÔNIO LÍQUIDO	548.343,30	0,00	201.741,46	750.084,76
2401		CAPITAL SOCIAL	600.000,00	0,00	0,00	600.000,00
240101		CAPITAL SOCIAL INTEGRALIZADO	600.000,00	0,00	0,00	600.000,00
2408		LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	-51.656,70	0,00	201.741,46	150.084,76
240801		LUCRO/PREJUIZO ACUMULADO	-51.656,70	0,00	201.741,46	150.084,76
3		RESULTADO DO EXERCÍCIO	0,00	1.449.011,74	1.449.011,74	0,00
31		RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	0,00	582.406,78	582.406,78	0,00
[illegible]		RECEITA BRUTA	0,00	549.900,44	549.900,44	0,00
310101		RECEITA DE VENDA DE MERCADORIAS E PRODUTOS	0,00	14.784,00	14.784,00	0,00
310103		RECEITA DE SERVIÇO	0,00	535.116,44	535.116,44	0,00
3102		DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	0,00	32.506,34	32.506,34	0,00
310202		TRIBUTOS SOBRE VENDAS	0,00	32.506,34	32.506,34	0,00
32		CUSTOS DAS MERCADORIAS, PRODUTOS E SERVIÇOS	0,00	261.193,48	261.193,48	0,00
3202		CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS	0,00	38.276,55	38.276,55	0,00
320201		CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS	0,00	38.276,55	38.276,55	0,00
3203		CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	0,00	222.916,93	222.916,93	0,00
320301		MATERIAIS E SERVIÇOS DIRETOS	0,00	1.703,92	1.703,92	0,00
320302		MÃO DE OBRA	0,00	221.213,01	221.213,01	0,00
33		DESPESAS OPERACIONAIS	0,00	55.270,19	55.270,19	0,00
3302		DESPESAS ADMINISTRATIVAS	0,00	39.950,18	39.950,18	0,00
330206		DESPESAS GERAIS	0,00	39.950,18	39.950,18	0,00
3305		RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS	0,00	15.320,01	15.320,01	0,00
330503		RECEITAS FINANCEIRAS	0,00	240,85	240,85	0,00
330504		DESPESAS FINANCEIRAS	0,00	15.079,16	15.079,16	0,00
39		RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	0,00	550.141,29	550.141,29	0,00
3901		RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	0,00	550.141,29	550.141,29	0,00
390101		RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	0,00	550.141,29	550.141,29	0,00
		TOTAL GERAL	0,00	2.815.784,17	2.815.784,17	0,00

Consolidação: Empresa **Grau: 4** **Período:** **01/2019 a 12/2019**

Conta	Reduzida	Nome	Saldo Anterior	**Débito**	**Crédito**	Saldo Atual

JACKSON DA ROSA
SÓCIO ADMINISTRADOR
CPF 025.855.179-85

ELDO BLUME
CRC 017369/O-1

CNPJ: 12.097.330/0001-26
NIRE nº 41106832224 de 07/06/2010
Consolidação: Empresa **Grau: 5** **Encerrado em: 31/12/2019**

ATIVO		**832.255,99**
CIRCULANTE		**434.196,85**
DISPONIBILIDADES		262.546,91
CAIXA		262.546,91
CAIXA GERAL		262.546,91
ADIANTAMENTOS		3.113,47
ADIANTAMENTOS DIVERSOS		3.113,47
ADIANTAMENTO DE FÉRIAS		3.113,47
CREDITOS TRIBUTARIOS		8.078,20
IMPOSTOS E CONTIBUIÇÕES A RECUPERAR		8.078,20
INSS A RECUPERAR/COMPENSAR		8.078,20
ESTOQUES		160.458,27
ESTOQUE DE MERCADORIAS PARA REVENDA		160.458,27
MERCADORIAS PARA REVENDA		160.458,27
ATIVO NÃO CIRCULANTE		**398.059,14**
IMOBILIZADO		398.059,14
BENS TANGÍVEIS PRÓPRIOS		420.000,00
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS		380.000,00
VEÍCULOS UTILITÁRIOS		40.000,00
(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA IMOBILIZADO		-21.940,86
(-) VEÍCULOS DE CARGA		-13.962,37
(-) VEÍCULOS UTILITÁRIOS		-7.978,49
TOTAL DO ATIVO	832.255,99	
PASSIVO		**832.255,99**
CIRCULANTE		**82.171,23**
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS		36.023,75
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR		36.023,75
TAXA CONFEDERATIVA A RECOLHER		281,58
FGTS A PAGAR		20.965,59
INSS A RECOLHER		13.375,86
CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL		1.400,72
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS		31.790,58
TRIBUTOS RETIDOS A RECOLHER		38,83
IRRF S/FOPAG		38,83
IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOBRE RECEITAS		31.751,75
SIMPLES NACIONAL A PAGAR		31.751,75
PARCELAMENTOS		14.356,90
PARCELAMENTOS TRIBUTÁRIOS		14.356,90
PARCELAMENTO SIMPLES NACIONAL		14.356,90
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**750.084,76**
CAPITAL SOCIAL		600.000,00
CAPITAL SOCIAL INTEGRALIZADO		600.000,00
CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO		600.000,00
LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS		150.084,76
LUCRO/PREJUIZO ACUMULADO		150.084,76
LUCRO/PREJUIZO ACUMULADO		150.084,76
TOTAL DO PASSIVO	832.255,99	

Reconhecemos a exatidão do presente Balanço Patrimonial com base nas informações e na documentação apresentada, encerrado em 31/12/2019, somando tanto no Ativo como no Passivo, a importância de R$ 832.255,99
ESCRITORIO BLUME 046 3552-1288

(oitocentos e trinta e dois mil, duzentos e cinquenta e cinco reais e noventa e nove centavos).

JACKSON DA ROSA
SÓCIO ADMINISTRADOR
CPF 025.855.179-85

ELDO BLUME
CRC 017369O1

CNPJ: 12.097.330/0001-26
Consolidação: Empresa **Grau: 5** **Período: 01/2019 a 12/2019**

669

RECEITA OPERACIONAL BRUTA	**549.900,44**
RECEITA BRUTA	549.900,44
RECEITA DE VENDA DE MERCADORIAS E PRODUTOS	14.784,00
VENDA DE MERCADORIAS	14.784,00
RECEITA DE SERVIÇO	535.116,44
SERVIÇOS PRESTADOS	535.116,44
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	**32.506,34**
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	32.506,34
TRIBUTOS SOBRE VENDAS	32.506,34
SIMPLES NACIONAL	25.496,55
ISS SOBRE VENDAS	7.009,79
RECEITA LÍQUIDA	**517.394,10**
CUSTOS	**260.864,15**
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS	38.276,55
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS	38.276,55
COMPRA DE MERCADORIAS PARA REVENDA	38.276,55
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	222.587,60
MATERIAIS E SERVIÇOS DIRETOS	1.703,92
MATERIAIS APLICADOS NOS SERVIÇOS	1.703,92
MÃO DE OBRA	220.883,68
SALÁRIOS E ORDENADOS	120.825,89
HORAS EXTRAS	16.749,63
FÉRIAS	17.205,34
13º SALÁRIO	11.310,04
FGTS	16.092,65
DSR E REFLEXOS	2.740,73
INDENIZAÇÕES E ABONOS	1.504,45
CONTRIBUIÇÕES SINDICAIS	54,90
ADICIONAIS	23.040,05
ALIMENTAÇÃO	11.360,00
LUCRO BRUTO	**256.529,95**
DESPESAS OPERACIONAIS	**39.950,18**
DESPESAS OPERACIONAIS	39.950,18
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	39.950,18
DESPESAS GERAIS	39.950,18
DESPESA C/FRETES E SEGUROS	36,34
MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS	10.219,22
COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES	22.404,79
DESPESAS COM USO DE SOFTWARE	319,60
MATERIAIS DE ESCRITÓRIO	3.450,00
SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA	850,00
MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	2.670,23
RESULTADO ANTES DAS OPERAÇÕES FINANCEIRAS	**216.579,77**
RECEITAS FINANCEIRAS	240,85
RECEITAS FINANCEIRAS	240,85
DESCONTOS OBTIDOS	240,85
DESPESAS FINANCEIRAS	15.079,16
DESPESAS FINANCEIRAS	15.079,16
JUROS PAGOS	15.079,16
RESULTADO ANTES DAS PROVISÕES TRIBUTÁRIAS	**201.741,46**
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**201.741,46**

JACKSON DA ROSA
SÓCIO ADMINISTRADOR
CPF 025.855.179-85

ELDO BLUME
CRC 017369/O1

CNPJ: 12.097.330/0001-26
Consolidação: Empresa | Método: Indireto | Período: 01/2019 a 12/2019

Conta	Descrição	Valor
1	OPERACIONAIS	210.794,42
1.001	Lucro/Prejuízo líquido do exercício	201.741,46
1.005	DEPRECIAÇÃO	0,00
1.010	CLIENTES	0,00
1.011	RECEBIMENTO DE JUROS	0,00
1.012	CREDITOS TRIBUTÁRIOS	-8.078,20
1.015	ESTOQUES	0,00
1.016	OUTROS ATIVOS	0,00
1.020	FORNECEDORES	-10.230,07
1.021	PAGAMENTO DE IMPOSTOS	18.528,76
1.022	PAGAMENTO DE SALÁRIOS	0,00
1.023	PAGAMENTO DE JUROS	0,00
1.024	PAGAMENTO DESPESAS ADMINISTRATIVAS	0,00
1.025	OUTROS PASSIVOS	8.832,47
2	INVESTIMENTO	29.594,33
2.001	ATIVO IMOBILIZADO	29.594,33
2.005	INVESTIMENTOS	0,00
3	FINANCIAMENTO	0,00
3.001	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	0,00
3.002	AUMENTO DE CAPITAL	0,00
3.003	DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS	0,00
3.005	INTEGRALIZAÇÕES DE CAPITAL	0,00
	Aumento/Redução de Caixa e Equivalentes de Caixa	240.388,75
	Caixa e Equivalentes de Caixa	
	No início do Período	21.713,34
	No final do Período	262.546,91
	Variação	240.833,57

Jackson da Rosa

JACKSON DA ROSA
SÓCIO ADMINISTRADOR
CPF 025.855.179-85

ELDO BLUME
CRC 017369/O1

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital social	Capital a integralizar	Ágio na emissão de ações	Subvenções para investimento	Ações em tesouraria	Reserva legal	Reserva estatutária	Reserva para contingência	Reserva de lucros a realizar	RESERVA CORREÇÃO CAPITAL	AJUSTE DE AVALIAÇÃO	Lucros ou prejuízos acumulados	DISTRIBUIÇÃO DE LUCRO	Total do Patrimônio Líquido
Saldos Iniciais	**600.000,00**	**0,00**	**0,00**	**s 0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**s 0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**-51.656,70**	**0,00**	**548.343,30**
Resultado do Exercício	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	201.741,46	0,00	201.741,46
Distribuição de Lucro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transações de Capital com os Sócios	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**201.741,46**	**0,00**	201.741,46
Outras Transações de Capital	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	0,00
Outros Resultados Abrangentes	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	0,00
Saldos Finais	**600.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**150.084,76**	**0,00**	**750.084,76**

Jackson da Rosa

JACKSON DA ROSA
SÓCIO ADMINISTRADOR
CPF 025.855.179-85

ELDO BLUME

CRC 017369O1

CNPJ: 12.097.330/0001-26
Consolidação: Empresa
NIRE nº 41106832224 de 07/06/2010

Grau: 5

Encerrado em: 31/12/2018

	12/2018	12/2017
ATIVO	**613.160,96**	**567.012,75**
CIRCULANTE	**185.507,49**	**169.359,28**
DISPONIBILIDADES	21.713,34	13.640,77
CAIXA	21.713,34	13.640,77
CAIXA GERAL	21.713,34	13.640,77
ADIANTAMENTOS	3.335,88	0,00
ADIANTAMENTOS DIVERSOS	3.335,88	0,00
ADIANTAMENTO DE FÉRIAS	3.335,88	0,00
ESTOQUES	160.458,27	155.718,51
ESTOQUE DE MERCADORIAS PARA REVENDA	160.458,27	155.718,51
MERCADORIAS PARA REVENDA	160.458,27	155.718,51
ATIVO NÃO CIRCULANTE	**427.653,47**	**397.653,47**
IMOBILIZADO	427.653,47	397.653,47
BENS TANGÍVEIS PRÓPRIOS	449.594,33	419.594,33
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	380.000,00	200.000,00
VEÍCULOS DE CARGA	29.594,33	179.594,33
VEÍCULOS UTILITÁRIOS	40.000,00	40.000,00
(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA IMOBILIZADO	-21.940,86	-21.940,86
(-) VEÍCULOS DE CARGA	-13.962,37	-13.962,37
(-) VEÍCULOS UTILITÁRIOS	-7.978,49	-7.978,49
TOTAL DO ATIVO	613.160,96	567.012,75
PASSIVO	**613.160,96**	**567.012,75**
CIRCULANTE	**64.817,66**	**23.840,64**
FORNECEDORES	10.007,66	0,00
FORNECEDORES NACIONAIS	10.007,66	0,00
SUDOESTE INDUSTRIA E COMERCIO DE ACOS LT	621,62	0,00
CEDASA INDUSTRIA E COMERCIO DE PISOS LTD	440,49	0,00
BARUFFI & BARUFFI REVENDEDOR RETALHISTA	8.945,55	0,00
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS	30.512,08	13.816,10
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	30.512,08	13.816,10
CONTRIBUIÇÃO SINDICAL A RECOLHER	0,00	609,55
FGTS A PAGAR	16.144,29	8.457,27
INSS A RECOLHER	13.095,17	4.281,56
CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL	1.272,62	467,72
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	18.773,49	2.044,83
TRIBUTOS RETIDOS A RECOLHER	0,00	352,58
IRRF S/FOPAG	0,00	352,58
IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOBRE RECEITAS	18.773,49	1.692,25
SIMPLES NACIONAL A PAGAR	18.773,49	1.692,25
PARCELAMENTOS	5.524,43	7.979,71
PARCELAMENTOS TRIBUTÁRIOS	5.524,43	7.979,71
PARCELAMENTO SIMPLES NACIONAL	5.524,43	7.979,71
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**548.343,30**	**543.172,11**
CAPITAL SOCIAL	600.000,00	600.000,00
CAPITAL SOCIAL INTEGRALIZADO	600.000,00	600.000,00
CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO	600.000,00	600.000,00
LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	-51.656,70	-56.827,89
LUCRO/PREJUIZO ACUMULADO	-51.656,70	-56.827,89
LUCRO/PREJUIZO ACUMULADO	-51.656,70	-56.827,89
TOTAL DO PASSIVO	613.160,96	567.012,75

Reconhecemos a exatidão do presente Balanço Patrimonial com base nas informações e na documentação apresentada, encerrado em 31/12/2018, somando tanto no Ativo como no Passivo, a importância de R$ 613.160,96 (seiscentos e treze mil, cento e sessenta reais e noventa e seis centavos), e em 31/12/2017, somando tanto no Ativo como no Passivo, a importância de R$ 567.012,75 (quinhentos e sessenta e sete mil e doze reais e setenta e cinco centavos).

CNPJ: 12.097.330/0001-26
Consolidação: Empresa
NIRE nº 41106832224 de 07/06/2010

Grau: 5

Encerrado em: 31/12/2018

	12/2018	12/2017

Jackson da Rosa

JACKSON DA ROSA
SÓCIO ADMINISTRADOR
CPF 025.855.179-85

ELDO BLUME

CRC 017369O1

Consolidação: Empresa **Grau: 5**
NIRE nº 41106832224 de 07/06/2010

	2018	2017
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	**381.007,94**	**347.910,86**
RECEITA BRUTA	381.007,94	347.910,86
RECEITA DE VENDA DE MERCADORIAS E PRODUTOS	37.210,00	61.427,00
VENDA DE MERCADORIAS	37.210,00	61.427,00
RECEITA DE SERVIÇO	343.797,94	286.483,86
SERVIÇOS PRESTADOS	343.797,94	286.483,86
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	**28.421,89**	**30.396,96**
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	**28.421,89**	**30.396,96**
TRIBUTOS SOBRE VENDAS	28.421,89	30.396,96
SIMPLES NACIONAL	25.839,51	30.396,96
ISS SOBRE VENDAS	2.582,38	0,00
RECEITA LÍQUIDA	**352.586,05**	**317.513,90**
CUSTOS	**272.547,65**	**258.000,18**
CUSTOS DE PRODUÇÃO	37,15	21.977,46
MATERIAIS E SERVIÇOS DIRETOS	37,15	0,00
FRETES E CARRETOS SOBRE COMPRAS	37,15	0,00
MÃO DE OBRA	0,00	36,60
CONTRIBUIÇÕES SINDICAIS	0,00	36,60
CUSTOS INDIRETOS	0,00	21.940,86
DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	0,00	21.940,86
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS	127.707,84	111.749,42
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS	288.166,11	267.467,93
COMPRA DE MERCADORIAS PARA REVENDA	132.447,60	155.650,78
ESTOQUE NO INICIO DO EXERCICIO	155.718,51	111.817,15
ESTOQUE FINAL DO EXERCICIO	-160.458,27	-155.718,51
ESTOQUE NO FINAL DO EXERCICIO	-160.458,27	-155.718,51
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	144.802,66	124.273,30
MÃO DE OBRA	144.802,66	124.273,30
SALÁRIOS E ORDENADOS	100.033,91	84.595,29
FÉRIAS	3.872,50	9.976,19
13º SALÁRIO	11.261,25	1.351,85
FGTS	10.319,86	9.007,58
INDENIZAÇÕES E ABONOS	1.647,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES SINDICAIS	402,30	0,00
ADICIONAIS	1.290,84	882,39
ALIMENTAÇÃO	15.975,00	18.460,00
LUCRO BRUTO	**80.038,40**	**59.513,72**
DESPESAS OPERACIONAIS	**74.870,66**	**17.059,77**
DESPESAS OPERACIONAIS	**74.870,66**	**15.037,92**
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	74.870,66	15.037,92
DESPESAS GERAIS	74.870,66	15.037,92
ENERGIA ELÉTRICA	0,00	448,03
ÁGUA E ESGOTO	0,00	109,19
TELEFONE E INTERNET	0,00	264,80
DESPESA C/FRETES E SEGUROS	1,96	40,55
MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS	46.590,08	9.349,00
COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES	28.278,62	4.232,00
MATERIAIS DE ESCRITÓRIO	0,00	160,00
MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	0,00	434,35
OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS	**0,00**	**2.021,85**
OUTRAS DESPESAS	0,00	2.021,85
GANHOS E PERDAS	0,00	2.021,85
RESULTADO ANTES DAS OPERAÇÕES FINANCEIRAS	**5.167,74**	**42.453,95**
RECEITAS FINANCEIRAS	**180,61**	**7,90**
RECEITAS FINANCEIRAS	180,61	7,90
DESCONTOS OBTIDOS	180,61	7,90
DESPESAS FINANCEIRAS	**177,16**	**5.244,85**
DESPESAS FINANCEIRAS	177,16	5.244,85
JUROS PAGOS	0,00	4.723,28
DESPESAS COM COBRANÇA	177,16	521,57
RESULTADO ANTES DAS PROVISÕES TRIBUTÁRIAS	**5.171,19**	**37.217,00**

675

	2018	2017
LUCRO/PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**5.171,19**	**37.217,00**

JACKSON DA ROSA
SÓCIO ADMINISTRADOR
CPF 025.855.179-85

ELDO BLUME
CRC 017369O1

CNPJ: 12.097.330/0001-26
Consolidação: Empresa
NIRE nº 41106832224 de 07/06/2010

Método: Indireto

Conta	Descrição	12/2018	12/2017
1	OPERACIONAIS	44.744,33	4.409,26
1.001	Lucro/Prejuízo líquido do exercício	5.171,19	37.217,00
1.005	DEPRECIAÇÃO	0,00	0,00
1.010	CLIENTES	0,00	0,00
1.011	RECEBIMENTO DE JUROS	0,00	0,00
1.012	CREDITOS TRIBUTÁRIOS	0,00	2.021,85
1.015	ESTOQUES	-4.739,76	-43.901,36
1.016	OUTROS ATIVOS	0,00	0,00
1.020	FORNECEDORES	13.343,54	0,00
1.021	PAGAMENTO DE IMPOSTOS	33.424,64	1.092,06
1.022	PAGAMENTO DE SALÁRIOS	0,00	0,00
1.023	PAGAMENTO DE JUROS	0,00	0,00
1.024	PAGAMENTO DESPESAS ADMINISTRATIVAS	0,00	0,00
1.025	OUTROS PASSIVOS	-2.455,28	7.979,71
2	INVESTIMENTO	-30.000,00	-88.059,14
2.001	ATIVO IMOBILIZADO	-30.000,00	-88.059,14
2.005	INVESTIMENTOS	0,00	0,00
3	FINANCIAMENTO	0,00	0,00
3.001	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	0,00	0,00
3.002	AUMENTO DE CAPITAL	0,00	0,00
3.003	DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS	0,00	0,00
3.005	INTEGRALIZAÇÕES DE CAPITAL	0,00	0,00
Aumento/Redução de Caixa e Equivalentes de Caixa		14.744,33	-83.649,88
Caixa e Equivalentes de Caixa			
	No início do Período	13.640,77	97.290,65
	No final do Período	21.713,34	13.640,77
	Variação	8.072,57	-83.649,88

Jackson da Rosa

JACKSON DA ROSA
SOCIO ADMINISTRADOR
CPF 025.855.179-85

ELDO BLUME
CRC 017369/O1

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

NIRE nº 41106832224 de 07/06/2010

Mês/Ano: 12/2018

	Capital social	Capital a integralizar	Ágio na emissão de ações	Subvenções para investimento	Ações em tesouraria	Reserva legal	Reserva estatutária	Reserva para contingência	Reserva de lucros a realizar	RESERVA CORREÇÃO CAPITAL	AJUSTE DE AVALIAÇÃO	Lucros ou prejuízos acumulados	DISTRIBUIÇÃO DE LUCRO	Total do Patrimônio Líquido
Saldos Iniciais	**600.000,00**	**0,00**	**0,00**	**s 0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**s 0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**-56.827,89**	**0,00**	**543.172,11**
Resultado do Exercício	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.171,19	0,00	5.171,19
Distribuição de Lucro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transações de Capital com os Sócios	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**5.171,19**	**0,00**	5.171,19
Outras Transações de Capital	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	0,00
Outros Resultados Abrangentes	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	0,00
Saldos Finais	**600.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**-51.656,70**	**0,00**	**548.343,30**

Mês/Ano: 12/2017

	Capital social	Capital a integralizar	Ágio na emissão de ações	Subvenções para investimento	Ações em tesouraria	Reserva legal	Reserva estatutária	Reserva para contingência	Reserva de lucros a realizar	RESERVA CORREÇÃO CAPITAL	AJUSTE DE AVALIAÇÃO	Lucros ou prejuízos acumulados	DISTRIBUIÇÃO DE LUCRO	Total do Patrimônio Líquido
Saldos Iniciais	**600.000,00**	**0,00**	**0,00**	**s 0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**s 0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**-94.044,89**	**0,00**	**505.955,11**
Resultado do Exercício	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	37.217,00	0,00	37.217,00
Distribuição de Lucro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transações de Capital com os Sócios	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**37.217,00**	**0,00**	37.217,00
Outras Transaçoes de Capital	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	0,00
Outros Resultados Abrangentes	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	0,00
Saldos Finais	**600.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**-56.827,89**	**0,00**	**543.172,11**

JACKSON DA ROSA
SÓCIO ADMINISTRADOR
CPF 025.855.179-85

ELDO BLUME
CRC 017389O1

JACKSON DA ROSA

000678

Rua Otávio Francisco de Mattos, nº. 644, Centro, Capanema/PR

CNPJ: 12.097.330/0001-26

E-mail: construtoraterraplanagem.capanema@hotmail.com Tel.: (46)99913-0785

DECLARAÇÃO

A empresa JACKSON DA ROSA, inscrita no CNPJ sob nº 12.097.330/0001-26, estabelecida á Rua Otavio Francisco de Mattos, nº 644, centro, nesta cidade de Capanema-PR, através de seu empresário abaixo assinado, DECLARA para os devidos fins e quem interessar possa que me comprometo a fazer a aquisição de Combustíveis e lubrificantes utilizada nas maquinas e carros da empresa com o fornecedor CAPA COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA , Inscrito no CNPJ 18.132.244/0001-93, situado em nosso município de Capanema, sito a Rua Alagoas, nº2483, Santa Cruz.

JACKSON DA ROSA
Empresário

CAPA COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA
Gerente

CNPJ 18.132.244/0001-93
CAPA COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA
Rua Alagoas, 2483 Bairro Santa Cruz
85.760-000 CAPANEMA PR

679

Recebemos de CAPA COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA os produtos e/ou serviços constantes da Nota Fiscal Eletrônica indicada ao lado
Emissão: 06/11/2020 Dest/Reme: JACKSON DA ROSA EPP Valor Total: 811,78

DATA DO RECEBIMENTO	IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR

NF-e
Nº 000.024.397
Série 004

CAPA COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA

RUA ALAGOAS, 2483 - SANTA CRUZ - CAPANEMA - PR - CEP: 85760-000
Fone: (46)3552-1000
xpert v3.5 - xpert.com.br

DANFE
Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica
0 - ENTRADA
1 - SAÍDA **1**
Nº 000.024.397
SÉRIE 004
FOLHA 1/1

CHAVE DE ACESSO
4120 1118 1322 4400 0193 5500 4000 0243 9716 2613 4080

Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz autorizadora

NATUREZA DA OPERAÇÃO	PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO
Venda combust. lub Adq. Terceiros	**141200213690290**

INSCRIÇÃO ESTADUAL	INSCRIÇÃO ESTADUAL DO SUBSTITUTO TRIBUTÁRIO	CNPJ
9068350880		18.132.244/0001-93

DESTINATÁRIO / REMETENTE

NOME / RAZÃO SOCIAL			CNPJ / CPF	DATA DA EMISSÃO
JACKSON DA ROSA EPP			12.097.330/0001-26	06/11/2020
ENDEREÇO	**BAIRRO / DISTRITO**		**CEP**	**DATA DA SAÍDA**
RUA OTAVIO FRANCISCO DE MATOS, 644	CENTRO		85760-000	06/11/2020
MUNICÍPIO	**UF**	**TELEFONE / FAX**	**INSCRIÇÃO ESTADUAL**	**HORA DA SAÍDA**
CAPANEMA	PR	(46)9913-0785	9052386478	16:21:06

CÁLCULO DO IMPOSTO

BASE DE CÁLCULO DO ICMS	VALOR DO ICMS	BASE DE CÁLCULO DO ICMS SUBST	VALOR DO ICMS SUBST	V. APROX. TRIBUTOS	VALOR TOTAL DOS PRODUTOS
0,00	0,00	0,00	0,00	206,60 (25,45 %)	811,78

VALOR DO FRETE	VALOR DO SEGURO	DESCONTO	OUTRAS DESPESAS ACESSÓRIAS	VALOR DO IPI	VALOR TOTAL DA NOTA
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	811,78

TRANSPORTADOR / VOLUMES TRANSPORTADOS

NOME / RAZÃO SOCIAL	FRETE POR CONTA	CÓDIGO ANTT	PLACA DO VEÍCULO	UF	CNPJ / CPF
	9 - SEM FRETE				
ENDEREÇO	**MUNICÍPIO**			**UF**	**INSCRIÇÃO ESTADUAL**

DADOS DOS PRODUTOS / SERVIÇOS

CÓDIGO PRODUTO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO / SERVIÇO	NCM/SH	CST	CFOP	UNID	QTDE	VALOR UNITÁRIO	% DESCONTO	VALOR LÍQUIDO	BASE DE CÁLC. ICMS	VALOR ICMS	VALOR IPI	ALÍQ. % ICMS	ALÍQ. % IPI
3307	OLEO DIESEL BS500 COMUM	27101921	060	5656	LT	200,00	3,20	0,00	640,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3307	OLEO DIESEL BS500 COMUM	27101921	060	5656	LT	53,682	3,20	0,00	171,78	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DADOS ADICIONAIS

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
TRIB. APROX.: R$ 109,18 (FED), R$ 97,41 (EST), R$ 0,00 (MUN) - Fonte: IBPT/empre - B6443B
Veiculo / Placa / KM 0 / Media 0,00
Motorista / Forma de Pgto Formas de PGTO
Dinheiro 811,78 / Frota
Requisicao
Base Substituicao 708,05 / Valor Subst 84,97
Obs nfe
Usuario CAIXA2
#B:5 - EI 2301564,210 - EF:2301764,210#,#B:5 - EI 2301510,528 EF:2301564,210#

RESERVADO AO FISCO

(c)1993-2020 xpert v3.5 - xpert.com.br

DATA E HORA DA IMPRESSÃO: 06/11/2020 16:21:10

Recebemos de CAPA COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA os produtos e/ou serviços constantes da Nota Fiscal Eletrônica indicada ao lado.
Emissão: 06/11/2020 Dest/Reme: JACKSON DA ROSA EPP Valor Total: 800,00

DATA DO RECEBIMENTO	IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR

NF-e
Nº 000.024.390
Série 004

CAPA COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA

RUA ALAGOAS, 2483 - SANTA CRUZ - CAPANEMA - PR - CEP: 85760-000
Fone: (46)3552-1000
xpert v3.5 - xpert.com.br

DANFE
Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica
0 - ENTRADA
1 - SAÍDA [1]
Nº 000.024.390
SÉRIE 004
FOLHA 1/1

CHAVE DE ACESSO
4120 1118 1322 4400 0193 5500 4000 0243 9011 5781 5763

Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz autorizadora

NATUREZA DA OPERAÇÃO	PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO
Venda combust. lub Adq. Terceiros	**141200213446105**

INSCRIÇÃO ESTADUAL	INSCRIÇÃO ESTADUAL DO SUBSTITUTO TRIBUTÁRIO	CNPJ
9068350880		18.132.244/0001-93

DESTINATÁRIO / REMETENTE

NOME / RAZÃO SOCIAL			CNPJ / CPF		DATA DA EMISSÃO
JACKSON DA ROSA EPP			12.097.330/0001-26		06/11/2020
ENDEREÇO		**BAIRRO / DISTRITO**		**CEP**	**DATA DA SAÍDA**
RUA OTAVIO FRANCISCO DE MATOS, 644		CENTRO		85760-000	06/11/2020
MUNICIPIO	**UF**	**TELEFONE / FAX**	**INSCRIÇÃO ESTADUAL**		**HORA DA SAÍDA**
CAPANEMA	PR	(46)9913-0785	9052386478		13:33:41

CÁLCULO DO IMPOSTO

BASE DE CÁLCULO DO ICMS	VALOR DO ICMS	BASE DE CÁLCULO DO ICMS SUBST	VALOR DO ICMS SUBST	V.APROX. TRIBUTOS	VALOR TOTAL DOS PRODUTOS
0,00	0,00	0,00	0,00	203,60 (25,45 %)	800,00
VALOR DO FRETE	**VALOR DO SEGURO**	**DESCONTO**	**OUTRAS DESPESAS ACESSÓRIAS**	**VALOR DO IPI**	**VALOR TOTAL DA NOTA**
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	800,00

TRANSPORTADOR / VOLUMES TRANSPORTADOS

NOME / RAZÃO SOCIAL	FRETE POR CONTA	CÓDIGO ANTT	PLACA DO VEÍCULO	UF	CNPJ / CPF
	9 - SEM FRETE				
ENDEREÇO	**MUNICIPIO**			**UF**	**INSCRIÇÃO ESTADUAL**

DADOS DOS PRODUTOS / SERVIÇOS

CÓDIGO PRODUTO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO / SERVIÇO	NCM/SH	CST	CFOP	UNID.	QTDE.	VALOR UNITÁRIO	% DESCONTO	VALOR LÍQUIDO	BASE DE CÁLC. ICMS	VALOR ICMS	VALOR IPI	ALIQ. % ICMS	ALIQ. % IPI
3307	OLEO DIESEL BS500 COMUM	27101921	060	5656	LT	250,00	3,20	0,00	800,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DADOS ADICIONAIS

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	RESERVADO AO FISCO
TRIB. APROX.: R$: 107,60 (FED), R$ 96,00 (EST), R$ 0,00 (MUN) - Fonte: IBPT/empre - B6443B Veiculo: / Placa: / KM:0 / Media:0,00 Motorista: / Forma de Pgto:Formas de PGTO Dinheiro: 800,00 / Frota Requisicao: / Base Substituicao:697,78 / Valor Subst:83,73 Obs nfe Usuario CAIXA2 #B 5 - EI 2300100,520 - EF 2300350,520#	

(c)1993-2020 xpert v3.5 - xpert.com.br

DATA E HORA DA IMPRESSÃO: 06/11/2020 13:33:43

466681

Recebemos de CAPA COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA os produtos e/ou serviços constantes da Nota Fiscal Eletrônica indicada ao lado.
Emissão: 06/11/2020 Dest/Reme: JACKSON DA ROSA Valor Total: 200,00

DATA DO RECEBIMENTO	IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR

NF-e
Nº 000.024.379
Série 004

CAPA COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA

RUA ALAGOAS, 2483 - SANTA CRUZ - CAPANEMA - PR - CEP: 85760-000
Fone: (46)3552-1000
xpert v3.5 - xpert.com.br

DANFE
Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica
0 - ENTRADA
1 - SAÍDA [1]
Nº 000.024.379
SÉRIE 004
FOLHA 1/1

CHAVE DE ACESSO
4120 1118 1322 4400 0193 5500 4000 0243 7919 4897 7486

Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz autorizadora

NATUREZA DA OPERAÇÃO	PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO
Venda combust. lub Adq. Terceiros	**141200213046207**

INSCRIÇÃO ESTADUAL	INSCRIÇÃO ESTADUAL DO SUBSTITUTO TRIBUTÁRIO	CNPJ
9068350880		18.132.244/0001-93

DESTINATÁRIO / REMETENTE

NOME / RAZÃO SOCIAL			CNPJ / CPF		DATA DA EMISSÃO
JACKSON DA ROSA			025.855.179-85		06/11/2020
ENDEREÇO		**BAIRRO / DISTRITO**		**CEP**	**DATA DA SAÍDA**
OTAVIO FRANCISCO DE MATOS, S/N		CENTRO		75850-000	06/11/2020
MUNICÍPIO	**UF**	**TELEFONE / FAX**	**INSCRIÇÃO ESTADUAL**		**HORA DA SAÍDA**
CAPANEMA	PR				07:48:13

CÁLCULO DO IMPOSTO

BASE DE CÁLCULO DO ICMS	VALOR DO ICMS	BASE DE CÁLCULO DO ICMS SUBST.	VALOR DO ICMS SUBST.	V.APROX. TRIBUTOS	VALOR TOTAL DOS PRODUTOS
0,00	0,00	0,00	0,00	50,90 (25,45 %)	200,00

VALOR DO FRETE	VALOR DO SEGURO	DESCONTO	OUTRAS DESPESAS ACESSÓRIAS	VALOR DO IPI	VALOR TOTAL DA NOTA
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200,00

TRANSPORTADOR / VOLUMES TRANSPORTADOS

NOME / RAZÃO SOCIAL	FRETE POR CONTA	CÓDIGO ANTT	PLACA DO VEÍCULO	UF	CNPJ / CPF
	9 - SEM FRETE				
ENDEREÇO	**MUNICÍPIO**			**UF**	**INSCRIÇÃO ESTADUAL**

DADOS DOS PRODUTOS / SERVIÇOS

CÓDIGO PRODUTO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO / SERVIÇO	NCM/SH	CST	CFOP	UNID.	QTDE.	VALOR UNITÁRIO	% DESCONTO	VALOR LÍQUIDO	BASE DE CÁLC. ICMS	VALOR ICMS	VALOR IPI	ALÍQ. % ICMS	ALÍQ. % IPI
3307	OLEO DIESEL BS500 COMUM	27101921	060	5656	LT	62,50	3,20	0,00	200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DADOS ADICIONAIS

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	RESERVADO AO FISCO
TRIB APROX.: R$ 26,90 (FED), R$ 24,00 (EST), R$ 0,00 (MUN) - Fonte: IBPT/empre - B6443B Veiculo: / Placa: / KM:0 / Media:0,00 Motorista: / Forma de Pgto:Formas de PGTO Dinheiro: 200,00 / Frota: Requisicao: / Base Substituicao:174,44 / Valor Subst:20,93 Obs nfe Usuario:CAIXA1 #B:5 - E1:2299415,860 - EF:2299478,360#	

(c)1993-2020 xpert v3.5 - xpert.com.br

DATA E HORA DA IMPRESSÃO: 06/11/2020 07:56:54

© 1993-2020, xpert v3.5 - xpert.com.br

Relatório de Vendas para Clientes

Data: 01/01/2020 - 06/11/2020, Clientes: 19075 - 19075, Produtos: Todos, Grupos: Todos, Produtos e Serviços - Formas de Pgto[Todas]

Produto		Resp.	Hora	Data Vcto	Nro NF	Nro Cupom	Qtde	Acrés.	Des (R$)	D(%)	Total
Filial:	10313 POSTO DELTA - CAPANEMA										
Cliente:	19075 - JACKSON DA ROSA					Cod.Alt:		Fone:			
Turno: 02											
Data:	15/04/2020										
3307	OLEO DIESEL BS500 Bico 005	675	14:44	15/05/2020	19849	0000	16,836	0,00	0,00		50,00
3307	OLEO DIESEL BS500 Bico 005	675	14:44	15/05/2020	19849	0000	100,000	0,00	0,00		297,00
						Total do Dia:.	116,84	0,00	0,00		347,00
						Total do Turno:.	116,84	0,00	0,00		347,00
Turno: 02											
Data:	24/04/2020										
[illegible]	OLEO DIESEL BS500 Bico 005	670	14:42	24/05/2020	19989	0000	101,011	0,00	0,00		300,00
						Total do Dia:.	101,01	0,00	0,00		300,00
						Total do Turno:.	101,01	0,00	0,00		300,00
Turno: 02											
Data:	05/05/2020										
3307	OLEO DIESEL BS500 Bico 005	675	18:25	04/06/2020	20158	0000	69,904	0,00	0,00		195,03
						Total do Dia:.	69,90	0,00	0,00		195,03
						Total do Turno:.	69,90	0,00	0,00		195,03
Turno: 01											
Data:	29/05/2020										
3307	OLEO DIESEL BS500 Bico 005	670	11:31	28/06/2020	20586	0000	400,000	0,00	0,00		1.116,00
						Total do Dia:.	400,00	0,00	0,00		1.116,00
						Total do Turno:.	400,00	0,00	0,00		1.116,00
Turno: 01											
Data:	26/06/2020										
[illegible]	OLEO DIESEL BS500 Bico 005	674	09:15	26/07/2020	21029	0000	311,419	0,00	0,00		900,00
						Total do Dia:.	311,42	0,00	0,00		900,00
						Total do Turno:.	311,42	0,00	0,00		900,00
Turno: 02											
Data:	02/07/2020										
3307	OLEO DIESEL BS500 Bico 005	675	13:38	01/08/2020	21135	0000	10,381	0,00	0,00		30,00
3307	OLEO DIESEL BS500 Bico 005	675	13:38	01/08/2020	21135	0000	51,904	0,00	0,00		150,00
						Total do Dia:.	62,28	0,00	0,00		180,00
						Total do Turno:.	62,28	0,00	0,00		180,00
Turno: 01											
Data:	07/07/2020										
3307	OLEO DIESEL BS500 Bico 005	674	09:00	06/08/2020	21198	0000	400,000	0,00	0,00		1.224,00
						Total do Dia:.	400,00	0,00	0,00		1.224,00
						Total do Turno:.	400,00	0,00	0,00		1.224,00
Turno: 01											
Data:	10/07/2020										
3307	OLEO DIESEL BS500 Bico 005	674	07:54	09/08/2020	21260	0000	261,438	0,00	0,00		800,00
						Total do Dia:.	261,44	0,00	0,00		800,00

© 1993-2020, xpert v3.5 - xpert.com.br

Produto			Resp.	Hora	Data Vcto	Nro NF	Nro Cupom	Qtde	Acrés.	Des (R$)	D(%)	Total
						Total do Turno:.		261,44	0,00	0,00		800,00
Turno: 02												
Data:	14/07/2020											
3307	OLEO DIESEL BS500	Bico 005	670	17:22	13/08/2020	21328	0000	98,040	0,00	0,00		300,00
						Total do Dia:.		98,04	0,00	0,00		300,00
						Total do Turno:.		98,04	0,00	0,00		300,00
Turno: 01												
Data:	15/07/2020											
3307	OLEO DIESEL BS500	Bico 005	670	10:57	14/08/2020	21338	0000	130,719	0,00	0,00		400,00
						Total do Dia:.		130,72	0,00	0,00		400,00
						Total do Turno:.		130,72	0,00	0,00		400,00
Turno: 02												
Data:	20/07/2020											
0624	TRENTO AVELÃS	Bico 000	675	16:44	19/08/2020	21413	0000	1,000	0,00	0,00		2,00
3307	OLEO DIESEL BS500	Bico 005	675	16:44	19/08/2020	21413	0000	98,040	0,00	0,00		300,00
6476	TRENTO MASSIMO	Bico 000	675	16:44	19/08/2020	21413	0000	2,000	0,00	0,00		4,00
						Total do Dia:.		101,04	0,00	0,00		306,00
						Total do Turno:.		101,04	0,00	0,00		306,00
Turno: 01												
Data:	30/07/2020											
3307	OLEO DIESEL BS500	Bico 005	674	12:12	29/08/2020	21585	0000	196,079	0,00	0,00		600,00
						Total do Dia:.		196,08	0,00	0,00		600,00
						Total do Turno:.		196,08	0,00	0,00		600,00
Turno: 01												
Data:	01/08/2020											
3307	OLEO DIESEL BS500	Bico 005	670	11:22	31/08/2020	21633	0000	200,000	0,00	0,00		612,00
						Total do Dia:.		200,00	0,00	0,00		612,00
						Total do Turno:.		200,00	0,00	0,00		612,00
Turno: 02												
Data:	05/08/2020											
3307	OLEO DIESEL BS500	Bico 005	675	16:13	04/09/2020	21724	0000	100,000	0,00	0,00		290,00
3	OLEO DIESEL BS500	Bico 005	675	16:13	04/09/2020	21724	0000	300,000	0,00	0,00		870,00
						Total do Dia:.		400,00	0,00	0,00		1.160,00
						Total do Turno:.		400,00	0,00	0,00		1.160,00
Turno: 02												
Data:	11/08/2020											
0003	GASOLINA C	Bico 004	675	16:43	10/09/2020	21866	0000	12,225	0,00	0,00		50,00
						Total do Dia:.		12,23	0,00	0,00		50,00
						Total do Turno:.		12,23	0,00	0,00		50,00
Turno: 01												
Data:	24/08/2020											
3307	OLEO DIESEL BS500	Bico 005	670	12:58	23/09/2020	22139	0000	114,907	0,00	0,00		370,00
						Total do Dia:.		114,91	0,00	0,00		370,00
						Total do Turno:.		114,91	0,00	0,00		370,00
Turno: 01												
Data:	28/08/2020											
0002	GASOLINA C COMUM	Bico 001	674	07:28	27/09/2020	22264	0000	4,776	0,00	0,00		20,01
3307	OLEO DIESEL BS500	Bico 005	674	07:28	27/09/2020	22264	0000	340,000	0,00	0,00		1.094,80

© 1993-2020, xpert v3.5 - xpert.com.br

Produto			Resp.	Hora	Data Vcto	Nro NF	Nro Cupom	Qtde	Acrés.	Des (R$)	D(%)	Total
						Total do Dia:.		344,78	0,00	0,00		1.114,81
						Total do Turno:.		344,78	0,00	0,00		1.114,81
Turno: 02												
Data:	01/09/2020											
3307	OLEO DIESEL BS500	Bico 005	675	18:53	01/10/2020	22379	0000	200,000	0,00	0,00		640,00
						Total do Dia:.		200,00	0,00	0,00		640,00
						Total do Turno:.		200,00	0,00	0,00		640,00
Turno: 02												
Data:	03/09/2020											
3307	OLEO DIESEL BS500	Bico 005	675	18:16	03/10/2020	22455	0000	89,553	0,00	0,00		300,00
						Total do Dia:.		89,55	0,00	0,00		300,00
						Total do Turno:.		89,55	0,00	0,00		300,00
Turno: 01												
Data:	05/09/2020											
2150	GRANOFIBRA	Bico 000	674	09:29	05/10/2020	22495	0000	1,000	0,00	0,00		1,25
3307	OLEO DIESEL BS500	Bico 005	674	09:29	05/10/2020	22495	0000	400,015	0,00	0,00		1.340,05
[illegible]	LUBRAX GRANS	Bico 000	674	09:34	05/10/2020	22496	0000	1,000	0,00	0,00		155,00
8787	GRANOFIBRA	Bico 000	674	09:29	05/10/2020	22495	0000	1,000	0,00	0,00		1,25
						Total do Dia:.		403,02	0,00	0,00		1.497,55
						Total do Turno:.		403,02	0,00	0,00		1.497,55
Turno: 01												
Data:	08/09/2020											
3307	OLEO DIESEL BS500	Bico 005	674	09:17	08/10/2020	22529	0000	262,296	0,00	0,00		800,00
3307	OLEO DIESEL BS500	Bico 005	674	10:06	08/10/2020	22532	0000	98,361	0,00	0,00		300,00
						Total do Dia:.		360,66	0,00	0,00		1.100,00
						Total do Turno:.		360,66	0,00	0,00		1.100,00
Turno: 01												
Data:	14/09/2020											
11933	TEXSA FLUIDO	Bico 000	674	11:25	14/10/2020	22676	0000	1,000	0,00	0,00		299,00
						Total do Dia:.		1,00	0,00	0,00		299,00
						Total do Turno:.		1,00	0,00	0,00		299,00
[illegible]: 01												
Data:	15/09/2020											
3307	OLEO DIESEL BS500	Bico 005	674	07:55	15/10/2020	22707	0000	98,361	0,00	0,00		300,00
3307	OLEO DIESEL BS500	Bico 005	674	11:07	15/10/2020	22718	0000	327,869	0,00	0,00		1.000,00
						Total do Dia:.		426,23	0,00	0,00		1.300,00
						Total do Turno:.		426,23	0,00	0,00		1.300,00
Turno: 01												
Data:	17/09/2020											
3307	OLEO DIESEL BS500	Bico 005	670	13:46	17/10/2020	22782	0000	190,477	0,00	0,00		600,00
						Total do Dia:.		190,48	0,00	0,00		600,00
						Total do Turno:.		190,48	0,00	0,00		600,00
Turno: 01												
Data:	18/09/2020											
0002	GASOLINA C COMUM	Bico 001	674	10:44	18/10/2020	22818	0000	20,000	0,00	0,00		85,40
3307	OLEO DIESEL BS500	Bico 005	674	08:38	18/10/2020	22813	0000	200,000	0,00	0,00		630,00
3307	OLEO DIESEL BS500	Bico 005	674	10:44	18/10/2020	22818	0000	66,645	0,00	0,00		209,93
3307	OLEO DIESEL BS500	Bico 005	674	10:44	18/10/2020	22818	0000	400,000	0,00	0,00		1.260,00

© 1993-2020, xpert v3.5 - xpert.com.br

Produto		Resp.	Hora	Data Vcto	Nro NF	Nro Cupom	Qtde	Acrés.	Des (R$)	D(%)	Total
3377	LUBRAX EXTRA Bico 000	674	08:42	18/10/2020	22814	0000	1,000	0,00	0,00		279,90
						Total do Dia:.	687,64	0,00	0,00		2.465,23
						Total do Turno:.	687,64	0,00	0,00		2.465,23
Turno: 01											
Data:	19/09/2020										
3307	OLEO DIESEL BS500 Bico 005	674	08:13	19/10/2020	22847	0000	63,493	0,00	0,00		200,00
3307	OLEO DIESEL BS500 Bico 005	674	08:59	19/10/2020	22848	0000	100,000	0,00	0,00		315,00
3307	OLEO DIESEL BS500 Bico 005	674	08:59	19/10/2020	22848	0000	200,000	0,00	0,00		630,00
						Total do Dia:.	363,49	0,00	0,00		1.145,00
						Total do Turno:.	363,49	0,00	0,00		1.145,00
Turno: 01											
Data:	22/09/2020										
3307	OLEO DIESEL BS500 Bico 005	674	07:57	22/10/2020	22903	0000	211,268	0,00	0,00		600,00
3307	OLEO DIESEL BS500 Bico 005	674	13:30	22/10/2020	22916	0000	200,000	0,00	0,00		568,00
						Total do Dia:.	411,27	0,00	0,00		1.168,00
						Total do Turno:.	411,27	0,00	0,00		1.168,00
Turno: 02											
Data:	22/09/2020										
3307	OLEO DIESEL BS500 Bico 005	675	17:33	22/10/2020	22931	0000	400,000	0,00	0,00		1.136,00
						Total do Dia:.	400,00	0,00	0,00		1.136,00
						Total do Turno:.	400,00	0,00	0,00		1.136,00
Turno: 01											
Data:	23/09/2020										
3377	LUBRAX EXTRA Bico 000	674	13:55	23/10/2020	22950	0000	1,000	0,00	0,00		279,90
						Total do Dia:.	1,00	0,00	0,00		279,90
						Total do Turno:.	1,00	0,00	0,00		279,90
Turno: 02											
Data:	25/09/2020										
3307	OLEO DIESEL BS500 Bico 005	675	14:32	25/10/2020	23027	0000	60,962	0,00	0,00		192,03
						Total do Dia:.	60,96	0,00	0,00		192,03
						Total do Turno:.	60,96	0,00	0,00		192,03
Turno: 01											
Data:	26/09/2020										
3307	OLEO DIESEL BS500 Bico 005	674	08:01	26/10/2020	23044	0000	71,547	0,00	0,00		225,37
3307	OLEO DIESEL BS500 Bico 005	674	08:01	26/10/2020	23044	0000	500,000	0,00	0,00		1.575,00
						Total do Dia:.	571,55	0,00	0,00		1.800,37
						Total do Turno:.	571,55	0,00	0,00		1.800,37
Turno: 01											
Data:	29/09/2020										
3307	OLEO DIESEL BS500 Bico 005	674	08:23	29/10/2020	23106	0000	314,686	0,00	0,00		900,00
						Total do Dia:.	314,69	0,00	0,00		900,00
						Total do Turno:.	314,69	0,00	0,00		900,00
Turno: 01											
Data:	30/09/2020										
3307	OLEO DIESEL BS500 Bico 005	674	08:14	30/10/2020	23157	0000	559,441	0,00	0,00		1.600,00
						Total do Dia:.	559,44	0,00	0,00		1.600,00
						Total do Turno:.	559,44	0,00	0,00		1.600,00
Turno: 02											

© 1993-2020, xpert v3.5 - xpert.com.br

Produto			Resp.	Hora	Data Vcto	Nro NF	Nro Cupom	Qtde	Acrés.	Des (R$)	D(%)	Total
Data: 30/09/2020												
1033	CORNETTO	Bico 000	670	19:01	30/10/2020	23194	0000	1,000	0,00	0,00		8,00
3307	OLEO DIESEL BS500	Bico 005	670	19:01	30/10/2020	23194	0000	400,000	0,00	0,00		1.144,00
							Total do Dia:.	401,00	0,00	0,00		1.152,00
							Total do Turno:.	401,00	0,00	0,00		1.152,00
Turno: 01												
Data: 05/10/2020												
2231	PAO DE QUEIJO	Bico 000	674	08:17	04/11/2020	23282	0000	1,000	0,00	0,00		1,50
3307	OLEO DIESEL BS500	Bico 005	674	07:30	04/11/2020	23276	0000	222,223	0,00	0,00		700,00
3307	OLEO DIESEL BS500	Bico 005	674	08:17	04/11/2020	23282	0000	60,321	0,00	0,00		190,01
3307	OLEO DIESEL BS500	Bico 005	670	13:22	04/11/2020	23297	0000	190,477	0,00	0,00		600,00
							Total do Dia:.	474,02	0,00	0,00		1.491,51
							Total do Turno:.	474,02	0,00	0,00		1.491,51
Turno: 01												
Data: 06/10/2020												
3307	OLEO DIESEL BS500	Bico 005	674	09:09	05/11/2020	23335	0000	517,242	0,00	0,00		1.500,00
							Total do Dia:.	517,24	0,00	0,00		1.500,00
							Total do Turno:.	517,24	0,00	0,00		1.500,00
Turno: 01												
Data: 08/10/2020												
3307	OLEO DIESEL BS500	Bico 005	674	07:07	07/11/2020	23434	0000	222,223	0,00	0,00		700,00
							Total do Dia:.	222,22	0,00	0,00		700,00
							Total do Turno:.	222,22	0,00	0,00		700,00
Turno: 01												
Data: 09/10/2020												
1540	COCA COLA ZERO	Bico 000	670	14:43	08/11/2020	23482	0000	1,000	0,00	0,00		3,50
1662	OLEO DIESEL B S10	Bico 006	670	14:43	08/11/2020	23482	0000	46,545	0,00	0,00		148,01
3307	OLEO DIESEL BS500	Bico 005	670	14:43	08/11/2020	23482	0000	300,000	0,00	0,00		945,00
							Total do Dia:.	347,54	0,00	0,00		1.096,51
							Total do Turno:.	347,54	0,00	0,00		1.096,51
Turno: 01												
Data: 10/10/2020												
3307	OLEO DIESEL BS500	Bico 005	674	08:28	09/11/2020	23500	0000	250,000	0,00	0,00		787,50
							Total do Dia:.	250,00	0,00	0,00		787,50
							Total do Turno:.	250,00	0,00	0,00		787,50
Turno: 01												
Data: 14/10/2020												
3307	OLEO DIESEL BS500	Bico 005	674	08:01	13/11/2020	23588	0000	100,672	0,00	0,00		300,00
3307	OLEO DIESEL BS500	Bico 005	674	08:52	13/11/2020	23592	0000	2,024	0,00	0,00		6,03
3307	OLEO DIESEL BS500	Bico 005	674	08:52	13/11/2020	23592	0000	38,262	0,00	0,00		114,02
3307	OLEO DIESEL BS500	Bico 005	674	08:52	13/11/2020	23592	0000	498,000	0,00	0,00		1.484,04
3377	LUBRAX EXTRA	Bico 000	674	08:52	13/11/2020	23592	0000	1,000	0,00	0,00		279,90
							Total do Dia:.	639,96	0,00	0,00		2.183,99
							Total do Turno:.	639,96	0,00	0,00		2.183,99
Turno: 01												
Data: 15/10/2020												
0002	GASOLINA C COMUM	Bico 001	674	10:47	14/11/2020	23636	0000	11,717	0,00	0,00		50,03
							Total do Dia:.	11,72	0,00	0,00		50,03

Produto	Resp.	Hora	Data Vcto	Nro NF	Nro Cupom	Qtde	Acrés.	Des (R$)	D(%)	Total
				Total do Turno:.		11,72	0,00	0,00		50,03
Turno: 01										
Data: 17/10/2020										
3307 OLEO DIESEL BS500 Bico 005	674	09:58	16/11/2020	23706	0000	531,297	0,00	0,00		1.700,15
6643 PETRONAS SELENIA Bico 000	674	09:58	16/11/2020	23706	0000	1,000	0,00	0,00		156,99
				Total do Dia:.		532,30	0,00	0,00		1.857,14
				Total do Turno:.		532,30	0,00	0,00		1.857,14
Turno: 01										
Data: 19/10/2020										
3307 OLEO DIESEL BS500 Bico 005	674	09:56	18/11/2020	23748	0000	300,000	0,00	0,00		960,00
				Total do Dia:.		300,00	0,00	0,00		960,00
				Total do Turno:.		300,00	0,00	0,00		960,00
Turno: 01										
Data: 20/10/2020										
3307 OLEO DIESEL BS500 Bico 005	674	09:01	19/11/2020	23794	0000	24,162	0,00	0,00		72,00
3307 OLEO DIESEL BS500 Bico 005	674	09:01	19/11/2020	23794	0000	400,000	0,00	0,00		1.192,00
				Total do Dia:.		424,16	0,00	0,00		1.264,00
				Total do Turno:.		424,16	0,00	0,00		1.264,00
Turno: 01										
Data: 21/10/2020										
3307 OLEO DIESEL BS500 Bico 005	674	10:06	20/11/2020	23846	0000	302,014	0,00	0,00		900,00
				Total do Dia:.		302,01	0,00	0,00		900,00
				Total do Turno:.		302,01	0,00	0,00		900,00
Turno: 01										
Data: 23/10/2020										
3307 OLEO DIESEL BS500 Bico 005	674	08:17	22/11/2020	23925	0000	187,500	0,00	0,00		600,00
				Total do Dia:.		187,50	0,00	0,00		600,00
				Total do Turno:.		187,50	0,00	0,00		600,00
Turno: 01										
Data: 24/10/2020										
3307 OLEO DIESEL BS500 Bico 005	674	09:11	23/11/2020	23955	0000	250,000	0,00	0,00		800,00
				Total do Dia:.		250,00	0,00	0,00		800,00
				Total do Turno:.		250,00	0,00	0,00		800,00
Turno: 01										
Data: 26/10/2020										
3307 OLEO DIESEL BS500 Bico 005	674	07:44	25/11/2020	23984	0000	187,500	0,00	0,00		600,00
				Total do Dia:.		187,50	0,00	0,00		600,00
				Total do Turno:.		187,50	0,00	0,00		600,00
Turno: 01										
Data: 27/10/2020										
3307 OLEO DIESEL BS500 Bico 005	674	08:12	26/11/2020	24025	0000	300,000	0,00	0,00		900,00
				Total do Dia:.		300,00	0,00	0,00		900,00
				Total do Turno:.		300,00	0,00	0,00		900,00
Turno: 01										
Data: 28/10/2020										
3307 OLEO DIESEL BS500 Bico 005	674	08:32	27/11/2020	24073	0000	300,000	0,00	0,00		900,00
				Total do Dia:.		300,00	0,00	0,00		900,00
				Total do Turno:.		300,00	0,00	0,00		900,00

© 1993-2020, xpert v3.5 - xpert.com.br

Produto	Resp.	Hora	Data Vcto	Nro NF	Nro Cupom	Qtde	Acrés.	Des (R$)	D(%)	Total
Turno: 01										
Data: 29/10/2020										
3307 OLEO DIESEL BS500 Bico 005	674	07:54	28/11/2020	24124	0000	312,500	0,00	0,00		1.000,00
					Total do Dia:.	312,50	0,00	0,00		1.000,00
					Total do Turno:.	312,50	0,00	0,00		1.000,00
Turno: 01										
Data: 04/11/2020										
3307 OLEO DIESEL BS500 Bico 005	674	10:39	04/12/2020	24295	0000	204,779	0,00	0,00		600,00
					Total do Dia:.	204,78	0,00	0,00		600,00
					Total do Turno:.	204,78	0,00	0,00		600,00
Turno: 01										
Data: 06/11/2020										
3307 OLEO DIESEL BS500 Bico 005	674	07:51	06/12/2020	24379	0000	62,500	0,00	0,00		200,00
					Total do Dia:.	62,50	0,00	0,00		200,00
					Total do Turno:.	62,50	0,00	0,00		200,00
					Total do Cliente:.	14.588,61	0,00	0,00		45.940,60
					Total da Empresa:.	14.588,61	0,00	0,00		45.940,60
					Total Relatorio:.	14.588,61	0,00	0,00		45.940,60

© 1993-2020, xpert v3.5 - xpert.com.br

Relatório de Vendas para Clientes

Data: 01/01/2020 - 06/11/2020, Clientes: 11551 - 11551, Produtos: Todos, Grupos: Todos, Produtos e Serviços - Formas de Pgto[Todas]

Produto		Resp.	Hora	Data Vcto	Nro NF	Nro Cupom	Qtde	Acrés.	Des (R$)	D(%)	Total
Filial:	10313 POSTO DELTA - CAPANEMA										
Cliente:	11551 - JACKSON DA ROSA EPP					Cod.Alt:		Fone:	4699130785		
Turno: 01											
Data:	02/01/2020										
3307	OLEO DIESEL BS500 Bico 005	674	10:25	01/02/2020	17785	0000	14,368	0,00	0,75	1,50 %	49,25
						Total do Dia:.	14,37	0,00	0,75		49,25
						Total do Turno:.	14,37	0,00	0,75		49,25
Turno: 01											
Data:	04/01/2020										
1662	OLEO DIESEL B S10 Bico 006	674	09:01	03/02/2020	17805	0000	57,143	0,00	0,00		200,00
						Total do Dia:.	57,14	0,00	0,00		200,00
						Total do Turno:.	57,14	0,00	0,00		200,00
Turno: 01											
Data:	21/01/2020										
0002	GASOLINA C COMUMBico 001	674	08:24	20/02/2020	18039	0000	11,390	0,00	0,00		50,00
0002	GASOLINA C COMUMBico 001	674	08:24	20/02/2020	18040	0000	11,390	0,00	0,00		50,00
						Total do Dia:.	22,78	0,00	0,00		100,00
						Total do Turno:.	22,78	0,00	0,00		100,00
Turno: 01											
Data:	25/01/2020										
1662	OLEO DIESEL B S10 Bico 006	670	11:31	24/02/2020	18119	0000	144,509	0,00	0,00		500,00
						Total do Dia:.	144,51	0,00	0,00		500,00
						Total do Turno:.	144,51	0,00	0,00		500,00
Turno: 01											
Data:	29/01/2020										
1662	OLEO DIESEL B S10 Bico 006	674	13:32	28/02/2020	18200	0000	66,474	0,00	0,00		230,00
						Total do Dia:.	66,47	0,00	0,00		230,00
						Total do Turno:.	66,47	0,00	0,00		230,00
Turno: 02											
Data:	06/02/2020										
1662	OLEO DIESEL B S10 Bico 006	675	14:17	07/03/2020	18403	0000	29,586	0,00	0,00		100,00
						Total do Dia:.	29,59	0,00	0,00		100,00
						Total do Turno:.	29,59	0,00	0,00		100,00
Turno: 01											
Data:	08/02/2020										
1662	OLEO DIESEL B S10 Bico 006	674	07:53	09/03/2020	18457	0000	90,362	0,00	0,00		300,00
						Total do Dia:.	90,36	0,00	0,00		300,00
						Total do Turno:.	90,36	0,00	0,00		300,00
Turno: 01											
Data:	11/03/2020										
3377	LUBRAX EXTRA Bico 000	674	07:40	10/04/2020	19223	0000	1,000	0,00	0,00		279,90
						Total do Dia:.	1,00	0,00	0,00		279,90
						Total do Turno:.	1,00	0,00	0,00		279,90

© 1993-2020, xpert v3.5 - xpert.com.br

Produto		Resp.	Hora	Data Vcto	Nro NF	Nro Cupom	Qtde	Acrés.	Des (R$)	D(%)	Total
Turno: 01											
Data: 30/03/2020											
0003	GASOLINA C Bico 004	674	08:32	29/04/2020	19567	0000	12,532	0,00	0,00		50,00
1662	OLEO DIESEL B S10 Bico 006	674	08:32	29/04/2020	19567	0000	33,445	0,00	0,00		100,00
3307	OLEO DIESEL BS500 Bico 005	674	08:32	29/04/2020	19567	0000	300,000	0,00	0,00		891,00
						Total do Dia:.	345,98	0,00	0,00		1.041,00
						Total do Turno:.	345,98	0,00	0,00		1.041,00
Turno: 01											
Data: 06/04/2020											
3307	OLEO DIESEL BS500 Bico 005	674	07:59	06/05/2020	19659	0000	101,014	0,00	0,00		300,01
						Total do Dia:.	101,01	0,00	0,00		300,01
						Total do Turno:.	101,01	0,00	0,00		300,01
Turno: 01											
Data: 14/04/2020											
3307	OLEO DIESEL BS500 Bico 005	674	09:18	14/05/2020	19821	0000	101,011	0,00	0,00		300,00
						Total do Dia:.	101,01	0,00	0,00		300,00
						Total do Turno:.	101,01	0,00	0,00		300,00
Turno: 01											
Data: 26/04/2020											
3307	OLEO DIESEL BS500 Bico 005	674	10:09	26/05/2020	20006	0000	100,000	0,00	0,00		297,00
						Total do Dia:.	100,00	0,00	0,00		297,00
						Total do Turno:.	100,00	0,00	0,00		297,00
Turno: 01											
Data: 06/05/2020											
3307	OLEO DIESEL BS500 Bico 005	674	13:18	05/06/2020	20168	0000	107,527	0,00	0,00		300,00
						Total do Dia:.	107,53	0,00	0,00		300,00
						Total do Turno:.	107,53	0,00	0,00		300,00
Turno: 01											
Data: 07/05/2020											
3307	OLEO DIESEL BS500 Bico 005	674	09:58	06/06/2020	20188	0000	179,212	0,00	0,00		500,00
						Total do Dia:.	179,21	0,00	0,00		500,00
						Total do Turno:.	179,21	0,00	0,00		500,00
Turno: 01											
Data: 08/05/2020											
3307	OLEO DIESEL BS500 Bico 005	674	09:11	07/06/2020	20205	0000	17,922	0,00	0,00		50,00
3307	OLEO DIESEL BS500 Bico 005	674	09:11	07/06/2020	20205	0000	250,897	0,00	0,00		700,00
						Total do Dia:.	268,82	0,00	0,00		750,00
						Total do Turno:.	268,82	0,00	0,00		750,00
Turno: 01											
Data: 14/05/2020											
3307	OLEO DIESEL BS500 Bico 005	674	14:06	13/06/2020	20337	0000	120,000	0,00	0,00		334,80
						Total do Dia:.	120,00	0,00	0,00		334,80
						Total do Turno:.	120,00	0,00	0,00		334,80
Turno: 01											
Data: 15/05/2020											
3307	OLEO DIESEL BS500 Bico 005	674	10:59	14/06/2020	20348	0000	200,000	0,00	0,00		558,00
						Total do Dia:.	200,00	0,00	0,00		558,00
						Total do Turno:.	200,00	0,00	0,00		558,00

© 1993-2020, xpert v3.5 - xpert.com.br

Produto		Resp.	Hora	Data Vcto	Nro NF	Nro Cupom	Qtde	Acrés.	Des (R$)	D(%)	Total
Turno: 02											
Data:	19/05/2020										
3307	OLEO DIESEL BS500 Bico 005	675	18:26	18/06/2020	20413	0000	150,000	0,00	0,00		418,50
						Total do Dia:.	150,00	0,00	0,00		418,50
						Total do Turno:.	150,00	0,00	0,00		418,50
Turno: 01											
Data:	25/05/2020										
3307	OLEO DIESEL BS500 Bico 005	670	10:20	24/06/2020	20495	0000	179,212	0,00	0,00		500,00
						Total do Dia:.	179,21	0,00	0,00		500,00
						Total do Turno:.	179,21	0,00	0,00		500,00
Turno: 02											
Data:	26/05/2020										
3307	OLEO DIESEL BS500 Bico 005	675	15:09	25/06/2020	20534	0000	35,843	0,00	0,00		100,00
3307	OLEO DIESEL BS500 Bico 005	675	15:14	25/06/2020	20535	0000	28,674	0,00	0,00		80,00
						Total do Dia:.	64,52	0,00	0,00		180,00
						Total do Turno:.	64,52	0,00	0,00		180,00
Turno: 02											
Data:	20/06/2020										
3307	OLEO DIESEL BS500 Bico 005	675	18:21	20/07/2020	20931	0000	100,000	0,00	0,00		289,00
						Total do Dia:.	100,00	0,00	0,00		289,00
						Total do Turno:.	100,00	0,00	0,00		289,00
Turno: 01											
Data:	27/06/2020										
3307	OLEO DIESEL BS500 Bico 005	674	11:18	27/07/2020	21046	0000	207,613	0,00	0,00		600,00
						Total do Dia:.	207,61	0,00	0,00		600,00
						Total do Turno:.	207,61	0,00	0,00		600,00
Turno: 01											
Data:	02/07/2020										
3202	LUBRAX TOP TURBO Bico 000	674	08:15	01/08/2020	21122	0000	1,000	0,00	0,00		59,90
3307	OLEO DIESEL BS500 Bico 005	674	08:15	01/08/2020	21122	0000	48,443	0,00	0,00		140,00
						Total do Dia:.	49,44	0,00	0,00		199,90
						Total do Turno:.	49,44	0,00	0,00		199,90
Turno: 01											
Data:	16/09/2020										
3307	OLEO DIESEL BS500 Bico 005	674	08:24	16/10/2020	22743	0000	327,869	0,00	0,00		1.000,00
						Total do Dia:.	327,87	0,00	0,00		1.000,00
						Total do Turno:.	327,87	0,00	0,00		1.000,00
Turno: 02											
Data:	22/09/2020										
3307	OLEO DIESEL BS500 Bico 005	675	16:58	22/10/2020	582227	0000	142,610	0,00	0,00		405,01
						Total do Dia:.	142,61	0,00	0,00		405,01
						Total do Turno:.	142,61	0,00	0,00		405,01
Turno: 02											
Data:	21/10/2020										
0002	GASOLINA C COMUMBico 001	675	19:55	20/11/2020	23880	0000	13,987	0,00	0,00		60,00
						Total do Dia:.	13,99	0,00	0,00		60,00
						Total do Turno:.	13,99	0,00	0,00		60,00
Turno: 02											

© 1993-2020, xpert v3.5 - xpert.com.br

Produto		Resp.	Hora	Data Vcto	Nro NF	Nro Cupom	Qtde	Acrés.	Des (R$)	D(%)	Total
Data:	06/11/2020										
3307	OLEO DIESEL BS500 Bico 005	675	13:37	06/12/2020	24390	0000	250,000	0,00	0,00		800,00
3307	OLEO DIESEL BS500 Bico 005	675	16:24	06/12/2020	24397	0000	53,682	0,00	0,00		171,78
3307	OLEO DIESEL BS500 Bico 005	675	16:24	06/12/2020	24397	0000	200,000	0,00	0,00		640,00
						Total do Dia:.	503,68	0,00	0,00		1.611,78
						Total do Turno:.	503,68	0,00	0,00		1.611,78
						Total do Cliente:.	3.688,72	0,00	0,75		11.404,15
						Total da Empresa:.	3.688,72	0,00	0,75		11.404,15
						Total Relatorio:.	3.688,72	0,00	0,75		11.404,15

JACKSON DA ROSA

Rua Otávio Francisco de Mattos, nº. 644, Centro, Capanema/PR

CNPJ: 12.097.330/0001-26

E-mail: construtoraterraplanagem.capanema@hotmail.com Tel.: (46)99913-0785

DECLARAÇÃO

A empresa JACKSON DA ROSA, inscrita no CNPJ sob nº 12.097.330/0001-26, estabelecida á Rua Otavio Francisco de Mattos, nº 644, Centro, nesta cidade de Capanema-PR, através de seu sócio administrador abaixo assinado, DECLARA para os devidos fins e quem interessar possa que a empresa faz a contabilidade com o profissional contábil Sr. ELDO BLUME inscrito no CPF 174.220.510-00 residente na Rua Rio de Janeiro, nº1445, Centro, Capanema assim gerando maior vinculo com o comércio local.

Capanema/PR, 10 de Novembro 2020.

ESCRITORIO CONTABIL BLUME

ELDO BLUME
Téc. em Contabilidade
CRC 017.369/O-1

JACKSON DA ROSA

JACKSON DA ROSA

Rua Otávio Francisco de Mattos, nº. 644, Centro, Capanema/PR

CNPJ: 12.097.330/0001-26

E-mail: construtoraterraplanagem.capanema@hotmail.com Tel.: (46)99913-0785

ANEXO V-A

INDICAÇÃO DE ITENS RELACIONADOS AOS IMÓVEIS SEM BARRACÕES

NOME DA PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA: JACKSON DA ROSA

CPF OU CNPJ: 12.097.330/0001-26

A proposta constante no envelope lacrado será utilizada como oferta para os imóveis previstos nos seguintes itens, em ordem de preferência:

Item (previsto no Termo de Referência	**Descrição do imóvel** (previsto no Termo de Referência)
08	Área Industrial III – Saída para São Luiz – Quadra nº80 – Lote 09 – Setor N.O – Rua Paraíba nº1955
07	Área Industrial III- Saída para São Luiz – Quadra nº80 – Lote 08 – Setor N.O – Rua Paraíba nº1923
06	Área Industrial II – Saída para São Luiz – Quadra nº80 – Lote 07 – Setor N.O – Rua Paraíba nº1871
05	Área Industrial III – Saída para São Luiz – Quadra nº80 – Lote 06 – Setor N.O – Rua Paraíba nº1835
04	Área Industrial III – Saída para São Luiz – Quadra nº80 – Lote 05 – Setor N.O – Rua Paraíba nº1803
03	Área Industrial III – Saída para São Luiz – Quadra nº80 – Lote 04 – Setor N.O – Rua Paraíba nº1767
02	Área Industrial III –Saída para São Luiz – Quadra nº80 –Lote 03 – Setor N.O – Rua Paraíba nº1739
01	Área Industrial I – próximo ao trevo saída para São Pedro – Quadra 84B – Lote 02 – Av. Independência nº2840
09	Área Industrial II – próximo ao Ginásio de Esporte – Chácara 12A – Setor S.E – Rua Pôr do Sol nº909
10	Área Industrial II – próximo ao Ginásio de Esporte – Chácara 12B – Setor S.E – Rua Pôr do sol nº885

Capanema/PR, 09 de Novembro de 2020.

Jackson da Rosa

JACKSON DA ROSA
Sócio Administrador

R. Otávio Francisco de Mattos, 644 - Centro
85760-000 - CAPANEMA - PR

Jackson da Rosa - EPP
12.097.330/0001-26

BARRACÃO EM PRÉ-MOLDADO ESTRUTURA MISTA - 500,00M²					
Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Preço Unitário (R$)	Preço Total (R$)
[illegible]	[illegible]				299.580,17
1.2	SERVIÇOS PRELIMINARES				15.658,51
1.2.2	CAPINA E LIMPEZA MANUAL DE TERRENO	M²	2.319,42	1,89	4.383,70
1.2.3	EXECUÇÃO DE DEPÓSITO EM CANTEIRO DE OBRA EM CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA, NÃO INCLUSO MOBILIÁRIO. AF_04/2016	M²	6,00	567,45	3.404,71
1.2.4	LOCAÇÃO CONVENCIONAL DE OBRA, ATRAVÉS DE GABARITO DE TABUAS CORRIDAS PONTALETADAS, COM REAPROVEITAMENTO DE 10 VEZES	M²	500,00	8,55	4.275,00
1.2.5	NIVELAMENTO TERRENO	M²	2.319,42	1,55	3.595,10
1.3	INFRAESTRUTURA				3.263,73
1.3.2	ESCAVAÇÃO MANUAL DE VALA COM PROFUNDIDADE MENOR OU IGUAL A 1,30M. AF_03/2016	M³	47,44	68,80	3.263,73
1.3.3	REATERRO MECANIZADO DE VALA COM ESCAVADEIRA HIDRÁULICA (CAPACIDADE DA CAÇAMBA: 0,8M³/POTÊNCIA: 111 HP), LARGURA DE 1,5 A 2,5M, PROFUNDIDADE ATÉ 1,5M. COM SOLO (SEM SUBSTITUIÇÃO) DE 1ª CATEGORIA E LOCAIS COM ALTO NÍVEL DE INTERFERÊNCIA. AF_04/2016	M³	12,00	15,25	182,95
1.4	SUPERESTRUTURA				61.757,00
1.4.1	(COMPOSIÇÃO REPRESENTATIVA) EXECUÇÃO DE ESTRUTURAS DE CONCRETO ARMADO, PARA EDIFICAÇÃO TÉRREA, FCK=25 MPA. AF_01/2017	M³	15,00	1.931,85	28.977,69
1.4.2	PILARES DE CONCRETO PRÉ-MOLDADO	M	72,00	455,00	32.760,00
1.5	PAREDES E PAINÉIS				8.346,66
1.5.1	ALVENARIA EM TIJOLOS CERÂMICO 4 FUROS 10X10X24CM	M²	142,32	58,65	8.346,66
1.6	PAVIMENTAÇÃO INTERNA				32.082,52
1.6.1	REGULARIZAÇÃO E COMPACTAÇÃO DE SUBLEITO ATÉ 20CM DE ESPESSURA	M²	500,00	1,28	639,65
1.6.2	CONCRETD MAGRO PARA LASTRO, TRAÇO 1:4,5:4,5 (CIMENTO/AREIA MÉDIA/BRITA 1) - PREPARO MANUAL. AF_07/2016	M³	65,01	358,82	23.326,80
1.6.3	REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PISO COM PLACAS TIPO PORCELANATO DE DIMENSÕES 60X60CM APLICADA EM AMBIENTES DE ÁREA ENTRE 5 M² E 10 M² . AF_06/2014	M²	65,01	89,93	5.846,48
1.6.4	REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PISO COM PLACAS TIPO ESMALTADA POPULAR DE DIMENSÕES 35X35CM APLICADA EM AMBIENTES DE ÁREA ENTRE 5 M² E 10 M² . AF_06/2014	M²	65,01	30,44	1.978,84
1.6.5	RODAPÉ CERÂMICO DE 7CM DE ALTURA COM PLACAS TIPO ESMALTADA EXTRA DE DIMENSÕES 60X60CM. AF_06/2014	M	31,50	9,23	290,75
1.7	REVESTIMENTO INTERNO/EXTERNO				9.096,58
1.7.1	CHAPISCO APLICADO SOMENTE EM ESTRUTURAS DE CONCRETO EM ALVENARIAS EXTERNA COM DESEMPENADEIRA DENTADA, ARGAMASSA INDUSTRIALIZADA COM PREPARO EM MISTURADOR 300KG.	M²	38,84	13,92	540,82
1.7.2	CHAPISCO APLICADO SOMENTE EM ESTRUTURAS DE CONCRTO EM ALVENARIAS INTERNAS, COM DESEMPENADEIRA DENTADA, ARGAMASSA INDUSTRIALIZADA COM PREPARO EM MISTURADOR 300KG.	M²	151,20	13,92	2.105,36
1.7.3	(COMPOSIÇÃO REPRESENTATIVA) DO SERVIÇO DE EMBOÇO/MASSA ÚNICA, APLICADO MANUALMENTE, TRAÇO 1:2:8, EM BETONEIRA DE 400L PAREDES EXTERNAS COM EXECUÇÃO DE TALISCAS.	M²	38,84	25,06	973,23
1.7.4	(COMPOSIÇÃD REPRESENTATIVA) DO SERVIÇO DE EMBOÇO/MASSA ÚNICA, APLICADO MANUALMENTE, TRAÇO 1:2:8, EM BETONEIRA DE 400L PAREDES INTERNAS, COM EXECUÇÃO DE TALISCAS.	M²	151,20	25,06	3.788,69
1.7.5	REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PAREDES INTERNAS COM PLACAS TIPO ESMALTADA EXTRA DE DIMENSÕES 20X20CM APLICADAS EM AMBIENTES DE ÁREA MENOR QUE 5M² NA ALTURA INTEIRA DAS PAREDES.	M²	27,00	62,54	1.688,58
1.8	IMPERMEABILIZAÇÃO				341,14
1.8.1	IMPERMEABILIZAÇÃO DE ESTRUTURAS ENTERRADAS, COM TINTA ASFÁLTICA DUAS DEMÃOS	M²	18,40	18,54	341,14
1.9	ESQUADRIAS DE MADEIRA (PORTAS)				2.565,19
1.9.1	KIT DE PORTA DE MADEIRA PARA PINTURA, SEMI-OCA (LEVE OU MÉDIA), PADRÃO MÉDIO, 90X210CM, ESPESSURA DE 3,5CM, ITENS INCLUSOS: DOBRADIÇAS, MONTAGEM E INSTALAÇÃO DO BATENTE, FECHADURA COM EXECUÇÃO DO FURO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2015	UN	3,00	855,06	2.565,19
1.10	JANELAS				1.649,54
1.10.1	JANELA DE ALUMÍNIO DE CORRER, 2 FOLHAS, FIXAÇÃO COM PARAFUSO SOBRE CONTRAMARCO (INCLUSIVE CONTRAMARCO), COM VIDROS PADRONIZADA. AF_07/2016	M²	5,40	276,65	1.493,89
1.10.2	JANELA DE ALUMÍNIO MAXIM-AR, FIXAÇÃO COM PARAFUSO, VEDAÇÃO COM ESPUMA EXPANSIVA PU, COM VIDROS, PADRONIZADA. AF_07/2016	M²	0,32	486,40	155,65
1.11	VERGAS E CONTRAVERGAS				736,02
1.11.1	VERGA PRÉ-MOLDADA PARA JANELAS COM MAIS DE 1,5M DE VÃO. AF_03/2016	M	8,00	26,94	215,52
1.11.2	CONTRAVERGA PRÉ-MOLDADA PARA VÃOS DE ATÉ 1,5M DE COMPRIMENTO. AF_03/2016	M	8,00	21,12	169,00
1.11.3	PEITORIL SOLEIRA EM MÁRMORE POLIDO BRANCO COMUM, L=25CM E=3CM, CORTE RETO	M	5,30	66,85	354,31
1.12	COBERTURA				106.441,90
1.12.1	CALHA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO NÚMEOR 24, DESENVOLVIMENTO DE 50CM, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL. AF_06/2016	M	52,00	74,61	3.879,72
1.12.2	ESTRUTURA METÁLICA EM TESOURAS, FORNECIMENTO E MONTAGEM, NÃO SENDO CONSIDERADOS OS FECHAMENTOS METALICOS, AS COLUNAS, OS SERVIÇOS GERAIS EM ALVENARIA E CONCRETO, AS TELHAS DE COBERTURA E A PINTURA DE ACABAMENTO	M²	546,00	124,20	67.813,20
1.12.3	TELHA DE AÇO ZINCADO TRAPEZOIDAL, A=40MM, E = 0,5 MM, SEM PINTURA	M²	546,00	62,55	34.152,30
1.12.4	ACOPLAMENTO DE CONDUTOR PLUVIAL, EM PVC, DIÂMENTRO ENTRE 80 E 100 MM, PARA DRENAGEM PREDIAL	UN	4,00	4,16	16,62
1.12.5	CONDUTOR PLUVIAL, PVC, CIRCULAR, DIÂMETRD ENTRE 80 E 100 MM, PARA DRENAGEM PREDIAL	M	48,00	12,08	580,06

BARRACÃO EM PRÉ-MOLDADO ESTRUTURA MISTA - 500,00M²					
Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Preço Unitário (R$)	Preço Total (R$)
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
1.13	REVESTIMENTO FORRO				2.401,11
1.13.1	PVC EM RÉGUAS FRISADAS PARA AMBIENTES INTERNOS	M²	55,97	42,90	2.401,11
1.14	INSTALAÇÃO HIDROSSANITÁRIAS				2.707,17
1.14.1	HIDROMETRO MULTIJATO, VAZÃO MÁXIMA DE 10,0 M³/H, DE 1"	UN	1,00	422,64	422,64
1.14.2	KIT CAVALETE PVC COM REGISTRO 3/4", COMPLETO	UN	1,00	51,27	51,27
1.14.3	TORNEIRA CROMADA DE MESA, 1/2" OU 3/4", PARA LAVATÓRIO, PADRÃO MÉDIO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	UN	1,00	62,84	62,84
1.14.4	VASD SANITÁRIO SIFONADO COM CAIXA ACOPLADA LOUÇA BRANCA-PADRÃD MÉDIO, INCLUSO ENGATE FLEXÍVEL EM METAL CROMADO, 1/2 X 40CM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	UN	1,00	454,30	454,30
1.14.5	REGISTRO DE GAVETA BRUTO, LATÃO, ROSCÁVEL, 3/4", FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE ÁGUA.	UN	1,00	26,60	26,60
1.14.6	(COMPOSIÇÃO REPRESENTATIVA) DO SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE TUBOS DE PVC, SOLDÁVEL, ÁGUA FRIA, DN 25MM (INSTALADO EM RAMAL, SUB-RAMAL, RAMAL DE DISTRIBUIÇÃO OU PRUMADA), INCLUSIVE CDNEXÕES, CORTES E FIXAÇÕES, PARA PRÉDIOS.	M	22,00	34,34	755,49
1.14.7	CAIXA D´ÁGUA EM POLIETILENO, 500 LITROS, COM ACESSÓRIOS	UN	1,00	630,96	630,96
1.14.8	LAVATÓRIO LOUÇA BRANCA COM COLUNA, 45X55CM OU EQUIVALENTE, PADRÃO MÉDIO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	1,00	303,07	303,07
1.15	INSTALAÇÃO DE ESGOTO [illegible]				3.401,65
1.15.1	ESCAVAÇÃO MANUAL DE VALA COM PROFUNDIDADE MENOR OU IGUAL A 1,30M.	M³	12,00	68,80	825,56
1.15.2	REATERRO MECANIZADO DE VALA COM ESCAVADEIRA HIDRÁULICA (CAPACIDADE DA CAÇAMBA: 0,8M³/POTÊNCIA: 111 HP), LARGURA DE 1,5 A 2,5M, PROFUNDIDADE ATÉ 1,5M. COM SOLO (SEM SUBSTITUIÇÃO) DE 1ª CATEGORIA E LOCAIS COM ALTO NÍVEL DE INTERFERÊNCIA.	M³	12,00	15,25	182,95
1.15.3	(COMPOSIÇÃO REPRESENTATIVA) DO SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE TUBO DE PVC, SÉRIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 40MM (INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRI), INCLUSIVE CDNEXOES, CORTES E FIXAÇÕES PARA PRÉDIOS.	M	45,77	46,02	2.106,48
1.15.4	(COMPOSIÇÃO REPRESENTATIVA) DO SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE TUBO DE PVC, SÉRIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 50MM (INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRI), INCLUSIVE CDNEXOES, CORTES E FIXAÇÕES PARA PRÉDIOS.	M	18,00	66,65	1.199,71
1.15.5	(COMPOSIÇÃO RESPRESENTATIVA) DO SERVIÇO DE INST. TUBO PVC SÉRIE N, ESGOTO PREDIAL , DN 100MM (INST. RAMAL DESCARGA, RAMAL E ESG. SANIT. PRUMADA ESG. SANIT., VENTILAÇÃO OU SUB-COLETOR AÉREO), INCL. CONEXÕES, CORTES, FIXAÇÕES, P/ PRÉDIOS.	M	24,00	49,76	1.194,13
1.15.6	CAIXA DE INSPEÇÃO EM CONCRETO PRÉ-MOLDADO DN 60CM COM TAMPA H=60CM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	1,00	186,37	186,37
1.15.7	CAIXA SIFONADA, PVC, DN 100X100X50 MM , JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDA E INSTALADA EM RAMAL DE DESCARGA OU EM RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO.	UN	1,00	25,83	25,83
1.15.8	SUMIDOURO RETANGULAR, EM ALVENARIA COM TIJOLOS CERÂMICOS MACIÇOS, DIMENSÕES INTERNAS 1,0X3,0X3,0 M, ÁREA DE INFILTRAÇÃO: 25M² (PARA 10 CONTRIBUINTES).	UN	1,00	1.272,97	1.272,97
1.15.9	TANQUE SÉPTICO RETANGULAR, EM ALVENARIA COM BLOCOS DE CONCRETO, DIMENSÕES INTERNAS: 1,0X2,0X1,4M, VOLUME ÚTIL 2000L (PARA 5 CONTRIBUINTES	UN	1,00	1.407,64	1.407,64
1.16	INSTALAÇÕES DE ESGOTO PLUVIAL				4.993,16
1.16.1	ESCAVAÇÃO MANUAL DE VALA COM PROFUNDIDADE MENOR OU IGUAL A 1,30M. AF_03/2016	M³	45,00	68,80	3.095,87
1.16.2	REATERRO MECANIZADO DE VALA COM ESCAVADEIRA HIDRÁULICA (CAPACIDADE DA CAÇAMBA: 0,8M³/POTÊNCIA: 111 HP), LARGURA DE 1,5 A 2,5M, PROFUNDIDADE ATÉ 1,5M. COM SOLO (SEM SUBSTITUIÇÃO) DE 1ª CATEGORIA E LOCAIS COM ALTO NÍVEL DE INTERFERÊNCIA. AF_04/2016	M³	45,00	15,25	686,07
1.16.3	TUBO PVC, SERIE N, DN 100MM, PARA ESGOTO OU ÁGUAS PLUVIAIS PREDIAL (NBR 5688)	M	62,00	18,19	1.127,48
1.16.4	CAIXA DE AREIA 40X40X40CM EM ALVENARIA - EXECUÇÃO	UN	1,00	83,75	83,75
1.17	INSTALAÇÃO ELÉTRICAS				7.924,43
1.17.1	ENTRADA DE ENERGIA TRIFÁSICA DE 200A COM CAIXA DE MEDIÇÃO E ATERRAMENTO	UN	1,00	3.050,78	3.050,78
1.17.2	QUADRO DE MEDIÇÃO COM MEDIDOR POLIFÁSICO	UN	1,00	889,88	889,88
1.17.3	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO 1,5MM², ANTI-CHAMA 450X750V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	M	150,00	1,83	274,36
1.17.4	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO 2,5MM², ANTI-CHAMA 450X750V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	M	100,00	2,63	263,26
1.17.5	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO 10,0MM², ANTI-CHAMA 450X750V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	M	200,00	9,21	1.841,78
1.17.6	DISJUNTOR TERMOMAGNETICO MONOPOLAR PADRÃO NEMA (AMERICANO) 10 A 30A 240V, FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	3,00	14,17	42,50
1.17.7	DISJUNTOR TERMOMAGNETICO MONOPOLAR PADRÃO NEMA (AMERICANO) 35 A 50A 240V, FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	1,00	21,86	21,86
1.17.8	ELETRODUTO FLEXÍVEL CORRUGADO, PVC, DN 20MM (1/2") PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADO EM FORRO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	M	50,00	6,03	301,32
1.17.9	TOMADA MÉDIA DE EMBTURI (1 MÓDULO), 2P+T 10A, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	UN	7,00	24,49	171,41
1.17.10	INTERRUPTOR SIMPLES (1 MÓDULO), 10A/250V, SEM SUPORTE E SEM PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	UN	5,00	14,26	71,31
1.17.11	QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA DE EMBUTIR, EM CHAPA METÁLICA, PARA 3 DISJUNTORES TERMOMAGNÉTICOS MONOPOLARES SEM BARRAMENTO FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	1,00	61,51	61,51
1.17.12	CAIXA DE PASSAGEM METALICA DE SOBREPOR COM TAMPA PARAFUSADA, DIMENSÕES 20X20X10CM	UN	1,00	21,63	21,63
1.17.13	PONTO DE ILUMINAÇÃO RESIDENCIAL INCLUINDO INTERRUPTOR SIMPLES, CAIXA ELÉTRICA, ELETRODUTO, CABO, RASGO, QUEBRA E CHUMBAMENTO (EXCLUINDO LUMINÁRIA E LÂMPADA).	UN	8,00	114,10	912,81

BARRACÃO EM PRÉ-MOLDADO ESTRUTURA MISTA - 500 00M²					
Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Preço Unitário (R$)	Preço Total (R$)
1	CONSTRUÇÃO DE BARRACÃO EM PRÉ-MOLDADO				299.580,17
1.18	INSTALAÇÕES [illegible] AO INCÊNDIO				1.050,27
1.18.1	PLACA DE SINALIZAÇÃO DE SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO FOTOLUMINESCENTE, QUADRADA, 20X20 CM, EM PVC 2MM ANTI-CHAMAS (SIMBOLOS, CORES E PICTOGRAMAS CONFORME NBR 13434)	UN	4,00	26,81	107,25
1.18.2	PLACA DE SINALIZAÇÃO DE SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO FOTOLUMINESCENTE, RETANGULAR, 13X260 CM, EM PVC 2MM ANTI-CHAMAS (SIMBOLOS, CORES E PICTOGRAMAS CONFORME NBR 13434)	UN	1,00	23,19	23,19
1.18.3		UN	3,00	306,61	919,83
1.19					1.619,45
1.19.1	APLICAÇÃO MANUAL DE PINTURA COM TINTA LÁTEX EM PAREDES, DUAS DEMÃOS.	M²	190,04	8,52	1.619,45
1.20	SERVIÇOS [illegible]				28.377,50
1.20.1	BARRA DE APOIO RETA, EM AÇO INOX POLIDO, COMRIMENTO 80CM, DIAMETRO MÍNIMO 3CM	UN	1,00	139,97	139,97
1.20.2	BARRA DE APOIO LAVATÓRIO DE CANTO, EM AÇO INOX POLIDO, DIAMETRO MÍNIMO 3CM.	UN	1,00	328,67	328,67
1.20.3	[illegible]	M²	500,00	2,60	1.300,45
1.20.4	[illegible]	M	197,10	135,00	26.608,50
Observações:					

Município de Capanema
Local

JACKSON DA ROSA - EPP

Jefferson Machado
Engº Civil
CREA - PR 107.299/D

BARRACÃO PRÉ-MOLDADO, ESTRUTURA MISTA - 500,00M²

Item	Descrição	Valor (R$)		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
1.	CONSTRUÇÃO DE BARRACÃO EM PRÉ-MOLDADO	299.580,17		6,38%	16,96%	44,90%	15,19%	3,27%	13,29%						
1.2	SERVIÇOS PRELIMINARES	15.658,51	% Período	100,00%											
1.3	INFRAESTRUTURA	3.446,68	% Período	100,00%											
1.4	SUPERESTRUTURA	61.737,69	% Período		75,00%	25,00%									
1.5	PAREDES E PAINÉIS	8.346,66	% Período		50,00%	50,00%									
1.6	PAVIMENTAÇÃO INTERNA	32.082,52	% Período				100,00%								
1.7	REVESTIMENTO INTERNO/EXTERNO	9.096,68	% Período			50,00%	50,00%								
1.8	IMPERMEABILIZAÇÃO	341,14	% Período		100,00%										
1.9	ESQUADRIAS DE MADEIRA (PORTAS)	2.565,19	% Período						100,00%						
1.10	JANELAS	1.649,54	% Período						100,00%						
1.11	VERGAS E CONTRAVERGAS	738,82	% Período			100,00%									
1.12	COBERTURA	106.441,90	% Período			100,00%									
1.13	REVESTIMENTO FORRO	2.401,11	% Período			50,00%	30,00%	20,00%							
1.14	INSTALAÇÃO HIDROSSANITÁRIAS	2.707,17	% Período					100,00%							
1.15	INSTALAÇÃO DE ESGOTO CLOACAL	8.401,65	% Período				50,00%	50,00%							
1.16	INSTALAÇÕES DE ESGOTO PLUVIAL	4.993,16	% Período						100,00%						
1.17	INSTALAÇÃO ELÉTRICAS	7.924,43	% Período			25,00%	50,00%	10,00%	15,00%						
1.18	INSTALAÇÕES CONTRA INCÊNDIO	1.050,27	% Período						100,00%						
1.19	PINTURA ALVENARIA	1.619,45	% Período					100,00%							
1.20	SERVIÇOS COMPLEMENTARES	28.377,59	% Período						100,00%						
TOTAL		299.580,17	%	6,38%	16,96%	44,90%	15,19%	3,27%	13,29%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
			Investimento	19.105,19	50.817,73	134.518,49	45.514,23	9.800,11	39.824,41						
			Acumulado	19.105,19	69.922,93	204.441,42	249.955,65	259.755,76	299.580,17						

Município de Capanema
Local

JACKSON DA ROSA-EPP

Jackson da Rosa
Sócio Administrador

12.097.330/0001-26

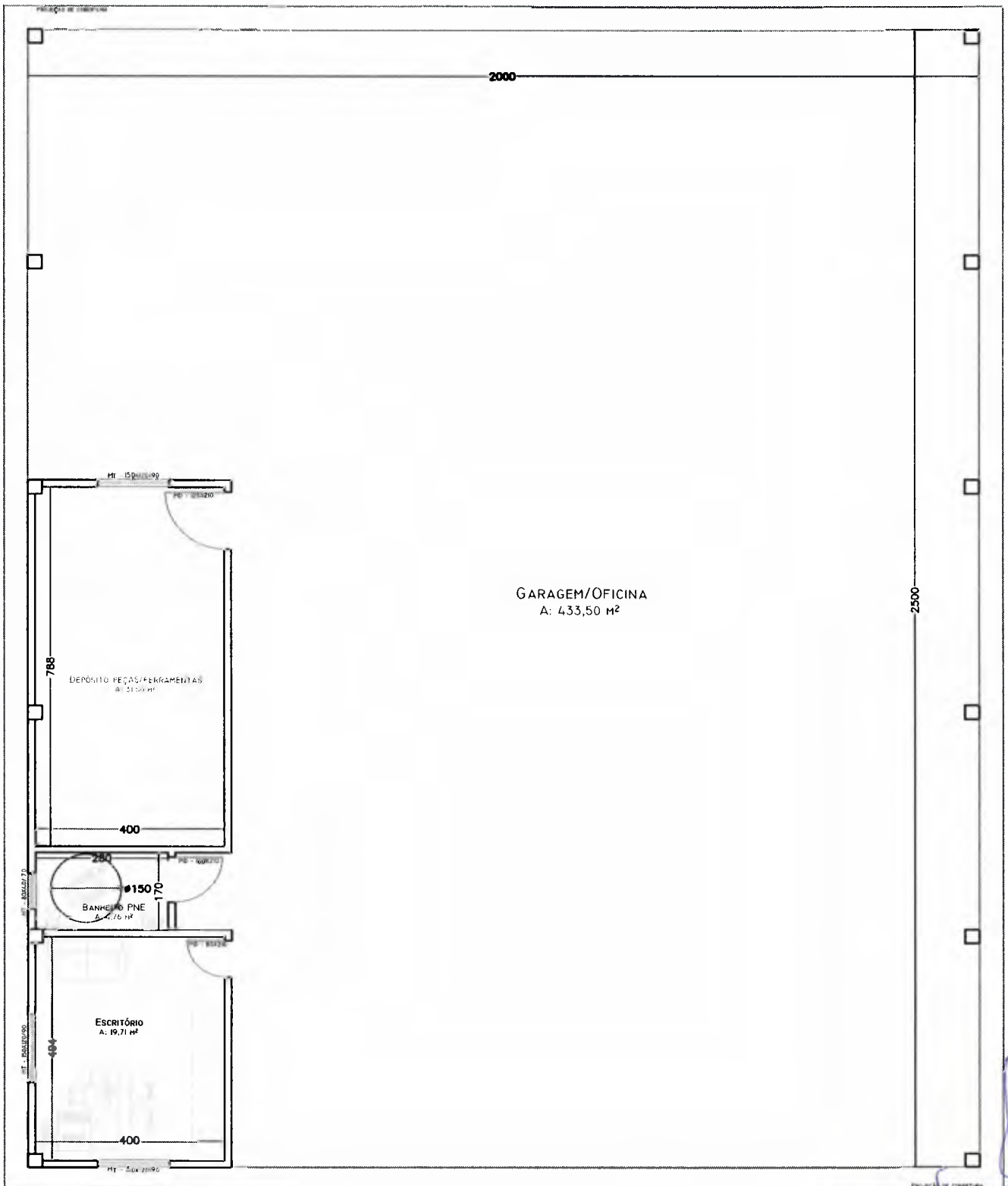
Jackson da Rosa - EPP

R. Otavio Francisco de Mattos, 644 -
Centro
85760-000 - CAPANEMA - PR

Jefferson Machado
Engº Civil
CREA - PR 107.299/D

699

699



ÁREA TOTAL BARRACÃO - 500,00M²

Jefferson Machado
Engº Civil
CREA - PR 107.299/D

Município de Capanema - PR

LICITANTE: Jacson da Rosa

CRITÉRIO	PROPOSTA/PONTOS	PONTOS	PESO	PROPOSTA	SOMATÓRIO DA PONTUAÇÃO DA PROPOSTA
Empregabilidade (em número de empregos diretos a serem gerados)	2 pontos por emprego gerado	Até 100	0,3	10,00	6,00
Valor do Investimento privado no empreendimento a ser instalado no imóvel R$	Até 20.000,00	5	0,2		0,00
	De 20.001,00 a 40.000,00.	10	0,2		0,00
	40.001,00 a 60.000,00.	15	0,2		0,00
	60.001,00 a 80.000,00	20	0,2		0,00
	Acima de 80.000,00, a cada 20.000,00 acrescenta 5 pontos.	até 100	0,2	100,00	20,00
Prazo construção da infraestrutura e aplicação total dos investimentos (critério exclusivo para terrenos)	Até 6 meses	100	0,2	100,00	20,00
	De 6 a 12 meses	80	0,2		0,00
	De 13 a 18 meses	60	0,2		0,00
	De 19 a 24 meses	40	0,2		0,00
Prazo para aplicação total dos investimentos (critério exclusivo para barracões)	Até 4 meses	100	0,2		0,00
	De 5 a 8 meses	80	0,2		0,00
	De 9 a 12 meses	60	0,2		0,00
	De 13 a 16 meses	40	0,2		0,00
	De 17 a 20 meses	20	0,2		0,00
	De 21 a 24 meses	10	0,2		0,00
Faturamento anual da pessoa jurídica R$	Até 80.001,00.	10	0,1		0,00
	de 80.001,00 a 150.000,00.	20	0,1		0,00
	150.001,00 a 200.000,00.	30	0,1		0,00
	200.001,00 a 250.000,00.	40	0,1		0,00
	250.001,00 a 300.000,00	50	0,1		0,00
	Acima de 300.000,00, a cada 50.000,00 acrescenta 10 pontos.	até 100	0,1	80,00	8,00
Tempo de constituição da empresa em Capanema OU tempo de residência do sócio majoritário da empresa OU da pessoa física em Capanema	5 pontos por ano	até 100	0,1	50,00	5,00
Capacidade do empreendimento gerar uma cadeia de produção e/ou empregos indiretos no Município de Capanema/PR	Aquisição de matéria-prima de pessoas físicas ou jurídicas residentes ou sediadas no Município de Capanema.	2 pontos para cada indicação, até 100	0,1	2,00	0,40
			TOTAL		**59,40**

JAIR KRAMPE

08.713.149/0001-20

001702

Secretaria da Micro e Pequena Empresa
Secretaria da Racionalização e Simplificação
Departamento de Registro Empresarial e Integração

REQUERIMENTO DE EMPRESÁRIO

Folhas 1/1

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO DE EMPRESA - NIRE DA SEDE	NIRE DA FILIAL (preencher somente se ato referente a filial)
41107774015	XXX

NOME DO EMPRESÁRIO (completo, sem abreviaturas)
JAIR KRAMPE

NACIONALIDADE	ESTADO CIVIL
BRASILEIRA	CASADO(A)

SEXO	REGIME DE BENS(se casado)
Masculino	Comunhão Universal

FILHO DE (pai)	(mãe)
ARMINDO KRAMPE	CLAUDINA KRAMPE

NASCIDO EM (data de nascimento)	IDENTIDADE (número)	Órgão emissor	UF	CPF(número)
28/09/1970	43438360	SSP	PR	778.986.309-63

EMANCIPADO POR (forma de emancipação - somente no caso de menor)
XXX

DOMICILIADO NA (LOGRADOURO - rua, av, etc)	NÚMERO
RUA PARAIBA	393

COMPLEMENTO	BAIRRO/DISTRITO	CEP	CÓDIGO DO MUNICÍPIO (Uso da Junta Comercial)
CASA	SANTA CRUZ	85760-000	- Capanema

MUNICÍPIO	UF
Capanema	PR

declara, sob as penas da lei, não estar impedido de exercer atividade empresária, que não possui outro registro de empresário e requer:

A JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARANÁ	À JUNTA COMERCIAL DO XXX
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO ATO 002 - ALTERAÇÃO	CODIGO E DESCRIÇÃO DO ATO XXX
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO EVENTO 021(1) - ALTERACAD DE DADDS (EXCETD NOME EMPRESARIAL)	CÓDIGO E DESCRIÇÃO DD EVENTO XXX

NOME EMPRESARIAL
JAIR KRAMPE - ME

LOGRADOURO (rua,ev, etc)	NÚMERO
RUA PARAIBA	1737

COMPLEMENTO	BAIRRO/DISTRITO	CEP	CÓDIGO DO MUNICÍPIO (Uso da Junta Comercial)
XXX	CENTRO	85760-000	0532 - Capanema

MUNICÍPIO	UF	PAÍS	CORREIO ELETRÔNICO (E-MAIL)
Capanema	PR	BRASIL	trevisan73@brturbo.com.br

VALOR DO CAPITAL - R$	VALOR DO CAPITAL - (por extenso)
30.000,00	trinta mil reais

CÓDIGO DE ATIVIDADE ECONÔMICA (CNAE Fiscal)	Descrição do Objeto
Atividade Principal 4930202 Atividade Secundária 3811400, 4744099	- TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DE CARGAS EM GERAL , INTERMUNICIPAL , INTERESTADUAL E INTERNACIONAL. - SERVIÇOS DE COLETA, REMOÇÃO DE LIXO URBANO, ENTULHOS E REFUGDS DE OBRAS. - COMERCIO VAREJISTA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EM GERAL;

DATA DE INICIO DAS ATIVIDADES	NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CNPJ	TRANSFERÊNCIA DE SEDE OU DE FILIAL DE OUTRA UF NIRE ANTERIOR	UF	USO DA JUNTA COMERCIAL
01/04/2007	08.713.149/0001-20	XXX		1 - SIM ☐ 3 - NÃO

DATA ASSINATURA	ASSINATURA DO EMPRESÁRIO
29/07/2016	Jair Krampe

PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL

DEFERIDO. PUBLIQUE-SE E ARQUIVE-SE	AUTENTICAÇÃO
__/__/_____	PR1160000344310

PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARANÁ - SEDE

CERTIFICO O REGISTRO EM 02/08/2016 14:57 SOB Nº 20164849904.
PROTOCOLO: 164849904 DE 02/08/2016. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11601347209. NIRE: 41107774015.
JAIR KRAMPE - ME

JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ

Libertad Bogus
SECRETÁRIA-GERAL
CURITIBA, 02/08/2016
www.empresafacil.pr.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.
Informando seus respectivos códigos de verificação

703

SERVIÇO NOTARIAL DE CAPANEMA
Rua Alagoas, 1332 - Capanema - PR - CEP 85.760-000
☎ (46) 3552-3710

Selo Digital Nº RAwc.96IPH.xFGR0. Controle: 34g7R.okw3
Consulte esse selo em http://funarpen.com.br
Reconheço por SEMELHANÇA a assinatura indicada de JAIR KRAMPE, do que dou fé.
Capanema-PR, 01 de agosto de 2016, às 16:03:52 horas.
Em Test° _____ da Verdade
Leandro Silva Pedroso - Escrevente

TABELIONATO DE NOTAS DE CAPANEMA
Adelar Miguel Pezzini
Agente Delegado Designado
Rua Alagoas, 1332
Centro
85760-000 - CAPANEMA - PR

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARANÁ - SEDE

CERTIFICO O REGISTRO EM 02/08/2016 14:57 SOB Nº 20164849904.
PROTOCOLO: 164849904 DE 02/08/2016. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11601347209. NIRE: 41107774015.
JAIR KRAMPE - ME

Libertad Bogus
SECRETÁRIA-GERAL
CURITIBA, 02/08/2016
www.empresafacil.pr.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.
Informando seus respectivos códigos de verificação

JAIR KRAMPE ME **CNPJ: 08.713.149/0001-20**
I.E.: 90398975-01 **Rua Paraíba, 1737 – Santa Cruz**
85760-000 – Capanema PR **FONE 46 99136658**

ANEXO II

CREDENCIAMENTO

Pelo presente, credenciamos o Sr. JAIR KRAMPE - ME, portador da cédula de identidade nº 4.343.836-0, inscrito no CPF nº 778.986.309-63, para participar do procedimento licitatório consistente na Concorrência nº. 02/2020, podendo praticar todos os atos inerentes ao referido procedimento, no que diz respeito aos interesses da representada.

Capanema/PR, 23 de Outubro de 2020.

JAIR KRAMPE
CPF 778.986.309-63
RG 4.343.836-0

JAIR KRAMPE ME **CNPJ: 08.713.149/0001-20**
I.E.: 90398975-01 **Rua Paraíba, 1737 – Santa Cruz**
85760-000 – Capanema PR **FONE 46 99136658**

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE CONCORDÂNCIA COM O EDITAL

JAIR KRAMPE - ME, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob n° 08.713.149/0001-20 , DECLARA, para fins do disposto neste Edital, que:
a) está de acordo em explorar a sua atividade em um dos imóveis em que está competindo, constantes no Termo de Referência desta licitação;
b) tem disponibilidade imediata dos equipamentos e utensílios necessários para exploração do barracão;
c) não empregará menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregará menor de dezesseis anos.
Ressalva: emprega menor a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ( )
OBS: em caso de afirmativo, assinalar a ressalva acima.
d) se instalará e iniciará as atividades dentro do prazo não superior a 120 (cento e vinte) dias a contar do dia 1° de janeiro de 2021, podendo esse prazo ser prorrogado, havendo justificativa, por escrito e aceito pelo CONCEDENTE;
e) possui aptidão para o desempenho da atividade pertinente e compatível com o objeto da Licitação;

Capanema/PR, 23 de Outubro de 2020.

JAIR KRAMPE
CPF 778.986.309-63
RG 4.343.836-0

JAIR KRAMPE ME **CNPJ: 08.713.149/0001-20**
I.E.: 90398975-01 **Rua Paraíba, 1737 – Santa Cruz**
85760-000 – Capanema PR **FONE 46 99136658**

ANEXO VI
DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE VISITA TÉCNICA

Concorrência nº 02/2020
Objeto: CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE TERRENOS E BARRACÕES, DESTINADOS À INSTALAÇÃO DE EMPRESAS DE QUALQUER NATUREZA, OBSERVADOS OS CRITÉRIOS E PREFERÊNCIAS DO TERMO DE REFERÊNCIA, VISANDO ESTIMULAR À GERAÇÃO DO EMPREGO E RENDA NO ÂMBITO MUNICIPAL, EM CONFORMIDADE COM A LEI MUNICIPAL Nº 1.745/2020.

Nome da Empresa: JAIR KRAMPE - ME
CNPJ nº: 08.713.149/0001-20
Endereço Completo: Rua Paraíba, 1737, centro.
Fone: (46) 99913-6658
O representante legal/contratual da JAIR KRAMPE - ME, o(a) Sr.(a) JAIR KRAMPE, DECLARA que renuncia a Visita Técnica aos locais e/ou instalações do objeto licitado, de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades do imóvel, assumindo total responsabilidade por este fato e informando que não o utilizará para quaisquer questionamentos futuros que ensejem evenças técnicas e ou financeira para com a concedente.

Capanema/PR, 23 de Outubro de 2020.

JAIR KRAMPE
CPF 778.986.309-63
RG 4.343.836-0



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

PR

NOME
JAIR KRAMPE

DOC. IDENTIDADE / ÓRG. EMISSOR / UF
4343836-0 SESP PR

CPF
778.986.309-63

DATA NASCIMENTO
28/09/1970

FILIAÇÃO
ARMINDO KRAMPE
CLAUDINA KRAMPE

PERMISSÃO [redacted] ACC [redacted] CAT. HAB. E

Nº REGISTRO
00403077896

VALIDADE
07/11/2023

1ª HABILITAÇÃO
23/01/1989

OBSERVAÇÕES

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL
CAPANEMA, PR

DATA EMISSÃO
05/12/2018

ASSINATURA DO EMISSOR

41622016543
PR915554153

PARANÁ

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
17965835 51

PROIBIDO PLASTIFICAR
17965835 51

1708

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
08.713.149/0001-20 **MATRIZ**		**15/03/2007**

NOME EMPRESARIAL
JAIR KRAMPE

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
J R TRANSPORTES	**ME**

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
49.30-2-02 - Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
47.44-0-99 - Comércio varejista de materiais de construção em geral
38.11-4-00 - Coleta de resíduos não-perigosos

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
213-5 - Empresário (Individual)

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
R PARAIBA	**1737**	********

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
85.760-000	**CENTRO**	**CAPANEMA**	**PR**

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
jossenei@gebana.com.br	**(46) 9913-6658**

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	**15/03/2007**

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **20/10/2020** às **13:33:54** (data e hora de Brasília). Página: **1/1**

119709

RECEITA ESTADUAL

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA FAZENDA

Comprovante de Inscrição Cadastral - CICAD

Inscrição no CAD/ICMS	Inscrição CNPJ	Início das Atividades
90398975-01	**08.713.149/0001-20**	**03/2007**

Empresa / Estabelecimento

Nome Empresarial	JAIR KRAMPE ME
Título do Estabelecimento	J R TRANSPORTES
Endereço do Estabelecimento	RUA PARAIBA, 1737 - SANTA CRUZ - CEP 85760-000 FONE: (46) 9913-6658
Município de Instalação	CAPANEMA - PR, DESDE 03/2007
	(**Estabelecimento Matriz**)

Qualificação

Situação Atual	ATIVO - SIMPLES NACIONAL / SIMPLES NACIONAL - DIA 03 DO MES+2, DESDE 06/2020
Natureza Jurídica	213-5 - EMPRESÁRIO (INDIVIDUAL)
Atividade Econômica Principal do Estabelecimento	4930-2/02 - TRANSPORTE RODOVIARIO DE CARGA, EXCETO PRODUTOS PERIGOSOS E MUDANCAS, INTERMUNICIPAL, INTERESTADUAL E INTERNACIONAL
Atividade(s) Econômica(s) Secundária(s) do Estabelecimento	4744-0/99 - COMERCIO VAREJISTA DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO EM GERAL

Quadro Societário

Tipo	Inscrição	Nome Completo / Nome **Empresarial**	Qualificação
CPF	778.986.309-63	JAIR KRAMPE	EMPRESÁRIO

Este CICAD tem validade até 19/11/2020.

Os dados cadastrais deste estabelecimento poderão ser confirmados via Internet www.fazenda.pr.gov.br

Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Receita Estadual do Paraná

CAD/ICMS Nº 90398975-01

Emitido Eletronicamente via Internet
20/10/2020 17:06:10

Dados transmitidos de forma segura
Tecnologia CELEPAR

1710

Voltar Imprimir

CAIXA
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 08.713.149/0001-20
Razão Social: PITOEBETO TRANSPORTES LTDA EPP
Endereço: RUA PARAIBA 393 CASA / SANTA CRUZ / CAPANEMA / PR / 85760-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade:05/10/2020 a 03/11/2020

Certificação Número: 2020100506022678506320

Informação obtida em 20/10/2020 17:01:12

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: JAIR KRAMPE (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 08.713.149/0001-20
Certidão nº: 27542004/2020
Expedição: 20/10/2020, às 17:00:41
Validade: 17/04/2021 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **JAIR KRAMPE (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **08.713.149/0001-20, NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.

712

Município de Capanema

ESTADO DO PARANÁ
75.972.760/0001-60
AV GOV.PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA, 1080 - CENTRO - CAPANEMA - PR

ALVARÁ Nº 0041/2007

O Município de Capanema, conforme protocolo nº 67068/2015 de 28 de Agosto de 2015 concede alvará de licença para localização a:

Nome: **JAIR KRAMPE - ME**
CNPJ/CPF: 08.713.149/0001-20 **Inscrição Municipal:** 28495
Nome Fantasia: J R TRANSPORTES

Localização: R PARAÍBA, 1737 - SALA - CENTRO CEP: 85760000 Capanema - PR

Atividades
4930-2/02 - Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional.
4744-0/99 - Comércio varejista de materiais de construção em geral.
3811-4/00 - Coleta de resíduos não-perigosos.
4313-4/00 - Obras de terraplenagem.

Horário de funcionamento Comercio e prestadores de servicos
Segunda à Sexta das 07:30 às 20:00
Sábado das 07:30 às 13:00

Este Alvará possui validade INDETERMINADA somente para a LOCALIZAÇÃO e ATIVIDADES acima descritas.

Observações:

1 - O Contribuinte deve manter o presente Alvará de Licença, em lugar bem visível e o exibirá a autoridade competente sempre que esta o exigir. - Código de Posturas - Lei 03/1970 - Artigo 213.
2 - Será exigida renovação de licença sempre que ocorrer mudanças de ramo de atividade, modificações nas características do estabelecimento ou transferência de local.
3 - Nos casos de alterações tais como: encerramento, mudanças de endereço, razão social, ramos de atividade, etc.
O contribuinte será obrigado a comunicar a Prefeitura dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias.
IMPORTANTE:
- Evite multas, auditorias, fiscalização especial e outros aborrecimentos mantendo em dia sua situação perante o fisco.
Futuramente você precisará de certidões para fins de aposentadoria, auxílios, pensão, etc.
Zele pelo seu futuro.

Capanema,20 de Outubro de 2020

Autenticação: C2HJCEB5J5XMHQTB7

Receita Federal PGFN **CERTIDÃO**

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: JAIR KRAMPE
CNPJ: 08.713.149/0001-20

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. não constam pendências relativas aos débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB); e

2. constam nos sistemas da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) débitos inscritos em Dívida Ativa da União (DAU) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou garantidos mediante bens ou direitos, ou com embargos da Fazenda Pública em processos de execução fiscal, ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal.

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 11:25:02 do dia 17/08/2020 <hora e data de Brasília>.
Válida até 13/02/2021.
Código de controle da certidão: **A511.E7AB.42FE.25B7**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Nova Consulta

Preparar página para impressão

Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Receita Estadual do Paraná

714

Certidão Negativa

de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual
Nº 022808014-06

Certidão fornecida para o CNPJ/MF: **08.713.149/0001-20**
Nome: **JAIR KRAMPE ME**

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

Obs.: Esta Certidão engloba todos os estabelecimentos da empresa e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

Válida até 17/02/2021 - Fornecimento Gratuito

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet
www.fazenda.pr.gov.br

Emitido via Internet Pública (20/10/2020 16:54:01)

715

Município de Capanema
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE TRIBUTAÇÃO

CERTIDÃO Positiva com efeito de negativa

IMPORTANTE:

1. FICA RESSALVADO O DIREITO DA FAZENDA MUNICIPAL COBRAR DÉBITOS CONSTATADOS POSTERIORMENTE MESMO REFERENTE AO PERÍODO COMPREENDIDO NESTA CERTIDÃO.
2. A PRESENTE CERTIDÃO TEM VALIDADE ATÉ **19/12/2020**, SEM RASURAS E NO ORIGINAL.

Positiva com efeito de negativa Nº: 6604/2020

FINALIDADE: VERIFICAÇÃO
RAZÃO SOCIAL: JAIR KRAMPE - ME
ENDEREÇO:R PARAÍBA, 1737 - SALA - CENTRO CEP: 85760000 Capanema - PR

CONTROLE	CNPJ/CPF		ALVARÁ
28495	08.713.149/0001-20	INSCRIÇÃO ESTADUAL	0041

CNAE / ATIVIDADES

Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional, Comércio varejista de materiais de construção em geral, Coleta de resíduos não-perigosos, Obras de terraplenagem

Certidão emitida no dia **Capanema, 20 de Outubro de 2020.**
CÓDIGO DE AUTENTICAÇÃO: **9ZTMH282QE5J44X82RAM**

716

MUNICÍPIO DE CAPANEMA
SECRETARIA DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE TRIBUTAÇÃO

CERTIDÃO Positiva com efeito de negativa

IMPORTANTE:	1. FICA RESSALVADO O DIREITO DA FAZENDA MUNICIPAL COBRAR DÉBITOS CONSTATADOS POSTERIORMENTE MESMO REFERENTE AO PERÍODO COMPREENDIDO NESTA CERTIDÃO. 2. A PRESENTE CERTIDÃO TEM VALIDADE ATÉ **19/12/2020**, SEM RASURAS E NO ORIGINAL.

CERTIFICAMOS QUE A PRESENTE CERTIDÃO ESTA SENDO EXPEDIDA DE FORMA POSITIVA COM EFEITO DE NEGATIVA, TENDO EM VISTA A EXISTÊNCIA DE CRÉDITOS NÃO VENCIDOS.

Capanema, 20 de Outubro de 2020

Positiva com efeito de negativa Nº: 6603/2020	**CÓDIGO DE AUTENTICAÇÃO: 9ZTMH282QE5J44X82RU2**

FINALIDADE: VERIFICAÇÃO

NOME: JAIR KRAMPE

CONTROLE	**CPF**
466239	778.986.309-63

ENDEREÇO

RUA RIO DE JANEIRO, 0 - CENTRO CEP: 85760000 Capanema - PR

Certidão emitida no dia **Capanema, 20 de Outubro de 2020.**
CÓDIGO DE AUTENTICAÇÃO: **9ZTMH282QE5J44X82RU2**

Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Receita Estadual do Paraná

717

Certidão Negativa

de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual
Nº 022807610-05

Certidão fornecida para o CPF/MF: **778.986.309-63**
Nome: **JAIR KRAMPE**

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

Obs.: Esta certidão engloba pendências do próprio CPF ou pelas quais tenha sido responsabilizado e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como, ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

Válida até 17/02/2021 - Fornecimento Gratuito

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet
www.fazenda.pr.gov.br

Emitido via Internet Pública (20/10/2020 16:26:16)

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

718

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: JAIR KRAMPE
CPF: 778.986.309-63

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão se refere à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 16:21:26 do dia 20/10/2020 <hora e data de Brasília>.
Válida até 18/04/2021.
Código de controle da certidão: **0864.4D9A.E53F.D509**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

COPEL

Copel Distribuição S.A.
Rua José Izidoro Biazetto, 158
81200-240 Curitiba - PR
CNPJ 04.368.898/0001-06
IE 90.233.073-99 IM 423.992-4

www.copel.com
0800 51 00 116

Unidade Consumidora
97222330

Vencimento
04/11/2020

Valor a Pagar
R$ 129,69

JAIR KRAMPE
R AMORES, 1475 PROX LZC 81680 01004 152500

CEP: 86760000 CAPANEMA - PR
CPF: 77898630963

Responsavel pela manutencao da Iluminacao Publica Municipio 4635621321

Reaviso de Vencimento

Informações Técnicas

No. Medidor: 0324233039 - BIFASICO Mes Referencia: 10/2020

Leitura Anterior	Leitura Atual	Medido	Constante de Multiplicacao	Total Faturado	Consumo Medio/Dia	Data Apresentacao
11/09/2020 11031	13/10/2020 11139	32 dias 108 kWh	1,00	108 kWh	3,38 kWh	13/10/2020

Proxima Leitura Prevista: 12/11/2020 COMERCIMOV DESOCUPADOS (CODIGO COPEL)

AS [1.5.110.0]

	Tarifa	Tensao Contratada:
ENERGIA ELETRICA CONSUMO	0,612770	127 / 220 volts

Limite faixa adequada de Tensao:
117 133 / 202 231 volts

MES	09/20	08/20	07/20	06/20	05/20	04/20	03/20	02/20	01/20	12/19	11/19	10/19
CONS	120	97	105	116	111	133	129	143	143	122	142	177
PGTO	05/10	21/09	04/08	21/09	06/07	09/06	06/05	08/04	06/03	05/02	03/01	04/12

Valores Faturados

NOTA FISCAL CONTA DE ENERGIA ELETRICA no. 1556/225 Serie E
Emitida em 09/10/2020

	Produto Descricao	Un	Consumo	Valor Unitario	Valor Total	Base de Calculo	Aliq. ICMS
01	ENERGIA ELETRICA CONSUMO	kWh	108	0,748796	80,87	80,87	29,00%
02	CONT ILUMIN PUBLICA MUNICIPI				24,32		
03	ACRESCIMO MORATORIO				7,07		
04	MULTA POR ATRASO NO PAGAMENT				3,27		
05	SERVICO DE RELIGACAO		1	11,270000	11,27		
06	JUROS CONTA ANTERIOR				2,89		

Base de Calculo do ICMS:	80,87	Valor ICMS:	23,45	Valor Total da Nota Fiscal:	129,69

Reservado ao Fisco

C06A.00E1.0FD2.8B70.9F8C.F568.5930.564F

INCLUSO NA FATURA PIS R$ 0,37 E COFINS R$ 1,68, CONFORME RES. ANEEL 130/2005.
A PARTIR DE 01/10/2020 - PIS/PASEP 0,76% e COFINS 3,61%.
A qualquer tempo pode ser solicitado o cancelamento de valores nao relacionados a prestacao do servico de energia eletrica, como convenios e doacoes.
DENUNCIE O FURTO DE FIOS! LIGUE 181.
Atraso superior a 45dias sujeita inclusao no cadastro de inadimplentes CADIN/PR
Agora e possivel recorrer a Ouvidoria da Copel pelo Site ou Mobile.
Periodos Band.Tarif.: Verde:12/09-13/10

Vencimento: 04/11/2020 **Valor a pagar: R$ 129,69**

Controle	Numero de Identificacao	Mes	AS [1.5.110.0]
01-20209632517242-53	97222330	10/2020	

83650000001 0 29690111000 1 00101020209 9 63251724253 3

JAIR KRAMPE ME
I.E.: 90398975-01
85760-000 – Capanema PR

CNPJ: 08.713.149/0001-20
Rua Paraíba, 1737 – Santa Cruz
FONE 46 99136658

ANEXO V-A

INDICAÇÃO DE ITENS RELACIONADOS AOS IMÓVEIS SEM BARRACÕES

NOME DA PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA: JAIR KRAMPE - ME
CPF OU CNPJ: 08.713.149/0001-20

A proposta constante no envelope lacrado será utilizada como oferta para os imóveis previstos nos seguintes itens, em ordem de preferência:

Item (previsto no Termo de Referência)	**Descrição do imóvel** (previsto no Termo de Referência)
05	Área Industrial III – Saída para o São Luiz – Quadra n° 80 – lote 06 – setor N.O – Rua Paraíba n° 1835
08	Área Industrial III – Saída para São Luiz – Quadra n° 80 – Lote 09 – Setor N.O – Rua Paraíba n° 1955
07	Área Industrial III – Saída para São Luiz – Quadra n° 80 – Lote 08 – Setor N.O – Rua Paraíba n° 1923

No caso de a pessoa física ou jurídica se sagrar vencedora em mais de um item, será adjudicado um único imóvel, conforme a ordem de preferência indicada nesta proposta.

Capanema/PR, 23 de Outubro de 2020.

JAIR KRAMPE
CPF 778.986.309-63
RG 4.343.836-0

JAIR KRAMPE ME
I.E.: 90398975-01
85760-000 – Capanema PR

CNPJ: 08.713.149/0001-20
Rua Paraíba, 1737 – Santa Cruz
FONE 46 99136658

ANEXO IV - PROPOSTA

( ) Proposta os itens relacionados aos imóveis **com** barracões.
(x) Proposta para os itens relacionados aos imóveis **sem** barracões.

NOME DA PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA: JAIR KRAMPE - ME
CPF OU CNPJ: 08.713.149/0001-20

01 - Descrição clara e objetiva do ramo de atividade empresarial a ser desenvolvido no imóvel:

49.30-2-02 - Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional.
47.44-0-99 – Comércio varejista de materiais de construção em geral.
38.11-4-00 – Coleta de resíduos não perigosos.

02 - Matéria prima a ser utilizada:

Venda de areia, pedras britas, entre outros produtos para construção em geral.

03 - Capacidade produtiva/comercial da unidade a ser instalada:

Grande comércio de produtos para construção.

JAIR KRAMPE ME
I.E.: 90398975-01
85760-000 – Capanema PR

CNPJ: 08.713.149/0001-20
Rua Paraíba, 1737 – Santa Cruz
FONE 46 99136658

04 - Mercado consumidor potencial:

Maior parte de venda a consumidor final.
Revenda a estabelecimentos atacadista/varejista.

05 - Previsão de faturamento, custos, despesas e retorno dos investimentos:

Aumento de 30% sobre o faturamento.
Custos e despesas aumentarão gradualemente.

06 - Relação da infraestrutura, equipamentos e instalações necessárias ao funcionamento do projeto global, acompanhada de orçamento discriminado:

R$ 80.000,00 Barracão
R$ 20.000,00 Divisorias, muros.
R$ 8.000,00 Calçadas.

07 - Previsão de investimentos próprios:

R$ 108.000,00 de investimos proprios.

JAIR KRAMPE ME
I.E.: 90398975-01
85760-000 – Capanema PR

CNPJ: 08.713.149/0001-20
Rua Paraíba, 1737 – Santa Cruz
FONE 46 99136658

08 – Viabilidade econômica do projeto:

Com a aquisição do terreno, investimentos e analises de custos e despesas, a empresa viabiliza crescer mais e com o tempo gerar novos empregos.

09 – Compromissos assumidos pela proponente:

a) cumprir todas as obrigações previstas no Termo de Referência, no edital e na minuta do contrato da licitação Concorrência XX/2020.

b) contratar, preferencialmente, pessoas que sejam domiciliados no Município de Capanema/PR.

10 – DA OFERTA:

CRITÉRIO	PROPOSTA DA EMPRESA
Empregabilidade (em número de empregos diretos gerados no prazo de 6 meses).	5
Valor do investimento privado no empreendimento a ser instalado no imóvel - R$	R$ 108.000,00
Prazo para conclusão das obras / prazo para aplicação total dos investimentos	Até 6 meses.
Faturamento Anual (média dos últimos 3 anos)	R$ 111.577,95

Tempo de constituição da empresa OU residência do sócio majoritário no Município de Capanema (somente dados do sócio mais antigo)	50 anos (Administrador da empresa)
Capacidade do empreendimento gerar uma cadeia de produção e/ou empregos indiretos no Município de Capanema/PR	Sem indacação

Capanema/PR, 23 de Outubro de 2020.

JAIR KRAMPE
CPF 778.986.309-63
RG 4.343.836-0

DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA

Eu, JAIR KRAMPE, residente à Rua Rio de Janeiro, n° 370, centro, Cidade Capanema/PR CEP: 85760-000, CPF n° 778.986.309-63 RG n° 4.343.836-0 Órgão Exped. SESP/PR, Declaro, a pedido do (a) interessado (a) e para todos os devidos fins, que resido nesta cidade desde o ano de 1970.

Por ser verdade, dato e assino o presente documento, declarando estar ciente de que responderei criminalmente em caso de falsidade das informações aqui prestadas.

_____

JAIR KRAMPE
CPF 778.986.309-63
RG 4.343.836-0

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ
JUÍZO ELEITORAL DA 107ª ZONA DE CAPANEMA
Rua Pe. Cirilo, 1.199 - FONE (45) 3552-1806
CEP 85.760-000 - CAPANEMA - PARANÁ

CERTIDÃO

CERTIFICO, a pedido de pessoa interessada, que o revendo o Sistema ELO, da Justiça Eleitoral, **consta** que o Sr. **JAIR KRAMPE, filho de Armindo Krampe e Cláudina Krampe**, **Inscrição Eleitoral n. 05031440663,** com data de expedição e domicílio em 04/04/1989, como sendo eleitor em Capanema, Seção 0011, residente na Rua Rio de janeiro, 370, Capanema.

Dados do cadastro eleitoral, a exemplo de profissão, estado civil e grau de instrução, são meramente declaratórios, dispensada comprovação perante a Justiça Eleitoral.

DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Capanema, aos 14 de outubro de 2020. Eu, _____, analista Judiciário, que o digitei e subscrevi.

O REFERIDO É VERDADE E DOU FÉ.

MÁRCIO LUIZ MÜLLER
Analista Judiciário da 107ª Zona

ASPECTOS JURÍDICOS:

- Esta certidão não serve como comprovação de tempo de domicílio, nem para fins previdenciários, vez que a informação é meramente declaratória por parte do eleitor, não sendo objeto de verificação no local.
- Certidão expedida **GRATUITAMENTE,** não prevalecendo sobre documentos emitidas posteriormente.
- Esta certidão não se destina a atestar antecedentes criminais.
- Dados do cadastro eleitoral, a exemplo de profissão, estado civil e grau de instrução, são meramente declaratórios, dispensada comprovação perante a Justiça Eleitoral.

ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

HISTÓRICO ESCOLAR

ENSINO DE 1º GRAU

REGULAR

Escola Santa Cruz - Ensino de 1.º Grau
Capanema — Paraná
Autorização: Decr. 4023 de 30-12-70 Reconhec. 1.425/77

CARIMBO DO ESTABELECIMENTO

ESTABELECIMENTO: Escola Santa Cruz - Ensino de 1º Grau

MUNICÍPIO: Capanema - Paraná | N.R.E.: Francisco Beltrão

ENTIDADE MANTENEDORA: Associação do Instituto Vocacional e Assistencial Sta. Cruz

ALUNO: Jair Krampe | R.G.:

SEXO	DATA DE NASCIMENTO	MUNICÍPIO	ESTADO
M	28-09-70	Capanema	Pr

NACIONALIDADE: Bras.

FILIAÇÃO: PAI: Armindo Krampe; MÃE: Claudina Krampe

ATOS OFICIAIS	AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO DO ESTABELECIMENTO	RECONHECIMENTO DO ESTABELECIMENTO	RECONHECIMENTO DO CURSO
	22023/70	243/82	243/82
	ATO (nº e data)	ATO (nº e data)	ATO (nº e data)

CURRÍCULO PLENO

SÉRIES	NÚCLEO COMUM: PORTUGUÊS	MATEMÁTICA	EST. SOCIAIS: EST. SOCIAIS OU	HISTÓRIA	GEOGRAFIA	O. S. P. B.	CIÊNCIAS: INICIAÇÃO ÀS CIÊNCIAS	CIÊNCIAS FÍS. E BIOL.	ART. 7º: ED. MORAL E CÍVICA	ED. FÍSICA	ED. ARTÍSTICA	PROGRAMAS DE SAÚDE	ENSINO RELIGIOSO	PARTE DIVERSIFICADA: Inglês	Téc. Agrícolas	Téc. Industriais	—	—	—	—	RESULTADO
1ª	60	-	78	-	-		67		*2	*1	*1	*3	*2								AP
2ª	63	-	77	-	-		56		*2	*1	*1	*3	*2								AP
3ª	61	-	59	-	-		53		*2	*1	*1	*3	*2								AP
4ª	53	-	65	-	-		50		*2	*1	*1	*3	*2								AP
5ª	51	52	66	-	-	-		53	*2	65	70	*3	*2	51	-	-					AP
6ª	51	57	57	-	-	-		50	*2	60	50	*3	*2	50	70	61					AP
7ª	DESISTENTE																				-
8ª																					

LEGENDA:
*1 – Resultado contido em Comunicação e Expressão (válido até 1987)
*2 – Resultado contido em Estudos Sociais ou História
*3 – Resultado contido em Ciências
*4 – Preparação para o Trabalho inserida no contexto curricular como um todo.

ESTABELECIMENTO	MUNICÍPIO	ESTADO	ANO
Escola Santa Cruz	Capanema	Pr	78
Esc. Pe. Cirilo - Ens. 1º G	Capanema	Pr	79
Esc. Pe. Cirilo - Ens. 1º G	Capanema	Pr	80
Esc. Pe. Cirilo - Ens. 1º G	Capanema	Pr	81
Esc. Est. Pe.Cirilo-Ens.1º G	Capanema	Pr	83
Esc. Santa Cruz - Ens. 1º G	Capanema	Pr	86
Esc. Santa Cruz - Ens. 1º G	Capanema	Pr	87

Capanema, 31-03-89
LOCAL E DATA

RENILDA [illegible] - RG. 648.8[illegible]
SECRETÁRIO (nome e assinatura)
ATO/ANO DESIGNAÇÃO
Portaria 1.013/86

DIRETOR: Reg. [illegible] - RG. 649.980
DIRETOR (nome e assinatura)
ATO/ANO DESIGNAÇÃO
Portaria 962/88

NÃO CONTÉM EMENDAS OU RASURAS

fls 728

Município de Capanema - PR

LICITANTE: Jair Krampe

CRITÉRIO	PROPOSTA/PONTOS	PONTOS	PESO	PROPOSTA	SOMATÓRIO DA PONTUAÇÃO DA PROPOSTA
Empregabilidade (em número de empregos diretos a serem gerados)	2 pontos por emprego gerado	Até 100	0,3	5,00	3,00
Valor do Investimento privado no empreendimento a ser instalado no imóvel R$	Até 20.000,00	5	0,2		0,00
	De 20.001,00 a 40.000,00.	10	0,2		0,00
	40.001,00 a 60.000,00.	15	0,2		0,00
	60.001,00 a 80.000,00	20	0,2		0,00
	Acima de 80.000,00, a cada 20.000,00 acrescenta 5 pontos.	até 100	0,2		0,00
Prazo construção da infraestrutura e aplicação total dos investimentos (critério exclusivo para terrenos)	Até 6 meses	100	0,2		0,00
	De 6 a 12 meses	80	0,2		0,00
	De 13 a 18 meses	60	0,2		0,00
	De 19 a 24 meses	40	0,2	40,00	8,00
Prazo para aplicação total dos investimentos (critério exclusivo para barracões)	Até 4 meses	100	0,2		0,00
	De 5 a 8 meses	80	0,2		0,00
	De 9 a 12 meses	60	0,2		0,00
	De 13 a 16 meses	40	0,2		0,00
	De 17 a 20 meses	20	0,2		0,00
	De 21 a 24 meses	10	0,2		0,00
Faturamento anual da pessoa jurídica R$	Até 80.001,00.	10	0,1		0,00
	de 80.001,00 a 150.000,00.	20	0,1		0,00
	150.001,00 a 200.000,00.	30	0,1		0,00
	200.001,00 a 250.000,00.	40	0,1		0,00
	250.001,00 a 300.000,00	50	0,1		0,00
	Acima de 300.000,00, a cada 50.000,00 acrescenta 10 pontos.	até 100	0,1		0,00
Tempo de constituição da empresa em Capanema OU tempo de residência do sócio majoritário da empresa OU da pessoa física em Capanema	5 pontos por ano	até 100	0,1	100,00	10,00
Capacidade do empreendimento gerar uma cadeia de produção e/ou empregos indiretos no Município de Capanema/PR	Aquisição de matéria-prima de pessoas físicas ou jurídicas residentes ou sediadas no Município de Capanema.	2 pontos para cada indicação, até 100	0,1		0,00
			TOTAL		21,00

730

JOAO PAULO TIELLET MIORIM

20.936.296/0001-64

731

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
Secretaria do Desenvolvimento da Produção
Departamento Nacional de Registro do Comércio

REQUERIMENTO DE EMPRESÁRIO

INSTRUÇÕES DE PREENCHIMENTO NA JUNTA COMERCIAL

JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO DE EMPRESA - NIRE DA SEDE	NIRE DA FILIAL (preencher somente se ato referente a filial)

NOME DO EMPRESÁRIO (completo sem abreviaturas)
JOÃO PAULO TIELLET MIORIM

NACIONALIDADE	ESTADO CIVIL
BRASILEIRA	Casado(a)

SEXO	REGIME DE BENS (se casado)
M☒ F☐	Comunhão universal

FILHO DE (pai)	(mãe)
ANTONIO CARLOS MIORIM	WANNITA TIELLET MIORIM

NASCIDO EM (data de nascimento)	IDENTIDADE número	Órgão emissor	UF	CPF (número)
21-05-1969	10.463.733-85	SJS	RS	575.121.160-04

EMANCIPADO POR (forma de emancipação – somente no caso de menor)

DOMICILIADO NA (LOGRADOURO – rua, av. etc.)	NÚMERO
RUA TAMOIOS	59

COMPLEMENTO	BAIRRO / DISTRITO	CEP	CÓDIGO DO MUNICÍPIO (Uso da Junta Comercial)
CASA	CENTRO	85760-000	

MUNICÍPIO	UF
CAPANEMA	PR

declara, sob as penas da lei, não estar impedido de exercer atividade empresária, que não possui outro registro de empresário e requer à Junta Comercial do **Paraná - de Francisco Beltrão:**

CÓDIGO DO ATO	DESCRIÇÃO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO
080	INSCRIÇÃO	080	INSCRIÇÃO
CÓDIGO DO EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO	CÓDIGO DO EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO

NOME EMPRESARIAL
JOÃO PAULO TIELLET MIORIM

LOGRADOURO (rua, av. etc.)	NÚMERO
AV. BOTUCARIS	249

COMPLEMENTO	BAIRRO / DISTRITO	CEP	CÓDIGO DO MUNICÍPIO (Uso da Junta Comercial)
BARRACAO	SÃO JOSÉ OPERÁRIO	85760-000	

MUNICÍPIO	UF	PAÍS	CORREIO ELETRÔNICO (E-MAIL)
CAPANEMA	PR	BRASIL	

VALOR DO CAPITAL - R$	VALOR DO CAPITAL (por extenso)
30.000,00	TRINTA MIL REAIS.

CÓDIGO DE ATIVIDADE ECONÔMICA (CNAE Fiscal)	DESCRIÇÃO DO OBJETO
Atividade principal 4723-7/00 Atividades secundárias 4712-1/00 4789-0/99	COMÉRCIO VAREJISTA DE BEBIDAS; COMÉRCIO VAREJISTA DE MERCADORIAS EM GERAL, COM PREDOMINÂNCIA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS - MINIMERCADOS, MERCEARIAS E ARMAZÉNS; COMÉRCIO VAREJISTA DE OUTROS PRODUTOS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE - CARVÃO E LENHA.

DATA DE INÍCIO DAS ATIVIDADES	NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CNPJ	TRANSFERÊNCIA DE SEDE OU DE FILIAL DE OUTRA UF NIRE anterior	UF	USO DA JUNTA COMERCIAL
15-08-2014				

ASSINATURA DA FIRMA PELO EMPRESÁRIO (ou pelo representante legal, se for o caso)
JOAO PAULO TIELLET MIORIM

DATA DA ASSINATURA	ASSINATURA DO EMPRESÁRIO
31-07-2014	

JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ
AGÊNCIA REGIONAL CAPANEMA - PR

PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL

DEFERIDO
PUBLIQUE-SE E ARQUIVE-SE

Carla E. F. Lucatelli
RG 3.463.294-4 / PR
13,08,2014

JUNTA COMERCIAL DO PARANA
AGENCIA REGIONAL DE CAPANEMA
CERTIFICO O REGISTRO EM: 14/08/2014
SOB NÚMERO: 41107656985
Protocolo: 14/458749-1, DE 12/08/2014

JOÃO PAULO TIELLET MIORIM

SEBASTIÃO MOTTA
SECRETARIO GERAL

ATO 315

ENQUADRAMENTO DE MICROEMPRESA (ME)

JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ
AGÊNCIA REGIONAL CAPANEMA - PR

Ilmo. Sr. Presidente da Junta Comercial do Estado do Paraná

O Empresário, JOÃO PAULO TIELLET MIORIM estabelecido na (o) AVENIDA BOTUCARIS, 249, BRCAO: 01;, bairro SÃO JOSÉ OPERÁRIO, CAPANEMA, PR CEP: 85.760-000, requer a Vossa Senhoria o arquivamento do presente instrumento e declara, sob as penas da Lei, que se enquadra na condição de MICROEMPRESA, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, e que não se enquadra em qualquer das hipóteses de exclusão relacionadas no § 4º do art. 3º da mencionada lei.

CAPANEMA - PR, 31 DE JULHO DE 2014.

JOAO PAULO TIELLET MIORIM

JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ
AGÊNCIA REGIONAL CAPANEMA - PR

JUNTA COMERCIAL DO PARANA
AGENCIA REGIONAL DE CAPANEMA
CERTIFICO O REGISTRO EM: 14/08/2014
SOB NÚMERO: 20144587505
Protocolo: 14/458750-5, DE 12/08/2014
Empresa:41 1 0765696 5
JOÃO PAULO TIELLET MIORIM
SEBASTIÃO MOTTA
SECRETARIO GERAL

MÓDULO INTEGRADOR: PR1201400173580

Secretaria da Micro e Pequena Empresa
Secretaria da Racionalização e Simplificação
Departamento de Registro Empresarial e Integração
Junta Comercial do Estado do Paraná - JUCEPAR

REQUERIMENTO DE EMPRESÁRIO

Folhas 1/1

NUMERO DE IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO DE EMPRESA - NIRE DA SEDE	NIRE DA FILIAL (preencher somente se ato referente à filial)
41107656985	XXX

NOME DO EMPRESÁRIO (completo, sem abreviaturas)
JOAO PAULO TIELLET MIORIM

NACIONALIDADE	ESTADO CIVIL
BRASILEIRA	Casado

SEXO	REGIME DE BENS(se casado)
Masculino	Comunhão Universal.

FILHO DE (pai)	(mãe)
ANTONIO CARLOS MIORIM	WANNITA TIELLET MIORIM

NASCIDO EM (data de nascimento)	IDENTIDADE (número)	Órgão emissor	UF	CPF(número)
21/05/1969	1046373385	SJS	RS	57512116004

EMANCIPADO POR (forma de emancipação - somente no caso de menor)

DOMICILIADO NA (LOGRADOURO - rua, av. etc)	NÚMERO
RUA TAMOIOS	59

COMPLEMENTO	BAIRRO/DISTRITO	CEP	CÓDIGO DO MUNICÍPIO (Uso da Junta Comercial)
CASA	CENTRO	85760-000	005920 - Capanema

MUNICÍPIO	UF
Capanema	PR

declara, sob as penas da lei, não estar impedido de exercer atividade empresária, que não possui outro registro de empresário e requer à JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARANÁ:

CÓDIGO DO ATO	DESCRIÇÃO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO
002	ALTERAÇÃO	021

DESCRIÇÃO DO EVENTO
ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)

NOME EMPRESARIAL
JOÃO PAULO TIELLET MIORIM - ME

LOGRADOURO (rua,ev, etc)	NÚMERO
RUA LUIZ GERALDO HOLLEN	1208

COMPLEMENTO	BAIRRO/DISTRITO	CEP	CÓDIGO DO MUNICÍPIO (Uso da Junta Comercial)
SALA 01	SANTA CRUZ	85760-000	005920 - Capanema

MUNICÍPIO	UF	PAÍS	CORREIO ELETRÔNICO (E-MAIL)
Capanema	PR	BRASIL	trevisan73@brturbo.com.br

VALOR DO CAPITAL - R$	VALOR DO CAPITAL - (por extenso)
30.000,00	trinta mil reais

CÓDIGO DE ATIVIDADE ECONÔMICA (CNAE Fiscal)	Descrição do Objeto
Atividade Principal 4723700 Atividade Secundária 4712100, 4789099, 4930202	Comércio varejista de bebidas; Comercio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - minimercados, mercearias e armazéns; Comercio varejista de outros produtos não especificados anteriormente - carvão e lenha; Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional.

DATA DE INÍCIO DAS ATIVIDADES	NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CNPJ	TRANSFERÊNCIA DE SEDE OU DE FILIAL DE OUTRA UF NIRE ANTERIOR	UF	USO DA JUNTA COMERCIAL
15/08/2014	20936296000164			DEPENDENTE DE AUTORIZAÇÃO GOVERNAMENTAL ☐ 1 - SIM ☐ 3 - NÃO

ASSINATURA DA FIRMA PELO EMPRESÁRIO (ou pelo representante/procurador/gerente)
JOAO PAULO TIELLET MIORIM - ME

DATA DA ASSINATURA	ASSINATURA DO EMPRESÁRIO
06/07/2016	Reconheço a(s) firma(s) de JOAO PAULO TIELLET MIORIM Em Testemunho da verdade. Capanema - PR

PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL

DEFERIDO. PUBLIQUE-SE E ARQUIVE-SE	AUTENTICAÇÃO
__/__/_____	PR1160000304570

PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL

* Este documento foi gerado no portal Empresa Fácil Paraná

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARANÁ - SEDE

CERTIFICO O REGISTRO EM 20/07/2016 15:33 SOB Nº 20164201904.
PROTOCOLO: 164201904 DE 18/07/2016. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11601181017. NIRE: 41107656985.
JOÃO PAULO TIELLET MIORIM - ME

Libertad Bogus
SECRETÁRIA-GERAL
CURITIBA, 20/07/2016
www.empresafacil.pr.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.
Informando seus respectivos códigos de verificação

SERVIÇO NOTARIAL DE CAPANEMA
Rua Alagoas, 1332 - Capanema - PR - CEP 85.760-000
☎ (46) 3552-3710

Selo Digital Nº stAwc 9HDEH NC7Xr Controle: s4Nzi 9XXS
Consulte esse selo em http://funarpen.com.br
Reconheço por SEMELHANÇA a assinatura indicada de JOÃO PAULO TIELLET MIORIM, do que dou fé

Capanema-PR, 18 de julho de 2016, as 11:13:22 horas

Em Test_____ da Verdade

Deniz da Silva Pedroso - Escrevente

TABELIONATO DE NOTAS DE CAPANEMA
Adelar Miguel Pezzini
Agente Delegado Designado
Rua Alagoas, 1332
Centro
CAPANEMA - PR

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARANÁ - SEDE

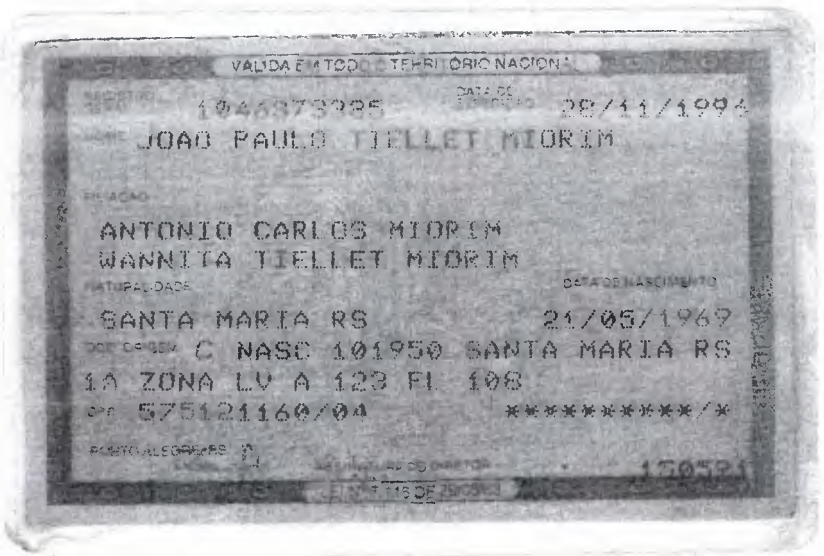
CERTIFICO O REGISTRO EM 20/07/2016 15:33 SOB Nº 20164201904.
PROTOCOLO: 164201904 DE 18/07/2016. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11601181017. NIRE: 41107656985.
JOÃO PAULO TIELLET MIORIM - ME

JUNTA COMERCIAL DO PARANA

Libertad Bogus
SECRETÁRIA-GERAL
CURITIBA, 20/07/2016
www.empresafacil.pr.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.
Informando seus respectivos códigos de verificação


POLEGAR DIREITO


VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

1046373935 29/11/1994

JOAO PAULO TIELLET MIORIM

ANTONIO CARLOS MIORIM
WANNITA TIELLET MIORIM

SANTA MARIA RS 21/05/1969

C NASC 101950 SANTA MARIA RS
1A ZONA LV A 123 FL 108

575121160/04 **********/*

737

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
20.936.296/0001-64 **MATRIZ**		**14/08/2014**

NOME EMPRESARIAL
JOAO PAULO TIELLET MIORIM

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
ZOON D AGUA	**ME**

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
47.23-7-00 - Comércio varejista de bebidas

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
47.12-1-00 - Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - minimercados, mercearias e armazéns
47.89-0-99 - Comércio varejista de outros produtos não especificados anteriormente
49.30-2-02 - Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
213-5 - Empresário (Individual)

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
R LUIZ GERALDO HOLLEN	**1208**	**SALA 01**

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
85.760-000	**SANTA CRUZ**	**CAPANEMA**	**PR**

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
trevisan73@brturbo.com.br	**(46) 3552-3062**

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	**14/08/2014**

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **12/06/2020** às **08:49:03** (data e hora de Brasília). Página: **1/1**

fls. 238

RECEITA ESTADUAL

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA FAZENDA

Comprovante de Inscrição Cadastral - CICAD

Inscrição no CAD/ICMS	Inscrição CNPJ	Início das Atividades
90673351-01	20.936.296/**0001-64**	08/2014

Empresa / Estabelecimento

Nome Empresarial	**JOAO PAULO TIELLET MIORIM ME**
Título do Estabelecimento	ZOON D AGUA
Endereço do Estabelecimento	RUA LUIZ GERALDO HOLLEN, 1208, SALA 01 - CENTRO - CEP 85760-000 FONE: (46) 3552-3067
Município de Instalação	CAPANEMA - PR, DESDE 08/2014
	(Estabelecimento Matriz)

Qualificação

Situação Atual	**ATIVO - SIM**PLES NACIONAL **/ SIMPLES** NACIONAL - **DIA 03** DO MES+2, DESDE **06/2020**
Natureza Jurídica	213-5 - EMPRESÁRIO (INDIVIDUAL)
Atividade Econômica Principal do Estabelecimento	4723-7/00 - COMERCIO VAREJISTA DE BEBIDAS
Atividade(s) Econômica(s) Secundária(s) do Estabelecimento	4712-1/00 - COMERCIO VAREJISTA DE MERCADORIAS EM GERAL, COM PREDOMINANCIA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS - MINIMERCADOS, MERCEARIAS E ARMAZENS
	4789-0/99 - COMERCIO VAREJISTA DE OUTROS PRODUTOS NAO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE
	4930-2/02 - TRANSPORTE RODOVIARIO DE CARGA, EXCETO PRODUTOS PERIGOSOS E MUDANCAS, INTERMUNICIPAL, **INTERESTADUAL E** INTERNACIONAL

Quadro Societário

Tipo	Inscrição	Nome Completo / Nome Empresarial	Qualificação
CPF	**575.121.160-04**	JOAO **PAULO** TIELLET **MIORIM**	**EMPRESÁRIO**

Este CICAD tem validade até 09/12/2020.

Os dados cadastrais deste estabelecimento poderão ser confirmados via Internet www.fazenda.pr.gov.br

Estado do **Paraná**
Secretaria de Estado da Fazenda
Receita Estadual do Paraná

CAD/ICMS Nº 90673351-01

Emitido Eletronicamente via Internet
09/11/2020 11:19:50

Dados transmitidos de forma segura
Tecnologia CELEPAR

739

Município de Capanema

ESTADO DO PARANÁ

75.972.760/0001-60

AV GOV.PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA, 1080 - CENTRO - CAPANEMA - PR

ALVARÁ Nº 182/2014

O Município de Capanema, conforme protocolo nº PRP1616725290 de 26 de Setembro de 2016 concede alvará de licença para localização a:

Nome: **JOAO PAULO TIELLET MIORIM - ME**
CNPJ/CPF: 20.936.296/0001-64 **Inscrição Municipal:** 40355
Nome Fantasia: ZOON D AGUA

Localização: R LUIZ GERALDO HOLLEN, 1208 - SALA 01 - SANTA CRUZ CEP: 85760000 Capanema - PR

Atividades
4723-7/00 - Comércio varejista de bebidas.
4712-1/00 - Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - minimercados, mercearias e armazéns.
4789-0/99 - Comércio varejista de outros produtos não especificados anteriormente.
4930-2/02 - Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional.

Horário de funcionamento Comercio e prestadores de servicos
Segunda à Sexta das 07:30 às 20:00
Sábado das 07:30 às 13:00

Este Alvará possui validade INDETERMINADA somente para a LOCALIZAÇÃO e ATIVIDADES acima descritas.

Observações:

1 - O Contribuinte deve manter o presente Alvará de Licença, em lugar bem visível e o exibirá a autoridade competente sempre que esta o exigir. - Código de Posturas - Lei 03/1970 - Artigo 213.
2 - Será exigida renovação de licença sempre que ocorrer mudanças de ramo de atividade, modificações nas características do estabelecimento ou transferência de local.
3 - Nos casos de alterações tais como: encerramento, mudanças de endereço, razão social, ramos de atividade, etc. O contribuinte será obrigado a comunicar a Prefeitura dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias.

IMPORTANTE:
- Evite multas, auditorias, fiscalização especial e outros aborrecimentos mantendo em dia sua situação perante o fisco. Futuramente você precisará de certidões para fins de aposentadoria, auxílios, pensão, etc. Zele pelo seu futuro.

Capanema,19 de Junho de 2020

Autenticação: 9ZTMH2TC95J5XT8S2UU

710

Voltar Imprimir

CAIXA
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 20.936.296/0001-64
Razão Social: JOAO PAULO TIELLET MIORIM ME
Endereço: AV BOTUCARIS 249 BARRACAO / CENTRO / CAPANEMA / PR / 85760-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 13/10/2020 a 11/11/2020

Certificação Número: 2020101303050759559593

Informação obtida em 20/10/2020 14:34:29

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: JOAO PAULO TIELLET MIORIM (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 20.936.296/0001-64
Certidão nº: 27521579/2020
Expedição: 20/10/2020, às 14:34:56
Validade: 17/04/2021 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **JOAO PAULO TIELLET MIORIM (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **20.936.296/0001-64, NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

742

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: JOAO PAULO TIELLET MIORIM
CNPJ: 20.936.296/0001-64

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. não constam pendências relativas aos débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB); e

2. constam nos sistemas da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) débitos inscritos em Dívida Ativa da União (DAU) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou garantidos mediante bens ou direitos, ou com embargos da Fazenda Pública em processos de execução fiscal, ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal.

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 16:59:50 do dia 30/09/2020 <hora e data de Brasília>.
Válida até 29/03/2021.
Código de controle da certidão: **DCDE.BC85.E4B0.D908**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Receita Estadual do Paraná

743

Certidão Negativa

de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual
Nº 022920782-28

Certidão fornecida para o CNPJ/MF: **20.936.296/0001-64**
Nome: **JOAO PAULO TIELLET MIORIM ME**

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

Obs.: Esta Certidão engloba todos os estabelecimentos da empresa e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

Válida até 09/03/2021 - Fornecimento Gratuito

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet
www.fazenda.pr.gov.br

Emitido via Internet Pública (09/11/2020 11:14:01)

744

Município de Capanema
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE TRIBUTAÇÃO

CERTIDÃO NEGATIVA

IMPORTANTE:

1. FICA RESSALVADO O DIREITO DA FAZENDA MUNICIPAL COBRAR DÉBITOS CONSTATADOS POSTERIORMENTE MESMO REFERENTE AO PERÍODO COMPREENDIDO NESTA CERTIDÃO.
2. A PRESENTE CERTIDÃO TEM VALIDADE ATÉ **09/11/2020**, SEM RASURAS E NO ORIGINAL.

REVENDO OS ARQUIVOS E REGISTROS, CERTIFICAMOS QUE: O CONTRIBUINTE NADA DEVE À FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL RELATIVO A EMPRESA MENCIONADA ABAIXO.

NEGATIVA Nº: 5325/2020

CÓDIGO DE AUTENTICAÇÃO: 9ZTMH282QETJ34X8CQPX

FINALIDADE: CONCORRÊNCIA / LICITAÇÃO

RAZÃO SOCIAL: JOAO PAULO TIELLET MIORIM - ME

Inscrição Municipal	CNPJ/CPF	INSCRIÇÃO ESTADUAL	ALVARÁ
40355	20.936.296/0001-64		182

ENDEREÇO

R LUIZ GERALDO HOLLEN, 1208 - SALA 01 - SANTA CRUZ CEP: 85760000 Capanema - PR

CNAE / ATIVIDADES

Comércio varejista de bebidas, Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - minimercados, mercearias e armazéns, Comércio varejista de outros produtos não especificados anteriormente, Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional

Certidão emitida no dia **Capanema, 10 de Setembro de 2020.**
CÓDIGO DE AUTENTICAÇÃO: **9ZTMH282QETJ34X8CQPX**

Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Receita Estadual do Paraná

745

Certidão Negativa

de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual
Nº 022920793-71

Certidão fornecida para o CPF/MF: **575.121.160-04**
Nome: **JOAO PAULO TIELLET MIORIM**

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

Obs.: Esta certidão engloba pendências do próprio CPF ou pelas quais tenha sido responsabilizado e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como, ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

Válida até 09/03/2021 - Fornecimento Gratuito

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet
www.fazenda.pr.gov.br

Emitido via Internet Pública (09/11/2020 11:15:04)

e-CAC PGFN Centro Virtual de Atendimento

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

746

e-CAC - Centro Virtual de Atendimento ao Contribuinte

CONSULTA INSCRIÇÃO

Ministério da Economia
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

20/10/2020
15:32

Informações Gerais da Inscrição

Devedor Principal: JOAO PAULO TIELLET MIORIM ME
CNPJ/CPF: 94.244.936/0001-01
Inscrição: 00 6 97 004366-90
Nº do Processo: 11060 207969/96-18
Situação: ATIVA AJUIZADA
Série da Inscrição: DO
Natureza da Dívida: TRIBUTARIA
Data da Inscrição: 30/04/1997
Valor Inscrito: R$ 0,00 (UFIR 349.285,03)
Quant. de Débitos: 12
Quant. de Pagamentos: 0
Quant. de Devedores: 2
Quant. Parcelamentos: 0
Valor Remanescente: R$ 38.854.645,02 (UFIR 349.285,03)
Nº Judicial: 9711019744 **Nº de Agrupamento para Ajuizamento:** 000188904970
Nº Único de Processo Judicial: 9711019744
Data de Protocolo:
Data de Distribuição: 21/07/1997
Órgão de Justiça: SECAO JF - SANTA MARIA
Data Falência:
Valor Consolidado: R$ 1.480.160,61
Receita: 4493 - DIV.ATIVA-COFINS
Procuradoria de Inscrição: SANTA MARIA
Procuradoria Responsável: SANTA MARIA
Órgão de Origem:
Nº do Auto de Infração:
Devolução/Arquivamento:
Juízo: 03ª Vara Federal de Santa Maria
Número do Imóvel (NIRF/ITR):
Número do Imóvel (RIP):
Data da Extinção:
Motivo da Extinção:
Motivo de Suspensão de Exigibilidade:

D30F4A7D.6FD79059.F694D5E5.57A2A9DC

Informações Sobre os Valores da Inscrição

Principal: R$ 265 105,39
Multa: R$ 53.021,05
Juros de Mora: R$ 915.340,74
Encargo Legal: R$ 246.693,43
Valor Total: R$ 1.480.160,61

Informações dos Devedores

Devedor 1

PGFN

Nome: JOAO PAULO TIELLET MIORIM ME
CNPJ/CPF: 94.244.936/0001-01
Tipo: PRINCIPAL
Atividade/Profissão: COM VAREJ OUT PRODUTOS N-ESPECIFICADOS
Endereço: DR BOZANO 950 B
Bairro: CENTRO
CEP: 97015002
Município: SANTA MARIA
UF: RS

RFB

Nome: JOAO PAULO TIELLET MIORIM
CNPJ/CPF:
Situação Cadastral: BAIXADA
CNAE/Ocupação: 4774100 - Com rcio varejista de artigos de ptica
Endereço: DR BOZANO 950 B
Bairro: CENTRO
CEP: 97015002
Município: SANTA MARIA
UF: RS

Devedor 2

0747

PGFN

Nome: JOAO PAULO TIELLET MIORIM
CNPJ/CPF: 575.121.160-04
Tipo: CO-RESPONSAVEL
Atividade/Profissão:
Endereço: R TAMOIOS 59 CASA
Bairro: CENTRO
CEP: 85760000
Município: CAPANEMA
UF: PR

RFB

Nome: JOAO PAULO TIELLET MIORIM
CNPJ/CPF:
Situação Cadastral: REGULAR
CNAE/Ocupação: 4774100 - DESCRICAO CODIGO CNAE NAO ENCONTRADO
Endereço: R LUIZ GERALDO HOLLEN 1208 CASA
Bairro: SANTA CRUZ
CEP: 85760000
Município: CAPANEMA
UF: PR

Informações Sobre os Débitos da Inscrição

Natureza: CONTRIBUICAO
Data de Vencimento: 07/02/1994 **TIAM:** 08/02/1994 **TI Juros:** 01/03/1994
P. Apur. Base/Ex:
Alteração de % Multa Mora: sem alteração **Motivo Alteração:** Nenhum motivo **Nrº da Decisão:**
Multa Mora: 20 % **Valor Originário:** CR$ 764.767,36 UFIR 2.720,13 **Valor Remanescente:** CR$ 764.767,36 UFIR 2.720,13
Origem: 670 - CONTR. P/ FINANC. DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS
Forma de Constituição: 001 - DECLARACAO DE RENDIMENTOS
Código da Notificação: 09 - PESSOAL
Número da Notificação: 0951029088938 **Data da Notificação:**

Natureza: CONTRIBUICAO
Data de Vencimento: 07/03/1994 **TIAM:** 08/03/1994 **TI Juros:** 04/04/1994
P. Apur. Base/Ex:
Alteração de % Multa Mora: sem alteração **Motivo Alteração:** Nenhum motivo **Nrº da Decisão:**
Multa Mora: 20 % **Valor Originário:** CR$ 1.722.389,68 UFIR 4.440,97 **Valor Remanescente:** CR$ 1.722.389,68 UFIR 4.440,97
Origem: 670 - CONTR. P/ FINANC. DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS
Forma de Constituição: 001 - DECLARACAO DE RENDIMENTOS
Código da Notificação: 09 - PESSOAL
Número da Notificação: 0951029088938 **Data da Notificação:**

Natureza: CONTRIBUICAO
Data de Vencimento: 08/04/1994 **TIAM:** 11/04/1994 **TI Juros:** 02/05/1994
P. Apur. Base/Ex:
Alteração de % Multa Mora: sem alteração **Motivo Alteração:** Nenhum motivo **Nrº da Decisão:**
Multa Mora: 20 % **Valor Originário:** CR$ 6.521.939,84 UFIR 11.527,75 **Valor Remanescente:** CR$ 6.521.939,84 UFIR 11.527,75
Origem: 670 - CONTR. P/ FINANC. DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS
Forma de Constituição: 001 - DECLARACAO DE RENDIMENTOS
Código da Notificação: 09 - PESSOAL
Número da Notificação: 0951029088938 **Data da Notificação:**

Natureza: CONTRIBUICAO
Data de Vencimento: 06/05/1994 **TIAM:** 09/05/1994 **TI Juros:** 01/06/1994
P. Apur. Base/Ex:
Alteração de % Multa Mora: sem alteração **Motivo Alteração:** Nenhum motivo **Nrº da Decisão:**
Multa Mora: 20 % **Valor Originário:** CR$ 8.776.153,46 UFIR 11.125,24 **Valor Remanescente:** CR$ 8.776.153,46 UFIR 11.125,24
Origem: 670 - CONTR. P/ FINANC. DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS
Forma de Constituição: 001 - DECLARACAO DE RENDIMENTOS
Código da Notificação: 09 - PESSOAL
Número da Notificação: 0951029088938 **Data da Notificação:**

Natureza: CONTRIBUICAO
Data de Vencimento: 08/06/1994 **TIAM:** 09/06/1994 **TI Juros:** 01/07/1994

748

P. Apur. Base/Ex:
Alteração de % Multa Mora: sem alteração **Motivo Alteração:** Nenhum motivo **Nrº da Decisão:**
Multa Mora: 20 % **Valor Originário:** CR$ 14.435.635,28 UFIR 12.605,44 **Valor Remanescente:** CR$ 14.435.635,28 UFIR 12.605,44
Origem: 670 - CONTR. P/ FINANC. DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS
Forma de Constituição: 001 - DECLARACAO DE RENDIMENTOS
Código da Notificação: 09 - PESSOAL
Número da Notificação: 0951029088938 **Data da Notificação:**

Natureza: CONTRIBUICAO
Data de Vencimento: 08/07/1994 **TIAM:** 11/07/1994 **TI Juros:** 01/08/1994
P. Apur. Base/Ex:
Alteração de % Multa Mora: sem alteração **Motivo Alteração:** Nenhum motivo **Nrº da Decisão:**
Multa Mora: 20 % **Valor Originário:** R$ 8.594,41 UFIR 15.297,98 **Valor Remanescente:** R$ 8.594,41 UFIR 15.297,98
Origem: 670 - CONTR. P/ FINANC. DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS
Forma de Constituição: 001 - DECLARACAO DE RENDIMENTOS
Código da Notificação: 09 - PESSOAL
Número da Notificação: 0951029088938 **Data da Notificação:**

Natureza: CONTRIBUICAO
Data de Vencimento: 05/08/1994 **TIAM:** 08/08/1994 **TI Juros:** 01/09/1994
P. Apur. Base/Ex:
Alteração de % Multa Mora: sem alteração **Motivo Alteração:** Nenhum motivo **Nrº da Decisão:**
Multa Mora: 20 % **Valor Originário:** R$ 25.439,46 UFIR 43.037,48 **Valor Remanescente:** R$ 25.439,46 UFIR 43.037,48
Origem: 670 - CONTR. P/ FINANC. DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS
Forma de Constituição: 001 - DECLARACAO DE RENDIMENTOS
Código da Notificação: 09 - PESSOAL
Número da Notificação: 0951029088938 **Data da Notificação:**

Natureza: CONTRIBUICAO
Data de Vencimento: 09/09/1994 **TIAM:** 12/09/1994 **TI Juros:** 04/10/1994
P. Apur. Base/Ex:
Alteração de % Multa Mora: sem alteração **Motivo Alteração:** Nenhum motivo **Nrº da Decisão:**
Multa Mora: 20 % **Valor Originário:** R$ 23.436,08 UFIR 37.757,49 **Valor Remanescente:** R$ 23.436,08 UFIR 37.757,49
Origem: 670 - CONTR. P/ FINANC. DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS
Forma de Constituição: 001 - DECLARACAO DE RENDIMENTOS
Código da Notificação: 09 - PESSOAL
Número da Notificação: 0951029088938 **Data da Notificação:**

Natureza: CONTRIBUICAO
Data de Vencimento: 10/10/1994 **TIAM:** 11/10/1994 **TI Juros:** 01/11/1994
P. Apur. Base/Ex:
Alteração de % Multa Mora: sem alteração **Motivo Alteração:** Nenhum motivo **Nrº da Decisão:**
Multa Mora: 20 % **Valor Originário:** R$ 15.248,01 UFIR 24.172,49 **Valor Remanescente:** R$ 15.248,01 UFIR 24.172,49
Origem: 670 - CONTR. P/ FINANC. DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS
Forma de Constituição: 001 - DECLARACAO DE RENDIMENTOS
Código da Notificação: 09 - PESSOAL
Número da Notificação: 0951029088938 **Data da Notificação:**

Natureza: CONTRIBUICAO
Data de Vencimento: 10/11/1994 **TIAM:** 11/11/1994 **TI Juros:** 01/12/1994
P. Apur. Base/Ex:
Alteração de % Multa Mora: sem alteração **Motivo Alteração:** Nenhum motivo **Nrº da Decisão:**
Multa Mora: 20 % **Valor Originário:** R$ 20.894,21 UFIR 32.504,99 **Valor Remanescente:** R$ 20.894,21 UFIR 32.504,99
Origem: 670 - CONTR. P/ FINANC. DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS
Forma de Constituição: 001 - DECLARACAO DE RENDIMENTOS
Código da Notificação: 09 - PESSOAL
Número da Notificação: 0951029088938 **Data da Notificação:**

Natureza: CONTRIBUICAO
Data de Vencimento: 09/12/1994 **TIAM:** 12/12/1994 **TI Juros:** 02/01/1995
P. Apur. Base/Ex:
Alteração de % Multa Mora: sem alteração **Motivo Alteração:** Nenhum motivo **Nrº da Decisão:**
Multa Mora: 20 % **Valor Originário:** R$ 22.632,56 UFIR 34.198,48 **Valor Remanescente:** R$ 22.632,56 UFIR 34.198,48
Origem: 670 - CONTR. P/ FINANC. DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS
Forma de Constituição: 001 - DECLARACAO DE RENDIMENTOS
Código da Notificação: 09 - PESSOAL
Número da Notificação: 0951029088938 **Data da Notificação:**

Natureza: CONTRIBUICAO
Data de Vencimento: 10/01/1995 **TIAM:** 11/01/1995 **TI Juros:** 01/02/1995
P. Apur. Base/Ex:
Alteração de % Multa Mora: sem alteração **Motivo Alteração:** Nenhum motivo **Nrº da Decisão:**
Multa Mora: 20 % **Valor Originário:** R$ 41.740,54 UFIR 61.682,48 **Valor Remanescente:** R$ 41.740,54 UFIR 61.682,48
Origem: 670 - CONTR. P/ FINANC. DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS
Forma de Constituição: 001 - DECLARACAO DE RENDIMENTOS
Código da Notificação: 09 - PESSOAL
Número da Notificação: 0951029088938 **Data da Notificação:**

Informações sobre o parcelamento

Nenhum registro encontrado

Informações sobre os pagamentos efetuados

Nenhum registro encontrado

Informações de ocorrências

Data	Descrição	
30/04/1997	OCORRENCIA:	INSCRICAO
	SITUACAO :	ATIVA A SER COBRADA
13/05/1997	OCORRENCIA:	PRIMEIRA COBRANCA
	SITUACAO :	ATIVA EM COBRANCA
23/06/1997	OCORRENCIA:	EMISSAO PETICAO INICIAL E CDA
	SITUACAO :	ATIVA ENCAMINHADA PARA AJUIZAMENTO
24/06/1997	OCORRENCIA:	EMISSAO DOCS PARA AJUIZAMENTO
	SITUACAO :	ATIVA AJUIZADA
		SETOR SETDAU E00079/1997
28/07/1997	OCORRENCIA:	INCLUSAO DE PROCESSO JUDICIAL
		N. EXECUCAO - 0001 97 901353-20
	SITUACAO :	SEM ALTERACAO DA SITUACAO
14/08/1997	OCORRENCIA:	SEGUNDA COBRANCA
	SITUACAO :	ATIVA AJUIZADA
5/05/2013	OCORRENCIA:	INCLUSAO NUMERO DE AGRUPAMENTO
19/03/2016	OCORRENCIA:	INCLUSAO DE CO-RESPONSAVEL
		CPF/CNPJ 575.121.160-04
	SITUACAO :	SEM ALTERACAO DA SITUACAO
09/04/2016	OCORRENCIA:	PRIMEIRA COBRANCA
		CPF/CNPJ 575.121.160-04
29/07/2020	OCORRENCIA:	ALTERACAO ORGAO JUSTICA ORIGEM
		ORGAO JUSTICA ANT SANTA MARIA

PGFN - Todos os direitos reservados
Esplanada dos Ministérios - Bloco "P" - 8º andar - CEP: 70.048-900 Brasília/DF

750

e-CAC PGFN Centro Virtual de Atendimento

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

e-CAC - Centro Virtual de Atendimento ao Contribuinte

CONSULTA INSCRIÇÃO

Ministério da Economia
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

20/10/2020
15:31

Informações Gerais da Inscrição

Devedor Principal: JOAO PAULO TIELLET MIORIM ME
CNPJ/CPF: 94.244.936/0001-01
Inscrição: 00 6 97 001764-19
Nº do Processo: 11060 207478/96-78
Situação: ATIVA AJUIZADA
Série da Inscrição: DO — **Natureza da Dívida:** TRIBUTARIA
Data da Inscrição: 14/03/1997 — **Valor Inscrito:** R$ 0,00 (UFIR 34.645,79)
Quant. de Débitos: 9
Quant. de Pagamentos: 0
Quant. de Devedores: 2
Quant. Parcelamentos: 0 — **Valor Remanescente:** R$ 25.474.111,48 (UFIR 34.645,79)
Nº Judicial: 9711018349 **Nº de Agrupamento para Ajuizamento:** 000188900915
Nº Único de Processo Judicial: 9711018349
Data de Protocolo:
Data de Distribuição: 30/07/1997
Órgão de Justiça: SECAO JF - SANTA MARIA
Data Falência: — **Valor Consolidado:** R$ 148.195,40
Receita: 1804 - DIV.ATIVA-CONTRIBUICAO SOCIAL
Procuradoria de Inscrição: SANTA MARIA
Procuradoria Responsável: SANTA MARIA
Órgão de Origem:
Nº do Auto de Infração: — **Devolução/Arquivamento:**
Juízo: 03ª Vara Federal de Santa Maria
Número do Imóvel (NIRF/ITR):
Número do Imóvel (RIP):
Data da Extinção:
Motivo da Extinção:
Motivo de Suspensão de Exigibilidade:

6C49C8DC.4BC9392C.228F961A.4FFCA40F

Informações Sobre os Valores da Inscrição

Principal: R$ 26.296,32
Multa: R$ 5.259,23
Juros de Mora: R$ 91.940,62
Encargo Legal: R$ 24.699,23
Valor Total: R$ 148.195,40

Informações dos Devedores

Devedor 1

PGFN
Nome: JOAO PAULO TIELLET MIORIM ME
CNPJ/CPF: 94.244.936/0001-01 — **Tipo:** PRINCIPAL
Atividade/Profissão: COM VAREJ OUT PRODUTOS N-ESPECIFICADOS
Endereço: DR BOZANO 950 B
Bairro: CENTRO — **CEP:** 97015002
Município: SANTA MARIA — **UF:** RS

RFB
Nome: JOAO PAULO TIELLET MIORIM
CNPJ/CPF: — **Situação Cadastral:** BAIXADA
CNAE/Ocupação: 4774100 - Com rcio varejista de artigos de ptica
Endereço: DR BOZANO 950 B
Bairro: CENTRO — **CEP:** 97015002
Município: SANTA MARIA — **UF:** RS

Devedor 2

PGFN

Nome: JOAO PAULO TIELLET MIORIM
CNPJ/CPF: 575.121.160-04 **Tipo:** CO-RESPONSAVEL
Atividade/Profissão:
Endereço: R TAMOIOS 59 CASA
Bairro: CENTRO **CEP:** 85760000
Município: CAPANEMA **UF:** PR

RFB

Nome: JOAO PAULO TIELLET MIORIM
CNPJ/CPF: **Situação Cadastral:** REGULAR
CNAE/Ocupação: 4774100 - DESCRICAO CODIGO CNAE NAO ENCONTRADO
Endereço: R LUIZ GERALDO HOLLEN 1208 CASA
Bairro: SANTA CRUZ **CEP:** 85760000
Município: CAPANEMA **UF:** PR

Informações Sobre os Débitos da Inscrição

Natureza: CONTR. SOCIAL
Data de Vencimento: 28/02/1994 **TIAM:** 01/03/1994 **TI Juros:** 01/03/1994
P. Apur. Base/Ex: 1994/1995
Alteração de % Multa Mora: sem alteração **Motivo Alteração:** Nenhum motivo **Nrº da Decisão:**
Multa Mora: 20 % **Valor Originário:** CR$ 483.077,78 UFIR 1.348,39 **Valor Remanescente:** CR$ 483.077,78 UFIR 1.348,39
Origem: 202 - LUCRO PRESUMIDO RELATIVO AO ANO BASE/EXERCICIO
Forma de Constituição: 001 - DECLARACAO DE RENDIMENTOS
Código da Notificação: 09 - PESSOAL
Número da Notificação: 0951029088938 **Data da Notificação:**

Natureza: CONTR. SOCIAL
Data de Vencimento: 30/03/1994 **TIAM:** 04/04/1994 **TI Juros:** 04/04/1994
P. Apur. Base/Ex: 1994/1995
Alteração de % Multa Mora: sem alteração **Motivo Alteração:** Nenhum motivo **Nrº da Decisão:**
Multa Mora: 20 % **Valor Originário:** CR$ 1.143.285,48 UFIR 2.226,49 **Valor Remanescente:** CR$ 1.143.285,48 UFIR 2.226,49
Origem: 202 - LUCRO PRESUMIDO RELATIVO AO ANO BASE/EXERCICIO
Forma de Constituição: 001 - DECLARACAO DE RENDIMENTOS
Código da Notificação: 09 - PESSOAL
Número da Notificação: 0951029088938 **Data da Notificação:**

Natureza: CONTR. SOCIAL
Data de Vencimento: 29/04/1994 **TIAM:** 02/05/1994 **TI Juros:** 02/05/1994
P. Apur. Base/Ex: 1994/1995
Alteração de % Multa Mora: sem alteração **Motivo Alteração:** Nenhum motivo **Nrº da Decisão:**
Multa Mora: 20 % **Valor Originário:** CR$ 4.198.546,87 UFIR 5.762,95 **Valor Remanescente:** CR$ 4.198.546,87 UFIR 5.762,95
Origem: 202 - LUCRO PRESUMIDO RELATIVO AO ANO BASE/EXERCICIO
Forma de Constituição: 001 - DECLARACAO DE RENDIMENTOS
Código da Notificação: 09 - PESSOAL
Número da Notificação: 0951029088938 **Data da Notificação:**

Natureza: CONTR. SOCIAL
Data de Vencimento: 31/05/1994 **TIAM:** 01/06/1994 **TI Juros:** 01/06/1994
P. Apur. Base/Ex: 1994/1995
Alteração de % Multa Mora: sem alteração **Motivo Alteração:** Nenhum motivo **Nrº da Decisão:**
Multa Mora: 20 % **Valor Originário:** CR$ 5.831.857,75 UFIR 5.561,98 **Valor Remanescente:** CR$ 5.831.857,75 UFIR 5.561,98
Origem: 202 - LUCRO PRESUMIDO RELATIVO AO ANO BASE/EXERCICIO
Forma de Constituição: 001 - DECLARACAO DE RENDIMENTOS
Código da Notificação: 09 - PESSOAL
Número da Notificação: 0951029088938 **Data da Notificação:**

0009752

Natureza: CONTR. SOCIAL
Data de Vencimento: 30/06/1994 **TIAM:** 01/07/1994 **TI Juros:** 01/07/1994
P. Apur. Base/Ex: 1994/1995
Alteração de % Multa Mora: sem alteração **Motivo Alteração:** Nenhum motivo **Nrº da Decisão:**
Multa Mora: 20 % **Valor Originário:** CR$ 9.567.165,57 UFIR 6.302,18 **Valor Remanescente:** CR$ 9.567.165,57 UFIR 6.302,18
Origem: 202 - LUCRO PRESUMIDO RELATIVO AO ANO BASE/EXERCICIO
Forma de Constituição: 001 - DECLARACAO DE RENDIMENTOS
Código da Notificação: 09 - PESSOAL
Número da Notificação: 0951029088938 **Data da Notificação:**

Natureza: CONTR. SOCIAL
Data de Vencimento: 29/07/1994 **TIAM:** 01/08/1994 **TI Juros:** 01/08/1994
P. Apur. Base/Ex: 1994/1995
Alteração de % Multa Mora: sem alteração **Motivo Alteração:** Nenhum motivo **Nrº da Decisão:**
Multa Mora: 20 % **Valor Originário:** R$ 4.480,01 UFIR 7.648,98 **Valor Remanescente:** R$ 4.480,01 UFIR 7.648,98
Origem: 202 - LUCRO PRESUMIDO RELATIVO AO ANO BASE/EXERCICIO
Forma de Constituição: 001 - DECLARACAO DE RENDIMENTOS
Código da Notificação: 09 - PESSOAL
Número da Notificação: 0951029088938 **Data da Notificação:**

Natureza: CONTR. SOCIAL
Data de Vencimento: 31/08/1994 **TIAM:** 01/09/1994 **TI Juros:** 01/09/1994
P. Apur. Base/Ex: 1994/1995
Alteração de % Multa Mora: sem alteração **Motivo Alteração:** Nenhum motivo **Nrº da Decisão:**
Multa Mora: 20 % **Valor Originário:** R$ 4,75 UFIR 7,81 **Valor Remanescente:** R$ 4,75 UFIR 7,81
Origem: 202 - LUCRO PRESUMIDO RELATIVO AO ANO BASE/EXERCICIO
Forma de Constituição: 001 - DECLARACAO DE RENDIMENTOS
Código da Notificação: 09 - PESSOAL
Número da Notificação: 0951029088938 **Data da Notificação:**

Natureza: CONTR. SOCIAL
Data de Vencimento: 30/09/1994 **TIAM:** 04/10/1994 **TI Juros:** 04/10/1994
P. Apur. Base/Ex: 1994/1995
Alteração de % Multa Mora: sem alteração **Motivo Alteração:** Nenhum motivo **Nrº da Decisão:**
Multa Mora: 20 % **Valor Originário:** R$ 4,26 UFIR 6,86 **Valor Remanescente:** R$ 4,26 UFIR 6,86
Origem: 202 - LUCRO PRESUMIDO RELATIVO AO ANO BASE/EXERCICIO
Forma de Constituição: 001 - DECLARACAO DE RENDIMENTOS
Código da Notificação: 09 - PESSOAL
Número da Notificação: 0951029088938 **Data da Notificação:**

Natureza: CONTR. SOCIAL
Data de Vencimento: 30/11/1994 **TIAM:** 01/12/1994 **TI Juros:** 01/12/1994
P. Apur. Base/Ex: 1994/1995
Alteração de % Multa Mora: sem alteração **Motivo Alteração:** Nenhum motivo **Nrº da Decisão:**
Multa Mora: 20 % **Valor Originário:** R$ 3,79 UFIR 5,89 **Valor Remanescente:** R$ 3,79 UFIR 5,89
Origem: 202 - LUCRO PRESUMIDO RELATIVO AO ANO BASE/EXERCICIO
Forma de Constituição: 001 - DECLARACAO DE RENDIMENTOS
Código da Notificação: 09 - PESSOAL
Número da Notificação: 0951029088938 **Data da Notificação:**

Informações sobre o parcelamento

Nenhum registro encontrado

Informações sobre os pagamentos efetuados

Nenhum registro encontrado

Informações de ocorrências

Data **Descrição**

Data	Descrição	
14/03/1997	OCORRENCIA:	INSCRICAO
	SITUACAO :	ATIVA A SER AJUIZADA
26/05/1997	OCORRENCIA:	EMISSAO PETICAO INICIAL E CDA
	SITUACAO :	ATIVA ENCAMINHADA PARA AJUIZAMENTO
28/05/1997	OCORRENCIA:	EMISSAO DOCS PARA AJUIZAMENTO
	SITUACAO :	ATIVA AJUIZADA
		SETOR SETDAU E00058/1997
12/07/1997	OCORRENCIA:	SEGUNDA COBRANCA
	SITUACAO :	ATIVA AJUIZADA
11/08/1997	OCORRENCIA:	INCLUSAO DE PROCESSO JUDICIAL
		N. EXECUCAO - 0001 97 901510-15
	SITUACAO :	SEM ALTERACAO DA SITUACAO
05/05/2013	OCORRENCIA:	INCLUSAO NUMERO DE AGRUPAMENTO
19/03/2016	OCORRENCIA:	INCLUSAO DE CO-RESPONSAVEL
		CPF/CNPJ 575.121.160-04
	SITUACAO :	SEM ALTERACAO DA SITUACAO
09/04/2016	OCORRENCIA:	PRIMEIRA COBRANCA
		CPF/CNPJ 575.121.160-04
29/07/2020	OCORRENCIA:	ALTERACAO ORGAO JUSTICA ORIGEM
		ORGAO JUSTICA ANT SANTA MARIA

PGFN - Todos os direitos reservados
Esplanada dos Ministérios - Bloco "P" - 8º andar - CEP: 70.048-900 Brasília/DF

0754

PGFN Centro Virtual de Atendimento

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

e-CAC - Centro Virtual de Atendimento ao Contribuinte

CONSULTA INSCRIÇÃO

Ministério da Economia
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

20/10/2020
15:31

Informações Gerais da Inscrição

Devedor Principal: JOAO PAULO TIELLET MIORIM ME
CNPJ/CPF: 94.244.936/0001-01
Inscrição: 00 2 97 014587-61
Nº do Processo: 11060 000256/97-34
Situação: ATIVA AJUIZADA COM PETICAO DE ARQUIVAMENTO EMITIDA
Série da Inscrição: IRPJ — **Natureza da Dívida:** TRIBUTARIA
Data da Inscrição: 13/10/1997 — **Valor Inscrito:** R$ 161,60 (UFIR 177,42)
Quant. de Débitos: 1
Quant. de Pagamentos: 0
Quant. de Devedores: 2
Quant. Parcelamentos: 0 — **Valor Remanescente:** R$ 161,60 (UFIR 177,42)
Nº Judicial: 9811012598 — **Nº de Agrupamento para Ajuizamento:** 000188901504
Nº Único de Processo Judicial: 9811012598
Data de Protocolo:
Data de Distribuição: 25/05/1998
Órgão de Justiça: SECAO JF - SANTA MARIA
Data Falência: — **Valor Consolidado:** R$ 796,24
Receita: 3551 - DIV.ATIVA-IRPJ
Procuradoria de Inscrição: SANTA MARIA
Procuradoria Responsável: SANTA MARIA
Órgão de Origem:
Nº do Auto de Infração: — **Devolução/Arquivamento:**
Juízo: 03ª Vara Federal de Santa Maria
Número do Imóvel (NIRF/ITR):
Número do Imóvel (RIP):
Data da Extinção:
Motivo da Extinção:
Motivo de Suspensão de Exigibilidade:

41D13797.AA1C1DB7.DCED555E.8C50CF7A

Informações Sobre os Valores da Inscrição

Principal: R$ 161,60
Multa: R$ 0,00
Juros de Mora: R$ 501,94
Encargo Legal: R$ 132,70
Valor Total: R$ 796,24

Informações dos Devedores

Devedor 1

PGFN
Nome: JOAO PAULO TIELLET MIORIM ME
CNPJ/CPF: 94.244.936/0001-01 — **Tipo:** PRINCIPAL
Atividade/Profissão: COM.VAREJ.ARTIGOS DIVERSOS N/ESPEC.OU N/CLASS.
Endereço: RUA DR BOZANO 950 B
Bairro: CENTRO — **CEP:** 97100000
Município: SANTA MARIA — **UF:** RS

RFB
Nome: JOAO PAULO TIELLET MIORIM
CNPJ/CPF: — **Situação Cadastral:** BAIXADA
CNAE/Ocupação: 4774100 - Com rcio varejista de artigos de ptica
Endereço: DR BOZANO 950 B
Bairro: CENTRO — **CEP:** 97015002
Município: SANTA MARIA — **UF:** RS

755

Devedor 2

PGFN

Nome: JOAO PAULO TIELLET MIORIM
CNPJ/CPF: 575.121.160-04 **Tipo:** CO-RESPONSAVEL
Atividade/Profissão:
Endereço: R TAMOIOS 59 CASA
Bairro: CENTRO **CEP:** 85760000
Município: CAPANEMA **UF:** PR

RFB

Nome: JOAO PAULO TIELLET MIORIM
CNPJ/CPF: **Situação Cadastral:** REGULAR
CNAE/Ocupação: 4774100 - DESCRICAO CODIGO CNAE NAO ENCONTRADO
Endereço: R LUIZ GERALDO HOLLEN 1208 CASA
Bairro: SANTA CRUZ **CEP:** 85760000
Município: CAPANEMA **UF:** PR

Informações Sobre os Débitos da Inscrição

Natureza: MULTA
Data de Vencimento: 07/05/1997 **TIAM:** 08/05/1997 **TI Juros:** 02/06/1997
P. Apur. Base/Ex:
Alteração de % Multa Mora: sem alteração **Motivo Alteração:** Nenhum motivo **Nrº da Decisão:**
Multa Mora: **Valor Originário:** R$ 161,60 UFIR 177,42 **Valor Remanescente:** R$ 161,60 UFIR 177,42
Origem: 000 -
Forma de Constituição: 002 - NOTIFICACAO
Código da Notificação: 03 - CORREIO/AR
Número da Notificação: 0000000000000 **Data da Notificação:** 07/04/1997

Informações sobre o parcelamento

Nenhum registro encontrado

Informações sobre os pagamentos efetuados

Nenhum registro encontrado

Informações de ocorrências

Data	Descrição	
13/10/1997	OCORRENCIA:	INSCRICAO
	SITUACAO :	ATIVA A SER COBRADA
08/11/1997	OCORRENCIA:	PRIMEIRA COBRANCA
	SITUACAO :	ATIVA EM COBRANCA
25/02/1998	OCORRENCIA:	EMISSAO PETICAO INICIAL E CDA
	SITUACAO :	ATIVA ENCAMINHADA PARA AJUIZAMENTO
25/02/1998	OCORRENCIA:	EMISSAO DOCS PARA AJUIZAMENTO
	SITUACAO :	ATIVA AJUIZADA
		SETOR SETDAU E00055/1998
05/04/1998	OCORRENCIA:	SEGUNDA COBRANCA
	SITUACAO :	ATIVA AJUIZADA
02/06/1998	OCORRENCIA:	INCLUSAO DE PROCESSO JUDICIAL
		N. EXECUCAO - 0001 98 900507-92
	SITUACAO :	SEM ALTERACAO DA SITUACAO
26/09/2000	OCORRENCIA:	EMISSAO PETICAO ARQ EXEC FISC
	SITUACAO :	ATIVA AJUIZADA COM PETICAO DE ARQUIVAMENTO EMITIDA
05/05/2013	OCORRENCIA:	INCLUSAO NUMERO DE AGRUPAMENTO
02/09/2016	OCORRENCIA:	INCLUSAO DE CO-RESPONSAVEL
		CPF/CNPJ 575.121.160-04
	SITUACAO :	SEM ALTERACAO DA SITUACAO
07/09/2016	OCORRENCIA:	PRIMEIRA COBRANCA
		CPF/CNPJ 575.121.160-04
29/07/2020	OCORRENCIA:	ALTERACAO ORGAO JUSTICA ORIGEM
		ORGAO JUSTICA ANT SANTA MARIA

PGFN - Todos os direitos reservados
Esplanada dos Ministérios - Bloco "P" - 8º andar - CEP: 70.048-900 Brasília/DF

JOÃO PAULO TIELLET MIORIM – ME
CNPJ N° 20.936.296/0001-64
I.E. 90673351-01 / ZOON D ÁGUA
RUA LUIZ GERALDO HOLLEN, N° 1208, SANTA CRUZ – CAPANEMA/PR.
TELEFONE 3552-3062.

ANEXO VI
DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE VISITA TÉCNICA

Concorrência nº 02/2020
Objeto: CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE TERRENOS E BARRACÕES, DESTINADOS À INSTALAÇÃO DE EMPRESAS DE QUALQUER NATUREZA, OBSERVADOS OS CRITÉRIOS E PREFERÊNCIAS DO TERMO DE REFERÊNCIA, VISANDO ESTIMULAR À GERAÇÃO DO EMPREGO E RENDA NO ÂMBITO MUNICIPAL, EM CONFORMIDADE COM A LEI MUNICIPAL Nº 1.745/2020.

Nome da Empresa: JOAO PAULO TIELLET MIORIM - ME
CNPJ nº: 20.936.296/0001-64
Endereço Completo:
Fone: (46) 3552-2062
E-mail: zoom.bebidas@hotmail.com.br
O representante legal/contratual da JOAO PAULO TIELLET MIORIM - ME, o(a) Sr.(a) JOAO PAULO TIELLET MIORIM, DECLARA que renuncia a Visita Técnica aos locais e/ou instalações do objeto licitado, de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades do imóvel, assumindo total responsabilidade por este fato e informando que não o utilizará para quaisquer questionamentos futuros que ensejem evenças técnicas e ou financeira para com a concedente.

Capanema/PR, 23 de Outubro de 2020.

JOAO PAULO TIELLET MIORIM
CPF N° 575.121.160-04
RG N° 10.463.733-85

JOÃO PAULO TIELLET MIORIM – ME
CNPJ N° 20.936.296/0001-64
I.E. 90673351-01 / ZOON D ÁGUA
RUA LUIZ GERALDO HOLLEN, N° 1208, SANTA CRUZ – CAPANEMA/PR.
TELEFONE 3552-3062.

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE CONCORDÂNCIA COM O EDITAL

JOAO PAULO TIELLET MIORIM - ME, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob n° 20.936.296/0001-64 , DECLARA, para fins do disposto neste Edital, que:

a) está de acordo em explorar a sua atividade em um dos imóveis em que está competindo, constantes no Termo de Referência desta licitação;

b) tem disponibilidade imediata dos equipamentos e utensílios necessários para exploração do barracão;

c) não empregará menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregará menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ( )

OBS: em caso de afirmativo, assinalar a ressalva acima.

d) se instalará e iniciará as atividades dentro do prazo não superior a 120 (cento e vinte) dias a contar do dia 1° de janeiro de 2021, podendo esse prazo ser prorrogado, havendo justificativa, por escrito e aceito pelo CONCEDENTE;

e) possui aptidão para o desempenho da atividade pertinente e compatível com o objeto da Licitação;

Capanema/PR, 23 de Outubro de 2020.

JOAO PAULO TIELLET MIORIM
CPF N° 575.121.160-04
RG N° 10.463.733-85

JOÃO PAULO TIELLET MIORIM – ME
CNPJ N° 20.936.296/0001-64
I.E. 90673351-01 / ZOON D ÁGUA
RUA LUIZ GERALDO HOLLEN, N° 1208, SANTA CRUZ – CAPANEMA/PR.
TELEFONE 3552-3062.

ANEXO II

CREDENCIAMENTO

Pelo presente, credenciamos o Sr. JOAO PAULO TIELLET MIORIM, portador da cédula de identidade nº 10.463.733-85, inscrito no CPF nº 575.121.160-04, para participar do procedimento licitatório consistente na Concorrência nº. 02/2020, podendo praticar todos os atos inerentes ao referido procedimento, no que diz respeito aos interesses da representada.

Capanema/PR, 23 de Outubro de 2020.

JOAO PAULO TIELLET MIORIM
CPF N° 575.121.160-04
RG N° 10.463.733-85

759

MUNICÍPIO DE CAPANEMA
ESTADO DO PARANÁ

CERTIDÃO NEGATIVA 6597/2020
Regularidade Fiscal de Pessoa Física

IMPORTANTE:	Fica ressalvado o direito da Fazenda Municipal cobrar débitos constatados posteriormente mesmo referente ao período compreendido nesta Certidão.

Certificamos que até a presente data não existe débito tributário vencido relativo ao contribuinte abaixo.

NOME: JOAO PAULO TIELLET MIORIM

ENDEREÇO: RUA TAMOIOS, 59 - CENTRO CEP: 85760000 Capanema - PR

CPF :	**CÓDIGO DE AUTENTICAÇÃO:**
575.121.160-04	9ZTMH282QE5J44X8CQ7T

Observações: VALIDADE 30 DIAS

Certidão emitida gratuitamente pela internet em 20/10/2020.
Qualquer rasura invalidará este documento.
Conferir autenticidade em www.capanema.pr.gov.br

760

SANEPAR

CONTA **FONE SANEPAR: 0800 200 0115**

NOME DO CLIENTE — MATRÍCULA
ROSYBEL WALDIR MACHADO — 0358.6529

ENDEREÇO — NÚMERO — Nº LADO — Nº FRENTE
R 1 0 1 Z G R A C I O H O L T E N — 1208

CEP — LOCAL
85.760 000 CAPANEMA

ROTEIRO DA LEITURA — DATA PROG. — DATA REAL — CAT. — RES. — CAIXA DE LIGAÇÃO — TIPO
013 13-04-013-24685 — Y16F599004-4-1 — 015 001 — - — - — -

QUALIDADE DA ÁGUA (RESULTADOS)

Nº Mínimo de Amostras Exigidas	32	10	32		32
Nº de Amostras Realizadas	32	32	32	11	76
Nº de Amostras que Atenderam a Legislação	32	32	32	11	76

TODAS AS AMOSTRAS ATENDERAM A LEGISLAÇÃO

2019	PAGO	PAGO	PAGO	PAGO	PAGO	PAGO	PAGO	PAGO	PAGO	PAGO	PAGO	PAGO
2020	PAGO	PAGO	PAGO	PAGO	---	---	---	---	---	---	---	---

FAIXAS DE CONSUMO	VOLUME	VALOR M3/R$ AGUA	TOTAIS AGUA	TOTAIS ESGOTO
RES Mínimo	5		38,77	31,02
De 6 a 10m3	5	1,20	6,00	4,80
De 11 a 15m3	4	6,68	26,72	21,38

PAGO
Jr 22/05/20 OK
N.C. 709.962.139

HISTÓRICO DE CONSUMO

06/19	07/19	08/19	09/19	10/19	11/19	12/19	01/20	02/20	03/20	04/20
10	9	11	7	10	11	9	17	12	10	11

DIAS DE CONSUMO	DATA DE LEITURA	LEITURA ATUAL	LEITURA ANTERIOR	CONSUMO	REFERÊNCIA
32	20/05/2020	422	436	14	05/2020

MOTIVO DA AUSÊNCIA DE LEITURA — LEITURA DE ENCERRAMENTO — VENCIMENTO
11 — 04/06/2020

PREVISÃO PRÓXIMA LEITURA — TARIFA — ESGOTO — TOTAL
19/06/2020 — 71,49 — 57,20 — 128,69

EM TEMPO DE ESTIAGEM CUIDE DA AGUA. N?O DESPERDICE
ATENDIMENTO: FRANCISCOBEL TRAO@SANEPAR.COM.BR

TRIBUTOS FEDERAIS - LEI 12.741 - VALOR APROXIMADO R$ 10,80

82640000001-2 28690109202-8 00604035865-4 29052020719-9

CTRL:0358.6529.0520./113

ROTEIRO:013-13-04-013-24685

SANEPAR

MATRÍCULA	REFERÊNCIA	VENCIMENTO	VALOR TOTAL
0358.6529	05/2020 7 1	04/06/2020	128,69

CORTE SANEPAR

JOÃO PAULO TIELLET MIORIM – ME
CNPJ N° 20.936.296/0001-64
I.E. 90673351-01 / ZOON D ÁGUA
RUA LUIZ GERALDO HOLLEN, N° 1208, SANTA CRUZ – CAPANEMA/PR.
TELEFONE 3552-3062.

ANEXO V

INDICAÇÃO DE ITENS RELACIONADOS AOS IMÓVEIS COM BARRACÕES
NOME DA PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA: JOAO PAULO TEILLET MIORIM - ME
CPF OU CNPJ: 20.936.296/0001-64

A proposta constante no envelope lacrado será utilizada como oferta para os imóveis previstos nos seguintes itens, em ordem de preferência:

Item (previsto no Termo de Referência)	**Descrição do imóvel** (previsto no Termo de Referência)
15	Área Industrial I - próximo ao trevo saída para São Pedro - Quadra 84A - Lote 04 - Setor N.E - Rua 25 de maio nº 581
16	Área Industrial I - próximo ao trevo saída para São Pedro - Quadra Nº 84 - Lote 03 - Setor N.E - Rua 25 de maio nº 646
17	Área Industrial I - próximo ao trevo saída para São Pedro - Quadra Nº 84 - Lote 05 - Setor N.E - Rua 25 de maio nº 530
18	Área Industrial II - próximo ao Ginásio de Esportes - Quadra nº 78 - Lote 03 - Setor S.E - Rua Pôr do Sol nº 1010-b

No caso de a pessoa física ou jurídica se sagrar vencedora em mais de um item, será adjudicado um único imóvel, conforme a ordem de preferência indicada nesta proposta.

Capanema/PR, 23 de Outubro de 2020.

JOAO PAULO TIELLET MIORIM
CPF N° 575.121.160-04
RG N° 10.463.733-85

JOÃO PAULO TIELLET MIORIM – ME
CNPJ N° 20.936.296/0001-64
I.E. 90673351-01 / ZOON D ÁGUA
RUA LUIZ GERALDO HOLLEN, N° 1208, SANTA CRUZ – CAPANEMA/PR.
TELEFONE 3552-3062.

ANEXO IV - PROPOSTA

(X) Proposta os itens relacionados aos imóveis **com** barracões.
( ) Proposta para os itens relacionados aos imóveis **sem** barracões.

NOME DA PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA: JOAO PAULO TIELLET MIORIM - ME
CPF OU CNPJ: 20.936.296/0001-64

01 - Descrição clara e objetiva do ramo de atividade empresarial a ser desenvolvido no imóvel:

47.23-7-00 - Comércio varejista de bebidas.
47.12-1-00 - Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - minimercados, mercearias e armazéns.
47.89-0-99 - Comércio varejista de outros produtos não especificados anteriormente.
49.30-2-02 - Transporte rodoviário de cargas, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional.

02 - Matéria prima a ser utilizada:

Bebidas em geral.
Transportes.

03 - Capacidade produtiva/comercial da unidade a ser instalada:

Grande comércio com bebidas, entradas e saidas de mercadorias.

JOÃO PAULO TIELLET MIORIM – ME
CNPJ N° 20.936.296/0001-64
I.E. 90673351-01 / ZOON D ÁGUA
RUA LUIZ GERALDO HOLLEN, N° 1208, SANTA CRUZ – CAPANEMA/PR.
TELEFONE 3552-3062.

04 - Mercado consumidor potencial:

Venda a consumidor final.
Revenda a estabelecimentos atacadista/varejista.

05 - Previsão de faturamento, custos, despesas e retorno dos investimentos:

Previsão de aumento de faturamento, com uma localização melhor para vendas ao consumidor.
Custos e Despesas irão aumentar conforme o faturamento.

06 - Relação da infraestrutura, equipamentos e instalações necessárias ao funcionamento do projeto global, acompanhada de orçamento discriminado:

Construção de uma sala comercial, destinada a atendimento e escritorio.
Divisorias, banheiro.

07 - Previsão de investimentos próprios:

R$ 30.000,00 de investimos próprios.
R$ 235.000,00 Aquisição de um caminhão novo.

08 - Viabilidade econômica do projeto:

Com a aquisição do terreno, investimentos e analises de custos e despesas, a empresa viabiliza crescer mais e com o tempo gerar novos empregos.

JOÃO PAULO TIELLET MIORIM – ME
CNPJ N° 20.936.296/0001-64
I.E. 90673351-01 / ZOON D ÁGUA
RUA LUIZ GERALDO HOLLEN, N° 1208, SANTA CRUZ – CAPANEMA/PR.
TELEFONE 3552-3062.

09 - Compromissos assumidos pela proponente:

a) cumprir todas as obrigações previstas no Termo de Referência, no edital e na minuta do contrato da licitação Concorrência XX/2020.

b) contratar, preferencialmente, pessoas que sejam domiciliados no Município de Capanema/PR.

10 - DA OFERTA:

CRITÉRIO	PROPOSTA DA EMPRESA
Empregabilidade (em número de empregos diretos gerados no prazo de 6 meses).	2
Valor do investimento privado no empreendimento a ser instalado no imóvel - R$	R$ 265.000,00
Prazo para conclusão das obras / prazo para aplicação total dos investimentos	9 a 12 meses para aplicação do investimento.
Faturamento Anual (média dos últimos 3 anos)	R$ 249.764,84
Tempo de constituição da empresa OU residência do sócio majoritário no Município de Capanema (somente dados do sócio mais antigo)	22 Anos (Administrador da empresa, pessoa fisica).
Capacidade do empreendimento gerar uma cadeia de produção e/ou empregos indiretos no Município de Capanema/PR	Sem capacidade de empreendimento de terceiros

JOÃO PAULO TIELLET MIORIM – ME
CNPJ N° 20.936.296/0001-64
I.E. 90673351-01 / ZOON D ÁGUA
RUA LUIZ GERALDO HOLLEN, N° 1208, SANTA CRUZ – CAPANEMA/PR.
TELEFONE 3552-3062.

Capanema/PR, 12 de Junho de 2020.

JOAO PAULO TIELLET MIORIM
CPF N° 575.121.160-04
RG N° 10.463.733-85

766

DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA

Eu, JOAO PAULO TIELLET MIORIM, residente à Rua Luiz Geraldo Hollen, n° 1208, Santa Cruz, Cidade Capanema/PR CEP: 85760-000, CPF n° 575.121.160-04 RG n° 104.637.338-5 Órgão Exped. SESP/RS, Declaro, a pedido do (a) interessado (a) e para todos os devidos fins, que resido nesta cidade desde o ano de 1998.

Por ser verdade, dato e assino o presente documento, declarando estar ciente de que responderei criminalmente em caso de falsidade das informações aqui prestadas.

JOAO PAULO TIELLET MIORIM
CPF 575.121.160-04
RG 8.606.834-6

Município de Capanema - PR

LICITANTE: João Paulo Miorin

CRITÉRIO	PROPOSTA/PONTOS	PONTOS	PESO	PROPOSTA	SOMATÓRIO DA PONTUAÇÃO DA PROPOSTA
Empregabilidade (em número de empregos diretos a serem gerados)	2 pontos por emprego gerado	Até 100	0,3	2,00	1,20
Valor do Investimento privado no empreendimento a ser instalado no imóvel R$	Até 20.000,00	5	0,2		0,00
	De 20.001,00 a 40.000,00.	10	0,2		0,00
	40.001,00 a 60.000,00.	15	0,2		0,00
	60.001,00 a 80.000,00	20	0,2		0,00
	Acima de 80.000,00, a cada 20.000,00 acrescenta 5 pontos.	até 100	0,2	55,00	11,00
Prazo construção da infraestrutura e aplicação total dos investimentos (critério exclusivo para terrenos)	Até 6 meses	100	0,2		0,00
	De 6 a 12 meses	80	0,2		0,00
	De 13 a 18 meses	60	0,2		0,00
	De 19 a 24 meses	40	0,2		0,00
Prazo para aplicação total dos investimentos (critério exclusivo para barracões)	Até 4 meses	100	0,2		0,00
	De 5 a 8 meses	80	0,2		0,00
	De 9 a 12 meses	60	0,2	60,00	12,00
	De 13 a 16 meses	40	0,2		0,00
	De 17 a 20 meses	20	0,2		0,00
	De 21 a 24 meses	10	0,2		0,00
Faturamento anual da pessoa jurídica R$	Até 80.001,00.	10	0,1		0,00
	de 80.001,00 a 150.000,00.	20	0,1		0,00
	150.001,00 a 200.000,00.	30	0,1		0,00
	200.001,00 a 250.000,00.	40	0,1		0,00
	250.001,00 a 300.000,00	50	0,1		0,00
	Acima de 300.000,00, a cada 50.000,00 acrescenta 10 pontos.	até 100	0,1		0,00
Tempo de constituição da empresa em Capanema OU tempo de residência do sócio majoritário da empresa OU da pessoa física em Capanema	5 pontos por ano	até 100	0,1	100,00	10,00
Capacidade do empreendimento gerar uma cadeia de produção e/ou empregos indiretos no Município de Capanema/PR	Aquisição de matéria-prima de pessoas físicas ou jurídicas residentes ou sediadas no Município de Capanema.	2 pontos para cada indicação, até 100	0,1		0,00
			TOTAL		34,20

768

LOLI INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA

06.881.931/0001-22

Alteração Contratual

SOCIEDADE LIMITADA

SEGUNDA ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE:
LOLI INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA
CNPJ nº 06.881.931/0001-22
NIRE: 41205283636 DE 26/07/2004

Os signatários deste instrumento:

1. DJENES LOLI, brasileiro, natural de Capanema, Paraná, solteiro, nascido em 21/04/1983, empresário, inscrito no CPF nº 037.968.949-92, portador do Documento de Identidade RG nº 8.143.238-4 - SSP/PR, residente e domiciliado à Rua Principal, s/nº, Linha São Francisco, Distrito de São Luiz, Capanema, Estado do Paraná, CEP 85760-000;
2. OSNI EDER LOLI, brasileiro, natural de Capanema, Paraná, solteiro, nascido em 27/08/1979, empresário, inscrito no CPF nº 006.318.529-64, portador do Documento de Identidade RG nº 8.143.297-0 - SSP/PR, residente e domiciliado à Rua Principal, s/nº, Linha São Francisco, Distrito de São Luiz, Capanema, Estado do Paraná, CEP 85760-000, únicos sócios componentes da sociedade empresária limitada que gira nesta praça sob nome de LOLI INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME, com sede na Rua 25 de Maio, nº 533, Parque Industrial, Capanema, Estado do Paraná, CEP 85760-000, CNPJ 06.881.931/0001-22 registrada na Junta Comercial do Paraná sob nº 41205283636 em 26/07/2004 e última alteração sob nº 20135664160 em 30/09/2013, resolvem alterar e consolidar o contrato social mediante as condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: Fica alterada a Cláusula Primeira da Primeira Alteração do Contrato Social Consolidado, onde constava: A sociedade tem a sua sede na Rua 25 de Maio, nº 533, Bairro Parque Industrial, Capanema, Estado do Paraná, CEP 85760-000, passando a ter sua sede na Rua 25 de Maio, nº 506, Bairro Parque Industrial, Capanema, Estado do Paraná, CEP 85760-000.

Parágrafo Primeiro: Em virtude das modificações, a Cláusula Primeira da Primeira Alteração do Contrato Social Consolidado passa a ter a seguinte redação: A sociedade tem a sua sede na Rua 25 de Maio, nº 506, Bairro Parque Industrial, Capanema, Estado do Paraná, CEP 85760-000.

CLÁUSULA SEGUNDA: Fica alterada a Cláusula Terceira da Primeira Alteração do Contrato Social, onde constava: O objeto social é (CNAE – 1091-1/02) Fabricação de Produtos de Padaria e Confeitaria com Predominância de Produção Própria e (CNAE – 4721-1/02) Padaria e Confeitaria com Predominância de Revenda.

JUNTA COMERCIAL DO PARANA

CERTIFICO O REGISTRO EM 25/10/2018 16:07 SOB Nº 20184999138.
PROTOCOLO: 184999138 DE 28/09/2018. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11804524802. NIRE: 41205283636.
LOLI INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA

Libertad Bogus
SECRETÁRIA-GERAL
CURITIBA, 25/10/2018
www.empresafacil.pr.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.
Informando seus respectivos códigos de verificação

Alteração Contratual

SOCIEDADE LIMITADA

SEGUNDA ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE:
LOLI INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA
CNPJ nº 06.881.931/0001-22
NIRE: 41205283636 DE 26/07/2004

Parágrafo Primeiro: Em virtude das modificações, a Cláusula Terceira do Contrato Social passa a ter a seguinte redação: O objeto social é (CNAE – 1091-1/02) Fabricação de Produtos de Padaria e Confeitaria com Predominância de Produção Própria, (CNAE – 4721-1/02) Padaria e Confeitaria com Predominância de Revenda, (CNAE – 5620-1/01) Fornecimento de alimentos preparados preponderantemente para empresas.

CLAUSULA TERCEIRA: DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA – Declara sob as penas da Lei, que se enquadra na condição de MICROEMPRESA, nos termos da Lei Complementar nº. 123, de 14/12/2006.

CLÁUSULA QUARTA: Permanecem inalteradas as demais cláusulas.

CLÁUSULA QUINTA: Da Consolidação do Contrato - À vista da modificação ora ajustada e em consonância com o que determina o art. 2.031 da Lei nº 10.406/2002, os sócios RESOLVEM, por este instrumento, atualizar e consolidar o contrato social, tornando assim sem efeito, a partir desta data, as cláusulas e condições contidas no contrato primitivo que, adequado às disposições da referida Lei nº 10.406/2002 aplicáveis a este tipo societário, passa a ter a seguinte redação:

CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO
LOLI INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA
CNPJ nº 06.881.931/0001-22
NIRE: 41205283636

1. DJENES LOLI, brasileiro, natural de Capanema, Paraná, solteiro, nascido em 21/04/1983, empresário, inscrito no CPF nº 037.968.949-92, portador do Documento de Identidade RG nº 8.143.238-4 - SSP/PR, residente e domiciliado à Rua Principal, s/nº, Linha São Francisco, Distrito de São Luiz, Capanema, Estado do Paraná, CEP 85760-000;
2. OSNI EDER LOLI, brasileiro, natural de Capanema, Paraná, solteiro, nascido em 27/08/1979, empresário, inscrito no CPF nº 006.318.529-64, portador do Documento de Identidade RG nº 8.143.297-0 - SSP/PR, residente e domiciliado à Rua Principal, s/nº, Linha São Francisco, Distrito de São Luiz, Capanema, Estado

JUNTA COMERCIAL DO PARANA

CERTIFICO O REGISTRO EM 25/10/2018 16:07 SOB Nº 20184999138.
PROTOCOLO: 184999138 DE 28/09/2018. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11804524802. NIRE: 41205283636.
LOLI INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA

Libertad Bogus
SECRETÁRIA-GERAL
CURITIBA, 25/10/2018
www.empresafacil.pr.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.
Informando seus respectivos códigos de verificação

Alteração Contratual

SOCIEDADE LIMITADA

SEGUNDA ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE:
LOLI INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA
CNPJ nº 06.881.931/0001-22
NIRE: 41205283636 DE 26/07/2004

do Paraná, CEP 85760-000, únicos sócios componentes da sociedade empresária limitada que gira nesta praça sob nome de LOLI INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA, com sede na Rua 25 de Maio, nº 506, Bairro Parque Industrial, Capanema, Estado do Paraná, CEP 85760-000, CNPJ 06.881.931/0001-22 registrada na Junta Comercial do Paraná sob nº 41205283636 em 26/07/2004 e última alteração sob nº 20135664160 em 30/09/2013, resolvem alterar e consolidar o contrato social mediante as condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: A sociedade gira sob o nome empresarial de LOLI INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA e tem sua sede e domicílio na Rua 25 de Maio, nº 506, Bairro Parque Industrial, Capanema, Estado do Paraná, CEP 85760-000.

CLÁUSULA SEGUNDA: O capital social é de R$ 10.000,00 (dez mil reais), dividido em 10.000 (dez mil) quotas de valor nominal R$ 1,00 (um real), já integralizadas em moeda corrente do País pelos sócios, assim subscritas:

SÓCIOS	PART.%	QUOTAS	VALORES EM R$
DJENES LOLI	50%	5.000	5.000,00
OSNI EDER LOLI	50%	5.000	5.000,00
TOTAL	100%	10.000	10.000,00

CLAUSULA TERCEIRA: O objeto social é (CNAE – 1091-1/02) Fabricação de Produtos de Padaria e Confeitaria com Predominância de Produção Própria, (CNAE – 4721-1/02) Padaria e Confeitaria com Predominância de Revenda, (CNAE – 5620-1/01) Fornecimento de alimentos preparados preponderantemente para empresas.

CLÁUSULA QUARTA: A sociedade iniciou suas atividades em 01 de Setembro de 2004, e seu prazo é indeterminado.

CLÁUSULA QUINTA: As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

CLÁUSULA SEXTA: A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

CLÁUSULA SÉTIMA: A administração da sociedade cabe ao sócio DJENES LOLI, com poderes e atribuições de administrador, autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no

JUNTA COMERCIAL DO PARANA

CERTIFICO O REGISTRO EM 25/10/2018 16:07 SOB Nº 20184999138.
PROTOCOLO: 184999138 DE 28/09/2018. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11804524802. NIRE: 41205283636.
LOLI INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA

Libertad Bogus
SECRETÁRIA-GERAL
CURITIBA, 25/10/2018
www.empresafacil.pr.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.
Informando seus respectivos códigos de verificação

Alteração Contratual

SOCIEDADE LIMITADA

SEGUNDA ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE:
LOLI INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA
CNPJ nº 06.881.931/0001-22
NIRE: 41205283636 DE 26/07/2004

entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade sem autorização dos outros sócios.

Parágrafo Único - Fica facultado ao administrador nomear procurador, para um período determinado que nunca poderá exceder a um ano, devendo o instrumento de procuração especificar os atos a serem praticados pelo procurador assim nomeado.

CLÁUSULA OITAVA: Ao término do exercício social, em 31 de Dezembro, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do Inventário, do Balanço Patrimonial e do Balanço de Resultado Econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apurados.

CLÁUSULA NONA: Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administrador(es) quando for o caso.

As deliberações relativas a todos os assuntos relevantes para a sociedade, serão definidas na reunião de sócios.

CLÁUSULA DÉCIMA: As deliberações relativas a todos os assuntos relevantes para a sociedade serão definidas na reunião de sócios.

Parágrafo Único - Quando as deliberações dos sócios forem formalizadas em alteração contratual, quando tomadas por todos os sócios e por esses assinadas, fica dispensada neste caso, a reunião de sócios conforme artigo 1.072 do Novo Código Civil.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: A sociedade poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial, ou outra dependência, mediante alteração contratual assinada por todos os sócios.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: Os sócios poderão, de comum acordo, fixar uma retirada mensal, a titulo de pró-labore, observadas as disposições regulamentares pertinentes.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: Falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou dos sócios remanescentes, o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: Cabe ao sócio que desejar ceder suas quotas ou retirar-

JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ

CERTIFICO O REGISTRO EM 25/10/2018 16:07 SOB Nº 20184999138.
PROTOCOLO: 184999138 DE 28/09/2018. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11804524802. NIRE: 41205283636.
LOLI INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA

Libertad Bogus
SECRETÁRIA-GERAL
CURITIBA, 25/10/2018
www.empresafacil.pr.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.
Informando seus respectivos códigos de verificação

Alteração Contratual

SOCIEDADE LIMITADA

SEGUNDA ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE:
LOLI INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA
CNPJ nº 06.881.931/0001-22
NIRE: 41205283636 DE 26/07/2004

se da sociedade comunicar ao remanescente, por escrito, com prazo mínimo de 60 (sessenta) dias, garantindo a este o direito de preferência na aquisição das mesmas.

Parágrafo Único – Se o sócio remanescente não usar do direito de preferência, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após o recebimento do aviso de que trata este artigo, tem o sócio cedente à liberdade de transferir as suas quotas a terceiro.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: O administrador declara sob as penas da Lei, de que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por Lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé publica, ou a propriedade.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: As omissões ou dúvidas que possam ser suscitadas sobre o presente contrato serão supridas ou resolvidas com base na Lei nº 10.406, de 10 de Janeiro de 2002, e noutras disposições legais que lhes forem aplicáveis. Ainda permanecendo dúvidas reagir-se-á pelas normas da sociedade anônima.

CLAUSULA DECIMA SETIMA: DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA – Declara sob as penas da Lei, que se enquadra na condição de MICROEMPRESA, nos termos da Lei Complementar nº. 123, de 14/12/2006.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: Fica eleito o foro de Capanema, Paraná, para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

E por estarem assim justos e contratados, assinam a presente alteração em via única.

Capanema-PR, 24 de Setembro de 2018.

Tabelionato de Notas Capanema - PR

Tab. Notas Capanema - PR

Djenes Loli

Osni Eder Loli

CERTIFICO O REGISTRO EM 25/10/2018 16:07 SOB Nº 20184999138.
PROTOCOLO: 184999138 DE 28/09/2018. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11804524802. NIRE: 41205283636.
LOLI INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA

JUNTA COMERCIAL DO PARANA

Libertad Bogus
SECRETÁRIA-GERAL
CURITIBA, 25/10/2018
www.empresafacil.pr.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.

TABELIONATO DE NOTAS - CAPANEMA - PR (46)3552.3710
Selo Digital: HIDV. TrDQW.PAr4P, Controle: jrCRH.6jfF1
Consulte esse selo em http://funarpen.com.br
Reconheço por VERDADEIRA as assinaturas indicadas de OJENES LOLI e OSNI EDER LOLI. Dou fé. Capanema-PR, 24 de setembro de 2018
Em Test° da Verdade.
Patricia Francieli Weiler - Escrevente
TABELIONATO DE NOTAS DE CAPANEMA
Francisco Secco Giaretta
Tabelião Titular
CAPANEMA - PR

CERTIFICO O REGISTRO EM 25/10/2018 16:07 SOB Nº 20184999138.
PROTOCOLO: 184999138 DE 28/09/2018. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11804524802. NIRE: 41205283636.
LOLI INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA

JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ

Libertad Bogus
SECRETÁRIA-GERAL
CURITIBA, 25/10/2018
www.empresafacil.pr.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.

LOLI INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA
FONE: (46) 3552-1018

RUA 25 DE MAIO, 506 -PARQUE INDUSTRIAL, Capanema-PR CEP: 85760-000
CNPJ: 06.881.931/0001-22 **INSC EST: 90312691-45**

ANEXO VI
DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE VISITA TÉCNICA

Concorrência nº 02/2020
Objeto: CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE TERRENOS E BARRACÕES, DESTINADOS À INSTALAÇÃO DE EMPRESAS DE QUALQUER NATUREZA, OBSERVADOS OS CRITÉRIOS E PREFERÊNCIAS DO TERMO DE REFERÊNCIA, VISANDO ESTIMULAR À GERAÇÃO DO EMPREGO E RENDA NO ÂMBITO MUNICIPAL, EM CONFORMIDADE COM A LEI MUNICIPAL Nº 1.745/2020.

Nome da Empresa: LOLI INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA

CNPJ nº: 06.881.931/0001-22

Endereço Completo: Rua 25 de Maio, 506, Parque Industrial, Municipio de Capanema-Pr
Fone: (46) 3552-1018
E-mail: biscoitosloli@hotmail.com

O representante legal/contratual da LOLI INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA o(a) Sr.(a) DJENES LOLI DECLARA que renuncia a Visita Técnica aos locais e/ou instalações do objeto licitado, de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades do imóvel, assumindo total responsabilidade por este fato e informando que não o utilizará para quaisquer questionamentos futuros que ensejem evenças técnicas e ou financeira para com a concedente.

Capanema, 12 de Novembro de 2020

LOLI INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA
CNPJ 06.881.931/0001-22
Djenes Loli
CPF 037.968.949-92

06.881.931/0001-22
LOLI INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA.
R. 25 DE MAIO, 506
PARQUE INDUSTRIAL
85760-000 - CAPANEMA - PR

LOLI INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA
FONE: (46) 3552-1018

RUA 25 DE MAIO, 506 -PARQUE INDUSTRIAL, Capanema-PR CEP: 85760-000
CNPJ: 06.881.931/0001-22 **INSC EST: 90312691-45**

778

ANEXO III
DECLARAÇÃO DE CONCORDÂNCIA COM O EDITAL

LOLI INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob n° 06.881.931/0001-22, DECLARA, para fins do disposto neste Edital, que:

a) está de acordo em explorar a sua atividade em um dos imóveis em que está competindo, constantes no Termo de Referência desta licitação;

b) tem disponibilidade imediata dos equipamentos e utensílios necessários para exploração do barracão;

c) não empregará menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregará menor de dezesseis anos.
Ressalva: emprega menor a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ( )
OBS: em caso de afirmativo, assinalar a ressalva acima.

d) se instalará e iniciará as atividades dentro do prazo não superior a 120 (cento e vinte) dias a contar do dia 1° de janeiro de 2021, podendo esse prazo ser prorrogado, havendo justificativa, por escrito e aceito pelo CONCEDENTE;

e) possui aptidão para o desempenho da atividade pertinente e compatível com o objeto da Licitação;

Capanema, 12 de Novembro de 2020

LOLI INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA
CNPJ 06.881.931/0001-22
Djenes Loli
CPF 037.968.949-92

06.881.931/0001-22
LOLI INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA.
R. 25 DE MAIO, 506
PARQUE INDUSTRIAL
85760-000 - CAPANEMA - PR

COPEL

Copel Distribuição S.A.
José Izidoro Biazetto, 158 bl.C - Mossunguê - Curitiba PR - CEP 81200-240
CNPJ: 04.368.898/0001-06- IE 90.233.073-99 - IM 423.992-4

www.copel.com
0800 51 00 116

LOLI INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA
R VINTE E CINCO DE MAIO
SAO CRISTOVAO - CAPANEMA - PR - CEP: 85760-000

CNPJ 06.881.931/0001-22 - IE: 9031269145

Mês de referência	Unidade Consumidora
Outubro/2020	98564323
Vencimento	**VALOR A PAGAR**
20/10/2020	R$ 270,07

FAT-01-20209595862979-20

Responsabilidade da Manutenção de Iluminação Pública: Município 4635521321

DENUNCIE FURTO DE FIOS! LIGUE 181.

Informações Técnicas

Nº Medidor: MD 0031603014 - TRIFASICO

Indust/Fab Prod Padaria Conf Pred Prod Propri

Leitura Anterior	Leitura Atual	Medido	Constante de Multiplicação	Total Faturado	Consumo Médio Diário	Data de Emissão	Próxima Leitura Prevista
01/09/2020 511	02/10/2020 546	31 dias 400 kWh	40	100 kWh	45,16 kWh	05/10/2020	03/11/2020

Histórico de Consumo e Pag

Mês	kWh	Dt.Pgto.	Valor
09/2020	1240	17/09/2020	254,82
08/2020	960	18/08/2020	206,41
07/2020	1080	15/07/2020	239,24
06/2020	920	18/06/2020	202,98
05/2020	640	19/05/2020	175,39
04/2020	880	20/04/2020	219,66
03/2020	1000	17/03/2020	211,58
02/2020	1160	19/02/2020	249,73
01/2020	960	14/01/2020	209,33
12/2019	1160	17/12/2019	251,08
11/2019	1080	20/11/2019	254,45
10/2019	1280	21/10/2019	399,28

Informações Complementares

	Tarifas
ENERGIA ELET CONSUMO	0,512770

Tensão Contratada: 127/220 volts
Limite AdequadoTensão: 117 a 133/202 a 231 volts

Reaviso de Vencimento

Valores Faturados

NOTA FISCAL/CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA Nº 157.036.735 - SÉRIE B
Emitida em 01/10/2020

Produto Descrição	Un.	Consumo	Valor Unitário	Valor Total	Base Cálc.	Aliq. ICMS
ENERGIA ELET CONSUMO	kWh	100	0,380800	38,08	38,08	29,00%
ENERGIA ELET USO SISTEMA	kWh	100	0,364800	36,48	36,48	29,00%
ENERGIA TRIBUT DIFERENCIADA TE	kWh	560	0,261893	146,66	0,00	0,00%
ENERG TRIBUT DIFERENCIADA TUSD	kWh	560	0,353321	197,86	197,86	29,00%
ENERGIA TRIBUT DIF SALDO TE	kWh	740	0,261892	193,80	0,00	0,00%
ENERGIA TRIBUT DIF SALDO TUSD	kWh	740	0,353189	261,36	261,36	29,00%
CONT ILUMIN PUBLICA MUNICIPIO				62,36		
COMP CONS MICRO/MINI GERACAO	kWh	1.300		-666,53		

Base de Cálculo do ICMS	Valor ICMS	Valor Total da Nota Fiscal
533,78	154,77	270,07

Reservado ao Fisco

C6DE.A469.84A8.ECE9.6431.1F36.4864.2F0B

Unidade consumidora cadastrada como Micro/MiniGeradora - ReN Aneel 482/12
Energia Injetada no mês, na RD Copel, pela Mini/MicroGeração.Geral: 560 kWh.
Demonstrativo de saldos desta unidade consumidora, em kWh - REN 482/2012. Saldo Mês no (TP) Todos os Períodos 0, Saldo Acumulado no (TP) Todos os Períodos 260, Saldo a Expirar Próximo Mês no (TP) Todos os Períodos 0. Obs.: o saldo de cada beneficiária será apresentado em suas respectivas faturas.
INCLUSO NA FATURA PIS R$0,30 E COFINS R$1,37 CONFORME RES. ANEEL 130/2005.
A PARTIR DE 01/10/2020 - PIS/PASEP 0,76% e COFINS 3,51%.
A qualquer tempo pode ser solicitado o cancelamento de valores não relacionados à prestação do serviço de energia elétrica, como convênios e doações.
DENUNCIE O FURTO DE FIOS! LIGUE 181.
Atraso superior a 45dias sujeita inclusão no cadastro de inadimplentes CADIN/PR
Agora é possível recorrer à Ouvidoria da Copel pelo Site ou Mobile.
Periodos Band.Tarif.: Verde:02/09-02/10

Autenticação Mecânica

98564323

Mês
10/2020

Vencimento
20/10/2020

Valor a Pagar
270,07

COPEL

83630000002 0 70070111000 4 00101020209 9 59586297920 9





...ra Municipal de Capanema
...e este documento é cópia fiel
...o ori...
Capanema 09 / 11 / 2020

Prefeitura Municipal de Capanema
Certifico que este documento é cópia fiel do original.
Capanema, 09/11/20xx

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL: **8.143.238-4** DATA DE EXPEDIÇÃO: 03/07/2013

NOME: **DJENES LOLI**

FILIAÇÃO: EMILIO LOLI NETO
NOELI LOLI

NATURALIDADE: CAPANEMA/PR DATA DE NASCIMENTO: 21/04/1983

DOC. ORIGEM: COMARCA=CAPANEMA/PR, SÃO LUIZ
C.NASC=2542, LIVRO=3A, FOLHA=136V

CURITIBA/PR

NEWTON TADEU ROCHA
DIRETOR

ASSINATURA DO DIRETOR

É PROIBIDO PLASTIFICAR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

SANEPAR
Companhia de Saneamento do Paraná

Endereço: Rua Engenheiros Rebouças nº 1376
CEP 80.215-900 Curitiba - PR
CNPJMF 78.484.013/0001-45
Inscrição Estadual 101.80080-64
Internet: www.sanepar.com.br

CONTA

FONE SANEPAR: 0800 – 200 – 0115

NOME DO CLIENTE: DIENES LOPES | MATRÍCULA: 3705.1799

ENDEREÇO: R ALENCAR Q:39L:3B | NÚMERO: 3000 | Nº LADO - Nº FRENTE

CEP: 85.760-000 | LOCAL: CAPANEMA

ROTEIRO DE LEITURA: 013-15-07-013 27900 | HIDRÔMETRO: Y18AA0742642-4-1 | CAT - RES - COM - IND - UTP - POP: 011 001

QUALIDADE DA ÁGUA DISTRIBUÍDA	Turbidez	Cor	Cloro	Flúor	Coli. Totais	
Nº Mínimo de Amostras Exigidas	32	10	32		32	Definições no verso
Nº Amostras Realizadas	32	35	41	13	32	
Nº Amostras que Atenderam à Legislação	32	35	41	13	32	

Conclusão: TODAS AS AMOSTRAS ATENDERAM A LEGISLAÇÃO

HISTÓRICO DE PAGAMENTOS - CONDICIONADO AS OBSERVAÇÕES CONSTANTES NO VERSO

	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
2019	X	X	X	X	X	PAGO	PAGO	PAGO	PAGO	PAGO	PAGO	PAGO
2020	PAGO	PAGO	PAGO	PAGO	PAGO	PAGO	PAGO					

FAIXAS DE CONSUMO	VOLUME	VALOR M3/R$ AGUA	TOTAIS AGUA	TOTAIS ESGOTO
RES Mínimo	5		38,77	
De 6 a 10m3	5	1,20	6,00	
De 11 a 15m3	3	6,68	20,04	

HISTÓRICO DE CONSUMO/m3

10/19	11/19	12/19	01/20	02/20	03/20	04/20	05/20	06/20	07/20	08/20
12	5	23	R	3	A	5	9	8	10	6

DIAS DE CONSUMO	DATA LEITURA	LEITURA ANTERIOR	LEITURA ATUAL	CONSUMO/m3	REFERÊNCIA
33	23/09/2020	122	135	13	09/2020

MOTIVO DA AUSÊNCIA DE LEITURA | MÉDIA DE CONSUMO/m3 ÚLTIMOS 5 MESES: 8 | VENCIMENTO: 07/10/2020

PREVISÃO PRÓXIMA LEITURA	AGUA	ESGOTO	SERVIÇOS	TOTAL
22/10/2020	64,81			64,81

EM TEMPO DE ESTIAGEM CUIDE DA AGUA. NAO DESPERDICE.
ATENDIMENTO: FRANCISCOBELTRAO@SANEPAR.COM.BR

TRIBUTOS FEDERAIS - LEI 12.741 - VALOR APROXIMADO R$ 5,49

AUTENTICAÇÃO NO VERSO | OBSERVAÇÕES NO VERSO | COMPROVANTE CLIENTE

AVISO DE VENCIMENTO – VALOR A SER DEBITADO

EM SUA C/C – NAO VALE COMO RECIBO

ROTEIRO: 013-15-07-013 27900

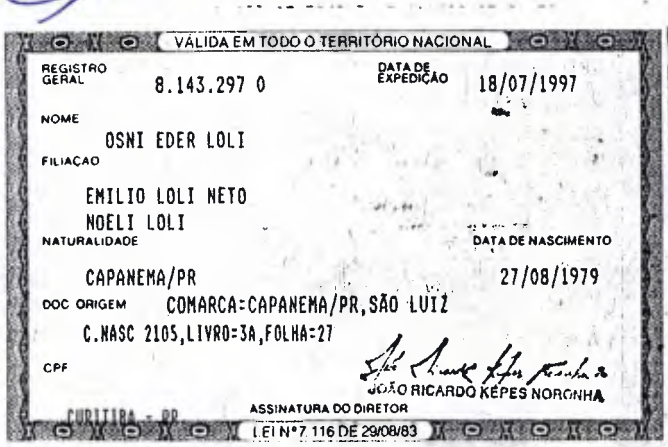
SANEPAR | MATRÍCULA 3705.1799 | REFERÊNCIA 09/2020 | VENCIMENTO 07/10/2020 | VALOR TOTAL 64,81

AUTENTICAÇÃO NO VERSO | COMPROVANTE SANEPAR



Prefeitura Municipal de Capanema
Certifico que este documento é cópia fiel
do original.
Capanema, 09 / 11 / 2020

182


VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 8.143.297 0

DATA DE EXPEDIÇÃO 18/07/1997

NOME
OSNI EDER LOLI

FILIAÇÃO
EMILIO LOLI NETO
NOELI LOLI

NATURALIDADE
CAPANEMA/PR

DATA DE NASCIMENTO
27/08/1979

DOC ORIGEM COMARCA=CAPANEMA/PR,SÃO LUIZ
C.NASC 2105,LIVRO=3A,FOLHA=27

CPF

JOÃO RICARDO KÉPES NORONHA
ASSINATURA DO DIRETOR

CURITIBA - PR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83


REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DO PARANÁ

POLEGAR DIREITO

Osni Eder Loli
ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

Fls: 782

SANEPAR
Companhia de Saneamento do Paraná

Endereço: Rua Engenheiros Rebouças nº 1376
CEP 80.215-900 Curitiba - PR
CNPJ/MF 76.484.013/0001-45
Inscrição Estadual 101.80060-04
Internet: www.sanepar.com.br

CONTA FONE SANEPAR 0800 - 200 - 0115

NOME DO CLIENTE: OSNI MICKUS | MATRÍCULA: 2724 0000

AV GENERAL OSÓRIO | NÚMERO: 1059 | Nº LADO | Nº FREN

SANTA CRUZ

CEP: 85.760-000 | LOCAL: CAPANCHA

ROTEIRO DE LEITURA: 013 13-04 013 09160 | HIDRÔMETRO: 116P154941 4 1 | CAT - RES - COM - IND - UTP - POP: 011 001

QUALIDADE DA ÁGUA DISTRIBUÍDA	Turbidez	Cor	Cloro	Flúor	Coliformes	Definições no verso
Nº Mínimo de Amostras Exigidas	38	38	44	12	38	
Nº Amostras Realizadas	38	38	44	12	38	
Nº Amostras que Atenderam a Legislação						
Conclusão	TODAS AS AMOSTRAS ATENDERAM A LEGISLAÇÃO					

HISTÓRICO DE PAGAMENTOS - CONDICIONADO AS OBSERVAÇÕES CONSTANTES NO VERSO

2019	PAGO	PAGO	PAGO	PAGO	PAGO	PAGO	PAGO	PAGO	PAGO	PAGO	PAGO	PAGO
2020	PAGO	PAGO	PAGO	PAGO	PAGO	PAGO	PAGO	PAGO	PAGO			

FAIXAS DE CONSUMO	VOLUME	VALOR M3/R$ AGUA	TOTAIS AGUA	TOTAIS ESGOTO
RES Mínimo	5		38,72	
De 6 a 10m3	5	1,20	6,00	
De 11 a 15m3	1	6,68	6,68	

HISTÓRICO DE CONSUMO/m3

11/19	12/19	01/20	02/20	03/20	04/20	05/20	06/20	07/20	08/20	09/20
10	10	21	12	12	10	12	9	13	11	16

DIAS DE CONSUMO: 29 | DATA LEITURA: 20/10/2020 | LEITURA ANTERIOR: 568 | LEITURA ATUAL: 579 | CONSUMO/m3: 11 | REFERÊNCIA: 10/2020

MOTIVO DA AUSÊNCIA DE LEITURA:

MÉDIA DE CONSUMO/m3 (ÚLTIMOS 6 MESES): 12 | VENCIMENTO: 04/11/2020

783

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
06.881.931/0001-22 MATRIZ		26/07/2004

NOME EMPRESARIAL
LOLI INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
********	ME

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
10.91-1-02 - Fabricação de produtos de padaria e confeitaria com predominância de produção própria

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
47.21-1-02 - Padaria e confeitaria com predominância de revenda
56.20-1-01 - Fornecimento de alimentos preparados preponderantemente para empresas

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
R 25 DE MAIO	506	********

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
85.760-000	PARQUE INDUSTRIAL	CAPANEMA	PR

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
ESCSAGGIN15@HOTMAIL.COM	(46) 3552-1342

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	26/07/2004

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **28/10/2020** às **08:08:15** (data e hora de Brasília). Página: **1/1**

FID: 784

Município de Capanema
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE TRIBUTAÇÃO

CERTIDÃO NEGATIVA

IMPORTANTE:

1. FICA RESSALVADO O DIREITO DA FAZENDA MUNICIPAL COBRAR DÉBITOS CONSTATADOS POSTERIORMENTE MESMO REFERENTE AO PERÍODO COMPREENDIDO NESTA CERTIDÃO.
2. A PRESENTE CERTIDÃO TEM VALIDADE ATÉ **26/12/2020**, SEM RASURAS E NO ORIGINAL.

REVENDO OS ARQUIVOS E REGISTROS, CERTIFICAMOS QUE: O CONTRIBUINTE NADA DEVE À FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL RELATIVO A EMPRESA MENCIONADA ABAIXO.

NEGATIVA Nº: 6841/2020

CÓDIGO DE AUTENTICAÇÃO: 9ZTMH282QE5M44X8CRB4

FINALIDADE: VERIFICAÇÃO

RAZÃO SOCIAL: LOLI INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA

Inscrição Municipal	CNPJ/CPF	INSCRIÇÃO ESTADUAL	ALVARÁ
25739	06.881.931/0001-22	90312691-45	129

ENDEREÇO

R 25 DEMAIO, 506 - SAO CRISTOVAO CEP: 85760000 Capanema - PR

CNAE / ATIVIDADES

Fabricação de produtos de padaria e confeitaria com predominância de produção própria, Padaria e confeitaria com predominância de revenda, Fornecimento de alimentos preparados preponderantemente para empresas

Certidão emitida no dia Capanema, 27 de Outubro de 2020.
CÓDIGO DE AUTENTICAÇÃO: **9ZTMH282QE5M44X8CRB4**

785

MUNICÍPIO DE CAPANEMA
ESTADO DO PARANÁ

CERTIDÃO NEGATIVA 6843/2020
Regularidade Fiscal de Pessoa Física

IMPORTANTE:	Fica ressalvado o direito da Fazenda Municipal cobrar débitos constatados posteriormente mesmo referente ao período compreendido nesta Certidão.

Certificamos que até a presente data não existe débito tributário vencido relativo ao contribuinte abaixo.

NOME: OSNI EDER LOLI

ENDEREÇO: cidade, S/N CEP: 85760000 Capanema - PR

CPF :	CÓDIGO DE AUTENTICAÇÃO:
006.318.529-64	9ZTMH282QE5M44X8CRUM

Observações: VALIDADE 30 DIAS

Certidão emitida gratuitamente pela internet em 27/10/2020.
Qualquer rasura invalidará este documento.
Conferir autenticidade em www.capanema.pr.gov.br

Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Receita Estadual do Paraná

410: 786

Certidão Negativa

de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual
Nº 022852251-31

Certidão fornecida para o CPF/MF: **006.318.529-64**
Nome: **OSNI EDER LOLI**

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

Obs.: Esta certidão engloba pendências do próprio CPF ou pelas quais tenha sido responsabilizado e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como, ao descumprimento de obrigações tributarias acessórias.

Válida até 24/02/2021 - Fornecimento Gratuito

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet
www.fazenda.pr.gov.br

Emitido via Internet Pública (27/10/2020 15:58:39)

Receita Federal PGFN CERTIDÃO

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: OSNI EDER LOLI
CPF: 006.318.529-64

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão se refere à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 09:57:00 do dia 05/11/2020 <hora e data de Brasília>.
Válida até 04/05/2021.
Código de controle da certidão: **94BF.10CD.42FF.E361**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Nova Consulta

Preparar página para impressão

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: LOLI INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 06.881.931/0001-22
Certidão nº: 28612788/2020
Expedição: 05/11/2020, às 09:52:33
Validade: 03/05/2021 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **LOLI INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **06.881.931/0001-22, NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.

789

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: LOLI INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA
CNPJ: 06.881.931/0001-22

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 17:43:48 do dia 28/10/2020 <hora e data de Brasília>.
Válida até 26/04/2021.
Código de controle da certidão: **A439.4725.2CCA.CABB**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Receita Estadual do Paraná

791

Certidão Negativa

de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual
Nº 022854797-27

Certidão fornecida para o CNPJ/MF: **06.881.931/0001-22**
Nome: **LOLI INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA**

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

Obs.: Esta Certidão engloba todos os estabelecimentos da empresa e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

Válida até 25/02/2021 - Fornecimento Gratuito

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet
www.fazenda.pr.gov.br

Emitido via Internet Pública (28/10/2020 00:00:00)

791

RECEITA ESTADUAL

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA FAZENDA

Comprovante de Inscrição Cadastral - CICAD

Inscrição no CAD/ICMS	Inscrição CNPJ	Início das Atividades
90312691-45	06.881.931/0001-22	08/2004

Empresa / Estabelecimento

Nome Empresarial	LOLI INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA
Título do Estabelecimento	LOLI INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA
Endereço do Estabelecimento	RUA 25 DE MAIO, 506 - PARQUE INDUSTRIAL - CEP 85760-000
Município de Instalação	CAPANEMA - PR, DESDE 08/2004
	(Estabelecimento Matriz)

Qualificação

Situação Atual	ATIVO - SIMPLES NACIONAL / SIMPLES NACIONAL - DIA 03 DO MES+2, DESDE 06/2020
Natureza Jurídica	206-2 - SOCIEDADE EMPRESÁRIA LTDA
Atividade Econômica Principal do Estabelecimento	1091-1/02 - FABRICACAO DE PRODUTOS DE PADARIA E CONFEITARIA COM PREDOMINANCIA DE PRODUCAO PROPRIA
Atividade(s) Econômica(s) Secundária(s) do Estabelecimento	4721-1/02 - PADARIA E CONFEITARIA COM PREDOMINANCIA DE REVENDA 5620-1/01 - FORNECIMENTO DE ALIMENTOS PREPARADOS PREPONDERANTEMENTE PARA EMPRESAS

Quadro Societário

Tipo	Inscrição	Nome Completo / **Nome Empresarial**	Qualificação
CPF	037.968.949-92	DJENES LOLI	SÓCIO-ADMINISTRADOR
CPF	006.318.529-64	**OSNI EDER LOLI**	SÓCIO

Este CICAD tem validade até 05/12/2020.

Os dados cadastrais deste estabelecimento poderão ser confirmados via Internet www.fazenda.pr.gov.br

Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Receita Estadual do Paraná

CAD/ICMS Nº 90312691-45

Emitido Eletronicamente via Internet
05/11/2020 9:46:04

Dados transmitidos de forma segura
Tecnologia CELEPAR

Voltar Imprimir

CAIXA
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 06.881.931/0001-22
Razão Social: LOLI INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA
Endereço: AV INDEPENDENCIA 2024 / CENTRO / CAPANEMA / PR / 85760-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 24/10/2020 a 22/11/2020

Certificação Número: 2020102402430209385772

Informação obtida em 05/11/2020 09:51:33

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: DJENES LOLI
CPF: 037.968.949-92

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão se refere à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 09:56:05 do dia 05/11/2020 <hora e data de Brasília>.
Válida até 04/05/2021.
Código de controle da certidão: **8310.60FB.7126.1CB3**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

794

MUNICÍPIO DE CAPANEMA
ESTADO DO PARANÁ

CERTIDÃO NEGATIVA 6842/2020
Regularidade Fiscal de Pessoa Física

IMPORTANTE:	Fica ressalvado o direito da Fazenda Municipal cobrar débitos constatados posteriormente mesmo referente ao período compreendido nesta Certidão.

Certificamos que até a presente data não existe débito tributário vencido relativo ao contribuinte abaixo.

NOME: DJENES LOLI

ENDEREÇO: LIN SAO FRANCISCO, S/N - CASA - ZONA RURAL CEP: 85760000 Capanema - PR

CPF :	CÓDIGO DE AUTENTICAÇÃO:
037.968.949-92	9ZTMH282QE5M44X8CRU5

Observações: VALIDADE 30 DIAS

Certidão emitida gratuitamente pela internet em 27/10/2020.
Qualquer rasura invalidará este documento.
Conferir autenticidade em www.capanema.pr.gov.br

Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Receita Estadual do Paraná

fls 795

Certidão Negativa

de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual

Nº 022852175-28

Certidão fornecida para o CPF/MF: **037.968.949-92**
Nome: **DJENES LOLI**

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

Obs.: Esta certidão engloba pendências do próprio CPF ou pelas quais tenha sido responsabilizado e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como, ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

Válida até 24/02/2021 - Fornecimento Gratuito

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet
www.fazenda.pr.gov.br

Emitido via Internet Pública (27/10/2020 15:54:51)

LOLI INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA
FONE: (46) 3552-1018

RUA 25 DE MAIO, 506 -PARQUE INDUSTRIAL, Capanema-PR CEP: 85760-000
CNPJ: 06.881.931/0001-22 **INSC EST: 90312691-45**

ANEXO IV - PROPOSTA

(x) Proposta os itens relacionados aos imóveis **com** barracões.
( ) Proposta para os itens relacionados aos imóveis **sem** barracões.

NOME DA PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA: LOLI INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA
CPF OU CNPJ:06.881.931/0001-22

01 - Descrição clara e objetiva do ramo de atividade empresarial a ser desenvolvido no imóvel:

Fabricação de produtos de padaria e confeitaria com predominancia de produção propria e revenda. Produtos: Bolachas e biscoitos, roscas de polvinho, broa de polvinho, sequilhos, beijoca, pão, cuca recheada, nega maluca, suspiro, bolos, entre outros produtos de padaria e confeitaria.

02 - Matéria prima a ser utilizada:

N.Saggin- 09.489.203/0001-68- Serviços Sontábeis;
Celso Ademir Schmitz-produtor rural (Santa Maria)-Melado;
Iolanda Maria Salete Salvadori- 01.229.680/0001-82-Embalagens;
RDZ Alimentos- 00.665.292/0001-82- Margarina e fermento;
Didigas - Comercio de Gas e Transporte ltda-06.076.642/0001-03- Gás de Cozinha;
Coopafi-06.040.524/0001-92,-Fubá;
M N Weber-08.225.417/0001-64-Amendoin;
Gelson Astor More Me-14.019.100/0001-74-Manutenção dos veiculos;
Capa Comercio de Combustiveis Ltda-18.132.244/0001-93- Combustivel;
Incasul Ind e Com de Impl Agricolas ltda-75.978.452/0001-41-Manutenção das maquinas da produção;
Atacado e Distribuidora Nossa Terra Eireli-24.730.683/0001-09- Sal e Açúcar.

03 - Capacidade produtiva/comercial da unidade a ser instalada:

Terá uma estimativa de capacidade produtiva 240 toneladas anual.

04 - Mercado consumidor potencial:

Sera vendidos os produtos para o mercado Nacional, Pessoas Juridicas, sendo vendidos os produtos para todos os mercado do Municipio de Capanema-Pr.

797

05 - Previsão de faturamento, custos, despesas e retorno dos investimentos:

Terá uma previsão de faturamento anual bruto de R$ 600.000,00 (seicentos mil reais), e uma
previsão de custos e despesas anual de R$ 480.000,00 (quatrocentos e oitenta mil
reais)incluindo todas as despesas com a confecção dos produtos e funcionarios, gerando um retorno de investimentos anual de R$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais)

06 - Relação da infraestrutura, equipamentos e instalações necessárias ao funcionamento do projeto global, acompanhada de orçamento discriminado:

Masseira Grande, Masseira pequena, Extrusoras, Pingadeiras, Fornos, Empacotadoras,
Seladora, Formas,Carrinhos, Estrutura Fisica, Batedeiras, Veiculo, Caminhão, Bacia Glace e
Cobrideiras, totalizando com a depreciação um total de R$ R$ 958.072,22 (novecentos e
cinquenta e oito mil, com setenta e dois reais, e vinte e dois centavos).

07 - Previsão de investimentos próprios:

A previsão de investimentos proprios são de R$ 958.072,22 (novecentos e cinquenta e oito
mil, com setenta e dois reais, e vinte e e dois centavos) em maquinarios citados no item 6,
e R$ 100.00,00 (cem mil reais) em estrutura e reformas.

08 - Viabilidade econômica do projeto:

A viabilidade economica do projeto esperado é que em 5 anos se recupere o investimento
feito, a empresa Loli ja esta mercado a 16 anos, desde 2004, possuindo uma ampla clientela,
deseja aumentar ainda mais seu crescimento produtivo, assim gerando mais empregos para o
municipio.

09 - Compromissos assumidos pela proponente:

a) cumprir todas as obrigações previstas no Termo de Referência, no edital e na minuta do contrato da licitação Concorrência 02/2020.
b) contratar, preferencialmente, pessoas que sejam domiciliados no Município de Capanema/PR.

LOLI INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA
FONE: (46) 3552-1018

RUA 25 DE MAIO, 506 -PARQUE INDUSTRIAL, Capanema-PR CEP: 85760-000
CNPJ: 06.881.931/0001-22 **INSC EST: 90312691-45**

10 - DA OFERTA:

CRITÉRIO	PROPOSTA DA EMPRESA
Empregabilidade (em número de empregos diretos gerados no prazo de 6 meses).	6 (seis) empregados
Valor do investimento privado no empreendimento a ser instalado no imóvel - R$	R$ 100.000,00 (cem mil reais)
Prazo para conclusão das obras / prazo para aplicação total dos investimentos	18 (dezoito) meses
Faturamento Anual (média dos últimos 3 anos)	R$ 856,744,38 (Oitocentos e cinquenta e seis mil com setecentos e quarenta e quatro reais e trinta e oito centavos)
Tempo de constituição da empresa OU residência do sócio majoritário no Município de Capanema (somente dados do sócio mais antigo)	Empresa: 16 anos Socio: 38 anos
Capacidade do empreendimento gerar uma cadeia de produção e/ou empregos indiretos no Município de Capanema/PR	11 (onze)

Capanema, 12 de Novembro de 2020

LOLI INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA
CNPJ 06.881.931/0001-22
Djenes Loli
CPF 037.968.949-92

06.881.931/0001-22
LOLI INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA.
R. 25 DE MAIO, 506
PARQUE INDUSTRIAL
85760-000 - CAPANEMA - PR

LOLI INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA
FONE: (46) 3552-1018

RUA 25 DE MAIO, 506 -PARQUE INDUSTRIAL, Capanema-PR CEP: 85760-000
CNPJ: 06.881.931/0001-22 **INSC EST: 90312691-45**

799

DECLARAÇÃO DE FORNECIMENTO DE MATERIA PRIMA OU SERVIÇO

LOLI INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA, Pessoa Jurídica do direito privado, inscrita no CNPJ N° 06.881.931/0001-22, com sua sede na Rua 25 de Maio, 506, Parque Industrial, Município de Capanema, Paraná, neste ato representada pelo seu sócio administrador o Sr Djenes Lol, pessoa física, inscrita no CPF n° 037.968.949-92, e portador da Carteira de Identidade RG n° 8.143.238-4, residente e domiciliado na Linha São Francisco, Zona Rural, Município de Capanema, Estado do Paraná, vem através desta declarar a quem possa interessar que sua empresa usufrui dos serviços contábeis do Fornecedor do Município de Capanema o escritório N. SAGGIN E CIA LTDA, inscrita no CNPJ n° 09.489.203/0001-68, com sua sede na Rua Antonio Nieheus,1080, Centro, Município de Capanema, Estado do Paraná. Por ser verdade firmo o presente.

Capanema, 12 de Novembro de 2020.

06.881.931/0001-22
LOLI INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA
R. 25 DE MAIO, 506
PARQUE INDUSTRIAL
85760-000 - CAPANEMA - PR

LOLI INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA

NADIR SAGGIN
Rua Antonio Niehues, 1080
85760-000 - CAPANEMA - PARANÁ
Fones: (46) 3552-1342 / 3552-1856
T.C. CRC-PR 013407/O-6 - CPF 060.246.619-91

N. SAGGIN E CIA LTDA

LOLI INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA
FONE: (46) 3552-1018

RUA 25 DE MAIO, 506 -PARQUE INDUSTRIAL, Capanema-PR CEP: 85760-000
CNPJ: 06.881.931/0001-22 INSC EST: 90312691-45

DECLARAÇÃO DE FORNECIMENTO DE MATERIA PRIMA OU SERVIÇO

LOLI INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA, Pessoa Jurídica do direito privado, inscrita no CNPJ N° 06.881.931/0001-22, com sua sede na Rua 25 de Maio, 506, Parque Industrial, Município de Capanema, Paraná, neste ato representada pelo seu sócio administrador o Sr Djenes Loli, pessoa física, inscrita no CPF n° 037.968.949-92, e portador da Carteira de Identidade RG n° 8.143.238-4, residente e domiciliado na Linha São Francisco, Zona Rural, Município de Capanema, Estado do Paraná, vem através desta declarar a quem possa interessar que compra os produtos Açúcar e Sal para a confecções de seus produtos, no fornecedor ATACADO E DISTRIBUIDORA NOSSA TERRA EIRELI, CNPJ n° 24.730.683/0001-09, com sua sede na Rua Pernambuco, 1740, Centro, Município de Capanema, Estado do Paraná. Por ser verdade firmo o presente.

Capanema, 12 de Novembro de 2020.

06.881.931/0001-22
LOLI INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA.
R. 25 DE MAIO, 506
PARQUE INDUSTRIAL
85760-000 - CAPANEMA - PR

LOLI INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA

24.730.683/0001-09
ATACADO E DISTRIBUIDORA NOSSA TERRA LTDA.
RUA PERNAMBUCO, 1740
SALA 02 - CENTRO
85760-000 - CAPANEMA - PR

ATACADO E DISTRIBUIDORA NOSSA TERRA EIRELI

LOLI INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA
FONE: (46) 3552-1018

RUA 25 DE MAIO, 506 -PARQUE INDUSTRIAL, Capanema-PR CEP: 85760-000
CNPJ: 06.881.931/0001-22 INSC EST: 90312691-45

801

DECLARAÇÃO DE FORNECIMENTO DE MATERIA PRIMA OU SERVIÇO

LOLI INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA, Pessoa Jurídica do direito privado, inscrita no CNPJ N° 06.881.931/0001-22, com sua sede na Rua 25 de Maio, 506, Parque Industrial, Município de Capanema, Paraná, neste ato representada pelo seu sócio administrador o Sr° Djenes Lol, pessoa física, inscrita no CPF n° 037.968.949-92, e portador da Carteira de Identidade RG n° 8.143.238-4, residente e domiciliado na Linha São Francisco, Zona Rural, Município de Capanema, Estado do Paraná, vem através desta declarar a quem possa interessar que sua empresa compra mensalmente o produto Fubá para confecções de seus produtos, do Fornecedor do Município de Capanema a COOPERATIVA DA AGRICULTURA FAMILIAR INTEGRADA DE CAPANEMA - COOPAFI CAPANEMA, inscrita no CNPJ n° 06.040.524/0001-92, com sua sede na Rua 25 de Maio, 665, Setor Industrial, Município de Capanema, Estado do Paraná. Por ser verdade firmo o presente.

Capanema, 12 de Novembro de 2020.

06.881.931/0001-22
LOLI INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA.
R. 25 DE MAIO, 506
PARQUE INDUSTRIAL
85760-000 - CAPANEMA - PR

LOLI INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA

COOPERATIVA DA AGRICULTURA FAMILIAR INTEGRADA DE CAPANEMA - COOPAFI CAPANEMA

06.040.524/0001-92
Cooperativa da Agricultura Familiar
Integrada de Capanema
COOPAFI CAPANEMA
Rua 25 de Maio, 665
Setor Industrial
85760-000 - CAPANEMA - PR

LOLI INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA
FONE: (46) 3552-1018

RUA 25 DE MAIO, 506 -PARQUE INDUSTRIAL, Capanema-PR CEP: 85760-000
CNPJ: 06.881.931/0001-22 **INSC EST: 90312691-45**

000802

DECLARAÇÃO DE FORNECIMENTO DE MATERIA PRIMA OU SERVIÇO

LOLI INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA, Pessoa Jurídica do direito privado, inscrita no CNPJ N° 06.881.931/0001-22, com sua sede na Rua 25 de Maio, 506, Parque Industrial, Município de Capanema, Paraná, neste ato representada pelo seu sócio administrador o Sr° Djenes Loli, pessoa física, inscrita no CPF n° 037.968.949-92, e portador da Carteira de Identidade RG n° 8.143.238-4, residente e domiciliado na Linha São Francisco, Zona Rural, Município de Capanema, Estado do Paraná, vem através desta declarar a quem possa interessar que sua empresa compra mensalmente gás de cozinha para confecções de seus produtos, do Fornecedor do Município de Capanema a empresa DIDIGAS - COMERCIO DE GAS E TRANSPORTE LTDA, CNPJ N° 06.076.643/0001-03, Com sua sede na Rua Piauí, 458, São Cristóvão, Município de Capanema, Estado do Paraná. Por ser verdade firmo o presente.

Capanema, 12 de Novembro de 2020.

LOLI INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA

06.881.931/0001-22
LOLI INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA.
R. 25 DE MAIO, 506
PARQUE INDUSTRIAL
85760-000 - CAPANEMA - PR

DIDIGAS - COMERCIO DE GAS E TRANSPORTE LTDA

06.076.643/0001-03
DIDIGÁS - COMÉRCIO DE GÁS E TRANSPORTE LTDA. - EPP
BAIRRO SÃO CRISTÓVÃO
85760-000 - CAPANEMA - PR

LOLI INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA
FONE: (46) 3552-1018

RUA 25 DE MAIO, 506 -PARQUE INDUSTRIAL, Capanema-PR CEP: 85760-000
CNPJ: 06.881.931/0001-22 INSC EST: 90312691-45

DECLARAÇÃO DE FORNECIMENTO DE MATERIA PRIMA OU SERVIÇO

LOLI INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA, Pessoa Jurídica do direito privado, inscrita no CNPJ N° 06.881.931/0001-22, com sua sede na Rua 25 de Maio, 506, Parque Industrial, Município de Capanema, Paraná, neste ato representada pelo seu sócio administrador o Sr° Djenes Loli, pessoa física, inscrita no CPF n° 037.968.949-92, e portador da Carteira de Identidade RG n° 8.143.238-4, residente e domiciliado na Linha São Francisco, Zona Rural, Município de Capanema, Estado do Paraná, vem através desta declarar a quem possa interessar que sua empresa compra os produtos de margarina e fermento entre outros, para confecções de seus produtos, do Fornecedor do Município de Capanema a empresa RDZ ALIMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ n°00.665.292/0001-81, com sua sede na Av Espirito Santo, 265, Santa Cruz, Centro , Município de Capanema, Estado do Paraná. Por ser verdade firmo o presente.

Capanema, 12 de Novembro de 2020.

06.881.931/0001-22
LOLI INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA.
R. 25 DE MAIO, 506
PARQUE INDUSTRIAL
85760-000 - CAPANEMA - PR

LOLI INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA

RDZ Alimentos Ltda.
CNPJ 00.665.292/0001-81

RDZ ALIMENTOS LTDA

LOLI INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA
FONE: (46) 3552-1018

RUA 25 DE MAIO, 506 -PARQUE INDUSTRIAL, Capanema-PR CEP: 85760-000
CNPJ: 06.881.931/0001-22 INSC EST: 90312691-45

804

DECLARAÇÃO DE FORNECIMENTO DE MATERIA PRIMA OU SERVIÇO

LOLI INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA, Pessoa Jurídica do direito privado, inscrita no CNPJ N° 06.881.931/0001-22, com sua sede na Rua 25 de Maio, 506, Parque Industrial, Município de Capanema, Paraná, neste ato representada pelo seu sócio administrador o Sr° Djenes Loli, pessoa física, inscrita no CPF n° 037.968.949-92, e portador da Carteira de Identidade RG n° 8.143.238-4, residente e domiciliado na Linha São Francisco, Zona Rural, Município de Capanema, Estado do Paraná, vem através desta declarar a quem possa interessar que sua empresa compra mensalmente o produto amendoim para confecções de seus produtos, do Fornecedor do Município de Capanema a empresa M N WEBER & CIA LTDA, inscrita no CNPJ n° 08.225.417/0001-64, com sua sede na Rua Guaiacas, 708, Centro , Município de Capanema, Estado do Paraná. Por ser verdade firmo o presente.

Capanema, 12 de Novembro de 2020.

06.881.931/0001-22
LOLI INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA.
R. 25 DE MAIO, 506
PARQUE INDUSTRIAL
85760-000 - CAPANEMA - PR

LOLI INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA

M. N. WEBER & CIA. LTDA.
CNPJ 08.225.417/0001-64
Fone: (46) 3552-3274
CAPANEMA PR

M N WEBER & CIA LTDA

LOLI INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA
FONE: (46) 3552-1018

RUA 25 DE MAIO, 506 -PARQUE INDUSTRIAL, Capanema-PR CEP: 85760-000
CNPJ: 06.881.931/0001-22 INSC EST: 90312691-45

805

DECLARAÇÃO DE FORNECIMENTO DE MATERIA PRIMA OU SERVIÇO

LOLI INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA, Pessoa Jurídica do direito privado, inscrita no CNPJ N° 06.881.931/0001-22, com sua sede na Rua 25 de Maio, 506, Parque Industrial, Município de Capanema, Paraná, neste ato representada pelo seu sócio administrador o Sr° Djenes Lol, pessoa física, inscrita no CPF n° 037.968.949-92, e portador da Carteira de Identidade RG n° 8.143.238-4, residente e domiciliado na Linha São Francisco, Zona Rural, Município de Capanema, Estado do Paraná, vem através desta declarar a quem possa interessar que sua empresa compra os produtos de embalagens para confecções de seus produtos, do Fornecedor do Município de Capanema a empresa IOLANDA MARIA SALETE SALVADORI, inscrita no CNPJ n° 01.229.680/0001-82, com sua sede na Rua Pernambuco, 1068, Centro , Município de Capanema, Estado do Paraná. Por ser verdade firmo o presente.

Capanema, 12 de Novembro de 2020.

06.881.931/0001-22
LOLI INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA.
R. 25 DE MAIO, 506
PARQUE INDUSTRIAL
85760-000 - CAPANEMA - PR

LOLI INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA

Iolanda Maria Salete Salvadori
CNPJ 01.229.680/0001-82
Inscr. Estadual 90127474-60
Fone/Fax: (46) 3552-1523
Rua Pernambuco, 1068 - Capanema - PR

IOLANDA MARIA SALETE SALVADORI

LOLI INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA
FONE: (46) 3552-1018

RUA 25 DE MAIO, 506 -PARQUE INDUSTRIAL, Capanema-PR CEP: 85760-000
CNPJ: 06.881.931/0001-22 INSC EST: 90312691-45

DECLARAÇÃO DE FORNECIMENTO DE MATERIA PRIMA OU SERVIÇO

LOLI INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA, Pessoa Jurídica do direito privado, inscrita no CNPJ N° 06.881.931/0001-22, com sua sede na Rua 25 de Maio, 506, Parque Industrial, Município de Capanema, Paraná, neste ato representada pelo seu sócio administrador o Sr Djenes Loli, pessoa física, inscrita no CPF n° 037.968.949-92, e portador da Carteira de Identidade RG n° 8.143.238-4, residente e domiciliado na Linha São Francisco, Zona Rural, Município de Capanema, Estado do Paraná, vem através desta declarar a quem possa interessar que faz o abastecimento de combustível de seus veículos utilizados para as entregas dos produtos no Posto Delta com a razão social CAPA COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA, CNPJ n° 18.132.244/0001-93, com sua sede na Rua Alagoas, 2483, Santa Cruz, Município de Capanema, Estado do Paraná. Por ser verdade firmo o presente.

Capanema, 12 de Novembro de 2020.

06.881.931/0001-22
LOLI INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA.
R. 25 DE MAIO, 506
PARQUE INDUSTRIAL
85760-000 - CAPANEMA - PR

LOLI INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA

Lucas Henrique Corvelli

CAPA COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA

CNPJ 18.132.244/0001-93
CAPA COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA
Rua Alagoas, 2483 - Santa Cruz
85.760-000 - Capanema - PR

LOLI INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA
FONE: (46) 3552-1018

RUA 25 DE MAIO, 506 -PARQUE INDUSTRIAL, Capanema-PR CEP: 85760-000
CNPJ: 06.881.931/0001-22 INSC EST: 90312691-45

Fls: 807

DECLARAÇÃO DE FORNECIMENTO DE MATERIA PRIMA OU SERVIÇO

LOLI INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA, Pessoa Jurídica do direito privado, inscrita no CNPJ N° 06.881.931/0001-22, com sua sede na Rua 25 de Maio, 506, Parque Industrial, Município de Capanema, Paraná, neste ato representada pelo seu sócio administrador o S.r. Djenes Loli, pessoa física, inscrita no CPF n° 037.968.949-92, e portador da Carteira de Identidade RG n° 8.143.238-4, residente e domiciliado na Linha São Francisco, Zona Rural, Município de Capanema, Estado do Paraná, vem através desta declarar a quem possa interessar que sua empresa compra mensalmente o produto melado para confecção de seus produtos do Fornecedor do Município de Capanema CELSO ADEMIR SCHMITZ, Produtor Rural, residente na Linha Santa Maria, Zona Rural, Município de Capanema, Estado do Paraná. Por ser verdade firmo o presente.

Capanema, 12 de Novembro de 2020.

06.881.931/0001-22
LOLI INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA.
R. 25 DE MAIO, 506
PARQUE INDUSTRIAL
85760-000 - CAPANEMA - PR

LOLI INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA

CELSO ADEMIR SCHMITZ

LOLI INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA
FONE: (46) 3552-1018

RUA 25 DE MAIO, 506 -PARQUE INDUSTRIAL, Capanema-PR CEP: 85760-000
CNPJ: 06.881.931/0001-22 INSC EST: 90312691-45

DECLARAÇÃO DE FORNECIMENTO DE MATERIA PRIMA OU SERVIÇO

LOLI INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA, Pessoa Jurídica do direito privado, inscrita no CNPJ N° 06.881.931/0001-22, com sua sede na Rua 25 de Maio, 506, Parque Industrial, Município de Capanema, Paraná, neste ato representada pelo seu sócio administrador o Sr Djenes Loli, pessoa física, inscrita no CPF n° 037.968.949-92, e portador da Carteira de Identidade RG n° 8.143.238-4, residente e domiciliado na Linha São Francisco, Zona Rural, Município de Capanema, Estado do Paraná, vem através desta declarar a quem possa interessar que faz a manutenção e concerto das maquinas da produção na empresa INCASUL INDUSTRIA E COMERCIO DE IMPLEMENTOS AGRICOLAS LTDA, CNPJ ° 75.978.452/0001-41, com sua sede na Av Independência, 1142, Centro, Município de Capanema, Estado do Paraná. Por ser verdade firmo o presente.

Capanema, 12 de Novembro de 2020.

06.881.931/0001-22
LOLI INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA.
R. 25 DE MAIO, 506
PARQUE INDUSTRIAL
85760-000 - CAPANEMA - PR

LOLI INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA

INCASUL INDUSTRIA E COMERCIO DE IMPLEMENTOS AGRICOLAS LTDA

SANEPAR
Companhia de Saneamento do Paraná

Endereço: Rua Engenheiros Rebouças nº 1376
CEP 80.215-900 Curitiba - PR
CNPJ/MF 76.484.013/0001-45
Inscrição Estadual 101.80080-64
Internet: www.sanepar.com.br

CONTA — FONE SANEPAR: 0800 - 200 - 0115

NOME DO CLIENTE: DIENES LOLI — MATRÍCULA: 3705.1799

ENDEREÇO: Nº REGIONAL Q:99L:9B — NÚMERO: 9999 — Nº LADO - Nº FRENTE

CEP: 85.760-000 — LOCAL: CAPANEMA

ROTEIRO DE LEITURA: 013-15-07-013-27900 — HIDRÔMETRO: Y18AA0742642-4-1 — CAT - RES - COM - IND - UTP - POP: 011 001

QUALIDADE DA ÁGUA DISTRIBUÍDA	Turbidez	Cor	Cloro	Flúor	Coli. Totais
Nº Mínimo de Amostras Exigidas	32	10	32		32
Nº Amostras Realizadas	32	32	41	10	32
Nº Amostras que Atenderam à Legislação	32	32	41	10	32

Definições no verso

Conclusão: TODAS AS AMOSTRAS ATENDERAM A LEGISLAÇÃO

HISTÓRICO DE PAGAMENTOS - CONDICIONADO AS OBSERVAÇÕES CONSTANTES NO VERSO

Ano	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
2019	X	X	X	X	X	PAGO	PAGO	PAGO	PAGO	PAGO	PAGO	PAGO
2020	PAGO	PAGO	PAGO	PAGO	PAGO	PAGO	PAGO	PAGO				

FAIXAS DE CONSUMO	VOLUME	VALOR M3/R$ AGUA	TOTAIS AGUA	TOTAIS ESGOTO
RES Mínimo	5		38,77	
De 6 a 10m3	5	1,20	6,00	
De 11 a 15m3	3	6,68	20,04	

HISTÓRICO DE CONSUMO/m3

10/19	11/19	12/19	01/20	02/20	03/20	04/20	05/20	06/20	07/20	08/20
12	5	23	R	3	A	5	9	8	10	6

DIAS DE CONSUMO	DATA LEITURA	LEITURA ANTERIOR	LEITURA ATUAL	CONSUMO/m3	REFERÊNCIA
33	23/09/2020	122	135	13	09/2020

MOTIVO DA AUSÊNCIA DE LEITURA — MÉDIA DE CONSUMO/m3 ÚLTIMOS 6 MESES: 8 — VENCIMENTO: 07/10/2020

PREVISÃO PRÓXIMA LEITURA	AGUA	ESGOTO	SERVIÇOS	TOTAL
22/10/2020	64,81			64,81

EM TEMPO DE ESTIAGEM CUIDE DA AGUA. NAO DESPERDICE.
ATENDIMENTO: FRANCISCOBELTRAO@SANEPAR.COM.BR

TRIBUTOS FEDERAIS - LEI 12.741 - VALOR APROXIMADO R$ 5,49

AUTENTICAÇÃO NO VERSO — OBSERVAÇÕES NO VERSO — COMPROVANTE CLIENTE

AVISO DE VENCIMENTO - VALOR A SER DEBITADO

EM SUA C/C - NAO VALE COMO RECIBO

ROTEIRO: 013-15-07-013 27900

SANEPAR — MATRÍCULA 3705.1799 — REFERÊNCIA 09/2020 — VENCIMENTO 07/10/2020 — VALOR TOTAL 64,81

AUTENTICAÇÃO NO VERSO — COMPROVANTE SANEPAR

LOLI INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA
FONE: (46) 3552-1018

RUA 25 DE MAIO, 506 -PARQUE INDUSTRIAL, Capanema-PR CEP: 85760-000
CNPJ: 06.881.931/0001-22 **INSC EST: 90312691-45**

ANEXO V

INDICAÇÃO DE ITENS RELACIONADOS AOS IMÓVEIS COM BARRACÕES

NOME DA PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA: LOLI INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA

CPF OU CNPJ:06.881.931/0001-22

A proposta constante no envelope lacrado será utilizada como oferta para os imóveis previstos nos seguintes itens, em ordem de preferência:

Item (previsto no Termo de Referência)	**Descrição do imóvel** (previsto no Termo de Referência)
17	Área Industrial I - próximo ao trevo saída para São Pedro - Quadra Nº 84 - Lote 05 - Setor N.E - Rua 25 de maio nº 530
15[1]	Área Industrial I - próximo ao trevo saída para São Pedro - Quadra 84A - Lote 04 - Setor N.E - Rua 25 de maio nº 581
16[2]	Área Industrial I - próximo ao trevo saída para São Pedro - Quadra Nº 84 - Lote 03 - Setor N.E - Rua 25 de maio nº 646

No caso de a pessoa física ou jurídica se sagrar vencedora em mais de um item, será adjudicado um único imóvel, conforme a ordem de preferência indicada nesta proposta.

Capanema, 12 de Novembro de 2020

LOLI INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA
CNPJ 06.881.931/0001-22
Djenes Loli
CPF 037.968.949-92

06.881.931/0001-22
LOLI INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA.
R. 25 DE MAIO, 506
PARQUE INDUSTRIAL
85760-000 - CAPANEMA - PR

CNPJ: 06.881.931/0001-22
NIRE nº 41205283636 de 26/07/2004
Consolidação: Empresa **Grau: 5** **Encerrado em: 31/12/2019**

ATIVO		**1.129.487,08**
ATIVO CIRCULANTE		**406.467,55**
DISPONIBILIDADES		290.746,60
CAIXA		188.455,35
CAIXA GERAL		188.455,35
BANCOS - CONTAS CORRENTES		32.552,27
SICOOB - CC 7.414-6		4.684,34
SICOOB - CC 33.514-2		99,56
SICREDI - CC 19.922-2		25.822,14
CRESOL - CC 6.549-8		1.946,23
APLICACOES DE LIQUIDEZ IMEDIATA		69.738,98
SICOOB - RDC		25.738,98
CRESOL - CAPITALIZACAO		44.000,00
DIREITOS REALIZAVEIS A CURTO PRAZO		115.720,95
ADIANTAMENTOS		15.960,96
ADIANTAMENTOS DE FERIAS		5.567,00
ADIANTAMENTOS A FORNEC IMOBILIZADO		4.787,36
SICOOB - CONSORCIO		5.606,60
ESTOQUES		99.759,99
MATERIA-PRIMA		99.759,99
ATIVO NAO CIRCULANTE		**723.019,53**
REALIZAVEL A LONGO PRAZO		33.667,34
INVESTIMENTOS E APLICACOES		33.667,34
SICOOB - COTAS DE CAPITAL		15.229,34
CRESOL - COTAS DE CAPITAL		10.928,00
SICREDI - COTAS DE CAPITAL		7.510,00
IMOBILIZADO		689.352,19
BENS E DIREITOS EM USO		689.352,19
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS		355.961,19
MOVEIS E UTENSILIOS		14.500,00
VEICULOS		202.880,00
EQUIPAMENTOS - ENERGIA SOLAR		116.011,00
TOTAL DO ATIVO	1.129.487,08	
PASSIVO		**1.129.487,08**
PASSIVO CIRCULANTE		**563.249,04**
FORNECEDORES		186.107,34
FORNECEDORES DE MATERIA PRIMA		33.353,98
RDZ ALIMENTOS LTDA		922,40
AMAFIL IND E COM DE ALIMENTOS		4.575,00
USINA ALTO ALEGRE SA		2.866,81
COAMO AGROINDUSTRIAL - FL 200		9.213,33
FLEXOESTE ETIQUETAS LTDA		2.004,32
COMERCIAL DESTRO LTDA		382,15
KONKRETA INDUSTRIAL LTDA		600,00
MARINEUZA K ANGHEBEN E CIA LTDA		790,95
LAZZARETTI E OCCHI LTDA		5.655,00
Cainco Equipamentos para Panificacao Ltd		3.824,02
S LAZZARETTI COMERCIO ALIMENTICIO - ME		2.520,00
FORNECEDORES NACIONAIS DE IMOBILIZADO		152.753,36
ILUMISOL ENERGIA SOLAR		55.503,36
HENRIMAQ INDUSTRIA DE MAQUINAS		79.000,00
AFJ MAQUINAS INDUSTRIA E COMERCIO		18.250,00
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS		357.300,74
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS BANCARIOS		327.021,78
SICREDI - CONTRATO B40733533		2.944,08
SICREDI - CONTRATO B40733511		5.966,04
SICREDI - CONTRATO B60730252		1.912,58

SICREDI - CONTRATO B70733330		8.838,16
SICOOB - CONTRATO 526200		79.021,16
CRESOL - CONTRATO 0229090		8.228,38
CRESOL - CONTRATO 230593		43.728,89
CRESOL - CONTRATO 190803		81.228,38
CRESOL - CONTRATO 399222		45.599,59
VOLKSWAGEN - CONTRATO 508838		23.929,84
VOLKSWAGEN - CONTRATO 509959		3.859,68
AYMORE - CONTRATO 20029446054		21.765,00
EMPRESTIMOS DE PESSOAS LIGADAS		30.278,96
DJENES LOLI		30.278,96
OBRIGACOES TRABALHISTAS		14.475,01
FOLHA DE PAGAMENTO EMPREGADOS		10.231,39
SALARIOS A PAGAR		10.231,39
ENCARGOS SOCIAIS		4.243,62
INSS A RECOLHER		1.735,11
FGTS A PAGAR		2.136,39
CONTRIBUICAO SINDICAL A RECOLHER		372,12
OBRIGACOES TRIBUTARIAS		5.365,95
IMPOSTOS E CONTRIBUICOES SOBRE RECEITAS		5.365,95
SIMPLES NACIONAL A PAGAR		5.365,95
PASSIVO NAO CIRCULANTE		**144.738,61**
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS		144.738,61
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS BANCARIOS		144.738,61
VOLKSWAGEN - CONTRATO 508838		60.912,24
VOLKSWAGEN - CONTRATO 509959		10.175,36
SICREDI - CONTRATO B40733511		28.587,21
SICREDI - CONTRATO B40733533		14.230,05
AYMORE - CONTRATO 20029446054		30.833,75
PATRIMONIO LIQUIDO		**421.499,43**
CAPITAL		10.000,00
CAPITAL SOCIAL		10.000,00
CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO		10.000,00
RESERVAS		411.499,43
RESERVAS DE LUCRO		411.499,43
RESERVAS DE LUCRO		411.499,43
TOTAL DO PASSIVO	1.129.487,08	

Reconhecemos a exatidão do presente Balanço Patrimonial com base nas informações e na documentação apresentada, encerrado em 31/12/2019, somando tanto no Ativo como no Passivo, a importância de R$ 1.129.487,08 (um milhão, cento e vinte e nove mil, quatrocentos e oitenta e sete reais e oito centavos).

DJENES LOLI
SOCIO ADMINISTRADOR
CPF 037.968.949-92

NADIR SAGGIN
TEC EM CONTABILIDADE
CRC PR-013.407/O-6

LOLI INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA ME
Contabilidade

Balancete de Verificação

CNPJ: 06.881.931/0001-22
Consolidação: Empresa **Grau: 5** **Período: 01/2019 a 12/2019**

Conta	Reduzida	Nome	Saldo Anterior	Débito	Crédito	Saldo Atual
1		ATIVO	570.387,62	8.227.527,44	7.668.427,98	1.129.487,08
11		ATIVO CIRCULANTE	96.236,43	7.963.659,10	7.653.427,98	406.467,55
111		DISPONIBILIDADES	41.451,16	7.373.053,15	7.123.757,71	290.746,60
11101		CAIXA	32.441,55	3.991.085,19	3.835.071,39	188.455,35
11101001000	5-1	CAIXA GERAL	32.441,55	3.991.085,19	3.835.071,39	188.455,35
11102		BANCOS - CONTAS CORRENTES	8.209,61	3.252.903,34	3.228.560,68	32.552,27
11102006000	12-4	SICOOB - CC 7.414-6	3.739,63	1.698.280,91	1.697.336,20	4.684,34
11102006001	12-5	SICOOB - CC 33.514-2	0,00	66.094,27	65.994,71	99,56
11102007000	13-2	SICREDI - CC 19.922-2	4.415,98	1.205.709,35	1.184.303,19	25.822,14
11102009000	11-0	CRESOL - CC 6.549-8	54,00	282.818,81	280.926,58	1.946,23
11103		APLICACOES DE LIQUIDEZ IMEDIATA	800,00	129.064,62	60.125,64	69.738,98
11103006000	21-3	SICOOB - RDC	0,00	41.064,62	15.325,64	25.738,98
11103009000	25-0	CRESOL - CAPITALIZACAO	800,00	88.000,00	44.800,00	44.000,00
112		DIREITOS REALIZAVEIS A CURTO PRAZO	54.785,27	590.605,95	529.670,27	115.720,95
11207		ADIANTAMENTOS	9.064,67	79.692,68	72.796,39	15.960,96
11207001000	40-1	ADIANTAMENTOS DE SALARIOS	0,00	5.018,35	5.018,35	0,00
11207002000	41-8	ADIANTAMENTOS DE FERIAS	3.458,07	12.709,96	10.601,03	5.567,00
11207003000	42-6	ADIANTAMENTOS DE 13° SALARIO	0,00	6.461,01	6.461,01	0,00
11207006000	195-3	ADIANTAMENTOS A FORNEC IMOBILIZADO	0,00	55.503,36	50.716,00	4.787,36
11207007000	45-1	SICOOB - CONSORCIO	5.606,60	0,00	0,00	5.606,60
11208		TRIBUTOS E CONTRIB A COMPENSAR/RECUPERAR	76,10	279,26	355,36	0,00
11208007001	53-2	INSS A COMPENSAR - SALARIO FAMILIA	76,10	279,26	355,36	0,00
11210		ESTOQUES	45.644,50	510.634,01	456.518,52	99.759,99
11210002000	59-0	MATERIA-PRIMA	45.644,50	510.634,01	456.518,52	99.759,99
12		ATIVO NAO CIRCULANTE	474.151,19	263.868,34	15.000,00	723.019,53
121		REALIZAVEL A LONGO PRAZO	13.060,00	20.607,34	0,00	33.667,34
12101		INVESTIMENTOS E APLICACOES	13.060,00	20.607,34	0,00	33.667,34
12101002000	745-5	SICOOB - COTAS DE CAPITAL	500,00	14.729,34	0,00	15.229,34
12101003000	745-6	CRESOL - COTAS DE CAPITAL	5.050,00	5.878,00	0,00	10.928,00
12101004000	758-7	SICREDI - COTAS DE CAPITAL	7.510,00	0,00	0,00	7.510,00
123		IMOBILIZADO	461.091,19	243.261,00	15.000,00	689.352,19
12301		BENS E DIREITOS EM USO	461.091,19	228.261,00	0,00	689.352,19
12301001000	106-6	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	243.711,19	112.250,00	0,00	355.961,19
12301002000	107-4	MOVEIS E UTENSILIOS	14.500,00	0,00	0,00	14.500,00
12301005000	110-4	VEICULOS	202.880,00	0,00	0,00	202.880,00
12301012000	116-4	EQUIPAMENTOS - ENERGIA SOLAR	0,00	116.011,00	0,00	116.011,00
12303		ADIANTAMENTO A FORNECEDORES DE BENS	0,00	15.000,00	15.000,00	0,00
12303001000	117-0	FORNECEDORES DE MAQUINAS	0,00	15.000,00	15.000,00	0,00
2		PASSIVO	570.387,62	1.079.581,69	1.638.681,15	1.129.487,08
21		PASSIVO CIRCULANTE	167.827,65	1.008.430,69	1.403.852,08	563.249,04
211		FORNECEDORES	3.162,40	550.336,96	733.281,90	186.107,34
21102		FORNECEDORES DE MATERIA PRIMA	3.162,40	470.041,96	500.233,54	33.353,98
21102001005	680-7	ESDEL COM DE PROD ALIMENTICIOS	0,00	661,50	661,50	0,00
21102001007	682-3	RDZ ALIMENTOS LTDA	275,67	12.108,78	12.755,51	922,40
21102001014	689-0	COAMO AGROINDUSTRIAL - FL 70	0,00	40.448,00	40.448,00	0,00
21102001017	692-0	REGAPLAST INDUSTRIA PLASTICA LTDA	882,41	34.466,27	33.583,86	0,00
21102001018	693-9	AMAFIL IND E COM DE ALIMENTOS	0,00	48.839,00	53.414,00	4.575,00
21102001021	696-3	USINA ALTO ALEGRE SA	0,00	76.818,19	79.685,00	2.866,81
21102001030	710-2	INFASA INDUSTRIA DE FARINHAS S.A	0,00	2.007,50	2.007,50	0,00
21102001034	714-5	M N WEBER E CIA LTDA	0,00	1.261,50	1.261,50	0,00
21102001036	716-1	COAMO AGROINDUSTRIAL - FL 200	0,00	90.602,67	99.816,00	9.213,33
21102001039	720-0	ELETISA EMBALAGENS LTDA	0,00	4.981,83	4.981,83	0,00
21102001042	723-4	TALITA IMPORTACAO E EXP. DE ALIMEN	0,00	22.556,30	22.556,30	0,00
21102001049	736-6	TECSMART SISTEMAS DE PONTO LTDA	0,00	64,00	64,00	0,00
21102001051	738-2	FLEXOESTE ETIQUETAS LTDA	2.004,32	8.154,64	8.154,64	2.004,32
21102001052	739-0	DAXIA DOCE AROMA IND E COMERCIO	0,00	3.897,83	3.897,83	0,00
21102001053	740-4	FAVINCO IND E COM DE EMBALAGENS	0,00	965,79	965,79	0,00
21102001055	742-0	ICAVEL VEICULOS LTDA	0,00	1.843,00	1.843,00	0,00
21102001056	747-1	PROVINA INDUST E COM DE ALIMENTOS	0,00	8.400,00	8.400,00	0,00
21102001058	751-0	TOTALMIX INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	0,00	14.000,00	14.000,00	0,00
21102001059	752-8	IND DE PRODS ALIMS MAVALERIO LTDA	0,00	3.425,47	3.425,47	0,00
21102001061	755-2	COMERCIAL DESTRO LTDA	0,00	4.011,75	4.393,90	382,15
21102001064	760-9	TAPES BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO	0,00	2.908,80	2.908,80	0,00
21102001066	762-5	DALMORO COM EQUIP SEG NO TRAB	0,00	246,50	246,50	0,00
21102001075	772-2	BORTOLOTTO FERRO E ACO LTDA	0,00	1.083,52	1.083,52	0,00
21102001076	773-0	COMERCIAL DE FERRAGENS CRESTANI	0,00	1.262,00	1.262,00	0,00
21102001077	774-9	LIMACAR COM PECAS AUTOMOTIVAS	0,00	300,00	300,00	0,00
21102001078	775-7	CARMINATTI CEREAIS LTDA	0,00	3.080,00	3.080,00	0,00
21102001082	779-0	KONKRETA INDUSTRIAL LTDA	0,00	11.904,00	12.504,00	600,00
21102001083	780-3	MATHEUS LUCATELLI DE SA	0,00	1.640,00	1.640,00	0,00
21102001085	782-0	MARINEUZA K ANGHEBEN E CIA LTDA	0,00	19.300,09	20.091,04	790,95
21102001086	783-8	LOURENCO SUZIN	0,00	230,00	230,00	0,00
21102001087	784-6	MANIVA INDUSTRIA DE ALIMENTOS LTDA	0,00	4.279,00	4.279,00	0,00
21102001088	785-4	SALVADOR COMERCIAL DE MAQ E EQUIP DE REF	0,00	912,02	912,02	0,00
21102001089	786-2	THERMOART FORNOS INDUSTRIAIS E				

CNPJ: 06.881.931/0001-22
Consolidação: Empresa **Grau: 5** **Período: 01/2019 a 12/2019**

Conta	Reduzida	Nome	Saldo Anterior	Débito	Crédito	Saldo Atual
		EQUIPAMEN	0,00	1.048,00	1.048,00	0,00
21102001090	787-0	TALITA INDUSTRIA DE FARINHAS LTDA	0,00	2.100,00	2.100,00	0,00
21102001091	788-9	ZANONI IND E COM MAT PLASTICOS LTDA	0,00	1.125,00	1.125,00	0,00
21102001092	789-7	LIDER EQUIPAMENTOS DE LIMPEZA LTDA - ME	0,00	107,85	107,85	0,00
21102001096	793-5	LAZZARETTI E OCCHI LTDA	0,00	10.080,00	15.735,00	5.655,00
21102001097	794-3	Rcumin Alimentos Ltda	0,00	11.125,00	11.125,00	0,00
21102001098	795-1	Cainco Equipamentos para Panificacao Ltd	0,00	9.648,05	13.472,07	3.824,02
21102001099	796-0	S LAZZARETTI COMERCIO ALIMENTICIO - ME	0,00	7.560,00	10.080,00	2.520,00
21102001100	797-8	REJOVEL PRODUTOS E EQUIPAMENTOS PARA LIM	0,00	588,11	588,11	0,00
21104		FORNECEDORES NACIONAIS DE IMOBILIZADO	0,00	80.295,00	233.048,36	152.753,36
21104002000	235-7	ILUMISOL ENERGIA SOLAR	0,00	65.295,00	120.798,36	55.503,36
21104003000	235-8	HENRIMAQ INDUSTRIA DE MAQUINAS	0,00	0,00	79.000,00	79.000,00
21104004000	235-9	AFJ MAQUINAS INDUSTRIA E COMERCIO	0,00	15.000,00	33.250,00	18.250,00
212		EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	147.454,05	113.611,98	323.458,67	357.300,74
21201		EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS BANCARIOS	110.054,09	101.111,94	318.079,63	327.021,78
21201001007	321-0	SICREDI - CONTRATO B40733533	2.944,08	0,00	0,00	2.944,08
21201001008	321-1	SICREDI - CONTRATO B40733511	5.966,04	0,00	0,00	5.966,04
21201001010	321-3	SICREDI - CONTRATO B60730252	24.863,54	22.950,96	0,00	1.912,58
21201001011	321-4	SICREDI - CONTRATO B70733330	22.095,40	13.257,24	0,00	8.838,16
21201006001	325-6	SICOOB - CONTRATO 228939	1.683,42	1.727,26	43,84	0,00
21201006006	326-1	SICOOB - CONTRATO 526200	0,00	5.073,74	84.094,90	79.021,16
21201007001	328-1	CRESOL - CONTRATO ROTATIVO	24.712,09	24.712,09	0,00	0,00
21201007002	328-2	CRESOL - CONTRATO 0229090	0,00	2.000,00	10.228,38	8.228,38
21201007003	328-3	CRESOL - CONTRATO 230593	0,00	27.962,78	71.691,67	43.728,89
21201007004	328-4	CRESOL - CONTRATO 190803	0,00	2.703,89	83.932,27	81.228,38
21201007005	328-5	CRESOL - CONTRATO 399222	0,00	723,98	46.323,57	45.599,59
21201010009	748-0	VOLKSWAGEN - CONTRATO 508838	23.929,84	0,00	0,00	23.929,84
21201011003	748-1	VOLKSWAGEN - CONTRATO 509959	3.859,68	0,00	0,00	3.859,68
21201013000	755-0	AYMORE - CONTRATO 20029446054	0,00	0,00	21.765,00	21.765,00
21202		EMPRESTIMOS DE PESSOAS LIGADAS	37.399,96	12.500,04	5.379,04	30.278,96
21202003000	330-2	DJENES LOLI	37.399,96	12.500,04	5.379,04	30.278,96
213		OBRIGACOES TRABALHISTAS	10.937,04	239.138,46	242.676,43	14.475,01
21301		FOLHA DE PAGAMENTO EMPREGADOS	7.406,05	174.179,04	177.004,38	10.231,39
21301001000	335-2	SALARIOS A PAGAR	7.406,05	159.304,84	162.130,18	10.231,39
21301003000	337-9	RESCISOES A PAGAR	0,00	14.874,20	14.874,20	0,00
21303		FOLHA DE PAGAMENTO DIRIGENTES	0,00	28.377,32	28.377,32	0,00
21303001000	342-5	PRO-LABORE A PAGAR	0,00	28.377,32	28.377,32	0,00
21304		ENCARGOS SOCIAIS	3.530,99	36.582,10	37.294,73	4.243,62
21304001000	344-1	INSS A RECOLHER	2.020,17	20.784,88	20.499,82	1.735,11
21304003000	346-8	FGTS A PAGAR	1.510,82	15.592,92	16.218,49	2.136,39
21304004000	347-6	CONTRIBUICAO SINDICAL A RECOLHER	0,00	204,30	576,42	372,12
		OBRIGACOES TRIBUTARIAS	6.274,16	99.482,57	98.574,36	5.365,95
21401		IMPOSTOS RETIDOS	476,76	1.430,28	953,52	0,00
21401001000	350-6	IRF A RECOLHER (PESSOA FISICA)	476,76	1.430,28	953,52	0,00
21403		IMPOSTOS E CONTRIBUICOES SOBRE RECEITAS	5.797,40	98.052,29	97.620,84	5.365,95
21403001000	359-1	ICMS ST A PAGAR	0,00	17.659,32	17.659,32	0,00
21403003000	361-1	SIMPLES NACIONAL A PAGAR	5.797,40	80.392,97	79.961,52	5.365,95
215		CONTAS A PAGAR	0,00	5.860,72	5.860,72	0,00
21501		CONTAS DE CONSUMO A PAGAR	0,00	235,92	235,92	0,00
21501004000	369-7	TELEFONE A PAGAR	0,00	235,92	235,92	0,00
21502		DEMAIS CONTAS A PAGAR	0,00	5.624,80	5.624,80	0,00
21502006000	376-2	FRETES E CARRETOS A PAGAR	0,00	276,80	276,80	0,00
21502007000	376-3	CONSULTORIA A PAGAR	0,00	5.348,00	5.348,00	0,00
22		PASSIVO NAO CIRCULANTE	129.166,82	71.151,00	86.722,79	144.738,61
221		EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	129.166,82	71.151,00	86.722,79	144.738,61
22101		EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS BANCARIOS	129.166,82	71.151,00	86.722,79	144.738,61
22101001000	749-8	VOLKSWAGEN - CONTRATO 508838	73.964,88	18.782,88	5.730,24	60.912,24
22101001100	749-9	VOLKSWAGEN - CONTRATO 509959	12.280,64	3.046,65	941,37	10.175,36
22101008001	708-0	SICREDI - CONTRATO B40733511	28.639,53	7.418,12	7.365,80	28.587,21
22101009000	709-9	SICREDI - CONTRATO B40733533	14.281,77	3.692,56	3.640,84	14.230,05
22101010000	755-1	AYMORE - CONTRATO 20029446054	0,00	38.210,79	69.044,54	30.833,75
23		PATRIMONIO LIQUIDO	273.393,15	0,00	148.106,28	421.499,43
231		CAPITAL	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00
23101		CAPITAL SOCIAL	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00
23101001000	394-8	CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00
232		RESERVAS	263.393,15	0,00	148.106,28	411.499,43
23203		RESERVAS DE LUCRO	263.393,15	0,00	148.106,28	411.499,43

Conta	Reduzida	Nome	Saldo Anterior	Débito	Crédito	Saldo Atual
23203001000	402-2	RESERVAS DE LUCRO	263.393,15	0,00	148.106,28	411.499,43
3		RECEITAS	0,00	1.229.413,32	1.229.413,32	0,00
31		RECEITAS OPERACIONAIS	0,00	1.229.413,32	1.229.413,32	0,00
311		RECEITAS BRUTA COM VENDAS	0,00	1.110.868,57	1.110.868,57	0,00
31101		RECEITAS COM VENDAS NO PAIS	0,00	1.110.868,57	1.110.868,57	0,00
31101001000	411-1	VENDA FABRICACAO PROPRIA	0,00	1.101.761,02	1.101.761,02	0,00
31101003000	413-8	VENDA DE SERVICOS	0,00	9.107,55	9.107,55	0,00
312		DEDUCOES DAS RECEITAS COM VENDAS	0,00	101.511,36	101.511,36	0,00
31201		DEVOLUCOES E DESCONTOS E ABATIMENTOS	0,00	1.241,84	1.241,84	0,00
31201001000	422-7	DEVOLUCOES DE VENDAS	0,00	1.241,84	1.241,84	0,00
31202		TRIBUTOS E CONTRIBUICOES S/VENDAS	0,00	100.269,52	100.269,52	0,00
31202001000	425-1	ICMS ST S/VENDAS - PR	0,00	20.308,00	20.308,00	0,00
31202002000	426-1	SIMPLES NACIONAL	0,00	79.961,52	79.961,52	0,00
313		RECEITAS FINANCEIRAS	0,00	560,37	560,37	0,00
31302		GANHOS COM APLICACAO FINANCEIRA	0,00	560,37	560,37	0,00
31302003000	436-7	APLICACAO RENDA VARIAVEL	0,00	560,37	560,37	0,00
314		RECEITAS COM PARTICIPACAO SOCIETARIA	0,00	15.444,31	15.444,31	0,00
[illegible]01		DIVIDENDOS E LUCROS DISTRIBUIDOS	0,00	15.444,31	15.444,31	0,00
[illegible]401001000	444-8	DIVIDENDOS DISTRIBUIDOS	0,00	15.000,80	15.000,80	0,00
31401002000	445-6	LUCROS DISTRIBUIDOS	0,00	443,51	443,51	0,00
315		OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	0,00	1.028,71	1.028,71	0,00
31501		RECEITAS EVENTUAIS	0,00	1.028,71	1.028,71	0,00
31501001000	673-4	BONIFICACOES	0,00	1.028,71	1.028,71	0,00
4		CUSTOS E DESPESAS	0,00	2.012.155,50	2.012.155,50	0,00
41		CUSTOS	0,00	772.072,28	772.072,28	0,00
412		CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS	0,00	772.072,28	772.072,28	0,00
41203		CUSTO DAS MATERIAS-PRIMAS	0,00	453.998,20	453.998,20	0,00
41203001000	491-1	CUSTO DAS MATERIAS-PRIMAS	0,00	453.998,20	453.998,20	0,00
41204		CUSTO DA MAO-DE-OBRA DIRETA	0,00	236.021,04	236.021,04	0,00
41204001000	493-6	SALARIOS	0,00	184.286,69	184.286,69	0,00
41204004000	496-0	FERIAS	0,00	16.337,83	16.337,83	0,00
41204005000	497-9	13° SALARIO	0,00	17.107,74	17.107,74	0,00
41204009000	501-0	FGTS	0,00	16.218,49	16.218,49	0,00
41204009001	501-1	FGTS - GRRF	0,00	2.070,29	2.070,29	0,00
41205		GASTOS GERAIS DE FABRICACAO	0,00	82.053,04	82.053,04	0,00
41205001000	503-7	PRO-LABORE	0,00	32.956,00	32.956,00	0,00
41205013000	515-0	ENERGIA ELETRICA	0,00	5.004,27	5.004,27	0,00
41205015000	517-7	MATERIAL DE ESCRITORIO	0,00	6.840,96	6.840,96	0,00
41205016000	518-5	BONIFICACAO	0,00	2.520,32	2.520,32	0,00
41205018000	520-7	MATERIAL DE LIMPEZA	0,00	2.227,91	2.227,91	0,00
41205019000	521-5	SEGUROS	0,00	1.976,80	1.976,80	0,00
[illegible]205023000	525-8	ASSISTENCIA MEDICA	0,00	50,00	50,00	0,00
[illegible]5024000	526-6	COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES	0,00	1.489,00	1.489,00	0,00
41205038000	677-7	MATERIAL DE USO/CONSUMO	0,00	26.679,88	26.679,88	0,00
41205039000	678-5	FRETES E CARRETOS	0,00	829,08	829,08	0,00
41205044000	539-3	PONTO ELETRONICO	0,00	532,82	532,82	0,00
41205045001	539-4	TAXA ALVARA DE FUNCIONAMENTO	0,00	446,00	446,00	0,00
41205080000	539-6	VIGILANCIA/MONITORAMENTO	0,00	500,00	500,00	0,00
42		DESPESAS	0,00	112.181,26	112.181,26	0,00
421		DESPESAS OPERACIONAIS - COMERCIAIS	0,00	5.280,79	5.280,79	0,00
42103		DESPESAS GERAIS COMERCIAIS	0,00	5.280,79	5.280,79	0,00
42103010000	568-1	SEGUROS	0,00	1.966,79	1.966,79	0,00
42103035000	589-6	CONSERTO/MANUTENCAO DE VEICULOS	0,00	1.674,00	1.674,00	0,00
42103036000	589-7	PNEUS E CAMARAS	0,00	1.640,00	1.640,00	0,00
422		DESPESAS OPERACIONAIS - ADMINISTRATIVAS	0,00	23.421,94	23.421,94	0,00
42203		DESPESAS GERAIS ADMINISTRATIVAS	0,00	23.421,94	23.421,94	0,00
42203013000	615-7	ASSOCIACAO DE CLASSE	0,00	977,00	977,00	0,00
42203021000	623-8	TELEFONE	0,00	1.034,62	1.034,62	0,00
42203029000	631-9	DESPESAS BANCARIAS	0,00	8.141,13	8.141,13	0,00
42203030000	692-1	CONSULTORIA	0,00	11.492,00	11.492,00	0,00
42203031000	692-2	SISTEMA/INFORMATICA	0,00	1.537,19	1.537,19	0,00
42203032000	692-3	CERTIFICADO DIGITAL	0,00	240,00	240,00	0,00
423		DESPESAS OPERACIONAIS FINANCEIRAS	0,00	52.674,60	52.674,60	0,00
42302		JUROS, DESCONTOS E ENCARGOS	0,00	52.674,60	52.674,60	0,00
42302001000	637-8	JUROS PASSIVOS	0,00	4,32	4,32	0,00
42302001001	672-0	JUROS BANCARIOS	0,00	31.907,03	31.907,03	0,00
42302001002	638-0	ENCARGOS FINANCEIROS	0,00	20.763,25	20.763,25	0,00
424		DESPESAS OPERACIONAIS - TRIBUTARIAS	0,00	30.803,93	30.803,93	0,00
42401		IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUICOES	0,00	30.462,92	30.462,92	0,00

CNPJ: 06.881.931/0001-22
Consolidação: Empresa **Grau: 5** **Período: 01/2019 a 12/2019**

Conta	Reduzida	Nome	Saldo Anterior	Débito	Crédito	Saldo Atual
42401001000	641-6	IOF	0,00	11.369,81	11.369,81	0,00
42401004000	644-0	IPVA	0,00	2.077,42	2.077,42	0,00
42401006000	646-0	ICMS - DIFERENCIAL DE ALIQUOTAS	0,00	12.218,49	12.218,49	0,00
42401006002	646-2	ICMS - SUBSTITUICAO TRIBUTARIA	0,00	4.797,20	4.797,20	0,00
42402		MULTAS	0,00	341,01	341,01	0,00
42402004000	649-2	MULTAS DE TRANSITO	0,00	341,01	341,01	0,00
43		CONTAS DE FECHAMENTO DE BALANCO	0,00	1.127.901,96	1.127.901,96	0,00
432		RESULTADO LIQUIDO DO EXERCICIO	0,00	1.127.901,96	1.127.901,96	0,00
43201		RESULTADO LIQUIDO DO EXERCICIO	0,00	1.127.901,96	1.127.901,96	0,00
43201001000	670-1	RESULTADO LIQUIDO DO EXERCICIO	0,00	1.127.901,96	1.127.901,96	0,00
		TOTAL GERAL	0,00	12.548.677,95	12.548.677,95	0,00

DJENES LOLI
SOCIO ADMINISTRADOR
CPF 037.968.949-92

NADIR SAGGIN
TEC EM CONTABILIDADE
CRC PR-013.407/O-6

CNPJ: 06.881.931/0001-22
Consolidação: Empresa **Grau: 5** **Período: 01/2019 a 12/2019**

RECEITA OPERACIONAL BRUTA	**1.127.901,96**
RECEITAS BRUTA COM VENDAS	1.110.868,57
RECEITAS COM VENDAS NO PAIS	1.110.868,57
VENDA FABRICACAO PROPRIA	1.101.761,02
VENDA DE SERVICOS	9.107,55
RECEITAS FINANCEIRAS	560,37
GANHOS COM APLICACAO FINANCEIRA	560,37
APLICACAO RENDA VARIAVEL	560,37
RECEITAS COM PARTICIPACAO SOCIETARIA	15.444,31
DIVIDENDOS E LUCROS DISTRIBUIDOS	15.444,31
DIVIDENDOS DISTRIBUIDOS	15.000,80
LUCROS DISTRIBUIDOS	443,51
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	1.028,71
RECEITAS EVENTUAIS	1.028,71
BONIFICACOES	1.028,71
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	**101.511,36**
DEDUCOES DAS RECEITAS COM VENDAS	101.511,36
DEVOLUCOES E DESCONTOS E ABATIMENTOS	1.241,84
DEVOLUCOES DE VENDAS	1.241,84
TRIBUTOS E CONTRIBUICOES S/VENDAS	100.269,52
ICMS ST S/VENDAS - PR	20.308,00
SIMPLES NACIONAL	79.961,52
RECEITA LÍQUIDA	**1.026.390,60**
CUSTOS	**766.142,36**
CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS	766.142,36
CUSTO DAS MATERIAS-PRIMAS	453.998,20
CUSTO DAS MATERIAS-PRIMAS	453.998,20
CUSTO DA MAO-DE-OBRA DIRETA	230.091,12
SALARIOS	178.356,77
FERIAS	16.337,83
13° SALARIO	17.107,74
FGTS	16.218,49
FGTS - GRRF	2.070,29
GASTOS GERAIS DE FABRICACAO	82.053,04
PRO-LABORE	32.956,00
ENERGIA ELETRICA	5.004,27
MATERIAL DE ESCRITORIO	6.840,96
BONIFICACAO	2.520,32
MATERIAL DE LIMPEZA	2.227,91
SEGUROS	1.976,80
ASSISTENCIA MEDICA	50,00
COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES	1.489,00
MATERIAL DE USO/CONSUMO	26.679,88
FRETES E CARRETOS	829,08
PONTO ELETRONICO	532,82
TAXA ALVARA DE FUNCIONAMENTO	446,00
VIGILANCIA/MONITORAMENTO	500,00
LUCRO BRUTO	**260.248,24**
DESPESAS OPERACIONAIS	**112.141,96**
DESPESAS OPERACIONAIS	**112.141,96**
DESPESAS OPERACIONAIS - COMERCIAIS	5.241,49
DESPESAS GERAIS COMERCIAIS	5.241,49
SEGUROS	1.927,49
CONSERTO/MANUTENCAO DE VEICULOS	1.674,00
PNEUS E CAMARAS	1.640,00
DESPESAS OPERACIONAIS - ADMINISTRATIVAS	23.421,94
DESPESAS GERAIS ADMINISTRATIVAS	23.421,94
ASSOCIACAO DE CLASSE	977,00
TELEFONE	1.034,62
DESPESAS BANCARIAS	8.141,13
CONSULTORIA	11.492,00
SISTEMA/INFORMATICA	1.537,19
CERTIFICADO DIGITAL	240,00
DESPESAS OPERACIONAIS FINANCEIRAS	52.674,60
JUROS, DESCONTOS E ENCARGOS	52.674,60
JUROS PASSIVOS	4,32

CNPJ: 06.881.931/0001-22
Consolidação: Empresa **Grau: 5** **Período: 01/2019 a 12/2019**

JUROS BANCARIOS	31.907,03
ENCARGOS FINANCEIROS	20.763,25
DESPESAS OPERACIONAIS - TRIBUTARIAS	30.803,93
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUICOES	30.462,92
IOF	11.369,81
IPVA	2.077,42
ICMS - DIFERENCIAL DE ALIQUOTAS	12.218,49
ICMS - SUBSTITUICAO TRIBUTARIA	4.797,20
MULTAS	341,01
MULTAS DE TRANSITO	341,01
RESULTADO ANTES DAS OPERAÇÕES FINANCEIRAS	**148.106,28**
RESULTADO ANTES DAS PROVISÕES TRIBUTÁRIAS	**148.106,28**
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**148.106,28**

DJENES LOLI
SOCIO ADMINISTRADOR
CPF 037.968.949-9[illegible]

NADIR SAGGIN
TEC EM CONTABILIDADE
CRC PR-013.407/O-6

CNPJ: 06.881.931/0001-22
NIRE nº 41205283636 de 26/07/2004
Consolidação: Empresa — **Grau: 5** — **Encerrado em: 31/12/2018**

ATIVO		**570.387,62**
ATIVO CIRCULANTE		**96.236,43**
DISPONIBILIDADES		41.451,16
CAIXA		32.441,55
CAIXA GERAL		32.441,55
BANCOS - CONTAS CORRENTES		8.209,61
SICOOB - CC 7.414-6		3.739,63
SICREDI - CC 19.922-2		4.415,98
CRESOL - CC 6.549-8		54,00
APLICACOES DE LIQUIDEZ IMEDIATA		800,00
CRESOL - CAPITALIZACAO		800,00
DIREITOS REALIZAVEIS A CURTO PRAZO		54.785,27
ADIANTAMENTOS		9.064,67
ADIANTAMENTOS DE FERIAS		3.458,07
SICOOB - CONSORCIO		5.606,60
TRIBUTOS E CONTRIB A COMPENSAR/RECUPERAR		76,10
INSS A COMPENSAR - SALARIO FAMILIA		76,10
ESTOQUES		45.644,50
MATERIA-PRIMA		45.644,50
ATIVO NAO CIRCULANTE		**474.151,19**
REALIZAVEL A LONGO PRAZO		13.060,00
INVESTIMENTOS E APLICACOES		13.060,00
SICOOB - COTAS DE CAPITAL		500,00
CRESOL - COTAS DE CAPITAL		5.050,00
SICREDI - COTAS DE CAPITAL		7.510,00
IMOBILIZADO		461.091,19
BENS E DIREITOS EM USO		461.091,19
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS		243.711,19
MOVEIS E UTENSILIOS		14.500,00
VEICULOS		202.880,00
TOTAL DO ATIVO	570.387,62	
PASSIVO		**570.387,62**
PASSIVO CIRCULANTE		**167.827,65**
FORNECEDORES		3.162,40
FORNECEDORES DE MATERIA PRIMA		3.162,40
RDZ ALIMENTOS LTDA		275,67
REGAPLAST INDUSTRIA PLASTICA LTDA		882,41
FLEXOESTE ETIQUETAS LTDA		2.004,32
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS		147.454,05
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS BANCARIOS		110.054,09
SICREDI - CONTRATO B40733533		2.944,08
SICREDI - CONTRATO B40733511		5.966,04
SICREDI - CONTRATO B60730252		24.863,54
SICREDI - CONTRATO B70733330		22.095,40
SICOOB - CONTRATO 228939		1.683,42
CRESOL - CONTRATO ROTATIVO		24.712,09
VOLKSWAGEN - CONTRATO 508838		23.929,84
VOLKSWAGEN - CONTRATO 509959		3.859,68
EMPRESTIMOS DE PESSOAS LIGADAS		37.399,96
DJENES LOLI		37.399,96
OBRIGACOES TRABALHISTAS		10.937,04
FOLHA DE PAGAMENTO EMPREGADOS		7.406,05
SALARIOS A PAGAR		7.406,05
ENCARGOS SOCIAIS		3.530,99

CNPJ: 06.881.931/0001-22
NIRE nº 41205283636 de 26/07/2004
Consolidação: Empresa **Grau: 5** **Encerrado em: 31/12/2018**

INSS A RECOLHER		2.020,17
FGTS A PAGAR		1.510,82
OBRIGACOES TRIBUTARIAS		6.274,16
IMPOSTOS RETIDOS		476,76
IRF A RECOLHER (PESSOA FISICA)		476,76
IMPOSTOS E CONTRIBUICOES SOBRE RECEITAS		5.797,40
SIMPLES NACIONAL A PAGAR		5.797,40
PASSIVO NAO CIRCULANTE		**129.166,82**
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS		129.166,82
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS BANCARIOS		129.166,82
VOLKSWAGEN - CONTRATO 508838		73.964,88
VOLKSWAGEN - CONTRATO 509959		12.280,64
SICREDI - CONTRATO B40733511		28.639,53
SICREDI - CONTRATO B40733533		14.281,77
PATRIMONIO LIQUIDO		**273.393,15**
CAPITAL		10.000,00
CAPITAL SOCIAL		10.000,00
CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO		10.000,00
RESERVAS		263.393,15
RESERVAS DE LUCRO		263.393,15
RESERVAS DE LUCRO		263.393,15
TOTAL DO PASSIVO	570.387,62	

Reconhecemos a exatidão do presente Balanço Patrimonial com base nas informações e na documentação apresentada, encerrado em 31/12/2018, somando tanto no Ativo como no Passivo, a importância de R$ 570.387,62 (quinhentos e setenta mil, trezentos e oitenta e sete reais e sessenta e dois centavos).

DJENES LOLI
SOCIO ADMINISTRADOR
CPF 037.968.949-92

NADIR SAGGIN
TEC EM CONTABILIDADE
CRC PR-013.407/O-6

CNPJ: 06.881.931/0001-22
Consolidação: Empresa **Grau: 5** **Período: 01/2018 a 12/2018**

Conta	Reduzida	Nome	Saldo Anterior	Débito	Crédito	Saldo Atual
1		ATIVO	311.997,13	6.432.034,21	6.173.643,72	570.387,62
11		ATIVO CIRCULANTE	43.605,94	6.226.274,21	6.173.643,72	96.236,43
111		DISPONIBILIDADES	8.478,34	5.846.897,26	5.813.924,44	41.451,16
11101		CAIXA	8.478,34	3.326.330,67	3.302.367,46	32.441,55
11101001000	5-1	CAIXA GERAL	8.478,34	3.326.330,67	3.302.367,46	32.441,55
11102		BANCOS - CONTAS CORRENTES	0,00	2.519.656,44	2.511.446,83	8.209,61
11102006000	12-4	SICOOB - CC 7.414-6	0,00	1.495.229,66	1.491.490,03	3.739,63
11102007000	13-2	SICREDI - CC 19.922-2	0,00	863.834,63	859.418,65	4.415,98
11102009000	11-0	CRESOL - CC 6.549-8	0,00	160.592,15	160.538,15	54,00
11103		APLICACOES DE LIQUIDEZ IMEDIATA	0,00	910,15	110,15	800,00
11103006000	21-3	SICOOB - RDC	0,00	110,15	110,15	0,00
11103009000	25-0	CRESOL - CAPITALIZACAO	0,00	800,00	0,00	800,00
112		DIREITOS REALIZAVEIS A CURTO PRAZO	35.127,60	379.376,95	359.719,28	54.785,27
11207		ADIANTAMENTOS	0,00	25.861,55	16.796,88	9.064,67
11207002000	41-8	ADIANTAMENTOS DE FERIAS	0,00	15.868,97	12.410,90	3.458,07
11207003000	42-6	ADIANTAMENTOS DE 13° SALARIO	0,00	4.385,98	4.385,98	0,00
11207007000	45-1	SICOOB - CONSORCIO	0,00	5.606,60	0,00	5.606,60
11208		TRIBUTOS E CONTRIB A COMPENSAR/RECUPERAR	0,00	414,32	338,22	76,10
11208007001	53-2	INSS A COMPENSAR - SALARIO FAMILIA	0,00	414,32	338,22	76,10
10		ESTOQUES	35.127,60	353.101,08	342.584,18	45.644,50
11210002000	59-0	MATERIA-PRIMA	35.127,60	353.101,08	342.584,18	45.644,50
12		ATIVO NAO CIRCULANTE	268.391,19	205.760,00	0,00	474.151,19
121		REALIZAVEL A LONGO PRAZO	300,00	12.760,00	0,00	13.060,00
12101		INVESTIMENTOS E APLICACOES	300,00	12.760,00	0,00	13.060,00
12101002000	745-5	SICOOB - COTAS DE CAPITAL	300,00	200,00	0,00	500,00
12101003000	745-6	CRESOL - COTAS DE CAPITAL	0,00	5.050,00	0,00	5.050,00
12101004000	758-7	SICREDI - COTAS DE CAPITAL	0,00	7.510,00	0,00	7.510,00
123		IMOBILIZADO	268.091,19	193.000,00	0,00	461.091,19
12301		BENS E DIREITOS EM USO	268.091,19	193.000,00	0,00	461.091,19
12301001000	106-6	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	238.211,19	5.500,00	0,00	243.711,19
12301002000	107-4	MOVEIS E UTENSILIOS	0,00	14.500,00	0,00	14.500,00
12301005000	110-4	VEICULOS	29.880,00	173.000,00	0,00	202.880,00
2		PASSIVO	311.997,13	938.748,13	1.197.138,62	570.387,62
21		PASSIVO CIRCULANTE	151.212,57	880.755,91	897.370,99	167.827,65
211		FORNECEDORES	19.494,71	396.667,20	380.334,89	3.162,40
21102		FORNECEDORES DE MATERIA PRIMA	19.494,71	396.667,20	380.334,89	3.162,40
21102001005	680-7	ESDEL COM DE PROD ALIMENTICIOS	718,80	3.231,42	2.512,62	0,00
21102001006	681-5	AVICOLA CARMINATTI LTDA	1.790,00	42.488,00	40.698,00	0,00
21102001007	682-3	RDZ ALIMENTOS LTDA	114,44	11.100,83	11.262,06	275,67
21102001008	683-1	KI TAL ALIMENTOS LTDA ME	415,20	415,20	0,00	0,00
21102001014	689-0	COAMO AGROINDUSTRIAL - FL 70	0,00	30.619,00	30.619,00	0,00
21102001017	692-0	REGAPLAST INDUSTRIA PLASTICA LTDA	0,00	25.080,43	25.962,84	882,41
21102001018	693-9	AMAFIL IND E COM DE ALIMENTOS	1.992,50	34.922,50	32.930,00	0,00
21102001021	696-3	USINA ALTO ALEGRE SA	35,00	57.780,00	57.745,00	0,00
02001022	697-1	AGROSUL INDUSTRIA DE ALIMENTOS	3.500,00	18.933,00	15.433,00	0,00
02001030	710-2	INFASA INDUSTRIA DE FARINHAS S.A	1.650,00	7.774,55	6.124,55	0,00
21102001034	714-5	M N WEBER E CIA LTDA	0,00	1.134,34	1.134,34	0,00
21102001036	716-1	COAMO AGROINDUSTRIAL - FL 200	185,00	70.710,00	70.525,00	0,00
21102001038	718-8	IND DE PROD ALIMENTICIOS MAVALE RIO	0,00	1.966,56	1.966,56	0,00
21102001039	720-0	ELETISA EMBALAGENS LTDA	3.508,77	5.655,78	2.147,01	0,00
21102001050	737-4	MATERIAIS DE CONSTRUCAO ROGERI	282,00	282,00	0,00	0,00
21102001051	738-2	FLEXOESTE ETIQUETAS LTDA	5.303,00	31.314,36	28.015,68	2.004,32
21102001052	739-0	DAXIA DOCE AROMA IND E COMERCIO	0,00	13.894,66	13.894,66	0,00
21102001053	740-4	FAVINCO IND E COM DE EMBALAGENS	0,00	4.874,37	4.874,37	0,00
21102001056	747-1	PROVINA INDUST E COM DE ALIMENTOS	0,00	12.840,00	12.840,00	0,00
21102001057	750-1	KONKRETA SERVICOS E COMERCIO	0,00	302,00	302,00	0,00
21102001059	752-8	IND DE PRODS ALIMS MAVALERIO LTDA	0,00	2.764,98	2.764,98	0,00
21102001060	753-6	CAW - MINER E BRITAGEM DE PEDRA	0,00	568,15	568,15	0,00
21102001061	755-2	COMERCIAL DESTRO LTDA	0,00	1.382,91	1.382,91	0,00
21102001063	757-9	ZERO GRAU IND E COM LTDA	0,00	14.500,00	14.500,00	0,00
21102001064	760-9	TAPES BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO	0,00	742,44	742,44	0,00
21102001066	762-5	DALMORO COM EQUIP SEG NO TRAB	0,00	1.009,72	1.009,72	0,00
21102001067	763-3	FUNDICAO LIDER LTDA - ME	0,00	380,00	380,00	0,00
212		EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	124.211,68	267.715,62	290.957,99	147.454,05
21201		EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS BANCARIOS	124.211,68	235.115,58	220.957,99	110.054,09
21201001000	320-3	SICREDI - CONTA CORRENTE	82,42	82,42	0,00	0,00
21201001005	320-8	SICREDI - CONTRATO B30735004	1.390,61	1.390,61	0,00	0,00
21201001006	320-9	SICREDI - CONTRATO B30734141	302,96	302,96	0,00	0,00
21201001007	321-0	SICREDI - CONTRATO B40733533	0,00	0,00	2.944,08	2.944,08
21201001008	321-1	SICREDI - CONTRATO B40733511	0,00	0,00	5.966,04	5.966,04
21201001010	321-3	SICREDI - CONTRATO B60730252	17.616,16	22.827,84	30.075,22	24.863,54
21201001011	321-4	SICREDI - CONTRATO B70733330	0,00	18.781,09	40.876,49	22.095,40
21201006000	325-5	SICOOB - CONTA CORRENTE	5.738,69	5.738,69	0,00	0,00
21201006001	325-6	SICOOB - CONTRATO 228939	4.080,84	7.900,00	5.502,58	1.683,42
21201006002	325-7	SICOOB - CONTRATO 074146	75.000,00	75.000,00	0,00	0,00
21201006004	325-9	SICOOB - CONTRATO 190339	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00
21201007001	328-1	CRESOL - CONTRATO ROTATIVO	0,00	83.091,97	107.804,06	24.712,09

Conta	Reduzida	Nome	Saldo Anterior	Débito	Crédito	Saldo Atual
21201010009	748-0	VOLKSWAGEN - CONTRATO 508838	0,00	0,00	23.929,84	23.929,84
21201011003	748-1	VOLKSWAGEN - CONTRATO 509959	0,00	0,00	3.859,68	3.859,68
21202		EMPRESTIMOS DE PESSOAS LIGADAS	0,00	32.600,04	70.000,00	37.399,96
21202002000	330-1	SOCIOS	0,00	20.000,00	20.000,00	0,00
21202003000	330-2	DJENES LOLI	0,00	12.600,04	50.000,00	37.399,96
213		OBRIGACOES TRABALHISTAS	1.424,19	159.633,43	169.146,28	10.937,04
21301		FOLHA DE PAGAMENTO EMPREGADOS	0,00	104.445,47	111.851,52	7.406,05
21301001000	335-2	SALARIOS A PAGAR	0,00	95.403,25	102.809,30	7.406,05
21301003000	337-9	RESCISOES A PAGAR	0,00	9.042,22	9.042,22	0,00
21303		FOLHA DE PAGAMENTO DIRIGENTES	0,00	31.084,98	31.084,98	0,00
21303001000	342-5	PRO-LABORE A PAGAR	0,00	31.084,98	31.084,98	0,00
21304		ENCARGOS SOCIAIS	1.424,19	24.102,98	26.209,78	3.530,99
21304001000	344-1	INSS A RECOLHER	716,51	14.058,53	15.362,19	2.020,17
21304003000	346-8	FGTS A PAGAR	707,68	10.001,11	10.804,25	1.510,82
21304004000	347-6	CONTRIBUICAO SINDICAL A RECOLHER	0,00	43,34	43,34	0,00
214		OBRIGACOES TRIBUTARIAS	6.081,99	56.739,66	56.931,83	6.274,16
21401		IMPOSTOS RETIDOS	0,00	953,52	1.430,28	476,76
21401001000	350-6	IRF A RECOLHER (PESSOA FISICA)	0,00	953,52	1.430,28	476,76
21403		IMPOSTOS E CONTRIBUICOES SOBRE RECEITAS	3.564,87	53.269,02	55.501,55	5.797,40
21403001000	359-1	ICMS ST A PAGAR	1.235,38	1.235,38	0,00	0,00
21403003000	361-1	SIMPLES NACIONAL A PAGAR	2.329,49	52.033,64	55.501,55	5.797,40
21404		PARCELAMENTO DE DEBITOS TRIBUTOS FEDERAIS	2.517,12	2.517,12	0,00	0,00
21404001000	672-6	PARCELAMENTO SIMPLES NACIONAL	2.517,12	2.517,12	0,00	0,00
22		PASSIVO NAO CIRCULANTE	56.696,20	57.992,22	130.462,84	129.166,82
221		EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	56.696,20	57.992,22	130.462,84	129.166,82
22101		EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS BANCARIOS	56.696,20	57.992,22	130.462,84	129.166,82
22101001000	749-8	VOLKSWAGEN - CONTRATO 508838	0,00	34.083,92	108.048,80	73.964,88
22101001100	749-9	VOLKSWAGEN - CONTRATO 509959	0,00	4.743,59	17.024,23	12.280,64
22101008001	708-0	SICREDI - CONTRATO B40733511	39.871,49	13.026,68	1.794,72	28.639,53
22101009000	709-9	SICREDI - CONTRATO B40733533	16.824,71	6.138,03	3.595,09	14.281,77
23		PATRIMONIO LIQUIDO	104.088,36	0,00	169.304,79	273.393,15
231		CAPITAL	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00
23101		CAPITAL SOCIAL	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00
23101001000	394-8	CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00
232		RESERVAS	94.088,36	0,00	169.304,79	263.393,15
23203		RESERVAS DE LUCRO	94.088,36	0,00	169.304,79	263.393,15
23203001000	402-2	RESERVAS DE LUCRO	94.088,36	0,00	169.304,79	263.393,15
3		RECEITAS	0,00	1.020.666,18	1.020.666,18	0,00
31		RECEITAS OPERACIONAIS	0,00	1.020.666,18	1.020.666,18	0,00
311		RECEITAS BRUTA COM VENDAS	0,00	938.504,41	938.504,41	0,00
31101		RECEITAS COM VENDAS NO PAIS	0,00	938.504,41	938.504,41	0,00
31101001000	411-1	VENDA FABRICACAO PROPRIA	0,00	902.396,89	902.396,89	0,00
31101003000	413-8	VENDA DE SERVICOS	0,00	36.107,52	36.107,52	0,00
312		DEDUCOES DAS RECEITAS COM VENDAS	0,00	78.111,95	78.111,95	0,00
31201		DEVOLUCOES E DESCONTOS E ABATIMENTOS	0,00	8.155,89	8.155,89	0,00
31201001000	422-7	DEVOLUCOES DE VENDAS	0,00	8.155,89	8.155,89	0,00
31202		TRIBUTOS E CONTRIBUICOES S/VENDAS	0,00	69.956,06	69.956,06	0,00
31202001000	425-1	ICMS ST S/VENDAS - PR	0,00	14.026,34	14.026,34	0,00
31202002000	426-1	SIMPLES NACIONAL	0,00	55.929,72	55.929,72	0,00
313		RECEITAS FINANCEIRAS	0,00	1.305,05	1.305,05	0,00
31303		JUROS E DESCONTOS OBTIDOS	0,00	1.305,05	1.305,05	0,00
31303002000	441-3	DESCONTOS OBTIDOS	0,00	1.305,05	1.305,05	0,00
315		OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	0,00	2.744,77	2.744,77	0,00
31501		RECEITAS EVENTUAIS	0,00	2.744,77	2.744,77	0,00
31501001000	673-4	BONIFICACOES	0,00	2.744,77	2.744,77	0,00
4		CUSTOS E DESPESAS	0,00	1.641.288,93	1.641.288,93	0,00
41		CUSTOS	0,00	602.111,22	602.111,22	0,00
412		CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS	0,00	602.111,22	602.111,22	0,00
41203		CUSTO DAS MATERIAS-PRIMAS	0,00	339.956,80	339.956,80	0,00
41203001000	491-1	CUSTO DAS MATERIAS-PRIMAS	0,00	339.956,80	339.956,80	0,00
41204		CUSTO DA MAO-DE-OBRA DIRETA	0,00	165.151,51	165.151,51	0,00
41204001000	493-6	SALARIOS	0,00	119.829,90	119.829,90	0,00
41204004000	496-0	FERIAS	0,00	15.970,65	15.970,65	0,00
41204005000	497-9	13° SALARIO	0,00	11.298,16	11.298,16	0,00
41204006000	498-7	INDENIZACOES TRABALHISTAS	0,00	4.082,51	4.082,51	0,00
41204009000	501-0	FGTS	0,00	10.804,25	10.804,25	0,00

CNPJ: 06.881.931/0001-22
Consolidação: Empresa **Grau: 5** **Período: 01/2018 a 12/2018**

Conta	Reduzida	Nome	Saldo Anterior	Débito	Crédito	Saldo Atual
41204009001	501-1	FGTS - GRRF	0,00	3.166,04	3.166,04	0,00
41205		GASTOS GERAIS DE FABRICACAO	0,00	97.002,91	97.002,91	0,00
41205001000	503-7	PRO-LABORE	0,00	36.534,00	36.534,00	0,00
41205013000	515-0	ENERGIA ELETRICA	0,00	14.365,04	14.365,04	0,00
41205016000	518-5	BONIFICACAO	0,00	2.627,38	2.627,38	0,00
41205018000	520-7	MATERIAL DE LIMPEZA	0,00	1.701,14	1.701,14	0,00
41205019000	521-5	SEGUROS	0,00	1.151,89	1.151,89	0,00
41205021000	523-1	MANUTENCAO E CONSERVACAO	0,00	966,55	966,55	0,00
41205023000	525-8	ASSISTENCIA MEDICA	0,00	300,00	300,00	0,00
41205038000	677-7	MATERIAL DE USO/CONSUMO	0,00	34.156,74	34.156,74	0,00
41205039000	678-5	FRETES E CARRETOS	0,00	3.020,13	3.020,13	0,00
41205042000	539-1	UNIFORMES	0,00	699,96	699,96	0,00
41205043000	539-2	FUNRUAL	0,00	17,73	17,73	0,00
41205044000	539-3	PONTO ELETRONICO	0,00	624,84	624,84	0,00
41205045001	539-4	TAXA ALVARA DE FUNCIONAMENTO	0,00	437,51	437,51	0,00
41205080000	539-6	VIGILANCIA/MONITORAMENTO	0,00	400,00	400,00	0,00
42		DESPESAS	0,00	96.623,48	96.623,48	0,00
421		DESPESAS OPERACIONAIS - COMERCIAIS	0,00	11.342,66	11.342,66	0,00
42103		DESPESAS GERAIS COMERCIAIS	0,00	11.342,66	11.342,66	0,00
42103014000	572-1	PROPAGANDA E PUBLICIDADE	0,00	1.425,00	1.425,00	0,00
42103017000	575-4	COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES	0,00	509,16	509,16	0,00
42103035000	589-6	CONSERTO/MANUTENCAO DE VEICULOS	0,00	9.408,50	9.408,50	0,00
422		DESPESAS OPERACIONAIS - ADMINISTRATIVAS	0,00	26.069,96	26.069,96	0,00
42203		DESPESAS GERAIS ADMINISTRATIVAS	0,00	26.069,96	26.069,96	0,00
42203004000	606-8	INTERNET/TELEX	0,00	620,00	620,00	0,00
42203009000	611-4	SEGUROS	0,00	569,92	569,92	0,00
42203015000	617-3	ASSISTENCIA MEDICA	0,00	100,00	100,00	0,00
42203021000	623-8	TELEFONE	0,00	2.401,63	2.401,63	0,00
42203029000	631-9	DESPESAS BANCARIAS	0,00	6.116,05	6.116,05	0,00
42203030000	692-1	CONSULTORIA	0,00	9.400,00	9.400,00	0,00
42203031000	692-2	SISTEMA/INFORMATICA	0,00	6.652,36	6.652,36	0,00
42203032000	692-3	CERTIFICADO DIGITAL	0,00	210,00	210,00	0,00
423		DESPESAS OPERACIONAIS FINANCEIRAS	0,00	46.077,73	46.077,73	0,00
42302		JUROS, DESCONTOS E ENCARGOS	0,00	46.077,73	46.077,73	0,00
42302001000	637-8	JUROS PASSIVOS	0,00	4.158,15	4.158,15	0,00
42302001001	672-0	JUROS BANCARIOS	0,00	3.291,96	3.291,96	0,00
42302001002	638-0	ENCARGOS FINANCEIROS	0,00	38.627,62	38.627,62	0,00
424		DESPESAS OPERACIONAIS - TRIBUTARIAS	0,00	13.133,13	13.133,13	0,00
42401		IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUICOES	0,00	13.133,13	13.133,13	0,00
42401001000	641-6	IOF	0,00	9.053,06	9.053,06	0,00
42401002001	642-5	TAXA CORPO DE BOMBEIROS	0,00	364,84	364,84	0,00
42401004000	644-0	IPVA	0,00	2.176,88	2.176,88	0,00
42401004001	644-1	DPVAT/LICENCIAMENTO	0,00	286,11	286,11	0,00
42401006000	646-0	ICMS - DIFERENCIAL DE ALIQUOTAS	0,00	1.252,24	1.252,24	0,00
		CONTAS DE FECHAMENTO DE BALANCO	0,00	942.554,23	942.554,23	0,00
		RESULTADO LIQUIDO DO EXERCICIO	0,00	942.554,23	942.554,23	0,00
43201		RESULTADO LIQUIDO DO EXERCICIO	0,00	942.554,23	942.554,23	0,00
43201001000	670-1	RESULTADO LIQUIDO DO EXERCICIO	0,00	942.554,23	942.554,23	0,00
		TOTAL GERAL	0,00	10.032.737,45	10.032.737,45	0,00

DJENES LOLI
SOCIO ADMINISTRADOR
CPF 037.968.949-92

NADIR SAGGIN
TEC EM CONTABILIDADE
CRC PR-013.407/O-6

CNPJ: 06.881.931/0001-22
Consolidação: Empresa **Grau: 5** **Período: 01/2018 a 12/2018**

RECEITA OPERACIONAL BRUTA	**942.554,23**
RECEITAS BRUTA COM VENDAS	938.504,41
RECEITAS COM VENDAS NO PAIS	938.504,41
VENDA FABRICACAO PROPRIA	902.396,89
VENDA DE SERVICOS	36.107,52
RECEITAS FINANCEIRAS	1.305,05
JUROS E DESCONTOS OBTIDOS	1.305,05
DESCONTOS OBTIDOS	1.305,05
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	2.744,77
RECEITAS EVENTUAIS	2.744,77
BONIFICACOES	2.744,77
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	**78.111,95**
DEDUCOES DAS RECEITAS COM VENDAS	78.111,95
DEVOLUCOES E DESCONTOS E ABATIMENTOS	8.155,89
DEVOLUCOES DE VENDAS	8.155,89
TRIBUTOS E CONTRIBUICOES S/VENDAS	69.956,06
ICMS ST S/VENDAS - PR	14.026,34
SIMPLES NACIONAL	55.929,72
RECEITA LÍQUIDA	**864.442,28**
CUSTOS	**598.514,02**
CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS	598.514,02
CUSTO DAS MATERIAS-PRIMAS	339.956,80
CUSTO DAS MATERIAS-PRIMAS	339.956,80
CUSTO DA MAO-DE-OBRA DIRETA	161.554,31
SALARIOS	116.232,70
FERIAS	15.970,65
13° SALARIO	11.298,16
INDENIZACOES TRABALHISTAS	4.082,51
FGTS	10.804,25
FGTS - GRRF	3.166,04
GASTOS GERAIS DE FABRICACAO	97.002,91
PRO-LABORE	36.534,00
ENERGIA ELETRICA	14.365,04
BONIFICACAO	2.627,38
MATERIAL DE LIMPEZA	1.701,14
SEGUROS	1.151,89
MANUTENCAO E CONSERVACAO	966,55
ASSISTENCIA MEDICA	300,00
MATERIAL DE USO/CONSUMO	34.156,74
FRETES E CARRETOS	3.020,13
UNIFORMES	699,96
FUNRUAL	17,73
PONTO ELETRONICO	624,84
TAXA ALVARA DE FUNCIONAMENTO	437,51
VIGILANCIA/MONITORAMENTO	400,00
LUCRO BRUTO	**265.928,26**
DESPESAS OPERACIONAIS	**96.623,47**
DESPESAS OPERACIONAIS	**96.623,47**
DESPESAS OPERACIONAIS - COMERCIAIS	11.342,66
DESPESAS GERAIS COMERCIAIS	11.342,66
PROPAGANDA E PUBLICIDADE	1.425,00
COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES	509,16
CONSERTO/MANUTENCAO DE VEICULOS	9.408,50
DESPESAS OPERACIONAIS - ADMINISTRATIVAS	26.069,96
DESPESAS GERAIS ADMINISTRATIVAS	26.069,96
INTERNET/TELEX	620,00
SEGUROS	569,92
ASSISTENCIA MEDICA	100,00
TELEFONE	2.401,63
DESPESAS BANCARIAS	6.116,05
CONSULTORIA	9.400,00
SISTEMA/INFORMATICA	6.652,36
CERTIFICADO DIGITAL	210,00
DESPESAS OPERACIONAIS FINANCEIRAS	46.077,73
JUROS, DESCONTOS E ENCARGOS	46.077,73
JUROS PASSIVOS	4.158,15

CNPJ: 06.881.931/0001-22
Consolidação: Empresa **Grau: 5** **Período: 01/2018 a 12/2018**

JUROS BANCARIOS	3.291,96
ENCARGOS FINANCEIROS	38.627,62
DESPESAS OPERACIONAIS - TRIBUTARIAS	13.133,12
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUICOES	13.133,12
IOF	9.053,05
TAXA CORPO DE BOMBEIROS	364,84
IPVA	2.176,88
DPVAT/LICENCIAMENTO	286,11
ICMS - DIFERENCIAL DE ALIQUOTAS	1.252,24
RESULTADO ANTES DAS OPERAÇÕES FINANCEIRAS	**169.304,79**
RESULTADO ANTES DAS PROVISÕES TRIBUTÁRIAS	**169.304,79**
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**169.304,79**

825

DJENES LOLI
SOCIO ADMINISTRADOR
CPF 037.968.949-92

NADIR SAGGIN
TEC EM CONTABILIDADE
CRC PR-013.407/O-6

CNPJ: 06.881.931/0001-22
NIRE nº 41205283636 de 26/07/2004
Consolidação: Empresa — **Grau: 5** — **Encerrado em: 31/12/2017**

ATIVO		**311.997,13**
ATIVO CIRCULANTE		**43.605,94**
DISPONIBILIDADES		8.478,34
CAIXA		8.478,34
CAIXA GERAL		8.478,34
DIREITOS REALIZAVEIS A CURTO PRAZO		35.127,60
ESTOQUES		35.127,60
MATERIA-PRIMA		35.127,60
ATIVO NAO CIRCULANTE		**268.391,19**
REALIZAVEL A LONGO PRAZO		300,00
INVESTIMENTOS E APLICACOES		300,00
SICOOB - COTAS DE CAPITAL		300,00
IMOBILIZADO		268.091,19
BENS E DIREITOS EM USO		268.091,19
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS		238.211,19
VEICULOS		29.880,00
TOTAL DO ATIVO	311.997,13	
PASSIVO		**311.997,13**
PASSIVO CIRCULANTE		**151.212,57**
FORNECEDORES		19.494,71
FORNECEDORES DE MATERIA PRIMA		19.494,71
ESDEL COM DE PROD ALIMENTICIOS		718,80
AVICOLA CARMINATTI LTDA		1.790,00
RDZ ALIMENTOS LTDA		114,44
KI TAL ALIMENTOS LTDA ME		415,20
AMAFIL IND E COM DE ALIMENTOS		1.992,50
USINA ALTO ALEGRE SA		35,00
AGROSUL INDUSTRIA DE ALIMENTOS		3.500,00
INFASA INDUSTRIA DE FARINHAS S.A		1.650,00
COAMO AGROINDUSTRIAL - FL 200		185,00
ELETISA EMBALAGENS LTDA		3.508,77
MATERIAIS DE CONSTRUCAO ROGERI		282,00
FLEXOESTE ETIQUETAS LTDA		5.303,00
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS		124.211,68
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS BANCARIOS		124.211,68
SICREDI - CONTA CORRENTE		82,42
SICREDI - CONTRATO B30735004		1.390,61
SICREDI - CONTRATO B30734141		302,96
SICREDI - CONTRATO B60730252		17.616,16
SICOOB - CONTA CORRENTE		5.738,69
SICOOB - CONTRATO 228939		4.080,84
SICOOB - CONTRATO 074146		75.000,00
SICOOB - CONTRATO 190339		20.000,00
OBRIGACOES TRABALHISTAS		1.424,19
ENCARGOS SOCIAIS		1.424,19
INSS A RECOLHER		716,51
FGTS A PAGAR		707,68
OBRIGACOES TRIBUTARIAS		6.081,99
IMPOSTOS E CONTRIBUICOES SOBRE RECEITAS		3.564,87
ICMS ST A PAGAR		1.235,38
SIMPLES NACIONAL A PAGAR		2.329,49
PARCELAMENTO DE DEBITOS TRIBUTOS FEDERAIS		2.517,12
PARCELAMENTO SIMPLES NACIONAL		2.517,12
PASSIVO NAO CIRCULANTE		**56.696,20**
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS		56.696,20
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS BANCARIOS		56.696,20
SICREDI - CONTRATO B40733511		39.871,49

CNPJ: 06.881.931/0001-22
NIRE nº 41205283636 de 26/07/2004
Consolidação: Empresa — **Grau: 5** — **Encerrado em: 31/12/2017**

SICREDI - CONTRATO B40733533		16.824,71
PATRIMONIO LIQUIDO		**104.088,36**
CAPITAL		10.000,00
CAPITAL SOCIAL		10.000,00
CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO		10.000,00
RESERVAS		94.088,36
RESERVAS DE LUCRO		94.088,36
RESERVAS DE LUCRO		94.088,36
TOTAL DO PASSIVO	311.997,13	

Reconhecemos a exatidão do presente Balanço Patrimonial com base nas informações e na documentação apresentada, encerrado em 31/12/2017, somando tanto no Ativo como no Passivo, a importância de R$ 311.997,13 (trezentos e onze mil, novecentos e noventa e sete reais e treze centavos).

DJENES LOLI
SOCIO ADMINISTRADOR
CPF 037.968.949-92

NADIR SAGGIN
TEC EM CONTABILIDADE
CRC PR-013.407/O-6

LOLI INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA ME
Contabilidade

Balancete de Verificação

Data: 06/11/2020
Hora: 11:05:22

CNPJ: 06.881.931/0001-22
Consolidação: Empresa **Grau: 5** **Período: 01/2017 a 12/2017**

Conta	Reduzida	Nome	Saldo Anterior	Débito	Crédito	Saldo Atual
1		ATIVO	275.611,19	3.546.141,74	3.509.755,80	311.997,13
11		ATIVO CIRCULANTE	39.494,00	3.365.867,74	3.361.755,80	43.605,94
111		DISPONIBILIDADES	3.362,26	3.123.864,00	3.118.747,92	8.478,34
11101		CAIXA	3.886,01	1.809.691,76	1.805.099,43	8.478,34
11101001000	5-1	CAIXA GERAL	3.886,01	1.809.691,76	1.805.099,43	8.478,34
11102		BANCOS - CONTAS CORRENTES	-823,75	1.314.172,24	1.313.348,49	0,00
11102006000	12-4	SICOOB - CC 7.414-6	-1.140,25	628.316,86	627.176,61	0,00
11102007000	13-2	SICREDI - CC 19.922-2	316,50	685.855,38	686.171,88	0,00
11103		APLICACOES DE LIQUIDEZ IMEDIATA	300,00	0,00	300,00	0,00
11103006000	21-3	SICOOB - RDC	300,00	0,00	300,00	0,00
112		DIREITOS REALIZAVEIS A CURTO PRAZO	36.131,74	242.003,74	243.007,88	35.127,60
11207		ADIANTAMENTOS	0,00	2.208,41	2.208,41	0,00
11207003000	42-6	ADIANTAMENTOS DE 13° SALARIO	0,00	2.208,41	2.208,41	0,00
11210		ESTOQUES	36.131,74	239.795,33	240.799,47	35.127,60
11210002000	59-0	MATERIA-PRIMA	36.131,74	239.795,33	240.799,47	35.127,60
12		ATIVO NAO CIRCULANTE	236.117,19	180.274,00	148.000,00	268.391,19
121		REALIZAVEL A LONGO PRAZO	0,00	300,00	0,00	300,00
12101		INVESTIMENTOS E APLICACOES	0,00	300,00	0,00	300,00
12101002000	745-5	SICOOB - COTAS DE CAPITAL	0,00	300,00	0,00	300,00
123		IMOBILIZADO	236.117,19	179.974,00	148.000,00	268.091,19
12301		BENS E DIREITOS EM USO	236.117,19	179.974,00	148.000,00	268.091,19
12301001000	106-6	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	213.237,19	24.974,00	0,00	238.211,19
12301005000	110-4	VEICULOS	22.880,00	155.000,00	148.000,00	29.880,00
2		PASSIVO	275.611,19	370.701,42	407.087,36	311.997,13
21		PASSIVO CIRCULANTE	180.345,37	359.809,68	330.676,88	151.212,57
211		FORNECEDORES	63,81	232.519,50	251.950,40	19.494,71
21102		FORNECEDORES DE MATERIA PRIMA	63,81	232.519,50	251.950,40	19.494,71
21102001005	680-7	ESDEL COM DE PROD ALIMENTICIOS	0,00	1.125,44	1.844,24	718,80
21102001006	681-5	AVICOLA CARMINATTI LTDA	0,00	36.545,00	38.335,00	1.790,00
21102001007	682-3	RDZ ALIMENTOS LTDA	63,81	7.566,04	7.616,67	114,44
21102001008	683-1	KI TAL ALIMENTOS LTDA ME	0,00	7.397,60	7.812,80	415,20
21102001014	689-0	COAMO AGROINDUSTRIAL - FL 70	0,00	27.009,00	27.009,00	0,00
21102001017	692-0	REGAPLAST INDUSTRIA PLASTICA LTDA	0,00	18.582,74	18.582,74	0,00
21102001018	693-9	AMAFIL IND E COM DE ALIMENTOS	0,00	21.840,35	23.832,85	1.992,50
21102001021	696-3	USINA ALTO ALEGRE SA	0,00	26.910,00	26.945,00	35,00
21102001022	697-1	AGROSUL INDUSTRIA DE ALIMENTOS	0,00	6.860,00	10.360,00	3.500,00
21102001030	710-2	INFASA INDUSTRIA DE FARINHAS S.A	0,00	16.327,34	17.977,34	1.650,00
21102001034	714-5	M N WEBER E CIA LTDA	0,00	117,50	117,50	0,00
21102001036	716-1	COAMO AGROINDUSTRIAL - FL 200	0,00	21.840,00	22.025,00	185,00
21102001038	718-8	IND DE PROD ALIMENTICIOS MAVALE RIO	0,00	4.068,44	4.068,44	0,00
21102001039	720-0	ELETISA EMBALAGENS LTDA	0,00	7.331,14	10.839,91	3.508,77
21102001042	723-4	TALITA IMPORTACAO E EXP. DE ALIMEN	0,00	640,00	640,00	0,00
21102001044	725-0	FHILIPPI DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS	0,00	7.146,16	7.146,16	0,00
21102001047	728-5	COMERCIO DE EMBALAGENS LUPATINI	0,00	610,54	610,54	0,00
21102001048	735-8	ZAPOLI INDUST E COMER DE ALIMENTOS	0,00	1.460,84	1.460,84	0,00
21102001049	736-6	TECSMART SISTEMAS DE PONTO LTDA	0,00	58,00	58,00	0,00
21102001050	737-4	MATERIAIS DE CONSTRUCAO ROGERI	0,00	1.692,00	1.974,00	282,00
21102001051	738-2	FLEXOESTE ETIQUETAS LTDA	0,00	8.835,02	14.138,02	5.303,00
21102001052	739-0	DAXIA DOCE AROMA IND E COMERCIO	0,00	2.446,27	2.446,27	0,00
21102001053	740-4	FAVINCO IND E COM DE EMBALAGENS	0,00	6.110,08	6.110,08	0,00
212		EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	171.823,10	64.466,57	16.855,15	124.211,68
21201		EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS BANCARIOS	171.823,10	64.466,57	16.855,15	124.211,68
21201001000	320-3	SICREDI - CONTA CORRENTE	0,00	0,00	82,42	82,42
21201001005	320-8	SICREDI - CONTRATO B30735004	1.937,76	547,15	0,00	1.390,61
21201001006	320-9	SICREDI - CONTRATO B30734141	14.205,56	13.902,60	0,00	302,96
21201001009	321-2	SICREDI - CONTRATO B20732736	5.668,26	5.668,26	0,00	0,00
21201001010	321-3	SICREDI - CONTRATO B60730252	40.567,12	22.950,96	0,00	17.616,16
21201006000	325-5	SICOOB - CONTA CORRENTE	0,00	0,00	5.738,69	5.738,69
21201006001	325-6	SICOOB - CONTRATO 228939	14.444,40	10.363,56	0,00	4.080,84
21201006002	325-7	SICOOB - CONTRATO 074146	75.000,00	0,00	0,00	75.000,00
21201006003	325-8	SICOOB - CONTRATO 186764	0,00	11.034,04	11.034,04	0,00
21201006004	325-9	SICOOB - CONTRATO 190339	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00
213		OBRIGACOES TRABALHISTAS	926,74	11.917,07	12.414,52	1.424,19
21304		ENCARGOS SOCIAIS	926,74	11.917,07	12.414,52	1.424,19
21304001000	344-1	INSS A RECOLHER	554,91	7.269,56	7.431,16	716,51
21304003000	346-8	FGTS A PAGAR	371,83	4.539,16	4.875,01	707,68
21304004000	347-6	CONTRIBUICAO SINDICAL A RECOLHER	0,00	108,35	108,35	0,00
214		OBRIGACOES TRIBUTARIAS	7.531,72	50.906,54	49.456,81	6.081,99
21403		IMPOSTOS E CONTRIBUICOES SOBRE RECEITAS	7.531,72	47.130,86	43.164,01	3.564,87
21403001000	359-1	ICMS ST A PAGAR	0,00	15.146,79	16.382,17	1.235,38
21403003000	361-1	SIMPLES NACIONAL A PAGAR	7.531,72	31.984,07	26.781,84	2.329,49
21404		PARCELAMENTO DE DEBITOS TRIBUTOS FEDERAIS	0,00	3.775,68	6.292,80	2.517,12
21404001000	672-6	PARCELAMENTO SIMPLES NACIONAL	0,00	3.775,68	6.292,80	2.517,12

Conta	Reduzida	Nome	Saldo Anterior	Débito	Crédito	Saldo Atual
22		PASSIVO NAO CIRCULANTE	67.587,94	10.891,74	0,00	56.696,20
221		EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	67.587,94	10.891,74	0,00	56.696,20
22101		EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS BANCARIOS	67.587,94	10.891,74	0,00	56.696,20
22101008001	708-0	SICREDI - CONTRATO B40733511	47.143,40	7.271,91	0,00	39.871,49
22101009000	709-9	SICREDI - CONTRATO B40733533	20.444,54	3.619,83	0,00	16.824,71
23		PATRIMONIO LIQUIDO	27.677,88	0,00	76.410,48	104.088,36
231		CAPITAL	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00
23101		CAPITAL SOCIAL	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00
23101001000	394-8	CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00
232		RESERVAS	17.677,88	0,00	76.410,48	94.088,36
23203		RESERVAS DE LUCRO	17.677,88	0,00	76.410,48	94.088,36
23203001000	402-2	RESERVAS DE LUCRO	17.677,88	0,00	76.410,48	94.088,36
3		RECEITAS	0,00	572.430,49	572.430,49	0,00
31		RECEITAS OPERACIONAIS	0,00	572.430,49	572.430,49	0,00
311		RECEITAS BRUTA COM VENDAS	0,00	516.810,35	516.810,35	0,00
31101		RECEITAS COM VENDAS NO PAIS	0,00	516.810,35	516.810,35	0,00
31101001000	411-1	VENDA FABRICACAO PROPRIA	0,00	516.810,35	516.810,35	0,00
312		DEDUCOES DAS RECEITAS COM VENDAS	0,00	53.331,71	53.331,71	0,00
31201		DEVOLUCOES E DESCONTOS E ABATIMENTOS	0,00	10.167,70	10.167,70	0,00
31201001000	422-7	DEVOLUCOES DE VENDAS	0,00	10.167,70	10.167,70	0,00
31202		TRIBUTOS E CONTRIBUICOES S/VENDAS	0,00	43.164,01	43.164,01	0,00
31202001000	425-1	ICMS ST S/VENDAS - PR	0,00	16.382,17	16.382,17	0,00
31202002000	426-1	SIMPLES NACIONAL	0,00	26.781,84	26.781,84	0,00
313		RECEITAS FINANCEIRAS	0,00	162,22	162,22	0,00
31303		JUROS E DESCONTOS OBTIDOS	0,00	162,22	162,22	0,00
31303002000	441-3	DESCONTOS OBTIDOS	0,00	162,22	162,22	0,00
315		OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	0,00	2.126,21	2.126,21	0,00
31501		RECEITAS EVENTUAIS	0,00	2.126,21	2.126,21	0,00
31501001000	673-4	BONIFICACOES	0,00	2.126,21	2.126,21	0,00
4		CUSTOS E DESPESAS	0,00	915.614,42	915.614,42	0,00
41		CUSTOS	0,00	364.749,71	364.749,71	0,00
411		CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS	0,00	232.050,49	232.050,49	0,00
41101		CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS	0,00	232.050,49	232.050,49	0,00
41101001000	484-7	CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS	0,00	232.050,49	232.050,49	0,00
412		CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS	0,00	132.699,22	132.699,22	0,00
41205		GASTOS GERAIS DE FABRICACAO	0,00	132.699,22	132.699,22	0,00
41205001000	503-7	PRO-LABORE	0,00	22.488,00	22.488,00	0,00
41205002000	504-5	SALARIO	0,00	55.788,25	55.788,25	0,00
41205005000	507-1	FERIAS	0,00	2.279,55	2.279,55	0,00
41205006000	508-8	13° SALARIO	0,00	7.035,54	7.035,54	0,00
41205010000	512-6	FGTS	0,00	4.957,46	4.957,46	0,00
41205013000	515-0	ENERGIA ELETRICA	0,00	8.720,14	8.720,14	0,00
41205015000	517-7	MATERIAL DE ESCRITORIO	0,00	890,00	890,00	0,00
41205016000	518-5	BONIFICACAO	0,00	8.748,98	8.748,98	0,00
41205017000	519-3	CORREIOS E MALOTES	0,00	33,62	33,62	0,00
41205024000	526-6	COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES	0,00	2.200,36	2.200,36	0,00
41205032000	534-7	TELEFONE	0,00	1.653,22	1.653,22	0,00
41205038000	677-7	MATERIAL DE USO/CONSUMO	0,00	17.904,10	17.904,10	0,00
42		DESPESAS	0,00	31.765,93	31.765,93	0,00
421		DESPESAS OPERACIONAIS - COMERCIAIS	0,00	4.364,64	4.364,64	0,00
42102		ENCARGOS SOCIAIS	0,00	4.364,64	4.364,64	0,00
42102002000	557-6	FGTS	0,00	4.364,64	4.364,64	0,00
422		DESPESAS OPERACIONAIS - ADMINISTRATIVAS	0,00	4.245,15	4.245,15	0,00
42203		DESPESAS GERAIS ADMINISTRATIVAS	0,00	4.245,15	4.245,15	0,00
42203009000	611-4	SEGUROS	0,00	249,67	249,67	0,00
42203029000	631-9	DESPESAS BANCARIAS	0,00	3.995,48	3.995,48	0,00
423		DESPESAS OPERACIONAIS FINANCEIRAS	0,00	17.282,71	17.282,71	0,00
42302		JUROS, DESCONTOS E ENCARGOS	0,00	17.282,71	17.282,71	0,00
42302001000	637-8	JUROS PASSIVOS	0,00	1.851,67	1.851,67	0,00
42302001001	672-0	JUROS BANCARIOS	0,00	15.431,04	15.431,04	0,00
424		DESPESAS OPERACIONAIS - TRIBUTARIAS	0,00	5.873,43	5.873,43	0,00
42401		IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUICOES	0,00	5.873,43	5.873,43	0,00
42401001000	641-6	IOF	0,00	4.786,13	4.786,13	0,00
42401002000	642-4	TAXAS DIVERSAS	0,00	458,05	458,05	0,00
42401003000	643-2	IPTU	0,00	89,78	89,78	0,00
42401004000	644-0	IPVA	0,00	539,47	539,47	0,00
43		CONTAS DE FECHAMENTO DE BALANCO	0,00	519.098,78	519.098,78	0,00
432		RESULTADO LIQUIDO DO EXERCICIO	0,00	519.098,78	519.098,78	0,00

CNPJ: 06.881.931/0001-22
Consolidação: Empresa **Grau: 5** **Período: 01/2017 a 12/2017**

Conta	Reduzida	Nome	Saldo Anterior	Débito	Crédito	Saldo Atual
43201		RESULTADO LIQUIDO DO EXERCICIO	0,00	519.098,78	519.098,78	0,00
43201001000	670-1	RESULTADO LIQUIDO DO EXERCICIO	0,00	519.098,78	519.098,78	0,00
		TOTAL GERAL	0,00	5.404.888,07	5.404.888,07	0,00

DJENES LOLI
SOCIO ADMINISTRADOR
CPF 037.968.949-92

NADIR SAGGIN
TEC EM CONTABILIDADE
CRC PR-013.407/O-6

CNPJ: 06.881.931/0001-22
Consolidação: Empresa **Grau: 5** **Período: 01/2017 a 12/2017**

RECEITA OPERACIONAL BRUTA	**519.098,78**
RECEITAS BRUTA COM VENDAS	516.810,35
RECEITAS COM VENDAS NO PAIS	516.810,35
VENDA FABRICACAO PROPRIA	516.810,35
RECEITAS FINANCEIRAS	162,22
JUROS E DESCONTOS OBTIDOS	162,22
DESCONTOS OBTIDOS	162,22
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	2.126,21
RECEITAS EVENTUAIS	2.126,21
BONIFICACOES	2.126,21
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	**53.331,71**
DEDUCOES DAS RECEITAS COM VENDAS	53.331,71
DEVOLUCOES E DESCONTOS E ABATIMENTOS	10.167,70
DEVOLUCOES DE VENDAS	10.167,70
TRIBUTOS E CONTRIBUICOES S/VENDAS	43.164,01
ICMS ST S/VENDAS - PR	16.382,17
SIMPLES NACIONAL	26.781,84
RECEITA LÍQUIDA	**465.767,07**
CUSTOS	**361.955,30**
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS	232.050,49
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS	232.050,49
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS	232.050,49
CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS	129.904,81
GASTOS GERAIS DE FABRICACAO	129.904,81
PRO-LABORE	22.488,00
SALARIO	54.989,19
FERIAS	284,20
13° SALARIO	7.035,54
FGTS	4.957,46
ENERGIA ELETRICA	8.720,14
MATERIAL DE ESCRITORIO	890,00
BONIFICACAO	8.748,98
CORREIOS E MALOTES	33,62
COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES	2.200,36
TELEFONE	1.653,22
MATERIAL DE USO/CONSUMO	17.904,10
LUCRO BRUTO	**103.811,77**
DESPESAS OPERACIONAIS	**27.401,29**
DESPESAS OPERACIONAIS	**27.401,29**
DESPESAS OPERACIONAIS - ADMINISTRATIVAS	4.245,15
DESPESAS GERAIS ADMINISTRATIVAS	4.245,15
SEGUROS	249,67
DESPESAS BANCARIAS	3.995,48
DESPESAS OPERACIONAIS FINANCEIRAS	17.282,71
JUROS, DESCONTOS E ENCARGOS	17.282,71
JUROS PASSIVOS	1.851,67
JUROS BANCARIOS	15.431,04
DESPESAS OPERACIONAIS - TRIBUTARIAS	5.873,43
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUICOES	5.873,43
IOF	4.786,13
TAXAS DIVERSAS	458,05
IPTU	89,78
IPVA	539,47
RESULTADO ANTES DAS OPERAÇÕES FINANCEIRAS	**76.410,48**
RESULTADO ANTES DAS PROVISÕES TRIBUTÁRIAS	**76.410,48**
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**76.410,48**

832

DJENES LOLI
SOCIO ADMINISTRADOR
CPF 037.968.949-92

NADIR SAGGIN
TEC EM CONTABILIDADE
CRC PR-013.407/O-6

LOLI INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA
FONE: (46) 3552-1018

RUA 25 DE MAIO, 506 -PARQUE INDUSTRIAL, Capanema-PR CEP: 85760-000
CNPJ: 06.881.931/0001-22 **INSC EST: 90312691-45**

RELAÇÃO DE MAQUINARIOS

MÁQUINA	VALOR	VIDA ÚTIL (ANOS)	DEPRECIAÇÃO
MASSEIRA 1 - GRANDE	R$ 57.000,00	15	R$ 316,67
MASSEIRA 2 - PEQUENA	R$ 12.000,00	15	R$ 66,67
EXTRUSORA 1	R$ 42.000,00	15	R$ 233,33
EXTRUSORA 2	R$ 60.000,00	15	R$ 333,33
EXTRUSORA 3	R$ 65.000,00	15	R$ 361,11
PINGADEIRA	R$ 48.000,00	15	R$ 266,67
PINGADEIRA 2	R$ 120.000,00	15	R$ 666,67
FORNO	R$ 42.000,00	15	R$ 233,33
FORNO 2	R$ 42.000,00	15	R$ 233,33
EMPACOTADORA	R$ 19.000,00	10	R$ 158,33
EMPACOTADORA 2	R$ 80.000,00	15	R$ 444,44
SELADORA	R$ 12.000,00	10	R$ 100,00
FORMAS E CARRINHO	R$ 20.000,00	10	R$ 166,67
ESTRUTURA FÍSICA	R$ 100.000,00	30	R$ 277,78
BATEDEIRA	R$ 5.500,00	15	R$ 30,56
BATEDEIRA 2	R$ 12.000,00	15	R$ 66,67
VEICULO	R$ 25.000,00	15	R$ 138,89
CAMINHÃO	R$ 150.000,00	15	R$ 833,33
BACIA GLACE	R$ 2.000,00	2	R$ 83,33
COBRIDEIRA	R$ 15.000,00	10	R$ 125,00
COBRIDEIRA 1	R$ 35.000,00	10	R$ 291,67
	R$ 963.500,00		**R$ 5.427,78**

LOLI INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA

CNPJ 06.881.931/0001-22

Djenes Loli

CPF 037.968.949-92

06.881.931/0001-22
LOLI INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA.
R. 25 DE MAIO, 506
PARQUE INDUSTRIAL
85760-000 - CAPANEMA - PR

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
Secretaria de Políticas Públicas de Emprego
Coordenação Geral de Estatísticas do Trabalho

831

CADASTRO GERAL DE EMPREGADOS E DESEMPREGADOS - CAGED LEI Nº 4923/65

EXTRATO DA MOVIMENTAÇÃO PROCESSADA

Mês de Referência
10/2020
Certificado Digital: Sim

AUTORIZADO	
CNPJ: 09.489.203/0001-68	N SAGGIN E CIA LTDA
ESTABELECIMENTO	
CNPJ: 06.881.931/0001-22	LOLI INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIM L

Bairro	**Município**	**CEP**	**UF**
PARQUE INDUSTRIAL	CAPANEMA	85.760-000	PR

Atividade Econômica CNAE

Total de Empregados no Início do 1º Dia do Mês Informado	10

ADMISSÕES - Tipo de Movimento

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
10	admissão de empregado no 1º emprego	0
20	admissão de empregado com emprego anterior	0
25	adm. de empr. com contrato de trab. por prazo determinado	0
35	reintegração	0
70	transferência de entrada	0
	Total de admissões	**0**

DESLIGAMENTOS - Tipo de Movimento

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
31	dispensa sem justa causa	0
32	dispensa por justa causa	0
40	desligamento por iniciativa própria (a pedido)	1
43	término de contrato de trabalho por prazo determinado	0
45	término de contrato de trabalho	0
50	desligamento por aposentadoria	0
60	desligamento por morte	0
80	transferência de saída	0
90	desligamento por acordo empregado/empregador	0
	Total de desligamentos	**1**

Total de Empregados no Último Dia do Mês Informado	9
Quantidade de Declarações do Estabelecimento Processadas no Mês	**1**

No caso da existência de vínculos repetidos em várias declarações enviadas, apenas a última declaração será considerada.

Segunda-feira, 9 de Novembro de 2020

MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF

GFIP - SEFIP 8.40 (29/03/2020) TABELAS 41.0 (01/03/2020)

DATA: 04/11/2020
HORA: 16:28:34
PÁG : 0001

COMPROVANTE DE DECLARAÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER À PREVIDÊNCIA SOCIAL E A OUTRAS ENTIDADES E FUNDOS POR FPAS
EMPRESA

Nº ARQUIVO: DZp6jQz67WQ0000-6

EMPRESA: LOLI INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIM LTDA Nº CONTROLE: AZ8hJv5lrdF0000-4 INSCRIÇÃO: 06.881.931/0001-22

COMP: 10/2020 COD REC: 115 COD GPS: 2003 FPAS: 507 OUTRAS ENT: SIMPLES: 2 ALIQ RAT: 0,0 FAP: 1,00 RAT AJUSTADO: 0,00

TOMADOR/OBRA: INSCRIÇÃO:

LOGRADOURO: RUA 25 DE MAIO 506 BAIRRO: PARQUE INDUSTRIAL CNAE PREPONDERANTE: 1091100

CIDADE: CAPANEMA UF: PR CEP: 85760-000 TELEFONE: 0046-35521202 CNAE: 1091100

APURAÇÃO DO VALOR A RECOLHER:	507	620	744	779	TOTAL
SEGURADO					
Empregados/Avulsos	1.221,42	0,00	0,00	0,00	1.221,42
Contribuintes Individuais	229,90	0,00	0,00	0,00	229,90
EMPRESA					
Empregados/Avulsos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuintes Individuais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RAT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RAT - Agentes Nocivos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valores Pagos a Cooperativas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Adicional Cooperativas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comercialização Produção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Evento Desportivo/Patrocínio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECOLHIMENTO COMP ANT - VALOR INSS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Retenção Lei 9.711/98	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Sal. Família/Sal. Maternidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Compensação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VALOR A RECOLHER - PREVIDÊNCIA SOCIAL	1.451,32	0,00	0,00	0,00	1.451,32
OUTRAS ENTIDADES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECOLH COMP ANT - VALOR OUT ENTID	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VALOR A RECOLHER - OUTRAS ENTIDADES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL A RECOLHER	1.451,32	0,00	0,00	0,00	1.451,32

(*) Os valores de retenção, salário-família/salário-maternidade e compensação demonstrados são os efetivamente abatidos.

A DECLARAÇÃO DE DADOS CONSTANTES DESTA GFIP E DO ARQUIVO SEFIP CORRESPONDENTE A CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA, EQUIVALE A CONFISSÃO DE DÍVIDA DOS VALORES DELA DECORRENTES E CONSTITUI(EM)CRÉDITO(S) PASSÍVEL(IS) DE INSCRIÇÃO EM DÍVIDA ATIVA, NA AUSÊNCIA DO OPORTUNO RECOLHIMENTO OU PARCELAMENTO,E CONSEQUENTE EXECUÇÃO JUDICIAL NOS TERMOS DA LEI No 6.830/80.

O EMPREGADOR/CONTRIBUINTE, RENUNCIANDO EXPRESSAMENTE A QUALQUER CONTESTAÇÃO QUANTO AO VALOR E PROCEDÊNCIA DESTA DECLARAÇÃO/DÍVIDA, ASSUME INTEGRAL RESPONSABILIDADE PELA EXATIDÃO DO MONTANTE DECLARADO E CONFESSADO, FICANDO, ENTRETANTO, RESSALVADO A SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL O DIREITO DE APURAR, A QUALQUER TEMPO, A EXISTÊNCIA DE OUTRAS IMPORTANCIAS DEVIDAS NÃO INCLUÍDAS NESTE INSTRUMENTO, AINDA QUE RELATIVAS AO MESMO PERÍODO.

O EMPREGADOR/CONTRIBUINTE RECONHECE QUE A PRESENTE CONFISSÃO DE DÍVIDA NÃO OBRIGA A SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL A EXPEDIR DOCUMENTO COMPROBATÓRIO DA INEXISTÊNCIA DE DÉBITO, SALVO SE SEU CRÉDITO FOR GARANTIDO NA FORMA DOS ARTS. 258 E 259 DO REGULAMENTO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL, APROVADO PELO DECRETO 3.048, DE 12/05/1999, E ALTERAÇÕES POSTERIORES.

FGTS - FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO

DATA: 04/11/2020
HORA: 16:28:34
PÁG : 001/001

GFIP - SEFIP8.40 (29/03/2020)

RELATÓRIO ANALÍTICO DA GRF

EMPRESA: LOLI INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIM LTDA — INSCRIÇÃO: 06.881.931/0001-22
COMPETÊNCIA: 10/2020 — CÓD REC: 115 — FPAS: 507 — SIMPLES: 2

	FGTS - 8%
QTDE TRABALHADORES	10
REMUNERAÇÃO	15.215,73
DEPÓSITO	1.217,25
ENCARGOS FGTS	0,00
CONTRIB SOCIAL	0,00
ENCARGOS CONTRIB SOC	0,00
TOTAL A RECOLHER	1.217,25

VALIDADE DO CÁLCULO: até 07/11/2020

RELATÓRIO PARA SIMPLES CONFERÊNCIA, NÃO É VÁLIDO PARA QUITAÇÃO.

A(S) GRF(S), PARA FINS DE QUITAÇÃO, SERÁ(ÃO) IMPRESSA(S) SOMENTE APÓS TRANSMISSÃO DO ARQUIVO VALIDADO PELO CONECTIVIDADE SOCIAL.

COPEL

Copel Distribuição S.A.
José Izidoro Biazetto, 158 bl.C - Mossunguê - Curitiba PR - CEP 81200-240
CNPJ: 04.368.898/0001-06- IE 90.233.073-99 - IM 423.992-4

www.copel.com
0800 51 00 116

LOLI INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA
R VINTE E CINCO DE MAIO
SAO CRISTOVAO - CAPANEMA - PR - CEP: 85760-000

CNPJ 06.881.931/0001-22 - IE: 9031269145

Mês de referência	Unidade Consumidora
Outubro/2020	98564323
Vencimento	**VALOR A PAGAR**
20/10/2020	R$ 270,07

FAT-01-20209595862979-20

Responsabilidade da Manutenção de Iluminação Pública: Município 4635521321

DENUNCIE **FURTO** DE FIOS! LIGUE 181.

Informações Técnicas

N° Medidor: MD 0031603014 - TRIFASICO

Indust/Fab Prod Padaria Conf Pred Prod Propri

Leitura Anterior	Leitura Atual	Medido	Constante de Multiplicação	Total Faturado	Consumo Médio Diário	Data de Emissão	Próxima Leitura Prevista
01/09/2020 511	02/10/2020 546	31 dias 1400 kWh	40	100 kWh	45,16 kWh	05/10/2020	03/11/2020

Histórico de Consumo e Pagamento

Mês	kWh	Dt.Pgto.	Valor
09/2020	1240	17/09/2020	254,82
08/2020	960	18/08/2020	206,41
07/2020	1080	15/07/2020	239,24
06/2020	920	18/06/2020	202,98
05/2020	640	19/05/2020	175,39
04/2020	880	20/04/2020	219,66
03/2020	1000	17/03/2020	211,58
02/2020	1160	19/02/2020	249,73
01/2020	960	14/01/2020	209,33
12/2019	1160	17/12/2019	251,08
11/2019	1080	20/11/2019	254,45
10/2019	1280	21/10/2019	399,28

Informações Suplementares

	Tarifas
ENERGIA ELET CONSUMO	0,512770

Tensão Contratada: 127/220 volts
Limite AdequadoTensão: 117 a 133/202 a 231 volts

Reaviso de Vencimento

Valores Faturados

NOTA FISCAL/CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA N° 157.036.735 - SÉRIE B
Emitida em 01/10/2020

Produto Descrição	Un.	Consumo	Valor Unitário	Valor Total	Base Cálc.	Aliq. ICMS
ENERGIA ELET CONSUMO	kWh	100	0,380800	38,08	38,08	29,00%
ENERGIA ELET USO SISTEMA	kWh	100	0,364800	36,48	36,48	29,00%
ENERGIA TRIBUT DIFERENCIADA TE	kWh	560	0,261893	146,66	0,00	0,00%
ENERG TRIBUT DIFERENCIADA TUSD	kWh	560	0,353321	197,86	197,86	29,00%
ENERGIA TRIBUT DIF SALDO TE	kWh	740	0,261892	193,80	0,00	0,00%
ENERGIA TRIBUT DIF SALDO TUSD	kWh	740	0,353189	261,36	261,36	29,00%
CONT ILUMIN PUBLICA MUNICIPIO				62,36		
COMP CONS MICRO/MINI GERACAO	kWh	1.300		-666,53		

Base de Cálculo do ICMS	Valor ICMS	Valor Total da Nota Fiscal
533,78	154,77	270,07

Reservado ao Fisco

C6DE.A469.84A8.ECE9.6431.1F36.4864.2F0B

Unidade consumidora cadastrada como Micro/MiniGeradora - ReN Aneel 482/12
Energia Injetada no mês, na RD Copel, pela Mini/MicroGeração.Geral: 560 kWh.
Demonstrativo de saldos desta unidade consumidora, em kWh - REN 482/2012. Saldo Mês no (TP) Todos os Períodos 0, Saldo Acumulado no (TP) Todos os Períodos 260, Saldo a Expirar Próximo Mês no (TP) Todos os Períodos 0. Obs.: o saldo de cada beneficiária será apresentado em suas respectivas faturas.
INCLUSO NA FATURA PIS R$0,30 E COFINS R$1,37 CONFORME RES. ANEEL 130/2005.
A PARTIR DE 01/10/2020 - PIS/PASEP 0,76% e COFINS 3,51%.
A qualquer tempo pode ser solicitado o cancelamento de valores não relacionados à prestação do serviço de energia elétrica, como convênios e doações.
DENUNCIE O FURTO DE FIOS! LIGUE 181.
Atraso superior a 45dias sujeita inclusão no cadastro de inadimplentes CADIN/PR
Agora é possível recorrer à Ouvidoria da Copel pelo Site ou Mobile.
Periodos Band.Tarif.: Verde:02/09-02/10

Autenticação Mecânica

98564323

Mês
10/2020

Vencimento
20/10/2020

Valor a Pagar
270,07

COPEL

83630000002 0 70070111000 4 00101020209 9 59586297920 9

Município de Capanema - PR

LICITANTE: Loli Industria

CRITÉRIO	PROPOSTA/PONTOS	PONTOS	PESO	PROPOSTA	SOMATÓRIO DA PONTUAÇÃO DA PROPOSTA
Empregabilidade (em número de empregos diretos a serem gerados)	2 pontos por emprego gerado	Até 100	0,3	6,00	3,60
Valor do Investimento privado no empreendimento a ser instalado no imóvel R$	Até 20.000,00	5	0,2		0,00
	De 20.001,00 a 40.000,00.	10	0,2		0,00
	40.001,00 a 60.000,00.	15	0,2		0,00
	60.001,00 a 80.000,00	20	0,2		0,00
	Acima de 80.000,00, a cada 20.000,00 acrescenta 5 pontos.	até 100	0,2	100,00	20,00
Prazo construção da infraestrutura e aplicação total dos investimentos (critério exclusivo para terrenos)	Até 6 meses	100	0,2		0,00
	De 6 a 12 meses	80	0,2		0,00
	De 13 a 18 meses	60	0,2		0,00
	De 19 a 24 meses	40	0,2		0,00
Prazo para aplicação total dos investimentos (critério exclusivo para barracões)	Até 4 meses	100	0,2		0,00
	De 5 a 8 meses	80	0,2		0,00
	De 9 a 12 meses	60	0,2		0,00
	De 13 a 16 meses	40	0,2		0,00
	De 17 a 20 meses	20	0,2	20,00	4,00
	De 21 a 24 meses	10	0,2		0,00
Faturamento anual da pessoa jurídica R$	Até 80.001,00.	10	0,1		0,00
	de 80.001,00 a 150.000,00.	20	0,1		0,00
	150.001,00 a 200.000,00.	30	0,1		0,00
	200.001,00 a 250.000,00.	40	0,1		0,00
	250.001,00 a 300.000,00	50	0,1		0,00
	Acima de 300.000,00, a cada 50.000,00 acrescenta 10 pontos.	até 100	0,1	100,00	10,00
Tempo de constituição da empresa em Capanema OU tempo de residência do sócio majoritário da empresa OU da pessoa física em Capanema	5 pontos por ano	até 100	0,1	100,00	10,00
Capacidade do empreendimento gerar uma cadeia de produção e/ou empregos indiretos no Município de Capanema/PR	Aquisição de matéria-prima de pessoas físicas ou jurídicas residentes ou sediadas no Município de Capanema.	2 pontos para cada indicação, até 100	0,1	10,00	2,00
			TOTAL		49,60

LUCIMAR PEREIRA DA SILVA EQUIPAMENTOS

22.754.263/0001-29

Secretaria da Micro e Pequena Empresa
Secretaria da Racionalização e Simplificação
Departamento de Registro Empresarial e Integração

NIRE 810

REQUERIMENTO DE EMPRESÁRIO

Folhas 1/1

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO DE EMPRESA - NIRE DA SEDE	NIRE DA FILIAL (preencher somente se ato referente a filial)
41803425914	XXX

NOME DO EMPRESÁRIO (completo, sem abreviaturas)
LUCIMAR PEREIRA DA SILVA

NACIONALIDADE	ESTADO CIVIL
BRASILEIRA	SOLTEIRO(A)

SEXO	REGIME DE BENS(se casado)
Masculino	XXX

FILHO DE (pai)	(mãe)
NADA CONSTA	ROSA PEREIRA DA SILVA

NASCIDO EM (data de nascimento)	DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO (número)	Órgão emissor	UF	CPF(número)
25/11/1986	96239866	SESP	PR	060.585.719-95

EMANCIPADO POR (forma de emancipação - somente no caso de menor)
XXX

DOMICILIADO NA (LOGRADOURO - rua, av, etc)	NÚMERO
RUA BAHIA	64

COMPLEMENTO	BAIRRO/DISTRITO	CEP	CÓDIGO DO MUNICÍPIO (Uso da Junta Comercial)
XXX	NOSSA SENHORA DE LOURDES	85660-000	006030 - Dois Vizinhos

MUNICÍPIO	UF
Dois Vizinhos	PR

declara, sob as penas da lei, não estar impedido de exercer atividade empresária, que não possui outro registro de empresário e requer:

À JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARANÁ	À JUNTA COMERCIAL DO XXX
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO ATO 002 - ALTERAÇÃO	CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO ATO XXX
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO EVENTO 022 - ALTERACAO DE DADOS E DE NOME EMPRESARIAL	CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO EVENTO XXX

NOME EMPRESARIAL	ENQUADRAMENTO
LUCIMAR PEREIRA DA SILVA EQUIPAMENTOS	ME (Microempresa)

LOGRADOURO (rua,av, etc)	NÚMERO
RUA BAHIA	64

COMPLEMENTO	BAIRRO/DISTRITO	CEP	CÓDIGO DO MUNICÍPIO (Uso da Junta Comercial)
XXX	NOSSA SENHORA DE LOURDES	85660-000	006030 - Dois Vizinhos

MUNICÍPIO	UF	PAÍS	CORREIO ELETRÔNICO (E-MAIL)
Dois Vizinhos	PR	BRASIL	rogerio@gerencialcontabil.com.br

VALOR DO CAPITAL - R$	VALOR DO CAPITAL - (por extenso)
10.000,00	dez mil reais

CÓDIGO DE ATIVIDADE ECONÔMICA (CNAE Fiscal)	Descrição do Objeto
Atividade Principal 4661300 Atividade Secundária 3321000, 4742300, 4744003, 4744099	Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso agropecuário; partes e peças (4661-3/00), Comércio varejista de material elétrico (4742-3/00), Comércio varejista de materiais de construção (4744-0/99), Comércio varejista de materiais hidráulicos (4744-0/03), Instalação de máquinas e equipamentos industriais (3321-0/00).

DATA DE INÍCIO DAS ATIVIDADES	NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CNPJ	TRANSFERÊNCIA DE SEDE OU DE FILIAL DE OUTRA UF NIRE ANTERIOR	UF	USO DA JUNTA COMERCIAL
30/06/2015	22.754.263/0001-29			DEPENDENTE DE AUTORIZAÇÃO GOVERNAMENTAL ☐ 1 - SIM ☐ 3 - NÃO

DATA ASSINATURA	ASSINATURA DO EMPRESÁRIO
14/06/2019	

PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL

DEFERIDO. PUBLIQUE-SE E ARQUIVE-SE	AUTENTICAÇÃO
__/__/____	PR2190002763348

PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL

* Este documento foi gerado no portal Empresa Fácil Paraná

JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ

CERTIFICO O REGISTRO EM 02/07/2019 17:07 SOB Nº 20194001407.
PROTOCOLO: 194001407 DE 02/07/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11902999056. NIRE: 41803425914.
LUCIMAR PEREIRA DA SILVA EQUIPAMENTOS

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
SECRETÁRIO-GERAL
CURITIBA, 02/07/2019
www.empresafacil.pr.gov.br

841

TABELIONATO DE NOTAS E OFÍCIOS DE PROTESTOS
Rua João Dalpasquale, 631 - Centro - CEP: 85660-000 - Dois Vizinhos/PR
ELIONATO GODOY Telefone: (46) 3581-5550 E-mail: tabgodoy@wln.com.br

Reconheço por verdadeiro o/ou autenticidade firma(s) de:
LUCIMAR PEREIRA DA SILVA.....
.....
e que dou fé.
ois Vizinhos-PR.
1 de Julho de 2019

CATIANE SCHLEMPER
ESCREVENTE INDICADA
(S11.88 R$0.80(SELO)- R$2.10 - LNREJUS)- R$0.25(ISS) - R$0.42(FADEP)
Operador(a): CATIANE
TUNARPEN-SELO DIGITAL: MdAYR . XI3eN . XM4DV - W2XfQ . VdYe8
Consulte esse selo em """http://funarpen.com.br"""

CERTIFICO O REGISTRO EM 02/07/2019 17:07 SOB Nº 20194001407.
PROTOCOLO: 194001407 DE 02/07/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11902999056. NIRE: 41803425914.
LUCIMAR PEREIRA DA SILVA EQUIPAMENTOS

JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
SECRETÁRIO-GERAL
CURITIBA, 02/07/2019
www.empresafacil.pr.gov.br

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
22.754.263/0001-29 **MATRIZ**		**30/06/2015**

NOME EMPRESARIAL
LUCIMAR PEREIRA DA SILVA EQUIPAMENTOS

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
MONTEAL MONTAGEM	**ME**

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
46.61-3-00 - Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso agropecuário; partes e peças

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
33.21-0-00 - Instalação de máquinas e equipamentos industriais
47.42-3-00 - Comércio varejista de material elétrico
47.44-0-03 - Comércio varejista de materiais hidráulicos
47.44-0-99 - Comércio varejista de materiais de construção em geral

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
213-5 - Empresário (Individual)

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
R BAHIA	**64**	********

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
85.660-000	**NOSSA SENHORA DE LOURDES**	**DOIS VIZINHOS**	**PR**

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
	(46) 9942-2003

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	**30/06/2015**

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **19/10/2020** às **09:01:22** (data e hora de Brasília). Página: **1/1**

Município de Dois Vizinhos

Estado do Paraná
Av. Rio Grande do Sul, 130 - Centro
Secretaria de Administração Finanças
Departamento de Tributação e Receita

1843

ALVARÁ nº 3135

O Município de Dois Vizinhos, conforme protocolo nº 53028/2015 de 08/07/2019 concede alvará de licença para localização a:

Nome: LUCIMAR PEREIRA DA SILVA EQUIPAMENTOS
CNPJ/CPF: 22.754.263/0001-29 **Inscrição:** 106143

Localização: RUA BAHIA, 64 - NOSSA SENHORA DE LURDES CEP: 85660000 Dois Vizinhos - PR

Atividades:
4661-3/00 - Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso agropecuário; partes e peças.
3321-0/00 - Instalação de máquinas e equipamentos industriais.
4742-3/00 - Comércio varejista de material elétrico.
4744-0/03 - Comércio varejista de materiais hidráulicos.
4744-0/99 - Comércio varejista de materiais de construção em geral.

Horário Mínimo de Funcionamento: Comercial
Segunda à Sexta das 08:00 às 18:00
Segunda à Sábado das 08:00 às 12:00

Data de Abertura: 01/07/2015 **Situação:** Ativo
Data Alteração/Situação Cadastral: 05/08/2019

Observações:

FICA LIBERADO O PRESENTE ALVARÁ NESTE ENDEREÇO APENAS PARA AS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS, SEM ESTOQUE DE MERCADORIAS.

1- A validade deste Alvará está condicionado a validade da Licença da Vigilância Sanitária e do Certificado de Vistoria do Corpo de Bombeiros.
2- Será exigida renovação da licença sempre que ocorrer mudanças de ramo de atividade, modificações nas características do estabelecimento ou transferência de local.
3- Nos casos de alterações tais como: encerramento, mudanças de endereço, razão social, ramo de atividade, etc, o contribuinte será obrigado a comunicar a Prefeitura dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias.
4- Evite multas, auditorias, fiscalização especial e outros aborrecimentos mantendo em dia sua situação perante o fisco.

05/08/2019 - VILCEMAR VIGARINI RODRIGUES DOS SANTOS - AUTENTICAÇÃO: 9ZTM4X4TT2JTX98SRUP

É OBRIGATÓRIA A FIXAÇÃO DESTE DOCUMENTO EM LOCAL VISÍVEL.

1111844

RECEITA ESTADUAL

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA FAZENDA

Comprovante de Inscrição Cadastral - CICAD

Inscrição no CAD/ICMS	Inscrição CNPJ	Início das Atividades
90819083-19	22.754.263/0001-29	07/2019

Empresa / Estabelecimento

Nome Empresarial	LUCIMAR PEREIRA DA SILVA EQUIPAMENTOS
Título do Estabelecimento	
Endereço do Estabelecimento	R BAHIA, 64 - N S DE LOURDES - CEP 85660-000 FONE: (46) 9942-2003
Município de Instalação	DOIS VIZINHOS - PR, DESDE 07/2019
	(Estabelecimento Matriz)

Qualificação

Situação Atual	ATIVO - SIMPLES NACIONAL / SIMPLES NACIONAL - DIA 03 DO MES+2, DESDE 06/2020
Natureza Jurídica	213-5 - EMPRESÁRIO (INDIVIDUAL)
Atividade Econômica Principal do Estabelecimento	4661-3/00 - COMERCIO ATACADISTA DE MAQUINAS, APARELHOS E EQUIPAMENTOS PARA USO AGROPECUARIO; PARTES E PECAS
Atividade(s) Econômica(s) Secundária(s) do Estabelecimento	4742-3/00 - COMERCIO VAREJISTA DE MATERIAL ELETRICO 4744-0/03 - COMERCIO VAREJISTA DE MATERIAIS HIDRAULICOS 4744-0/99 - COMERCIO VAREJISTA DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO EM GERAL

Quadro Societário

Tipo	Inscrição	Nome Completo / Nome Empresarial	Qualificação
CPF	060.585.719-95	LUCIMAR PEREIRA DA SILVA	EMPRESÁRIO

Este CICAD tem validade até 11/12/2020.

Os dados cadastrais deste estabelecimento poderão ser confirmados via Internet www.fazenda.pr.gov.br

Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Receita Estadual do Paraná

CAD/ ICMS Nº 90819083-19

Emitido Eletronicamente via Internet
11/ 11/ 2020 14:04:30

Dados transmitidos de forma segura
Tecnologia CELEPAR

845

Cadastro de Inscrições Estaduais

Data/Hora Host CELEPAR
11/11/2020 - 14 12 51

Informações do Contribuinte

Inscrição Estadual	**90819083-19** **Inscrição CNPJ** **22.754.263/0001-29**
Nome Empresarial	**Lucimar Pereira da Silva Equipamentos**
Endereço	R Bahia, 64. N S de Lourdes 85660-000 - Dois Vizinhos - PR
Telefone	(46)9942-2003
E-mail	ROGERIO@GERENCIALCONTABIL.COM.BR
Atividade Econômica Principal	4661-3/00 - Comercio Atacadista de Maquinas, Aparelhos e Equipamentos para Uso Agropecuario Partes e Pecas
Atividade(s) Econômica(s) Secundária(s)	4742-3/00 - Comercio Varejista de Material Eletrico 4744-0/03 - Comercio Varejista de Materiais Hidraulicos 4744-0/99 - Comercio Varejista de Materiais de Construcao em Geral
Características do Estabelecimento	Unidade Produtiva com Atividade no Local
Formas de Atuação	Porta a Porta(Posto Móvel, Ambulante, Carro Pipa)
Início das Atividades	07/2019
Código SRP Atual:	1.2520.203 - Desde 06/2020
Situação Cadastral Atual:	Ativo - Desde 07/2019
Regime Pagamento Atual:	2520.203 - Simples Nacional / Simples Nacional - Dia 03 do Mes+2 - Desde 06/2020
SPED (EFD, NF-e, CT-e, NFC-e):	Maiores informações clique aqui

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: LUCIMAR PEREIRA DA SILVA EQUIPAMENTOS
CNPJ: 22.754.263/0001-29

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e

2. constam nos sistemas da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) débitos inscritos em Dívida Ativa da União (DAU) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 do CTN, ou garantidos mediante bens ou direitos, ou com embargos da Fazenda Pública em processos de execução fiscal, ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal.

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 08:20:32 do dia 11/11/2020 <hora e data de Brasília>.
Válida até 10/05/2021.
Código de controle da certidão: **4B20.2200.B48A.46C3**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: LUCIMAR PEREIRA DA SILVA EQUIPAMENTOS (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 22.754.263/0001-29
Certidão nº: 27386337/2020
Expedição: 19/10/2020, às 09:38:56
Validade: 16/04/2021 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **LUCIMAR PEREIRA DA SILVA EQUIPAMENTOS (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **22.754.263/0001-29, NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.

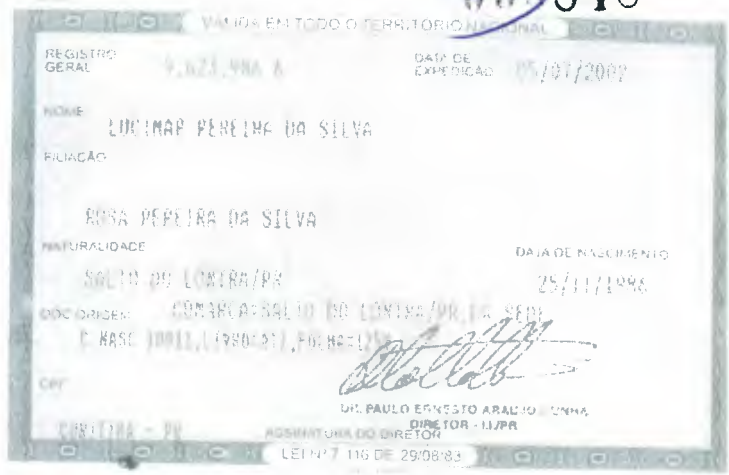

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DO PARANÁ

POLEGAR DIREITO

Lucinar Pereira da Silva
ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE


VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 9.623.986-6

DATA DE EXPEDIÇÃO 05/07/2007

NOME
LUCINAR PEREIRA DA SILVA

FILIAÇÃO
ROSA PEREIRA DA SILVA

NATURALIDADE
SALTO DO LONTRA/PR

DATA DE NASCIMENTO
25/11/1965

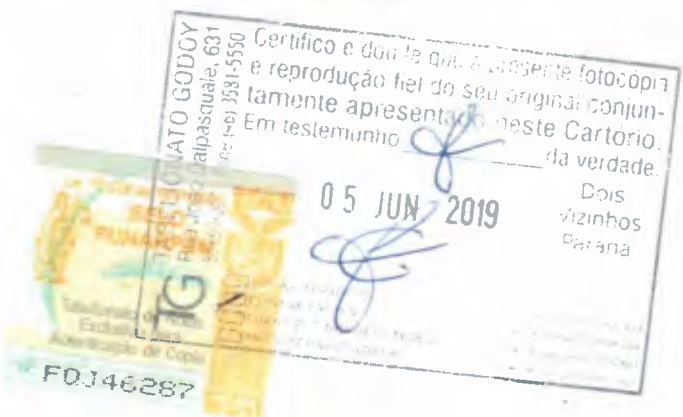
DOC ORIGEM: COMARCA/SALTO DO LONTRA/PR,IC SEDI
C.NASC 10011,(1965)01,00462,179

CPF

DR. PAULO ERNESTO ARAUJO DA CUNHA
DIRETOR - I.I./PR

CURITIBA - PR
ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83



Ministério da Fazenda
Receita Federal

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO CPF

Número
060.585.719-95

Nome
LUCIMAR PEREIRA DA SILVA

Nascimento
25/11/1986

CÓDIGO DE CONTROLE
07FC.EA10.7D45.BCE1

Emitido pela Secretaria da Receita Federal do Brasil
às 09:06:05 do dia 05/06/2019 (hora e data de Brasília)
digito verificador: 00

VÁLIDO SOMENTE COM COMPROVANTE DE IDENTIFICAÇÃO



CÓPIA COLORIDA

fls 850

ANEXO II

CREDENCIAMENTO

Pelo presente, credenciamos o(a) Sr(a). LUCIMAR PEREIRA DA SILVA, portador(a) da cédula de identidade nº 9.623.986-6, inscrito no CPF nº 060.585.719-95, para participar do procedimento licitatório consistente na Concorrência nº. 02/2020, podendo praticar todos os atos inerentes ao referido procedimento, no que diz respeito aos interesses da representada.

Capanema, 11 de. 09 de 2020.

Local e data

Assinatura e carimbo do represente legal/contratual da proponente

Das Obrigações do Contratado

CLÁUSULA SÉTIMA: O CONTRATADO obriga-se a cumprir a legislação Federal, Estadual e Municipal, bem como seguir estrita obediência ás normas brasileiras de contabilidade editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade.

CLÁUSULA OITAVA: A CONTRTANTE fica obrigada a fornecer ao CONTRATADO, anualmente, a Carta de Responsabilidade da Administração para o encerramento do exercício contábil.

PARAGRAFO PRIMEIRO: O CONTRATADO só assinará as demonstrações contábeis que fica vinculada à entrega da Carta de Responsabilidade da Administração.

PARAGRAFO SEGUNDO: O profissional deverá comunicar ao CRC de seu domicílio profissional a recusa da entrega da Carta de Responsabilidade da Administração por parte da empresa.

Das Responsabilidades

CLAUSUALA NONA: A CONTRATANTE fica responsável pelo registro do livro diário na Junta Comercial do Paraná.

CLAUSULA DÉCIMA: O CONTRATADO tem por objetivo estabelecer os direitos e deveres dos profissionais e organizações contábeis na relação com seus clientes, cláusula que ressalta a obrigação de cumprimento à Lei n.º 9.613/98 e alterações e a Resolução CFC n.º 1.445/13.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: O CONTRATADO executará os serviços em conformidade com os documentos e informações fornecidas pelo CONTRATANTE, sendo este o único responsável pela forma e conteúdo dos mesmos, não se responsabilizando aquele, penal e civilmente, por omissões ao CONTRATANTE imputáveis.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Havendo evidências de ocultamento ou recusa de entrega de documentos e informações pelo CONTRATANTE, poderá o CONTRATO suspender a execução dos serviços contratados, ficando autorizado a rescindir por justa causa o presente contrato e agir nos termos da Cláusula Terceira, Parágrafo Segundo.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O CONTRATADO passa ser depositário dos documentos, cuja remuneração aqui estipulada abrange o preço deste serviço, enquanto viger o presente contrato.

Das Disposições Gerais

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: Reiteradas inadimplências contratuais não ensejarão novação contratual, mas mera tolerância da parte com o inadimplente, podendo o prejudicado agir a qualquer tempo em defesa dos seus direitos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: Os valores dos preços aqui ajustados são líquidos, certos e determinados, valendo este contrato como Título Executivo Extrajudicial para todos os fins de direito.

Da Rescisão

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: A parte que desejar rescindir o contrato deverá comunicar por escrito a outra com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: Na hipótese de ocorrer rescisão unilateral do contrato, sem justa causa, a parte prejudicada terá direito de cobrar uma multa de 12 (doze) mensalidades e, se for o caso, a indenização por perda e danos decorrentes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: No caso de rescisão de contrato, o CONTRATANTE deverá retirar os documentos, de posse do CONTRATADO, no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de pagar importância equivalente a 1/10 da mensalidade aqui acordada, a cada mês, á título de remuneração do depósito dos referidos documentos.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: Na hipótese de transferência de profissional contábil responsável, o CONTRATANTE deverá providenciar, no prazo de 10 (dez) dias contados da data de rescisão do contrato, a referida transferência junto aos órgãos Federais, Estaduais e Municipais, bem, como no Conselho Regional de Contabilidade através do preenchimento do termo de transferência.

Da Vigência

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: O prazo de vigência do presente contrato é Indeterminado, iniciando-se em 01/07/2019

CLÁUSULA DÉCIMA NONA: Fica eleito o foro da comarca de Dois Vizinhos para dirimir as questões oriundas do presente instrumento, renunciando expressamente as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que o seja.

DOIS VIZINHOS, 01 de Julho de 2019.

Contador
CONTRATADO
JOARÊS TÁRTARI

Empresário
CONTRATANTE
LUCIMAR PEREIRA DA SILVA

MONTEL MONTAGENS

CNPJ: 22.754.263/0001-29

Lucimar Pereira da Silva Equipamentos

ANEXO VI

DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE VISITA TÉCNICA

Concorrência nº 02/2020

Objeto: CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE TERRENOS E BARRACÕES, DESTINADOS À INSTALAÇÃO DE EMPRESAS DE QUALQUER NATUREZA, OBSERVADOS OS CRITÉRIOS E PREFERÊNCIAS DO TERMO DE REFERÊNCIA, VISANDO ESTIMULAR À GERAÇÃO DO EMPREGO E RENDA NO ÂMBITO MUNICIPAL, EM CONFORMIDADE COM A LEI MUNICIPAL Nº 1.745/2020.

Nome da Empresa: LUCIMAR PEREIRA DA SILVA EQUIPAMENTOS
CNPJ nº: 22.754.263/00001-29
Endereço Completo: Rua Territorio Fernande de Noronha, 2005
Fone: (46) 9 9981-0603
E-mail: montealmontagens@gmail.com

O representante legal/contratual da LUCIMAR PEREIRA DA SILVA EQUIPAMENTOS, o(a) Sr.(a) LUCIMAR PEREIRA DA SILVA, DECLARA que renuncia a Visita Técnica aos locais e/ou instalações do objeto licitado, de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades do imóvel, assumindo total responsabilidade por este fato e informando que não o utilizará para quaisquer questionamentos futuros que ensejem evenças técnicas e ou financeira para com a concedente.

Capanema, 12 de novembro de 2020.

Assinatura e carimbo do represente legal/contratual da proponente
(Imprimir em papel com timbre da empresa)

ANEXO VI

DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE VISITA TÉCNICA

Concorrência nº 02/2020
Objeto: CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE TERRENOS E BARRACÕES, DESTINADOS À INSTALAÇÃO DE EMPRESAS DE QUALQUER NATUREZA, OBSERVADOS OS CRITÉRIOS E PREFERÊNCIAS DO TERMO DE REFERÊNCIA, VISANDO ESTIMULAR À GERAÇÃO DO EMPREGO E RENDA NO ÂMBITO MUNICIPAL, EM CONFORMIDADE COM A LEI MUNICIPAL Nº 1.745/2020.

Nome da Empresa: LUCIMAR PEREIRA DA SILVA EQUIPAMENTOS
CNPJ nº: 22.754.263/00001-29
Endereço Completo: Rua Territorio Fernande de Noronha, 2005
Fone: (46) 9 9981-0603
E-mail: montealmontagens@gmail.com

O representante legal/contratual da LUCIMAR PEREIRA DA SILVA EQUIPAMENTOS, o(a) Sr.(a) LUCIMAR PEREIRA DA SILVA, DECLARA que renuncia a Visita Técnica aos locais e/ou instalações do objeto licitado, de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades do imóvel, assumindo total responsabilidade por este fato e informando que não o utilizará para quaisquer questionamentos futuros que ensejem evenças técnicas e ou financeira para com a concedente.

Capanema, 12 de novembro de 2020.

Assinatura e carimbo do represente legal/contratual da proponente
(Imprimir em papel com timbre da empresa)

854

ANEXO IV - PROPOSTA

( ) Proposta os itens relacionados aos imóveis **com** barracões.
(x) Proposta para os itens relacionados aos imóveis **sem** barracões.

NOME DA PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA: LUCIMAR PEREIRA DA SILVA EQUIPAMENTOS
CPF: 060.585.719-95 - CNPJ: 22.754.263/0001-29

01 - Descrição clara e objetiva do ramo de atividade empresarial a ser desenvolvido no imóvel:

COMERCIO E ARMANEZAMENTO DE ESTOQUE, MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS PARA USO AGROPECUÁRIO, PARTES E SUAS PEÇAS, MATERIAIS ELETRICOS E HIDRAULICOS E MATERIAIS DE CONTRUÇÃO EM GERAL.

02 – Matéria prima a ser utilizada:

FERROS, CIMENTO, TIJOLOS E CANOS.

03 - Capacidade produtiva/comercial da unidade a ser instalada:

1 AVÁRIO E 2 BARRACÕES POR MÊS.

04 - Mercado consumidor potencial:

CLIENTE RURAL PARA CONSTRUÇÃO DE AVIÁRIOS, BARRACÕES E CONSTRUÇÕES EM GERAL.

05 - Previsão de faturamento, custos, despesas e retorno dos investimentos:

R$ 100.000,00

06 - Relação da infraestrutura, equipamentos e instalações necessárias ao funcionamento do projeto global, acompanhada de orçamento discriminado:

Uma estrutura completa para melhor atender os clientes e fornecedores.

07 - Previsão de investimentos próprios:

R$ 350.000,00

08 - Viabilidade econômica do projeto:

Objetivo é proporcionar aos clientes, soluções práticas para as suas obras, atendendo às necessidades de segurança, qualidade, rapidez e economia, com prazos condizentes, seja em cada uma das fases: projeto, fabricação e montagem, sejam quantos forem os prazos finais. Aumentar o movimento economico da cidade, dando opurtunidade de emprego para o municipio de Capanema-PR.

09 - Compromissos assumidos pela proponente:

a) cumprir todas as obrigações previstas no Termo de Referência, no edital e na minuta do contrato da licitação Concorrência XX/2020.

b) contratar, preferencialmente, pessoas que sejam domiciliados no Município de Capanema/PR.

10 - DA OFERTA:

CRITÉRIO	PROPOSTA DA EMPRESA
Empregabilidade (em número de empregos diretos gerados no prazo de 6 meses).	**5 EMPREGOS.**
Valor do investimento privado no empreendimento a ser instalado no imóvel - R$	**R$ 150.000,00**
Prazo para conclusão das obras / prazo para aplicação total dos investimentos	**ATÉ 6 MESES.**

MONTEL MONTAGENS

CNPJ: 22.754.263/0001-29

Lucimar Pereira da Silva Equipamentos

856

Faturamento Anual (média dos últimos 3 anos)	**2018: R$ 0,00** **2019: R$ 97.090,85** **2020(Até Outubro): R$ 201.722,72**
Tempo de constituição da empresa OU residência do sócio majoritário no Município de Capanema (somente dados do sócio mais antigo)	**8 MESES.**
Capacidade do empreendimento gerar uma cadeia de produção e/ou empregos indiretos no Município de Capanema/PR	**5 Empregos.**

Capanema, 12 de Novembro de 2020.

Assinatura e carimbo do represente legal/contratual da proponente

(Imprimir em papel com timbre da empresa)

Empresa: LUCIMAR PEREIRA DA SILVA EQUIPAMENTOS
C.N.P.J.: 22.754.263/0001-29
Balanço encerrado em: 31/12/2019

857

BALANÇO PATRIMONIAL

Descrição	2019	2018
	31/12/2019	31/12/2018
ATIVO	**72.753,10D**	**10.000,00D**
ATIVO CIRCULANTE	**72.753,10D**	**10.000,00D**
DISPONÍVEL	**62.164,90D**	**10.000,00D**
CAIXA	**62.164,90D**	**10.000,00D**
CAIXA GERAL	62.164,90D	10.000,00D
ESTOQUE	**10.588,20D**	**0,00**
MERCADORIAS, PRODUTOS E INSUMOS	**10.588,20D**	**0,00**
MERCADORIAS PARA REVENDA	10.588,20D	0,00
PASSIVO	**72.753,10C**	**10.000,00C**
PASSIVO CIRCULANTE	**4.434,68C**	**0,00**
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	**2.887,78C**	**0,00**
IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER	**2.887,78C**	**0,00**
SIMPLES NACIONAL A RECOLHER	2.887,78C	0,00
OBRIGAÇÕES TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIA	**1.546,90C**	**0,00**
OBRIGAÇÕES COM O PESSOAL	**888,22C**	**0,00**
PRÓ-LABORE A PAGAR	888,22C	0,00
OBRIGAÇÕES SOCIAIS	**658,68C**	**0,00**
INSS A RECOLHER	658,68C	0,00
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**68.318,42C**	**10.000,00C**
CAPITAL SOCIAL	**10.000,00C**	**10.000,00C**
CAPITAL SUBSCRITO	**10.000,00C**	**10.000,00C**
CAPITAL SOCIAL	10.000,00C	10.000,00C
LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	**58.318,42C**	**0,00**
LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	**58.318,42C**	**0,00**
LUCRO ACUMULADO DO EXERCÍCIO	58.318,42C	0,00

LUCIMAR PEREIRA DA SILVA
SÓCIO ADMINISTRADOR
CPF: 060.585.719-95

JOARES TARTARI
Reg. no CRC - PR sob o No. 040878/O-7
CPF: 014.970.779-74

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 31/12/2019

Descrição	2019	2018
RECEITA BRUTA	**97.090,85**	**0,00**
VENDA DE MERCADORIAS	46.873,50	0,00
SERVIÇOS PRESTADOS	50.217,35	0,00
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	**(4.250,50)**	**0,00**
(-) SIMPLES NACIONAL	(4.250,50)	0,00
RECEITA LÍQUIDA	**92.840,35**	**0,00**
CMV	**(28.421,37)**	**0,00**
CUSTOS DAS MERCADORIAS VENDIDAS	(28.421,37)	0,00
LUCRO BRUTO	**64.418,98**	**0,00**
DESPESAS OPERACIONAIS	**(6.100,56)**	**0,00**
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	**(6.100,56)**	**0,00**
PRÓ-LABORE	(5.988,00)	0,00
JUROS PASSIVOS	(112,56)	0,00
RESULTADO OPERACIONAL	**58.318,42**	**0,00**
RESULTADO ANTES DO IR E CSL	**58.318,42**	**0,00**
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	58.318,42	0,00

LUCIMAR PEREIRA DA SILVA
SÓCIO ADMINISTRADOR
CPF: 060.585.719-95

JOARES TARTARI
Reg. no CRC - PR sob o No. 040878/O-7
CPF: 014.970.779-74

859

ANEXO V-A
INDICAÇÃO DE ITENS RELACIONADOS AOS IMÓVEIS SEM BARRACÕES

NOME DA PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA: LUCIMAR PEREIRA DA SILVA EQUIPAMENTOS
CPF: 060.585.719-95 CNPJ: 22.754.263/0001-29

A proposta constante no envelope lacrado será utilizada como oferta para os imóveis previstos nos seguintes itens, em ordem de preferência:

Item (previsto no Termo de Referência)	**Descrição do imóvel** (previsto no Termo de Referência)
11	**Área Industrial II - próximo ao Ginásio de Esportes - Chácara 12C - Setor S.E - Rua Silvério Ampessan nº 698**

No caso de a pessoa física ou jurídica se sagrar vencedora em mais de um item, será adjudicado um único imóvel, conforme a ordem de preferência indicada nesta proposta.

Capanema, 12 de novembro de 2020.

Assinatura e carimbo do represente legal/contratual da proponente
(Imprimir em papel com timbre da empresa)

RELAÇÃO DOS TRABALHADORES CONSTANTES NO ARQUIVO SEFIP
MODALIDADE : 1-DECLARAÇÃO AO FGTS E À PREVIDÊNCIA

EMPRESA: LUCIMAR PEREIRA DA SILVA EQUIPAMENTOS — INSCRIÇÃO: 22.754.263/0001-29
COMP: 10/2020 COD REC: 115 COD GPS: 2003 FPAS: 515 OUTRAS ENT: SIMPLES: 2 RAT: 0,0 FAP: 1,00 RAT AJUSTADO: 0,00
TOMADOR/OBRA: INSCRIÇÃO:

NOME TRABALHADOR		PIS/PASEP/CI	ADMISSÃO	CAT	OCOR	DATA/COD MOVIMENTAÇÃO	CBO
REM SEM 13° SAL	REM 13°SAL	BASE CÁL 13°SAL PREV SOC	CONTRIB SEG DEVIDA			DEPÓSITO	JAM
		BASE CÁL PREV SOCIAL					
LUCIMAR PEREIRA DA SILVA		163.53450.82-7	01/07/2019	11			01210
1.045,00	0,00	0,00	114,95			0,00	0,00

TOTAIS DA EMPRESA/TOMADOR					
1.045,00	0,00	0,00	114,95	0,00	0,00

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO - MTE
GFIP - SEFIP 8.40 (29/03/2020) TABELAS 41.0 (01/03/2020)

MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF

DATA: 22/10/2020
HORA: 09:37:58
PÁG : 0004/0004

RESUMO DAS INFORMAÇÕES À PREVIDÊNCIA SOCIAL CONSTANTES NO ARQUIVO SEFIP
EMPRESA

EMPRESA: LUCIMAR PEREIRA DA SILVA EQUIPAMENTOS — Nº DE CONTROLE: FkRCPdSHnlZ0000-6 — Nº ARQUIVO: JQk6Mwv3U6E0000-8
COMP: 10/2020 COD REC: 115 COD GPS: 2003 FPAS: 515 OUTRAS ENT: SIMPLES: 2 RAT: 0.0 — INSCRIÇÃO: 22.754.263/0001-29 FAP: 1.00 RAT AJUSTADO: 0.00
TOMADOR/OBRA: — INSCRIÇÃO:

LOGRADOURO: RUA BAHIA 64 — BAIRRO: NOSSA SENHORA DE LOU — CNAE PREPONDERANTE: 4661300
CIDADE: DOIS VIZINHOS — UF: PR — CEP: 85660-000 — TELEFONE: 0046 9942 2003 — CNAE: 4661300

VALOR DEV PREV SOC CALCULADO SEFIP:	114.95	CONTRIB SEGURADOS - DEVIDA:	114.95
SALÁRIO FAMÍLIA:	0.00	RECEITA EVENTO DESP/PATROCÍNIO:	0.00
SALÁRIO MATERNIDADE:	0.00	PERC DE ISENÇÃO DE FILANTROPIA:	0.00
VALORES PAGOS COOP TRABALHO - SEM ADICIONAL:	0.00	13º SALÁRIO MATERNIDADE:	0.00
VALORES PAGOS COOP TRABALHO - ADIC. 15 ANOS:	0.00	COM PRODUÇÃO PJ:	0.00
VALORES PAGOS COOP TRABALHO - ADIC. 20 ANOS:	0.00	COM PRODUÇÃO PF:	0.00
VALORES PAGOS COOP TRABALHO - ADIC. 25 ANOS:	0.00	VALOR DAS FATURAS EMITIDAS PARA O TOMADOR:	0.00

COMPENSAÇÃO

PERÍODO INICIAL:		PERÍODO FINAL:		VALOR SOLICITADO:	0.00
VALOR ABATIDO:	0.00	VALOR A COMPENSAR:	0.00	VALOR EXCEDENTE AO LIMITE DOS 30%:	0.00

RETENÇÃO (LEI 9.711/98)

VALOR INFORMADO:	0.00	VALOR ABATIDO PELO SEFIP:	0.00	VALOR A COMPENSAR/RESTITUIR:	0.00

BASE DE CÁLCULO APOSENTADORIA ESPECIAL/OCORRÊNCIA

15 ANOS:	0.00	20 ANOS:	0.00	25 ANOS:	0.00
QUANTIDADE:	0	QUANTIDADE:	0	QUANTIDADE:	0

QUANTIDADE DE MOVIMENTAÇÕES / CÓDIGOS

H :	0	I1:	0	I2:	0	I3:	0	I4:	0	J :	0	K :	0	L :	0	M :	0	N1:	0
N2:	0	N3:	0	O1:	0	O2:	0	O3:	0	P1:	0	P2:	0	P3:	0	Q1:	0	Q2:	0
Q3:	0	Q4:	0	Q5:	0	Q6:	0	Q7:	0	R :	0	S2:	0	S3:	0	U1:	0	U2:	0
U3:	0	V3:	0	W :	0	X :	0	Y :	0	Z1:	0	Z2:	0	Z3:	0	Z4:	0	Z5:	0

1198611

RELAÇÃO DOS TRABALHADORES CONSTANTES NO ARQUIVO SEFIP
RESUMO DO FECHAMENTO - EMPRESA
FGTS

EMPRESA: LUCIMAR PEREIRA DA SILVA EQUIPAMENTOS
N° DE CONTROLE: FkRCPdSHn1Z0000-6
N° ARQUIVO: JQk6Mwv3U6E0000-8
INSCRIÇÃO: 22.754.263/0001-29
COMP: 10/2020 COD REC:115 COD GPS: 2003 FPAS: 515 OUTRAS ENT: SIMPLES: 2 RAT: 0.0
FAP: 1.00 RAT AJUSTADO: 0.00
TOMADOR/OBRA:
INSCRIÇÃO:

LOGRADOURO: RUA BAHIA 64
BAIRRO: NOSSA SENHORA DE LOU
CNAE PREPONDERANTE: 4661300
CIDADE: DOIS VIZINHOS
UF: PR
CEP: 85660-000
CNAE: 4661300

MODALIDADE : 1-DECLARAÇÃO AO FGTS E À PREVIDÊNCIA

	FGTS - 8%
REMUNERAÇÃO SEM 13° SALÁRIO	0,00
REMUNERAÇÃO 13° SALARIO	0,00
QUANTIDADE TRABALHADORES	0

RELAÇÃO DOS TRABALHADORES CONSTANTES NO ARQUIVO SEFIP
RESUMO DO FECHAMENTO - EMPRESA
MODALIDADE : 1-DECLARAÇÃO AO FGTS E À PREVIDÊNCIA

EMPRESA: LUCIMAR PEREIRA DA SILVA EQUIPAMENTOS
N° DE CONTROLE: FkRCPdSHnlZ0000-6
N° ARQUIVO: JQk6Mwv3U6E0000-8
INSCRIÇÃO: 22.754.263/0001-29
COMP: 10/2020 COD REC: 115 COD GPS: 2003 FPAS: 515 OUTRAS ENT: SIMPLES: 2 RAT: 0.0
FAP: 1.00 RAT AJUSTADO: 0.00
TOMADOR/OBRA:
INSCRIÇÃO:

LOGRADOURO: RUA BAHIA 64
BAIRRO: NOSSA SENHORA DE LOU
CNAE PREPONDERANTE: 4661300
CIDADE: DOIS VIZINHOS
UF: PR
CEP: 85660-000
CNAE: 4661300

CAT	QUANT	REMUNERAÇÃO SEM 13°	REMUNERAÇÃO 13°	BASE CÁL PREV SOC	BASE CÁL 13° PREV SOC
11	1	1.045,00	0,00	1.045,00	0,00
TOTAIS:	1	1.045,00	0,00	1.045,00	0,00

8654

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Das Partes

CLÁUSULA PRIMEIRA: LUCIMAR PEREIRA DA SILVA EQUIPAMENTOS, tendo a sua sede em Dois Vizinhos - PR, Inscrita no CNPJ nº 22.754.263/0001-29, por seu representante legal ao final assinado, LUCIMAR PEREIRA DA SILVA, residente e domiciliado à em Dois Vizinhos, portador da Carteira de Identidade Civil nº 96239866 expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Paraná e CPF/MF nº 060.585.719-95 ora no minada de CONTRATANTE e ESCRITORIO GERENCIAL DE CONTABILIDADE LTDA, pessoa jurídica, com sede na Rua Marechal Candido Rondon, 883, inscrita no CNPJ sob n.º 09.474.329/0001-69, por seu responsável Técnico JOARÊS TÁRTARI, inscrito no CRC-PR sob n.º 040878/O-7, ao final assinado ora nominado de CONTRATADO, firmam o presente CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONTABILIDADE, regido pelos artigos 1.216 e seguintes do Código Civil Brasileiro, demais leis e regulamentos aplicados á espécie e as cláusulas e condições seguintes:

Do Objeto

CLÁUSULA SEGUNDA: O CONTRATADO. Compromete-se a prestar os seguintes serviços ao CONTRATANTE:

(X) Escrituração Contábil, consistente nos seguintes serviços: Livro Diário, Razão, Balancete, Balanço.

(x) Escrituração Fiscal, consistente nos seguintes serviços: Registro de Entradas e Saídas, Apuração do ICMS, Guia e DFC.

(x) Departamento Pessoal, consistente nos seguintes serviços: Folha de pagamento, Guias s/ a FL de Pgto, RAIS, Dirf.

PARÁGRAFO ÚNICO: No caso do CONTRATANTE não Ter contratado os serviços de Escrituração Contábil, fica o mesmo ciente de que essa escrituração é obrigatória, ficando o CONTRATADO exonerado de quaisquer responsabilidades em decorrência dessa ausência de escrituração.

Dos Honorários Profissionais

CLÁUSULA TERCEIRA: O CONTRATANTE compromete-se a pagar pontualmente honorários mensais ao CONTRATADO até o dia 05 do mês subsequente ao dos serviços prestados no valor de R$ 200,00 (duzentos reais).

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O não pagamento dos honorários profissionais nos valores e datas fixados, implicará em acréscimo de multa de 1% mais encargos de mora, até a data do efetivo pagamento.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O não pagamento de quaisquer honorários profissionais ajustados entre as partes, por mais de 30 (trinta) dias, autorizará o CONTRATADO suspender a execução dos serviços e/ou iniciar a ação judicial cabível para denúncia deste contrato, para fins de cobrança dos honorários e/ou perdas e danos por inadimplência do CONTRATANTE, com os acréscimos previstos no Parágrafo Primeiro mais custas e honorários advocatícios.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Os honorários profissionais serão ajustados a cada doze meses, pelo índice acumulado do período INPC/IBGE, ou por outro índice que a ele venha em substituição.

PARÁGRAFO QUARTO: O período de reajuste de que trata o parágrafo anterior poderá ser renegociado em períodos inferiores, ainda na vigência do presente contrato, desde que não vedado por lei.

PARÁGRAFO QUINTO: O reajuste de que trata este artigo refere-se exclusivamente á reposição de inflação, excluindo aquele decorrente de aumento de volume de serviços executados pelo CONTRATADO.

CLÁUSULA QUARTA: Os serviços que forem executados complementarmente aos especificados por este contrato, serão cobrados separadamente dos honorários mensais, em valores previamente ajustados entre as partes, e, não havendo acordo prévio quanto ao preço, serão cobrados de acordo com a arbitragem feita pelo SESCAP.

Das Obrigações do Contratante

CLÁUSULA QUINTA: O CONTRATANTE obriga-se a entregar ao CONTRATADO toda a documentação relativa á execução dos serviços contratados, segundo as orientações técnicas deste, até o dia 06 do mês subsequente ao vencido.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O atraso da entrega dos documentos citados no "CAPT" desta cláusula, na data acima aprazada, pelo CONTRATANTE ao CONTRATADO, ou a entrega desses documentos em desacordo com as orientações técnicas deste, desonera o CONTRATADO das penalidades legais e quaisquer ônus decorrentes da falta ou atraso na execução dos serviços, sendo as mesmas suportadas exclusivamente pelo CONTRATANTE.

PARÁGRAFO SEGUNDO: No caso de Ter sido contratado o pagamento dos honorários mensais mediante entrega dos serviços contratados, o atraso na entrega da documentação pelo CONTRATANTE e/ou na desconformidade com as orientações técnicas do CONTRATADO, conforme estabelecido do "CAPUT" desta cláusula, não autoriza aquele a suspender o pagamento dos referidos honorários.

CLÁUSULA SEXTA: É de responsabilidade do CONTRATANTE o fornecimento de impressos e livros fiscais necessários execução dos serviços contratados ou o ressarcimento dos valores correspondentes, ao CONTRATADO.

Município de Capanema - PR

LICITANTE: Lucimar Pereira da Silva

CRITÉRIO	PROPOSTA/PONTOS	PONTOS	PESO	PROPOSTA	SOMATÓRIO DA PONTUAÇÃO DA PROPOSTA
Empregabilidade (em número de empregos diretos a serem gerados)	2 pontos por emprego gerado	Até 100	0,3	5,00	3,00
Valor do Investimento privado no empreendimento a ser instalado no imóvel R$	Até 20.000,00	5	0,2		0,00
	De 20.001,00 a 40.000,00.	10	0,2		0,00
	40.001,00 a 60.000,00.	15	0,2		0,00
	60.001,00 a 80.000,00	20	0,2		0,00
	Acima de 80.000,00, a cada 20.000,00 acrescenta 5 pontos.	até 100	0,2		0,00
Prazo construção da infraestrutura e aplicação total dos investimentos (critério exclusivo para terrenos)	Até 6 meses	100	0,2		0,00
	De 6 a 12 meses	80	0,2		0,00
	De 13 a 18 meses	60	0,2		0,00
	De 19 a 24 meses	40	0,2	40,00	8,00
Prazo para aplicação total dos investimentos (critério exclusivo para barracões)	Até 4 meses	100	0,2		0,00
	De 5 a 8 meses	80	0,2		0,00
	De 9 a 12 meses	60	0,2		0,00
	De 13 a 16 meses	40	0,2		0,00
	De 17 a 20 meses	20	0,2		0,00
	De 21 a 24 meses	10	0,2		0,00
Faturamento anual da pessoa jurídica R$	Até 80.001,00.	10	0,1		0,00
	de 80.001,00 a 150.000,00.	20	0,1		0,00
	150.001,00 a 200.000,00.	30	0,1		0,00
	200.001,00 a 250.000,00.	40	0,1		0,00
	250.001,00 a 300.000,00	50	0,1		0,00
	Acima de 300.000,00, a cada 50.000,00 acrescenta 10 pontos.	até 100	0,1		0,00
Tempo de constituição da empresa em Capanema OU tempo de residência do sócio majoritário da empresa OU da pessoa física em Capanema	5 pontos por ano	até 100	0,1	0,00	0,00
Capacidade do empreendimento gerar uma cadeia de produção e/ou empregos indiretos no Município de Capanema/PR	Aquisição de matéria-prima de pessoas físicas ou jurídicas residentes ou sediadas no Município de Capanema.	2 pontos para cada indicação, até 100	0,1	0,00	0,00
			TOTAL		**11,00**

LUIZ FERNANDO KRUGEL

23.263.082/0001-62

Secretaria da Micro e Pequena Empresa
Secretaria da Racionalização e Simplificação
Departamento de Registro Empresarial e Integração
Junta Comercial do Estado do Paraná - JUCEPAR

REQUERIMENTO DE EMPRESÁRIO

Folhas 1/1

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO DE EMPRESA - NIRE DA SEDE	NIRE DA FILIAL (preencher somente se tiver referência a filial)
XXX	

NOME DO EMPRESÁRIO (completo, sem abreviaturas)
LUIZ FERNANDO KRUGEL

NACIONALIDADE	ESTADO CIVIL
BRASILEIRA	Divorciado

SEXO	REGIME DE BENS (se casado)
Masculino	

FILIAÇÃO (pai)	(mãe)
LINDOLFO CARLOS KRUGEL	IRMA RIEWE KRUGEL

NASCIDO EM (data de nascimento)	IDENTIDADE (número)	Órgão emissor	UF	CPF (número)
12/04/1967	5774138	SSP	PR	70289980968

EMANCIPADO POR (forma de emancipação - somente no caso de menor)

DOMICILIADO NA (LOGRADOURO - rua, av, etc)	NUMERO
RUA LEOPOLDO SCHMIDT	233

COMPLEMENTO	BAIRRO/DISTRITO	CEP	CÓDIGO DO MUNICÍPIO (Uso da Junta Comercial)
	SAO JOSE OPERARIO	85760-00	005920 - Capanema

MUNICÍPIO	UF
Capanema	PR

declara, sob as penas da lei, não estar impedido de exercer atividade empresária, que não possui outro registro de empresário e requer à JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARANÁ:

CÓDIGO DO ATO	DESCRIÇÃO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO
080	INSCRIÇÃO	080

DESCRIÇÃO DO EVENTO
INSCRIÇÃO

NOME EMPRESARIAL
LUIZ FERNANDO KRUGEL

LOGRADOURO (rua,av, etc)	NUMERO
RUA LEOPOLDO SCHMIDT	233

COMPLEMENTO	BAIRRO/DISTRITO	CEP	CÓDIGO DO MUNICÍPIO (Uso da Junta Comercial)
	SAO JOSE OPERARIO	85760-000	005920 - Capanema

MUNICÍPIO	UF	PAÍS	CORREIO ELETRÔNICO (E-MAIL)
Capanema	PR	BRASIL	PEDROADONES@GMAIL.COM

VALOR DO CAPITAL - R$	VALOR DO CAPITAL - (por extenso)
10.000,00	dez mil reais

CÓDIGO DE ATIVIDADE ECONÔMICA (CNAE Fiscal)	Descrição do Objeto
Atividade Principal 4399103 Atividade Secundária 4321500, 4330499, 8130300	SERVIÇOS DE OBRA DE ALVENARIA, SERVIÇO DE PAISAGISMO, LIMPEZA, PLANTIO DE JARDINS, SERVIÇO DE INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO ELETRICA

DATA DE INICIO DAS ATIVIDADES	NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CNPJ	TRANSFERÊNCIA DE SEDE OU DE FILIAL DE OUTRA UF- NIRE ANTERIOR	UF	USO DA JUNTA COMERCIAL
01/09/2015				DEPENDENTE DE AUTORIZAÇÃO GOVERNAMENTAL ☐ 1 - SIM ☐ 3 - NÃO

ASSINATURA DA FIRMA PELO EMPRESÁRIO (ou pelo representante legal, se for o caso)
LUIZ FERNANDO KRUGEL

DATA ASSINATURA	ASSINATURA DO EMPRESÁRIO
04/09/2015	Tabelionato de Notas Capanema - PR

PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL

DEFERIDO. PUBLIQUE-SE E ARQUIVE-SE	AUTENTICAÇÃO
/ /	PR1150000159690

PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL

* Este documento foi gerado no portal Empresa Fácil Paraná

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARANÁ - SEDE

CERTIFICO O REGISTRO EM 14/09/2015 08:02 SOB Nº 41107965601.
PROTOCOLO: 155678329 DE 11/09/2015. NIRE: 41107965601.
LUIZ FERNANDO KRUGEL

JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ

SERVIÇO NOTARIAL DE CAPANEMA
Rua Alagoas, 1332 - Capanema - PR - CEP 85.760-000
☎ (46) 3552-3710

Selo Digital Nº 1expc.9M90n.my07w. Controle: 4en4k.aizS
Consulte esse selo em http://funarpen.com.br

Reconheço por VERDADEIRA a assinatura indicada de LUIZ FERNANDO KRUGUEL do que dou fé.

Capanema-PR, 04 de setembro de 2015, as 15:41:20 horas.

Em Test° da Verdade

Layden Salete Formighieri Pezzini - Escrevente

Emolumento: R$7,28 (VRC 43,59). Selo: R$10,69. Funrejus: R$1,8[illegible]

TABELIONATO DE NOTAS DE CAPANEMA
Adelar Miguel Pezzini
Agente Delegado Designado
Rua Alagoas, 1332
Centro
CAPANEMA - PR

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARANÁ - SEDE

CERTIFICO O REGISTRO EM 14/09/2015 08:02 SOB Nº 41107965601.
PROTOCOLO: 155678329 DE 11/09/2015. NIRE: 41107965601.
LUIZ FERNANDO KRUGEL

1001870

Secretaria da Micro e Pequena Empresa
Secretaria da Racionalização e Simplificação
Departamento de Registro Empresarial e Integração

REQUERIMENTO DE EMPRESÁRIO

Folhas 1

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO DE EMPRESA - NIRE DA SEDE	NIRE DA FILIAL (preencher somente se o ato referente a filial)
41107965601	XXX

NOME DO EMPRESÁRIO (completo, sem abreviaturas)
LUIZ FERNANDO KRUGEL

NACIONALIDADE	ESTADO CIVIL
BRASILEIRA	DIVORCIADO(A)

SEXO	REGIME DE BENS(se casado)
Masculino	XXX

FILHO DE (pai)	(mãe)
LINDOLFO CARLOS KRUGEL	IRMA RIEWE KRUGEL

NASCIDO EM (data de nascimento)	DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO (número)	Órgão emissor	UF	CPF (número)
12/04/1967	58774138	SSP	PR	702.899.809-68

EMANCIPADO POR (forma de emancipação - somente no caso de menor)
XXX

DOMICILIADO NA (LOGRADOURO - rua, av, etc)	NÚMERO
RUA LEOPOLDO SCHMIDT	233

COMPLEMENTO	BAIRRO/DISTRITO	CEP	CÓDIGO DO MUNICÍPIO (Uso da Junta Comercial)
XXX	SAO JOSE OPERARIO	85760-000	005920 - Capanema

MUNICÍPIO	UF
Capanema	PR

Declara, sob as penas da lei, não estar impedido de exercer atividade empresária, que não possui outro registro de empresário e requer:

À JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARANA	À JUNTA COMERCIAL DO XXX
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO ATO 002 - ALTERAÇÃO	CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO ATO XXX
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO EVENTO 021 - ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)	CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO EVENTO XXX

NOME EMPRESARIAL	ENQUADRAMENTO
LUIZ FERNANDO KRUGEL	ME (Microempresa)

LOGRADOURO (rua, av, etc)	NÚMERO
RUA DOUTOR LEOPOLDO SCHMIDT	233

COMPLEMENTO	BAIRRO/DISTRITO	CEP	CÓDIGO DO MUNICÍPIO (Uso da Junta Comercial)
XXX	SÃO JOSÉ OPERÁRIO	85760-000	005920 - Capanema

MUNICÍPIO	UF	PAÍS	CORREIO ELETRÔNICO (E-MAIL)
Capanema	PR	BRASIL	pedroaoones@gmail.com

VALOR DO CAPITAL - R$	VALOR DO CAPITAL (por extenso)
10.000,00	dez mil reais

CÓDIGO DE ATIVIDADE ECONÔMICA (CNAE Fiscal)	Descrição do Objeto
Atividade Principal 4399103 Atividade Secundária 2330302, 4321500, 4330499, 8130300	SERVIÇOS DE OBRA DE ALVENARIA, SERVIÇO DE PAISAGISMO, LIMPEZA, PLANTIO DE JARDINS, SERVIÇO DE INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO ELÉTRICA, FABRICAÇÃO DE ARTEFATOS DE CIMENTO PARA USO NA CONSTRUÇÃO

DATA DE INÍCIO DAS ATIVIDADES	NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CNPJ	TRANSFERÊNCIA DE SEDE OU DE FILIAL DE OUTRA UF- NIRE ANTERIOR	UF	USO DA JUNTA COMERCIAL
01/09/2015	23.243.052/0001-62			DEPENDENTE DE AUTORIZAÇÃO GOVERNAMENTAL ☐ 1 - SIM 3 - NÃO

DATA ASSINATURA	ASSINATURA DO EMPRESÁRIO
23/05/2019	Tab Notas Capanema - PR

PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL

DEFERIDO. PUBLIQUE-SE E ARQUIVE-SE	AUTENTICAÇÃO
	PR2190002661610

PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL

* Este documento foi gerado no portal Empresa Fácil Paraná

CERTIFICO O REGISTRO EM 29/05/2019 16:31 SOB Nº 20192913573.
PROTOCOLO: 192913573 DE 28/05/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11902432234. NIRE: 41107965601.
LUIZ FERNANDO KRUGEL .

JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA

TABELIONATO DE NOTAS - CAPANEMA - PR (46)3552.3710

Selo Digital WCh w qe:FAE.wnHV. Controle: T+PvY f7IWN

Consulte esse selo em http://funarpen.com.br

Reconheço por VERDADEIRA a assinatura indicada de LUIZ FERNANDO KRUGEL. Dou fé. Capanema-PR, 24 de maio de 2019.

Em Test da Verdade

Daniela Ribeiro do Carmo - Escrevente

CERTIFICO O REGISTRO EM 29/05/2019 16:31 SOB Nº 20192913573.
PROTOCOLO: 192913573 DE 28/05/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11902432234. NIRE: 41107965601.
LUIZ FERNANDO KRUGEL

JUNTA COMERCIAL DO PARANA

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
SECRETÁRIO-GERAL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
23.263.082/0001-62 MATRIZ		14/09/2015

NOME EMPRESARIAL
LUIZ FERNANDO KRUGEL

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
********	ME

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
43.99-1-03 - Obras de alvenaria

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
43.21-5-00 - Instalação e manutenção elétrica
43.30-4-99 - Outras obras de acabamento da construção
81.30-3-00 - Atividades paisagísticas
23.30-3-02 - Fabricação de artefatos de cimento para uso na construção

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
213-5 - Empresário (Individual)

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
R DOUTOR LEOPOLDO SCHMIDT	233	********

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
85.760-000	SAO JOSE OPERARIO	CAPANEMA	PR

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
PEDROADONES@GMAIL.COM	(46) 9972-3992

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	14/09/2015

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **15/10/2020** às **14:08:26** (data e hora de Brasília). Página: **1/1**

873

Cadastro de Inscrições Estaduais

Data/Hora Host CELEPAR
17/10/2020 - 20 29 39

Informações do Contribuinte

Inscrição Estadual	**90749605-85** **Inscrição CNPJ** **23.263.082/0001-62**
Nome Empresarial	**Luiz Fernando Krugel**
Endereço	Rua Padre Cirilo, 1126. Centro 85760-000 - Capanema - PR
Telefone	(46)3552-1239
E-mail	PEDROADONES@GMAIL.COM
Atividade Econômica Principal	2330-3/02 - Fabricacao de Artefatos de Cimento para Uso na Construcao
Atividade(s) Econômica(s) Secundária(s)	4321-5/00 - Instalacao e Manutencao Eletrica 4330-4/99 - Outras Obras de Acabamento da Construcao
Características do Estabelecimento	Unidade Produtiva com Atividade no Local
Formas de Atuação	Estabelecimento Fixo(Loja, Posto de Combustível, Etc)
Início das Atividades	05/2017
Código SRP Atual:	1.2520.203 - Desde 06/2020
Situação Cadastral Atual:	Ativo - Desde 05/2017
Regime Pagamento Atual:	2520.203 - Simples Nacional / Simples Nacional - Dia 03 do Mes+2 - Desde 06/2020
SPED (EFD, NF-e, CT-e, NFC-e):	Maiores informações clique aqui

Município de Capanema

ESTADO DO PARANÁ
75.972.760/0001-60
AV GOVPEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA, 1080 - CENTRO - CAPANEMA - PR

ALVARÁ Nº 124/2015

O Município de Capanema, conforme protocolo nº 67177/2015 de 15 de Setembro de 2015 concede alvará de licença para localização a:

Nome: **LUIZ FERNANDO KRUGEL - ME**
CNPJ/CPF: 23.263.082/0001-62 **Inscrição Municipal:** 41629
Nome Fantasia:

Localização: R DR LEOPOLDO SCHMIDT, 233 - SÃO JOSÉ OPERARIO CEP: 85760000 Capanema - PR

Atividades
4399-1/03 - Obras de alvenaria.
4321-5/00 - Instalação e manutenção elétrica.
4330-4/99 - Outras obras de acabamento da construção.
8130-3/00 - Atividades paisagísticas.

Horário de funcionamento Comercio e prestadores de servicos
Segunda à Sexta das 07:30 às 20:00
Sábado das 07:30 às 13:00

Este Alvará possui validade INDETERMINADA somente para a LOCALIZAÇÃO e ATIVIDADES acima descritas.

Observações:

1 - O Contribuinte deve manter o presente Alvará de Licença, em lugar bem visível e o exibirá a autoridade competente sempre que esta o exigir. - Código de Posturas - Lei 03/1970 - Artigo 213.
2 - Será exigida renovação de licença sempre que ocorrer mudanças de ramo de atividade, modificações nas características do estabelecimento ou transferência de local.
3 - Nos casos de alterações tais como: encerramento, mudanças de endereço, razão social, ramos de atividade, etc. O contribuinte será obrigado a comunicar a Prefeitura dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias.

IMPORTANTE:
- Evite multas, auditorias, fiscalização especial e outros aborrecimentos mantendo em dia sua situação perante o fisco. Futuramente você precisará de certidões para fins de aposentadoria, auxílios, pensão, etc. Zele pelo seu futuro.

Capanema,15 de Outubro de 2020

Autenticação: C2HJ2TQMJ5XMHQRUA

23/10/2020

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: LUIZ FERNANDO KRUGEL
CNPJ: 23.263.082/0001-62

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 15:29:27 do dia 23/10/2020 <hora e data de Brasília>.
Válida até 21/04/2021.
Código de controle da certidão: **BB56.2712.6AFA.9203**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Receita Estadual do Paraná

000876

Certidão Negativa

de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual
Nº 022789532-22

Certidão fornecida para o CNPJ/MF: **23.263.082/0001-62**
Nome: **LUIZ FERNANDO KRUGEL**

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

Obs.: Esta Certidão engloba todos os estabelecimentos da empresa e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

Válida até 14/02/2021 - Fornecimento Gratuito

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet
www.fazenda.pr.gov.br

Emitido via Internet Pública (17/10/2020 20:41:35)

Município de Capanema
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE TRIBUTAÇÃO

CERTIDÃO NEGATIVA

IMPORTANTE:

1. FICA RESSALVADO O DIREITO DA FAZENDA MUNICIPAL COBRAR DÉBITOS CONSTATADOS POSTERIORMENTE MESMO REFERENTE AO PERÍODO COMPREENDIDO NESTA CERTIDÃO.
2. A PRESENTE CERTIDÃO TEM VALIDADE ATÉ **14/12/2020**, SEM RASURAS E NO ORIGINAL.

REVENDO OS ARQUIVOS E REGISTROS, CERTIFICAMOS QUE: O CONTRIBUINTE NADA DEVE À FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL RELATIVO A EMPRESA MENCIONADA ABAIXO.

NEGATIVA Nº: 6417/2020

CÓDIGO DE AUTENTICAÇÃO: 9ZTMH282QET244X8X9ST

FINALIDADE: CONCORRÊNCIA / LICITAÇÃO

RAZÃO SOCIAL: LUIZ FERNANDO KRUGEL - ME

Inscrição Municipal	CNPJ/CPF	INSCRIÇÃO ESTADUAL	ALVARÁ
41629	23.263.082/0001-62		124

ENDEREÇO

R DR LEOPOLDO SCHMIDT, 233 - SÃO JOSÉ OPERÁRIO CEP: 85760000 Capanema - PR

CNAE / ATIVIDADES

Obras de alvenaria, Instalação e manutenção elétrica, Outras obras de acabamento da construção, Atividades paisagísticas

Certidão emitida no dia **Capanema, 15 de Outubro de 2020.**
CÓDIGO DE AUTENTICAÇÃO: **9ZTMH282QET244X8X9ST**

Voltar Imprimir

CAIXA
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 23.263.082/0001-62
Razão Social: LUIZ FERNANDO KRUGEL ME
Endereço: RUA LEOPOLDO SCHMIDT 233 / SAO JOSE OPERARIO / CAPANEMA / PR / 85760-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 14/10/2020 a 12/11/2020

Certificação Número: 2020101405321208729778

Informação obtida em 17/10/2020 20:37:50

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: LUIZ FERNANDO KRUGEL (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 23.263.082/0001-62
Certidão nº: 27794889/2020
Expedição: 23/10/2020, às 15:41:32
Validade: 20/04/2021 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **LUIZ FERNANDO KRUGEL (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **23.263.082/0001-62**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.

1880

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO PARANÁ
C O M A R C A D E CAPANEMA

CARTORIO DO DISTRIBUIDOR E ANEXOS
AV. PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA Nº 1212 - CENTRO
CAPANEMA/PR - 85760000

TITULAR
DIRCE STEVENS FACCIO
JURAMENTADO
VITOR HUGO PAGNO

Certidão Negativa

Certifico, a pedido de parte interessada, que revendo os livros e arquivos de distribuição CÍVEL (Cível, Precatória, Precatória Especial, Juizado Especial), Ações: CONCORDATA E FALENCIA, RECUPERAÇÃO JUDICIAL sob minha guarda neste cartório, verifiquei NÃO CONSTAR nenhum registro em andamento contra:

LUIZ FERNANDO KRUGEL ME

CNPJ 23.263.082/0001-62, no período compreendido desde 14/07/1989, até a presente data.

CAPANEMA/PR, 14 de Outubro de 2020, 16:16:47

VITOR HUGO PAGNO

PODER JUDICIÁRIO
Juízo de Direito da Comarca de
Capanema - Estado do Paraná
Av. Parigot de Souza, 1212
Cartório do Contador, Distribuidor, Partidor,
Depositário Público e Avaliador Judicial
CNPJ 01.259.161/0001-67
Dirce Stevens Faccio - Titular

Custas = R$ 48,95
Página 0001/0001
Criação da Comarca 29.11.1967

JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ

Governo do Estado do Paraná
Secretaria da Micro e Pequena Empresa
Junta Comercial do Estado do Paraná

Empresa Fácil PARANÁ

CERTIDÃO SIMPLIFICADA

Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis - SINREM

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data da sua expedição.

Nome Empresarial: LUIZ FERNANDO KRUGEL **Natureza Jurídica:** Empresário (Individual)			**Protocolo:** PRC2003611942
NIRE (Sede) 41107965621	**CNPJ** 23.263.082/0001-62	**Arquivamento do Ato de Inscrição** 14/09/2015	**Início de Atividade** 01/09/2015
Endereço Completo Rua DOUTOR LEOPOLDO SCHMIDT, Nº 233, SÃO JOSÉ OPERÁRIO-Cupaneira/PR- CEP85760-000			
Objeto SERVIÇOS DE OBRA DE ALVENARIA, SERVIÇO DE PAISAGISMO, LIMPEZA, PLANTIO DE JARDINS, SERVIÇO DE INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO ELÉTRICA, FABRICAÇÃO DE ARTEFATOS DE CIMENTO PARA USO NA CONSTRUÇÃO			
Capital R$ 10.000,00 (dez mil reais)			**Porte** ME (Microempresa)
Último Arquivamento **Data** 28/05/2019	**Número** 20192913573	**Ato/eventos** 002 - 021 - ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)	**Situação** ATIVA **Status** xxxxx
Nome do Empresário: LUIZ FERNANDO KRUGEL **Identidade:** 5877413B **Estado civil:** DIVORCIADO(A)		**CPF:** 702.899.809-68 **Regime de bens:** NÃO INFORMADO	

Esta certidão foi emitida automaticamente em 28/08/2020, às 08:07:42 (horário de Brasília).
Se impressa, verificar sua autenticidade no https://www.empresafacil.pr.gov.br, com o código MFVKX9GD.

PRC2003611942

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
Secretário Geral

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL: 5.877.413-8 DATA DE EXPEDIÇÃO: 02/05/2013

NOME: LUIZ FERNANDO KRUGEL

FILIAÇÃO: LINDOLFO CARLOS KRUGEL
IRMA RIEWE KRUGEL

NATURALIDADE: TRES PASSOS/RS DATA DE NASCIMENTO: 12/04/1967

DOC. ORIGEM: COMARCA=CAPANEMA/PR, DA SEDE
C.CAS=1667, LIVRO=13B, FOLHA=21V

CPF: 702.899.809-68

CURITIBA/PR

NEWTON TADEU ROCHA

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PUBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DO PARANÁ

RG: 5.877.413-8

POLEGAR DIREITO

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

882

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Receita Federal
Cadastro de Pessoas Físicas

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO

Número
702.899.809-68

Nome
LUIZ FERNANDO KRUGEL

Nascimento
12/04/1967

VÁLIDO SOMENTE COM COMPROVANTE DE IDENTIFICAÇÃO

CÓDIGO DE CONTROLE
24A2.67D8.073D.32DF

A autenticidade deste comprovante deverá ser confirmada na Internet, no endereço

www.receita.fazenda.gov.br

Comprovante emitido pela
Secretaria da Receita Federal do Brasil
às 10:23:07 do dia 26/02/2013 (hora e data de Brasília)
dígito verificador: 00

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO ELEITORAL

IDENTIFICAÇÃO BIOMÉTRICA

NOME DO ELEITOR
LUIS FERNANDO KRUGEL

DATA DE NASCIMENTO: 12/04/1967
N. INSCRIÇÃO: 0345 8996 0612
ZONA: 107
SEÇÃO: 0058
MUNICÍPIO / UF: CAPANEMA/PR
DATA DE EMISSÃO: 12/12/2017

JUIZ ELEITORAL

Des. Adalberto Jorge Xisto Pereira

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

POLEGAR DIREITO

ASSINATURA OU IMPRESSÃO DIGITAL DO ELEITOR

VÁLIDO SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA - JUSTIÇA ELEITORAL

Prefeitura Municipal de Capanema
Certifico que este documento é cópia fiel do original.
Capanema, 09/11/2020

COPEL

Copel Distribuição S.A.
José Izidoro Biazetto, 158 bl.C - Mossunguê - Curitiba PR - CEP 81200-240
CNPJ: 04.368.898/0001-06- IE 90.233.073-99 - IM 423.992-4

www.copel.com
0800 51 00 116

883

GLADIS HELENA BAUMGARTEN
AV INDEPENDENCIA, 178
SAO CRISTOVAO - CAPANEMA - PR - CEP: 85760-000

81680 01 001 519600
CPF 752.926.889-91

Mês de referência	Unidade Consumidora
Setembro/2020	32175086
Vencimento	**VALOR A PAGAR**
02/10/2020	R$ 226,06

FAT-01-20209523882307-85

Responsabilidade da Manutenção de Ilumina Pública: Municipio 4635521321

DENUNCIE FURTO DE FIOS! LIGUE 181.

Informações Técnicas

Nº Medidor: MD 0264330903 - BIFASICO

Reside/Residencial

Leitura Anterior	Leitura Atual	Medido	Constante de Multiplicação	Total Faturado	Consumo Médio Diário	Data de Emissão	Próxima Leitura Prevista
11/08/2020 32289	10/09/2020 32555	30 dias 266 kWh	1	266 kWh	8,86 kWh	14/09/2020	10/10/2020

Histórico de Consumo e Pagamento

Mês	kWh	Dt.Pgto.	Valor
08/2020	273	02/09/2020	218,79
07/2020	233	03/08/2020	207,05
06/2020	203	02/07/2020	185,11
05/2020	283	02/06/2020	248,93
04/2020	321	04/05/2020	279,88
03/2020	352	02/04/2020	311,24
02/2020	416	02/03/2020	368,70
01/2020	248	03/02/2020	227,06
12/2019	255	02/01/2020	237,90
11/2019	330	02/12/2019	298,31
10/2019	246	04/11/2019	231,53
09/2019	203	02/10/2019	197,95

Informações Suplementares

	Tarifas
ERGIA ELET CONSUMO	0,512770

Tensão Contratada: 127/220 volts
Limite AdequadoTensão: 117 a 133/202 a 231 volts

Reaviso de Vencimento

Valores Faturados

NOTA FISCAL/CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA Nº 153.956.394 - SÉRIE B
Emitida em 09/09/2020

Produto Descrição	Un.	Consumo	Valor Unitário	Valor Total	Base Cálc.	Aliq. ICMS
ENERGIA ELETRICA CONSUMO	kWh	266	0,756090	201,12	201,12	29,00%
CONT ILUMIN PUBLICA MUNICIPIO				24,94		

Prefeitura Municipal de Capanema
Certifico que este documento é cópia fiel do original.
Capanema, 09/11/2020

Base de Cálculo do ICMS	Valor ICMS	Valor Total da Nota Fiscal
201,12	58,32	226,06

Reservado ao Fisco

FFF8.E132.1854.4190.2112.84AD.4363.9EEE

INCLUSO NA FATURA PIS R$1,15 E COFINS R$5,27 CONFORME RES. ANEEL 130/2005.
FATURA DO MES 08/2020 ARRECADADA POR DÉBITO AUTOMATICO
A PARTIR DE 01/09/2020 - PIS/PASEP 0,55% e COFINS 2,54%.
A qualquer tempo pode ser solicitado o cancelamento de valores não relacionados à prestação do serviço de energia elétrica, como convênios e doações.
DENUNCIE O FURTO DE FIOS! LIGUE 181.
Atraso superior a 45dias sujeita inclusão no cadastro de Inadimplentes CADIN/PR
Agora é possível recorrer à Ouvidoria da Copel pelo Site ou Mobile.
Periodos Band.Tarif.: Verde:12/08-10/09

Autenticação Mecânica

32175086

Mês
09/2020

Vencimento
02/10/2020

Valor a Pagar
226,06

COPEL

83640000002 9 26060111000 0 00101020209 9 52388230785 4

NÃO RECEBER - DÉBITO AUTOMÁTICO - BANCO - 001 - AGÊNCIA - 0907

884

LUIZ FERNANDO KRUGEL – ME
CNPJ: 23.263.082/0001-62
RUA DR. LEOPOLDO SCHMIDT, 233
SÃO JOSÉ OPERÁRIO – CAPANEMA-PR.
TELEFONE: 46-9 9972-3992

DECLARAÇÃO DE CONCORDÂNCIA COM O EDITAL

LUIZ FERNANDO KRUGEL – ME, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob n° 23.263.082/0001-62, DECLARA, para fins do disposto neste Edital, que:

a) está de acordo em explorar a sua atividade em um dos imóveis em que está competindo, constantes no Termo de Referência desta licitação;

b) tem disponibilidade imediata dos equipamentos e utensílios necessários para exploração do barracão;

c) não empregará menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregará menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz( )
OBS: em caso de afirmativo, assinalar a ressalva acima.

d) se instalará e iniciará as atividades dentro do prazo não superior a 120 (cento e vinte) dias a contar do dia 1° de janeiro de 2021, podendo esse prazo ser prorrogado, havendo justificativa, por escrito e aceito pelo CONCEDENTE;

e) possui aptidão para o desempenho da atividade pertinente e compatível com o objeto da Licitação;

Capanema, 11 de novembro de 2.020

Luiz Fernando Krugel
Assinado de forma digital por Luiz Fernando Krugel
Dados: 2020.11.11 10:31:11 -03'00'

LUIZ FERNANDO KRUGEL
Assinatura do Responsável pela Empresa
(Nome Legível/Cargo/Carimbo do CNPJ)

LUIZ FERNANDO KRUGEL – ME
CNPJ: 23.263.082/0001-62
RUA DR. LEOPOLDO SCHMIDT, 233
SÃO JOSÉ OPERÁRIO – CAPANEMA-PR.

LUIZ FERNANDO KRUGEL – ME
CNPJ: 23.263.082/0001-62
RUA DR. LEOPOLDO SCHMIDT, 233
SÃO JOSÉ OPERÁRIO – CAPANEMA-PR.
TELEFONE: 46-9 9972-3992

ANEXO IV - PROPOSTA

( ) Proposta os itens relacionados aos imóveis **com** barracões.
(x) Proposta para os itens relacionados aos imóveis **sem** barracões.

NOME DA PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA: LUIZ FERNANDO KRUGEL - ME
CPF OU CNPJ: 23.263.082/0001-62

01 - Descrição clara e objetiva do ramo de atividade empresarial a ser desenvolvido no imóvel:

Uma Fábrica de Paver, Blocos de Concreto e Tubos (manilha) trata-se de um estabelecimento industrial onde se transformam as natérias primas (normalmente água, areia, pedrisco, pó de pedra, cimento e ligas) em blocos de concreto, paver e tubos, ou seja , um produto destinado ao uso na construção civil e outros segmentos do setor de infraestrutura. Os blocos de concreto, paver e tubos, surgiram como material alternatibo oao tijlo de barro e representa uma melhor opção em diversas situações na construção civil.

02 - Matéria prima a ser utilizada:

Cimento – Areia – Pó de Pedra – Pedrisco – Água e Outros Agregados indicados pela ABNT para Fabricação
dos Paver e Blocos de Concreto e Tubos (manilhas) para Galerias Plúviais.

03 - Capacidade produtiva/comercial da unidade a ser instalada:

Produção Atual Instalada: 660 m2 de Paver por mês 15 milheiros de Bloco de Concreto por mês
Produção na Nova Unidade a ser Instalada: 1.400 m2 de Paver por mês 30 milheiros de Blocos de Concreto por mês. Palanques de concreto Meio-Fios Lajes Pré-Moldada Tubos para Galeria Pluvial Revestimento de Placas em 3D

04- Mercado consumidor potencial:

O mercado Consumidor potencial para os produtos fabricados são: Construção Civil, Administração Pública
Num raio de atuação da Empresa de até 100 KM. de distância da sede da Fábrica.

LUIZ FERNANDO KRUGEL – ME
CNPJ: 23.263.082/0001-62
RUA DR. LEOPOLDO SCHMIDT, 233
SÃO JOSÉ OPERÁRIO – CAPANEMA-PR.
TELEFONE: 46-9 9972-3992

05 - Previsão de faturamento, custos, despesas e retorno dos investimentos:

Faturamento: R$ 86.895,00 mensal
Custos Variaveis Totais: R$ 43.556,93
Custos Fixos Totais: R$ 16.196,41
Resultado Liquido Financeiro: 16.196,41

06 - Relação da infraestrutura, equipamentos e instalações necessárias ao funcionamento do projeto global, acompanhada de orçamento discriminado:

Uma Fábrica de Artefatos de Cimento necessita da seguinte Infra Estrutura e Equipamentos para o Funcionamento do Projeto:
Pátio de Descarga e Estocagem – 800 m2 Setor de Processamento – 1.500 m2 Área de Cura: 600 m2 Área de Estocagem e Expedição: 1.000 m2 Área de Pessoal: 100 m2
Equipamentos:
Máquina de Blocos Máquina de Paver Mesa Alimentadora Mesa Extratora Misturador Esteira Misturador/Máquina Esteira de Matéria Prima/Misturador Formas Betorneira Mesas Vibratórias Empilhadeira Caminhão Munck Estação de Trabalho para os Funcionários Equipamentos Diversos para o Escritório **Os Equipamentos Necessários para Opereação do Projeto já existem nas atuais Instalações da Fabrica** **Valor Global dos Equipamentos: R$ 481.500,00**

07 - Previsão de investimentos próprios:

Limpeza, Terraplenagem do Local: R$ 15.000,00
Construção da Estrutura da Fábrica: R$ 51.000,00
Instalação de Agua e Energia Eletríca: R$ 10.000,00
Mudança do Local Atual: R$ 5.000,00
Estoque Inicial: R$ 100.000,00
Capital de Giro: R$ 40.000,00
Total dos Investimentos: R$ 221.0000,00

08 – Viabilidade econômica do projeto:

A análise do Projeto de Viabilidade Econômica e Financeira e os seus Indicadores demonstram a viabilidade do Projeto com capacidade de expansão dos negócios nos próximos três anos conforme análise de sazonalidade.

LUIZ FERNANDO KRUGEL – ME
CNPJ: 23.263.082/0001-62
RUA DR. LEOPOLDO SCHMIDT, 233
SÃO JOSÉ OPERÁRIO – CAPANEMA-PR.
TELEFONE: 46-9 9972-3992

09 – Compromissos assumidos pela proponente:

a) cumprir todas as obrigações previstas no Termo de Referência, no edital e na minuta do contrato da licitação Concorrência 02/2020. (Declaração em anexo)

b) contratar, preferencialmente, pessoas que sejam domiciliados no Município de Capanema/PR. (Declaração em anexo)

10 – DA OFERTA:

CRITÉRIO	PROPOSTA DA EMPRESA
Empregabilidade (em número de empregos diretos gerados no prazo de 6 meses).	06
Valor do investimento privado no empreendimento a ser instalado no imóvel - R$	R$ 221.000,00
Prazo para conclusão das obras / prazo para aplicação total dos investimentos	04 meses
Faturamento Anual (media dos últimos 3 anos)	R$ 850.000,00
Tempo de constituição da empresa OU residência do sócio majoritário no Município de Capanema (somente dados do sócio mais antigo)	Tempo de Residência no Município comprovado pela CTPS
Capacidade do empreendimento gerar uma cadeia de produção e/ou empregos indiretos no Município de Capanema/PR	As matérias primas como, areia, brita, pedrisco, pó de pedra e outros agragados serão adquiridos no município de Capanema já que existe uma cadeia produtiva e comercial deste itens, gerando aumento dos empregos indiretos na cadeia produtiva

Capanema, 11 de novembro de 2.020

Luiz Fernando Krugel

Assinado de forma digital por Luiz Fernando Krugel
Dados: 2020.11.11 09:47:31 -03'00'

Assinatura e carimbo do represente legal/contratual da proponente

LUIZ FERNANDO KRUGEL – ME
CNPJ: 23.263.082/0001-62
RUA DR. LEOPOLDO SCHMIDT, 233
SÃO JOSÉ OPERÁRIO – CAPANEMA-PR.

888

LUIZ FERNANDO KRUGEL – ME
CNPJ: 23.263.082/0001-62
RUA DR. LEOPOLDO SCHMIDT, 233
SÃO JOSÉ OPERÁRIO – CAPANEMA-PR.
TELEFONE: 46-9 9972-3992

DECLARAÇÃO
(Item 7.2 – h)

LUIZ FERNANDO KRUGEL – ME, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob n° 23.263.082/0001-62, DECLARA, para fins do disposto neste Edital, DECLARA que:

a) Previsão de geração de empregos diretos são de 06 (seis) novos colaboradores;

b) A previsão de geração de empregos indiretos com a ampliação do empreendimento atual são de no mínimo 04 (quatro colaboradores)

Capanema, 11 de novembro de 2.020

Luiz Fernando Krugel

Assinado de forma digital por Luiz Fernando Krugel
Dados: 2020.11.11 13:38:37 -03'00'

LUIZ FERNANDO KRUGEL
Assinatura do Responsável pela Empresa
(Nome Legível/Cargo/Carimbo do CNPJ)

LUIZ FERNANDO KRUGEL – ME
CNPJ: 23.263.082/0001-62
RUA DR. LEOPOLDO SCHMIDT, 233
SÃO JOSÉ OPERÁRIO – CAPANEMA-PR.

LUIZ FERNANDO KRUGEL – ME
CNPJ: 23.263.082/0001-62
RUA DR. LEOPOLDO SCHMIDT, 233
SÃO JOSÉ OPERÁRIO – CAPANEMA-PR.
TELEFONE: 46-9 9972-3992

DECLARAÇÃO
(Item 8.11.2 - c.1)

LUIZ FERNANDO KRUGEL – ME, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob n° 23.263.082/0001-62, DECLARA, para fins do disposto neste Edital, apresenta o cronograma de execução das obras/serviços de infraestrutura:

a) Limpeza do Terreno e Terraplenagem: 1°. Quinzena de Janeiro de 2.021

b) Construção de Barracão Pré Moldado, Instalação de Energia Elétrica e Água: 2°. Quinzena de Janeiro de 2.021 a 2°. Quinzena de Março de 2.021

c) Tranferência da Unidade atual para Nova Unidade: 1°. Quinzena de Abril de 2.021

d) Cronograma financeiro de desembolso:
Limpeza do Terreno e Terraplenagem: R$ 15.000,00
Construção do Barracão Pré Moldado: R$ 51.000,00
Instalação de Água e Luz: R$ 10.000,00
Tranferência da Unidade atual para Nova Unidade; R$ 5.000,00
Total do desembolso: R$ 81.000,00

Capanema, 11 de novembro de 2.020

Luiz Fernando Krugel
Assinado de forma digital por Luiz Fernando Krugel
Dados: 2020.11.11 13:58:52 -03'00'

LUIZ FERNANDO KRUGEL
Assinatura do Responsável pela Empresa
(Nome Legível/Cargo/Carimbo do CNPJ)

LUIZ FERNANDO KRUGEL – ME
CNPJ: 23.263.082/0001-62
RUA DR. LEOPOLDO SCHMIDT, 233
SÃO JOSÉ OPERÁRIO – CAPANEMA-PR.

~~441~~ 890

LUIZ FERNANDO KRUGEL – ME
CNPJ: 23.263.082/0001-62
RUA DR. LEOPOLDO SCHMIDT, 233
SÃO JOSÉ OPERÁRIO – CAPANEMA-PR.
TELEFONE: 46-9 9972-3992

DECLARAÇÃO
(Itens 8.11.2 - f.1 e f.2)

LUIZ FERNANDO KRUGEL – ME, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob n° 23.263.082/0001-62, DECLARA, para fins de cumprimento do disposto neste Edital, que as matérias-primas do seu empreendimento serão adquiridas dos fornecedores locais de areia, brita, pedrisco, pó de pedra e cimento.

Para que a mesma surta os efeitos desejados assinamos a presente DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO em conjunto.

Capanema, 11 de novembro de 2.020

Luiz Fernando Krugel
Assinado de forma digital por Luiz Fernando Krugel
Dados: 2020.11.11 14:58:03 -03'00'

LUIZ FERNANDO KRUGEL
Empresário

LUIZ FERNANDO KRUGEL – ME
CNPJ: 23.263.082/0001-62
RUA DR. LEOPOLDO SCHMIDT, 233
SÃO JOSÉ OPERÁRIO – CAPANEMA-PR.

JR TRANSPORTES
CNPJ 08.713.149/0001-20

MICEMETAL MULLER INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA
75.981.993/0001-29
CNPJ: 75.981.993/0001-29
MICEMETAL - Müller Indústria e Comércio Ltda.
Av. Independência, 1020 - Centro
85760-000 - Capanema - Paraná

JAIR KRAMPE - ME
CNPJ 08.713.149/0001-20

LUIZ FERNANDO KRUGEL – ME
CNPJ: 23.263.082/0001-62
RUA DR. LEOPOLDO SCHMIDT, 233
SÃO JOSÉ OPERÁRIO – CAPANEMA-PR.
TELEFONE: 46-9 9972-3992

fls 891

DECLARAÇÃO
(Item 9 – a)

Declaro para os devidos fins que a Empresa LUIZ FERNANDO KRUGEL – ME, inscrita no CNPJ: 23.263.082/0001-62 obriga-se a cumprir todas as obrigações previstas no Termo de Referência do Edital de Concorrência 02/2020 do Município de Capanema.

Por ser expressão da verdade assino o presente.

Capanema, 11 de novembro de 2.020

Luiz Fernando Krugel

Assinado de forma digital por Luiz Fernando Krugel
Dados: 2020.11.11 10:10:54 -03'00'

Luiz Fernando Krugel
Administrador

LUIZ FERNANDO KRUGEL – ME
CNPJ: 23.263.082/0001-62
RUA DR. LEOPOLDO SCHMIDT, 233
SÃO JOSÉ OPERÁRIO – CAPANEMA-PR.

LUIZ FERNANDO KRUGEL – ME
CNPJ: 23.263.082/0001-62
RUA DR. LEOPOLDO SCHMIDT, 233
SÃO JOSÉ OPERÁRIO – CAPANEMA-PR.
TELEFONE: 46-9 9972-3992

DECLARAÇÃO
(Item 9 b)

Declaro para os devidos fins que a Empresa LUIZ FERNANDO KRUGEL – ME, inscrita no CNPJ: 23.263.082/0001-62 obriga-se a contratar, preferencialmente, pessoas que sejam domiciliadas no Município de Capanema/Pr

Por ser expressão da verdade assino o presente.

Capanema, 11 de novembro de 2.020

Luiz Fernando Krugel

Assinado de forma digital por Luiz Fernando Krugel
Dados: 2020.11.11 09:51:43 -03'00'

Luiz Fernando Krugel
Administrador

LUIZ FERNANDO KRUGEL – ME
CNPJ: 23.263.082/0001-62
RUA DR. LEOPOLDO SCHMIDT, 233
SÃO JOSÉ OPERÁRIO – CAPANEMA-PR.

LUIZ FERNANDO KRUGEL – ME
CNPJ: 23.263.082/0001-62
RUA DR. LEOPOLDO SCHMIDT, 233
SÃO JOSÉ OPERÁRIO – CAPANEMA-PR.
TELEFONE: 46-9 9972-3992

893

ANEXO V-A

INDICAÇÃO DE ITENS RELACIONADOS AOS IMÓVEIS SEM BARRACÕES

NOME DA PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA: LUIZ FERNANDO KRUGEL
CPF OU CNPJ: 23.263.082/0001-62

A proposta constante no envelope lacrado será utilizada como oferta para os imóveis previstos nos seguintes itens, em ordem de preferência:

Item (previsto no Termo de Referência)	**Descrição do imóvel** (previsto no Termo de Referência)
Item 07 Terreno - Área Industrial III - Saída para São Luiz - Quadra n°80 - Lote 08 - Setor N.O - Rua Paraíba n° 1923 – Cadastro Municipal: 138827 – Área de 1.816,87m2	Item 07 Terreno - Área Industrial III - Saída para São Luiz - Quadra n°80 - Lote 08 - Setor N.O - Rua Paraíba n° 1923 – Cadastro Municipal: 138827 – Área de 1.816,87m2 – Valor R$ 363.374,00
Item 08 Área Industrial III - Saída para São Luiz - Quadra n°80 - Lote 09 - Setor N.O - Rua Paraíba n°1955 – Cadastro Municipal: 138835 – Área de 2.319,42m2	Item 08 Área Industrial III - Saída para São Luiz - Quadra n°80 - Lote 09 - Setor N.O - Rua Paraíba n°1955 – Cadastro Municipal: 138835 – Área de 2.319,42m2 – Valor de R$ 463.884,00

No caso de a pessoa física ou jurídica se sagrar vencedora em mais de um item, será adjudicado um único imóvel, conforme a ordem de preferência indicada nesta proposta.

Local, Capanema 11 de novembro de 2020.

Luiz Fernando Krugel
Assinado de forma digital por Luiz Fernando Krugel
Dados: 2020.11.11 09:48:39 -03'00'

Assinatura e carimbo do represente legal/cantratual da proponente

(Imprimir em papel com timbre da empresa)

LUIZ FERNANDO KRUGEL – ME
CNPJ: 23.263.082/0001-62
RUA DR. LEOPOLDO SCHMIDT, 233
SÃO JOSÉ OPERÁRIO – CAPANEMA-PR.

LUIZ FERNANDO KRUGEL – ME
CNPJ: 23.263.082/0001-62
RUA DR. LEOPOLDO SCHMIDT, 233
SÃO JOSÉ OPERÁRIO – CAPANEMA-PR.
TELEFONE: 46-9 9972-3992

ANEXO VI

DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE VISITA TÉCNICA

Concorrência nº 02/2020
Objeto: CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE TERRENOS E BARRACÕES, DESTINADOS À INSTALAÇÃO DE EMPRESAS DE QUALQUER NATUREZA, OBSERVADOS OS CRITÉRIOS E PREFERÊNCIAS DO TERMO DE REFERÊNCIA, VISANDO ESTIMULAR À GERAÇÃO DO EMPREGO E RENDA NO ÂMBITO MUNICIPAL, EM CONFORMIDADE COM A LEI MUNICIPAL Nº 1.745/2020.

Nome da Empresa: LUIZ FERNANDO KRUGEL - ME
CNPJ nº: 23.263.082/0001-62
Endereço Completo: Rua Dr. Leopoldo Schimidt, 233 – Bairro São José Operário – Capanema -Pr
Fone:46-99972-3992
E-mail: luizfkruger@gmail.com

O representante legal/contratual da Em*presa LUIZ FERNANDO KRUGEL - ME*, o(a) Sr.(a) Luiz Fernando Krugel, DECLARA que renuncia a Visita Técnica aos locais e/ou instalações do objeto licitado, de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades do imóvel, assumindo total responsabilidade por este fato e informando que não o utilizará para quaisquer questionamentos futuros que ensejem evenças técnicas e ou financeira para com a concedente.

Capanema, 11 de novembro de 2.020

Luiz Fernando Krugel
Assinado de forma digital por Luiz Fernando Krugel
Dados: 2020.11.11 09:49:14 -03'00'

Assinatura e carimbo do represente legal/contratual da proponente

LUIZ FERNANDO KRUGEL – ME
CNPJ: 23.263.082/0001-62
RUA DR. LEOPOLDO SCHMIDT, 233
SÃO JOSÉ OPERÁRIO – CAPANEMA-PR.

Projeto de Viabilidade Econômica e Financeira

Empresa: *LUIZ FERNANDO KRUGEL - ME*

SEBRAE

fls. 896

INVESTIMENTO FIXO

DISCRIMINAÇÃO	VALOR R$	%*
Construções	**51.000,00**	4,0%
Construção Pré Moldado	51.000,00	
Máquinas e Equipamentos	**391.500,00**	10,0%
Equipamentos	391.500,00	
Móveis e Utensílios	**2.500,00**	10,0%
Moveis e Utensílios	2.500,00	
Computadores	**2.000,00**	20,0%
Computadores	2.000,00	
Taxa de Franquia	-	0,0%
Veículos	**90.000,00**	20,0%
Caminhão Munck	90.000,00	
Outros	-	0,0%
Total Investimento Fixo	**537.000,00**	**4.986,67**

* - Percentual de depreciação por grupo.

SEBRAE

TID: 897

PRAZOS E ESTOQUES

POLÍTICA DE VENDA		
Prazo médio de venda das mercadorias	%	**Dias**
Venda à Vista	70,00	-
Venda a Prazo	30,00	
	Prazo Médio	**0**

Este quadro apresenta a divisão das vendas à vista e a prazo em relação às vendas totais.

POLÍTICA DE COMPRA		
Prazo médio de compras	%	**Dias**
À Vista	50,00	-
A Prazo	50,00	
	Prazo Médio	**0**

Este quadro apresenta a divisão das compras à vista e a prazo em relação às compras totais.

POLÍTICA DE ESTOQUE	Dias
Necessidade média de estoques	**7**

Este quadro define qual deve ser o estoque mínimo necessário em dias.

ESTIMATIVA DE ESTOQUE INICIAL	R$
Estoque Inicial	**20.000,00**

Este quadro define o valor do estoque inicial

SEBRAE

ESTIMATIVA DE FATURAMENTO MENSAL

TOTAIS

	Custo Direto	Faturamento	% do Faturamento
Produtos	42.253,50	86.895,00	100,0%
Services	-	-	0,0%
Total	42.253,50	86.895,00	

PRODUTOS

Descrição do Produto	Estimativa de Custos			Estimativa de Vendas	
	Vendas Unitárias	Custo Unit.	Custo da Mercadoria	Preço de Venda Unitário	Faturamento
PAVER	55.650	0,39	21.703,50	0,80	44.520,00
BLOCO DE CONCRETO	13.500	1,30	17.550,00	2,65	35.775,00
MEIO FIO	400	7,50	3.000,00	16,50	6.600,00
	CMV	42.253,50	TOTAL DE PRODUTOS		86.895,00

SERVIÇOS

Descrição do Serviço	Estimativa de Custos			Estimativa de Vendas	
	Vendas Unitárias	Custo Unit.	Custo Direto do Serviço	Preço de Venda Unitário	Faturamento
			-		-
			-		-
	Custo Direto	-	TOTAL DE SERVIÇOS		-

SEBRAE

HTD: 900

CUSTOS COM MÃO DE OBRA

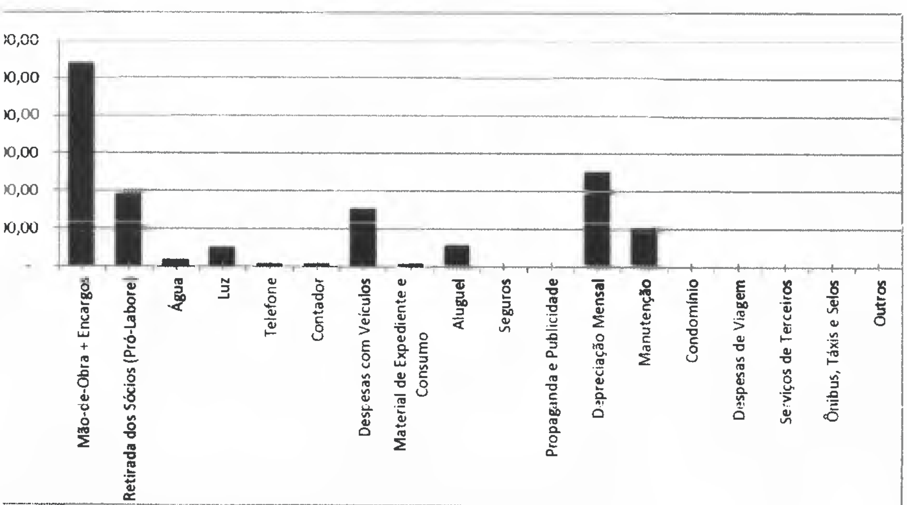
Cargo/Função	Nº func.	Salário	%*	Encargos	Total
Auxiliar de Produção	6	1.300,00	37,50%	487,50	10.725,00
			37,50%	-	-
			37,50%	-	-
			37,50%	-	-
			37,50%	-	-
			37,50%	-	-
			37,50%	-	-
			37,50%	-	-
			37,50%	-	-
			37,50%	-	-
			37,50%	-	-
Comissões (vide aba Comissões)		-	37,50%	-	-
TOTAL	**6**	**7.800,00**		**2.925,00**	**10.725,00**

SEBRAE

901

CUSTOS FIXOS

Discriminação	Valor R$
Mão-de-Obra + Encargos	10.725,00
Retirada dos Sócios (Pró-Labore)	3.780,00
Água	300,00
Luz	950,00
Telefone	100,00
Contador	100,00
Despesas com Veículos	3.000,00
Material de Expediente e Consumo	100,00
Aluguel	1.100,00
Seguros	-
Propaganda e Publicidade	-
Depreciação Mensal	4.986,67
Manutenção	2.000,00
Condomínio	-
Despesas de Viagem	-
Serviços de Terceiros	-
Ônibus, Táxis e Selos	-
Outros	-
TOTAL	27.141,67



SEBRAE

SIMULADOR TRIBUTÁRIO -- TOTAL

Faturamento Mensal	86.895,00

IMPOSTOS	MEI	SIMPLES	LUCRO PRESUMIDO	LUCRO REAL
IR - Imposto de Renda			1.042,74	457,09
CSLL - Contribuição Social	FATURAMENTO		938,47	274,25
COFINS - Contribuição Financeira Social	EXCEDE O		2.606,85	6.604,02
PIS - Programa de Integração Social	PERMITIDO	7.534,50	564,82	1.433,77
IPI - Imposto sobre Produtos Industrializados	R$ 81.000,00 AO		3.571,32	3.571,32
ICMS - Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços	ANO		10.570,68	10.570,68
ISS - Imposto sobre Serviços			-	-
TOTAL DE IMPOSTOS	-	**7.534,50**	**19.294,87**	**22.911,12**
RELAÇÃO PERCENTUAL DE IMPOSTOS	**0,00%**	**8,67%**	**22,2%**	**26,4%**

ENCARGOS				
INSS	-	-	2.316,00	2.316,00
SESI, SESC OU SEST	-	-	117,00	117,00
SENAI,SENAC OU SENAT	-	-	78,00	78,00
SEBRAE	-	-	46,80	46,80
INCRA	-	-	15,60	15,60
FGTS	-	624,00	624,00	624,00
Acidente de Trabalho	-	-	234,00	234,00
Salário Educação	-	-	195,00	195,00
TOTAL DE ENCARGOS	-	**624,00**	**3.626,40**	**3.626,40**
TOTAL GERAL DA TRIBUTAÇÃO	-	**8.158,50**	**22.921,27**	**26.537,52**

OPTAREI PELO REGIME:	
EI --- VETADO	
SIMPLES	x
LUCRO PRESUMIDO	
LUCRO REAL	

← Marque com **X** a opção escolhida

SEBRAE

ESTRUTURA GERENCIAL DE RESULTADOS

DISCRIMINAÇÃO		VALOR R$	%
1. Receita Total		**86.895,00**	**100,00%**
Vendas (à vista)		60.826,50	70,00%
Vendas (a prazo)		26.068,50	30,00%
2. Custos Variáveis Totais		**43.556,93**	**50,13%**
Previsão de Custos (Custo da Mercadoria + Custo do Serviço)		42.253,50	48,63%
Impostos Federais (PIS, COFINS, IPI ou SUPER SIMPLES)	0,00%	0,00	0,00%
Impostos Estaduais (ICMS)	0,00%	0,00	0,00%
Imposto Municipal (ISS)	0,00%	0,00	0,00%
Previsão de Inadimplência	1,50%	1.303,43	1,50%
Comissões		0,00	0,00%
Cartões de Crédito e Débito		0,00	0,00%
Outros Custos Variáveis		0,00	0,00%
3. Margem de Contribuição		**43.338,08**	**49,87%**
4. Custos Fixos Totais		**27.141,67**	**31,24%**
Mão-de-Obra + Encargos		10.725,00	12,34%
Retirada dos Sócios (Pró-Labore)		3.780,00	4,35%
Água		300,00	0,35%
Luz		950,00	1,09%
Telefone		100,00	0,12%
Contador		100,00	0,12%
Despesas com Veículos		3.000,00	3,45%
Material de Expediente e Consumo		100,00	0,12%
Aluguel		1.100,00	1,27%
Seguros		0,00	0,00%
Propaganda e Publicidade		0,00	0,00%
Depreciação Mensal		4.986,67	5,74%
Manutenção		2.000,00	2,30%
Condomínio		0,00	0,00%
Despesas de Viagem		0,00	0,00%
Serviços de Terceiros		0,00	0,00%
Ônibus, Táxis e Selos		0,00	0,00%
Outros Custos Fixos		0,00	0,00%
5. Resultado Operacional		**16.196,41**	**18,64%**
6. Investimentos		**0,00**	**0,00%**
Financiamento		0,00	0,00%
7. Imposto Renda Pessoa Jurídica e Contribuição Social (Presumido/Real)		**0,00**	**0,00%**
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ		-	0,00%
Contribuição Social - CS		-	0,00%
8. Resultado Líquido Financeiro		**16.196,41**	**18,64%**

LUIZ FERNANDO KRUGEL – ME
CNPJ: 23.263.082/0001-62
RUA DR. LEOPOLDO SCHMIDT, 233
SÃO JOSÉ OPERÁRIO – CAPANEMA-PR.

Luiz Fernando Krugel

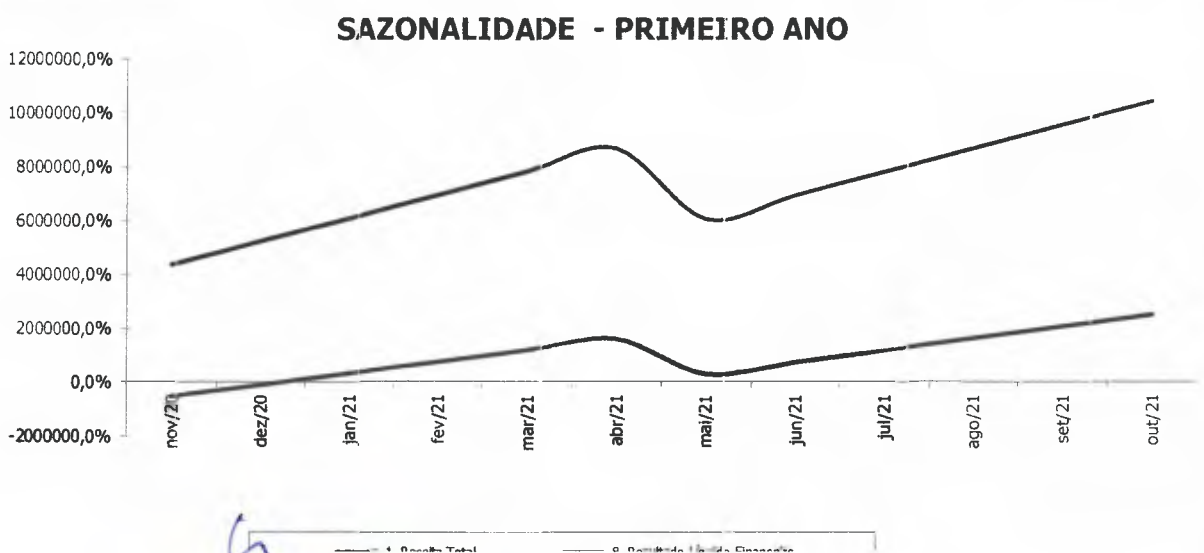
Assinado de forma digital por Luiz Fernando Krugel
Dados: 2020.11.11 10:59:30 -03'00'

SEBRAE

SAZONALIDADE - PRIMEIRO ANO

	nov / 20	dez / 20	jan / 21	fev / 21	mar / 21	abr / 21	mai / 21	jun / 21	jul / 21	ago / 21	set / 21	out / 21
1. Receita Total	43.447,50	52.137,00	60.826,50	69.516,00	78.205,50	86.895,00	60.826,50	69.516,00	78.205,50	86.895,00	95.584,50	104.274,00
2. Custos Variáveis Totais	21.778,46	26.134,16	30.489,85	34.845,54	39.201,23	43.556,93	30.489,85	34.845,54	39.201,23	43.556,93	47.912,62	52.268,31
3. Margem de Contribuição	21.669,04	26.002,85	30.336,65	34.670,46	39.004,27	43.338,08	30.336,65	34.670,46	39.004,27	43.338,08	47.671,88	52.005,69
4. Custos Fixos	27.141,67	27.141,67	27.141,67	27.141,67	27.141,67	27.141,67	27.141,67	27.141,67	27.141,67	27.141,67	27.141,67	27.141,67
5. Resultado Operacional	-5.472,63	-1.138,82	3.194,99	7.528,79	11.862,60	16.196,41	3.194,99	7.528,79	11.862,60	16.196,41	20.530,22	24.864,02
6. Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
7. Outros Investimentos												
8. Resultado Líquido Financeiro	-5.472,63	-1.138,82	3.194,99	7.528,79	11.862,60	16.196,41	3.194,99	7.528,79	11.862,60	16.196,41	20.530,22	24.864,02
Aporte de Capital												
Acumulado no Ano	-5.472,63	-6.611,45	-3.416,47	4.112,33	15.974,93	32.171,34	35.366,32	42.895,12	54.757,72	70.954,13	91.484,34	116.348,37
Lucratividade Mensal	-12,6%	-2,2%	5,3%	10,8%	15,2%	18,6%	5,3%	10,8%	15,2%	18,6%	21,5%	23,8%
Rentabilidade Mensal	-0,9%	-0,2%	0,5%	1,3%	2,0%	2,8%	0,5%	1,3%	2,0%	2,8%	3,5%	4,3%

Estagio de Crescimento da Atividade	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Sazonalidade	50,00%	60,00%	70,00%	80,00%	90,00%	100,00%	70,00%	80,00%	90,00%	100,00%	110,00%	120,00%
Variação do Custo Fixo	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%



Necessidade de Capital de Giro	
Inicial	24.330,60
Primeiro Ano	0
Lucratividade	
	13,13%

Parecer do Consultor:

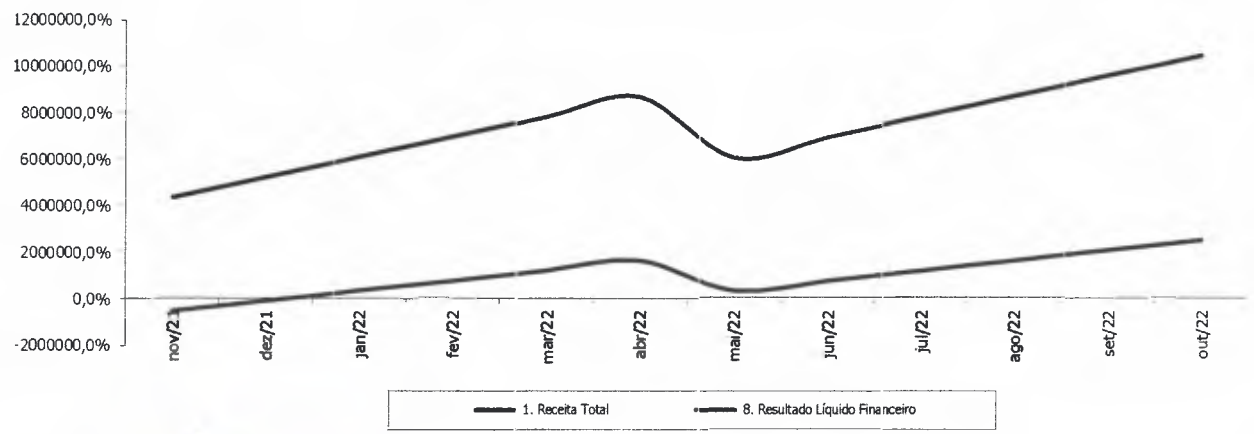
SEBRAE

SAZONALIDADE - SEGUNDO ANO

	nov / 21	dez / 21	jan / 22	fev / 22	mar / 22	abr / 22	mai / 22	jun / 22	jul / 22	ago / 22	set / 22	out / 22
1. Receita Total	43.447,50	52.137,00	60.826,50	69.516,00	78.205,50	86.895,00	60.826,50	69.516,00	78.205,50	86.895,00	95.584,50	104.274,00
2. Custos Variáveis Totais	21.778,46	26.134,16	30.489,85	34.845,54	39.201,23	43.556,93	30.489,85	34.845,54	39.201,23	43.556,93	47.912,62	52.268,31
3. Margem de Contribuição	21.669,04	26.002,85	30.336,65	34.670,46	39.004,27	43.338,08	30.336,65	34.670,46	39.004,27	43.338,08	47.671,88	52.005,69
4. Custos Fixos Totais	27.141,67	27.141,67	27.141,67	27.141,67	27.141,67	27.141,67	27.141,67	27.141,67	27.141,67	27.141,67	27.141,67	27.141,67
5. Resultado Operacional	-5.472,63	-1.138,82	3.194,99	7.528,79	11.862,60	16.196,41	3.194,99	7.528,79	11.862,60	16.196,41	20.530,22	24.864,02
6. Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
7. Outros Investimentos												
8. Resultado Líquido Financeiro	-5.472,63	-1.138,82	3.194,99	7.528,79	11.862,60	16.196,41	3.194,99	7.528,79	11.862,60	16.196,41	20.530,22	24.864,02
Aporte de Capital												
Acumulado no Ano	-5.472,63	-6.611,45	-3.416,47	4.112,33	15.974,93	32.171,34	35.366,32	42.895,12	54.757,72	70.954,13	91.484,34	116.348,37
Acumulado desde o início da atividade	110.875,74	109.736,91	112.931,90	120.460,69	132.323,29	148.519,70	151.714,69	159.243,48	171.106,08	187.302,49	207.832,71	232.696,73
Lucratividade Mensal	-12,6%	-2,2%	5,3%	10,8%	15,2%	18,6%	5,3%	10,8%	15,2%	18,6%	21,5%	23,8%
Rentabilidade Mensal	-0,9%	-0,2%	0,5%	1,3%	2,0%	2,8%	0,5%	1,3%	2,0%	2,8%	3,5%	4,3%

Sazonalidade	50,0%	60,0%	70,0%	80,0%	90,0%	100,0%	70,0%	80,0%	90,0%	100,0%	110,0%	120,0%
Variação do Custo Fixo	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%

SAZONALIDADE - SEGUNDO ANO



Necessidade de Capital de Giro	
Inicial	24.330,60
Segundo Ano	0,00
Lucratividade	
	13,13%

Parecer do Consultor:

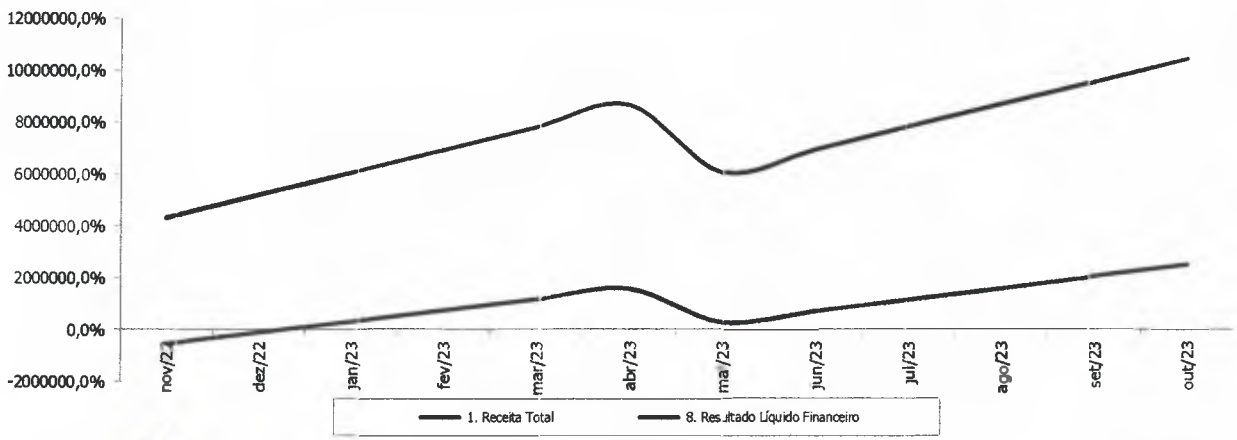
SEBRAE

SAZONALIDADE - TERCEIRO ANO

	nov / 22	dez / 22	jan / 23	fev / 23	mar / 23	abr / 23	mai / 23	jun / 23	jul / 23	ago / 23	set / 23	out / 23
1. Receita Total	43.447,50	52.137,00	60.826,50	69.516,00	78.205,50	86.895,00	60.826,50	69.516,00	78.205,50	86.895,00	95.584,50	104.274,00
2. Custos Variáveis Totais	21.778,46	26.134,16	30.489,85	34.845,54	39.201,23	43.556,93	30.489,85	34.845,54	39.201,23	43.556,93	47.912,62	52.268,31
3. Margem de Contribuição	21.669,04	26.002,85	30.336,65	34.670,46	39.004,27	43.338,08	30.336,65	34.670,46	39.004,27	43.338,08	47.671,88	52.005,69
4. Custos Fixos Totais	27.141,67	27.141,67	27.141,67	27.141,67	27.141,67	27.141,67	27.141,67	27.141,67	27.141,67	27.141,67	27.141,67	27.141,67
5. Resultado Operacional	-5.472,63	-1.138,82	3.194,99	7.528,79	11.862,60	16.196,41	3.194,99	7.528,79	11.862,60	16.196,41	20.530,22	24.864,02
6. Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
7. Outros Investimentos												
8. Resultado Líquido Financeiro	-5.472,63	-1.138,82	3.194,99	7.528,79	11.862,60	16.196,41	3.194,99	7.528,79	11.862,60	16.196,41	20.530,22	24.864,02
Aporte de Capital												
Acumulado no Ano	-5.472,63	-6.611,45	-3.416,47	4.112,33	15.974,93	32.171,34	35.366,32	42.895,12	54.757,72	70.954,13	91.484,34	116.348,37
Acumulado desde o início da atividade	227.224,10	226.085,28	229.280,27	236.809,06	248.671,66	264.868,07	268.063,05	275.591,85	287.454,45	303.650,86	324.181,07	349.045,10
Lucratividade Mensal	-12,6%	-2,2%	5,3%	10,8%	15,2%	18,6%	5,3%	10,8%	15,2%	18,6%	21,5%	23,8%
Rentabilidade Mensal	-0,9%	-0,2%	0,5%	1,3%	2,0%	2,8%	0,5%	1,3%	2,0%	2,8%	3,5%	4,3%

Sazonalidade	50,0%	60,0%	70,0%	80,0%	90,0%	100,0%	70,0%	80,0%	90,0%	100,0%	110,0%	120,0%
Variação do Custo Fixo	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%

SAZONALIDADE - TERCEIRO ANO



Necessidade de Capital de Giro	
Inicial	24.330,60
Terceiro Ano	0,00
Lucratividade	
	13,1%

Parecer do Consultor:

SEBRAE

INDICADORES FINANCEIROS

Recursos Necessários

Investimento	557.000,00
Capital de Giro	24.330,60
Total	581.330,60
Financiamento	-
Capital Próprio	581.330,60

Resumo Financeiro

Faturamento	86.895,00	
Custos Variáveis	43.556,93	50,13%
Custos Fixos	27.141,67	31,24%
Resultado Operacional	16.196,41	18,64%
Investimentos	-	0,00%
Resultado	16.196,41	18,64%

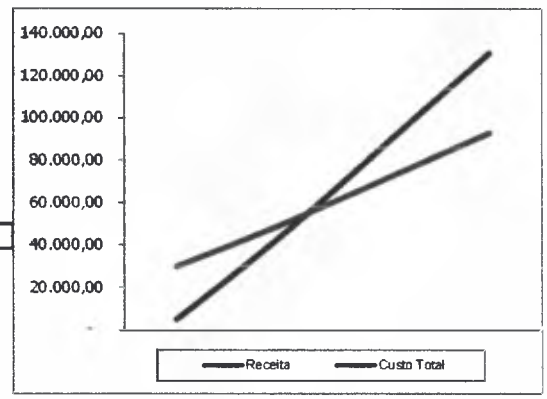
Ponto de Equilíbrio

	Operacional
Mensal	54.420,39
Diário	2.176,82

	Financeiro
Mensal	54.420,39
Diário	2.176,82

	Econômico	
Lucro Desejado	-	0,00%
Mensal	54.420,39	
Diário	2.176,82	

Dias Úteis	25



Estoques e Disponibilidade de Capital

Prazo Médio de Recebimento	0
Rotação do Estoque	5,75 dias

Necessidade de Capital de Giro		
Ciclo Financeiro	24.330,60	X
Saldo das contas do Balanço	10.719,20	

Indicadores de Desempenho

Margem de Contribuição	49,87%

Lucratividade	
Média Mensal	10,86%

Rentabilidade	
Média Mensal	1,67%
Período de 60 meses	2.787,51%

Prazo de Retorno do Investimento	
Resultado Operacional	60 meses
Resultado Final	60 meses

Endividamento Geral	
Grau de Endividamento	0

Taxa de Retorno	
TMA - Taxa Mínima de Atratividade	**11,35%**
TIR - Taxa Interna de Retorno	0,02%
VPL - Valor Presente Líquido	(139.271,07)

SEBRAE

INDICADORES FINANCEIROS

Análise de Sensibilidade

Acréscimo no Preço	10,0%
Receita	95.584,50
Custo Variável	43.556,93
Custo Fixo	27.141,67
Resultado Operacional	24.885,91
Investimentos	-
Resultado Final	24.885,91

Acréscimo nas Vendas	10,0%
Receita	95.584,50
Custo Variável	47.912,62
Custo Fixo	27.141,67
Resultado Operacional	20.530,22
Investimentos	-
Resultado Final	20.530,22

Redução no Custo da Mercadoria	10,0%
Receita	86.895,00
Custo Variável	39.331,58
Custo Fixo	27.141,67
Resultado Operacional	20.421,76
Investimentos	-
Resultado Final	20.421,76

Redução no Custo Fixo	10,0%
Receita	86.895,00
Custo Variável	43.556,93
Custo Fixo	24.427,50
Resultado Operacional	18.910,58
Investimentos	-
Resultado Final	18.910,58

Política de Descontos	10,0%
Receita	78.205,50
Custo Variável	43.556,93
Custo Fixo	27.141,67
Resultado Operacional	7.506,91
Investimentos	-
Resultado	7.506,91



909

CONECTIVIDADE SOCIAL

Protocolo de Envio de Arquivos

Prezado cliente PEDRO ADONES KRUGEL:12993198000130 ,

Seu arquivo MvzfztHX6AK00000.zip foi armazenado na Caixa Econômica Federal em 29/10/2020 às 10:23:28.

O número do Protocolo de Envio deste arquivo é:
C3E2D840D9D1D7F24040404040404040D8BDF784822D5802.

Este protocolo é sua garantia de que o arquivo foi devidamente recebido e armazenado para processamento pela Caixa Econômica Federal.
Havendo ocorrências impeditivas no processamento do arquivo, será enviada uma nota explicativa para a sua caixa postal no Conectividade Social contendo a(s) ocorrência(s) encontrada(s) e as ações necessárias para a solução.

Informações Complementares:

Transmissor:	PEDRO ADONES KRUGEL:12993198000130
Inscrição Transmissor:	12.993.198/0001-30
Responsável:	PEDRO ADONES KRUGEL ME
Inscrição Responsável:	12.993.198/0001-30
Competência:	10/2020
NRA:	MvzfztHX6AK00000
Base de Processamento:	PR - Capanema
Código de Recolhimento:	115
Contato:	PEDRO ADONES KRUGEL
Telefone:	004635521239

Atenção: Este Protocolo de Envio de Arquivos não garante a legitimidade do conteúdo das informações.

FGTS - FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO

GFIP - SEFIP8.40 (29/03/2020)

DATA: 29/10/2020
HORA: 10:22:18
PÁG : 001/001

RELATÓRIO ANALÍTICO DA GRF

EMPRESA: LUIZ FERNANDO KRUGEL ME
INSCRIÇÃO: 23.263.082/0001-62
COMPETÊNCIA: 10/2020
CÓD REC: 115
FPAS: 507
SIMPLES: 2

	FGTS - 8%
QTDE TRABALHADORES	6
REMUNERAÇÃO	7.600,00
DEPÓSITO	608,00
ENCARGOS FGTS	0,00
CONTRIB SOCIAL	0,00
ENCARGOS CONTRIB SOC	0,00
TOTAL A RECOLHER	608,00

VALIDADE DO CÁLCULO: até 07/11/2020

RELATÓRIO PARA SIMPLES CONFERÊNCIA, NÃO É VÁLIDO PARA QUITAÇÃO.

A(S) GRF(S), PARA FINS DE QUITAÇÃO, SERÁ(ÃO) IMPRESSA(S) SOMENTE APÓS TRANSMISSÃO DO ARQUIVO VALIDADO PELO CONECTIVIDADE SOCIAL.

HTD 911

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO - MTE
GFIP - SEFIP 8.40 (29/03/2020) TABELAS 41.0 (01/03/2020)

MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF

DATA 29/10/2020
HORA: 10:22:18
PÁG: 0001/0005

RELAÇÃO DOS TRABALHADORES CONSTANTES NO ARQUIVO SEFIP
MODALIDADE : "BRANCO"-RECOLHIMENTO AO FGTS E DECLARAÇÃO À PREVIDÊNCIA

858000000062 080001792014 107646050820 326308200015

EMPRESA:UIZ FERNANDO KRUGEL ME INSCRICAO: 23.263.082/0001-62
COMP: 10/2020 COD REC: 115 COD GPS: 2003 FPAS: 507 OUTRAS ENT: SIMPLES: 2 RAT: 0,0 FAP: 1,00 RAT AJUSTADO: 0,00
TOMADOR/OBRA: INSCRICAO:

NOME TRABALHADOR		PIS/PASEP/CI	ADMISSÃO	CAT	OCOR	DATA/COD MOVIMENTAÇÃO	CBO
	REM SEM 13º SAL	BASE CÁL 13ºSAL PREV SOC	CONTRIB SEG DEVIDA		DEPÓSITO		JAM
	REM 13ºSAL	BASE CÁL PREV SOCIAL					
ARTEMIO VEIVERBERG		155.37171.27-2	17/03/2020	01			07170
	1.350,00	0,00	105,82		108,00		0,00
	0,00	0,00					
DIONES DE OLIVEIRA DOPKE		206.43222.16-7	17/03/2020	01			07170
	1.250,00	0,00	96,82		100,00		0,00
	0,00	0,00					
ERNESTO HENRIQUE SCHEMMER		124.95803.55-7	17/03/2020	01			07170
	1.250,00	0,00	96,82		100,00		0,00
	0,00	0,00					
JAIRO DE FREITAS		128.28188.40-1	17/03/2020	01			07170
	1.200,00	0,00	92,32		96,00		0,00
	0,00	0,00					
M[redacted]IO JOSE DE JESUS		125.51791.72-5	17/03/2020	01			07170
	1.350,00	0,00	105,82		108,00		0,00
	0,00	0,00					
NADIR DE JESUS MORAES		127.99406.53-1	17/03/2020	01			07170
	1.200,00	0,00	92,32		96,00		0,00
	0,00	0,00					

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO - MTE
GFIP - SEFIP 8.40 (29/03/2020) TABELAS 41.0 (01/03/2020)

MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF

DATA: 29/10/2020
HORA: 10:22:18
PÁG : 0002/0005

RELAÇÃO DOS TRABALHADORES CONSTANTES NO ARQUIVO SEFIP
MODALIDADE : "BRANCO"-RECOLHIMENTO AO FGTS E DECLARAÇÃO À PREVIDÊNCIA

858000000062 080001792014 107646050820 326308200015

EMPRESA:UIZ FERNANDO KRUGEL ME INSCRICAO: 23.263.082/0001-62
COMP: 10/2020 COD REC: 115 COD GPS: 2003 FPAS: 507 OUTRAS ENT: SIMPLES: 2 RAT: 0,0 FAP: 1,00 RAT AJUSTADO: 0,00
TOMADOR/OBRA: INSCRICAO:

NOME TRABALHADOR			PIS/PASEP/CI	ADMISSÃO	CAT	OCOR	DATA/COD MOVIMENTAÇÃO	CBO
	REM SEM 13º SAL	REM 13ºSAL	BASE CÁL 13ºSAL PREV SOC	CONTRIB SEG DEVIDA		DEPÓSITO		JAM
			BASE CÁL PREV SOCIAL					
LUIZ FERNANDO KRUGEL			120.81761.16-7	01/09/2016	11			01423
	1.045,00	0,00	0,00	114,95		0,00		0,00

TOTAIS DA EMPRESA/TOMADOR					
8.645,00	0,00	0,00	704,87	608,00	0,00

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO - MTE | MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF | DATA: 29/10/2020

GFIP - SEFIP 8.40 (29/03/2020) TABELAS 41.0 (01/03/2020) | HORA: 10:22:18

PÁG: 0003/0005

RELAÇÃO DOS TRABALHADORES CONSTANTES NO ARQUIVO SEFIP

RESUMO DO FECHAMENTO - EMPRESA

MODALIDADE : "BRANCO"-RECOLHIMENTO AO FGTS E DECLARAÇÃO À PREVIDÊNCIA

858000000062 080001792014 107646050820 326308200015

Nº ARQUIVO: MvzfztHX6AK0000-0

EMPRESA:UIZ FERNANDO KRUGEL ME No DE CONTROLE: NZ1LTAhh1dn0000-1 INSCRICAO: 23.263.082/0001-62

COMP: 10/2020 COD REC: 115 COD GPS: 2003 FPAS: 507 OUTRAS ENT: SIMPLES: 2 RAT: 0,0 FAP: 1,00 RAT AJUSTADO: 0,00

TOMADOR/OBRA: INSCRICAO:

LOGRADOURO: RUA DOUTOR LEOPOLDO SCHMIDT 233 BAIRRO: SAO JOSE OPERARIO CNAE PREPONDERANTE:4330499

CIDADE: CAPANEMA UF: PR CEP: 85760-000 CNAE: 4330499

CAT	QUANT	REMUNERAÇÃO SEM 13º	REMUNERAÇÃO 13º	BASE CÁL PREV SOC	BASE CÁL 13º PREV SOC
01	6	7.600,00	0,00	7.600,00	0,00
11	1	1.045,00	0,00	1.045,00	0,00
TOTAIS:	7	8.645,00	0,00	8.645,00	0,00

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO - MTE | MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF

GFIP - SEFIP 8.40 (29/03/2020) TABELAS 41.0 (01/03/2020)

DATA: 29/10/2020
HORA: 10:22:18
PÁG : 0004/0005

RELAÇÃO DOS TRABALHADORES CONSTANTES NO ARQUIVO SEFIP
RESUMO DO FECHAMENTO - EMPRESA
FGTS

858000000062 080001792014 107646050820 326308200015

Nº ARQUIVO: MvzfztHX6AK0000-0

EMPRESA:UIZ FERNANDO KRUGEL ME — No DE CONTROLE: NZ1LTAhh1dn0000-1 — INSCRICAO: 23.263.082/0001-62

COMP: 10/2020 COD REC: 115 COD GPS: 2003 FPAS: 507 OUTRAS ENT: SIMPLES: 2 RAT: 0,0 FAP: 1,00 RAT AJUSTADO: 0,00

TOMADOR/OBRA: INSCRICAO:

LOGRADOURO: RUA DOUTOR LEOPOLDO SCHMIDT 233 **BAIRRO**: SAO JOSE OPERARIO CNAE PREPONDERANTE:4330499

CIDADE: CAPANEMA UF: PR CEP: 85760-000 CNAE: 4330499

MODALIDADE : "Branco"-RECOLHIMENTO AO FGTS E DECLARAÇÃO À PREVIDÊNCIA

	FGTS - 8%
REMUNERAÇÃO SEM 13º SALÁRIO	7.600,00
REMUNERAÇÃO 13º SALARIO	0,00
QUANTIDADE TRABALHADORES	6

VALORES DO FGTS

DATA DE RECOLHIMENTO ATÉ

DEPÓSITO FGTS	ENCARGOS FGTS	CONTRIB SOCIAL	ENCARGOS CONTRIB SOCIAL	TOTAL RECOLHER
608,00	0,00	0,00	0,00	608,00

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO - MTE | MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF

GFIP - SEFIP 8.40 (29/03/2020) TABELAS 41.0 (01/03/2020)

DATA: 29/10/2020
HORA: 10:22:18
PÁG: 0005/0005

RESUMO DAS INFORMAÇÕES À PREVIDÊNCIA SOCIAL CONSTANTES NO ARQUIVO SEFIP

EMPRESA

Nº ARQUIVO: MvzfztHX6AK0000-0

EMPRESA: UIZ FERNANDO KRUGEL ME — No DE CONTROLE: NZ1LTAhh1dn0000-1 — INSCRICAO: 23.263.082/0001-62

COMP: 10/2020 COD REC: 115 COD GPS: 2003 FPAS: 507 OUTRAS ENT: SIMPLES: 2 RAT: 0,0 FAP: 1,00 RAT AJUSTADO: 0,00

TOMADOR/OBRA: INSCRICAO:

LOGRADOURO: RUA DOUTOR LEOPOLDO SCHMIDT 233 BAIRRO: SAO JOSE OPERARIO CNAE PREPONDERANTE: 4330499

CIDADE: CAPANEMA UF: PR CEP: 85760-000 TELEFONE: 0046 3552 1239 CNAE: 4330499

VALOR DEV PREV SOC CALCULADO SEFIP:	607,63	CONTRIB SEGURADOS - DEVIDA:	704,87
SALÁRIO FAMÍLIA:	97,24	RECEITA EVENTO DESP/PATROCÍNIO:	0,00
SALÁRIO MATERNIDADE:	0,00	PERC DE ISENÇÃO DE FILANTROPIA:	0,00
VALORES PAGOS COOP TRABALHO - SEM ADICIONAL:	0,00	13º SALÁRIO MATERNIDADE:	0,00
VALORES PAGOS COOP TRABALHO - ADIC. 15 ANOS:	0,00	COM PRODUÇÃO PJ:	0,00
VALORES PAGOS COOP TRABALHO - ADIC. 20 ANOS:	0,00	COM PRODUÇÃO PF:	0,00
VALORES PAGOS COOP TRABALHO - ADIC. 25 ANOS:	0,00	VALOR DAS FATURAS EMITIDAS PARA O TOMADOR:	0,00

COMPENSAÇÃO

PERÍODO INICIAL: PERÍODO FINAL: VALOR SOLICITADO: 0,00

ABATIDO: 0,00 VALOR A COMPENSAR: 0,00 VALOR EXCEDENTE AO LIMITE DOS 30%: 0,00

RETENÇAO (LEI 9.711/98)

VALOR INFORMADO: 0,00 VALOR ABATIDO PELO SEFIP: 0,00 VALOR A COMPENSAR/RESTITUIR: 0,00

BASE DE CÁLCULO APOSENTADORIA ESPECIAL/OCORRÊNCIA

15 ANOS:	0,00	20 ANOS:	0,00	25 ANOS:	0,00
QUANTIDADE:	0	QUANTIDADE:	0	QUANTIDADE:	0

QUANTIDADE DE MOVIMENTAÇOES / CODIGOS

H:	0	I1:	0	I2:	0	I3:	0	I4:	0	J:	0	K:	0	L:	0	M:	0	N1:	0
N2:	0	N3:	0	O1:	0	O2:	0	O3:	0	P1:	0	P2:	0	P3:	0	Q1:	0	Q2:	0
Q3:	0	Q4:	0	Q5:	0	Q6:	0	Q7:	0	R:	0	S2:	0	S3:	0	U1:	0	U2:	0
U3:	0	V3:	0	W:	0	X:	0	Y:	0	Z1:	0	Z2	0	Z3:	0	Z4:	0	Z5:	0

MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF

GFIP - SEFIP 8.40 (29/03/2020) TABELAS 41.0 (01/03/2020)

DATA: 29/10/2020
HORA: 10:22:18
PÁG : 0001

COMPROVANTE DE DECLARAÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER À PREVIDÊNCIA SOCIAL E A OUTRAS ENTIDADES E FUNDOS POR FPAS
EMPRESA

N° ARQUIVO: MvzfztHX6AK0000-0

EMPRESA: LUIZ FERNANDO KRUGEL ME N° CONTROLE: NZ1LTAhh1dn0000-1 INSCRIÇÃO: 23.263.082/0001-62

COMP: 10/2020 COD REC: 115 COD GPS: 2003 FPAS: 507 OUTRAS ENT: SIMPLES: 2 ALIQ RAT: 0,0 FAP: 1,00 RAT AJUSTADO: 0,00

TOMADOR/OBRA: INSCRIÇÃO:

LOGRADOURO: RUA DOUTOR LEOPOLDO SCHMIDT 233 BAIRRO: SAO JOSE OPERARIO CNAE PREPONDERANTE: 4330499

CIDADE: CAPANEMA UF: PR CEP: 85760-000 TELEFONE: 0046-35521239 CNAE: 4330499

APURAÇÃO DO VALOR A RECOLHER:	507	620	744	779	TOTAL
SEGURADO					
Empregados/Avulsos	589,92	0,00	0,00	0,00	589,92
Contribuintes Individuais	114,95	0,00	0,00	0,00	114,95
EMPRESA					
Empregados/Avulsos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuintes Individuais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RAT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RAT - Agentes Nocivos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valores Pagos a Cooperativas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Adicional Cooperativas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comercialização Produção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Evento Desportivo/Patrocínio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECOLHIMENTO COMP ANT - VALOR INSS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Retenção Lei 9.711/98	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Sal. Família/Sal. Maternidade	97,24	0,00	0,00	0,00	97,24
(-) Compensação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VALOR A RECOLHER - PREVIDÊNCIA SOCIAL	607,63	0,00	0,00	0,00	607,63
OUTRAS ENTIDADES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECOLH COMP ANT - VALOR OUT ENTID	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VALOR A RECOLHER - OUTRAS ENTIDADES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL A RECOLHER	607,63	0,00	0,00	0,00	607,63

(*) Os valores de retenção, salário-família/salário-maternidade e compensação demonstrados são os efetivamente abatidos.

A DECLARAÇÃO DE DADOS CONSTANTES DESTA GFIP E DO ARQUIVO SEFIP CORRESPONDENTE A CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA, EQUIVALE A CONFISSÃO DE DÍVIDA DOS VALORES DELA DECORRENTES E CONSTITUI(EM)CRÉDITO(S) PASSÍVEL(IS) DE INSCRIÇÃO EM DÍVIDA ATIVA, NA AUSÊNCIA DO OPORTUNO RECOLHIMENTO OU PARCELAMENTO,E CONSEQUENTE EXECUÇÃO JUDICIAL NOS TERMOS DA LEI No 6.830/80.

O EMPREGADOR/CONTRIBUINTE, RENUNCIANDO EXPRESSAMENTE A QUALQUER CONTESTAÇÃO QUANTO AO VALOR E PROCEDÊNCIA DESTA DECLARAÇÃO/DÍVIDA, ASSUME INTEGRAL RESPONSABILIDADE PELA EXATIDÃO DO MONTANTE DECLARADO E CONFESSADO, FICANDO, ENTRETANTO, RESSALVADO A SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL O DIREITO DE APURAR, A QUALQUER TEMPO, A EXISTÊNCIA DE OUTRAS IMPORTANCIAS DEVIDAS NÃO INCLUÍDAS NESTE INSTRUMENTO, AINDA QUE RELATIVAS AO MESMO PERÍODO.

O EMPREGADOR/CONTRIBUINTE RECONHECE QUE A PRESENTE CONFISSÃO DE DÍVIDA NÃO OBRIGA A SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL A EXPEDIR DOCUMENTO COMPROBATÓRIO DA INEXISTÊNCIA DE DÉBITO, SALVO SE SEU CRÉDITO FOR GARANTIDO NA FORMA DOS ARTS. 258 E 259 DO REGULAMENTO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL, APROVADO PELO DECRETO 3.048, DE 12/05/1999, E ALTERAÇÕES POSTERIORES.

MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL - RFB
GFIP - SEFIP 8.40 (29/03/2020) TABELAS 41.0 (01/03/2020)

DATA:29/10/2020
HORA: 10:22:18
PÁG : 001/001

RELATÓRIO ANALÍTICO DE GPS

COMPETÊNCIA: 10/2020

EMPRESA			INSCRIÇÃO	OUTRAS ENTIDADES		COD PAGTO	FPAS
VALORES: SEGURADOS	EMPRESA	OUTRAS ENT	DED FPAS	VALOR DA RETENÇÃO	JUROS/MULTA	TOTAL	REEMBOLSO
LUIZ FERNANDO KRUGEL ME			23.263.082/0001-62			2003	507
704,87	0,00	0,00	97,24	0,00	0,00	607,63	0,00

OBSERVAÇÃO : EMPRESA OPTANTE PELO SIMPLES

BALANÇO PATRIMONIAL

APURADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

LUIZ FERNANDO KRUGEL ME
85760-000 – CAPANEMA – PR
CNPJ/MF 23.263.082/0001-62
ATIVIDADE DE SERVIÇOS
CONSOLIDADO

N.I.R.E. 41107965601 Data Reg. 14/09/2015

---------- Folha 007 - VALORES EM R$1,00

ATIVO

ATIVO CIRCULANTE		
DISPONÍVEL		6.825,23
CAIXA E BANCOS	6.825,23	
ATIVO NÃO CIRCULANTE		4.651,89
IMOBILIZADO		
MÁQUINAS, APARELHOS E EQUIPAMENTOS	4.076,66	
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	575,23	
TOTAL DO ATIVO		11.477,12

PEDRO ADONES KRUGEL
CRC/PR 021913/O-5

LUIZ FERNANDO KRUGEL
TITULAR EMPRESÁRIO

B A L A N Ç O P A T R I M O N I A L

APURADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

LUIZ FERNANDO KRUGEL ME
85760-000 – CAPANEMA – PR
CNPJ/MF 23.263.082/0001-62 N.I.R.E. 41107965601 Data Reg. 14/09/2015
ATIVIDADE SERVIÇOS
CONSOLIDADO

---------- Folha 008 – VALORES EM R$1,00

P A S S I V O

PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
CAPITAL SOCIAL		10.000,00
CAPITAL REALIZADO	10.000,00	
RESERVAS		
RESERVA DE LUCROS		1.477,12
RESULTADO DO EXERCÍCIO	1.477,12	
T O T A L D O P A S S I V O		11.477,12

PEDRO ADONES KRUGEL
CRC/PR 021913/O-5

LUIZ FERNANDO KRUGEL
TITULAR EMPRESÁRIO

LUIZ FERNANDO KRUGEL ME
85760-000 – CAPANEMA – PR
CNPJ/MF 23.263.082/0001-62
ATIVIDADE SERVIÇOS
CONSOLIDADO

N.I.R.E. 41107965601 Data Reg. 14/09/2015

---------- Folha 010 VALORES EM R$ 1,00
Encerrado em – Dezembro/2017

DLPA - DEMONSTRAÇÃO DOS LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS

Demonstração Comparativa	**Dez./2016**	**Dez/2017**
SALDO INICIAL DE LUCROS ACUMULADOS	0,00	
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	
LUCRO OU PREJUIZO DO EXERCICIO (+ OU -)		+1.236,84
RETIRADA DE LUCROS		- 1.236,84
SALDO NO FIM DO EXERCICIO		+1.236,84

---------- ----------

PEDRO ADONES KRUGEL
CRC/PR 021913/O-5

LUIZ FERNANDO KRUGEL
TITULAR EMPRESÁRIO

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO
APURADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

LUIZ FERNANDO KRUGEL ME
85760-000 CAPANEMA – PR
CNPJ/MF 23.263.082/0001-62 N.I.R.E. 41107965601 Data Reg. 14/09/2015
ATIVIDADE SERVIÇOS
CONSOLIDADO

---------- Folha 009 VALORES EM R$ 1,00

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

RESULTADO DO EXERCICIO		
REC. LIQ. DE SERVIÇOS		
REC. BRUTA DE SERVIÇOS NO PAÍS		2.610,00
REC. BRUTA DE VENDAS DE MERCADORIAS		12.801,20
DEDUÇÃO DA RECEITA BRUTA		(686,36)
-IMPOSTOS INCIDENTES SOBRE SERVIÇOS .....(	686,36)	
RECEITA LÍQUIDA		14.724,84
DESPESAS OPERACIONAIS		
-DESPESAS GERAIS DO EXERCÍCIO ..... .(	13.247,72)	
Resultado do exercício		1.477,12

==========

---------- ----------

PEDRO ADONES KRUGEL
CRC/PR 021913/O-5

LUIZ FERNANDO KRUGEL
TITULAR EMPREÁRIO

CNPJ: 23.263.082/0001-62
NIRE nº 41107965601 de 14/09/2015
Consolidação: Empresa **Grau: 4** **Encerrado em: 31/12/2018**

ATIVO		**129.975,93**
CIRCULANTE		**83.693,60**
DISPONIBILIDADES		45.502,84
CAIXA		45.502,84
ESTOQUES		38.190,76
ESTOQUE DE MERCADORIAS		38.190,76
ATIVO NÃO CIRCULANTE		**46.282,33**
IMOB.-MATRIZ		46.282,33
IMOBILIZADO		46.282,33
TOTAL DO ATIVO	129.975,93	
PASSIVO		**129.975,93**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**129.975,93**
CAPITAL SOCIAL		10.000,00
CAPITAL SOCIAL REALIZADO		10.000,00
RESERVAS		119.975,93
RESERVAS DE LUCROS		119.975,93
TOTAL DO PASSIVO	129.975,93	

LUIZ FERNANDO KRUGEL
ADMINISTRADOR
CPF 702.899.809-68

PEDRO ADONES KRUGEL ME
CONTADOR
CRC 21913/O-5

CNPJ: 23.263.082/0001-62
Consolidação: Empresa

Grau: 4

Período: 01/2018 a 12/2018

RECEITA OPERACIONAL BRUTA	**126.466,18**
RECEITAS OPERACIONAIS VENDAS E SERVIÇOS	126.466,18
RECEITA BRUTA VENDAS NO PAÍS	126.466,18
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	**0,00**
RECEITA LÍQUIDA	**126.466,18**
CUSTOS	**13.634,46**
CUSTOS DAS MERCADORIAS E PRODUTOS	13.634,46
CUSTOS DAS MERCAD. VENDIDAS	13.634,46
LUCRO BRUTO	**112.831,72**
DESPESAS OPERACIONAIS	**84.642,77**
DESPESAS OPERACIONAIS	84.642,77
DESPESAS COMERCIAIS	84.642,77
DESPESAS GERAIS COMERCIAIS	84.642,77
RESULTADO ANTES DAS OPERAÇÕES FINANCEIRAS	**28.188,95**
RESULTADO ANTES DAS PROVISÕES TRIBUTÁRIAS	**28.188,95**
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**28.188,95**

LUIZ FERNANDO KRUGEL
ADMINISTRADOR
CPF 702.899.809-68

PEDRO ADONES KRUGEL ME
CONTADOR
CRC 21913/O-5

Saldo inicial de lucros acumulados	91.786,98
Ajustes de exercícios anteriores	0.00
Saldo ajustado	91.786,98
Reversão de reservas	0,00
Lucro líquido do exercício	28.188,95
Destinação do lucro	0,00
Saldo final de lucros acumulados	119.975,93
Dividendos por ação do capital social	0,00

LUIZ FERNANDO KRUGEL
ADMINISTRADOR
CPF 702.899.809-68

PEDRO ADONES KRUGEL ME
CONTADOR
CRC 21913/O-5

CNPJ: 23.263.082/0001-62
NIRE nº 41107965601 de 14/09/2015
Consolidação: Empresa **Grau: 4** **Encerrado em: 31/12/2019**

ATIVO		**149.680,26**
CIRCULANTE		**103.397,93**
DISPONIBILIDADES		69.699,08
CAIXA		69.699,08
ESTOQUES		33.698,85
ESTOQUE DE MERCADORIAS		33.698,85
ATIVO NÃO CIRCULANTE		**46.282,33**
IMOB.-MATRIZ		46.282,33
IMOBILIZADO		46.282,33
TOTAL DO ATIVO	149.680,26	
PASSIVO		**149.680,26**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**149.680,26**
CAPITAL SOCIAL		10.000,00
CAPITAL SOCIAL REALIZADO		10.000,00
RESERVAS		139.680,26
RESERVAS DE LUCROS		139.680,26
TOTAL DO PASSIVO	149.680,26	

LUIZ FERNANDO KRUGEL
ADMINISTRADOR
CPF 702.899.809-68

PEDRO ADONES KRUGEL ME
CONTADOR
CRC 21913/O-5

CNPJ: 23.263.082/0001-62
Consolidação: Empresa **Grau: 4** **Período: 01/2019 a 12/2019**

RECEITA OPERACIONAL BRUTA	**91.855,59**
RECEITAS OPERACIONAIS VENDAS E SERVIÇOS	91.855,59
RECEITA BRUTA VENDAS NO PAÍS	89.351,39
RECEITA DE SERVIÇOS NO PAIS	2.504,20
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	**2.446,44**
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	2.446,44
IMPOST.SOBRE VENDAS E SERVIÇOS	2.446,44
RECEITA LÍQUIDA	**89.409,15**
CUSTOS	**47.546,09**
CUSTOS DAS MERCADORIAS E PRODUTOS	47.546,09
CUSTOS DAS MERCAD. VENDIDAS	47.546,09
LUCRO BRUTO	**41.863,06**
DESPESAS OPERACIONAIS	**22.158,73**
DESPESAS OPERACIONAIS	**22.158,73**
DESPESAS COMERCIAIS	22.158,73
DESPESAS GERAIS COMERCIAIS	22.158,73
RESULTADO ANTES DAS OPERAÇÕES FINANCEIRAS	**19.704,33**
RESULTADO ANTES DAS PROVISÕES TRIBUTÁRIAS	**19.704,33**
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**19.704,33**

LUIZ FERNANDO KRUGEL
ADMINISTRADOR
CPF 702.899.809-68

PEDRO ADONES KRUGEL ME
CONTADOR
CRC 21913/O-5

Saldo inicial de lucros acumulados	119.975,93
Ajustes de exercícios anteriores	0.00
Saldo ajustado	119.975,93
Reversão de reservas	0,00
Lucro líquido do exercício	19.704,33
Destinação do lucro	0,00
Saldo final de lucros acumulados	139.680,26
Dividendos por ação do capital social	0,00

LUIZ FERNANDO KRUGEL
ADMINISTRADOR
CPF 702.899.809-68

PEDRO ADONES KRUGEL ME
CONTADOR
CRC 219137/O-5

A CARTEIRA PROFISSIONAL

Por menos que pareça e por mais trabalho que dê ao interessado, a carteira profissional é um documento indispensável à proteção do trabalhador.

Elemento de qualificação civil e de habilitação profissional, a carteira representa também título originário para a colocação, para a inscrição sindical e, ainda, um instrumento prático do contrato individual de trabalho.

A carteira, pelos lançamentos que recebe, configura a história de uma vida. Quem a examina, logo verá se o portador é um temperamento aquietado ou versátil; se ama a profissão escolhida ou ainda não encontrou a própria vocação; se andou de fábrica em fábrica, como uma abelha, ou permaneceu no mesmo estabelecimento, subindo a escala profissional. Pode ser um padrão de honra. Pode ser uma advertência.

(a) **Alexandre Marcondes Filho**

MINISTÉRIO DO TRABALHO
SECRETARIA DE EMPREGO E SALÁRIO
DATA 30 JUL 1981
CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL
PREFEITURA
de Três Passos

Série 00008-RS

Número 003124



Polegar Direito



ASSINATURA DO PORTADOR

QUALIFICAÇÃO CIVIL

Nome Luiz Fernando Krügel

Loc. Nasc. Três Passos

Est. R.S. Data 12/04/67

Filiação Rudolfo Carlos Krügel e Irma Rieuo Krügel

Est. Civil Solteiro Doc. Nº 4908

Fls. 028 Liv. 3-A Reg. Civil Três Passos

Outro doc.

Situação Militar: Doc.

Nº Órgão Est.

Naturalizado Dec. Nº Em / /

ESTRANGEIROS

Chegada ao Brasil em

Doc. Ident. Nº Exp. em / /

Estado

Obs.

Data Emissão 30 / 07 / 81 DRT 18ª

Assinatura do Funcionário

ALTERAÇÕES DE IDENTIDADE

(Com relação nome, est. civil e data nasc.)

Nome

Doc.

Nome

Doc.

Nome

Doc.

Est. Civil

Doc.

Est. Civil

Doc

Nascimento

Doc.

10 **CONTRATO DE TRABALHO**

Empregador Emiro Weiss

Rua Dista. Tiradentes Nº

Município Três Passos Est. RS.

Esp. do estabelecimento Posto de Gasolina

Cargo Serviços Gerais

C.B.O. nº

Data admissão 01 de setembro de 19 81

Registro nº 01 Fls/Ficha 8

Remuneração especificada Cr$ 8.465,00 (Oito mil, quatrocentos e sessenta e cinco cruzeiros), mensais.

X Emiro Weiss
Ass. do empregador ou a rogo c/ test.

1º

2º

Data saída 14 de julho de 19 82

X Emiro Weiss
Ass. do empregador ou a rogo c/ test.

1º

2º

11 **CONTRATO DE TRABALHO**

Empregador FULBER & CIA. LTDA.

OFICIAL

Rua AV. BRASIL Nº 1022

Município CAPANEMA Est. PR.

Esp. do estabelecimento COMERCIAL

Cargo FRENTISTA

C.B.O. nº 451.60

Data admissão 01 de AGOSTO de 19 82.

Registro nº 162 Fls/Ficha 036

Remuneração especificada Cr$ 18.500,00 (DEZOITO MIL E QUINHENTOS CRUZEIROS) MENSAIS

FULBER & CIA. LTDA.
Ass. do empregador ou a rogo c/ test.
PROCURADOR

1º

2º

Data saída 15 de março de 85

Ass. do empregador ou a rogo c/ test.
Fulber & Cia. Ltda.
Arineu Rochas - Procurador

1º

2º

12 **CONTRATO DE TRABALHO**

Empregador FULBER & CIA. LTDA.

Rua AV. ESPIRITO SANTO Nº 575

Município CAPANEMA Est. PR

Esp. do estabelecimento COMERCIAL

Cargo FRENTISTA

C.B.O. nº

Data admissão 02 de FEVEREIRO de 19 87

Registro nº 833 Fls/Ficha 25

Remuneração especificada Cr$ 1.500,00 (UM MIL E QUINHENTOS CRUZEIROS) MENSAIS

FULBER & CIA. LTDA.
Ass. do empregador ou a rogo c/ test.
PROCURADOR

1º

2º

Data saída 16 de junho de 87

FULBER & CIA. LTDA.
Ass. do empregador ou a rogo c/ test.
PROCURADOR

1º

2º

7598100300008-00

13 **CONTRATO DE TRABALHO**

Empregador MICEMETAL - Müller Ind. e Com. de Esquadrias Metálicas Ltda.

Rua Rua Pernambuco, 1079 Nº

Município 85.760 - CAPANEMA — Est PR

Esp. do estabelecimento CONSTRUÇÃO CIVIL

Cargo 1/2 OFICIAL FERREIRO

C.B.O. nº 9.51.10

Data admissão 01 de fevereiro de 19 88

Registro nº 709-22 Fls/Ficha 49

Remuneração especificada Cr$ 31,46 CORRIGIDA A UM CRUZADO E QUARENTA E SEIS CENTAVOS) POR HORA

MULLER Ind. e Com. de Esquadrias Metálicas Ltda.
Ass. do empregador ou a rogo c/ test.

1º

2º

Data saída 04 de Novembro de 88

Ass. do empregador ou a rogo c/ test.
MICEMETAL - Müller Ind. e Com. de Esquadrias Metálicas Ltda.

1º

2º

14 CONTRATO DE TRABALHO

Empregador AUTO POSTO MEIMBERG ITOA
Rua AV. BRASIL Nº 1022
Município CAPANEMA Est. PA
Esp. do estabelecimento POSTO GASOLINA
Cargo FREMTISTA
C.B.O. nº
Data admissão 02 de JANEIRO de 19 89
Registro nº Fls/Ficha 20
Remuneração especificada 70.000,00
SETENTA MIL CRUZADOS

Auto Posto Meimberg Ltda.
Gerente
Ass. do empregador ou a rogo c/ test.

1º
2º

Data saída 15 de Junho de 19 89

Auto Posto Meimberg Ltda.
Ass. do empregador ou a rogo c/ test.

1º
2º

77830750/0001-15

15 CONTRATO DE TRABALHO

930

Empregador Renovadora de Pneus Capanema Ltda.
Rua Av. Brasil s.n. Nº
Município 85.760 Capanema Est. Pa
Esp. do estabelecimento Comercio
Cargo Borracheiro
C.B.O. nº 9.02.40
Data admissão 01 de Agosto de 19 89
Registro nº 433 Fls/Ficha 36
Remuneração especificada Nz$ 175.00 cento e setenta cinco cruzados novos

Ass. do empregador ou a rogo c/ test.

1º
2º

Data saída 30 de Abril de 19 90

Ass. do empregador ou a rogo c/ test.

1º
2º

18 CONTRATO DE TRABALHO

75961793/0001-29

Empregador MICROMETAL - Müller Ind. e Com. de Equipamentos Metálicos Ltda.
Rua Nº
Município Av. Independência, 1020 Est.
Esp. do estabelecimento COMERCIO
Cargo MOTORISTA - DEMITIDO
C.B.O. nº 87.490
Data admissão 01 de MARÇO de 19 95
Registro nº 1730 Fls/Ficha 34
Remuneração especificada R$ 187,00 = Cento e oitenta e sete Reais o mês.

MICROMETAL Müller Ind. e Com.
Ass. do empregador ou a rogo c/ test.

1º
2º

Data saída 07 de Novembro de 19 96

Ass. do empregador ou a rogo c/ test.

1º
2º

19 CONTRATO DE TRABALHO

Construtora Castilho de Porto Alegre S/A
R. Gal. Augusto Soares dos Santos, 550
Ribeirão Preto - SP

Empregador
Rua Nº
Município Est.
Esp. do estabelecimento Serrall. Soldeira.
Cargo
C.B.O. nº
Data admissão 08 de outubro de 19 97
Registro nº 0221 Fls/Ficha FRE
Remuneração especificada R$ 1,25 (Hum real e vinte e cinco centavos) por hora.

Construtora Castilho de Porto Alegre S/A
Ass. do empregador ou a rogo c/ test.

1º
2º

Data saída 01 de janeiro de 19 99

Construtora Castilho de Porto Alegre S.A.
Ass. do empregador ou a rogo c/ test.

1º
2º CO-160 405928

COPEL Copel Distribuição S.A.
Rua José Izidoro Biazetto, 158
81200-240 Curitiba - PR
CNPJ 04.368.898/0001-06
IE 90.233.073-99 IM 423.992-4

www.copel.com
0800 51 00 116

Unidade Consumidora
50794213

LUIZ FERNANDO KRUGEL
AV RIO GRANDE DO SUL, 1560 - 81680 04 565400
CEP: 85760000 CAPANEMA - PR
CPF: 70289980968

Vencimento
04/11/2020

Valor a Pagar
R$ 1.044,24

Responsavel pela manutencao: [illegible] 21321

Reaviso de vencimento

Informacoes Tecnicas

No. Medidor: 0380369541 - TRIFASICO — Mes Referencia: 10/2020

Leitura Anterior	Leitura Atual	Medido	Constante de Multiplicacao	Total Faturado	Consumo Medio/Dia	Data Apresentacao
11/09/2020 17109	13/10/2020 18445	32 dias 1336 kWh	1,00	1336 kWh	41,75 kWh	13/10/2020

Proxima Leitura Prevista: 12/11/2020 — RESIDE/RESIDENCIAL

Informacoes Suplementares

AS [1 5 110 0]

	Tarifas
ENERGIA ELETRICA CONSUMO	0,612770

Tensao Contratada
127 / 220 volts

Limite faixa adequada de Tensao
117 - 133 / 202 - 231 volts

Historico de Consumo e Pagamento — Media 3 meses: 881 kWh

MES	09/20	08/20	07/20	06/20	05/20	04/20	03/20	02/20	01/20	12/19	11/19	10/19
CONS	916	894	833	821	913	1068	1203	1337	713	872	964	1187
PGTO		04/09	07/08	09/07	04/06	04/05	03/04	04/03	04/02	24/12	03/12	05/11

Valores Faturados

NOTA FISCAL CONTA DE ENERGIA ELETRICA no. 158679494 Serie B
Emitida em 09/10/2020

Produto Descricao	Un.	Consumo	Valor Unitario	Valor Total	Base de Calculo	Aliq. ICMS
01 ENERGIA ELETRICA CONSUMO	kWh	1336	0,748944	1000,59	1000,59	29,00%
02 CONT ILUMIN PUBLICA MUNICIPI				43,65		

Base de Calculo do ICMS: 1.000,59	Valor ICMS: 290,17	Valor Total da Nota Fiscal: 1044,24

Reservado ao Fisco

7703.8BC4.9D56.87C6.F1D2.8E0E.5D3E.A202

INCLUSO NA FATURA PIS R$ 4,52 E COFINS R$ 20,85, CONFORME RES. ANEEL 130/2005
A PARTIR DE 01/10/2020 - PIS/PASEP 0,76% e COFINS 3,51%.
A qualquer tempo pode ser solicitado o cancelamento de valores nao relacionados a prestacao do servico de energia eletrica, como convenios e doacoes.
DENUNCIE O FURTO DE FIOS! LIGUE 181.
Atraso superior a 45dias sujeita inclusao no cadastro de inadimplentes CADIN/PR
Agora e possivel recorrer a Ouvidoria da Copel pelo Site ou Mobile.
Periodos Band.Tarif.: Verde:12/09-13/10

Prefeitura Municipal de Capanema
Certifico que este documento é cópia fiel do original.
Capanema, 09/11/2020

Vencimento: 04/11/2020 — Valor a pagar: R$ 1.044,24

Controle	Numero de Identificacao	Mes	AS [1 5 110 0]
01-20209632517155-50	50794213	10/2020	

836900000107 44240111000 6 00101020209 9 63251715550 3

Município de Capanema - PR

LICITANTE: Luiz Fernando Kruger

CRITÉRIO	PROPOSTA/PONTOS	PONTOS	PESO	PROPOSTA	SOMATÓRIO DA PONTUAÇÃO DA PROPOSTA
Empregabilidade (em número de empregos diretos a serem gerados)	2 pontos por emprego gerado	Até 100	0,3	6,00	3,60
Valor do Investimento privado no empreendimento a ser instalado no imóvel R$	Até 20.000,00	5	0,2		0,00
	De 20.001,00 a 40.000,00.	10	0,2		0,00
	40.001,00 a 60.000,00.	15	0,2		0,00
	60.001,00 a 80.000,00	20	0,2		0,00
	Acima de 80.000,00, a cada 20.000,00 acrescenta 5 pontos.	até 100	0,2		0,00
Prazo construção da infraestrutura e aplicação total dos investimentos (critério exclusivo para terrenos)	Até 6 meses	100	0,2		0,00
	De 6 a 12 meses	80	0,2		0,00
	De 13 a 18 meses	60	0,2		0,00
	De 19 a 24 meses	40	0,2	40,00	8,00
Prazo para aplicação total dos investimentos (critério exclusivo para barracões)	Até 4 meses	100	0,2		0,00
	De 5 a 8 meses	80	0,2		0,00
	De 9 a 12 meses	60	0,2		0,00
	De 13 a 16 meses	40	0,2		0,00
	De 17 a 20 meses	20	0,2		0,00
	De 21 a 24 meses	10	0,2		0,00
Faturamento anual da pessoa jurídica R$	Até 80.001,00.	10	0,1	10,00	1,00
	de 80.001,00 a 150.000,00.	20	0,1		0,00
	150.001,00 a 200.000,00.	30	0,1		0,00
	200.001,00 a 250.000,00.	40	0,1		0,00
	250.001,00 a 300.000,00	50	0,1		0,00
	Acima de 300.000,00, a cada 50.000,00 acrescenta 10 pontos.	até 100	0,1		0,00
Tempo de constituição da empresa em Capanema OU tempo de residência do sócio majoritário da empresa OU da pessoa física em Capanema	5 pontos por ano	até 100	0,1	100,00	10,00
Capacidade do empreendimento gerar uma cadeia de produção e/ou empregos indiretos no Município de Capanema/PR	Aquisição de matéria-prima de pessoas físicas ou jurídicas residentes ou sediadas no Município de Capanema.	2 pontos para cada indicação, até 100	0,1	2,00	0,40
			TOTAL		**23,00**

933

MODELLI NUTRIÇÃO PERSONALIZADA EIRELI

27.009.441/0002-91

934

SEGUNDA ALTERAÇÃO DE ATO CONSTITUTIVO

MODELLI NUTRIÇÃO PERSONALIZADA EIRELI

C.N.P.J. N°. 27.009.441/0001-00

NIRE 41600530900

Fls.: 01

Pelo presente instrumento particular de alteração de Empresa Individual de Responsabilidade Limitada:

MARTA CRISTINA LUFT, brasileira, nutricionista, portadora da Carteira de Identidade Nacional Nº 9.609.452-3, expedida pela SESP/PR em data de 24/06/2002, CPF Nº 067.411.229-66, solteira, nascida no dia 24/11/1989, natural de Capanema, Estado do Paraná, filha de Rosemary de Fatima Sott Luft, residente e domiciliada na cidade de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná à Rua Rosa Cirilo de Castro, 555, Apto 041 Bloco A, Bairro Jardim Polo Centro, CEP 85.863-735, sócia titular da EIRELI que gira sob o nome de **MODELLI NUTRIÇÃO PERSONALIZADA EIRELI,** com sede e foro na Cidade de Foz do Iguaçu no Estado do Paraná, a Avenida Juscelino Kubitscheck, 289, Sala 02, Bairro Centro, na cidade de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, CEP 85.851-210, pessoa jurídica de direito privado, devidamente registrada na Junta Comercial do Paraná sob Nº. 41600530900 em data de 01/02/2017, devidamente escrita no CNPJ sob Nº 27.009.441/0001-00, resolve alterar e consolidar seu contrato, mediante as condições e cláusulas seguintes:

1) Altera-se o capital social da Eireli e constitui-se a Filial 01 conforme segue:

Cláusula Primeira: Fica constituída a Filial 01 com sede e foro na Avenida Ubirajaras, nº 561, Bairro São José Operário, na cidade de Capanema, Estado do Paraná, CEP 85.760-000.

***Parágrafo Único*:** o objeto social da Filial 01 tem paridade com o objeto social da Matriz.

Cláusula Segunda: o capital social da Eireli no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais) divididos em 100.000 (cem mil) quotas de valor nominal R$ 1,00 (um real) cada uma, passa a ser de R$ 110.000,00 (cento e dez mil reais) divididos em 110.000 (cento e dez mil) quotas de valor nominal R$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente integralizadas em moeda corrente do País pela empresária.

Sócio	Quotas	Vlr Unit	%	Capital
MARTA CRISTINA LUFT	110.000	R$ 1,00	100,0%	R$ 110.000,00
TOTAL	**110.000**	**R$ 1,00**	**100,0%**	**R$ 110.000,00**

935

SEGUNDA ALTERAÇÃO DE ATO CONSTITUTIVO
MODELLI NUTRIÇÃO PERSONALIZADA EIRELI
C.N.P.J. N°. 27.009.441/0001-00
NIRE 41600530900

Fls.: 02

2) A vista das modificações ora ajustadas, consolida-se o Ato Constitutivo, com a seguinte redação:

CONSOLIDAÇÃO DO ATO CONSTITUTIVO

MODELLI NUTRIÇÃO PERSONALIZADA EIRELI
C.N.P.J. N°. 27.009.441/0001-00
NIRE 41600530900

MARTA CRISTINA LUFT, brasileira, nutricionista, portadora da Carteira de Identidade Nacional Nº 9.609.452-3, expedida pela SESP/PR em data de 24/06/2002, CPF Nº 067.411.229-66, solteira, nascida no dia 24/11/1989, natural de Capanema, Estado do Paraná, filha de Rosemary de Fatima Sott Luft, residente e domiciliada na cidade de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná à Rua Rosa Cirilo de Castro, 555, Apto 041 Bloco A, Bairro Jardim Polo Centro, CEP 85.863-735, sócia titular da EIRELI que gira sob o nome de **MODELLI NUTRIÇÃO PERSONALIZADA EIRELI,** com sede e foro na Cidade de Foz do Iguaçu no Estado do Paraná, a Avenida Juscelino Kubitscheck, 289, Sala 02, Bairro Centro, na cidade de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, CEP 85.851-210. Pessoa jurídica de direito privado, devidamente registrado na Junta Comercial do Paraná sob Nº. 41600530900 em data de 01/02/2017, devidamente escrita no CNPJ sob Nº 27.009.441/0001-00, resolve consolidar seu contrato, mediante as condições e cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: A Eireli iniciou suas atividades em 01/02/2017 e seu prazo de duração é indeterminado.

CLÁUSULA SEGUNDA: A empresa declara sob as penas da Lei, que se enquadra na condição de **MICROEMPRESA**, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.

CLÁUSULA TERCEIRA: A empresa gira sob o nome empresarial de **MODELLI NUTRIÇÃO PERSONALIZADA EIRELI** tendo sua sede e foro:

936

SEGUNDA ALTERAÇÃO DE ATO CONSTITUTIVO
MODELLI NUTRIÇÃO PERSONALIZADA EIRELI
C.N.P.J. N°. 27.009.441/0001-00
NIRE 41600530900

Fls.: 03

Matriz: Avenida Juscelino Kubitscheck, 289, Sala 02, Bairro Centro, na cidade de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, CEP 85.851-210.

Filial 01: Avenida Ubirajaras, nº 561, Bairro São José Operário, na cidade de Capanema, Estado do Paraná, CEP 85.760-000.

CLÁUSULA QUARTA: O objeto social da Matriz é Atividades de profissionais da nutrição; Fornecimento de alimentos preparados preponderantemente para consumo domiciliar; Restaurante com serviço completo; Comércio varejista de produtos alimentícios, produtos naturais e dietéticos; Serviços de rotulagem e etiquetagem de produtos por conta de terceiros.

***Parágrafo Primeiro*:** Seus CNAEs fiscais são: CNAE 86.50-0/02; 5620-1/04; 5611-2/01; 4729-6/99; 8292-0/00.

***Parágrafo Segundo*:** o objeto social da Filial 01 tem paridade com o objeto social da Matriz.

CLÁUSULA QUINTA: O capital social de R$ 110.000,00 (cento e dez mil reais) divididos em 110.000 (cento e dez mil) quotas de valor nominal R$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente integralizado, neste ato, em moeda corrente do País pelo empresário.

Sócio	Quotas	Vlr Unit	%	Capital
MARTA CRISTINA LUFT	110.000	R$ 1,00	100,0%	R$ 110.000,00
TOTAL	**110.000**	**R$ 1,00**	**100,0%**	**R$ 110.000,00**

CLÁUSULA SEXTA: A responsabilidade da titular é restrita ao valor de suas quotas, respondendo ainda pela integralização de capital.

CLÁUSULA SÉTIMA: A administração da Eireli cabe a Titular **MARTA CRISTINA LUFT** com poderes e atribuições de Administradora, autorizado o uso do nome empresarial individualmente, não vedado, em atividade estranha ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de próprio ou de terceiros bem como onerar ou alienar bens imóveis da Eireli.

937

SEGUNDA ALTERAÇÃO DE ATO CONSTITUTIVO
MODELLI NUTRIÇÃO PERSONALIZADA EIRELI
C.N.P.J. N°. 27.009.441/0001-00
NIRE 41600530900

Fls.: 04

§ 1º Faculta-se a administradora, nos limites de seus poderes, constituir procuradores em nome da Eireli, devendo ser especificado no instrumento de mandato, que no caso de mandato judicial, poderá ser por prazo indeterminado.
§ 2º Poderão ser designados administradores não titular, na forma prevista no art° 1.061 da lei 10.406/2002.

CLÁUSULA OITAVA: A titular e administradora **MARTA CRISTINA LUFT** declara, sob as penas da lei.

Parágrafo único – Não possuir ou ter sob sua titularidade, nenhuma outra empresa nos moldes de EIRELI, em qualquer parte do território nacional.

CLÁUSULA NONA: A empresária poderá fixar uma retirada mensal, a título de "pro labore" observadas as disposições regulamentares pertinentes.

CLÁUSULA DÉCIMA: Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, a administradora prestará conta justificada de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: A EIRELI poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração contratual assinada pelo sócio.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: Falecendo ou interditado o sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes, o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da empresa, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

Parágrafo Único – O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a EIRELI se resolva em relação ao titular.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: A administradora declara, sob as penas da lei, de que não está impedida de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno,

938

SEGUNDA ALTERAÇÃO DE ATO CONSTITUTIVO
MODELLI NUTRIÇÃO PERSONALIZADA EIRELI
C.N.P.J. N°. 27.009.441/0001-00
NIRE 41600530900

Fls.: 05

concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: Fica eleito o foro de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

E por estar assim justo e contratado, lavra, data e assina o presente instrumento particular de Empresa Individual de responsabilidade Limitada – EIRELI, em via única de igual teor e forma, obrigando-se fielmente por si e seus herdeiros a cumpri-lo em todos os seus termos.

Foz do Iguaçu – PR, 25 de Junho de 2020.

Marta Cristina Luft
CPF: 067.411.229-66

ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa MODELLI NUTRIÇÃO PERSONALIZADA EIRELI consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF	Nome
06741122966	MARTA CRISTINA LUFT

CERTIFICO O REGISTRO EM 10/07/2020 11:51 SOB Nº 20203203224.
PROTOCOLO: 203203224 DE 08/07/2020. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
12002893762. NIRE: 41600530900.
MODELLI NUTRIÇÃO PERSONALIZADA EIRELI

JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
SECRETÁRIO-GERAL
CURITIBA, 10/07/2020
www.empresafacil.pr.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.
Informando seus respectivos códigos de verificação

940

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
27.009.441/0002-91 **FILIAL**		**10/07/2020**

NOME EMPRESARIAL
MODELLI NUTRICAO PERSONALIZADA EIRELI

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
********	**ME**

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
86.50-0-02 - Atividades de profissionais da nutrição

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
47.29-6-99 - Comércio varejista de produtos alimentícios em geral ou especializado em produtos alimentícios não especificados anteriormente
56.11-2-01 - Restaurantes e similares
56.20-1-04 - Fornecimento de alimentos preparados preponderantemente para consumo domiciliar
82.92-0-00 - Envasamento e empacotamento sob contrato

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
230-5 - Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (de Natureza Empresári

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
AV UBIRAJARAS	**561**	********

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
85.760-000	**SAO JOSE OPERARIO**	**CAPANEMA**	**PR**

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
MARTALUFT@HOTMAIL.COM	**(46) 9977-9505**

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	**10/07/2020**

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **08/10/2020** às **08:45:18** (data e hora de Brasília). Página: **1/1**

941

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
27.009.441/0001-00 MATRIZ		01/02/2017

NOME EMPRESARIAL
MODELLI NUTRICAO PERSONALIZADA EIRELI

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
MODELLI NUTRICAO PERSONALIZADA	ME

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
86.50-0-02 - Atividades de profissionais da nutrição

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
47.29-6-99 - Comércio varejista de produtos alimentícios em geral ou especializado em produtos alimentícios não especificados anteriormente
56.11-2-01 - Restaurantes e similares
56.20-1-04 - Fornecimento de alimentos preparados preponderantemente para consumo domiciliar
82.92-0-00 - Envasamento e empacotamento sob contrato

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
230-5 - Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (de Natureza Empresári

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
AV JUSCELINO KUBITSCHEK	289	SALA 02

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
85.851-210	CENTRO	FOZ DO IGUACU	PR

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
MARTALUFT@HOTMAIL.COM	(46) 9977-9505

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	24/07/2019

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **10/07/2020** às **13:39:58** (data e hora de Brasília). Página: **1/1**

942

Voltar Imprimir

CAIXA
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 27.009.441/0002-91
Razão Social: MODELLI NUTRICAO PERSONALIZADA EIRELI
Endereço: AV UBIRAJARAS / SAO JOSE OPERARIO / CAPANEMA / PR / 85760-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 27/09/2020 a 26/10/2020

Certificação Número: 2020092701181210216945

Informação obtida em 08/10/2020 09:25:13

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

943

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: MODELLI NUTRICAO PERSONALIZADA EIRELI (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 27.009.441/0002-91
Certidão nº: 25619149/2020
Expedição: 08/10/2020, às 09:22:49
Validade: 05/04/2021 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **MODELLI NUTRICAO PERSONALIZADA EIRELI (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **27.009.441/0002-91, NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.

tst.jus.br

944

Município de Capanema
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE TRIBUTAÇÃO

CERTIDÃO NEGATIVA

IMPORTANTE:

1. FICA RESSALVADO O DIREITO DA FAZENDA MUNICIPAL COBRAR DÉBITOS CONSTATADOS POSTERIORMENTE MESMO REFERENTE AO PERÍODO COMPREENDIDO NESTA CERTIDÃO.
2. A PRESENTE CERTIDÃO TEM VALIDADE ATÉ **14/12/2020**, SEM RASURAS E NO ORIGINAL.

REVENDO OS ARQUIVOS E REGISTROS, CERTIFICAMOS QUE: O CONTRIBUINTE NADA DEVE À FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL RELATIVO A EMPRESA MENCIONADA ABAIXO.

NEGATIVA Nº: 6481/2020

CÓDIGO DE AUTENTICAÇÃO: 9ZTMH282QET244X829BQ

FINALIDADE: CADASTRO E/OU CONCORRÊNCIA E/OU LICITAÇÃO

RAZÃO SOCIAL: MODELLI NUTRIÇÃO PERSONALIZADA EIRELI

Inscrição Municipal	CNPJ/CPF	INSCRIÇÃO ESTADUAL	ALVARÁ
54160	27.009.441/0002-91		183

ENDEREÇO

AV UBIRAJARAS, 561 - SÃO JOSÉ OPERÁRIO CEP: 85760000 Capanema - PR

CNAE / ATIVIDADES

Atividades de profissionais da nutrição, Comércio varejista de produtos alimentícios em geral ou especializado em produtos alimentícios não especificados anteriormente, Restaurantes e similares, Fornecimento de alimentos preparados preponderantemente para consumo domiciliar, Envasamento e empacotamento sob contrato

Certidão emitida no dia **Capanema, 15 de Outubro de 2020.**
CÓDIGO DE AUTENTICAÇÃO: **9ZTMH282QET244X829BQ**

945

RECEITA ESTADUAL

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA FAZENDA

Comprovante de Inscrição Cadastral - CICAD

Inscrição no CAD/ICMS	Inscrição CNPJ	Início das Atividades
90853228-74	27.009.441/0002-91	07/2020

Empresa / Estabelecimento

Nome Empresarial	MODELLI NUTRICAO PERSONALIZADA EIRELI
Título do Estabelecimento	MODELLI NUTRICAO PERSONALIZADA
Endereço do Estabelecimento	AV UBIRAJARAS, 561 - SAO JOSE OPERARIO - CEP 85760-000 FONE: (46) 9977-9505
Município de Instalação	CAPANEMA - PR, DESDE 07/2020

Qualificação

Situação Atual	ATIVO - REGIME NORMAL / NORMAL - DIA 12 DO MES+1, DESDE 07/2020
Natureza Jurídica	230-5 - EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA (EIRELI)
Atividade Econômica Principal do Estabelecimento	4729-6/99 - COMERCIO VAREJISTA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS EM GERAL OU ESPECIALIZADO EM PRODUTOS ALIMENTICIOS NAO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE
Atividade(s) Econômica(s) Secundária(s) do Estabelecimento	5611-2/01 - RESTAURANTES E SIMILARES 5620-1/04 - FORNECIMENTO DE ALIMENTOS PREPARADOS PREPONDERANTEMENTE PARA CONSUMO DOMICILIAR

Quadro Societário

Tipo	Inscrição	Nome Completo / Nome Empresarial	Qualificação
CPF	067.411.229-66	MARTA CRISTINA LUFT	TITULAR PESSOA FÍSICA

Este CICAD tem validade até 26/11/2020.

Os dados cadastrais deste estabelecimento poderão ser confirmados via Internet www.fazenda.pr.gov.br

Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Receita Estadual do Paraná

CAD/ICMS Nº 90853228-74

Emitido Eletronicamente via Internet
27/10/2020 8:39:55

Dados transmitidos de forma segura
Tecnologia CELEPAR

COPEL

Copel Distribuição S.A.
Jose Izidoro Biazetto, 158 bl C Mossunguê - Curitiba PR - CEP 81200-240
CNPJ 04.368.898/0001-06 IE 90.233.073-99 IM 423.992-4

www.copel.com
0800 51 00116

946

IBANES GABRIEL PECCIN
AV INDEPENDENCIA, 505 - APTO 701
CENTRO - CAPANEMA - PR - CEP: 85760-000

CPF 060.626.839-13

Mês de referência	Unidade Consumidora
Outubro/2020	107101408
Vencimento	**VALOR A PAGAR**
02/11/2020	R$ 316,23

FAT-01-20209626904355-10

Responsabilidade da Manutenção de Ilumina Pública: Municipio 4635521321

DENUNCIE FURTO DE FIOS! LIGUE 181.

Informações Técnicas

Nº Medidor: MD 0401030510 - BIFASICO

Reside/Residencial

Leitura Anterior	Leitura Atual	Medido	Constante de Multiplicação	Total Faturado	Consumo Médio Diário	Data de Emissão	Próxima Leitura Prevista
10/09/2020	10/10/2020	30 dias					
125	506	381 kWh	1	381 kWh	12,70 kWh	14/10/2020	11/11/2020

Histórico de Consumo e Pagamento

Mês	kWh	Dt.Pgto.	Valor
09/2020	125	14/10/2020	111,94
08/2020	0		
07/2020	0		
06/2020	0		
05/2020	0		
04/2020	0		
03/2020	0		
02/2020	0		
01/2020	0		
12/2019	0		
11/2019	0		
10/2019	0		

Informações Suplementares

	Tarifas
ENERGIA ELET CONSUMO	0,512770

Tensão Contratada: 127/220 volts
Limite AdequadoTensão: 117 a 133/202 a 231 volts

Reaviso de Vencimento

Valores Faturados

NOTA FISCAL/CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA Nº 159.313.625 - SÉRIE B
Emitida em 14/10/2020

Produto Descrição	Un.	Consumo	Valor Unitário	Valor Total	Base Cálc.	Aliq. ICMS
ENERGIA ELETRICA CONSUMO	kWh	381	0,748163	285,05	285,05	29,00%
CONT ILUMIN PUBLICA MUNICIPIO				31,18		

Base de Cálculo do ICMS	Valor ICMS	Valor Total da Nota Fiscal
285,05	82,66	316,23

Reservado ao Fisco

FEF8.CD6C.6924.7870.09D6.12AD.38E9.653C

INCLUSO NA FATURA PIS R$1,25 E COFINS R$5,79 CONFORME RES. ANEEL 130/2005.
A PARTIR DE 01/10/2020 - PIS/PASEP 0,76% e COFINS 3,51%.
A qualquer tempo pode ser solicitado o cancelamento de valores não relacionados à prestação do serviço de energia elétrica, como convênios e doações.
DENUNCIE O FURTO DE FIOS! LIGUE 181.
Atraso superior a 45dias sujeita inclusão no cadastro de inadimplentes CADIN/PR
Agora é possível recorrer à Ouvidoria da Copel pelo Site ou Mobile.
DEBITOS: 09/2020 R$ 111,94
Periodos Band.Tarif.: Verde:11/09-10/10

Autenticação Mecânica

	Mês
107101408	10/2020
Vencimento	Valor a Pagar
02/11/2020	316,23

COPEL

83660000003 5 16230111000 1 00101020209 9 62690435510 6

FUNARPEN

SELO DIGITAL
tM7rc.KW7yO.IvmpP
wQHA6.wJqo5
http://funarpen.com.br

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS

411 947

CERTIDÃO DE CASAMENTO

Nome	CPF
IBANES GABRIEL PECCIN ••	060.626.839-13 ••
MARTA CRISTINA LUFT PECCIN ••	067.411.229-66 ••

Matrícula
079897 01 55 2020 2 00159 252 0049332 53

Nomes completos de solteiro, datas de nascimento, naturalidade, nacionalidade e filiações dos cônjuges

IBANES GABRIEL PECCIN, nascido aos 11 de novembro de 1993, natural de CAPANEMA-PR, de nacionalidade brasileiro, solteiro, MÉDICO, filho de IBANES BELINI PECCIN e de MARINEZ SCHIO PECCIN, residente e domiciliado na Av. General Meira, 3040, apto 203, Ouro Verde, em FOZ DO IGUAÇU-PR ••

MARTA CRISTINA LUFT, nascida aos 24 de novembro de 1989, natural de CAPANEMA-PR, de nacionalidade brasileira, solteira, NUTRICIONISTA, filha de VALDIR INÁCIO LUFT e de ROSEMARY DE FATIMA SOTT LUFT, residente e domiciliada na Av. General Meira, 3040, apto 203, Ouro Verde, em FOZ DO IGUAÇU-PR ••

Data do registro do casamento (por extenso)	Dia	Mês	Ano
Quinze de fevereiro de dois mil e vinte ••	15	02	2020

Regime de bens do casamento
Comunhão Parcial de Bens ••

Nome que cada um dos cônjuges passou a utilizar (quando houver alteração)
MARTA CRISTINA LUFT PECCIN ••

Averbações/Anotações à acrescer:
Casamento celebrado na Espaço Villa Fiori, perante a Juíza de Paz ANDRÉA HUBNER BELORINI. Emolumentos: R$33,77 (175,00VRC). Selo Funarpen: R$2,34, ISS: R$1,43, FADEP: R$1,79 ••

Anotações de cadastro

1º Cônjuge

Tipo documento	Número	Data expedição	Orgão expedidor	Data de validade
RG	8.586.480-7	30/05/2019	SSP/PR	----------

2º Cônjuge

Tipo documento	Número	Data expedição	Orgão expedidor	Data de validade
RG	9.609.452-3	26/04/2017	SSP/PR	----------

* As anotações de cadastro acima não dispensam a parte interessada da apresentação do documento original, quando exigido pelo órgão solicitante ou quando necessário para identificação de seu portador

Nome do Ofício
Serviço de Registro Civil das Pessoas Naturais da Comarca de Foz do Iguaçu-PR

Agente Delegado
Mateus Afonso Vido da Silva

Município e Comarca - UF
Município e Comarca de Foz do Iguaçu - Estado do Paraná

Endereço
Avenida Juscelino Kubitscheck, 75
CEP: 85.851-210 - Fone: (45)3025-4422

O conteúdo da certidão é verdadeiro. Dou fé.

FOZ DO IGUAÇU-PR, 15 de fevereiro de 2020.

Marlene Polasso Borge de Lima
Escrevente Autorizada

FUNARPEN AA 00538474 7 P


REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
E ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DO PARANÁ
RG: 9.609.452-3
POLEGAR DIREITO
ASSINATURA DO TITULAR
CARTEIRA DE IDENTIDADE

~~4119~~ 948



VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL: 9.609.452-3 DATA DE EXPEDIÇÃO: 26/04/2017

NOME: MARTA CRISTINA LUFT

FILIAÇÃO: VALDIR INACIO LUFT
ROSEMARY DE FÁTIMA SOTT LUFT

NATURALIDADE: CAPANEMA/PR DATA DE NASCIMENTO: 24/11/1989

DOC. ORIGEM: COMARCA=CAPANEMA/PR, SÃO LUIZ
C.NASC=3151, LIVRO=4A, FOLHA=177

CPF: 067.411.229-66

CURITIBA/PR

MARCUS VINICIUS DA COSTA BICHELOTTO

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

Modelli

ANEXO VI

DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE VISITA TÉCNICA

Concorrência nº 02/2020 Objeto:

CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE TERRENOS E BARRACÕES, DESTINADOS À INSTALAÇÃO DE EMPRESAS DE QUALQUER NATUREZA, OBSERVADOS OS CRITÉRIOS E PREFERÊNCIAS DO TERMO DE REFERÊNCIA, VISANDO ESTIMULAR À GERAÇÃO DO EMPREGO E RENDA NO ÂMBITO MUNICIPAL, EM CONFORMIDADE COM A LEI MUNICIPAL Nº 1.745/2020.

Nome da Empresa: MODELLI – NUTRIÇÃO PERSONALIZADA

CNPJ nº: MATRIZ: 27009441/0001-00 FILIAL: 27009441/0002-91

Endereço Completo: AV. UBIRAJARAS 561, SÃO JOSÉ OPERÁRIO, CAPANEMA – PR

Fone: (46) 999779505

E-mail: martaluft@hotmail.com

O representante legal/contratual da MODELLI – NUTRIÇÃO PERSONALIZADA, o(a) Sr.(a) MARTA CRISTINA LUFT PECCIN, DECLARA que renuncia a Visita Técnica aos locais e/ou instalações do objeto licitado, de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades do imóvel, assumindo total responsabilidade por este fato e informando que não o utilizará para quaisquer questionamentos futuros que ensejem evenças técnicas e ou financeira para com a concedente.

MARTA CRISTINA LUFT PECCIN

Assinatura e carimbo do represente legal/contratual da proponente

IMOBILIÁRIA E INCORPORADORA KAFER LTDA - ME
CNPJ 10.715.067/0001-66 | CRECI J - 4730
Avenida Brasil, 379, centro – Fone-Fax: (46) 3552-2319.
85.760-000 - Capanema – PR

IMOBILIÁRIA
KAFER

CONTRATO DE LOCAÇÃO

Contrato de locação de bem imóvel para fins comerciais que entre si fazem a IMOBILIÁRIA E INCORPORADORA KAFER LTDA - ME, e MODELLI NUTRIÇÃO PERSONALIZADA EIRELI na forma abaixo.

Pelo presente instrumento particular de contrato de locação de bens imóveis, de um lado, **IMOBILIÁRIA E INCORPORADORA KAFER LTDA - ME**, pessoa Jurídica, inscrita no CNPJ sob nº 10.715.067/0001-66, estabelecida na Avenida Brasil, 379, centro, nesta cidade de Capanema – PR, doravante denominado **LOCADOR e MODELLI NUTRIÇÃO PERSONALIZADA EIRELI, inscrito no CPF nº 27.009.441/0001-00, inscrito no RG nº41600530900**, adiante designado simplesmente **LOCATÁRIO**, têm entre si justa e contratada a locação do imóvel caracterizado, sujeitando-se os contratantes às normas da Lei nº 8.245/91, com as alterações previstas na lei nº 12.112/2009 e das cláusulas e condições seguintes:

Cláusula Primeira – Objeto

1.1- Constitui objeto do presente contrato a locação do imóvel denominado como **BARRACÃO,** condições do imóvel segue relatório anexo, com endereço na **AV UBIRAJARAS,561 - SÃO JOSÉ OPERÁRIO** cidade de CAPANEMA, Estado do Paraná, de propriedade de **GILMAR CAPITANI HAHN,** sob responsabilidade de IMOBILIÁRIA E INCORPORADORA KAFER LTDA - ME, localizado na Avenida Brasil, nº379 - Centro na cidade de Capanema/Pr.

1.2-O imóvel destina-se exclusivamente ao uso residencial.

Cláusula Segunda - Vigência

2.1-A presente locação terá vigência por 12 meses com início em **25/05/2020** e término em **24/05/2021,** devendo o Locatário restituí-lo findo o prazo, independente de notificação judicial ou extrajudicial.

2.2-A *presente locação poderá eventualmente ser renovada pelo prazo, preço e condições que as partes ajustarem na ocasião,* mediante novo contrato, até 30 (trinta) dias antes de seu término. Caso contrário, não havendo renovação obriga-se o LOCATÁRIO, por força do presente contrato, a DESOCUPAR incontinenti, o imóvel locado, na data fixada na **Cláusula Segunda,** independentemente de qualquer aviso ou notificação, restituindo as respectivas chaves no escritório da **IMOBILIÁRIA.**

Cláusula Terceira – Obrigações das partes

3.1-Constituem obrigações do Locador:

3.1.1-Respeitar a fazer respeitar a vigência do presente contrato, em todas as suas disposições, mesmo na hipótese da alienação do imóvel.

3.1.2-Facultar o locatário efetivar, *sob seu custeio, as modificações e benfeitorias que julgar necessárias ao aproveitamento do imóvel,* desde que não afete a sua estrutura, segurança e sejam atendidos os regulamentos e posturas municipais, convenção de condomínio e regimento interno aplicáveis podendo retirar as benfeitorias úteis e voluptuárias, sem qualquer indenização ao LOCADOR, em caso de rescisão ou quando findar a locação.

3.1.3-Caso o Locador autorize a realização de quaisquer reformas ou benfeitorias no imóvel, a locatária não ficará obrigada a desfazê-las ou retirá-las quando da devolução do imóvel.

3.1.4-Garantir, durante o tempo da locação o uso pacífico do imóvel locado.

3.1.5-Manter durante a locação a forma e o destino do imóvel, salvo alteração imposta pelo Poder Público.

3.1.6-Responder pelos vícios ou defeitos anteriores a locação.

3.1.7-O Locador não se responsabiliza por eventuais danos ou extravios ocorridos a móveis do locatário, em decorrência de furtos, roubos ou intempéries.

3.2-*Constituem obrigações do Locatário:*

-Utilizar o imóvel único e exclusividade para a finalidade deste contrato, qual seja, uso residencial.

3.2.2-Manter o imóvel em perfeito estado de conservação e asseio.

3.2.3-O Imóvel novo ou que esteja com pintura nova, será exigido nova pintura na entrega.

Cláusula Quarta – valor, data e forma de pagamento do aluguel

4.1-O Locatário pagará ao locador aluguel mensal correspondente ao valor de R$ 1.150,00 ((um mil e cento e cinquenta reais)).

§ 1º - Deverá ser pago o 1°antecipado e os demais conforme boleto bancário, no local indicado pelo LOCADOR. No caso de atraso ou falta de pagamento do aluguel e dos encargos convencionados, a importância devida será acrescida de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, aplicados diariamente na proporção de 0,0333% ao dia, contados do vencimento e multa de 10% (dez por cento) sobre o valor devido.

§ 2º - Após 30 (trinta) dias do mês seguinte ao do vencimento, o LOCADOR *poderá a seu critério enviar os encargos locatícios* para cobrança por meio de seu advogado, respondendo o **LOCATÁRIO** pelos honorários advocatícios mesmo que a cobrança seja extrajudicial; se for judicial, deverá pagar as custas delas decorrentes.

4.2. Fica o Locatário comprometido a apresentar as faturas de luz e água que deverão ser transferidas ao nome do Locatário, em até 30 dias da assinatura do presente, mediante a apresentação das faturas na Imobiliária e Incorporadora Kafer Ltda. - Me, para a devida comprovação.

4.3- **O CRITÉRIO DE REAJUSTE** do valor locatício será reajustado anualmente, de conformidade com a variação de IGP-M apurada no ano anterior, e na sua falta, por outro índice criado pelo Governo Federal e, ainda em sua substituição, pela Fundação Getúlio Vargas, *reajustamento este sempre incidente e calculado sobre o último aluguel pago no último mês do ano anterior. O não* pagamento na data determinada acarretará na rescisão automática do contrato.

4.4- **O LOCATÁRIO** fica também responsável pelo pagamento de todos os tributos, impostos (IPTU e taxa de coleta de Lixo), taxas, encargos, consumo de água e luz, despesas ordinárias que incidam ou venham a incidir sobre o imóvel locado, inclusive condomínio, mesmo em data posterior à rescisão do contrato, caso a origem de tais débitos refiram-se ao período em que o imóvel esteve ocupado pelo locatário. Salvo acordo posterior a assinatura do presente contrato.

Cláusula Quinta - do comodato e da sublocação do imóvel objeto deste contrato

5.1-Não será permitida a transferência deste contrato, nem a sublocação, cessão ou empréstimo total ou parcial do imóvel locado, sem a prévia autorização por escrito do **LOCADOR.**

Cláusula Sexta- Rescisão antecipada

6.1-Constituem *hipóteses de rescisão antes do término do prazo contratado:*

a) O Sinistro total do imóvel;

b) A Sua desapropriação; ou

c) O Inadimplemento de cláusula contratual.

d) Venda do Imóvel

Cláusula Sétima - Disposições gerais

7.2-Finda a locação o imóvel será restituído a locadora mediante a assinatura de Recibo de Entrega das Chaves, cessando a obrigação de pagamento do valor locatário e do Termo de Rescisão do Contrato de locação, ou instrumento equivalente, servindo este como de quitação recíproca de obrigações.

7.3-A presente locação vigorará em caso de alienação do imóvel, comprometendo-se a Locadora a dar ciência ao adquirente e a obrigá-lo a respeitar a presente locação nos termos do artigo 576 do Código Civil Brasileiro, obrigando-se ainda a presente locação, herdeiros e sucessores das partes contratantes.

7.4-Finda a locação, o Locatário se compromete a devolver o imóvel nas mesmas condições em que o recebeu, levando em consideração no ato da vistoria de devolução do imóvel o desgaste natural pelo seu uso regular.

7.5-A infração de qualquer das cláusulas do presente contrato, incluindo a **RESCISÃO DE CONTRATO,** sujeita o *infrator à multa de* uma vez o valor do aluguel, tomando-se por base, o último aluguel vencido. Durante o prazo de duração do contrato, o

. **PROPRIETÁRIO** só poderá reaver o imóvel antes do prazo somente em casos que determinam a lei.

7.6-O **LOCATÁRIO** está ciente que em caso de assinar o Contrato de Locação e fizer a desistência da contratação após a emissão dos boletos, sera cobrado multa de 10% sobre o valor do aluguel, mais o valor da baixa dos boletos.

Cláusula Oitava- Foro

8.1-Fica eleito o Foro da Comarca de Capanema/PR para dirimir quaisquer litígios decorrentes deste contrato ou da locação nele pactuada.

E por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em 02 vias de igual teor e forma, para um só efeito, na presença das testemunhas abaixo qualificada.

CAPANEMA, 22 DE MAIO DE 2020

IMOBILIARIA E INCORPORADORA
KAFER LTDA. - CRECI J-4730
CNPJ 10.715.067/0001-66
Fone: (46) 3552-2319 / 99914-9660
Av. Brasil, 379 - Centro - CAPANEMA - PR

Imobiliária e Incorporadora Kafer Ltda.- ME
CNPJ: 10.715.067/0001-66

LOCADOR

MODELLI NUTRIÇÃO PERSONALIZADA EIRELI
CPF: 27.009.441/0001-00
Fone (46)99977-9505
LOCATÁRIO

ROSEMARY DE FATIMA SOTT LUFT
CPF: 026.025.859-80
RG: 7.567.698-0
Fone:
FIADOR

Stela Maris de Moura Sandri
CPF: 014.895.789-78
TESTEMUNHA

Luiz Fernando Luft
CPF: 114.156.099-26
TESTEMUNHA

954

LICENÇA SANITÁRIA

Lei Municipal 0456 /91

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPANEMA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

SERVIÇO MUNICIPAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Licenciamento

LICENCIADO 8.ª R. S. 21/08/2020 S.M.V.S. S.M.S. - VISA

Ramo de Atividade	Exercício
MODELLI NUTRIÇÃO PERSONALIZADA EIRELI	**2020**

CNPJ/CPF	Alvará Munc.	Insc. Municipal	Código Atividade	Lic. Sanitária	Data da Avaliação
27.0009.441/0002-91	*****	*****	86.50-0-02	Nº 169/2020	21/08/2020

CONTRIBUINTE

RAZÃO SOCIAL: MODELLI NUTRIÇÃO PERSONALIZADA EIRELI

ENDEREÇO:AV UBIRAJARAS, 561
BAIRRO: SÃO JOSÉ OPERÁRIO – CAPANEMA/PR

Responsável Pela Avaliação

Tatiana Riboli
TATIANA RIBOLI
Autoridade Sanitária
Portaria 7.618/2020

RESPONSAVEL LEGAL

NOME: MARTA CRISTINA LUFT
CPF:067.411.229-66

Responsável pela VISA

Luciane W.
Luciane Carla Wünsch
Autoridade Sanitária
Portaria 7.076/2018

OBSERVAÇÕES

86.50-0/02- ATIVIDADES PROFISSIONAIS DA NUTRIÇÃO.
47.29-6/99- COMÉRCIO VAREJISTA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS EM GERAL OU ESPECIALIZADO EM PRODUTOS ALIMENTICIOS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE.
56.11-2/01- RESTAURANTES E SIMILARES.
56.20-1/04- FORNECIMENTO DE ALIMENTOS PREPARADOS PREPONDERANTEMENTE PARA CONSUMO DOMICILIAR.
82.92-0/00- ENVASAMENTO E EMPACOTAMENTO SOB CONTRATO.

Validade: 31/08/2021

RECLAMAÇÕES

3552-1431

Afixação desta licença em local visível ao consumidor / usuário é obrigatória.

MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL - RFB
GFIP - SEFIP 8.40 17/09/2020 TABELAS 41.0 01/03/2020

DATA: 17/09/2020
HORA: 14:27:46
PÁG : 017/033

DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE FATO GERADOR PARA RECOLHIMENTO FGTS

Nº ARQUIVO: **JR4YgPWDLcK00006**
Nº DE CONTROLE: PijdoRCvNRo0000-9

EMPRESA: MODELLI PERSONALIZADA EIRELI
INSCRIÇÃO: **27.009.441/0002-91**
ENDEREÇO: AV UBIRAJARAS
BAIRRO: SAO JOSE OPERARIO
CIDADE: CAPANEMA
CEP: 85760-000 UF: PR FONE: (0046)9977-9505

COMPETÊNCIA:09/2020 DATA VALIDADE:
FPAS 515 SIMPLES. 1

TOMADOR/OBRA: INSCRIÇÃO:

REMUNERAÇÃO	R$	0,00
FGTS 8%:	R$	0,00
TAXA JAM 3%:	R$	0,00
TAXA JAM 6%:	R$	0,00
FGTS 2%:	R$	0,00

QUANTIDADE DE TRABALHADORES 0

SEM MOVIMENTO

DECLARO DE ACORDO COM O ART. 299 DO CÓDIGO PENAL A VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS NESSE DOCUMENTO E NO ARQUIVO SEFIP CORRESPONDENTE.

*"**Art. 299** - Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante*
***Pena** - reclusão, de 1 (um) a 5 (cinco) anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa, se o documento é particular."*

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: MARTA CRISTINA LUFT
CPF: 067.411.229-66

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão se refere à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 10:25:06 do dia 08/10/2020 <hora e data de Brasília>.
Válida até 06/04/2021.
Código de controle da certidão: **5732.246B.D9E8.9537**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Receita Estadual do Paraná

957

Certidão Negativa

de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual
Nº 022740307-33

Certidão fornecida para o CPF/MF: **067.411.229-66**
Nome: **MARTA CRISTINA LUFT**

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

Obs.: Esta certidão engloba pendências do próprio CPF ou pelas quais tenha sido responsabilizado e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como, ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

Válida até 05/02/2021 - Fornecimento Gratuito

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet
www.fazenda.pr.gov.br

Emitido via Internet Pública (08/10/2020 10:27:31)

958

RECEITA ESTADUAL

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA FAZENDA

Comprovante de Inscrição Cadastral - CICAD

Inscrição no CAD/ICMS	Inscrição CNPJ	Início das Atividades
90821410-20	27.009.441/0001-00	07/2019

Empresa / Estabelecimento

Nome Empresarial	MODELLI NUTRICAO PERSONALIZADA EIRELI
Título do Estabelecimento	
Endereço do Estabelecimento	AV JUSCELINO KUBITSCHEK, 289, SL 02 - CENTRO - CEP 85851-210 FONE: (46) 9977-9505
Município de Instalação	FOZ DO IGUACU - PR, DESDE 07/2019 (Estabelecimento Matriz)

Qualificação

Situação Atual	ATIVO - REGIME NORMAL / NORMAL - DIA 12 DO MES+1, DESDE 02/2020
Natureza Jurídica	230-5 - EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA (EIRELI)
Atividade Econômica Principal do Estabelecimento	5620-1/04 - FORNECIMENTO DE ALIMENTOS PREPARADOS PREPONDERANTEMENTE PARA CONSUMO DOMICILIAR
Atividade(s) Econômica(s) Secundária(s) do Estabelecimento	4729-6/99 - COMERCIO VAREJISTA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS EM GERAL OU ESPECIALIZADO EM PRODUTOS ALIMENTICIOS NAO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE 5611-2/01 - RESTAURANTES E SIMILARES

Quadro Societário

Tipo	Inscrição	Nome Completo / Nome Empresarial	Qualificação
CPF	067.411.229-66	MARTA CRISTINA LUFT	TITULAR PESSOA FÍSICA

Este CICAD tem validade até 26/11/2020.

Os dados cadastrais deste estabelecimento poderão ser confirmados via Internet **www.fazenda.pr.gov.br**

Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Receita Estadual do Paraná

CAD/ICMS Nº 90821410-20

Emitido Eletronicamente via Internet
27/10/2020 8:39:23

Dados transmitidos de forma segura
Tecnologia CELEPAR

SINTEGRA
Consulta Pública ao Cadastro do Estado do Paraná

959

IDENTIFICAÇÃO

Cadastro atualizado até a data da consulta

Data/Hora Host CELEPAR 08/10/2020 - 08:47:53

CNPJ:	27.009.441/0002-91	**Inscrição Estadual:**	90853228-74
Nome Empresarial:	MODELLI NUTRICAO PERSONALIZADA EIRELI		

ENDEREÇO

Logradouro:	AV UBIRAJARAS		
Número:	561	**Complemento:**	
Bairro:	SAO JOSE OPERARIO		
Município:	CAPANEMA	**UF:**	PR
CEP:	85.760-000	**Telefone:**	(46)9977-9505
E-mail:	MARTALUFT@HOTMAIL.COM		

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Atividade Econômica Principal:	4729699 - COMERCIO VAREJISTA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS EM GERAL OU ESPECIALIZADO EM PRODUTOS ALIMENTICIOS NAO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE
Atividade(s) Econômica(s) Secundária(s):	5611201 - RESTAURANTES E SIMILARES 5620104 - FORNECIMENTO DE ALIMENTOS PREPARADOS PREPONDERANTEMENTE PARA CONSUMO DOMICILIAR
Início das Atividades:	07/2020
Situação Atual:	HABILITADO - DESDE 07/2020
Situação Cadastral:	ATIVO - DESDE 07/2020
Regime Tributário:	REGIME NORMAL / NORMAL - DIA 12 DO MES+1
SPED (EFD, NF-e, CT-e):	Maiores informações clique aqui

OBSERVAÇÃO: Os dados acima são baseados em informações fornecidas pelo próprio contribuinte cadastrado. Não valem como certidão de sua efetiva existência de fato e de direito, não são oponíveis à Fazenda e nem excluem a responsabilidade tributária derivada de operações com ele ajustadas.

Consultar novo contribuinte do Paraná

Acessar cadastro de outros Estados

960

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPANEMA
DEPARTAMENTO DE TRIBUTAÇÃO

Empresa Fácil

INSCRIÇÃO MUNICIPAL

Número: 54160

Nome Fantasia: MODELLI NUTRICAO PERSONALIZADA

Razão Social: MODELLI NUTRIÇÃO PERSONALIZADA EIRELI

CNPJ: 27.009.441/0002-91

Atividade Principal: 8650-0/02 - Atividades de profissionais da nutrição

Atividade(s) Secundária(s): 5620-1/04 - Fornecimento de alimentos preparados preponderantemente para consumo domiciliar, 8292-0/00 - Envasamento e empacotamento sob contrato, 4729-6/99 - Comércio varejista de produtos alimentícios em geral ou especializado em produtos alimentícios não especificados anteriormente, 5611-2/01 - Restaurantes e similares

Município: Capanema **Endereço:** AVENIDA UBIRAJARAS, 561, SAO JOSE OPERARIO

CEP: 85760000

Local e data: Capanema, sexta, 11 de setembro de 2020

Departamento de Tributação

Código de Autenticidade: **20QDLHTGW6**

EMITIDO ELETRONICAMENTE PELO EMPRESA FÁCIL PARANÁ

Esse documento deverá permanecer exposto em local visível no estabelecimento empresarial

000961

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPANEMA
DEPARTAMENTO DE TRIBUTAÇÃO

Empresa Fácil

ALVARÁ DE LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO

Número: 2096

Nome Fantasia: MODELLI NUTRICAO PERSONALIZADA

Razão Social: MODELLI NUTRIÇÃO PERSONALIZADA EIRELI

CNPJ: 27.009.441/0002-91

Inscrição Municipal:

Atividade Principal (CNAE) 8650-0/02 - Atividades de profissionais da nutrição (Exerce no endereço)

Atividade(s) Secundária(s) (CNAE): 5620-1/04 - Fornecimento de alimentos preparados preponderantemente para consumo domiciliar (Exerce no endereço), 8292-0/00 - Envasamento e empacotamento sob contrato (Exerce no endereço), 4729-6/99 - Comércio varejista de produtos alimentícios em geral ou especializado em produtos alimentícios não especificados anteriormente (Exerce no endereço), 5611-2/01 - Restaurantes e similares (Exerce no endereço)

Município: Capanema **Endereço:** AVENIDA UBIRAJARAS, 561, SAO JOSE OPERARIO

CEP: 85760000

Local e data: Capanema, sexta, 11 de setembro de 2020

Validade:

Observação

- INSCRIÇÃO MUNICIPAL 54160

ALVARÁ DE LICENÇA 183/2020

Código de Autenticidade: **20OGUSGAUO**

"EMITIDO PELO FUNCIONÁRIO EDINA LUCIANE ESCHER SOTT"

Esse documento deverá permanecer exposto em local visível no estabelecimento empresarial

Modelli
NUTRIÇÃO PERSONALIZADA

ANEXO IV

PROPOSTA

(X) Proposta os itens relacionados aos imóveis com barracões.

( ) Proposta para os itens relacionados aos imóveis sem barracões.

MODELLI – NUTRIÇÃO PERSONALIZADA

CNPJ MATRIZ – 27009441/0001-00

CNPJ FILIAL – 27009441/0002-91

01 - Descrição clara e objetiva do ramo de atividade empresarial a ser desenvolvido no imóvel:

- Empresa relacionada ao isentivo á alimentação saudável, produção, envazamento e distribuição de produtos alimentícios funcionais, com alto valor nutricional e probióticos a nível Brasil.

- Marca própria e registrada perante o INPI

02 - Matéria prima a ser utilizada:

- Chás, temperos saudáveis, adoçantes, mel, açúcar mascavo, erva de terere, erva de chimarrão, sal, cereais integrais, grãos integrais, farinhas integrais e probióticas, cacau, massas integrais, mistura para `bolo pronto` com baixo de teor de açúcar e gordura, etc. De acordo com a produção, buscando evoluir sempre e inovando na matéria prima.

03 - Capacidade produtiva/comercial da unidade a ser instalada:

- Em média 100 unidades de cada produto Modelli / mês

- produção em grande escala para adentrar nos mercados da região e suprir a necessidades do varejo.

04 - Mercado consumidor potencial:

- Mercados, atacados e e-comerce.

- Quem busca qualidade de vida, mudando a visão sobre os benefícios de uma aliementação saudável e balanceada, melhoramento da saúde com o uso de alimentos com baixo teor de sódio, conservantes e corantes, custo benefío, cuidado com o meio ambiente, menos produção de lixo pois nossas embalagens todas contém refil para a troca, sendo assim otimizamos o uso das embalagens para consientizar o consumidor final para um consumo mais consiente.

05 - Previsão de faturamento, custos, despesas e retorno dos investimentos:

Período: 11/2020 a 10/2021	
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	**R$ 200.000,00**
(-) Impostos sobre o faturamento	R$ 40.000,00
(=) RECEITA OPERACIONAL LIQUIDA	**R$ 160.000,00**
(-) Total despesas com pessoal	R$ 15.000,00
(-) Total despesas administrativas	R$ 15.000,00
(-) Total de despesas financeira	R$ 1.000,00
(=) Lucro Liquido Projetado	**R$ 129.000,00**
Total de Investimentos	**R$ 180.000,00**
ROI	-0,283
PREVISÃO DE RETORNO SOBRE O INVESTIMENTO	**-28,33%**
	0,72
Interpretação: para cada R$ 1,00 investido, a empresa prevê obter R$ 1,16 de retorno isto é, um lucro de R$ 0,16 para cada real investido	

Modelli

06 - Relação da infraestrutura, equipamentos e instalações necessárias ao funcionamento do projeto global, acompanhada de orçamento discriminado:

- **Máquinas** - embaladora, seladora por indução de recipientes plásticos, forrageiro de cereais, seladora de saco plástico, computadores, prateleitas para estoque, material para escritório.	R$ 100.000,00
- **Matéria prima** - compra de insumos para iniciar a produção em grande escala	R$ 50.000,00
- **Embalagens** - caixas de papelão para acomodar os produtos para entrega nos mercados, todos os recipientes necessários para envase dos produtos Modelli.	R$ 30.000,00
- Infraestrutura do imóvel para a aprovação da vigilância sanitária.	R$ 20.000,00

07 - Previsão de investimentos próprios:

- Imediato, assim que assinado o contrato de comodato as melhorias serão executadas.

08 - Viabilidade econômica do projeto:

- O mercado que mais cresceu nos últimos 2 anos, é o mercado da alimentação saudável, alimentos funcionais, saúde e estética. Como nutricionista vejo que o ramo ainda é falho, pois não temos indústrias suficientes para suprir a demanda, tornando assim, custo benefício acessivel para a população. O projeto da indústria implantada em Capanema foi estudada á anos, aqui podemos otimizar os custos da produção e usar a materia prima encontradas em nossa cidade, com isso buscamos uma maior lucratividade e crescimento da empresa. Tendo em

vista todos esse pontos positivos, conseguimos ter como base o crescimento da empresa, identificando as melhores chances de invetimento e progredindo diariamente, assim conseguimos manter a empresa em constante crescimento para alcançar as expectativas de lucros.

09 - Compromissos assumidos pela proponente:

a) cumprir todas as obrigações previstas no Termo de Referência, no edital e na minuta do contrato da licitação Concorrência 02/2020.

b) contratar, preferencialmente, pessoas que sejam domiciliados no Município de Capanema/PR

10 - DA OFERTA:

CRITÉRIO	PROPOSTA DA EMPRESA
Empregabilidade (em número de empregos diretos gerados no prazo de 6 meses).	15 empregos
Valor do investimento privado no empreendimento a ser instalado no imóvel - R$	R$ 200.000,00
Prazo para conclusão das obras / prazo para aplicação total dos investimentos	Até 4 meses
Faturamento Anual (média dos últimos 3 anos)	Previsão de farturamento para micro empresa Até 300.000,00
Tempo de constituição da empresa OU residência do sócio majoritário no Município de Capanema (somente dados do sócio mais antigo)	30 anos – Marta Luft, proprietária da empresa, nascida em Capanema no ano de 1989.
Capacidade do empreendimento	15

gerar uma cadeia de produção e/ou empregos indiretos no Município de Capanema/PR	

CAPANEMA, 12 de NOVEMBRO de 2020.

MARTA CRISTINA LUFT PECCIN

Assinatura e carimbo do represente legal/contratual da proponente

TERMO DE COMPROMISSO COM EMPRESAS DE CAPANEMA

A empresa MODELLI – NUTRIÇÃO PERSONALIZADA administrada pela nutricionista MARTA LUFT, se instalada em Capanema na área industrial firma o compromisso de adquirir insumos de seu estabelecimento. Para então, gerar uma cadeia de produção e viabilidade econômica na cidade onde moramos.

Sem mais, por ser verdade, firmamos o nosso acordo.

Marta Luft
MARTA LUFT

SÓCIA E PROPRIETÁRIA

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA:

EMPRESA: Cataratas do Iguaçu Prod. Org. Ltda.

PRODUTOS: farinhas, integral e milho flocos de soja e leite de soja; Banana desidratada Pirapó; Tofu;

ASSINATURA

Jonathas R. Severo
Administrador
CNPJ 05.2[illegible]

TERMO DE COMPROMISSO COM EMPRESAS DE CAPANEMA

A empresa MODELLI – NUTRIÇÃO PERSONALIZADA administrada pela nutricionista MARTA LUFT, se instalada em Capanema na área industrial firma o compromisso de adquirir insumos de seu estabelecimento. Para então, gerar uma cadeia de produção e viabilidade econômica na cidade onde moramos.

Sem mais, por ser verdade, firmamos o nosso acordo.

Marta Luft

MARTA LUFT

SÓCIA E PROPRIETÁRIA

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA: Dircu Rosso

EMPRESA: Primadonna

PRODUTOS: Arroz, feijão fuba, trigo integral

ASSINATURA

PRIMADONNA
Comércio e Transporte Ltda

969

TERMO DE COMPROMISSO COM EMPRESAS DE CAPANEMA

A empresa MODELLI – NUTRIÇÃO PERSONALIZADA administrada pela nutricionista MARTA LUFT, se instalada em Capanema na área industrial firma o compromisso de adquirir insumos de seu estabelecimento. Para então, gerar uma cadeia de produção e viabilidade econômica na cidade onde moramos.

Sem mais, por ser verdade, firmamos o nosso acordo.

MARTA LUFT

SÓCIA E PROPRIETÁRIA

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA:

EMPRESA: ARTCOLOR

PRODUTOS: Rotuladora, Designer gráfico

Adriana M. Pinheiro

ASSINATURA

ARTCOLOR
Cassiano Mathias Pinheiro
CNPJ 32.454.822/0001-39
Inscr. Est. 90801635-14

970

TERMO DE COMPROMISSO COM EMPRESAS DE CAPANEMA

A empresa MODELLI – NUTRIÇÃO PERSONALIZADA administrada pela nutricionista MARTA LUFT, se instalada em Capanema na área industrial firma o compromisso de adquirir insumos de seu estabelecimento. Para então, gerar uma cadeia de produção e viabilidade econômica na cidade onde moramos.

Sem mais, por ser verdade, firmamos o nosso acordo.

MARTA LUFT

SÓCIA E PROPRIETÁRIA

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA:

EMPRESA:

PRODUTOS: Embalagens

M. N. WEBER & CIA. LTDA.
CNPJ 08.225.417/0001-64
Fone: (46) 3552-3274
CAPANEMA - PR

ASSINATURA

Maria Neli Weber

TERMO DE COMPROMISSO COM EMPRESAS DE CAPANEMA

A empresa MODELLI – NUTRIÇÃO PERSONALIZADA administrada pela nutricionista MARTA LUFT, se instalada em Capanema na área industrial firma o compromisso de adquirir insumos de seu estabelecimento. Para então, gerar uma cadeia de produção e viabilidade econômica na cidade onde moramos.

Sem mais, por ser verdade, firmamos o nosso acordo.

MARTA LUFT

SÓCIA E PROPRIETÁRIA

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA: Janice Gomes.

EMPRESA: Rapport Ecologicos.

PRODUTOS: Caixas de Papelão.

ASSINATURA

Janice Gomes
Gerente Financeiro

TERMO DE COMPROMISSO COM EMPRESAS DE CAPANEMA

A empresa MODELLI – NUTRIÇÃO PERSONALIZADA administrada pela nutricionista MARTA LUFT, se instalada em Capanema na área industrial firma o compromisso de adquirir insumos de seu estabelecimento. Para então, gerar uma cadeia de produção e viabilidade econômica na cidade onde moramos.

Sem mais, por ser verdade, firmamos o nosso acordo.

MARTA LUFT

SÓCIA E PROPRIETÁRIA

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA:

EMPRESA: Mercado e Açougue Bom Preço

PRODUTOS:

ASSINATURA

Peretti & Mantovani Ltda
CNPJ: 04.898.261/0001-21

973

TERMO DE COMPROMISSO COM EMPRESAS DE CAPANEMA

A empresa MODELLI – NUTRIÇÃO PERSONALIZADA administrada pela nutricionista MARTA LUFT, se instalada em Capanema na área industrial firma o compromisso de adquirir insumos de seu estabelecimento. Para então, gerar uma cadeia de produção e viabilidade econômica na cidade onde moramos.

Sem mais, por ser verdade, firmamos o nosso acordo.

Marta Luft
MARTA LUFT

SÓCIA E PROPRIETÁRIA

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA:

EMPRESA: Dertek Gráfica

PRODUTOS: Embalagens, produtos de papelaria impressos.

ASSINATURA

Angela Reima

33.747.483/0001-41

LETICIA BREIER

AV. INDEPENDÊNCIA, 877
CENTRO
85760-000 - CAPANEMA - PR

974

TERMO DE COMPROMISSO COM EMPRESAS DE CAPANEMA

A empresa MODELLI – NUTRIÇÃO PERSONALIZADA administrada pela nutricionista MARTA LUFT, se instalada em Capanema na área industrial firma o compromisso de adquirir insumos de seu estabelecimento. Para então, gerar uma cadeia de produção e viabilidade econômica na cidade onde moramos.

Sem mais, por ser verdade, firmamos o nosso acordo.

Marta Luft
MARTA LUFT

SÓCIA E PROPRIETÁRIA

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA:

EMPRESA: Construtora

PRODUTOS: materiais para construção e reforma

Fabio Borges da Silva
ASSINATURA

MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO
RODERI LTDA.
CNPJ 04.9[illegible]0.682/0002-27

975

TERMO DE COMPROMISSO COM EMPRESAS DE CAPANEMA

A empresa MODELLI – NUTRIÇÃO PERSONALIZADA administrada pela nutricionista MARTA LUFT, se instalada em Capanema na área industrial firma o compromisso de adquirir insumos de seu estabelecimento. Para então, gerar uma cadeia de produção e viabilidade econômica na cidade onde moramos.

Sem mais, por ser verdade, firmamos o nosso acordo.

Marta Luft
MARTA LUFT

SÓCIA E PROPRIETÁRIA

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA: Rosemary Lott Luft

EMPRESA: Agroindustria Familiar

PRODUTOS: Mel

ASSINATURA

TERMO DE COMPROMISSO COM EMPRESAS DE CAPANEMA

A empresa MODELLI – NUTRIÇÃO PERSONALIZADA administrada pela nutricionista MARTA LUFT, se instalada em Capanema na área industrial firma o compromisso de adquirir insumos de seu estabelecimento. Para então, gerar uma cadeia de produção e viabilidade econômica na cidade onde moramos.

Sem mais, por ser verdade, firmamos o nosso acordo.

Marta Luft
MARTA LUFT

SÓCIA E PROPRIETÁRIA

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA:

EMPRESA: Falcon - Serviços digitais.

PRODUTOS: Serviço para comandar as páginas de instagram, facebook e e-comerce.
marketing digital.

ASSINATURA

→ Gerente não estava presente para a assinatura do termo; acordado com o funcionário
Gedeai Vidotte

TERMO DE COMPROMISSO COM EMPRESAS DE CAPANEMA

A empresa MODELLI – NUTRIÇÃO PERSONALIZADA administrada pela nutricionista MARTA LUFT, se instalada em Capanema na área industrial firma o compromisso de adquirir insumos de seu estabelecimento. Para então, gerar uma cadeia de produção e viabilidade econômica na cidade onde moramos.

Sem mais, por ser verdade, firmamos o nosso acordo.

Marta Luft

MARTA LUFT

SÓCIA E PROPRIETÁRIA

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA: Matheus Compagnolo

EMPRESA: Betel

PRODUTOS: Uniformes para funcionários

ASSINATURA

→ Gerente não estava presente para assinatura do termo; mas foi acordado com a funcionária Thalita Uhmann.

978

TERMO DE COMPROMISSO COM EMPRESAS DE CAPANEMA

A empresa MODELLI – NUTRIÇÃO PERSONALIZADA administrada pela nutricionista MARTA LUFT, se instalada em Capanema na área industrial firma o compromisso de adquirir insumos de seu estabelecimento. Para então, gerar uma cadeia de produção e viabilidade econômica na cidade onde moramos.

Sem mais, por ser verdade, firmamos o nosso acordo.

Marta Luft
MARTA LUFT

SÓCIA E PROPRIETÁRIA

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA: Fernanda Urban

EMPRESA: Ter copos

PRODUTOS: Brinders; materiais personalizados; impressão de embalagem; copos, canetas; bolsas.

ASSINATURA

- A Gerente não estava presente para a assinatura do termo; mas foi acordado com o funcionário que estava trabalhando no local.

Thiago Souza

979

TERMO DE COMPROMISSO COM EMPRESAS DE CAPANEMA

A empresa MODELLI – NUTRIÇÃO PERSONALIZADA administrada pela nutricionista MARTA LUFT, se instalada em Capanema na área industrial firma o compromisso de adquirir insumos de seu estabelecimento. Para então, gerar uma cadeia de produção e viabilidade econômica na cidade onde moramos.

Sem mais, por ser verdade, firmamos o nosso acordo.

Marta Luft

MARTA LUFT

SÓCIA E PROPRIETÁRIA

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA: Eroni T Morgenste

EMPRESA: Mangueira

PRODUTOS: melado

ASSINATURA

Eroni T Morgenste

1980

TERMO DE COMPROMISSO COM EMPRESAS DE CAPANEMA

A empresa MODELLI – NUTRIÇÃO PERSONALIZADA administrada pela nutricionista MARTA LUFT, se instalada em Capanema na área industrial firma o compromisso de adquirir insumos de seu estabelecimento. Para então, gerar uma cadeia de produção e viabilidade econômica na cidade onde moramos.

Sem mais, por ser verdade, firmamos o nosso acordo.

Marta Luft

MARTA LUFT

SÓCIA E PROPRIETÁRIA

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA: Elaine T. G. Pannels

EMPRESA: Produtos Pinheiro

PRODUTOS: Açúcar

ASSINATURA

Elaine T. G. Pannels

ANEXO II

CREDENCIAMENTO

Pelo presente, credenciamos o(a) Sr(a). MARTA CRISTINA LUFT PECCIN, portador(a) da cédula de identidade nº 9609452-3, inscrito no CPF nº 067411229-66 para participar do procedimento licitatório consistente na Concorrência nº. 02/2020, podendo praticar todos os atos inerentes ao referido procedimento, no que diz respeito aos interesses da representada.

CAPANEMA, 12 de NOVEMBRO de 2020.

MARTA CRISTINA LUFT PECCIN

Assinatura e carimbo do represente legal/contratual da proponente

Modelli

982

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE CONCORDÂNCIA COM O EDITAL

MODELLI – NUTRIÇÃO PERSONALIZADA, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob n° 27009441-0001-00 e 27009441/0002-91, DECLARA, para fins do disposto neste Edital, que:

A) Está de acordo em explorar a sua atividade em um dos imóveis em que está competindo, constantes no Termo de Referência desta licitação;

B) Tem disponibilidade imediata dos equipamentos e utensílios necessários para exploração do barracão;

C) Não empregará menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregará menor de dezesseis anos. Ressalva: emprega menor a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ( ) OBS: em caso de afirmativo, assinalar a ressalva acima.

D) Se instalará e iniciará as atividades dentro do prazo não superior a 120 (cento e vinte) dias a contar do dia 1º de janeiro de 2021, podendo esse prazo ser prorrogado, havendo justificativa, por escrito e aceito pelo CONCEDENTE;

E) Possui aptidão para o desempenho da atividade pertinente e compatível com o objeto da Licitação;

CAPANEMA, 12 de NOVEMBRO de 2020

MARTA CRISTINA LUFT PECCIN

Assinatura e carimbo do represente legal/contratual da proponente

Modelli

ANEXO V

INDICAÇÃO DE ITENS RELACIONADOS ADS IMÓVEIS COM BARRACÕES

NOME DA PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA: MODELLI - NUTRIÇÃO PERSONALIZADA

CPF OU CNPJ: 27009441/0001-00 e 27009441/0002-91

A proposta constante no envelope lacrado será utilizada como oferta para os imóveis previstos nos seguintes itens, em ordem de preferência:

Item *(previsto no Termo de Referência)*	**Descrição do imóvel** *(previsto no Terma de Referência)*
17	Terreno com barracão de 300 m² - Projeto em construção Área Industrial I - próximo ao trevo saída para São Pedro - Quadra Nº 84 - Lote 05 - Setor N.E - Rua 25 de maio nº 530
15	Terreno com barracão de 300 m² - Construção concluída Área Industrial I - próximo ao trevo saída para São Pedro - Quadra 84A - Lote 04 - Setor N.E - Rua 25 de maio nº 581
16	Terreno com barracão de 300 m² - Projeto em construção Área Industrial I - próximo ao trevo saída para São Pedro - Quadra Nº 84 - Lote 03 - Setor N.E - Rua 25 de maio nº 646

MARTA CRISTINA LUFT PECCIN

Assinatura e carimbo do represente legal/contratual da proponente

Modelli

ANEXO VII

TERMO DE VISTORIA INICIAL DO IMÓVEL

(Exclusiva para imóveis com barracões)

CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO

(Deve ser preenchido na assinatura do contrato de concessão, somente para os imóveis em que haja barracão)

CONCEDENTE: Município de Capanema.

CONCESSIONÁRIA: MODELLI – NUTRIÇÃO PERSONALIZDA, inscrita no CNPJ sob nº 27009441/0002-91 email: martaluft@hotmail.com, com sede no seguinte endereço Av. Ubirajaras 561 no bairro São José Operário no município de Capanema –Pr , representado por Marta Cristina Luft Peccin, inscrita no CPF nº 067411229-66.

IMÓVEL OBJETO DA CONCESSÃO:

Imóvel:

Situado na rua:

Bairro:

Em:

Firmam por meio do presente o termo de vistoria e entrega das chaves ao Concessionário. O presente termo é parte integrante do contrato de concessão de direito real de uso celebrado entre as partes. Pelo presente, declaram as partes, que o o imóvel acima indicado se encontra em bom estado de conservação, com todos os acessórios em prefeito estado de funcionamento e conservação, sendo que dessa forma a CONCESSIONÁRIA se compromete a devolvê-lo no mesmo estado, findo o prazo contratual, independente de vistoria final.

1)PINTURA:

_____

_____

2) ACABAMENTOS:

_____

_____

Modelli

3) ELÉTRICA: Toda rede elétrica, incluindo tomadas, lâmpadas e saídas de energia para chuveiros e ar condicionado encontram-se completamente instalados, em bom estado de conservação e funcionamento, conforme fotos anexas. Observações: _____

_____

4) TRINCOS e FECHADURAS: Em bom estado de conservação. Tais acessórios estão em perfeito funcionamento, sem arranhões, defeitos ou dificuldade no seu manuseio. Observações:_____

_____

_____

5) PISOS E AZULEJOS: Todos os pisos e azulejos estão em bom estado de conservação, sem nenhum azulejo quebrado, trincado ou arranhado. Observações: _____

_____

_____

6) VIDRAÇAS e JANELAS: Todas as janelas e vidros estão em perfeitas condições, não apresentam nenhum defeito, trincado, arranhões ou dificuldades no manuseio. Observações:_____

_____

_____

7) TELHADO: O teto do imóvel se encontra em boas condições, sem infiltrações, vazamentos ou goteiras. Observações:

_____

_____

_____

8) HIDRÁULICA: Toda rede hidráulica encontra-se em bom estado de conservação e funcionamento, sem entupimentos, vazamentos ou infiltrações aparentes. Observações:_____

_____

_____

9) DEMAIS ACESSÓRIOS: Fazem parte do imóvel os seguintes acessórios:

a) _____

b) _____

c) _____

d) _____

e) _____

Modelli

f) _____

g) _____

h) _____

i) _____

Observação: todas as instalações elétricas, hidrossanitárias e esquadrias estão em perfeito uso.

10) LIMPEZA: A limpeza do imóvel será de responsabilidade da Concessionária.

11) CHAVES: Foram entregues no presente ato _____ chaves, referente às portas metálicas.

Qualquer impugnação ao presente laudo deverá ser comunicada ao CONCEDENTE, por escrito, dentro de 07 (sete) dias a contar da data da assinatura deste, destinado ao e-mail: adm@capanema.pr.gov.br. A falta de comunicação implica em aceitação de vistoria realizada nos termos descritos acima.

E, por assim estarem justos e de acordo, firmam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma.

Capanema, 20 de novembro de 2020.

CONCEDENTE _____

CONCESSIONÁRIA _____

Modelli

ANEXO VIII

MINUTA CONTRATO DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO Nº 02/2020

CONTRATO DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO Nº 02/2020 QUE CELEBRAM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE CAPANEMA E A EMPRESA MODELLI – NUTRIÇÃO PERSONALIZADA

O MUNICÍPIO DE CAPANEMA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 75.972.760/0001-60, com sede na Avenida Gov. Pedro Viriato Parigot de Souza, n° 1080, Estado do Paraná, a seguir denominado CONCEDENTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. AMÉRICO BELLÉ. De outro lado a empresa MODELLI – NUTRIÇÃO PERSONALIZADA, inscrita no CNPJ/MF, sob o n.º 27009441/0002-91, com sede em: CAPANEMA neste ato representada pelo(a) Sr(a) MARTA CRISTINA LUFT PECCIN inscrito no CPF nº 067441229-66, residente e domiciliado em AV. IDEPENDENCIA 505 AP 701 EM CAPANEMA, doravante denominada CONCESSIONÁRIA, vêm firmar o presente Contrato nos termos da Lei n.º 8.666/93 e legislação pertinente, obedecidas às condições estabelecidas no edital da licitação realizada na modalidade CONCORRÊNCIA nº 02/2020, no termo de referência constante no processo, os quais são partes integrantes deste instrumento, mediante as cláusulas e condições a seguir estipuladas:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Constitui objeto deste contato a concessão de direito real de uso de bem público de propriedade do Município de Capanema, referente ao Terreno/Barracão, cujo imóvel segue discriminado abaixo, com o respectivo valor de avaliação:

Item	Descrição do Imóvel	Localização	Cadastro Municipal	Metragem	Avaliação atual

1.2. O uso do imóvel descrito acima será obrigatoriamente para exploração da atividade descrita na proposta apresentada pela CONCESSIONÁRIA, sem prejuízo das normas e obrigações constantes no Edital e seus anexos.

1.3. A CONCESSIONÁRIA explorará a(s) seguinte(s) atividade(s):

a)_____;
b)_____;
c)_____;
d)_____;

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO DA CONCESSÃO

2.1. O prazo de vigência da Concessão de Direito Real de Uso, conforme indicado na Lei Municipal nº 1.745/2020 será de 20 (vinte) anos, contados a partir de 1º de janeiro de 2021.
2.2. A CONCESSIONÁRIA deverá observar o prazo para início das suas atividades conforme previsto no termo de referência e de acordo com sua proposta, sob pena de ser determinada a rescisão do contrato de concessão de uso, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste instrumento, no edital ou no termo de referência.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DA PRORROGAÇÃO CONTRATUAL

3.1. A vigência do contrato poderá ser prorrogada uma única vez, pelo mesmo prazo previsto no contrato original, desde que observadas as seguintes condições que caracterizam o interesse público: a) interesse da Concessionária; b) integral cumprimento dos requisitos previstos na proposta original da concessionária e na legislação em vigor; c) inexistência de aplicação de penalidades à concessionária, em razão do descumprimento contratual, salvo uma advertência ou uma multa de natureza leve, devidamente formalizada em processo administrativo; d) apresentação de todos os documentos necessários para a habilitação na licitação original, devidamente atualizados, válidos e regulares.

3.2. O procedimento para eventual prorrogação contratual será formal e deverá ser anexado ao presente processo de concessão, observando-se o seguinte rito: I - no prazo compreendido entre o 12º e o 6º mês que antecede o encerramento da vigência do contrato de concessão, a CONCESSIONÁRIA apresentará requerimento escrito, constando a comprovação das condições mencionadas nas alíneas do subitem 3.1, devidamente protocolado no Protocolo-Geral do Município; II - o requerimento será juntado aos autos da presente concessão; III - os autos serão encaminhados para a Procuradoria Municipal, para parecer jurídico, no prazo de 15 dias, possibilitando a solicitação de certidões de órgãos públicos, sem prejuízo da notificação da CONCESSIONÁRIA para que apresente documentos complementares essenciais para a aprovação da prorrogação contratual; IV - na hipótese de necessidade de complementação da documentação para avaliação da Procuradoria Municipal, a CONCESSIONÁRIA encaminhará os documentos exigidos no prazo de 10 dias; V - emitido o parecer jurídico, a decisão final caberá ao Chefe do Poder Executivo, por meio de despacho fundamentado, no prazo de 15 dias.

3.3. Transcorrido o prazo de 40 anos da vigência da concessão, sem que haja a opção de aquisição pela concessionária, a concessão será extinta.

Codelli

4. CLÁUSULA QUARTA - DA OPÇÃO DE AQUISIÇÃO DO IMÓVEL CONCEDIDO

4.1. A concessionária poderá optar pela aquisição ou não do imóvel no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias antes do encerramento da vigência inicial do contrato de concessão ou do encerramento da prorrogação do contrato.

4.2. Caso opte pela aquisição em definitivo do imóvel, o valor a ser pago será o montante estabelecido na avaliação do imóvel, conforme o disposto neste Termo de Referência, corrigido monetariamente pelo índice utilizado na atualização da UFM, anualmente.

4.3. A opção pela aquisição em definitivo do imóvel poderá ocorrer a partir do quinto ano da vigência da concessão, cujo pagamento do respectivo valor será realizado em parcela única ou de forma parcelada, em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais, devidamente corrigidas pelo índice de atualização da UFM, anualmente. 4.3.1. Em havendo a opção pela aquisição de forma parcelada, exigir-se-á a apresentação de garantia idônea, cláusula de reversão do imóvel, em caso de inadimplemento e o cumprimento dos requisitos previstos no art. 12, da Lei Municipal nº 1.745/2020. 4.3.2. Por opção da CONCESSIONÁRIA, a partir do quinto ano da vigência da concessão, é possível a aquisição parcelada do imóvel, em número de parcelas correspondentes ao número de meses restantes da vigência da CONCESSÃO, hipótese em que será outorgada escritura pública de alienação com cláusula resolutiva.

4.4. Caso a concessionária opte por não adquirir em definitivo o imóvel concedido, no prazo estabelecido no edital da licitação, a concessão será extinta.

4.5. Na hipótese do subitem 4.4 e em havendo edificações e benfeitorias realizadas pela concessionária no imóvel durante a vigência contratual, o imóvel poderá ser alienado pelo Município, pelo valor de mercado atualizado da sua totalidade, para que a concessionária original seja indenizada exclusivamente pelas edificações e benfeitorias realizadas.

4.6. O Município, ao invés da alienação prevista no subitem 4.5. poderá realizar nova concessão de direito real de uso do imóvel, caso conste no edital da nova licitação a obrigação da licitante vencedora do certame depositar o montante referente à avaliação das edificações e benfeitorias realizadas pelo concessionário original, no prazo de 10 (dez) dias, após a homologação da licitação, para fins de indenização da concessionária original.

4.7. Decorrido o prazo de 12 (doze) meses após a extinção da concessão e não realizada a indenização prevista nos subitens 4.5 ou 4.6, o Município indenizará as edificações e benfeitorias realizadas pelo concessionário original.

4.8. Para fazer jus às indenizações pelas edificações e benfeitorias realizadas no imóvel, a concessionária deverá obter as licenças dos órgãos competentes para as respectivas construções, quando exigido por lei, bem como averbá-las na matrícula do imóvel, por suas

expensas, previamente ao encerramento da vigência do contrato ou previamente à abertura de processo administrativo para apurar a regularidade da concessão, com o fim de extinguila.

4.9. O inadimplemento de parcelas referentes à aquisição do imóvel acarretará aplicação das seguintes penalidades: 4.9.1. Multa de mora de 1% do valor da avaliação do imóvel por mês de atraso. 4.9.2. Resolução do contrato de compra e venda caso haja a inadimplência de três parcelas seguidas, sem prejuízo da aplicação da multa prevista no subitem 4.9.1.

4.10. É vedada a destinação do imóvel concedido, mesmo após a aquisição definitiva pela CONCESSIONÁRIA, para outra finalidade que não seja industrial ou comercial, o que será devidamente averbado na matrícula do imóvel. 4.10.1. A tentativa de utilização do imóvel - adquirido definitivamente pela CONCESSIONÁRIA - de maneira indevida será coibida pelo Município de Capanema, a qualquer tempo, por meio do indeferimento do licenciamento da atividade, devido a sua localização.

5. CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Obrigações do CONCEDENTE: 5.1.1. Disponibilizar o acesso ao imóvel imediatamente após o início da vigência da concessão; 5.1.2. Registrar as irregularidades constatadas em ato de fiscalização, cientificando a autoridade competente para as providências pertinentes, e notificar a CONCESSIONÁRIA para pronta regularização; 5.1.3. Notificar a CONCESSIONÁRIA imediatamente após constatar o descumprimento de alguma das obrigações contratuais, fixando um prazo para que ela promova as diligências/correções necessárias sob pena de aplicação de penalidades previstas no item 10. 5.1.4. Caberá ao CONCEDENTE avaliar a cada 12 (doze) meses o cumprimento do contrato.

5.2. Obrigações da CONCESSIONÁRIA: As obrigações da CONCESSIONÁRIA estão divididas em 03 (três) grupos por grau de gravidade conforme disposições abaixo: 5.2.1. Obrigações do Grupo 1 (GRAVÍSSIMA) 5.2.1.1. O descumprimento das obrigações deste grupo poderá implicar na rescisão do contrato e das demais penalidades previstas no item 10. a) utilizar o imóvel cujo uso lhe é concedido de acordo com as especificações e condições apresentadas pelo CONCEDENTE contidas neste instrumento, sendo vedada a utilização de áreas que não se encontrem limitadas no contrato, bem como não será permitida a utilização do bem público concedido para finalidade diferente da que foi licitada, garantindo-se as demais exigências pactuadas; b) não transferir, ceder ou subconceder a terceiros o imóvel concedido durante a vigência do contrato de concessão; c) não promover modificação da finalidade ou da estrutura societária que prejudique a execução da proposta apresentada na licitação, salvo se previamente submetida ao CONCEDENTE para análise e aceite, desde que verificada a manutenção dos critérios predominantes da proposta inicial, especialmente quanto à empregabilidade e aos investimentos privados no imóvel; d) a CONCESSIONÁRIA deverá entregar procuração, conforme modelo a ser fornecido pelo CONCEDENTE, indicando, pelo menos, 02 (dois) prepostos com poderes para receber notificações e demais documentos pertinentes ao contrato de concessão. A referida procuração deverá ter validade durante a vigência do contrato, bem como, ficará sob a responsabilidade da CONCESSIONÁRIA a sua

atualização junto ao Município; e) produzir e/ou comercializar exclusivamente produtos lícitos e em rigorosa obediência à legislação pertinente; f) não ser autuado e penalizado com multa pela segunda vez, num período de 24 meses, pelos mesmos motivos, em atuação da fiscalização, ou pela vigilância sanitária, ou outro órgão público, em razão de descumprimento das normas envolvendo a exploração do imóvel concedido.

5.2.2 Obrigações do Grupo 2 (GRAVE):

a) Para as CONCESSIONÁRIAS dos barracões: adequar e equipar o espaço físico, bem como realizar as construções, adaptações e acabamentos necessários para o início das atividades constantes na proposta apresentada na sessão da licitação, que deverá ocorrer no prazo de até 120 (cento e vinte) dias, contados a partir da vigência da concessão, com as condições e características necessárias e indispensáveis para realizar as suas atividades, de acordo com as normas vigentes para o funcionamento do estabelecimento. a.1) o referido prazo poderá ser excepcionalmente prorrogado desde que haja justificativa comprovada e aceita pela Administração, especificamente quando o exercício da atividade depender de licenças de outros órgãos públicos e não esteja caracterizada a negligência da própria CONCESSIONÁRIA. a-A) Para as CONCESSIONÁRIAS dos terrenos: a-A.1) iniciar as obras de infraestrutura até o dia 1º de março de 2021; a-A.2) iniciar as atividades empresariais no prazo definido na proposta; a.A.3) o referido prazo poderá ser excepcionalmente prorrogado desde que haja justificativa comprovada e aceita pela Administração, especificamente quando o exercício da atividade depender de licenças de outros órgãos públicos e não esteja caracterizada a negligência da própria CONCESSIONÁRIA. b) manter a exploração da atividade industrial/comercial com o funcionamento constante; c) obter as licenças exigidas para a construção, modificação e/ou ampliação que se pretenda fazer nas instalações externas e internas do imóvel objeto da CONCESSÃO; d) para os imóveis em que contenham barracões construídos pelo CONCEDENTE, compete à CONCESSIONÁRIA contratar e/ou renovar anualmente o seguro contra incêndio do(s) imóvel(is) e suas respectivas instalações, com valor mínimo compatível com o valor de avaliação do barracão, de acordo com a tabela constante no subitem 1.1 do Termo de Referência, indicando como beneficiário o Município de Capanema, sendo obrigatória a apresentação da(s) apólice(s) ao Município, no prazo de 60 (sessenta) dias, após o início das atividades industriais/comerciais no imóvel, bem como a cada renovação anual do seguro; e) providenciar no prazo de até 120 (cento e vinte) dias, contados do início da vigência da concessão, a abertura de filial no Município de Capanema, caso a empresa seja sediada em outro Município, e apresentar a documentação ao CONCEDENTE; f) recolher os tributos incidentes de sua atividade e emitir notas e cupons fiscais, conforme a legislação em vigor; g) compete à CONCESSIONÁRIA, no prazo de 30 (trinta) dias, contados do início da vigência da concessão, requerer a transferência, para o seu nome, dos registros de água e luz do imóvel, junto aos órgãos competentes; h) cumprir todas as normas ambientais exigidas para o exercício da atividade. h.1) as licenças ambientais exigidas para o exercício da atividade deverão ser providenciadas pela CONCESSIONÁRIA no prazo de 120 (cento e vinte) dias, contados da vigência da concessão. Excepcionalmente, o prazo poderá ser prorrogado, mediante comprovação de motivo relevante, sem culpa da CONCESSIONÁRIA, e aceito pelo CONCEDENTE.

Codelli

5.2.3. Obrigações do Grupo 3 (LEVE):

a) prestar todas as informações e/ou esclarecimentos ao CONCEDENTE, sempre que lhe forem solicitadas; b) a CONCESSIONÁRIA deverá cumprir as normas relativas à legislação pertinente ao tipo de atividade comercial, providenciando anualmente a(s) licença(s) necessária(s) para o exercício da atividade; c) é vedada a instalação de publicidade, letreiros e faixas de terceiros em qualquer parte da edificação do imóvel, permitida a identificação da própria CONCESSIONÁRIA e dos produtos ou atividades desenvolvidas no local. d) adotar as providências adequadas em relação a qualquer empregado cujo procedimento for considerado inconveniente, fato este detectado a partir da fiscalização realizada pelo Município; e) respeitar as normas trabalhistas; j) é vedada a criação de animais domesticáveis ou não no imóvel; k) cumprir as normas legais federais, estaduais e municipais, notadamente aquelas relativas à legislação urbana, ambiental e sanitária, registros de inspeção trabalhista, providenciando licenças e alvarás exigidos na forma da Lei, mantendo-os atualizados e em locais visíveis e de fácil identificação; l) responder por todas as despesas com pessoal para exercício das atividades permitidas à CONCESSIONÁRIA, arcando com os encargos trabalhistas, sociais e previdenciários, de acordo com a legislação em vigor, obrigando-se a saldá-los em época própria, uma vez que seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o CONCEDENTE; m) arcar com todas as despesas decorrentes da instalação de telefone e de qualquer outro serviço utilizado, assim como custos como impostos, taxas, contribuições e tributos federais, estaduais e municipais que incidam direta ou indiretamente sobre o imóvel, bem como as atividades econômicas nele desenvolvidas, que serão integralmente arcadas pela CONCESSIONÁRIA; n) responder civilmente por seus atos, de seus empregados e de quaisquer pessoas físicas ou jurídicas a ela vinculadas, que causarem danos a terceiros e à(s) instalação(ões) física(s) do módulo, cujo uso lhe é concedido, sendo que a ocorrência destes deverá ser imediatamente comunicada ao órgão fiscalizador, para as providências que se fizerem necessárias; o) acompanhar a vistoria de recebimento do imóvel, apondo a sua assinatura no laudo respectivo; p) manter-se, durante toda a vigência da concessão, em compatibilidade com as obrigações assumidas na proposta apresentada na sessão de licitação, bem como todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, respeitando-se o disposto neste Termo de Referência e nos demais documentos da licitação; q) manter o imóvel, objeto desta concessão em perfeitas condições de conservação e limpeza, de acordo com as normas estabelecidas pelo CONCEDENTE e legislação em vigor, observando também os seguintes pontos: I. Toda a área de influência do imóvel deverá ser mantida diariamente limpa pela CONCESSIONÁRIA, e os resíduos coletados deverão ser devidamente ensacados e apresentados para a coleta regular, respeitando-se os horários de coleta estabelecidos pelo Município; II. Implementar, em sua rotina diária, a separação de seus resíduos, de acordo com a legislação vigente;

6. CLÁUSULA SEXTA - DAS ALTERAÇÕES E AMPLIAÇÕES DO IMÓVEL

6.1. Compete à CONCESSIONÁRIA adequar e equipar o espaço físico, bem como realizar as adaptações e acabamentos necessários para o início das atividades.

6.2. Havendo necessidade de modificação de alguma estrutura, a CONCESSIONÁRIA submeterá previamente à apreciação e aprovação escrita do CONCEDENTE, o qual poderá vetar, justificadamente, parcial ou totalmente qualquer modificação que se pretenda fazer nas instalações estruturais externas e internas do imóvel objeto da concessão.

6.3. É possível a ampliação da estrutura dos barracões pela CONCESSIONÁRIA, com recursos próprios, respeitando-se as diretrizes estabelecidas pelo CONCEDENTE, devidamente aprovado pelo Departamento de Engenharia do Município e pelo Prefeito Municipal.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DA SUBCONTRATAÇÃO / SUBCONCESSÃO / LOCAÇÃO

7.1. É vedada a subcontratação, subconcessão ou locação total ou parcial do objeto do contrato.

8. CLÁUSULA OITAVA - DA MARGEM DE CUMPRIMENTO DA PROPOSTA DE EMPREGABILIDADE

8.1. Durante a vigência da concessão, a CONCESSIONÁRIA deverá observar a proposta apresentada na sessão de licitação, especialmente quanto ao número de empregos diretos.
8.2. Haverá uma margem de tolerabilidade no descumprimento do número de empregos diretos ofertados na proposta original, da seguinte forma:

a) a avaliação do cumprimento da proposta de criação de postos de trabalho será realizada anualmente, sempre no mês de julho, utilizando-se o período dos 12 (doze) meses anteriores; b) Durante os doze meses anteriores à avaliação será calculada uma média do cumprimento da proposta da CONCESSIONÁRIA; c) o percentual de tolerabilidade será de 25% (vinte e cinco por cento), sendo vedada a ausência de preenchimento de, ao menos, um posto de trabalho formal, excluídos desse número os sócios da CONCESSIONÁRIA e seus familiares; d) o descumprimento da proposta de criação de postos de trabalho acima da margem de tolerabilidade acarretará na aplicação de multa, prevista na alínea "a" do subitem 8.2.2. e) o descumprimento da proposta de criação de postos de trabalho acima da margem de tolerabilidade por dois anos consecutivos acarretará na declaração de caducidade da concessão. f) a ausência de disponibilização de, ao menos, um posto de trabalho por parte da CONCESSIONÁRIA, nos termos da alínea "c" deste subitem, acarretará na extinção da concessão, por meio da declaração de caducidade.

9. CLÁUSULA NONA - DA FISCALIZAÇÃO

9.1. A Fiscalização será de competência e responsabilidade do Município, a quem caberá verificar se, no seu desenvolvimento, estão sendo cumpridos os termos do Contrato, a proposta original da concessionária, suas especificações e demais requisitos, assim como participar de todos os atos que se fizerem necessários para sua fiel execução.

9.2. A fiscalização será exercida no interesse exclusivo do CONCEDENTE, e não exclui nem reduz a responsabilidade da CONCESSIONÁRIA, inclusive de terceiros, por qualquer irregularidade.

9.3. O Município de Capanema, na qualidade de fiscal do cumprimento das obrigações oriundas da concessão, notificará a CONCESSIONÁRIA para que providencie os reparos e/ou

correções que se fizerem necessárias ao objeto da concessão, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, contados da data do recebimento da referida notificação. 9.3.1. A notificação poderá ser recebida pelo preposto indicado na Procuração, bem como qualquer um dos sócios da CONCESSIONÁRIA, possibilitando a notificação via e-mail. 9.3.2. O não recebimento de qualquer notificação expedida pelo Município, por parte da CONCESSIONÁRIA, será considerada válida com o ateste do servidor público responsável e ratificação da fiscalização.

9.4. O Município irá indicar um servidor para fiscalizar a execução do contrato de concessão.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. O descumprimento das obrigações previstas neste contrato, no edital de licitação e no Termo de Referência ensejará a aplicação das sanções descriminadas a seguir, independentemente da rescisão contratual determinada por ato unilateral do CONCEDENTE.

10.2. Em caso de inexecução total ou parcial da proposta ofertada pela CONCESSIONÁRIA na sessão da licitação, inclusive não atendimento das determinações da fiscalização, a CONCESSIONÁRIA estará sujeita, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, às seguintes penalidades: 10.2.1. ADVERTÊNCIA por escrito, sempre que verificadas pequenas irregularidades para as quais haja concorrido; 10.2.2. MULTAS, que serão aplicadas por infração, conforme abaixo, limitadas a no máximo 15% (quinze por cento) sobre o valor de avaliação do imóvel concedido: a) de 2% a 5%, no caso de descumprimento de obrigações indicadas no grupo 3 (leves) do subitem 5.2.3; b) de 5% a 8%, no caso de descumprimento de obrigações indicadas no grupo 2 (graves) do subitem 5.2.2; c) de 8% a 15%, no caso de descumprimento de obrigações indicadas no grupo 1 (gravíssimas) do subitem 5.2.1. 10.2.3. SUSPENSÃO temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município, segundo a natureza e gravidade da falta cometida, por prazo não superior a 2 (dois) anos; 10.2.4. DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE para licitar ou contratar com a Administração, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante o Município.

10.3. A CONCESSIONÁRIA não incorrerá em penalidades quando o descumprimento dos prazos e/ou obrigações estabelecidos resultar de caso fortuito ou força maior devidamente comprovados.

10.4. A multa não impede que o CONCEDENTE rescinda unilateralmente o contrato e aplique as outras sanções previstas na lei e naquele instrumento.

10.5. O valor das multas será cobrado mediante notificação extrajudicial, independentemente da adoção da medida judicial competente, observando o procedimento descrito no subitem 10.11.

10.6. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com outras sanções previstas no subitem 10.2, segundo a natureza e a gravidade da falta cometida, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 15 dias úteis.

10.7. É facultado ao CONCESSIONÁRIO interpor recurso, dirigido ao Chefe do Poder Executivo, contra a aplicação, por decisão da Comissão de Licitação, das penas de advertência, suspensão ou de multa, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da ciência da respectiva notificação.

10.8. A sanção prevista na alínea "d" do subitem 10.2 é de competência do Chefe do Poder Executivo, facultada a defesa prévia do interessado no respectivo processo de contratação, no prazo de 15 (quinze) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 02 (dois) anos de sua aplicação.

10.9. As sanções previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 10.2 poderá ser também aplicável à CONCESSIONÁRIA que, em razão do contrato: a) tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos; b) praticar atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação; c) demonstrar não possuir idoneidade para contratar com a Administração Pública, em virtude de atos ilícitos praticados.

10.10. Independentemente das sanções legais cabíveis, a CONCESSIONÁRIA ficará sujeita, ainda, à composição das perdas e danos causados ao CONCEDENTE pelo descumprimento das suas obrigações.

10.11. As sanções administrativas somente serão aplicadas mediante regular processo administrativo, assegurada a ampla defesa e o contraditório, observando-se as seguintes regras: a) Antes da aplicação de qualquer sanção administrativa, a CONCESSIONÁRIA será notificada, facultando-lhe a apresentação de defesa prévia, no prazo de 15 (quinze) dias úteis a contar da notificação, exceto na hipótese de declaração de inidoneidade, devendo ser observada a regra do art. 110 da Lei nº 8.666/93; b) A notificação deverá ocorrer pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento ou por edital em jornal de grande circulação, no caso de concessionário e/ou seu representante estar em local incerto e não sabido. A notificação indicará a conduta reputada como infratora, a motivação para aplicação da penalidade, a sanção que se pretende aplicar, o prazo e o local de entrega das razões de defesa; c) Ofertada a defesa prévia ou expirado o prazo sem que ocorra a sua apresentação, a autoridade competente proferirá decisão fundamentada e adotará as medidas legais cabíveis, resguardado o direito de recurso da CONCESSIONÁRIA, ao Prefeito Municipal, que deverá ser exercido nos termos da Lei Federal nº 8.666/93.

10.12. As penalidades só poderão ser relevadas nas hipóteses de caso fortuito ou força maior, devidamente justificados e comprovados, a juízo do CONCEDENTE.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO E DA DECLARAÇÃO DE CADUCIDADE

11.1. O descumprimento das condições estabelecidas neste Termo, no edital, no contrato e/ou em disposições legais, quando houver reincidência ou não couber apenas a aplicação de multas, implicará na extinção da concessão de direito real de uso, por rescisão contratual ou declaração de caducidade, nos termos a seguir.

11.2. O CONCEDENTE possui o direito de rescindir unilateralmente o contrato de concessão, independentemente de interpelação judicial, nos seguintes casos: a) quando a CONCESSIONÁRIA falir, for dissolvida ou por superveniente incapacidade técnica; b) quando

houver paralisação das atividades da CONCESSIONÁRIA pelo prazo de 60 (sessenta) dias, consecutivos ou alternados, sem justificativa aceita pelo CONCEDENTE; c) pelo descumprimento das obrigações do grupo 1 (gravíssimas) relacionadas no subitem 5.2.1; d) pela existência de aplicação de 5 advertências durante o período de 24 (vinte e quatro) meses, qualificando como descumprimento reiterado das obrigações contratuais. e) pelo descumprimento por 3 (três) vezes, consecutivas ou não, da mesma obrigação prevista no grupo 2 (graves) ou 4 (quatro) vezes, consecutivas ou não, da mesma obrigação prevista no grupo 3 (leve) dentro do período de 24 (vinte e quatro) meses. f) nas hipóteses dos artigos 77 e 78, da Lei Federal nº 8.666/93; g) a pedido justificado da CONCESSIONÁRIA.

11.3. O CONCEDENTE possui o direito de declarar a caducidade do contrato de concessão, independentemente de interpelação judicial, nos seguintes casos: a) quando a CONCESSIONÁRIA transferir a concessão, locar ou de qualquer modo ceder a terceiros parte do imóvel concedido; b) alterar a destinação do imóvel ou o ramo de atividade da CONCESSIONÁRIA, sem autorização do CONCEDENTE; c) quando a CONCESSIONÁRIA for condenada judicialmente por cometimento de atos de improbidade administrativa ou por atos indicados na Lei 12.846/2013 ou por crimes ambientais; d) quando a CONCESSIONÁRIA for condenada em âmbito administrativo por danos causados ao meio ambiente, por cometimento de atos de improbidade administrativa ou por atos indicados na Lei 12.846/2013; e) descumprimento da margem de empregabilidade da proposta da concessionária apresentada na sessão pública do certame, por dois anos consecutivos. f) na ausência de disponibilização de, ao menos, um posto de trabalho pela CONCESSIONÁRIA, excluídos desse número os sócios da CONCESSIONÁRIA e seus familiares.

11.4. A extinção da concessão de direito de uso, sem culpa das partes, não ensejará à CONCESSIONÁRIA a aplicação de penalidades.

11.5. Extinta a concessão, seja pela expiração do seu prazo ou em razão de rescisão contratual, será notificada a CONCESSIONÁRIA para a entrega do imóvel, no prazo assinalado na referida notificação. 11.5.1. Obriga-se a CONCESSIONÁRIA a entregar o imóvel objeto desta licitação, no prazo assinalado, inteiramente desembaraçado, em estado de conservação e uso normais, para imediata reintegração de posse do bem pelo poder CONCEDENTE. 11.5.2. Com a extinção ou rescisão do contrato a chave do imóvel deverá ser devolvida ao CONCEDENTE sob pena de ser considerado uso irregular, acarretando a cobrança desta ocupação a título de indenização e adoção das medidas administrativas e/ou judiciais para retomada da posse do imóvel.

11.6. Extinto, por qualquer hipótese, o contrato, ou se após regular procedimento administrativo for constatado o abandono do imóvel pela CONCESSIONÁRIA, poderá o Município, através dos meios de que dispuser, promover a remoção compulsória de quaisquer bens, pertençam eles à CONCESSIONÁRIA, a seus prepostos, fornecedores, contratantes e/ou contratados, ficando a CONCESSIONÁRIA responsável pelo ressarcimento das despesas de remoção e/ou guarda dos bens.

11.7. O Município notificará a CONCESSIONÁRIA diretamente ou por edital, concedendo-lhe prazo de até 30 (trinta) dias, a partir do recebimento da notificação ou da publicação do edital,

para pagamento de quaisquer débitos existentes junto ao CONCEDENTE com a consequente retirada dos bens eventualmente removidos.

11.8. Decorrido o prazo estabelecido no subitem anterior sem que os bens tenham sido retirados, ficará o Município autorizado a proceder a sua alienação em leilão, a fim de se ressarcir de eventuais débitos da CONCESSIONÁRIA, ficando o saldo eventualmente existente à disposição pelo prazo de 01 (um) ano, findo o qual o montante será revertido ao CONCEDENTE.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – RESTITUIÇÃO DO IMÓVEL

12.1. A CONCESSIONÁRIA obriga-se a zelar pela manutenção do imóvel, ficando responsável por eventuais danos que porventura ocorrer no imóvel, ocasionados por ele ou por terceiros, incluindo os causados por caso fortuito ou força maior.

12.2. A CONCESSIONÁRIA compromete-se a restituir o imóvel ao final do contrato nas mesmas condições em que os recebeu, ressalvados o desgaste natural com o decorrer do tempo, salvo se optar pela aquisição definitiva do imóvel.

12.3. A CONCESSIONÁRIA é obrigada a restituir ao imóvel ao CONCEDENTE nas hipóteses de extinção da concessão, por rescisão contratual ou declaração de sua caducidade.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - MEDIDAS ACAUTELADORAS

13.1. A CONCESSIONÁRIA responderá por todos os encargos e obrigações de natureza trabalhista, previdenciária, fiscal, acidentária, administrativa, civil e comercial resultantes da execução do contrato, bem como, pelos danos causados ao patrimônio do CONCEDENTE ou de terceiros.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - MEDIDAS ACAUTELADORAS

14.1. Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784/1999, a Administração Pública poderá motivadamente adotar providências acauteladoras

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos ou situações não explicitadas nas cláusulas deste Contrato serão decididos pelo CONCEDENTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 9.784/1999, na Lei nº 8.666/1993, no Código Civil, no Edital e os anexos da licitação CONCORRÊNCIA nº 02/2020, bem como nos demais regulamentos e normas administrativas federais e municipais, que fazem parte integrante deste Contrato, independentemente de suas transcrições.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA PUBLICAÇÃO

16.1.A publicação resumida do instrumento de contrato no Diário Oficial Do Município será providenciada pelo CONCEDENTE.

Codelli

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

17.1. As questões decorrentes da utilização do presente Instrumento que não puderem ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, Comarca de Capanema-PR. E assim, por estarem de acordo, ajustados e contratados, após lido e achado conforme, as partes a seguir firmam o presente Contrato em 02 (duas) vias, de igual teor e forma.

CAPANEMA, 12 de NOVEMBRO de 2020.

AMÉRICO BELLÉ
Prefeito Municipal

CONCESSIONÁRIA
Representante legal

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 31/12/2019

Descrição	Saldo Atual
RECEITA LÍQUIDA	0,00
LUCRO BRUTO	0,00
DESPESAS OPERACIONAIS	(2.106,50)
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	(2.106,50)
RESULTADO OPERACIONAL	(2.106,50)
RESULTADO ANTES DO IR E CSL	(2.106,50)
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(2.106,50)

MARTA CRISTINA LUFT
TITULAR PESSOA FISICA
CPF: 067.411.229-66

MARCOS ANTONIO MAZIERO
Reg. no CRC - PR sob o No. PR036924O5
CPF: 737.525.849-04

Empresa: MODELLI NUTRICAO PERSONALIZADA EIRELI
C.N.P.J.: 27.009.441/0001-00
Insc. Junta Comercial: 41600530900 Data: 01/02/2017
CONSOLIDADO

Folha: 0001
Número livro: 0001

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 31/12/2018

Descrição	Saldo Atual
RECEITA LÍQUIDA	0,00
LUCRO BRUTO	0,00
DESPESAS OPERACIONAIS	(15.218,30)
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	(15.218,30)
RESULTADO OPERACIONAL	(15.218,30)
RESULTADO ANTES DO IR E CSL	(15.218,30)
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(15.218,30)

MARTA CRISTINA LUFT
TITULAR PESSOA FISICA
CPF: 067.411.229-66

MARCOS ANTONIO MAZIERO
Reg. no CRC - PR sob o No. PR036924O5
CPF: 737.525.849-04

Empresa: **MODELLI NUTRICAO PERSONALIZADA EIRELI**
C.N.P.J.: 27.009.441/0001-00
Insc. Junta Comercial: 41600530900 Data: 01/02/2017
CONSOLIDADO

Folha: 0001
Número livro: 0001

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 31/12/2017

Descrição	Saldo Atual
RECEITA LÍQUIDA	0,00
LUCRO BRUTO	0,00
DESPESAS OPERACIONAIS	(3.259,04)
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	(3.259,04)
RESULTADO OPERACIONAL	(3.259,04)
RESULTADO ANTES DO IR E CSL	(3.259,04)
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(3.259,04)

MARTA CRISTINA LUFT
TITULAR PESSOA FISICA
CPF: 067.411.229-66

MARCOS ANTONIO MAZIERO
Reg. no CRC - PR sob o No. PR036924O5
CPF: 737.525.849-04

Empresa: **MODELLI NUTRICAO PERSONALIZADA EIRELI** Folha: 0001

C.N.P.J.: 27.009.441/0001-00

Balanço encerrado em: 31/12/2019

BALANÇO PATRIMONIAL

Descrição	Saldo Atual
ATIVO	80.424,51D
ATIVO CIRCULANTE	80.424,51D
DISPONÍVEL	80.424,51D
CAIXA	80.424,51D
PASSIVO	80.424,51C
PASSIVO CIRCULANTE	1.008,35C
FORNECEDORES	1.008,35C
FORNECEDORES	1.008,35C
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	79.416,16C
CAPITAL SOCIAL	100.000,00C
CAPITAL SUBSCRITO	100.000,00C
LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	20.583,84D
LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	20.583,84D

MARTA CRISTINA LUFT
TITULAR PESSOA FISICA
CPF: 067.411.229-66

MARCOS ANTONIO MAZIERO
Reg. no CRC - PR sob o No. PR036924O5
CPF: 737.525.849-04

Empresa: **MODELLI NUTRICAO PERSONALIZADA EIRELI** Folha: 0001

C.N.P.J.: 27.009.441/0001-00

Balanço encerrado em: 31/12/2018

BALANÇO PATRIMONIAL

Descrição	Saldo Atual
ATIVO	85.477,66D
ATIVO CIRCULANTE	85.477,66D
DISPONÍVEL	85.477,66D
CAIXA	85.477,66D
PASSIVO	85.477,66C
PASSIVO CIRCULANTE	3.955,00C
FORNECEDORES	3.955,00C
FORNECEDORES	3.955,00C
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	81.522,66C
CAPITAL SOCIAL	100.000,00C
CAPITAL SUBSCRITO	100.000,00C
LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	18.477,34D
LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	18.477,34D

MARTA CRISTINA LUFT
TITULAR PESSOA FISICA
CPF: 067.411.229-66

MARCOS ANTONIO MAZIERO
Reg. no CRC - PR sob o No. PR036924O5
CPF: 737.525.849-04

Empresa: **MODELLI NUTRICAO PERSONALIZADA EIRELI** Folha: **0001**

C.N.P.J.: 27.009.441/0001-00

Balanço encerrado em: 31/12/2017

01/04

BALANÇO PATRIMONIAL

Descrição	Saldo Atual
ATIVO	97.445,96D
ATIVO CIRCULANTE	97.445,96D
DISPONÍVEL	97.445,96D
CAIXA	97.445,96D
PASSIVO	97.445,96C
PASSIVO CIRCULANTE	705,00C
FORNECEDORES	705,00C
FORNECEDORES	705,00C
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	96.740,96C
CAPITAL SOCIAL	100.000,00C
CAPITAL SUBSCRITO	100.000,00C
LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	3.259,04D
LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	3.259,04D

MARTA CRISTINA LUFT
TITULAR PESSOA FISICA
CPF: 067.411.229-66

MARCOS ANTONIO MAZIERO
Reg. no CRC - PR sob o No. PR036924O5
CPF: 737.525.849-04

MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF

GFIP - SEFIP 8.40 (29/03/2020). TABELAS 41.0 (01/03/2020)

DATA: 29/07/2020

HORA: 15:37:16

PAG : 0013

COMPROVANTE DE DECLARAÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER À PREVIDÊNCIA SOCIAL E A OUTRAS ENTIDADES E FUNDOS POR FPAS

EMPRESA

Nº ARQUIVO: KqtwROME8hM0000-C

EMPRESA: MODELLI NUTRICAO PERSONALIZADA EIRELI Nº CONTROLE: HWwq9A7NLN00000-5 INSCRIÇÃO: 27.009.441/0001-00

COMP: 07/2020 COD REC: 115 COD GPS: 2100 FPAS: 566 OUTRAS ENT: 0099 SIMPLES: 1 ALIQ RAT: 3,0 FAP: 1,00 RAT AJUSTADO: 3,00

TOMADOR/OBRA: INSCRIÇÃO:

LOGRADOURO: AVENIDA JUSCELINO KUBITSCHECK 289 SALA 02 BAIRRO: CENTRO CNAE PREPONDERANTE: 8650002

CIDADE: FOZ DO IGUACU UF: PR CEP: 85851-210 TELEFONE: 0046-99977950 CNAE 8650002

APURAÇÃO DO VALOR A RECOLHER:	566	620	744	779	TOTAL
SEGURADO					
Empregados/Avulsos	181,44	0,00	0,00	0,00	181,44
Contribuintes Individuais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EMPRESA					
Empregados/Avulsos	483,87	0,00	0,00	0,00	483,87
Contribuintes Individuais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RAT	72,58	0,00	0,00	0,00	72,58
PAT - Agentes Nocivos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valores Pagos a Cooperat.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Adicional Cooperativas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comercialização Produção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Evento Desportivo/Patrocín.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECOLHIMENTO COMP ANT - VALOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Retenção Lei 9.711/98	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Sal. Família/Sal. Maternidade	194,48	0,00	0,00	0,00	194,48
(-) Compensação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VALOR A RECOLHER - PREVIDÊNCIA TOTAL	543,41	0,00	0,00	0,00	543,41
OUTRAS ENTIDADES	108,87	0,00	0,00	0,00	108,87
RECOLH COMP ANT - VALOR OUT ENTID	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VALOR A RECOLHER - OUTRAS ENTIDADES	108,87	0,00	0,00	0,00	108,87
TOTAL A RECOLHER	652,28	0,00	0,00	0,00	652,28

(*) Os valores de retenção, salário-família/salário-maternidade e compensação demonstrados são os efetivamente abatidos.

A DECLARAÇÃO DE DADOS CONSTANTES DESTA GFIP E DO ARQUIVO SEFIP CORRESPONDENTE A CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA, EQUIVALE A CONFISSÃO DE DIVIDA DOS VALORES DELA DECORRENTES E CONSTITUI(EM) CRÉDITO(S) PASSÍVEL(IS) DE INSCRIÇÃO EM DÍVIDA ATIVA, NA AUSÊNCIA DO OPORTUNO RECOLHIMENTO OU PARCELAMENTO, E CONSEQUENTE EXECUÇÃO JUDICIAL NOS TERMOS DA LEI Nº 6.830/80.

O EMPREGADOR/CONTRIBUINTE, RENUNCIANDO EXPRESSAMENTE A QUALQUER CONTESTAÇÃO QUANTO AO VALOR E PROCEDÊNCIA DESTA DECLARAÇÃO/DÍVIDA, ASSUME INTEGRAL RESPONSABILIDADE PELA EXATIDÃO DO MONTANTE DECLARADO E CONFESSADO, FICANDO, ENTRETANTO, RESSALVADO A SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL O DIREITO DE APURAR, A QUALQUER TEMPO, A EXISTÊNCIA DE OUTRAS IMPORTANCIAS DEVIDAS NÃO INCLUÍDAS NESTE INSTRUMENTO, AINDA QUE RELATIVAS AO MESMO PERÍODO.

O EMPREGADOR/CONTRIBUINTE RECONHECE QUE A PRESENTE CONFISSÃO DE DIVIDA NÃO OBRIGA A SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL A EXPEDIR DOCUMENTO COMPROBATÓRIO DA INEXISTÊNCIA DE DÉBITO, SALVO SE SEU CRÉDITO FOR GARANTIDO NA FORMA DOS ARTS. 258 E 259 DO REGULAMENTO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL, APROVADO PELO DECRETO 3.048, DE 12/05/1999, E ALTERAÇÕES POSTERIORES.

05

RELAÇÃO DOS TRABALHADORES CONSTANTES NO ARQUIVO SEFIP
MODALIDADE - "BRANCO"-RECOLHIMENTO AO FGTS E DECLARAÇÃO À PREVIDÊNCIA

858900000018 935401792005 807643050823 700944100010

EMPRESA: MODELLI NUTRICAO PERSONALIZADA EIRELI INSCRIÇÃO: 27.009.441/0001-00
COMP: 07/2020 COD REC: 115 COD GPS: 2100 FPAS: 566 OUTRAS ENT: 0099 SIMPLES: 1 RAT: 3,0 FAP: 1,00 RAT AJUSTADO: 3,00
TOMADOR/OBRA: INSCRIÇÃO:

NOME TRABALHADOR		PIS/PASEP/CI	ADMISSÃO	CAT	OCOR	DATA/COD MOVIMENTAÇÃO		CBO
REM SEM 13° SAL	REM 13°SAL	BASE CÁL 13°SAL PREV SOC	CONTRIB SEG DEVIDA			DEPÓSITO		JAM
		BASE CÁL PREV SOCIAL						
ANGELA APARECIDA PIMENTEL DOS SANTOS		127.28379.69-8	13/03/2020	01		30/07/2020	Y	05132
370,97	0,00	0,00	65,32			69,68		0,00
MARIA INES NOVAKOSKI DA SILVA		129.69662.49-5	13/03/2020	01		30/07/2020	Y	05135
774,19	0,00	0,00	58,06			61,93		0,00
BRUNA ANDREA CHAGAS		161.31999.86-5	13/03/2020	01		30/07/2020	Y	02523
774,19	0,00	0,00	58,06			61,93		0,00
TOTAIS DA EMPRESA/TOMADOR								
2.419,35	0,00	0,00	181,44			193,54		0,00

RELAÇÃO DOS TRABALHADORES CONSTANTES NO ARQUIVO SEFIP
RESUMO DO FECHAMENTO - EMPRESA
MODALIDADE : "BRANCO" - RECOLHIMENTO AO FGTS E DECLARAÇÃO À PREVIDÊNCIA

858900000018 935401792005 807643050823 700944100010

EMPRESA: MODELLI NUTRICAO PERSONALIZADA EIRELI
N° DE CONTROLE: HWwq9A7NLN00000-5
N° ARQUIVO: KqtwR0ME8hM0000-0
INSCRIÇÃO: 27.009.441/0001-00
COMP: 07/2020 COD REC: 115 COD GPS: 2100 FPAS: 566 OUTRAS ENT: 0099 SIMPLES: 1 RAT: 3.0 FAP: 1.00 RAT AJUSTADO: 3.00
TOMADOR/OBRA: INSCRIÇÃO:
LOGRADOURO: AVENIDA JUSCELINO KUBITSCHECK 289 SALA 02 BAIRRO: CENTRO CNAE PREPONDERANTE: 8650002
CIDADE: FOZ DO IGUACU UF: PR CEP: 85851-210 CNAE: 8650002

CAT	QUANT	REMUNERAÇÃO SEM 13°	REMUNERAÇÃO 13°	BASE CÁL PREV SOC	BASE CÁL 13° PREV SOC
01	3	2.419,35	0,00	2.419,35	0,00
TOTAIS:	3	2.419,35	0,00	2.419,35	0,00

RELAÇÃO DOS TRABALHADORES CONSTANTES NO ARQUIVO SEFIP
RESUMO DO FECHAMENTO - EMPRESA
FGTS

858900000018 935401792005 807643050823 700944100010

EMPRESA: MODELLI NUTRICAO PERSONALIZADA EIRELI
Nº DE CONTROLE: HWwq9A7NLN00000-5
Nº ARQUIVO: KqtwR0ME8hM0000-0
INSCRIÇÃO: 27.009.441/0001-00
COMP: 07/2020 COD REC: 115 COD GPS: 2100 FPAS: 566 OUTRAS ENT: 0099 SIMPLES: 1 RAT: 3.0 FAP: 1.00 RAT AJUSTADO: 3.00
TOMADOR/OBRA: INSCRIÇÃO:

LOGRADOURO: AVENIDA JUSCELINO KUBITSCHECK 289 SALA 02 BAIRRO: CENTRO CNAE PREPONDERANTE: 8650002
CIDADE: FOZ DO IGUACU UF: PR CEP: 85851-210 CNAE: 8650002

MODALIDADE : "Branco"-RECOLHIMENTO AO FGTS E DECLARAÇÃO À PREVIDÊNCIA

	FGTS - 8%
REMUNERAÇÃO SEM 13° SALÁRIO	2.419,35
REMUNERAÇÃO 13° SALARIO	0,00
QUANTIDADE TRABALHADORES	3

VALORES DO FGTS
DATA DE RECOLHIMENTO ATÉ 07/08/2020

DEPÓSITO FGTS	ENCARGOS FGTS	CONTRIB SOCIAL	ENCARGOS CONTRIB SOCIAL	TOTAL RECOLHER
193,54	0,00	0,00	0,00	193,54

1403

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO - MTE
GFIP - SEFIP 8.40 (29/03/2020) TABELAS 41.0 (01/03/2020)

MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF

DATA: 29/07/2020
HORA: 15:27:16
PÁG : 0004/0004

RESUMO DAS INFORMAÇÕES À PREVIDÊNCIA SOCIAL CONSTANTES NO ARQUIVO SEFIP
EMPRESA

EMPRESA: MODELLI NUTRICAO PERSONALIZADA EIRELI
Nº DE CONTROLE: HWwq9A7NLN00000-5
Nº ARQUIVO: KqtwRCME8hM0000-0
INSCRIÇÃO: 27.009.441/0001-00
COMP: 07/2020 COD REC: 115 COD GPS: 2100 FPAS: 566 OUTRAS ENT. 0099 SIMPLES: 1 RAT: 3.0
FAP: 1.00 RAT AJUSTADO: 3.00
TOMADOR/OBRA:
INSCRIÇÃO:
LOGRADOURO: AVENIDA JUSCELINO KUBITSCHECK 289 SALA 02
BAIRRO: CENTRO
CNAE PREPONDERANTE: 8650002
CIDADE: FOZ DO IGUACU
UF: PR
CEP: 85851-210
TELEFONE: 0046 9997 7950
CNAE: 8650002

VALOR DEV PREV SOC CALCULADO SEFIP:	652.28	CONTRIB SEGURADOS - DEVIDA:	181.44
SALÁRIO FAMÍLIA:	194.48	RECEITA EVENTO DESP/PATROCÍNIO:	0.00
SALÁRIO MATERNIDADE:	0.00	PERC DE ISENÇÃO DE FILANTROPIA:	0.00
VALORES PAGOS COOP TRABALHO - SEM ADICIONAL:	0.00	13º SALÁRIO MATERNIDADE:	0.00
VALORES PAGOS COOP TRABALHO - ADIC. 15 ANOS:	0.00	COM PRODUÇÃO PJ:	0.00
VALORES PAGOS COOP TRABALHO - ADIC. 20 ANOS:	0.00	COM PRODUÇÃO PF:	0.00
VALORES PAGOS COOP TRABALHO - ADIC. 25 ANOS:	0.00	VALOR DAS FATURAS EMITIDAS PARA O TOMADOR:	0.00

COMPENSAÇÃO

PERÍODO INICIAL:		PERÍODO FINAL:		VALOR SOLICITADO:	0.00
VALOR ABATIDO:	0.00	VALOR A COMPENSAR:	0.00	VALOR EXCEDENTE AO LIMITE DOS 30%:	0.00

RETENÇÃO (LEI 9.711/98)

VALOR INFORMADO:	0.00	VALOR ABATIDO PELO SEFIP:	0.00	VALOR A COMPENSAR/RESTITUIR:	0.00

BASE DE CÁLCULO APOSENTADORIA ESPECIAL/OCORRÊNCIA

15 ANOS:	0.00	20 ANOS:	0.00	25 ANOS:	0.00
QUANTIDADE:	0	QUANTIDADE:	0	QUANTIDADE:	0

QUANTIDADE DE MOVIMENTAÇÕES / CÓDIGOS

H:	0	I1:	0	I2:	0	I3:	0	I4:	0	J:	0	K:	0	L:	0	M:	0	N1:	0
N2:	0	N3:	0	O1:	0	O2:	0	O3:	0	P1:	0	P2:	0	P3:	0	Q1:	0	Q2:	0
Q3:	0	Q4:	0	Q5:	0	Q6:	0	Q7:	0	R:	0	S2:	0	S3:	0	U1:	0	U2:	0
U3:	0	V3:	0	W:	0	X:	0	Y:	0	Z1:	0	Z2:	0	Z3:	0	Z4:	0	Z5:	0

609

RELATÓRIO ANALÍTICO DA GRF

EMPRESA: MODELLI NUTRICAO PERSONALIZADA EIRELI
COMPETÊNCIA: 07/2020 CÓD REC: 115 FPAS: 566 INSCRIÇÃO: 27.009.441/0001-66
SIMPLES: 1

	FGTS - 8%
QTDE TRABALHADORES	3
REMUNERAÇÃO	2.419,35
DEPÓSITO	193,54
ENCARGOS FGTS	0,00
CONTRIB SOCIAL	0,00
ENCARGOS CONTRIB SOC	0,00
TOTAL A RECOLHER	193,54

VALIDADE DO CÁLCULO: ATÉ 07/08/2020

RELATORIO PARA SIMPLES CONFERÊNCIA, NÃO E VÁLIDO PARA QUITAÇÃO

A(S) GRF(S), PARA FINS DE QUITAÇÃO, SERÁ(ÃO) IMPRESSA(S) COM A MENSAGEM TRANSMISSÃO DE ARQUIVO VALIDADO PELA CONECTIVIDADE SOCIAL.

fls 0110

D1 fl 11

CONECTIVIDADE SOCIAL

CAIXA

Protocolo de Envio de Arquivos

Prezado cliente DIFERENCIAL CONTABILIDADE EIRELI:31988347000118 ,

Seu arquivo COMER10720.zip foi armazenado na Caixa Econômica Federal em 29/07/2020 às 15:28:02.

O número do Protocolo de Envio deste arquivo é:
C3E2D840D9D1D7F240404040404040400D84A9001E58F4407.

Este protocolo é sua garantia de que o arquivo foi devidamente recebido e armazenado para processamento pela Caixa Econômica Federal.
Havendo ocorrências impeditivas no processamento do arquivo, será enviada uma nota explicativa para a sua caixa postal no Conectividade Social contendo a(s) ocorrência(s) encontrada(s) e as ações necessárias para a solução.

Informações Complementares:

Transmissor:	DIFERENCIAL CONTABILIDADE EIRELI:31988347000118
Inscrição Transmissor:	31.988.347/0001-18
Responsável:	DIFERENCIAL CONTABILIDADE EIRE
Inscrição Responsável:	31.988.347/0001-18
Competência:	07/2020
NRA:	KatvR0M68hM00000
Base de Processamento:	PR - Santo Antonio Do Sudoeste
Código de Recolhimento:	115
Contato:	MARCOS ANTONIO MAZIE
Telefone:	004635633780

Atenção: Este Protocolo de Envio de Arquivos não garante a legitimidade do conteúdo das informações.

RELAÇÃO DE FATURAMENTO:

A empresa MODELLI NUTRIÇÃO PERSONALIZADA, pessoa jurídica de direito privado, sito a Avenida Juscelino Kubitscheck, 289, sala 02, Bairro Centro, na cidade de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, devidamente inscrita no CNPJ sob o Nº 27.009.441/0001-00, vem por meio desta apresentar relação de faturamento real dos últimos 12 (doze) meses, conforme abaixo:

MÊS	FATURAMENTO	VALOR ACUMULADO
set/19	35.930,00	35.930,00
out/19	32.156,00	68.086,00
nov/19	38.265,00	106.351,00
dez/19	42.956,44	149.307,44
jan/20	26.549,11	175.856,55
fev/20	28.265,44	204.121,99
mar/20	31.659,40	235.781,39
abr/20	26.698,47	262.479,86
mai/20	25.446,11	287.925,97
jun/20	27.654,80	315.580,77
jul/20	31.441,82	347.022,59
ago/20	33.569,00	380.591,59
set/20	39.654,21	420.245,80
TOTAL FATURAMENTO		**420.245,80**

E, por ser expressão da verdade datamos e assinamos a presente para que surta seus legais efeitos.

Foz do Iguaçu (PR), 01 de Outubro de 2.020.

Modelli Nutrição Personalizada
CNPJ: 27.009.441/0001-00

Marcos Antonio Maziero
CPF 737.525.849-04
CRC/PR 036924-O/5

Município de Capanema - PR

LICITANTE: Modelli Nutrição

CRITÉRIO	PROPOSTA/PONTOS	PONTOS	PESO	PROPOSTA	SOMATÓRIO DA PONTUAÇÃO DA PROPOSTA
Empregabilidade (em número de empregos diretos a serem gerados)	2 pontos por emprego gerado	Até 100	0,3	15,00	9,00
Valor do Investimento privado no empreendimento a ser instalado no imóvel R$	Até 20.000,00	5	0,2		0,00
	De 20.001,00 a 40.000,00.	10	0,2	10,00	2,00
	40.001,00 a 60.000,00.	15	0,2		0,00
	60.001,00 a 80.000,00	20	0,2		0,00
	Acima de 80.000,00, a cada 20.000,00 acrescenta 5 pontos.	até 100	0,2		0,00
Prazo construção da infraestrutura e aplicação total dos investimentos (critério exclusivo para terrenos)	Até 6 meses	100	0,2		0,00
	De 6 a 12 meses	80	0,2		0,00
	De 13 a 18 meses	60	0,2		0,00
	De 19 a 24 meses	40	0,2		0,00
Prazo para aplicação total dos investimentos (critério exclusivo para barracões)	Até 4 meses	100	0,2	100,00	20,00
	De 5 a 8 meses	80	0,2		0,00
	De 9 a 12 meses	60	0,2		0,00
	De 13 a 16 meses	40	0,2		0,00
	De 17 a 20 meses	20	0,2		0,00
	De 21 a 24 meses	10	0,2		0,00
Faturamento anual da pessoa jurídica R$	Até 80.001,00.	10	0,1		0,00
	de 80.001,00 a 150.000,00.	20	0,1	20,00	2,00
	150.001,00 a 200.000,00.	30	0,1		0,00
	200.001,00 a 250.000,00.	40	0,1		0,00
	250.001,00 a 300.000,00	50	0,1		0,00
	Acima de 300.000,00, a cada 50.000,00 acrescenta 10 pontos.	até 100	0,1		0,00
Tempo de constituição da empresa em Capanema OU tempo de residência do sócio majoritário da empresa OU da pessoa física em Capanema	5 pontos por ano	até 100	0,1	100,00	10,00
Capacidade do empreendimento gerar uma cadeia de produção e/ou empregos indiretos no Município de Capanema/PR	Aquisição de matéria-prima de pessoas físicas ou jurídicas residentes ou sediadas no Município de Capanema.	2 pontos para cada indicação, até 100	0,1	10,00	2,00
			TOTAL		**45,00**

NESTUR TRANSPORTES E TURISMO LTDA

28.665.378/0001-23

NESTUR TRANSPORTE E TURISMO LTDA
CONTRATO SOCIAL

1. CLAUDINEIA ZABOTE BERTOCHI, brasileira, natural de Ampere - PR, solteira, nascida em 01/11/1982, comerciante, portadora da Cédula de Identidade sob nº 7.769.106-5 SESP/PR e CPF sob o nº 037.748.129-77, residente e domiciliada nesta cidade de Capanema - PR sito à Rua Minas Gerais 367 Bairro São José Operário, CEP 85760-000.
2. BRUNO BREIER, brasileiro, natural de Capanema - PR, solteiro nascida em 03/01/1999, comerciante, portador da Cédula de Identidade sob nº 9.417.996-3 SESP/PR e CPF sob o nº 101.550.059-52, residente e domiciliado nesta cidade de Capanema - PR, sito à Rua Minas Gerais 367, Bairro São José Operário, CEP 85760-000, constituem uma sociedade limitada, mediante as seguintes cláusulas:

CLAUSULA PRIMEIRA: A sociedade girará sob o nome empresarial NESTUR TRANSPORTE E TURISMO LTDA e terá sede e domicilio na cidade de Capanema – PR, sito à Avenida Independência, nº 1096, centro, CEP 85760-000.

CLAUSULA SEGUNDA: O capital social será de R$ 450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil reais) divididos em 450.000 (quatrocentas e cinquenta mil) quotas de valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada uma, integralizadas, neste ato em moeda corrente do País, pelos sócios:

SÓCIOS	%	QUOTAS	CAPITAL R$
CLAUDINEIA ZABOTE BERTOCHI	80	360.000	360.000,00
BRUNO BREIER	20	90.000	90.000,00
T O T A L	100	450.000	450.000,00

CLAUSULA TERCEIRA: O objeto social da sociedade será CNAE 4929-9/02 Transporte Rodoviário Coletivo de Passageiros, sob-regime de fretamento intermunicipal, interestadual e internacional CNAE 7911-2/00 Agência de viagens; CNAE 7990-2/00 Serviços de reservas e outros serviços de turismo.

CLAUSULA QUARTA: A sociedade iniciará suas atividades a partir da data do registro na Jucepar e seu prazo de duração é indeterminado.

CLAUSULA QUINTA: As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

CLAUSULA SEXTA: A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

CLÁUSULA SÉTIMA: A administração da sociedade caberá ao sócio **CLAUDINEIA ZABOTE BERTOCHI** com os poderes e atribuições de Administrador autorizado ao uso do nome empresarial, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer quotista ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do outro sócio.

CLAUSULA OITAVA: O Administrador declara, sob as penas da lei, de que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ

CERTIFICO O REGISTRO EM 18/09/2017 14:46 SOB Nº 41208651342.
PROTOCOLO: 176353178 DE 14/09/2017. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11703614573. NIRE: 41208651342.
NESTUR TRANSPORTE E TURISMO LTDA

Libertad Bogus
SECRETÁRIA-GERAL
CURITIBA, 18/09/2017
www.empresafacil.pr.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.
Informando seus respectivos códigos de verificação

NESTUR TRANSPORTE E TURISMO LTDA
CONTRATO SOCIAL

CLAUSULA NONA: Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, o administrador prestara contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventario, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apurados.

CLAUSULA DECIMA: Nos quatro meses seguintes ao termino do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administrador quando for o caso.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: A sociedade poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração contratual assinada pelos sócios.

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA: Os sócios poderão de comum acordo, fixar uma retirada mensal, a título de "pró-labore", observadas as disposições regulamentares pertinentes.

CLAUSULA DÉCIMA TERCEIRA: Falecendo ou interditada qualquer sócio, a sociedade continuará sua atividade com os herdeiros, sucessores e a incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do(s) sócio(s) remanescente(s), o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

Parágrafo Único – O mesmo procedimento será adotado em outros casos que a sociedade se resolva em relação a seus sócios.

CLAUSULA DÉCIMA QUARTA: Fica eleito o foro da Comarca de Capanema-PR, para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

E, por estarem justos e contratados assinam o presente instrumento em uma via.

Capanema-PR, 12 de setembro de 2017.

Tab. Notas Capanema - PR

Claudineia Bertochi
CLAUDINEIA ZABOTE BERTOCHI
Sócia - Administradora

Tab. Notas Capanema - PR

Bruno Breier
Bruno Breier
Sócio

JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ

CERTIFICO O REGISTRO EM 18/09/2017 14:46 SOB Nº 41208651342.
PROTOCOLO: 176353178 DE 14/09/2017. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11703614573. NIRE: 41208651342.
NESTUR TRANSPORTE E TURISMO LTDA

Libertad Bogus
SECRETÁRIA-GERAL
CURITIBA, 18/09/2017
www.empresafacil.pr.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.
Informando seus respectivos códigos de verificação

1017

SERVIÇO NOTARIAL DE CAPANEMA
Rua Alagoas, 1332 - Capanema - PR - CEP 85.760-000
☎ (46) 3552-3710

Selo Digital: NXXXj.EqLvL.zYZAU. Controle: ccQIv.4ZR2a
Consulte esse selo em http://funarpen.com.br
Reconheço por **VERDADEIRA** as assinaturas indicadas de
BRUNO BREIER e CLAUDINEIA ZABOTE BERTOCHI.
Dou fé. Capanema-PR, 12 de setembro de 2017.
Em Test° [illegible] da Verdade.
Patricia Francieli Weiller - Escrevente
CAPANEMA

TABELIONATO DE NOTAS DE CAPANEMA - PR
85760-000 - CAPANEMA - PR

JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ

CERTIFICO O REGISTRO EM 18/09/2017 14:46 SOB N° 41208651342.
PROTOCOLO: 176353178 DE 14/09/2017. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 11703614573. NIRE: 41208651342.
NESTUR TRANSPORTE E TURISMO LTDA

Libertad Bogus
SECRETÁRIA-GERAL
CURITIBA, 18/09/2017
www.empresafacil.pr.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais. Informando seus respectivos códigos de verificação

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
28.665.378/0001-23 **MATRIZ**		**18/09/2017**

NOME EMPRESARIAL
NESTUR TRANSPORTE E TURISMO LTDA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
NESTUR	**ME**

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
49.29-9-02 - Transporte rodoviário coletivo de passageiros, sob regime de fretamento, intermunicipal, interestadual e internacional

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
79.11-2-00 - Agências de viagens
79.90-2-00 - Serviços de reservas e outros serviços de turismo não especificados anteriormente

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
AV INDEPENDENCIA	**1096**	********

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
85.760-000	**CENTRO**	**CAPANEMA**	**PR**

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
	(46) 9912-9092

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	**18/09/2017**

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **10/11/2020** às **11:04:23** (data e hora de Brasília). Página: **1/1**

111 119

RECEITA ESTADUAL

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA FAZENDA

Comprovante de Inscrição Cadastral - CICAD

Inscrição no CAD/ICMS	Inscrição CNPJ	Início das Atividades
90760771-23	28.665.378/0001-23	09/2017

Empresa / Estabelecimento

Nome Empresarial	NESTUR TRANSPORTE E TURISMO LTDA - ME
Titulo do Estabelecimento	NESTUR
Endereço do Estabelecimento	AV INDEPENDENCIA, 1096 - CENTRO - CEP 85760-000 FONE: (46) 9912-9092
Município de Instalação	CAPANEMA - PR, DESDE 09/2017
	(Estabelecimento Matriz)

Qualificação

Situação Atual	ATIVO - SIMPLES NACIONAL / SIMPLES NACIONAL - DIA 03 DO MES+2, DESDE 06/2020
Natureza Jurídica	206-2 - SOCIEDADE EMPRESÁRIA LTDA
Atividade Econômica Principal do Estabelecimento	4929-9/02 - TRANSPORTE RODOVIARIO COLETIVO DE PASSAGEIROS, SOB REGIME DE FRETAMENTO, INTERMUNICIPAL, INTERESTADUAL E INTERNACIONAL
Atividade(s) Econômica(s) Secundária(s) do Estabelecimento	

Quadro Societário

Tipo	Inscrição	Nome Completo / Nome Empresarial	Qualificação
CPF	037.748.129-77	CLAUDINEIA ZABOTE BERTOCHI	SÓCIO-ADMINISTRADOR
CPF	101.550.059-52	BRUNO BREIER	SÓCIO

Este CICAD tem validade até 10/12/2020.

Os dados cadastrais deste estabelecimento poderão ser confirmados via Internet www.fazenda.pr.gov.br

Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Receita Estadual do Paraná

CAD/ICMS Nº 90760771-23

Emitido Eletronicamente via Internet
10/11/2020 8:50:41

Dados transmitidos de forma segura
Tecnologia CELEPAR

ampernet TELECOM

10/2020

Recibo do Sacado

Cedente **AMPERNET TELECOMUNICAÇÕES LTOA ME - CNPJ: 04.596.419/0001-09**			Agência/Código Cedente **1434-6 / 7873-5**	Vencimento **10/11/2020**
Sacado **NESTUR TRANSPORTE E TURISMO LTOA**			Número do Documento **112Q140448**	Nosso Número **30493900000086569**
Espécie **R$**	Quantidade	(x) Valor	(=) Valor do Documento **118,00**	(-) Desconto
			(+) Outros Acréscimos	(=) Valor Cobrado

Demonstrativo:
SERVIÇOS DE INTERNET
(1) AMPER CORP 100- Período:(01/10/2020 até 31/10/2020) (R$ 42.95)
(1) SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS- Período:(01/10/2020 até 31/10/2020) (R$ 53.11)
(1) TELEFONIA FIXA- Período:(01/10/2020 até 31/10/2020) (R$ 21.94)

BANCO DO BRASIL **001-9** 00190.00009 03049.390002 00086.569175 4 84350000011800

Local de Pagamento **QUALQUER BANCO ATÉ O VENCIMENTO**						Vencimento **10/11/2020**
Cedente **AMPERNET TELECOMUNICAÇÕES LTOA ME - CNPJ: 04.596.419/0001-09**						Agência/Código Cedente **1434-6 / 7873-5**
Data Documento **02/11/2020**	Número do Documento **112Q140448**		Espécie Doc. **OS**	Aceite **N**	Data Processamento **02/11/2020**	Nosso Número **30493900000086569**
Uso do Banco	Carteira **17**	Espécie **R$**	Quantidade		(x) Valor	(=) Valor do Documento **118,00**

Instruções (Texto de Responsabilidade do Cedente)
MULTA OE 2%(R$2,36) MAIS JUROS OE 1,00%(R$1,18) AO MÊS CONFORME PRAZOS CONTRATUAIS.
SAC 0800 645 2500 - www.ampernet.com.br
CENTRAL OE ATENIDMENTO OA ANATEL 1331 OU 1332 PARA OEFICIENTES AUOITIVOS.

Valor aproximado dos Tributos Federais: 13,45% e Municipais: 2,00% - Fonte: IBPT - Chave 02C353; A chave IBPT tem validade até dia 31/10/2020.
'Recolhimento do FUST 1% e FUNTTEL 0,5% (valores não repassados ao assinante)'.

(-) Desconto
(+) Mora/Multa
(+) Outros Acréscimos
(=) Valor Cobrado

Sacado **NESTUR TRANSPORTE E TURISMO LTOA** **CNPJ:28.665.378/0001-23**
AV. INDEPENOENCIA, 1096 CENTRO Capanema PR 85760-000
Sacador/Avalista

Ficha de Compensação

Autenticação Mecânica

1121

SANEPAR
Companhia de Saneamento do Paraná

Endereço: Rua Engenheiros Rebouças nº 1376
CEP 80.215-900 Curitiba - PR
CNPJMF 76.484.013/0001-45
Inscrição Estadual 101.80080-64
Internet: www.sanepar.com.br

CONTA FONE SANEPAR: 0800 – 200 – 0115

NOME DO CLIENTE: NESTOR MARCIO BRETER | MATRÍCULA: 3154.9680

ENDEREÇO: R MINAS GERAIS | NÚMERO: 367 | Nº LADO - Nº FRENTE: 353
Q:37L:07

CEP: 85.760-000 | LOCAL: CAPANEMA

ROTEIRO DE LEITURA: 013-11-02-013-33430 | HIDRÔMETRO: Y10AA0264477-4-1 | CAT - RES - COM - IND - UTP - POP: 011 001 - - - -

QUALIDADE DA ÁGUA DISTRIBUÍDA	Turbidez	Cor	Cloro	Flúor	Coli. Totais
Nº Mínimo de Amostras Exigidas	~~32~~	~~10~~	~~32~~		~~32~~
Nº Amostras Realizadas	38	38	44	12	38
Nº Amostras que Atenderam à Legislação	38	38	44	12	38

Definições no verso

Conclusão: TODAS AS AMOSTRAS ATENDERAM A LEGISLAÇÃO

HISTÓRICO DE PAGAMENTOS - CONDICIONADO AS OBSERVAÇÕES CONSTANTES NO VERSO

Ano	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
2019	~~PAGO~~	~~PAGO~~	~~PAGO~~	~~PAGO~~	~~PAGO~~	~~PAGO~~	~~PAGO~~	~~PAGO~~	~~PAGO~~	~~PAGO~~	~~PAGO~~	~~PAGO~~
2020	PAGO	PAGO	PAGO	PAGO	PAGO	PAGO	PAGO	PAGO	X			

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS LANÇADOS	SANEPAR(R$)
MULTA AGUA	2,51
MULTA ESGOTO	2,01
AT. MONET. P/ ATRASO	0,54

FAIXAS DE CONSUMO	VOLUME	VALOR M3/R$ AGUA	TOTAIS AGUA	TOTAIS ESGOTO
RES [illegible]imo	5		30,77	31,02
De [illegible] 10m3	5	1,20	6,00	4,80
De 11 a 15m3	5	6,68	33,40	26,72
De 16 a 20m3	5	6,72	33,60	26,88
De 21 a 30m3	3	6,77	20,31	16,25

Prefeitura Municipal de Capanema
Certifico que este documento é cópia fiel do original.
Capanema, 11/11/2020

HISTÓRICO DE CONSUMO/m3

11/19	12/19	01/20	02/20	03/20	04/20	05/20	06/20	07/20	08/20	09/20
23	21	25	24	26	21	28	16	17	22	19

DIAS DE CONSUMO	DATA LEITURA	LEITURA ANTERIOR	LEITURA ATUAL	CONSUMO/m3	REFERÊNCIA
29	16/10/2020	448	471	23	10/2020

MOTIVO DA AUSÊNCIA DE LEITURA:

MÉDIA DE CONSUMO/m3 ÚLTIMOS 5 MESES: 20

VENCIMENTO: 02/11/2020

PREVISÃO PRÓXIMA LEITURA	ÁGUA	ESGOTO	SERVIÇOS	TOTAL
17/11/2020	132,08	105,67	5,06	242,81

EM TEMPO DE ESTIAGEM CUIDE DA AGUA. NÃO DESPERDICE
ATENDIMENTO: FRANCISCOBELTRAO@SANEPAR.COM.BR

TRIBUTOS FEDERAIS - LEI 12.741 - VALOR APROXIMADO R$ 20,23

AUTENTICAÇÃO NO VERSO | OBSERVAÇÕES NO VERSO | COMPROVANTE CLIENTE

82610000002-3 42810109202-4 01102315496-3 80102020019-3

CTRL:3154.9680.1020.0110

ROTEIRO:013-11-02-013-33430

SANEPAR

MATRÍCULA	REFERÊNCIA	VENCIMENTO	VALOR TOTAL
3154.9680	10/2020 0 1	02/11/2020	242,81

AUTENTICAÇÃO NO VERSO | COMPROVANTE SANEPAR

1022

Município de Capanema

ESTADO DO PARANÁ

75.972.760/0001-60

AV GOV.PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA, 1080 - CENTRO - CAPANEMA - PR

ALVARÁ Nº 156/2017

O Município de Capanema, conforme protocolo nº PRP1722145870 de 27 de Setembro de 2017 concede alvará de licença para localização a:

Nome: **NESTUR TRANSPORTE E TURISMO LTDA - ME**
CNPJ/CPF: 28.665.378/0001-23 **Inscrição Municipal:** 45934
Nome Fantasia: NESTUR

Localização: AV INDEPENDÊNCIA, 1096 - CENTRO CEP: 85760000 Capanema - PR

Atividades
4929-9/02 - Transporte rodoviário coletivo de passageiros, sob regime de fretamento, intermunicipal, interestadual e internacional.
7911-2/00 - Agências de viagens.
7990-2/00 - Serviços de reservas e outros serviços de turismo não especificados anteriormente.

Horário de funcionamento Comercio e prestadores de servicos
Segunda à Sexta das 07:30 às 20:00
Sábado das 07:30 às 13:00

Este Alvará possui validade INDETERMINADA somente para a LOCALIZAÇÃO e ATIVIDADES acima descritas.

Observações:

1 - O Contribuinte deve manter o presente Alvará de Licença, em lugar bem visível e o exibirá a autoridade competente sempre que esta o exigir. - Código de Posturas - Lei 03/1970 - Artigo 213.
2 - Será exigida renovação de licença sempre que ocorrer mudanças de ramo de atividade, modificações nas características do estabelecimento ou transferência de local.
3 - Nos casos de alterações tais como: encerramento, mudanças de endereço, razão social, ramos de atividade, etc. O contribuinte será obrigado a comunicar a Prefeitura dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias.

IMPORTANTE:
- Evite multas, auditorias, fiscalização especial e outros aborrecimentos mantendo em dia sua situação perante o fisco. Futuramente você precisará de certidões para fins de aposentadoria, auxílios, pensão, etc. Zele pelo seu futuro.

Capanema,10 de Novembro de 2020

Autenticação: 9ZTMH2TBT3J5X58B3EA

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: NESTUR TRANSPORTE E TURISMO LTDA
CNPJ: 28.665.378/0001-23

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e

2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 15:50:04 do dia 28/08/2020 <hora e data de Brasília>.
Válida até 26/02/2021.
Código de controle da certidão: **101A.1DC9.586F.CBCE**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Receita Estadual do Paraná

Certidão Negativa

de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual
Nº 021344761-30

Certidão fornecida para o CNPJ/MF: **28.665.378/0001-23**
Nome: **NESTUR TRANSPORTE E TURISMO LTDA - ME**

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

Obs.: Esta Certidão engloba todos os estabelecimentos da empresa e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

Válida até 03/03/2021 - Fornecimento Gratuito

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet
www.fazenda.pr.gov.br

Emitido via Internet Pública (03/11/2020 15:56:49)

091025

Município de Capanema
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE TRIBUTAÇÃO

CERTIDÃO NEGATIVA

IMPORTANTE:

1. FICA RESSALVADO O DIREITO DA FAZENDA MUNICIPAL COBRAR DÉBITOS CONSTATADOS POSTERIORMENTE MESMO REFERENTE AO PERÍODO COMPREENDIDO NESTA CERTIDÃO.
2 A PRESENTE CERTIDÃO TEM VALIDADE ATÉ **28/12/2020**, SEM RASURAS E NO ORIGINAL.

CERTIFICAMOS QUE ATÉ A PRESENTE DATA NÃO EXISTE DÉBITO TRIBUTÁRIO RELATIVO A EMPRESA COM A LOCALIZAÇÃO DESCRITA ABAIXO.

NEGATIVA Nº: 1623/2020

CÓDIGO DE AUTENTICAÇÃO: 9ZTMH482QE55C44M0QBA

FINALIDADE: VERIFICAÇÃO

RAZÃO SOCIAL: NESTUR TRANSPORTE E TURISMO LTDA - ME

CONTROLE	CNPJ/CPF	INSCRIÇÃO ESTADUAL	ALVARÁ
{$nrControle}	28.665.378/0001-23		156

ENDEREÇO

AV INDEPENDÊNCIA, 1096 - CENTRO CEP: 85760000 Capanema - PR

CNAE / ATIVIDADES

Transporte rodoviário coletivo de passageiros, sob regime de fretamento, intermunicipal, interestadual e internacional, Agências de viagens, Serviços de reservas e outros serviços de turismo não especificados anteriormente

Certidão emitida no dia **Capanema, 27 de Outubro de 2020.**
CÓDIGO DE AUTENTICAÇÃO: **9ZTMH482QE55C44M0QBA**

Voltar Imprimir

CAIXA
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 28.665.378/0001-23
Razão Social: NESTUR TRANSPORTE E TURISMO LTDA ME
Endereço: AV INDEPENDENCIA 1096 / CENTRO / CAPANEMA / PR / 85760-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade:05/11/2020 a 04/12/2020

Certificação Número: 2020110503455644664788

Informação obtida em 11/11/2020 17:23:00

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: NESTUR TRANSPORTE E TURISMO LTDA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 28.665.378/0001-23
Certidão nº: 29127536/2020
Expedição: 11/11/2020, às 17:22:15
Validade: 09/05/2021 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **NESTUR TRANSPORTE E TURISMO LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **28.665.378/0001-23, NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.

NESTUR TRANSPORTE E TURISMO LTDA

AV Independência, nº**1096, Centro**
Capanema/PR
CNPJ: 28.665.378/0001-23
Tel.(46) 9 9912-9092 E-mail: viagenstropicalia@hotmail.com

DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE VISITA TÉCNICA

Concorrência nº 20/2020

Objeto: CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE TERRENOS E BARRACÕES, DESTINADOS À INSTALAÇÃO DE EMPRESAS DE QUALQUER NATUREZA, OBSERVADOS OS CRITÉRIOS E PREFERÊNCIAS DO TERMO DE REFERÊNCIA, VISANDO ESTIMULAR À GERAÇÃO DO EMPREGO E RENDA NO ÂMBITO MUNICIPAL, EM CONFORMIDADE COM A LEI MUNICIPAL Nº 1.745/2020.

Nome da Empresa: NESTUR TRANSPORTE E TURISMO LTDA
CNPJ nº: 28. 665.378/0001-23
Endereço Completo: Av. Independência, 1096, centro
Fone: 46 9 9912-9092
E-mail: viagenstropicalia@hotmail.com

O representante legal/contratual da NESTUR TRANSPORTE E TURISMO LTDA, a Sra. CLAUDINEIA ZABOTE BERTOCHI, DECLARA que renuncia a Visita Técnica aos locais e/ou instalações do objeto licitado, de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades do imóvel, assumindo total responsabilidade por este fato e informando que não o utilizará para quaisquer questionamentos futuros que ensejem evenças técnicas e ou financeira para com a concedente.

Capanema/PR., 11 de novembro de 2020.

28.665.378/0001-23
NESTUR TRANSPORTE E TURISMO LTDA - ME
AV. INDEPENDÊNCIA, Nº 1096
85760-000 - CAPANEMA - PR

Claudineia Bertochi

CLAUDINEIA ZABOTE BERTOCHI

NESTUR TRANSPORTE E TURISMO LTDA

AV Independência, nº1096, Centro
Capanema/PR
CNPJ: 28.665.378/0001-23
Tel.(46) 9 9912-9092 E-mail: viagenstropicalia@hotmail.com

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE CONCORDÂNCIA COM O EDITAL

NESTUR TRANSPORTE E TURISMO LTDA, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob n° 28.665.378/0001-23 , DECLARA, para fins do disposto neste Edital, que:

a) está de acordo em explorar a sua atividade em um dos imóveis em que está competindo, constantes no Termo de Referência desta licitação;

b) tem disponibilidade imediata dos equipamentos e utensílios necessários para exploração do barracão;

c) não empregará menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregará menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz (X)

OBS: em caso de afirmativo, assinalar a ressalva acima.

d) se instalará e iniciará as atividades dentro do prazo não superior a 120 (cento e vinte) dias a contar do dia 1º de janeiro de 2021, podendo esse prazo ser prorrogado, havendo justificativa, por escrito e aceito pelo CONCEDENTE;

e) possui aptidão para o desempenho da atividade pertinente e compatível com o objeto da Licitação;

CAPANEMA/PR, 10 de Novembro de 2020.

Claudineia Bertochi

CLAUDINEIA ZABOTE BERTOCHI

28.665.378/0001-23

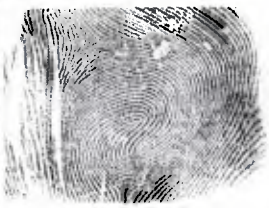
NESTUR TRANSPORTE E TURISMO LTDA - ME

AV. INDEPENDÊNCIA, Nº 1096
85760-000 - CAPANEMA - PR

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
E ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DO PARANÁ

RG: 9.417.996-3



POLEGAR DIREITO



Bruno Breier

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL: **9.417.996-3** DATA DE EXPEDIÇÃO: 12/05/2016

NOME: **BRUNO BREIER**

FILIAÇÃO: NESTOR MARCIO BREIER
GIANE TORMES CARLOTTO BREIER

NATURALIDADE: CAPANEMA/PR DATA DE NASCIMENTO: 03/01/1999

DOC. ORIGEM: COMARCA=CAPANEMA/PR, DA SEDE
C.NASC=9089, LIVRO=20A, FOLHA=032

CPF: 101.550.059-52

CURITIBA/PR

MARCUS VINICIUS DA COSTA MICHELOTTO
DIRETOR

ASSINATURA DO DIRETOR

É PROIBIDO PLASTIFICAR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

Prefeitura Municipal de Capanema
Certifico que este documento é cópia fiel do original.
Capanema, 11/11/2020

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Receita Federal
Cadastro de Pessoas Físicas

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO

Número
101.550.059-52

Nome
BRUNO BREIER

Nascimento
03/01/1999

VÁLIDO SOMENTE COM COMPROVANTE DE IDENTIFICAÇÃO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
E ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DO PARANÁ

RG: 7.769.106-5



POLEGAR DIREITO

Claudineia Bertochi

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL: **7.769.106-5** DATA DE EXPEDIÇÃO: 04/10/2018

NOME: **CLAUDINEIA ZABOTE BERTOCHI**

FILIAÇÃO: CARMELINDO BERTOCHI
DIEMA SALUTE ZABOTE BERTOCHI

NATURALIDADE: AMPERE/PR DATA DE NASCIMENTO: 01/11/1982

DOC. ORIGEM: COMARCA=AMPERE/PR, DA SEDE
C.NASC=5647, LIVRO=18A, FOLHA=43

CPF: 037.748.129-77

CURITIBA/PR

MARCUS VINICIUS DA COSTA MICHELOTTO
DIRETOR

ASSINATURA DO DIRETOR

É PROIBIDO PLASTIFICAR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

Prefeitura Municipal de Capanema
Certifico que este documento é cópia fiel do original.
Capanema, 11/11/2022

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal

CPF – CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

Nome
CLAUDINEIA ZABOTE BERTOCHI

Nº de Inscrição
037748129-77

Data do Nascimento
01/11/82

SANEPAR
Companhia de Saneamento do Paraná

Endereço: Rua Engenheiros Rebouças nº 1376
CEP 80.215-900 Curitiba - PR
CNPJMF 76.484.013/0001-45
Inscrição Estadual 101.80080-64
Internet: www.sanepar.com.br

CONTA

FONE SANEPAR: 0800 – 200 – 0115

001032

NOME DO CLIENTE: NESTOR MARCIO BREIER
MATRÍCULA: 3154.9680

ENDEREÇO: R MINAS GERAIS Q:37L:07
NÚMERO: 367
Nº LADO - Nº FRENTE: 353

CEP: 85.760-000
LOCAL: CAPANEMA

ROTEIRO DE LEITURA: 013-11-02-013-33430
HIDRÔMETRO: YIBAA0264477-4-1
CAT - RES - COM - IND - UTP - POP: 011 001 - - - -

QUALIDADE DA ÁGUA DISTRIBUÍDA	Turbidez	Cor	Cloro	Fluor	Coli. Totais	Definições no verso
Nº Mínimo de Amostras Exigidas	32	10	32		32	
Nº Amostras Realizadas	38	38	44	12	38	
Nº Amostras que Atenderam à Legislação	38	38	44	12	38	

Conclusão: TODAS AS AMOSTRAS ATENDERAM A LEGISLAÇÃO

HISTÓRICO DE PAGAMENTOS - CONDICIONADO AS OBSERVAÇÕES CONSTANTES NO VERSO

Ano	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
2019	PAGO	PAGO	PAGO	PAGO	PAGO	PAGO	PAGO	PAGO	PAGO	PAGO	PAGO	PAGO
2020	PAGO	PAGO	PAGO	PAGO	PAGO	PAGO	PAGO	PAGO	X			

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS LANÇADOS	SANEPAR(R$)
MULTA AGUA	2,51
MULTA ESGOTO	2,01
AT. MONET. P/ ATRASO	0,54

Prefeitura Municipal de Capanem
Certifico que este documento é cópia fi
do original.
Capanema, 11/11/2020

FAIXAS DE CONSUMO	VOLUME	VALOR M3/R$ AGUA	TOTAIS AGUA	TOTAIS ESGOTO
RES [illegible]mo	5		30,77	31,02
De [illegible] 10m3	5	1,20	6,00	4,80
De 11 a 15m3	5	6,68	33,40	26,72
De 16 a 20m3	5	6,72	33,60	26,88
De 21 a 30m3	3	6,77	20,31	16,25

HISTÓRICO DE CONSUMO/m3

11/19	12/19	01/20	02/20	03/20	04/20	05/20	06/20	07/20	08/20	09/20
23	21	25	24	26	21	28	16	17	22	19

DIAS DE CONSUMO	DATA LEITURA	LEITURA ANTERIOR	LEITURA ATUAL	CONSUMO/m3	REFERÊNCIA
29	16/10/2020	448	471	23	10/2020

MOTIVO DA AUSÊNCIA DE LEITURA

MÉDIA DE CONSUMO/m3 ÚLTIMOS 5 MESES: 20

VENCIMENTO: 02/11/2020

PREVISÃO PRÓXIMA LEITURA	AGUA	ESGOTO	SERVIÇOS	TOTAL
17/11/2020	132,00	105,67	5,06	242,81

EM TEMPO DE ESTIAGEM CUIDE DA AGUA. N?O DESPERDICE
ATENDIMENTO: FRANCISCOBELTRAO@SANEPAR.COM.BR

TRIBUTOS FEDERAIS - LEI 12.741 - VALOR APROXIMADO R$ 20,23

AUTENTICAÇÃO NO VERSO | OBSERVAÇÕES NO VERSO | COMPROVANTE CLIENTE

82610000002-3 42810109202-4 01102315496-3 80102020019-3

CTRL:3154.9680.1020.0110

ROTEIRO:013-11-02-013 33430

SANEPAR

MATRÍCULA	REFERÊNCIA	VENCIMENTO	VALOR TOTAL
3154.9680	10/2020 0 1	02/11/2020	242,81

AUTENTICAÇÃO NO VERSO

COMPROVANTE SANEPAR

1133

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
E ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DO PARANÁ

RG: 7.769.106-5



POLEGAR DIREITO



claudineia Bertochi

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL: **7.769.106-5** DATA DE EXPEDIÇÃO: 04/10/2018

NOME: **CLAUDINEIA ZABOTE BERTOCHI**

FILIAÇÃO: CARMELINDO BERTOCHI
DIEMA SALUTE ZABOTE BERTOCHI

NATURALIDADE: AMPERE/PR DATA DE NASCIMENTO: 01/11/1982

DOC. ORIGEM: COMARCA=AMPERE/PR, DA SEDE
C.NASC=5647, LIVRO=18A, FOLHA=43

CPF: 037.748.129-77

CURITIBA/PR

MARCUS VINICIUS DA COSTA BICHELOTTO
DIRETOR

É PROIBIDO PLASTIFICAR

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

NESTUR TRANSPORTE E TURISMO LTDA

AV Independência, nº1096, Centro
Capanema/PR
CNPJ: 28.665.378/0001-23
Tel.(46) 9 9912-9092 E-mail: viagenstropicalia@hotmail.com

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE CONCORDÂNCIA COM O EDITAL

NESTUR TRANSPORTE E TURISMO LTDA, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob n° 28.665.378/0001-23 , DECLARA, para fins do disposto neste Edital, que:

a) está de acordo em explorar a sua atividade em um dos imóveis em que está competindo, constantes no Termo de Referência desta licitação;

b) tem disponibilidade imediata dos equipamentos e utensílios necessários para exploração do barracão;

c) não empregará menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregará menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz (X)

OBS: em caso de afirmativo, assinalar a ressalva acima.

d) se instalará e iniciará as atividades dentro do prazo não superior a 120 (cento e vinte) dias a contar do dia 1º de janeiro de 2021, podendo esse prazo ser prorrogado, havendo justificativa, por escrito e aceito pelo CONCEDENTE;

e) possui aptidão para o desempenho da atividade pertinente e compatível com o objeto da Licitação;

CAPANEMA/PR, 10 de Novembro de 2020.

Claudineia Bertochi

CLAUDINEIA ZABOTE BERTOCHI

28.665.378/0001-23
NESTUR TRANSPORTE E TURISMO LTDA - ME
AV. INDEPENDÊNCIA, Nº 1096
85760-000 - CAPANEMA - PR

NESTUR TRANSPORTE E TURISMO LTDA
CONTRATO SOCIAL

1. CLAUDINEIA ZABOTE BERTOCHI, brasileira, natural de Ampere - PR, solteira, nascida em 01/11/1982, comerciante, portadora da Cédula de Identidade sob nº 7.769.106-5 SESP/PR e CPF sob o nº 037.748.129-77, residente e domiciliada nesta cidade de Capanema - PR sito à Rua Minas Gerais 367 Bairro São José Operário, CEP 85760-000.
2. BRUNO BREIER, brasileiro, natural de Capanema - PR, solteiro nascida em 03/01/1999, comerciante, portador da Cédula de Identidade sob nº 9.417.996-3 SESP/PR e CPF sob o nº 101.550.059-52, residente e domiciliado nesta cidade de Capanema - PR, sito à Rua Minas Gerais 367, Bairro São José Operário, CEP 85760-000, constituem uma sociedade limitada, mediante as seguintes cláusulas:

CLAUSULA PRIMEIRA: A sociedade girará sob o nome empresarial NESTUR TRANSPORTE E TURISMO LTDA e terá sede e domicilio na cidade de Capanema – PR, sito à Avenida Independência, nº 1096, centro, CEP 85760-000.

CLAUSULA SEGUNDA: O capital social será de R$ 450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil reais) divididos em 450.000 (quatrocentas e cinquenta mil) quotas de valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada uma, integralizadas, neste ato em moeda corrente do País, pelos sócios:

SÓCIOS	%	QUOTAS	CAPITAL R$
CLAUDINEIA ZABOTE BERTOCHI	80	360.000	360.000,00
BRUNO BREIER	20	90.000	90.000,00
T O T A L	100	450.000	450.000,00

CLAUSULA TERCEIRA: O objeto social da sociedade será CNAE 4929-9/02 Transporte Rodoviário Coletivo de Passageiros, sob-regime de fretamento intermunicipal, interestadual e internacional CNAE 7911-2/00 Agência de viagens; CNAE 7990-2/00 Serviços de reservas e outros serviços de turismo.

CLAUSULA QUARTA: A sociedade iniciará suas atividades a partir da data do registro na Jucepar e seu prazo de duração é indeterminado.

CLAUSULA QUINTA: As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

CLAUSULA SEXTA: A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

CLÁUSULA SÉTIMA: A administração da sociedade caberá ao sócio **CLAUDINEIA ZABOTE BERTOCHI** com os poderes e atribuições de Administrador autorizado ao uso do nome empresarial, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer quotista ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do outro sócio.

CLAUSULA OITAVA: O Administrador declara, sob as penas da lei, de que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

JUNTA COMERCIAL DO PARANA

CERTIFICO O REGISTRO EM 18/09/2017 14:46 SOB Nº 41208651342.
PROTOCOLO: 176353178 DE 14/09/2017. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11703614573. NIRE: 41208651342.
NESTUR TRANSPORTE E TURISMO LTDA

Libertad Bogus
SECRETÁRIA-GERAL
CURITIBA, 18/09/2017
www.empresafacil.pr.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.
Informando seus respectivos códigos de verificação

NESTUR TRANSPORTE E TURISMO LTDA
CONTRATO SOCIAL

CLAUSULA NONA: Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, o administrador prestara contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventario, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apurados.
CLAUSULA DECIMA: Nos quatro meses seguintes ao termino do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administrador quando for o caso.
CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: A sociedade poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração contratual assinada pelos sócios.
CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA: Os sócios poderão de comum acordo, fixar uma retirada mensal, a título de "pró-labore", observadas as disposições regulamentares pertinentes.
CLAUSULA DÉCIMA TERCEIRA: Falecendo ou interditada qualquer sócio, a sociedade continuará sua atividade com os herdeiros, sucessores e a incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do(s) sócio(s) remanescente(s), o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.
Parágrafo Único – O mesmo procedimento será adotado em outros casos que a sociedade se resolva em relação a seus sócios.
CLAUSULA DÉCIMA QUARTA: Fica eleito o foro da Comarca de Capanema-PR, para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.
E, por estarem justos e contratados assinam o presente instrumento em uma via.

Capanema-PR, 12 de setembro de 2017.

Tab. Notas Capanema - PR

Claudineis Bertochi
CLAUDINEIA ZABOTE BERTOCHI
Sócia - Administradora

Tab. Notas Capanema - PR

Bruno Breier
Bruno Breier
Sócio

JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ

CERTIFICO O REGISTRO EM 18/09/2017 14:46 SOB Nº 41208651342.
PROTOCOLO: 176353178 DE 14/09/2017. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11703614573. NIRE: 41208651342.
NESTUR TRANSPORTE E TURISMO LTDA

Libertad Bogus
SECRETÁRIA-GERAL
CURITIBA, 18/09/2017
www.empresafacil.pr.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.
Informando seus respectivos códigos de verificação

SERVIÇO NOTARIAL DE CAPANEMA
Rua Alagoas, 1332 - Capanema - PR - CEP 85.760-000
☎ (46) 3552-3710

Selo Digital: NXXJ.EqLvL.zYZAU, Controle: ccQlv.4ZR2a
Consulte esse selo em http://funarpen.com.br
Reconheço por VERDADEIRA as assinaturas indicadas de
BRUNO BREIER e CLAUDINEIA ZABOTE BERTOCHI.
Dou fé. Capanema-PR, 12 de setembro de 2017.
Em Test° _____ da Verdade.
Patrícia Francieli Weiller - Escrevente
CAPANEMA

TABELIONATO DE NOTAS DE CAPANEMA - PR - 85760-000

JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ

CERTIFICO O REGISTRO EM 18/09/2017 14:46 SOB N° 41208651342.
PROTOCOLO: 176353178 DE 14/09/2017. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 11703614573. NIRE: 41208651342.
NESTUR TRANSPORTE E TURISMO LTDA

Libertad Bogus
SECRETÁRIA-GERAL
CURITIBA, 18/09/2017
www.empresafacil.pr.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais. Informando seus respectivos códigos de verificação

NESTUR TRANSPORTE E TURISMO LTDA

001038

AV Independência, nº1096, Centro
Capanema/PR
CNPJ: 28.665.378/0001-23
Tel.(46) 9 9912-9092 E-mail: viagenstropicalia@hotmail.com

ANEXO V-A

INDICAÇÃO DE ITENS RELACIONADOS AOS IMÓVEIS SEM BARRACÕES

NOME DA PESSOA JURÍDICA: **NESTUR TRANSPORTE E TURISMO LTDA**

CNPJ: **28.665.378/0001-23**

A proposta constante no envelope lacrado será utilizada como oferta para os imóveis previstos nos seguintes itens, em ordem de preferência:

Item (previsto no Termo de Referência)	Descrição do imóvel (previsto no Termo de Referência)
06	Área Industrial III - Saída para São Luiz - Quadra n° 80 - Lote 07 - Setor N.O - Rua Paraíba nº 1871
05	Área Industrial III - Saída para São Luiz - Quadra n°80 - Lote 06 - Setor N.O - Rua Paraíba nº 1835

Capanema/PR, 10 de Novembro de 2020.

Claudineia Bertochi

CLAUDINEIA ZABOTE BERTOCHI

28.665.378/0001-23
NESTUR TRANSPORTE E TURISMO LTDA - ME
AV. INDEPENDÊNCIA, Nº 1096
85760-000 - CAPANEMA - PR

NESTUR TRANSPORTE E TURISMO LTDA

AV Independência, nº1096, Centro
Capanema/PR
CNPJ: 28.665.378/0001-23
Tel.(46) 9 9912-9092 E-mail: viagenstropicalia@hotmail.com

ANEXO IV - PROPOSTA

( ) Proposta os itens relacionados aos imóveis com barracões.

(x) Proposta para os itens relacionados aos imóveis sem barracões.

NOME DA PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA: NESTUR TRANSPORTE E TURISMO LTDA

CPF OU CNPJ: 28.665.378/0001-23

01 - Descrição clara e objetiva do ramo de atividade empresarial a ser desenvolvido no imóvel:

Empresa de transporte rodoviário de passageiros e turismo.
49.29-9-02 - Transporte rodoviário coletivo de passageiros, sob regime de fretamento, intermunicipal, interestadual e internacional
79.11-2-00 - Agências de viagens
79.90-2-00 - Serviços de reservas e outros serviços de turismo não especificados anteriormente

02 - Matéria prima a ser utilizada:

Para a empresa poder realizar os serviços de transporte de passageiros e turismo, conta com ônibus, micro-ônibus e vans.

03 - Capacidade produtiva/comercial da unidade a ser instalada:

A unidade a ser instalada irá ser utilizada como base de garagem para seus ônibus, que serão utilizados para a realização das atividades e transportes de passageiro e turismo em geral, perfazendo uma média de 10 a 15 mil km por mensais dependendo volume do orçamento.

04 - Mercado consumidor potencial:

O mercado consumidor potencial de nossa empresa é todo o publico em geral, pois atendemos o transporte de universitário, realizamos turismo de fretamento, bem como realização transporte no deslocamento para turismo local.

05 - Previsão de faturamento, custos, despesas e retorno dos investimentos:

Crendo que o mercado volta a crescer em 2 anos, para comparar como estava antes da pandemia, prevemos que nosso retorno seja em 36 à 48 meses, pois ainda estamos em fase

28.665.378/0001-23
NESTUR TRANSPORTE E TURISMO LTDA - ME
AV. INDEPENDÊNCIA, Nº 1096
85760-000 - CAPANEMA - PR

NESTUR TRANSPORTE E TURISMO LTDA

AV Independência, nº1096, Centro
Capanema/PR
CNPJ: 28.665.378/0001-23
Tel.(46) 9 9912-9092 E-mail: viagenstropicalia@hotmail.com

do pré aquecimento de mercado sem ver muitos horizontes ainda, só teremos uma previsão após ter um movimento no mercado.
A empresa tem despesas mensais como folha de pagamento, agua, luz, manutenção dos veículos, publicidade e combustível.

06 - Relação da infraestrutura, equipamentos e instalações necessárias ao funcionamento do projeto global, acompanhada de orçamento discriminado:

Ônibus placa HWV-9658 R$ 180.000,00
Ônibus placa AGV-1064 R$ 80.000,00
Ônibus placa ATU-3600 R$ 90.000,00
Ônibus placa ARN-6210 R$ 120.000,00
Construção de barracão R$ 92.725,00

07 - Previsão de investimentos próprios

R$ 92.725,00 (noventa e dois mil setecentos e vinte e cinco mil reais) de investimento na construção de um barracão. Reforma dos ônibus relacionados acima, que já são de propriedade da empresa, nos quais faremos melhorias para nossos clientes terem mais conforto e segurança.

08 - Viabilidade econômica do projeto:

Melhor estruturação da empresa, para poder atender a demanda do turismo local, já que temos um projeto de turismo local a ser explorado com grande potencial e fazer uma melhor exploração do turismo fronteiriço, bem como, melhor estruturas física para fornecer o atendimento da agencia de viagens bem como geração de empregos, pois tem um mercado promissor que por nesse momento esta passando por um grande recesso devido a pandemia

09 - Compromissos assumidos pela proponente:

a) cumprir todas as obrigações previstas no Termo de Referência, no edital e na minuta do contrato da licitação Concorrência 02/2020.

b) contratar, preferencialmente, pessoas que sejam domiciliados no Município de Capanema/PR.

10 - DA OFERTA:

28.665.378/0001-23
NESTUR TRANSPORTE E TURISMO LTDA - ME
AV. INDEPENDÊNCIA, Nº 1096
85760-000 - CAPANEMA - PR

NESTUR TRANSPORTE E TURISMO LTDA

AV Independência, nº1096, Centro
Capanema/PR
CNPJ: 28.665.378/0001-23
Tel.(46) 9 9912-9092 E-mail: viagenstropicalia@hotmail.com

CRITÉRIO	PROPOSTA DA EMPRESA
Empregabilidade (em número de empregos diretos gerados no prazo de 6 meses)	Depende do desenvolvimento do mercado, do retorno da exploração do turismo e o retorno das universidades. Prevemos uma empregabilidade de 4 colaboradores diretos e mais 6 indiretos
Valor do investimento privado no empreendimento a ser instalado no imóvel - R$	R$ 562.725,00
Prazo para conclusão das obras / prazo para aplicação total dos investimentos	12 meses
Faturamento Anual (média dos últimos 3 anos)	R$109.444,89 (cento e nove mil quatrocentos e quarenta e quatro mil com oitenta e nove centavos)
Tempo de constituição da empresa OU residência do sócio majoritário no Município de Capanema (somente dados do sócio mais antigo)	Desde 2003 conforme declaração em anexo
Capacidade do empreendimento gerar uma cadeia de produção e/ou empregos indiretos no Município de Capanema/PR	Capacidade de 100%

Capanema/PR, 10 de Novembro de 2020.

CLAUDINEIA ZABOTE BERTOCHI

28.665.378/0001-23
NESTUR TRANSPORTE E TURISMO LTDA - ME
AV. INDEPENDÊNCIA, Nº 1096
85760-000 - CAPANEMA - PR

DECLARAÇÃO

A empresa, **NESTUR TRANSPORTE E TURISMO LTDA,** devidamente inscrita no CNPJ 28.665.378/0001-23, situada a Av. Independência, 1096, centro nesta Cidade de Capanema/PR, neste ato representada pela representante legal a Sra. CLAUDINEIA ZABOTE BERTOCHI, brasileira, solteira, portadora da cédula de identidade RG n° 77691065 SSP/PR. e CPF 037.748.129-77, residente e domiciliada na Rua Minas Gerais, 367, São José Operário, nesta cidade, ***DECLARA*** para os devidos fins e a quem possa interessar que, esta empresa é sucessora da empresa NESTOR MARCIO BREIER, constituída em 2003, devidamente inscrita no CNPJ 05.942.523/0001-70, e paralisada devida as normas da ANTT, por se tratar de firma individual, e o proprietário optou pela abertura de uma empresa limitada.

Sendo a expressão da verdade, dato e assino a presente declaração.

Capanema-PR, 11 de novembro de 2020.

Claudineia Bertochi

NESTUR TRANSPORTE E TURISMO LTDA
CNPJ 28.665.378/0001-23
Claudineia Zabote Bertochi
Sócia Administradora

28.665.378/0001-23
NESTUR TRANSPORTE E TURISMO LTDA - ME
AV INDEPENDÊNCIA, Nº 1096
85760-000 - CAPANEMA - PR

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
05.942.523/0001-70 MATRIZ		17/10/2003

NOME EMPRESARIAL
NESTOR MARCIO BREIER

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
NESTUR	ME

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
49.29-9-02 - Transporte rodoviário coletivo de passageiros, sob regime de fretamento, intermunicipal, interestadual e internacional

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
Não informada

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
213-5 - Empresário (Individual)

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
AV PEDRO V P DE SOUZA	468	********

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
85.760-000	CENTRO	CAPANEMA	PR

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
	(46) 9975-3277

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	03/11/2005

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **10/11/2020** às **15:15:25** (data e hora de Brasília). Página: **1/1**

MICEMETAL MULLER IND. E COM. LTDA
CNPJ: 75.981.993/0007-14
indmuller@hotmail.com fone (46)3555 2257

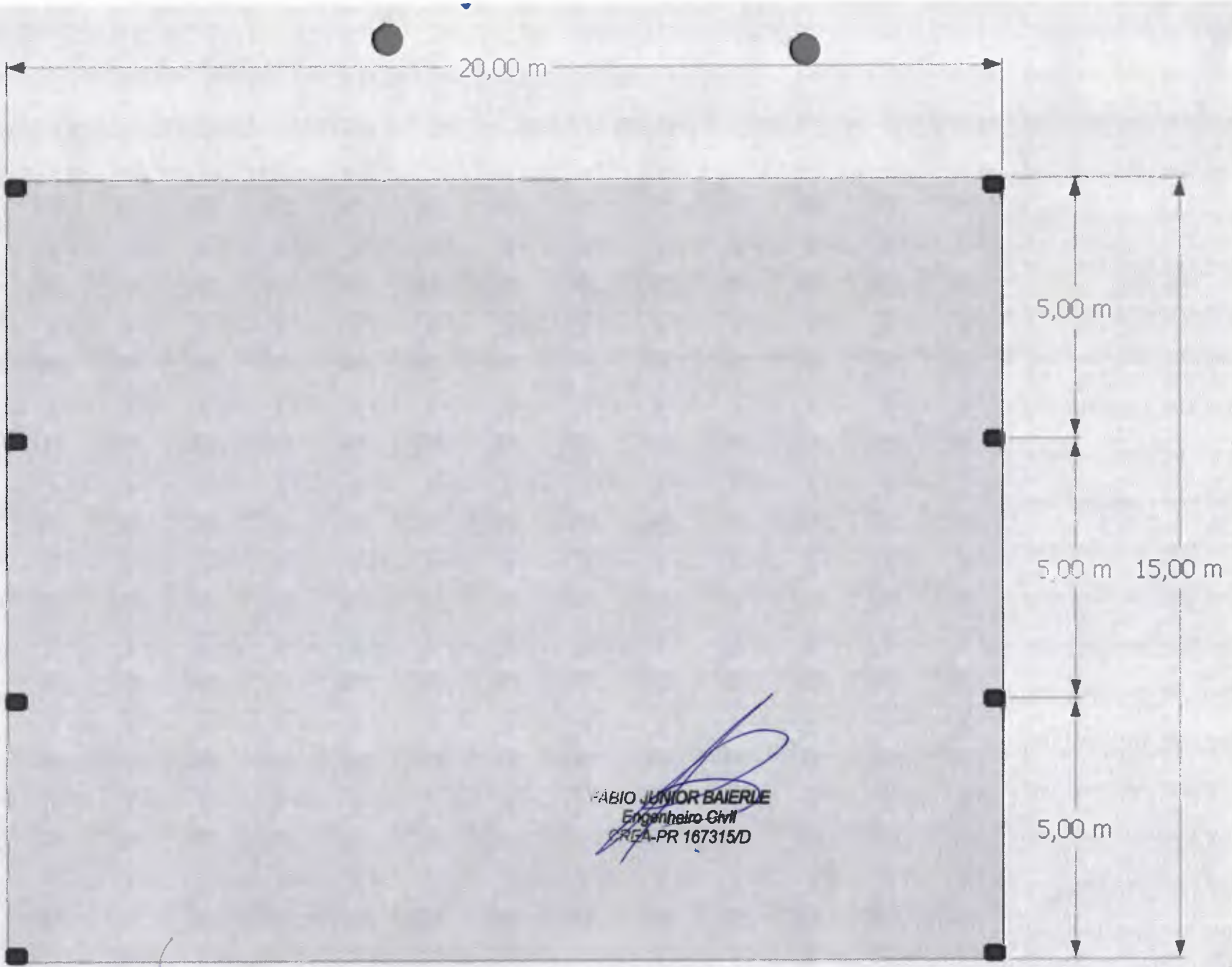
ORÇAMENTO:10191416

CLIENTE: NESTUR TURISMO	Data: 11/11/2020
Cidade: CAPANEMA / PR	

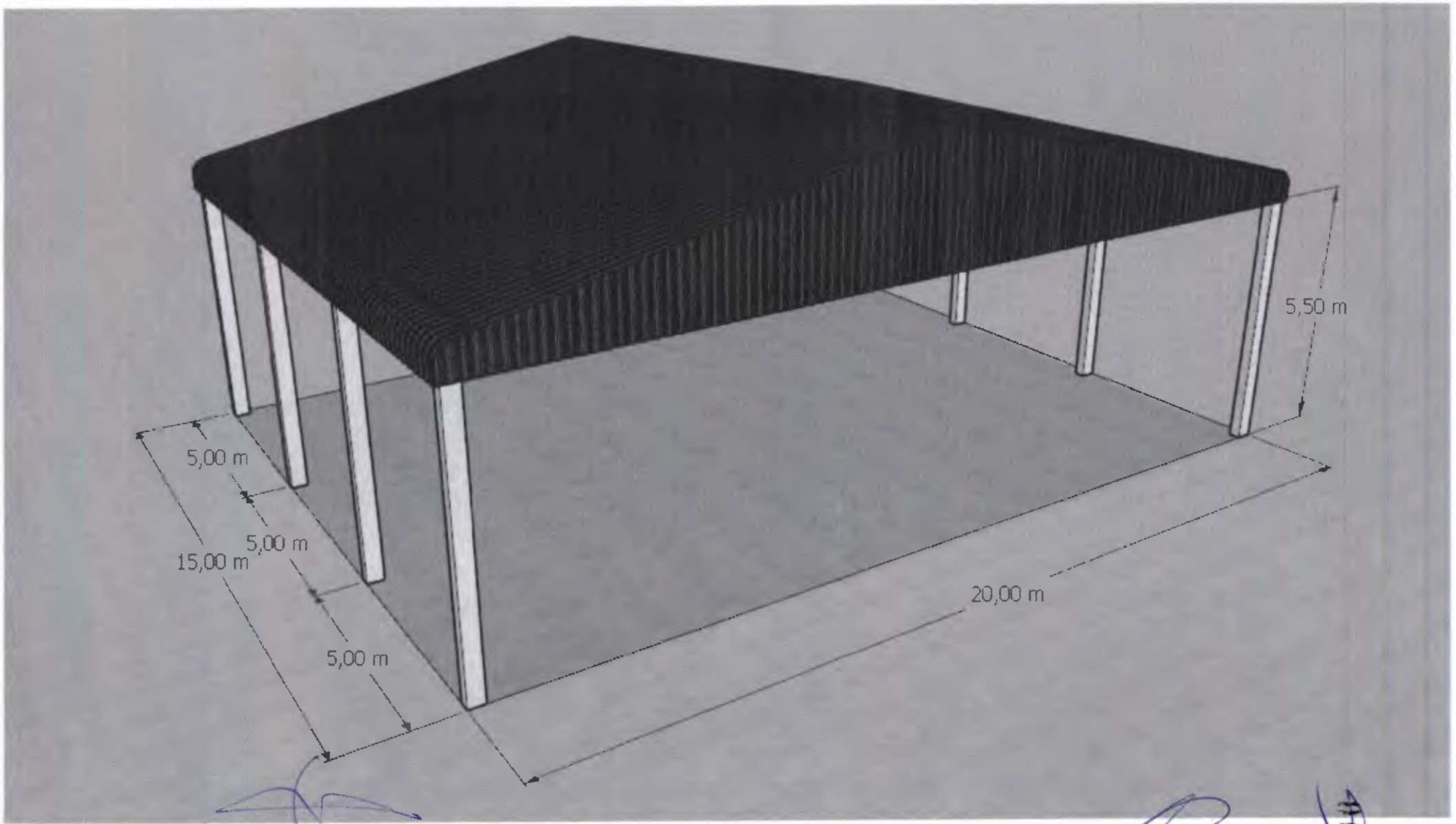
Qtde	Unid.	Descrição	Unitário R$	Total R$
8	PÇ	FUNDAÇÃO TIPO BROCA		R$ 3.640,00
8	PÇ	PILAR CONCRETO 25x35CM x 7,00M ALTURA (5,50M LIVRE E 1,50 ENGASTE)		R$ 16.680,00
300	M²	ESTRUTURA METÁLICA E FERRAGENS		R$ 34.700,00
300	M²	TELHAS PARA COBERTURA PRINCIPAL ALUZINCO TPR40		R$ 28.800,00
43	M²	FECHAMENTO OITÃO FRONTAL E FUNDOS ALUZINCO TPR40, ESP 0,43MM		R$ 5.000,00
31	PÇ'S	MULTIDOBRAS		R$ 2.883,00
32	M	RUFOS PARA OITÕES CORTE 20 CM		R$ 1.022,00
		TOTAL DO ORÇAMENTO		R$ 92.725,00

OBSERVAÇÃO:	NÃO ESTÁ INCLUSO NO ORÇAMENTO PISO, ELÉTRICA, HIDRÁULICA E MOVIMENTAÇÃO DE SOLO
	Condições de Pagamento: À COMBINAR
	Validade da Proposta: 7dias
	Prazo de entrega: 12 MESES APÓS CONFIRMAÇÃO DO ORÇAMENTO

FÁBIO JUNIOR BAIERLE
Engenheiro Civil
CREA-PR 167315/D

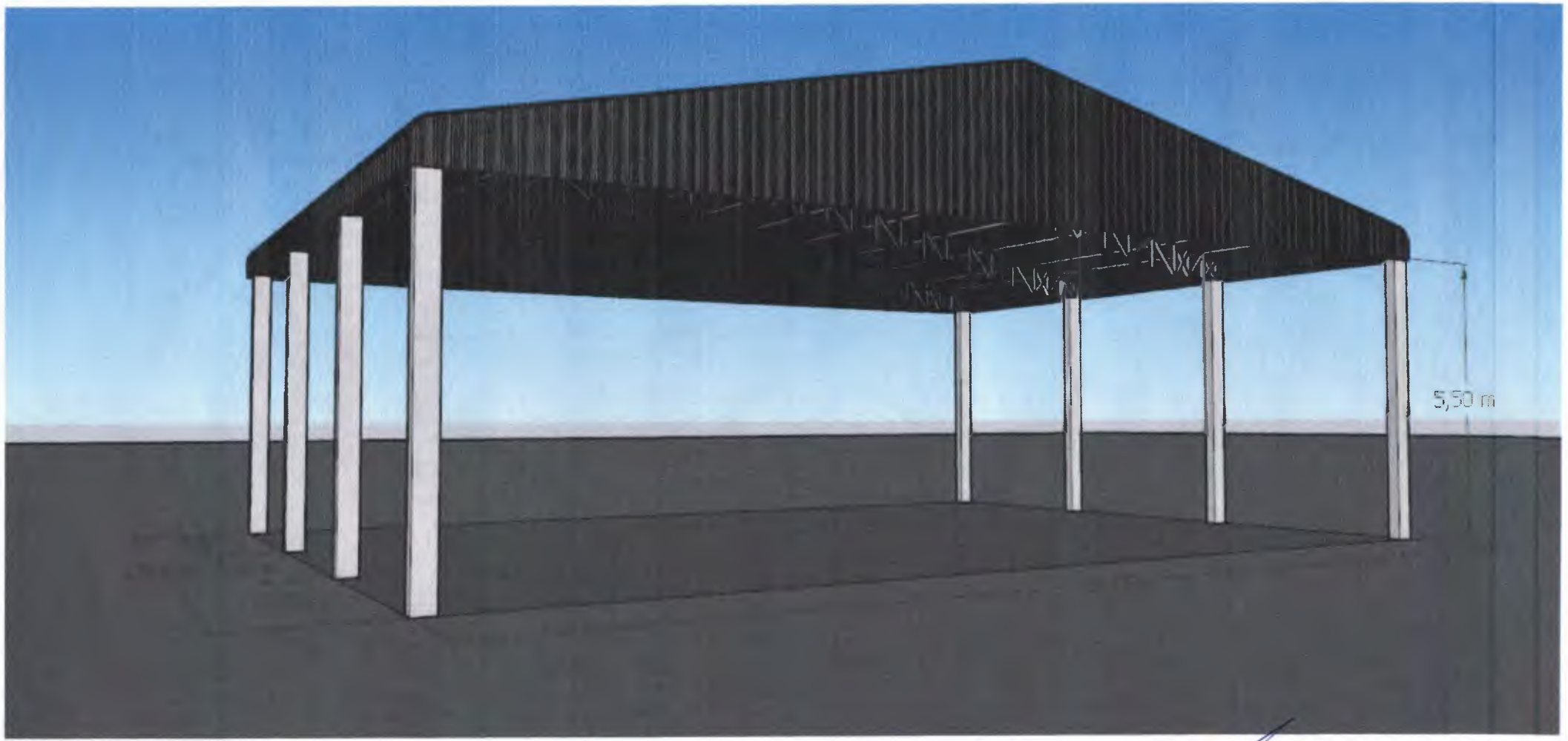


PLANTA BAIXA - BARRACÃO ABERTO
ÁREA TOTAL= 300,00M²



FÁBIO JUNIOR BAIERLE
Engenheiro Civil
CREA-PR 167315/D

1146



FÁBIO JUNIOR BARELE
Engenheiro Civil
CREA-PR 167315/D

NESTUR TRANSPORTE E TURISMO LTDA

AV Independência, nº1096, Centro
Capanema/PR
CNPJ: 28.665.378/0001-23
Tel.(46) 9 9912-9092 E-mail: viagenstropicalia@hotmail.com

fls 148

DECLARAÇÃO

A empresa **NESTUR TRANSPORTE E TURISMO LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº 28.665.378/0001-23, estabelecida nesta cidade de Capanema-PR, através de seu representante abaixo assinado, DECLARA para os devidos fins e a quem interessar possa que em virtude da PANDEMIA desde abril/2020 o colaborador se encontra em suspenção no contrato de trabalho (LEI 10.422/20), deste modo a GFIP apresentada é de julho/2020. A empresa não possui CAGED, pois não tiveram admissão e demissão de colaboradores nos últimos 12 meses.

Por ser verdade, para que surte seus efeitos legais, vai devidamente datada e assinada.

Capanema/PR, 11 de novembro de 2020.

Claudineia Bertochi

CLAUDINEIA ZABOTE BERTOCHI

28.665.378/0001-23
NESTUR TRANSPORTE E TURISMO LTDA - ME
AV. INDEPENDÊNCIA, Nº 1096
85760-000 - CAPANEMA - PR

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO - MTE
GFIP - SEFIP 8.40 (26/03/2020) TABELAS 41.0 (13/02/2020)

MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF

DATA: 22/07/2020
HORA: 11:42:39
PÁG : 0001/0004

RELAÇÃO DOS TRABALHADORES CONSTANTES NO ARQUIVO SEFIP
MODALIDADE : "BRANCO"-RECOLHIMENTO AO FGTS E DECLARAÇÃO À PREVIDÊNCIA

858700000014 566701792005 807643050823 866537800011

EMPRESA: NESTUR TRANSPORTE E TURISMO LTDA
COMP: 07/2020 COD REC: 115 COD GPS: 2003 FPAS: 612 OUTRAS ENT: SIMPLES: 2 RAT: 0,0 INSCRIÇÃO: 28.665.378/0001-23
FAP: 1,00 RAT AJUSTADO: 0,00
TOMADOR/OBRA: INSCRIÇÃO:

NOME TRABALHADOR / REM SEM 13° SAL	REM 13°SAL	PIS/PASEP/CI / BASE CÁL 13°SAL PREV SOC / BASE CÁL PREV SOCIAL	ADMISSÃO / CONTRIB SEG DEVIDA	CAT	OCOR	DATA/COD MOVIMENTAÇÃO / DEPÓSITO		CBO / JAM
NESTOR MARCIO BREIER		127.34449.51-1	02/07/2018	01	01	13/07/2020	Y	07824
838,71	0,00	0,00	62,90			67,10		0,00
ADILSON DA COSTA		128.92204.52-8	17/04/2019	01	01	13/07/2020	Y	07824
1.119,68	0,00	0,00	85,09			89,57		0,00
TOTAIS DA EMPRESA/TOMADOR								
1.958,39	0,00	0,00	147,99			156,67		0,00

RELAÇÃO DOS TRABALHADORES CONSTANTES NO ARQUIVO SEFIP
RESUMO DO FECHAMENTO - EMPRESA
MODALIDADE : "BRANCO"-RECOLHIMENTO AO FGTS E DECLARAÇÃO À PREVIDÊNCIA

858700000014 566701792005 807643050823 866537800011

EMPRESA: NESTUR TRANSPORTE E TURISMO LTDA
N° DE CONTROLE: FIE4ZaU5zb00000-4
N° ARQUIVO: KS5kMMoD2Y00000-6
INSCRIÇÃO: 28.665.378/0001-23
COMP: 07/2020 COD REC: 115 COD GPS: 2003 FPAS: 612 OUTRAS ENT: SIMPLES: 2 RAT: 0.0
FAP: 1.00 RAT AJUSTADO: 0.00
TOMADOR/OBRA:
INSCRIÇÃO:
LOGRADOURO: AV INDEPENDENCIA 1096
BAIRRO: CENTRO
CNAE PREPONDERANTE: 4929902
CIDADE: CAPANEMA
UF: PR
CEP: 85760-000
CNAE: 4929902

CAT	QUANT	REMUNERAÇÃO SEM 13°	REMUNERAÇÃO 13°	BASE CÁL PREV SOC	BASE CÁL 13° PREV SOC
01	2	1.958,39	0,00	1.958,39	0,00
TOTAIS:	2	1.958,39	0,00	1.958,39	0,00

0061050

RELAÇÃO DOS TRABALHADORES CONSTANTES NO ARQUIVO SEFIP
RESUMO DO FECHAMENTO - EMPRESA
FGTS

858700000014 566701792005 807643050823 866537800011

EMPRESA: NESTUR TRANSPORTE E TURISMO LTDA
N° DE CONTROLE: FIE4ZaU5zb00000-4
N° ARQUIVO: KS5kMMoD2Y00000-6
INSCRIÇÃO: 28.665.378/0001-23
COMP: 07/2020 COD REC: 115 COD GPS: 2003 FPAS: 612 OUTRAS ENT: SIMPLES: 2 RAT: 0.0
FAP: 1.00 RAT AJUSTADO: 0.00
TOMADOR/OBRA:
INSCRIÇÃO:

LOGRADOURO: AV INDEPENDENCIA 1096
BAIRRO: CENTRO
CNAE PREPONDERANTE: 4929902
CIDADE: CAPANEMA UF: PR CEP: 85760-000
CNAE: 4929902

MODALIDADE : "Branco"-RECOLHIMENTO AO FGTS E DECLARAÇÃO À PREVIDÊNCIA

	FGTS - 8%
REMUNERAÇÃO SEM 13° SALÁRIO	1.958,39
REMUNERAÇÃO 13° SALARIO	0,00
QUANTIDADE TRABALHADORES	2

VALORES DO FGTS
DATA DE RECOLHIMENTO ATÉ 07/08/2020

DEPÓSITO FGTS	ENCARGOS FGTS	CONTRIB SOCIAL	ENCARGOS CONTRIB SOCIAL	TOTAL RECOLHER
156,67	0,00	0,00	0,00	156,67

151

RESUMO DAS INFORMAÇÕES À PREVIDÊNCIA SOCIAL CONSTANTES NO ARQUIVO SEFIP
EMPRESA

N° ARQUIVO: KS5kMMoD2Y00000-6
EMPRESA: NESTUR TRANSPORTE E TURISMO LTDA — N° DE CONTROLE: FIE4ZaU5zb00000-4 — INSCRIÇÃO: 28.665.378/0001-23
COMP: 07/2020 COD REC: 115 COD GPS: 2003 FPAS: 612 OUTRAS ENT: SIMPLES: 2 RAT: 0.0 FAP: 1.00 RAT AJUSTADO: 0.00
TOMADOR/OBRA: INSCRIÇÃO:

LOGRADOURO: AV INDEPENDENCIA 1096 BAIRRO: CENTRO CNAE PREPONDERANTE: 4929902
CIDADE: CAPANEMA UF: PR CEP: 85760-000 TELEFONE: 0046 9912 9092 CNAE: 4929902

VALOR DEV PREV SOC CALCULADO SEFIP:	147.99	CONTRIB SEGURADOS - DEVIDA:	147.99
SALÁRIO FAMÍLIA:	0.00	RECEITA EVENTO DESP/PATROCÍNIO:	0.00
SALÁRIO MATERNIDADE:	0.00	PERC DE ISENÇÃO DE FILANTROPIA:	0.00
VALORES PAGOS COOP TRABALHO - SEM ADICIONAL:	0.00	13° SALÁRIO MATERNIDADE:	0.00
VALORES PAGOS COOP TRABALHO - ADIC. 15 ANOS:	0.00	COM PRODUÇÃO PJ:	0.00
VALORES PAGOS COOP TRABALHO - ADIC. 20 ANOS:	0.00	COM PRODUÇÃO PF:	0.00
VALORES PAGOS COOP TRABALHO - ADIC. 25 ANOS:	0.00	VALOR DAS FATURAS EMITIDAS PARA O TOMADOR:	0.00

COMPENSAÇÃO
PERÍODO INICIAL: PERÍODO FINAL: VALOR SOLICITADO: 0.00
VALOR ABATIDO: 0.00 VALOR A COMPENSAR: 0.00 VALOR EXCEDENTE AO LIMITE DOS 30%: 0.00

RETENÇÃO (LEI 9.711/98)
VALOR INFORMADO: 0.00 VALOR ABATIDO PELO SEFIP: 0.00 VALOR A COMPENSAR/RESTITUIR: 0.00

BASE DE CÁLCULO APOSENTADORIA ESPECIAL/OCORRÊNCIA

15 ANOS:	0.00	20 ANOS:	0.00	25 ANOS:	0.00
QUANTIDADE:	0	QUANTIDADE:	0	QUANTIDADE:	0

QUANTIDADE DE MOVIMENTAÇÕES / CÓDIGOS

H :	0	I1:	0	I2:	0	I3:	0	I4:	0	J :	0	K :	0	L :	0	M :	0	N1:	0
N2:	0	N3:	0	O1:	0	O2:	0	O3:	0	P1:	0	P2:	0	P3:	0	Q1:	0	Q2:	0
Q3:	0	Q4:	0	Q5:	0	Q6:	0	Q7:	0	R :	0	S2:	0	S3:	0	U1:	0	U2:	0
U3:	0	V3:	0	W :	0	X :	0	Y :	2	Z1:	0	Z2:	0	Z3:	0	Z4:	0	Z5:	0

ATIVO		**449.745,00**
CIRCULANTE		**449.745,00**
DISPONIBILIDADES		449.745,00
CAIXA		449.745,00
TOTAL DO ATIVO	**449.745,00**	
PASSIVO		**449.745,00**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**449.745,00**
CAPITAL SOCIAL		450.000,00
CAPITAL SOCIAL INTEGRALIZADO		450.000,00
LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS		-255,00
LUCRO/PREJUIZO ACUMULADO		-255,00
TOTAL DO PASSIVO	449.745,00	

Reconhecemos a exatidão do presente Balanço Patrimonial com base nas informações e na documentação apresentada, encerrado em 31/12/2017, somando tanto no Ativo como no Passivo, a importância de R$ 449.745,00 (quatrocentos e quarenta e nove mil, setecentos e quarenta e cinco reais).

CLAUDINEIA ZABOTE BERTOCHI
SOCIA ADMINISTRADORA
CPF 037.748.129-77

ELDO BLUME
CRC 017369O1

ESCRITORIO BLUME

CNPJ: 28.665.378/0001-23
Consolidação: Empresa

Grau: 5

Período: 01/2017 a 12/2017

01054

RECEITA OPERACIONAL BRUTA	**0,00**
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	**0,00**
RECEITA LÍQUIDA	**0,00**
CUSTOS	**0,00**
LUCRO BRUTO	**0,00**
DESPESAS OPERACIONAIS	**255,00**
DESPESAS OPERACIONAIS	**255,00**
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	255,00
DESPESAS GERAIS	255,00
IMPOSTOS E TAXAS DIVERSAS	255,00
RESULTADO ANTES DAS OPERAÇÕES FINANCEIRAS	**-255,00**
RESULTADO ANTES DAS PROVISÕES TRIBUTÁRIAS	**-255,00**
PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**255,00**

claudineia Bertochi

CLAUDINEIA ZABOTE BERTOCHI
SOCIA ADMINISTRADORA
CPF 037.748.129-77

ELDO BLUME
CRC 017369O1

CNPJ: 28.665.378/0001-23
Consolidação: Empresa | Método: Indireto | Período: 01/2017 a 12/2017

Conta	Descrição	Valor
1	OPERACIONAIS	-255,00
1.001	Lucro/Prejuízo líquido do exercício	-255,00
1.005	DEPRECIAÇÃO	0,00
1.010	CLIENTES	0,00
1.011	RECEBIMENTO DE JUROS	0,00
1.012	CREDITOS TRIBUTÁRIOS	0,00
1.015	ESTOQUES	0,00
1.016	OUTROS ATIVOS	0,00
1.020	FORNECEDORES	0,00
1.021	PAGAMENTO DE IMPOSTOS	0,00
1.022	PAGAMENTO DE SALÁRIOS	0,00
1.023	PAGAMENTO DE JUROS	0,00
1.024	PAGAMENTO DESPESAS ADMINISTRATIVAS	0,00
1.025	OUTROS PASSIVOS	0,00
2	INVESTIMENTO	0,00
2.001	ATIVO IMOBILIZADO	0,00
2.005	INVESTIMENTOS	0,00
3	FINANCIAMENTO	450.000,00
3.001	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	0,00
3.002	AUMENTO DE CAPITAL	0,00
3.003	DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS	0,00
3.005	INTEGRALIZAÇÕES DE CAPITAL	450.000,00

Aumento/Redução de Caixa e Equivalentes de Caixa	449.745,00
Caixa e Equivalentes de Caixa	
No início do Período	0,00
No final do Período	449.745,00
Variação	449.745,00

CLAUDINEIA ZABOTE BERTOCHI
SOCIA ADMINISTRADORA
CPF 037.748.129-77

ELDO BLUME
CRC 017369O1

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Mês/Ano: 12/2017

CNPJ: 28.666.378/0001-23

	Capital social	Capital a integralizar	Ágio na emissão de ações	Subvenções para investimento	Ações em tesouraria	Reserva legal	Reserva estatutária	Reserva para contingências	Reserva de lucros a realizar	RESERVA CORREÇÃO CAPITAL	AJUSTE DE AVALIAÇÃO	Lucros ou prejuízos acumulados	DISTRIBUIÇÃO DE LUCRO	Total do Patrimônio Líquido
Saldos Iniciais	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Resultado do Exercício	450.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	450.000,00
Distribuição de Lucro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transações de Capital com os Sócios	**450.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	450.000,00
Outras Transações de Capital	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	0,00
Outros Resultados Abrangentes	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	0,00
Saldos Finais	**450.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**450.000,00**

CLAUDINEIA ZABOTE BERTOCHI
SOCIA ADMINISTRADORA
CPF 037.748.129-77

ELDO BLUME
CRC 017369O1

Estabelecimento: 01 - NESTUR TRANSPORTE E TURISMO LTDA - 28.665.378/0001-23

1057

Notas Explicativas Gerais

0001 - NOTAS EXPLICATIVAS

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A empresa NESTUR TRANSPORTE E TURISMO LTDA, é uma sociedade limitada,com sede e foro nacidade de CAPANEMA/PR, tendo como objeto social TRANSPORTE RODOVIÁRIO COLETIVO DE PASSAGEIROS, SOB REGIME DE FRETAMENTO, INTERMUNICIPAL,INTERESTADUAL E INTERNACIONAL, com início de atividades em 18/09/2017.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas em consonância com os ditames do ITG 2002, além dos Princípios Fundamentais de Contabilidade e demaispráticas emanadas da legislação societária brasileira.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1) Aplicações Financeiras

A empresa não participa em aplicações financeiras;

3.2) Direitos e obrigações

Estão demonstrados pelos valores históricos, acrescidos das correspondentes variações monetárias e encargos financeiros, observando o regime decompetência;

3.3) Imobilizado

A empresa não consta com participação no mobilizado

4) Ajuste de avaliação patrimonial

A empresa nunca efetuou ajuste de avaliação patrimonial.

3.5) Investimentos em empresas coligadas e controladas

A empresa não participa do capital social de outras sociedades.

3.6) Impostos Federais

A empresa está no regime do Simples Nacional e contabiliza osencargos tributários pelo regime de competência.

4) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

A empresa conta com um passivo, sem empréstimos e financiamentos.

5) RESPONSABILIDADES E CONTINGÊNCIAS

Não há passivo contingente registrado contabilmente, tendo em vista que os administradores da empresa, escudados em opinião de seus consultores e advogados, não apontam contingências de quaisquer naturezas.

6) CAPITAL SOCIAL

O capital social é de R$ 450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil reais), totalmente integralizado, apresentando a seguinte composição:

Nome do sócio - participação percentual
-Claudineia Zabote Bertochi -80%
-Bruno Breier -20%

7) PROPRIEDADE PARA INVESTIMENTO

A empresa não conta com propriedades para investimentos.

8) EVENTOS SUBSEQUENTES

A administradora declara a inexistência de fatos ocorridos subsequentemente àdata de encerramento do exercício que venham a ter efeito relevante sobre a situação patrimonial ou financeira da empresa ou que possam provocar efeitos sobre seus resultados futuros.

Capanema, 31 de dezembro de 2017.

001058

CLAUDINEIA ZABOTE BERTOCHI
SOCIA ADMINISTRADORA
CPF 037.748.129-77

ELDO BLUME
CRC 017369O1

ESCRITORIO BLUME

NESTUR TRANSPORTE E TURISMO LTDA
Contabilidade

Balancete de Verificação

Página: 1
Data: 11/11/2020
Hora: 18:48:52

Consolidação: Empresa **Grau: 4** **Período: 01/2017 a 12/2017**

Conta	Reduzida	Nome	Saldo Anterior	Débito	Crédito	Saldo Atual
1		ATIVO	0,00	450.000,00	255,00	449.745,00
11		CIRCULANTE	0,00	450.000,00	255,00	449.745,00
1101		DISPONIBILIDADES	0,00	450.000,00	255,00	449.745,00
110101		CAIXA	0,00	450.000,00	255,00	449.745,00
2		PASSIVO	0,00	255,00	450.000,00	449.745,00
24		PATRIMÔNIO LÍQUIDO	0,00	255,00	450.000,00	449.745,00
2401		CAPITAL SOCIAL	0,00	0,00	450.000,00	450.000,00
240101		CAPITAL SOCIAL INTEGRALIZADO	0,00	0,00	450.000,00	450.000,00
2408		LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	0,00	255,00	0,00	-255,00
240801		LUCRO/PREJUIZO ACUMULADO	0,00	255,00	0,00	-255,00
3		RESULTADO DO EXERCÍCIO	0,00	510,00	510,00	0,00
33		DESPESAS OPERACIONAIS	0,00	255,00	255,00	0,00
3302		DESPESAS ADMINISTRATIVAS	0,00	255,00	255,00	0,00
330206		DESPESAS GERAIS	0,00	255,00	255,00	0,00
39		RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	0,00	255,00	255,00	0,00
3901		RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	0,00	255,00	255,00	0,00
390101		RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	0,00	255,00	255,00	0,00
		TOTAL GERAL	0,00	450.765,00	450.765,00	0,00

Claudineia Zabote

CLAUDINEIA ZABOTE BERTOCHI
SOCIA ADMINISTRADORA
CPF 037.748.129-77

ELDO BLUME

CRC 017369O1

Consolidação: Empresa **Grau: 4** **Período: 01/2018 a 12/2018**

Conta	Reduzida	Nome	Saldo Anterior	Débito	Crédito	Saldo Atual
1		ATIVO	449.745,00	520.923,06	518.298,64	452.369,42
11		CIRCULANTE	449.745,00	140.923,06	518.298,64	72.369,42
1101		DISPONIBILIDADES	449.745,00	139.801,99	518.298,64	71.248,35
110101		CAIXA	449.745,00	139.801,99	518.298,64	71.248,35
1104		CREDITOS TRIBUTARIOS	0,00	1.121,07	0,00	1.121,07
110403		IMPOSTOS RETIDOS NA FONTE A COMPENSAR	0,00	1.121,07	0,00	1.121,07
12		ATIVO NÃO CIRCULANTE	0,00	380.000,00	0,00	380.000,00
1203		IMOBILIZADO	0,00	380.000,00	0,00	380.000,00
120301		BENS TANGÍVEIS PRÓPRIOS	0,00	380.000,00	0,00	380.000,00
2		PASSIVO	449.745,00	196.307,58	198.932,00	452.369,42
21		CIRCULANTE	0,00	34.789,22	37.158,64	2.369,42
2103		OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS	0,00	29.554,58	29.934,58	380,00
210301		FOLHA DE PAGAMENTO COLABORADORES	0,00	24.094,62	24.094,62	0,00
210302		PROVISÕES E ENCARGOS	0,00	920,00	920,00	0,00
210305		ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	0,00	4.539,96	4.919,96	380,00
2104		OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	0,00	5.234,64	7.224,06	1.989,42
210403		IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOBRE RECEITAS	0,00	5.234,64	7.224,06	1.989,42
[illegible]		PATRIMÔNIO LÍQUIDO	449.745,00	161.518,36	161.773,36	450.000,00
2401		CAPITAL SOCIAL	450.000,00	0,00	0,00	450.000,00
240101		CAPITAL SOCIAL INTEGRALIZADO	450.000,00	0,00	0,00	450.000,00
2408		LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	-255,00	161.518,36	161.773,36	0,00
240801		LUCRO/PREJUIZO ACUMULADO	-255,00	80.759,18	81.014,18	0,00
240804		(-) LUCROS DISTRIBUIDOS	0,00	80.759,18	80.759,18	0,00
3		RESULTADO DO EXERCÍCIO	0,00	342.277,80	342.277,80	0,00
31		RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	0,00	148.162,32	148.162,32	0,00
3101		RECEITA BRUTA	0,00	140.930,66	140.930,66	0,00
310103		RECEITA DE SERVIÇO	0,00	140.930,66	140.930,66	0,00
3102		DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	0,00	7.231,66	7.231,66	0,00
310202		TRIBUTOS SOBRE VENDAS	0,00	7.231,66	7.231,66	0,00
32		CUSTOS DAS MERCADORIAS, PRODUTOS E SERVIÇOS	0,00	30.434,58	30.434,58	0,00
3203		CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	0,00	30.434,58	30.434,58	0,00
320302		MÃO DE OBRA	0,00	30.434,58	30.434,58	0,00
33		DESPESAS OPERACIONAIS	0,00	22.750,24	22.750,24	0,00
3302		DESPESAS ADMINISTRATIVAS	0,00	22.321,72	22.321,72	0,00
330206		DESPESAS GERAIS	0,00	22.321,72	22.321,72	0,00
3305		RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS	0,00	428,52	428,52	0,00
330504		DESPESAS FINANCEIRAS	0,00	428,52	428,52	0,00
[illegible]		RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	0,00	140.930,66	140.930,66	0,00
[illegible]		RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	0,00	140.930,66	140.930,66	0,00
390101		RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	0,00	140.930,66	140.930,66	0,00
		TOTAL GERAL	0,00	1.059.508,44	1.059.508,44	0,00

CLAUDINEIA ZABOTE BERTOCHI
SOCIA ADMINISTRADORA
CPF 037.748.129-77

ELDO BLUME
CRC 017369O1

Consolidação: Empresa **Grau: 4** **Período: 01/2019 a 12/2019**

Conta	Reduzida	Nome	Saldo Anterior	Débito	Crédito	Saldo Atual
1		ATIVO	452.369,42	165.703,16	164.353,49	453.719,09
11		CIRCULANTE	72.369,42	165.703,16	164.353,49	73.719,09
1101		DISPONIBILIDADES	71.248,35	163.388,09	160.917,35	73.719,09
110101		CAIXA	71.248,35	163.388,09	160.917,35	73.719,09
1103		ADIANTAMENTOS	0,00	2.315,07	2.315,07	0,00
110301		ADIANTAMENTOS DIVERSOS	0,00	2.315,07	2.315,07	0,00
1104		CREDITOS TRIBUTARIOS	1.121,07	0,00	1.121,07	0,00
110403		IMPOSTOS RETIDOS NA FONTE A COMPENSAR	1.121,07	0,00	1.121,07	0,00
12		ATIVO NÃO CIRCULANTE	380.000,00	0,00	0,00	380.000,00
1203		IMOBILIZADO	380.000,00	0,00	0,00	380.000,00
120301		BENS TANGÍVEIS PRÓPRIOS	380.000,00	0,00	0,00	380.000,00
2		PASSIVO	452.369,42	185.047,27	186.396,94	453.719,09
21		CIRCULANTE	2.369,42	55.670,91	57.020,58	3.719,09
2103		OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS	380,00	49.589,98	50.101,98	892,00
210301		FOLHA DE PAGAMENTO COLABORADORES	0,00	38.581,11	38.581,11	0,00
210302		PROVISÕES E ENCARGOS	0,00	3.292,00	3.292,00	0,00
210305		ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	380,00	7.716,87	8.228,87	892,00
2104		OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	1.989,42	6.080,93	6.918,60	2.827,09
210401		TRIBUTOS RETIDOS A RECOLHER	0,00	0,00	33,32	33,32
210403		IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOBRE RECEITAS	1.989,42	6.080,93	6.885,28	2.793,77
24		PATRIMÔNIO LÍQUIDO	450.000,00	129.376,36	129.376,36	450.000,00
2401		CAPITAL SOCIAL	450.000,00	0,00	0,00	450.000,00
240101		CAPITAL SOCIAL INTEGRALIZADO	450.000,00	0,00	0,00	450.000,00
2408		LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	0,00	129.376,36	129.376,36	0,00
240801		LUCRO/PREJUIZO ACUMULADO	0,00	64.688,18	64.688,18	0,00
240804		(-) LUCROS DISTRIBUIDOS	0,00	64.688,18	64.688,18	0,00
3		RESULTADO DO EXERCÍCIO	0,00	423.912,88	423.912,88	0,00
31		RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	0,00	169.152,30	169.152,30	0,00
3101		RECEITA BRUTA	0,00	162.267,02	162.267,02	0,00
310103		RECEITA DE SERVIÇO	0,00	162.267,02	162.267,02	0,00
3102		DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	0,00	6.885,28	6.885,28	0,00
310202		TRIBUTOS SOBRE VENDAS	0,00	6.885,28	6.885,28	0,00
32		CUSTOS DAS MERCADORIAS, PRODUTOS E SERVIÇOS	0,00	54.250,37	54.250,37	0,00
3203		CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	0,00	54.250,37	54.250,37	0,00
320302		MÃO DE OBRA	0,00	54.250,37	54.250,37	0,00
33		DESPESAS OPERACIONAIS	0,00	38.243,19	38.243,19	0,00
3302		DESPESAS ADMINISTRATIVAS	0,00	38.087,31	38.087,31	0,00
330206		DESPESAS GERAIS	0,00	38.087,31	38.087,31	0,00
3305		RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS	0,00	155,88	155,88	0,00
330504		DESPESAS FINANCEIRAS	0,00	103,98	103,98	0,00
330506		MULTAS	0,00	51,90	51,90	0,00
39		RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	0,00	162.267,02	162.267,02	0,00
3901		RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	0,00	162.267,02	162.267,02	0,00
390101		RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	0,00	162.267,02	162.267,02	0,00
		TOTAL GERAL	0,00	774.663,31	774.663,31	0,00

CLAUDINEIA ZABOTE BERTOCHI
SOCIA ADMINISTRADORA
CPF 037.748.129-77

ELDO BLUME
CRC 017369/O1

ATIVO		**453.719,09**
CIRCULANTE		**73.719,09**
DISPONIBILIDADES		73.719,09
CAIXA		73.719,09
ATIVO NÃO CIRCULANTE		**380.000,00**
IMOBILIZADO		380.000,00
BENS TANGÍVEIS PRÓPRIOS		380.000,00
TOTAL DO ATIVO	**453.719**,09	
PASSIVO		**453.719,09**
CIRCULANTE		**3.719,09**
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS		892,00
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR		892,00
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS		2.827,09
TRIBUTOS RETIDOS A RECOLHER		33,32
IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOBRE RECEITAS		2.793,77
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**450.000,00**
CAPITAL SOCIAL		450.000,00
CAPITAL SOCIAL INTEGRALIZADO		450.000,00
TOTAL DO PASSIVO	453.719,09	

Reconhecemos a exatidão do presente Balanço Patrimonial com base nas informações e na documentação apresentada, encerrado em 31/12/2019, somando tanto no Ativo como no Passivo, a importância de R$ 453.719,09 (quatrocentos e cinquenta e três mil, setecentos e dezenove reais e nove centavos).

Claudineia Bertochi

CLAUDINEIA ZABOTE BERTOCHI
SOCIA ADMINISTRADORA
CPF 037.748.129-77

ELDO BLUME

CRC 017369O1

001063

RECEITA OPERACIONAL BRUTA	**162.267,02**
RECEITA BRUTA	162.267,02
RECEITA DE SERVIÇO	162.267,02
SERVIÇOS PRESTADOS	4.930,20
SERVIÇOS DE TRANSPORTE	157.336,82
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	**6.885,28**
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	6.885,28
TRIBUTOS SOBRE VENDAS	6.885,28
SIMPLES NACIONAL	6.885,28
RECEITA LÍQUIDA	**155.381,74**
CUSTOS	**52.450,37**
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	52.450,37
MÃO DE OBRA	52.450,37
SALÁRIOS E ORDENADOS	42.384,52
FÉRIAS	2.580,64
13º SALÁRIO	3.600,00
FGTS	3.885,21
LUCRO BRUTO	**102.931,37**
DESPESAS OPERACIONAIS	**38.087,31**
DESPESAS OPERACIONAIS	**38.087,31**
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	38.087,31
DESPESAS GERAIS	38.087,31
MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS	6.430,48
COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES	31.590,80
DESPESAS COM USO DE SOFTWARE	66,03
RESULTADO ANTES DAS OPERAÇÕES FINANCEIRAS	**64.844,06**
DESPESAS FINANCEIRAS	**155,88**
DESPESAS FINANCEIRAS	103,98
JUROS PAGOS	103,98
MULTAS	51,90
MULTAS SOBRE TRIBUTOS	51,90
RESULTADO ANTES DAS PROVISÕES TRIBUTÁRIAS	**64.688,18**
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**64.688,18**

Claudineia Bertochi

CLAUDINEIA ZABOTE BERTOCHI
SOCIA ADMINISTRADORA
CPF 037.748.129-77

ELDO BLUME
CRC 017369/O1

CNPJ: 28.665.378/0001-23
Consolidação: Empresa | Método: Indireto | Período: 01/2019 a 12/2019

Conta	Descrição	Valor
1	OPERACIONAIS	67.158,92
1.001	Lucro/Prejuízo líquido do exercício	64.688,18
1.005	DEPRECIAÇÃO	0,00
1.010	CLIENTES	0,00
1.011	RECEBIMENTO DE JUROS	0,00
1.012	CREDITOS TRIBUTÁRIOS	1.121,07
1.015	ESTOQUES	0,00
1.016	OUTROS ATIVOS	0,00
1.020	FORNECEDORES	0,00
1.021	PAGAMENTO DE IMPOSTOS	1.349,67
1.022	PAGAMENTO DE SALÁRIOS	0,00
1.023	PAGAMENTO DE JUROS	0,00
1.024	PAGAMENTO DESPESAS ADMINISTRATIVAS	0,00
1.025	OUTROS PASSIVOS	0,00
2	INVESTIMENTO	0,00
2.001	ATIVO IMOBILIZADO	0,00
2.005	INVESTIMENTOS	0,00
3	FINANCIAMENTO	0,00
3.001	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	0,00
3.002	AUMENTO DE CAPITAL	0,00
3.003	DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS	0,00
3.005	INTEGRALIZAÇÕES DE CAPITAL	0,00

Aumento/Redução de Caixa e Equivalentes de Caixa	67.158,92
Caixa e Equivalentes de Caixa	
No início do Período	71.248,35
No final do Período	73.719,09
Variação	2.470,74

CLAUDINEIA ZABOTE BERTOCHI
SOCIA ADMINISTRADORA
CPF 037.748.129-77

ELDO BLUME
CRC 01736901

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Mês/Ano: 12/2019

CNPJ: 28.666.378/0001-23

	Capital social	Capital a integralizar	Ágio na emissão de ações	Subvenções para investimento	Ações em tesouraria	Reserva legal	Reserva estatutária	Reserva para contingência	Reserva de lucros a realizar	RESERVA CORREÇÃO CAPITAL	AJUSTE DE AVALIAÇÃO	Lucros ou prejuízos acumulados	DISTRIBUIÇÃO DE LUCRO	Total do Patrimônio Líquido
Saldos Iniciais	**450.000,00**	**0,00**	**0,00**	**s 0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**s 0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**450.000,00**
Resultado do Exercício	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	64.688,18	0,00	64.688,18
Distribuição de Lucro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-64.688,18	0,00	-64.688,18
Transações de Capital com os Sócios	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	0,00
Outras Transações de Capital	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	0,00
Outros Resultados Abrangentes	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	0,00
Saldos Finais	**450.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**450.000,00**

Claudineis Bertoch

CLAUDINEIA ZABOTE BERTOCHI
SOCIA ADMINISTRADORA
CPF 037.748.129-77

ELDO BLUME

CRC 017369O1

Estabelecimento: 01 - NESTUR TRANSPORTE E TURISMO LTDA - 28.665.378/0001-23

Notas Explicativas Gerais

0001 - NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

1) CONTEXTO OPERACIONAL
A EMPRESA NESTUR TRANSPORTE E TURISMO LTDA, É UMA SOCIEDADE LIMITADA, COM SEDE E FORO NA CIDADE DE CAPANEMA/PR, TENDO COMO OBJETO SOCIAL TRANSPORTE RODOVIÁRIO COLETIVO DE PASSAGEIROS, SOB REGIME DE FRETAMENTO, INTERMUNICIPAL, INTERESTADUAL E INTERNACIONAL, COM INÍCIO DE ATIVIDADES EM 18/09/2017.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS FORAM ELABORADAS EM CONSONÂNCIA COM OS DITAMES DO ITG 2000, ALÉM DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DE CONTABILIDADE E DEMAIS PRÁTICAS EMANADAS DA LEGISLAÇÃO SOCIETÁRIA BRASILEIRA.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS
3.1) APLICAÇÕES FINANCEIRAS
A EMPRESA NÃO PARTICIPA EM APLICAÇÕES FINANCEIRAS;
3.2) DIREITOS E OBRIGAÇÕES
ESTÃO DEMONSTRADOS PELOS VALORES HISTÓRICOS, ACRESCIDOS DAS CORRESPONDENTES VARIAÇÕES MONETÁRIAS E ENCARGOS FINANCEIROS, OBSERVANDO O REGIME DE COMPETÊNCIA;
3.3) IMOBILIZADO
DEMONSTRADO PELO CUSTO DE AQUISIÇÃO, DEDUZIDO DA DEPRECIAÇÃO ACUMULADA CALCULADA PELO MÉTODO LINEAR.
VEÍCULOS DE CARGA R$ 380.000,00
4) AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL
A EMPRESA NUNCA EFETUOU AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL.
3.5) INVESTIMENTOS EM EMPRESAS COLIGADAS E CONTROLADAS
A EMPRESA NÃO PARTICIPA DO CAPITAL SOCIAL DE OUTRAS SOCIEDADES.
3.6) IMPOSTOS FEDERAIS
A EMPRESA ESTÁ NO REGIME DO SIMPLES NACIONAL E CONTABILIZA OS ENCARGOS TRIBUTÁRIOS PELO REGIME DE COMPETÊNCIA.

4) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS
A EMPRESA CONTA COM UM PASSIVO, SEM EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS.

5) RESPONSABILIDADES E CONTINGÊNCIAS
NÃO HÁ PASSIVO CONTINGENTE REGISTRADO CONTABILMENTE, TENDO EM VISTA QUE OS ADMINISTRADORES DA EMPRESA, ESCUDADOS EM OPINIÃO DE SEUS CONSULTORES E ADVOGADOS, NÃO APONTAM CONTINGÊNCIAS DE QUAISQUER NATUREZAS.

6) CAPITAL SOCIAL
O CAPITAL SOCIAL É DE R$ 450.000,00 (QUATROCENTOS E CINQUENTA MIL REAIS), TOTALMENTE INTEGRALIZADO, APRESENTANDO A SEGUINTE COMPOSIÇÃO:
NOME DO SÓCIO – PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL
-CLAUDINEIA ZABOTE BERTOCHI -80%
-BRUNO BREIER -20%

7) PROPRIEDADE PARA INVESTIMENTO
A EMPRESA NÃO CONTA COM PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTOS.

8) EVENTOS SUBSEQUENTES
A ADMINISTRADORA DECLARA A INEXISTÊNCIA DE FATOS OCORRIDOS SUBSEQUENTEMENTE À DATA DE ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO QUE VENHAM A TER EFEITO RELEVANTE SOBRE A SITUAÇÃO PATRIMONIAL OU FINANCEIRA DA EMPRESA OU QUE POSSAM PROVOCAR EFEITOS SOBRE SEUS RESULTADOS FUTUROS.

CAPANEMA, 31 DE DEZEMBRO DE 2019.

Eldo Blume
Téc. em Contabilidade
CRC 017.369/O-1

ATIVO		**452.369,42**
CIRCULANTE		**72.369,42**
DISPONIBILIDADES		71.248,35
CAIXA		71.248,35
CREDITOS TRIBUTARIOS		1.121,07
IMPOSTOS RETIDOS NA FONTE A COMPENSAR		1.121,07
ATIVO NÃO CIRCULANTE		**380.000,00**
IMOBILIZADO		380.000,00
BENS TANGÍVEIS PRÓPRIOS		380.000,00
TOTAL DO ATIVO	452.369,42	
PASSIVO		**452.369,42**
CIRCULANTE		**2.369,42**
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS		380,00
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR		380,00
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS		1.989,42
IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOBRE RECEITAS		1.989,42
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**450.000,00**
CAPITAL SOCIAL		450.000,00
CAPITAL SOCIAL INTEGRALIZADO		450.000,00
TOTAL DO PASSIVO	452.369,42	

Reconhecemos a exatidão do presente Balanço Patrimonial com base nas informações e na documentação apresentada, encerrado em 31/12/2018, somando tanto no Ativo como no Passivo, a importância de R$ 452.369,42 (quatrocentos e cinquenta e dois mil, trezentos e sessenta e nove reais e quarenta e dois centavos).

Claudineia Bertochi

CLAUDINEIA ZABOTE BERTOCHI
SOCIA ADMINISTRADORA
CPF 037.748.129-77

ELDO BLUME

CRC 017369O1

ESCRITORIO BLUME

CNPJ: 28.665.378/0001-23
Consolidação: Empresa

Grau: 4

Período: 01/2018 a 12/2018

1068

RECEITA OPERACIONAL BRUTA	**140.930,66**
RECEITA BRUTA	140.930,66
RECEITA DE SERVIÇO	140.930,66
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	**7.231,66**
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	7.231,66
TRIBUTOS SOBRE VENDAS	7.231,66
RECEITA LÍQUIDA	**133.699,00**
CUSTOS	**29.934,58**
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	29.934,58
MÃO DE OBRA	29.934,58
LUCRO BRUTO	**103.764,42**
DESPESAS OPERACIONAIS	**22.321,72**
DESPESAS OPERACIONAIS	22.321,72
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	22.321,72
DESPESAS GERAIS	22.321,72
RESULTADO ANTES DAS OPERAÇÕES FINANCEIRAS	81.442,70
DESPESAS FINANCEIRAS	428,52
DESPESAS FINANCEIRAS	428,52
RESULTADO ANTES DAS PROVISÕES TRIBUTÁRIAS	**81.014,18**
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**81.014,18**

Claudineia Bertochi

CLAUDINEIA ZABOTE BERTOCHI
SOCIA ADMINISTRADORA
CPF 037.748.129-77

ELDO BLUME
CRC 017369O1

ESCRITORIO BLUME

CNPJ: 28.665.378/0001-23
Consolidação: Empresa | Método: Indireto | Período: 01/2018 a 12/2018

Conta	Descrição	Valor
1	OPERACIONAIS	82.262,53
1.001	Lucro/Prejuizo líquido do exercício	81.014,18
1.005	DEPRECIAÇÃO	0,00
1.010	CLIENTES	0,00
1.011	RECEBIMENTO DE JUROS	0,00
1.012	CREDITOS TRIBUTÁRIOS	-1.121,07
1.015	ESTOQUES	0,00
1.016	OUTROS ATIVOS	0,00
1.020	FORNECEDORES	0,00
1.021	PAGAMENTO DE IMPOSTOS	2.369,42
1.022	PAGAMENTO DE SALÁRIOS	0,00
1.023	PAGAMENTO DE JUROS	0,00
1.024	PAGAMENTO DESPESAS ADMINISTRATIVAS	0,00
1.025	OUTROS PASSIVOS	0,00
2	INVESTIMENTO	-380.000,00
2.001	ATIVO IMOBILIZADO	-380.000,00
2.005	INVESTIMENTOS	0,00
3	FINANCIAMENTO	0,00
3.001	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	0,00
3.002	AUMENTO DE CAPITAL	0,00
3.003	DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS	0,00
3.005	INTEGRALIZAÇÕES DE CAPITAL	0,00

Aumento/Redução de Caixa e Equivalentes de Caixa	-297.737,47
Caixa e Equivalentes de Caixa	
No início do Período	449.745,00
No final do Período	71.248,35
Variação	-378.496,65

Claudineia Bertochi
CLAUDINEIA ZABOTE BERTOCHI
SOCIA ADMINISTRADORA
CPF 037.748.129-77

ELDO BLUME
CRC 017369/O1

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Mês/Ano: 12/2018

CNPJ: 28.665.378/0001-23

	Capital social	Capital a integralizar	Ágio na emissão de ações	Subvenções para investimento	Ações em tesouraria	Reserva legal	Reserva estatutária	Reserva para contingência	Reserva de lucros a realizar	RESERVA CORREÇÃO CAPITAL	AJUSTE DE AVALIAÇÃO	Lucros ou prejuízos acumulados	DISTRIBUIÇÃO DE LUCRO	Total do Patrimônio Líquido
Saldos Iniciais	**450.000,00**	**0,00**	**0,00**	**s 0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**s 0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**-255,00**	**0,00**	**449.745,00**
Resultado do Exercício	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	81.014,18	0,00	81.014,18
Distribuição de Lucro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-80.759,18	0,00	-80.759,18
Transações de Capital com os Sócios	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**255,00**	**0,00**	255,00
Outras Transações de Capital	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	0,00
Outros Resultados Abrangentes	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	0,00
Saldos Finais	**450.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**450.000,00**

CLAUDINEIA ZABOTE BERTOCHI
SOCIA ADMINISTRADORA
CPF 037.748.129-77

ELDO BLUME

CRC 017369O1

Estabelecimento: 01 - NESTUR TRANSPORTE E TURISMO LTDA - 28.665.378/0001-23

001071

Notas Explicativas Gerais

0001 - NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A EMPRESA NESTUR TRANSPORTE E TURISMO LTDA, É UMA SOCIEDADE LIMITADA, COM SEDE E FORO NA CIDADE DE CAPANEMA/PR, TENDO COMO OBJETO SOCIAL TRANSPORTE RODOVIÁRIO COLETIVO DE PASSAGEIROS, SOB REGIME DE FRETAMENTO, INTERMUNICIPAL, INTERESTADUAL E INTERNACIONAL, COM INÍCIO DE ATIVIDADES EM 18/09/2017.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS FORAM ELABORADAS EM CONSONÂNCIA COM OS DITAMES DO ITG 2002, ALÉM DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DE CONTABILIDADE E DEMAIS PRÁTICAS EMANADAS DA LEGISLAÇÃO SOCIETÁRIA BRASILEIRA.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1) APLICAÇÕES FINANCEIRAS

A EMPRESA NÃO PARTICIPA EM APLICAÇÕES FINANCEIRAS;

3.2) DIREITOS E OBRIGAÇÕES

ESTÃO DEMONSTRADOS PELOS VALORES HISTÓRICOS, ACRESCIDOS DAS CORRESPONDENTES VARIAÇÕES MONETÁRIAS E ENCARGOS FINANCEIROS, OBSERVANDO O REGIME DE COMPETÊNCIA;

3.3) IMOBILIZADO

DEMONSTRADO PELO CUSTO DE AQUISIÇÃO, DEDUZIDO DA DEPRECIAÇÃO ACUMULADA CALCULADA PELO MÉTODO LINEAR.

4) AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL

A EMPRESA NUNCA EFETUOU AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL.

3.5) INVESTIMENTOS EM EMPRESAS COLIGADAS E CONTROLADAS

A EMPRESA NÃO PARTICIPA DO CAPITAL SOCIAL DE OUTRAS SOCIEDADES.

3.6) IMPOSTOS FEDERAIS

A EMPRESA ESTÁ NO REGIME DO SIMPLES NACIONAL E CONTABILIZA OS ENCARGOS TRIBUTÁRIOS PELO REGIME DE COMPETÊNCIA.

4) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

A EMPRESA CONTA COM UM PASSIVO, SEM EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS.

5) RESPONSABILIDADES E CONTINGÊNCIAS

NÃO HÁ PASSIVO CONTINGENTE REGISTRADO CONTABILMENTE, TENDO EM VISTA QUE OS ADMINISTRADORES DA EMPRESA, ESCUDADOS EM OPINIÃO DE SEUS CONSULTORES E ADVOGADOS, NÃO APONTAM CONTINGÊNCIAS DE QUAISQUER NATUREZAS.

6) CAPITAL SOCIAL

O CAPITAL SOCIAL É DE R$ 450.000,00 (QUATROCENTOS E CINQUENTA MIL REAIS), TOTALMENTE INTEGRALIZADO, APRESENTANDO A SEGUINTE COMPOSIÇÃO:

NOME DO SÓCIO	PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL
-CLAUDINEIA ZABOTE BERTOCHI	-80%
-BRUNO BREIER	-20%

7) PROPRIEDADE PARA INVESTIMENTO

A EMPRESA NÃO CONTA COM PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTOS.

8) EVENTOS SUBSEQUENTES

A ADMINISTRADORA DECLARA A INEXISTÊNCIA DE FATOS OCORRIDOS SUBSEQUENTEMENTE À DATA DE ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO QUE VENHAM A TER EFEITO RELEVANTE SOBRE A SITUAÇÃO PATRIMONIAL OU FINANCEIRA DA EMPRESA OU QUE POSSAM PROVOCAR EFEITOS SOBRE SEUS RESULTADOS FUTUROS.

CAPANEMA, 31 DE DEZEMBRO DE 2018.

Claudineia Bertochi

CLAUDINEIA ZABOTE BERTOCHI
SOCIA ADMINISTRADORA
CPF 037.748.129-77

ELDO BLUME
CRC 0173690/1

ESCRITORIO BLUME

DECLARAÇÃO DE FATURAMENTO

002072

EMPRESA: NESTUR TRANSPORTE E TURISMO LTDA
CNPJ: 28.665.378/0001-23
AV INDEPENDENCIA, 1096, CENTRO, CAPANEMA - PR

Mês/Ano	Total
01/2017	0,00
02/2017	0,00
03/2017	0,00
04/2017	0,00
05/2017	0,00
06/2017	0,00
07/2017	0,00
08/2017	0,00
09/2017	0,00
10/2017	25.137,00
11/2017	0,00
12/2017	0,00
Total	**25.137,00**

CAPANEMA, 10 de novembro de 2020.

Claudineia Bertochi

CLAUDINEIA ZABOTE BERTOCHI
SOCIA ADMINISTRADORA
CPF: 037.748.129-77

ELDO BLUME
CRC: 017369O1

ESCRITORIO BLUME

DECLARAÇÃO DE FATURAMENTO

001073

EMPRESA: NESTUR TRANSPORTE E TURISMO LTDA
CNPJ: 28.665.378/0001-23
AV INDEPENDENCIA, 1096, CENTRO, CAPANEMA - PR

Mês/Ano	Total
01/2018	250,00
02/2018	11.676,66
03/2018	11.342,00
04/2018	8.740,00
05/2018	8.130,00
06/2018	13.576,00
07/2018	11.900,00
08/2018	9.000,00
09/2018	18.520,00
10/2018	12.774,00
11/2018	16.154,00
12/2018	18.868,00
Total	**140.930,66**

CAPANEMA, 10 de novembro de 2020.

Claudineia Bertochi

CLAUDINEIA ZABOTE BERTOCHI
SOCIA ADMINISTRADORA
CPF: 037.748.129-77

ELDO BLUME
CRC: 017369O1

ESCRITORIO BLUME

DECLARAÇÃO DE FATURAMENTO

1074

EMPRESA: NESTUR TRANSPORTE E TURISMO LTDA
CNPJ: 28.665.378/0001-23
AV INDEPENDENCIA, 1096, CENTRO, CAPANEMA - PR

Mês/Ano	Total
01/2019	500,00
02/2019	600,00
03/2019	2.240,00
04/2019	42.818,00
05/2019	12.628,82
06/2019	16.480,00
07/2019	2.640,00
08/2019	16.030,20
09/2019	9.220,00
10/2019	20.620,00
11/2019	16.170,00
12/2019	22.320,00
Total	**162.267,02**

CAPANEMA, 10 de novembro de 2020.

Claudineia Bertochi

CLAUDINEIA ZABOTE BERTOCHI
SOCIA ADMINISTRADORA
CPF: 037.748.129-77

ELDO BLUME
CRC: 017369O1

ESCRITORIO BLUME

001075

Município de Capanema - PR

LICITANTE: Nestur

CRITÉRIO	PROPOSTA/PONTOS	PONTOS	PESO	PROPOSTA	SOMATÓRIO DA PONTUAÇÃO DA PROPOSTA
Empregabilidade (em número de empregos diretos a serem gerados)	2 pontos por emprego gerado	Até 100	0,3	4,00	2,40
Valor do Investimento privado no empreendimento a ser instalado no imóvel R$	Até 20.000,00	5	0,2		0,00
	De 20.001,00 a 40.000,00.	10	0,2		0,00
	40.001,00 a 60.000,00.	15	0,2		0,00
	60.001,00 a 80.000,00	20	0,2		0,00
	Acima de 80.000,00, a cada 20.000,00 acrescenta 5 pontos.	até 100	0,2	100,00	20,00
Prazo construção da infraestrutura e aplicação total dos investimentos (critério exclusivo para terrenos)	Até 6 meses	100	0,2		0,00
	De 6 a 12 meses	80	0,2	80,00	16,00
	De 13 a 18 meses	60	0,2		0,00
	De 19 a 24 meses	40	0,2		0,00
Prazo para aplicação total dos investimentos (critério exclusivo para barracões)	Até 4 meses	100	0,2		0,00
	De 5 a 8 meses	80	0,2		0,00
	De 9 a 12 meses	60	0,2		0,00
	De 13 a 16 meses	40	0,2		0,00
	De 17 a 20 meses	20	0,2		0,00
	De 21 a 24 meses	10	0,2		0,00
Faturamento anual da pessoa jurídica R$	Até 80.001,00.	10	0,1		0,00
	de 80.001,00 a 150.000,00.	20	0,1	20,00	2,00
	150.001,00 a 200.000,00.	30	0,1		0,00
	200.001,00 a 250.000,00.	40	0,1		0,00
	250.001,00 a 300.000,00	50	0,1		0,00
	Acima de 300.000,00, a cada 50.000,00 acrescenta 10 pontos.	até 100	0,1		0,00
Tempo de constituição da empresa em Capanema OU tempo de residência do sócio majoritário da empresa OU da pessoa física em Capanema	5 pontos por ano	até 100	0,1	15,00	1,50
Capacidade do empreendimento gerar uma cadeia de produção e/ou empregos indiretos no Município de Capanema/PR	Aquisição de matéria-prima de pessoas físicas ou jurídicas residentes ou sediadas no Município de Capanema.	2 pontos para cada indicação, até 100	0,1	0,00	0,00
			TOTAL		**41,90**

1076

PRODUZZA INSUMOS AGRÍCOLAS LTDA

29.908.612/0001-69

1077

PRODUZZA INSUMOS AGRÍCOLAS LTDA
CNPJ Nº 29.908.612/0001-69
SEGUNDA ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL

FERNANDO EDUARDO LOPES, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, maior e capaz, engenheiro agrônomo, nascido aos 25/03/1989, em Campo Verde/Mato Grosso, portador da RG nº 9.839.289-0 SSP/PR, expedida em 11/09/2007, do CPF nº 071.808.989-88, residente e domiciliado na Rua Leopoldo Schmidt, nº 471, casa, bairro São José Operário, cidade de Capanema, estado do Paraná, CEP 85.760-000, único sócio da empresa PRODUZZA INSUMOS AGRÍCOLAS LTDA, com sede e foro à Avenida Independência, nº 1185, sala 01, Centro, cidade de Capanema, estado do Paraná, CEP 85.760-000, registrada na Junta Comercial do Paraná sob o NIRE 41208756543, por despacho em sessão de 12/03/2018 e no CNPJ nº 29.908.612/0001-69, altera o Contrato Social:

CLÁUSULA PRIMEIRA – O sócio FERNANDO EDUARDO LOPES, que possui subscritas e integralizadas 30.000 (trinta mil) quotas, no valor de R$ 30.000,00 (trinta mil reais), vende, cede e transfere 1.500 (hum mil e quinhentas) quotas, no valor de R$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos reais) para à sócia ingressante KARINE DOS SANTOS LOPES, brasileira, casada sob regime de comunhão parcial de bens, maior, capaz, empresária, nascida aos 07/12/1992, em Capanema/PR, portadora de RG nº 10.324.404-8 SSP/PR e do CPF nº 086.367.769-02, residente e domiciliada à Rua Leopoldo Schmidt, nº 471, bairro São José Operário, cidade de Capanema, estado do Paraná, CEP 85.760-000, a qual ingressa neste ato na sociedade.

Parágrafo Primeiro – O sócio cedente FERNANDO EDUARDO LOPES dá à sócia ingressante KARINE DOS SANTOS LOPES, plena, geral e rasa quitação da cessão de quotas ora efetuadas.

Parágrafo Segundo – A sócia ingressante KARINE DOS SANTOS LOPES, declara conhecer a situação econômico-financeira da sociedade, ficando desta forma sub-rogada nos direitos e obrigações decorrentes do presente instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA – Altera-se o endereço da empresa, que passa a ser à Rua Paraíba, nº 1.234, bairro Centro, cidade de Capanema, estado do Paraná, CEP 85.760-000.

JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ

CERTIFICO O REGISTRO EM 24/05/2019 07:01 SOB Nº 20192699466.
PROTOCOLO: 192699466 DE 22/05/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11902355884. NIRE: 41208756543.
PRODUZZA INSUMOS AGRICOLAS LTDA

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
SECRETÁRIO-GERAL
CURITIBA, 24/05/2019
www.empresafacil.pr.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.
Informando seus respectivos códigos de verificação

PRODUZZA INSUMOS AGRÍCOLAS LTDA
CNPJ Nº 29.908.612/0001-69
SEGUNDA ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL

001078

CLÁUSULA TERCEIRA – O capital social é de R$ 30.000,00 (trinta mil reais), divididos em 30.000 (trinta mil) quotas de R$ 1,00 (um real) cada uma, integralizadas pelos sócios neste ato em moeda corrente do país proporcionalmente as suas participações societárias, assim distribuídas:

a) FERNANDO EDUARDO LOPES com 28.500 quotas no valor de R$ 28.500,00
b) KARINE DOS SANTOS LOPES com 1.500 quotas no valor de R$ 1.500,00

CLÁUSULA QUARTA – A administração da sociedade ficará a cargo do sócio FERNANDO EDUARDO LOPES, a quem cabe à responsabilidade ou representação ativa e passiva, em juízo ou fora dele, podendo praticar todos os atos compreendidos no objeto social, sempre no interesse da sociedade, ficando vedado o uso da denominação social em negócios estranhos aos fins sociais.

CLÁUSULA QUINTA – Os administradores declaram, sob as penas da lei, de que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade por lei especial ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente o acesso a cargos públicos; por crime falimentar, prevaricação, peita ou suborno, a economia popular, o sistema financeiro nacional, normas de defesa da concorrência, as relações de consumo, fé pública ou a propriedade.

CLÁUSUL SEXTA – À vista das modificações ora ajustadas e em consonância com o que determina o Art. 2.031 da Lei 10.406/2002, os sócios resolvem por este instrumento, atualizar e consolidar o Contrato Social, tornando assim sem efeito a partir desta data, as cláusulas e condições contidas no contrato primitivo, que adequando as disposições da referida lei nº 10.406/2002 aplicáveis a este tipo societário passa a ter a seguinte redação:

CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO
PRODUZZA INSUMOS AGRÍCOLAS LTDA
CNPJ Nº 29.908.612/0001-69
NIRE Nº 41208756543

JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ

CERTIFICO O REGISTRO EM 24/05/2019 07:01 SOB Nº 20192699466
PROTOCOLO: 192699466 DE 22/05/2019. CODIGO DE VERIFICAÇÃO:
11902355884. NIRE: 41208756543.
PRODUZZA INSUMOS AGRICOLAS LTDA

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
SECRETARIO-GERAL
CURITIBA, 24/05/2019
www.empresafacil.pr.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.
Informando seus respectivos códigos de verificação

001079

PRODUZZA INSUMOS AGRÍCOLAS LTDA
CNPJ Nº 29.908.612/0001-69
SEGUNDA ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL

FERNANDO EDUARDO LOPES, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, maior, capaz, engenheiro agrônomo, nascido aos 25/03/1989, em Campo Verde/MT, portador da RG nº 9.839.289-0 SSP/PR, expedida em 11/09/2007, do CPF nº 071.808.989-88, residente e domiciliado na Rua Leopoldo Schmidt, nº 471, bairro São José Operário, cidade de Capanema, estado do Paraná, CEP 85.760-000 e KARINE DOS SANTOS LOPES, brasileira, casada sob o regime de comunhão parcial de bens, maior, capaz, empresária, nascida aos 07/12/1992, em Capanema/PR, portadora da RG nº 10.324.404-8 SSP/PR e do CPF nº 086.367.769-02, residente e domiciliada à Rua Leopoldo Schmidt, nº 471, bairro São José Operário, cidade de Capanema, estado do Paraná, CEP 85.760-000, únicos sócios da empresa PRODUZZA INSUMOS AGRÍCOLAS LTDA, com sede e foro à Rua Paraíba, nº 1.234, Centro, cidade de Capanema, estado do Paraná, CEP 85.760-000, registrada na Junta Comercial do Paraná sob o NIRE 41208756543, por despacho em sessão de 12/03/2018, e alteração 20186060157, por despacho em sessão de 04/12/2018 e no CNPJ nº 29.908.612/0001-69, altera e consolida o Contrato Social:

CLÁUSULA PRIMEIRA – A sociedade gira sob a denominação social de PRODUZZA INSUMOS AGRÍCOLAS LTDA.

CLÁUSULA SEGUNDA – A sociedade tem sua sede à Rua Paraíba, nº 1.234, Centro, cidade de Capanema, estado do Paraná, CEP 85.760-000.

CLÁUSULA TERCEIRA – O objeto social é:
4623106 – Comércio atacadista de sementes, flores, plantas e gramas;
4623199 – Comércio atacadista de matérias primas agrícolas;
4632001 – Comércio atacadista de cereais e leguminosas beneficiados;
4639701 – Comércio atacadista de produtos alimentícios em geral;
4683400 – Comércio atacadista de defensivos agrícolas;
8219999 - Preparação de documentos e serviços especializados de apoio administrativo;
7490103 – Serviços de agronomia e de consultoria às atividades agrícolas e pecuárias;
7119701 – Serviços de cartografia, topografia e geodesia;
5211799 – Depósitos de mercadorias para terceiros, exceto armazéns gerais e guarda-móveis;
5211701 – Armazéns gerais – emissão de warrant;
0163600 – Atividades de pós-colheita

CERTIFICO O REGISTRO EM 24/05/2019 07:01 SOB Nº 20192699466.
PROTOCOLO: 192699466 DE 22/05/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11902355884. NIRE: 41208756543.
PRODUZZA INSUMOS AGRICOLAS LTDA

JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
SECRETÁRIO-GERAL
CURITIBA, 24/05/2019
www.empresafacil.pr.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.
Informando seus respectivos códigos de verificação

PRODUZZA INSUMOS AGRÍCOLAS LTDA
CNPJ Nº 29.908.612/0001-69
SEGUNDA ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL

001080

CLÁUSULA QUARTA – A sociedade iniciou suas atividades 12/03/2018 e seu prazo de duração é indeterminado.

CLÁUSULA QUINTA – A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

CLÁUSULA SEXTA – O capital social é de R$ 30.000,00 (trinta mil reais), divididos em 30.000 (trinta mil) quotas, no valor de R$ 1,00 (um real) cada uma, subscritas e integralizadas em moeda corrente do país, proporcionalmente as suas participações societárias assim distribuídas:

a)FERNANDO EDUARDO LOPES com 28.500 quotas no valor de R$ 28.500,00

b)KARINE DOS SANTOS LOPES com 1.500 quotas no valor de R$ 1.500,00

CLÁUSULA SÉTIMA – As quotas da sociedade são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do outro sócio, à quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço direito de preferência para a sua aquisição se posta à venda, formalizando, se realizada cessão delas, a alteração contratual pertinente.

CLÁUSULA OITAVA – A administração da sociedade ficará a cargo do sócio FERNANDO EDUARDO LOPES, individualmente, ao qual cabe a responsabilidade ou representação ativa e passiva, em juízo ou fora dele, podendo praticar todos os atos compreendidos no objeto social, sempre no interesse da sociedade, ficando vedado o uso da denominação social em negócios estranhos aos fins sociais.

Parágrafo Primeiro – É vedado o uso do nome empresarial em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do outro sócio.

Parágrafo Segundo – Faculta-se ao administrador, nos limites de seus poderes, constituir mandatários da sociedade, especificados no instrumento os atos e operações que poderão praticar.

JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ

CERTIFICO O REGISTRO EM 24/05/2019 07:01 SOB Nº 20192699466.
PROTOCOLO: 192699466 DE 22/05/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11902355884. NIRE: 41208756543.
PRODUZZA INSUMOS AGRICOLAS LTDA

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
SECRETÁRIO-GERAL
CURITIBA, 24/05/2019
www.empresafacil.pr.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.
Informando seus respectivos códigos de verificação

PRODUZZA INSUMOS AGRÍCOLAS LTDA
CNPJ Nº 29.908.612/0001-69
SEGUNDA ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL

CLÁUSULA NONA – Ao término do exercício social, em 31 de dezembro, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apuradas.

CLÁUSULA DÉCIMA – Nos quatro primeiros meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administrador(es) quando for o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Os sócios poderão, de comum acordo, fixar uma retirada mensal, a título de pró-labore, observadas as disposições regulamentares pertinentes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – Falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do(s) sócio(s) remanescente(s), o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – Os administradores declaram, sob as penas da lei, de que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – Declaram que a empresa está enquadrada como MICROEMPRESA, não havendo nenhum dos impedimentos previstos nos incisos do § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – A sociedade poderá a qualquer tempo abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração contratual assinada por todos os sócios.

JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ

CERTIFICO O REGISTRO EM 24/05/2019 07:01 SOB Nº 20192699466.
PROTOCOLO: 192699466 DE 22/05/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11902355884. NIRE: 41208756543.
PRODUZZA INSUMOS AGRICOLAS LTDA

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
SECRETÁRIO-GERAL
CURITIBA, 24/05/2019
www.empresafacil.pr.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais
Informando seus respectivos codigos de verificação

4041082

PRODUZZA INSUMOS AGRÍCOLAS LTDA
CNPJ Nº 29.908.612/0001-69
SEGUNDA ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – Fica eleito o foro da comarca de Capanema, estado do Paraná para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

E, por estarem assim justos e contratados, assinam este instrumento em 01 (uma) via de igual teor e forma.

Capanema/PR, 24 de Abril de 2019 .

Fernando E. Lopes

FERNANDO EDUARDO LOPES

Karine dos Santos Lopes

KARINE DOS SANTOS LOPES

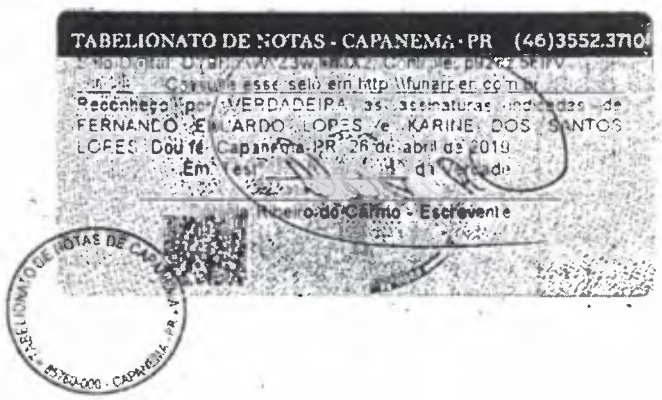
JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ

CERTIFICO O REGISTRO EM 24/05/2019 07:01 SOB Nº 20192699466.
PROTOCOLO: 192699466 DE 22/05/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11902355884. NIRE: 41208756543.
PRODUZZA INSUMOS AGRICOLAS LTDA

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
SECRETÁRIO-GERAL
CURITIBA, 24/05/2019
www.empresafacil.pr.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.
Informando seus respectivos codigos de verificação

001083

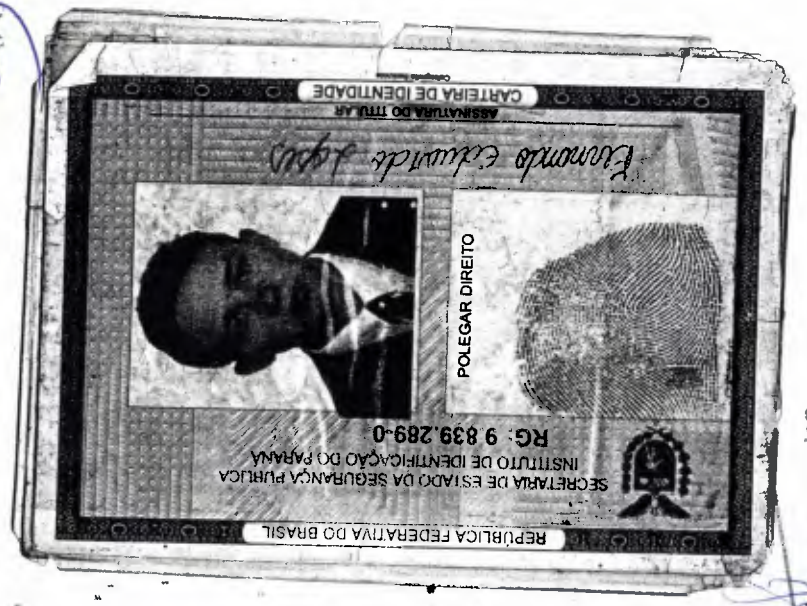


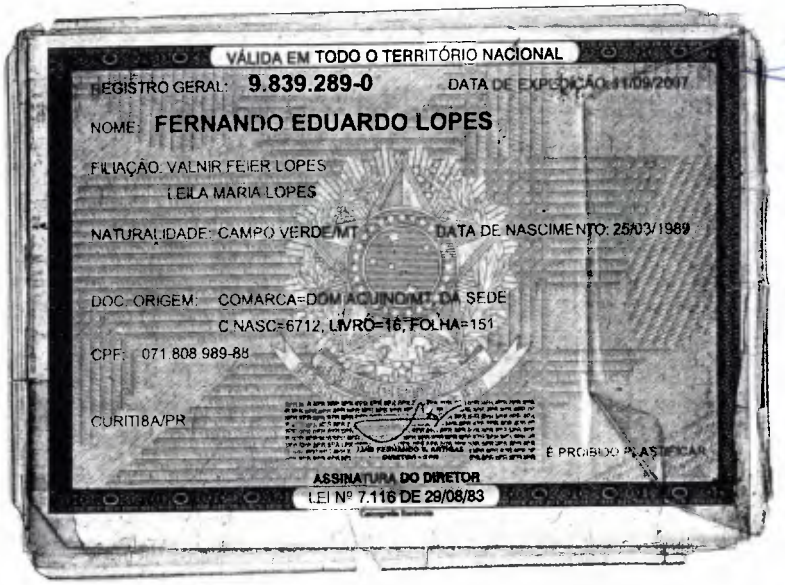
JUNTA COMERCIAL DO PARANA

CERTIFICO O REGISTRO EM 24/05/2019 07:01 SOB Nº 20192699466.
PROTOCOLO: 192699466 DE 22/05/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11902355884. NIRE: 41208756543.
PRODUZZA INSUMOS AGRICOLAS LTDA

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
SECRETÁRIO-GERAL
CURITIBA, 24/05/2019
www.empresafacil.pr.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.
Informando seus respectivos códigos de verificação





Prefeitura Municipal de Capanema
Certifico que este documento é cópia fiel
do original.
Capanema, 06 / 11 / 2022

COPEL

Copel Distribuição S.A.
José Izidoro Biazetto, 158 bl.C Mossunguê - Curitiba PR - CEP 81200-240
CNPJ: 04.368.898/0001-06- IE 90.233.073-99 - IM 423.992-4

www.copel.com
0800 51 00 116

FERNANDO EDUARDO LOPES
R AIMORES, 917 - CASA
SANTO EXPEDITO - CAPANEMA - PR - CEP: 85760-000

CPF 071.808.989-88

Mês de referência	Unidade Consumidora
Outubro/2020	104463546
Vencimento	**VALOR A PAGAR**
02/11/2020	R$ 548,77

FAT-01-20209626902753-0

Responsabilidade da Manutenção de Ilumina Pública: Municipio 4635521321

DENUNCIE FURTO DE FIOS! LIGUE 181.

Informações Técnicas

Nº Medidor: MD 0380833599 - BIFASICO

Reside/Residencial

Leitura Anterior	Leitura Atual	Medido	Constante de Multiplicação	Total Faturado	Consumo Médio Diário	Data de Emissão	Próxima Leitura Prevista
10/09/2020 5966	10/10/2020 6411	30 dias 445 kWh	1	445 kWh	14,83 kWh	11/10/2020	11/11/2020

Histórico de Consumo - Pg

Mês	kWh	Dt.Pgto.	Valor
09/2020	345		339,83
08/2020	324	02/09/2020	300,37
07/2020	314	03/08/2020	270,37
06/2020	288	02/07/2020	252,15
05/2020	436	31/08/2020	404,20
04/2020	490	04/05/2020	420,37
03/2020	395	28/07/2020	362,71
02/2020	533	05/05/2020	483,10
01/2020	549	09/03/2020	510,77
12/2019	497	28/01/2020	454,51
11/2019	475	06/01/2020	424,77
10/2019	334	11/12/2019	317,93

Informações Complementares

	Tarifas
ENERGIA ELET CONSUMO	0,512770

Tensão Contratada: 127/220 volts
Limite AdequadoTensão: 117 a 133/202 e 231 volts

Reaviso de Vencimento

O débito sujeita ao corte a partir da 08/11/2020. O contrato é encarrado se mantido 3 meses em corte, além das demais cobranças conforme legislação. Atraso de 45 dias sujeita ao CADIN e valores de atividades acessórias podem ser excluidos. Eventual reaviso anterior permanece valido. Se pago, desconsidere.

Referência	Valor (R$)	Vencimento
09/2020	339,83	02/10/2020

Caso o pagamento já tenha sido efetuado, desconsiderar o aviso.

Valores Faturados

NOTA FISCAL/CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA Nº 158.916.513 - SÉRIE B
Emitida em 11/10/2020

Produto Descrição	Un.	Consumo	Valor Unitário	Valor Total	Base Cálc.	Aliq. ICMS
ENERGIA ELETRICA CONSUMO	kWh	445	0,748225	332,96	332,96	29,00%
CUSTO ADMINISTRATIVO		1	184,63	184,63		
CONT ILUMIN PUBLICA MUNICIPIO				31,18		

Base de Cálculo do ICMS	Valor ICMS	Valor Total da Nota Fiscal
332,96	96,55	548,77

Reservado ao Fisco

6214.5926.6EB9.5B44.01E6.42F7.A01E.945B

INCLUSO NA FATURA PIS R$1,47 E COFINS R$6,77 CONFORME RES. ANEEL 130/2005.
A PARTIR DE 01/10/2020 - PIS/PASEP 0,76% e COFINS 3,51%.
A qualquer tempo pode ser solicitado o cancelamento de valores não relacionados à prestação do serviço de energia elétrica, como convênios e doações.
DENUNCIE O FURTO DE FIOS! LIGUE 181.
Atraso superior a 45dias sujeita inclusão no cadastro de inadimplentes CADIN/PR
Agora é possível recorrer à Ouvidoria da Copel pelo Site ou Mobile.
DÉBITOS: 09/2020 R$ 339,83
Períodos Band.Tarif.: Verde:11/09-10/10

Autenticação Mecânica

104463546

Mês
10/2020

Vencimento
02/11/2020

Valor a Pagar
548,77

COPEL

83600000005 6 48770111000 8 00101020209 9 62690275300 5

NÃO RECEBER - DÉBITO AUTOMÁTICO - BANCO - 748 - AGÊNCIA - 0738

Prefeitura Municipal de Capanema
Estado do Paraná

08 de fevereiro de 2022

ampernet

Recibo do Sacado

Cedente **Ampernet Telecomunicações Ltda - CNPJ: 04.596.419/0001-09**			Agência/Código Cedente **0738.10.56000**	Vencimento **15/11/2020**
Sacado **PRODUZZA INSUMOS AGRICOLAS LTDA**			Número do Documento **112R132074**	Nosso Número **18/323042-4**
Espécie **R$**	Quantidade	(x) Valor	(=) Valor do Documento **76,00**	(-) Desconto
			(+) Outros Acréscimos	(=) Valor Cobrado

Demonstrativo:
REFERENTE A SERVIÇOS OE INTERNET
(3) LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS- Período:(01/10/2020 até 31/10/2020) (R$ 34.20)
(3) NOVO - MEGA MAX III- Período:(01/10/2020 até 31/10/2020) (R$ 41.80)

SICREDI **748-X** 74891.11836 23042.407389 10560.001009 6 84400000007600

Local de Pagamento **PAGÁVEL PREFERENCIALMENTE NAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO SICREDI**						Vencimento **15/11/2020**
Cedente **Ampernet Telecomunicações Ltda - CNPJ: 04.596.419/0001-09**						Agência/Código Cedente **0738.10.56000**
Data Documento **02/11/2020**	Número do Documento **112R132074**		Espécie Doc. **DM**	Aceite **N**	Data Processamento **02/11/2020**	Nosso Número **18/323042-4**
Uso do Banco	Carteira **CR**	Espécie **R$**	Quantidade		(x) Valor	(=) Valor do Documento **76,00**

Instruções (Texto de Responsabilidade do Cedente)
MULTA DE 2%(R$1,52) MAIS JUROS DE 1,00%(R$0,76) AO MÊS CONFORME PRAZOS CONTRATUAIS.
SAC 0800 645 2500 - www.ampernet.com.br
CENTRAL DE ATENDIMENTO DA ANATEL 1331 OU 1332 PARA DEFICIENTES AUDITIVOS.

Valor aproximado dos Tributos Federais: 13,45% e Municipais: 2,00% - Fonte: IBPT - Chave 02C353; A chave IBPT tem validade até dia 31/10/2020.
'Recolhimento do FUST 1% e FUNTTEL 0,5% (valores não repassados ao assinante)'.

(-) Desconto
(+) Mora/Multa
(+) Outros Acréscimos
(=) Valor Cobrado

Sacado **PRODUZZA INSUMOS AGRICOLAS LTDA** **CNPJ:29.908.612/0001-69**
BR 163, S/N KM 93 Capanema PR 85760-000
Sacador/Avalista

Ficha de Compensação

Autenticação Mecânica

4111188

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
29.908.612/0001-69 MATRIZ		12/03/2018

NOME EMPRESARIAL
PRODUZZA INSUMOS AGRICOLAS LTDA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
PRODUZZA INSUMOS AGRICOLAS	ME

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
46.23-1-06 - Comércio atacadista de sementes, flores, plantas e gramas

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
01.63-6-00 - Atividades de pós-colheita
46.23-1-99 - Comércio atacadista de matérias-primas agrícolas não especificadas anteriormente
46.32-0-01 - Comércio atacadista de cereais e leguminosas beneficiados
46.39-7-01 - Comércio atacadista de produtos alimentícios em geral
46.83-4-00 - Comércio atacadista de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo
52.11-7-01 - Armazéns gerais - emissão de warrant
52.11-7-99 - Depósitos de mercadorias para terceiros, exceto armazéns gerais e guarda-móveis
71.19-7-01 - Serviços de cartografia, topografia e geodésia
74.90-1-03 - Serviços de agronomia e de consultoria às atividades agrícolas e pecuárias
82.19-9-99 - Preparação de documentos e serviços especializados de apoio administrativo não especificados anteriormente

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
R PARAIBA	1234	********

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
85.760-000	CENTRO	CAPANEMA	PR

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
PEDROADONES@GMAIL.COM	(46) 9913-5202

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	12/03/2018

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **27/10/2020** às **09:19:01** (data e hora de Brasília). Página: **1/1**

401489

RECEITA ESTADUAL

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA FAZENDA

Comprovante de Inscrição Cadastral - CICAD

Inscrição no CAD/ICMS	Inscrição CNPJ	Início das Atividades
90775187-27	29.908.612/0001-69	03/2018

Empresa / Estabelecimento

Nome Empresarial	PRODUZZA INSUMOS AGRICOLAS LTDA
Título do Estabelecimento	PRODUZZA INSUMOS AGRICOLAS
Endereço do Estabelecimento	R PARAIBA, 1234 - CENTRO - CEP 85760-000 FONE: (46) 3552-1239
Município de Instalação	CAPANEMA - PR, DESDE 03/2018 (Estabelecimento Matriz)

Qualificação

Situação Atual	ATIVO - SIMPLES NACIONAL / SIMPLES NACIONAL - DIA 03 DO MES+2, DESDE 06/2020
Natureza Jurídica	206-2 - SOCIEDADE EMPRESÁRIA LTDA
Atividade Econômica Principal do Estabelecimento	4623-1/06 - COMERCIO ATACADISTA DE SEMENTES, FLORES, PLANTAS E GRAMAS
Atividade(s) Econômica(s) Secundária(s) do Estabelecimento	4623-1/99 - COMERCIO ATACADISTA DE MATERIAS-PRIMAS AGRICOLAS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE
	4632-0/01 - COMERCIO ATACADISTA DE CEREAIS E LEGUMINOSAS BENEFICIADOS
	4639-7/01 - COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS EM GERAL
	4683-4/00 - COMERCIO ATACADISTA DE DEFENSIVOS AGRICOLAS, ADUBOS, FERTILIZANTES E CORRETIVOS DO SOLO
	5211-7/01 - ARMAZENS GERAIS - EMISSAO DE WARRANT
	5211-7/99 - DEPOSITOS DE MERCADORIAS PARA TERCEIROS, EXCETO ARMAZENS GERAIS E GUARDA-MOVEIS

Quadro Societário

Tipo	Inscrição	Nome Completo / Nome Empresarial	Qualificação
CPF	071.808.989-88	FERNANDO EDUARDO LOPES	SÓCIO-ADMINISTRADOR
CPF	086.367.769-02	KARINE DOS SANTOS LOPES	SÓCIO

Este CICAD tem validade até 26/11/2020.

Os dados cadastrais deste estabelecimento poderão ser confirmados via Internet www.fazenda.pr.gov.br

Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Receita Estadual do Paraná

CAD/ICMS Nº 90775187-27

Emitido Eletronicamente via Internet
27/10/2020 9:39:25

Dados transmitidos de forma segura
Tecnologia CELEPAR

Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Receita Estadual do Paraná

Certidão Negativa

de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual
Nº 022847257-14

Certidão fornecida para o CNPJ/MF: **29.908.612/0001-69**
Nome: **PRODUZZA INSUMOS AGRICOLAS LTDA**

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

Obs.: Esta Certidão engloba todos os estabelecimentos da empresa e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

Válida até 24/02/2021 - Fornecimento Gratuito

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet
www.fazenda.pr.gov.br

Emitido via Internet Pública (27/10/2020 09:48:07)

1191

Município de Capanema
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE TRIBUTAÇÃO

CERTIDÃO NEGATIVA

IMPORTANTE:

1. FICA RESSALVADO O DIREITO DA FAZENDA MUNICIPAL COBRAR DÉBITOS CONSTATADOS POSTERIORMENTE MESMO REFERENTE AO PERÍODO COMPREENDIDO NESTA CERTIDÃO.
2. A PRESENTE CERTIDÃO TEM VALIDADE ATÉ **10/01/2021**, SEM RASURAS E NO ORIGINAL.

REVENDO OS ARQUIVOS E REGISTROS, CERTIFICAMOS QUE: O CONTRIBUINTE NADA DEVE À FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL RELATIVO A EMPRESA MENCIONADA ABAIXO.

NEGATIVA Nº: 7110/2020

CÓDIGO DE AUTENTICAÇÃO: 9ZTMH282QETZX4X83B9Q

FINALIDADE: VERIFICAÇÃO

RAZÃO SOCIAL: PRODUZZA INSUMOS AGRICOLAS LTDA

Inscrição Municipal	CNPJ/CPF	INSCRIÇÃO ESTADUAL	ALVARÁ
47171	29.908.612/0001-69		65

ENDEREÇO

AV INDEPENDENCIA, 1185 - SALA 01 - CENTRO CEP: 85760000 Capanema - PR

CNAE / ATIVIDADES

Comércio atacadista de sementes, flores, plantas e gramas, Atividades de pós-colheita, Armazéns gerais - emissão de warrant, Depósitos de mercadorias para terceiros, exceto armazéns gerais e guarda-móveis, Serviços de cartografia, topografia e geodésia, Serviços de agronomia e de consultoria às atividades agrícolas e pecuárias, Preparação de documentos e serviços especializados de apoio administrativo não especificados anteriormente, Comércio atacadista de matérias-primas agrícolas não especificadas anteriormente, Comércio atacadista de cereais e leguminosas beneficiados, Comércio atacadista de produtos alimentícios em geral, Comércio atacadista de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo

Certidão emitida no dia Capanema, 11 de Novembro de 2020.
CÓDIGO DE AUTENTICAÇÃO: **9ZTMH282QETZX4X83B9Q**

001092

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: PRODUZZA INSUMOS AGRICOLAS LTDA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 29.908.612/0001-69
Certidão nº: 27969463/2020
Expedição: 27/10/2020, às 10:49:09
Validade: 24/04/2021 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **PRODUZZA INSUMOS AGRICOLAS LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **29.908.612/0001-69, NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.

1093

Voltar Imprimir

CAIXA
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 29.908.612/0001-69
Razão Social: PRODUZZA INSUMOS AGRICOLAS LTDA
Endereço: AV INDEPENDENCIA / CENTRO / CAPANEMA / PR / 85760-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade:03/11/2020 a 02/12/2020

Certificação Número: 2020110303575594867382

Informação obtida em 06/11/2020 15:34:28

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

PRODUZZA INSUMOS AGRICOLAS LTDA
Rua Paraíba, 1234, Centro, Capanema-Pr CEP: 85760-000
CNPJ: 29.908.612/00001-69 INSC. EST:

091094

ANEXO III
DECLARAÇÃO DE CONCORDÂNCIA COM O EDITAL

PRODUZZA INSUMOS AGRICOLAS LTDA, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob n° 29.908.612/0001-69, DECLARA, para fins do disposto neste Edital, que:

a) está de acordo em explorar a sua atividade em um dos imóveis em que está competindo, constantes no Termo de Referência desta licitação;

b) tem disponibilidade imediata dos equipamentos e utensílios necessários para exploração do barracão;

c) não empregará menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregará menor de dezesseis anos.
Ressalva: emprega menor a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ( )
OBS: em caso de afirmativo, assinalar a ressalva acima.

d) se instalará e iniciará as atividades dentro do prazo não superior a 120 (cento e vinte) dias a contar do dia 1° de janeiro de 2021, podendo esse prazo ser prorrogado, havendo justificativa, por escrito e aceito pelo CONCEDENTE;

e) possui aptidão para o desempenho da atividade pertinente e compatível com o objeto da Licitação;

Capanema, 12 de Novembro de 2020

Produzza Insumos Agrícolas CNPJ 29.908.612/0001-69

PRODUZZA INSUMOS AGRICOLAS LTDA
CNPJ 29.908.612/0001-69
FERNANDO EDUARDO LOPES
CPF 071.808.989-88

PRODUZZA INSUMOS AGRICOLAS LTDA
Rua Paraíba, 1234, Centro, Capanema-Pr CEP: 85760-000
CNPJ: 29.908.612/00001-69 INSC. EST:

001095

ANEXO VI

DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE VISITA TÉCNICA

Concorrência nº 02/2020
Objeto: CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE TERRENOS E BARRACÕES, DESTINADOS À INSTALAÇÃO DE EMPRESAS DE QUALQUER NATUREZA, OBSERVADOS OS CRITÉRIOS E PREFERÊNCIAS DO TERMO DE REFERÊNCIA, VISANDO ESTIMULAR À GERAÇÃO DO EMPREGO E RENDA NO ÂMBITO MUNICIPAL, EM CONFORMIDADE COM A LEI MUNICIPAL Nº 1.745/2020.

Nome da Empresa: PRODUZZA INSUMOS AGRICOLAS LTDA
CNPJ nº: 29.908.612/0001-69
Endereço Completo: Rua Paraíba, 1234, Centro, Municipio de Capanema-Pr
Fone: (46) 99913-5202
E-mail: produzzainsumos2019@outlook.com

O representante legal/contratual da PRODUZZA INSUMOS AGRICOLAS LTDA, o(a) Sr.(a) Fernando Eduardo Lopes, DECLARA que renuncia a Visita Técnica aos locais e/ou instalações do objeto licitado, de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades do imóvel, assumindo total responsabilidade por este fato e informando que não o utilizará para quaisquer questionamentos futuros que ensejem evenças técnicas e ou financeira para com a concedente.

Capanema, 12 de Novembro de 2020.

Produzza Insumos Agrícolas CNPJ 29.908.612/0001-69

PRODUZZA INSUMOS AGRICOLAS LTDA
CNPJ 29.908.612/0001-69
FERNANDO EDUARDO LOPES
CPF 071.808.989-88

PRODUZZA INSUMOS AGRICOLAS LTDA
Rua Paraíba, 1234, Centro, Capanema-Pr CEP: 85760-000
CNPJ: 29.908.612/00001-69 INSC. EST:

1096

ANEXO V-A
INDICAÇÃO DE ITENS RELACIONADOS AOS IMÓVEIS SEM BARRACÕES

NOME DA PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA:PRODUZZA INSUMOS AGRICOLAS LTDA
CPF OU CNPJ:29.908.612/0001-69

A proposta constante no envelope lacrado será utilizada como oferta para os imóveis previstos nos seguintes itens, em ordem de preferência:

Item (previsto no Termo de Referência)	**Descrição do imóvel** (previsto no Termo de Referência)
8	Área Industrial III - Saída para São Luiz - Quadra n°80 - Lote 09 - Setor N.O - Rua Paraíba n°1955
7	Área Industrial III - Saída para São Luiz - Quadra n°80 - Lote 08 - Setor N.O - Rua Paraíba n° 1923
6	Área Industrial III - Saída para São Luiz - Quadra n° 80 - Lote 07 - Setor N.O - Rua Paraíba n° 1871

No caso de a pessoa física ou jurídica se sagrar vencedora em mais de um item, será adjudicado um único imóvel, conforme a ordem de preferência indicada nesta proposta.

Capanema, 12 de Novembro de 2020

Produzza Insumos Agrícolas CNPJ 29.908.612/0001-69

PRODUZZA INSUMOS AGRICOLAS LTDA
CNPJ 29.908.612/0001-69
FERNANDO EDUARDO LOPES
CPF 071.808.989-88

PRODUZZA INSUMOS AGRICOLAS LTDA
Rua Paraíba, 1234, Centro, Capanema-Pr CEP: 85760-000
CNPJ: 29.908.612/00001-69 INSC. EST:

ANEXO IV - PROPOSTA

( ) Proposta os itens relacionados aos imóveis **com** barracões.
(X) Proposta para os itens relacionados aos imóveis **sem** barracões.

NOME DA PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA:PRODUZZA INSUMOS AGRICOLAS LTDA
CPF OU CNPJ:29.908.612/0001-69

01 - Descrição clara e objetiva do ramo de atividade empresarial a ser desenvolvido no imóvel:

Comercio atacadista de materias primas agricolas, revenda de insumos, cereais, defensivos
Agricolas, fertilizantes e serviços agronomicos.

02 - Matéria prima a ser utilizada:

N.Saggin e Cia LTDA- 09.489.203/0001-68- Serviços Contabéis

03 - Capacidade produtiva/comercial da unidade a ser instalada:

2.500,00 SACAS DE SEMENTES; 10.000,00 LITROS DE DEFENSIVOS; 5.000,00
LITROS DE FERTILIZANTES FOLHARES; 3.000,00 SACAS DE FERTILIZANTES
QUIMICOS E ACESSORIAS TECNICAS.

04 - Mercado consumidor potencial:

Nacional, Pessoas Fisicas, Produtores Rurais e Pessoas Juridicas

05 - Previsão de faturamento, custos, despesas e retorno dos investimentos:

Terá uma previsão de faturamento anual de R$ 2.430.000,00 (dois milhões e quatrocentos e
trinta mil reais), com uma Previsão de custos e despesas anuais de R$ 2.230.000,00 (dois
milhões e duzentos e trinta mil reais), com uma previsão de um retorno de insvestimento
anual a empresa de R$ 200.000,00 (duzentos mil reais).

Produzza Insumos Agrícolas
CNPJ 29.908.612/0001-69

06 - Relação da infraestrutura, equipamentos e instalações necessárias ao funcionamento do projeto global, acompanhada de orçamento discriminado:

Construção do barracão com um investimento de R$ 370.864,00 (trezentos e setenta mil, com oitocentos e sessenta e quatro reais), e umaEmpilhadeira no valor de R$ 135.000,00 (cento e trinta e cinco mil reais).

07 - Previsão de investimentos próprios:

Terá uma previsão de investimentos proprios em Estoques de R$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais).

08 - Viabilidade econômica do projeto:

Será esperado um retorno do investimento feito em aproximadamente 10 (dez) anos, esse investimento tem como finalidade o crescimento da empresa, gerando beneficios tanto a empresa como ao municipio, e geração de empregos e renda para Capanema-Pr.

09 - Compromissos assumidos pela proponente:

a) cumprir todas as obrigações previstas no Termo de Referência, no edital e na minuta do contrato da licitação Concorrência XX/2020.

b) contratar, preferencialmente, pessoas que sejam domiciliados no Município de Capanema/PR.

10 - DA OFERTA:

CRITÉRIO	PROPOSTA DA EMPRESA
Empregabilidade (em número de empregos diretos gerados no prazo de 6 meses).	8 (oito) empregados
Valor do investimento privado no empreendimento a ser instalado no imóvel - R$	R$ 505.864,00 (Quinhentos e cinco mil com oitocentos e sessenta e quatro reais)
Prazo para conclusão das obras / prazo para aplicação total dos investimentos	6 (seis) meses

Produzza Insumos Agrícolas
CNPJ 29.908.612/0001-69

Faturamento Anual (média dos últimos 3 anos)	Obs: Media de dois anos, considerando que a empresa teve abertura em 2018, mas iniciou os faturamentos em 2019. R$ 99.642,85 (noventa e nove mil e seiscentos e quarenta e dois reais com oito centavos)
Tempo de constituição da empresa OU residência do sócio majoritário no Município de Capanema (somente dados do sócio mais antigo)	Empresa: 2 (dois) anos Socio: 31 (trinta e um) anos
Capacidade do empreendimento gerar uma cadeia de produção e/ou empregos indiretos no Município de Capanema/PR	1 (um)

Capanema, 12 de Novembro de 2020.

Produzza Insumos Agrícolas CNPJ 29.908.612/0001-69

PRODUZZA INSUMOS AGRICOLAS LTDA
CNPJ 29.908.612/0001-69
FERNANDO EDUARDO LOPES
CPF 071.808.989-88

MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF

GFIP - SEFIP 8.40 (29/03/2020) TABELAS 41.0 (01/03/2020)

DATA: 04/11/2020
HORA: 11:31:01
PÁG : 0003

COMPROVANTE DE DECLARAÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER À PREVIDÊNCIA SOCIAL E A OUTRAS ENTIDADES E FUNDOS POR FPAS
EMPRESA

Nº ARQUIVO: MhaSaAIpBVm0000-9

EMPRESA: PRODUZZA INSUMOS AGRICOLAS LTDA Nº CONTROLE: GLMMI41vm0o0000-1 INSCRIÇÃO: 29.908.612/0001-69

COMP: 10/2020 COD REC: 115 COD GPS: 2003 FPAS: 515 OUTRAS ENT: SIMPLES: 2 ALIQ RAT: 0,0 FAP: 1,00 RAT AJUSTADO: 0,00

TOMADOR/OBRA: INSCRIÇÃO:

LOGRADOURO: PARAIBA 1234 BAIRRO: CENTRO CNAE PREPONDERANTE: 4623106

CIDADE: CAPANEMA UF: PR CEP: 85760-000 TELEFONE: 0046-35521342 CNAE: 4623106

APURAÇÃO DO VALOR A RECOLHER:	515	620	744	779	TOTAL
SEGURADO					
Empregados/Avulsos	249,02	0,00	0,00	0,00	249,02
Contribuintes Individuais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EMPRESA					
Empregados/Avulsos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuintes Individuais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RAT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RAT - Agentes Nocivos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valores Pagos a Cooperativas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Adicional Cooperativas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comercialização Produção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Evento Desportivo/Patrocínio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECOLHIMENTO COMP ANT - VALOR INSS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Retenção Lei 9.711/98	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Sal. Família/Sal. Maternidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Compensação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VALOR A RECOLHER - PREVIDÊNCIA SOCIAL	249,02	0,00	0,00	0,00	249,02
OUTRAS ENTIDADES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECOLH COMP ANT - VALOR OUT ENTID	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VALOR A RECOLHER - OUTRAS ENTIDADES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL A RECOLHER	249,02	0,00	0,00	0,00	249,02

(*) Os valores de retenção, salário-família/salário-maternidade e compensação demonstrados são os efetivamente abatidos.

DA LEI

DEVIDAS NÃO INCLUÍDAS NESTE INSTRUMENTO, AINDA QUE RELATIVAS AO MESMO PERÍODO.

O EMPREGADOR/CONTRIBUINTE RECONHECE QUE A PRESENTE CONFISSÃO DE DÍVIDA NÃO OBRIGA A SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL A

FGTS - FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO

DATA: 04/11/2020
HORA: 11:31:01
PÁG : 003/003

GFIP - SEFIP8.40 (29/03/2020)

RELATÓRIO ANALÍTICO DA GRF

EMPRESA: PRODUZZA INSUMOS AGRICOLAS LTDA
INSCRIÇÃO: 29.908.612/0001-69
COMPETÊNCIA: 10/2020 CÓD REC: 115 FPAS: 515 SIMPLES: 2

	FGTS - 8%
QTDE TRABALHADORES	2
REMUNERAÇÃO	3.157,00
DEPÓSITO	252,56
ENCARGOS FGTS	0,00
CONTRIB SOCIAL	0,00
ENCARGOS CONTRIB SOC	0,00
TOTAL A RECOLHER	252,56

VALIDADE DO CÁLCULO: até 07/11/2020

RELATÓRIO PARA SIMPLES CONFERÊNCIA, NÃO É VÁLIDO PARA QUITAÇÃO.

A(S) GRF(S), PARA FINS DE QUITAÇÃO, SERÁ(ÃO) IMPRESSA(S) SOMENTE APÓS TRANSMISSÃO DO ARQUIVO VALIDADO PELO CONECTIVIDADE SOCIAL.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
Secretaria de Políticas Públicas de Emprego
Coordenação Geral de Estatísticas do Trabalho

091102

CADASTRO GERAL DE EMPREGADOS E DESEMPREGADOS - CAGED LEI Nº 4923/65

EXTRATO DA MOVIMENTAÇÃO PROCESSADA

Mês de Referência
10/2020
Certificado Digital: Sim

AUTORIZADO	
CNPJ: 09.489.203/0001-68	N SAGGIN E CIA LTDA

ESTABELECIMENTO	
CNPJ: 29.908.612/0001-69	PRODUZZA INSUMOS AGRICOLAS LTDA

Bairro	**Município**	**CEP**	**UF**
CENTRO	CAPANEMA	85.760-000	PR

Atividade Econômica CNAE

Total de Empregados no Início do 1º Dia do Mês Informado	2

ADMISSÕES - Tipo de Movimento

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
10	admissão de empregado no 1º emprego	0
	admissão de empregado com emprego anterior	0
25	adm. de empr. com contrato de trab. por prazo determinado	0
35	reintegração	0
70	transferência de entrada	0
	Total de admissões	**0**

DESLIGAMENTOS - Tipo de Movimento

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
31	dispensa sem justa causa	0
32	dispensa por justa causa	0
40	desligamento por iniciativa própria (a pedido)	1
43	término de contrato de trabalho por prazo determinado	0
45	término de contrato de trabalho	0
50	desligamento por aposentadoria	0
60	desligamento por morte	0
80	transferência de saída	0
90	desligamento por acordo empregado/empregador	0
	Total de desligamentos	**1**

Total de Empregados no Último Dia do Mês Informado	1
Quantidade de Declarações do Estabelecimento Processadas no Mês	**1**

No caso da existência de vínculos repetidos em várias declarações enviadas, apenas a última declaração será considerada.

Segunda-feira, 9 de Novembro de 2020

Fl 1103

MICEMETAL MULLER IND. E COM. LTDA

CNPJ: 75.981.993/0007-14
indmuller@hotmail.com fone (46)3555 2257

ORÇAMENTO:11201476

CLIENTE: PRODUZZA INSUMOS AGRÍCOLAS	Data: 10/11/2020
Cidade: CAPANEMA / PR	**Contato: FÁBIO**

Orçamento para barracão com 300,00m² + 32,00m² de varanda tipo "bico de pato" + Escritório com área aproximada de 50,00m² --> Área total de construção de aproximadamente 382,00m²

			Unitário	Total
Qtde	Unid.	Descrição	R$	R$
14	PÇ	FUNDAÇÃO TIPO BROCA		R$ 6.620,00
14	PÇ	PILAR CONCRETO 25x25CM x 6,20M ALTURA		R$ 20.132,00
120	M²	PLACAS DE CONCRETO ESP. 8,00CM, ATÉ 2,00M ALTURA		R$ 23.390,00
332	M²	ESTRUTURA METÁLICA E FERRAGENS		R$ 39.295,00
332	M²	TELHAS PARA COBERTURA PRINCIPAL ALUZINCO TPR40 COM EPS BANDEJA 30MM		R$ 44.053,00
97,5	M²	FECHAMENTO OITÃO FRONTAL E FUNDOS ALUZINCO TPR40, ESP 0,43MM		R$ 11.950,00
120	M²	FECHAMENTO DE LATERAIS ALUZINCO TPR40, ESP 0,43MM		R$ 14.537,00
42	PÇ'S	MULTIDOBRAS		R$ 3.906,00
21	PÇ'S	CUMEEIRAS		R$ 1.575,00
2	PÇ	PORTÃO CORRER 5,00 X 5,00 MT		R$ 13.000,00
44	M	RUFOS PARA OITÕES CORTE 20 CM		R$ 1.056,00
1	VB	ELÉTRICA / HIDRÁULICA		R$ 20.350,00
300	M²	PISO EM CONCRETO ARMADO ESP. 10CM ACAB. POLIDO		R$ 36.500,00
1	VB	DEPÓSITO DE AGROQUÍMICOS (5,00M X 10,00M) CONF. NORMAS		R$ 62.000,00
1	VB	ESCRITÓRIO COM ÁREA APROXIMADA DE 50,00M²		R$ 72.500,00
		TOTAL DO ORÇAMENTO		R$ 370.864,00

OBSERVAÇÃO: NÃO ESTÁ INCLUSO NO ORÇAMENTO APROVAÇÃO DO PROJETO EM ORGÃOS COMPETENTES
NÃO ESTÁ INCLUSO NO ORÇAMENTO MOVIMENTAÇÃO DE TERRA / TERRAPLANAGEM

Condições de Pagamento: À COMBINAR

Validade da Proposta: 7dias

Prazo de entrega: 180 DIAS APÓS CONFIRMAÇÃO

FÁBIO JUNIOR BAIERLE
Engenheiro Civil
CREA-PR 167315/D

1104

Curitiba - PR - (41) 3344-4988
Londrina - PR - (43) 3339-3046
www.novafasemaquinas.com.br

DISTRIBUIDOR AUTORIZADO:

Londrina, 05 de novembro de 2.020

NFE lna 298/20

A
Produzza Insumos Agricolas
A/C: Sr. Fernando Eduardo
Telefone: 046 99913-5202
e-mail: lopesengenheiroagronomo@gmail.com
Capanema – Pr

Em resposta à solicitação, segue abaixo cotação para empilhadeiras marca CLARK, descritas abaixo:

Modelo	**GTS25L**
Combustível	**GLP**
Capacidade no centro carga 500mm	**2.500kg**
Tipo de torre	**Tríplex**
Máxima elevação dos garfos	**4.800mm**
Altura torre abaixada	**2.165mm**
Elevação livre	**946mm**
Comprimento dos garfos	**1.070mm**
Motor	**MIT**
Transmissão	**Clark, automática. modulação hidráulica**
Direção	Hidráulica
Freios – De Serviço	Banhado **a óleo**
Painel	**Display digital, indicador de baixa pressão do óleo do motor, temperatura do motor e transmissão, horímetro e indicadores de falhas.**
Ergonomia	**Alavancas hidráulicas e freio de estacionamento ao lado do operador**
Pneus Dianteiros / Traseiros	pneumaticos

Acessórios que acompanham o equipamento:

- Deslocador lateral integrado
- Kit de luzes: farol dianteiro e traseiro, luz de freio, ré e seta, alarme de ré e giroflex.
- Kit de segurança: Extintor de incêndio e espelhos retrovisores.
- Assento do operador anatômico com sensor de presença cinto de segurança de dois pontos e braços articuláveis.
- Cor: padrão verde Clark
- Não acompanha botijão de GLP.

Curitiba - PR - (41) 3344-4988
Londrina - PR - (43) 3339-3046
www.novafasemaquinas.com.br

DISTRIBUIDOR AUTORIZADO:



CONDICÃO COMERCIAL:

DESCRIÇÃO VENDA	VALOR UNITÁRIO R$	Qtd.	VALOR TOTAL R$
GTS25L – Tríplex 4.800mm - GLP	135.000,00	01	135.000,00

Preço empilhadeira: Preço fixo em reais (R$). **Campanha venda direto fabricante.**
Condição de pagamento: À vista, leasing, CDC, Proger. **(Para leasing o ICMS será recalculado)**
*Devido Pandemia Clark não esta operando com nenhuma linha de credito propria.
Validade do orçamento: 05 (cinco) dias.
Prazo de entrega: +- 180 dias, a confirmar no pedido firme.
Transporte: CAMPINAS - SP – destino, por conta do cliente. Apoio logístico /Clark.
Faturamento: Da Fábrica da Clark do Brasil direto ao cliente.
Impostos: Incluso ICMS 04%, isento IPI. (A compradora deverá recolher a diferença referente ao ICMS interestadual, conforme legislação vigente, consultar contabilidade).
Garantia: 01 ano ou 2.000 horas, o que ocorrer primeiro, desde que todas as manutenções preventivas tenham sido realizadas com peças originais CLARK e intermédio de nosso Distribuidor local.
OBS: Clark / Distribuidor presente no Brasil há mais de 55 anos.
Mais de 1.400.000 máquinas produzidas – a maior frota em operação.
Maior e mais qualificada rede de distribuidores com 37 pontos de apoio em todo o território nacional.
O melhor suporte de peças de reposição e serviços
Assistência Técnica: Em todo o território nacional através da Rede de Distribuidores.

Atenciosamente,

OTAVIO COSTA
Gerente Comercial
otavio@novafaseempilhadeiras.com.br
(43) 3339-3046
www.novafasemaquinas.com.br



PRODUZZA INSUMOS AGRICOLAS LTDA
Contabilidade

Balancete de Verificação

Página: 1
Data: 09/11/2020
Hora: 07:55:29

CNPJ: 29.908.612/0001-69
Consolidação: Empresa **Grau: 5** **Período: 12/2019 a 12/2019**

Conta	Reduzida	Nome	Saldo Anterior	Débito	Crédito	Saldo Atual
1		ATIVO	142.329,89	53.371,77	22.131,29	173.570,37
11		ATIVO CIRCULANTE	142.329,89	53.371,77	22.131,29	173.570,37
111		DISPONIBILIDADES	13.622,49	13.106,27	22.131,29	4.597,47
11101		CAIXA	13.622,49	13.106,27	22.131,29	4.597,47
11101001000	5-1	CAIXA GERAL	13.622,49	13.106,27	22.131,29	4.597,47
112		DIREITOS REALIZAVEIS A CURTO PRAZO	128.707,40	40.265,50	0,00	168.972,90
11207		ADIANTAMENTOS	0,00	5.600,00	0,00	5.600,00
11207007000	63-9	ADIANTAMENTO A FORNECEDORES	0,00	5.600,00	0,00	5.600,00
11210		ESTOQUES	128.707,40	34.665,50	0,00	163.372,90
11210001000	58-2	MERCADORIAS PARA REVENDA	128.707,40	34.665,50	0,00	163.372,90
2		PASSIVO	55.726,44	20.280,75	138.124,68	173.570,37
21		PASSIVO CIRCULANTE	25.726,44	20.280,75	40.309,45	45.755,14
211		FORNECEDORES	23.589,95	20.280,75	39.963,45	43.272,65
21102		FORNECEDORES NACIONAIS DE MERC P/REVENDA	23.589,95	20.280,75	39.963,45	43.272,65
21102001105	779-0	REALCE DIST DE INSUMOS AGRICOLAS	6.528,75	6.528,75	0,00	0,00
21102001107	781-1	COMERCIAL AGRICOLA GERVASONI LTDA	7.806,60	0,00	11.574,70	19.381,30
21102001108	782-0	NODUSOJA INDUSTRIA E COMERCIO	489,60	0,00	0,00	489,60
21102001110	784-6	FRANZOSI REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA	8.505,00	0,00	0,00	8.505,00
21102001111	785-4	SOLO RICO AGROCIENCIAS INDUSTRIA E COMER	260,00	0,00	0,00	260,00
21102001112	786-2	CENEAGRO - CENTRO DE NEGOCIOS AGROPECUAR	0,00	0,00	12.310,00	12.310,00
21102001113	787-0	R BOARO E CIA LTDA	0,00	2.952,00	2.952,00	0,00
21102001114	788-9	PAMPEANA INSUMOS AGRICOLAS LTDA	0,00	10.800,00	10.800,00	0,00
21102001115	789-7	TURIM SANTA IZABEL LTDA	0,00	0,00	2.326,75	2.326,75
214		OBRIGACOES TRIBUTARIAS	2.136.49	0,00	346,00	2.482,49
21403		IMPOSTOS E CONTRIBUICOES SOBRE RECEITAS	2.136,49	0,00	346,00	2.482,49
21403003000	361-1	SIMPLES NACIONAL A PAGAR	2.136,49	0,00	346,00	2.482,49
23		PATRIMONIO LIQUIDO	30.000,00	0,00	97.815,23	127.815,23
231		CAPITAL	30.000,00	0,00	0,00	30.000,00
23101		CAPITAL SOCIAL	30.000,00	0,00	0,00	30.000,00
23101001000	394-8	CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO	30.000,00	0,00	0,00	30.000,00
232		RESERVAS	0,00	0,00	97.815,23	97.815,23
23203		RESERVAS DE LUCRO	0,00	0,00	97.815,23	97.815,23
23203001000	402-2	RESERVAS DE LUCRO	0,00	0,00	97.815,23	97.815,23
3		RECEITAS	-103.112,81	119.630,17	16.517,36	0,00
31		RECEITAS OPERACIONAIS	-103.112,81	119.630,17	16.517,36	0,00
311		RECEITAS BRUTA COM VENDAS	-104.661,35	117.767,62	13.106,27	0,00
31101		RECEITAS COM VENDAS NO PAIS	-104.661,35	117.767,62	13.106,27	0,00
31101002000	412-1	REVENDA DE MERCADORIAS	-104.661,35	117.767,62	13.106,27	0,00
312		DEDUCOES DAS RECEITAS COM VENDAS	2.763,04	346,00	3.109,04	0,00
31202		TRIBUTOS E CONTRIBUICOES S/ VENDAS	2.763,04	346,00	3.109,04	0,00
31202002000	426-1	SIMPLES NACIONAL S/VENDAS	2.763,04	346,00	3.109,04	0,00
315		OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	-1.214,50	1.516,55	302,05	0,00
31501		RECEITAS EVENTUAIS	-1.214,50	1.516,55	302,05	0,00
31501001000	671-8	BONIFICACAO	-1.214,50	1.516,55	302,05	0,00
4		CUSTOS E DESPESAS	16.509,36	121.134,71	137.644,07	0,00
42		DESPESAS	16.509,36	1.850,54	18.359,90	0,00
421		DESPESAS OPERACIONAIS - COMERCIAIS	16.391,36	1.746,32	18.137,68	0,00
42103		DESPESAS GERAIS COMERCIAIS	16.391,36	1.746,32	18.137,68	0,00
42103002000	560-6	ALUGUEL	9.700,00	0,00	9.700,00	0,00
42103004000	562-2	ENERGIA ELETRICA	529,91	0,00	529,91	0,00
42103014000	572-1	PROPAGANDA E PUBLICIDADE	1.350,00	0,00	1.350,00	0,00
42103017000	575-4	COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES	3.933,95	1.479,23	5.413,18	0,00
42103035000	745-7	USO/CONSUMO	0,00	267,09	267,09	0,00
42103037000	745-9	UNIFORMES	877,50	0,00	877,50	0,00
422		DESPESAS OPERACIONAIS - ADMINISTRATIVAS	118,00	104,22	222,22	0,00
42203		DESPESAS GERAIS ADMINISTRATIVAS	118,00	104,22	222,22	0,00
42203013000	615-7	SINDICATO PATRONAL/ASSOCIACAO DE CLASSE	118,00	104,22	222,22	0,00
43		CONTAS DE FECHAMENTO DE BALANCO	0,00	119.284,17	119.284,17	0,00
432		RESULTADO LIQUIDO DO EXERCICIO	0,00	119.284,17	119.284,17	0,00
43201		RESULTADO LIQUIDO DO EXERCICIO	0,00	119.284,17	119.284,17	0,00
43201001000	670-1	RESULTADO LIQUIDO DO EXERCICIO	0,00	119.284,17	119.284,17	0,00
		TOTAL GERAL	0,00	314.417,40	314.417,40	0,00

Produzza Insumos Agrícolas
CNPJ 29.908.612/0001-69

CNPJ: 29.908.612/0001-69
Consolidação: Empresa **Grau: 5** **Período: 12/2019 a 12/2019**

Conta	Reduzida	Nome	Saldo Anterior	Débito	Crédito	Saldo Atual

FERNANDO EDUARDO LOPES
ADMINSTRADOR
CPF 071.808.989-88

NADIR SAGGIN
TEC EM CONTABILIDADE
CRC PR-013.407/O-6

Produzza Insumos Agrícolas
CNPJ 29.908.612/0001-69

PRODUZZA INSUMOS AGRICOLAS LTDA
Contabilidade

Balanço Patrimonial

Página: 1
Data: 09/11/2020
Hora: 07:59:27

CNPJ: 29.908.612/0001-69
Consolidação: Empresa **Grau: 5** **Encerrado em: 31/12/2019**

	12/2019	12/2018
ATIVO	**173.570,37**	**30.000,00**
ATIVO CIRCULANTE	**173.570,37**	**30.000,00**
DISPONIBILIDADES	4.597,47	30.000,00
CAIXA	4.597,47	30.000,00
CAIXA GERAL	4.597,47	30.000,00
DIREITOS REALIZAVEIS A CURTO PRAZO	168.972,90	0,00
ADIANTAMENTOS	5.600,00	0,00
ADIANTAMENTO A FORNECEDORES	5.600,00	0,00
ESTOQUES	163.372,90	0,00
MERCADORIAS PARA REVENDA	163.372,90	0,00
TOTAL DO ATIVO	173.570,37	30.000,00
PASSIVO	**173.570,37**	**30.000,00**
PASSIVO CIRCULANTE	**45.755,14**	**0,00**
FORNECEDORES	43.272,65	0,00
FORNECEDORES NACIONAIS DE MERC P/REVENDA	43.272,65	0,00
COMERCIAL AGRICOLA GERVASONI LTDA	19.381,30	0,00
NODUSOJA INDUSTRIA E COMERCIO	489,60	0,00
FRANZOSI REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA	8.505,00	0,00
SOLO RICO AGROCIENCIAS INDUSTRIA E COMER	260,00	0,00
CENEAGRO - CENTRO DE NEGOCIOS AGROPECUAR	12.310,00	0,00
TURIM SANTA IZABEL LTDA	2.326,75	0,00
OBRIGACOES TRIBUTARIAS	2.482,49	0,00
IMPOSTOS E CONTRIBUICOES SOBRE RECEITAS	2.482,49	0,00
SIMPLES NACIONAL A PAGAR	2.482,49	0,00
PATRIMONIO LIQUIDO	**127.815,23**	**30.000,00**
CAPITAL	30.000,00	30.000,00
CAPITAL SOCIAL	30.000,00	30.000,00
CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO	30.000,00	30.000,00
RESERVAS	97.815,23	0,00
RESERVAS DE LUCRO	97.815,23	0,00
RESERVAS DE LUCRO	97.815,23	0,00
TOTAL DO PASSIVO	173.570,37	30.000,00

Reconhecemos a exatidão do presente Balanço Patrimonial com base nas informações e na documentação apresentada, encerrado em 31/12/2019, somando tanto no Ativo como no Passivo, a importância de R$ 173.570,37 (cento e setenta e três mil, quinhentos e setenta reais e trinta e sete centavos), e em 31/12/2018, somando tanto no Ativo como no Passivo, a importância de R$ 30.000,00 (trinta mil reais).

FERNANDO EDUARDO LOPES
ADMINSTRADOR
CPF 071.808.989-88

NADIR SAGGIN
TEC EM CONTABILIDADE
CRC PR-013.407/O-6

Produzza
Insumos Agrícolas
CNPJ 29.908.612/0001-69

CNPJ: 29.908.612/0001-69
Consolidação: Empresa **Grau: 5** **Período: 01/2019 a 12/2019**

1109

RECEITA OPERACIONAL BRUTA	**119.284,17**
RECEITAS BRUTA COM VENDAS	117.767,62
RECEITAS COM VENDAS NO PAIS	117.767,62
REVENDA DE MERCADORIAS	117.767,62
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	1.516,55
RECEITAS EVENTUAIS	1.516,55
BONIFICACAO	1.516,55
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	**3.109,04**
DEDUCOES DAS RECEITAS COM VENDAS	3.109,04
TRIBUTOS E CONTRIBUICOES S/ VENDAS	3.109,04
SIMPLES NACIONAL S/VENDAS	3.109,04
RECEITA LÍQUIDA	**116.175,13**
CUSTOS	**0,00**
LUCRO BRUTO	**116.175,13**
DESPESAS OPERACIONAIS	**18.359,90**
DESPESAS OPERACIONAIS	**18.359,90**
DESPESAS OPERACIONAIS - COMERCIAIS	18.137,68
DESPESAS GERAIS COMERCIAIS	18.137,68
ALUGUEL	9.700,00
ENERGIA ELETRICA	529,91
PROPAGANDA E PUBLICIDADE	1.350,00
COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES	5.413,18
USO/CONSUMO	267,09
UNIFORMES	877,50
DESPESAS OPERACIONAIS - ADMINISTRATIVAS	222,22
DESPESAS GERAIS ADMINISTRATIVAS	222,22
SINDICATO PATRONAL/ASSOCIACAO DE CLASSE	222,22
RESULTADO ANTES DAS OPERAÇÕES FINANCEIRAS	**97.815,23**
RESULTADO ANTES DAS PROVISÕES TRIBUTÁRIAS	**97.815,23**
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**97.815,23**

FERNANDO EDUARDO LOPES
ADMINSTRADOR
CPF 071.808.989-88

NADIR SAGGIN
TEC EM CONTABILIDADE
CRC PR-013.407/O-6

Produzza Insumos Agrícolas
CNPJ 29.908.612/0001-69

1110

ampernet

Recibo do Sacado

Cedente **Ampernet Telecomunicações Ltda - CNPJ: 04.596.419/0001-09**		Agência/Código Cedente **0738.10.56000**	Vencimento **15/11/2020**
Sacado **PRODUZZA INSUMOS AGRICOLAS LTDA**		Número do Documento **112R132074**	Nosso Número **18/323042-4**
Espécie **R$**	Quantidade / (x) Valor	(=) Valor do Documento **76,00**	(-) Desconto
		(+) Outros Acréscimos	(=) Valor Cobrado

Demonstrativo:
REFERENTE A SERVIÇOS DE INTERNET
(3) LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS- Periodo:(01/10/2020 até 31/10/2020) (R$ 34.20)
(3) NOVO - MEGA MAX III- Período:(01/10/2020 até 31/10/2020) (R$ 41.80)

SICREDI | **748-X** | 74891.11836 23042.407389 10560.001009 6 84400000007600

Local de Pagamento **PAGÁVEL PREFERENCIALMENTE NAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO SICREDI**					Vencimento **15/11/2020**
Cedente **Ampernet Telecomunicações Ltda - CNPJ: 04.596.419/0001-09**					Agência/Código Cedente **0738.10.56000**
Data Documento **02/11/2020**	Número do Documento **112R132074**		Espécie Doc. **DM**	Aceite **N**	Data Processamento **02/11/2020**	Nosso Número **18/323042-4**
Uso do Banco	Carteira **CR**	Espécie **R$**	Quantidade		(x) Valor	(=) Valor do Documento **76,00**

Instruções (Texto de Responsabilidade do Cedente)
MULTA DE 2%(R$1,52) MAIS JUROS DE 1,00%(R$0,76) AO MÊS CONFORME PRAZOS CONTRATUAIS.
SAC 0800 645 2500 - www.ampernet.com.br
CENTRAL DE ATENDIMENTO DA ANATEL 1331 OU 1332 PARA DEFICIENTES AUDITIVOS.

Valor aproximado dos Tributos Federais: 13,45% e Municipais: 2,00% - Fonte: IBPT - Chave 02C353; A chave IBPT tem validade até dia 31/10/2020.
'Recolhimento do FUST 1% e FUNTTEL 0,5% (valores não repassados ao assinante)'.

(-) Desconto
(+) Mora/Multa
(+) Outros Acréscimos
(=) Valor Cobrado

Sacado **PRODUZZA INSUMOS AGRICOLAS LTDA** **CNPJ:29.908.612/0001-69**
BR 163, S/N KM 93 Capanema PR 85760-000
Sacador/Avalista

Ficha de Compensação

Autenticação Mecânica

1111

COPEL

Copel Distribuição S.A.
José Izidoro Biazetto, 158 bl.C - Mossunguê - Curitiba PR - CEP 81200-240
CNPJ: 04.368.898/0001-06- IE 90.233.073-99 - IM 423.992-4

www.copel.com
0800 51 00 116

Segunda Via

FERNANDO EDUARDO LOPES
R AIMORES, 917 - CASA
SANTO EXPEDITO - CAPANEMA - PR - CEP: 85760-000

CPF 071.808.989-88

Mês de referência	Unidade Consumidora
Outubro/2020	104463546
Vencimento	**VALOR A PAGAR**
02/11/2020	R$ 548,77

FAT-01-20209626902753-0

Responsabilidade da Manutenção de Ilumina Pública: Municipio 4635521321

DENUNCIE FURTO DE FIOS! LIGUE 181.

Informações Técnicas

Nº Medidor: MD 0380833599 - BIFASICO

Reside/Residencial

Leitura Anterior	Leitura Atual	Medido	Constante de Multiplicação	Total Faturado	Consumo Médio Diário	Data de Emissão	Próxima Leitura Prevista
10/09/2020 5966	10/10/2020 6411	30 dias 445 kWh	1	445 kWh	14,83 kWh	11/10/2020	11/11/2020

Histórico de Consumo e Pag

Mês	kWh	Dt.Pgto.	Valor
09/2020	345		339,83
08/2020	324	02/09/2020	300,37
07/2020	314	03/08/2020	270,37
06/2020	288	02/07/2020	252,15
05/2020	436	31/08/2020	404,20
04/2020	490	04/05/2020	420,37
03/2020	395	28/07/2020	362,71
02/2020	533	05/05/2020	483,10
01/2020	549	09/03/2020	510,77
12/2019	497	28/01/2020	454,51
11/2019	475	06/01/2020	424,77
10/2019	334	11/12/2019	317,93

Informações p

	Tarifas
ENERGIA ELET CONSUMO	0,512770

Tensão Contratada: 127/220 volts
Limite AdequadoTensão: 117 a 133/202 a 231 volts

Reaviso de Vencimento

O débito sujeita ao corte a partir de 08/11/2020. O contrato é encerrado se mantido 3 meses em corte, além das demais cobranças conforme legislação. Atraso de 45 dias sujeita ao CADIN e velores de atividades acessórias podem ser excluídos. Eventual reaviso anterior permanece válido. Se pago, desconsidere.

Referência	Valor (R$)	Vencimento
09/2020	339,83	02/10/2020

Caso o pagamento já tenha sido efetuado, desconsiderar o aviso.

Valores Faturados

NOTA FISCAL/CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA Nº 158.916.513 - SÉRIE B
Emitida em 11/10/2020

Produto Descrição	Un.	Consumo	Valor Unitário	Valor Total	Base Cálc.	Aliq. ICMS
ENERGIA ELETRICA CONSUMO	kWh	445	0,748225	332,96	332,96	29,00%
CUSTO ADMINISTRATIVO		1	184,63	184,63		
CONT ILUMIN PUBLICA MUNICIPIO				31,18		

Base de Cálculo do ICMS	Valor ICMS	Valor Total da Nota Fiscal
332,96	96,55	548,77
	Reservado ao Fisco	
	6214.5926.6EB9.5B44.01E6.42F7.A01E.945B	

INCLUSO NA FATURA PIS R$1,47 E COFINS R$6,77 CONFORME RES. ANEEL 130/2005.
A PARTIR DE 01/10/2020 - PIS/PASEP 0,76% e COFINS 3,51%.
A qualquer tempo pode ser solicitado o cancelamento de valores não relacionados à prestação do serviço de energia elétrica, como convênios e doações.
DENUNCIE O FURTO DE FIOS! LIGUE 181.
Atraso superior a 45dias sujeita inclusão no cadastro de inadimplentes CADIN/PR
Agora é possível recorrer à Ouvidoria da Copel pelo Site ou Mobile.
DÉBITOS 09/2020 R$ 339,83
Períodos Band.Tarif.: Verde:11/09-10/10

Autenticação Mecânica

104463546

Mês
10/2020

Vencimento
02/11/2020

Valor a Pagar
548,77

COPEL

83600000005 6 48770111000 8 00101020209 9 62690275300 5

NÃO RECEBER - DÉBITO AUTOMÁTICO - BANCO - 748 - AGÊNCIA - 0738

PRODUZZA INSUMOS AGRICOLAS LTDA

Rua Paraíba, 1234, Centro, Capanema-Pr CEP: 85760-000

CNPJ: 29.908.612/00001-69 INSC. EST:

DECLARAÇÃO DE FORNECIMENTO DE SERVIÇO

PRODUZZA INSUMOS AGRICOLAS LTDA, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob n° 29.908.612/0001-69, com sua sede na Rua Paraíba, 1234, Centro, Município de Capanema, Estado do Paraná, representada pelo seu sócio administrador o Sr° Fernando Eduardo Lopes, inscrito na carteira de identidade RG n° 9.839.289-0, e CPF n° 071.808.989-88, residente e domiciliado na Rua Leopoldo Schmidt, 471, Bairro São Jose Operário, Município de Capanema, Estado do Paraná vem através desta declarar a quem possa interessar que sua empresa usufrui dos serviços contábeis do Fornecedor do Município de Capanema o escritório N. SAGGIN E CIA LTDA, inscrita no CNPJ n° 09.489.203/0001-68, com sua sede na Rua Antônio Nieheus,1080, Centro, Município de Capanema, Estado do Paraná. Por ser verdade firmo o presente.

Capanema, 12 de Novembro de 2020.

Produzza Insumos Agrícolas CNPJ 29.908.612/0001-69

PRODUZZA INSUMOS AGRICOLAS LTDA

N. SAGGIN E CIA LTDA

NADIR SAGGIN
Rua Antonio Niehues, 1080
85760-000 - CAPANEMA - PARANÁ
Fones: (46) 3552-1342 / 3552-1856
T.C. CRC-PR 013407/O-6 - CPF 060.246.619-91

Município de Capanema - PR

LICITANTE: Produza Insumos Agrícolas

CRITÉRIO	PROPOSTA/PONTOS	PONTOS	PESO	PROPOSTA	SOMATÓRIO DA PONTUAÇÃO DA PROPOSTA
Empregabilidade (em número de empregos diretos a serem gerados)	2 pontos por emprego gerado	Até 100	0,3	8,00	4,80
Valor do Investimento privado no empreendimento a ser instalado no imóvel R$	Até 20.000,00	5	0,2		0,00
	De 20.001,00 a 40.000,00.	10	0,2		0,00
	40.001,00 a 60.000,00.	15	0,2		0,00
	60.001,00 a 80.000,00	20	0,2		0,00
	Acima de 80.000,00, a cada 20.000,00 acrescenta 5 pontos.	até 100	0,2	100,00	20,00
Prazo construção da infraestrutura e aplicação total dos investimentos (critério exclusivo para terrenos)	Até 6 meses	100	0,2	100,00	20,00
	De 6 a 12 meses	80	0,2		0,00
	De 13 a 18 meses	60	0,2		0,00
	De 19 a 24 meses	40	0,2		0,00
Prazo para aplicação total dos investimentos (critério exclusivo para barracões)	Até 4 meses	100	0,2		0,00
	De 5 a 8 meses	80	0,2		0,00
	De 9 a 12 meses	60	0,2		0,00
	De 13 a 16 meses	40	0,2		0,00
	De 17 a 20 meses	20	0,2		0,00
	De 21 a 24 meses	10	0,2		0,00
Faturamento anual da pessoa jurídica R$	Até 80.001,00.	10	0,1	10,00	1,00
	de 80.001,00 a 150.000,00.	20	0,1		0,00
	150.001,00 a 200.000,00.	30	0,1		0,00
	200.001,00 a 250.000,00.	40	0,1		0,00
	250.001,00 a 300.000,00	50	0,1		0,00
	Acima de 300.000,00, a cada 50.000,00 acrescenta 10 pontos.	até 100	0,1		0,00
Tempo de constituição da empresa em Capanema OU tempo de residência do sócio majoritário da empresa OU da pessoa física em Capanema	5 pontos por ano	até 100	0,1	100,00	10,00
Capacidade do empreendimento gerar uma cadeia de produção e/ou empregos indiretos no Município de Capanema/PR	Aquisição de matéria-prima de pessoas físicas ou jurídicas residentes ou sediadas no Município de Capanema.	2 pontos para cada indicação, até 100	0,1	1,00	0,20
			TOTAL		**56,00**

RAFFAELLI SERVIÇOS E TRANSPORTES LTDA

17.003.290/0001-20

RAFFAELLI SERVIÇOS E TRANSPORTES LTDA ME
CNPJ/MF: 17.003.290/0001-20
NIRE: 41207929967
SEGUNDA ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

1. SARA EGRESIELE FOLLMANN RAFFAELLI, brasileira, maior e capaz, natural de Planalto-PR, Casada sob o Regime Parcial de Bens, nascida em 21-06-1980, empresária, CPF sob nº 040.952.539-16, Cédula de Identidade RG sob nº 7.909.160-0 SESP-PR Expedida em 09-05-2009, residente e domiciliada na Rua Antonio Niehues, nº 1246, casa, Centro, neste município de Capanema – PR, CEP 85.760-000;
2. ELEANDRO RAFFAELLI, brasileiro, maior e capaz, natural de Santo Antonio do Sudoeste - PR, casado sob o Regime de Comunhão Parcial de Bens, nascido em 01-09-1977, empresário, portador da Cédula de Identidade nº 7.109.006-0 SESP/PR Expedida em 02-12-2013 e CPF. sob o nº 019.594.159-48, residente e domiciliado na Rua Antonio Niehues, nº 1246, casa, Centro, neste município de Capanema – PR, CEP 85.760-000;
3. NATALINO ANTONIO RAFFAELLI, brasileiro, maior e capaz, natural de Tenente Portela - RS, Casado sob o Regime de Comunhão Universal de Bens, nascido em 24-12-1950, aposentado, portador da Cédula de Identidade nº 1.353.946-4 SESP/PR Expedida em 11-04-2012 e CPF sob o nº 282.946.029-49, residente e domiciliada nesta cidade de Capanema-PR, sito à Rua Santa Catarina, nº 396, casa, bairro São José Operário, CEP 85760-000;

Únicos sócios da Empresa RAFFAELLI SERVIÇOS E TRANSPORTES LTDA ME, com sede na Rua Antonio Niehues, nº 1246, Sala 02, Centro, neste município de Capanema – PR, CEP 85.760-000, registrada na Junta Comercial do Estado do Paraná, sob o NIRE nº 41207929967, por despacho em sessão de 11-10-2012, última alteração sob nº 20172200199 de 17-04-2017, e inscrita no CNPJ sob o nº 17.003.290/0001-20, resolvem assim, alterar o contrato social:

CLAUSULA PRIMEIRA: Ficam excluídas do objeto social as atividades de:
- 4921-3/01 – Transporte Rodoviário Coletivo de Passageiros, com Itinerário Fixo, Municipal;
- 4930-2/02 – Transporte Rodoviário de Cargas, Exceto Produtos Perigosos e Mudanças, Internacional, Intermunicipal e Interestadual;

PARÁGRAFO UNICO: Em virtude da modificação a Cláusula 3ª do Contrato Social o objeto social passa a ter a seguinte redação:
- 5212-5/00 – Serviços de Carga e descarga;
- 4313-4/00 – Serviços de obras de terraplenagem.

Sara Follmann Raffaelli Natalino A. Raffaelli

JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ

CERTIFICO O REGISTRO EM 04/12/2017 09:59 SOB Nº 20178231800.
PROTOCOLO: 178231800 DE 30/11/2017. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11704625064. NIRE: 41207929967.
RAFFAELLI SERVIÇOS E TRANSPORTES LTDA ME

Libertad Bogus
SECRETÁRIA-GERAL
CURITIBA, 04/12/2017
www.empresafacil.pr.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.
Informando seus respectivos códigos de verificação

RAFFAELLI SERVIÇOS E TRANSPORTES LTDA ME
CNPJ/MF: 17.003.290/0001-20
NIRE: 41207929967
SEGUNDA ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

1116

CLÁUSULA SEGUNDA: Permanecem inalteradas as demais cláusulas vigentes que não colidirem com as disposições de presente instrumento.

CLÀUSULA TERCEIRA: Fica eleito o foro da Comarca de Capanema-PR, para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

E por estarem assim, justos e contratados, datam e assinam o presente instrumento em 1 via para fins de registro na Junta Comercial do Estado do Paraná.

Capanema – PR, 23 de Novembro de 2017.

Tabelionato de Notas Capanema - PR

Sara Egresiele Follmann Raffaelli
Sócia

Tabelionato de Notas Capanema - PR

Eleandro Raffaelli
Sócio Administrador

Tabelionato de Notas Capanema - PR

Natalino Antonio Raffaelli
Sócio

JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ

CERTIFICO O REGISTRO EM 04/12/2017 09:59 SOB Nº 20178231800.
PROTOCOLO: 178231800 DE 30/11/2017. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11704625064. NIRE: 41207929967.
RAFFAELLI SERVIÇOS E TRANSPORTES LTDA ME

Libertad Bogus
SECRETÁRIA-GERAL
CURITIBA, 04/12/2017
www.empresafacil.pr.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.
Informando seus respectivos códigos de verificação

SERVIÇO NOTARIAL DE CAPANEMA
Rua Alagoas, 1332 - Capanema - PR - CEP 85.760-000
☎ (46) 3552-3710

Selo Digital pO36j.PsMqQ.dwt5z. Controle: HNEmC.RQdcD
Consulte esse selo em http://funarpen.com.br
Reconheço por SEMELHANÇA as assinaturas indicadas de SARA EGRESIELE FOLLMANN RAFFAELLI, NATALINO ANTONIO RAFFAELLI e ELEANDRO RAFFAELLI. Dou fé.
Capanema-PR, 29 de novembro de 2017.
Em Test? da verdade.
Patricia Frandeli Walter - Escrevente

TABELIONATO DE NOTAS DE CAPANEMA - RS780-06 - CAPANEMA - PR

JUNTA COMERCIAL DO PARANA

CERTIFICO O REGISTRO EM 04/12/2017 09:59 SOB Nº 20178231800.
PROTOCOLO: 178231800 DE 30/11/2017. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11704625064. NIRE: 41207929967.
RAFFAELLI SERVIÇOS E TRANSPORTES LTDA ME

Libertad Bogus
SECRETÁRIA-GERAL
CURITIBA, 04/12/2017
www.empresafacil.pr.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.
Informando seus respectivos códigos de verificação

RAFFAELLI SERVIÇOS E TRANSPORTES LTDA ME
CNPJ/MF: 17.003.290/0001-20
NIRE: 41207929967
PRIMEIRA ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

1. SARA EGRESIELE FOLLMANN RAFFAELLI, brasileira, maior e capaz, natural de Planalto-PR, Casada sob o Regime Parcial de Bens, nascida em 21-06-1980, empresária, CPF sob nº 040.952.539-16, Cédula de Identidade RG sob nº 7.909.160-0 SESP-PR Expedida em 09-05-2009, residente e domiciliada na Rua Antonio Niehues, nº 1215, casa, Centro, neste município de Capanema – PR, CEP 85.760-000;
2. ELEANDRO RAFFAELLI, brasileiro, maior e capaz, natural de Santo Antonio do Sudoeste - PR, casado sob o Regime de Comunhão Parcial de Bens, nascido em 01-09-1977, empresário, portador da Cédula de Identidade nº 7.109.006-0 SESP/PR Expedida em 02-12-2013 e CPF. sob o nº 019.594.159-48, residente e domiciliado na Rua Antonio Niehues, nº 1215, casa, Centro, neste município de Capanema – PR, CEP 85.760-000;
3. NATALINO ANTONIO RAFFAELLI, brasileiro, maior e capaz, natural de Tenente Portela - RS, Casado sob o Regime de Comunhão Universal de Bens, nascido em 24-12-1950, aposentado, portador da Cédula de Identidade nº 1.353.946-4 SESP/PR Expedida em 11-04-2012 e CPF sob o nº 282.946.029-49, residente e domiciliada nesta cidade de Capanema-PR, sito à Rua Santa Catarina, nº 396, casa, bairro São José Operário, CEP 85760-000;

Únicos sócios da Empresa RAFFAELLI SERVIÇOS E TRANSPORTES LTDA ME, com sede na Rua Antonio Niehues, nº 1215, Centro, neste município de Capanema – PR, CEP 85.760-000, registrada na Junta Comercial do Estado do Paraná, sob o NIRE nº 41207929967, por despacho em sessão de 11/10/2012, última alteração de transformação sob nº 20144963221 de 27-08-2014, e inscrita no CNPJ sob o nº 17.003.290/0001-20, resolvem assim, alterar o contrato social:

CLAUSULA PRIMEIRA: Os endereços dos sócios: Sara Egresiele Follmann Raffaelli e Eleandro Raffaelli, neste ato passa a ser na Rua Antonio Niehues, nº 1246, casa, Centro, neste município de Capanema – PR, CEP 85.760-000.

CLÁUSULA SEGUNDA: A Sociedade passa a ter sua sede e domicílio na:
Rua Antonio Niehues, nº 1246, Centro, Sala 02, neste município de Capanema – PR, CEP 85.760-000.

CLÁUSULA TERCEIRA: Fica incluída no objeto social a exploração do ramo de:
- 4313-4/00 – Serviços de terraplenagem, escavações, transporte, depósito e compactação de terras.

JUNTA COMERCIAL DO PARANA

CERTIFICO O REGISTRO EM 17/04/2017 11:13 SOB Nº 20172200199.
PROTOCOLO: 172200199 DE 17/04/2017. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11701416448. NIRE: 41207929967.
RAFFAELLI SERVIÇOS E TRANSPORTES LTDA - ME

Libertad Bogus
SECRETÁRIA-GERAL
CURITIBA, 17/04/2017
www.empresafacil.pr.gov.br

A validade deste documento, se **impresso, fica** sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.
Informando seus respectivos códigos de verificação

RAFFAELLI SERVIÇOS E TRANSPORTES LTDA ME
CNPJ/MF: 17.003.290/0001-20
NIRE: 41207929967
PRIMEIRA ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

1119

PARÁGRAFO UNICO: Em virtude da modificação a Cláusula 3ª do Contrato Social o objeto social passa a ter a seguinte redação:
- 4921-3/01 – Transporte Rodoviário Coletivo de Passageiros, com Itinerário Fixo, Municipal;
- 4930-2/02 – Transporte Rodoviário de Cargas, Exceto Produtos Perigosos e Mudanças, Internacional, Intermunicipal e Interestadual;
- 5212-5/00 – Serviço de Carga e descarga de matérias-primas agrícolas e animais vivos.
- 4313-4/00 – Serviços de terraplenagem, escavações, transporte, depósito e compactação de terras.

CLÁUSULA QUARTA: Permanecem inalteradas as demais cláusulas vigentes que não colidirem com as disposições de presente instrumento.

CLÀUSULA QUINTA: Fica eleito o foro da Comarca de Capanema-PR, para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

E por estarem assim, justos e contratados, datam e assinam o presente instrumento em 1 via para fins de registro na Junta Comercial do Estado do Paraná.

Capanema – PR, 05 de Abril de 2017.

Tabelionato de Notas Capanema - PR

Sara Egresiele Follmann Raffaelli
Sócia

Tabelionato de Notas Capanema - PR

Eleandro Raffaelli
Sócio Administrador

Tabelionato de Notas Capanema - PR

Natalino Antonio Raffaelli
Sócio

JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ

CERTIFICO O REGISTRO EM 17/04/2017 11:13 SOB Nº 20172200199.
PROTOCOLO: 172200199 DE 17/04/2017. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11701416448. NIRE: 41207929967.
RAFFAELLI SERVIÇOS E TRANSPORTES LTDA - ME

Libertad Bogus
SECRETÁRIA-GERAL
CURITIBA, 17/04/2017
www.empresafacil.pr.gov.br

A validade deste documento, se **impresso**, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.
Informando seus respectivos códigos de verificação

001120

TABELIONATO DE NOTAS DE CAPANEMA - PR
R. Alagoas, 1332 • Centro • Capanema - PR • CEP: 85.760-000 • Telefone: (46) 3552-3[illegible]

Selo Digital: ayHGh.ktvh5.3T13h, Controle: VHpRY.bATRC
Consulte esse selo em http:\\funarpen.com.br
Reconheço por SEMELHANÇA a assinatura indicada de SARA EGRESIELE POLLMANN RAFFAELLI. Dou fé.
Capanema-PR, 13 de abril de 2017.
Em Test° _____ da Verdade.

Daniela Ribeiro do Carmo - Escrevente
Emolumentos: R$3,95 - VRC 21,73, Funrejus: R$0,98, Selo Funarpen: R$0,75, ISS: R$0,12 - Total: R$5,80

TABELIONATO DE NOTAS DE CAPANEMA • Francisco Secco Giaretta Tabelião Titular • CAPANEMA - PR •

TABELIONATO DE NOTAS DE CAPANEMA - PR
R. Alagoas, 1332 • Centro • Capanema - PR • CEP: 85.760-000 • Telefone: (46) 3552-3[illegible]

Selo Digital: QyHGh.ktvuM.fLbqb, Controle: eqUsG.eYzzw
Consulte esse selo em http:\\funarpen.com.br
Reconheço por SEMELHANÇA as assinaturas indicadas de ELEANDRO RAFFAELLI e NATALINO ANTONIO RAFFAELLI. Dou fé. Capanema-PR, 13 de abril de 2017.
Em Test° _____ da Verdade.

Daniela Ribeiro do Carmo - Escrevente
Emolumento[illegible] Funrejus: R$1,96, Selo al: R$10,85
Funarpen: R

TABELIONATO DE NOTAS DE CAPANEMA • Francisco Secco Giaretta Tabelião Titular • CAPANEMA - PR •

JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ

CERTIFICO O REGISTRO EM 17/04/2017 11:13 SOB Nº 20172200199.
PROTOCOLO: 172200199 DE 17/04/2017. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 11701416448. NIRE: 41207929967.
RAFFAELLI SERVIÇOS E TRANSPORTES LTDA - ME

Libertad Bogus
SECRETÁRIA-GERAL
CURITIBA, 17/04/2017
www.empresafacil.pr.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.
Informando seus respectivos códigos de verificação

091121
JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ
AGÊNCIA REGIONAL

SARA EGRESIELE FOLLMANN RAFFAELLI ME
CNPJ Nº 17.003.290/0001-20
CONTRATO SOCIAL POR TRANSFORMAÇÃO DE EMPRESARIO PARA SOCIEDADE LIMITADA

SARA EGRESIELE FOLLMANN RAFFAELLI, brasileira, natural de Planalto - PR, Casada sob o Regime Parcial de Bens, nascida em 21-06-1980, empresária, CPF sob nº 040.952.539-16, Cédula de Identidade RG sob nº 7.909.160-0 SESP-PR, residente e domiciliada na Rua Antonio Niehues, nº 1215, Centro, neste município de Capanema – PR, CEP 85.760-000. Fazendo uso do que permite o 3°, do artigo 968, da lei n° 10.406/2002, com redação alterada pelo artigo 10, da lei complementar n° 128, de 19.12.2008, ora transforma seu registro de EMPRESARIO que tinha a denominação de SARA EGRESIELE FOLLMANN RAFFAELLI ME, Registrado na junta comercial, SOB NIRE nº 4110731985-7, por despacho em sessão de 11-10-2012, devidamente inscrita no CNPJ sob nº 17.003.290/0001-20, com sede e foro a Rua Antonio Niehues, nº 1215, Sala, Centro, neste município de Capanema - PR em SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA, passando a usar a razão social de RAFFAELLI SERVIÇOS E TRANSPORTES LTDA ME, uma vez que admitiram os sócios Ingressantes na sociedade ELEANDRO RAFFAELLI, brasileiro, natural de Santo Antonio do Sudoeste - PR, casado sob o Regime de Comunhão Parcial de Bens, nascido em 01-09-1977, empresário, portador da Cédula de Identidade nº 7.109.006-0 SESP/PR e CPF. sob o nº 019.594.159-48, residente e domiciliado nesta cidade de Capanema-PR, sito à Rua Antonio Niehues, nº 1215, Centro, CEP 85760-000, entra neste ato com 7.500 (sete mil quinhentas) quotas no valor de R$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais) em moeda corrente do País, e NATALINO ANTONIO RAFFAELLI, brasileiro, natural de Tenente Portela - RS, Casado sob o Regime de Comunhão Universal de Bens, nascido em 24-12-1950, portador da Cédula de Identidade nº 1.353.946-4 SESP/PR e CPF. sob o nº 282.946.029-49, residente e domiciliada nesta cidade de Capanema-PR, sito à Rua Santa Catarina, nº 396, bairro São José Operário, CEP 85760-000, entra neste ato 15.000 (quinze mil) quotas no valor de R$ 15.000,00 (quinze mil reais) em moeda corrente do País.

CLÁUSULA PRIMEIRA: O capital social, inteiramente subscrito e integralizado na forma prevista neste ato, na importância total de R$ 15.000,00 (quinze mil reais) divididos em 15.000 quotas de R$ 1,00 (um real) cada uma, passa a ser neste ato de 45.000 (quarenta e cinco mil) quotas de 1,00 (um real) cada uma, totalizando R$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reis), totalmente subscrito e integralizados, ficando assim distribuído entre os sócios:

SOCIOS	%	QUOTAS	VALOR
SARA EGRESIELE FOLLMANN RAFFAELLI	33,34%	15.000	15.000,00
ELEANDRO RAFFAELLI	16,66%	7.500	7.500,00
NATALINO ANTONIO RAFFAELLI	50,00%	22.500	22.500,00
TOTAL	100%	45.000	45.000,00

CLÁUSULA SEGUNDA: A sociedade girará sob o nome empresarial: RAFFAELLI SERVIÇOS E TRANSPORTES LTDA ME e terá sede e domicilio na Rua Antonio Niehues, nº 1215, Sala, Centro, neste município de Capanema – PR, CEP 85.760-000.

Sara Follmann Raffaelli

Natalino A Raffaelli

1122

SARA EGRESIELE FOLLMANN RAFFAELLI ME
CNPJ Nº 17.003.290/0001-20
CONTRATO SOCIAL POR TRANSFORMAÇÃO DE EMPRESÁRIO PARA SOCIEDADE LIMITADA

CLÁUSULA TERCEIRA: A sociedade tem por objetivo social o ramo de:
- 4921-3/01 – Transporte Rodoviário Coletivo de Passageiros, com Itinerário Fixo, Municipal;
- 4930-2/02 – Transporte Rodoviário de Cargas, Exceto Produtos Perigosos e Mudanças, Internacional, Intermunicipal e Interestadual;
- 5212-5/00 – Serviço de Carga e descarga de matérias-primas agrícolas e animais vivos.

CLÁUSULA QUARTA: O prazo de duração da presente sociedade é por tempo indeterminado, iniciando suas atividades a partir de 15 de outubro de 2012.

CLAUSULA QUINTA: A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

CLÁUSULA SEXTA: As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

CLÁUSULA SÉTIMA: A administração da sociedade caberá ao sócio ELEANDRO RAFFAELLI, com os poderes e atribuições de Administrador, autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do outro sócio.

CLÁUSULA OITAVA: Ao término da cada exercício social, em 31 de dezembro, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apurados.

CLÁUSULA NONA: Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administrador quando for o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA: A sociedade poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração contratual assinada por todos os sócios.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: Os sócios poderão, de comum acordo, fixar uma retirada mensal, a título de "pro labore", observadas as disposições regulamentares pertinentes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: Falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do(s) sócio(s) remanescente(s), o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

Sara Follmann Raffaelli

SARA EGRESIELE FOLLMANN RAFFAELLI ME
CNPJ Nº 17.003.290/0001-20
CONTRATO SOCIAL POR TRANSFORMAÇÃO DE EMPRESARIO PARA SOCIEDADE LIMITADA

Parágrafo único - O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: O Administrador declara, sob as penas da lei, de que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: Permanecem inalteradas as demais cláusulas vigentes que não colidirem com as disposições de presente instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: Fica eleito o foro da Comarca de Capanema-PR, para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

E, por estarem justos e contratados assinam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma.

Capanema-PR, 30 de julho de 2014.

Tabelionato de Notas Capanema - PR

SARA EGRESIELE FOLLMANN RAFFAELLI
Sócia Remanescente

Tabelionato de Notas Capanema - PR

ELEANDRO RAFFAELLI
Sócio Ingressante Administrador

Tabelionato de Notas Capanema - PR

NATALINO ANTONIO RAFFAELLI
Sócio Ingressante

SERVIÇO NOTARIAL DE CAPANEMA
Adelar Miguel Pezzini
Agente Delegado Designado
Rua Alagoas nº 1332, Capanema - Pr - CEP 85760-000 cartoriopezzini@hotmail.com (46) 3552-3710
Selo Digital Nº FDmmc.9f4Th.UBmEM. Controle: 9LYGc.jyF
Consulte este selo em http://funarpen.com.br
Reconheço por verdadeira as assinaturas indicadas de SARA EGRESIELE FOLLMANN RAFFAELLI, ELEANDRO RAFFAELLI e NATALINO ANTONIO RAFFAELLI, do que dou fé. Custas: R$20,65 (VRC 130,86) e Selo R$0,62. Capanema-PR, 28 de agosto de 2014, às 11:07:67 horas.
Em Test.ª da Verdade
Escrevente
TABELIONATO DE NOTAS DE CAPANEMA
Adelar Miguel Pezzini
Agente Delegado Designado
Rua Alagoas, 1332
Centro
85760-000 - CAPANEMA - PR

JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ

JUNTA COMERCIAL DO PARANA
AGENCIA REGIONAL DE CAPANEMA
CERTIFICO O REGISTRO EM: 27/08/2014
SOB NÚMERO: 41207929967
Protocolo: 14/496323-0, DE 15/08/2014

RAFFAELLI SERVICOS E TRANSPORTES LTDA ME

SEBASTIÃO MOTTA
SECRETARIO GERAL

CAPANEMA - PR

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
Secretaria do Desenvolvimento da Produção
Departamento Nacional de Registro do Comércio

REQUERIMENTO DE EMPRESÁRIO

INSTRUÇÕES DE PREENCHIMENTO NO VERSO

1125

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO DE EMPRESA - NIRE DA SEDE	NIRE DA FILIAL (preencher somente se ato referente à filial)
4110731985-7	

NOME DO EMPRESÁRIO (completo sem abreviaturas)
SARA EGRESIELE FOLLMANN RAFFAELLI

NACIONALIDADE	ESTADO CIVIL
BRASILEIRA	Casado(a)

SEXO	REGIME DE BENS (se casado)
M☐ F☒	Comunhão parcial

FILHO DE (pai)	(mãe)
SELMO FOLLMANN	ILOA FOLLMANN

NASCIDO EM (data de nascimento)	IDENTIDADE (número)	Órgão emissor	UF	CPF (número)
21-06-1980	7.909.160-0	SESP	PR	040.952.539-16

EMANCIPADO POR (forma de emancipação - somente no caso de menor)

DOMICILIADO NA (LOGRADOURO - rua, av. etc.)	NÚMERO
RUA ANTONIO NIEHUES	1215

COMPLEMENTO	BAIRRO / DISTRITO	CEP	CÓDIGO DO MUNICÍPIO (Uso da Junta Comercial)
CASA	CENTRO	85760-000	

MUNICÍPIO	UF
CAPANEMA	PR

declara, sob as penas da lei, não estar impedido de exercer atividade empresária, que não possui outro registro de empresário e requer à Junta Comercial do **Paraná - CAPANEMA:**

CÓDIGO DO ATO	DESCRIÇÃO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO
002	ALTERAÇÃO	046	TRANSFORMAÇÃO
CÓDIGO DO EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO	CÓDIGO DO EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO

NOME EMPRESARIAL
SARA EGRESIELE FOLLMANN RAFFAELLI ME

LOGRADOURO (rua, av, etc.)	NÚMERO
RUA ANTONIO NIEHUES	1215

COMPLEMENTO	BAIRRO / DISTRITO	CEP	CÓDIGO DO MUNICÍPIO (Uso da Junta Comercial)
SALA	CENTRO	85760-000	

MUNICÍPIO	UF	PAÍS	CORREIO ELETRÔNICO (E-MAIL)
CAPANEMA	PR	BRASIL	

VALOR DO CAPITAL - R$	VALOR DO CAPITAL (por extenso)
15.000,00	QUINZE MIL REAIS

CÓDIGO DE ATIVIDADE ECONÔMICA (CNAE Fiscal)	DESCRIÇÃO DO OBJETO
Atividade principal 4921-3/01 Atividades secundárias 4930-2/02 5212-5/00	Transporte Rodoviário coletivo de pasageiros, com etinerario fixo municipal, Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal e interestadual. Serviço de carga e descarga de matérias-primas agrícolas e animais vivos

DATA DE INÍCIO DAS ATIVIDADES	NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CNPJ	TRANSFERÊNCIA DE SEDE OU DE FILIAL DE OUTRA UF NIRE anterior	UF	USO DA JUNTA COMERCIAL DEPENDE DE AUTORIZAÇÃO GOVERNAMENTAL 1 - SIM 3 - NÃO
15-10-2012	17.003.290/0001-20			

ASSINATURA DA FIRMA PELO EMPRESÁRIO (ou pelo representante/assistente/procurador)
SARA EGRESIELE FOLLMANN RAFFAELLI ME

DATA DA ASSINATURA	ASSINATURA DO EMPRESÁRIO
30-07-2014	Sara Follmann Raffaelli

PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL

DEFERIDO
PUBLIQUE-SE E ARQUIVE-SE
Carla E. F. Lucatelli
RG 3.463.294-4/PR
26/08/2014

JUNTA COMERCIAL DO PARANA
AGENCIA REGIONAL DE CAPANEMA
CERTIFICO O REGISTRO EM: 27/08/2014
SOB NÚMERO: 20144963221
Protocolo: 14/496322-1, DE 15/08/2014
Empresa:41 2 0792996 7
SARA EGRESIELE FOLLMANN RAFFAELLI ME
SEBASTIÃO MOTTA
SECRETARIO GERAL

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
Secretaria do Desenvolvimento da Produção
Departamento Nacional de Registro do Comércio

REQUERIMENTO DE EMPRESÁRIO

001126

INSTRUÇÕES DE PREENCHIMENTO NO VERSO

JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO DE EMPRESA – NIRE DA SEDE	NIRE DA FILIAL (preencher somente se for referente a filial)

NOME DO EMPRESÁRIO (completo, sem abreviaturas)
SARA EGRESIELE FOLLMANN RAFFAELLI

NACIONALIDADE	ESTADO CIVIL
BRASILEIRA	Casado(a)

SEXO	REGIME DE BENS (se casado)
M☐ F☒	

FILHO DE (pai)	(mãe)
SELMO FOLLMANN	TICA FOLLMANN

NASCIDO EM (data de nascimento)	IDENTIDADE (número)	Órgão emissor	UF	CPF (número)
21-06-1980	7.909.160-0	SESP	PR	040.952.539-16

EMANCIPADO POR (dados da emancipação – somente no caso de menor)

DOMICILIADO NA (LOGRADOURO – rua, av, etc.)	NÚMERO
RUA ANTONIO NIEHUES	1215

COMPLEMENTO	BAIRRO / DISTRITO	CEP	CÓDIGO DO MUNICÍPIO (Uso da Junta Comercial)
CASA	CENTRO	85760-000	

MUNICÍPIO	UF
CAPANEMA	PR

declara, sob as penas da lei, **não estar impedido** de exercer atividade empresária, que **não possui outro registro de empresário e requer à Junta Comercial do Paraná – CAPANEMA:**

CÓDIGO DO ATO	DESCRIÇÃO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO
080	INSCRIÇÃO	080	INSCRIÇÃO
CÓDIGO DO EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO	CÓDIGO DO EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO

NOME EMPRESARIAL
SARA EGRESIELE FOLLMANN RAFFAELLI

LOGRADOURO (rua, av, etc.)	NÚMERO
RUA ANTONIO NIEHUES	1215

COMPLEMENTO	BAIRRO / DISTRITO	CEP	CÓDIGO DO MUNICÍPIO (Uso da Junta Comercial)
SALA	CENTRO	85760-000	

MUNICÍPIO	UF	PAÍS	CORREIO ELETRÔNICO (E-MAIL)
CAPANEMA	PR	BRASIL	

VALOR DO CAPITAL – R$	VALOR DO CAPITAL (por extenso)
15.000,00	QUINZE MIL REAIS

CÓDIGO DE ATIVIDADE ECONÔMICA (CNAE Fiscal)	DESCRIÇÃO DO OBJETO
Atividade (principal) 4921-3/01 Atividades secundárias 4930-2/02 5212-5/00	Transporte Rodoviário coletivo de pasageiros, com etinerario fixo municipal, Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal e interestadual. Serviço de carga e descarga de matérias-primas agrícolas e animais vivos

JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ

DATA DE INÍCIO DAS ATIVIDADES	NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CNPJ	TRANSFERÊNCIA DE SEDE OU DE FILIAL DE OUTRA UF – NIRE anterior	ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA (ME) OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE (EPP)
15-10-2012			1 - SIM 3 - NÃO

ASSINATURA DA FIRMA PELO EMPRESÁRIO (ou pelo representante/assegurado/gerente)
SARA EGRESIELE FOLLMANN RAFFAELLI

DATA DA ASSINATURA	ASSINATURA DO EMPRESÁRIO
09-10-2012	Sara Follmann Raffaelli

AGÊNCIA REGIONAL CAPANEMA - PR

PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL

DEFERIDO.
PUBLIQUE-SE E ARQUIVE-SE.

Carla E. F. Lucatelli
RG 3.463.294-4 / PR
11/10/2012

JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ
AGÊNCIA REGIONAL DE CAPANEMA
CERTIFICO O REGISTRO EM 11/10/2012
SOB NÚMERO 41107315857
Protocolo: 12/694759-7, DE 11/10/2012
SARA EGRESIELE FOLLMANN RAFFAELLI
SEBASTIÃO MOTTA
SECRETÁRIO GERAL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DO PARANÁ

RG: 7.109.006-0



POLEGAR DIREITO



ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL: 7.109.006-0 DATA DE EXPEDIÇÃO: 02/12/2013

NOME: ELEANDRO RAFFAELLI

FILIAÇÃO: NATALINO ANTONIO RAFFAELLI
NICIA ESMERALDA RAFFAELLI

NATURALIDADE: S ANT SUDOESTE/PR DATA DE NASCIMENTO: 01/09/1977

DOC. ORIGEM: COMARCA=CAPANEMA/PR, DA SEDE
C CAS=3228, LIVRO=168, FOLHA=197

CPF: 019.594.159-48

CURITIBA/PR

NEWTON TADEU ROCHA

ASSINATURA DO DIRETOR

É PROIBIDO PLASTIFICAR

LEI Nº 7.116 DE 29/09/83

1128

SANEPAR
Companhia de Saneamento do Paraná

Endereço: Rua Engenheiros Rebouças nº 1376
CEP 80.215-900 Curitiba - PR
CNPJMF 76.484.013/0001-45
Inscrição Estadual 101.80080-64
Internet: www.sanepar.com.br

CONTA — **FONE SANEPAR: 0800 – 200 – 0115**

NOME DO CLIENTE: VERA TATIANA BOHN | MATRÍCULA: 0358.7046

ENDEREÇO: R LUIZ GERALDO MULLER | NÚMERO: 34 | Nº LADO - Nº FRENTE:

CEP: 85.760-000 | LOCAL: CAPANEMA

ROTEIRO DE LEITURA: 013-13-04-013-15110 | HIDRÔMETRO: YY9AA02Z9854-4-1 | CAT - RES - COM - IND - UTP - POP: 011 001 _ _ _ _

QUALIDADE DA ÁGUA DISTRIBUÍDA	Turbidez	Cor	Cloro	Flúor	Coli. Totais	Definições no verso
Nº Mínimo de Amostras Exigidas	32	10	32		32	
Nº Amostras Realizadas	32	32	30	11	32	
Nº Amostras que Atenderam à Legislação	32	32	30	11	32	

Conclusão: TODAS AS AMOSTRAS ATENDEM À LEGISLAÇÃO

HISTÓRICO DE PAGAMENTOS - CONDICIONADO AS OBSERVAÇÕES CONSTANTES NO VERSO

	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set
2019	PAGO	PAGO	PAGO	PAGO	PAGO	PAGO	PAGO	PAGO	PAGO	PAGO	PAGO	PAGO
2020	PAGO	PAGO	PAGO	PAGO	PAGO	PAGO	PAGO	---	---	---	---	---

FAIXAS DE CONSUMO	VOLUME	VALOR M3/FX AGUA	TOTAIS AGUA	TOTAIS ESGOTO
RES Minimo	5		38,77	31,02
De 6 a 10m3	5	1,20	6,00	4,80
De 11 a 15m3	2	6,68	13,36	10,69

HISTÓRICO DE CONSUMO/m3

09/19	10/19	11/19	12/19	01/20	02/20	03/20	04/20	05/20	06/20	07/20
13	13	14	R	R	R	11	12	12	18	19

DIAS DE CONSUMO	DATA LEITURA	LEITURA ANTERIOR	LEITURA ATUAL	CONSUMO/m3	REFERÊNCIA
29	19/08/2020	45	57	12	08/2020

MOTIVO DA AUSÊNCIA DE LEITURA:

MÉDIA DE CONSUMO/m3 ÚLTIMOS 5 MESES: 14

VENCIMENTO: 04/09/2020

PREVISÃO PRÓXIMA LEITURA	ÁGUA	ESGOTO	SERVIÇOS	TOTAL
21/09/2020	58,13	46,51		104,64

EM TEMPO DE ESTIAGEM CUIDE DA AGUA. N?O DESPERDICE
ATENDIMENTO: FRANCISCOBELTRAO@SANEPAR.COM.BR

TRIBUTOS FEDERAIS - LEI 12.741 - VALOR APROXIMADO R$ 8,55

AUTENTICAÇÃO NO VERSO | OBSERVAÇÕES NO VERSO | COMPROVANTE CLIENTE


REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

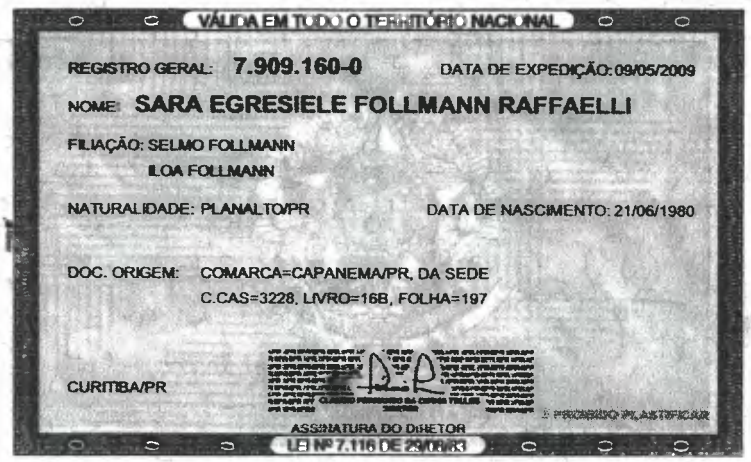
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DO PARANÁ

RG: 7.909.160-0

POLEGAR DIREITO

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE


VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL: 7.909.160-0 DATA DE EXPEDIÇÃO: 09/05/2009

NOME: SARA EGRESIELE FOLLMANN RAFFAELLI

FILIAÇÃO: SELMO FOLLMANN
ILOA FOLLMANN

NATURALIDADE: PLANALTO/PR DATA DE NASCIMENTO: 21/06/1980

DOC. ORIGEM: COMARCA=CAPANEMA/PR, DA SEDE
C.CAS=3228, LIVRO=16B, FOLHA=197

CURITIBA/PR

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83


MINISTÉRIO DA FAZENDA
Receita Federal
CPF
CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS
Número de Inscrição
040.952.539-16
Nome
SARA EGRESIELE FOLLMANN RAFFAELLI
Nascimento
21/06/1980

AD 1130

SANEPAR
Companhia de Saneamento do Paraná

Endereço: Rua Engenheiros Rebouças nº 1376
CEP 80.215-900 Curitiba - PR
CNPJ/MF 76.484.013/0001-45
Inscrição Estadual 101.80080-84
Internet: www.sanepar.com.br

COMUNICADO DE NAO EMISSAO DA CONTA **FONE SANEPAR: 0800 – 200 – 0115**

NOME DO CLIENTE: ELEANDRO RAFFAELLI | MATRÍCULA: 0358.2698

ENDEREÇO: AV INDEPENDENCIA Q 9 L 4 | NÚMERO: 167 | Nº LADO – Nº FRENTE: 205

CEP: 85.760-000 | LOCAL: CAPANEMA

ROTEIRO DE LEITURA: 013-16-08-013-18925 | HIDRÔMETRO: Y17F342873-4-1 | CAT - RES - COM - IND - UTP - POP: 011 001 - - - - -

QUALIDADE DA ÁGUA DISTRIBUÍDA	Turbidez	Cor	Cloro	Flúor	Coli. Totais	Definições no verso
Nº Mínimo de Amostras Exigidas	32	10	32		32	
Nº Amostras Realizadas	32	35	41	13	32	
Nº Amostras que Atenderam à Legislação	32	35	41	13	32	

Conclusão: TODAS AS AMOSTRAS ATENDERAM A LEGISLACAO

HISTÓRICO DE PAGAMENTOS - CONDICIONADO AS OBSERVAÇÕES CONSTANTES NO VERSO

Ano	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
2019	PAGO	PAGO	PAGO	PAGO	PAGO	PAGO	PAGO	PAGO	PAGO	PAGO	PAGO	PAGO
2020	PAGO	PAGO	PAGO	PAGO	PAGO	PAGO	PAGO	PAGO	---	---	---	---

PREZADO CLIENTE

NA OCASIAO DA LEITURA, CONSTATAMOS ALTERACOES NO CONSUMO DE AGUA DO SEU IMOVEL E, POR ESTE MOTIVO, DEIXAMOS DE EMITIR A CONTA.

SOLICITAMOS A GENTILEZA DE AGUARDAR SUA CONTA EM CASA. CASO ELA NAO SEJA ENTREGUE EM UM PRAZO DE 10 DIAS, A CONTAR DA DATA DE RECEBIMENTO DESTE COMUNICADO, FAVOR ENTRAR EM CONTATO COM A SANEPAR, OU PROCURAR UM DOS NOSSOS ESCRITORIOS.

HISTÓRICO DE CONSUMO/m3

10/19	11/19	12/19	01/20	02/20	03/20	04/20	05/20	06/20	07/20	08/20
14	11	12	21	20	A	22	21	17	19	20

DIAS DE CONSUMO	DATA LEITURA	LEITURA ANTERIOR	LEITURA ATUAL	CONSUMO/m3	REFERÊNCIA
	24/09/2020				09/2020

MOTIVO DA AUSÊNCIA DE LEITURA | MÉDIA DE CONSUMO/m3 ÚLTIMOS 6 MESES | VENCIMENTO

PREVISÃO PRÓXIMA LEITURA	AGUA	ESGOTO	SERVIÇOS	TOTAL

AUTENTICAÇÃO NO VERSO | OBSERVAÇÕES NO VERSO | COMPROVANTE CLIENTE

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DO PARANÁ

RG: 1.353.946-4



POLEGAR DIREITO



Natalino A Raffaelli

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL: **1.353.946-4** DATA DE EXPEDIÇÃO: 11/04/2012

NOME: **NATALINO ANTONIO RAFFAELLI**

FILIAÇÃO: RODOLFO GABRIEL RAFFAELLI
LUCIA RAFFAELLI

NATURALIDADE: TENENTE PORTELA/RS DATA DE NASCIMENTO: 24/12/1950

DOC. ORIGEM: COMARCA=STO A SUDOESTE/PR, DA SEDE
C.CAS=2009, LIVRO=12B, FOLHA=48

CURITIBA/PR

NEWTON TADEU ROCHA
DIRETOR

ASSINATURA DO DIRETOR

É PROIBIDO PLASTIFICAR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

CIC

NASCIMENTO
24.12.50

INSCRIÇÃO NO CPF
282 946 029 49

CONTRIBUINTE
NATALINO ANTONIO RAFFAELLI

SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL

COPEL

Copel Distribuição S.A.
Rua José Izidoro Biazetto, 158
81200-240 Curitiba - PR
CNPJ 04.368.898/0001-06
IE 90.233.073-99 IM 423.992-4

www.copel.com
0800 51 00 116

Unidade Consumidora
8835330

Vencimento
05/10/2020

Valor a Pagar
R$ 265,04

NATALINO ANTONIO RAFFAELLI
RUA CATARINA, 396

CEP 86760000 CAPANEMA PR
CPF 28294602949

Responsável pela atividade de iluminação pública - Prefeitura Municipal - 46/3565-1321

Reaviso de Vencimento

Informações Técnicas

No. Medidor: 0284333426 - BIFASICO — Mes Referencia: 09/2020

Leitura Anterior	Leitura Atual	Medido	Constante de Multiplicacao	Total Faturado	Consumo Medio/Dia	Data Apresentacao
12/08/2020 29603	11/09/2020 29865	30 dias 262 kWh	1,00	262 kWh	8,73 kWh	11/09/2020

Proxima Leitura Prevista 13/10/2020 — RESIDE/RESIDENCIAL

Informações Suplementares

	Tarifas	Tensao Contratada
ENERGIA ELETRICA CONSUMO	0,612770	127 / 220 volts

Limite faixa adequada de Tensao
117 - 133 / 202 - 231 volts

Historico de Consumo e Pagamento — Media 3 meses: 242 kWh

MES	09/20	07/20	06/20	05/20	04/20	03/20	02/20	01/20	12/19	11/19	10/19	09/19
CONS	249	241	237	238	329	277	328	400	243	209	243	180
PGTO	01/09	03/08	01/07	02/06	05/06	01/04	02/03	03/02	02/01	05/12	01/11	02/10

Valores Faturados

NOTA FISCAL CONTA DE ENERGIA ELETRICA no. 153847690 Serie B
Emitida em 09/09/2020

	Produto Descricao	Un	Consumo	Valor Unitario	Valor Total	Base de Calculo	Aliq ICMS
01	ENERGIA ELETRICA CONSUMO	kWh	262	0,756106	198,10	198,10	29,00%
02	CONT ILUMIN PUBLICA MUNICIPI				24,94		
03	DOACAO LBV-0800 0666099				42,00		

Base de Calculo do ICMS 198,10 | Valor ICMS 57,44 | Valor Total da Nota Fiscal 266,04

Reservado ao Fisco

636E.AB80.26CD.8423.C7EA.E66A.B8DE.0C12

INCLUSO NA FATURA PIS R$ 1,13 E COFINS R$ 5,19, CONFORME RES. ANEEL 130/2006
A PARTIR DE 01/09/2020 - PIS/PASEP 0,65% e COFINS 2,64%
A qualquer tempo pode ser solicitado o cancelamento de valores nao relacionados a prestacao do servico de energia eletrica, como convenios e doacoes
DENUNCIE O FURTO DE FIOS! LIGUE 181
Atraso superior a 46dias sujeita inclusao no cadastro de inadimplentes CADIN/PR
Agora e possivel recorrer a Ouvidoria da Copel pelo Site ou Mobile
Periodos Band Tarif Verde 13/08-11/09

Vencimento: 05/10/2020 — Valor a pagar: R$ 265,04

Controle	Numero de identificacao	Mes
01-20209529843025-2	8835330	09/2020

83660000002 7 65040111000 4 00101020209 9 52984302502 2

1133

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
17.003.290/0001-20 **MATRIZ**		**11/10/2012**

NOME EMPRESARIAL
RAFFAELLI SERVICOS E TRANSPORTES LTDA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
RAFFAELLI TRANSPORTES E SERVICOS	**ME**

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
52.12-5-00 - Carga e descarga

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
43.13-4-00 - Obras de terraplenagem

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
ANTONIO NIEHUES	**1246**	**SALA 02**

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
85.760-000	**CENTRO**	**CAPANEMA**	**PR**

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
	(46) 9976-5012

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	**11/10/2012**

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **23/10/2020** às **13:32:53** (data e hora de Brasília).

Página: **1/1**

RECEITA ESTADUAL

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA FAZENDA

Comprovante de Inscrição Cadastral - CICAD

Inscrição no CAD/ICMS	Inscrição CNPJ	Início das Atividades
90859582-30	17.003.290/0001-20	08/2020

Empresa / Estabelecimento

Nome Empresarial	RAFFAELLI SERVICOS E TRANSPORTES LTDA ME
Título do Estabelecimento	RAFFAELLI TRANSPORTES E SERVICOS
Endereço do Estabelecimento	R ANTONIO NIEHUES, 1246, SL 02 - CENTRO - CEP 85760-000 FONE: (46) 99976-5012
Município de Instalação	CAPANEMA - PR, DESDE 08/2020 (Estabelecimento Matriz)

Qualificação

Situação Atual	ATIVO - SIMPLES NACIONAL / SIMPLES NACIONAL - DIA 03 DO MES+2, DESDE 08/2020
Natureza Jurídica	206-2 - SOCIEDADE EMPRESÁRIA LTDA
Atividade Econômica Principal do Estabelecimento	4313-4/00 - OBRAS DE TERRAPLENAGEM
Atividade(s) Econômica(s) Secundária(s) do Estabelecimento	

Quadro Societário

Tipo	Inscrição	Nome Completo / Nome Empresarial	Qualificação
CPF	019.594.159-48	ELEANDRO RAFFAELLI	SÓCIO-ADMINISTRADOR
CPF	040.952.539-16	SARA EGRESIELE FOLLMANN RAFFAELLI	SÓCIO
CPF	282.946.029-49	NATALINO ANTONIO FARRAELLI	SÓCIO

Este CICAD tem validade até 22/11/2020.

Os dados cadastrais deste estabelecimento poderão ser confirmados via Internet www.fazenda.pr.gov.br

Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Receita Estadual do Paraná

CAD/ICMS Nº 90859582-30

Emitido Eletronicamente via Internet
23/10/2020 14:05:27

Dados transmitidos de forma segura
Tecnologia CELEPAR

1135

Município de Capanema

ESTADO DO PARANÁ
75.972.760/0001-60
AV GOV.PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA, 1080 - CENTRO - CAPANEMA - PR

ALVARÁ Nº 151/2012

O Município de Capanema, conforme protocolo nº PRP1723132340 de 04 de Dezembro de 2017 concede alvará de licença para localização a:

Nome: **RAFFAELLI SERVICOS E TRANSPORTES LTDA - ME**
CNPJ/CPF: 17.003.290/0001-20 **Inscrição Municipal:** 35947
Nome Fantasia: RAFFAELLI TRANSPORTES E SERVIÇOS

Localização: R ANTONIO NIEHUES, 1246 - SALA 2 - CENTRO CEP: 85760000 Capanema - PR

Atividades
5212-5/00 - Carga e descarga.
4313-4/00 - Obras de terraplenagem.

Horário de funcionamento Comercio e prestadores de servicos
Segunda à Sexta das 07:30 às 20:00
Sábado das 07:30 às 13:00

Este Alvará possui validade INDETERMINADA somente para a LOCALIZAÇÃO e ATIVIDADES acima descritas.

Observações:

1 - O Contribuinte deve manter o presente Alvará de Licença, em lugar bem visível e o exibirá a autoridade competente sempre que esta o exigir. - Código de Posturas - Lei 03/1970 - Artigo 213.
2 - Será exigida renovação de licença sempre que ocorrer mudanças de ramo de atividade, modificações nas características do estabelecimento ou transferência de local.
3 - Nos casos de alterações tais como: encerramento, mudanças de endereço, razão social, ramos de atividade, etc.
O contribuinte será obrigado a comunicar a Prefeitura dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias.
IMPORTANTE:
- Evite multas, auditorias, fiscalização especial e outros aborrecimentos mantendo em dia sua situação perante o fisco.
Futuramente você precisará de certidões para fins de aposentadoria, auxílios, pensão, etc.
Zele pelo seu futuro.

Capanema,23 de Outubro de 2020

Autenticação: 9ZTMH2MBQ2Z4X58RTQ8

Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Receita Estadual do Paraná

1136

Certidão Negativa

de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual
Nº 022831396-17

Certidão fornecida para o CNPJ/MF: **17.003.290/0001-20**
Nome: **RAFFAELLI SERVICOS E TRANSPORTES LTDA ME**

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

Obs.: Esta Certidão engloba todos os estabelecimentos da empresa e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

Válida até 20/02/2021 - Fornecimento Gratuito

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet
www.fazenda.pr.gov.br

Emitido via Internet Pública (23/10/2020 14:16:12)

1137

Município de Capanema
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE TRIBUTAÇÃO

CERTIDÃO NEGATIVA

IMPORTANTE:

1. FICA RESSALVADO O DIREITO DA FAZENDA MUNICIPAL COBRAR DÉBITOS CONSTATADOS POSTERIORMENTE MESMO REFERENTE AO PERÍODO COMPREENDIDO NESTA CERTIDÃO.
2. A PRESENTE CERTIDÃO TEM VALIDADE ATÉ **22/12/2020**, SEM RASURAS E NO ORIGINAL.

REVENDO OS ARQUIVOS E REGISTROS, CERTIFICAMOS QUE: O CONTRIBUINTE NADA DEVE À FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL RELATIVO A EMPRESA MENCIONADA ABAIXO.

NEGATIVA Nº: 6653/2020

CÓDIGO DE AUTENTICAÇÃO: 9ZTMH282QE5X44X8XEUX

FINALIDADE: VERIFICAÇÃO

RAZÃO SOCIAL: RAFFAELLI SERVICOS E TRANSPORTES LTDA - ME

Inscrição Municipal	CNPJ/CPF	INSCRIÇÃO ESTADUAL	ALVARÁ
35947	17.003.290/0001-20		151

ENDEREÇO

R ANTONIO NIEHUES, 1246 - SALA 2 - CENTRO CEP: 85760000 Capanema - PR

CNAE / ATIVIDADES

Carga e descarga, Obras de terraplenagem

Certidão emitida no dia **Capanema, 23 de Outubro de 2020.**
CÓDIGO DE AUTENTICAÇÃO: **9ZTMH282QE5X44X8XEUX**

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: RAFFAELLI SERVICOS E TRANSPORTES LTDA
CNPJ: 17.003.290/0001-20

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 14:14:22 do dia 23/10/2020 <hora e data de Brasília>.
Válida até 21/04/2021.
Código de controle da certidão: **3F68.D12F.5566.723D**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Voltar Imprimir

CAIXA
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 17.003.290/0001-20
Razão Social: RAFFAELLI SERVICOS S TRANSPORTES LTDA ME
Endereço: RUA ANTONIO NIEHUES 1215 CASA / CENTRO / CAPANEMA / PR / 85760-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS

Validade:08/10/2020 a 06/11/2020

Certificação Número: 2020100803100869329261

Informação obtida em 23/10/2020 14:34:39

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: RAFFAELLI SERVICOS E TRANSPORTES LTDA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 17.003.290/0001-20
Certidão nº: 27786722/2020
Expedição: 23/10/2020, às 14:35:41
Validade: 20/04/2021 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **RAFFAELLI SERVICOS E TRANSPORTES LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **17.003.290/0001-20, NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.

1141

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: ELEANDRO RAFFAELLI
CPF: 019.594.159-48

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão se refere à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 14:24:19 do dia 23/10/2020 <hora e data de Brasília>.
Válida até 21/04/2021.
Código de controle da certidão: **5ABA.F246.8348.64B1**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Receita Estadual do Paraná

1142

Certidão Negativa

de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual
Nº 022831584-27

Certidão fornecida para o CPF/MF: **019.594.159-48**
Nome: **ELEANDRO RAFFAELLI**

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

Obs.: Esta certidão engloba pendências do próprio CPF ou pelas quais tenha sido responsabilizado e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como, ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

Válida até 20/02/2021 - Fornecimento Gratuito

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet
www.fazenda.pr.gov.br

Emitido via Internet Pública (23/10/2020 14:28:28)

1143

MUNICÍPIO DE CAPANEMA
ESTADO DO PARANÁ

CERTIDÃO NEGATIVA 6655/2020
Regularidade Fiscal de Pessoa Física

IMPORTANTE:	Fica ressalvado o direito da Fazenda Municipal cobrar débitos constatados posteriormente mesmo referente ao período compreendido nesta Certidão.

Certificamos que até a presente data não existe débito tributário vencido relativo ao contribuinte abaixo.

NOME: ELEANDRO RAFFAELLI

ENDEREÇO: RUA ANTONIO NIEHUES, 1246 - CENTRO CEP: 85760000 Capanema - PR

CPF :	CÓDIGO DE AUTENTICAÇÃO:
019.594.159-48	9ZTMH282QE5X44X8XEPE

Observações: VALIDADE 30 DIAS

Certidão emitida gratuitamente pela internet em 23/10/2020.
Qualquer rasura invalidará este documento.
Conferir autenticidade em www.capanema.pr.gov.br

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: SARA EGRESIELE FOLLMANN RAFFAELLI
CPF: 040.952.539-16

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão se refere à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 08:19:46 do dia 09/11/2020 <hora e data de Brasília>.
Válida até 08/05/2021.
Código de controle da certidão: **A97C.21CD.4B83.B272**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Receita Estadual do Paraná

1145

Certidão Negativa

de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual
Nº 022918381-71

Certidão fornecida para o CPF/MF: **040.952.539-16**
Nome: **SARA EGRESIELE FOLLMANN RAFFAELLI**

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

Obs.: Esta certidão engloba pendências do próprio CPF ou pelas quais tenha sido responsabilizado e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como, ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

Válida até 09/03/2021 - Fornecimento Gratuito

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet
www.fazenda.pr.gov.br

Emitido via Internet Pública (09/11/2020 08:20:40)

1146

MUNICÍPIO DE CAPANEMA
ESTADO DO PARANÁ

CERTIDÃO NEGATIVA 7038/2020
Regularidade Fiscal de Pessoa Física

IMPORTANTE:	Fica ressalvado o direito da Fazenda Municipal cobrar débitos constatados posteriormente mesmo referente ao período compreendido nesta Certidão.

Certificamos que até a presente data não existe débito tributário vencido relativo ao contribuinte abaixo.

NOME: SARA EGRESIELE FOLLMANN RAFFAELLI

ENDEREÇO: RUA ANTONIO NIEHUES, 1215 - CASA - CENTRO CEP: 85760000 Capanema - PR

CPF :	CODIGO DE AUTENTICAÇÃO:
040.952.539-16	9ZTMH282QEM5X4X85EQ9

Observações: VALIDADE 30 DIAS

Certidão emitida gratuitamente pela internet em 09/11/2020.
Qualquer rasura invalidará este documento.
Conferir autenticidade em www.capanema.pr.gov.br

1147

MUNICÍPIO DE CAPANEMA
ESTADO DO PARANÁ

CERTIDÃO NEGATIVA 7039/2020
Regularidade Fiscal de Pessoa Física

IMPORTANTE:	Fica ressalvado o direito da Fazenda Municipal cobrar débitos constatados posteriormente mesmo referente ao período compreendido nesta Certidão.

Certificamos que até a presente data não existe débito tributário vencido relativo ao contribuinte abaixo.

NOME: NATALINO ANTONIO RAFFAELLI

ENDEREÇO: RUA SANTA CATARINA, 396 - SAO JOSE OPERARIO CEP: 85760000 Capanema - PR

CPF :	CODIGO DE AUTENTICAÇÃO:
282.946.029-49	9ZTMH282QEM5X4X85ES2

Observações: VALIDADE 30 DIAS

Certidão emitida gratuitamente pela internet em 09/11/2020.
Qualquer rasura invalidará este documento.
Conferir autenticidade em www.capanema.pr.gov.br

Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Receita Estadual do Paraná

1148

Certidão Negativa

de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual
Nº 022918462-71

Certidão fornecida para o CPF/MF: **282.946.029-49**
Nome: **NATALINO ANTONIO FARRAELLI**

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

Obs.: Esta certidão engloba pendências do próprio CPF ou pelas quais tenha sido responsabilizado e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como, ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

Válida até 09/03/2021 - Fornecimento Gratuito

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet
www.fazenda.pr.gov.br

Emitido via Internet Pública (09/11/2020 08:30:14)

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

1149

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

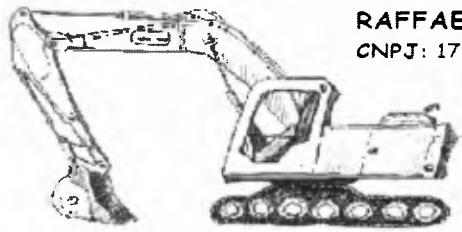
Nome: NATALINO ANTONIO RAFFAELLI
CPF: 282.946.029-49

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão se refere à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 08:31:02 do dia 09/11/2020 <hora e data de Brasília>.
Válida até 08/05/2021.
Código de controle da certidão: **FF5A.4CDB.197F.71C5**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



RAFFAELLI SERVIÇOS E TRANSPORTES LTDA - ME
CNPJ: 17.003.290/0001-20

Endereço: Rua Antonio Niehues, Nº 1246, Centro
Capanema - PR. **CEP:** 85760-000
Telefone: (46)99976-5012
e-mail:raffaelliraffaelli@hotmail.com

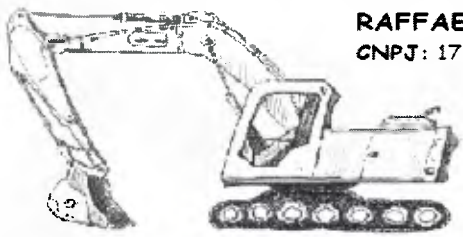
ANEXO VI
DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE VISITA TÉCNICA

Concorrência nº 02/2020
Objeto: CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE TERRENOS E BARRACÕES, DESTINADOS À INSTALAÇÃO DE EMPRESAS DE QUALQUER NATUREZA, OBSERVADOS OS CRITÉRIOS E PREFERÊNCIAS DO TERMO DE REFERÊNCIA, VISANDO ESTIMULAR À GERAÇÃO DO EMPREGO E RENDA NO ÂMBITO MUNICIPAL, EM CONFORMIDADE COM A LEI MUNICIPAL Nº 1.745/2020.

Nome da Empresa: RAFFAELLI TRANSPORTES E SERVIÇOS LTDA - ME
CNPJ nº: 19.003.290/0001-20
Endereço Completo: Rua Antonio Niehues, 1246, sala 02, centro.
Fone: (46) 99976-5012
E-mail: portalbebidas@outlook.com
O representante legal/contratual da RAFFAELLI TRANSPORTES E SERVIÇOS LTDA - ME, o(a) Sr.(a) ELEANDRO RAFFAELLI, DECLARA que renuncia a Visita Técnica aos locais e/ou instalações do objeto licitado, de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades do imóvel, assumindo total responsabilidade por este fato e informando que não o utilizará para quaisquer questionamentos futuros que ensejem evenças técnicas e ou financeira para com a concedente.

Capanema/PR, 23 de Outubro de 2020.

ELEANDRO RAFFAELLI
CPF 019.594.159-48
RG 7.109.006-0



RAFFAELLI SERVIÇOS E TRANSPORTES LTDA - ME
CNPJ: 17.003.290/0001-20

Endereço: Rua Antonio Niehues, Nº 1246, Centro
Capanema - PR. **CEP**: 85760-000
Telefone: (46)99976-5012
e-mail:raffaelliraffaelli@hotmail.com

ANEXO V-A

INDICAÇÃO DE ITENS RELACIONADOS AOS IMÓVEIS SEM BARRACÕES

NOME DA PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA: RAFFAELLI SERVIÇOS E TRANSPORTES LTDA - ME
CPF OU CNPJ: 17.003.290/0001-20

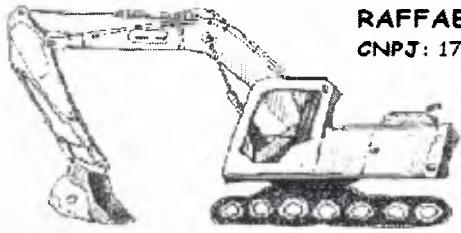
A proposta constante no envelope lacrado será utilizada como oferta para os imóveis previstos nos seguintes itens, em ordem de preferência:

Item (previsto no Termo de Referência)	**Descrição do imóvel** (previsto no Termo de Referência)
01	Área Industrial I - próximo ao trevo saída para São Pedro - Quadra 84B - Lote 02 - Av. Independência nº 2840
02	Área Industrial III – Saída para São Luiz – Quadra nº 80 – Lote 03 – Setor N.O – Rua Paraíba nº 1739

No caso de a pessoa física ou jurídica se sagrar vencedora em mais de um item, será adjudicado um único imóvel, conforme a ordem de preferência indicada nesta proposta.

Capanema/PR, 23 de Outubro de 2020.

ELEANDRO RAFFAELLI
CPF 019.594.159-48
RG 7.109.006-0



RAFFAELLI SERVIÇOS E TRANSPORTES LTDA - ME
CNPJ: 17.003.290/0001-20

Endereço: Rua Antonio Niehues, Nº 1246, Centro
Capanema - PR. **CEP**: 85760-000
Telefone: (46)99976-5012
e-mail:raffaelliraffaelli@hotmail.com

ANEXO IV - PROPOSTA

( ) Proposta os itens relacionados aos imóveis **com** barracões.
(X) Proposta para os itens relacionados aos imóveis **sem** barracões.

NOME DA PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA: RAFFAELLI SERVIÇOS E TRANSPORTES LTDA
CPF OU CNPJ: 19.003.290/0001-20

01 - Descrição clara e objetiva do ramo de atividade empresarial a ser desenvolvido no imóvel:

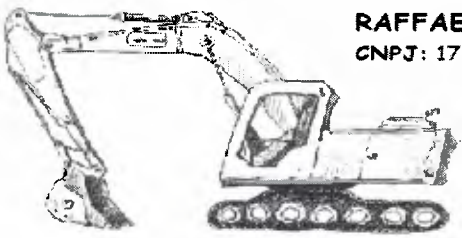
52.12-5-00 – Carga e Descarga.
43.13-4-00 – Obras de Terraplanagem.

02 - Matéria prima a ser utilizada:

Atividade de Terraplanagem.

03 - Capacidade produtiva/comercial da unidade a ser instalada:

Maquinários para obras, destinada a terraplanagem e afins.



RAFFAELLI SERVIÇOS E TRANSPORTES LTDA - ME
CNPJ: 17.003.290/0001-20

Endereço: Rua Antonio Niehues, Nº 1246, Centro
Capanema - PR. **CEP:** 85760-000
Telefone: (46)99976-5012
e-mail:raffaelliraffaelli@hotmail.com

04 - Mercado consumidor potencial:

Empresas do municipio.
Pessoas Fisicas em geral.

05 - Previsão de faturamento, custos, despesas e retorno dos investimentos:

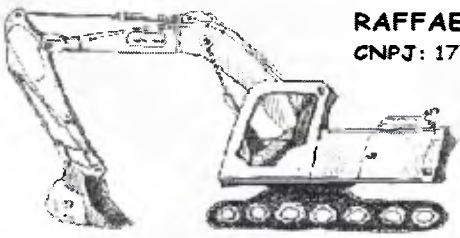
Previsão de aumento de faturamento em 20%
Despesas e Custos aumentados graduamente.

06 - Relação da infraestrutura, equipamentos e instalações necessárias ao funcionamento do projeto global, acompanhada de orçamento discriminado:

R$ 30.000,00 - Terraplanagem.
R$ 60.000,00 - Equipamentos
R$ 80.000,00 - Pré-Moldado

07 - Previsão de investimentos próprios:

R$ 170.000,00



RAFFAELLI SERVIÇOS E TRANSPORTES LTDA - ME
CNPJ: 17.003.290/0001-20

Endereço: Rua Antonio Niehues, Nº 1246, Centro
Capanema - PR. **CEP:** 85760-000
Telefone: (46)99976-5012
e-mail:raffaelliraffaelli@hotmail.com

08 - Viabilidade econômica do projeto:

Com a aquisição do terreno, investimentos e analises de custos e despesas, a empresa viabiliza crescer mais e com o tempo gerar novos empregos.

09 - Compromissos assumidos pela proponente:

a) cumprir todas as obrigações previstas no Termo de Referência, no edital e na minuta do contrato da licitação Concorrência XX/2020.

b) contratar, preferencialmente, pessoas que sejam domiciliados no Município de Capanema/PR.

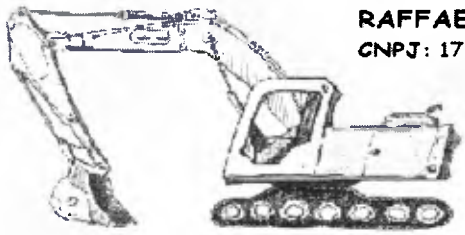
10 - DA OFERTA:

CRITÉRIO	PROPOSTA DA EMPRESA
Empregabilidade (em número de empregos diretos gerados no prazo de 6 meses).	15
Valor do investimento privado no empreendimento a ser instalado no imóvel - R$	R$ 170.000,00
Prazo para conclusão das obras / prazo para aplicação total dos investimentos	De 19 a 24 meses.
Faturamento Anual (média dos últimos 3 anos)	R$ 1.261.493,12
Tempo de constituição da empresa OU residência do sócio majoritário no Município de Capanema (somente dados do sócio mais antigo)	34 Anos (Sócio Majoritário)

Capacidade do empreendimento gerar uma cadeia de produção e/ou empregos indiretos no Município de Capanema/PR	Sem indicações

Capanema/PR, 27 de Outubro de 2020.

ELEANDRO RAFFAELLI
CPF 019.594.159-48
RG 7.109.006-0



RAFFAELLI SERVIÇOS E TRANSPORTES LTDA - ME
CNPJ: 17.003.290/0001-20

Endereço: Rua Antonio Niehues, Nº 1246, Centro
Capanema - PR. **CEP**: 85760-000
Telefone: (46)99976-5012
e-mail:raffaelliraffaelli@hotmail.com

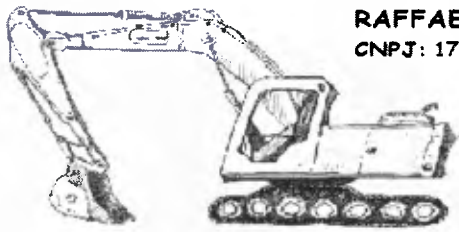
ANEXO II

CREDENCIAMENTO

Pelo presente, credenciamos o Sr. ELEANDRO RAFFAELLI, portador da cédula de identidade nº 7.109.006-0, inscrito no CPF nº 019.594.159-48, para participar do procedimento licitatório consistente na Concorrência nº. 02/2020, podendo praticar todos os atos inerentes ao referido procedimento, no que diz respeito aos interesses da representada.

Capanema/PR, 23 de Outubro de 2020.

ELEANDRO RAFFAELLI
CPF 019.594.159-48
RG 7.109.006-0



RAFFAELLI SERVIÇOS E TRANSPORTES LTDA - ME
CNPJ: 17.003.290/0001-20

Endereço: Rua Antonio Niehues, Nº 1246, Centro
Capanema - PR. **CEP:** 85760-000
Telefone: (46)99976-5012
e-mail:raffaelliraffaelli@hotmail.com

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE CONCORDÂNCIA COM O EDITAL

RAFFAELLI TRANSPORTES E SERVIÇOS LTDA - ME, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob n° 19.003.290/0001-20 , DECLARA, para fins do disposto neste Edital, que:

a) está de acordo em explorar a sua atividade em um dos imóveis em que está competindo, constantes no Termo de Referência desta licitação;

b) tem disponibilidade imediata dos equipamentos e utensílios necessários para exploração do barracão;

c) não empregará menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregará menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ( )

OBS: em caso de afirmativo, assinalar a ressalva acima.

d) se instalará e iniciará as atividades dentro do prazo não superior a 120 (cento e vinte) dias a contar do dia 1° de janeiro de 2021, podendo esse prazo ser prorrogado, havendo justificativa, por escrito e aceito pelo CONCEDENTE;

e) possui aptidão para o desempenho da atividade pertinente e compatível com o objeto da Licitação;

Capanema/PR, 23 de Outubro de 2020.

ELEANDRO RAFFAELLI
CPF 019.594.159-48
RG 7.109.006-0

DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA

Eu, ELEANDRO RAFFAELLI, residente à Av. Independência, n° 167, centro, Cidade Capanema/PR CEP: 85760-000, CPF nº 019.594.15-48 RG nº 7.109.006-0 Órgão Exped. SESP/PR, Declaro, a pedido do (a) interessado (a) e para todos os devidos fins, que resido nesta cidade desde o ano de 1986.

Por ser verdade, dato e assino o presente documento, declarando estar ciente de que responderei criminalmente em caso de falsidade das informações aqui prestadas.

ELEANDRO RAFFAELLI
CPF 019.594.159-48
RG 7.109.006-0

Município de Capanema - PR

LICITANTE: Rafaelli Serviços e Transportes

CRITÉRIO	PROPOSTA/PONTOS	PONTOS	PESO	PROPOSTA	SOMATÓRIO DA PONTUAÇÃO DA PROPOSTA
Empregabilidade (em número de empregos diretos a serem gerados)	2 pontos por emprego gerado	Até 100	0,3	15,00	9,00
Valor do Investimento privado no empreendimento a ser instalado no imóvel R$	Até 20.000,00	5	0,2		0,00
	De 20.001,00 a 40.000,00.	10	0,2		0,00
	40.001,00 a 60.000,00.	15	0,2		0,00
	60.001,00 a 80.000,00	20	0,2		0,00
	Acima de 80.000,00, a cada 20.000,00 acrescenta 5 pontos.	até 100	0,2		0,00
Prazo construção da infraestrutura e aplicação total dos investimentos (critério exclusivo para terrenos)	Até 6 meses	100	0,2		0,00
	De 6 a 12 meses	80	0,2		0,00
	De 13 a 18 meses	60	0,2		0,00
	De 19 a 24 meses	40	0,2	40,00	8,00
Prazo para aplicação total dos investimentos (critério exclusivo para barracões)	Até 4 meses	100	0,2		0,00
	De 5 a 8 meses	80	0,2		0,00
	De 9 a 12 meses	60	0,2		0,00
	De 13 a 16 meses	40	0,2		0,00
	De 17 a 20 meses	20	0,2		0,00
	De 21 a 24 meses	10	0,2		0,00
Faturamento anual da pessoa jurídica R$	Até 80.001,00.	10	0,1		0,00
	de 80.001,00 a 150.000,00.	20	0,1		0,00
	150.001,00 a 200.000,00.	30	0,1		0,00
	200.001,00 a 250.000,00.	40	0,1		0,00
	250.001,00 a 300.000,00	50	0,1		0,00
	Acima de 300.000,00, a cada 50.000,00 acrescenta 10 pontos.	até 100	0,1		0,00
Tempo de constituição da empresa em Capanema OU tempo de residência do sócio majoritário da empresa OU da pessoa física em Capanema	5 pontos por ano	até 100	0,1	100,00	10,00
Capacidade do empreendimento gerar uma cadeia de produção e/ou empregos indiretos no Município de Capanema/PR	Aquisição de matéria-prima de pessoas físicas ou jurídicas residentes ou sediadas no Município de Capanema.	2 pontos para cada indicação, até 100	0,1	0,00	0,00
			TOTAL		**27,00**

R. LIMBERGER EVENTOS

18.872.938/0001-67

Secretaria da Micro e Pequena Empresa
Secretaria da Racionalização e Simplificação
Departamento de Registro Empresarial e Integração

1161

REQUERIMENTO DE EMPRESÁRIO

Folhas 1/2

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO DE EMPRESA - NIRE DA SEDE	NIRE DA FILIAL (preencher somente se ato referente a filial)
41107502929	XXX

NOME DO EMPRESÁRIO (completo, sem abreviaturas)
RAFAEL LIMBERGER

NACIONALIDADE	ESTADO CIVIL
BRASILEIRA	DIVORCIADO(A)

SEXO	REGIME DE BENS (se casado)
Masculino	XXX

FILIAÇÃO (pai)	(mãe)
VALDIR LIMBERGER	ANA PIERI LIMBERGER

NASCIDO EM (data de nascimento)	DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO (número)	Órgão emissor	UF	CPF (número)
29/04/1988	86068346	SESP	PR	060.034.339-14

EMANCIPADO POR (forma de emancipação - somente no caso de menor)
XXX

DOMICILIADO NA (LOGRADOURO - rua, av, etc)	NÚMERO
RUA ALAGOAS	1140

COMPLEMENTO	BAIRRO/DISTRITO	CEP	CÓDIGO DO MUNICÍPIO (Uso da Junta Comercial)
CASA	CENTRO	85760-000	005920 - Capanema

MUNICÍPIO	UF
Capanema	PR

declara, sob as penas da lei, não estar impedido de exercer atividade empresária, que não possui outro registro de empresário e requer:

À JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARANÁ	À JUNTA COMERCIAL DO XXX
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO ATO 002 - ALTERAÇÃO	CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO ATO XXX
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO EVENTO 021 - ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)	CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO EVENTO XXX

NOME EMPRESARIAL	ENQUADRAMENTO
R.LIMBERGER EVENTOS - ME	ME (Microempresa)

LOGRADOURO (rua,av, etc)	NÚMERO
AVENIDA BOTUCARIS	249

COMPLEMENTO	BAIRRO/DISTRITO	CEP	CÓDIGO DO MUNICÍPIO (Uso da Junta Comercial)
BRCAO 01;	SANTO EXPEDITO	85760-000	005920 - Capanema

MUNICÍPIO	UF	PAÍS	CORREIO ELETRÔNICO (E-MAIL)
Capanema	PR	BRASIL	contabiltrevisan@ampernet.com.br

VALOR DO CAPITAL - R$	VALOR DO CAPITAL - (por extenso)
40.000,00	quarenta mil reais

CÓDIGO DE ATIVIDADE ECONÔMICA (CNAE Fiscal)	Descrição do Objeto
Atividade Principal 4723700 Atividade Secundária 4712100, 4729601, 4729602, 4784900	Comércio Varejista de Bebidas; Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - minimercados, mercearias e armazéns; Comércio varejista de mercadorias em lojas de conveniência; Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas; Tabacaria; Comércio Varejista de outros produtos; Comércio varejista de gás liquefeito de petróleo (GLP); Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal.

DATA DE INÍCIO DAS ATIVIDADES	NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CNPJ	TRANSFERÊNCIA DE SEDE OU DE FILIAL DE OUTRA UF NIRE ANTERIOR	UF	USO DA JUNTA COMERCIAL DEPENDENTE DE AUTORIZAÇÃO GOVERNAMENTAL
09/09/2013	18.872.938/0001-67			☐ 1 - SIM ☐ 2 - NÃO

DATA ASSINATURA	ASSINATURA DO EMPRESÁRIO
30/08/2018	

PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL

DEFERIDO. PUBLIQUE-SE E ARQUIVE-SE	AUTENTICAÇÃO
__/__/____	PR2180001993206

PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL

* Este documento foi gerado no portal Empresa Fácil Paraná

CERTIFICO O REGISTRO EM 10/09/2018 09:46 SOB Nº 20184910366.
PROTOCOLO: 184910366 DE 04/09/2018. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11803767078. NIRE: 41107502929.
R.LIMBERGER EVENTOS - ME

JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ

Libertad Bogus
SECRETÁRIA-GERAL
CURITIBA, 10/09/2018
www.empresafacil.pr.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.
Informando seus respectivos códigos de verificação

1162

Secretaria da Micro e Pequena Empresa
Secretaria da Racionalização e Simplificação
Departamento de Registro Empresarial e Integração

REQUERIMENTO DE EMPRESÁRIO

Folhas 2/2

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO DE EMPRESA - NIRE DA SEDE	NIRE DA FILIAL (preencher somente se for referente a filial)
41107502929	XXX

NOME DO EMPRESÁRIO (completo, sem abreviaturas)
RAFAEL LIMBERGER

NACIONALIDADE	ESTADO CIVIL
BRASILEIRA	DIVORCIADO(A)

SEXO	REGIME DE BENS(se casado)
Masculino	XXX

FILHO DE (pai)	(mãe)
VALDIR LIMBERGER	ANA PIERI LIMBERGER

NASCIDO EM (data de nascimento)	DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO (número)	Órgão emissor	UF	CPF(número)
29/04/1988	86068346	SESP	PR	060.034.339-14

EMANCIPADO POR (forma de emancipação - somente no caso de menor)
XXX

DOMICILIADO NA (LOGRADOURO - rua, av. etc)	NÚMERO
RUA ALAGOAS	1140

COMPLEMENTO	BAIRRO/DISTRITO	CEP	CÓDIGO DO MUNICÍPIO (Uso da Junta Comercial)
CASA	CENTRO	85760-000	005920 - Capanema

MUNICÍPIO	UF
Capanema	PR

declara, sob as penas da lei, não estar impedido de exercer atividade empresária, que não possui outro registro de empresário e requer:

A JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARANÁ	A JUNTA COMERCIAL DO XXX
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO ATO 002 - ALTERAÇÃO	CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO ATO XXX
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO EVENTO 021 - ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)	CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO EVENTO XXX

NOME EMPRESARIAL	ENQUADRAMENTO
R.LIMBERGER EVENTOS - ME	ME (Microempresa)

LOGRADOURO (rua,ev, etc)	NÚMERO
AVENIDA BOTUCARIS	249

COMPLEMENTO	BAIRRO/DISTRITO	CEP	CÓDIGO DO MUNICÍPIO (Uso da Junta Comercial)
BRCAO 01;	SANTO EXPEDITO	85760-000	005920 - Capanema

MUNICÍPIO	UF	PAÍS	CORREIO ELETRÔNICO (E-MAIL)
Capanema	PR	BRASIL	contabiltrevisan@ampernet.com.br

VALOR DO CAPITAL - R$	VALOR DO CAPITAL - (por extenso)
40.000,00	quarenta mil reais

CÓDIGO DE ATIVIDADE ECONÔMICA (CNAE Fiscal)	Descrição do Objeto
Atividade Principal 4723700 Atividade Secundária 4789099, 4930202, 4930203, 8230001	interestadual e internacional; Transporte rodoviário de produtos perigosos.

DATA DE INÍCIO DAS ATIVIDADES	NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CNPJ	TRANSFERÊNCIA DE SEDE OU DE FILIAL DE OUTRA UF NIRE ANTERIOR	UF	USO DA JUNTA COMERCIAL (DEPENDENTE DE AUTORIZAÇÃO GOVERNAMENTAL)
09/09/2013	18.872.938/0001-67			☐ 1 - SIM 3 - NÃO

DATA ASSINATURA	ASSINATURA DO EMPRESÁRIO
30/08/2018	

PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL

DEFERIDO. PUBLIQUE-SE E ARQUIVE-SE	AUTENTICAÇÃO
___/___/____	PR2180001993206

PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL

* Este documento foi gerado no portal Empresa Fácil Paraná

JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ

CERTIFICO O REGISTRO EM 10/09/2018 09:46 SOB Nº 20184910366.
PROTOCOLO: 184910366 DE 04/09/2018. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11803767078. NIRE: 41107502929.
R.LIMBERGER EVENTOS - ME

Libertad Bogus
SECRETÁRIA-GERAL
CURITIBA, 10/09/2018
www.empresafacil.pr.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.
Informando seus respectivos códigos de verificação

1163

TABELIONATO DE NOTAS - CAPANEMA - PR (46)3552.3710

Selo Digital: xr54W eOJeC r3wOp. Contr le: WQM 25.2JEON

Consulte esse selo em http://funarpen.com.br

Reconheço por VERDADEIRA a assinatura indicada de RAFAEL LIMBERGER. Dou fé. Capanema-PR, 03 de setembro de 2018.

Em Test° da Verdade

Daniela Ribeiro do Carmo - Escrevente

TABELIONATO DE NOTAS DE CAPANEMA - PR - 85750-000

JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ

CERTIFICO O REGISTRO EM 10/09/2018 09:46 SOB Nº 20184910366.
PROTOCOLO: 184910366 DE 04/09/2018. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO
11803767078. NIRE: 41107502929.
R.LIMBERGER EVENTOS - ME

Libertad Bogus
SECRETÁRIA-GERAL
CURITIBA, 10/09/2018
www.empresafacil.pr.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.
Informando seus respectivos códigos de verificação

1164

Secretaria da Micro e Pequena Empresa
Secretaria da Racionalização e Simplificação
Departamento de Registro Empresarial e Integração

REQUERIMENTO DE EMPRESÁRIO

Folhas 1/1

NUMERO DE IDENTIFICAÇAO DO REGISTRO DE EMPRESA - NIRE DA SEDE 41107502929		NIRE DA FILIAL (preencher somente se ato referente a filial) XXX		
NOME DO EMPRESARIO (completo, sem abreviaturas) RAFAEL LIMBERGER				
NACIONALIDADE BRASILEIRA		ESTADO CIVIL DIVORCIADO(A)		
SEXO Masculino	REGIME DE BENS(se casado) XXX			
FILHO DE (pai) VALDIR LIMBERGER		(mãe) ANA PIERI LIMBERGER		
NASCIDO EM (data de nascimento) 29/04/1988	IDENTIDADE (número) 86068346	Orgão emissor SESP	UF PR	CPF(número) 060.034.339-14
EMANCIPADO POR (forma de emancipação - somente no caso de menor) XXX				
DOMICILIADO NA (LOGRADOURO - rua, av, etc) RUA ALAGOAS				NUMERO 1140
COMPLEMENTO CASA	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	CEP 85760-000	CODIGO DO MUNICIPIO (Uso da Junta Comercial) 005920 - Capanema	
MUNICIPIO Capanema			UF PR	

declara, sob as penas da lei, não estar impedido de exercer atividade empresária, que não possui outro registro de empresário e requer:

À JUNTA COMERCIAL DO XXX	À JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARANA
CODIGO E DESCRIÇÃO DO ATO XXX	CODIGO E DESCRIÇAO DO ATO 002 - ALTERAÇÃO
CÓDIGO E DESCRIÇAO DO EVENTO XXX	CODIGO E DESCRIÇAO DO EVENTO 021(1) - ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)

NOME EMPRESARIAL R.LIMBERGER EVENTOS - ME				
LOGRADOURO (rua,av, etc) AVENIDA BOTUCARIS				NUMERO 249
COMPLEMENTO BRCAO 01	BAIRRO/DISTRITO SANTO EXPEDITO	CEP 85760-000	CODIGO DO MUNICIPIO (Uso da Junta Comercial) 005920 - Capanema	
MUNICIPIO Capanema	UF PR	PAIS BRASIL	CORREIO ELETRONICO (E-MAIL) XXX	
VALOR DO CAPITAL - R$ 40.000,00	VALOR DO CAPITAL - (por extenso) quarenta mil reais			

CODIGO DE ATIVIDADE ECONÔMICA (CNAE Fiscal) Atividade Principal 4723700 Atividade Secundária 4712100, 4729601, 4729602, 4789099, 8230001	Descrição do Objeto Comércio Varejista de Bebidas; Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - minimercados, mercearias e armazéns; Comércio varejista de mercadorias em lojas de conveniência; Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas; Tabacaria; Comércio Varejista de outros produtos.			
DATA DE INICIO DAS ATIVIDADES 09/09/2013	NUMERO DE INSCRIÇÃO NO CNPJ 18.872.938/0001-67	TRANSFERENCIA DE SEDE OU DE FILIAL DE OUTRA UF NIRE ANTERIOR	UF	USO DA JUNTA COMERCIAL DEPENDENTE DE AUTORIZAÇÃO GOVERNAMENTAL ☐ 1 - SIM 3 - NÃO
DATA ASSINATURA 12/09/2016	ASSINATURA Tabelionato de Notas - Capanema - PR			

PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL

DEFERIDO. PUBLIQUE-SE E ARQUIVE-SE _____ __/__/_____	AUTENTICAÇÃO PR1160000413502

PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL

* Este documento foi gerado no portal Empresa Fácil Paraná

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARANÁ - SEDE

CERTIFICO O REGISTRO EM 19/09/2016 18:49 SOB Nº 20165119284.
PROTOCOLO: 165119284 DE 19/09/2016. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11601859188. NIRE: 41107502929.
R.LIMBERGER EVENTOS - ME

JUNTA COMERCIAL DO PARANA

Libertad Bogus
SECRETÁRIA-GERAL
CURITIBA, 19/09/2016
www.empresafacil.pr.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.
Informando seus respectivos códigos de verificação

SERVIÇO NOTARIAL DE CAPANEMA
Rua Alagoas, 1332 - Capanema - PR - CEP 85.760-000
☎ (46) 3552-3710

Selo Digital Nº 27yc6 gH0PP.b47Rd, Controle: E7qhc zGxS
Consulte este selo em http://funarpen.com.br
Reconheço por SEMELHANÇA a assinatura indicada de RAFAEL LIMBERGER, do que dou fé.

Capanema-PR, 12 de setembro de 2016, as 16:44:33 horas.

Em Testemunho da Verdade.
Cavalheiro Valete Formiga Pezzini - Escrevente

TABELIONATO DE NOTAS DE CAPANEMA
Adelar Miguel Pezzini
Agente Delegado Designado
Rua Alagoas, 1332
Centro
85760-000 - CAPANEMA - PR

JUNTA COMERCIAL DO PARANA

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARANÁ - SEDE

CERTIFICO O REGISTRO EM 19/09/2016 18:49 SOB Nº 20165119284.
PROTOCOLO: 165119284 DE 19/09/2016. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11601859188. NIRE: 41107502929.
R.LIMBERGER EVENTOS - ME

Libertad Bogus
SECRETÁRIA-GERAL
CURITIBA, 19/09/2016
www.empresafacil.pr.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.
Informando seus respectivos códigos de verificação

1166

Secretaria da Micro e Pequena Empresa
Secretaria da Racionalização e Simplificação
Departamento de Registro Empresarial e Integração
Junta Comercial do Estado do Paraná - JUCEPAR

REQUERIMENTO DE EMPRESÁRIO

Folhas 1/1

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO DE EMPRESA - NIRE DA SEDE	NIRE DA FILIAL (preencher somente se ato referente a filial)
41107502929	XXX

NOME DO EMPRESÁRIO (completo, sem abreviaturas)
RAFAEL LIMBERGER

NACIONALIDADE	ESTADO CIVIL
BRASILEIRA	Divorciado

SEXO	REGIME DE BENS(se casado)
Masculino	

FILHO DE (pai)	(mãe)
VALDIR LIMBERGER	ANA PIERI LIMBERGER

NASCIDO EM (data de nascimento)	IDENTIDADE (número)	Órgão emissor	UF	CPF(número)
29/04/1988	86068346	SESP	PR	06003433914

EMANCIPADO POR (forma de emancipação - somente no caso de menor)

DOMICILIADO NA (LOGRADOURO - rua, av. etc)	NÚMERO
RUA ALAGOAS	1140

COMPLEMENTO	BAIRRO/DISTRITO	CEP	CÓDIGO DO MUNICÍPIO (Uso da junta Comercial)
CASA	CENTRO	85760-000	005920 - Capanema

MUNICÍPIO	UF
Capanema	PR

declara, sob as penas da lei, não estar impedido de exercer atividade empresária, que não possui outro registro de empresário e requer à JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARANÁ:

CÓDIGO DO ATO	DESCRIÇÃO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO
002	ALTERAÇÃO	021

DESCRIÇÃO DO EVENTO
ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)

NOME EMPRESARIAL
R.LIMBERGER EVENTOS - ME

LOGRADOURO (rua, av. etc)	NÚMERO
RUA RIO DE JANEIRO	1139

COMPLEMENTO	BAIRRO/DISTRITO	CEP	CÓDIGO DO MUNICÍPIO (Uso da junta Comercial)
	CENTRO	85760-000	005920 - Capanema

MUNICÍPIO	UF	PAÍS	CORREIO ELETRÔNICO (E-MAIL)
Capanema	PR	BRASIL	trevisan73@brturbo.com.br

VALOR DO CAPITAL - R$	VALOR DO CAPITAL - (por extenso)
40.000,00	quarenta mil reais

CÓDIGO DE ATIVIDADE ECONÔMICA (CNAE Fiscal)	Descrição do Objeto
Atividade Principal 4723700 Atividade Secundária 4729601, 4789099, 4729602, 4712100, 8230001	Comércio Varejista de Bebidas; Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - minimercados, mercearias e armazéns; Comércio varejista de mercadorias em lojas de conveniência; Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas; Tabacaria; Comércio Varejista de outros produtos.

DATA DE INÍCIO DAS ATIVIDADES	NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CNPJ	TRANSFERÊNCIA DE SEDE OU DE FILIAL DE OUTRA UF NIRE ANTERIOR	UF	USO DA JUNTA COMERCIAL
09/09/2013	18872938000167			DEPENDENTE DE AUTORIZAÇÃO GOVERNAMENTAL ☐ 1 - SIM 3 - NÃO

Tabelionato de Notas Capanema - PR

ASSINATURA DA FIRMA PELO EMPRESÁRIO (ou pelo representante/assistente/gerente)
R. LIMBERGER EVENTOS - ME

DATA ASSINATURA	ASSINATURA DO EMPRESÁRIO
16/05/2016	

PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL

DEFERIDO. PUBLIQUE-SE E ARQUIVE-SE	AUTENTICAÇÃO
____/____/____	PR1160000221795

PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL

* Este documento foi gerado no portal Empresa Fácil Paraná

JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARANÁ - SEDE

CERTIFICO O REGISTRO EM 02/06/2016 10:56 SOB Nº 20163109290.
PROTOCOLO: 163109290 DE 01/06/2016. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11600596167. NIRE: 41107502929.
R.LIMBERGER EVENTOS - ME

Libertad Bogus
SECRETÁRIA-GERAL
CURITIBA, 02/06/2016
www.empresafacil.pr.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais. Informando seus respectivos códigos de verificação

SERVIÇO NOTARIAL DE CAPANEMA
Rua Alagoas, 1332 - Capanema - PR - CEP 85.760-000
☎ (46) 3552-3710

Selo Digital Nº z2ZAc.9wck6.kdeRd, Controle: EhfHc zG9S
Consulte esse selo em http://funarpen.com.br

Reconheço por SEMELHANÇA a assinatura indicada de RAFAEL LIMBERGER, do que dou fé

Capanema-PR 26 de maio de 2016, as 09:54:28 horas

Em Test.ª _____ da verdade

Leila da Silva Radicao / Escrevente

TABELIONATO DE NOTAS DE CAPANEMA
Adelar Miguel Pezzini
Agente Delegado Designado
Rua Alagoas, 1332
Centro
85760-000 - CAPANEMA - PR

JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARANÁ - SEDE

CERTIFICO O REGISTRO EM 02/06/2016 10:56 SOB Nº 20163109290.
PROTOCOLO: 163109290 DE 01/06/2016. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11600596167. NIRE: 41107502929.
R.LIMBERGER EVENTOS - ME

Libertad Bogus
SECRETÁRIA-GERAL
CURITIBA, 02/06/2016
www.empresafacil.pr.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.
Informando seus respectivos códigos de verificação

Secretaria da Micro e Pequena Empresa da Presidência da República
Secretaria de Racionalização e Simplificação
Departamento de Registro Empresarial e Integração

REQUERIMENTO DE EMPRESÁRIO

JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO DE EMPRESA - NIRE DA SEDE	NIRE DA FILIAL (preencher somente se ato referente a filial)
4110750292-9	

NOME DO EMPRESÁRIO (completo sem abreviaturas)
RAFAEL LIMBERGER

NACIONALIDADE	ESTADO CIVIL
BRASILEIRA	CASADO

SEXO	REGIME DE BENS (se casado)
M [X] F [ ]	COMUNHAO PARCIAL

FILHO DE (pai)	(mãe)
VALDIR LIMBERGER	ANA PIERI LIMBERGER

NASCIDO EM (data de nascimento)	IDENTIDADE (número)	Órgão Emissor	UF	CPF (número)
29/04/1988	86068346	SESP	PR	060 034 339-14

EMANCIPADO POR (forma de emancipação somente no caso de menor)

DOMICILIADO NA (LOGRADOURO rua, av, etc.)	NÚMERO
RUA ALAGOAS	1140

COMPLEMENTO	BAIRRO / DISTRITO	CEP
CASA	CENTRO	85760000

MUNICÍPIO	UF
CAPANEMA	PR

declara, sob as penas da lei, não estar impedido de exercer atividade empresária, que não possui outro registro de empresário, e requer à Junta Comercial do Estado do Paraná:

ATO	DESCRIÇÃO DO ATO	EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO
002	ALTERACAO	021	ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)
EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO	EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO

NOME EMPRESARIAL
R LIMBERGER EVENTOS - ME

LOGRADOURO (rua, av, etc.)	NÚMERO
RUA PERNAMBUCO	1096

COMPLEMENTO	BAIRRO / DISTRITO	CEP
SALA	CENTRO	85760000

MUNICÍPIO	UF	PAÍS	CORREIO ELETRÔNICO (EMAIL)
CAPANEMA	PR	BRASIL	trevisan73@brturbo.com.br

VALOR DO CAPITAL - R$	VALOR DO CAPITAL (por extenso)
40.000,00	QUARENTA MIL REAIS

CÓDIGO DE ATIVIDADE ECONÔMICA (CNAE Fiscal)	DESCRIÇÃO DO OBJETO
Atividade principal: 4723700 Atividades secundárias: 4712100, 4729602, 8230001	- COMERCIO VAREJISTA DE BEBIDAS. - COMERCIO VAREJISTA DE MERCADORIAS EM GERAL, COM PREDOMINÂNCIA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS - MINIMERCADOS, MERCEARIAS E ARMAZÉNS. - COMERCIO VAREJISTA DE MERCADORIAS EM LOJAS DE CONVENIÊNCIA. - SERVIÇO DE ORGANIZAÇÃO DE FEIRAS, CONGRESSOS, EXPOSIÇÕES E FESTAS.

DATA DE INÍCIO DAS ATIVIDADES	NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CNPJ	TRANSFERÊNCIA DE SEDE OU DE FILIAL DE OUTRA UF NIRE anterior	UF	USO DA JUNTA COMERCIAL DEPENDENTE DE AUTORIZAÇÃO GOVERNAMENTAL: 1 - SIM 2 - NÃO
09/09/2013	18.872.938/0001-67			

ASSINATURA DA FIRMA PELO EMPRESÁRIO (ou pelo representante/assistente/gerente)
R. LIMBERGER EVENTOS - ME

DATA DA ASSINATURA	ASSINATURA DO EMPRESÁRIO
14/08/2015	

PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL

DEFERIDO
PUBLIQUE-SE E ARQUIVE-SE

24/08/2015
Carla E.F. Lucatelli
RG.: 3.463.294-4 / PR

AUTENTICAÇÃO

JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ
AGÊNCIA REGIONAL DE CAPANEMA
CERTIFICO O REGISTRO EM 25/08/2015
SOB NÚMERO 20155343432
Protocolo: 15/534343-2, DE 21/08/2015
Empresa: 41 1 0752929 2
R LIMBERGER EVENTOS - ME
LIBERTAD BOGUS
SECRETARIA GERAL

MÓDULO INTEGRADOR: PR1201500448361

HD 1169

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
Secretaria de Comércio e Serviços
Departamento Nacional de Registro do Comércio

REQUERIMENTO DE EMPRESÁRIO

Folha 1 / 1

JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO DE EMPRESA - NIRE DA SEDE	NIRE DA FILIAL (preencher somente se ato referente à filial)
XXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXX

NOME DO EMPRESÁRIO (completo, sem abreviaturas)
RAFAEL LIMBERGER

NACIONALIDADE	ESTADO CIVIL
BRASILEIRA	CASADO

SEXO	REGIME DE BENS(se casado)
M ☒ F ☐	COMUNHÃO PARCIAL

FILHO DE (pai)	(mãe)
VALDIR LIMBERGER	ANA PIERI LIMBERGER

NASCIDO EM (data de nascimento)	IDENTIDADE (número)	Órgão emissor	UF	CPF(número)
29/04/1988	86068346	SESP	PR	060.034.339-14

EMANCIPADO POR (forma de emancipação - somente no caso de menor)
XXXXXXXXXXXXX

DOMICILIADO NA (LOGRADOURO - rua, av, etc)	NÚMERO
RUA ALAGOAS	1140

COMPLEMENTO	BAIRRO/DISTRITO	CEP	CÓDIGO DO MUNICÍPIO (Uso da Junta Comercial)
XXXXXXXXXXXXX	CENTRO	85.760-000	5920

MUNICÍPIO	UF
CAPANEMA	PR

declara, sob as penas da lei, não estar impedido de exercer atividade empresária, que não possui outro registro de empresário e requer à JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ

CÓDIGO DO ATO	DESCRIÇÃO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO
080	INSCRIÇÃO	XXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXX
CÓDIGO DO EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO	CÓDIGO DO EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO
XXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXX

NOME EMPRESARIAL
R.LIMBERGER EVENTOS

LOGRADOURO (rua,av, etc)	NÚMERO
RUA ALAGOAS	1140

COMPLEMENTO	BAIRRO/DISTRITO	CEP	CÓDIGO DO MUNICÍPIO (Uso da Junta Comercial)
XXXXXXXXXXXXX	CENTRO	85.760-000	5920

MUNICÍPIO	UF	PAÍS	CORREIO ELETRÔNICO (E-MAIL)
CAPANEMA	PR	BRASIL	XXXXXXXXXXXXX

VALOR DO CAPITAL - R$	VALOR DO CAPITAL - (por extenso)
15.000,00	QUINZE MIL REAIS

CÓDIGO DE ATIVIDADE ECONÔMICA (cnae)	DESCRIÇÃO DO OBJETO
Atividade Principal 4635402 Atividade secundária 8230001 4729602 XXXXXXX XXXXXXX XXXXXXX XXXXXXX	SERVIÇO DE ORGANIZAÇÃO DE FEIRAS, CONGRESSOS, EXPOSIÇÕES E FESTAS COMÉRCIO ATACADISTA DE CERVEJA,REFRIGERANTE E CHOPE COMÉRCIO VAREJISTA DE MERCADORIAS EM LOJAS DE CONVENIENCIAXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXX

DATA DE INÍCIO DAS ATIVIDADES	NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CNPJ	TRANSFERÊNCIA DE SEDE OU DE FILIAL DE OUTRA UF NIRE ANTERIOR	UF	USO DA JUNTA COMERCIAL
09/09/2013	XXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXX	XX	DEPENDENTE DE AUTORIZAÇÃO GOVERNAMENTAL ☐ 1-sim 3-não

ASSINATURA DA FIRMA PELO EMPRESÁRIO (ou pelo representante/assistente/gerente)
R LIMBERGER EVENTOS

JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ

DATA DA ASSINATURA	ASSINATURA DO EMPRESÁRIO
09/09/2013	

PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL

DEFERIDO.
PUBLIQUE-SE E ARQUIVE-SE
Carla E. F. Lucatelli
RG 3.463.294-4 / PR
12/09/2013

AUT

JUNTA COMERCIAL DO PARANA
AGENCIA REGIONAL DE CAPANEMA
CERTIFICO O REGISTRO EM: 12/09/2013
SOB NÚMERO: 41107502929
Protocolo: 13/513874-4, DE 10/09/2013
R.LIMBERGER EVENTOS
SEBASTIÃO MOTTA
SECRETARIO GERAL

AGENCIA REGIONAL CAPANEMA - PR

304654083

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
Secretaria de Comércio e Serviços
Departamento Nacional de Registro do Comércio
JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ

11 : 0

JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ
AGÊNCIA REGIONAL CAPANEMA - PR

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO DE ME

Ilmº Sr. Presidente da JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ

O Empresário, R.LIMBERGER EVENTOS estabelecido na RUA ALAGOAS nº 1140, , CENTRO. CEP: 85.760-000, CAPANEMA, PR, requer a Vossa Senhoria o arquivamento do presente instrumento e declara, sob as penas da Lei, que se enquadra na condição de MICROEMPRESA, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.

Código do Ato : 315

Descrição do Ato : MICROEMPRESA

CAPANEMA, 09 de Setembro de 2013

Assinatura : _____

Nome do Empresário : RAFAEL LIMBERGER

JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ
AGÊNCIA REGIONAL CAPANEMA - PR

Para uso exclusivo da Junta Comercial:

DEFERIDO EM 12/09/13

JUNTA COMERCIAL DO PARANA
AGENCIA REGIONAL DE CAPANEMA
CERTIFICO O REGISTRO EM: 12/09/2013
SOB NÚMERO: 20135138752
Protocolo: 13/513875-2, DE 10/09/2013
Empresa:41 1 0750292 9
R.LIMBERGER EVENTOS
SEBASTIÃO MOTTA
SECRETARIO GERAL
PR1201304654084

HD1171

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
18.872.938/0001-67 **MATRIZ**		**12/09/2013**

NOME EMPRESARIAL
R.LIMBERGER EVENTOS

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
PORTAL BEBIDAS	**ME**

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
47.23-7-00 - Comércio varejista de bebidas

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
47.12-1-00 - Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - minimercados, mercearias e armazéns
47.29-6-01 - Tabacaria
47.29-6-02 - Comércio varejista de mercadorias em lojas de conveniência
47.84-9-00 - Comércio varejista de gás liqüefeito de petróleo (GLP)
47.89-0-99 - Comércio varejista de outros produtos não especificados anteriormente
49.30-2-02 - Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional
49.30-2-03 - Transporte rodoviário de produtos perigosos
82.30-0-01 - Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
213-5 - Empresário (Individual)

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
AV BOTUCARIS	**249**	**BRCAO 01**

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
85.760-000	**SANTO EXPEDITO**	**CAPANEMA**	**PR**

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
	(46) 9940-9797

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	**12/09/2013**

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **20/10/2020** às **13:36:30** (data e hora de Brasília). Página: **1/1**

1172

RECEITA ESTADUAL

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA FAZENDA

Comprovante de Inscrição Cadastral - CICAD

Inscrição no CAD/ICMS	Inscrição CNPJ	Início das Atividades
90642305-70	18.872.938/0001-67	09/2013

Empresa / Estabelecimento

Nome Empresarial	R LIMBERGER EVENTOS
Título do Estabelecimento	PORTAL BEBIDAS
Endereço do Estabelecimento	AV BOTUCARIS, 249, BARRACAO 01 - SANTO EXPEDITO - CEP 85760-000 FONE: (46) 9940-9797
Município de Instalação	CAPANEMA - PR, DESDE 09/2013
	(Estabelecimento Matriz)

Qualificação

Situação Atual	ATIVO - SIMPLES NACIONAL / SIMPLES NACIONAL - DIA 03 DO MES+2, DESDE 06/2020
Natureza Jurídica	213-5 - EMPRESÁRIO (INDIVIDUAL)
Atividade Econômica Principal do Estabelecimento	4723-7/00 - COMERCIO VAREJISTA DE BEBIDAS
Atividade(s) Econômica(s) Secundária(s) do Estabelecimento	4712-1/00 - COMERCIO VAREJISTA DE MERCADORIAS EM GERAL, COM PREDOMINANCIA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS - MINIMERCADOS, MERCEARIAS E ARMAZENS
	4729-6/01 - TABACARIA
	4729-6/02 - COMERCIO VAREJISTA DE MERCADORIAS EM LOJAS DE CONVENIENCIA
	4784-9/00 - COMERCIO VAREJISTA DE GAS LIQUEFEITO DE PETROLEO (GLP)
	4789-0/99 - COMERCIO VAREJISTA DE OUTROS PRODUTOS NAO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE
	4930-2/02 - TRANSPORTE RODOVIARIO DE CARGA, EXCETO PRODUTOS PERIGOSOS E MUDANCAS, INTERMUNICIPAL, INTERESTADUAL E INTERNACIONAL
	4930-2/03 - TRANSPORTE RODOVIARIO DE PRODUTOS PERIGOSOS

Quadro Societário

Tipo	Inscrição	Nome Completo / Nome Empresarial	Qualificação
CPF	060.034.339-14	RAFAEL LIMBERGER	EMPRESÁRIO

Este CICAD tem validade até 22/11/2020.

Os dados cadastrais deste estabelecimento poderão ser confirmados via Internet www.fazenda.pr.gov.br

Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Receita Estadual do Paraná

CAD/ICMS Nº 90642305-70

Emitido Eletronicamente via Internet
23/10/2020 8:46:45

Dados transmitidos de forma segura
Tecnologia **CELEPAR**

1173

Município de Capanema

ESTADO DO PARANÁ
75.972.760/0001-60
AV GOV.PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA, 1080 - CENTRO - CAPANEMA - PR

ALVARÁ Nº 238/2013

O Município de Capanema, conforme protocolo nº PRP1829018372 de 12 de Setembro de 2018 concede alvará de licença para localização a:

Nome: **R. LIMBERGER EVENTOS**
CNPJ/CPF: 18.872.938/0001-67 **Inscrição Municipal:** 38342
Nome Fantasia: PORTAL BEBIDAS

Localização: AV BOTUCARIS, 249 - BRCAO 01 - SANTO EXPEDITO CEP: 85760000 Capanema - PR

tividades
4723-7/00 - Comércio varejista de bebidas.
8230-0/01 - Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas.
4930-2/03 - Transporte rodoviário de produtos perigosos.
4729-6/02 - Comércio varejista de mercadorias em lojas de conveniência.
4712-1/00 - Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - minimercados, mercearias e armazéns.
4729-6/01 - Tabacaria.
4789-0/99 - Comércio varejista de outros produtos não especificados anteriormente.
4930-2/02 - Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional.
4784-9/00 - Comércio varejista de gás liqüefeito de petróleo (GLP).

Horário de funcionamento Comercio e prestadores de servicos
Segunda à Sexta das 07:30 às 20:00
Sábado das 07:30 às 13:00

Este Alvará possui validade INDETERMINADA somente para a LOCALIZAÇÃO e ATIVIDADES acima descritas.

Observações:

1 - O Contribuinte deve manter o presente Alvará de Licença, em lugar bem visível e o exibirá a autoridade competente sempre que esta o exigir. - Código de Posturas - Lei 03/1970 - Artigo 213.
2 - Será exigida renovação de licença sempre que ocorrer mudanças de ramo de atividade, modificações nas características do estabelecimento ou transferência de local.
3 - Nos casos de alterações tais como: encerramento, mudanças de endereço, razão social, ramos de atividade, etc. O contribuinte será obrigado a comunicar a Prefeitura dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias.

IMPORTANTE:
- Evite multas, auditorias, fiscalização especial e outros aborrecimentos mantendo em dia sua situação perante o fisco. Futuramente você precisará de certidões para fins de aposentadoria, auxílios, pensão, etc. Zele pelo seu futuro.

Capanema,23 de Outubro de 2020

Autenticação: 9ZTMH2MQM3J4X98A2RG

91174

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

fl 91175

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: R.LIMBERGER EVENTOS
CNPJ: 18.872.938/0001-67

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 08:52:24 do dia 23/10/2020 <hora e data de Brasília>.
Válida até 21/04/2021.
Código de controle da certidão: **D3D1.4A96.439B.6D65**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Receita Estadual do Paraná

176

Certidão Negativa

de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual
Nº 022827810-93

Certidão fornecida para o CNPJ/MF: **18.872.938/0001-67**
Nome: **R LIMBERGER EVENTOS**

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

Obs.: Esta Certidão engloba todos os estabelecimentos da empresa e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

Válida até 20/02/2021 - Fornecimento Gratuito

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet
www.fazenda.pr.gov.br

Emitido via Internet Pública (23/10/2020 08:55:16)

177

Município de Capanema
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE TRIBUTAÇÃO

CERTIDÃO NEGATIVA

IMPORTANTE:

1. FICA RESSALVADO O DIREITO DA FAZENDA MUNICIPAL COBRAR DÉBITOS CONSTATADOS POSTERIORMENTE MESMO REFERENTE AO PERÍODO COMPREENDIDO NESTA CERTIDÃO.
2. A PRESENTE CERTIDÃO TEM VALIDADE ATÉ **22/12/2020**, SEM RASURAS E NO ORIGINAL.

REVENDO OS ARQUIVOS E REGISTROS, CERTIFICAMOS QUE: O CONTRIBUINTE NADA DEVE À FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL RELATIVO A EMPRESA MENCIONADA ABAIXO.

NEGATIVA Nº: 6639/2020

CÓDIGO DE AUTENTICAÇÃO: 9ZTMH282QE5X44X85USE

FINALIDADE: VERIFICAÇÃO

RAZÃO SOCIAL: R. LIMBERGER EVENTOS

Inscrição Municipal	CNPJ/CPF	INSCRIÇÃO ESTADUAL	ALVARÁ
38342	18.872.938/0001-67		238

ENDEREÇO

AV BOTUCARIS, 249 - BRCAO 01 - SANTO EXPEDITO CEP: 85760000 Capanema - PR

CNAE / ATIVIDADES

Comércio varejista de bebidas, Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas, Transporte rodoviário de produtos perigosos, Comércio varejista de mercadorias em lojas de conveniência, Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - minimercados, mercearias e armazéns, Tabacaria, Comércio varejista de outros produtos não especificados anteriormente, Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional, Comércio varejista de gás liqüefeito de petróleo (GLP)

Certidão emitida no dia **Capanema, 23 de Outubro de 2020.**
CÓDIGO DE AUTENTICAÇÃO: **9ZTMH282QE5X44X85USE**

1178

1179

Voltar Imprimir

CAIXA
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 18.872.938/0001-67
Razão Social: R LIMBERGER EVENTOS ME
Endereço: RUA ALAGOAS 1140 / CENTRO / CAPANEMA / PR / 85760-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade:13/10/2020 a 11/11/2020

Certificação Número: 2020101302594868018184

Informação obtida em 23/10/2020 09:32:20

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

1180

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: R.LIMBERGER EVENTOS (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 18.872.938/0001-67
Certidão nº: 27751456/2020
Expedição: 23/10/2020, às 09:33:09
Validade: 20/04/2021 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **R.LIMBERGER EVENTOS (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **18.872.938/0001-67**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

fl. 1181

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: RAFAEL LIMBERGER
CPF: 060.034.339-14

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão se refere à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 09:33:56 do dia 23/10/2020 <hora e data de Brasília>.
Válida até 21/04/2021.
Código de controle da certidão: **A75A.5196.2AC4.C91B**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Receita Estadual do Paraná

1182

Certidão Negativa

de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual
Nº 022828362-27

Certidão fornecida para o CPF/MF: **060.034.339-14**
Nome: **RAFAEL LIMBERGER**

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

Obs.: Esta certidão engloba pendências do próprio CPF ou pelas quais tenha sido responsabilizado e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como, ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

Válida até 20/02/2021 - Fornecimento Gratuito

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet
www.fazenda.pr.gov.br

Emitido via Internet Pública (23/10/2020 09:34:54)

1183

MUNICÍPIO DE CAPANEMA
ESTADO DO PARANÁ

CERTIDÃO NEGATIVA 6908/2020
Regularidade Fiscal de Pessoa Física

IMPORTANTE:	Fica ressalvado o direito da Fazenda Municipal cobrar débitos constatados posteriormente mesmo referente ao período compreendido nesta Certidão.

Certificamos que até a presente data não existe débito tributário vencido relativo ao contribuinte abaixo.

NOME: RAFAEL LIMBERGER

ENDEREÇO: RUA ALAGOAS, 1140 CEP: 85760000 Capanema - PR

CPF :	CÓDIGO DE AUTENTICAÇÃO:
060.034.339-14	9ZTMH282QE3J44X8XBB5

Observações: VALIDADE 30 DIAS

Certidão emitida gratuitamente pela internet em 30/10/2020.
Qualquer rasura invalidará este documento.
Conferir autenticidade em www.capanema.pr.gov.br

81200-240 Curitiba - PR
CNPJ 04.368.898/0001-06
IE 90.233.073-99 IM 423.032-4

Unidade Consumidora

RAFAEL LIMBERGER
R ANTONIO NIEHUES, 526

CEP 85760000 CAPANEMA - PR
CPF 06003433914

94772231

Vencimento

04/11/2020

Valor a Pagar

R$ 211,40

1184

Responsável pela Iluminação Pública: Município de CAPANEMA

Reaviso de Vencimento

Informações Técnicas

No. Medidor: 0310731401 - BIFASICO

Mes Referencia 10/2020

Leitura Anterior	Leitura Atual	Medido	Constante de Multiplicacao	Total Faturado	Consumo Medio/Dia	Data Apresentacao
13/09/2020 12013	13/10/2020 12262	32 dias 249 kWh	1,00	249 kWh	7,78 kWh	13/10/2020

Proxima Leitura Prevista 12/11/2020

RESIDE/RESIDENCIAL

Informações Suplementares

Tarifas

ENERGIA ELETRICA CONSUMO 0,612770

Tensao Contratada
127 / 220 volts

Limite faixa adequada de Tensao
117 - 133 / 202 - 231 volts

Historico de Consumo e Pagamento - Media 3 meses 184 kWh

MES	09/20	08/20	07/20	06/20	05/20	04/20	03/20	02/20	01/20	12/19	11/19	10/19
CONS	130	174	189	178	163	224	224	235	339	149	215	238
PGTO	05/10	03/09	03/08	03/07	01/06	04/05	01/04	13/02	16/01	23/12	02/12	05/11

Valores Faturados

NOTA FISCAL CONTA DE ENERGIA ELETRICA no. 158895360 Serie B
Emitida em 09/10/2020

Produto Descricao	Un	Consumo	Valor Unitario	Valor Total	Base de Calculo	Aliq ICMS
01 ENERGIA ELETRICA CONSUMO	kWh	249	0,748836	186,46	186,46	29,00%
02 CONT ILUMIN PUBLICA MUNICIPI				24,94		

Base de Calculo do ICMS	186,46	Valor ICMS	54,07	Valor Total da Nota Fiscal	211,40

Reservado ao Fisco

1A43.E236.9528.08E4.146C.9EE0.0920.3707

INCLUSO NA FATURA PIS R$ 0,84 E COFINS R$ 3,88 CONFORME RES ANEEL 130/2005
A PARTIR DE 01/10/2020 - PIS/PASEP 0,76% e COFINS 3,51%
A qualquer tempo pode ser solicitado o cancelamento de valores nao relacionados a prestacao do servico de energia eletrica, como convenios e doacoes
DENUNCIE O FURTO DE FIOS! LIGUE 181
Atraso superior a 45dias sujeita inclusao no cadastro de inadimplentes CADIN/PR
Agora e possivel recorrer a Ouvidoria da Copel pelo Site ou Mobile
Periodos Band.Tarif. Verde 12/09-13/10

Vencimento: 04/11/2020 Valor a pagar: R$ 211,40

Controle
01-20209032943831-41

Numero de identificacao
94772231

Mes
10/2020

AS [ ] 5 1100 [ ]

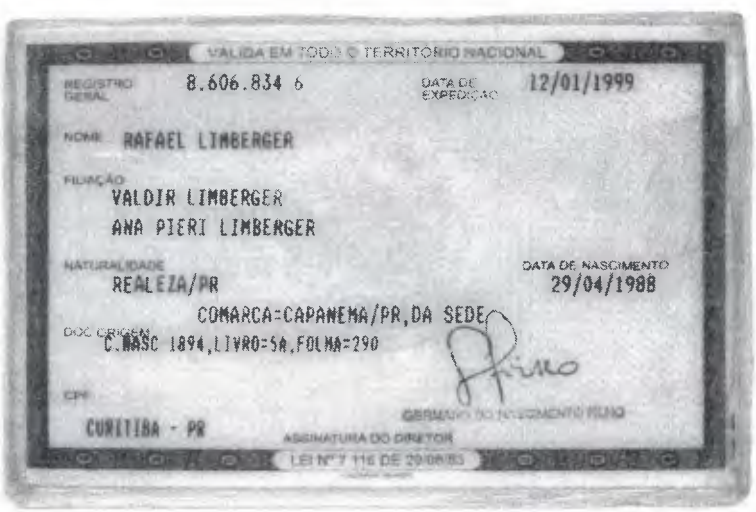
83610000002 2 11400111000 5 00101020209 9 63254383141 6


MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal
CPF
060 034.339-14
RAFAEL LIMBERGER
29/04/1988


REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DO PARANÁ
Rafael Limberger
CARTEIRA DE IDENTIDADE

001185


Cartão de uso pessoal e intransferível
Deve ser apresentado junto com um documento de identidade
CAIXA
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
MAR/2004


VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
REGISTRO GERAL 8.606.834 6
DATA DE EXPEDIÇÃO 12/01/1999
NOME RAFAEL LIMBERGER
FILIAÇÃO
VALDIR LIMBERGER
ANA PIERI LIMBERGER
NATURALIDADE
REALEZA/PR
DATA DE NASCIMENTO
29/04/1988
COMARCA=CAPANEMA/PR,DA SEDE
DOC. ORIGEM
C.NASC 1894,LIVRO=5A,FOLHA=290
CPF
CURITIBA - PR
ASSINATURA DO DIRETOR
LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

Desde 2013
PORTAL
BEBIDAS E TABACARIA

R. LIMBERGER EVENTOS – ME **CNPJ 18.872.938/0001-67**
Av. Botucaris, n° 249, Barracão 01, Santo Expedito, Capanema/PR – Telefone (46) 99940-9797

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE CONCORDÂNCIA COM O EDITAL

R. LIMBERGER EVENTOS - ME, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob n° 18.872.938/0001-67 , DECLARA, para fins do disposto neste Edital, que:

a) está de acordo em explorar a sua atividade em um dos imóveis em que está competindo, constantes no Termo de Referência desta licitação;

b) tem disponibilidade imediata dos equipamentos e utensílios necessários para exploração do barracão;

c) não empregará menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregará menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ( )

OBS: em caso de afirmativo, assinalar a ressalva acima.

d) se instalará e iniciará as atividades dentro do prazo não superior a 120 (cento e vinte) dias a contar do dia 1° de janeiro de 2021, podendo esse prazo ser prorrogado, havendo justificativa, por escrito e aceito pelo CONCEDENTE;

e) possui aptidão para o desempenho da atividade pertinente e compatível com o objeto da Licitação;

Capanema/PR, 23 de Outubro de 2020.

R. LIMBERGER EVENTOS
CNPJ: 18.872.938/0001-67
RAFAEL
Sócio-Gerente

RAFAEL LIMBERGER
CPF 060.034.339-14
RG 8.606.834-6

Desde 2013
PORTAL
BEBIDAS E TABACARIA

R. LIMBERGER EVENTOS – ME **CNPJ 18.872.938/0001-67**
Av. Botucaris, nº 249, Barracão 01, Santo Expedito, Capanema/PR – Telefone (46) 99940-9797

ANEXO VI
DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE VISITA TÉCNICA

Concorrência nº 02/2020
Objeto: CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE TERRENOS E BARRACÕES, DESTINADOS À INSTALAÇÃO DE EMPRESAS DE QUALQUER NATUREZA, OBSERVADOS OS CRITÉRIOS E PREFERÊNCIAS DO TERMO DE REFERÊNCIA, VISANDO ESTIMULAR À GERAÇÃO DO EMPREGO E RENDA NO ÂMBITO MUNICIPAL, EM CONFORMIDADE COM A LEI MUNICIPAL Nº 1.745/2020.

Nome da Empresa: R. LIMBERGER EVENTOS - ME
CNPJ nº: 18.872.938/0001-67
Endereço Completo:
Fone: (46) 99940-9797
E-mail: portalbebidas@outlook.com
O representante legal/contratual da R. LIMBERGER EVENTOS - ME, o(a) Sr.(a) RAFAEL LIMBERGER, DECLARA que renuncia a Visita Técnica aos locais e/ou instalações do objeto licitado, de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades do imóvel, assumindo total responsabilidade por este fato e informando que não o utilizará para quaisquer questionamentos futuros que ensejem evenças técnicas e ou financeira para com a concedente.

Capanema/PR, 23 de Outubro de 2020.

R. LIMBERGER EVENTOS
CNPJ: 18.872.938/0001-67
RAFAEL
Sócio-Gerente

RAFAEL LIMBERGER
CPF 060.034.339-14
RG 8.606.834-6

Desde 2013
PORTAL
BEBIDAS E TABACARIA

R. LIMBERGER EVENTOS – ME **CNPJ 18.872.938/0001-67**
Av. Botucaris, nº 249, Barracão 01, Santo Expedito, Capanema/PR – Telefone (46) 99940-9797

ANEXO II

CREDENCIAMENTO

Pelo presente, credenciamos o Sr. RAFAEL LIMBERGER, portador da cédula de identidade nº 8.606.834-6, inscrito no CPF nº 060.034.339-14, para participar do procedimento licitatório consistente na Concorrência nº. 02/2020, podendo praticar todos os atos inerentes ao referido procedimento, no que diz respeito aos interesses da representada.

Capanema/PR, 23 de Outubro de 2020.

R. LIMBERGER EVENTOS
CNPJ: 18.872.938/0001-67
RAFAEL
Sócio-Gerente

RAFAEL LIMBERGER
CPF 060.034.339-14
RG 8.606.834-6



R. LIMBERGER EVENTOS – ME **CNPJ 18.872.938/0001-67**
Av. Botucaris, n° 249, Barracão 01, Santo Expedito, Capanema/PR Telefone (46) 99940-9797.

ANEXO IV - PROPOSTA

( ) Proposta os itens relacionados aos imóveis **com** barracões.
(x) Proposta para os itens relacionados aos imóveis **sem** barracões.

NOME DA PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA: R. LIMBERGER EVENTOS - ME
CPF OU CNPJ: 18.872.938/0001-67

01 - Descrição clara e objetiva do ramo de atividade empresarial a ser desenvolvido no imóvel:

47.23-7-00 - Comércio varejista de bebidas.
47.12-1-00 - Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - minimercados, mercearias e armazéns.
47.29-6-01 – Tabacaria.
47.29-6-02 - Comércio varejista de mercadorias em lojas de conveniência.
47.84-9-00 - Comércio varejista de gás liqüefeito de petróleo (GLP).
47.89-0-99 - Comércio varejista de outros produtos não especificados anteriormente.
49.30-2-02 - Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional.
49.30-2-03 - Transporte rodoviário de produtos perigosos.
82.30-0-01 - Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas.

02 - Matéria prima a ser utilizada:

Bebidas em geral.
Tabacaria em Geral.
Butijão de Gás.
Transportes.

03 - Capacidade produtiva/comercial da unidade a ser instalada:

Grande comércio com bebidas, entradas e saidas de mercadorias.
Grande comércio com produtos de tabacaria.



R. LIMBERGER EVENTOS – ME **CNPJ 18.872.938/0001-67**
Av. Botucaris, n° 249, Barracão 01, Santo Expedito, Capanema/PR Telefone (46) 99940-9797.

04 - Mercado consumidor potencial:

Venda a consumidor final.
Revenda a estabelecimentos atacadista/varejista.

05 - Previsão de faturamento, custos, despesas e retorno dos investimentos:

Previsão de aumento de faturamento, com uma localização melhor para vendas ao consumidor.
Custos e Despesas irão aumentar conforme o faturamento.

06 - Relação da infraestrutura, equipamentos e instalações necessárias ao funcionamento do projeto global, acompanhada de orçamento discriminado:

Construção de um pré-moldado;
Gaiola para venda de Gás;
Camaras frias, para venda de bebidas e carne.
Espaço para estacionamento.

07 - Previsão de investimentos próprios:

R$ 300.000,00 de investimos próprios.

08 - Viabilidade econômica do projeto:

Com a aquisição do terreno, investimentos e analises de custos e despesas, a empresa viabiliza crescer mais e com o tempo gerar novos empregos.

09 - Compromissos assumidos pela proponente:

a) cumprir todas as obrigações previstas no Termo de Referência, no edital e na minuta do contrato da licitação Concorrência XX/2020.

b) contratar, preferencialmente, pessoas que sejam domiciliados no Município de Capanema/PR.

10 - DA OFERTA:

CRITÉRIO	PROPOSTA DA EMPRESA
Empregabilidade (em número de empregos diretos gerados no prazo de 6 meses).	2
Valor do investimento privado no empreendimento a ser instalado no imóvel - R$	R$ 300.000,00
Prazo para conclusão das obras / prazo para aplicação total dos investimentos	6 Meses para construção
Faturamento Anual (média dos últimos 3 anos)	R$ 612.872,07
Tempo de constituição da empresa OU residência do sócio majoritário no Município de Capanema (somente dados do sócio mais antigo)	32 Anos (Administrador da empresa, pessoa fisica).
Capacidade do empreendimento gerar uma cadeia de produção e/ou empregos indiretos no Município de Capanema/PR	Sem capacidade de empreendimento de terceiros

Capanema/PR, 23 de Outubro de 2020.

R. LIMBERGER EVENTOS
CNPJ: 18.872.938/0001-97
RAFAEL
Sócio-Gerente

RAFAEL LIMBERGER
CPF 060.034.339-14
RG 8.606.834-6



R. LIMBERGER EVENTOS – ME **CNPJ 18.872.938/0001-67**
Av. Botucaris, n° 249, Barracão 01, Santo Expedito, Capanema/PR – Telefone (46) 99940-9797

ANEXO V-A

INDICAÇÃO DE ITENS RELACIONADOS AOS IMÓVEIS SEM BARRACÕES
NOME DA PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA: R. LIMBERGER EVENTOS - ME
CPF OU CNPJ: 18.872.938/0001-67

A proposta constante no envelope lacrado será utilizada como oferta para os imóveis previstos nos seguintes itens, em ordem de preferência:

Item (previsto no Termo de Referência)	**Descrição do imóvel** (previsto no Termo de Referência)
05	Área Industrial III - Saída para São Luiz - Quadra n°80 - Lote 06 - Setor N.O - Rua Paraíba n° 1835
06	Área Industrial III - Saída para São Luiz - Quadra n° 80 - Lote 07 - Setor N.O - Rua Paraíba n° 1871
04	Área Industrial III - Saída para São Luiz – Quadra n°80 - Lote 05 - Setor N.O – Rua Paraíba n° 1803

No caso de a pessoa física ou jurídica se sagrar vencedora em mais de um item, será adjudicado um único imóvel, conforme a ordem de preferência indicada nesta proposta.

Capanema/PR, 23 de Outubro de 2020.

R. LIMBERGER EVENTOS
CNPJ: 18.872.938/0001-67
RAFAEL
Sócio-Gerente

RAFAEL LIMBERGER
CPF 060.034.339-14
RG 8.606.834-6

DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA

Eu, RAFAEL LIMBERGER, residente à Rua Antonio Niehues, n° 525, centro, Cidade Capanema/PR CEP: 85760-000, CPF n° 060.034.339-14 RG n° 8.606.834-6 Órgão Exped. SESP/PR, Declaro, a pedido do (a) interessado (a) e para todos os devidos fins, que resido nesta cidade desde o ano de 1988.

Por ser verdade, dato e assino o presente documento, declarando estar ciente de que responderei criminalmente em caso de falsidade das informações aqui prestadas.

R. LIMBERGER EVENTOS
CNPJ: 18.872.938/0001-67
RAFAEL
Sócio-Gerente

RAFAEL LIMBERGER
CPF 060.034.339-14
RG 8.606.834-6

ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

HISTÓRICO ESCOLAR

ENSINO MÉDIO

COLÉGIO ESTADUAL ROCHA POMBO
ENSINO FUNDAMENTAL, MÉDIO E NORMAL
RES. 3.120/98 - DOE. 11/09/98

Av. Espírito Santo,1205 Fone (046)3552-1655
85760-000 Capanema - Paraná

e-mail: rochapombo@wln.com.br

CARIMBO DO ESTABELECIMENTO

ESTABELECIMENTO: COLÉGIO ESTADUAL ROCHA POMBO - ENSINO FUNDAMENTAL, MÉDIO E NORMAL

MUNICÍPIO: CAPANEMA | NRE: FRANCISCO BELTRÃO

ENTIDADE MANTENEDORA: GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ

AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO DO ESTABELECIMENTO	RECONHECIMENTO DO ESTABELECIMENTO	RECONHECIMENTO DO CURSO
RES. 1784/83-DOE 10/06/83	RES. 4117/85-DOE 04/09/85	RES. 4117/85 - DOE. 04/09/1985
ATO (nº/ano - DOE data)	ATO (nº/ano - DOE data)	ATO (nº/ano - DOE data)

ALUNO: RAFAÉL LIMBERGER | CÓDIGO: 28.383.304

SEXO	DATA DE NASCIMENTO	MUNICÍPIO	UF	RG	UF
M	29/04/88	REALEZA	PR	8.606.834-6	PR

NACIONALIDADE: BRASILEIRA | FILIAÇÃO: PAI: VALDIR LIMBERGER; MÃE: ANA PIERI LIMBERGER

DISCIPLINAS	BASE NACIONAL COMUM: ARTE	BIOLOGIA	EDUCAÇÃO FÍSICA	FÍSICA	GEOGRAFIA	HISTÓRIA	LÍNGUA PORTUGUESA / LITERATURA	MATEMÁTICA	QUÍMICA						PARTE DIVERSIFICADA: FILOSOFIA	L E M. - INGLÊS	SOCIOLOGIA	OFIC NA DE MATEMÁTICA	OFICINA DE LÍNGUA PORTUGUESA								CARGA HORÁRIA: TOTAL DE HORAS - AULA	TOTAL DE HORAS (1)	COMPLEMENTAÇÃO DE ESTUDOS (2)	TOTAL GERAL DE HORAS (CAMPOS 1 E 2)	RESULTADO
TOTAL DA CARGA HORÁRIA DO CURSO POR DISCIPLINA	160	280	240	280	240	280	440	400	280	-	-	-	-	-	80	240	80	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3000	2400	-	2400	
1ª SÉRIE NOTAS OU MENÇÕES	7,1	7,2	7,2	6,1	6,4	6,1	5,9	6,2	5,6	-	-	-	-	-	-	6,2	6,9	7,6	6,5	-	-	-	-	-	-	-	1000	800	-	800	AP
1ª SÉRIE CARGA HORÁRIA	40	120	80	80	80	80	80	80	80	-	-	-	-	-	-	80	40	40	80	-	-	-	-	-	-	-					
ANO 2003 — ESTABELECIMENTO: COL.EST.ROCHA POMBO - ENS. FUND. MÉDIO — Município: CAPANEMA — UF: PARANÁ — CURSO: ENSINO MÉDIO — LEI N.º 9394/96																														
2ª SÉRIE NOTAS OU MENÇÕES	-	7,3	8,3	6,0	7,2	8,0	6,2	6,3	6,0	-	-	-	-	-	-	7,2	6,5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1000	800	-	1000	AP
2ª SÉRIE CARGA HORÁRIA	-	80	80	80	80	80	160	160	120	-	-	-	-	-	-	80	80	-	-	-	-	-	-	-	-	-					
ANO 2005 — ESTABELECIMENTO: COL.EST.ROCHA POMBO - ENS. FUND. MÉDIO — Município: CAPANEMA — UF: PARANÁ — CURSO: ENSINO MÉDIO — LEI N.º 9394/96																														
3ª SÉRIE NOTAS OU MENÇÕES	-	7,5	7,4	6,7	7,7	7,4	7,2	8,3	7,3	-	-	-	-	-	8,4	7,9	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1000	800	-	800	AP
3ª SÉRIE CARGA HORÁRIA	-	80	80	80	80	120	160	120	120	-	-	-	-	-	80	80	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-					
ANO 2006 — ESTABELECIMENTO: COL.EST.ROCHA POMBO-ENS.FUND.MÉDIO E NORMAL — Município: CAPANEMA — UF: PARANÁ — CURSO: ENSINO MÉDIO — LEI N.º 9394/96																														

CAPANEMA, 20 DE DEZEMBRO DE 2006.
LOCAL E DATA

SECRETÁRIO(nome e assinatura) — CRISTINA VENILDES RHEINHEIMER
ATO (nº/ano - DOE data) — PORT.Nº 703/06 - DOE 29/06/06

DIRETOR (nome e assinatura) — DIRCEU ALCHIERI
ATO (nº/ano - DOE data) — Res. 58/06 - DOE 7145/16/01/06

O PRESENTE DOCUMENTO NÃO CONTÉM EMENDAS NEM RASURAS

ISENTO DE RECONHECIMENTO DE FIRMA

SÍNTESE DO SISTEMA DE AVALIAÇÃO

" Considerar-se-a aprovado o aluno que obtiver:
Percentual de frequência igual ou superior a 75%
Rendimento igual ou superior a 6,0 (seis vírgula zero).
Até 2004 a média mínima para aprovação era 5,0 (cinco vírgula zero).

OBSERVAÇÕES

ATO DE RENOVAÇÃO DO RECONHECIMENTO DE CURSO:
RESOLUÇÃO Nº. 4662/02 - DOE 27/12/02
Para fins de Registro do cálculo de total horas, foi considerada a média de 48 minutos por aula.

CAPANEMA, 20 DE DEZEMBRO DE 2006.

Cristina Rheinheimer
Cristina Venildes Rheinheimer
Secretária
Port. Nº 703/06 - DOE 29/06/06

CERTIFICADO DE CONCLUSÃO DO ENSINO MÉDIO

CERTIFICAMOS QUE **RAFAÉL LIMBERGER**

R.G. Nº 8.606.834-6 , UF PR , DE NACIONALIDADE BRASILEIRA

NASCID O EM 29 DE ABRIL DE 1988 , EM REALEZA

ESTADO PARANÁ , CONCLUIU, NESTE ESTABELECIMENTO, O ENSINO MÉDIO, NOS TERMOS DA LEI

Nº 9394/96 E NORMAS COMPLEMENTARES DO SISTEMA ESTADUAL DE ENSINO.

CAPANEMA 20 DE DEZEMBRO DE 2006

Cristina Rheinheimer

SECRETÁRIO (nome e assinatura)
ATO (nº/ano - DOE data)
CRISTINA VENILDES RHEINHEIMER
PORT. Nº 703/06 - DOE 29/06/06

DIRETOR (nome e assinatura)
ATO (nº/ano - DOE data)
DIRCEU ALCHIERI
Res. 58/06 - DOE 7145/16/01/06

ÓRGÃO/SEED/NRE

SEED/CDE - 1034

Município de Capanema - PR

LICITANTE: R Limberger Eventos

CRITÉRIO	PROPOSTA/PONTOS	PONTOS	PESO	PROPOSTA	SOMATÓRIO DA PONTUAÇÃO DA PROPOSTA
Empregabilidade (em número de empregos diretos a serem gerados)	2 pontos por emprego gerado	Até 100	0,3	2,00	1,20
Valor do Investimento privado no empreendimento a ser instalado no imóvel R$	Até 20.000,00	5	0,2		0,00
	De 20.001,00 a 40.000,00.	10	0,2		0,00
	40.001,00 a 60.000,00.	15	0,2		0,00
	60.001,00 a 80.000,00	20	0,2		0,00
	Acima de 80.000,00, a cada 20.000,00 acrescenta 5 pontos.	até 100	0,2	0,00	0,00
Prazo construção da infraestrutura e aplicação total dos investimentos (critério exclusivo para terrenos)	Até 6 meses	100	0,2		0,00
	De 6 a 12 meses	80	0,2		0,00
	De 13 a 18 meses	60	0,2		0,00
	De 19 a 24 meses	40	0,2	40,00	8,00
Prazo para aplicação total dos investimentos (critério exclusivo para barracões)	Até 4 meses	100	0,2		0,00
	De 5 a 8 meses	80	0,2		0,00
	De 9 a 12 meses	60	0,2		0,00
	De 13 a 16 meses	40	0,2		0,00
	De 17 a 20 meses	20	0,2		0,00
	De 21 a 24 meses	10	0,2		0,00
Faturamento anual da pessoa jurídica R$	Até 80.001,00.	10	0,1		0,00
	de 80.001,00 a 150.000,00.	20	0,1		0,00
	150.001,00 a 200.000,00.	30	0,1		0,00
	200.001,00 a 250.000,00.	40	0,1		0,00
	250.001,00 a 300.000,00	50	0,1		0,00
	Acima de 300.000,00, a cada 50.000,00 acrescenta 10 pontos.	até 100	0,1		0,00
Tempo de constituição da empresa em Capanema OU tempo de residência do sócio majoritário da empresa OU da pessoa física em Capanema	5 pontos por ano	até 100	0,1	100,00	10,00
Capacidade do empreendimento gerar uma cadeia de produção e/ou empregos indiretos no Município de Capanema/PR	Aquisição de matéria-prima de pessoas físicas ou jurídicas residentes ou sediadas no Município de Capanema.	2 pontos para cada indicação, até 100	0,1		0,00
			TOTAL		19,20

Município de Capanema - PR

ATA DE ABERTURA DOS ENVELOPES DE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA, E JULGAMENTO DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA Nº: 2/2020

Aos doze dias de novembro de 2020, às dez horas e trinta e dois minutos, no MUNICÍPIO DE CAPANEMA, com endereço a Av. Pedro Viriato Parigot de Souza nº 1080, centro, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitação da Municipalidade, designada pela Portaria nº 7.537 de 16 de dezembro de 2019, **constituída por JEANDRA WILMSEN** (presidente), **ROSELIA KRIGER BECKER PAGANI** (membro), **CAROLINE PILATI** (membro) e **RUBENS LUIS ROLANDO SOUZA** (membro), com auxílio durante a sessão do **Dr. Álvaro Skiba Júnior**, Procurador Municipal, com o objetivo de julgar a Licitação Pública, sob a modalidade Tomada de Preços nº 2/2020, que tem por objeto a CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE TERRENOS E BARRACÕES PARA FINS DE INCENTIVO AO DESENVOLVIMENTO DE EMPREGOS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA PR. A Comissão atestou o comparecimento das empresas; PRODUZZA INSUMOS AGRÍCOLAS LTDA; LUCIMAR PEREIRA DA SILVA; NESTUR TRANSPORTE E TURISMO LTDA; FERRAGENS E TINTAS CAPANEMA EIRELI; GROSS VEÍCULOS LTDA; RAFFAELLLI TRANSPORTES LTDA E SERVIÇOS; CARLOS CESAR MARTINE; H.COM. INDUSTRIA DE CONFECÇÕES LTDA; BETEL EIRELI; ART 2 GESSO LTDA; LUIZ FERNANDO KRUGEL; MODELLI NUTRIÇÃO PERSONALIZADA EIRELI; RAFAEL LIMBERGER; JOÃO PAULO TIELLET MIORIM; LOLI INDÚSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA; JAIR KRAMPE; EDER JUNIOR GONÇALVES; e JACKSON DA ROSA. Algumas empresa compareceram para a sessão porém foram dispensadas para assistir ao vivo no youtube https://www.youtube.com/watch?v=r5O3AHUuaGk, devido a pandemia, para evitarmos aglomeração de pessoas, não havendo oposição. Inicialmente a Comissão de Licitação, de acordo com o Edital, deu-se a abertura do envelope nº 01, contendo a documentação das proponentes, a qual foi conferida e rubricada pela Comissão. Examinada a documentação, a Comissão julgou habilitadas as empresas: NESTUR TRANSPORTE E TURISMO LTDA; FERRAGENS E TINTAS CAPANEMA EIRELI; GROSS VEÍCULOS LTDA; RAFFAELLLI TRANSPORTES LTDA; CARLOS CESAR MARTINE; H.COM. INDUSTRIA DE CONFECÇÕES LTDA; BETEL EIRELI; ART 2 GESSO LTDA; LUIZ FERNANDO KRUGEL; MODELLI NUTRIÇÃO PERSONALIZADA EIRELI; RAFAEL LIMBERGER; JOÃO PAULO TIELLET MIORIM; LOLI INDÚSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA; JAIR KRAMPE; EDER JUNIOR GONÇALVES; e JACKSON DA ROSA. Por sua vez, a empresa PRODUZZA INSUMOS AGRÍCOLAS LTDA. foi inabilitada por deixar de apresentar a Certidão Negativa de tributos Federais; e a empresa LUCIMAR PEREIRA DA SILVA foi inabilitada por deixar de apresentar as Certidões negativas Municipal, estadual e relativa ao FGTS. Outras ocorrências que estão amparadas na Lei Complementar n. 123/2006 que dão direito as empresas: JOÃO PAULO TIELLET MIORIM, apresentou a certidão de FGTS vencida; a empresa Rafael Limberguer apresentou a certidão de FGTS vencida; a empresa MODELLI NUTRIÇÃO PERSONALIZADA EIRELI apresentou a certidão de FGTS vencida; a empresa ART 2 GESSO LTDA. apresentou a certidão negativa de tributos federais vencida; a empresa RAFFAELLLI TRANSPORTES LTDA apresentou a certidão de FGTS vencida, motivo pelo qual terão o prazo de 5 dias úteis, contados a partir do dia seguinte à publicação desta ata, para regularização. Foi encerrada a fase de habilitação e decidido pelo prosseguimento da sessão. Abertos os envelopes nº 02, contendo as propostas comerciais das proponentes habilitadas e inabilitadas, foram conferidas e rubricadas pela Comissão De acordo com o Edital, a Comissão de Licitação chegou a seguinte classificação:
Com relação aos terrenos **sem** barracões, considerando as propostas e as regras definidas no edital, bem como as diretrizes de interpretação da documentação definidas pela comissão, as empresas se classificaram na seguinte ordem: **1ª** GROSS VEÍCULOS LTDA, nota 61,00; **2ª** JACKSON DA ROSA, nota 59,40; **3ª** FERRAGENS E TINTAS CAPANEMA

EIRELI, nota 57,80; **4ª** PRODUZZA INSUMOS AGRÍCOLAS LTDA, nota 56,00; **5ª** EDER JUNIOR GONÇALVES, nota 49,20; **6ª** LUIZ FERNANDO KRUGEL, nota 47,00; **7ª** NESTUR TRANSPORTE E TURISMO LTDA, nota 43,10; **8ª** ART 2 GESSO LTDA, nota 35,40; **9ª** RAFFAELLLI TRANSPORTES LTDA, nota 27,00; **10ª** JAIR KRAMPE, nota 21,00; **11ª** RAFAEL LIMBERGER, nota 19,20; **12ª** LUCIMAR PEREIRA DA SILVA, nota 11,00.

Com relação aos terrenos **com** barracões, considerando as propostas e as regras definidas no edital, bem como as diretrizes de interpretação da documentação definidas pela comissão, as empresas se classificaram na seguinte ordem: **1ª** MODELLI NUTRIÇÃO PERSONALIZADA EIRELI, nota 50,00; **2ª** LOLI INDÚSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA, nota 49,60; **3ª** EDER JUNIOR GONÇALVES, nota 42,20; **4ª** BETEL EIRELI, nota 41,50; **5ª** JOÃO PAULO TIELLET MIORIM, nota 34,20; **6ª** ART 2 GESSO LTDA, nota 30,40; **7ª** GROSS VEÍCULOS LTDA, nota 28,00; **8ª** H.COM. INDUSTRIA DE CONFECÇÕES LTDA, nota 31,70; **9ª** CARLOS CESAR MARTINE, nota 19,20.

Designada nova sessão de conferência dos documentos das licitantes para o dia 16 de novembro de 2020, às 11h00min., a Comissão verificou as seguintes inconsistências na atribuição da pontuação das seguintes empresas: **a)** em relação à empresa **BETEL** houve um erro no lançamento da pontuação, visto que a pontuação não correspondia à proposta ofertada, motivo pelo qual a Comissão decidiu pela retificação da pontuação da empresa, sendo atribuída a seguinte pontuação: **74,00**; **b)** em relação à empresa **H.COM** havia sido desconsiderada a discriminação dos investimentos privados indicados na proposta da empresa, motivo pelo qual a Comissão decidiu pela atribuição da seguinte pontuação à empresa: **31,70**; **c)** em relação à empresa **Luiz Fernando Krugel - ME** havia sido considerado para a atribuição da pontuação o valor de investimento de R$ 221.000,00 (duzentos e vinte e um mil reais), todavia, em uma nova conferência da documentação das empresas, a Comissão decidiu pela desconsideração do valor de investimentos, visto que não há a comprovação dos investimentos como exigido pelo edital, bem como para seguir a coerência da atribuição da pontuação relativa a outras empresas que participaram do certame. Assim, a Comissão decidiu pela atribuição de nota zero ao critério de investimento privado no imóvel. Do mesmo modo, seguindo a coerência adotada em relação a outras empresas, considerando não haver orçamento e croqui das obras e serviços que seriam realizados no terreno, também foi atribuída nota mínima a respeito do critério do prazo para a execução total do investimento privado no imóvel. Destarte, a pontuação final da empresa ficou em: **23,00**; **d)** em relação à empresa **Modelli** havia sido considerado para a atribuição da pontuação o valor de investimento de R$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais), todavia, em uma nova conferência da documentação das empresas, a Comissão decidiu pela desconsideração parcial do valor de investimentos, visto que não há a discriminação dos investimentos como exigido pelo edital, referente à indicação de máquinas, matéria prima e infraestrutura do imóvel, restando considerado pela Comissão apenas o valor de R$ 30.000,00 (trinta mil reais), relativo à aquisição de embalagens, seguindo, portanto, a coerência da atribuição da pontuação relativa a outras empresas que participaram do certame. Destarte, a pontuação final da empresa ficou em: **45,00**; **e)** em relação à empresa **Nestur** havia sido atribuída equivocadamente pontuação acerca do sexto critério de avaliação, relativo à capacidade do empreendimento de gerar uma cadeia de produção e/ou empregos indiretos no Município de Capanema/PR, todavia, em uma nova conferência da documentação das empresas, a Comissão verificou que a empresa não anexou os documentos comprobatórios exigidos pelo edital a respeito deste critério, motivo pelo qual decidiu pela retificação da pontuação final, a qual ficou em: **41,90**.

Dessa forma, considerando as indicações das empresas em suas propostas, a respeito da ordem de preferência dos itens em disputa, bem como considerando a pontuação retificada de ofício pela Comissão na data de hoje, segue as tabelas com a classificação provisória:

Município de Capanema - PR

Classificação em relação aos terrenos **sem** barracões:

Empresa	Classificação /nota	Habilitado/inabilitado	ITEM Nº
GROSS VEÍCULOS LTDA	**61,00**	HABILITADA	14
JACKSON DA ROSA	**59,40**	HABILITADA	8
FERRAGENS E TINTAS CAPANEMA EIRELI	**57,80**	HABILITADA	5
PRODUZZA INSUMOS AGRÍCOLAS LTDA	**56,00**	INABILITADA	
EDER JUNIOR GONÇALVES	**49,20**	HABILITADA	
NESTUR TRANSPORTE E TURISMO LTDA	**41,90**	HABILITADA	6
ART 2 GESSO LTDA	**35,40**	HABILITADA	4
RAFFAELLLI TRANSPORTES LTDA	**27,00**	HABILITADA	1
LUIZ FERNANDO KRUGEL	**23,00**	HABILITADA	7
JAIR KRAMPE	**21,00**	HABILITADA	
RAFAEL LIMBERGER	**19,20**	HABILITADA	
LUCIMAR PEREIRA DA SILVA	**11,00**	INABILITADA	

Classificação em relação aos terrenos **com** barracões:

Empresa	Classificação /nota	Habilitado/inabilitado	ITEM Nº
BETEL EIRELI	**74,00**	Habilitada	15
LOLI INDÚSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	**49,60**	Habilitada	17
MODELLI NUTRIÇÃO PERSONALIZADA EIRELI	**45,00**	Habilitada	16
EDER JUNIOR GONÇALVES	**42,20**	Habilitada	18
JOÃO PAULO TIELLET MIORIM	34,20	Habilitada	
H.COM. INDUSTRIA DE CONFECÇÕES LTDA	31,70	Habilitada	
ART 2 GESSO LTDA	30,40	Habilitada	
GROSS VEÍCULOS LTDA	28,00	Habilitada	
CARLOS CESAR MARTINE	19,20	Habilitado	

Tendo em vista que a intimação do ato de julgamento das propostas nos termos do art. 110 da Lei n. 8.666/93, o prazo recursal previsto no art. 109, I, alíneas "a" e "b", fica aberto o prazo de recurso entre os dias 18/11/2020 ao dia 24/11/2020, até às 17h30min. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião e assinada a presente Ata pela Comissão de Licitação.

ROSELIA KRIGE BECKER PAGANI
MEMBRO
632.2582.249-68

JEANDRA WILMSEN
PRESIDENTE
018.991.949-77

RUBENS LUIS ROLANDO SOUZA
MEMBRO
513.358.830-53

CAROLINE PILATI
MEMBRO
064.652.689-81

ÁLVARO SKIBA JÚNIOR
Procurador Municipal

Município de Capanema - PR

ATA DE ABERTURA DOS ENVELOPES DE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA, E JULGAMENTO DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA Nº: 2/2020

Aos doze dias de novembro de 2020, às dez horas e trinta e dois minutos, no MUNICÍPIO DE CAPANEMA, com endereço a Av. Pedro Viriato Parigot de Souza nº 1080, centro, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitação da Municipalidade, designada pela Portaria nº 7.537 de 16 de dezembro de 2019, **constituída por JEANDRA WILMSEN** (presidente), **ROSELIA KRIGER BECKER PAGANI** (membro), **CAROLINE PILATI** (membro) e **RUBENS LUIS ROLANDO** SOUZA (membro), com auxílio durante a sessão do **Dr. Álvaro Sicba Júnior**, Procurador Municipal, com o objetivo de julgar a Licitação Pública, sob a modalidade Tomada de Preços nº 2/2020, que tem por objeto a CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE TERRENOS E BARRACÕES PARA FINS DE INCENTIVO AO DESENVOLVIMENTO DE EMPREGOS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA PR. A Comissão atestou o comparecimento das empresas; PRODUZZA INSUMOS AGRÍCOLAS LTDA; LUCIMAR PEREIRA DA SILVA; NESTUR TRANSPORTE E TURISMO LTDA; FERRAGENS E TINTAS CAPANEMA EIRELI; GROSS VEÍCULOS LTDA; RAFFAELLLI TRANSPORTES LTDA E SERVIÇOS; CARLOS CESAR MARTINE; H.COM. INDUSTRIA DE CONFECÇÕES LTDA; BETEL EIRELI; ART 2 GESSO LTDA; LUIZ FERNANDO KRUGEL; MODELLI NUTRIÇÃO PERSONALIZADA EIRELI; RAFAEL LIMBERGER; JOÃO PAULO TIELLET MIORIM; LOLI INDÚSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA; JAIR KRAMPE; EDER JUNIOR GONÇALVES; e JACKSON DA ROSA. Algumas empresa compareceram para a sessão porém foram dispensadas para assistir ao vivo no youtube https://www.youtube.com/watch?v=r5O3AHUuaGk, devido a pandemia, para evitarmos aglomeração de pessoas, não havendo oposição. Inicialmente a Comissão de Licitação, de acordo com o Edital, deu-se a abertura do envelope nº 01, contendo a documentação das proponentes, a qual foi conferida e rubricada pela Comissão. Examinada a documentação, a Comissão julgou habilitadas as empresas: NESTUR TRANSPORTE E TURISMO LTDA; FERRAGENS E TINTAS CAPANEMA EIRELI; GROSS VEÍCULOS LTDA; RAFFAELLLI TRANSPORTES LTDA; CARLOS CESAR MARTINE; H.COM. INDUSTRIA DE CONFECÇÕES LTDA; BETEL EIRELI; ART 2 GESSO LTDA; LUIZ FERNANDO KRUGEL; MODELLI NUTRIÇÃO PERSONALIZADA EIRELI; RAFAEL LIMBERGER; JOÃO PAULO TIELLET MIORIM; LOLI INDÚSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA; JAIR KRAMPE; EDER JUNIOR GONÇALVES; e JACKSON DA ROSA. Por sua vez, a empresa PRODUZZA INSUMOS AGRÍCOLAS LTDA. foi inabilitada por deixar de apresentar a Certidão Negativa de tributos Federais; e a empresa LUCIMAR PEREIRA DA SILVA foi inabilitada por deixar de apresentar as Certidões negativas Municipal, estadual e relativa ao FGTS. Outras ocorrências que estão amparadas na Lei Complementar n. 123/2006 que dão direito as empresas: JOÃO PAULO TIELLET MIORIM, apresentou a certidão de FGTS vencida; a empresa Rafael Limberguer apresentou a certidão de FGTS vencida; a empresa MODELLI NUTRIÇÃO PERSONALIZADA EIRELI apresentou a certidão de FGTS vencida; a empresa ART 2 GESSO LTDA. apresentou a certidão negativa de tributos federais vencida; a empresa RAFFAELLLI TRANSPORTES LTDA apresentou a certidão de FGTS vencida, motivo pelo qual terão o prazo de 5 dias úteis, contados a partir do dia seguinte à publicação desta ata, para regularização. Foi encerrada a fase de habilitação e decidido pelo prosseguimento da sessão. Abertos os envelopes nº 02, contendo as propostas comerciais das proponentes habilitadas e inabilitadas, foram conferidas e rubricadas pela Comissão. De acordo com o Edital, a Comissão de Licitação chegou a seguinte classificação:
Com relação aos terrenos **sem** barracões, considerando as propostas e as regras definidas no edital, bem como as diretrizes de interpretação da documentação definidas pela comissão, as empresas se classificaram na seguinte ordem: 1ª GROSS VEÍCULOS LTDA, nota 61,00; 2ª JACKSON DA ROSA, nota 59,40; 3ª FERRAGENS E TINTAS CAPANEMA

Município de Capanema - PR

EIRELI, nota 57,80; 4ª PRODUZZA INSUMOS AGRÍCOLAS LTDA, nota 56,00; 5ª EDER JUNIOR GONÇALVES, nota 49,20; 6ª LUIZ FERNANDO KRUGEL, nota 47,00; 7ª NESTUR TRANSPORTE E TURISMO LTDA, nota 43,10; 8ª ART 2 GESSO LTDA, nota 35,40; 9ª RAFFAELLLI TRANSPORTES LTDA, nota 27,00; 10ª JAIR KRAMPE, nota 21,00; 11ª RAFAEL LIMBERGER, nota 19,20; 12ª LUCIMAR PEREIRA DA SILVA, nota 11,00.

Com relação aos terrenos com barracões, considerando as propostas e as regras definidas no edital, bem como as diretrizes de interpretação da documentação definidas pela comissão, as empresas se classificaram na seguinte ordem: 1ª MODELLI NUTRIÇÃO PERSONALIZADA EIRELI, nota 50,00; 2ª LOLI INDÚSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA, nota 49,60; 3ª EDER JUNIOR GONÇALVES, nota 42,20; 4ª BETEL EIRELI, nota 41,50; 5ª JOÃO PAULO TIELLET MIORIM, nota 34,20; 6ª ART 2 GESSO LTDA, nota 30,40; 7ª GROSS VEÍCULOS LTDA, nota 28,00; 8ª H.COM. INDUSTRIA DE CONFECÇÕES LTDA, nota 31,70; 9ª CARLOS CESAR MARTINE, nota 19,20.

Designada nova sessão de conferência dos documentos das licitantes para o dia 16 de novembro de 2020, às 11h00min., a Comissão verificou as seguintes inconsistências na atribuição da pontuação das seguintes empresas: **a)** em relação à empresa **BETEL** houve um erro no lançamento da pontuação, visto que a pontuação não correspondia à proposta ofertada, motivo pelo qual a Comissão decidiu pela retificação da pontuação da empresa, sendo atribuída a seguinte pontuação: **74,00**; **b)** em relação à empresa **H.COM** havia sido desconsiderada a discriminação dos investimentos privados indicados na proposta da empresa, motivo pelo qual a Comissão decidiu pela atribuição da seguinte pontuação à empresa: **31,70**; **c)** em relação à empresa **Luiz Fernando Krugel - ME** havia sido considerado para a atribuição da pontuação o valor de investimento de R$ 221.000,00 (duzentos e vinte e um mil reais), todavia, em uma nova conferência da documentação das empresas, a Comissão decidiu pela desconsideração do valor de investimentos, visto que não há a comprovação dos investimentos como exigido pelo edital, bem como para seguir a coerência da atribuição da pontuação relativa a outras empresas que participaram do certame. Assim, a Comissão decidiu pela atribuição de nota zero ao critério de investimento privado no imóvel. Do mesmo modo, seguindo a coerência adotada em relação a outras empresas, considerando não haver orçamento e croqui das obras e serviços que seriam realizados no terreno, também foi atribuída nota mínima a respeito do critério do prazo para a execução total do investimento privado no imóvel. Destarte, a pontuação final da empresa ficou em: **23,00**; **d)** em relação à empresa Modelli havia sido considerado para a atribuição da pontuação o valor de investimento de R$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais), todavia, em uma nova conferência da documentação das empresas, a Comissão decidiu pela desconsideração parcial do valor de investimentos, visto que não há a discriminação dos investimentos como exigido pelo edital, referente à indicação de máquinas, matéria prima e infraestrutura do imóvel, restando considerado pela Comissão apenas o valor de R$ 30.000,00 (trinta mil reais), relativo à aquisição de embalagens, seguindo, portanto, a coerência da atribuição da pontuação relativa a outras empresas que participaram do certame. Destarte, a pontuação final da empresa ficou em: **45,00**; **e)** em relação à empresa **Nestur** havia sido atribuída equivocadamente pontuação acerca do sexto critério de avaliação, relativo à capacidade do empreendimento de gerar uma cadeia de produção e/ou empregos indiretos no Município de Capanema/PR, todavia, em uma nova conferência da documentação das empresas, a Comissão verificou que a empresa não anexou os documentos comprobatórios exigidos pelo edital a respeito deste critério, motivo pelo qual decidiu pela retificação da pontuação final, a qual ficou em: **41,90**.

Dessa forma, considerando as indicações das empresas em suas propostas, a respeito da ordem de preferência dos itens em disputa, bem como considerando a pontuação retificada de ofício pela Comissão na data de hoje, segue as tabelas com a classificação provisória:

Município de Capanema - PR

Classificação em relação aos terrenos **sem** barracões:

Empresa	Classificação /nota	Habilitado/inabilitado	ITEM Nº
GROSS VEÍCULOS LTDA	**61,00**	HABILITADA	14
JACKSON DA ROSA	**59,40**	HABILITADA	8
FERRAGENS E TINTAS CAPANEMA EIRELI	**57,80**	HABILITADA	5
PRODUZZA INSUMOS AGRÍCOLAS LTDA	56,00	INABILITADA	
EDER JUNIOR GONÇALVES	**49,20**	HABILITADA	
NESTUR TRANSPORTE E TURISMO LTDA	**41,90**	HABILITADA	6
ART 2 GESSO LTDA	**35,40**	HABILITADA	4
RAFFAELLLI TRANSPORTES LTDA	27,00	HABILITADA	1
LUIZ FERNANDO KRUGEL	23,00	HABILITADA	7
JAIR KRAMPE	21,00	HABILITADA	
RAFAEL LIMBERGER	19,20	HABILITADA	
LUCIMAR PEREIRA DA SILVA	11,00	INABILITADA	

Classificação em relação aos terrenos **com** barracões:

Empresa	Classificação /nota	Habilitado/inabilitado	ITEM Nº
BETEL EIRELI	**74,00**	Habilitada	15
LOLI INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	**49,60**	Habilitada	17
MODELLI NUTRIÇÃO PERSONALIZADA EIRELI	**45,00**	Habilitada	16
EDER JUNIOR GONÇALVES	**42,20**	Habilitada	18
JOÃO PAULO TIELLET MIORIM	34,20	Habilitada	
H.COM. INDUSTRIA DE CONFECÇÕES LTDA	31,70	Habilitada	
ART 2 GESSO LTDA	30,40	Habilitada	
GROSS VEÍCULOS LTDA	28,00	Habilitada	
CARLOS CESAR MARTINE	19,20	Habilitado	

Tendo em vista que a intimação do ato de julgamento das propostas nos termos do art. 110 da Lei n. 8.666/93, o prazo recursal previsto no art. 109, I, alíneas "a" e "b", fica aberto o prazo de recurso entre os dias 18/11/2020 ao dia 24/11/2020, até às 17h30min. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião e assinada a presente Ata pela Comissão de Licitação.

ROSELIA KRIGE BECKER PAGANI
MEMBRO
632.2582.249-68

JEANDRA WILMSEN
PRESIDENTE
018.991.949-77

1205

Município de Capanema - PR

RUBENS LUIS ROLANDO SOUZA
MEMBRO
513.358.830-53

CAROLINE PILATI
MEMBRO
064.652.689-81

ÁLVARO SKIBA JÚNIOR
Procurador Municipal

Voltar Imprimir

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 20.936.296/0001-64
Razão Social: JOAO PAULO TIELLET MIORIM ME
Endereço: AV BOTUCARIS 249 BARRACAO / CENTRO / CAPANEMA / PR / 85760-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade:01/11/2020 a 30/11/2020

Certificação Número: 2020110103300604310707

Informação obtida em 17/11/2020 07:41:05

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

Voltar Imprimir

1207

CAIXA
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 18.872.938/0001-67
Razão Social: R LIMBERGER EVENTOS ME
Endereço: RUA ALAGOAS 1140 / CENTRO / CAPANEMA / PR / 85760-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade:01/11/2020 a 30/11/2020

Certificação Número: 2020110103255351843274

Informação obtida em 17/11/2020 07:41:45

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

Voltar Imprimir

1208

CAIXA
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 27.009.441/0001-00
Razão Social: MODELLI NUTRICAO PERSONALIZADA EIRELI ME
Endereço: BELO HORIZONTE / JARDIM DAS LARANJEI / FOZ DO IGUACU / PR / 85868-010

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 04/11/2020 a 03/12/2020

Certificação Número: 2020110401471791115751

Informação obtida em 17/11/2020 07:42:33

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

Voltar Imprimir

1209

CAIXA
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 26.450.654/0001-00
Razão Social: C C MARTINE FOLHA DE CAPANEMA ME
Endereço: RUA PARA 1058 / SAO CRISTOVAO / CAPANEMA / PR / 85760-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade:04/11/2020 a 03/12/2020

Certificação Número: 2020110401283661094348

Informação obtida em 17/11/2020 07:43:11

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

Voltar Imprimir

1210

CAIXA
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 17.003.290/0001-20
Razão Social: RAFFAELLI SERVICOS S TRANSPORTES LTDA ME
Endereço: RUA ANTONIO NIEHUES 1215 CASA / CENTRO / CAPANEMA / PR / 85760-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 15/11/2020 a 14/12/2020

Certificação Número: 2020111502281902371200

Informação obtida em 17/11/2020 07:43:44

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

1211

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: ART 2 GESSO LTDA
CNPJ: 10.171.196/0001-30

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. não constam pendências relativas aos débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB); e

2. constam nos sistemas da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) débitos inscritos em Dívida Ativa da União (DAU) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou garantidos mediante bens ou direitos, ou com embargos da Fazenda Pública em processos de execução fiscal, ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal.

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 10:38:05 do dia 19/11/2020 <hora e data de Brasília>.
Válida até 18/05/2021.
Código de controle da certidão: **4116.2AF3.99E2.2E9F**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

GROSS VEÍCULOS

1212

SOLICITAÇÃO

GROSS VEICULOS LTDA, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob n° 05.489.129/0001-29, SOLICITA, que como não ouve vencedores para os itens 11,12,13 e 14 além da empresa GROSS VEICULOS LTDA que seja definido a preferência com a seguinte sequência: itens 11,12,13,14 respectivamente, sem ferir a isonomia do processo, uma vez que a empresa foi a única a apresentar proposta para tais itens.

Capanema PR, 9 de novembro de 2020.

GROSS VEICULOS LTDA

05.489.129/0001-29

Data:
Processo: **3216/2020**
16/11/2020 Hora: 09:27

Assunto:
SOLICITACAO DO SETOR DE LICITACA

Req uerente:
GROSS VEICULOS LTDA

Data:
Processo: 3235/2020
17/11/2020 Hora: 03:52
Assunto:
RECURSO EM PROCESSO LICITATORI
Requerente:
PRODUZZA INSUMOS AGRICOLAS LT

DECLARAÇÃO DE RECURSO

REFERENTE: EDITAL DE CONCORRÊNCIA 02/2020 MODALIDADE MAIOR OFERTA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPANEMA-PR.

1213

N. SAGGIN E CIA LTDA, inscrita no CNPJ n° 09.489.203/0001-68, com sua sede na Rua Antônio Nieheus,1080, Centro, Município de Capanema, Estado do Paraná, representada pelo seu sócio administrador e contador o Sr° Nadir Saggin, portador do CPF sob n° 060.246.619-91, CRC-PR 013407/O-6, residente e domiciliado no Município de Capanema, no Estado do Paraná, vem através desta **DECLARAR** a quem possa interessar que a empresa **PRODUZZA INSUMOS AGRICOLAS LTDA**, pessoa jurídica, inscrita no CNPJsobn°29.908.612/0001-69, com sua sede na Rua Paraíba, 1234, Centro, Município de Capanema, Estado do Paraná, representada pelo seu sócio administrador o Sr° Fernando Eduardo Lopes, inscrito na carteira de identidade RG n° 9.839.289-0, e CPF n° 071.808.989-88, residente e domiciliado na Rua Leopoldo Schmidt, 471, Bairro São Jose Operário, Município de Capanema, Estado do Paraná, que efetuou o parcelamento dos débitos perante a Receita Federal, conforme demonstrativo e comprovante do pagamento da 1º (primeira) parcela da dívida do parcelamento. Portanto o mesmo aguardava a liberação da certidão positiva com efeito negativa, pois a liberação da dívida requer um prazo de 5 a 10 dias, conforme previsto em lei complementar 123/2006:

Art. 42. Nas licitações públicas, a comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato.

Art. 43. As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

§ 1º Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

§ 2º A não-regularização da documentação, no prazo previsto no § 1º deste artigo, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à

previstas no art. 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

Fundamenta-se que a intenção da lei, é que não haja prejuízo entre ter a certidão ou a regularizar no prazo de 5 dias úteis. Portanto as micro ou pequenas empresas optantes pelo Simples Nacional não tem por obrigação apresentar as eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa no ato do certame licitatório, mas sim na assinatura do contrato caso seja vencedora do mesmo.

O item 19.3 do edital ressalta "As normas que disciplinam este certame serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os proponentes, atendido o interesse público, sem comprometimento da segurança da contratação".

Nestes termos, pede deferimento.

Capanema, 16 de Novembro de 2020

NADIR SAGGIN
Rua Antonio Niehues, 1080
85760-000 - CAPANEMA - PARANÁ
Fones: (46) 3552-1342 / 3552-1856
T.C. CRC-PR 013407/O-6 - CPF 060.246.619-91

N. SAGGIN E CIA LTDA

Produzza Insumos Agrícolas
CNPJ 29.808.612/0001-69

PRODUZZA INSUMOS AGRICOLAS LTDA

Receita Federal PGFN CERTIDÃO

1215

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: PRODUZZA INSUMOS AGRICOLAS LTDA
CNPJ: 29.908.612/0001-69

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e

2. constam nos sistemas da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) débitos inscritos em Dívida Ativa da União (DAU) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 do CTN, ou garantidos mediante bens ou direitos, ou com embargos da Fazenda Pública em processos de execução fiscal, ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal.

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 07:34:25 do dia 16/11/2020 <hora e data de Brasília>.
Válida até 15/05/2021.
Código de controle da certidão: **8532.A591.AA55.3ACD**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Nova Consulta

Preparar página para impressão



001215

CAIXA ECONOMICA FEDERAL

QUINA: sorteios de segunda-feira a sábado. A

317-578103628-4

12/NOV/2020 HORA DF 13:48:0

LOT. 14.003410-2 TERM 04473

LOCALIDADE: CAPANEMA

AG. VINCULADA: 1256

COMPROVANTE DE PAGAMENTO DE GPS

CÓDIGO PAGAMENTO	: 2003	
COMPETÊNCIA	: 09/2020	
IDENTIFICADOR	: 29908612000169	
VALOR DO INSS	:	R$ 230,27
VALOR OUTRAS ENTIDADES	:	R$ 0,00
ATM/MULTA/JUROS	:	R$ 19,7
TOTAL	:	R$ 250,0

317-578103628-4

1ª VIA

1216

PREVIDÊNCIA SOCIAL

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - MPS
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
SECRETARIA DA RECEITA PREVIDENCIÁRIA - SRP

GUIA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - GPS

3 - CÓDIGO DE PAGAMENTO	2003
4 - COMPETÊNCIA	09/2020
5 - IDENTIFICADOR	29.908.612/0001-69
6 - VALOR DO INSS	230,27
7 -	
8 -	
9 - VALOR OUTRAS ENTIDADES	0,00
10 - ATM/MULTA E JUROS	19,77
11 - TOTAL	250,04

1 - NOME OU RAZÃO SOCIAL / FONE / ENDEREÇO
CNPJ 29.908.612/0001-69
PRODUZZA INSUMOS AGRICOLAS LTDA
R PARAIBA 1234

CAPANEMA PR
CEP 85760-000

2 - VENCIMENTO (Uso exclusivo INSS): 12/11/2020

ATENÇÃO: É vedada a utilização de GPS para recolhimento de receita de valor inferior ao estipulado em resolução publicada pelo INSS. A receita que resultar valor inferior deverá ser adicionada à contribuição ou importância correspondente nos meses subsequentes, até que o total seja igual ou superior ao valor mínimo fixado.

AUTENTICAÇÃO BANCÁRIA

1ªVia-INSS -2ªVia CONTRIBUINTE

MINISTÉRIO DA ECONOMIA
SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
INFORMAÇÕES DE APOIO PARA EMISSÃO DE CERTIDÃO

Por meio do e-CAC - CNPJ do certificado: 29.908.612/0001-69

12/11/2020 15:23:07

CNPJ: 29.908.612 - PRODUZZA INSUMOS AGRICOLAS LTDA

Dados Cadastrais da Matriz

CNPJ: 29.908.612/0001-69
UA de Domicílio: DRF CASCAVEL-PR **Código da UA:** 09.103.00
Endereço: R PARAIBA,1234
Bairro: CENTRO **CEP:** 85760-000 **Município:** CAPANEMA **UF:** PR
Responsável: 071.808.989-88 - FERNANDO EDUARDO LOPES
Situação: ATIVA
Natureza Jurídica: 206-2 - SOCIEDADE EMPRESARIA LIMITADA **Data de Abertura:** 12/03/2018
CNAE: 4623-1/06 - Comércio atacadista de sementes, flores, plantas e gramas
Porte da Empresa: MICRO EMPRESA
Opção pelo Simples Nacional.
Inclusão Exclusão
12/03/2018

Sócios e Administradores

CPF/CNPJ	Nome	Qualificação	Situação Cadastral	Cap. Social	Cap. Votante
071.808.989-88	FERNANDO EDUARDO LOPES	SOCIO ADMINISTRADOR	REGULAR	95,00%	
086.367.769-02	KARINE DOS SANTOS LOPES	SOCIO	REGULAR	5,00%	

Diagnóstico Fiscal na Receita Federal

Pendência - Parcelamento (PARCSN/PARCMEI)

CNPJ: 29.908.612/0001-69
SIMPLES NACIONAL - EM NEGOCIACAO DE PARCELAMENTO

Pendência - Divergência GFIP x GPS (AGUIA)

Divergência de GFIP x GPS(Valor declarado menos o recolhido, por rubrica e FPAS)
CNPJ: 29.908.612/0001-69

Competência	FPAS	Situação	Rubrica	Valor
09/2020	515	OPS	Previdência	230,27

Diagnóstico Fiscal na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CNPJ: 29.908.612 - PRODUZZA INSUMOS AGRICOLAS LTDA

Inscrição com Exigibilidade Suspensa (SIDA)

CNPJ: 29.908.612/0001-69

Inscrição	Receita	Inscrito em	Ajuizado em	Processo	Tipo de Devedor
90.4.20.023954-65	1507-SIMPLES NACIONAL	15/06/2020		12376.269.492/2020-29	DEVEDOR PRINCIPAL

Situação: ATIVA NAO AJUIZAVEL NEGOCIADA NO SISPAR

Parcelamento com Exigibilidade Suspensa (SISPAR)

CNPJ: 29.908.612/0001-69

Conta

003769082 Parcelamento Convencional

Modalidade: PARCELAMENTO SEM GARANTIA - SIMPLES NACIONAL

Final do Relatório

1219

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil

RECIBO DE ADESÃO AO PARCELAMENTO DO SIMPLES NACIONAL

Nome Empresarial: PRODUZZA INSUMOS AGRICOLAS LTDA
CNPJ: 29.908.612/0001-69

Relação dos débitos parcelados

Período de Apuração	Vencimento	Número do Processo	Saldo Devedor Original	Valor Atualizado
01/2020[1]	20/02/2020		R$ 5.453,14	R$ 6.693,14
02/2020[1]	20/03/2020		R$ 9.598,59	R$ 11.748,63
06/2020[1]	20/07/2020		R$ 3.966,06	R$ 4.817,91
07/2020[1]	20/08/2020		**R$ 767,69**	R$ 931,31
08/2020[1]	21/09/2020		**R$ 5.023,34**	R$ 6.086,22
09/2020	20/10/2020		**R$ 20.282,71**	R$ 24.542,03

Valor total parcelado: R$ 54.819,24
Número de parcelas: 60
Valor da primeira parcela: R$ 5.481,92
Valor das demais parcelas: R$ 836,22
Prazo para pagamento da primeira parcela: 12/11/2020

Importante:

A concessão do parcelamento está condicionada ao pagamento tempestivo da primeira parcela. Caso o recolhimento não seja efetuado até a data de vencimento do DAS, o pedido de parcelamento será considerado sem efeito.

A partir da publicação da Instrução Normativa RFB nº 1.981/2020, de 13/10/2020, quando a negociação do parcelamento envolver ao menos um débito com histórico de inclusão em parcelamento do Simples Nacional, conforme indicação na coluna "período de apuração" da "relação dos débitos parcelados", a primeira parcela será diferenciada:

1- Débito com histórico de inclusão em apenas um parcelamento anterior condiciona o valor da primeira parcela a 10% (dez por cento) do valor total da dívida consolidada.

2- Débito com histórico de inclusão em mais de um parcelamento anterior condiciona o valor da primeira parcela a 20% (vinte por cento) do valor total da dívida consolidada.

Confirmação recebida via Internet
pelo Agente Receptor SERPRO
em 10/11/2020 às 15:55:38 (horário de Brasília).
Recibo: 2Q2V7YfTwQuoIszYG30463EXf6aM
Certificação Digital: 5BE0 FC7B 7182 011D 9B24 63EC A2BA 2608
CPF: 071.808.989-88
Autoridade Certificadora: AC Certisign RFB G5

Desistência do parcelamento Voltar Sair

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil

RECIBO DE DESISTÊNCIA DO PEDIDO DE PARCELAMENTO DO SIMPLES NACIONAL

Nome Empresarial: PRODUZZA INSUMOS AGRICOLAS LTDA
CNPJ: 29.908.612/0001-69

O contribuinte acima identificado solicitou a desistência do Parcelamento do Simples Nacional número 0001.

Os débitos não liquidados serão cobrados administrativamente e/ou encaminhados para inscrição em Dívida Ativa.

Confirmação recebida via Internet
pelo Agente Receptor SERPRO
em 06/11/2020 às 08:21:23 (horário de Brasília).
Recibo: 2Q2u2CfTvmxkIszX1WJ13dCof6Am
Certificação Digital: 5BE0 FC7B 7182 011D 9B24 63EC A2BA 2608
CPF: 071.808.989-88
Autoridade Certificadora: AC Certisign RFB G5

Retornar Imprimir Recibo

SISBB - SISTEMA DE INFORMACOES BANCO DO BRASIL
11/11/2020 - AUTO-ATENDIMENTO - 08.33.21
0907500907

COMPROVANTE DE PAGAMENTO

CLIENTE: PRODUZZA I A LTDA
AGENCIA: 907-5 CONTA: 31.215-0
EFETUADO POR: FERNANDO EDUARDO LOPES

Convenio DAS - SIMPLES NACIONAL
Codigo de Barras 85850000054-1 81920328203-7
17071820315-9 06033970006-1
Data do pagamento 11/11/2020
Valor Total 5.481,92

DOCUMENTO: 111201

Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

1222

LEI COMPLEMENTAR Nº 147, DE 7 DE AGOSTO DE 2014

Mensagem de veto

Altera a Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006, e as Leis nos 5.889, de 8 de junho de 1973, 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, 9.099, de 26 de setembro de 1995, 11.598, de 3 de dezembro de 2007, 8.934, de 18 de novembro de 1994, 10.406, de 10 de janeiro de 2002, e 8.666, de 21 de junho de 1993; e dá outras providências.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º A Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1º .....

.....

IV - ao cadastro nacional único de contribuintes a que se refere o inciso IV do parágrafo único do art. 146, **in fine**, da Constituição Federal.

.....

§ 3º Ressalvado o disposto no Capítulo IV, toda nova obrigação que atinja as microempresas e empresas de pequeno porte deverá apresentar, no instrumento que a instituiu, especificação do tratamento diferenciado, simplificado e favorecido para cumprimento.

§ 4º Na especificação do tratamento diferenciado, simplificado e favorecido de que trata o § 3º, deverá constar prazo máximo, quando forem necessários procedimentos adicionais, para que os órgãos fiscalizadores cumpram as medidas necessárias à emissão de documentos, realização de vistorias e atendimento das demandas realizadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte com o objetivo de cumprir a nova obrigação.

§ 5º Caso o órgão fiscalizador descumpra os prazos estabelecidos na especificação do tratamento diferenciado e favorecido, conforme o disposto no § 4º, a nova obrigação será inexigível até que seja realizada visita para fiscalização orientadora e seja reiniciado o prazo para regularização.

§ 6º A ausência de especificação do tratamento diferenciado, simplificado e favorecido ou da determinação de prazos máximos, de acordo com os §§ 3º e 4º, tornará a nova obrigação inexigível para as microempresas e empresas de pequeno porte.

§ 7º A inobservância do disposto nos §§ 3º a 6º resultará em atentado aos direitos e garantias legais assegurados ao exercício profissional da atividade empresarial." (NR)

"Art. 2º .....

.....

III - Comitê para Gestão da Rede Nacional para Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios - CGSIM, vinculado à Secretaria da Micro e Pequena Empresa da Presidência da República, composto por representantes da União, dos Estados e do Distrito Federal, dos Municípios e demais órgãos de apoio e de registro empresarial, na forma definida pelo Poder Executivo, para tratar do processo de registro e de legalização de empresários e de pessoas jurídicas.

.....

§ 8º Os membros dos Comitês de que tratam os incisos I e III do **caput** deste artigo serão designados, respectivamente, pelos Ministros de Estado da Fazenda e da Secretaria da Micro e Pequena Empresa da Presidência da República, mediante indicação dos órgãos e entidades vinculados.

§ 9º O CGSN poderá determinar, com relação à microempresa e à empresa de pequeno porte optante pelo Simples Nacional, a forma, a periodicidade e o prazo:

I - de entrega à Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB de uma única declaração com dados relacionados a fatos geradores, base de cálculo e valores da contribuição para a Seguridade Social devida sobre a remuneração do trabalho, inclusive a descontada dos trabalhadores a serviço da empresa, do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS e outras informações de interesse do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e do Conselho Curador do FGTS, observado o disposto no § 7º deste artigo; e

II - do recolhimento das contribuições descritas no inciso I e do FGTS.

§ 10. O recolhimento de que trata o inciso II do § 9º deste artigo poderá se dar de forma unificada relativamente aos tributos apurados na forma do Simples Nacional.

§ 11. A entrega da declaração de que trata o inciso I do § 9º substituirá, na forma regulamentada pelo CGSN, a obrigatoriedade de entrega de todas as informações, formulários e declarações a que estão sujeitas as demais empresas ou equiparados que contratam trabalhadores, inclusive relativamente ao recolhimento do FGTS, à Relação Anual de Informações Sociais e ao Cadastro Geral de Empregados e Desempregados.

§ 12. Na hipótese de recolhimento do FGTS na forma do inciso II do § 9º deste artigo, deve-se assegurar a transferência dos recursos e dos elementos identificadores do recolhimento ao gestor desse fundo para crédito na conta vinculada do trabalhador.

1223

§ 13. O documento de que trata o inciso I do § 9º tem caráter declaratório, constituindo instrumento hábil e suficiente para a exigência dos tributos, contribuições e dos débitos fundiários que não tenham sido recolhidos resultantes das informações nele prestadas." (NR)

"Art. 3º .....

.....

§ 4º .....

.....

XI - cujos titulares ou socios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

.....

§ 14. Para fins de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte, poderão ser auferidas receitas no mercado interno até o limite previsto no inciso II do **caput** ou no § 2º, conforme o caso, e, adicionalmente, receitas decorrentes da exportação de mercadorias ou serviços, inclusive quando realizada por meio de comercial exportadora ou da sociedade de propósito específico prevista no art. 56 desta Lei Complementar, desde que as receitas de exportação também não excedam os referidos limites de receita bruta anual. (Produção de efeito)

§ 15. Na hipótese do § 14, para fins de determinação da alíquota de que trata o § 1º do art. 18, da base de cálculo prevista em seu § 3º e das majorações de alíquotas previstas em seus §§ 16, 16-A, 17 e 17-A, serão consideradas separadamente as receitas brutas auferidas no mercado interno e aquelas decorrentes da exportação. (Produção de efeito)

§ 16. O disposto neste artigo será regulamentado por resolução do CGSN." (NR)

"Art. 3º-A. Aplica-se ao produtor rural pessoa física e ao agricultor familiar conceituado na Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, com situação regular na Previdência Social e no Município que tenham auferido receita bruta anual até o limite de que trata o inciso II do **caput** do art. 3º o disposto nos arts. 6º e 7º, nos Capítulos V a X, na Seção IV do Capítulo XI e no Capítulo XII desta Lei Complementar, ressalvadas as disposições da Lei nº 11.718, de 20 de junho de 2008.

Parágrafo único. A equiparação de que trata o **caput** não se aplica às disposições do Capítulo IV desta Lei Complementar."

"Art. 3º-B. Os dispositivos desta Lei Complementar, com exceção dos dispostos no Capítulo IV, são aplicáveis a todas as microempresas e empresas de pequeno porte, assim definidas pelos incisos I e II do **caput** e § 4º do art. 3º, ainda que não enquadradas no regime tributário do Simples Nacional, por vedação ou por opção."

"Art. 4º .....

§ 1º O processo de abertura, registro, alteração e baixa da microempresa e empresa de pequeno porte, bem como qualquer exigência para o início de seu funcionamento, deverão ter trâmite especial e simplificado, preferencialmente eletrônico, opcional para o empreendedor, observado o seguinte:

.....

II - (Revogado).

.....

§ 3º Ressalvado o disposto nesta Lei Complementar, ficam reduzidos a 0 (zero) todos os custos, inclusive prévios, relativos à abertura, à inscrição, ao registro, ao funcionamento, ao alvará, à licença, ao cadastro, às alterações e procedimentos de baixa e encerramento e aos demais itens relativos ao Microempreendedor Individual, incluindo os valores referentes a taxas, a emolumentos e a demais contribuições relativas aos órgãos de registro, de licenciamento, sindicais, de regulamentação, de anotação de responsabilidade técnica, de vistoria e de fiscalização do exercício de profissões regulamentadas.

§ 3º-A. O agricultor familiar, definido conforme a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, e identificado pela Declaração de Aptidão ao Pronaf - DAP física ou jurídica, bem como o MEI e o empreendedor de economia solidária ficam isentos de taxas e outros valores relativos à fiscalização da vigilância sanitária.

§ 4º No caso do MEI, de que trata o art. 18-A desta Lei Complementar, a cobrança associativa ou oferta de serviços privados relativos aos atos de que trata o § 3º deste artigo somente poderá ser efetuada a partir de demanda prévia do próprio MEI, firmado por meio de contrato com assinatura autógrafa, observando-se que:

I - para a emissão de boletos de cobrança, os bancos públicos e privados deverão exigir das instituições sindicais e associativas autorização prévia específica a ser emitida pelo CGSIM;

II - o desrespeito ao disposto neste parágrafo configurará vantagem ilícita pelo induzimento ao erro em prejuízo do MEI, aplicando-se as sanções previstas em lei.

§ 5º (VETADO)." (NR)

"Art. 6º .....

.....

1224

§ 3º Na falta de legislação estadual, distrital ou municipal específica relativa à definição do grau de risco da atividade aplicar-se-á resolução do CGSIM.

§ 4º A classificação de baixo grau de risco permite ao empresário ou à pessoa jurídica a obtenção do licenciamento de atividade mediante o simples fornecimento de dados e a substituição da comprovação prévia do cumprimento de exigências e restrições por declarações do titular ou responsável.

§ 5º O disposto neste artigo não é impeditivo da inscrição fiscal." (NR)

"Art. 7º .....

Parágrafo único. .....

I - instaladas em área ou edificação desprovidas de regulação fundiária e imobiliária, inclusive habite-se; ou

....." (NR)

"Art. 8º Será assegurado aos empresários e pessoas jurídicas:

I - entrada única de dados e documentos;

II - processo de registro e legalização integrado entre os órgãos e entes envolvidos, por meio de sistema informatizado que garanta:

a) sequenciamento das seguintes etapas: consulta prévia de nome empresarial e de viabilidade de localização, registro empresarial, inscrições fiscais e licenciamento de atividade;

b) criação da base nacional cadastral única de empresas;

III - identificação nacional cadastral única que corresponderá ao número de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ.

§ 1º O sistema de que trata o inciso II do **caput** deve garantir aos órgãos e entidades integrados:

I - compartilhamento irrestrito dos dados da base nacional única de empresas;

II - autonomia na definição das regras para comprovação do cumprimento de exigências nas respectivas etapas do processo.

§ 2º A identificação nacional cadastral única substituirá para todos os efeitos as demais inscrições, sejam elas federais, estaduais ou municipais, após a implantação do sistema a que se refere o inciso II do **caput**, no prazo e na forma estabelecidos pelo CGSIM.

§ 3º É vedado aos órgãos e entidades integrados ao sistema informatizado de que trata o inciso I do **caput** o estabelecimento de exigências não previstas em lei.

§ 4º A coordenação do desenvolvimento e da implantação do sistema de que trata o inciso II do **caput** ficará a cargo do CGSIM." (NR)

"Art. 9º O registro dos atos constitutivos, de suas alterações e extinções (baixas), referentes a empresários e pessoas jurídicas em qualquer órgão dos 3 (três) âmbitos de governo ocorrerá independentemente da regularidade de obrigações tributárias, previdenciárias ou trabalhistas, principais ou acessórias, do empresário, da sociedade, dos sócios, dos administradores ou de empresas de que participem, sem prejuízo das responsabilidades do empresário, dos titulares, dos sócios ou dos administradores por tais obrigações, apuradas antes ou após o ato de extinção.

.....

§ 3º (Revogado).

§ 4º A baixa do empresário ou da pessoa jurídica não impede que, posteriormente, sejam lançados ou cobrados tributos, contribuições e respectivas penalidades, decorrentes da falta do cumprimento de obrigações ou da prática comprovada e apurada em processo administrativo ou judicial de outras irregularidades praticadas pelos empresários, pelas pessoas jurídicas ou por seus titulares, sócios ou administradores.

§ 5º A solicitação de baixa do empresário ou da pessoa jurídica importa responsabilidade solidária dos empresários, dos titulares, dos sócios e dos administradores no período da ocorrência dos respectivos fatos geradores.

.....

§ 8º (Revogado).

§ 9º (Revogado).

§ 10. (Revogado).

§ 11. (Revogado).

§ 12. (Revogado)." (NR)

"Art. 17. .....

.....

VI - que preste serviço de transporte intermunicipal e interestadual de passageiros, exceto quando na modalidade fluvial ou quando possuir características de transporte urbano ou metropolitano ou realizar-se sob fretamento contínuo em área metropolitana para o transporte de estudantes ou trabalhadores; (Produção de efeito)

1225

.....

X - .....

.....

b) .....

.....

2. (Revogado);

3. (Revogado);

.....

XI - (Revogado);

.....

XIII - (Revogado);

....." (NR)

"Art. 18. O valor devido mensalmente pela microempresa ou empresa de pequeno porte, optante pelo Simples Nacional, será determinado mediante aplicação das alíquotas constantes das tabelas dos Anexos I a VI desta Lei Complementar sobre a base de cálculo de que trata o § 3º deste artigo, observado o disposto no § 15 do art. 3º. (Produção de efeito)

.....

§ 2º Em caso de início de atividade, os valores de receita bruta acumulada constantes das tabelas dos Anexos I a VI desta Lei Complementar devem ser proporcionalizados ao número de meses de atividade no período. (Produção de efeito)

.....

§ 4º O contribuinte deverá considerar, destacadamente, para fim de pagamento, as receitas decorrentes da:

I - revenda de mercadorias, que serão tributadas na forma do Anexo I desta Lei Complementar;

II - venda de mercadorias industrializadas pelo contribuinte, que serão tributadas na forma do Anexo II desta Lei Complementar;

III - prestação de serviços de que trata o § 5º-B deste artigo e dos serviços vinculados à locação de bens imóveis e corretagem de imóveis desde que observado o disposto no inciso XV do art. 17, que serão tributados na forma do Anexo III desta Lei Complementar;

IV - prestação de serviços de que tratam os §§ 5º-C a 5º-F e 5º-I deste artigo, que serão tributadas na forma prevista naqueles parágrafos;

V - locação de bens móveis, que serão tributadas na forma do Anexo III desta Lei Complementar, deduzida a parcela correspondente ao ISS;

VI - atividade com incidência simultânea de IPI e de ISS, que serão tributadas na forma do Anexo II desta Lei Complementar, deduzida a parcela correspondente ao ICMS e acrescida a parcela correspondente ao ISS prevista no Anexo III desta Lei Complementar;

VII - comercialização de medicamentos e produtos magistrais produzidos por manipulação de fórmulas:

a) sob encomenda para entrega posterior ao adquirente, em caráter pessoal, mediante prescrições de profissionais habilitados ou indicação pelo farmacêutico, produzidos no próprio estabelecimento após o atendimento inicial, que serão tributadas na forma do Anexo III desta Lei Complementar;

b) nos demais casos, quando serão tributadas na forma do Anexo I desta Lei Complementar.

§ 4º-A. O contribuinte deverá segregar, também, as receitas:

I - decorrentes de operações ou prestações sujeitas à tributação concentrada em uma única etapa (monofásica), bem como, em relação ao ICMS, que o imposto já tenha sido recolhido por substituto tributário ou por antecipação tributária com encerramento de tributação;

II - sobre as quais houve retenção de ISS na forma do § 6º deste artigo e § 4º do art. 21 desta Lei Complementar, ou, na hipótese do § 22-A deste artigo, seja devido em valor fixo ao respectivo município;

III - sujeitas à tributação em valor fixo ou que tenham sido objeto de isenção ou redução de ISS ou de ICMS na forma prevista nesta Lei Complementar;

IV - decorrentes da exportação para o exterior, inclusive as vendas realizadas por meio de comercial exportadora ou da sociedade de propósito específico prevista no art. 56 desta Lei Complementar;

V - sobre as quais o ISS seja devido a Município diverso do estabelecimento prestador, quando será recolhido no Simples Nacional.

1226

.....

§ 5º-A. (Revogado).

§ 5º-B. .....

.....

XVI - fisioterapia;

XVII - corretagem de seguros.

§ 5º-C. .....

.....

VII - serviços advocatícios.

§ 5º-D. .....

I - administração e locação de imóveis de terceiros; (Produção de efeito)

.....

§ 5º-E. Sem prejuízo do disposto no § 1º do art. 17 desta Lei Complementar, as atividades de prestação de serviços de comunicação e de transportes interestadual e intermunicipal de cargas, e de transportes autorizados no inciso VI do **caput** do art. 17, inclusive na modalidade fluvial, serão tributadas na forma do Anexo III, deduzida a parcela correspondente ao ISS e acrescida a parcela correspondente ao ICMS prevista no Anexo I.

§ 5º-F. As atividades de prestação de serviços referidas no § 2º do art. 17 desta Lei Complementar serão tributadas na forma do Anexo III desta Lei Complementar, salvo se, para alguma dessas atividades, houver previsão expressa de tributação na forma dos Anexos IV, V ou VI desta Lei Complementar. (Produção de efeito)

§ 5º-G. (Revogado).

.....

§ 5º-I. Sem prejuízo do disposto no § 1º do art. 17 desta Lei Complementar, as seguintes atividades de prestação de serviços serão tributadas na forma do Anexo VI desta Lei Complementar: (Produção de efeito)

I - medicina, inclusive laboratorial e enfermagem;

II - medicina veterinária;

III - odontologia;

IV - psicologia, psicanálise, terapia ocupacional, acupuntura, podologia, fonoaudiologia, clínicas de nutrição e de vacinação e bancos de leite;

V - serviços de comissaria, de despachantes, de tradução e de interpretação;

VI - arquitetura, engenharia, medição, cartografia, topografia, geologia, geodésia, testes, suporte e análises técnicas e tecnológicas, pesquisa, **design**, desenho e agronomia;

VII - representação comercial e demais atividades de intermediação de negócios e serviços de terceiros;

VIII - perícia, leilão e avaliação;

IX - auditoria, economia, consultoria, gestão, organização, controle e administração;

X - jornalismo e publicidade;

XI - agenciamento, exceto de mão de obra;

XII - outras atividades do setor de serviços que tenham por finalidade a prestação de serviços decorrentes do exercício de atividade intelectual, de natureza técnica, científica, desportiva, artística ou cultural, que constitua profissão regulamentada ou não, desde que não sujeitas à tributação na forma dos Anexos III, IV ou V desta Lei Complementar.

.....

§ 7º A sociedade de propósito específico de que trata o art. 56 desta Lei Complementar que houver adquirido mercadorias de microempresa ou empresa de pequeno porte que seja sua sócia, bem como a empresa comercial exportadora que houver adquirido mercadorias ou serviços de empresa optante pelo Simples Nacional, com o fim específico de exportação para o exterior, que, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contado da data da emissão da nota fiscal pela vendedora, não comprovar o seu embarque para o

exterior ficará sujeita ao pagamento de todos os impostos e contribuições que deixaram de ser pagos pela empresa vendedora, acrescidos de juros de mora e multa, de mora ou de ofício, calculados na forma da legislação relativa à cobrança do tributo não pago, aplicável à sociedade de propósito específico ou à própria comercial exportadora. (Produção de efeito)

1327 .....

§ 12. Na apuração do montante devido no mês relativo a cada tributo, para o contribuinte que apure receitas mencionadas nos incisos I a III e V do § 4º-A deste artigo, serão consideradas as reduções relativas aos tributos já recolhidos, ou sobre os quais tenha havido tributação monofásica, isenção, redução ou, no caso do ISS, que o valor tenha sido objeto de retenção ou seja devido diretamente ao Município.

§ 13. Para efeito de determinação da redução de que trata o § 12 deste artigo, as receitas serão discriminadas em comerciais, industriais ou de prestação de serviços na forma dos Anexos I, II, III, IV, V e VI desta Lei Complementar. (Produção de efeito)

§ 14. A redução no montante a ser recolhido no Simples Nacional relativo aos valores das receitas decorrentes da exportação de que trata o inciso IV do § 4º-A deste artigo corresponderá tão somente aos percentuais relativos à Cofins, à Contribuição para o PIS/Pasep, ao IPI, ao ICMS e ao ISS, constantes dos Anexos I a VI desta Lei Complementar. (Produção de efeito)

I - (Revogado);

II - (Revogado).

.....

§ 16. Na hipótese do § 12 do art. 3º, a parcela de receita bruta que exceder o montante determinado no § 10 daquele artigo estará sujeita às alíquotas máximas previstas nos Anexos I a VI desta Lei Complementar, proporcionalmente conforme o caso, acrescidas de 20% (vinte por cento).

.....

§ 17. Na hipótese do § 13 do art. 3º, a parcela de receita bruta que exceder os montantes determinados no § 11 daquele artigo estará sujeita, em relação aos percentuais aplicáveis ao ICMS e ao ISS, às alíquotas máximas correspondentes a essas faixas previstas nos Anexos I a VI desta Lei Complementar, proporcionalmente conforme o caso, acrescidas de 20% (vinte por cento). (Produção de efeito)

.....

§ 18. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no âmbito das respectivas competências, poderão estabelecer, na forma definida pelo Comitê Gestor, independentemente da receita bruta recebida no mês pelo contribuinte, valores fixos mensais para o recolhimento do ICMS e do ISS devido por microempresa que aufira receita bruta, no ano-calendário anterior, de até o limite máximo previsto na segunda faixa de receitas brutas anuais constantes dos Anexos I a VI, ficando a microempresa sujeita a esses valores durante todo o ano-calendário, ressalvado o disposto no § 18-A. (Produção de efeito)

§ 18-A. A microempresa que, no ano-calendário, exceder o limite de receita bruta previsto no § 18 fica impedida de recolher o ICMS ou o ISS pela sistemática de valor fixo, a partir do mês subsequente à ocorrência do excesso, sujeitando-se à apuração desses tributos na forma das demais empresas optantes pelo Simples Nacional. (Produção de efeito)

.....

§ 20-B. A União, os Estados e o Distrito Federal poderão, em lei específica destinada à ME ou EPP optante pelo Simples Nacional, estabelecer isenção ou redução de COFINS, Contribuição para o PIS/PASEP e ICMS para produtos da cesta básica, discriminando a abrangência da sua concessão.

.....

§ 24. Para efeito de aplicação dos Anexos V e VI desta Lei Complementar, considera-se folha de salários, incluídos encargos, o montante pago, nos 12 (doze) meses anteriores ao do período de apuração, a título de remunerações a pessoas físicas decorrentes do trabalho, incluídas retiradas de pró-labore, acrescidos do montante efetivamente recolhido a título de contribuição patronal previdenciária e para o FGTS. (Produção de efeito)

....." (NR)

"Art. 18-A. .....

.....

§ 4º .....

I - cuja atividade seja tributada na forma dos Anexos V ou VI desta Lei Complementar, salvo autorização relativa a exercício de atividade isolada na forma regulamentada pelo CGSN; (Produção de efeito)

.....

§ 15-A. Ficam autorizados os Estados, o Distrito Federal e os Municípios a promover a remissão dos débitos decorrentes dos valores previstos nas alíneas *b* e *c* do inciso V do § 3º, inadimplidos isolada ou simultaneamente.

§ 15-B. O MEI poderá ter sua inscrição automaticamente cancelada após período de 12 (doze) meses consecutivos sem recolhimento ou declarações, independentemente de qualquer notificação, devendo a informação ser publicada no Portal do Empreendedor, na forma regulamentada pelo CGSIM.

.....

§ 18. Os Municípios somente poderão realizar o cancelamento da inscrição do MEI caso tenham regulamentação própria de classificação de risco e o respectivo processo simplificado de inscrição e legalização, em conformidade com esta Lei Complementar e com as resoluções do CGSIM.

1228

§ 19. Fica vedada aos conselhos representativos de categorias econômicas a exigência de obrigações diversas das estipuladas nesta Lei Complementar para inscrição do MEI em seus quadros, sob pena de responsabilidade.

§ 20. Os documentos fiscais das microempresas e empresas de pequeno porte poderão ser emitidos diretamente por sistema nacional informatizado e pela internet, sem custos para o empreendedor, na forma regulamentada pelo Comitê Gestor do Simples Nacional.

§ 21. Assegurar-se-á o registro nos cadastros oficiais ao guia de turismo inscrito como MEI.

§ 22. Fica vedado às concessionárias de serviço público o aumento das tarifas pagas pelo MEI por conta da modificação da sua condição de pessoa física para pessoa jurídica.

§ 23. (VETADO).

§ 24. Aplica-se ao MEI o disposto no inciso XI do § 4º do art. 3º." (NR)

"Art. 18-B. .....

§ 1º Aplica-se o disposto neste artigo exclusivamente em relação ao MEI que for contratado para prestar serviços de hidráulica, eletricidade, pintura, alvenaria, carpintaria e de manutenção ou reparo de veículos.

....." (NR)

"Art. 18-C. .....

.....

§ 6º O documento de que trata o inciso I do § 3º deste artigo tem caráter declaratório, constituindo instrumento hábil e suficiente para a exigência dos tributos e dos débitos fundiários que não tenham sido recolhidos resultantes das informações nele prestadas." (NR)

"Art. 18-D. A tributação municipal do imposto sobre imóveis prediais urbanos deverá assegurar tratamento mais favorecido ao MEI para realização de sua atividade no mesmo local em que residir, mediante aplicação da menor alíquota vigente para aquela localidade, seja residencial ou comercial, nos termos da lei, sem prejuízo de eventual isenção ou imunidade existente."

"Art. 18-E. O instituto do MEI é uma política pública que tem por objetivo a formalização de pequenos empreendimentos e a inclusão social e previdenciária.

§ 1º A formalização de MEI não tem caráter eminentemente econômico ou fiscal.

§ 2º Todo benefício previsto nesta Lei Complementar aplicável à microempresa estende-se ao MEI sempre que lhe for mais favorável.

§ 3º O MEI é modalidade de microempresa.

§ 4º É vedado impor restrições ao MEI relativamente ao exercício de profissão ou participação em licitações, em função da sua respectiva natureza jurídica."

"Art. 19. Sem prejuízo da possibilidade de adoção de todas as faixas de receita previstas nos Anexos I a VI desta Lei Complementar, os Estados poderão optar pela aplicação de sublimite para efeito de recolhimento do ICMS na forma do Simples Nacional em seus respectivos territórios, da seguinte forma: (Produção de efeito)

....." (NR)

"Art. 20. .....

.....

§ 3º Na hipótese em que o recolhimento do ICMS ou do ISS não esteja sendo efetuado por meio do Simples Nacional por força do disposto neste artigo e no art. 19 desta Lei Complementar, as faixas de receita do Simples Nacional superiores àquela que tenha sido objeto de opção pelos Estados ou pelo Distrito Federal sofrerão, para efeito de recolhimento do Simples Nacional, redução na alíquota equivalente aos percentuais relativos a esses impostos constantes dos Anexos I a VI desta Lei Complementar, conforme o caso. (Produção de efeito)

....." (NR)

"Art. 21. .....

.....

§ 4º .....

I - a alíquota aplicável na retenção na fonte deverá ser informada no documento fiscal e corresponderá ao percentual de ISS previsto nos Anexos III, IV, V ou VI desta Lei Complementar para a faixa de receita bruta a que a microempresa ou a empresa de pequeno porte estiver sujeita no mês anterior ao da prestação; (Produção de efeito)

II - na hipótese de o serviço sujeito à retenção ser prestado no mês de início de atividades da microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá ser aplicada pelo tomador a alíquota correspondente ao percentual de ISS referente à menor alíquota prevista nos Anexos III, IV, V ou VI desta Lei Complementar; (Produção de efeito)

1229

.....

V - na hipótese de a microempresa ou empresa de pequeno porte não informar a alíquota de que tratam os incisos I e II deste parágrafo no documento fiscal, aplicar-se-á a alíquota correspondente ao percentual de ISS referente à maior alíquota prevista nos Anexos III, IV, V ou VI desta Lei Complementar; (Produção de efeito)

....." (NR)

"Art. 21-A. A inscrição de microempresa ou empresa de pequeno porte no Cadastro Informativo dos créditos não quitados do setor público federal - CADIN, somente ocorrerá mediante notificação prévia com prazo para contestação." (Produção de efeito)

"Art. 25. .....

.....

§ 5º A declaração de que trata o **caput**, a partir das informações relativas ao ano-calendário de 2012, poderá ser prestada por meio da declaração de que trata o § 15-A do art. 18 desta Lei Complementar, na periodicidade e prazos definidos pelo CGSN." (NR)

"Art. 26. .....

.....

§ 4º É vedada a exigência de obrigações tributárias acessórias relativas aos tributos apurados na forma do Simples Nacional além daquelas estipuladas pelo CGSN e atendidas por meio do Portal do Simples Nacional, bem como, o estabelecimento de exigências adicionais e unilaterais pelos entes federativos, exceto os programas de cidadania fiscal.

§ 4º-A. A escrituração fiscal digital ou obrigação equivalente não poderá ser exigida da microempresa ou empresa de pequeno porte optante pelo Simples Nacional, salvo se, cumulativamente, houver:

I - autorização específica do CGSN, que estabelecerá as condições para a obrigatoriedade;

II - disponibilização por parte da administração tributária estipulante de aplicativo gratuito para uso da empresa optante.

§ 4º-B. A exigência de apresentação de livros fiscais em meio eletrônico aplicar-se-á somente na hipótese de substituição da entrega em meio convencional, cuja obrigatoriedade tenha sido prévia e especificamente estabelecida pelo CGSN.

§ 4º-C. Até a implantação de sistema nacional uniforme estabelecido pelo CGSN com compartilhamento de informações com os entes federados, permanece válida norma publicada por ente federado até o primeiro trimestre de 2014 que tenha veiculado exigência vigente de a microempresa ou empresa de pequeno porte apresentar escrituração fiscal digital ou obrigação equivalente.

.....

§ 8º O CGSN poderá disciplinar sobre a disponibilização, no portal do SIMPLES Nacional, de documento fiscal eletrônico de venda ou de prestação de serviço para o MEI, microempresa ou empresa de pequeno porte optante pelo Simples Nacional.

§ 9º O desenvolvimento e a manutenção das soluções de tecnologia, capacitação e orientação aos usuários relativas ao disposto no § 8º, bem como as demais relativas ao Simples Nacional, poderão ser apoiadas pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE.

§ 10. O ato de emissão ou de recepção de documento fiscal por meio eletrônico estabelecido pelas administrações tributárias, em qualquer modalidade, de entrada, de saída ou de prestação, na forma estabelecida pelo CGSN, representa sua própria escrituração fiscal e elemento suficiente para a fundamentação e a constituição do crédito tributário.

§ 11. Os dados dos documentos fiscais de qualquer espécie podem ser compartilhados entre as administrações tributárias da União, Estados, Distrito Federal e Municípios e, quando emitidos por meio eletrônico, na forma estabelecida pelo CGSN, a microempresa ou empresa de pequeno porte optante pelo Simples Nacional fica desobrigada de transmitir seus dados às administrações tributárias.

§ 12. As informações a serem prestadas relativas ao ICMS devido na forma prevista nas alíneas *a*, *g* e *h* do inciso XIII do § 1º do art. 13 serão fornecidas por meio de aplicativo único. (Produção de efeito)

§ 13. Fica estabelecida a obrigatoriedade de utilização de documentos fiscais eletrônicos estabelecidos pelo Confaz nas operações e prestações relativas ao ICMS efetuadas por microempresas e empresas de pequeno porte nas hipóteses previstas nas alíneas *a*, *g* e *h* do inciso XIII do § 1º do art. 13. (Produção de efeito)

§ 14. Os aplicativos necessários ao cumprimento do disposto nos §§ 12 e 13 deste artigo serão disponibilizados, de forma gratuita, no portal do Simples Nacional. (Produção de efeito)

§ 15. O CGSN regulamentará o disposto neste artigo." (NR)

"Art. 38-B. As multas relativas à falta de prestação ou à incorreção no cumprimento de obrigações acessórias para com os órgãos e entidades federais, estaduais, distritais e municipais, quando em valor fixo ou mínimo, e na ausência de previsão legal de valores específicos e mais favoráveis para MEI, microempresa ou empresa de pequeno porte, terão redução de: (Produção de efeito)

I - 90% (noventa por cento) para os MEI;

II - 50% (cinquenta por cento) para as microempresas ou empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional.

Parágrafo único. As reduções de que tratam os incisos I e II do **caput** não se aplicam na:

1230

I - hipótese de fraude, resistência ou embaraço à fiscalização;

II - ausência de pagamento da multa no prazo de 30 (trinta) dias após a notificação."

"Art. 41. .....

.....

§ 5º .....

.....

V - o crédito tributário relativo ao ICMS e ao ISS de que tratam as alíneas *b* e *c* do inciso V do § 3º do art. 18-A desta Lei Complementar." (NR)

"CAPÍTULO V

DO ACESSO AOS MERCADOS

Seção I

Das Aquisições Públicas"

"Art. 43. .....

§ 1º Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

....." (NR)

"Art. 47. Nas contratações públicas da administração direta e indireta, autárquica e fundacional, federal, estadual e municipal, deverá ser concedido tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte objetivando a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação tecnológica.

Parágrafo único. No que diz respeito às compras públicas, enquanto não sobrevier legislação estadual, municipal ou regulamento específico de cada órgão mais favorável à microempresa e empresa de pequeno porte, aplica-se a legislação federal." (NR)

"Art. 48. Para o cumprimento do disposto no art. 47 desta Lei Complementar, a administração pública:

I - deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R$ 80.000,00 (oitenta mil reais);

II - poderá, em relação aos processos licitatórios destinados à aquisição de obras e serviços, exigir dos licitantes a subcontratação de microempresa ou empresa de pequeno porte;

III - deverá estabelecer, em certames para aquisição de bens de natureza divisível, cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte.

§ 1º (Revogado).

.....

§ 3º Os benefícios referidos no **caput** deste artigo poderão, justificadamente, estabelecer a prioridade de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente, até o limite de 10% (dez por cento) do melhor preço válido." (NR)

"Art. 49. .....

I - (Revogado);

.....

IV - a licitação for dispensável ou inexigível, nos termos dos arts. 24 e 25 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, excetuando-se as dispensas tratadas pelos incisos I e II do art. 24 da mesma Lei, nas quais a compra deverá ser feita preferencialmente de microempresas e empresas de pequeno porte, aplicando-se o disposto no inciso I do art. 48." (NR)

"**Seção II**

Acesso ao Mercado Externo

"Art. 49-A. A microempresa e a empresa de pequeno porte beneficiárias do SIMPLES usufruirão de regime de exportação que contemplará procedimentos simplificados de habilitação, licenciamento, despacho aduaneiro e câmbio, na forma do regulamento.

Parágrafo único. As pessoas jurídicas prestadoras de serviço de logística internacional quando contratadas por beneficiários do SIMPLES estão autorizadas a realizar atividades relativas a licenciamento administrativo, despacho aduaneiro, consolidação e

desconsolidação de carga, bem como a contratação de seguro, câmbio, transporte e armazenagem de mercadorias, objeto da prestação do serviço, na forma do regulamento.'"

"Art. 55. A fiscalização, no que se refere aos aspectos trabalhista, metrológico, sanitário, ambiental, de segurança e de uso e ocupação do solo das microempresas e empresas de pequeno porte deverá ter natureza prioritariamente orientadora, quando a atividade ou situação, por sua natureza, comportar grau de risco compatível com esse procedimento.

1231 .....

§ 5º O disposto no § 1º aplica-se à lavratura de multa pelo descumprimento de obrigações acessórias relativas às matérias do **caput**, inclusive quando previsto seu cumprimento de forma unificada com matéria de outra natureza, exceto a trabalhista.

§ 6º A inobservância do critério de dupla visita implica nulidade do auto de infração lavrado sem cumprimento ao disposto neste artigo, independentemente da natureza principal ou acessória da obrigação.

§ 7º Os órgãos e entidades da administração pública federal, estadual, distrital e municipal deverão observar o princípio do tratamento diferenciado, simplificado e favorecido por ocasião da fixação de valores decorrentes de multas e demais sanções administrativas.

§ 8º A inobservância do disposto no **caput** deste artigo implica atentado aos direitos e garantias legais assegurados ao exercício profissional da atividade empresarial.

§ 9º O disposto no **caput** deste artigo não se aplica a infrações relativas à ocupação irregular da reserva de faixa não edificável, de área destinada a equipamentos urbanos, de áreas de preservação permanente e nas faixas de domínio público das rodovias, ferrovias e dutovias ou de vias e logradouros públicos." (NR)

"Art. 56. As microempresas ou as empresas de pequeno porte poderão realizar negócios de compra e venda de bens e serviços para os mercados nacional e internacional, por meio de sociedade de propósito específico, nos termos e condições estabelecidos pelo Poder Executivo federal.

....." (NR)

"Art. 58. .....

.....

§ 2º O acesso às linhas de crédito específicas previstas no **caput** deste artigo deverá ter tratamento simplificado e ágil, com divulgação ampla das respectivas condições e exigências." (NR)

"Art. 58-A. Os bancos públicos e privados não poderão contabilizar, para cumprimento de metas, empréstimos realizados a pessoas físicas, ainda que sócios de empresas, como disponibilização de crédito para microempresas e empresas de pequeno porte."

"Art. 60-B. Os fundos garantidores de risco de crédito empresarial que possuam participação da União na composição do seu capital atenderão, sempre que possível, as operações de crédito que envolvam microempresas e empresas de pequeno porte, definidas na forma do art. 3º desta Lei."

"Art. 60-C. (VETADO)."

"Art. 62. O Banco Central do Brasil disponibilizará dados e informações das instituições financeiras integrantes do Sistema Financeiro Nacional, inclusive por meio do Sistema de Informações de Crédito - SCR, de modo a ampliar o acesso ao crédito para microempresas e empresas de pequeno porte e fomentar a competição bancária.

....." (NR)

"Art. 64. .....

.....

VI - instrumentos de apoio tecnológico para a inovação: qualquer serviço disponibilizado presencialmente ou na internet que possibilite acesso a informações, orientações, bancos de dados de soluções de informações, respostas técnicas, pesquisas e atividades de apoio complementar desenvolvidas pelas instituições previstas nos incisos II a V deste artigo." (NR)

"Art. 65. .....

.....

§ 3º Os órgãos e entidades integrantes da administração pública federal, estadual e municipal atuantes em pesquisa, desenvolvimento ou capacitação tecnológica terão por meta efetivar suas aplicações, no percentual mínimo fixado neste artigo, em programas e projetos de apoio às microempresas ou às empresas de pequeno porte, transmitindo ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, no primeiro trimestre de cada ano, informação relativa aos valores alocados e a respectiva relação percentual em relação ao total dos recursos destinados para esse fim.

.....

§ 6º Para efeito da execução do orçamento previsto neste artigo, os órgãos e instituições poderão alocar os recursos destinados à criação e ao custeio de ambientes de inovação, incluindo incubadoras, parques e centros vocacionais tecnológicos, laboratórios metrológicos, de ensaio, de pesquisa ou apoio ao treinamento, bem como custeio de bolsas de extensão e remuneração de professores, pesquisadores e agentes envolvidos nas atividades de apoio tecnológico complementar." (NR)

"Art. 73-A. São vedadas cláusulas contratuais relativas à limitação da emissão ou circulação de títulos de crédito ou direitos creditórios originados de operações de compra e venda de produtos e serviços por microempresas e empresas de pequeno porte."

"Art. 74-A. O Poder Judiciário, especialmente por meio do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, e o Ministério da Justiça implementarão medidas para disseminar o tratamento diferenciado e favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte em suas respectivas áreas de competência."

"Art. 76-A. As instituições de representação e apoio empresarial deverão promover programas de sensibilização, de informação, de orientação e apoio, de educação fiscal, de regularidade dos contratos de trabalho e de adoção de sistemas informatizados e eletrônicos, como forma de estímulo à formalização de empreendimentos, de negócios e empregos, à ampliação da competitividade e à disseminação do associativismo entre as microempresas, os microempreendedores individuais, as empresas de pequeno porte e equiparados."

1232

"Art. 85-A. .....

.....

§ 2º .....

.....

III - possuir formação ou experiência compatível com a função a ser exercida;

IV - ser preferencialmente servidor efetivo do Município.

....." (NR)

"Art. 87-A. Os Poderes Executivos da União, Estados, Distrito Federal e Municípios expedirão, anualmente, até o dia 30 de novembro, cada um, em seus respectivos âmbitos de competência, decretos de consolidação da regulamentação aplicável relativamente às microempresas e empresas de pequeno porte."

Art. 2º A Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 13. .....

§ 1º .....

.....

XIII - .....

a) nas operações sujeitas ao regime de substituição tributária, tributação concentrada em uma única etapa (monofásica) e sujeitas ao regime de antecipação do recolhimento do imposto com encerramento de tributação, envolvendo combustíveis e lubrificantes; energia elétrica; cigarros e outros produtos derivados do fumo; bebidas; óleos e azeites vegetais comestíveis; farinha de trigo e misturas de farinha de trigo; massas alimentícias; açúcares; produtos lácteos; carnes e suas preparações; preparações à base de cereais; chocolates; produtos de padaria e da indústria de bolachas e biscoitos; sorvetes e preparados para fabricação de sorvetes em máquinas; cafés e mates, seus extratos, essências e concentrados; preparações para molhos e molhos preparados; preparações de produtos vegetais; rações para animais domésticos; veículos automotivos e automotores, suas peças, componentes e acessórios; pneumáticos; câmaras de ar e protetores de borracha; medicamentos e outros produtos farmacêuticos para uso humano ou veterinário; cosméticos; produtos de perfumaria e de higiene pessoal; papéis; plásticos; canetas e malas; cimentos; cal e argamassas; produtos cerâmicos; vidros; obras de metal e plástico para construção; telhas e caixas d'água; tintas e vernizes; produtos eletrônicos, eletroeletrônicos e eletrodomésticos; fios; cabos e outros condutores; transformadores elétricos e reatores; disjuntores; interruptores e tomadas; isoladores; para-raios e lâmpadas; máquinas e aparelhos de ar-condicionado; centrifugadores de uso doméstico; aparelhos e instrumentos de pesagem de uso doméstico; extintores; aparelhos ou máquinas de barbear; máquinas de cortar o cabelo ou de tosquiar; aparelhos de depilar, com motor elétrico incorporado; aquecedores elétricos de água para uso doméstico e termômetros; ferramentas; álcool etílico; sabões em pó e líquidos para roupas; detergentes; alvejantes; esponjas; palhas de aço e amaciantes de roupas; venda de mercadorias pelo sistema porta a porta; nas operações sujeitas ao regime de substituição tributária pelas operações anteriores; e nas prestações de serviços sujeitas aos regimes de substituição tributária e de antecipação de recolhimento do imposto com encerramento de tributação; (Produção de efeito)

.....

§ 7º O disposto na alínea *a* do inciso XIII do § 1º será disciplinado por convênio celebrado pelos Estados e pelo Distrito Federal, ouvidos o CGSN e os representantes dos segmentos econômicos envolvidos. (Produção de efeito)

§ 8º Em relação às bebidas não alcóolicas, massas alimentícias, produtos lácteos, carnes e suas preparações, preparações à base de cereais, chocolates, produtos de padaria e da indústria de bolachas e biscoitos, preparações para molhos e molhos preparados, preparações de produtos vegetais, telhas e outros produtos cerâmicos para construção e detergentes, aplica-se o disposto na alínea *a* do inciso XIII do § 1º aos fabricados em escala industrial relevante em cada segmento, observado o disposto no § 7º." (NR) (Produção de efeito)

"Art. 21-B. Os Estados e o Distrito Federal deverão observar, em relação ao ICMS, o prazo mínimo de 60 (sessenta) dias, contado a partir do primeiro dia do mês do fato gerador da obrigação tributária, para estabelecer a data de vencimento do imposto devido por substituição tributária, tributação concentrada em uma única etapa (monofásica) e por antecipação tributária com ou sem encerramento de tributação, nas hipóteses em que a responsabilidade recair sobre operações ou prestações subsequentes, na forma regulamentada pelo Comitê Gestor."

Art. 3º A Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, passa a vigorar acrescida: (Produção de efeito)

I - de uma Seção II - Acesso ao Mercado Externo, no Capítulo V, renomeando-se a Seção Única para Seção I;

II - do Anexo VI constante do Anexo Único desta Lei Complementar.

Art. 4º (VETADO).

Art. 5º A Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 24. .....

1233

.....

§ 5º A remuneração do administrador judicial fica reduzida ao limite de 2% (dois por cento), no caso de microempresas e empresas de pequeno porte." (NR)

"Art. 26. .....

.....

IV - 1 (um) representante indicado pela classe de credores representantes de microempresas e empresas de pequeno porte, com 2 (dois) suplentes.

....." (NR)

"Art. 41. .....

.....

IV - titulares de créditos enquadrados como microempresa ou empresa de pequeno porte.

....." (NR)

"Art. 45. .....

.....

§ 2º Nas classes previstas nos incisos I e IV do art. 41 desta Lei, a proposta deverá ser aprovada pela maioria simples dos credores presentes, independentemente do valor de seu crédito.

....." (NR)

"Art. 48. .....

.....

III - não ter, há menos de 5 (cinco) anos, obtido concessão de recuperação judicial com base no plano especial de que trata a Seção V deste Capítulo;

....." (NR)

"Art. 68. .....

Parágrafo único. As microempresas e empresas de pequeno porte farão jus a prazos 20% (vinte por cento) superiores àqueles regularmente concedidos às demais empresas." (NR)

"Art. 71. .....

I - abrangerá todos os créditos existentes na data do pedido, ainda que não vencidos, excetuados os decorrentes de repasse de recursos oficiais, os fiscais e os previstos nos §§ 3º e 4º do art. 49;

II - preverá parcelamento em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais, iguais e sucessivas, acrescidas de juros equivalentes à taxa Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC, podendo conter ainda a proposta de abatimento do valor das dívidas;

....." (NR)

"Art. 72. .....

Parágrafo único. O juiz também julgará improcedente o pedido de recuperação judicial e decretará a falência do devedor se houver objeções, nos termos do art. 55, de credores titulares de mais da metade de qualquer uma das classes de créditos previstos no art. 83, computados na forma do art. 45, todos desta Lei." (NR)

"Art. 83. .....

.....

IV - .....

.....

d) aqueles em favor dos microempreendedores individuais e das microempresas e empresas de pequeno porte de que trata a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

....." (NR)

Art. 6º A Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 8º .....

§ 1º .....

.....

II - as pessoas enquadradas como microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte na forma da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

....." (NR)

Art. 7º A Lei nº 11.598, de 3 de dezembro de 2007, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 7º-A:

"Art. 7º-A. O registro dos atos constitutivos, de suas alterações e extinções (baixas), referentes a empresários e pessoas jurídicas em qualquer órgão dos 3 (três) âmbitos de governo, ocorrerá independentemente da regularidade de obrigações tributárias, previdenciárias ou trabalhistas, principais ou acessórias, do empresário, da sociedade, dos sócios, dos administradores ou de empresas de que participem, sem prejuízo das responsabilidades do empresário, dos titulares, dos sócios ou dos administradores por tais obrigações, apuradas antes ou após o ato de extinção.

§ 1º A baixa referida no **caput** deste artigo não impede que, posteriormente, sejam lançados ou cobrados impostos, contribuições e respectivas penalidades, decorrentes da simples falta de recolhimento ou da prática comprovada e apurada em processo administrativo ou judicial de outras irregularidades praticadas pelos empresários ou por seus titulares, sócios ou administradores.

§ 2º A solicitação de baixa na hipótese prevista no **caput** deste artigo importa responsabilidade solidária dos titulares, dos sócios e dos administradores do período de ocorrência dos respectivos fatos geradores."

Art. 8º A Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 39-A e 39-B:

"Art. 39-A. A autenticação dos documentos de empresas de qualquer porte realizada por meio de sistemas públicos eletrônicos dispensa qualquer outra."

"Art. 39-B. A comprovação da autenticação de documentos e da autoria de que trata esta Lei poderá ser realizada por meio eletrônico, na forma do regulamento."

Art. 9º O inciso II do art. 968 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 968. .....

.....

II - a firma, com a respectiva assinatura autógrafa que poderá ser substituída pela assinatura autenticada com certificação digital ou meio equivalente que comprove a sua autenticidade, ressalvado o disposto no inciso I do § 1º do art. 4º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

....." (NR)

Art. 10. A Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 3º .....

.....

§ 14. As preferências definidas neste artigo e nas demais normas de licitação e contratos devem privilegiar o tratamento diferenciado e favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte na forma da lei.

§ 15. As preferências dispostas neste artigo prevalecem sobre as demais preferências previstas na legislação quando estas forem aplicadas sobre produtos ou serviços estrangeiros." (NR)

"Art. 5º-A. As normas de licitações e contratos devem privilegiar o tratamento diferenciado e favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte na forma da lei."

Art. 11. Um representante da Confederação Nacional das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - COMICRO e um da Confederação Nacional das Micro e Pequenas Empresas e dos Empreendedores Individuais - CONAMPE passam a integrar o Conselho Deliberativo do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE.

Art. 12. A redação dada pela Lei Complementar nº 139, de 10 de novembro de 2011, ao § 1º do art. 18-B da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para as atividades de prestação de serviços diferentes de hidráulica, eletricidade, pintura, alvenaria, carpintaria e de manutenção ou reparo de veículos, deixa de produzir efeitos financeiros a partir de 9 de fevereiro de 2012, observado o disposto no § 2º do mesmo artigo.

Art. 13. Ficam convalidados os atos referentes à apuração e ao recolhimento dos impostos e contribuições da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios mediante regime previsto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e alterações posteriores, inclusive em relação às obrigações acessórias, pelas empresas que desenvolveram as atividades de comercialização de medicamentos produzidos por manipulação de fórmulas magistrais, até a data de publicação desta Lei Complementar.

Art. 14. O Poder Executivo fará publicar no Diário Oficial da União, em 4 (quatro) meses a contar da data de publicação desta Lei Complementar, a íntegra da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, com as alterações resultantes desta Lei Complementar.

Art. 15. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, exceto no que se refere:

I - ao § 14 do art. 3º, ao inciso VI do art. 17, ao **caput** e aos §§ 2º, 5º-D, 5º-F, 5º-I, 7º, 13, 14, 16, 17, 18, 18-A e 24 do art. 18, ao inciso I do § 4º do art. 18-A, ao **caput** do art. 19, ao § 3º do art. 20, aos incisos I, II e V do § 4º do art. 21 e ao Anexo VI, todos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, na

redação dada pelo art. 1º e Anexo Único desta Lei Complementar, ao art. 3º e aos incisos III a V do art. 16 desta Lei Complementar, que produzirão efeitos a partir de 1º de janeiro do primeiro ano subsequente ao da publicação desta Lei Complementar;

II - ao § 15 do art. 3º, aos §§ 12 a 14 do art. 26, ao art. 38-B, à alínea *a* do inciso XIII do § 1º e aos §§ 7º e 8º do art. 13 e ao art. 21-A, todos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 na redação dada pelos arts. 1º e 2º desta Lei Complementar, e ao inciso I do art. 16 desta Lei Complementar, que produzirão efeitos a partir de 1º de janeiro do segundo ano subsequente ao da data de publicação desta Lei Complementar.

0123 Art. 16. Ficam revogados os seguintes dispositivos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006:

I - o inciso II do § 1º do art. 4º; (Produção de efeito)

II - os §§ 3º e 8º a 12 do art. 9º;

III - os incisos XI e XIII do art. 17; (Produção de efeito)

IV - os §§ 5º-A e 5º-G e os incisos I e II do § 14 do art. 18; (Produção de efeito)

V - o inciso I do art. 49; (Produção de efeito)

VI - o parágrafo único do art. 46;

VII - o § 1º do art. 48;

VIII - os itens 2 e 3 da alínea *b* do inciso X do art. 17.

Brasília, 7 de agosto de 2014; 193º da Independência e 126º da República.

DILMA ROUSSEFF
José Eduardo Cardozo
Guido Mantega
Manoel Dias
Garibaldi Alves Filho
Marta Suplicy
Guilherme Afif Domingos

Este texto não substitui o publicado no DOU de 8.8.2014

ANEXO ÚNICO (Produção de efeito)

(ANEXO VI DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006)

(Vigência: 1º de janeiro de 2015)

Alíquotas e Partilha do Simples Nacional - Receitas decorrentes da prestação de serviços relacionados no § 5º-I do art. 18 desta Lei Complementar.

1) Será apurada a relação (r) conforme abaixo:

(r) = Folha de Salários incluídos encargos (em 12 meses)

Receita Bruta (em 12 meses)

2) A partilha das receitas relativas ao IRPJ, PIS/Pasep, CSLL, Cofins e CPP arrecadadas na forma deste Anexo será realizada com base nos parâmetros definidos na Tabela V-B do Anexo V desta Lei Complementar.

3) Independentemente do resultado da relação (r), as alíquotas do Simples Nacional corresponderão ao seguinte:

TABELA VI

Receita Bruta em 12 meses (em R$)	Alíquota	IRPJ, PIS/Pasep, CSLL, Cofins e CPP	ISS
Até 180.000,00	16,93%	14,93%	2,00%
De 180.000,01 a 360.000,00	17,72%	14,93%	2,79%
De 360.000,01 a 540.000,00	18,43%	14,93%	3,50%
De 540.000,01 a 720.000,00	18,77%	14,93%	3,84%
De 720.000,01 a 900.000,00	19,04%	15,17%	3,87%
De 900.000,01 a 1.080.000,00	19,94%	15,71%	4,23%
De 1.080.000,01 a 1.260.000,00	20,34%	16,08%	4,26%
De 1.260.000,01 a 1.440.000,00	20,66%	16,35%	4,31%
De 1.440.000,01 a 1.620.000,00	21,17%	16,56%	4,61%
De 1.620.000,01 a 1.800.000,00	21,38%	16,73%	4,65%
De 1.800.000,01 a 1.980.000,00	21,86%	16,86%	5,00%
De 1.980.000,01 a 2.160.000,00	21,97%	16,97%	5,00%
De 2.160.000,01 a 2.340.000,00	22,06%	17,06%	5,00%

De 2.340.000,01 a 2.520.000,00	22,14%	17,14%	5,00%
De 2.520.000,01 a 2.700.000,00	22,21%	17,21%	5,00%
De 2.700.000,01 a 2.880.000,00	22,21%	17,21%	5,00%
De 2.880.000,01 a 3.060.000,00	22,32%	17,32%	5,00%
De 3.060.000,01 a 3.240.000,00	22,37%	17,37%	5,00%
De 3.240.000,01 a 3.420.000,00	22,41%	17,41%	5,00%
De 3.420.000,01 a 3.600.000,00	22,45%	17,45%	5,00%

Requerimento de participação

Referente a Concorrência Nº 02/2020.

LUCIMAR PEREIRA DA SILVA EQUIPAMENTOS, CNPJ nº 22.754.263/0001-29, com sede na RUA TERRITORIO FERNANDO DE NORONHA, Nº 2005, CAPANEMA – PR. Inscrição Estadual nº 90819083-19, vem requerer a Vossa Senhoria a expedição para fins de Licitação, fornecendo as negativas corretas pois no dia em que ocorreu a licitação as mesas não estavam liberadas. Estas mesmas servem de comprovação que não há débitos.

Capanema, PR, 20/11/2020.

LUCIMAR PEREIRA DA SILVA EQUIPAMENTOS

CNPJ: 22.754.263/0001-29

Data:
Processo: **3273/2020**
20/11/2020 Hora: 05:07
Assunto:
SOLICITACAO DO SETOR DE LICITACA
Req uerente:
LUCIMAR PEREIRA DA SILVA EQUIPA

Município de Dois Vizinhos

Estado do Paraná
Av. Rio Grande do Sul, 130 - Centro

Secretaria de Administração Finanças
Departamento de Tributação e Receita

NEGATIVA

CERTIFICAMOS QUE ATÉ A PRESENTE DATA NÃO EXISTE DÉBITO TRIBUTÁRIO VENCIDO RELATIVO A EMPRESA COM A LOCALIZAÇÃO DESCRITA ABAIXO, TAMPOUCO DÉBITOS EM EXECUÇÃO FISCAL.

Dois Vizinhos, 20 de Novembro de 2020 - Valida até: 18/02/2021

NEGATIVA Nº: 34223/2020			CÓDIGO DE AUTENTICAÇÃO: 9ZTMJH2QE5JX4X8CBUR
FINALIDADE: **CONCORRÊNCIA / LICITAÇÃO**			
RAZÃO SOCIAL: **LUCIMAR PEREIRA DA SILVA EQUIPAMENTOS**			
INSCRIÇÃO EMPRESA **106143**	CNPJ/CPF **22.754.263/0001-29**	INSCRIÇÃO ESTADUAL **NÃO INFORMADO**	ALVARÁ **3135**
ENDEREÇO **RUA BAHIA, 64 - NOSSA SENHORA DE LURDES CEP: 85660000 Dois Vizinhos - PR**			
CNAE / ATIVIDADES **Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso agropecuário; partes e peças, Comércio varejista de materiais de construção em geral, Comércio varejista de materiais hidráulicos, Instalação de máquinas e equipamentos industriais, Comércio varejista de material elétrico**			

IMPORTANTE:

1. FICA RESSALVADO O DIREITO DA FAZENDA MUNICIPAL COBRAR DÉBITOS CONSTATADOS POSTERIORMENTE MESMO REFERENTE AO PERÍODO COMPREENDIDO NESTA CERTIDÃO.
2. A PRESENTE CERTIDÃO PODE SER VERIFICADA SUA AUTENTICIDADE NO SITE ***http://www.doisvizinhos.pr.gov.br/*** ITEM PORTAL DA TRANSPARÊNCIA, OPÇÃO "VALIDAÇÃO DE CERTIDÃO"

Emitido por: << Equiplano Público Web >>

Voltar Imprimir

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 22.754.263/0001-29
Razão Social: LUCIMAR PEREIRA DA SILVA EQUIPAMENTOS
Endereço: RUA BAHIA 64 / NOSSA SENHORA DE LO / DOIS VIZINHOS / PR / 85660-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 17/11/2020 a 16/12/2020

Certificação Número: 2020111701405137550482

Informação obtida em 20/11/2020 15:47:22

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

Extrato de Pendências Tributárias

Data/Hora Host CELEPAR
20/11/2020 - 15:43:02

Informações do Contribuinte

1210

CAD/ICMS	90819083-19	Inscrição CNPJ	22754263/0001-29
Nome Empresarial	LUCIMAR PEREIRA DA SILVA EQUIPAMENTOS		
Endereço	R BAHIA 64 N S DE LOURDES 85660-000 - DOIS VIZINHOS - PR		

Pendências Tributárias

Cálculos para Pagamento Integral em 20/11/2020

Tipo da Pendência	Referência	Valor	Guia
Total Geral	0 Pendência(s)	R$ 0,00	

Legenda (Tipo da Pendência)

GIA = Guia de Informação e Apuração do ICMS
PAF = Processo Administrativo-Fiscal (Auto de Infração)
DA = Dívida Ativa do Estado
TAP = Termo de Acordo de Parcelamento
AM = Entrega de Arquivo Magnético Referente à Tabela I do Anexo VI-RICMS/PR
OMISSO NF-e = Omisso na Obrigatoriedade de uso de Nota Fiscal eletrônica
OMISSO CT-e = Omisso na obrigatoriedade de uso de Conhecimento de Transporte eletrônico
EFD = Escrituração Fiscal Digital
DeSTDA = Declaração de Substituição Tributária, Diferencial de Alíquota e Antecipação

Observação: Para verificar débitos de IPVA utilize o serviço Veículos do Proprietário.

Município de Capanema - PR

NOTIFICAÇÃO

As Empresas
ART 2 GESSO LTDA
BETEL EIRELI
CARLOS CESAR MARTINE
EDER JUNIOR GONÇALVES
FERRAGENS E TINTAS CAPANEMA EIRELI
GROSS VEÍCULOS LTDAH.COM. INDUSTRIA DE CONFECÇÕES LTDA
JACKSON DA ROSAJAIR KRAMPE
JOÃO PAULO TIELLET MIORIM
LOLI INDÚSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA
LUCIMAR PEREIRA DA SILVA
LUIZ FERNANDO KRUGEL
MODELLI NUTRIÇÃO PERSONALIZADA EIRELI
NESTUR TRANSPORTE E TURISMO LTDA
PRODUZZA INSUMOS AGRÍCOLAS LTDA
RAFAEL LIMBERGER RAFFAELLLI TRANSPORTES LTDA E SERVIÇOS

Com Relação a Concorrência nº 02/2020, objeto: **CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE TERRENOS E BARRACÕES PARA FINS DE INCENTIVO AO DESENVOLVIMENTO DE EMPREGOS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA,** notifico as empresas acima que caso tenham interesse inicia-se no dia **26/11/2020** o prazo para **CONTRARRAZÕES** desse processo, encerrando esse prazo no dia **02/12/2020** as 17h30m.

Segue em anexo cópia dos documentos protocolados nos recursos das empresas.

Capanema, 25 de novembro de 2020

Roselia Kriger Becker Pagani
Membro da Comissão Permanente
de Abertura e Julgamento de Licitações

apoiolicitacao1@capanema.pr.gov.br

De:	apoiolicitacao1@capanema.pr.gov.br
Enviado em:	quarta-feira, 25 de novembro de 2020 14:33
Para:	'escsaggin15@hotmail.com'; 'montealmontagens@gmail.com'; 'pedroadones@gmail.com'; 'martaluft@hotmail.com'; 'viagenstropicalia@hotmail.com'; 'produzzainsumos2019@outlook.com'; 'raffaelliraffaelli@hotmail.com'; 'portalbebidas@outlook.com'; 'rejaneeederhryciuk@gmail.com'; 'tintasnortesulcapanema@hotmail.com'; 'grossveiculos@gmail.com'; 'scharles@industriahomem.com'; 'construtoraterraplanagem.capanema@hotmail.com'; 'rosane.krampe@hotmail.com'; 'zoom.bebidas@hotmail.com'; 'cleitonschlosser@hotmail.com'; 'leidy.w@betelsport.com.br'; 'igalgrafica@gmail.com'
Assunto:	Notificação de contrarrazões
Anexos:	NOTIFICAÇÃO DE CONTRARRAZÕES.pdf; RECURSO LUCIMAR PEREIRA DA SILVA.pdf; RECURSO PRODUZZA.pdf

Boa tarde, segue notificação informando sobre o prazo de contrarrazões da concorrência 02/2020 dos lotes e barracões.

Att. Cristiane Wisnievski
Setor de Licitações
Prefeitura de Capanema-PR.

apoiolicitacao1@capanema.pr.gov.br

De: Mail Delivery Subsystem <MAILER-DAEMON@mailserver2.softsul.net>
Enviado em: quarta-feira, 25 de novembro de 2020 14:37
Para: apoiolicitacao1@capanema.pr.gov.br
Assunto: Returned mail: see transcript for details
Anexos: details.txt; Notificação de contrarrazões (1,93 MB)

The original message was received at Wed, 25 Nov 2020 14:33:18 -0300 from 238.213.60.187.dynamic.ampernet.com.br [187.60.213.238] (may be forged)

----- The following addresses had permanent fatal errors ----- <montealmontagens@gmail.com>
(reason: 550-5.1.1 The email account that you tried to reach does not exist. Please try)
<zoom.bebidas@hotmail.com>
(reason: 550 5.5.0 Requested action not taken: mailbox unavailable (S2017062302). [DB8EUR05FT009.eop-eur05.prod.protection.outlook.com])

----- The following addresses had successful delivery notifications ----- <leidy.w@betelsport.com.br> (relayed to non-DSN-aware mailer) <grossveiculos@gmail.com> (relayed to non-DSN-aware mailer) <igalgrafica@gmail.com> (relayed to non-DSN-aware mailer) <pedroadones@gmail.com> (relayed to non-DSN-aware mailer) <rejaneeederhryciuk@gmail.com> (relayed to non-DSN-aware mailer)

----- Transcript of session follows ----- <leidy.w@betelsport.com.br>... relayed; expect no further notifications ...
while talking to gmail-smtp-in.l.google.com.:
>>> DATA
<<< 550-5.1.1 The email account that you tried to reach does not exist. Please try <<< 550-5.1.1 double-checking the recipient's email address for typos or <<< 550-5.1.1 unnecessary spaces. Learn more at <<< 550 5.1.1 https://support.google.com/mail/?p=NoSuchUser p16si547107uad.80 - gsmtp
550 5.1.1 <montealmontagens@gmail.com>... User unknown <rejaneeederhryciuk@gmail.com>... relayed; expect no further notifications <pedroadones@gmail.com>... relayed; expect no further notifications <igalgrafica@gmail.com>... relayed; expect no further notifications <grossveiculos@gmail.com>... relayed; expect no further notifications ... while talking to hotmail-com.olc.protection.outlook.com.:
>>> DATA
<<< 550 5.5.0 Requested action not taken: mailbox unavailable (S2017062302). [DB8EUR05FT009.eop-eur05.prod.protection.outlook.com]
550 5.1.1 <zoom.bebidas@hotmail.com>... User unknown <<< 452 4.5.3 Recipients belong to multiple regions ATTR38 [DB8EUR05FT009.eop-eur05.prod.protection.outlook.com]
<viagenstropicalia@hotmail.com>... Deferred: 452 4.5.3 Recipients belong to multiple regions ATTR38 [DB8EUR05FT009.eop-eur05.prod.protection.outlook.com]
<<< 452 4.5.3 Recipients belong to multiple regions ATTR38 [DB8EUR05FT009.eop-eur05.prod.protection.outlook.com]
<tintasnortesulcapanema@hotmail.com>... Deferred: 452 4.5.3 Recipients belong to multiple regions ATTR38 [DB8EUR05FT009.eop-eur05.prod.protection.outlook.com]
<<< 452 4.5.3 Recipients belong to multiple regions ATTR38 [DB8EUR05FT009.eop-eur05.prod.protection.outlook.com]
<rosane.krampe@hotmail.com>... Deferred: 452 4.5.3 Recipients belong to multiple regions ATTR38 [DB8EUR05FT009.eop-eur05.prod.protection.outlook.com]
<<< 452 4.5.3 Recipients belong to multiple regions ATTR38 [DB8EUR05FT009.eop-eur05.prod.protection.outlook.com]
<raffaelliraffaelli@hotmail.com>... Deferred: 452 4.5.3 Recipients belong to multiple regions ATTR38 [DB8EUR05FT009.eop-eur05.prod.protection.outlook.com]
<<< 452 4.5.3 Recipients belong to multiple regions ATTR38 [DB8EUR05FT009.eop-eur05.prod.protection.outlook.com]

<martaluft@hotmail.com>... Deferred: 452 4.5.3 Recipients belong to multiple regions ATTR38 [DB8EUR05FT009.eop-eur05.prod.protection.outlook.com]
<<< 452 4.5.3 Recipients belong to multiple regions ATTR38 [DB8EUR05FT009.eop-eur05.prod.protection.outlook.com]
<escsaggin15@hotmail.com>... Deferred: 452 4.5.3 Recipients belong to multiple regions ATTR38 [DB8EUR05FT009.eop-eur05.prod.protection.outlook.com]
<<< 452 4.5.3 Recipients belong to multiple regions ATTR38 [DB8EUR05FT009.eop-eur05.prod.protection.outlook.com]
<construtoraterraplanagem.capanema@hotmail.com>... Deferred: 452 4.5.3 Recipients belong to multiple regions ATTR38 [DB8EUR05FT009.eop-eur05.prod.protection.outlook.com]
<<< 452 4.5.3 Recipients belong to multiple regions ATTR38 [DB8EUR05FT009.eop-eur05.prod.protection.outlook.com]
<cleitonschlosser@hotmail.com>... Deferred: 452 4.5.3 Recipients belong to multiple regions ATTR38 [DB8EUR05FT009.eop-eur05.prod.protection.outlook.com]
<<< 503 5.5.2 Need rcpt command [DB8EUR05FT009.eop-eur05.prod.protection.outlook.com]
<scharles@industriahomem.com>... Deferred: Connection timed out with industriahomem.com.

apoiolicitacao1@capanema.pr.gov.br

De:	Mail Delivery Subsystem <MAILER-DAEMON@mailserver2.softsul.net>
Enviado em:	quarta-feira, 25 de novembro de 2020 15:54
Para:	apoiolicitacao1@capanema.pr.gov.br
Assunto:	Return receipt
Anexos:	details.txt; Anexo sem título 00004.txt

The original message was received at Wed, 25 Nov 2020 15:52:48 -0300 from 238.213.60.187.dynamic.ampernet.com.br [187.60.213.238] (may be forged)

----- The following addresses had successful delivery notifications ----- <secretaria@betelsport.com.br> (relayed to non-DSN-aware mailer)

----- Transcript of session follows ----- <secretaria@betelsport.com.br>... relayed; expect no further notifications

1246

apoiolicitacao1@capanema.pr.gov.br

De:	postmaster@outlook.com
Enviado em:	quarta-feira, 25 de novembro de 2020 14:37
Para:	apoiolicitacao1@capanema.pr.gov.br
Assunto:	Entregue: Notificação de contrarrazões
Anexos:	details.txt; Anexo sem título 00010.txt

A sua mensagem foi entregue aos seguintes destinatários:

portalbebidas@outlook.com

Assunto: Notificação de contrarrazões

1247

apoiolicitacao1@capanema.pr.gov.br

De:	Mail Delivery Subsystem <MAILER-DAEMON@mailserver2.softsul.net>
Enviado em:	quarta-feira, 25 de novembro de 2020 15:35
Para:	apoiolicitacao1@capanema.pr.gov.br
Assunto:	Return receipt
Anexos:	details.txt; Anexo sem título 00014.txt

The original message was received at Wed, 25 Nov 2020 15:34:55 -0300 from 238.213.60.187.dynamic.ampernet.com.br [187.60.213.238] (may be forged)

----- The following addresses had successful delivery notifications ----- <lucianamarques821@gmail.com> (relayed to non-DSN-aware mailer)

----- Transcript of session follows ----- <lucianamarques821@gmail.com>... relayed; expect no further notifications

1248

apoiolicitacao1@capanema.pr.gov.br

De:	postmaster@outlook.com
Enviado em:	quarta-feira, 25 de novembro de 2020 15:30
Para:	apoiolicitacao1@capanema.pr.gov.br
Assunto:	Entregue: Notificação de contrarrazões
Anexos:	details.txt; Anexo sem título 00038.txt

A sua mensagem foi entregue aos seguintes destinatários:

cleitonschlosser@hotmail.com

Assunto: Notificação de contrarrazões

1249

apoiolicitacao1@capanema.pr.gov.br

De:	postmaster@outlook.com
Enviado em:	quarta-feira, 25 de novembro de 2020 15:30
Para:	apoiolicitacao1@capanema.pr.gov.br
Assunto:	Entregue: Notificação de contrarrazões
Anexos:	details.txt; Anexo sem título 00020.txt

A sua mensagem foi entregue aos seguintes destinatários:

raffaelliraffaelli@hotmail.com

Assunto: Notificação de contrarrazões

1250

apoiolicitacao1@capanema.pr.gov.br

De: postmaster@outlook.com
Enviado em: quarta-feira, 25 de novembro de 2020 15:30
Para: apoiolicitacao1@capanema.pr.gov.br
Assunto: Entregue: Notificação de contrarrazões
Anexos: details.txt; Anexo sem título 00026.txt

A sua mensagem foi entregue aos seguintes destinatários:

martaluft@hotmail.com

Assunto: Notificação de contrarrazões

1251

apoiolicitacao1@capanema.pr.gov.br

De:	postmaster@outlook.com
Enviado em:	quarta-feira, 25 de novembro de 2020 15:30
Para:	apoiolicitacao1@capanema.pr.gov.br
Assunto:	Entregue: Notificação de contrarrazões
Anexos:	details.txt; Anexo sem título 00032.txt

A sua mensagem foi entregue aos seguintes destinatários:

construtoraterraplanagem.capanema@hotmail.com

Assunto: Notificação de contrarrazões

apoiolicitacao1@capanema.pr.gov.br

De:	postmaster@outlook.com
Enviado em:	quarta-feira, 25 de novembro de 2020 15:30
Para:	apoiolicitacao1@capanema.pr.gov.br
Assunto:	Entregue: Notificação de contrarrazões
Anexos:	details.txt; Anexo sem título 00044.txt

A sua mensagem foi entregue aos seguintes destinatários:

rosane.krampe@hotmail.com

Assunto: Notificação de contrarrazões

apoiolicitacao1@capanema.pr.gov.br

De:	postmaster@outlook.com
Enviado em:	quarta-feira, 25 de novembro de 2020 15:30
Para:	apoiolicitacao1@capanema.pr.gov.br
Assunto:	Entregue: Notificação de contrarrazões
Anexos:	details.txt; Anexo sem título 00050.txt

A sua mensagem foi entregue aos seguintes destinatários:

viagenstropicalia@hotmail.com

Assunto: Notificação de contrarrazões

1254

apoiolicitacao1@capanema.pr.gov.br

De:	postmaster@outlook.com
Enviado em:	quarta-feira, 25 de novembro de 2020 15:30
Para:	apoiolicitacao1@capanema.pr.gov.br
Assunto:	Entregue: Notificação de contrarrazões
Anexos:	details.txt; Anexo sem título 00056.txt

A sua mensagem foi entregue aos seguintes destinatários:

tintasnortesulcapanema@hotmail.com

Assunto: Notificação de contrarrazões

apoiolicitacao1@capanema.pr.gov.br

De: postmaster@outlook.com
Enviado em: quarta-feira, 25 de novembro de 2020 15:30
Para: apoiolicitacao1@capanema.pr.gov.br
Assunto: Entregue: Notificação de contrarrazões
Anexos: details.txt; Anexo sem título 00062.txt

A sua mensagem foi entregue aos seguintes destinatários:

escsaggin15@hotmail.com

Assunto: Notificação de contrarrazões

1256

apoiolicitacao1@capanema.pr.gov.br

De: postmaster@outlook.com
Enviado em: quarta-feira, 25 de novembro de 2020 15:28
Para: apoiolicitacao1@capanema.pr.gov.br
Assunto: Entregue: Notificação de contrarrazões
Anexos: details.txt; Anexo sem título 00068.txt

A sua mensagem foi entregue aos seguintes destinatários:

zoom.bebidas@hotmail.com.br

Assunto: Notificação de contrarrazões

1257

apoiolicitacao1@capanema.pr.gov.br

De:	postmaster@outlook.com
Enviado em:	quarta-feira, 25 de novembro de 2020 14:37
Para:	apoiolicitacao1@capanema.pr.gov.br
Assunto:	Entregue: Notificação de contrarrazões
Anexos:	details.txt; Anexo sem título 00004.txt

A sua mensagem foi entregue aos seguintes destinatários:

produzzainsumos2019@outlook.com

Assunto: Notificação de contrarrazões

1258

apoiolicitacao1@capanema.pr.gov.br

De:	Mail Delivery Subsystem <MAILER-DAEMON@mailserver2.softsul.net>
Enviado em:	quarta-feira, 25 de novembro de 2020 16:35
Para:	apoiolicitacao1@capanema.pr.gov.br
Assunto:	Return receipt
Anexos:	details.txt; Anexo sem título 00015.txt

The original message was received at Wed, 25 Nov 2020 16:34:08 -0300 from 238.213.60.187.dynamic.ampernet.com.br [187.60.213.238] (may be forged)

---- The following addresses had successful delivery notifications ----- <red@rline.com.br> (relayed to non-DSN-aware mailer)

----- Transcript of session follows ----- <red@rline.com.br>... relayed; expect no further notifications

S 1259

DESPACHO

Com relação a Concorrência, nº 2/2020, objeto: CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE TERRENOS E BARRACÕES PARA FINS DE INCENTIVO AO DESENVOLVIMENTO DE EMPREGOS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA PR. Encaminho esse PA ao Procurador Jurídico para análise e emissão de Parecer Jurídico a respeito dos Recursos Administrativos.

Capanema, 03 de dezembro de 2020

Roselia Kriger Becker Pagani
Chefe do Setor de Licitações

PARECER JURÍDICO Nº 427/2020

INTERESSADO(A): Comissão Permanente de Licitações.

ASSUNTO: Recurso Administrativo acerca da inabilitação de empresas na Licitação modalidade Concorrência nº 02/2020.

EMENTA: RECURSOS ADMINISTRATIVOS INTERPOSTOS PELAS EMPRESAS PRODUZZA INSUMOS AGRÍCOLAS LTDA. E LUCIMAR PEREIRA DA SILVA. INABILITAÇÃO PELA AUSÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À REGULARIDADE FISCAL. PRERROGATIVAS DAS MICROEMPRESAS E EMPREAS DE PEQUENO PORTE DE REGULARIZAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO NO PRAZO DE CINCO DIAS APÓS A DECLARAÇÃO DE TEREM SIDO SE SAGRADO VENCEDORAS DO CERTAME. DIVERGÊNCIA INTERPRETATIVA. **MAIS ADEQUADA PARA O INTERESSE PÚBLICO A INTERPRETAÇÃO NO SENTIDO DE AMPLIAÇÃO DA DISPUTA**. APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA IGUALDADE SUBSTANCIAL E DA INSTRUMENTALIDADE DAS FORMAS. CABIMENTO E PROCEDÊNCIA DOS RECURSOS INTERPOSTOS. CONCESSÃO DO PRAZO DE CINCO DIAS ÚTEIS PARA A REGULARIZAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO.

1. RELATÓRIO:

Tratam-se de Recursos Administrativos apresentados pelas empresas PRODUZZA INSUMOS AGRÍCOLAS LTDA. e LUCIMAR PEREIRA DA SILVA, contra a decisão administrativa, constante da Ata de Abertura e Julgamento (fls. 1.198-1.201) da Licitação Concorrência nº 02/2020, que considerou inabilitadas ambas as empresas, sob o argumento de que elas não teriam apresentado a documentação exigida para comprovação relativa à regularidade fiscal.

Especificamente, em relação à empresa PRODUZZA INSUMOS AGRÍCOLAS LTDA., extrai-se da Ata de Abertura e de Julgamento que ela foi inabilitada pela não apresentação da certidão negativa de tributos federais.

Av. Pedro Viriato Parigot de Souza, 1080 - Centro - 85760-000
Fone: 46-3552-1321 - ramal 217 - Fax:46-3552-1122
procuradoria@capanema.pr.gov.br

Por seu turno, a empresa LUCIMAR PEREIRA DA SILVA foi inabilitada pela Comissão por não apresentar as certidões negativas municipal, estadual e relativa ao FGTS.

Em suas razões recursais a empresa **PRODUZZA INSUMOS AGRÍCOLAS LTDA**. alega em síntese que efetuou o parcelamento dos débitos perante a Receita Federal, motivo pelo qual aguardava a liberação da certidão positiva com efeitos de negativa, a qual necessitava do prazo de 5 (cinco) a 10 (dez) dias para ser liberada pela Receita Federal, após o pagamento da primeira parcela do parcelamento.

Ademais, indica em suas razões que as Microempresas e as Empresas de Pequeno Porte não possuem obrigação de apresentar eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa no ato do certame licitatório, mas sim na assinatura do contrato, caso se sagre vencedora, indicando não haver prejuízo entre não ter as certidões ou ter que regularizá-las no prazo de 5 (cinco) dias.

Outrossim, requereu a aplicação do subitem 19.3 do Edital do certame e completou a documentação relativa à regularidade fiscal pelos documentos acostados às fls. 1.215-1.236.

Por sua vez, a empresa **LUCIMAR PEREIRA DA SILVA** apresentou um "Requerimento de participação", pelo qual se extrai as seguintes razões: que não apresentou a documentação no dia da licitação pois as negativas não estavam liberadas, mas que, nesta oportunidade, apresenta a comprovação de que não há débitos, fornecendo as negativas corretas.

Juntou as negativas relativas aos tributos Municipais e ao FGTS, bem como apresentou um "extrato de pendências tributárias" relativo aos tributos estaduais.

Após o encerramento do prazo recursal, o Setor de Licitações notificou as demais licitantes, conferindo a possibilidade de apresentarem contrarrazões. Todavia, transcorreu-se o prazo *in albis*.

O PA foi encaminhado à Procuradoria.

É o relatório.

2. DA ADMISSIBILIDADE E TEMPESTIVIDADE:

Nos termos do art. 109, da Lei Federal nº 8.666/93, o recurso da fase de habilitação é cabível no prazo de cinco dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, no caso de inabilitação do licitante.

Por meio dos protocolos nº 3235/2020 e nº 3273/2020, verifica-se que os recursos administrativos de ambas as empresas foram apresentados tempestivamente, preenchendo os requisitos legais de admissibilidade.

Av. Pedro Viriato Parigot de Souza, 1080 - Centro - 85760-000
Fone: 46-3552-1321 - ramal 217 - Fax:46-3552-1122
procuradoria@capanema.pr.gov.br

00121/12

3. MÉRITO

3.1. Introdução

Dispõe a Lei Federal nº 8.666/93:

> *"Art. 27. Para a habilitação nas licitações exigir-se-á dos interessados, exclusivamente, documentação relativa a:*
> *(...)*
> *IV - regularidade fiscal e trabalhista.*
> *(...)"*
>
> *"Art. 29. A documentação relativa à regularidade fiscal e trabalhista, conforme o caso, consistirá em:*
> *I - prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Geral de Contribuintes (CGC);*
> *II - prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;*
> *III - prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;*
> *IV - prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.*
> *V - prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943."*

Por sua vez, o Edital da Licitação Concorrência nº 02/2020 prevê:

> ***"6. DA HABILITAÇÃO***
> ***6.1.*** *Para fins de habilitação na presente Licitação, exigir-se-á dos licitantes, através da apresentação no envelope nº.* ***01****, exclusivamente, a seguinte documentação:*
> ***(...)***
> ***6.3. REGULARIDADE FISCAL***
> ***6.3.1. Pessoa Jurídica:***
> *a) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes do Estado ou Município, da sede da pessoa jurídica;*
> *b) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);*
> *c) Certidão negativa de débito, ou Certidão positiva com efeitos de negativa para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal, sendo esta última da sede do licitante;*
> *d) Prova de regularidade junto a Seguridade Social (INSS) e junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), através da apresentação das respectivas Certidões Negativas de Débito;*
> *e) Prova de Regularidade com o Ministério do Trabalho, através da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas CNDT;*
> *(...)*

Av. Pedro Viriato Parigot de Souza, 1080 - Centro - 85760-000
Fone: 46-3552-1321 - ramal 217 - Fax:46-3552-1122
procuradoria@capanema.pr.gov.br

> ***8.8.*** *Não consistirá causa de inabilitação ou desclassificação a irregularidade formal que não afete o conteúdo, a idoneidade do documento ou o caráter da competição.*
> *(...)*
> ***19.4.*** *O desatendimento de exigências formais não essenciais, não importará no afastamento da licitante, desde que sejam possíveis as aferições das suas qualidades e as exatas compreensões da sua proposta, durante a realização da sessão pública deste certame e desde que não fique comprometido o interesse público e a igualdade entre os licitantes, bem como a finalidade e a segurança da futura contratação."*

Considerando as disposições legais e editalícias transcritas acima, faz-se necessário tecer algumas considerações iniciais acerca dos requisitos de habilitação em licitações públicas.

Todos os brasileiros e estrangeiros em situação regular se encontram, em tese, em igualdade de condições perante a Administração Pública, para fins de contratação. **Isso não impede a imposição de condições discriminatórias destinadas a assegurar a igualdade substancial entre as licitantes, a seleção de contratante idôneo pela Administração, titular da proposta mais vantajosa, ou a incentivar fins juridicamente relevantes**. A verificação da idoneidade dos interessados e a seleção da proposta mais vantajosa far-se-ão no curso da licitação.

A fixação de requisitos de habilitação produz efeitos diretos sobre os resultados obtidos numa licitação, o que impõe à Administração o dever de evitar soluções defeituosas por excesso ou por carência.

Nesse diapasão, a Administração necessita tanto de segurança quanto de vantajosidade em suas contratações. Não é correto, por isso, estabelecer soluções extremadas. É indispensável estabelecer requisitos de participação, cuja eliminação seria desastrosa. Mas, tais requisitos devem ser restritos ao mínimo necessário para assegurar a obtenção de uma prestação adequadamente executada.

Aliás, essa solução foi explicitamente consagrada no art. 37, XXI, da Constituição Federal, que determina que somente podem ser admitidos requisitos de habilitação que se configurem como os mínimos possíveis, mas sempre preservando-se a obtenção de uma contratação adequada e satisfatória.

A determinação do grau de severidade a ser adotado relativamente às condições de participação depende do caso concreto. A Lei pode estabelecer exigências mínimas e máximas, mas a determinação específica será variável caso a caso e dependerá das características do objeto licitado.

Em outras palavras, é impossível avaliar de modo abstrato se determinados requisitos são excessivos ou inadequados, desde que respeitem limites máximos legais. Também é descabido qualificar a ausência de exigências como uma solução incorreta. Somente será viável formular um juízo sobre a validade dos

Av. Pedro Viriato Parigot de Souza, 1080 - Centro - 85760-000
Fone: 46-3552-1321 - ramal 217 - Fax:46-3552-1122
procuradoria@capanema.pr.gov.br

requisitos de habilitação em face de cada caso concreto e mediante o exame das características do objeto licitado.

Nesse rumo, no que se restringe à presente manifestação jurídica, é a documentação relativa à regularidade fiscal das licitantes, exigida para a fase de habilitação, que necessita de uma análise mais detida acerca da compatibilidade e proporcionalidade da sua exigência em comparação com o objeto da licitação.

Com efeito, evidencia-se que a documentação relativa à regularidade fiscal das licitantes, exigida no edital da Concorrência nº 02/2020, busca estabelecer um padrão mínimo de idoneidade e de confiabilidade da empresa licitante, isto é, de que esta possui condições mínimas de cumprir a sua proposta comercial, que, no caso em deslinde, trata-se de utilização e exploração satisfatória dos imóveis disponíveis para concessão de direito real de uso, indicando a confiabilidade de execução dos seus investimentos, no prazo estipulado na sua proposta e gerando os empregos propostos.

Destarte, mostra-se razoável a exigência de regularidade fiscal como critério de presunção de idoneidade e confiabilidade da empresa licitante.

No entanto, as empresas que possuírem débitos fiscais com a exigibilidade suspensa não estão impossibilitadas de licitar. Isto é, pode ser considerada a regularidade fiscal se a exigibilidade do crédito tributário estiver suspensa, possibilitando, também, a consideração da Certidão Positiva com efeitos de Negativa para a habilitação em certames públicos.

Essa certidão possui os mesmos efeitos da negativa, haja vista que o art. 206, do CTN exige que conste nela a existência de créditos não vencidos, em curso de cobrança executiva em que tenha sido efetuado a penhora, ou cuja exigibilidade esteja suspensa.

3.2. Do tratamento diferenciado da Lei Complementar nº 123/06 - Estatuto da Micro Empresa (ME) e da Empresa de Pequeno Porte (EPP).

Dispõe a Lei Complementar nº 123/06:

> *"Art. 1º Esta Lei Complementar estabelece normas gerais relativas ao tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às microempresas e empresas de pequeno porte no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, especialmente no que se refere:*
> *(...)*
> *III - ao acesso a crédito e ao mercado, inclusive quanto à preferência nas aquisições de bens e serviços pelos Poderes Públicos, à tecnologia, ao associativismo e às regras de inclusão.*
> *(...)"*

Av. Pedro Viriato Parigot de Souza, 1080 - Centro - 85760-000
Fone: 46-3552-1321 - ramal 217 - Fax:46-3552-1122
procuradoria@capanema.pr.gov.br

> *"Art. 42. Nas licitações públicas, a comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte* ***somente será exigida para efeito de assinatura do contrato.***"
>
> *"Art. 43. As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios,* ***deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.***
> *§ 1º Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista,* ***será assegurado o prazo de cinco dias úteis****, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública,* ***para*** *regularização da documentação,* ***para*** *pagamento ou parcelamento do débito e* ***para*** *emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.*
> *§ 2º* ***A não-regularização da documentação, no prazo previsto no § 1º deste artigo, implicará decadência do direito à contratação****, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.*

No que tange ao caso em deslinde, a controvérsia está atrelada a saber se o prazo assegurado para a substituição/regularização da documentação relativa à regularidade fiscal de licitantes enquadradas como ME ou EPP, também pode ser aplicado no caso de não apresentação dos documentos junto ao envelope de habilitação.

Para aquilatar o melhor entendimento, deve-se analisar com rigor o disposto nos artigos 42 e 43, da Lei Complementar nº 123/2006, considerando as alterações específicas em suas redações dadas pela Lei Complementar nº 155/2016, bem como o que se denomina no mundo do Direito de "espírito da Lei", sem olvidar das disposições do Decreto Federal nº 8.538/2015 sobre o tema e os entendimentos do Tribunal de Contas da União, do Governo Federal e da doutrina quanto à possibilidade de regularização tardia dos documentos comprobatórios da regularidade fiscal.

Por meio da interpretação literal e isolada dos artigos 42 e 43, da LC 123/06, é possível estabelecer o entendimento de que os comandos neles prescritos são, deveras, contraditórios. Todavia, a exegese que melhor se amolda aos objetivos da norma é aquela que realiza uma interpretação teleológica e combinada dos dois dispositivos, considerando os fins do tratamento privilegiado das MEs e EPPs nas licitações públicas.

Um possível entendimento combinado dos dois dispositivos, corrente na doutrina, é o de que as MEs e EPPs deverão, por ocasião da participação do certame, apresentar todos os documentos necessários à comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, ainda que tais documentos estejam desatualizados, vencidos, ou com

Av. Pedro Viriato Parigot de Souza, 1080 - Centro - 85760-000
Fone: 46-3552-1321 - ramal 217 - Fax:46-3552-1122
procuradoria@capanema.pr.gov.br

alguma inconsistência; se, eventualmente, a vencedora for uma ME ou EPP e a documentação Não estiver regular, a Administração, concederá o prazo de 5 (cinco) dias, prorrogável uma vez por igual período, para que se proceda a regularização da documentação, possibilitando, então, a assinatura do contrato.

Com efeito, esse primeiro entendimento submete o licitante a apresentar, desde logo, toda a documentação atinente à regularidade fiscal, no sentido de que o art. 42 não significaria a dispensa da apresentação da documentação, mas a sua obrigatoriedade, mesmo que toda a documentação esteja vencida ou com alguma inconsistência material, dispondo até a assinatura do contrato a possibilidade de regularização da documentação.

Com a devida vênia, tal interpretação privilegia a forma do que o conteúdo, estabelece uma diferenciação de tratamento entre as próprias MEs e EPPs que, eventualmente, participarem do mesmo certame, visto que aquela que apresentar uma certidão positiva ou uma certidão vencida, terá um prazo para regularizar a sua situação. Por sua vez, aquela que não trouxer a certidão por algum equívoco, mas a possuir negativa e/ou regular não teria a mesma oportunidade. Claramente tal posicionamento sobrestima o princípio da formalidade e renega o princípio da instrumentalidade das formas e o princípio da igualdade substancial, **pois, ao fim e ao cabo, entregar uma certidão positiva ou vencida, na prática, é a mesma coisa que não entregar a certidão regular**.

Por esse entendimento, portanto, se o licitante deixar de apresentar a documentação, deverá ser excluído do certame, por meio da inabilitação. É o entendimento utilizado pela Comissão Permanente de Licitação no presente caso, para ambas as recorrentes.

Todavia, essa interpretação está longe de ser unânime.

Uma segunda interpretação, desta vez utilizando-se do método teleológico, isto é, analisando-se a finalidade da norma, sem olvidar dos objetivos do tratamento privilegiado para as MEs e EPPs nas licitações públicas, é possível chegar à conclusão de que se a ME ou EPP deixar de apresentar qualquer documento apto à comprovação da regularidade fiscal ou trabalhista, não será possível o seu alijamento do certame, devendo a Administração abrir prazo para a regularização.

Essa interpretação é a que mais se aproxima da igualdade substancial entre licitantes MEs ou EPPs, visto que não há diferença prática na apresentação de uma certidão positiva ou a sua não apresentação no certame, **já que em ambos os casos a licitante deverá fornecer um novo documento para a Administração**.

Essa, também, é a interpretação aplicada no âmbito do Tribunal de Contas da União e em precedentes de Tribunais pelo país. Vejamos.

Av. Pedro Viriato Parigot de Souza, 1080 - Centro - 85760-000
Fone: 46-3552-1321 - ramal 217 - Fax:46-3552-1122
procuradoria@capanema.pr.gov.br

001267

A comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte nas licitações públicas somente deve ser exigida quando da assinatura do contrato com a Administração, consoante disposto nos arts. 42 e 43 da Lei Complementar nº 123/2006.

Representação de licitante apontou possíveis irregularidades na Tomada de Preços nº 03/2011, conduzida pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro – IFRJ, que tem por objeto "a contratação de serviços de reforma do Campus de Arraial do Cabo". Alegou ter sido afastada indevidamente do certame em decorrência de débito para com a fazenda municipal, uma vez que, por ser microempresa, estaria obrigada a comprovar a regularidade fiscal somente quando da assinatura do respectivo contrato e não no curso do certame. O relator, em linha de consonância com a unidade técnica, considerou terem sido violados os comandos dos arts. 42 e 43 da Lei Complementar nº 123/2006, a seguir reproduzidos. Segundo o primeiro deles, "Art. 42. ***Nas licitações públicas, a comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato".*** *E: "Art. 43. As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição. § 1º* ***Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 2 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame****, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa" – grifos do relator. Invocou ainda o art. 4º do Decreto nº 6.204/2007, que regulamentou o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte, que reitera a faculdade de esses agentes comprovarem a regularidade fiscal somente quando da assinatura do respectivo contrato. O Tribunal, principalmente em face dessa ocorrência, ao acolher proposta do relator, decidiu determinar ao IFRJ que adote providências no sentido de anular a Tomada de Preços nº 03/2011 do IFRJ.* ***Acórdão n.º 976/2012-Plenário, TCU 034.666/2011-7, rel. Min. José Jorge, 25.4.2012***

Nesse mesmo sentido, já teve oportunidade de decidir o **Tribunal de Justiça de São Paulo**:

REEXAME NECESSÁRIO MANDADO DE SEGURANÇA CONCORRÊNOA PÚBUCA INABIUTAÇÃO - Pretensão da impetrante para que seja invalidado o ato administrativo que a inabilitou do certame, bem como anulada a Concorrência Pública nº 009/2010. ***Concessão parcial da segurança, tão somente para o fim de reconhecer a ilegalidade do ato administrativo de inabilitação Possibilidade Considerando que a postulante está enquadrada na condição de microempresa, não lhe pode ser exigida a apresentação da certidão negativa de tributos imobiliários na fase de habilitação*** *- Consoante inteligência do artigo 42, da Lei Complementar Federal 123/2006 e da cláusula 6.2.5.1 do edital, a comprovação da regularidade fiscal das microempresas nas licitações somente será exigida no momento da assinatura do contrato. Sentença mantida - Reexame necessário não provido (TJSP - Processo 0006908- 94.2011.8.26. Relator(a): Paulo*

Av. Pedro Viriato Parigot de Souza, 1080 - Centro - 85760-000
Fone: 46-3552-1321 - ramal 217 - Fax:46-3552-1122
procuradoria@capanema.pr.gov.br

001268

Barcellos Gatti. Órgão julgador: 4ª Câmara de Direito Público. Data do julgamento: 27/10/2014).

No referido voto, o d. Relator nos traz importante lição sobre o tema: Como se vê, com o propósito de conferir efetividade ao tratamento diferenciado exigido constitucionalmente no tocante às microempresas e empresas de pequeno porte (artigos 170, IX e 179, ambos da Constituição Federal), a legislação federal deixa claro que a comprovação da regularidade fiscal somente será exigida no momento da assinatura do contrato, de modo que restou dispensada a necessidade de que tal documentação seja apresentada na fase de habilitação.

Nesse mesmo rumo decidiu o **Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul**:

"Não tendo sido oportunizado o prazo previsto no art. 43, § 1º, da LC 123/06 para comprovação da regularidade fiscal, resta configurada a ilegalidade perpetrada pela Comissão de Pregão ao considerar a impetrante, empresa de pequeno porte inabilitada, violando lhe direito líquido e certo, merecendo ser mantida, portanto, a sentença que concedeu a ordem" (TJRS - Apelação e Reexame Necessário Nº 70061404646, 22ª Câmara Cível, J. em 25/09/2014).

Oportuno mencionar que a melhor interpretação do disposto no § 1º do art. 43 da Lei Complementar nº 123/06 é aquela que permite que no prazo legal sejam regularizados aqueles documentos que possuíam restrições, inclusive com a apresentação de novos documentos fiscais não apresentados no envelope de habilitação, haja vista que se o licitante apresentou uma certidão vencida ou uma certidão positiva, necessariamente, deverá juntar outra certidão (outro documento) em momento posterior, o que, deveras, é muito similar à situação daquele licitante que não juntou o documento irregular no envelope de habilitação.

Esse entendimento também decorre da interpretação do artigo 4º, § 1º, do Decreto Federal nº 8.538/15, no qual **a "restrição" não estaria vinculada ao documento em particular, mas à regularidade fiscal como um todo**, conforme segue:

*Art. 4º A comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, **e não como condição para participação na licitação**.*

*§ 1º Na hipótese de haver alguma restrição relativa à regularidade fiscal quando da comprovação de que trata o **caput**, será assegurado prazo de cinco dias úteis, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, a realização do pagamento ou parcelamento do débito e a emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.*

§ 2º Para aplicação do disposto no § 1º, o prazo para regularização fiscal será contado a partir:

I - da divulgação do resultado da fase de habilitação, na licitação na modalidade pregão e nas regidas pelo Regime Diferenciado de Contratações Públicas sem inversão de fases; ou

Av. Pedro Viriato Parigot de Souza, 1080 - Centro - 85760-000
Fone: 46-3552-1321 - ramal 217 - Fax:46-3552-1122
procuradoria@capanema.pr.gov.br

> *II - da divulgação do resultado do julgamento das propostas, nas modalidades de licitação previstas na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e nas regidas pelo Regime Diferenciado de Contratações Públicas com a inversão de fases.*

Diante de tais apontamentos, é imperioso destacar **que se o propósito da Lei é o de postergar a prova da regularidade fiscal, e o licitante não apresenta desde logo tal prova (na fase de habilitação ordinária), não será a falta de apresentação de documento que terá o condão de suplantar o direito legalmente posto**, afastando o licitante ME ou EPP sob o argumento de descumprimento da regra.

Nesse diapasão, não se olvide que as redações dos arts. 42 e 43 da Lei Complementar nº 123/06 são controversas e, de um modo amplo, contraditórias, todavia, ao interpretá-las, tendo como norte os objetivos da implantação do tratamento diferenciado a MEs e EPPs, notadamente, a desburocratização e a facilitação de acesso em aquisições públicas, o melhor entendimento, que garante a igualdade substancial entre as MEs e EPPs licitantes, é a de que todas possuem direito de regularizar a sua documentação acerca da regularidade fiscal e trabalhista, seja pela sua ausência, seja pela sua restrição no momento da sessão pública.

Ademais, para se concluir por uma interpretação para o caso em mesa, há de se considerar, ainda, as normas editalícias previstas no caso concreto. Dessa forma, mister colacionar o que dispõe o Edital da Concorrência nº 02/2020:

> **19.3.** As normas que disciplinam este certame **serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os proponentes**, atendido o interesse público, sem comprometimento da segurança da contratação.

Com efeito, o próprio Edital de licitação determina que as normas aplicáveis devem ser interpretadas **SEMPRE** em favor da ampliação da disputa entre os proponentes, o que reforça a interpretação ora estabelecida por este órgão administrativo.

Destarte, verifica-se que o momento adequado para comprovação da regularidade fiscal e trabalhista não é questão pacífica, porém, na *opinio* deste órgão administrativo a segunda interpretação é a que mais se adequa aos objetivos do tratamento diferenciado de MEs e EPPs nas licitações públicas, bem como faz prevalecer o princípio da instrumentalidade das formas e o princípio da igualdade substancial, no sentido de que **as MEs e EPPs deverão apresentar todos os documentos de habilitação por ocasião de sua participação no certame, mas que a não apresentação de documentos relativos à regularidade fiscal ou trabalhista, ou a apresentação com alguma restrição, não acarreta o seu imediato alijamento**

Av. Pedro Viriato Parigot de Souza, 1080 - Centro - 85760-000
Fone: 46-3552-1321 ramal 217 - Fax:46-3552-1122
procuradoria@capanema.pr.gov.br

001270

do certame, devendo a Administração conceder novo prazo para a apresentação do documento faltante ou irregular.

4. DA DOCUMENTAÇÃO DA EMPRESA PRODUZZA INSUMOS AGRÍCOLAS LTDA.

Consultando-se os documentos acostados no recurso apresentado pela referida licitante, denota-se que dentro do prazo estabelecido ela apresentou o documento faltante em sua habilitação, qual seja, a certidão referente aos tributos federais, motivo pelo qual deve ser considerada habilitada no certame.

5. DA DOCUMENTAÇÃO DA EMPRESA LUCIMAR PEREIRA DA SILVA

Consultando-se os documentos acostados no recurso apresentado pela referida licitante, denota-se que a empresa apresentou apenas dois documentos de habilitação faltantes em sua habilitação, quais sejam, a certidão negativa municipal e o certificado de regularidade do FGTS.

Todavia, a recorrente não apresentou a certidão negativa de tributos estaduais, trazendo apenas um "extrato de pendências tributárias", a qual não serve como documento idôneo aceito por esta municipalidade.

Ademais, este órgão administrativo ingressou no portal eletrônico da Receita Estadual para consultar a situação fiscal da licitante, não conseguindo obter a respectiva certidão negativa, em razão de alguma pendência da empresa junto ao fisco estadual, conforme documento anexo.

Dessa maneira, considerando o disposto no § 1° do art. 43 da Lei Complementar n°123/06, a licitante possui cinco dias úteis para a regularização da sua documentação fiscal e trabalhista, cujo prazo deve ser contado a partir do momento em que for declarada vencedora do certame.

Logo, **deve-se conceder o prazo de cinco dias úteis, contados a partir da publicação da nova classificação do certame, para a referida licitante apresentar a documentação faltante, sob pena de caducidade do direito de contratar com o poder público**.

Av. Pedro Viriato Parigot de Souza, 1080 - Centro - 85760-000
Fone: 46-3552-1321 - ramal 217 - Fax:46-3552-1122
procuradoria@capanema.pr.gov.br

6. CONCLUSÃO

Diante das circunstâncias e considerações expostas, esta Procuradoria Municipal conclui que os recurso apresentados pelas Recorrentes observou os requisitos de admissibilidade e **merecem provimento**.

Destarte, **as Recorrentes possuem o direito de ser consideradas habilitadas no certame, devendo a Comissão Permanente de Licitação proceder a uma nova classificação das propostas comerciais**.

Outrossim, após o decurso do prazo de 5 (cinco) dias úteis concedidos para a empresa LUCIMAR PEREIRA DA SILVA regularizar a sua documentação, o Setor de Licitação deve realizar os procedimentos necessários para a homologação da licitação, para a adjudicação dos objetos e para a formalização dos respectivos contratos de concessão.

Capanema/PR, 3 de dezembro de 2020.

Álvaro Skiba Júnior
Procurador Municipal
OAB/PR 68.807

Álvaro Skiba Júnior
Procurador Municipal
de Capanema - PR
Dec. Nº 5888/2014
OAB/PR 68.807

Av. Pedro Viriato Parigot de Souza, 1080 - Centro - 85760-000
Fone: 46-3552-1321 - ramal 217 - Fax:46-3552-1122
procuradoria@capanema.pr.gov.br

Governo do Estado do Paraná
Secretaria da Fazenda

001

Certidão de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual

As pendências existentes para o CPF/CNPJ 22.754.263/0001-29 não permitem a emissão de certidão automática.
Usuário da Receita/PR poderá verificar as pendências da certidão na área restrita do portal. Acesse aqui.

Para solicitar a certidão em uma Agência da Receita Estadual (Consulte endereços aqui) preencha o requerimento e apresente os documentos necessários (NPF 104/2014).

Este serviço permite a emissão online de Certidão de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual para pessoa física ou jurídica:

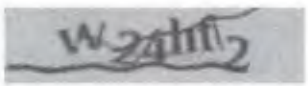
- Certidão Negativa para CPF ou CNPJ que não possua débito junto à Receita Estadual do Paraná;
- Certidão Positiva com Efeitos de Negativa – Automática para CPF ou CNPJ que, cumpridos os demais requisitos legais, possua débitos nas condições abaixo:
  - Parcelamento de tributo estadual (ICMS, IPVA e ITCMD) sem inadimplência e devidamente formalizado;
  - Processo Administrativo Fiscal - PAF com reclamação ou recurso, nos termos das leis reguladoras;
  - Depósito Judicial cadastrado no sistema da Receita Estadual, no valor do débito.

Preencha o "CNPJ" ou "CPF".
A pesquisa realizada para CNPJ (14 dígitos) engloba todos os estabelecimentos da empresa, tornando desnecessária a emissão de uma certidão para cada estabelecimento.

CNPJ

CPF

Código de controle da imagem abaixo



Gerar nova imagem

Emitir Limpar

Requerimento para solicitação da Certidão de Débitos numa unidade da Receita Estadual do Paraná.
(O item 6 da NPF 104/2014 traz a relação dos documentos que devem acompanhar o requerimento)

Legislação: NPF 104/2014
NPF 086/2015 - altera a NPF 104/2014
Modelos de Certidões

Ajuda: Passo a Passo da Certidão de Débitos Web

Confirmação *online* de certidão emitida pela Receita Estadual.

© Secretaria da Fazenda - SEFA
Av. Vicente Machado, 445 - Centro - 80420-902 - Curitiba - PR
Localização

Município de Capanema - PR

D E S P A C H O

Com relação a Concorrência nº 02/2020, objeto: CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE TERRENOS E BARRACÕES PARA FINS DE INCENTIVO AO DESENVOLVIMENTO DE EMPREGOS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA PR. Essa Comissão Permanente de Abertura e Julgamento de Licitações , mantem a sua decisão conforme ata de julgamento e encaminhamos esse processo para que o Prefeito Municipal dê sua decisão administrativa acatando ou não o Parecer Jurídico nº 427/2020.

Capanema, 04 de dezembro de 2020

ROSELIA KRIGE BECKER PAGANI
MEMBRO
632.2582.249-68

JEANDRA WILMSEN
PRESIDENTE
018.991.949-77

RUBENS LUIS ROLANDO SOUZA
MEMBRO
513.358.830-53

CAROLINE PILATI
MEMBRO
064.652.689-81

Município de Capanema - PR

DECISÃO ADMINISTRATIVA

Assunto: Recurso administrativo da Licitação Concorrência Pública nº 02/2020.

Considerando o conteúdo do Parecer Jurídico nº 428/2020 contido no processo (fls.1.260-1.271), delibero pelo provimento dos recursos administrativos interpostos, utilizando-se como fundamento os argumentos expostos no referido parecer, os quais integram e fazem parte da presente decisão.

Procedam-se às diligências necessárias para o prosseguimento do feito, nos termos do parecer e conforme os trâmites legais.

Gabinete do Prefeito Municipal de Capanema, aos 17 dias do mês de dezembro de 2020.

Américo Belle
Prefeito Municipal

Município de Capanema – PR
Setor de Licitações

CERTIDÃO

CERTIFICO para os devidos fins que, tendo em vista o disposto no Parecer Jurídico nº 427/2020, restaria aberto o prazo de 5 (cinco) dias úteis para que a empresa LUCIMAR PEREIRA DA SILVA EQUIPAMENTOS apresentasse a certidão negativa ou a certidão positiva com efeito de negativa relativa à dívida ativa estadual, entretanto, nesta data, o Setor de Licitação consultou a situação fiscal da referida empresa junto ao portal da Secretaria da Fazenda do Estado do Paraná, oportunidade em que foi emitida a respectiva Certidão Negativa, a qual vai anexa.

Capanema, 21 de dezembro de 2020.

Jeandra Wilmsen
Apoio a Licitação

001276

Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Receita Estadual do Paraná

Certidão Negativa

de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual
Nº 023205569-73

Certidão fornecida para o CNPJ/MF: **22.754.263/0001-29**
Nome: **LUCIMAR PEREIRA DA SILVA EQUIPAMENTOS**

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

Obs.: Esta Certidão engloba todos os estabelecimentos da empresa e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

Válida até 20/04/2021 - Fornecimento Gratuito

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet
www.fazenda.pr.gov.br

Emitido via Internet Pública (21/12/2020 08:36:07)

001277

Município de Capanema - PR
Setor de Licitações

NOTIFICAÇÃO

A Empresa
EDER JUNIOR GONÇALVES

Com relação a Concorrência nº 2/2020, objeto: CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE TERRENOS E BARRACÕES PARA FINS DE INCENTIVO AO DESENVOLVIMENTO DE EMPREGOS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA PR. Notifico a Se Eder Junior Gonçalves para que no prazo de 01 (Um) dias corrido, preste a informação se vai optar pelo terreno ou barracão, sendo que o mesmo se classificou nos 2 itens e deverá escolher somente um deles

Capanema, 21 de dezembro de 2020

Jeandra Wilmsen
Membro da Comissão Permanente de
Abertura e Julgamento de Licitações

001278

DECLARAÇÃO DE DESISTÊNCIA

Declaro para os devidos fins que, Eder Junior Gonçalves, Cnpj 17.598.428.0001/80, assino desistência do terreno, optando pelo barracão de nº 18.

Capanema, 21 de dezembro de 2020

Eder Junior Gonçalves

Município de Capanema - PR

CLASSIFICAÇÃO DEFINITIVA APÓS RECURSO

Classificação definitiva em relação aos terrenos **sem** barracões:

Empresa	Classificação /nota	Habilitado/ inabilitado	ITEM Nº
GROSS VEÍCULOS LTDA	**61,00**	Habilitada	14
JACKSON DA ROSA	**59,40**	Habilitada	8
FERRAGENS E TINTAS CAPANEMA EIRELI	**57,80**	Habilitada	5
PRODUZZA INSUMOS AGRÍCOLAS LTDA	**56,00**	Habilitada	7
EDER JUNIOR GONÇALVES	**49,20**	Habilitada	9
NESTUR TRANSPORTE E TURISMO LTDA	**41,90**	habilitada	6
ART 2 GESSO LTDA	**35,40**	Habilitada	4
RAFFAELLLI TRANSPORTES LTDA	**27,00**	Habilitada	1
LUIZ FERNANDO KRUGEL	**23,00**	Habilitada	
JAIR KRAMPE	**21,00**	Habilitada	
RAFAEL LIMBERGER	**19,20**	Habilitada	
LUCIMAR PEREIRA DA SILVA	**11,00**	Habilitada	11

Classificação definitiva em relação aos terrenos **com** barracões:

Empresa	Classificação /nota	Habilitado/ inabilitado	ITEM Nº
BETEL EIRELI	**74,00**	Habilitada	15
LOLI INDÚSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	**49,60**	Habilitada	17
MODELLI NUTRIÇÃO PERSONALIZADA EIRELI	**45,00**	Habilitada	16
EDER JUNIOR GONÇALVES	**42,20**	Habilitada	18
JOÃO PAULO TIELLET MIORIM	34,20	Habilitada	
H.COM. INDUSTRIA DE CONFECÇÕES LTDA	31,70	Habilitada	
ART 2 GESSO LTDA	30,40	Habilitada	
GROSS VEÍCULOS LTDA	28,00	Habilitada	
CARLOS CESAR MARTINE	19,20	Habilitado	

Jeandra Wilmsen

JEANDRA WILMSEN
Presidente da CPL

Município de Capanema - PR
Setor de Licitações

PORTARIA N° 7.784, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2020.

Termo de Homologação e Ato Adjudicatório Concorrência 2/2020

O Prefeito do Município de Capanema, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e,

Considerando que o procedimento licitatório está de acordo com a Lei n° 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações, especialmente em seu artigo 43;

RESOLVE:

Art. 1° Homologar o Edital de Licitação modalidade Concorrência n° 2/2020 e Adjudicar, objeto: CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE TERRENOS E BARRACÕES PARA FINS DE INCENTIVO AO DESENVOLVIMENTO DE EMPREGOS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA PR.

Art. 2° Em cumprimento ao disposto no art.109, parágrafo 1 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, torna-se público o resultado da licitação em epígrafe, apresentando o vencedor pelo critério menor preço por item;

Fornecedor	Item	Produto/Serviço	Quantidade	Pontuação
RAFFAELLI SERVICOS E TRANSPORTES LTDA - ME	1	TERRENO LOCALIZADO NA ÁREA INDUSTRIAL I - PRÓXIMO AO TREVO SAÍDA PARA SÃO PEDRO - QUADRA 84B - LOTE 02 - AV. INDEPENDÊNCIA N° 2840. CADASTRO MUNICIPAL: 138860. METRAGEM: 1.083 M².	1,00	27,00
ARTE 2 GESSO LTDA	4	TERRENO LOCALIZADO NA ÁREA INDUSTRIAL III - SAÍDA PARA SÃO LUIZ - QUADRA N° 80 - LOTE 05 - SETOR N.O - RUA PARAÍBA N° 1803. CADASTRO MUNICIPAL: 138797. METRAGEM: 860,26 M².	1,00	35,40
FERRAGENS E TINTAS CAPANEMA EIRELI	5	TERRENO LOCALIZADO NA ÁREA INDUSTRIAL III - SAÍDA PARA SÃO LUIZ - QUADRA N° 80 - LOTE 06 - SETPR N.O - RUA PARAÍBA N° 1835. CADASTRO MUNICIPAL: 138801. METRAGEM: 1.546,33 M².	1,00	57,80
NESTUR TRANSPORTE E TURISMO LTDA - ME	6	TERRENO LOCALIZADO NA ÁREA INDUSTRIAL III - SAÍDA PARA SÃO LUIZ - QUADRA N° 80 - LOTE 07 - SETOR N.O - RUA PARAÍBA N° 1871. CADASTRO MUNICIPAL: 138819. METRAGEM: 1.592,95 M².	1,00	41,90
PRODUZZA INSUMOS AGRICOLAS LTDA	7	TERRENO LOCALIZADO NA ÁREA INDUSTRIAL III - SAÍDA PARA SÃO LUIZ - QUADRA N° 80 - LOTE 08 - SETOR N.O - RUA PARAÍBA N° 1923. CADASTRO MUNICIPAL: 138827. METRAGEM: 1.816,87	1,00	56,00
JACKSON DA ROSA - ME	8	TERRENO LOCALIZADO NA ÁREA INDUSTRIAL III - SAÍDA PARA SÃO LUIZ - QUADRA N° 80 - LOTE 09- SETOR N.O - RUA PARAÍBA N° 1955. CADASTRO MUNICIPAL: 138835. METRAGEM: 2.319,42 M².	1,00	59,40
LUCIMAR PEREIRA DA SILVA	11	TERRENO LOCALIZADO NA ÁREA INDUSTRIAL II - PRÓXIMO AO GINÁSIO DE ESPORTES - CHÁCARA 12C -	1,00	11,00

Município de Capanema - PR
Setor de Licitações

EQUIPAMENTOS		SETOR S.E - RUA SILVÉRIO AMPESSAN Nº 698. CADASTRO MUNICIPAL: 138894. METRAGEM: 1.000 M².		
GROSS VEICULOS LTDA	14	TERRENO LOCALIZADO NA ÁREA INDUSTRIAL II - PRÓXIMO AO GINÁSIO DE ESPORTES - CHÁCARA 12-F - SETOR S.E - RUA SILVÉRIO AMPESSAN Nº 634.	1,00	61,00
BETEL EIRELI - EPP	15	TERRENO COM BARRACÃO DE 300 M² - CONSTRUÇÃO CONCLUÍDA LOCALIZADO NA ÁREA INDUSTRIAL I - PRÓXIMO AO TREVO SAÍDA PARA SÃO PEDRO - QUADRA 84A - LOTE 04 - SETOR N.E - RUA 25 DE MAIO Nº 581. CADASTRO MUNICIPAL: 134384. METRAGEM TERRENO: 756 M².	1,00	74,00
MODELLI NUTRIÇÃO PERSONALIZADA EIRELI	16	TERRENO COM BARRACÃO DE 300 M² - PROJETO EM CONSTRUÇÃO - LOCALIZADO NA ÁREA INDUSTRIAL I - PRÓXIMO AO TREVO SAÍDA PARA SÃO PEDRO - QUADRA Nº 84 - LOTE 03 - SETOR N.E - RUA 25 DE MAIO Nº 646. CADASTRO MUNICIPAL: 81884. METRAGEM DO TERRENO: 1.053 M².	1,00	45,00
LOLI INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	17	TERRENO COM BARRACÃO DE 300 M² - PROJETO EM CONSTRUÇÃO - LOCALIZADO NA ÁREA INDUSTRIAL I - PRÓXIMO AO TREVO SAÍDA PARA SÃO PEDRO - QUADRA Nº 84 - LOTE 05 - SETOR N.E - RUA 25 DE MAIO Nº 530. CADASTRO MUNICIPAL: 138851. METRAGEM DO TERRENO: 1.365 M².	1,00	49,60
EDER JUNIOR GONCALVES	18	TERRENO COM BARRACÃO DE 300 M² - PROJETO EM CONSTRUÇÃO - LOCALIZADO NA ÁREA INDUSTRIAL II - PRÓXIMO AO GINÁSIO DE ESPORTES - QUADRA Nº 78 - LOTE - SETOR S.E - RUA PÔR DO SOL Nº 1010-B. CADASTRO MUNICIPAL: 138762. METRAGEM TERRENO: 900 M².	1,00	42,20

Art. 3º a Classificação está conforme a pontuação atingida pelas empresas participantes na Licitação modalidade Concorrência Nº **2**/2020.

Art. 4º Homologo a presente licitação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Capanema, Estado do Paraná aos vinte e um dias de dezembro de 2020

Américo Bellé
Prefeito Municipal

001282

EXPEDIENTE

OORGÃO DE DIVULGAÇÃO DOS ATOS OFICIAIS DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA
AUTORIZADO PELA LEI 1.431/2.005 DE 06/04/2.005,
LEI MUNICIPAL Nº 1.648/2018

COORDENAÇÃO/DIREÇÃO: Andrea Marize Weschenfelder Paeze - Secretaria de Administração

DIAGRAMAÇÃO/EDIÇÃO: Caroline Pilati

APOIO TÉCNICO: Pedro Augusto Santana

PREFEITURA DE CAPANEMA
Avenida Pedro Viriato Parigot de Souza, 1080 - CEP:85760-000
Fone: 46 3552-1321
E-mail: diariooficial@capanema.pr.gov.br / adm@capanema.pr.gov.br
Capanema - Paraná
Prefeito Municipal: Américo Bellé
Vice-Prefeito Municipal: Milton Kafer
Secretária de Administração Interina: Andrea Marize Weschenfelder Paeze
Sêcretária de Agricultura e Meio Ambiente: Raquel Belchior Szimanski
Secretária de Educação, Cultura e Esporte: Zaida Teresinha Parabocz
Secretária da Familia e Desenvolvimento Social interina: Andrea Marize Weschenfelder Paeze
Secretário de Finanças: Luiz Alberto Letti
Secretária da Indústria, Comércio e Turismo: Andrea Marize Weschenfelder Paeze
Secretário dè Planejamento e Projetos: Paulo Fernando L. Orso
Secretário de Saúde: Jonas Welter
Secretário de Viação, Obras e Serviços Urbanos: Adelar Kerber
Chefe de Gabinete: Paulo de Souza

Controladora Geral do Município: Arieli Caciara Wons

CÂMARA MUNICIPAL DE CAPANEMA
R. Padre Cirilo, 1270 - CEP: 85760-000
Fone: (46) 3552-1596 e (46) 3552-2329
Fax: (46) 3552-3217
E-mail: secretarialegislativa@capanema.pr.leg.br
Capanema - Paraná
Vereador: Valdomiro Brizola - Presidente
Vereador: Sergio Ullrich - Vice - Presidente
Vereador: Edson Wilmsen - 1º Secretário
Vereador: Delmar C. Balzan - 2º Secretário
Vereador: Airton Marcelo Barth
Vereador: Gilmar Pontin
Vereador: Ginésio J. Pinheiro
Vereador: Paulo C. Lothermann
Vereadora: Izolete Ap. Walker

ATOS LICITATÓRIOS

PORTARIA Nº 7.784, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2020.

Termo de Homologação e Ato Adjudicatório Concorrência 2/2020

O Prefeito do Município de Capanema, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e,
Considerando que o procedimento licitatório está de acordo com a Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações, especialmente em seu artigo 43;

RESOLVE:
Art. 1º Homologar o Edital de Licitação modalidade Concorrência nº 2/2020 e Adjudicar, objeto: CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE TERRENOS E BARRACÕES PARA FINS DE INCENTIVO AO DESENVOLVIMENTO DE EMPREGOS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA PR.
Art. 2º Em cumprimento ao disposto no art.109, parágrafo 1 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, torna-se público o resultado da licitação em epígrafe, apresentando o vencedor pelo critério menor preço por item;

Fornecedor	Item	Produto/Serviço	Quantidade	Pontuação
RAFFAELLI SERVICOS E TRANSPORTES LTDA - ME	1	TERRENO LOCALIZADO NA ÁREA INDUSTRIAL I - PRÓXIMO AO TREVO SAÍDA PARA SÃO PEDRO - QUADRA 84B - LOTE 02 - AV. INDEPENDÊNCIA Nº 2840. CADASTRO MUNICIPAL: 138860. METRAGEM: 1.083 M².	1,00	27,00
ARTE 2 GESSO LTDA	4	TERRENO LOCALIZADO NA ÁREA INDUSTRIAL III - SAÍDA PARA SÃO LUIZ - QUADRA Nº 80 - LOTE 05 - SETOR N.O - RUA PARAÍBA Nº 1803. CADASTRO MUNICIPAL: 138797. METRAGEM: 860,26 M².	1,00	35,40
FERRAGENS E TINTAS CAPANEMA EIRELI	5	TERRENO LOCALIZADO NA ÁREA INDUSTRIAL III - SAÍDA PARA SÃO LUIZ - QUADRA Nº 80 - LOTE 06 - SETPR N.O - RUA PARAÍBA Nº 1835. CADASTRO MUNICIPAL: 138801. METRAGEM: 1.546,33 M².	1,00	57,80
NESTUR TRANSPORTE E TURISMO LTDA - ME	6	TERRENO LOCALIZADO NA ÁREA INDUSTRIAL III - SAÍDA PARA SÃO LUIZ - QUADRA Nº 80 - LOTE 07 - SETOR N.O - RUA PARAÍBA Nº 1871. CADASTRO MUNICIPAL: 138819. METRAGEM: 1.592,95 M².	1,00	41,90
PRODUZZA INSUMOS AGRICOLAS LTDA	7	TERRENO LOCALIZADO NA ÁREA INDUSTRIAL III - SAÍDA PARA SÃO LUIZ - QUADRA Nº 80 - LOTE 08 - SETOR N.O - RUA PARAÍBA Nº 1923. CADASTRO MUNICIPAL: 138827. METRAGEM: 1.816,87	1,00	56,00
JACKSON DA ROSA - ME	8	TERRENO LOCALIZADO NA ÁREA INDUSTRIAL III - SAÍDA PARA SÃO LUIZ - QUADRA Nº 80 - LOTE 09- SETOR N.O - RUA PARAÍBA Nº 1955. CADASTRD MUNICIPAL: 138835. METRAGEM: 2.319,42 M².	1,00	59,40
LUCIMAR PEREIRA DA SILVA EQUIPAMENTOS	11	TERRENO LOCALIZADO NA ÁREA INDUSTRIAL II - PRÓXIMO AO GINÁSIO DE ESPORTES - CHÁCARA 12C - SETOR S.E - RUA SILVÉRIO AMPESSAN Nº 698. CADASTRO MUNICIPAL: 138894. METRAGEM: 1.000 M².	1,00	11,00
GROSS VEICULOS LTDA	14	TERRENO LOCALIZADO NA ÁREA INDUSTRIAL II - PRÓXIMO AO GINÁSIO DE ESPORTES - CHÁCARA 12-F - SETOR S.E - RUA SILVÉRIO AMPESSAN Nº 634.	1,00	61,00
BETEL EIRELI - EPP	15	TERRENO COM BARRACÃO DE 300 M² - CONSTRUÇÃO CONCLUÍDA LOCALIZADO NA ÁREA INDUSTRIAL I - PRÓXIMO AO TREVO SAÍDA PARA SÃO PEDRO - QUADRA 84A - LOTE 04 - SETOR N.E - RUA 25 DE MAIO Nº 581. CADASTRO MUNICIPAL: 134384. METRAGEM TERRENO: 756 M².	1,00	74,00
MODELLI NUTRIÇÃO PERSONALIZADA EIRELI	16	TERRENO COM BARRACÃO DE 300 M² - PROJETO EM CONSTRUÇÃO - LOCALIZADO NA ÁREA INDUSTRIAL I - PRÓXIMO AO TREVO SAÍDA PARA SÃO PEDRO - QUADRA Nº 84 - LOTE 03 - SETOR N.E - RUA 25 DE MAIO Nº 646. CADASTRO MUNICIPAL: 81884. METRAGEM DO TERRENO: 1.053 M².	1,00	45,00
LOLI INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	17	TERRENO COM BARRACÃO DE 300 M² - PROJETO EM CONSTRUÇÃO - LOCALIZADO NA ÁREA INDUSTRIAL I - PRÓXIMO AO TREVO SAÍDA PARA SÃO PEDRO - QUADRA Nº 84 - LOTE 05 - SETOR N.E - RUA 25 DE MAIO Nº 530. CADASTRO MUNICIPAL: 138851. METRAGEM DO TERREND: 1.365 M².	1,00	49,60
EDER JUNIOR GONCALVES	18	TERRENO COM BARRACÃO DE 300 M² - PROJETO EM CONSTRUÇÃO - LOCALIZADO NA ÁREA INDUSTRIAL II - PRÓXIMO AO GINÁSIO DE ESPORTES - QUADRA Nº 78 - LOTE - SETOR S.E - RUA PÔR DO SOL Nº 1010-B. CADASTRO MUNICIPAL: 138762. METRAGEM TERRENO: 900 M².	1,00	42,20

Art. 3º a Classificação está conforme a pontuação atingida pelas empresas participantes na Licitação modalidade Concorrência Nº 2/2020.
Art. 4º Homologo a presente licitação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Capanema, Estado do Paraná aos vinte e um dias de dezembro de 2020

Américo Bellé
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 593/2020
Concorrência Nº 02/2020

Data da Assinatura: 01/01/2021.
Contratante: Município de Capanema-Pr.
Contratada: RAFFAELLI SERVICOS E TRANSPORTES LTDA - ME.
Objeto: CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE TERRENOS E BARRACÕES, DESTINADOS À INSTALAÇÃO DE EMPRESAS DE QUALQUER NATUREZA, DE ACORDO COM AS CONDIÇÕES PREVISTAS NO TERMO DE REFERÊNCIA, VISANDO ESTIMULAR A GERAÇÃO DO EMPREGO E RENDA NO ÂMBITO MUNICIPAL, EM CONFORMIDADE COM A LEI MUNICIPAL Nº 1.745/2020..
Américo Bellé
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 594/2020
Concorrência Nº 02/2020
Data da Assinatura: 01/01/2021.
Contratante: Município de Capanema-Pr.
Contratada: ARTE 2 GESSO LTDA.
Objeto: CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE TERRENOS E BARRACÕES, DESTINADOS À INSTALAÇÃO DE EMPRESAS DE QUALQUER NATUREZA, DE ACORDO COM AS CONDIÇÕES PREVISTAS NO TERMO DE REFERÊNCIA, VISANDO ESTIMULAR A GERAÇÃO DO EMPREGO E RENDA NO ÂMBITO MUNICIPAL, EM CONFORMIDADE COM A LEI MUNICIPAL Nº 1.745/2020..
Américo Bellé
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 595/2020
Concorrência Nº 02/2020
Data da Assinatura: 01/01/2021.
Contratante: Município de Capanema-Pr.
Contratada: FERRAGENS E TINTAS CAPANEMA EIRELI.
Objeto: CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE TERRENOS E BARRACÕES, DESTINADOS À INSTALAÇÃO DE EMPRESAS DE QUALQUER NATUREZA, DE ACORDO COM AS CONDIÇÕES PREVISTAS NO TERMO DE REFERÊNCIA, VISANDO ESTIMULAR A GERAÇÃO DO EMPREGO E RENDA NO ÂMBITO MUNICIPAL, EM CONFORMIDADE COM A LEI MUNICIPAL Nº 1.745/2020..
Américo Bellé
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 596/2020
Concorrência Nº 02/2020
Data da Assinatura: 01/01/2021.
Contratante: Município de Capanema-Pr.
Contratada: NESTUR TRANSPORTE E TURISMO LTDA - ME.
Objeto: CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE TERRENOS E BARRACÕES, DESTINADOS À INSTALAÇÃO DE EMPRESAS DE QUALQUER NATUREZA, DE ACORDO COM AS CONDIÇÕES PREVISTAS NO TERMO DE REFERÊNCIA, VISANDO ESTIMULAR A GERAÇÃO DO EMPREGO E RENDA NO ÂMBITO MUNICIPAL, EM CONFORMIDADE COM A LEI MUNICIPAL Nº 1.745/2020..
Américo Bellé
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 597/2020
Concorrência Nº 02/2020
Data da Assinatura: 01/01/2021.
Contratante: Município de Capanema-Pr.
Contratada: PRODUZZA INSUMOS AGRICOLAS LTDA.
Objeto: CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE TERRENOS E BARRACÕES, DESTINADOS À INSTALAÇÃO DE EMPRESAS DE QUALQUER NATUREZA, DE ACORDO COM AS CONDIÇÕES PREVISTAS NO TERMO DE REFERÊNCIA, VISANDO ESTIMULAR A GERAÇÃO DO EMPREGO E RENDA NO ÂMBITO MUNICIPAL, EM CONFORMIDADE COM A LEI MUNICIPAL Nº 1.745/2020..
Américo Bellé
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 598/2020
Concorrência Nº 02/2020
Data da Assinatura: 01/01/2021.
Contratante: Município de Capanema-Pr.
Contratada: JACKSON DA ROSA - ME.
Objeto: CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE TERRENOS E BARRACÕES, DESTINADOS À INSTALAÇÃO DE EMPRESAS DE QUALQUER NATUREZA, DE ACORDO COM AS CONDIÇÕES PREVISTAS NO TERMO DE REFERÊNCIA, VISANDO ESTIMULAR A GERAÇÃO DO EMPREGO E RENDA NO ÂMBITO MUNICIPAL, EM CONFORMIDADE COM A LEI MUNICIPAL Nº 1.745/2020..
Américo Bellé
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 599/2020
Concorrência Nº 02/2020
Data da Assinatura: 01/01/2021.
Contratante: Município de Capanema-Pr.
Contratada: LUCIMAR PEREIRA DA SILVA EQUIPAMENTOS.
Objeto: CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE TERRENOS E BARRACÕES, DESTINADOS À INSTALAÇÃO DE EMPRESAS DE QUALQUER NATUREZA, DE ACORDO COM AS CONDIÇÕES PREVISTAS NO TERMO DE REFERÊNCIA, VISANDO ESTIMULAR A GERAÇÃO DO EMPREGO E RENDA NO ÂMBITO MUNICIPAL, EM CONFORMIDADE COM A LEI MUNICIPAL Nº 1.745/2020..
Américo Bellé
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 600/2020
Concorrência Nº 02/2020
Data da Assinatura: 01/01/2021.
Contratante: Município de Capanema-Pr.
Contratada: GROSS VEICULOS LTDA.
Objeto: CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE TERRENOS E BARRACÕES, DESTINADOS À INSTALAÇÃO DE EMPRESAS DE QUALQUER NATUREZA, DE ACORDO COM AS CONDIÇÕES PREVISTAS NO TERMO DE REFERÊNCIA, VISANDO ESTIMULAR A GERAÇÃO DO EMPREGO E RENDA NO ÂMBITO MUNICIPAL, EM CONFORMIDADE COM A LEI MUNICIPAL Nº 1.745/2020..
Américo Bellé
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 601/2020
Concorrência Nº 02/2020
Data da Assinatura: 01/01/2021.
Contratante: Município de Capanema-Pr.
Contratada: BETEL EIRELI - EPP.
Objeto: CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE TERRENOS E BARRACÕES, DESTINADOS À INSTALAÇÃO DE EMPRESAS DE QUALQUER NATUREZA, DE ACORDO COM AS CONDIÇÕES PREVISTAS NO TERMO DE REFERÊNCIA, VISANDO ESTIMULAR A GERAÇÃO DO EMPREGO E RENDA NO ÂMBITO MUNICIPAL, EM CONFORMIDADE COM A LEI MUNICIPAL Nº 1.745/2020..
Américo Bellé
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 602/2020
Concorrência Nº 02/2020
Data da Assinatura: 01/01/2021.
Contratante: Município de Capanema-Pr.
Contratada: MODELLI NUTRIÇÃO PERSONALIZADA EIRELI.
Objeto: CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE TERRENOS E BARRACÕES, DESTINADOS À INSTALAÇÃO DE EMPRESAS DE QUALQUER NATUREZA, DE ACORDO COM AS CONDIÇÕES

001284

PREVISTAS NO TERMO DE REFERÊNCIA, VISANDO ESTIMULAR A GERAÇÃO DO EMPREGO E RENDA NO ÂMBITO MUNICIPAL, EM CONFORMIDADE COM A LEI MUNICIPAL Nº 1.745/2020..
Américo Bellé
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 603/2020
Concorrência Nº 02/2020
Data da Assinatura: 01/01/2021.
Contratante: Município de Capanema-Pr.
Contratada: LOLI INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA.
Objeto: CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE TERRENOS E BARRACÕES, DESTINADOS À INSTALAÇÃO DE EMPRESAS DE QUALQUER NATUREZA, DE ACORDO COM AS CONDIÇÕES PREVISTAS NO TERMO DE REFERÊNCIA, VISANDO ESTIMULAR A GERAÇÃO DO EMPREGO E RENDA NO ÂMBITO MUNICIPAL, EM CONFORMIDADE COM A LEI MUNICIPAL Nº 1.745/2020.
Américo Bellé
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 604/2020
Concorrência Nº 02/2020
Data da Assinatura: 01/01/2021.
Contratante: Município de Capanema-Pr.
Contratada: EDER JUNIOR GONCALVES.
Objeto: CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE TERRENOS E BARRACÕES, DESTINADOS À INSTALAÇÃO DE EMPRESAS DE QUALQUER NATUREZA, DE ACORDO COM AS CONDIÇÕES PREVISTAS NO TERMO DE REFERÊNCIA, VISANDO ESTIMULAR A GERAÇÃO DO EMPREGO E RENDA NO ÂMBITO MUNICIPAL, EM CONFORMIDADE COM A LEI MUNICIPAL Nº 1.745/2020..
Américo Bellé
Prefeito Municipal

Município de Capanema - PR
Setor de Licitações

PORTARIA Nº 7.784, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2020.

Termo de Homologação e Ato Adjudicatório Concorrência 2/2020

O Prefeito do Município de Capanema, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e

Considerando que o procedimento licitatório está de acordo com a Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações, especialmente em seu artigo 43;

RESOLVE:

Art. 1º Homologar o Edital de Licitação modalidade Concorrência nº 2/2020 e Adjudicar o objeto: CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE TERRENOS E BARRACÕES PARA FINS DE INCENTIVO AO DESENVOLVIMENTO DE EMPREGOS NO MUNICIPIO DE CAPANEMA PR.

Art. 2º Em cumprimento ao disposto no art. 109, parágrafo 1 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 torna-se publico o resultado da licitação em epígrafe, conforme abaixo descrito:

Colocação	Lote	Produto/Serviço	Valor Pontuação
1º	1	TERRENO LOCALIZADO NA ÁREA INDUSTRIAL II - PROXIMO AO TREVO SAIDA PARA SÃO PEDRO - QUADRA 648 - LOTE 01 - AV. 25 DE AGOSTO - SETOR N.E - RUA 25 DE MAIO Nº 2840 CADASTRO MUNICIPAL: 136661 METRAGEM: 1.083 M²	77,00
2º	2	TERRENO LOCALIZADO NA AREA INDUSTRIAL II - SAÍDA PARA SÃO LUIZ - QUADRA Nº 80 - LOTE 05 - SETOR N.O - RUA PARAÍBA Nº 1883 CADASTRO MUNICIPAL: 138797 METRAGEM: 860,26 M²	55,40
3º	3	TERRENO LOCALIZADO NA AREA INDUSTRIAL II - SAÍDA PARA SÃO LUIZ - QUADRA Nº 80 - LOTE 06 - SETOR N.O - RUA PARAÍBA Nº 1855 CADASTRO MUNICIPAL: 138601 METRAGEM: 1.046,33 M²	57,80
4º	4	TERRENO LOCALIZADO NA ÁREA INDUSTRIAL II - SAÍDA PARA SÃO LUIZ - QUADRA Nº 80 - LOTE 07 - SETOR N.O - RUA PARAÍBA Nº 1871 CADASTRO MUNICIPAL: 138819 METRAGEM: 592,95 M²	41,90
5º	5	TERRENO LOCALIZADO NA AREA INDUSTRIAL II - SAÍDA PARA SÃO LUIZ - QUADRA Nº 80 - LOTE 08 - SETOR N.O - RUA PARAÍBA Nº 1923 CADASTRO MUNICIPAL: 138827 METRAGEM: 1.010,37	66,00
6º	6	TERRENO LOCALIZADO NA AREA INDUSTRIAL II - SAÍDA PARA SÃO LUIZ - QUADRA Nº 80 - LOTE 09- SETOR N.O - RUA PARAÍBA Nº 1965 CADASTRO MUNICIPAL: 138835 METRAGEM: 2.319,42 M²	69,40
7º	11	TERRENO LOCALIZADO NA AREA INDUSTRIAL II - PROXIMO AO GINASIO DE ESPORTES - CHACARA 12 -	11,00

Avenida Governador Pedro Viriato Parigot de Souza, 1580 – Centro – 85.760-000
Fone (46) 3552-1122
CAPANEMA - PR

Município de Capanema - PR
Setor de Licitações

Colocação	Lote	Produto/Serviço	Valor Pontuação
8º	8	TERRENO LOCALIZADO NA AREA INDUSTRIAL II - PROXIMO AO GINASIO DE ESPORTES - CHÁCARA 12-F - SETOR S.E - RUA SILVÉRIO AMPESSAN Nº 634	63,00
9º	9	TERRENO COM EDIFICAÇÃO DE 300 M² - CONSTRUÇÃO CONCLUIDA LOCALIZADO NA ÁREA INDUSTRIAL I - PROXIMO AO TREVO SAIDA PARA SÃO PEDRO - QUADRA 643 - LOTE 04 - SETOR N.E - RUA 25 DE MAIO Nº 590 CADASTRO MUNICIPAL 134304 METRAGEM TERRENO 750 M²	74,00
10º	10	TERRENO COM EDIFICAÇÃO DE 300 M² - PROJETO EM CONSTRUÇÃO - LOCALIZADO NA ÁREA INDUSTRIAL I - PROXIMO AO TREVO SAIDA PARA SÃO PEDRO - QUADRA 644 - LOTE 03 - SETOR N.E - RUA 25 DE MAIO Nº 646 CADASTRO MUNICIPAL 91554 METRAGEM DO TERRENO 1.500 M²	47,00
11º	11	TERRENO COM EDIFICAÇÃO DE 300 M² - PROJETO EM CONSTRUÇÃO - LOCALIZADO NA ÁREA INDUSTRIAL II - PROXIMO AO TREVO SAIDA PARA SÃO PEDRO - QUADRA 644 - LOTE 02 - SETOR N.E - RUA 25 DE MAIO Nº 550 CADASTRO MUNICIPAL 135851 METRAGEM DO TERRENO 1.500 M²	46,00
12º	12	TERRENO COM EDIFICAÇÃO DE 300 M² - PROJETO EM CONSTRUÇÃO - LOCALIZADO NA AREA INDUSTRIAL II - PROXIMO AO GINASIO DE ESPORTES - QUADRA Nº 78 - LOTE - SETOR S.E - RUA PÓS DO 901 Nº 1010-B CADASTRO MUNICIPAL 136762 METRAGEM TERRENO 900 M²	42,20

Art. 3º A Classificação está conforme a pontuação atingida pelas empresas participantes na Licitação modalidade Concorrência Nº 2/2020.

Art. 4º Homologo a presente licitação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Capanema, Estado do Paraná aos vinte e um dias de dezembro de 2020.

Américo Bellé
Prefeito Municipal

Avenida Governador Pedro Viriato Parigot de Souza, 1580 – Centro – 85.760-000
Fone (46) 3552-1122
CAPANEMA - PR

EXTRATO DO CONTRATO Nº 593/2020
Concorrência Nº 02/2020
Data da Assinatura: 01/01/2021.
Contratante: Município de Capanema-Pr.
Contratada: RAFFAELLI SERVICOS F TRANSPORTES LTDA - ME.
Objeto: CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE TERRENOS E BARRACÕES, DESTINADOS À INSTALAÇÃO DE EMPRESAS DE QUALQUER NATUREZA, DE ACORDO COM AS CONDIÇÕES PREVISTAS NO TERMO DE REFERÊNCIA, VISANDO ESTIMULAR A GERAÇÃO DO EMPREGO E RENDA NO ÂMBITO MUNICIPAL, EM CONFORMIDADE COM A LEI MUNICIPAL Nº 1.745/2020..
Américo Bellé
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 594/2020
Concorrência Nº 02/2020
Data da Assinatura: 01/01/2021.
Contratante: Município de Capanema-Pr.
Contratada: ARTE 2 GESSO LTDA.
Objeto: CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE TERRENOS E BARRACÕES, DESTINADOS À INSTALAÇÃO DE EMPRESAS DE QUALQUER NATUREZA, DE ACORDO COM AS CONDIÇÕES PREVISTAS NO TERMO DE REFERÊNCIA, VISANDO ESTIMULAR A GERAÇÃO DO EMPREGO E RENDA NO ÂMBITO MUNICIPAL, EM CONFORMIDADE COM A LEI MUNICIPAL Nº 1.745/2020..
Américo Bellé
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 595/2020
Concorrência Nº 02/2020
Data da Assinatura: 01/01/2021.
Contratante: Município de Capanema-Pr.
Contratada: FERRAGENS E TINTAS CAPANEMA EIRELI.
Objeto: CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE TERRENOS E BARRACÕES, DESTINADOS À INSTALAÇÃO DE EMPRESAS DE QUALQUER NATUREZA, DE ACORDO COM AS CONDIÇÕES PREVISTAS NO TERMO DE REFERÊNCIA, VISANDO ESTIMULAR A GERAÇÃO DO EMPREGO E RENDA NO ÂMBITO MUNICIPAL, EM CONFORMIDADE COM A LEI MUNICIPAL Nº 1.745/2020..
Américo Bellé
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 596/2020
Concorrência Nº 02/2020
Data da Assinatura: 01/01/2021.
Contratante: Município de Capanema-Pr.
Contratada: NESTUR TRANSPORTE E TURISMO LTDA - ME.
Objeto: CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE TERRENOS E BARRACÕES, DESTINADOS À INSTALAÇÃO DE EMPRESAS DE QUALQUER NATUREZA, DE ACORDO COM AS CONDIÇÕES PREVISTAS NO TERMO DE REFERÊNCIA, VISANDO ESTIMULAR A GERAÇÃO DO EMPREGO E RENDA NO ÂMBITO MUNICIPAL, EM CONFORMIDADE COM A LEI MUNICIPAL Nº 1.745/2020..
Américo Bellé
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 597/2020
Concorrência Nº 02/2020
Data da Assinatura: 01/01/2021.
Contratante: Município de Capanema-Pr.
Contratada: PRODUZZA INSUMOS AGRICOLAS LTDA.
Objeto: CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE TERRENOS E BARRACÕES, DESTINADOS À INSTALAÇÃO DE EMPRESAS DE QUALQUER NATUREZA, DE ACORDO COM AS CONDIÇÕES PREVISTAS NO TERMO DE REFERÊNCIA, VISANDO ESTIMULAR A GERAÇÃO DO EMPREGO E RENDA NO ÂMBITO MUNICIPAL, EM CONFORMIDADE COM A LEI MUNICIPAL Nº 1.745/2020..
Américo Bellé
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 598/2020
Concorrência Nº 02/2020
Data da Assinatura: 01/01/2021.
Contratante: Município de Capanema-Pr.
Contratada: JACKSON DA ROSA - ME.
Objeto: CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE TERRENOS E BARRACÕES, DESTINADOS À INSTALAÇÃO DE EMPRESAS DE QUALQUER NATUREZA, DE ACORDO COM AS CONDIÇÕES PREVISTAS NO TERMO DE REFERÊNCIA, VISANDO ESTIMULAR A GERAÇÃO DO EMPREGO E RENDA NO ÂMBITO MUNICIPAL, EM CONFORMIDADE COM A LEI MUNICIPAL Nº 1.745/2020..
Américo Bellé
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 599/2020
Concorrência Nº 02/2020
Data da Assinatura: 01/01/2021.
Contratante: Município de Capanema-Pr.
Contratada: LUCIMAR PEREIRA DA SILVA EQUIPAMENTOS.
Objeto: CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE TERRENOS E BARRACÕES, DESTINADOS À INSTALAÇÃO DE EMPRESAS DE QUALQUER NATUREZA, DE ACORDO COM AS CONDIÇÕES PREVISTAS NO TERMO DE REFERÊNCIA, VISANDO ESTIMULAR A GERAÇÃO DO EMPREGO E RENDA NO ÂMBITO MUNICIPAL, EM CONFORMIDADE COM A LEI MUNICIPAL Nº 1.745/2020..
Américo Bellé
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 600/2020
Concorrência Nº 02/2020
Data da Assinatura: 01/01/2021
Contratante: Município de Capanema-Pr.
Contratada: GROSS VEICULOS LTDA
Objeto: CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE TERRENOS E BARRACÕES, DESTINADOS À INSTALAÇÃO DE EMPRESAS DE QUALQUER NATUREZA, DE ACORDO COM AS CONDIÇÕES PREVISTAS NO TERMO DE REFERÊNCIA, VISANDO ESTIMULAR A GERAÇÃO DO EMPREGO E RENDA NO ÂMBITO MUNICIPAL, EM CONFORMIDADE COM A LEI MUNICIPAL Nº 1.745/2020..
Américo Bellé
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 601/2020
Concorrência Nº 02/2020
Data da Assinatura: 01/01/2021.
Contratante: Município de Capanema-Pr.
Contratada: BETEL EIRELI EPP
Objeto: CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE TERRENOS E BARRACÕES, DESTINADOS À INSTALAÇÃO DE EMPRESAS DE QUALQUER NATUREZA, DE ACORDO COM AS CONDIÇÕES PREVISTAS NO TERMO DE REFERÊNCIA, VISANDO ESTIMULAR A GERAÇÃO DO EMPREGO E RENDA NO ÂMBITO MUNICIPAL, EM CONFORMIDADE COM A LEI MUNICIPAL Nº 1.745/2020..
Américo Bellé
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 602/2020
Concorrência Nº 02/2020
Data da Assinatura: 01/01/2021
Contratante: Município de Capanema-Pr.
Contratada: MODELLI NUTRIÇÃO PERSONALIZADA EIRELI.
Objeto: CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE TERRENOS E BARRACÕES, DESTINADOS À INSTALAÇÃO DE EMPRESAS DE QUALQUER NATUREZA, DE ACORDO COM AS CONDIÇÕES PREVISTAS NO TERMO DE REFERÊNCIA, VISANDO ESTIMULAR A GERAÇÃO DO EMPREGO E RENDA NO ÂMBITO MUNICIPAL, EM CONFORMIDADE COM A LEI MUNICIPAL Nº 1.745/2020..
Américo Bellé
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 603/2020
Concorrência Nº 02/2020
Data da Assinatura: 01/01/2021
Contratante: Município de Capanema-Pr.
Contratada: LOLI INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA.
Objeto: CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE TERRENOS E BARRACÕES, DESTINADOS À INSTALAÇÃO DE EMPRESAS DE QUALQUER NATUREZA, DE ACORDO COM AS CONDIÇÕES PREVISTAS NO TERMO DE REFERÊNCIA, VISANDO ESTIMULAR A GERAÇÃO DO EMPREGO E RENDA NO ÂMBITO MUNICIPAL, EM CONFORMIDADE COM A LEI MUNICIPAL Nº 1.745/2020.
Américo Bellé
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 604/2020
Concorrência Nº 02/2020
Data da Assinatura: 01/01/2021.
Contratante: Município de Capanema-Pr.
Contratada: EDER JUNIOR GONCALVES.
Objeto: CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE TERRENOS E BARRACÕES, DESTINADOS À INSTALAÇÃO DE EMPRESAS DE QUALQUER NATUREZA, DE ACORDO COM AS CONDIÇÕES PREVISTAS NO TERMO DE REFERÊNCIA, VISANDO ESTIMULAR A GERAÇÃO DO EMPREGO E RENDA NO ÂMBITO MUNICIPAL, EM CONFORMIDADE COM A LEI MUNICIPAL Nº 1.745/2020..
Américo Bellé
Prefeito Municipal

CONTRATO DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO Nº 593/2020 QUE CELEBRAM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE CAPANEMA E A EMPRESA RAFFAELLI SERVIÇOS E TRANSPORTES LTDA – ME.

O MUNICÍPIO DE CAPANEMA-PR, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 75.972.760/0001-60, com sede à Av. Gov. Pedro Viriato Parigot de Souza, 1.080, centro, Município de Capanema PR., neste ato representado por seu Prefeito Municipal, AMÉRICO BELLÉ, de ora em diante denominado CONCEDENTE, e de outro lado a RAFFAELLI SERVIÇOS E TRANSPORTES LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 17.003.290/0001-20, com sede à Rua Antônio Niehues, 1246 Sala 2 - CEP: 85760000 - Bairro: Centro, no Município de Capanema/PR, representada neste ato pelo (a) Sr.(a) ELEANDRO RAFFAELLI, portador(a) da Cédula de Identidade RG sob o nº 71090060 e inscrito no CPF sob o nº 019.594.159-48, de ora em diante denominada CONCESSIONÁRIA, acordam as seguintes cláusulas e condições nos termos do Processo de Licitação CONCORRÊNCIA nº. 2/2020:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Constitui objeto deste contrato a **concessão de direito real de uso** de bem público de propriedade do Município de Capanema, referente a um terreno sem barracão, cujo imóvel segue discriminado abaixo, com o respectivo valor de avaliação:

Item	Descrição do Imóvel	Localização	Cadastro Municipal	Metragem	Avaliação atual
1	TERRENO	LOCALIZADO NA ÁREA INDUSTRIAL I - PRÓXIMO AO TREVO SAÍDA PARA SÃO PEDRO - QUADRA 84B - LOTE 02 - AV. INDEPENDÊNCIA Nº 2840.	138860	1.083 M²	R$ 194.979,60

1.2. O uso do imóvel descrito acima será obrigatoriamente para exploração da atividade descrita na proposta apresentada pela CONCESSIONÁRIA, sem prejuízo das normas e obrigações constantes no Edital e seus anexos.

1.3. A CONCESSIONÁRIA explorará a(s) seguinte(s) atividade(s):

a) Carga e descarga;

b)Obras de terraplanagem.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO DA CONCESSÃO

2.1. O prazo de vigência da Concessão de Direito Real de Uso, conforme indicado na Lei Municipal nº 1.745/2020 será de **20 (vinte) anos**, contados **a partir de 1º de janeiro de 2021**.

2.2. A CONCESSIONÁRIA deverá observar o prazo para início das suas atividades conforme previsto no termo de referência e de acordo com sua proposta, sob pena de ser determinada a rescisão

do contrato de concessão de uso, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste instrumento, no edital ou no termo de referência.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DA PRORROGAÇÃO CONTRATUAL

3.1. A vigência do contrato poderá ser prorrogada uma única vez, pelo mesmo prazo previsto no contrato original, desde que observadas as seguintes condições que caracterizam o interesse público:

a) interesse da Concessionária;

b) integral cumprimento dos requisitos previstos na proposta original da concessionária e na legislação em vigor;

c) inexistência de aplicação de penalidades à concessionária, em razão do descumprimento contratual, salvo uma advertência ou uma multa de natureza leve, devidamente formalizada em processo administrativo;

d) apresentação de todos os documentos necessários para a habilitação na licitação original, devidamente atualizados, válidos e regulares.

3.2. O procedimento para eventual prorrogação contratual será formal e deverá ser anexado ao presente processo de concessão, observando-se o seguinte rito:

I - no prazo compreendido entre o 12° e o 6° mês que antecede o encerramento da vigência do contrato de concessão, a CONCESSIONÁRIA apresentará requerimento escrito, constando a comprovação das condições mencionadas nas alíneas do subitem 3.1, devidamente protocolado no Protocolo-Geral do Município;

II - o requerimento será juntado aos autos da presente concessão;

III - os autos serão encaminhados para a Procuradoria Municipal, para parecer jurídico, no prazo de 15 dias, possibilitando a solicitação de certidões de órgãos públicos, sem prejuízo da notificação da CONCESSIONÁRIA para que apresente documentos complementares essenciais para a aprovação da prorrogação contratual;

IV - na hipótese de necessidade de complementação da documentação para avaliação da Procuradoria Municipal, a CONCESSIONÁRIA encaminhará os documentos exigidos no prazo de 10 dias;

V - emitido o parecer jurídico, a decisão final caberá ao Chefe do Poder Executivo, por meio de despacho fundamentado, no prazo de 15 dias.

3.3. Transcorrido o prazo de 40 anos da vigência da concessão, sem que haja a opção de aquisição pela concessionária, a concessão será extinta.

4. CLÁUSULA QUARTA - DA OPÇÃO DE AQUISIÇÃO DO IMÓVEL CONCEDIDO

4.1. A concessionária poderá optar pela aquisição ou não do imóvel no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias antes do encerramento da vigência inicial do contrato de concessão ou do encerramento da prorrogação do contrato.

4.2. Caso opte pela aquisição em definitivo do imóvel, o valor a ser pago será o montante estabelecido na avaliação do imóvel, conforme o disposto neste Termo de Referência, corrigido monetariamente pelo índice utilizado na atualização da UFM, anualmente.

4.3. A opção pela aquisição em definitivo do imóvel poderá ocorrer a partir do quinto ano da vigência da concessão, cujo pagamento do respectivo valor será realizado em parcela única ou de forma

parcelada, em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais, devidamente corrigidas pelo índice de atualização da UFM, anualmente.

4.3.1. Em havendo a opção pela aquisição de forma parcelada, exigir-se-á a apresentação de garantia idônea, cláusula de reversão do imóvel, em caso de inadimplemento e o cumprimento dos requisitos previstos no art. 12, da Lei Municipal nº 1.745/2020.

4.3.2. Por opção da CONCESSIONÁRIA, a partir do quinto ano da vigência da concessão, é possível a aquisição parcelada do imóvel, em número de parcelas correspondentes ao número de meses restantes da vigência da CONCESSÃO, hipótese em que será outorgada escritura pública de alienação com cláusula resolutiva.

4.4. Caso a concessionária opte por não adquirir em definitivo o imóvel concedido, no prazo estabelecido no edital da licitação, a concessão será extinta.

4.5. Na hipótese do subitem 4.4 e em havendo edificações e benfeitorias realizadas pela concessionária no imóvel durante a vigência contratual, o imóvel poderá ser alienado pelo Município, pelo valor de mercado atualizado da sua totalidade, para que a concessionária original seja indenizada exclusivamente pelas edificações e benfeitorias realizadas.

4.6. O Município, ao invés da alienação prevista no subitem 4.5. poderá realizar nova concessão de direito real de uso do imóvel, caso conste no edital da nova licitação a obrigação da licitante vencedora do certame depositar o montante referente à avaliação das edificações e benfeitorias realizadas pelo concessionário original, no prazo de 10 (dez) dias, após a homologação da licitação, para fins de indenização da concessionária original.

4.7. Decorrido o prazo de 12 (doze) meses após a extinção da concessão e não realizada a indenização prevista nos subitens 4.5 ou 4.6, o Município indenizará as edificações e benfeitorias realizadas pelo concessionário original.

4.8. Para fazer jus às indenizações pelas edificações e benfeitorias realizadas no imóvel, a concessionária deverá obter as licenças dos órgãos competentes para as respectivas construções, quando exigido por lei, bem como averbá-las na matrícula do imóvel, por suas expensas, previamente ao encerramento da vigência do contrato ou previamente à abertura de processo administrativo para apurar a regularidade da concessão, com o fim de extingui-la.

4.9. O inadimplemento de parcelas referentes à aquisição do imóvel acarretará aplicação das seguintes penalidades:

4.9.1. Multa de mora de 1% do valor da avaliação do imóvel por mês de atraso.

4.9.2. Resolução do contrato de compra e venda caso haja a inadimplência de três parcelas seguidas, sem prejuízo da aplicação da multa prevista no subitem 4.9.1.

4.10. É vedada a destinação do imóvel concedido, mesmo após a aquisição definitiva pela CONCESSIONÁRIA, para outra finalidade que não seja industrial ou comercial, o que será devidamente averbado na matrícula do imóvel.

4.10.1. A tentativa de utilização do imóvel - adquirido definitivamente pela CONCESSIONÁRIA - de maneira indevida será coibida pelo Município de Capanema, a qualquer tempo, por meio do indeferimento do licenciamento da atividade, devido a sua localização.

5. CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Obrigações do CONCEDENTE:

5.1.1. Disponibilizar o acesso ao imóvel imediatamente após o início da vigência da concessão;

5.1.2. Registrar as irregularidades constatadas em ato de fiscalização, cientificando a autoridade competente para as providências pertinentes, e notificar a CONCESSIONÁRIA para pronta regularização;

5.1.3. Notificar a CONCESSIONÁRIA imediatamente após constatar o descumprimento de alguma das obrigações contratuais, fixando um prazo para que ela promova as diligências/correções necessárias sob pena de aplicação de penalidades previstas no item 10.

5.1.4. Caberá ao CONCEDENTE avaliar a cada 12 (doze) meses o cumprimento do contrato.

5.2. Obrigações da CONCESSIONÁRIA:

As obrigações da CONCESSIONÁRIA estão divididas em 03 (três) grupos por grau de gravidade conforme disposições abaixo:

5.2.1. Obrigações **do Grupo 1 (GRAVÍSSIMA)**

5.2.1.1. O descumprimento das obrigações deste grupo poderá implicar na rescisão do contrato e das demais penalidades previstas no item 10.

a) utilizar o imóvel cujo uso lhe é concedido de acordo com as especificações e condições apresentadas pelo CONCEDENTE contidas neste instrumento, sendo vedada a utilização de áreas que não se encontrem limitadas no contrato, bem como não será permitida a utilização do bem público concedido para finalidade diferente da que foi licitada, garantindo-se as demais exigências pactuadas;

b) não transferir, ceder ou subconceder a terceiros o imóvel concedido durante a vigência do contrato de concessão;

c) não promover modificação da finalidade ou da estrutura societária que prejudique a execução da proposta apresentada na licitação, salvo se previamente submetida ao CONCEDENTE para análise e aceite, desde que verificada a manutenção dos critérios predominantes da proposta inicial, especialmente quanto à empregabilidade e aos investimentos privados no imóvel;

d) a CONCESSIONÁRIA deverá entregar procuração, conforme modelo a ser fornecido pelo CONCEDENTE, indicando, pelo menos, 02 (dois) prepostos com poderes para receber notificações e demais documentos pertinentes ao contrato de concessão. A referida procuração deverá ter validade durante a vigência do contrato, bem como, ficará sob a responsabilidade da CONCESSIONÁRIA a sua atualização junto ao Município;

e) produzir e/ou comercializar exclusivamente produtos lícitos e em rigorosa obediência à legislação pertinente;

f) não ser autuado e penalizado com multa pela segunda vez, num período de 24 meses, pelos mesmos motivos, em atuação da fiscalização, ou pela vigilância sanitária, ou outro órgão público, em razão de descumprimento das normas envolvendo a exploração do imóvel concedido.

5.2.2 Obrigações **do Grupo 2 (GRAVE):**

a) adequar e equipar o espaço físico, bem como realizar as construções, adaptações e acabamentos necessários para o início das atividades constantes na proposta apresentada na sessão da licitação, que deverá ocorrer no prazo de até 120 (cento e vinte) dias, contados a partir da vigência do concessão, com as condições e características necessárias e indispensáveis para

realizar plenamente suas atividades, de acordo com as normas vigentes para o funcionamento do estabelecimento.

a.1) o referido prazo poderá ser excepcionalmente prorrogado desde que haja justificativa comprovada e aceita pela Administração, especificamente quando o exercício da atividade depender de licenças de outros órgãos públicos e não esteja caracterizada a negligência da própria CONCESSIONÁRIA;

a.2) no que tange à concessão dos terrenos sem barracões, o prazo da construção do empreendimento será o estabelecido na proposta da CONCESSIONÁRIA, apresentada na sessão da licitação.

b) manter a exploração da atividade industrial/comercial com o funcionamento constante;

c) obter as licenças exigidas para a construção, modificação e/ou ampliação que se pretenda fazer nas instalações externas e internas do imóvel objeto da CONCESSÃO;

d) para os **imóveis em que contenham barracões construídos pelo CONCEDENTE,** compete à CONCESSIONÁRIA contratar e/ou renovar anualmente o seguro contra incêndio do(s) imóvel(is) e suas respectivas instalações, com valor mínimo compatível com o valor de avaliação do barracão, de acordo com a tabela constante no subitem 1.1, **indicando como beneficiário o Município de Capanema**, sendo obrigatória a apresentação da(s) apólice(s) ao Município, no prazo de 60 (sessenta) dias, após o início das atividades industriais/comerciais no imóvel, bem como a cada renovação anual do seguro;

e) providenciar no prazo de até 120 (cento e vinte) dias, contados do início da vigência da concessão, a abertura de filial no Município de Capanema, caso a empresa seja sediada em outro Município, e apresentar a documentação ao CONCEDENTE;

f) recolher os tributos incidentes de sua atividade e emitir notas e cupons fiscais, conforme a legislação em vigor;

g) compete à CONCESSIONÁRIA, no prazo de 30 (trinta) dias, contados do início da vigência da concessão, requerer a transferência, para o seu nome, dos registros de água e luz do imóvel, junto aos órgãos competentes;

h) cumprir todas as normas ambientais exigidas para o exercício da atividade.

h.1) as licenças ambientais exigidas para o exercício da atividade deverão ser providenciadas pela CONCESSIONÁRIA no prazo de 120 (cento e vinte) dias, contados da vigência da concessão. Excepcionalmente, o prazo poderá ser prorrogado, mediante comprovação de motivo relevante, sem culpa da CONCESSIONÁRIA, e aceito pelo CONCEDENTE.

5.2.3. Obrigações do Grupo 3 (LEVE):

a) prestar todas as informações e/ou esclarecimentos ao CONCEDENTE, sempre que lhe forem solicitadas;

b) a CONCESSIONÁRIA deverá cumprir as normas relativas à legislação pertinente ao tipo de atividade comercial, providenciando anualmente a(s) licença(s) necessária(s) para o exercício da atividade;

c) é vedada a instalação de publicidade, letreiros e faixas de terceiros em qualquer parte da edificação do imóvel, permitida a identificação da própria CONCESSIONÁRIA e dos produtos ou atividades desenvolvidas no local.

d) adotar as providências adequadas em relação a qualquer empregado cujo procedimento for considerado inconveniente, fato este detectado a partir da fiscalização realizada pelo Município;

e) respeitar as normas trabalhistas;

j) é vedada a criação de animais domesticáveis ou não no imóvel;

k) cumprir as normas legais federais, estaduais e municipais, notadamente aquelas relativas à legislação urbana, ambiental e sanitária, registros de inspeção trabalhista, providenciando licenças e alvarás exigidos na forma da Lei, mantendo-os atualizados e em locais visíveis e de fácil identificação;

l) responder por todas as despesas com pessoal para exercício das atividades permitidas à CONCESSIONÁRIA, arcando com os encargos trabalhistas, sociais e previdenciários, de acordo com a legislação em vigor, obrigando-se a saldá-los em época própria, uma vez que seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o CONCEDENTE;

m) arcar com todas as despesas decorrentes da instalação de telefone e de qualquer outro serviço utilizado, assim como custos como impostos, taxas, contribuições e tributos federais, estaduais e municipais que incidam direta ou indiretamente sobre o imóvel, bem como as atividades econômicas nele desenvolvidas, que serão integralmente arcadas pela CONCESSIONÁRIA;

n) responder civilmente por seus atos, de seus empregados e de quaisquer pessoas físicas ou jurídicas a ela vinculadas, que causarem danos a terceiros e à(s) instalação(ões) física(s) do módulo, cujo uso lhe é concedido, sendo que a ocorrência destes deverá ser imediatamente comunicada ao órgão fiscalizador, para as providências que se fizerem necessárias;

o) acompanhar a vistoria de recebimento do imóvel, apondo a sua assinatura no laudo respectivo;

p) manter-se, durante toda a vigência da concessão, em compatibilidade com as obrigações assumidas na proposta apresentada na sessão de licitação, bem como todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, respeitando-se o disposto neste Termo de Referência e nos demais documentos da licitação;

q) participar, por meio de seu(s) sócio(s) ou representante(s) da CONCESSIONÁRIA, dos cursos e eventos de empreendedorismo disponibilizados pelo CONCEDENTE ou pela ACEC, durante o prazo de vigência da concessão;

r) manter o imóvel, objeto desta concessão em perfeitas condições de conservação e limpeza, de acordo com as normas estabelecidas pelo CONCEDENTE e legislação em vigor, observando também os seguintes pontos:

I. Toda a área de influência do imóvel deverá ser mantida diariamente limpa pela CONCESSIONÁRIA, e os resíduos coletados deverão ser devidamente ensacados e apresentados para a coleta regular, respeitando-se os horários de coleta estabelecidos pelo Município;

II. Implementar, em sua rotina diária, a separação de seus resíduos, de acordo com a legislação vigente;

6. CLÁUSULA **SEXTA** - DAS ALTERAÇÕES E AMPLIAÇÕES DO IMÓVEL

6.1. Compete à CONCESSIONÁRIA adequar e equipar o espaço físico, bem como realizar as adaptações e acabamentos necessários para o início das atividades.

6.2. Havendo necessidade de modificação de alguma estrutura, a CONCESSIONÁRIA submeterá previamente à apreciação e aprovação escrita do CONCEDENTE, o qual poderá vetar, justificadamente, parcial ou totalmente qualquer modificação que se pretenda fazer nas instalações estruturais externas e internas do imóvel objeto da concessão.

6.3. É possível a ampliação da estrutura dos barracões pela CONCESSIONÁRIA, com recursos próprios, respeitando-se as diretrizes estabelecidas pelo CONCEDENTE, devidamente aprovado pelo Departamento de Engenharia do Município e pelo Prefeito Municipal.

7. CLÁUSULA **SÉTIMA** - DA SUBCONTRATAÇÃO / SUBCONCESSÃO / LOCAÇÃO

7.1. É vedada a subcontratação, subconcessão ou locação total ou parcial do objeto do contrato.

8. CLÁUSULA **OITAVA** - DA MARGEM DE CUMPRIMENTO DA PROPOSTA DE EMPREGABILIDADE

8.1. Durante a vigência da concessão, a CONCESSIONÁRIA deverá observar a proposta apresentada na sessão de licitação, especialmente quanto ao número de empregos diretos.

8.2. Haverá uma margem de tolerabilidade no descumprimento do número de empregos diretos ofertados na proposta original, da seguinte forma:

a) a avaliação do cumprimento da proposta de criação de postos de trabalho será realizada anualmente, sempre no mês de julho, utilizando-se o período dos 12 (doze) meses anteriores;

b) Durante os doze meses anteriores à avaliação será calculada uma média do cumprimento da proposta da CONCESSIONÁRIA;

c) o percentual de tolerabilidade será de 25% (vinte e cinco por cento);

d) o descumprimento da proposta de criação de postos de trabalho acima da margem de tolerabilidade acarretará na aplicação de multa, prevista na alínea "a" do subitem 10.2.2.

e) o descumprimento da proposta de criação de postos de trabalho acima da margem de tolerabilidade **por dois anos consecutivos** acarretará na declaração de caducidade da concessão.

9. CLÁUSULA **NONA** - DA FISCALIZAÇÃO

9.1. A Fiscalização será de competência e responsabilidade do Município, a quem caberá verificar se, no seu desenvolvimento, estão sendo cumpridos os termos do Contrato, a proposta original da concessionária, suas especificações e demais requisitos, assim como participar de todos os atos que se fizerem necessários para sua fiel execução.

9.2. A fiscalização será exercida no interesse exclusivo do CONCEDENTE, e não exclui nem reduz a responsabilidade da CONCESSIONÁRIA, inclusive de terceiros, por qualquer irregularidade.

9.3. O Município de Capanema, na qualidade de fiscal do cumprimento das obrigações oriundas da concessão, notificará a CONCESSIONÁRIA para que providencie os reparos e/ou correções que se fizerem necessárias ao objeto da concessão, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, contados da data do recebimento da referida notificação.

9.3.1. A notificação poderá ser recebida pelo preposto indicado na Procuração, bem como qualquer um dos sócios da CONCESSIONÁRIA, possibilitando a notificação via e-mail.

9.3.2. O não recebimento de qualquer notificação expedida pelo Município, por parte da CONCESSIONÁRIA, será considerada válida com o ateste do servidor público responsável e ratificação da fiscalização.

9.4. O Município irá indicar um servidor para fiscalizar a execução do contrato de concessão.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. O descumprimento das obrigações previstas neste termo, no edital de licitação e no contrato ensejará a aplicação das sanções descriminadas a seguir, independentemente da rescisão contratual determinada por ato unilateral do CONCEDENTE.

10.2. Em caso de **inexecução total ou parcial da proposta ofertada pela CONCESSIONÁRIA na sessão da licitação**, inclusive não atendimento das determinações da fiscalização, a CONCESSIONÁRIA estará sujeita, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, às seguintes penalidades:

10.2.1. ADVERTÊNCIA por escrito, sempre que verificadas pequenas irregularidades para as quais haja concorrido;

10.2.2. MULTAS, que serão aplicadas por infração, conforme abaixo, limitadas a no máximo 15% (quinze por cento) sobre o valor de avaliação do imóvel concedido:

a) de 2% a 5%, no caso de descumprimento de obrigações indicadas no grupo 3 (leves) do **subitem 5.2.3;**

b) de 5% a 8%, no caso de descumprimento de obrigações indicadas no grupo 2 (graves) do **subitem 5.2.2;**

c) de 8% a 15%, no caso de descumprimento de obrigações indicadas no grupo 1 (gravíssimas) do **subitem 5.2.1.**

10.2.3. SUSPENSÃO temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município, segundo a natureza e gravidade da falta cometida, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

10.2.4. DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE para licitar ou contratar com a Administração, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante o Município.

10.3. A CONCESSIONÁRIA não incorrerá em penalidades quando o descumprimento dos prazos e/ou obrigações estabelecidos resultar de caso fortuito ou força maior devidamente comprovados.

10.4. A multa não impede que o CONCEDENTE rescinda unilateralmente o contrato e aplique as outras sanções previstas na lei e naquele instrumento.

10.5. O valor das multas será cobrado mediante notificação extrajudicial, independentemente da adoção da medida judicial competente, observando o procedimento descrito no subitem 10.11.

10.6. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com outras sanções previstas no subitem 10.2, segundo a natureza e a gravidade da falta cometida, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 15 dias úteis.

10.7. É facultado ao CONCESSIONÁRIO interpor recurso, dirigido ao Chefe do Poder Executivo, contra a aplicação, por decisão da Comissão de Licitação, das penas de advertência, suspensão ou de multa, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da ciência da respectiva notificação.

10.8. A sanção prevista na alínea "d" do subitem 10.2 é de competência do Chefe do Poder Executivo, facultada a defesa prévia do interessado no respectivo processo de contratação, no prazo de

15 (quinze) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 02 (dois) anos de sua aplicação.

10.9. As sanções previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 10.2 poderá ser também aplicável à CONCESSIONÁRIA que, em razão do contrato:

a) tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

b) praticar atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;

c) demonstrar não possuir idoneidade para contratar com a Administração Pública, em virtude de atos ilícitos praticados.

10.10. Independentemente das sanções legais cabíveis, a CONCESSIONÁRIA ficará sujeita, ainda, à composição das perdas e danos causados ao CONCEDENTE pelo descumprimento das suas obrigações.

10.11. As sanções administrativas somente serão aplicadas mediante regular processo administrativo, assegurada a ampla defesa e o contraditório, observando-se as seguintes regras:

a) Antes da aplicação de qualquer sanção administrativa, a CONCESSIONÁRIA será notificada, facultando-lhe a apresentação de defesa prévia, no prazo de 15 (quinze) dias úteis a contar da notificação, exceto na hipótese de declaração de inidoneidade, devendo ser observada a regra do art. 110 da Lei nº 8.666/93;

b) A notificação deverá ocorrer pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento ou por edital em jornal de grande circulação, no caso de concessionário e/ou seu representante estar em local incerto e não sabido. A notificação indicará a conduta reputada como infratora, a motivação para aplicação da penalidade, a sanção que se pretende aplicar, o prazo e o local de entrega das razões de defesa;

c) Ofertada a defesa prévia ou expirado o prazo sem que ocorra a sua apresentação, a autoridade competente proferirá decisão fundamentada e adotará as medidas legais cabíveis, resguardado o direito de recurso da CONCESSIONÁRIA, ao Prefeito Municipal, que deverá ser exercido nos termos da Lei Federal nº 8.666/93.

10.12. As penalidades só poderão ser relevadas nas hipóteses de caso fortuito ou força maior, devidamente justificados e comprovados, a juízo do CONCEDENTE.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO E DA DECLARAÇÃO DE CADUCIDADE

11.1. O descumprimento das condições estabelecidas neste Termo, no edital, no contrato e/ou em disposições legais, quando houver reincidência ou não couber apenas a aplicação de multas, implicará na extinção da concessão de direito real de uso, por rescisão contratual ou declaração de caducidade, nos termos a seguir.

11.2. O CONCEDENTE possui o direito de **rescindir** unilateralmente o contrato de concessão, independentemente de interpelação judicial, nos seguintes casos:

a) quando a CONCESSIONÁRIA falir, for dissolvida ou por superveniente incapacidade técnica;

b) quando houver paralisação das atividades da CONCESSIONÁRIA pelo prazo de 60 (sessenta) dias, consecutivos ou alternados, sem justificativa aceita pelo CONCEDENTE;

c) pelo descumprimento das obrigações do grupo 1 (gravíssimas) relacionadas no subitem 5.2.1;

d) pela existência de aplicação de 5 advertências durante o período de 24 (vinte e quatro) meses, qualificando como descumprimento reiterado das obrigações contratuais.

e) pelo descumprimento por 3 (três) vezes, consecutivas ou não, da mesma obrigação prevista no grupo 2 (graves) ou 4 (quatro) vezes, consecutivas ou não, da mesma obrigação prevista no grupo 3 (leve) dentro do período de 24 (vinte e quatro) meses.

f) nas hipóteses dos artigos 77 e 78, da Lei Federal nº 8.666/93;

g) a pedido justificado da CONCESSIONÁRIA.

11.3. O CONCEDENTE possui o direito de declarar a **caducidade** do contrato de concessão, independentemente de interpelação judicial, nos seguintes casos:

a) quando a CONCESSIONÁRIA transferir a concessão, locar ou de qualquer modo ceder a terceiros parte do imóvel concedido;

b) alterar a destinação do imóvel ou o ramo de atividade da CONCESSIONÁRIA, sem autorização do CONCEDENTE;

c) quando a CONCESSIONÁRIA for condenada judicialmente por cometimento de atos de improbidade administrativa ou por atos indicados na Lei 12.846/2013 ou por crimes ambientais;

d) quando a CONCESSIONÁRIA for condenada em âmbito administrativo por danos causados ao meio ambiente, por cometimento de atos de improbidade administrativa ou por atos indicados na Lei 12.846/2013;

e) descumprimento da margem de empregabilidade da proposta da concessionária apresentada na sessão pública do certame, por dois anos consecutivos.

11.4. A extinção da concessão de direito de uso, sem culpa das partes, não ensejará à CONCESSIONÁRIA a aplicação de penalidades.

11.5. Extinta a concessão, seja pela expiração do seu prazo ou em razão de rescisão contratual, será notificada a CONCESSIONÁRIA para a entrega do imóvel, no prazo assinalado na referida notificação.

11.5.1. Obriga-se a CONCESSIONÁRIA a entregar o imóvel objeto desta licitação, no prazo assinalado, inteiramente desembaraçado, em estado de conservação e uso normais, para imediata reintegração de posse do bem pelo poder CONCEDENTE.

11.5.2. Com a extinção ou rescisão do contrato a chave do imóvel deverá ser devolvida ao CONCEDENTE sob pena de ser considerado uso irregular, acarretando a cobrança desta ocupação a título de indenização e adoção das medidas administrativas e/ou judiciais para retomada da posse do imóvel.

11.6. Extinto, por qualquer hipótese, o contrato, ou se após regular procedimento administrativo for constatado o abandono do imóvel pela CONCESSIONÁRIA, poderá o Município, através dos meios de que dispuser, promover a remoção compulsória de quaisquer bens, pertençam eles à CONCESSIONÁRIA, a seus prepostos, fornecedores, contratantes e/ou contratados, ficando a CONCESSIONÁRIA responsável pelo ressarcimento das despesas de remoção e/ou guarda dos bens.

11.7. O Município notificará a CONCESSIONÁRIA diretamente ou por edital, concedendo-lhe prazo de até 30 (trinta) dias, a partir do recebimento da notificação ou da publicação do edital, para pagamento de quaisquer débitos existentes junto ao CONCEDENTE com a consequente retirada dos bens eventualmente removidos.

11.8. Decorrido o prazo estabelecido no subitem anterior sem que os bens tenham sido retirados, ficará o Município autorizado a proceder a sua alienação em leilão, a fim de se ressarcir de eventuais

débitos da CONCESSIONÁRIA, ficando o saldo eventualmente existente à disposição pelo prazo de 01 (um) ano, findo o qual o montante será revertido ao CONCEDENTE.

12.CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – RESTITUIÇÃO DO IMÓVEL

12.1. A CONCESSIONÁRIA obriga-se a zelar pela manutenção do imóvel, ficando responsável por eventuais danos que porventura ocorrer no imóvel, ocasionados por ele ou por terceiros, incluindo os causados por caso fortuito ou força maior.

12.2. A CONCESSIONÁRIA compromete-se a restituir o imóvel ao final do contrato nas mesmas condições em que os recebeu, ressalvados o desgaste natural com o decorrer do tempo, salvo se optar pela aquisição definitiva do imóvel.

12.3. A CONCESSIONÁRIA é obrigada a restituir ao imóvel ao CONCEDENTE nas hipóteses de extinção da concessão, por rescisão contratual ou declaração de sua caducidade.

13.CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - MEDIDAS ACAUTELADORAS

13.1. A CONCESSIONÁRIA responderá por todos os encargos e obrigações de natureza trabalhista, previdenciária, fiscal, acidentária, administrativa, civil e comercial resultantes da execução do contrato, bem como, pelos danos causados ao patrimônio do CONCEDENTE ou de terceiros.

14.CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - MEDIDAS ACAUTELADORAS

14.1. Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784/1999, a Administração Pública poderá motivadamente adotar providências acauteladoras.

15.CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos ou situações não explicitadas nas cláusulas deste Contrato serão decididos pelo CONCEDENTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 9.784/1999, na Lei nº 8.666/1993, no Código Civil, no Edital e os anexos da licitação CONCORRÊNCIA nº 02/2020, bem como nos demais regulamentos e normas administrativas federais e municipais, que fazem parte integrante deste Contrato, independentemente de suas transcrições.

16.CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA PUBLICAÇÃO

16.1. A publicação resumida do instrumento de contrato no Diário Oficial Do Município será providenciada pelo CONCEDENTE.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

17.1. As questões decorrentes da utilização do presente Instrumento que não puderem ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, Comarca de Capanema-PR.

E assim, por estarem de acordo, ajustados e contratados, após lido e achado conforme, as partes a seguir firmam o presente Contrato em 02 (duas) vias, de igual teor e forma.

CAPANEMA, 21 de dezembro de 2020.

AMÉRICO BELLÉ
Prefeito Municipal

ELEANDRO RAFFAELLI
Representante legal
RAFFAELLI SERVIÇOS
E TRANSPORTES LTDA - ME
Concessionária

CONTRATO DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO Nº 594/2020 QUE CELEBRAM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE CAPANEMA E A EMPRESA ARTE 2 GESSO LTDA.

O MUNICÍPIO DE CAPANEMA-PR, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 75.972.760/0001-60, com sede à Av. Gov. Pedro Viriato Parigot de Souza, 1.080, centro, Município de Capanema PR., neste ato representado por seu Prefeito Municipal, AMÉRICO BELLÉ, de ora em diante denominado CONCEDENTE, e de outro lado a ARTE 2 GESSO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 10.171.196/0001-30, com sede na Av. Independência, 1094, CEP: 85760000 - Bairro: Centro, no Município de Capanema/PR, representada neste ato pelo (a) Sr.(a) CLEITON LUIZ SCHLOSSER, inscrito no CPF sob o nº 042.861.059-54, de ora em diante denominado CONCESSIONÁRIA, acordam as seguintes cláusulas e condições nos termos do Processo de Licitação CONCORRÊNCIA nº. 2/2020:

1. CLÁUSULA **PRIMEIRA** - DO OBJETO

1.1. Constitui objeto deste contato a **concessão de direito real de uso** de bem público de propriedade do Município de Capanema, referente a um terreno sem barracão, cujo imóvel segue discriminado abaixo, com o respectivo valor de avaliação:

Item	Descrição do Imóvel	Localização	Cadastro Municipal	Metragem	Avaliação atual
4	TERRENO	Área Industrial III - Saída para São Luiz – Quadra nº80 - Lote 05 - Setor N.O – Rua Paraíba nº 1803	138797	860,260 M²	R$ 172.052,00

1.2. O uso do imóvel descrito acima será obrigatoriamente para exploração da atividade descrita na proposta apresentada pela CONCESSIONÁRIA, sem prejuízo das normas e obrigações constantes no Edital e seus anexos.

1.3. A CONCESSIONÁRIA explorará a(s) seguinte(s) atividade(s):

a) Transporte rodoviário de carga, esceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional;

b) Comércio varejista de materiais de construção em geral;

c) Obras de acabamento em gesso e estuque.

2. CLÁUSULA **SEGUNDA** - DO PRAZO DA CONCESSÃO

2.1. O prazo de vigência da Concessão de Direito Real de Uso, conforme indicado na Lei Municipal nº 1.745/2020 será de **20 (vinte) anos**, contados **a partir de 1º de janeiro de 2021**.

2.2. A CONCESSIONÁRIA deverá observar o prazo para início das suas atividades conforme previsto no termo de referência e de acordo com sua proposta, sob pena de ser determinada a rescisão do contrato de concessão de uso, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste instrumento, no edital ou no termo de referência.

3. CLÁUSULA **TERCEIRA** - DA PRORROGAÇÃO CONTRATUAL

3.1. A vigência do contrato poderá ser prorrogada uma única vez, pelo mesmo prazo previsto no contrato original, desde que observadas as seguintes condições que caracterizam o interesse público:

a) interesse da Concessionária;

b) integral cumprimento dos requisitos previstos na proposta original da concessionária e na legislação em vigor;

c) inexistência de aplicação de penalidades à concessionária, em razão do descumprimento contratual, salvo uma advertência ou uma multa de natureza leve, devidamente formalizada em processo administrativo;

d) apresentação de todos os documentos necessários para a habilitação na licitação original, devidamente atualizados, válidos e regulares.

3.2. O procedimento para eventual prorrogação contratual será formal e deverá ser anexado ao presente processo de concessão, observando-se o seguinte rito:

I - no prazo compreendido entre o 12° e o 6° mês que antecede o encerramento da vigência do contrato de concessão, a CONCESSIONÁRIA apresentará requerimento escrito, constando a comprovação das condições mencionadas nas alíneas do subitem 3.1, devidamente protocolado no Protocolo-Geral do Município;

II - o requerimento será juntado aos autos da presente concessão;

III - os autos serão encaminhados para a Procuradoria Municipal, para parecer jurídico, no prazo de 15 dias, possibilitando a solicitação de certidões de órgãos públicos, sem prejuízo da notificação da CONCESSIONÁRIA para que apresente documentos complementares essenciais para a aprovação da prorrogação contratual;

IV - na hipótese de necessidade de complementação da documentação para avaliação da Procuradoria Municipal, a CONCESSIONÁRIA encaminhará os documentos exigidos no prazo de 10 dias;

V - emitido o parecer jurídico, a decisão final caberá ao Chefe do Poder Executivo, por meio de despacho fundamentado, no prazo de 15 dias.

3.3. Transcorrido o prazo de 40 anos da vigência da concessão, sem que haja a opção de aquisição pela concessionária, a concessão será extinta.

4. CLÁUSULA **QUARTA** - DA OPÇÃO DE AQUISIÇÃO DO IMÓVEL CONCEDIDO

4.1. A concessionária poderá optar pela aquisição ou não do imóvel no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias antes do encerramento da vigência inicial do contrato de concessão ou do encerramento da prorrogação do contrato.

4.2. Caso opte pela aquisição em definitivo do imóvel, o valor a ser pago será o montante estabelecido na avaliação do imóvel, conforme o disposto neste Termo de Referência, corrigido monetariamente pelo índice utilizado na atualização da UFM, anualmente.

4.3. A opção pela aquisição em definitivo do imóvel poderá ocorrer a partir do quinto ano da vigência da concessão, cujo pagamento do respectivo valor será realizado em parcela única ou de forma parcelada, em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais, devidamente corrigidas pelo índice de atualização da UFM, anualmente.

4.3.1. Em havendo a opção pela aquisição de forma parcelada, exigir-se-á a apresentação de garantia idônea, cláusula de reversão do imóvel, em caso de inadimplemento e o cumprimento dos requisitos previstos no art. 12, da Lei Municipal n° 1.745/2020.

4.3.2. Por opção da CONCESSIONÁRIA, a partir do quinto ano da vigência da concessão, é possível a aquisição parcelada do imóvel, em número de parcelas correspondentes ao número de meses restantes da vigência da CONCESSÃO, hipótese em que será outorgada escritura pública de alienação com cláusula resolutiva.

4.4. Caso a concessionária opte por não adquirir em definitivo o imóvel concedido, no prazo estabelecido no edital da licitação, a concessão será extinta.

4.5. Na hipótese do subitem 4.4 e em havendo edificações e benfeitorias realizadas pela concessionária no imóvel durante a vigência contratual, o imóvel poderá ser alienado pelo Município, pelo valor de mercado atualizado da sua totalidade, para que a concessionária original seja indenizada exclusivamente pelas edificações e benfeitorias realizadas.

4.6. O Município, ao invés da alienação prevista no subitem 4.5. poderá realizar nova concessão de direito real de uso do imóvel, caso conste no edital da nova licitação a obrigação da licitante vencedora do certame depositar o montante referente à avaliação das edificações e benfeitorias realizadas pelo concessionário original, no prazo de 10 (dez) dias, após a homologação da licitação, para fins de indenização da concessionária original.

4.7. Decorrido o prazo de 12 (doze) meses após a extinção da concessão e não realizada a indenização prevista nos subitens 4.5 ou 4.6, o Município indenizará as edificações e benfeitorias realizadas pelo concessionário original.

4.8. Para fazer jus às indenizações pelas edificações e benfeitorias realizadas no imóvel, a concessionária deverá obter as licenças dos órgãos competentes para as respectivas construções, quando exigido por lei, bem como averbá-las na matrícula do imóvel, por suas expensas, previamente ao encerramento da vigência do contrato ou previamente à abertura de processo administrativo para apurar a regularidade da concessão, com o fim de extingui-la.

4.9. O inadimplemento de parcelas referentes à aquisição do imóvel acarretará aplicação das seguintes penalidades:

4.9.1. Multa de mora de 1% do valor da avaliação do imóvel por mês de atraso.

4.9.2. Resolução do contrato de compra e venda caso haja a inadimplência de três parcelas seguidas, sem prejuízo da aplicação da multa prevista no subitem 4.9.1.

4.10. É vedada a destinação do imóvel concedido, mesmo após a aquisição definitiva pela CONCESSIONÁRIA, para outra finalidade que não seja industrial ou comercial, o que será devidamente averbado na matrícula do imóvel.

4.10.1. A tentativa de utilização do imóvel - adquirido definitivamente pela CONCESSIONÁRIA - de maneira indevida será coibida pelo Município de Capanema, a qualquer tempo, por meio do indeferimento do licenciamento da atividade, devido a sua localização.

5. CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Obrigações do CONCEDENTE:

5.1.1. Disponibilizar o acesso ao imóvel imediatamente após o início da vigência da concessão;

5.1.2. Registrar as irregularidades constatadas em ato de fiscalização, cientificando a autoridade competente para as providências pertinentes, e notificar a CONCESSIONÁRIA para pronta regularização;

5.1.3. Notificar a CONCESSIONÁRIA imediatamente após constatar o descumprimento de alguma das obrigações contratuais, fixando um prazo para que ela promova as diligências/correções necessárias sob pena de aplicação de penalidades previstas no item 10.

5.1.4. Caberá ao CONCEDENTE avaliar a cada 12 (doze) meses o cumprimento do contrato.

5.2. Obrigações da CONCESSIONÁRIA:

As obrigações da CONCESSIONÁRIA estão divididas em 03 (três) grupos por grau de gravidade conforme disposições abaixo:

5.2.1. Obrigações **do Grupo 1 (GRAVÍSSIMA)**

5.2.1.1. O descumprimento das obrigações deste grupo poderá implicar na rescisão do contrato e das demais penalidades previstas no item 10.

a) utilizar o imóvel cujo uso lhe é concedido de acordo com as especificações e condições apresentadas pelo CONCEDENTE contidas neste instrumento, sendo vedada a utilização de áreas que não se encontrem limitadas no contrato, bem como não será permitida a utilização do bem público concedido para finalidade diferente da que foi licitada, garantindo-se as demais exigências pactuadas;

b) não transferir, ceder ou subconceder a terceiros o imóvel concedido durante a vigência do contrato de concessão;

c) não promover modificação da finalidade ou da estrutura societária que prejudique a execução da proposta apresentada na licitação, salvo se previamente submetida ao CONCEDENTE para análise e aceite, desde que verificada a manutenção dos critérios predominantes da proposta inicial, especialmente quanto à empregabilidade e aos investimentos privados no imóvel;

d) a CONCESSIONÁRIA deverá entregar procuração, conforme modelo a ser fornecido pelo CONCEDENTE, indicando, pelo menos, 02 (dois) prepostos com poderes para receber notificações e demais documentos pertinentes ao contrato de concessão. A referida procuração deverá ter validade durante a vigência do contrato, bem como, ficará sob a responsabilidade da CONCESSIONÁRIA a sua atualização junto ao Município;

e) produzir e/ou comercializar exclusivamente produtos lícitos e em rigorosa obediência à legislação pertinente;

f) não ser autuado e penalizado com multa pela segunda vez, num período de 24 meses, pelos mesmos motivos, em atuação da fiscalização, ou pela vigilância sanitária, ou outro órgão público, em razão de descumprimento das normas envolvendo a exploração do imóvel concedido.

5.2.2 Obrigações **do Grupo 2 (GRAVE):**

a) adequar e equipar o espaço físico, bem como realizar as construções, adaptações e acabamentos necessários para o início das atividades constantes na proposta apresentada na sessão da licitação, que deverá ocorrer no prazo de até 120 (cento e vinte) dias, contados a partir da vigência do concessão, com as condições e características necessárias e indispensáveis para realizar plenamente suas atividades, de acordo com as normas vigentes para o funcionamento do estabelecimento.

a.1) o referido prazo poderá ser excepcionalmente prorrogado desde que haja justificativa comprovada e aceita pela Administração, especificamente quando o exercício da atividade depender de licenças de outros órgãos públicos e não esteja caracterizada a negligência da própria CONCESSIONÁRIA;

a.2) no que tange à concessão dos terrenos sem barracões, o prazo da construção do empreendimento será o estabelecido na proposta da CONCESSIONÁRIA, apresentada na sessão da licitação.

b) manter a exploração da atividade industrial/comercial com o funcionamento constante;

c) obter as licenças exigidas para a construção, modificação e/ou ampliação que se pretenda fazer nas instalações externas e internas do imóvel objeto da CONCESSÃO;

d) para os **imóveis em que contenham barracões construídos pelo CONCEDENTE,** compete à CONCESSIONÁRIA contratar e/ou renovar anualmente o seguro contra incêndio do(s) imóvel(is) e suas respectivas instalações, com valor mínimo compatível com o valor de avaliação do barracão, de acordo com a tabela constante no subitem 1.1, **indicando como beneficiário o Município de Capanema**, sendo obrigatória a apresentação da(s) apólice(s) ao Município, no prazo de 60 (sessenta) dias, após o início das atividades industriais/comerciais no imóvel, bem como a cada renovação anual do seguro;

e) providenciar no prazo de até 120 (cento e vinte) dias, contados do início da vigência da concessão, a abertura de filial no Município de Capanema, caso a empresa seja sediada em outro Município, e apresentar a documentação ao CONCEDENTE;

f) recolher os tributos incidentes de sua atividade e emitir notas e cupons fiscais, conforme a legislação em vigor;

g) compete à CONCESSIONÁRIA, no prazo de 30 (trinta) dias, contados do início da vigência da concessão, requerer a transferência, para o seu nome, dos registros de água e luz do imóvel, junto aos órgãos competentes;

h) cumprir todas as normas ambientais exigidas para o exercício da atividade.

h.1) as licenças ambientais exigidas para o exercício da atividade deverão ser providenciadas pela CONCESSIONÁRIA no prazo de 120 (cento e vinte) dias, contados da vigência da concessão. Excepcionalmente, o prazo poderá ser prorrogado, mediante comprovação de motivo relevante, sem culpa da CONCESSIONÁRIA, e aceito pelo CONCEDENTE.

5.2.3. Obrigações do Grupo 3 (LEVE):

a) prestar todas as informações e/ou esclarecimentos ao CONCEDENTE, sempre que lhe forem solicitadas;

b) a CONCESSIONÁRIA deverá cumprir as normas relativas à legislação pertinente ao tipo de atividade comercial, providenciando anualmente a(s) licença(s) necessária(s) para o exercício da atividade;

c) é vedada a instalação de publicidade, letreiros e faixas de terceiros em qualquer parte da edificação do imóvel, permitida a identificação da própria CONCESSIONÁRIA e dos produtos ou atividades desenvolvidas no local.

d) adotar as providências adequadas em relação a qualquer empregado cujo procedimento for considerado inconveniente, fato este detectado a partir da fiscalização realizada pelo Município;

e) respeitar as normas trabalhistas;

j) é vedada a criação de animais domesticáveis ou não no imóvel;

k) cumprir as normas legais federais, estaduais e municipais, notadamente aquelas relativas à legislação urbana, ambiental e sanitária, registros de inspeção trabalhista, providenciando

licenças e alvarás exigidos na forma da Lei, mantendo-os atualizados e em locais visíveis e de fácil identificação;

l) responder por todas as despesas com pessoal para exercício das atividades permitidas à CONCESSIONÁRIA, arcando com os encargos trabalhistas, sociais e previdenciários, de acordo com a legislação em vigor, obrigando-se a saldá-los em época própria, uma vez que seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o CONCEDENTE;

m) arcar com todas as despesas decorrentes da instalação de telefone e de qualquer outro serviço utilizado, assim como custos como impostos, taxas, contribuições e tributos federais, estaduais e municipais que incidam direta ou indiretamente sobre o imóvel, bem como as atividades econômicas nele desenvolvidas, que serão integralmente arcadas pela CONCESSIONÁRIA;

n) responder civilmente por seus atos, de seus empregados e de quaisquer pessoas físicas ou jurídicas a ela vinculadas, que causarem danos a terceiros e à(s) instalação(ões) física(s) do módulo, cujo uso lhe é concedido, sendo que a ocorrência destes deverá ser imediatamente comunicada ao órgão fiscalizador, para as providências que se fizerem necessárias;

o) acompanhar a vistoria de recebimento do imóvel, apondo a sua assinatura no laudo respectivo;

p) manter-se, durante toda a vigência da concessão, em compatibilidade com as obrigações assumidas na proposta apresentada na sessão de licitação, bem como todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, respeitando-se o disposto neste Termo de Referência e nos demais documentos da licitação;

q) participar, por meio de seu(s) sócio(s) ou representante(s) da CONCESSIONÁRIA, dos cursos e eventos de empreendedorismo disponibilizados pelo CONCEDENTE ou pela ACEC, durante o prazo de vigência da concessão;

r) manter o imóvel, objeto desta concessão em perfeitas condições de conservação e limpeza, de acordo com as normas estabelecidas pelo CONCEDENTE e legislação em vigor, observando também os seguintes pontos:

I. Toda a área de influência do imóvel deverá ser mantida diariamente limpa pela CONCESSIONÁRIA, e os resíduos coletados deverão ser devidamente ensacados e apresentados para a coleta regular, respeitando-se os horários de coleta estabelecidos pelo Município;

II. Implementar, em sua rotina diária, a separação de seus resíduos, de acordo com a legislação vigente;

6. CLÁUSULA SEXTA - DAS ALTERAÇÕES E AMPLIAÇÕES DO IMÓVEL

6.1. Compete à CONCESSIONÁRIA adequar e equipar o espaço físico, bem como realizar as adaptações e acabamentos necessários para o início das atividades.

6.2. Havendo necessidade de modificação de alguma estrutura, a CONCESSIONÁRIA submeterá previamente à apreciação e aprovação escrita do CONCEDENTE, o qual poderá vetar, justificadamente, parcial ou totalmente qualquer modificação que se pretenda fazer nas instalações estruturais externas e internas do imóvel objeto da concessão.

6.3. É possível a ampliação da estrutura dos barracões pela CONCESSIONÁRIA, com recursos próprios, respeitando-se as diretrizes estabelecidas pelo CONCEDENTE, devidamente aprovado pelo Departamento de Engenharia do Município e pelo Prefeito Municipal.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DA SUBCONTRATAÇÃO / SUBCONCESSÃO / LOCAÇÃO

7.1. É vedada a subcontratação, subconcessão ou locação total ou parcial do objeto do contrato.

8. CLÁUSULA OITAVA - DA MARGEM DE CUMPRIMENTO DA PROPOSTA DE EMPREGABILIDADE

8.1. Durante a vigência da concessão, a CONCESSIONÁRIA deverá observar a proposta apresentada na sessão de licitação, especialmente quanto ao número de empregos diretos.

8.2. Haverá uma margem de tolerabilidade no descumprimento do número de empregos diretos ofertados na proposta original, da seguinte forma:

a) a avaliação do cumprimento da proposta de criação de postos de trabalho será realizada anualmente, sempre no mês de julho, utilizando-se o período dos 12 (doze) meses anteriores;

b) Durante os doze meses anteriores à avaliação será calculada uma média do cumprimento da proposta da CONCESSIONÁRIA;

c) o percentual de tolerabilidade será de 25% (vinte e cinco por cento);

d) o descumprimento da proposta de criação de postos de trabalho acima da margem de tolerabilidade acarretará na aplicação de multa, prevista na alínea "a" do subitem 10.2.2.

e) o descumprimento da proposta de criação de postos de trabalho acima da margem de tolerabilidade **por dois anos consecutivos** acarretará na declaração de caducidade da concessão.

9. CLÁUSULA NONA - DA FISCALIZAÇÃO

9.1. A Fiscalização será de competência e responsabilidade do Município, a quem caberá verificar se, no seu desenvolvimento, estão sendo cumpridos os termos do Contrato, a proposta original da concessionária, suas especificações e demais requisitos, assim como participar de todos os atos que se fizerem necessários para sua fiel execução.

9.2. A fiscalização será exercida no interesse exclusivo do CONCEDENTE, e não exclui nem reduz a responsabilidade da CONCESSIONÁRIA, inclusive de terceiros, por qualquer irregularidade.

9.3. O Município de Capanema, na qualidade de fiscal do cumprimento das obrigações oriundas da concessão, notificará a CONCESSIONÁRIA para que providencie os reparos e/ou correções que se fizerem necessárias ao objeto da concessão, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, contados da data do recebimento da referida notificação.

9.3.1. A notificação poderá ser recebida pelo preposto indicado na Procuração, bem como qualquer um dos sócios da CONCESSIONÁRIA, possibilitando a notificação via e-mail.

9.3.2. O não recebimento de qualquer notificação expedida pelo Município, por parte da CONCESSIONÁRIA, será considerada válida com o ateste do servidor público responsável e ratificação da fiscalização.

9.4. O Município irá indicar um servidor para fiscalizar a execução do contrato de concessão.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. O descumprimento das obrigações previstas neste termo, no edital de licitação e no contrato ensejará a aplicação das sanções descriminadas a seguir, independentemente da rescisão contratual determinada por ato unilateral do CONCEDENTE.

10.2. Em caso de **inexecução total ou parcial da proposta ofertada pela CONCESSIONÁRIA na sessão da licitação**, inclusive não atendimento das determinações da

fiscalização, a CONCESSIONÁRIA estará sujeita, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, às seguintes penalidades:

10.2.1. ADVERTÊNCIA por escrito, sempre que verificadas pequenas irregularidades para as quais haja concorrido;

10.2.2. MULTAS, que serão aplicadas por infração, conforme abaixo, limitadas a no máximo 15% (quinze por cento) sobre o valor de avaliação do imóvel concedido:

a) de 2% a 5%, no caso de descumprimento de obrigações indicadas no grupo 3 (leves) do **subitem 5.2.3;**

b) de 5% a 8%, no caso de descumprimento de obrigações indicadas no grupo 2 (graves) do **subitem 5.2.2;**

c) de 8% a 15%, no caso de descumprimento de obrigações indicadas no grupo 1 (gravíssimas) do **subitem 5.2.1.**

10.2.3. SUSPENSÃO temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município, segundo a natureza e gravidade da falta cometida, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

10.2.4. DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE para licitar ou contratar com a Administração, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante o Município.

10.3. A CONCESSIONÁRIA não incorrerá em penalidades quando o descumprimento dos prazos e/ou obrigações estabelecidos resultar de caso fortuito ou força maior devidamente comprovados.

10.4. A multa não impede que o CONCEDENTE rescinda unilateralmente o contrato e aplique as outras sanções previstas na lei e naquele instrumento.

10.5. O valor das multas será cobrado mediante notificação extrajudicial, independentemente da adoção da medida judicial competente, observando o procedimento descrito no subitem 10.11.

10.6. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com outras sanções previstas no subitem 10.2, segundo a natureza e a gravidade da falta cometida, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 15 dias úteis.

10.7. É facultado ao CONCESSIONÁRIO interpor recurso, dirigido ao Chefe do Poder Executivo, contra a aplicação, por decisão da Comissão de Licitação, das penas de advertência, suspensão ou de multa, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da ciência da respectiva notificação.

10.8. A sanção prevista na alínea "d" do subitem 10.2 é de competência do Chefe do Poder Executivo, facultada a defesa prévia do interessado no respectivo processo de contratação, no prazo de 15 (quinze) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 02 (dois) anos de sua aplicação.

10.9. As sanções previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 10.2 poderá ser também aplicável à CONCESSIONÁRIA que, em razão do contrato:

a) tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

b) praticar atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;

c) demonstrar não possuir idoneidade para contratar com a Administração Pública, em virtude de atos ilícitos praticados.

10.10. Independentemente das sanções legais cabíveis, a CONCESSIONÁRIA ficará sujeita, ainda, à composição das perdas e danos causados ao CONCEDENTE pelo descumprimento das suas obrigações.

10.11. As sanções administrativas somente serão aplicadas mediante regular processo administrativo, assegurada a ampla defesa e o contraditório, observando-se as seguintes regras:

a) Antes da aplicação de qualquer sanção administrativa, a CONCESSIONÁRIA será notificada, facultando-lhe a apresentação de defesa prévia, no prazo de 15 (quinze) dias úteis a contar da notificação, exceto na hipótese de declaração de inidoneidade, devendo ser observada a regra do art. 110 da Lei nº 8.666/93;

b) A notificação deverá ocorrer pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento ou por edital em jornal de grande circulação, no caso de concessionário e/ou seu representante estar em local incerto e não sabido. A notificação indicará a conduta reputada como infratora, a motivação para aplicação da penalidade, a sanção que se pretende aplicar, o prazo e o local de entrega das razões de defesa;

c) Ofertada a defesa prévia ou expirado o prazo sem que ocorra a sua apresentação, a autoridade competente proferirá decisão fundamentada e adotará as medidas legais cabíveis, resguardado o direito de recurso da CONCESSIONÁRIA, ao Prefeito Municipal, que deverá ser exercido nos termos da Lei Federal nº 8.666/93.

10.12. As penalidades só poderão ser relevadas nas hipóteses de caso fortuito ou força maior, devidamente justificados e comprovados, a juízo do CONCEDENTE.

11.CLÁUSULA **DÉCIMA PRIMEIRA** - DA RESCISÃO E DA DECLARAÇÃO DE CADUCIDADE

11.1. O descumprimento das condições estabelecidas neste Termo, no edital, no contrato e/ou em disposições legais, quando houver reincidência ou não couber apenas a aplicação de multas, implicará na extinção da concessão de direito real de uso, por rescisão contratual ou declaração de caducidade, nos termos a seguir.

11.2. O CONCEDENTE possui o direito de **rescindir** unilateralmente o contrato de concessão, independentemente de interpelação judicial, nos seguintes casos:

a) quando a CONCESSIONÁRIA falir, for dissolvida ou por superveniente incapacidade técnica;

b) quando houver paralisação das atividades da CONCESSIONÁRIA pelo prazo de 60 (sessenta) dias, consecutivos ou alternados, sem justificativa aceita pelo CONCEDENTE;

c) pelo descumprimento das obrigações do grupo 1 (gravíssimas) relacionadas no subitem 5.2.1;

d) pela existência de aplicação de 5 advertências durante o período de 24 (vinte e quatro) meses, qualificando como descumprimento reiterado das obrigações contratuais.

e) pelo descumprimento por 3 (três) vezes, consecutivas ou não, da mesma obrigação prevista no grupo 2 (graves) ou 4 (quatro) vezes, consecutivas ou não, da mesma obrigação prevista no grupo 3 (leve) dentro do período de 24 (vinte e quatro) meses.

f) nas hipóteses dos artigos 77 e 78, da Lei Federal nº 8.666/93;

g) a pedido justificado da CONCESSIONÁRIA.

11.3. O CONCEDENTE possui o direito de declarar a **caducidade** do contrato de concessão, independentemente de interpelação judicial, nos seguintes casos:

a) quando a CONCESSIONÁRIA transferir a concessão, locar ou de qualquer modo ceder a terceiros parte do imóvel concedido;

b) alterar a destinação do imóvel ou o ramo de atividade da CONCESSIONÁRIA, sem autorização do CONCEDENTE;

c) quando a CONCESSIONÁRIA for condenada judicialmente por cometimento de atos de improbidade administrativa ou por atos indicados na Lei 12.846/2013 ou por crimes ambientais;

d) quando a CONCESSIONÁRIA for condenada em âmbito administrativo por danos causados ao meio ambiente, por cometimento de atos de improbidade administrativa ou por atos indicados na Lei 12.846/2013;

e) descumprimento da margem de empregabilidade da proposta da concessionária apresentada na sessão pública do certame, por dois anos consecutivos.

11.4. A extinção da concessão de direito de uso, sem culpa das partes, não ensejará à CONCESSIONÁRIA a aplicação de penalidades.

11.5. Extinta a concessão, seja pela expiração do seu prazo ou em razão de rescisão contratual, será notificada a CONCESSIONÁRIA para a entrega do imóvel, no prazo assinalado na referida notificação.

11.5.1. Obriga-se a CONCESSIONÁRIA a entregar o imóvel objeto desta licitação, no prazo assinalado, inteiramente desembaraçado, em estado de conservação e uso normais, para imediata reintegração de posse do bem pelo poder CONCEDENTE.

11.5.2. Com a extinção ou rescisão do contrato a chave do imóvel deverá ser devolvida ao CONCEDENTE sob pena de ser considerado uso irregular, acarretando a cobrança desta ocupação a título de indenização e adoção das medidas administrativas e/ou judiciais para retomada da posse do imóvel.

11.6. Extinto, por qualquer hipótese, o contrato, ou se após regular procedimento administrativo for constatado o abandono do imóvel pela CONCESSIONÁRIA, poderá o Município, através dos meios de que dispuser, promover a remoção compulsória de quaisquer bens, pertençam eles à CONCESSIONÁRIA, a seus prepostos, fornecedores, contratantes e/ou contratados, ficando a CONCESSIONÁRIA responsável pelo ressarcimento das despesas de remoção e/ou guarda dos bens.

11.7. O Município notificará a CONCESSIONÁRIA diretamente ou por edital, concedendo-lhe prazo de até 30 (trinta) dias, a partir do recebimento da notificação ou da publicação do edital, para pagamento de quaisquer débitos existentes junto ao CONCEDENTE com a consequente retirada dos bens eventualmente removidos.

11.8. Decorrido o prazo estabelecido no subitem anterior sem que os bens tenham sido retirados, ficará o Município autorizado a proceder a sua alienação em leilão, a fim de se ressarcir de eventuais débitos da CONCESSIONÁRIA, ficando o saldo eventualmente existente à disposição pelo prazo de 01 (um) ano, findo o qual o montante será revertido ao CONCEDENTE.

12.CLÁUSULA **DÉCIMA SEGUNDA** – RESTITUIÇÃO DO IMÓVEL

12.1. A CONCESSIONÁRIA obriga-se a zelar pela manutenção do imóvel, ficando responsável por eventuais danos que porventura ocorrer no imóvel, ocasionados por ele ou por terceiros, incluindo os causados por caso fortuito ou força maior.

12.2. A CONCESSIONÁRIA compromete-se a restituir o imóvel ao final do contrato nas mesmas condições em que os recebeu, ressalvados o desgaste natural com o decorrer do tempo, salvo se optar pela aquisição definitiva do imóvel.

12.3. A CONCESSIONÁRIA é obrigada a restituir ao imóvel ao CONCEDENTE nas hipóteses de extinção da concessão, por rescisão contratual ou declaração de sua caducidade.

13.CLÁUSULA **DÉCIMA TERCEIRA** - MEDIDAS ACAUTELADORAS

13.1. A CONCESSIONÁRIA responderá por todos os encargos e obrigações de natureza trabalhista, previdenciária, fiscal, acidentária, administrativa, civil e comercial resultantes da execução do contrato, bem como, pelos danos causados ao patrimônio do CONCEDENTE ou de terceiros.

14.CLÁUSULA **DÉCIMA QUARTA** - MEDIDAS ACAUTELADORAS

14.1. Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784/1999, a Administração Pública poderá motivadamente adotar providências acauteladoras.

15.CLÁUSULA **DÉCIMA QUINTA** - DOS CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos ou situações não explicitadas nas cláusulas deste Contrato serão decididos pelo CONCEDENTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 9.784/1999, na Lei nº 8.666/1993, no Código Civil, no Edital e os anexos da licitação CONCORRÊNCIA nº 02/2020, bem como nos demais regulamentos e normas administrativas federais e municipais, que fazem parte integrante deste Contrato, independentemente de suas transcrições.

16.CLÁUSULA **DÉCIMA SEXTA** - DA PUBLICAÇÃO

16.1. A publicação resumida do instrumento de contrato no Diário Oficial Do Município será providenciada pelo CONCEDENTE.

17. CLÁUSULA **DÉCIMA SÉTIMA** - DO FORO

17.1. As questões decorrentes da utilização do presente Instrumento que não puderem ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, Comarca de Capanema-PR.

E assim, por estarem de acordo, ajustados e contratados, após lido e achado conforme, as partes a seguir firmam o presente Contrato em 02 (duas) vias, de igual teor e forma.

CAPANEMA, 21 de dezembro de 2020.

AMERICO BELLE
Prefeito Municipal

CLEITON LUIZ SCHLOSSER
Representante legal
ART 2 GESSO LTDA
Concessionária

05

CONTRATO DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO Nº 595/2020 QUE CELEBRAM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE CAPANEMA E A EMPRESA FERRAGENS E TINTAS CAPANEMA EIRELI.

O MUNICÍPIO DE CAPANEMA-PR, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 75.972.760/0001-60, com sede à Av. Gov. Pedro Viriato Parigot de Souza, 1.080, centro, Município de Capanema PR., neste ato representado por seu Prefeito Municipal, AMÉRICO BELLÉ, de ora em diante denominado CONCEDENTE, e de outro lado a FERRAGENS E TINTAS CAPANEMA EIRELI, inscrita no CNPJ sob o nº 05.762.047/0001-06, com sede na Rua Pernambuco, 1231 Sala 01 - CEP: 85760000 - Bairro: Centro, no Município de Capanema/PR, representada neste ato pelo (a) Sr.(a) TATIANE MORETTI SEBEN, portador(a) da Cédula de Identidade RG sob o nº 67802012 e inscrito no CPF sob o nº 018.464.459-30, de ora em diante denominada CONCESSIONÁRIA, acordam as seguintes cláusulas e condições nos termos do Processo de Licitação CONCORRÊNCIA nº. 2/2020:

1. CLÁUSULA **PRIMEIRA** - DO OBJETO

1.1. Constitui objeto deste contato a **concessão de direito real de uso** de bem público de propriedade do Município de Capanema, referente a um terreno sem barracão, cujo imóvel segue discriminado abaixo, com o respectivo valor de avaliação:

Item	Descrição do Imóvel	Localização	Cadastro Municipal	Metragem	Avaliação atual
5	TERRENO	Área Industrial III - Saída para São Luiz - Quadra nº80 - Lote 06 - Setor N.O - Rua Paraíba nº 1835	138801	1.546,33 M²	R$ 309.266,00

1.2. O uso do imóvel descrito acima será obrigatoriamente para exploração da atividade descrita na proposta apresentada pela CONCESSIONÁRIA, sem prejuízo das normas e obrigações constantes no Edital e seus anexos.

1.3. A CONCESSIONÁRIA explorará a(s) seguinte(s) atividade(s):

a) Depósito de comércio varejista de tintas e materiais para pintura;

b) Comércio varejista de materiais de construção em geral.

2. CLÁUSULA **SEGUNDA** - DO PRAZO DA CONCESSÃO

2.1. O prazo de vigência da Concessão de Direito Real de Uso, conforme indicado na Lei Municipal nº 1.745/2020 será de **20 (vinte) anos**, contados **a partir de 1º de janeiro de 2021**.

2.2. A CONCESSIONÁRIA deverá observar o prazo para início das suas atividades conforme previsto no termo de referência e de acordo com sua proposta, sob pena de ser determinada a rescisão

do contrato de concessão de uso, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste instrumento, no edital ou no termo de referência.

3. CLÁUSULA **TERCEIRA** - DA PRORROGAÇÃO CONTRATUAL

3.1. A vigência do contrato poderá ser prorrogada uma única vez, pelo mesmo prazo previsto no contrato original, desde que observadas as seguintes condições que caracterizam o interesse público:

a) interesse da Concessionária;

b) integral cumprimento dos requisitos previstos na proposta original da concessionária e na legislação em vigor;

c) inexistência de aplicação de penalidades à concessionária, em razão do descumprimento contratual, salvo uma advertência ou uma multa de natureza leve, devidamente formalizada em processo administrativo;

d) apresentação de todos os documentos necessários para a habilitação na licitação original, devidamente atualizados, válidos e regulares.

3.2. O procedimento para eventual prorrogação contratual será formal e deverá ser anexado ao presente processo de concessão, observando-se o seguinte rito:

I - no prazo compreendido entre o 12º e o 6º mês que antecede o encerramento da vigência do contrato de concessão, a CONCESSIONÁRIA apresentará requerimento escrito, constando a comprovação das condições mencionadas nas alíneas do subitem 3.1, devidamente protocolado no Protocolo-Geral do Município;

II - o requerimento será juntado aos autos da presente concessão;

III - os autos serão encaminhados para a Procuradoria Municipal, para parecer jurídico, no prazo de 15 dias, possibilitando a solicitação de certidões de órgãos públicos, sem prejuízo da notificação da CONCESSIONÁRIA para que apresente documentos complementares essenciais para a aprovação da prorrogação contratual;

IV - na hipótese de necessidade de complementação da documentação para avaliação da Procuradoria Municipal, a CONCESSIONÁRIA encaminhará os documentos exigidos no prazo de 10 dias;

V - emitido o parecer jurídico, a decisão final caberá ao Chefe do Poder Executivo, por meio de despacho fundamentado, no prazo de 15 dias.

3.3. Transcorrido o prazo de 40 anos da vigência da concessão, sem que haja a opção de aquisição pela concessionária, a concessão será extinta.

4. CLÁUSULA **QUARTA** - DA OPÇÃO DE AQUISIÇÃO DO IMÓVEL CONCEDIDO

4.1. A concessionária poderá optar pela aquisição ou não do imóvel no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias antes do encerramento da vigência inicial do contrato de concessão ou do encerramento da prorrogação do contrato.

4.2. Caso opte pela aquisição em definitivo do imóvel, o valor a ser pago será o montante estabelecido na avaliação do imóvel, conforme o disposto neste Termo de Referência, corrigido monetariamente pelo índice utilizado na atualização da UFM, anualmente.

4.3. A opção pela aquisição em definitivo do imóvel poderá ocorrer a partir do quinto ano da vigência da concessão, cujo pagamento do respectivo valor será realizado em parcela única ou de

forma parcelada, em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais, devidamente corrigidas pelo índice de atualização da UFM, anualmente.

4.3.1. Em havendo a opção pela aquisição de forma parcelada, exigir-se-á a apresentação de garantia idônea, cláusula de reversão do imóvel, em caso de inadimplemento e o cumprimento dos requisitos previstos no art. 12, da Lei Municipal nº 1.745/2020.

4.3.2. Por opção da CONCESSIONÁRIA, a partir do quinto ano da vigência da concessão, é possível a aquisição parcelada do imóvel, em número de parcelas correspondentes ao número de meses restantes da vigência da CONCESSÃO, hipótese em que será outorgada escritura pública de alienação com cláusula resolutiva.

4.4. Caso a concessionária opte por não adquirir em definitivo o imóvel concedido, no prazo estabelecido no edital da licitação, a concessão será extinta.

4.5. Na hipótese do subitem 4.4 e em havendo edificações e benfeitorias realizadas pela concessionária no imóvel durante a vigência contratual, o imóvel poderá ser alienado pelo Município, pelo valor de mercado atualizado da sua totalidade, para que a concessionária original seja indenizada exclusivamente pelas edificações e benfeitorias realizadas.

4.6. O Município, ao invés da alienação prevista no subitem 4.5. poderá realizar nova concessão de direito real de uso do imóvel, caso conste no edital da nova licitação a obrigação da licitante vencedora do certame depositar o montante referente à avaliação das edificações e benfeitorias realizadas pelo concessionário original, no prazo de 10 (dez) dias, após a homologação da licitação, para fins de indenização da concessionária original.

4.7. Decorrido o prazo de 12 (doze) meses após a extinção da concessão e não realizada a indenização prevista nos subitens 4.5 ou 4.6, o Município indenizará as edificações e benfeitorias realizadas pelo concessionário original.

4.8. Para fazer jus às indenizações pelas edificações e benfeitorias realizadas no imóvel, a concessionária deverá obter as licenças dos órgãos competentes para as respectivas construções, quando exigido por lei, bem como averbá-las na matrícula do imóvel, por suas expensas, previamente ao encerramento da vigência do contrato ou previamente à abertura de processo administrativo para apurar a regularidade da concessão, com o fim de extingui-la.

4.9. O inadimplemento de parcelas referentes à aquisição do imóvel acarretará aplicação das seguintes penalidades:

4.9.1. Multa de mora de 1% do valor da avaliação do imóvel por mês de atraso.

4.9.2. Resolução do contrato de compra e venda caso haja a inadimplência de três parcelas seguidas, sem prejuízo da aplicação da multa prevista no subitem 4.9.1.

4.10. É vedada a destinação do imóvel concedido, mesmo após a aquisição definitiva pela CONCESSIONÁRIA, para outra finalidade que não seja industrial ou comercial, o que será devidamente averbado na matrícula do imóvel.

4.10.1. A tentativa de utilização do imóvel - adquirido definitivamente pela CONCESSIONÁRIA - de maneira indevida será coibida pelo Município de Capanema, a qualquer tempo, por meio do indeferimento do licenciamento da atividade, devido a sua localização.

5. CLÁUSULA **QUINTA** - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Obrigações do CONCEDENTE:

5.1.1. Disponibilizar o acesso ao imóvel imediatamente após o início da vigência da concessão;

5.1.2. Registrar as irregularidades constatadas em ato de fiscalização, cientificando a autoridade competente para as providências pertinentes, e notificar a CONCESSIONÁRIA para pronta regularização;

5.1.3. Notificar a CONCESSIONÁRIA imediatamente após constatar o descumprimento de alguma das obrigações contratuais, fixando um prazo para que ela promova as diligências/correções necessárias sob pena de aplicação de penalidades previstas no item 10.

5.1.4. Caberá ao CONCEDENTE avaliar a cada 12 (doze) meses o cumprimento do contrato.

5.2. Obrigações da CONCESSIONÁRIA:

As obrigações da CONCESSIONÁRIA estão divididas em 03 (três) grupos por grau de gravidade conforme disposições abaixo:

5.2.1. Obrigações **do Grupo 1 (GRAVÍSSIMA)**

5.2.1.1. O descumprimento das obrigações deste grupo poderá implicar na rescisão do contrato e das demais penalidades previstas no item 10.

a) utilizar o imóvel cujo uso lhe é concedido de acordo com as especificações e condições apresentadas pelo CONCEDENTE contidas neste instrumento, sendo vedada a utilização de áreas que não se encontrem limitadas no contrato, bem como não será permitida a utilização do bem público concedido para finalidade diferente da que foi licitada, garantindo-se as demais exigências pactuadas;

b) não transferir, ceder ou subconceder a terceiros o imóvel concedido durante a vigência do contrato de concessão;

c) não promover modificação da finalidade ou da estrutura societária que prejudique a execução da proposta apresentada na licitação, salvo se previamente submetida ao CONCEDENTE para análise e aceite, desde que verificada a manutenção dos critérios predominantes da proposta inicial, especialmente quanto à empregabilidade e aos investimentos privados no imóvel;

d) a CONCESSIONÁRIA deverá entregar procuração, conforme modelo a ser fornecido pelo CONCEDENTE, indicando, pelo menos, 02 (dois) prepostos com poderes para receber notificações e demais documentos pertinentes ao contrato de concessão. A referida procuração deverá ter validade durante a vigência do contrato, bem como, ficará sob a responsabilidade da CONCESSIONÁRIA a sua atualização junto ao Município;

e) produzir e/ou comercializar exclusivamente produtos lícitos e em rigorosa obediência à legislação pertinente;

f) não ser autuado e penalizado com multa pela segunda vez, num período de 24 meses, pelos mesmos motivos, em atuação da fiscalização, ou pela vigilância sanitária, ou outro órgão público, em razão de descumprimento das normas envolvendo a exploração do imóvel concedido.

5.2.2 Obrigações **do Grupo 2 (GRAVE):**

a) adequar e equipar o espaço físico, bem como realizar as construções, adaptações e acabamentos necessários para o início das atividades constantes na proposta apresentada na sessão da licitação, que deverá ocorrer no prazo de até 120 (cento e vinte) dias, contados a partir da vigência do concessão, com as condições e características necessárias e indispensáveis para realizar plenamente suas atividades, de acordo com as normas vigentes para o funcionamento do estabelecimento.

a.1) o referido prazo poderá ser excepcionalmente prorrogado desde que haja justificativa comprovada e aceita pela Administração, especificamente quando o exercício da atividade depender de licenças de outros órgãos públicos e não esteja caracterizada a negligência da própria CONCESSIONÁRIA;

a.2) no que tange à concessão dos terrenos sem barracões, o prazo da construção do empreendimento será o estabelecido na proposta da CONCESSIONÁRIA, apresentada na sessão da licitação.

b) manter a exploração da atividade industrial/comercial com o funcionamento constante;

c) obter as licenças exigidas para a construção, modificação e/ou ampliação que se pretenda fazer nas instalações externas e internas do imóvel objeto da CONCESSÃO;

d) para os **imóveis em que contenham barracões construídos pelo CONCEDENTE,** compete à CONCESSIONÁRIA contratar e/ou renovar anualmente o seguro contra incêndio do(s) imóvel(is) e suas respectivas instalações, com valor mínimo compatível com o valor de avaliação do barracão, de acordo com a tabela constante no subitem 1.1, **indicando como beneficiário o Município de Capanema**, sendo obrigatória a apresentação da(s) apólice(s) ao Município, no prazo de 60 (sessenta) dias, após o início das atividades industriais/comerciais no imóvel, bem como a cada renovação anual do seguro;

e) providenciar no prazo de até 120 (cento e vinte) dias, contados do início da vigência da concessão, a abertura de filial no Município de Capanema, caso a empresa seja sediada em outro Município, e apresentar a documentação ao CONCEDENTE;

f) recolher os tributos incidentes de sua atividade e emitir notas e cupons fiscais, conforme a legislação em vigor;

g) compete à CONCESSIONÁRIA, no prazo de 30 (trinta) dias, contados do início da vigência da concessão, requerer a transferência, para o seu nome, dos registros de água e luz do imóvel, junto aos órgãos competentes;

h) cumprir todas as normas ambientais exigidas para o exercício da atividade.

h.1) as licenças ambientais exigidas para o exercício da atividade deverão ser providenciadas pela CONCESSIONÁRIA no prazo de 120 (cento e vinte) dias, contados da vigência da concessão. Excepcionalmente, o prazo poderá ser prorrogado, mediante comprovação de motivo relevante, sem culpa da CONCESSIONÁRIA, e aceito pelo CONCEDENTE.

5.2.3. Obrigações do Grupo 3 (LEVE):

a) prestar todas as informações e/ou esclarecimentos ao CONCEDENTE, sempre que lhe forem solicitadas;

b) a CONCESSIONÁRIA deverá cumprir as normas relativas à legislação pertinente ao tipo de atividade comercial, providenciando anualmente a(s) licença(s) necessária(s) para o exercício da atividade;

c) é vedada a instalação de publicidade, letreiros e faixas de terceiros em qualquer parte da edificação do imóvel, permitida a identificação da própria CONCESSIONÁRIA e dos produtos ou atividades desenvolvidas no local.

d) adotar as providências adequadas em relação a qualquer empregado cujo procedimento for considerado inconveniente, fato este detectado a partir da fiscalização realizada pelo Município;

e) respeitar as normas trabalhistas;

j) é vedada a criação de animais domesticáveis ou não no imóvel;

k) cumprir as normas legais federais, estaduais e municipais, notadamente aquelas relativas à legislação urbana, ambiental e sanitária, registros de inspeção trabalhista, providenciando licenças e alvarás exigidos na forma da Lei, mantendo-os atualizados e em locais visíveis e de fácil identificação;

l) responder por todas as despesas com pessoal para exercício das atividades permitidas à CONCESSIONÁRIA, arcando com os encargos trabalhistas, sociais e previdenciários, de acordo com a legislação em vigor, obrigando-se a saldá-los em época própria, uma vez que seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o CONCEDENTE;

m) arcar com todas as despesas decorrentes da instalação de telefone e de qualquer outro serviço utilizado, assim como custos como impostos, taxas, contribuições e tributos federais, estaduais e municipais que incidam direta ou indiretamente sobre o imóvel, bem como as atividades econômicas nele desenvolvidas, que serão integralmente arcadas pela CONCESSIONÁRIA;

n) responder civilmente por seus atos, de seus empregados e de quaisquer pessoas físicas ou jurídicas a ela vinculadas, que causarem danos a terceiros e à(s) instalação(ões) física(s) do módulo, cujo uso lhe é concedido, sendo que a ocorrência destes deverá ser imediatamente comunicada ao órgão fiscalizador, para as providências que se fizerem necessárias;

o) acompanhar a vistoria de recebimento do imóvel, apondo a sua assinatura no laudo respectivo;

p) manter-se, durante toda a vigência da concessão, em compatibilidade com as obrigações assumidas na proposta apresentada na sessão de licitação, bem como todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, respeitando-se o disposto neste Termo de Referência e nos demais documentos da licitação;

q) participar, por meio de seu(s) sócio(s) ou representante(s) da CONCESSIONÁRIA, dos cursos e eventos de empreendedorismo disponibilizados pelo CONCEDENTE ou pela ACEC, durante o prazo de vigência da concessão;

r) manter o imóvel, objeto desta concessão em perfeitas condições de conservação e limpeza, de acordo com as normas estabelecidas pelo CONCEDENTE e legislação em vigor, observando também os seguintes pontos:

I. Toda a área de influência do imóvel deverá ser mantida diariamente limpa pela CONCESSIONÁRIA, e os resíduos coletados deverão ser devidamente ensacados e apresentados para a coleta regular, respeitando-se os horários de coleta estabelecidos pelo Município;

II. Implementar, em sua rotina diária, a separação de seus resíduos, de acordo com a legislação vigente;

6. CLÁUSULA **SEXTA** - DAS ALTERAÇÕES E AMPLIAÇÕES DO IMÓVEL

6.1. Compete à CONCESSIONÁRIA adequar e equipar o espaço físico, bem como realizar as adaptações e acabamentos necessários para o início das atividades.

6.2. Havendo necessidade de modificação de alguma estrutura, a CONCESSIONÁRIA submeterá previamente à apreciação e aprovação escrita do CONCEDENTE, o qual poderá vetar, justificadamente, parcial ou totalmente qualquer modificação que se pretenda fazer nas instalações estruturais externas e internas do imóvel objeto da concessão.

6.3. É possível a ampliação da estrutura dos barracões pela CONCESSIONÁRIA, com recursos próprios, respeitando-se as diretrizes estabelecidas pelo CONCEDENTE, devidamente aprovado pelo Departamento de Engenharia do Município e pelo Prefeito Municipal.

7. CLÁUSULA **SÉTIMA** - DA SUBCONTRATAÇÃO / SUBCONCESSÃO / LOCAÇÃO

7.1. É vedada a subcontratação, subconcessão ou locação total ou parcial do objeto do contrato.

8. CLÁUSULA **OITAVA** - DA MARGEM DE CUMPRIMENTO DA PROPOSTA DE EMPREGABILIDADE

8.1. Durante a vigência da concessão, a CONCESSIONÁRIA deverá observar a proposta apresentada na sessão de licitação, especialmente quanto ao número de empregos diretos.

8.2. Haverá uma margem de tolerabilidade no descumprimento do número de empregos diretos ofertados na proposta original, da seguinte forma:

a) a avaliação do cumprimento da proposta de criação de postos de trabalho será realizada anualmente, sempre no mês de julho, utilizando-se o período dos 12 (doze) meses anteriores;

b) Durante os doze meses anteriores à avaliação será calculada uma média do cumprimento da proposta da CONCESSIONÁRIA;

c) o percentual de tolerabilidade será de 25% (vinte e cinco por cento);

d) o descumprimento da proposta de criação de postos de trabalho acima da margem de tolerabilidade acarretará na aplicação de multa, prevista na alínea "a" do subitem 10.2.2.

e) o descumprimento da proposta de criação de postos de trabalho acima da margem de tolerabilidade **por dois anos consecutivos** acarretará na declaração de caducidade da concessão.

9. CLÁUSULA **NONA** - DA FISCALIZAÇÃO

9.1. A Fiscalização será de competência e responsabilidade do Município, a quem caberá verificar se, no seu desenvolvimento, estão sendo cumpridos os termos do Contrato, a proposta original da concessionária, suas especificações e demais requisitos, assim como participar de todos os atos que se fizerem necessários para sua fiel execução.

9.2. A fiscalização será exercida no interesse exclusivo do CONCEDENTE, e não exclui nem reduz a responsabilidade da CONCESSIONÁRIA, inclusive de terceiros, por qualquer irregularidade.

9.3. O Município de Capanema, na qualidade de fiscal do cumprimento das obrigações oriundas da concessão, notificará a CONCESSIONÁRIA para que providencie os reparos e/ou correções que se fizerem necessárias ao objeto da concessão, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, contados da data do recebimento da referida notificação.

9.3.1. A notificação poderá ser recebida pelo preposto indicado na Procuração, bem como qualquer um dos sócios da CONCESSIONÁRIA, possibilitando a notificação via e-mail.

9.3.2. O não recebimento de qualquer notificação expedida pelo Município, por parte da CONCESSIONÁRIA, será considerada válida com o ateste do servidor público responsável e ratificação da fiscalização.

9.4. O Município irá indicar um servidor para fiscalizar a execução do contrato de concessão.

10. CLÁUSULA **DÉCIMA** – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. O descumprimento das obrigações previstas neste termo, no edital de licitação e no contrato ensejará a aplicação das sanções descriminadas a seguir, independentemente da rescisão contratual determinada por ato unilateral do CONCEDENTE.

10.2. Em caso de **inexecução total ou parcial da proposta ofertada pela CONCESSIONÁRIA na sessão da licitação**, inclusive não atendimento das determinações da fiscalização, a CONCESSIONÁRIA estará sujeita, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, às seguintes penalidades:

10.2.1. ADVERTÊNCIA por escrito, sempre que verificadas pequenas irregularidades para as quais haja concorrido;

10.2.2. MULTAS, que serão aplicadas por infração, conforme abaixo, limitadas a no máximo 15% (quinze por cento) sobre o valor de avaliação do imóvel concedido:

a) de 2% a 5%, no caso de descumprimento de obrigações indicadas no grupo 3 (leves) do **subitem 5.2.3;**

b) de 5% a 8%, no caso de descumprimento de obrigações indicadas no grupo 2 (graves) do **subitem 5.2.2;**

c) de 8% a 15%, no caso de descumprimento de obrigações indicadas no grupo 1 (gravíssimas) do **subitem 5.2.1.**

10.2.3. SUSPENSÃO temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município, segundo a natureza e gravidade da falta cometida, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

10.2.4. DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE para licitar ou contratar com a Administração, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante o Município.

10.3. A CONCESSIONÁRIA não incorrerá em penalidades quando o descumprimento dos prazos e/ou obrigações estabelecidos resultar de caso fortuito ou força maior devidamente comprovados.

10.4. A multa não impede que o CONCEDENTE rescinda unilateralmente o contrato e aplique as outras sanções previstas na lei e naquele instrumento.

10.5. O valor das multas será cobrado mediante notificação extrajudicial, independentemente da adoção da medida judicial competente, observando o procedimento descrito no subitem 10.11.

10.6. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com outras sanções previstas no subitem 10.2, segundo a natureza e a gravidade da falta cometida, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 15 dias úteis.

10.7. É facultado ao CONCESSIONÁRIO interpor recurso, dirigido ao Chefe do Poder Executivo, contra a aplicação, por decisão da Comissão de Licitação, das penas de advertência, suspensão ou de multa, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da ciência da respectiva notificação.

10.8. A sanção prevista na alínea "d" do subitem 10.2 é de competência do Chefe do Poder Executivo, facultada a defesa prévia do interessado no respectivo processo de contratação, no prazo de 15 (quinze) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 02 (dois) anos de sua aplicação.

10.9. As sanções previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 10.2 poderá ser também aplicável à CONCESSIONÁRIA que, em razão do contrato:

a) tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

b) praticar atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;

c) demonstrar não possuir idoneidade para contratar com a Administração Pública, em virtude de atos ilícitos praticados.

10.10. Independentemente das sanções legais cabíveis, a CONCESSIONÁRIA ficará sujeita, ainda, à composição das perdas e danos causados ao CONCEDENTE pelo descumprimento das suas obrigações.

10.11. As sanções administrativas somente serão aplicadas mediante regular processo administrativo, assegurada a ampla defesa e o contraditório, observando-se as seguintes regras:

a) Antes da aplicação de qualquer sanção administrativa, a CONCESSIONÁRIA será notificada, facultando-lhe a apresentação de defesa prévia, no prazo de 15 (quinze) dias úteis a contar da notificação, exceto na hipótese de declaração de inidoneidade, devendo ser observada a regra do art. 110 da Lei nº 8.666/93;

b) A notificação deverá ocorrer pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento ou por edital em jornal de grande circulação, no caso de concessionário e/ou seu representante estar em local incerto e não sabido. A notificação indicará a conduta reputada como infratora, a motivação para aplicação da penalidade, a sanção que se pretende aplicar, o prazo e o local de entrega das razões de defesa;

c) Ofertada a defesa prévia ou expirado o prazo sem que ocorra a sua apresentação, a autoridade competente proferirá decisão fundamentada e adotará as medidas legais cabíveis, resguardado o direito de recurso da CONCESSIONÁRIA, ao Prefeito Municipal, que deverá ser exercido nos termos da Lei Federal nº 8.666/93.

10.12. As penalidades só poderão ser relevadas nas hipóteses de caso fortuito ou força maior, devidamente justificados e comprovados, a juízo do CONCEDENTE.

11. CLÁUSULA **DÉCIMA PRIMEIRA** - DA RESCISÃO E DA DECLARAÇÃO DE CADUCIDADE

11.1. O descumprimento das condições estabelecidas neste Termo, no edital, no contrato e/ou em disposições legais, quando houver reincidência ou não couber apenas a aplicação de multas,

implicará na extinção da concessão de direito real de uso, por rescisão contratual ou declaração de caducidade, nos termos a seguir.

11.2. O CONCEDENTE possui o direito de **rescindir** unilateralmente o contrato de concessão, independentemente de interpelação judicial, nos seguintes casos:

a) quando a CONCESSIONÁRIA falir, for dissolvida ou por superveniente incapacidade técnica;

b) quando houver paralisação das atividades da CONCESSIONÁRIA pelo prazo de 60 (sessenta) dias, consecutivos ou alternados, sem justificativa aceita pelo CONCEDENTE;

c) pelo descumprimento das obrigações do grupo 1 (gravíssimas) relacionadas no subitem 5.2.1;

d) pela existência de aplicação de 5 advertências durante o período de 24 (vinte e quatro) meses, qualificando como descumprimento reiterado das obrigações contratuais.

e) pelo descumprimento por 3 (três) vezes, consecutivas ou não, da mesma obrigação prevista no grupo 2 (graves) ou 4 (quatro) vezes, consecutivas ou não, da mesma obrigação prevista no grupo 3 (leve) dentro do período de 24 (vinte e quatro) meses.

f) nas hipóteses dos artigos 77 e 78, da Lei Federal nº 8.666/93;

g) a pedido justificado da CONCESSIONÁRIA.

11.3. O CONCEDENTE possui o direito de declarar a **caducidade** do contrato de concessão, independentemente de interpelação judicial, nos seguintes casos:

a) quando a CONCESSIONÁRIA transferir a concessão, locar ou de qualquer modo ceder a terceiros parte do imóvel concedido;

b) alterar a destinação do imóvel ou o ramo de atividade da CONCESSIONÁRIA, sem autorização do CONCEDENTE;

c) quando a CONCESSIONÁRIA for condenada judicialmente por cometimento de atos de improbidade administrativa ou por atos indicados na Lei 12.846/2013 ou por crimes ambientais;

d) quando a CONCESSIONÁRIA for condenada em âmbito administrativo por danos causados ao meio ambiente, por cometimento de atos de improbidade administrativa ou por atos indicados na Lei 12.846/2013;

e) descumprimento da margem de empregabilidade da proposta da concessionária apresentada na sessão pública do certame, por dois anos consecutivos.

11.4. A extinção da concessão de direito de uso, sem culpa das partes, não ensejará à CONCESSIONÁRIA a aplicação de penalidades.

11.5. Extinta a concessão, seja pela expiração do seu prazo ou em razão de rescisão contratual, será notificada a CONCESSIONÁRIA para a entrega do imóvel, no prazo assinalado na referida notificação.

11.5.1. Obriga-se a CONCESSIONÁRIA a entregar o imóvel objeto desta licitação, no prazo assinalado, inteiramente desembaraçado, em estado de conservação e uso normais, para imediata reintegração de posse do bem pelo poder CONCEDENTE.

11.5.2. Com a extinção ou rescisão do contrato a chave do imóvel deverá ser devolvida ao CONCEDENTE sob pena de ser considerado uso irregular, acarretando a cobrança desta ocupação a título de indenização e adoção das medidas administrativas e/ou judiciais para retomada da posse do imóvel.

11.6. Extinto, por qualquer hipótese, o contrato, ou se após regular procedimento administrativo for constatado o abandono do imóvel pela CONCESSIONÁRIA, poderá o Município,

através dos meios de que dispuser, promover a remoção compulsória de quaisquer bens, pertençam eles à CONCESSIONÁRIA, a seus prepostos, fornecedores, contratantes e/ou contratados, ficando a CONCESSIONÁRIA responsável pelo ressarcimento das despesas de remoção e/ou guarda dos bens.

11.7. O Município notificará a CONCESSIONÁRIA diretamente ou por edital, concedendo-lhe prazo de até 30 (trinta) dias, a partir do recebimento da notificação ou da publicação do edital, para pagamento de quaisquer débitos existentes junto ao CONCEDENTE com a consequente retirada dos bens eventualmente removidos.

11.8. Decorrido o prazo estabelecido no subitem anterior sem que os bens tenham sido retirados, ficará o Município autorizado a proceder a sua alienação em leilão, a fim de se ressarcir de eventuais débitos da CONCESSIONÁRIA, ficando o saldo eventualmente existente à disposição pelo prazo de 01 (um) ano, findo o qual o montante será revertido ao CONCEDENTE.

12.CLÁUSULA **DÉCIMA SEGUNDA** – RESTITUIÇÃO DO IMÓVEL

12.1. A CONCESSIONÁRIA obriga-se a zelar pela manutenção do imóvel, ficando responsável por eventuais danos que porventura ocorrer no imóvel, ocasionados por ele ou por terceiros, incluindo os causados por caso fortuito ou força maior.

12.2. A CONCESSIONÁRIA compromete-se a restituir o imóvel ao final do contrato nas mesmas condições em que os recebeu, ressalvados o desgaste natural com o decorrer do tempo, salvo se optar pela aquisição definitiva do imóvel.

12.3. A CONCESSIONÁRIA é obrigada a restituir ao imóvel ao CONCEDENTE nas hipóteses de extinção da concessão, por rescisão contratual ou declaração de sua caducidade.

13.CLÁUSULA **DÉCIMA TERCEIRA** - MEDIDAS ACAUTELADORAS

13.1. A CONCESSIONÁRIA responderá por todos os encargos e obrigações de natureza trabalhista, previdenciária, fiscal, acidentária, administrativa, civil e comercial resultantes da execução do contrato, bem como, pelos danos causados ao patrimônio do CONCEDENTE ou de terceiros.

14.CLÁUSULA **DÉCIMA QUARTA** - MEDIDAS ACAUTELADORAS

14.1. Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784/1999, a Administração Pública poderá motivadamente adotar providências acauteladoras.

15.CLÁUSULA **DÉCIMA QUINTA** - DOS CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos ou situações não explicitadas nas cláusulas deste Contrato serão decididos pelo CONCEDENTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 9.784/1999, na Lei nº 8.666/1993, no Código Civil, no Edital e os anexos da licitação CONCORRÊNCIA nº 02/2020, bem como nos demais regulamentos e normas administrativas federais e municipais, que fazem parte integrante deste Contrato, independentemente de suas transcrições.

16. CLÁUSULA **DÉCIMA SEXTA** – DA PUBLICAÇÃO

16.1. A publicação resumida do instrumento de contrato no Diário Oficial Do Município será providenciada pelo CONCEDENTE.

17. CLÁUSULA **DÉCIMA SÉTIMA** – DO FORO

17.1. As questões decorrentes da utilização do presente Instrumento que não puderem ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, Comarca de Capanema-PR.

E assim, por estarem de acordo, ajustados e contratados, após lido e achado conforme, as partes a seguir firmam o presente Contrato em 02 (duas) vias, de igual teor e forma.

CAPANEMA, 21 de dezembro de 2020.

AMERICO BELLÉ
Prefeito Municipal

TATIANE MORETTI SEBEN
Representante legal
FERRAGENS E TINTAS CAPANEMA EIRELI
Concessionária

CONTRATO DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO Nº 596/2020 QUE CELEBRAM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE CAPANEMA E A EMPRESA NESTUR TRANSPORTE E TURISMO LTDA – ME.

O MUNICÍPIO DE CAPANEMA-PR, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 75.972.760/0001-60, com sede à Av. Gov. Pedro Viriato Parigot de Souza, 1.080, centro, Município de Capanema PR., neste ato representado por seu Prefeito Municipal, AMÉRICO BELLÉ, de ora em diante denominado CONCEDENTE, e de outro lado a NESTUR TRANSPORTE E TURISMO LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 28.665.378/0001-23, com sede na Av. Independência, 1096 - CEP: 85760000 - Bairro: Centro, no Município de Capanema/PR, representada neste ato pelo (a) Sr.(a) CLAUDINEIA ZABOTE BERTOCHI, portador(a) da Cédula de Identidade RG sob o nº 7.769.106-5, inscrito no CPF sob o nº 037.748.129-77, de ora em diante denominada CONCESSIONÁRIA, acordam as seguintes cláusulas e condições nos termos do Processo de Licitação CONCORRÊNCIA nº. 2/2020:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Constitui objeto deste contato a **concessão de direito real de uso** de bem público de propriedade do Município de Capanema, referente a um terreno sem barracão, cujo imóvel segue discriminado abaixo, com o respectivo valor de avaliação:

Item	Descrição do Imóvel	Localização	Cadastro Municipal	Metragem	Avaliação atual
6	TERRENO	Área Industrial III - Saída para São Luiz - Quadra nº 80 - Lote 07 - Setor N.O - Rua Paraíba nº 1871	138819	1.592,95 M²	R$ 318.590,00

1.2. O uso do imóvel descrito acima será obrigatoriamente para exploração da atividade descrita na proposta apresentada pela CONCESSIONÁRIA, sem prejuízo das normas e obrigações constantes no Edital e seus anexos.

1.3. A CONCESSIONÁRIA explorará a(s) seguinte(s) atividade(s):

a) Transporte rodoviário coletivo de passageiros, sob o regime de fretamento, intermunicipal, interestadual e internacional;

b) Agência de viagens;

c) Serviços de reserva e outros serviços de turismo.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO DA CONCESSÃO

2.1. O prazo de vigência da Concessão de Direito Real de Uso, conforme indicado na Lei Municipal nº 1.745/2020 será de **20 (vinte) anos**, contados **a partir de 1º de janeiro de 2021**.

2.2. A CONCESSIONÁRIA deverá observar o prazo para início das suas atividades conforme previsto no termo de referência e de acordo com sua proposta, sob pena de ser determinada a rescisão do contrato de concessão de uso, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste instrumento, no edital ou no termo de referência.

3. CLÁUSULA **TERCEIRA** - DA PRORROGAÇÃO CONTRATUAL

3.1. A vigência do contrato poderá ser prorrogada uma única vez, pelo mesmo prazo previsto no contrato original, desde que observadas as seguintes condições que caracterizam o interesse público:

a) interesse da Concessionária;

b) integral cumprimento dos requisitos previstos na proposta original da concessionária e na legislação em vigor;

c) inexistência de aplicação de penalidades à concessionária, em razão do descumprimento contratual, salvo uma advertência ou uma multa de natureza leve, devidamente formalizada em processo administrativo;

d) apresentação de todos os documentos necessários para a habilitação na licitação original, devidamente atualizados, válidos e regulares.

3.2. O procedimento para eventual prorrogação contratual será formal e deverá ser anexado ao presente processo de concessão, observando-se o seguinte rito:

I - no prazo compreendido entre o 12° e o 6° mês que antecede o encerramento da vigência do contrato de concessão, a CONCESSIONÁRIA apresentará requerimento escrito, constando a comprovação das condições mencionadas nas alíneas do subitem 3.1, devidamente protocolado no Protocolo-Geral do Município;

II - o requerimento será juntado aos autos da presente concessão;

III - os autos serão encaminhados para a Procuradoria Municipal, para parecer jurídico, no prazo de 15 dias, possibilitando a solicitação de certidões de órgãos públicos, sem prejuízo da notificação da CONCESSIONÁRIA para que apresente documentos complementares essenciais para a aprovação da prorrogação contratual;

IV - na hipótese de necessidade de complementação da documentação para avaliação da Procuradoria Municipal, a CONCESSIONÁRIA encaminhará os documentos exigidos no prazo de 10 dias;

V - emitido o parecer jurídico, a decisão final caberá ao Chefe do Poder Executivo, por meio de despacho fundamentado, no prazo de 15 dias.

3.3. Transcorrido o prazo de 40 anos da vigência da concessão, sem que haja a opção de aquisição pela concessionária, a concessão será extinta.

4. CLÁUSULA **QUARTA** - DA OPÇÃO DE AQUISIÇÃO DO IMÓVEL CONCEDIDO

4.1. A concessionária poderá optar pela aquisição ou não do imóvel no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias antes do encerramento da vigência inicial do contrato de concessão ou do encerramento da prorrogação do contrato.

4.2. Caso opte pela aquisição em definitivo do imóvel, o valor a ser pago será o montante estabelecido na avaliação do imóvel, conforme o disposto neste Termo de Referência, corrigido monetariamente pelo índice utilizado na atualização da UFM, anualmente.

4.3. A opção pela aquisição em definitivo do imóvel poderá ocorrer a partir do quinto ano da vigência da concessão, cujo pagamento do respectivo valor será realizado em parcela única ou de forma parcelada, em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais, devidamente corrigidas pelo índice de atualização da UFM, anualmente.

4.3.1. Em havendo a opção pela aquisição de forma parcelada, exigir-se-á a apresentação de garantia idônea, cláusula de reversão do imóvel, em caso de inadimplemento e o cumprimento dos requisitos previstos no art. 12, da Lei Municipal nº 1.745/2020.

4.3.2. Por opção da CONCESSIONÁRIA, a partir do quinto ano da vigência da concessão, é possível a aquisição parcelada do imóvel, em número de parcelas correspondentes ao número de meses restantes da vigência da CONCESSÃO, hipótese em que será outorgada escritura pública de alienação com cláusula resolutiva.

4.4. Caso a concessionária opte por não adquirir em definitivo o imóvel concedido, no prazo estabelecido no edital da licitação, a concessão será extinta.

4.5. Na hipótese do subitem 4.4 e em havendo edificações e benfeitorias realizadas pela concessionária no imóvel durante a vigência contratual, o imóvel poderá ser alienado pelo Município, pelo valor de mercado atualizado da sua totalidade, para que a concessionária original seja indenizada exclusivamente pelas edificações e benfeitorias realizadas.

4.6. O Município, ao invés da alienação prevista no subitem 4.5. poderá realizar nova concessão de direito real de uso do imóvel, caso conste no edital da nova licitação a obrigação da licitante vencedora do certame depositar o montante referente à avaliação das edificações e benfeitorias realizadas pelo concessionário original, no prazo de 10 (dez) dias, após a homologação da licitação, para fins de indenização da concessionária original.

4.7. Decorrido o prazo de 12 (doze) meses após a extinção da concessão e não realizada a indenização prevista nos subitens 4.5 ou 4.6, o Município indenizará as edificações e benfeitorias realizadas pelo concessionário original.

4.8. Para fazer jus às indenizações pelas edificações e benfeitorias realizadas no imóvel, a concessionária deverá obter as licenças dos órgãos competentes para as respectivas construções, quando exigido por lei, bem como averbá-las na matrícula do imóvel, por suas expensas, previamente ao encerramento da vigência do contrato ou previamente à abertura de processo administrativo para apurar a regularidade da concessão, com o fim de extingui-la.

4.9. O inadimplemento de parcelas referentes à aquisição do imóvel acarretará aplicação das seguintes penalidades:

4.9.1. Multa de mora de 1% do valor da avaliação do imóvel por mês de atraso.

4.9.2. Resolução do contrato de compra e venda caso haja a inadimplência de três parcelas seguidas, sem prejuízo da aplicação da multa prevista no subitem 4.9.1.

4.10. É vedada a destinação do imóvel concedido, mesmo após a aquisição definitiva pela CONCESSIONÁRIA, para outra finalidade que não seja industrial ou comercial, o que será devidamente averbado na matrícula do imóvel.

4.10.1. A tentativa de utilização do imóvel - adquirido definitivamente pela CONCESSIONÁRIA - de maneira indevida será coibida pelo Município de Capanema, a qualquer tempo, por meio do indeferimento do licenciamento da atividade, devido a sua localização.

5. CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Obrigações do CONCEDENTE:

5.1.1. Disponibilizar o acesso ao imóvel imediatamente após o início da vigência da concessão;

5.1.2. Registrar as irregularidades constatadas em ato de fiscalização, cientificando a autoridade competente para as providências pertinentes, e notificar a CONCESSIONÁRIA para pronta regularização;

5.1.3. Notificar a CONCESSIONÁRIA imediatamente após constatar o descumprimento de alguma das obrigações contratuais, fixando um prazo para que ela promova as diligências/correções necessárias sob pena de aplicação de penalidades previstas no item 10.

5.1.4. Caberá ao CONCEDENTE avaliar a cada 12 (doze) meses o cumprimento do contrato.

5.2. Obrigações da CONCESSIONÁRIA:

As obrigações da CONCESSIONÁRIA estão divididas em 03 (três) grupos por grau de gravidade conforme disposições abaixo:

5.2.1. Obrigações **do Grupo 1 (GRAVÍSSIMA)**

5.2.1.1. O descumprimento das obrigações deste grupo poderá implicar na rescisão do contrato e das demais penalidades previstas no item 10.

a) utilizar o imóvel cujo uso lhe é concedido de acordo com as especificações e condições apresentadas pelo CONCEDENTE contidas neste instrumento, sendo vedada a utilização de áreas que não se encontrem limitadas no contrato, bem como não será permitida a utilização do bem público concedido para finalidade diferente da que foi licitada, garantindo-se as demais exigências pactuadas;

b) não transferir, ceder ou subconceder a terceiros o imóvel concedido durante a vigência do contrato de concessão;

c) não promover modificação da finalidade ou da estrutura societária que prejudique a execução da proposta apresentada na licitação, salvo se previamente submetida ao CONCEDENTE para análise e aceite, desde que verificada a manutenção dos critérios predominantes da proposta inicial, especialmente quanto à empregabilidade e aos investimentos privados no imóvel;

d) a CONCESSIONÁRIA deverá entregar procuração, conforme modelo a ser fornecido pelo CONCEDENTE, indicando, pelo menos, 02 (dois) prepostos com poderes para receber notificações e demais documentos pertinentes ao contrato de concessão. A referida procuração deverá ter validade durante a vigência do contrato, bem como, ficará sob a responsabilidade da CONCESSIONÁRIA a sua atualização junto ao Município;

e) produzir e/ou comercializar exclusivamente produtos lícitos e em rigorosa obediência à legislação pertinente;

f) não ser autuado e penalizado com multa pela segunda vez, num período de 24 meses, pelos mesmos motivos, em atuação da fiscalização, ou pela vigilância sanitária, ou outro órgão público, em razão de descumprimento das normas envolvendo a exploração do imóvel concedido.

5.2.2 Obrigações **do Grupo 2 (GRAVE):**

a) adequar e equipar o espaço físico, bem como realizar as construções, adaptações e acabamentos necessários para o início das atividades constantes na proposta apresentada na sessão da licitação, que deverá ocorrer no prazo de até 120 (cento e vinte) dias, contados a partir da vigência do concessão, com as condições e características necessárias e indispensáveis para realizar plenamente suas atividades, de acordo com as normas vigentes para o funcionamento do estabelecimento.

a.1) o referido prazo poderá ser excepcionalmente prorrogado desde que haja justificativa comprovada e aceita pela Administração, especificamente quando o exercício da atividade depender de licenças de outros órgãos públicos e não esteja caracterizada a negligência da própria CONCESSIONÁRIA;

a.2) no que tange à concessão dos terrenos sem barracões, o prazo da construção do empreendimento será o estabelecido na proposta da CONCESSIONÁRIA, apresentada na sessão da licitação.

b) manter a exploração da atividade industrial/comercial com o funcionamento constante;

c) obter as licenças exigidas para a construção, modificação e/ou ampliação que se pretenda fazer nas instalações externas e internas do imóvel objeto da CONCESSÃO;

d) para os **imóveis em que contenham barracões construídos pelo CONCEDENTE,** compete à CONCESSIONÁRIA contratar e/ou renovar anualmente o seguro contra incêndio do(s) imóvel(is) e suas respectivas instalações, com valor mínimo compatível com o valor de avaliação do barracão, de acordo com a tabela constante no subitem 1.1, **indicando como beneficiário o Município de Capanema**, sendo obrigatória a apresentação da(s) apólice(s) ao Município, no prazo de 60 (sessenta) dias, após o início das atividades industriais/comerciais no imóvel, bem como a cada renovação anual do seguro;

e) providenciar no prazo de até 120 (cento e vinte) dias, contados do início da vigência da concessão, a abertura de filial no Município de Capanema, caso a empresa seja sediada em outro Município, e apresentar a documentação ao CONCEDENTE;

f) recolher os tributos incidentes de sua atividade e emitir notas e cupons fiscais, conforme a legislação em vigor;

g) compete à CONCESSIONÁRIA, no prazo de 30 (trinta) dias, contados do início da vigência da concessão, requerer a transferência, para o seu nome, dos registros de água e luz do imóvel, junto aos órgãos competentes;

h) cumprir todas as normas ambientais exigidas para o exercício da atividade.

h.1) as licenças ambientais exigidas para o exercício da atividade deverão ser providenciadas pela CONCESSIONÁRIA no prazo de 120 (cento e vinte) dias, contados da vigência da concessão. Excepcionalmente, o prazo poderá ser prorrogado, mediante comprovação de motivo relevante, sem culpa da CONCESSIONÁRIA, e aceito pelo CONCEDENTE.

5.2.3. Obrigações **do Grupo 3 (LEVE):**

a) prestar todas as informações e/ou esclarecimentos ao CONCEDENTE, sempre que lhe forem solicitadas;

b) a CONCESSIONÁRIA deverá cumprir as normas relativas à legislação pertinente ao tipo de atividade comercial, providenciando anualmente a(s) licença(s) necessária(s) para o exercício da atividade;

c) é vedada a instalação de publicidade, letreiros e faixas de terceiros em qualquer parte da edificação do imóvel, permitida a identificação da própria CONCESSIONÁRIA e dos produtos ou atividades desenvolvidas no local.

d) adotar as providências adequadas em relação a qualquer empregado cujo procedimento for considerado inconveniente, fato este detectado a partir da fiscalização realizada pelo Município;

e) respeitar as normas trabalhistas;

j) é vedada a criação de animais domesticáveis ou não no imóvel;

k) cumprir as normas legais federais, estaduais e municipais, notadamente aquelas relativas à legislação urbana, ambiental e sanitária, registros de inspeção trabalhista, providenciando licenças e alvarás exigidos na forma da Lei, mantendo-os atualizados e em locais visíveis e de fácil identificação;

l) responder por todas as despesas com pessoal para exercício das atividades permitidas à CONCESSIONÁRIA, arcando com os encargos trabalhistas, sociais e previdenciários, de acordo com a legislação em vigor, obrigando-se a saldá-los em época própria, uma vez que seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o CONCEDENTE;

m) arcar com todas as despesas decorrentes da instalação de telefone e de qualquer outro serviço utilizado, assim como custos como impostos, taxas, contribuições e tributos federais, estaduais e municipais que incidam direta ou indiretamente sobre o imóvel, bem como as atividades econômicas nele desenvolvidas, que serão integralmente arcadas pela CONCESSIONÁRIA;

n) responder civilmente por seus atos, de seus empregados e de quaisquer pessoas físicas ou jurídicas a ela vinculadas, que causarem danos a terceiros e à(s) instalação(ões) física(s) do módulo, cujo uso lhe é concedido, sendo que a ocorrência destes deverá ser imediatamente comunicada ao órgão fiscalizador, para as providências que se fizerem necessárias;

o) acompanhar a vistoria de recebimento do imóvel, apondo a sua assinatura no laudo respectivo;

p) manter-se, durante toda a vigência da concessão, em compatibilidade com as obrigações assumidas na proposta apresentada na sessão de licitação, bem como todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, respeitando-se o disposto neste Termo de Referência e nos demais documentos da licitação;

q) participar, por meio de seu(s) sócio(s) ou representante(s) da CONCESSIONÁRIA, dos cursos e eventos de empreendedorismo disponibilizados pelo CONCEDENTE ou pela ACEC, durante o prazo de vigência da concessão;

r) manter o imóvel, objeto desta concessão em perfeitas condições de conservação e limpeza, de acordo com as normas estabelecidas pelo CONCEDENTE e legislação em vigor, observando também os seguintes pontos:

I. Toda a área de influência do imóvel deverá ser mantida diariamente limpa pela CONCESSIONÁRIA, e os resíduos coletados deverão ser devidamente ensacados e apresentados para a coleta regular, respeitando-se os horários de coleta estabelecidos pelo Município;

II. Implementar, em sua rotina diária, a separação de seus resíduos, de acordo com a legislação vigente;

6. CLÁUSULA **SEXTA** - DAS ALTERAÇÕES E AMPLIAÇÕES DO IMÓVEL

6.1. Compete à CONCESSIONÁRIA adequar e equipar o espaço físico, bem como realizar as adaptações e acabamentos necessários para o início das atividades.

6.2. Havendo necessidade de modificação de alguma estrutura, a CONCESSIONÁRIA submeterá previamente à apreciação e aprovação escrita do CONCEDENTE, o qual poderá vetar, justificadamente, parcial ou totalmente qualquer modificação que se pretenda fazer nas instalações estruturais externas e internas do imóvel objeto da concessão.

6.3. É possível a ampliação da estrutura dos barracões pela CONCESSIONÁRIA, com recursos próprios, respeitando-se as diretrizes estabelecidas pelo CONCEDENTE, devidamente aprovado pelo Departamento de Engenharia do Município e pelo Prefeito Municipal.

7. CLÁUSULA **SÉTIMA** - DA SUBCONTRATAÇÃO / SUBCONCESSÃO / LOCAÇÃO

7.1. É vedada a subcontratação, subconcessão ou locação total ou parcial do objeto do contrato.

8. CLÁUSULA **OITAVA** - DA MARGEM DE CUMPRIMENTO DA PROPOSTA DE EMPREGABILIDADE

8.1. Durante a vigência da concessão, a CONCESSIONÁRIA deverá observar a proposta apresentada na sessão de licitação, especialmente quanto ao número de empregos diretos.

8.2. Haverá uma margem de tolerabilidade no descumprimento do número de empregos diretos ofertados na proposta original, da seguinte forma:

a) a avaliação do cumprimento da proposta de criação de postos de trabalho será realizada anualmente, sempre no mês de julho, utilizando-se o período dos 12 (doze) meses anteriores;

b) Durante os doze meses anteriores à avaliação será calculada uma média do cumprimento da proposta da CONCESSIONÁRIA;

c) o percentual de tolerabilidade será de 25% (vinte e cinco por cento);

d) o descumprimento da proposta de criação de postos de trabalho acima da margem de tolerabilidade acarretará na aplicação de multa, prevista na alínea "a" do subitem 10.2.2.

e) o descumprimento da proposta de criação de postos de trabalho acima da margem de tolerabilidade **por dois anos consecutivos** acarretará na declaração de caducidade da concessão.

9. CLÁUSULA NONA - DA FISCALIZAÇÃO

9.1. A Fiscalização será de competência e responsabilidade do Município, a quem caberá verificar se, no seu desenvolvimento, estão sendo cumpridos os termos do Contrato, a proposta original da concessionária, suas especificações e demais requisitos, assim como participar de todos os atos que se fizerem necessários para sua fiel execução.

9.2. A fiscalização será exercida no interesse exclusivo do CONCEDENTE, e não exclui nem reduz a responsabilidade da CONCESSIONÁRIA, inclusive de terceiros, por qualquer irregularidade.

9.3. O Município de Capanema, na qualidade de fiscal do cumprimento das obrigações oriundas da concessão, notificará a CONCESSIONÁRIA para que providencie os reparos e/ou correções que se fizerem necessárias ao objeto da concessão, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, contados da data do recebimento da referida notificação.

9.3.1. A notificação poderá ser recebida pelo preposto indicado na Procuração, bem como qualquer um dos sócios da CONCESSIONÁRIA, possibilitando a notificação via e-mail.

9.3.2. O não recebimento de qualquer notificação expedida pelo Município, por parte da CONCESSIONÁRIA, será considerada válida com o ateste do servidor público responsável e ratificação da fiscalização.

9.4. O Município irá indicar um servidor para fiscalizar a execução do contrato de concessão.

10. CLÁUSULA **DÉCIMA** – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. O descumprimento das obrigações previstas neste termo, no edital de licitação e no contrato ensejará a aplicação das sanções descriminadas a seguir, independentemente da rescisão contratual determinada por ato unilateral do CONCEDENTE.

10.2. Em caso de **inexecução total ou parcial da proposta ofertada pela CONCESSIONÁRIA na sessão da licitação**, inclusive não atendimento das determinações da fiscalização, a CONCESSIONÁRIA estará sujeita, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, às seguintes penalidades:

10.2.1. ADVERTÊNCIA por escrito, sempre que verificadas pequenas irregularidades para as quais haja concorrido;

10.2.2. MULTAS, que serão aplicadas por infração, conforme abaixo, limitadas a no máximo 15% (quinze por cento) sobre o valor de avaliação do imóvel concedido:

a) de 2% a 5%, no caso de descumprimento de obrigações indicadas no grupo 3 (leves) do **subitem 5.2.3;**

b) de 5% a 8%, no caso de descumprimento de obrigações indicadas no grupo 2 (graves) do **subitem 5.2.2;**

c) de 8% a 15%, no caso de descumprimento de obrigações indicadas no grupo 1 (gravíssimas) do **subitem 5.2.1.**

10.2.3. SUSPENSÃO temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município, segundo a natureza e gravidade da falta cometida, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

10.2.4. DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE para licitar ou contratar com a Administração, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante o Município.

10.3. A CONCESSIONÁRIA não incorrerá em penalidades quando o descumprimento dos prazos e/ou obrigações estabelecidos resultar de caso fortuito ou força maior devidamente comprovados.

10.4. A multa não impede que o CONCEDENTE rescinda unilateralmente o contrato e aplique as outras sanções previstas na lei e naquele instrumento.

10.5. O valor das multas será cobrado mediante notificação extrajudicial, independentemente da adoção da medida judicial competente, observando o procedimento descrito no subitem 10.11.

10.6. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com outras sanções previstas no subitem 10.2, segundo a natureza e a gravidade da falta cometida, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 15 dias úteis.

10.7. É facultado ao CONCESSIONÁRIO interpor recurso, dirigido ao Chefe do Poder Executivo, contra a aplicação, por decisão da Comissão de Licitação, das penas de advertência, suspensão ou de multa, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da ciência da respectiva notificação.

10.8. A sanção prevista na alínea "d" do subitem 10.2 é de competência do Chefe do Poder Executivo, facultada a defesa prévia do interessado no respectivo processo de contratação, no prazo de 15 (quinze) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 02 (dois) anos de sua aplicação.

10.9. As sanções previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 10.2 poderá ser também aplicável à CONCESSIONÁRIA que, em razão do contrato:

a) tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

b) praticar atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;

c) demonstrar não possuir idoneidade para contratar com a Administração Pública, em virtude de atos ilícitos praticados.

10.10. Independentemente das sanções legais cabíveis, a CONCESSIONÁRIA ficará sujeita, ainda, à composição das perdas e danos causados ao CONCEDENTE pelo descumprimento das suas obrigações.

10.11. As sanções administrativas somente serão aplicadas mediante regular processo administrativo, assegurada a ampla defesa e o contraditório, observando-se as seguintes regras:

a) Antes da aplicação de qualquer sanção administrativa, a CONCESSIONÁRIA será notificada, facultando-lhe a apresentação de defesa prévia, no prazo de 15 (quinze) dias úteis a contar da notificação, exceto na hipótese de declaração de inidoneidade, devendo ser observada a regra do art. 110 da Lei nº 8.666/93;

b) A notificação deverá ocorrer pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento ou por edital em jornal de grande circulação, no caso de concessionário e/ou seu representante estar em local incerto e não sabido. A notificação indicará a conduta reputada como infratora, a motivação para aplicação da penalidade, a sanção que se pretende aplicar, o prazo e o local de entrega das razões de defesa;

c) Ofertada a defesa prévia ou expirado o prazo sem que ocorra a sua apresentação, a autoridade competente proferirá decisão fundamentada e adotará as medidas legais cabíveis, resguardado o direito de recurso da CONCESSIONÁRIA, ao Prefeito Municipal, que deverá ser exercido nos termos da Lei Federal nº 8.666/93.

10.12. As penalidades só poderão ser relevadas nas hipóteses de caso fortuito ou força maior, devidamente justificados e comprovados, a juízo do CONCEDENTE.

11. CLÁUSULA **DÉCIMA PRIMEIRA** - DA RESCISÃO E DA DECLARAÇÃO DE CADUCIDADE

11.1. O descumprimento das condições estabelecidas neste Termo, no edital, no contrato e/ou em disposições legais, quando houver reincidência ou não couber apenas a aplicação de multas, implicará na extinção da concessão de direito real de uso, por rescisão contratual ou declaração de caducidade, nos termos a seguir.

11.2. O CONCEDENTE possui o direito de **rescindir** unilateralmente o contrato de concessão, independentemente de interpelação judicial, nos seguintes casos:

a) quando a CONCESSIONÁRIA falir, for dissolvida ou por superveniente incapacidade técnica;

b) quando houver paralisação das atividades da CONCESSIONÁRIA pelo prazo de 60 (sessenta) dias, consecutivos ou alternados, sem justificativa aceita pelo CONCEDENTE;

c) pelo descumprimento das obrigações do grupo 1 (gravíssimas) relacionadas no subitem 5.2.1;

d) pela existência de aplicação de 5 advertências durante o período de 24 (vinte e quatro) meses, qualificando como descumprimento reiterado das obrigações contratuais.

e) pelo descumprimento por 3 (três) vezes, consecutivas ou não, da mesma obrigação prevista no grupo 2 (graves) ou 4 (quatro) vezes, consecutivas ou não, da mesma obrigação prevista no grupo 3 (leve) dentro do período de 24 (vinte e quatro) meses.

f) nas hipóteses dos artigos 77 e 78, da Lei Federal nº 8.666/93;

g) a pedido justificado da CONCESSIONÁRIA.

11.3. O CONCEDENTE possui o direito de declarar a **caduc**idade do contrato de concessão, independentemente de interpelação judicial, nos seguintes casos:

a) quando a CONCESSIONÁRIA transferir a concessão, locar ou de qualquer modo ceder a terceiros parte do imóvel concedido;

b) alterar a destinação do imóvel ou o ramo de atividade da CONCESSIONÁRIA, sem autorização do CONCEDENTE;

c) quando a CONCESSIONÁRIA for condenada judicialmente por cometimento de atos de improbidade administrativa ou por atos indicados na Lei 12.846/2013 ou por crimes ambientais;

d) quando a CONCESSIONÁRIA for condenada em âmbito administrativo por danos causados ao meio ambiente, por cometimento de atos de improbidade administrativa ou por atos indicados na Lei 12.846/2013;

e) descumprimento da margem de empregabilidade da proposta da concessionária apresentada na sessão pública do certame, por dois anos consecutivos.

11.4. A extinção da concessão de direito de uso, sem culpa das partes, não ensejará à CONCESSIONÁRIA a aplicação de penalidades.

11.5. Extinta a concessão, seja pela expiração do seu prazo ou em razão de rescisão contratual, será notificada a CONCESSIONÁRIA para a entrega do imóvel, no prazo assinalado na referida notificação.

11.5.1. Obriga-se a CONCESSIONÁRIA a entregar o imóvel objeto desta licitação, no prazo assinalado, inteiramente desembaraçado, em estado de conservação e uso normais, para imediata reintegração de posse do bem pelo poder CONCEDENTE.

11.5.2. Com a extinção ou rescisão do contrato a chave do imóvel deverá ser devolvida ao CONCEDENTE sob pena de ser considerado uso irregular, acarretando a cobrança desta ocupação a título de indenização e adoção das medidas administrativas e/ou judiciais para retomada da posse do imóvel.

11.6. Extinto, por qualquer hipótese, o contrato, ou se após regular procedimento administrativo for constatado o abandono do imóvel pela CONCESSIONÁRIA, poderá o Município, através dos meios de que dispuser, promover a remoção compulsória de quaisquer bens, pertençam eles à CONCESSIONÁRIA, a seus prepostos, fornecedores, contratantes e/ou contratados, ficando a CONCESSIONÁRIA responsável pelo ressarcimento das despesas de remoção e/ou guarda dos bens.

11.7. O Município notificará a CONCESSIONÁRIA diretamente ou por edital, concedendo-lhe prazo de até 30 (trinta) dias, a partir do recebimento da notificação ou da publicação do edital, para pagamento de quaisquer débitos existentes junto ao CONCEDENTE com a consequente retirada dos bens eventualmente removidos.

11.8. Decorrido o prazo estabelecido no subitem anterior sem que os bens tenham sido retirados, ficará o Município autorizado a proceder a sua alienação em leilão, a fim de se ressarcir de eventuais débitos da CONCESSIONÁRIA, ficando o saldo eventualmente existente à disposição pelo prazo de 01 (um) ano, findo o qual o montante será revertido ao CONCEDENTE.

12.CLÁUSULA **DÉCIMA SEGUNDA** – RESTITUIÇÃO DO IMÓVEL

12.1. A CONCESSIONÁRIA obriga-se a zelar pela manutenção do imóvel, ficando responsável por eventuais danos que porventura ocorrer no imóvel, ocasionados por ele ou por terceiros, incluindo os causados por caso fortuito ou força maior.

12.2. A CONCESSIONÁRIA compromete-se a restituir o imóvel ao final do contrato nas mesmas condições em que os recebeu, ressalvados o desgaste natural com o decorrer do tempo, salvo se optar pela aquisição definitiva do imóvel.

12.3. A CONCESSIONÁRIA é obrigada a restituir ao imóvel ao CONCEDENTE nas hipóteses de extinção da concessão, por rescisão contratual ou declaração de sua caducidade.

13.CLÁUSULA **DÉCIMA TERCEIRA** - MEDIDAS ACAUTELADORAS

13.1. A CONCESSIONÁRIA responderá por todos os encargos e obrigações de natureza trabalhista, previdenciária, fiscal, acidentária, administrativa, civil e comercial resultantes da execução do contrato, bem como, pelos danos causados ao patrimônio do CONCEDENTE ou de terceiros.

14.CLÁUSULA **DÉCIMA QUARTA** - MEDIDAS ACAUTELADORAS

14.1. Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784/1999, a Administração Pública poderá motivadamente adotar providências acauteladoras.

15.CLÁUSULA **DÉCIMA QUINTA** - DOS CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos ou situações não explicitadas nas cláusulas deste Contrato serão decididos pelo CONCEDENTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 9.784/1999, na Lei nº 8.666/1993, no Código Civil, no Edital e os anexos da licitação CONCORRÊNCIA nº 02/2020, bem como nos demais regulamentos e normas administrativas federais e municipais, que fazem parte integrante deste Contrato, independentemente de suas transcrições.

16.CLÁUSULA **DÉCIMA SEXTA** - DA PUBLICAÇÃO

16.1. A publicação resumida do instrumento de contrato no Diário Oficial Do Município será providenciada pelo CONCEDENTE.

17. CLÁUSULA **DÉCIMA SÉTIMA** - DO FORO

17.1. As questões decorrentes da utilização do presente Instrumento que não puderem ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, Comarca de Capanema-PR.

E assim, por estarem de acordo, ajustados e contratados, após lido e achado conforme, as partes a seguir firmam o presente Contrato em 02 (duas) vias, de igual teor e forma.

CAPANEMA, 21 de dezembro de 2020.

AMÉRICO BELLÉ
Prefeito Municipal

CLAUDINEIA ZABOTE BERTOCHI
Representante legal
NESTUR TRANSPORTE E TURISMO LTDA – ME
Concessionária

07

CONTRATO DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO Nº 597/2020 QUE CELEBRAM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE CAPANEMA E A EMPRESA PRODUZZA INSUMOS AGRÍCOLAS LTDA.

O MUNICÍPIO DE CAPANEMA-PR, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 75.972.760/0001-60, com sede à Av. Gov. Pedro Viriato Parigot de Souza, 1.080, centro, Município de Capanema PR., neste ato representado por seu Prefeito Municipal, AMÉRICO BELLÉ, de ora em diante denominado CONCEDENTE, e de outro lado a PRODUZZA INSUMOS AGRÍCOLAS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 29.908.612/0001-69, com sede na Av. Independência, 1185 Sala 01 - CEP: 85760000 - Bairro: Centro, no Município de Capanema/PR, representada neste ato pelo (a) Sr.(a) FERNANDO EDUARDO LOPES, portador(a) da Cédula de Identidade RG sob o nº 98392890, inscrito no CPF/MF sob o nº 071.808.989-88, de ora em diante denominado CONCESSIONÁRIA, acordam as seguintes cláusulas e condições nos termos do Processo de Licitação CONCORRÊNCIA nº. 2/2020:

1. CLÁUSULA **PRIMEIRA** - DO OBJETO

1.1. Constitui objeto deste contato a **concessão de direito real de uso** de bem público de propriedade do Município de Capanema, referente a um terreno sem barracão, cujo imóvel segue discriminado abaixo, com o respectivo valor de avaliação:

Item	Descrição do Imóvel	Localização	Cadastro Municipal	Metragem	Avaliação atual
7	TERRENO	Área Industrial III - Saída para São Luiz - Quadra nº80 - Lote 08 - Setor N.O - Rua Paraíba nº 1923	138827	1.816,87 m²	R$ 363.374,00

1.2. O uso do imóvel descrito acima será obrigatoriamente para exploração da atividade descrita na proposta apresentada pela CONCESSIONÁRIA, sem prejuízo das normas e obrigações constantes no Edital e seus anexos.

1.3. A CONCESSIONÁRIA explorará a(s) seguinte(s) atividade(s):

a) Comércio atacadista de matérias primas agrícolas;

b) Revenda de insumos, cereais, defensivos agrícolas, fertilizantes e serviços agronômicos.

2. CLÁUSULA **SEGUNDA** - DO PRAZO DA CONCESSÃO

2.1. O prazo de vigência da Concessão de Direito Real de Uso, conforme indicado na Lei Municipal nº 1.745/2020 será de **20 (vinte) anos**, contados **a partir de 1º de janeiro de 2021**.

2.2. A CONCESSIONÁRIA deverá observar o prazo para início das suas atividades conforme previsto no termo de referência e de acordo com sua proposta, sob pena de ser determinada a rescisão

do contrato de concessão de uso, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste instrumento, no edital ou no termo de referência.

3. CLÁUSULA **TERCEIRA** - DA PRORROGAÇÃO CONTRATUAL

3.1. A vigência do contrato poderá ser prorrogada uma única vez, pelo mesmo prazo previsto no contrato original, desde que observadas as seguintes condições que caracterizam o interesse público:

a) interesse da Concessionária;

b) integral cumprimento dos requisitos previstos na proposta original da concessionária e na legislação em vigor;

c) inexistência de aplicação de penalidades à concessionária, em razão do descumprimento contratual, salvo uma advertência ou uma multa de natureza leve, devidamente formalizada em processo administrativo;

d) apresentação de todos os documentos necessários para a habilitação na licitação original, devidamente atualizados, válidos e regulares.

3.2. O procedimento para eventual prorrogação contratual será formal e deverá ser anexado ao presente processo de concessão, observando-se o seguinte rito:

I - no prazo compreendido entre o 12º e o 6º mês que antecede o encerramento da vigência do contrato de concessão, a CONCESSIONÁRIA apresentará requerimento escrito, constando a comprovação das condições mencionadas nas alíneas do subitem 3.1, devidamente protocolado no Protocolo-Geral do Município;

II - o requerimento será juntado aos autos da presente concessão;

III - os autos serão encaminhados para a Procuradoria Municipal, para parecer jurídico, no prazo de 15 dias, possibilitando a solicitação de certidões de órgãos públicos, sem prejuízo da notificação da CONCESSIONÁRIA para que apresente documentos complementares essenciais para a aprovação da prorrogação contratual;

IV - na hipótese de necessidade de complementação da documentação para avaliação da Procuradoria Municipal, a CONCESSIONÁRIA encaminhará os documentos exigidos no prazo de 10 dias;

V - emitido o parecer jurídico, a decisão final caberá ao Chefe do Poder Executivo, por meio de despacho fundamentado, no prazo de 15 dias.

3.3. Transcorrido o prazo de 40 anos da vigência da concessão, sem que haja a opção de aquisição pela concessionária, a concessão será extinta.

4. CLÁUSULA **QUARTA** - DA OPÇÃO DE AQUISIÇÃO DO IMÓVEL CONCEDIDO

4.1. A concessionária poderá optar pela aquisição ou não do imóvel no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias antes do encerramento da vigência inicial do contrato de concessão ou do encerramento da prorrogação do contrato.

4.2. Caso opte pela aquisição em definitivo do imóvel, o valor a ser pago será o montante estabelecido na avaliação do imóvel, conforme o disposto neste Termo de Referência, corrigido monetariamente pelo índice utilizado na atualização da UFM, anualmente.

4.3. A opção pela aquisição em definitivo do imóvel poderá ocorrer a partir do quinto ano da vigência da concessão, cujo pagamento do respectivo valor será realizado em parcela única ou de forma

parcelada, em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais, devidamente corrigidas pelo índice de atualização da UFM, anualmente.

4.3.1. Em havendo a opção pela aquisição de forma parcelada, exigir-se-á a apresentação de garantia idônea, cláusula de reversão do imóvel, em caso de inadimplemento e o cumprimento dos requisitos previstos no art. 12, da Lei Municipal nº 1.745/2020.

4.3.2. Por opção da CONCESSIONÁRIA, a partir do quinto ano da vigência da concessão, é possível a aquisição parcelada do imóvel, em número de parcelas correspondentes ao número de meses restantes da vigência da CONCESSÃO, hipótese em que será outorgada escritura pública de alienação com cláusula resolutiva.

4.4. Caso a concessionária opte por não adquirir em definitivo o imóvel concedido, no prazo estabelecido no edital da licitação, a concessão será extinta.

4.5. Na hipótese do subitem 4.4 e em havendo edificações e benfeitorias realizadas pela concessionária no imóvel durante a vigência contratual, o imóvel poderá ser alienado pelo Município, pelo valor de mercado atualizado da sua totalidade, para que a concessionária original seja indenizada exclusivamente pelas edificações e benfeitorias realizadas.

4.6. O Município, ao invés da alienação prevista no subitem 4.5. poderá realizar nova concessão de direito real de uso do imóvel, caso conste no edital da nova licitação a obrigação da licitante vencedora do certame depositar o montante referente à avaliação das edificações e benfeitorias realizadas pelo concessionário original, no prazo de 10 (dez) dias, após a homologação da licitação, para fins de indenização da concessionária original.

4.7. Decorrido o prazo de 12 (doze) meses após a extinção da concessão e não realizada a indenização prevista nos subitens 4.5 ou 4.6, o Município indenizará as edificações e benfeitorias realizadas pelo concessionário original.

4.8. Para fazer jus às indenizações pelas edificações e benfeitorias realizadas no imóvel, a concessionária deverá obter as licenças dos órgãos competentes para as respectivas construções, quando exigido por lei, bem como averbá-las na matrícula do imóvel, por suas expensas, previamente ao encerramento da vigência do contrato ou previamente à abertura de processo administrativo para apurar a regularidade da concessão, com o fim de extingui-la.

4.9. O inadimplemento de parcelas referentes à aquisição do imóvel acarretará aplicação das seguintes penalidades:

4.9.1. Multa de mora de 1% do valor da avaliação do imóvel por mês de atraso.

4.9.2. Resolução do contrato de compra e venda caso haja a inadimplência de três parcelas seguidas, sem prejuízo da aplicação da multa prevista no subitem 4.9.1.

4.10. É vedada a destinação do imóvel concedido, mesmo após a aquisição definitiva pela CONCESSIONÁRIA, para outra finalidade que não seja industrial ou comercial, o que será devidamente averbado na matrícula do imóvel.

4.10.1. A tentativa de utilização do imóvel - adquirido definitivamente pela CONCESSIONÁRIA - de maneira indevida será coibida pelo Município de Capanema, a qualquer tempo, por meio do indeferimento do licenciamento da atividade, devido a sua localização.

5. CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Obrigações do CONCEDENTE:

5.1.1. Disponibilizar o acesso ao imóvel imediatamente após o início da vigência da concessão;

5.1.2. Registrar as irregularidades constatadas em ato de fiscalização, cientificando a autoridade competente para as providências pertinentes. e notificar a CONCESSIONÁRIA para pronta regularização;

5.1.3. Notificar a CONCESSIONÁRIA imediatamente após constatar o descumprimento de alguma das obrigações contratuais, fixando um prazo para que ela promova as diligências/correções necessárias sob pena de aplicação de penalidades previstas no item 10.

5.1.4. Caberá ao CONCEDENTE avaliar a cada 12 (doze) meses o cumprimento do contrato.

5.2. Obrigações da CONCESSIONÁRIA:

As obrigações da CONCESSIONÁRIA estão divididas em 03 (três) grupos por grau de gravidade conforme disposições abaixo:

5.2.1. Obrigações **do Grupo 1 (GRAVÍSSIMA)**

5.2.1.1. O descumprimento das obrigações deste grupo poderá implicar na rescisão do contrato e das demais penalidades previstas no item 10.

a) utilizar o imóvel cujo uso lhe é concedido de acordo com as especificações e condições apresentadas pelo CONCEDENTE contidas neste instrumento, sendo vedada a utilização de áreas que não se encontrem limitadas no contrato, bem como não será permitida a utilização do bem público concedido para finalidade diferente da que foi licitada, garantindo-se as demais exigências pactuadas;

b) não transferir, ceder ou subconceder a terceiros o imóvel concedido durante a vigência do contrato de concessão;

c) não promover modificação da finalidade ou da estrutura societária que prejudique a execução da proposta apresentada na licitação, salvo se previamente submetida ao CONCEDENTE para análise e aceite, desde que verificada a manutenção dos critérios predominantes da proposta inicial, especialmente quanto à empregabilidade e aos investimentos privados no imóvel;

d) a CONCESSIONÁRIA deverá entregar procuração, conforme modelo a ser fornecido pelo CONCEDENTE, indicando, pelo menos, 02 (dois) prepostos com poderes para receber notificações e demais documentos pertinentes ao contrato de concessão. A referida procuração deverá ter validade durante a vigência do contrato, bem como, ficará sob a responsabilidade da CONCESSIONÁRIA a sua atualização junto ao Município;

e) produzir e/ou comercializar exclusivamente produtos lícitos e em rigorosa obediência à legislação pertinente;

f) não ser autuado e penalizado com multa pela segunda vez, num período de 24 meses, pelos mesmos motivos, em atuação da fiscalização, ou pela vigilância sanitária, ou outro órgão público, em razão de descumprimento das normas envolvendo a exploração do imóvel concedido.

5.2.2 Obrigações **do Grupo 2 (GRAVE):**

a) adequar e equipar o espaço físico, bem como realizar as construções. adaptações e acabamentos necessários para o início das atividades constantes na proposta apresentada na sessão da licitação, que deverá ocorrer no prazo de até 120 (cento e vinte) dias, contados a partir da vigência do concessão, com as condições e características necessárias e indispensáveis para

realizar plenamente suas atividades, de acordo com as normas vigentes para o funcionamento do estabelecimento.

a.1) o referido prazo poderá ser excepcionalmente prorrogado desde que haja justificativa comprovada e aceita pela Administração, especificamente quando o exercício da atividade depender de licenças de outros órgãos públicos e não esteja caracterizada a negligência da própria CONCESSIONÁRIA;

a.2) no que tange à concessão dos terrenos sem barracões, o prazo da construção do empreendimento será o estabelecido na proposta da CONCESSIONÁRIA, apresentada na sessão da licitação.

b) manter a exploração da atividade industrial/comercial com o funcionamento constante;

c) obter as licenças exigidas para a construção, modificação e/ou ampliação que se pretenda fazer nas instalações externas e internas do imóvel objeto da CONCESSÃO;

d) para os **imóveis em que contenham barracões construídos pelo CONCEDENTE,** compete à CONCESSIONÁRIA contratar e/ou renovar anualmente o seguro contra incêndio do(s) imóvel(is) e suas respectivas instalações, com valor mínimo compatível com o valor de avaliação do barracão, de acordo com a tabela constante no subitem 1.1, **indicando como beneficiário o Município de Capanema**, sendo obrigatória a apresentação da(s) apólice(s) ao Município, no prazo de 60 (sessenta) dias, após o início das atividades industriais/comerciais no imóvel, bem como a cada renovação anual do seguro;

e) providenciar no prazo de até 120 (cento e vinte) dias, contados do início da vigência da concessão, a abertura de filial no Município de Capanema, caso a empresa seja sediada em outro Município, e apresentar a documentação ao CONCEDENTE;

f) recolher os tributos incidentes de sua atividade e emitir notas e cupons fiscais, conforme a legislação em vigor;

g) compete à CONCESSIONÁRIA, no prazo de 30 (trinta) dias, contados do início da vigência da concessão, requerer a transferência, para o seu nome, dos registros de água e luz do imóvel, junto aos órgãos competentes;

h) cumprir todas as normas ambientais exigidas para o exercício da atividade.

h.1) as licenças ambientais exigidas para o exercício da atividade deverão ser providenciadas pela CONCESSIONÁRIA no prazo de 120 (cento e vinte) dias, contados da vigência da concessão. Excepcionalmente, o prazo poderá ser prorrogado, mediante comprovação de motivo relevante, sem culpa da CONCESSIONÁRIA, e aceito pelo CONCEDENTE.

5.2.3. Obrigações **do Grupo 3 (LEVE):**

a) prestar todas as informações e/ou esclarecimentos ao CONCEDENTE, sempre que lhe forem solicitadas;

b) a CONCESSIONÁRIA deverá cumprir as normas relativas à legislação pertinente ao tipo de atividade comercial, providenciando anualmente a(s) licença(s) necessária(s) para o exercício da atividade;

c) é vedada a instalação de publicidade, letreiros e faixas de terceiros em qualquer parte da edificação do imóvel, permitida a identificação da própria CONCESSIONÁRIA e dos produtos ou atividades desenvolvidas no local.

d) adotar as providências adequadas em relação a qualquer empregado cujo procedimento for considerado inconveniente. fato este detectado a partir da fiscalização realizada pelo Município;

e) respeitar as normas trabalhistas;

j) é vedada a criação de animais domesticáveis ou não no imóvel;

k) cumprir as normas legais federais, estaduais e municipais, notadamente aquelas relativas à legislação urbana, ambiental e sanitária, registros de inspeção trabalhista, providenciando licenças e alvarás exigidos na forma da Lei, mantendo-os atualizados e em locais visíveis e de fácil identificação;

l) responder por todas as despesas com pessoal para exercício das atividades permitidas à CONCESSIONÁRIA, arcando com os encargos trabalhistas, sociais e previdenciários, de acordo com a legislação em vigor, obrigando-se a saldá-los em época própria, uma vez que seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o CONCEDENTE;

m) arcar com todas as despesas decorrentes da instalação de telefone e de qualquer outro serviço utilizado, assim como custos como impostos, taxas, contribuições e tributos federais, estaduais e municipais que incidam direta ou indiretamente sobre o imóvel, bem como as atividades econômicas nele desenvolvidas, que serão integralmente arcadas pela CONCESSIONÁRIA;

n) responder civilmente por seus atos, de seus empregados e de quaisquer pessoas físicas ou jurídicas a ela vinculadas, que causarem danos a terceiros e à(s) instalação(ões) física(s) do módulo, cujo uso lhe é concedido, sendo que a ocorrência destes deverá ser imediatamente comunicada ao órgão fiscalizador, para as providências que se fizerem necessárias;

o) acompanhar a vistoria de recebimento do imóvel, apondo a sua assinatura no laudo respectivo;

p) manter-se, durante toda a vigência da concessão, em compatibilidade com as obrigações assumidas na proposta apresentada na sessão de licitação, bem como todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, respeitando-se o disposto neste Termo de Referência e nos demais documentos da licitação;

q) participar, por meio de seu(s) sócio(s) ou representante(s) da CONCESSIONÁRIA, dos cursos e eventos de empreendedorismo disponibilizados pelo CONCEDENTE ou pela ACEC, durante o prazo de vigência da concessão;

r) manter o imóvel, objeto desta concessão em perfeitas condições de conservação e limpeza, de acordo com as normas estabelecidas pelo CONCEDENTE e legislação em vigor, observando também os seguintes pontos:

I. Toda a área de influência do imóvel deverá ser mantida diariamente limpa pela CONCESSIONÁRIA, e os resíduos coletados deverão ser devidamente ensacados e apresentados para a coleta regular, respeitando-se os horários de coleta estabelecidos pelo Município;

II. Implementar, em sua rotina diária, a separação de seus resíduos, de acordo com a legislação vigente;

6. CLÁUSULA SEXTA - DAS ALTERAÇÕES E AMPLIAÇÕES DO IMÓVEL

6.1. Compete à CONCESSIONÁRIA adequar e equipar o espaço físico, bem como realizar as adaptações e acabamentos necessários para o início das atividades.

6.2. Havendo necessidade de modificação de alguma estrutura, a CONCESSIONÁRIA submeterá previamente à apreciação e aprovação escrita do CONCEDENTE, o qual poderá vetar, justificadamente, parcial ou totalmente qualquer modificação que se pretenda fazer nas instalações estruturais externas e internas do imóvel objeto da concessão.

6.3. É possível a ampliação da estrutura dos barracões pela CONCESSIONÁRIA, com recursos próprios, respeitando-se as diretrizes estabelecidas pelo CONCEDENTE, devidamente aprovado pelo Departamento de Engenharia do Município e pelo Prefeito Municipal.

7. CLÁUSULA **SÉTIMA** - DA SUBCONTRATAÇÃO / SUBCONCESSÃO / LOCAÇÃO

7.1. É vedada a subcontratação, subconcessão ou locação total ou parcial do objeto do contrato.

8. CLÁUSULA **OITAVA** - DA MARGEM DE CUMPRIMENTO DA PROPOSTA DE EMPREGABILIDADE

8.1. Durante a vigência da concessão, a CONCESSIONÁRIA deverá observar a proposta apresentada na sessão de licitação, especialmente quanto ao número de empregos diretos.

8.2. Haverá uma margem de tolerabilidade no descumprimento do número de empregos diretos ofertados na proposta original, da seguinte forma:

a) a avaliação do cumprimento da proposta de criação de postos de trabalho será realizada anualmente, sempre no mês de julho, utilizando-se o período dos 12 (doze) meses anteriores;

b) Durante os doze meses anteriores à avaliação será calculada uma média do cumprimento da proposta da CONCESSIONÁRIA;

c) o percentual de tolerabilidade será de 25% (vinte e cinco por cento);

d) o descumprimento da proposta de criação de postos de trabalho acima da margem de tolerabilidade acarretará na aplicação de multa, prevista na alínea "a" do subitem 10.2.2.

e) o descumprimento da proposta de criação de postos de trabalho acima da margem de tolerabilidade **por dois anos consecutivos** acarretará na declaração de caducidade da concessão.

9. CLÁUSULA **NONA** - DA FISCALIZAÇÃO

9.1. A Fiscalização será de competência e responsabilidade do Município, a quem caberá verificar se, no seu desenvolvimento, estão sendo cumpridos os termos do Contrato, a proposta original da concessionária, suas especificações e demais requisitos, assim como participar de todos os atos que se fizerem necessários para sua fiel execução.

9.2. A fiscalização será exercida no interesse exclusivo do CONCEDENTE, e não exclui nem reduz a responsabilidade da CONCESSIONÁRIA, inclusive de terceiros, por qualquer irregularidade.

9.3. O Município de Capanema, na qualidade de fiscal do cumprimento das obrigações oriundas da concessão, notificará a CONCESSIONÁRIA para que providencie os reparos e/ou correções que se fizerem necessárias ao objeto da concessão, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, contados da data do recebimento da referida notificação.

9.3.1. A notificação poderá ser recebida pelo preposto indicado na Procuração, bem como qualquer um dos sócios da CONCESSIONÁRIA, possibilitando a notificação via e-mail.

9.3.2. O não recebimento de qualquer notificação expedida pelo Município, por parte da CONCESSIONÁRIA, será considerada válida com o ateste do servidor público responsável e ratificação da fiscalização.

9.4. O Município irá indicar um servidor para fiscalizar a execução do contrato de concessão.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. O descumprimento das obrigações previstas neste termo, no edital de licitação e no contrato ensejará a aplicação das sanções descriminadas a seguir, independentemente da rescisão contratual determinada por ato unilateral do CONCEDENTE.

10.2. Em caso de **inexecução total ou parcial da proposta ofertada pela CONCESSIONÁRIA na sessão da licitação**, inclusive não atendimento das determinações da fiscalização, a CONCESSIONÁRIA estará sujeita, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, às seguintes penalidades:

10.2.1. ADVERTÊNCIA por escrito, sempre que verificadas pequenas irregularidades para as quais haja concorrido;

10.2.2. MULTAS, que serão aplicadas por infração, conforme abaixo, limitadas a no máximo 15% (quinze por cento) sobre o valor de avaliação do imóvel concedido:

a) de 2% a 5%, no caso de descumprimento de obrigações indicadas no grupo 3 (leves) do **subitem 5.2.3;**

b) de 5% a 8%, no caso de descumprimento de obrigações indicadas no grupo 2 (graves) do **subitem 5.2.2;**

c) de 8% a 15%, no caso de descumprimento de obrigações indicadas no grupo 1 (gravíssimas) do **subitem 5.2.1.**

10.2.3. SUSPENSÃO temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município, segundo a natureza e gravidade da falta cometida, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

10.2.4. DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE para licitar ou contratar com a Administração, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante o Município.

10.3. A CONCESSIONÁRIA não incorrerá em penalidades quando o descumprimento dos prazos e/ou obrigações estabelecidos resultar de caso fortuito ou força maior devidamente comprovados.

10.4. A multa não impede que o CONCEDENTE rescinda unilateralmente o contrato e aplique as outras sanções previstas na lei e naquele instrumento.

10.5. O valor das multas será cobrado mediante notificação extrajudicial, independentemente da adoção da medida judicial competente, observando o procedimento descrito no subitem 10.11.

10.6. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com outras sanções previstas no subitem 10.2, segundo a natureza e a gravidade da falta cometida, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 15 dias úteis.

10.7. É facultado ao CONCESSIONÁRIO interpor recurso, dirigido ao Chefe do Poder Executivo, contra a aplicação, por decisão da Comissão de Licitação, das penas de advertência, suspensão ou de multa, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da ciência da respectiva notificação.

10.8. A sanção prevista na alínea "d" do subitem 10.2 é de competência do Chefe do Poder Executivo, facultada a defesa prévia do interessado no respectivo processo de contratação, no prazo de

15 (quinze) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 02 (dois) anos de sua aplicação.

10.9. As sanções previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 10.2 poderá ser também aplicável à CONCESSIONÁRIA que, em razão do contrato:

a) tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

b) praticar atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;

c) demonstrar não possuir idoneidade para contratar com a Administração Pública, em virtude de atos ilícitos praticados.

10.10. Independentemente das sanções legais cabíveis, a CONCESSIONÁRIA ficará sujeita, ainda, à composição das perdas e danos causados ao CONCEDENTE pelo descumprimento das suas obrigações.

10.11. As sanções administrativas somente serão aplicadas mediante regular processo administrativo, assegurada a ampla defesa e o contraditório, observando-se as seguintes regras:

a) Antes da aplicação de qualquer sanção administrativa, a CONCESSIONÁRIA será notificada, facultando-lhe a apresentação de defesa prévia, no prazo de 15 (quinze) dias úteis a contar da notificação, exceto na hipótese de declaração de inidoneidade, devendo ser observada a regra do art. 110 da Lei nº 8.666/93;

b) A notificação deverá ocorrer pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento ou por edital em jornal de grande circulação, no caso de concessionário e/ou seu representante estar em local incerto e não sabido. A notificação indicará a conduta reputada como infratora, a motivação para aplicação da penalidade, a sanção que se pretende aplicar, o prazo e o local de entrega das razões de defesa;

c) Ofertada a defesa prévia ou expirado o prazo sem que ocorra a sua apresentação, a autoridade competente proferirá decisão fundamentada e adotará as medidas legais cabíveis, resguardado o direito de recurso da CONCESSIONÁRIA, ao Prefeito Municipal, que deverá ser exercido nos termos da Lei Federal nº 8.666/93.

10.12. As penalidades só poderão ser relevadas nas hipóteses de caso fortuito ou força maior, devidamente justificados e comprovados, a juízo do CONCEDENTE.

11. CLÁUSULA **DÉCIMA PRIMEIRA** - DA RESCISÃO E DA DECLARAÇÃO DE CADUCIDADE

11.1. O descumprimento das condições estabelecidas neste Termo, no edital, no contrato e/ou em disposições legais, quando houver reincidência ou não couber apenas a aplicação de multas, implicará na extinção da concessão de direito real de uso, por rescisão contratual ou declaração de caducidade, nos termos a seguir.

11.2. O CONCEDENTE possui o direito de **rescindir** unilateralmente o contrato de concessão, independentemente de interpelação judicial, nos seguintes casos:

a) quando a CONCESSIONÁRIA falir, for dissolvida ou por superveniente incapacidade técnica;

b) quando houver paralisação das atividades da CONCESSIONÁRIA pelo prazo de 60 (sessenta) dias, consecutivos ou alternados, sem justificativa aceita pelo CONCEDENTE;

c) pelo descumprimento das obrigações do grupo 1 (gravíssimas) relacionadas no subitem 5.2.1;

d) pela existência de aplicação de 5 advertências durante o período de 24 (vinte e quatro) meses, qualificando como descumprimento reiterado das obrigações contratuais.

e) pelo descumprimento por 3 (três) vezes, consecutivas ou não, da mesma obrigação prevista no grupo 2 (graves) ou 4 (quatro) vezes, consecutivas ou não, da mesma obrigação prevista no grupo 3 (leve) dentro do período de 24 (vinte e quatro) meses.

f) nas hipóteses dos artigos 77 e 78, da Lei Federal nº 8.666/93;

g) a pedido justificado da CONCESSIONÁRIA.

11.3. O CONCEDENTE possui o direito de declarar a **caducidade** do contrato de concessão, independentemente de interpelação judicial, nos seguintes casos:

a) quando a CONCESSIONÁRIA transferir a concessão, locar ou de qualquer modo ceder a terceiros parte do imóvel concedido;

b) alterar a destinação do imóvel ou o ramo de atividade da CONCESSIONÁRIA, sem autorização do CONCEDENTE;

c) quando a CONCESSIONÁRIA for condenada judicialmente por cometimento de atos de improbidade administrativa ou por atos indicados na Lei 12.846/2013 ou por crimes ambientais;

d) quando a CONCESSIONÁRIA for condenada em âmbito administrativo por danos causados ao meio ambiente, por cometimento de atos de improbidade administrativa ou por atos indicados na Lei 12.846/2013;

e) descumprimento da margem de empregabilidade da proposta da concessionária apresentada na sessão pública do certame, por dois anos consecutivos.

11.4. A extinção da concessão de direito de uso, sem culpa das partes, não ensejará à CONCESSIONÁRIA a aplicação de penalidades.

11.5. Extinta a concessão, seja pela expiração do seu prazo ou em razão de rescisão contratual, será notificada a CONCESSIONÁRIA para a entrega do imóvel, no prazo assinalado na referida notificação.

11.5.1. Obriga-se a CONCESSIONÁRIA a entregar o imóvel objeto desta licitação, no prazo assinalado, inteiramente desembaraçado, em estado de conservação e uso normais, para imediata reintegração de posse do bem pelo poder CONCEDENTE.

11.5.2. Com a extinção ou rescisão do contrato a chave do imóvel deverá ser devolvida ao CONCEDENTE sob pena de ser considerado uso irregular, acarretando a cobrança desta ocupação a título de indenização e adoção das medidas administrativas e/ou judiciais para retomada da posse do imóvel.

11.6. Extinto, por qualquer hipótese, o contrato, ou se após regular procedimento administrativo for constatado o abandono do imóvel pela CONCESSIONÁRIA, poderá o Município, através dos meios de que dispuser, promover a remoção compulsória de quaisquer bens, pertençam eles à CONCESSIONÁRIA, a seus prepostos, fornecedores, contratantes e/ou contratados, ficando a CONCESSIONÁRIA responsável pelo ressarcimento das despesas de remoção e/ou guarda dos bens.

11.7. O Município notificará a CONCESSIONÁRIA diretamente ou por edital, concedendo-lhe prazo de até 30 (trinta) dias, a partir do recebimento da notificação ou da publicação do edital, para pagamento de quaisquer débitos existentes junto ao CONCEDENTE com a consequente retirada dos bens eventualmente removidos.

11.8. Decorrido o prazo estabelecido no subitem anterior sem que os bens tenham sido retirados, ficará o Município autorizado a proceder a sua alienação em leilão, a fim de se ressarcir de eventuais

débitos da CONCESSIONÁRIA, ficando o saldo eventualmente existente à disposição pelo prazo de 01 (um) ano, findo o qual o montante será revertido ao CONCEDENTE.

12.CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – RESTITUIÇÃO DO IMÓVEL

12.1. A CONCESSIONÁRIA obriga-se a zelar pela manutenção do imóvel, ficando responsável por eventuais danos que porventura ocorrer no imóvel, ocasionados por ele ou por terceiros, incluindo os causados por caso fortuito ou força maior.

12.2. A CONCESSIONÁRIA compromete-se a restituir o imóvel ao final do contrato nas mesmas condições em que os recebeu, ressalvados o desgaste natural com o decorrer do tempo, salvo se optar pela aquisição definitiva do imóvel.

12.3. A CONCESSIONÁRIA é obrigada a restituir ao imóvel ao CONCEDENTE nas hipóteses de extinção da concessão, por rescisão contratual ou declaração de sua caducidade.

13.CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - MEDIDAS ACAUTELADORAS

13.1. A CONCESSIONÁRIA responderá por todos os encargos e obrigações de natureza trabalhista, previdenciária, fiscal, acidentária, administrativa, civil e comercial resultantes da execução do contrato, bem como, pelos danos causados ao patrimônio do CONCEDENTE ou de terceiros.

14.CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - MEDIDAS ACAUTELADORAS

14.1. Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784/1999, a Administração Pública poderá motivadamente adotar providências acauteladoras.

15.CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos ou situações não explicitadas nas cláusulas deste Contrato serão decididos pelo CONCEDENTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 9.784/1999, na Lei nº 8.666/1993, no Código Civil, no Edital e os anexos da licitação CONCORRÊNCIA nº 02/2020, bem como nos demais regulamentos e normas administrativas federais e municipais, que fazem parte integrante deste Contrato, independentemente de suas transcrições.

16.CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA PUBLICAÇÃO

16.1. A publicação resumida do instrumento de contrato no Diário Oficial Do Município será providenciada pelo CONCEDENTE.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

17.1. As questões decorrentes da utilização do presente Instrumento que não puderem ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, Comarca de Capanema-PR.

E assim, por estarem de acordo, ajustados e contratados, após lido e achado conforme, as partes a seguir firmam o presente Contrato em 02 (duas) vias, de igual teor e forma.

CAPANEMA, 21 de dezembro de 2020.

AMÉRICO BELLÉ
Prefeito Municipal

FERNANDO EDUARDO LOPES
Representante legal
PRODUZZA INSUMOS AGRÍCOLAS LTDA.
Concessionária

CONTRATO DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO Nº 598/2020 QUE CELEBRAM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE CAPANEMA E A EMPRESA JACKSON DA ROSA – ME.

O MUNICÍPIO DE CAPANEMA-PR, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 75.972.760/0001-60, com sede à Av. Gov. Pedro Viriato Parigot de Souza, 1.080, centro, Município de Capanema PR., neste ato representado por seu Prefeito Municipal, AMÉRICO BELLÉ, de ora em diante denominado CONCEDENTE, e de outro lado a JACKSON DA ROSA - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 12.097.330/0001-26, com sede na Rua Otavio Francisco de Mattos, 644 - CEP: 85760000 - Bairro: Centro, no Município de Capanema/PR, representada neste ato pelo (a) Sr.(a) JACKSON DA ROSA, portador(a) da Cédula de Identidade RG sob o nº 75122462 e inscrito no CPF/MF sob o nº 025.855.179-85, de ora em diante denominado CONCESSIONÁRIA, acordam as seguintes cláusulas e condições nos termos do Processo de Licitação CONCORRÊNCIA nº. 2/2020:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Constitui objeto deste contato a **concessão de direito real de uso** de bem público de propriedade do Município de Capanema, referente a um terreno sem barracão, cujo imóvel segue discriminado abaixo, com o respectivo valor de avaliação:

Item	Descrição do Imóvel	Localização	Cadastro Municipal	Metragem	Avaliação atual
7	TERRENO	Área Industrial III - Saída para São Luiz - Quadra nº80 - Lote 09 - Setor N.O - Rua Paraíba nº1955	138835	2.319,42 m²	R$ 463.884,00

1.2. O uso do imóvel descrito acima será obrigatoriamente para exploração da atividade descrita na proposta apresentada pela CONCESSIONÁRIA, sem prejuízo das normas e obrigações constantes no Edital e seus anexos.

1.3. A CONCESSIONÁRIA explorará a(s) seguinte(s) atividade(s):

a) Construção de edifícios;
b) Preparação de canteiro e limpeza de terreno;
c) Obras de urbanização – ruas, praças e calçadas;
d) Comércio varejista de materiais de construção;
e) Atividades paisagísticas;
f) Instalação e manutenção elétrica.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO DA CONCESSÃO

2.1. O prazo de vigência da Concessão de Direito Real de Uso, conforme indicado na Lei Municipal nº 1.745/2020 será de **20 (vinte) anos**, contados **a partir de 1º de janeiro de 2021**.

2.2. A CONCESSIONÁRIA deverá observar o prazo para início das suas atividades conforme previsto no termo de referência e de acordo com sua proposta, sob pena de ser determinada a rescisão do contrato de concessão de uso, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste instrumento, no edital ou no termo de referência.

3. CLÁUSULA **TERCEIRA** - DA PRORROGAÇÃO CONTRATUAL

3.1. A vigência do contrato poderá ser prorrogada uma única vez, pelo mesmo prazo previsto no contrato original, desde que observadas as seguintes condições que caracterizam o interesse público:

a) interesse da Concessionária;

b) integral cumprimento dos requisitos previstos na proposta original da concessionária e na legislação em vigor;

c) inexistência de aplicação de penalidades à concessionária, em razão do descumprimento contratual, salvo uma advertência ou uma multa de natureza leve, devidamente formalizada em processo administrativo;

d) apresentação de todos os documentos necessários para a habilitação na licitação original, devidamente atualizados, válidos e regulares.

3.2. O procedimento para eventual prorrogação contratual será formal e deverá ser anexado ao presente processo de concessão, observando-se o seguinte rito:

I - no prazo compreendido entre o 12° e o 6° mês que antecede o encerramento da vigência do contrato de concessão, a CONCESSIONÁRIA apresentará requerimento escrito, constando a comprovação das condições mencionadas nas alíneas do subitem 3.1, devidamente protocolado no Protocolo-Geral do Município;

II - o requerimento será juntado aos autos da presente concessão;

III - os autos serão encaminhados para a Procuradoria Municipal, para parecer jurídico, no prazo de 15 dias, possibilitando a solicitação de certidões de órgãos públicos, sem prejuízo da notificação da CONCESSIONÁRIA para que apresente documentos complementares essenciais para a aprovação da prorrogação contratual;

IV - na hipótese de necessidade de complementação da documentação para avaliação da Procuradoria Municipal, a CONCESSIONÁRIA encaminhará os documentos exigidos no prazo de 10 dias;

V - emitido o parecer jurídico, a decisão final caberá ao Chefe do Poder Executivo, por meio de despacho fundamentado, no prazo de 15 dias.

3.3. Transcorrido o prazo de 40 anos da vigência da concessão, sem que haja a opção de aquisição pela concessionária, a concessão será extinta.

4. CLÁUSULA **QUARTA** - DA OPÇÃO DE AQUISIÇÃO DO IMÓVEL CONCEDIDO

4.1. A concessionária poderá optar pela aquisição ou não do imóvel no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias antes do encerramento da vigência inicial do contrato de concessão ou do encerramento da prorrogação do contrato.

4.2. Caso opte pela aquisição em definitivo do imóvel, o valor a ser pago será o montante estabelecido na avaliação do imóvel, conforme o disposto neste Termo de Referência, corrigido monetariamente pelo índice utilizado na atualização da UFM, anualmente.

4.3. A opção pela aquisição em definitivo do imóvel poderá ocorrer a partir do quinto ano da vigência da concessão, cujo pagamento do respectivo valor será realizado em parcela única ou de forma parcelada, em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais, devidamente corrigidas pelo índice de atualização da UFM, anualmente.

4.3.1. Em havendo a opção pela aquisição de forma parcelada, exigir-se-á a apresentação de garantia idônea, cláusula de reversão do imóvel, em caso de inadimplemento e o cumprimento dos requisitos previstos no art. 12, da Lei Municipal nº 1.745/2020.

4.3.2. Por opção da CONCESSIONÁRIA, a partir do quinto ano da vigência da concessão, é possível a aquisição parcelada do imóvel, em número de parcelas correspondentes ao número de meses restantes da vigência da CONCESSÃO, hipótese em que será outorgada escritura pública de alienação com cláusula resolutiva.

4.4. Caso a concessionária opte por não adquirir em definitivo o imóvel concedido, no prazo estabelecido no edital da licitação, a concessão será extinta.

4.5. Na hipótese do subitem 4.4 e em havendo edificações e benfeitorias realizadas pela concessionária no imóvel durante a vigência contratual, o imóvel poderá ser alienado pelo Município, pelo valor de mercado atualizado da sua totalidade, para que a concessionária original seja indenizada exclusivamente pelas edificações e benfeitorias realizadas.

4.6. O Município, ao invés da alienação prevista no subitem 4.5. poderá realizar nova concessão de direito real de uso do imóvel, caso conste no edital da nova licitação a obrigação da licitante vencedora do certame depositar o montante referente à avaliação das edificações e benfeitorias realizadas pelo concessionário original, no prazo de 10 (dez) dias, após a homologação da licitação, para fins de indenização da concessionária original.

4.7. Decorrido o prazo de 12 (doze) meses após a extinção da concessão e não realizada a indenização prevista nos subitens 4.5 ou 4.6, o Município indenizará as edificações e benfeitorias realizadas pelo concessionário original.

4.8. Para fazer jus às indenizações pelas edificações e benfeitorias realizadas no imóvel, a concessionária deverá obter as licenças dos órgãos competentes para as respectivas construções, quando exigido por lei, bem como averbá-las na matrícula do imóvel, por suas expensas, previamente ao encerramento da vigência do contrato ou previamente à abertura de processo administrativo para apurar a regularidade da concessão, com o fim de extingui-la.

4.9. O inadimplemento de parcelas referentes à aquisição do imóvel acarretará aplicação das seguintes penalidades:

4.9.1. Multa de mora de 1% do valor da avaliação do imóvel por mês de atraso.

4.9.2. Resolução do contrato de compra e venda caso haja a inadimplência de três parcelas seguidas, sem prejuízo da aplicação da multa prevista no subitem 4.9.1.

4.10. É vedada a destinação do imóvel concedido, mesmo após a aquisição definitiva pela CONCESSIONÁRIA, para outra finalidade que não seja industrial ou comercial, o que será devidamente averbado na matrícula do imóvel.

4.10.1. A tentativa de utilização do imóvel - adquirido definitivamente pela CONCESSIONÁRIA - de maneira indevida será coibida pelo Município de Capanema, a qualquer tempo, por meio do indeferimento do licenciamento da atividade, devido a sua localização.

5. CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. **Obrigações do CONCEDENTE:**

5.1.1. Disponibilizar o acesso ao imóvel imediatamente após o início da vigência da concessão;

5.1.2. Registrar as irregularidades constatadas em ato de fiscalização, cientificando a autoridade competente para as providências pertinentes, e notificar a CONCESSIONÁRIA para pronta regularização;

5.1.3. Notificar a CONCESSIONÁRIA imediatamente após constatar o descumprimento de alguma das obrigações contratuais, fixando um prazo para que ela promova as diligências/correções necessárias sob pena de aplicação de penalidades previstas no item 10.

5.1.4. Caberá ao CONCEDENTE avaliar a cada 12 (doze) meses o cumprimento do contrato.

5.2. Obrigações da CONCESSIONÁRIA:

As obrigações da CONCESSIONÁRIA estão divididas em 03 (três) grupos por grau de gravidade conforme disposições abaixo:

5.2.1. Obrigações do **Grupo 1 (GRAVÍSSIMA)**

5.2.1.1. O descumprimento das obrigações deste grupo poderá implicar na rescisão do contrato e das demais penalidades previstas no item 10.

a) utilizar o imóvel cujo uso lhe é concedido de acordo com as especificações e condições apresentadas pelo CONCEDENTE contidas neste instrumento, sendo vedada a utilização de áreas que não se encontrem limitadas no contrato, bem como não será permitida a utilização do bem público concedido para finalidade diferente da que foi licitada, garantindo-se as demais exigências pactuadas;

b) não transferir, ceder ou subconceder a terceiros o imóvel concedido durante a vigência do contrato de concessão;

c) não promover modificação da finalidade ou da estrutura societária que prejudique a execução da proposta apresentada na licitação, salvo se previamente submetida ao CONCEDENTE para análise e aceite, desde que verificada a manutenção dos critérios predominantes da proposta inicial, especialmente quanto à empregabilidade e aos investimentos privados no imóvel;

d) a CONCESSIONÁRIA deverá entregar procuração, conforme modelo a ser fornecido pelo CONCEDENTE, indicando, pelo menos, 02 (dois) prepostos com poderes para receber notificações e demais documentos pertinentes ao contrato de concessão. A referida procuração deverá ter validade durante a vigência do contrato, bem como, ficará sob a responsabilidade da CONCESSIONÁRIA a sua atualização junto ao Município;

e) produzir e/ou comercializar exclusivamente produtos lícitos e em rigorosa obediência à legislação pertinente;

f) não ser autuado e penalizado com multa pela segunda vez, num período de 24 meses, pelos mesmos motivos, em atuação da fiscalização, ou pela vigilância sanitária, ou outro órgão público, em razão de descumprimento das normas envolvendo a exploração do imóvel concedido.

5.2.2 Obrigações do **Grupo 2 (GRAVE):**

a) adequar e equipar o espaço físico, bem como realizar as construções, adaptações e acabamentos necessários para o início das atividades constantes na proposta apresentada na sessão da licitação, que deverá ocorrer no prazo de até 120 (cento e vinte) dias, contados a partir da vigência do concessão, com as condições e características necessárias e indispensáveis para realizar plenamente suas atividades, de acordo com as normas vigentes para o funcionamento do estabelecimento.

a.1) o referido prazo poderá ser excepcionalmente prorrogado desde que haja justificativa comprovada e aceita pela Administração, especificamente quando o exercício da atividade depender de licenças de outros órgãos públicos e não esteja caracterizada a negligência da própria CONCESSIONÁRIA;

a.2) no que tange à concessão dos terrenos sem barracões, o prazo da construção do empreendimento será o estabelecido na proposta da CONCESSIONÁRIA, apresentada na sessão da licitação.

b) manter a exploração da atividade industrial/comercial com o funcionamento constante;

c) obter as licenças exigidas para a construção, modificação e/ou ampliação que se pretenda fazer nas instalações externas e internas do imóvel objeto da CONCESSÃO;

d) para os **imóveis em que contenham barracões construídos pelo CONCEDENTE,** compete à CONCESSIONÁRIA contratar e/ou renovar anualmente o seguro contra incêndio do(s) imóvel(is) e suas respectivas instalações, com valor mínimo compatível com o valor de avaliação do barracão, de acordo com a tabela constante no subitem 1.1, **indicando como beneficiário o Município de Capanema**, sendo obrigatória a apresentação da(s) apólice(s) ao Município, no prazo de 60 (sessenta) dias, após o início das atividades industriais/comerciais no imóvel, bem como a cada renovação anual do seguro;

e) providenciar no prazo de até 120 (cento e vinte) dias, contados do início da vigência da concessão, a abertura de filial no Município de Capanema, caso a empresa seja sediada em outro Município, e apresentar a documentação ao CONCEDENTE;

f) recolher os tributos incidentes de sua atividade e emitir notas e cupons fiscais, conforme a legislação em vigor;

g) compete à CONCESSIONÁRIA, no prazo de 30 (trinta) dias, contados do início da vigência da concessão, requerer a transferência, para o seu nome, dos registros de água e luz do imóvel, junto aos órgãos competentes;

h) cumprir todas as normas ambientais exigidas para o exercício da atividade.

h.1) as licenças ambientais exigidas para o exercício da atividade deverão ser providenciadas pela CONCESSIONÁRIA no prazo de 120 (cento e vinte) dias, contados da vigência da concessão. Excepcionalmente, o prazo poderá ser prorrogado, mediante comprovação de motivo relevante, sem culpa da CONCESSIONÁRIA, e aceito pelo CONCEDENTE.

5.2.3. Obrigações do **Grupo 3 (LEVE):**

a) prestar todas as informações e/ou esclarecimentos ao CONCEDENTE, sempre que lhe forem solicitadas;

b) a CONCESSIONÁRIA deverá cumprir as normas relativas à legislação pertinente ao tipo de atividade comercial, providenciando anualmente a(s) licença(s) necessária(s) para o exercício da atividade;

c) é vedada a instalação de publicidade, letreiros e faixas de terceiros em qualquer parte da edificação do imóvel, permitida a identificação da própria CONCESSIONÁRIA e dos produtos ou atividades desenvolvidas no local.

d) adotar as providências adequadas em relação a qualquer empregado cujo procedimento for considerado inconveniente, fato este detectado a partir da fiscalização realizada pelo Município;

e) respeitar as normas trabalhistas;

j) é vedada a criação de animais domesticáveis ou não no imóvel;

k) cumprir as normas legais federais, estaduais e municipais, notadamente aquelas relativas à legislação urbana, ambiental e sanitária, registros de inspeção trabalhista, providenciando licenças e alvarás exigidos na forma da Lei, mantendo-os atualizados e em locais visíveis e de fácil identificação;

l) responder por todas as despesas com pessoal para exercício das atividades permitidas à CONCESSIONÁRIA, arcando com os encargos trabalhistas, sociais e previdenciários, de acordo com a legislação em vigor, obrigando-se a saldá-los em época própria, uma vez que seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o CONCEDENTE;

m) arcar com todas as despesas decorrentes da instalação de telefone e de qualquer outro serviço utilizado, assim como custos como impostos, taxas, contribuições e tributos federais, estaduais e municipais que incidam direta ou indiretamente sobre o imóvel, bem como as atividades econômicas nele desenvolvidas, que serão integralmente arcadas pela CONCESSIONÁRIA;

n) responder civilmente por seus atos, de seus empregados e de quaisquer pessoas físicas ou jurídicas a ela vinculadas, que causarem danos a terceiros e à(s) instalação(ões) física(s) do módulo, cujo uso lhe é concedido, sendo que a ocorrência destes deverá ser imediatamente comunicada ao órgão fiscalizador, para as providências que se fizerem necessárias;

o) acompanhar a vistoria de recebimento do imóvel, apondo a sua assinatura no laudo respectivo;

p) manter-se, durante toda a vigência da concessão, em compatibilidade com as obrigações assumidas na proposta apresentada na sessão de licitação, bem como todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, respeitando-se o disposto neste Termo de Referência e nos demais documentos da licitação;

q) participar, por meio de seu(s) sócio(s) ou representante(s) da CONCESSIONÁRIA, dos cursos e eventos de empreendedorismo disponibilizados pelo CONCEDENTE ou pela ACEC, durante o prazo de vigência da concessão;

r) manter o imóvel, objeto desta concessão em perfeitas condições de conservação e limpeza, de acordo com as normas estabelecidas pelo CONCEDENTE e legislação em vigor, observando também os seguintes pontos:

I. Toda a área de influência do imóvel deverá ser mantida diariamente limpa pela CONCESSIONÁRIA, e os resíduos coletados deverão ser devidamente ensacados e apresentados para a coleta regular, respeitando-se os horários de coleta estabelecidos pelo Município;

II. Implementar, em sua rotina diária, a separação de seus resíduos, de acordo com a legislação vigente;

6. CLÁUSULA **SEXTA** - DAS ALTERAÇÕES E AMPLIAÇÕES DO IMÓVEL

6.1. Compete à CONCESSIONÁRIA adequar e equipar o espaço físico, bem como realizar as adaptações e acabamentos necessários para o início das atividades.

6.2. Havendo necessidade de modificação de alguma estrutura, a CONCESSIONÁRIA submeterá previamente à apreciação e aprovação escrita do CONCEDENTE, o qual poderá vetar, justificadamente, parcial ou totalmente qualquer modificação que se pretenda fazer nas instalações estruturais externas e internas do imóvel objeto da concessão.

6.3. É possível a ampliação da estrutura dos barracões pela CONCESSIONÁRIA, com recursos próprios, respeitando-se as diretrizes estabelecidas pelo CONCEDENTE, devidamente aprovado pelo Departamento de Engenharia do Município e pelo Prefeito Municipal.

7. CLÁUSULA **SÉTIMA** - DA SUBCONTRATAÇÃO / SUBCONCESSÃO / LOCAÇÃO

7.1. É vedada a subcontratação, subconcessão ou locação total ou parcial do objeto do contrato.

8. CLÁUSULA **OITAVA** - DA MARGEM DE CUMPRIMENTO DA PROPOSTA DE EMPREGABILIDADE

8.1. Durante a vigência da concessão, a CONCESSIONÁRIA deverá observar a proposta apresentada na sessão de licitação, especialmente quanto ao número de empregos diretos.

8.2. Haverá uma margem de tolerabilidade no descumprimento do número de empregos diretos ofertados na proposta original, da seguinte forma:

a) a avaliação do cumprimento da proposta de criação de postos de trabalho será realizada anualmente, sempre no mês de julho, utilizando-se o período dos 12 (doze) meses anteriores;

b) Durante os doze meses anteriores à avaliação será calculada uma média do cumprimento da proposta da CONCESSIONÁRIA;

c) o percentual de tolerabilidade será de 25% (vinte e cinco por cento);

d) o descumprimento da proposta de criação de postos de trabalho acima da margem de tolerabilidade acarretará na aplicação de multa, prevista na alínea "a" do subitem 10.2.2.

e) o descumprimento da proposta de criação de postos de trabalho acima da margem de tolerabilidade **por dois anos consecutivos** acarretará na declaração de caducidade da concessão.

9. CLÁUSULA **NONA** - DA FISCALIZAÇÃO

9.1. A Fiscalização será de competência e responsabilidade do Município, a quem caberá verificar se, no seu desenvolvimento, estão sendo cumpridos os termos do Contrato, a proposta original da concessionária, suas especificações e demais requisitos, assim como participar de todos os atos que se fizerem necessários para sua fiel execução.

9.2. A fiscalização será exercida no interesse exclusivo do CONCEDENTE, e não exclui nem reduz a responsabilidade da CONCESSIONÁRIA, inclusive de terceiros, por qualquer irregularidade.

9.3. O Município de Capanema, na qualidade de fiscal do cumprimento das obrigações oriundas da concessão, notificará a CONCESSIONÁRIA para que providencie os reparos e/ou correções que se fizerem necessárias ao objeto da concessão, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, contados da data do recebimento da referida notificação.

9.3.1. A notificação poderá ser recebida pelo preposto indicado na Procuração, bem como qualquer um dos sócios da CONCESSIONÁRIA, possibilitando a notificação via e-mail.

9.3.2. O não recebimento de qualquer notificação expedida pelo Município, por parte da CONCESSIONÁRIA, será considerada válida com o ateste do servidor público responsável e ratificação da fiscalização.

9.4. O Município irá indicar um servidor para fiscalizar a execução do contrato de concessão.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. O descumprimento das obrigações previstas neste termo, no edital de licitação e no contrato ensejará a aplicação das sanções descriminadas a seguir, independentemente da rescisão contratual determinada por ato unilateral do CONCEDENTE.

10.2. Em caso de **inexecução total ou parcial da proposta ofertada pela CONCESSIONÁRIA na sessão da licitação**, inclusive não atendimento das determinações da fiscalização, a CONCESSIONÁRIA estará sujeita, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, às seguintes penalidades:

10.2.1. ADVERTÊNCIA por escrito, sempre que verificadas pequenas irregularidades para as quais haja concorrido;

10.2.2. MULTAS, que serão aplicadas por infração, conforme abaixo, limitadas a no máximo 15% (quinze por cento) sobre o valor de avaliação do imóvel concedido:

a) de 2% a 5%, no caso de descumprimento de obrigações indicadas no grupo 3 (leves) do **subitem 5.2.3;**

b) de 5% a 8%, no caso de descumprimento de obrigações indicadas no grupo 2 (graves) do **subitem 5.2.2;**

c) de 8% a 15%, no caso de descumprimento de obrigações indicadas no grupo 1 (gravíssimas) do **subitem 5.2.1.**

10.2.3. SUSPENSÃO temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município, segundo a natureza e gravidade da falta cometida, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

10.2.4. DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE para licitar ou contratar com a Administração, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante o Município.

10.3. A CONCESSIONÁRIA não incorrerá em penalidades quando o descumprimento dos prazos e/ou obrigações estabelecidos resultar de caso fortuito ou força maior devidamente comprovados.

10.4. A multa não impede que o CONCEDENTE rescinda unilateralmente o contrato e aplique as outras sanções previstas na lei e naquele instrumento.

10.5. O valor das multas será cobrado mediante notificação extrajudicial, independentemente da adoção da medida judicial competente, observando o procedimento descrito no subitem 10.11.

10.6. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com outras sanções previstas no subitem 10.2, segundo a natureza e a gravidade da falta cometida, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 15 dias úteis.

10.7. É facultado ao CONCESSIONÁRIO interpor recurso, dirigido ao Chefe do Poder Executivo, contra a aplicação, por decisão da Comissão de Licitação, das penas de advertência, suspensão ou de multa, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da ciência da respectiva notificação.

10.8. A sanção prevista na alínea "d" do subitem 10.2 é de competência do Chefe do Poder Executivo, facultada a defesa prévia do interessado no respectivo processo de contratação, no prazo de 15 (quinze) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 02 (dois) anos de sua aplicação.

10.9. As sanções previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 10.2 poderá ser também aplicável à CONCESSIONÁRIA que, em razão do contrato:

a) tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

b) praticar atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;

c) demonstrar não possuir idoneidade para contratar com a Administração Pública, em virtude de atos ilícitos praticados.

10.10. Independentemente das sanções legais cabíveis, a CONCESSIONÁRIA ficará sujeita, ainda, à composição das perdas e danos causados ao CONCEDENTE pelo descumprimento das suas obrigações.

10.11. As sanções administrativas somente serão aplicadas mediante regular processo administrativo, assegurada a ampla defesa e o contraditório, observando-se as seguintes regras:

a) Antes da aplicação de qualquer sanção administrativa, a CONCESSIONÁRIA será notificada, facultando-lhe a apresentação de defesa prévia, no prazo de 15 (quinze) dias úteis a contar da notificação, exceto na hipótese de declaração de inidoneidade, devendo ser observada a regra do art. 110 da Lei nº 8.666/93;

b) A notificação deverá ocorrer pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento ou por edital em jornal de grande circulação, no caso de concessionário e/ou seu representante estar em local incerto e não sabido. A notificação indicará a conduta reputada como infratora, a motivação para aplicação da penalidade, a sanção que se pretende aplicar, o prazo e o local de entrega das razões de defesa;

c) Ofertada a defesa prévia ou expirado o prazo sem que ocorra a sua apresentação, a autoridade competente proferirá decisão fundamentada e adotará as medidas legais cabíveis, resguardado o direito de recurso da CONCESSIONÁRIA, ao Prefeito Municipal, que deverá ser exercido nos termos da Lei Federal nº 8.666/93.

10.12. As penalidades só poderão ser relevadas nas hipóteses de caso fortuito ou força maior, devidamente justificados e comprovados, a juízo do CONCEDENTE.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO E DA DECLARAÇÃO DE CADUCIDADE

11.1. O descumprimento das condições estabelecidas neste Termo, no edital, no contrato e/ou em disposições legais, quando houver reincidência ou não couber apenas a aplicação de multas, implicará na extinção da concessão de direito real de uso, por rescisão contratual ou declaração de caducidade, nos termos a seguir.

11.2. O CONCEDENTE possui o direito de **rescindir** unilateralmente o contrato de concessão, independentemente de interpelação judicial, nos seguintes casos:

a) quando a CONCESSIONÁRIA falir, for dissolvida ou por superveniente incapacidade técnica;

b) quando houver paralisação das atividades da CONCESSIONÁRIA pelo prazo de 60 (sessenta) dias, consecutivos ou alternados, sem justificativa aceita pelo CONCEDENTE;

c) pelo descumprimento das obrigações do grupo 1 (gravíssimas) relacionadas no subitem 5.2.1;

d) pela existência de aplicação de 5 advertências durante o período de 24 (vinte e quatro) meses, qualificando como descumprimento reiterado das obrigações contratuais.

e) pelo descumprimento por 3 (três) vezes, consecutivas ou não, da mesma obrigação prevista no grupo 2 (graves) ou 4 (quatro) vezes, consecutivas ou não, da mesma obrigação prevista no grupo 3 (leve) dentro do período de 24 (vinte e quatro) meses.

f) nas hipóteses dos artigos 77 e 78, da Lei Federal nº 8.666/93;

g) a pedido justificado da CONCESSIONÁRIA.

11.3. O CONCEDENTE possui o direito de declarar a **caducidade** do contrato de concessão, independentemente de interpelação judicial, nos seguintes casos:

a) quando a CONCESSIONÁRIA transferir a concessão, locar ou de qualquer modo ceder a terceiros parte do imóvel concedido;

b) alterar a destinação do imóvel ou o ramo de atividade da CONCESSIONÁRIA, sem autorização do CONCEDENTE;

c) quando a CONCESSIONÁRIA for condenada judicialmente por cometimento de atos de improbidade administrativa ou por atos indicados na Lei 12.846/2013 ou por crimes ambientais;

d) quando a CONCESSIONÁRIA for condenada em âmbito administrativo por danos causados ao meio ambiente, por cometimento de atos de improbidade administrativa ou por atos indicados na Lei 12.846/2013;

e) descumprimento da margem de empregabilidade da proposta da concessionária apresentada na sessão pública do certame, por dois anos consecutivos.

11.4. A extinção da concessão de direito de uso, sem culpa das partes, não ensejará à CONCESSIONÁRIA a aplicação de penalidades.

11.5. Extinta a concessão, seja pela expiração do seu prazo ou em razão de rescisão contratual, será notificada a CONCESSIONÁRIA para a entrega do imóvel, no prazo assinalado na referida notificação.

11.5.1. Obriga-se a CONCESSIONÁRIA a entregar o imóvel objeto desta licitação, no prazo assinalado, inteiramente desembaraçado, em estado de conservação e uso normais, para imediata reintegração de posse do bem pelo poder CONCEDENTE.

11.5.2. Com a extinção ou rescisão do contrato a chave do imóvel deverá ser devolvida ao CONCEDENTE sob pena de ser considerado uso irregular, acarretando a cobrança desta ocupação a título de indenização e adoção das medidas administrativas e/ou judiciais para retomada da posse do imóvel.

11.6. Extinto, por qualquer hipótese, o contrato, ou se após regular procedimento administrativo for constatado o abandono do imóvel pela CONCESSIONÁRIA, poderá o Município, através dos meios de que dispuser, promover a remoção compulsória de quaisquer bens, pertençam eles à CONCESSIONÁRIA, a seus prepostos, fornecedores, contratantes e/ou contratados, ficando a CONCESSIONÁRIA responsável pelo ressarcimento das despesas de remoção e/ou guarda dos bens.

11.7. O Município notificará a CONCESSIONÁRIA diretamente ou por edital, concedendo-lhe prazo de até 30 (trinta) dias, a partir do recebimento da notificação ou da publicação do edital, para pagamento de quaisquer débitos existentes junto ao CONCEDENTE com a consequente retirada dos bens eventualmente removidos.

11.8. Decorrido o prazo estabelecido no subitem anterior sem que os bens tenham sido retirados, ficará o Município autorizado a proceder a sua alienação em leilão, a fim de se ressarcir de eventuais débitos da CONCESSIONÁRIA, ficando o saldo eventualmente existente à disposição pelo prazo de 01 (um) ano, findo o qual o montante será revertido ao CONCEDENTE.

12. CLÁUSULA **DÉCIMA SEGUNDA** – RESTITUIÇÃO DO IMÓVEL

12.1. A CONCESSIONÁRIA obriga-se a zelar pela manutenção do imóvel, ficando responsável por eventuais danos que porventura ocorrer no imóvel, ocasionados por ele ou por terceiros, incluindo os causados por caso fortuito ou força maior.

12.2. A CONCESSIONÁRIA compromete-se a restituir o imóvel ao final do contrato nas mesmas condições em que os recebeu, ressalvados o desgaste natural com o decorrer do tempo, salvo se optar pela aquisição definitiva do imóvel.

12.3. A CONCESSIONÁRIA é obrigada a restituir ao imóvel ao CONCEDENTE nas hipóteses de extinção da concessão, por rescisão contratual ou declaração de sua caducidade.

13. CLÁUSULA **DÉCIMA TERCEIRA** - MEDIDAS ACAUTELADORAS

13.1. A CONCESSIONÁRIA responderá por todos os encargos e obrigações de natureza trabalhista, previdenciária, fiscal, acidentária, administrativa, civil e comercial resultantes da execução do contrato, bem como, pelos danos causados ao patrimônio do CONCEDENTE ou de terceiros.

14. CLÁUSULA **DÉCIMA QUARTA** - MEDIDAS ACAUTELADORAS

14.1. Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784/1999, a Administração Pública poderá motivadamente adotar providências acauteladoras.

15. CLÁUSULA **DÉCIMA QUINTA** - DOS CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos ou situações não explicitadas nas cláusulas deste Contrato serão decididos pelo CONCEDENTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 9.784/1999, na Lei nº 8.666/1993, no Código Civil, no Edital e os anexos da licitação CONCORRÊNCIA nº 02/2020, bem como nos demais regulamentos e normas administrativas federais e municipais, que fazem parte integrante deste Contrato, independentemente de suas transcrições.

16. CLÁUSULA **DÉCIMA SEXTA** - DA PUBLICAÇÃO

16.1. A publicação resumida do instrumento de contrato no Diário Oficial Do Município será providenciada pelo CONCEDENTE.

17. CLÁUSULA **DÉCIMA SÉTIMA** - DO FORO

17.1. As questões decorrentes da utilização do presente Instrumento que não puderem ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, Comarca de Capanema-PR.

E assim, por estarem de acordo, ajustados e contratados, após lido e achado conforme, as partes a seguir firmam o presente Contrato em 02 (duas) vias, de igual teor e forma.

CAPANEMA, 21 de dezembro de 2020.

AMÉRICO BELLÉ
Prefeito Municipal

JACKSON DA ROSA
Representante legal
JACKSON DA ROSA - ME
Concessionária

CONTRATO DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO Nº 599/2020 QUE CELEBRAM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE CAPANEMA E A EMPRESA LUCIMAR PEREIRA DA SILVA EQUIPAMENTOS.

O MUNICÍPIO DE CAPANEMA-PR, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 75.972.760/0001-60, com sede à Av. Gov. Pedro Viriato Parigot de Souza, 1.080, centro, Município de Capanema PR., neste ato representado por seu Prefeito Municipal, AMÉRICO BELLÉ, de ora em diante denominado CONCEDENTE, e de outro lado a LUCIMAR PEREIRA DA SILVA EQUIPAMENTOS, inscrita no CNPJ sob o nº 22.754.263/0001-29, com sede na Rua Bahia, 64 - CEP: 85660000 - Bairro: Nossa Senhora de Lourdes, no Município de Dois Vizinhos/PR, representada neste ato pelo (a) Sr.(a) LUCIMAR PEREIRA DA SILVA, portador(a) da Cédula de Identidade RG sob o nº 96239866, inscrita no CPF sob o nº 060.585.719-95, de ora em diante denominada CONCESSIONÁRIA, acordam as seguintes cláusulas e condições nos termos do Processo de Licitação CONCORRÊNCIA nº. 2/2020:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Constitui objeto deste contato a **concessão de direito real de uso** de bem público de propriedade do Município de Capanema, referente a um terreno sem barracão, cujo imóvel segue discriminado abaixo, com o respectivo valor de avaliação:

Item	Descrição do Imóvel	Localização	Cadastro Municipal	Metragem	Avaliação atual
7	TERRENO	Área Industrial II - próximo ao Ginásio de Esportes - Chácara 12C - Setor S.E - Rua Silvério Ampessan nº 698	138894	1.000 m²	R$ 150.000,00

1.2. O uso do imóvel descrito acima será obrigatoriamente para exploração da atividade descrita na proposta apresentada pela CONCESSIONÁRIA, sem prejuízo das normas e obrigações constantes no Edital e seus anexos.

1.3. A CONCESSIONÁRIA explorará a(s) seguinte(s) atividade(s):

a) Comércio e armazenamento de estoque, máquinas, aparelhos, equipamentos para uso agropecuário, partes e suas peças, materiais elétricos e hidráulicos, e materiais de construção em geral.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO DA CONCESSÃO

2.1. O prazo de vigência da Concessão de Direito Real de Uso, conforme indicado na Lei Municipal nº 1.745/2020 será de **20 (vinte) anos**, contados **a partir de 1º de janeiro de 2021**.

2.2. A CONCESSIONÁRIA deverá observar o prazo para início das suas atividades conforme previsto no termo de referência e de acordo com sua proposta, sob pena de ser determinada a rescisão do contrato de concessão de uso, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste instrumento, no edital ou no termo de referência.

3. CLÁUSULA **TERCEIRA** - DA PRORROGAÇÃO CONTRATUAL

3.1. A vigência do contrato poderá ser prorrogada uma única vez, pelo mesmo prazo previsto no contrato original, desde que observadas as seguintes condições que caracterizam o interesse público:

a) interesse da Concessionária;

b) integral cumprimento dos requisitos previstos na proposta original da concessionária e na legislação em vigor;

c) inexistência de aplicação de penalidades à concessionária, em razão do descumprimento contratual, salvo uma advertência ou uma multa de natureza leve, devidamente formalizada em processo administrativo;

d) apresentação de todos os documentos necessários para a habilitação na licitação original, devidamente atualizados, válidos e regulares.

3.2. O procedimento para eventual prorrogação contratual será formal e deverá ser anexado ao presente processo de concessão, observando-se o seguinte rito:

I - no prazo compreendido entre o 12º e o 6º mês que antecede o encerramento da vigência do contrato de concessão, a CONCESSIONÁRIA apresentará requerimento escrito, constando a comprovação das condições mencionadas nas alíneas do subitem 3.1, devidamente protocolado no Protocolo-Geral do Município;

II - o requerimento será juntado aos autos da presente concessão;

III - os autos serão encaminhados para a Procuradoria Municipal, para parecer jurídico, no prazo de 15 dias, possibilitando a solicitação de certidões de órgãos públicos, sem prejuízo da notificação da CONCESSIONÁRIA para que apresente documentos complementares essenciais para a aprovação da prorrogação contratual;

IV - na hipótese de necessidade de complementação da documentação para avaliação da Procuradoria Municipal, a CONCESSIONÁRIA encaminhará os documentos exigidos no prazo de 10 dias;

V - emitido o parecer jurídico, a decisão final caberá ao Chefe do Poder Executivo, por meio de despacho fundamentado, no prazo de 15 dias.

3.3. Transcorrido o prazo de 40 anos da vigência da concessão, sem que haja a opção de aquisição pela concessionária, a concessão será extinta.

4. CLÁUSULA **QUARTA** - DA OPÇÃO DE AQUISIÇÃO DO IMÓVEL CONCEDIDO

4.1. A concessionária poderá optar pela aquisição ou não do imóvel no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias antes do encerramento da vigência inicial do contrato de concessão ou do encerramento da prorrogação do contrato.

4.2. Caso opte pela aquisição em definitivo do imóvel, o valor a ser pago será o montante estabelecido na avaliação do imóvel, conforme o disposto neste Termo de Referência, corrigido monetariamente pelo índice utilizado na atualização da UFM, anualmente.

4.3. A opção pela aquisição em definitivo do imóvel poderá ocorrer a partir do quinto ano da vigência da concessão, cujo pagamento do respectivo valor será realizado em parcela única ou de forma parcelada, em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais, devidamente corrigidas pelo índice de atualização da UFM, anualmente.

4.3.1. Em havendo a opção pela aquisição de forma parcelada, exigir-se-á a apresentação de garantia idônea, cláusula de reversão do imóvel, em caso de inadimplemento e o cumprimento dos requisitos previstos no art. 12, da Lei Municipal nº 1.745/2020.

4.3.2. Por opção da CONCESSIONÁRIA, a partir do quinto ano da vigência da concessão, é possível a aquisição parcelada do imóvel, em número de parcelas correspondentes ao número de meses restantes da vigência da CONCESSÃO, hipótese em que será outorgada escritura pública de alienação com cláusula resolutiva.

4.4. Caso a concessionária opte por não adquirir em definitivo o imóvel concedido, no prazo estabelecido no edital da licitação, a concessão será extinta.

4.5. Na hipótese do subitem 4.4 e em havendo edificações e benfeitorias realizadas pela concessionária no imóvel durante a vigência contratual, o imóvel poderá ser alienado pelo Município, pelo valor de mercado atualizado da sua totalidade, para que a concessionária original seja indenizada exclusivamente pelas edificações e benfeitorias realizadas.

4.6. O Município, ao invés da alienação prevista no subitem 4.5. poderá realizar nova concessão de direito real de uso do imóvel, caso conste no edital da nova licitação a obrigação da licitante vencedora do certame depositar o montante referente à avaliação das edificações e benfeitorias realizadas pelo concessionário original, no prazo de 10 (dez) dias, após a homologação da licitação, para fins de indenização da concessionária original.

4.7. Decorrido o prazo de 12 (doze) meses após a extinção da concessão e não realizada a indenização prevista nos subitens 4.5 ou 4.6, o Município indenizará as edificações e benfeitorias realizadas pelo concessionário original.

4.8. Para fazer jus às indenizações pelas edificações e benfeitorias realizadas no imóvel, a concessionária deverá obter as licenças dos órgãos competentes para as respectivas construções, quando exigido por lei, bem como averbá-las na matrícula do imóvel, por suas expensas, previamente ao encerramento da vigência do contrato ou previamente à abertura de processo administrativo para apurar a regularidade da concessão, com o fim de extingui-la.

4.9. O inadimplemento de parcelas referentes à aquisição do imóvel acarretará aplicação das seguintes penalidades:

4.9.1. Multa de mora de 1% do valor da avaliação do imóvel por mês de atraso.

4.9.2. Resolução do contrato de compra e venda caso haja a inadimplência de três parcelas seguidas, sem prejuízo da aplicação da multa prevista no subitem 4.9.1.

4.10. É vedada a destinação do imóvel concedido, mesmo após a aquisição definitiva pela CONCESSIONÁRIA, para outra finalidade que não seja industrial ou comercial, o que será devidamente averbado na matrícula do imóvel.

4.10.1. A tentativa de utilização do imóvel - adquirido definitivamente pela CONCESSIONÁRIA - de maneira indevida será coibida pelo Município de Capanema, a qualquer tempo, por meio do indeferimento do licenciamento da atividade, devido a sua localização.

5. CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Obrigações do CONCEDENTE:

5.1.1. Disponibilizar o acesso ao imóvel imediatamente após o início da vigência da concessão;

5.1.2. Registrar as irregularidades constatadas em ato de fiscalização, cientificando a autoridade competente para as providências pertinentes, e notificar a CONCESSIONÁRIA para pronta regularização;

5.1.3. Notificar a CONCESSIONÁRIA imediatamente após constatar o descumprimento de alguma das obrigações contratuais, fixando um prazo para que ela promova as diligências/correções necessárias sob pena de aplicação de penalidades previstas no item 10.

5.1.4. Caberá ao CONCEDENTE avaliar a cada 12 (doze) meses o cumprimento do contrato.

5.2. Obrigações da CONCESSIONÁRIA:

As obrigações da CONCESSIONÁRIA estão divididas em 03 (três) grupos por grau de gravidade conforme disposições abaixo:

5.2.1. Obrigações do Grupo 1 (GRAVÍSSIMA)

5.2.1.1. O descumprimento das obrigações deste grupo poderá implicar na rescisão do contrato e das demais penalidades previstas no item 10.

a) utilizar o imóvel cujo uso lhe é concedido de acordo com as especificações e condições apresentadas pelo CONCEDENTE contidas neste instrumento, sendo vedada a utilização de áreas que não se encontrem limitadas no contrato, bem como não será permitida a utilização do bem público concedido para finalidade diferente da que foi licitada, garantindo-se as demais exigências pactuadas;

b) não transferir, ceder ou subconceder a terceiros o imóvel concedido durante a vigência do contrato de concessão;

c) não promover modificação da finalidade ou da estrutura societária que prejudique a execução da proposta apresentada na licitação, salvo se previamente submetida ao CONCEDENTE para análise e aceite, desde que verificada a manutenção dos critérios predominantes da proposta inicial, especialmente quanto à empregabilidade e aos investimentos privados no imóvel;

d) a CONCESSIONÁRIA deverá entregar procuração, conforme modelo a ser fornecido pelo CONCEDENTE, indicando, pelo menos, 02 (dois) prepostos com poderes para receber notificações e demais documentos pertinentes ao contrato de concessão. A referida procuração deverá ter validade durante a vigência do contrato, bem como, ficará sob a responsabilidade da CONCESSIONÁRIA a sua atualização junto ao Município;

e) produzir e/ou comercializar exclusivamente produtos lícitos e em rigorosa obediência à legislação pertinente;

f) não ser autuado e penalizado com multa pela segunda vez, num período de 24 meses, pelos mesmos motivos, em atuação da fiscalização, ou pela vigilância sanitária, ou outro órgão público, em razão de descumprimento das normas envolvendo a exploração do imóvel concedido.

5.2.2 Obrigações **do Grupo 2 (GRAVE):**

a) adequar e equipar o espaço físico, bem como realizar as construções, adaptações e acabamentos necessários para o início das atividades constantes na proposta apresentada na sessão da licitação, que deverá ocorrer no prazo de até 120 (cento e vinte) dias, contados a partir da vigência do concessão, com as condições e características necessárias e indispensáveis para realizar plenamente suas atividades, de acordo com as normas vigentes para o funcionamento do estabelecimento.

a.1) o referido prazo poderá ser excepcionalmente prorrogado desde que haja justificativa comprovada e aceita pela Administração, especificamente quando o exercício da atividade depender de licenças de outros órgãos públicos e não esteja caracterizada a negligência da própria CONCESSIONÁRIA;

a.2) no que tange à concessão dos terrenos sem barracões, o prazo da construção do empreendimento será o estabelecido na proposta da CONCESSIONÁRIA, apresentada na sessão da licitação.

b) manter a exploração da atividade industrial/comercial com o funcionamento constante;

c) obter as licenças exigidas para a construção, modificação e/ou ampliação que se pretenda fazer nas instalações externas e internas do imóvel objeto da CONCESSÃO;

d) para os **imóveis em que contenham barracões construídos pelo CONCEDENTE,** compete à CONCESSIONÁRIA contratar e/ou renovar anualmente o seguro contra incêndio do(s) imóvel(is) e suas respectivas instalações, com valor mínimo compatível com o valor de avaliação do barracão, de acordo com a tabela constante no subitem 1.1, **indicando como beneficiário o Município de Capanema**, sendo obrigatória a apresentação da(s) apólice(s) ao Município, no prazo de 60 (sessenta) dias, após o início das atividades industriais/comerciais no imóvel, bem como a cada renovação anual do seguro;

e) providenciar no prazo de até 120 (cento e vinte) dias, contados do início da vigência da concessão, a abertura de filial no Município de Capanema, caso a empresa seja sediada em outro Município, e apresentar a documentação ao CONCEDENTE;

f) recolher os tributos incidentes de sua atividade e emitir notas e cupons fiscais, conforme a legislação em vigor;

g) compete à CONCESSIONÁRIA, no prazo de 30 (trinta) dias, contados do início da vigência da concessão, requerer a transferência, para o seu nome, dos registros de água e luz do imóvel, junto aos órgãos competentes;

h) cumprir todas as normas ambientais exigidas para o exercício da atividade.

h.1) as licenças ambientais exigidas para o exercício da atividade deverão ser providenciadas pela CONCESSIONÁRIA no prazo de 120 (cento e vinte) dias, contados da vigência da concessão. Excepcionalmente, o prazo poderá ser prorrogado, mediante comprovação de motivo relevante, sem culpa da CONCESSIONÁRIA, e aceito pelo CONCEDENTE.

5.2.3. Obrigações **do Grupo 3 (LEVE):**

a) prestar todas as informações e/ou esclarecimentos ao CONCEDENTE, sempre que lhe forem solicitadas;

b) a CONCESSIONÁRIA deverá cumprir as normas relativas à legislação pertinente ao tipo de atividade comercial, providenciando anualmente a(s) licença(s) necessária(s) para o exercício da atividade;

c) é vedada a instalação de publicidade, letreiros e faixas de terceiros em qualquer parte da edificação do imóvel, permitida a identificação da própria CONCESSIONÁRIA e dos produtos ou atividades desenvolvidas no local.

d) adotar as providências adequadas em relação a qualquer empregado cujo procedimento for considerado inconveniente, fato este detectado a partir da fiscalização realizada pelo Município;

e) respeitar as normas trabalhistas;

j) é vedada a criação de animais domesticáveis ou não no imóvel;

k) cumprir as normas legais federais, estaduais e municipais, notadamente aquelas relativas à legislação urbana, ambiental e sanitária, registros de inspeção trabalhista, providenciando licenças e alvarás exigidos na forma da Lei, mantendo-os atualizados e em locais visíveis e de fácil identificação;

l) responder por todas as despesas com pessoal para exercício das atividades permitidas à CONCESSIONÁRIA, arcando com os encargos trabalhistas, sociais e previdenciários, de acordo com a legislação em vigor, obrigando-se a saldá-los em época própria, uma vez que seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o CONCEDENTE;

m) arcar com todas as despesas decorrentes da instalação de telefone e de qualquer outro serviço utilizado, assim como custos como impostos, taxas, contribuições e tributos federais, estaduais e municipais que incidam direta ou indiretamente sobre o imóvel, bem como as atividades econômicas nele desenvolvidas, que serão integralmente arcadas pela CONCESSIONÁRIA;

n) responder civilmente por seus atos, de seus empregados e de quaisquer pessoas físicas ou jurídicas a ela vinculadas, que causarem danos a terceiros e à(s) instalação(ões) física(s) do módulo, cujo uso lhe é concedido, sendo que a ocorrência destes deverá ser imediatamente comunicada ao órgão fiscalizador, para as providências que se fizerem necessárias;

o) acompanhar a vistoria de recebimento do imóvel, apondo a sua assinatura no laudo respectivo;

p) manter-se, durante toda a vigência da concessão, em compatibilidade com as obrigações assumidas na proposta apresentada na sessão de licitação, bem como todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, respeitando-se o disposto neste Termo de Referência e nos demais documentos da licitação;

q) participar, por meio de seu(s) sócio(s) ou representante(s) da CONCESSIONÁRIA, dos cursos e eventos de empreendedorismo disponibilizados pelo CONCEDENTE ou pela ACEC, durante o prazo de vigência da concessão;

r) manter o imóvel, objeto desta concessão em perfeitas condições de conservação e limpeza, de acordo com as normas estabelecidas pelo CONCEDENTE e legislação em vigor, observando também os seguintes pontos:

I. Toda a área de influência do imóvel deverá ser mantida diariamente limpa pela CONCESSIONÁRIA, e os resíduos coletados deverão ser devidamente ensacados e apresentados para a coleta regular, respeitando-se os horários de coleta estabelecidos pelo Município;

II. Implementar, em sua rotina diária, a separação de seus resíduos, de acordo com a legislação vigente;

6. CLÁUSULA **SEXTA** - DAS ALTERAÇÕES E AMPLIAÇÕES DO IMÓVEL

6.1. Compete à CONCESSIONÁRIA adequar e equipar o espaço físico, bem como realizar as adaptações e acabamentos necessários para o início das atividades.

6.2. Havendo necessidade de modificação de alguma estrutura, a CONCESSIONÁRIA submeterá previamente à apreciação e aprovação escrita do CONCEDENTE, o qual poderá vetar, justificadamente, parcial ou totalmente qualquer modificação que se pretenda fazer nas instalações estruturais externas e internas do imóvel objeto da concessão.

6.3. É possível a ampliação da estrutura dos barracões pela CONCESSIONÁRIA, com recursos próprios, respeitando-se as diretrizes estabelecidas pelo CONCEDENTE, devidamente aprovado pelo Departamento de Engenharia do Município e pelo Prefeito Municipal.

7. CLÁUSULA **SÉTIMA** - DA SUBCONTRATAÇÃO / SUBCONCESSÃO / LOCAÇÃO

7.1. É vedada a subcontratação, subconcessão ou locação total ou parcial do objeto do contrato.

8. CLÁUSULA **OITAVA** - DA MARGEM DE CUMPRIMENTO DA PROPOSTA DE EMPREGABILIDADE

8.1. Durante a vigência da concessão, a CONCESSIONÁRIA deverá observar a proposta apresentada na sessão de licitação, especialmente quanto ao número de empregos diretos.

8.2. Haverá uma margem de tolerabilidade no descumprimento do número de empregos diretos ofertados na proposta original, da seguinte forma:

a) a avaliação do cumprimento da proposta de criação de postos de trabalho será realizada anualmente, sempre no mês de julho, utilizando-se o período dos 12 (doze) meses anteriores;

b) Durante os doze meses anteriores à avaliação será calculada uma média do cumprimento da proposta da CONCESSIONÁRIA;

c) o percentual de tolerabilidade será de 25% (vinte e cinco por cento);

d) o descumprimento da proposta de criação de postos de trabalho acima da margem de tolerabilidade acarretará na aplicação de multa, prevista na alínea "a" do subitem 10.2.2.

e) o descumprimento da proposta de criação de postos de trabalho acima da margem de tolerabilidade **por dois anos consecutivos** acarretará na declaração de caducidade da concessão.

9. CLÁUSULA **NONA** - DA FISCALIZAÇÃO

9.1. A Fiscalização será de competência e responsabilidade do Município, a quem caberá verificar se, no seu desenvolvimento, estão sendo cumpridos os termos do Contrato, a proposta original da concessionária, suas especificações e demais requisitos, assim como participar de todos os atos que se fizerem necessários para sua fiel execução.

9.2. A fiscalização será exercida no interesse exclusivo do CONCEDENTE, e não exclui nem reduz a responsabilidade da CONCESSIONÁRIA, inclusive de terceiros, por qualquer irregularidade.

9.3. O Município de Capanema, na qualidade de fiscal do cumprimento das obrigações oriundas da concessão, notificará a CONCESSIONÁRIA para que providencie os reparos e/ou correções que se fizerem necessárias ao objeto da concessão, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, contados da data do recebimento da referida notificação.

9.3.1. A notificação poderá ser recebida pelo preposto indicado na Procuração, bem como qualquer um dos sócios da CONCESSIONÁRIA, possibilitando a notificação via e-mail.

9.3.2. O não recebimento de qualquer notificação expedida pelo Município, por parte da CONCESSIONÁRIA, será considerada válida com o ateste do servidor público responsável e ratificação da fiscalização.

9.4. O Município irá indicar um servidor para fiscalizar a execução do contrato de concessão.

10. CLÁUSULA **DÉCIMA** – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. O descumprimento das obrigações previstas neste termo, no edital de licitação e no contrato ensejará a aplicação das sanções descriminadas a seguir, independentemente da rescisão contratual determinada por ato unilateral do CONCEDENTE.

10.2. Em caso de **inexecução total ou parcial da proposta ofertada pela CONCESSIONÁRIA na sessão da licitação**, inclusive não atendimento das determinações da fiscalização, a CONCESSIONÁRIA estará sujeita, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, às seguintes penalidades:

10.2.1. ADVERTÊNCIA por escrito, sempre que verificadas pequenas irregularidades para as quais haja concorrido;

10.2.2. MULTAS, que serão aplicadas por infração, conforme abaixo, limitadas a no máximo 15% (quinze por cento) sobre o valor de avaliação do imóvel concedido:

a) de 2% a 5%, no caso de descumprimento de obrigações indicadas no grupo 3 (leves) do **subitem 5.2.3;**

b) de 5% a 8%, no caso de descumprimento de obrigações indicadas no grupo 2 (graves) do **subitem 5.2.2;**

c) de 8% a 15%, no caso de descumprimento de obrigações indicadas no grupo 1 (gravíssimas) do **subitem 5.2.1.**

10.2.3. SUSPENSÃO temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município, segundo a natureza e gravidade da falta cometida, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

10.2.4. DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE para licitar ou contratar com a Administração, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante o Município.

10.3. A CONCESSIONÁRIA não incorrerá em penalidades quando o descumprimento dos prazos e/ou obrigações estabelecidos resultar de caso fortuito ou força maior devidamente comprovados.

10.4. A multa não impede que o CONCEDENTE rescinda unilateralmente o contrato e aplique as outras sanções previstas na lei e naquele instrumento.

10.5. O valor das multas será cobrado mediante notificação extrajudicial, independentemente da adoção da medida judicial competente, observando o procedimento descrito no subitem 10.11.

10.6. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com outras sanções previstas no subitem 10.2, segundo a natureza e a gravidade da falta cometida, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 15 dias úteis.

10.7. É facultado ao CONCESSIONÁRIO interpor recurso, dirigido ao Chefe do Poder Executivo, contra a aplicação, por decisão da Comissão de Licitação, das penas de advertência, suspensão ou de multa, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da ciência da respectiva notificação.

10.8. A sanção prevista na alínea "d" do subitem 10.2 é de competência do Chefe do Poder Executivo, facultada a defesa prévia do interessado no respectivo processo de contratação, no prazo de 15 (quinze) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 02 (dois) anos de sua aplicação.

10.9. As sanções previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 10.2 poderá ser também aplicável à CONCESSIONÁRIA que, em razão do contrato:

a) tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

b) praticar atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;

c) demonstrar não possuir idoneidade para contratar com a Administração Pública, em virtude de atos ilícitos praticados.

10.10. Independentemente das sanções legais cabíveis, a CONCESSIONÁRIA ficará sujeita, ainda, à composição das perdas e danos causados ao CONCEDENTE pelo descumprimento das suas obrigações.

10.11. As sanções administrativas somente serão aplicadas mediante regular processo administrativo, assegurada a ampla defesa e o contraditório, observando-se as seguintes regras:

a) Antes da aplicação de qualquer sanção administrativa, a CONCESSIONÁRIA será notificada, facultando-lhe a apresentação de defesa prévia, no prazo de 15 (quinze) dias úteis a contar da notificação, exceto na hipótese de declaração de inidoneidade, devendo ser observada a regra do art. 110 da Lei nº 8.665/93;

b) A notificação deverá ocorrer pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento ou por edital em jornal de grande circulação, no caso de concessionário e/ou seu representante estar em local incerto e não sabido. A notificação indicará a conduta reputada como infratora, a motivação para aplicação da penalidade, a sanção que se pretende aplicar, o prazo e o local de entrega das razões de defesa;

c) Ofertada a defesa prévia ou expirado o prazo sem que ocorra a sua apresentação, a autoridade competente proferirá decisão fundamentada e adotará as medidas legais cabíveis, resguardado o direito de recurso da CONCESSIONÁRIA, ao Prefeito Municipal, que deverá ser exercido nos termos da Lei Federal nº 8.666/93.

10.12. As penalidades só poderão ser relevadas nas hipóteses de caso fortuito ou força maior, devidamente justificados e comprovados, a juízo do CONCEDENTE.

11. CLÁUSULA **DÉCIMA PRIMEIRA** - DA RESCISÃO E DA DECLARAÇÃO DE CADUCIDADE

11.1. O descumprimento das condições estabeleçidas neste Termo, no edital, no contrato e/ou em disposições legais, quando houver reincidência ou não couber apenas a aplicação de multas, implicará na extinção da concessão de direito real de uso, por rescisão contratual ou declaração de caducidade, nos termos a seguir.

11.2. O CONCEDENTE possui o direito de **rescindir** unilateralmente o contrato de concessão, independentemente de interpelação judicial, nos seguintes casos:

a) quando a CONCESSIONÁRIA falir, for dissolvida ou por superveniente incapacidade técnica;

b) quando houver paralisação das atividades da CONCESSIONÁRIA pelo prazo de 60 (sessenta) dias, consecutivos ou alternados, sem justificativa aceita pelo CONCEDENTE;

c) pelo descumprimento das obrigações do grupo 1 (gravíssimas) relacionadas no subitem 5.2.1;

d) pela existência de aplicação de 5 advertências durante o período de 24 (vinte e quatro) meses, qualificando como descumprimento reiterado das obrigações contratuais.

e) pelo descumprimento por 3 (três) vezes, consecutivas ou não, da mesma obrigação prevista no grupo 2 (graves) ou 4 (quatro) vezes, consecutivas ou não, da mesma obrigação prevista no grupo 3 (leve) dentro do período de 24 (vinte e quatro) meses.

f) nas hipóteses dos artigos 77 e 78, da Lei Federal nº 8.666/93;

g) a pedido justificado da CONCESSIONÁRIA.

11.3. O CONCEDENTE possui o direito de declarar a **caducidade** do contrato de concessão, independentemente de interpelação judicial, nos seguintes casos:

a) quando a CONCESSIONÁRIA transferir a concessão, locar ou de qualquer modo ceder a terceiros parte do imóvel concedido;

b) alterar a destinação do imóvel ou o ramo de atividade da CONCESSIONÁRIA, sem autorização do CONCEDENTE;

c) quando a CONCESSIONÁRIA for condenada judicialmente por cometimento de atos de improbidade administrativa ou por atos indicados na Lei 12.846/2013 ou por crimes ambientais;

d) quando a CONCESSIONÁRIA for condenada em âmbito administrativo por danos causados ao meio ambiente, por cometimento de atos de improbidade administrativa ou por atos indicados na Lei 12.846/2013;

e) descumprimento da margem de empregabilidade da proposta da concessionária apresentada na sessão pública do certame, por dois anos consecutivos.

11.4. A extinção da concessão de direito de uso, sem culpa das partes, não ensejará à CONCESSIONÁRIA a aplicação de penalidades.

11.5. Extinta a concessão, seja pela expiração do seu prazo ou em razão de rescisão contratual, será notificada a CONCESSIONÁRIA para a entrega do imóvel, no prazo assinalado na referida notificação.

11.5.1. Obriga-se a CONCESSIONÁRIA a entregar o imóvel objeto desta licitação, no prazo assinalado, inteiramente desembaraçado, em estado de conservação e uso normais, para imediata reintegração de posse do bem pelo poder CONCEDENTE.

11.5.2. Com a extinção ou rescisão do contrato a chave do imóvel deverá ser devolvida ao CONCEDENTE sob pena de ser considerado uso irregular, acarretando a cobrança desta ocupação a título de indenização e adoção das medidas administrativas e/ou judiciais para retomada da posse do imóvel.

11.6. Extinto, por qualquer hipótese, o contrato, ou se após regular procedimento administrativo for constatado o abandono do imóvel pela CONCESSIONÁRIA, poderá o Município, através dos meios de que dispuser, promover a remoção compulsória de quaisquer bens, pertençam eles à CONCESSIONÁRIA, a seus prepostos, fornecedores, contratantes e/ou contratados, ficando a CONCESSIONÁRIA responsável pelo ressarcimento das despesas de remoção e/ou guarda dos bens.

11.7. O Município notificará a CONCESSIONÁRIA diretamente ou por edital, concedendo-lhe prazo de até 30 (trinta) dias, a partir do recebimento da notificação ou da publicação do edital, para pagamento de quaisquer débitos existentes junto ao CONCEDENTE com a consequente retirada dos bens eventualmente removidos.

11.8. Decorrido o prazo estabelecido no subitem anterior sem que os bens tenham sido retirados, ficará o Município autorizado a proceder a sua alienação em leilão, a fim de se ressarcir de eventuais débitos da CONCESSIONÁRIA, ficando o saldo eventualmente existente à disposição pelo prazo de 01 (um) ano, findo o qual o montante será revertido ao CONCEDENTE.

12.CLÁUSULA **DÉCIMA SEGUNDA** – RESTITUIÇÃO DO IMÓVEL

12.1. A CONCESSIONÁRIA obriga-se a zelar pela manutenção do imóvel, ficando responsável por eventuais danos que porventura ocorrer no imóvel, ocasionados por ele ou por terceiros, incluindo os causados por caso fortuito ou força maior.

12.2. A CONCESSIONÁRIA compromete-se a restituir o imóvel ao final do contrato nas mesmas condições em que os recebeu, ressalvados o desgaste natural com o decorrer do tempo, salvo se optar pela aquisição definitiva do imóvel.

12.3. A CONCESSIONÁRIA é obrigada a restituir ao imóvel ao CONCEDENTE nas hipóteses de extinção da concessão, por rescisão contratual ou declaração de sua caducidade.

13.CLÁUSULA **DÉCIMA TERCEIRA** - MEDIDAS ACAUTELADORAS

13.1. A CONCESSIONÁRIA responderá por todos os encargos e obrigações de natureza trabalhista, previdenciária, fiscal, acidentária, administrativa, civil e comercial resultantes da execução do contrato, bem como, pelos danos causados ao patrimônio do CONCEDENTE ou de terceiros.

14.CLÁUSULA **DÉCIMA QUARTA** - MEDIDAS ACAUTELADORAS

14.1. Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784/1999, a Administração Pública poderá motivadamente adotar providências acauteladoras.

15.CLÁUSULA **DÉCIMA QUINTA** - DOS CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos ou situações não explicitadas nas cláusulas deste Contrato serão decididos pelo CONCEDENTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 9.784/1999, na Lei nº 8.666/1993, no Código Civil, no Edital e os anexos da licitação CONCORRÊNCIA nº 02/2020, bem como nos demais regulamentos e normas administrativas federais e municipais, que fazem parte integrante deste Contrato, independentemente de suas transcrições.

16.CLÁUSULA **DÉCIMA SEXTA** - DA PUBLICAÇÃO

16.1. A publicação resumida do instrumento de contrato no Diário Oficial Do Município será providenciada pelo CONCEDENTE.

17. CLÁUSULA **DÉCIMA SÉTIMA** - DO FORO

17.1. As questões decorrentes da utilização do presente Instrumento que não puderem ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, Comarca de Capanema-PR.

E assim, por estarem de acordo, ajustados e contratados, após lido e achado conforme, as partes a seguir firmam o presente Contrato em 02 (duas) vias, de igual teor e forma.

CAPANEMA, 21 de dezembro de 2020.

AMERICO BELLÉ
Prefeito Municipal

LUCIMAR PEREIRA DA SILVA
Representante legal
LUCIMAR PEREIRA DA SILVA EQUIPAMENTOS
Concessionária

001369

CONTRATO DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO Nº 600/2020 QUE CELEBRAM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE CAPANEMA E A EMPRESA GROSS VEICULOS LTDA.

O MUNICÍPIO DE CAPANEMA-PR, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 75.972.760/0001-60, com sede à Av. Gov. Pedro Viriato Parigot de Souza, 1.080, centro, Município de Capanema PR., neste ato representado por seu Prefeito Municipal, AMÉRICO BELLÉ, de ora em diante denominado CONCEDENTE, e de outro lado a GROSS VEICULOS LTDA, inscrito no CNPJ sob o nº 05.489.129/0001-29, com sede na AV RIO GRANDE DO SUL, 3933 - CEP: 85760000 - BAIRRO: SÃO JOSÉ OPERÁRIO, no Município de Capanema/PR, representada neste ato pelo (a) Sr.(a) VALDERES JOSIAS GROSS, portador(a) da Cédula de Identidade RG sob o nº 79018869 e inscrito no CPF sob o nº 028.749.009-23, de ora em diante denominado CONCESSIONÁRIA, acordam as seguintes cláusulas e condições nos termos do Processo de Licitação CONCORRÊNCIA nº. 2/2020:

1. CLÁUSULA **PRIMEIRA** - DO OBJETO

1.1. Constitui objeto deste contato a **concessão de direito real de uso** de bem público de propriedade do Município de Capanema, referente a um terreno sem barracão, cujo imóvel segue discriminado abaixo, com o respectivo valor de avaliação:

Item	Descrição do Imóvel	Localização	Cadastro Municipal	Metragem	Avaliação atual
12	TERRENO	Área Industrial II – próximo ao Ginásio de Esportes – Chácara 12-D - Setor S.E - Rua Silvério Ampessan nº 676	138908	1.000 m²	R$ 150.000,00

1.2. O uso do imóvel descrito acima será obrigatoriamente para exploração da atividade descrita na proposta apresentada pela CONCESSIONÁRIA, sem prejuízo das normas e obrigações constantes no Edital e seus anexos.

1.3. A CONCESSIONÁRIA explorará a(s) seguinte(s) atividade(s):

a) Depósito de máquinas pesadas;

b) Serviços de terraplanagem.

2. CLÁUSULA **SEGUNDA** - DO PRAZO DA CONCESSÃO

2.1. O prazo de vigência da Concessão de Direito Real de Uso, conforme indicado na Lei Municipal nº 1.745/2020 **será de 20 (vinte) anos**, contados **a partir de 1º de janeiro de 2021**.

2.2. A CONCESSIONÁRIA deverá observar o prazo para início das suas atividades conforme previsto no termo de referência e de acordo com sua proposta, sob pena de ser determinada a rescisão

do contrato de concessão de uso, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste instrumento, no edital ou no termo de referência.

3. CLÁUSULA **TERCEIRA** - DA PRORROGAÇÃO CONTRATUAL

3.1. A vigência do contrato poderá ser prorrogada uma única vez, pelo mesmo prazo previsto no contrato original, desde que observadas as seguintes condições que caracterizam o interesse público:

a) interesse da Concessionária;

b) integral cumprimento dos requisitos previstos na proposta original da concessionária e na legislação em vigor;

c) inexistência de aplicação de penalidades à concessionária, em razão do descumprimento contratual, salvo uma advertência ou uma multa de natureza leve, devidamente formalizada em processo administrativo;

d) apresentação de todos os documentos necessários para a habilitação na licitação original, devidamente atualizados, válidos e regulares.

3.2. O procedimento para eventual prorrogação contratual será formal e deverá ser anexado ao presente processo de concessão, observando-se o seguinte rito:

I - no prazo compreendido entre o 12º e o 6º mês que antecede o encerramento da vigência do contrato de concessão, a CONCESSIONÁRIA apresentará requerimento escrito, constando a comprovação das condições mencionadas nas alíneas do subitem 3.1, devidamente protocolado no Protocolo-Geral do Município;

II - o requerimento será juntado aos autos da presente concessão;

III - os autos serão encaminhados para a Procuradoria Municipal, para parecer jurídico, no prazo de 15 dias, possibilitando a solicitação de certidões de órgãos públicos, sem prejuízo da notificação da CONCESSIONÁRIA para que apresente documentos complementares essenciais para a aprovação da prorrogação contratual;

IV - na hipótese de necessidade de complementação da documentação para avaliação da Procuradoria Municipal, a CONCESSIONÁRIA encaminhará os documentos exigidos no prazo de 10 dias;

V - emitido o parecer jurídico, a decisão final caberá ao Chefe do Poder Executivo, por meio de despacho fundamentado, no prazo de 15 dias.

3.3. Transcorrido o prazo de 40 anos da vigência da concessão, sem que haja a opção de aquisição pela concessionária, a concessão será extinta.

4. CLÁUSULA **QUARTA** - DA OPÇÃO DE AQUISIÇÃO DO IMÓVEL CONCEDIDO

4.1. A concessionária poderá optar pela aquisição ou não do imóvel no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias antes do encerramento da vigência inicial do contrato de concessão ou do encerramento da prorrogação do contrato.

4.2. Caso opte pela aquisição em definitivo do imóvel, o valor a ser pago será o montante estabelecido na avaliação do imóvel, conforme o disposto neste Termo de Referência, corrigido monetariamente pelo índice utilizado na atualização da UFM, anualmente.

4.3. A opção pela aquisição em definitivo do imóvel poderá ocorrer a partir do quinto ano da vigência da concessão, cujo pagamento do respectivo valor será realizado em parcela única ou de forma

parcelada, em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais, devidamente corrigidas pelo índice de atualização da UFM, anualmente.

4.3.1. Em havendo a opção pela aquisição de forma parcelada, exigir-se-á a apresentação de garantia idônea, cláusula de reversão do imóvel, em caso de inadimplemento e o cumprimento dos requisitos previstos no art. 12, da Lei Municipal nº 1.745/2020.

4.3.2. Por opção da CONCESSIONÁRIA, a partir do quinto ano da vigência da concessão, é possível a aquisição parcelada do imóvel, em número de parcelas correspondentes ao número de meses restantes da vigência da CONCESSÃO, hipótese em que será outorgada escritura pública de alienação com cláusula resolutiva.

4.4. Caso a concessionária opte por não adquirir em definitivo o imóvel concedido, no prazo estabelecido no edital da licitação, a concessão será extinta.

4.5. Na hipótese do subitem 4.4 e em havendo edificações e benfeitorias realizadas pela concessionária no imóvel durante a vigência contratual, o imóvel poderá ser alienado pelo Município, pelo valor de mercado atualizado da sua totalidade, para que a concessionária original seja indenizada exclusivamente pelas edificações e benfeitorias realizadas.

4.6. O Município, ao invés da alienação prevista no subitem 4.5. poderá realizar nova concessão de direito real de uso do imóvel, caso conste no edital da nova licitação a obrigação da licitante vencedora do certame depositar o montante referente à avaliação das edificações e benfeitorias realizadas pelo concessionário original, no prazo de 10 (dez) dias, após a homologação da licitação, para fins de indenização da concessionária original.

4.7. Decorrido o prazo de 12 (doze) meses após a extinção da concessão e não realizada a indenização prevista nos subitens 4.5 ou 4.6, o Município indenizará as edificações e benfeitorias realizadas pelo concessionário original.

4.8. Para fazer jus às indenizações pelas edificações e benfeitorias realizadas no imóvel, a concessionária deverá obter as licenças dos órgãos competentes para as respectivas construções, quando exigido por lei, bem como averbá-las na matrícula do imóvel, por suas expensas, previamente ao encerramento da vigência do contrato ou previamente à abertura de processo administrativo para apurar a regularidade da concessão, com o fim de extingui-la.

4.9. O inadimplemento de parcelas referentes à aquisição do imóvel acarretará aplicação das seguintes penalidades:

4.9.1. Multa de mora de 1% do valor da avaliação do imóvel por mês de atraso.

4.9.2. Resolução do contrato de compra e venda caso haja a inadimplência de três parcelas seguidas, sem prejuízo da aplicação da multa prevista no subitem 4.9.1.

4.10. É vedada a destinação do imóvel concedido, mesmo após a aquisição definitiva pela CONCESSIONÁRIA, para outra finalidade que não seja industrial ou comercial, o que será devidamente averbado na matrícula do imóvel.

4.10.1. A tentativa de utilização do imóvel - adquirido definitivamente pela CONCESSIONÁRIA - de maneira indevida será coibida pelo Município de Capanema, a qualquer tempo, por meio do indeferimento do licenciamento da atividade, devido a sua localização.

5. CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Obrigações do CONCEDENTE:

5.1.1. Disponibilizar o acesso ao imóvel imediatamente após o início da vigência da concessão.

5.1.2. Registrar as irregularidades constatadas em ato de fiscalização, cientificando a autoridade competente para as providências pertinentes, e notificar a CONCESSIONÁRIA para pronta regularização;

5.1.3. Notificar a CONCESSIONÁRIA imediatamente após constatar o descumprimento de alguma das obrigações contratuais, fixando um prazo para que ela promova as diligências/correções necessárias sob pena de aplicação de penalidades previstas no item 10.

5.1.4. Caberá ao CONCEDENTE avaliar a cada 12 (doze) meses o cumprimento do contrato.

5.2. Obrigações da CONCESSIONÁRIA:

As obrigações da CONCESSIONÁRIA estão divididas em 03 (três) grupos por grau de gravidade conforme disposições abaixo:

5.2.1. Obrigações **do Grupo 1 (GRAVÍSSIMA)**

5.2.1.1. O descumprimento das obrigações deste grupo poderá implicar na rescisão do contrato e das demais penalidades previstas no item 10.

a) utilizar o imóvel cujo uso lhe é concedido de acordo com as especificações e condições apresentadas pelo CONCEDENTE contidas neste instrumento, sendo vedada a utilização de áreas que não se encontrem limitadas no contrato, bem como não será permitida a utilização do bem público concedido para finalidade diferente da que foi licitada, garantindo-se as demais exigências pactuadas;

b) não transferir, ceder ou subconceder a terceiros o imóvel concedido durante a vigência do contrato de concessão;

c) não promover modificação da finalidade ou da estrutura societária que prejudique a execução da proposta apresentada na licitação, salvo se previamente submetida ao CONCEDENTE para análise e aceite, desde que verificada a manutenção dos critérios predominantes da proposta inicial, especialmente quanto à empregabilidade e aos investimentos privados no imóvel;

d) a CONCESSIONÁRIA deverá entregar procuração, conforme modelo a ser fornecido pelo CONCEDENTE, indicando, pelo menos, 02 (dois) prepostos com poderes para receber notificações e demais documentos pertinentes ao contrato de concessão. A referida procuração deverá ter validade durante a vigência do contrato, bem como, ficará sob a responsabilidade da CONCESSIONÁRIA a sua atualização junto ao Município;

e) produzir e/ou comercializar exclusivamente produtos lícitos e em rigorosa obediência à legislação pertinente;

f) não ser autuado e penalizado com multa pela segunda vez, num período de 24 meses, pelos mesmos motivos, em atuação da fiscalização, ou pela vigilância sanitária, ou outro órgão público, em razão de descumprimento das normas envolvendo a exploração do imóvel concedido.

5.2.2 Obrigações do **Grupo 2 (GRAVE):**

a) adequar e equipar o espaço físico, bem como realizar as construções, adaptações e acabamentos necessários para o início das atividades constantes na proposta apresentada na sessão da licitação, que deverá ocorrer no prazo de até 120 (cento e vinte) dias, contados a partir da vigência do concessão, com as condições e características necessárias e indispensáveis para

realizar plenamente suas atividades, de acordo com as normas vigentes para o funcionamento do estabelecimento.

a.1) o referido prazo poderá ser excepcionalmente prorrogado desde que haja justificativa comprovada e aceita pela Administração, especificamente quando o exercício da atividade depender de licenças de outros órgãos públicos e não esteja caracterizada a negligência da própria CONCESSIONÁRIA;

a.2) no que tange à concessão dos terrenos sem barracões, o prazo da construção do empreendimento será o estabelecido na proposta da CONCESSIONÁRIA, apresentada na sessão da licitação.

b) manter a exploração da atividade industrial/comercial com o funcionamento constante;

c) obter as licenças exigidas para a construção, modificação e/ou ampliação que se pretenda fazer nas instalações externas e internas do imóvel objeto da CONCESSÃO;

d) para os **imóveis em que contenham barracões construídos pelo CONCEDENTE,** compete à CONCESSIONÁRIA contratar e/ou renovar anualmente o seguro contra incêndio do(s) imóvel(is) e suas respectivas instalações, com valor mínimo compatível com o valor de avaliação do barracão, de acordo com a tabela constante no subitem 1.1, **indicando como beneficiário o Município de Capanema**, sendo obrigatória a apresentação da(s) apólice(s) ao Município, no prazo de 60 (sessenta) dias, após o início das atividades industriais/comerciais no imóvel, bem como a cada renovação anual do seguro;

e) providenciar no prazo de até 120 (cento e vinte) dias, contados do início da vigência da concessão, a abertura de filial no Município de Capanema, caso a empresa seja sediada em outro Município, e apresentar a documentação ao CONCEDENTE;

f) recolher os tributos incidentes de sua atividade e emitir notas e cupons fiscais, conforme a legislação em vigor;

g) compete à CONCESSIONÁRIA, no prazo de 30 (trinta) dias, contados do início da vigência da concessão, requerer a transferência, para o seu nome, dos registros de água e luz do imóvel, junto aos órgãos competentes;

h) cumprir todas as normas ambientais exigidas para o exercício da atividade.

h.1) as licenças ambientais exigidas para o exercício da atividade deverão ser providenciadas pela CONCESSIONÁRIA no prazo de 120 (cento e vinte) dias, contados da vigência da concessão. Excepcionalmente, o prazo poderá ser prorrogado, mediante comprovação de motivo relevante, sem culpa da CONCESSIONÁRIA, e aceito pelo CONCEDENTE.

5.2.3. Obrigações do **Grupo 3 (LEVE):**

a) prestar todas as informações e/ou esclarecimentos ao CONCEDENTE, sempre que lhe forem solicitadas;

b) a CONCESSIONÁRIA deverá cumprir as normas relativas à legislação pertinente ao tipo de atividade comercial, providenciando anualmente a(s) licença(s) necessária(s) para o exercício da atividade;

c) é vedada a instalação de publicidade, letreiros e faixas de terceiros em qualquer parte da edificação do imóvel, permitida a identificação da própria CONCESSIONÁRIA e dos produtos ou atividades desenvolvidas no local.

d) adotar as providências adequadas em relação a qualquer empregado cujo procedimento for considerado inconveniente, fato este detectado a partir da fiscalização realizada pelo Município;

e) respeitar as normas trabalhistas;

j) é vedada a criação de animais domesticáveis ou não no imóvel;

k) cumprir as normas legais federais, estaduais e municipais, notadamente aquelas relativas à legislação urbana, ambiental e sanitária, registros de inspeção trabalhista, providenciando licenças e alvarás exigidos na forma da Lei, mantendo-os atualizados e em locais visíveis e de fácil identificação;

l) responder por todas as despesas com pessoal para exercício das atividades permitidas à CONCESSIONÁRIA, arcando com os encargos trabalhistas, sociais e previdenciários, de acordo com a legislação em vigor, obrigando-se a saldá-los em época própria, uma vez que seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o CONCEDENTE;

m) arcar com todas as despesas decorrentes da instalação de telefone e de qualquer outro serviço utilizado, assim como custos como impostos, taxas, contribuições e tributos federais, estaduais e municipais que incidam direta ou indiretamente sobre o imóvel, bem como as atividades econômicas nele desenvolvidas, que serão integralmente arcadas pela CONCESSIONÁRIA;

n) responder civilmente por seus atos, de seus empregados e de quaisquer pessoas físicas ou jurídicas a ela vinculadas, que causarem danos a terceiros e à(s) instalação(ões) física(s) do módulo, cujo uso lhe é concedido, sendo que a ocorrência destes deverá ser imediatamente comunicada ao órgão fiscalizador, para as providências que se fizerem necessárias;

o) acompanhar a vistoria de recebimento do imóvel, apondo a sua assinatura no laudo respectivo;

p) manter-se, durante toda a vigência da concessão, em compatibilidade com as obrigações assumidas na proposta apresentada na sessão de licitação, bem como todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, respeitando-se o disposto neste Termo de Referência e nos demais documentos da licitação;

q) participar, por meio de seu(s) sócio(s) ou representante(s) da CONCESSIONÁRIA, dos cursos e eventos de empreendedorismo disponibilizados pelo CONCEDENTE ou pela ACEC, durante o prazo de vigência da concessão;

r) manter o imóvel, objeto desta concessão em perfeitas condições de conservação e limpeza, de acordo com as normas estabelecidas pelo CONCEDENTE e legislação em vigor, observando também os seguintes pontos:

I. Toda a área de influência do imóvel deverá ser mantida diariamente limpa pela CONCESSIONÁRIA, e os resíduos coletados deverão ser devidamente ensacados e apresentados para a coleta regular, respeitando-se os horários de coleta estabelecidos pelo Município;

II. Implementar, em sua rotina diária, a separação de seus resíduos, de acordo com a legislação vigente;

6. CLÁUSULA SEXTA - DAS ALTERAÇÕES E AMPLIAÇÕES DO IMÓVEL

6.1. Compete à CONCESSIONÁRIA adequar e equipar o espaço físico, bem como realizar as adaptações e acabamentos necessários para o início das atividades.

6.2. Havendo necessidade de modificação de alguma estrutura, a CONCESSIONÁRIA submeterá previamente à apreciação e aprovação escrita do CONCEDENTE, o qual poderá vetar, justificadamente, parcial ou totalmente qualquer modificação que se pretenda fazer nas instalações estruturais externas e internas do imóvel objeto da concessão.

6.3. É possível a ampliação da estrutura dos barracões pela CONCESSIONÁRIA, com recursos próprios, respeitando-se as diretrizes estabelecidas pelo CONCEDENTE, devidamente aprovado pelo Departamento de Engenharia do Município e pelo Prefeito Municipal.

7. CLÁUSULA **SÉTIMA** - DA SUBCONTRATAÇÃO / SUBCONCESSÃO / LOCAÇÃO

7.1. É vedada a subcontratação, subconcessão ou locação total ou parcial do objeto do contrato.

8. CLÁUSULA **OITAVA** - DA MARGEM DE CUMPRIMENTO DA PROPOSTA DE EMPREGABILIDADE

8.1. Durante a vigência da concessão, a CONCESSIONÁRIA deverá observar a proposta apresentada na sessão de licitação, especialmente quanto ao número de empregos diretos.

8.2. Haverá uma margem de tolerabilidade no descumprimento do número de empregos diretos ofertados na proposta original, da seguinte forma:

a) a avaliação do cumprimento da proposta de criação de postos de trabalho será realizada anualmente, sempre no mês de julho, utilizando-se o período dos 12 (doze) meses anteriores;

b) Durante os doze meses anteriores à avaliação será calculada uma média do cumprimento da proposta da CONCESSIONÁRIA;

c) o percentual de tolerabilidade será de 25% (vinte e cinco por cento);

d) o descumprimento da proposta de criação de postos de trabalho acima da margem de tolerabilidade acarretará na aplicação de multa, prevista na alínea "a" do subitem 10.2.2.

e) o descumprimento da proposta de criação de postos de trabalho acima da margem de tolerabilidade **por dois anos consecutivos** acarretará na declaração de caducidade da concessão.

9. CLÁUSULA **NONA** - DA FISCALIZAÇÃO

9.1. A Fiscalização será de competência e responsabilidade do Município, a quem caberá verificar se, no seu desenvolvimento, estão sendo cumpridos os termos do Contrato, a proposta original da concessionária, suas especificações e demais requisitos, assim como participar de todos os atos que se fizerem necessários para sua fiel execução.

9.2. A fiscalização será exercida no interesse exclusivo do CONCEDENTE, e não exclui nem reduz a responsabilidade da CONCESSIONÁRIA, inclusive de terceiros, por qualquer irregularidade.

9.3. O Município de Capanema, na qualidade de fiscal do cumprimento das obrigações oriundas da concessão, notificará a CONCESSIONÁRIA para que providencie os reparos e/ou correções que se fizerem necessárias ao objeto da concessão, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, contados da data do recebimento da referida notificação.

9.3.1. A notificação poderá ser recebida pelo preposto indicado na Procuração, bem como qualquer um dos sócios da CONCESSIONÁRIA, possibilitando a notificação via e-mail.

9.3.2. O não recebimento de qualquer notificação expedida pelo Município, por parte da CONCESSIONÁRIA, será considerada válida com o ateste do servidor público responsável e ratificação da fiscalização.

9.4. O Município irá indicar um servidor para fiscalizar a execução do contrato de concessão.

10. CLÁUSULA **DÉCIMA** – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. O descumprimento das obrigações previstas neste termo, no edital de licitação e no contrato ensejará a aplicação das sanções descriminadas a seguir, independentemente da rescisão contratual determinada por ato unilateral do CONCEDENTE.

10.2. Em caso de **inexecução total ou parcial da proposta ofertada pela CONCESSIONÁRIA na sessão da licitação**, inclusive não atendimento das determinações da fiscalização, a CONCESSIONÁRIA estará sujeita, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, às seguintes penalidades:

10.2.1. ADVERTÊNCIA por escrito, sempre que verificadas pequenas irregularidades para as quais haja concorrido;

10.2.2. MULTAS, que serão aplicadas por infração, conforme abaixo, limitadas a no máximo 15% (quinze por cento) sobre o valor de avaliação do imóvel concedido:

a) de 2% a 5%, no caso de descumprimento de obrigações indicadas no grupo 3 (leves) do **subitem 5.2.3;**

b) de 5% a 8%, no caso de descumprimento de obrigações indicadas no grupo 2 (graves) do **subitem 5.2.2;**

c) de 8% a 15%, no caso de descumprimento de obrigações indicadas no grupo 1 (gravíssimas) do **subitem 5.2.1.**

10.2.3. SUSPENSÃO temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município, segundo a natureza e gravidade da falta cometida, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

10.2.4. DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE para licitar ou contratar com a Administração, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante o Município.

10.3. A CONCESSIONÁRIA não incorrerá em penalidades quando o descumprimento dos prazos e/ou obrigações estabelecidos resultar de caso fortuito ou força maior devidamente comprovados.

10.4. A multa não impede que o CONCEDENTE rescinda unilateralmente o contrato e aplique as outras sanções previstas na lei e naquele instrumento.

10.5. O valor das multas será cobrado mediante notificação extrajudicial, independentemente da adoção da medida judicial competente, observando o procedimento descrito no subitem 10.11.

10.6. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com outras sanções previstas no subitem 10.2, segundo a natureza e a gravidade da falta cometida, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 15 dias úteis.

10.7. É facultado ao CONCESSIONÁRIO interpor recurso, dirigido ao Chefe do Poder Executivo, contra a aplicação, por decisão da Comissão de Licitação, das penas de advertência, suspensão ou de multa, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da ciência da respectiva notificação.

10.8. A sanção prevista na alínea "d" do subitem 10.2 é de competência do Chefe do Poder Executivo, facultada a defesa prévia do interessado no respectivo processo de contratação, no prazo de

15 (quinze) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 02 (dois) anos de sua aplicação.

10.9. As sanções previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 10.2 poderá ser também aplicável à CONCESSIONÁRIA que, em razão do contrato:

a) tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

b) praticar atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;

c) demonstrar não possuir idoneidade para contratar com a Administração Pública, em virtude de atos ilícitos praticados.

10.10. Independentemente das sanções legais cabíveis, a CONCESSIONÁRIA ficará sujeita, ainda, à composição das perdas e danos causados ao CONCEDENTE pelo descumprimento das suas obrigações.

10.11. As sanções administrativas somente serão aplicadas mediante regular processo administrativo, assegurada a ampla defesa e o contraditório, observando-se as seguintes regras:

a) Antes da aplicação de qualquer sanção administrativa, a CONCESSIONÁRIA será notificada, facultando-lhe a apresentação de defesa prévia, no prazo de 15 (quinze) dias úteis a contar da notificação, exceto na hipótese de declaração de inidoneidade, devendo ser observada a regra do art. 110 da Lei nº 8.666/93;

b) A notificação deverá ocorrer pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento ou por edital em jornal de grande circulação, no caso de concessionário e/ou seu representante estar em local incerto e não sabido. A notificação indicará a conduta reputada como infratora, a motivação para aplicação da penalidade, a sanção que se pretende aplicar, o prazo e o local de entrega das razões de defesa;

c) Ofertada a defesa prévia ou expirado o prazo sem que ocorra a sua apresentação, a autoridade competente proferirá decisão fundamentada e adotará as medidas legais cabíveis, resguardado o direito de recurso da CONCESSIONÁRIA, ao Prefeito Municipal, que deverá ser exercido nos termos da Lei Federal nº 8.666/93.

10.12. As penalidades só poderão ser relevadas nas hipóteses de caso fortuito ou força maior, devidamente justificados e comprovados, a juízo do CONCEDENTE.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO E DA DECLARAÇÃO DE CADUCIDADE

11.1. O descumprimento das condições estabelecidas neste Termo, no edital, no contrato e/ou em disposições legais, quando houver reincidência ou não couber apenas a aplicação de multas, implicará na extinção da concessão de direito real de uso, por rescisão contratual ou declaração de caducidade, nos termos a seguir.

11.2. O CONCEDENTE possui o direito de **rescindir** unilateralmente o contrato de concessão, independentemente de interpelação judicial, nos seguintes casos:

a) quando a CONCESSIONÁRIA falir, for dissolvida ou por superveniente incapacidade técnica;

b) quando houver paralisação das atividades da CONCESSIONÁRIA pelo prazo de 60 (sessenta) dias, consecutivos ou alternados, sem justificativa aceita pelo CONCEDENTE;

c) pelo descumprimento das obrigações do grupo 1 (gravíssimas) relacionadas no subitem 5.2.1;

d) pela existência de aplicação de 5 advertências durante o período de 24 (vinte e quatro) meses, qualificando como descumprimento reiterado das obrigações contratuais.

e) pelo descumprimento por 3 (três) vezes, consecutivas ou não, da mesma obrigação prevista no grupo 2 (graves) ou 4 (quatro) vezes, consecutivas ou não, da mesma obrigação prevista no grupo 3 (leve) dentro do período de 24 (vinte e quatro) meses.

f) nas hipóteses dos artigos 77 e 78, da Lei Federal nº 8.666/93;

g) a pedido justificado da CONCESSIONÁRIA.

11.3. O CONCEDENTE possui o direito de declarar a **caducidade** do contrato de concessão, independentemente de interpelação judicial, nos seguintes casos:

a) quando a CONCESSIONÁRIA transferir a concessão, locar ou de qualquer modo ceder a terceiros parte do imóvel concedido;

b) alterar a destinação do imóvel ou o ramo de atividade da CONCESSIONÁRIA, sem autorização do CONCEDENTE;

c) quando a CONCESSIONÁRIA for condenada judicialmente por cometimento de atos de improbidade administrativa ou por atos indicados na Lei 12.846/2013 ou por crimes ambientais;

d) quando a CONCESSIONÁRIA for condenada em âmbito administrativo por danos causados ao meio ambiente, por cometimento de atos de improbidade administrativa ou por atos indicados na Lei 12.846/2013;

e) descumprimento da margem de empregabilidade da proposta da concessionária apresentada na sessão pública do certame, por dois anos consecutivos.

11.4. A extinção da concessão de direito de uso, sem culpa das partes, não ensejará à CONCESSIONÁRIA a aplicação de penalidades.

11.5. Extinta a concessão, seja pela expiração do seu prazo ou em razão de rescisão contratual, será notificada a CONCESSIONÁRIA para a entrega do imóvel, no prazo assinalado na referida notificação.

11.5.1. Obriga-se a CONCESSIONÁRIA a entregar o imóvel objeto desta licitação, no prazo assinalado, inteiramente desembaraçado, em estado de conservação e uso normais, para imediata reintegração de posse do bem pelo poder CONCEDENTE.

11.5.2. Com a extinção ou rescisão do contrato a chave do imóvel deverá ser devolvida ao CONCEDENTE sob pena de ser considerado uso irregular, acarretando a cobrança desta ocupação a título de indenização e adoção das medidas administrativas e/ou judiciais para retomada da posse do imóvel.

11.6. Extinto, por qualquer hipótese, o contrato, ou se após regular procedimento administrativo for constatado o abandono do imóvel pela CONCESSIONÁRIA, poderá o Município, através dos meios de que dispuser, promover a remoção compulsória de quaisquer bens, pertençam eles à CONCESSIONÁRIA, a seus prepostos, fornecedores, contratantes e/ou contratados, ficando a CONCESSIONÁRIA responsável pelo ressarcimento das despesas de remoção e/ou guarda dos bens.

11.7. O Município notificará a CONCESSIONÁRIA diretamente ou por edital, concedendo-lhe prazo de até 30 (trinta) dias, a partir do recebimento da notificação ou da publicação do edital, para pagamento de quaisquer débitos existentes junto ao CONCEDENTE com a consequente retirada dos bens eventualmente removidos.

11.8. Decorrido o prazo estabelecido no subitem anterior sem que os bens tenham sido retirados, ficará o Município autorizado a proceder a sua alienação em leilão, a fim de se ressarcir de eventuais

débitos da CONCESSIONÁRIA, ficando o saldo eventualmente existente à disposição pelo prazo de 01 (um) ano, findo o qual o montante será revertido ao CONCEDENTE.

12.CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – RESTITUIÇÃO DO IMÓVEL

12.1. A CONCESSIONÁRIA obriga-se a zelar pela manutenção do imóvel, ficando responsável por eventuais danos que porventura ocorrer no imóvel, ocasionados por ele ou por terceiros, incluindo os causados por caso fortuito ou força maior.

12.2. A CONCESSIONÁRIA compromete-se a restituir o imóvel ao final do contrato nas mesmas condições em que os recebeu, ressalvados o desgaste natural com o decorrer do tempo, salvo se optar pela aquisição definitiva do imóvel.

12.3. A CONCESSIONÁRIA é obrigada a restituir ao imóvel ao CONCEDENTE nas hipóteses de extinção da concessão, por rescisão contratual ou declaração de sua caducidade.

13.CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - MEDIDAS ACAUTELADORAS

13.1. A CONCESSIONÁRIA responderá por todos os encargos e obrigações de natureza trabalhista, previdenciária, fiscal, acidentária, administrativa, civil e comercial resultantes da execução do contrato, bem como, pelos danos causados ao patrimônio do CONCEDENTE ou de terceiros.

14.CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - MEDIDAS ACAUTELADORAS

14.1. Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784/1999, a Administração Pública poderá motivadamente adotar providências acauteladoras.

15.CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos ou situações não explicitadas nas cláusulas deste Contrato serão decididos pelo CONCEDENTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 9.784/1999, na Lei nº 8.666/1993, no Código Civil, no Edital e os anexos da licitação CONCORRÊNCIA nº 02/2020, bem como nos demais regulamentos e normas administrativas federais e municipais, que fazem parte integrante deste Contrato, independentemente de suas transcrições.

16.CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA PUBLICAÇÃO

16.1. A publicação resumida do instrumento de contrato no Diário Oficial Do Município será providenciada pelo CONCEDENTE.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

17.1. As questões decorrentes da utilização do presente Instrumento que não puderem ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, Comarca de Capanema-PR.

E assim, por estarem de acordo, ajustados e contratados, após lido e achado conforme, as partes a seguir firmam o presente Contrato em 02 (duas) vias, de igual teor e forma.

CAPANEMA, 21 de dezembro de 2020.

AMÉRICO BELLÉ
Prefeito Municipal

VALDERES JOSIAS GROSS
Representante legal
GROSS VEICULOS LTDA
Concessionária

CONTRATO DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO Nº 601/2020 QUE CELEBRAM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE CAPANEMA E A EMPRESA BETEL EIRELI – EPP.

O MUNICÍPIO DE CAPANEMA-PR, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 75.972.760/0001-60, com sede à Av. Gov. Pedro Viriato Parigot de Souza, 1.080, centro, Município de Capanema PR., neste ato representado por seu Prefeito Municipal, AMÉRICO BELLÉ, de ora em diante denominado CONCEDENTE, e de outro lado a BETEL EIRELI - EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 04.244.823/0001-13, com sede na Rua Antonio Niehues, 468 - CEP: 85760000 - Bairro: Centro, no Município de Capanema/PR, representada neste ato pelo(a) Sr.(a) MATHEUS LUIZ ROVEDA CAMPAGNOLO, portador(a) da Cédula de Identidade RG sob o nº 85950983 e inscrito no CPF sob o nº 049.309.489-08, de ora em diante denominada CONCESSIONÁRIA, acordam as seguintes cláusulas e condições nos termos do Processo de Licitação CONCORRÊNCIA nº. 2/2020:

1. CLÁUSULA **PRIMEIRA** - DO OBJETO

1.1. Constitui objeto deste contato a **concessão de direito real de uso** de bem público de propriedade do Município de Capanema, referente a um terreno com barracão, cujo imóvel segue discriminado abaixo, com o respectivo valor de avaliação:

Item	Descrição do Imóvel	Localização	Cadastro Municipal	Metragem	Avaliação atual
15	Terreno com barracão de 300 m² - Construção concluída	Área Industrial I - próximo ao trevo saída para São Pedro - Quadra 84A - Lote 04 - Setor N.E - Rua 25 de maio nº 581	134384	Terreno: 756 m²	Terreno R$ 105.840,00 Barracão R$ 183.317,53

1.2. O uso do imóvel descrito acima será obrigatoriamente para exploração da atividade descrita na proposta apresentada pela CONCESSIONÁRIA, sem prejuízo das normas e obrigações constantes no Edital e seus anexos.

1.3. A CONCESSIONÁRIA explorará a(s) seguinte(s) atividade(s):

a) Confecção de peças de vestuário.

2. CLÁUSULA **SEGUNDA** - DO PRAZO DA CONCESSÃO

2.1. O prazo de vigência da Concessão de Direito Real de Uso, conforme indicado na Lei Municipal nº 1.745/2020 será de **20 (vinte) anos**, contados **a partir de 1º de janeiro de 2021**.

2.2. A CONCESSIONÁRIA deverá observar o prazo para início das suas atividades conforme previsto no termo de referência e de acordo com sua proposta, sob pena de ser determinada a rescisão

do contrato de concessão de uso, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste instrumento, no edital ou no termo de referência.

3. CLÁUSULA **TERCEIRA** - DA PRORROGAÇÃO CONTRATUAL

3.1. A vigência do contrato poderá ser prorrogada uma única vez, pelo mesmo prazo previsto no contrato original, desde que observadas as seguintes condições que caracterizam o interesse público:

a) interesse da Concessionária;

b) integral cumprimento dos requisitos previstos na proposta original da concessionária e na legislação em vigor;

c) inexistência de aplicação de penalidades à concessionária, em razão do descumprimento contratual, salvo uma advertência ou uma multa de natureza leve, devidamente formalizada em processo administrativo;

d) apresentação de todos os documentos necessários para a habilitação na licitação original, devidamente atualizados, válidos e regulares.

3.2. O procedimento para eventual prorrogação contratual será formal e deverá ser anexado ao presente processo de concessão, observando-se o seguinte rito:

I - no prazo compreendido entre o 12º e o 6º mês que antecede o encerramento da vigência do contrato de concessão, a CONCESSIONÁRIA apresentará requerimento escrito, constando a comprovação das condições mencionadas nas alíneas do subitem 3.1, devidamente protocolado no Protocolo-Geral do Município;

II - o requerimento será juntado aos autos da presente concessão;

III - os autos serão encaminhados para a Procuradoria Municipal, para parecer jurídico, no prazo de 15 dias, possibilitando a solicitação de certidões de órgãos públicos, sem prejuízo da notificação da CONCESSIONÁRIA para que apresente documentos complementares essenciais para a aprovação da prorrogação contratual;

IV - na hipótese de necessidade de complementação da documentação para avaliação da Procuradoria Municipal, a CONCESSIONÁRIA encaminhará os documentos exigidos no prazo de 10 dias;

V - emitido o parecer jurídico, a decisão final caberá ao Chefe do Poder Executivo, por meio de despacho fundamentado, no prazo de 15 dias.

3.3. Transcorrido o prazo de 40 anos da vigência da concessão, sem que haja a opção de aquisição pela concessionária, a concessão será extinta.

4. CLÁUSULA **QUARTA** - DA OPÇÃO DE AQUISIÇÃO DO IMÓVEL CONCEDIDO

4.1. A concessionária poderá optar pela aquisição ou não do imóvel no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias antes do encerramento da vigência inicial do contrato de concessão ou do encerramento da prorrogação do contrato.

4.2. Caso opte pela aquisição em definitivo do imóvel, o valor a ser pago será o montante estabelecido na avaliação do imóvel, conforme o disposto neste Termo de Referência, corrigido monetariamente pelo índice utilizado na atualização da UFM, anualmente.

4.3. A opção pela aquisição em definitivo do imóvel poderá ocorrer a partir do quinto ano da vigência da concessão, cujo pagamento do respectivo valor será realizado em parcela única ou de forma

parcelada, em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais, devidamente corrigidas pelo índice de atualização da UFM, anualmente.

4.3.1. Em havendo a opção pela aquisição de forma parcelada, exigir-se-á a apresentação de garantia idônea, cláusula de reversão do imóvel, em caso de inadimplemento e o cumprimento dos requisitos previstos no art. 12, da Lei Municipal nº 1.745/2020.

4.3.2. Por opção da CONCESSIONÁRIA, a partir do quinto ano da vigência da concessão, é possível a aquisição parcelada do imóvel, em número de parcelas correspondentes ao número de meses restantes da vigência da CONCESSÃO, hipótese em que será outorgada escritura pública de alienação com cláusula resolutiva.

4.4. Caso a concessionária opte por não adquirir em definitivo o imóvel concedido, no prazo estabelecido no edital da licitação, a concessão será extinta.

4.5. Na hipótese do subitem 4.4 e em havendo edificações e benfeitorias realizadas pela concessionária no imóvel durante a vigência contratual, o imóvel poderá ser alienado pelo Município, pelo valor de mercado atualizado da sua totalidade, para que a concessionária original seja indenizada exclusivamente pelas edificações e benfeitorias realizadas.

4.6. O Município, ao invés da alienação prevista no subitem 4.5. poderá realizar nova concessão de direito real de uso do imóvel, caso conste no edital da nova licitação a obrigação da licitante vencedora do certame depositar o montante referente à avaliação das edificações e benfeitorias realizadas pelo concessionário original, no prazo de 10 (dez) dias, após a homologação da licitação, para fins de indenização da concessionária original.

4.7. Decorrido o prazo de 12 (doze) meses após a extinção da concessão e não realizada a indenização prevista nos subitens 4.5 ou 4.6, o Município indenizará as edificações e benfeitorias realizadas pelo concessionário original.

4.8. Para fazer jus às indenizações pelas edificações e benfeitorias realizadas no imóvel, a concessionária deverá obter as licenças dos órgãos competentes para as respectivas construções, quando exigido por lei, bem como averbá-las na matrícula do imóvel, por suas expensas, previamente ao encerramento da vigência do contrato ou previamente à abertura de processo administrativo para apurar a regularidade da concessão, com o fim de extingui-la.

4.9. O inadimplemento de parcelas referentes à aquisição do imóvel acarretará aplicação das seguintes penalidades:

4.9.1. Multa de mora de 1% do valor da avaliação do imóvel por mês de atraso.

4.9.2. Resolução do contrato de compra e venda caso haja a inadimplência de três parcelas seguidas, sem prejuízo da aplicação da multa prevista no subitem 4.9.1.

4.10. É vedada a destinação do imóvel concedido, mesmo após a aquisição definitiva pela CONCESSIONÁRIA, para outra finalidade que não seja industrial ou comercial, o que será devidamente averbado na matrícula do imóvel.

4.10.1. A tentativa de utilização do imóvel - adquirido definitivamente pela CONCESSIONÁRIA - de maneira indevida será coibida pelo Município de Capanema, a qualquer tempo, por meio do indeferimento do licenciamento da atividade, devido a sua localização.

5. CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Obrigações do CONCEDENTE:

5.1.1. Disponibilizar o acesso ao imóvel imediatamente após o início da vigência da concessão;

5.1.2. Registrar as irregularidades constatadas em ato de fiscalização, cientificando a autoridade competente para as providências pertinentes, e notificar a CONCESSIONÁRIA para pronta regularização;

5.1.3. Notificar a CONCESSIONÁRIA imediatamente após constatar o descumprimento de alguma das obrigações contratuais, fixando um prazo para que ela promova as diligências/correções necessárias sob pena de aplicação de penalidades previstas no item 10.

5.1.4. Caberá ao CONCEDENTE avaliar a cada 12 (doze) meses o cumprimento do contrato.

5.2. Obrigações da CONCESSIONÁRIA:

As obrigações da CONCESSIONÁRIA estão divididas em 03 (três) grupos por grau de gravidade conforme disposições abaixo:

5.2.1. Obrigações **do Grupo 1 (GRAVÍSSIMA)**

5.2.1.1. O descumprimento das obrigações deste grupo poderá implicar na rescisão do contrato e das demais penalidades previstas no item 10.

a) utilizar o imóvel cujo uso lhe é concedido de acordo com as especificações e condições apresentadas pelo CONCEDENTE contidas neste instrumento, sendo vedada a utilização de áreas que não se encontrem limitadas no contrato, bem como não será permitida a utilização do bem público concedido para finalidade diferente da que foi licitada, garantindo-se as demais exigências pactuadas;

b) não transferir, ceder ou subconceder a terceiros o imóvel concedido durante a vigência do contrato de concessão;

c) não promover modificação da finalidade ou da estrutura societária que prejudique a execução da proposta apresentada na licitação, salvo se previamente submetida ao CONCEDENTE para análise e aceite, desde que verificada a manutenção dos critérios predominantes da proposta inicial, especialmente quanto à empregabilidade e aos investimentos privados no imóvel;

d) a CONCESSIONÁRIA deverá entregar procuração, conforme modelo a ser fornecido pelo CONCEDENTE, indicando, pelo menos, 02 (dois) prepostos com poderes para receber notificações e demais documentos pertinentes ao contrato de concessão. A referida procuração deverá ter validade durante a vigência do contrato, bem como, ficará sob a responsabilidade da CONCESSIONÁRIA a sua atualização junto ao Município;

e) produzir e/ou comercializar exclusivamente produtos lícitos e em rigorosa obediência à legislação pertinente;

f) não ser autuado e penalizado com multa pela segunda vez, num período de 24 meses, pelos mesmos motivos, em atuação da fiscalização, ou pela vigilância sanitária, ou outro órgão público, em razão de descumprimento das normas envolvendo a exploração do imóvel concedido.

5.2.2 Obrigações **do Grupo 2 (GRAVE):**

a) adequar e equipar o espaço físico, bem como realizar as construções, adaptações e acabamentos necessários para o início das atividades constantes na proposta apresentada na sessão da licitação, que deverá ocorrer no prazo de até 120 (cento e vinte) dias, contados a partir da

vigência do concessão, com as condições e características necessárias e indispensáveis para realizar plenamente suas atividades, de acordo com as normas vigentes para o funcionamento do estabelecimento.

a.1) o referido prazo poderá ser excepcionalmente prorrogado desde que haja justificativa comprovada e aceita pela Administração, especificamente quando o exercício da atividade depender de licenças de outros órgãos públicos e não esteja caracterizada a negligência da própria CONCESSIONÁRIA;

a.2) no que tange à concessão dos terrenos sem barracões, o prazo da construção do empreendimento será o estabelecido na proposta da CONCESSIONÁRIA, apresentada na sessão da licitação.

b) manter a exploração da atividade industrial/comercial com o funcionamento constante;

c) obter as licenças exigidas para a construção, modificação e/ou ampliação que se pretenda fazer nas instalações externas e internas do imóvel objeto da CONCESSÃO;

d) para os **imóveis em que contenham barracões construídos pelo CONCEDENTE,** compete à CONCESSIONÁRIA contratar e/ou renovar anualmente o seguro contra incêndio do(s) imóvel(is) e suas respectivas instalações, com valor mínimo compatível com o valor de avaliação do barracão, de acordo com a tabela constante no subitem 1.1, **indicando como beneficiário o Município de Capanema**, sendo obrigatória a apresentação da(s) apólice(s) ao Município, no prazo de 60 (sessenta) dias, após o início das atividades industriais/comerciais no imóvel, bem como a cada renovação anual do seguro;

e) providenciar no prazo de até 120 (cento e vinte) dias, contados do início da vigência da concessão, a abertura de filial no Município de Capanema, caso a empresa seja sediada em outro Município, e apresentar a documentação ao CONCEDENTE;

f) recolher os tributos incidentes de sua atividade e emitir notas e cupons fiscais, conforme a legislação em vigor;

g) compete à CONCESSIONÁRIA, no prazo de 30 (trinta) dias, contados do início da vigência da concessão, requerer a transferência, para o seu nome, dos registros de água e luz do imóvel, junto aos órgãos competentes;

h) cumprir todas as normas ambientais exigidas para o exercício da atividade.

h.1) as licenças ambientais exigidas para o exercício da atividade deverão ser providenciadas pela CONCESSIONÁRIA no prazo de 120 (cento e vinte) dias, contados da vigência da concessão. Excepcionalmente, o prazo poderá ser prorrogado, mediante comprovação de motivo relevante, sem culpa da CONCESSIONÁRIA, e aceito pelo CONCEDENTE.

5.2.3. Obrigações **do Grupo 3 (LEVE):**

a) prestar todas as informações e/ou esclarecimentos ao CONCEDENTE, sempre que lhe forem solicitadas;

b) a CONCESSIONÁRIA deverá cumprir as normas relativas à legislação pertinente ao tipo de atividade comercial, providenciando anualmente a(s) licença(s) necessária(s) para o exercício da atividade;

c) é vedada a instalação de publicidade, letreiros e faixas de terceiros em qualquer parte da edificação do imóvel, permitida a identificação da própria CONCESSIONÁRIA e dos produtos ou atividades desenvolvidas no local.

d) adotar as providências adequadas em relação a qualquer empregado cujo procedimento for considerado inconveniente, fato este detectado a partir da fiscalização realizada pelo Município;

e) respeitar as normas trabalhistas;

j) é vedada a criação de animais domesticáveis ou não no imóvel;

k) cumprir as normas legais federais, estaduais e municipais, notadamente aquelas relativas à legislação urbana, ambiental e sanitária, registros de inspeção trabalhista, providenciando licenças e alvarás exigidos na forma da Lei, mantendo-os atualizados e em locais visíveis e de fácil identificação;

l) responder por todas as despesas com pessoal para exercício das atividades permitidas à CONCESSIONÁRIA, arcando com os encargos trabalhistas, sociais e previdenciários, de acordo com a legislação em vigor, obrigando-se a saldá-los em época própria, uma vez que seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o CONCEDENTE;

m) arcar com todas as despesas decorrentes da instalação de telefone e de qualquer outro serviço utilizado, assim como custos como impostos, taxas, contribuições e tributos federais, estaduais e municipais que incidam direta ou indiretamente sobre o imóvel, bem como as atividades econômicas nele desenvolvidas, que serão integralmente arcadas pela CONCESSIONÁRIA;

n) responder civilmente por seus atos, de seus empregados e de quaisquer pessoas físicas ou jurídicas a ela vinculadas, que causarem danos a terceiros e à(s) instalação(ões) física(s) do módulo, cujo uso lhe é concedido, sendo que a ocorrência destes deverá ser imediatamente comunicada ao órgão fiscalizador, para as providências que se fizerem necessárias;

o) acompanhar a vistoria de recebimento do imóvel, apondo a sua assinatura no laudo respectivo;

p) manter-se, durante toda a vigência da concessão, em compatibilidade com as obrigações assumidas na proposta apresentada na sessão de licitação, bem como todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, respeitando-se o disposto neste Termo de Referência e nos demais documentos da licitação;

q) participar, por meio de seu(s) sócio(s) ou representante(s) da CONCESSIONÁRIA, dos cursos e eventos de empreendedorismo disponibilizados pelo CONCEDENTE ou pela ACEC, durante o prazo de vigência da concessão;

r) manter o imóvel, objeto desta concessão em perfeitas condições de conservação e limpeza, de acordo com as normas estabelecidas pelo CONCEDENTE e legislação em vigor, observando também os seguintes pontos:

I. Toda a área de influência do imóvel deverá ser mantida diariamente limpa pela CONCESSIONÁRIA, e os resíduos coletados deverão ser devidamente ensacados e apresentados para a coleta regular, respeitando-se os horários de coleta estabelecidos pelo Município;

II. Implementar, em sua rotina diária, a separação de seus resíduos, de acordo com a legislação vigente;

6. CLÁUSULA SEXTA - DAS ALTERAÇÕES E AMPLIAÇÕES DO IMÓVEL

6.1. Compete à CONCESSIONÁRIA adequar e equipar o espaço físico, bem como realizar as adaptações e acabamentos necessários para o início das atividades.

6.2. Havendo necessidade de modificação de alguma estrutura, a CONCESSIONÁRIA submeterá previamente à apreciação e aprovação escrita do CONCEDENTE, o qual poderá vetar, justificadamente, parcial ou totalmente qualquer modificação que se pretenda fazer nas instalações estruturais externas e internas do imóvel objeto da concessão.

6.3. É possível a ampliação da estrutura dos barracões pela CONCESSIONÁRIA, com recursos próprios, respeitando-se as diretrizes estabelecidas pelo CONCEDENTE, devidamente aprovado pelo Departamento de Engenharia do Município e pelo Prefeito Municipal.

7. CLÁUSULA **SÉTIMA** - DA SUBCONTRATAÇÃO / SUBCONCESSÃO / LOCAÇÃO

7.1. É vedada a subcontratação, subconcessão ou locação total ou parcial do objeto do contrato.

8. CLÁUSULA **OITAVA** - DA MARGEM DE CUMPRIMENTO DA PROPOSTA DE EMPREGABILIDADE

8.1. Durante a vigência da concessão, a CONCESSIONÁRIA deverá observar a proposta apresentada na sessão de licitação, especialmente quanto ao número de empregos diretos.

8.2. Haverá uma margem de tolerabilidade no descumprimento do número de empregos diretos ofertados na proposta original, da seguinte forma:

a) a avaliação do cumprimento da proposta de criação de postos de trabalho será realizada anualmente, sempre no mês de julho, utilizando-se o período dos 12 (doze) meses anteriores;

b) Durante os doze meses anteriores à avaliação será calculada uma média do cumprimento da proposta da CONCESSIONÁRIA;

c) o percentual de tolerabilidade será de 25% (vinte e cinco por cento);

d) o descumprimento da proposta de criação de postos de trabalho acima da margem de tolerabilidade acarretará na aplicação de multa, prevista na alínea "a" do subitem 10.2.2.

e) o descumprimento da proposta de criação de postos de trabalho acima da margem de tolerabilidade **por dois anos consecutivos** acarretará na declaração de caducidade da concessão.

9. CLÁUSULA **NONA** - DA FISCALIZAÇÃO

9.1. A Fiscalização será de competência e responsabilidade do Município, a quem caberá verificar se, no seu desenvolvimento, estão sendo cumpridos os termos do Contrato, a proposta original da concessionária, suas especificações e demais requisitos, assim como participar de todos os atos que se fizerem necessários para sua fiel execução.

9.2. A fiscalização será exercida no interesse exclusivo do CONCEDENTE, e não exclui nem reduz a responsabilidade da CONCESSIONÁRIA, inclusive de terceiros, por qualquer irregularidade.

9.3. O Município de Capanema, na qualidade de fiscal do cumprimento das obrigações oriundas da concessão, notificará a CONCESSIONÁRIA para que providencie os reparos e/ou correções que se fizerem necessárias ao objeto da concessão, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, contados da data do recebimento da referida notificação.

9.3.1. A notificação poderá ser recebida pelo preposto indicado na Procuração, bem como qualquer um dos sócios da CONCESSIONÁRIA, possibilitando a notificação via e-mail.

9.3.2. O não recebimento de qualquer notificação expedida pelo Município, por parte da CONCESSIONÁRIA, será considerada válida com o ateste do servidor público responsável e ratificação da fiscalização.

9.4. O Município irá indicar um servidor para fiscalizar a execução do contrato de concessão.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. O descumprimento das obrigações previstas neste termo, no edital de licitação e no contrato ensejará a aplicação das sanções descriminadas a seguir, independentemente da rescisão contratual determinada por ato unilateral do CONCEDENTE.

10.2. Em caso de **inexecução total ou parcial da proposta ofertada pela CONCESSIONÁRIA na sessão da licitação**, inclusive não atendimento das determinações da fiscalização, a CONCESSIONÁRIA estará sujeita, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, às seguintes penalidades:

10.2.1. ADVERTÊNCIA por escrito, sempre que verificadas pequenas irregularidades para as quais haja concorrido;

10.2.2. MULTAS, que serão aplicadas por infração, conforme abaixo, limitadas a no máximo 15% (quinze por cento) sobre o valor de avaliação do imóvel concedido:

a) de 2% a 5%, no caso de descumprimento de obrigações indicadas no grupo 3 (leves) do **subitem 5.2.3;**

b) de 5% a 8%, no caso de descumprimento de obrigações indicadas no grupo 2 (graves) do **subitem 5.2.2;**

c) de 8% a 15%, no caso de descumprimento de obrigações indicadas no grupo 1 (gravíssimas) do **subitem 5.2.1.**

10.2.3. SUSPENSÃO temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município, segundo a natureza e gravidade da falta cometida, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

10.2.4. DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE para licitar ou contratar com a Administração, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante o Município.

10.3. A CONCESSIONÁRIA não incorrerá em penalidades quando o descumprimento dos prazos e/ou obrigações estabelecidos resultar de caso fortuito ou força maior devidamente comprovados.

10.4. A multa não impede que o CONCEDENTE rescinda unilateralmente o contrato e aplique as outras sanções previstas na lei e naquele instrumento.

10.5. O valor das multas será cobrado mediante notificação extrajudicial, independentemente da adoção da medida judicial competente, observando o procedimento descrito no subitem 10.11.

10.6. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com outras sanções previstas no subitem 10.2, segundo a natureza e a gravidade da falta cometida, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 15 dias úteis.

10.7. É facultado ao CONCESSIONÁRIO interpor recurso, dirigido ao Chefe do Poder Executivo, contra a aplicação, por decisão da Comissão de Licitação, das penas de advertência, suspensão ou de multa, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da ciência da respectiva notificação.

10.8. A sanção prevista na alínea "d" do subitem 10.2 é de competência do Chefe do Poder Executivo, facultada a defesa prévia do interessado no respectivo processo de contratação, no prazo de

15 (quinze) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 02 (dois) anos de sua aplicação.

10.9. As sanções previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 10.2 poderá ser também aplicável à CONCESSIONÁRIA que, em razão do contrato:

a) tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

b) praticar atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;

c) demonstrar não possuir idoneidade para contratar com a Administração Pública, em virtude de atos ilícitos praticados.

10.10. Independentemente das sanções legais cabíveis, a CONCESSIONÁRIA ficará sujeita, ainda, à composição das perdas e danos causados ao CONCEDENTE pelo descumprimento das suas obrigações.

10.11. As sanções administrativas somente serão aplicadas mediante regular processo administrativo, assegurada a ampla defesa e o contraditório, observando-se as seguintes regras:

a) Antes da aplicação de qualquer sanção administrativa, a CONCESSIONÁRIA será notificada, facultando-lhe a apresentação de defesa prévia, no prazo de 15 (quinze) dias úteis a contar da notificação, exceto na hipótese de declaração de inidoneidade, devendo ser observada a regra do art. 110 da Lei nº 8.666/93;

b) A notificação deverá ocorrer pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento ou por edital em jornal de grande circulação, no caso de concessionário e/ou seu representante estar em local incerto e não sabido. A notificação indicará a conduta reputada como infratora, a motivação para aplicação da penalidade, a sanção que se pretende aplicar, o prazo e o local de entrega das razões de defesa;

c) Ofertada a defesa prévia ou expirado o prazo sem que ocorra a sua apresentação, a autoridade competente proferirá decisão fundamentada e adotará as medidas legais cabíveis, resguardado o direito de recurso da CONCESSIONÁRIA, ao Prefeito Municipal, que deverá ser exercido nos termos da Lei Federal nº 8.666/93.

10.12. As penalidades só poderão ser relevadas nas hipóteses de caso fortuito ou força maior, devidamente justificados e comprovados, a juízo do CONCEDENTE.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO E DA DECLARAÇÃO DE CADUCIDADE

11.1. O descumprimento das condições estabelecidas neste Termo, no edital, no contrato e/ou em disposições legais, quando houver reincidência ou não couber apenas a aplicação de multas, implicará na extinção da concessão de direito real de uso, por rescisão contratual ou declaração de caducidade, nos termos a seguir.

11.2. O CONCEDENTE possui o direito de **rescindir** unilateralmente o contrato de concessão, independentemente de interpelação judicial, nos seguintes casos:

a) quando a CONCESSIONÁRIA falir, for dissolvida ou por superveniente incapacidade técnica;

b) quando houver paralisação das atividades da CONCESSIONÁRIA pelo prazo de 60 (sessenta) dias, consecutivos ou alternados, sem justificativa aceita pelo CONCEDENTE;

c) pelo descumprimento das obrigações do grupo 1 (gravíssimas) relacionadas no subitem 5.2.1;

d) pela existência de aplicação de 5 advertências durante o período de 24 (vinte e quatro) meses, qualificando como descumprimento reiterado das obrigações contratuais.

e) pelo descumprimento por 3 (três) vezes, consecutivas ou não, da mesma obrigação prevista no grupo 2 (graves) ou 4 (quatro) vezes, consecutivas ou não, da mesma obrigação prevista no grupo 3 (leve) dentro do período de 24 (vinte e quatro) meses.

f) nas hipóteses dos artigos 77 e 78, da Lei Federal nº 8.666/93;

g) a pedido justificado da CONCESSIONÁRIA.

11.3. O CONCEDENTE possui o direito de declarar a **caducidade** do contrato de concessão, independentemente de interpelação judicial, nos seguintes casos:

a) quando a CONCESSIONÁRIA transferir a concessão, locar ou de qualquer modo ceder a terceiros parte do imóvel concedido;

b) alterar a destinação do imóvel ou o ramo de atividade da CONCESSIONÁRIA, sem autorização do CONCEDENTE;

c) quando a CONCESSIONÁRIA for condenada judicialmente por cometimento de atos de improbidade administrativa ou por atos indicados na Lei 12.846/2013 ou por crimes ambientais;

d) quando a CONCESSIONÁRIA for condenada em âmbito administrativo por danos causados ao meio ambiente, por cometimento de atos de improbidade administrativa ou por atos indicados na Lei 12.846/2013;

e) descumprimento da margem de empregabilidade da proposta da concessionária apresentada na sessão pública do certame, por dois anos consecutivos.

11.4. A extinção da concessão de direito de uso, sem culpa das partes, não ensejará à CONCESSIONÁRIA a aplicação de penalidades.

11.5. Extinta a concessão, seja pela expiração do seu prazo ou em razão de rescisão contratual, será notificada a CONCESSIONÁRIA para a entrega do imóvel, no prazo assinalado na referida notificação.

11.5.1. Obriga-se a CONCESSIONÁRIA a entregar o imóvel objeto desta licitação, no prazo assinalado, inteiramente desembaraçado, em estado de conservação e uso normais, para imediata reintegração de posse do bem pelo poder CONCEDENTE.

11.5.2. Com a extinção ou rescisão do contrato a chave do imóvel deverá ser devolvida ao CONCEDENTE sob pena de ser considerado uso irregular, acarretando a cobrança desta ocupação a título de indenização e adoção das medidas administrativas e/ou judiciais para retomada da posse do imóvel.

11.6. Extinto, por qualquer hipótese, o contrato, ou se após regular procedimento administrativo for constatado o abandono do imóvel pela CONCESSIONÁRIA, poderá o Município, através dos meios de que dispuser, promover a remoção compulsória de quaisquer bens, pertençam eles à CONCESSIONÁRIA, a seus prepostos, fornecedores, contratantes e/ou contratados, ficando a CONCESSIONÁRIA responsável pelo ressarcimento das despesas de remoção e/ou guarda dos bens.

11.7. O Município notificará a CONCESSIONÁRIA diretamente ou por edital, concedendo-lhe prazo de até 30 (trinta) dias, a partir do recebimento da notificação ou da publicação do edital, para pagamento de quaisquer débitos existentes junto ao CONCEDENTE com a consequente retirada dos bens eventualmente removidos.

11.8. Decorrido o prazo estabelecido no subitem anterior sem que os bens tenham sido retirados, ficará o Município autorizado a proceder a sua alienação em leilão, a fim de se ressarcir de eventuais

débitos da CONCESSIONÁRIA, ficando o saldo eventualmente existente à disposição pelo prazo de 01 (um) ano, findo o qual o montante será revertido ao CONCEDENTE.

12.CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – RESTITUIÇÃO DO IMÓVEL

12.1. A CONCESSIONÁRIA obriga-se a zelar pela manutenção do imóvel, ficando responsável por eventuais danos que porventura ocorrer no imóvel, ocasionados por ele ou por terceiros, incluindo os causados por caso fortuito ou força maior.

12.2. A CONCESSIONÁRIA compromete-se a restituir o imóvel ao final do contrato nas mesmas condições em que os recebeu, ressalvados o desgaste natural com o decorrer do tempo, salvo se optar pela aquisição definitiva do imóvel.

12.3. A CONCESSIONÁRIA é obrigada a restituir ao imóvel ao CONCEDENTE nas hipóteses de extinção da concessão, por rescisão contratual ou declaração de sua caducidade.

13.CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - MEDIDAS ACAUTELADORAS

13.1. A CONCESSIONÁRIA responderá por todos os encargos e obrigações de natureza trabalhista, previdenciária, fiscal, acidentária, administrativa, civil e comercial resultantes da execução do contrato, bem como, pelos danos causados ao patrimônio do CONCEDENTE ou de terceiros.

14.CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - MEDIDAS ACAUTELADORAS

14.1. Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784/1999, a Administração Pública poderá motivadamente adotar providências acauteladoras.

15.CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos ou situações não explicitadas nas cláusulas deste Contrato serão decididos pelo CONCEDENTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 9.784/1999, na Lei nº 8.666/1993, no Código Civil, no Edital e os anexos da licitação CONCORRÊNCIA nº 02/2020, bem como nos demais regulamentos e normas administrativas federais e municipais, que fazem parte integrante deste Contrato, independentemente de suas transcrições.

16.CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA PUBLICAÇÃO

16.1. A publicação resumida do instrumento de contrato no Diário Oficial Do Município será providenciada pelo CONCEDENTE.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

17.1. As questões decorrentes da utilização do presente Instrumento que não puderem ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, Comarca de Capanema-PR.

E assim, por estarem de acordo, ajustados e contratados, após lido e achado conforme, as partes a seguir firmam o presente Contrato em 02 (duas) vias, de igual teor e forma.

CAPANEMA, 21 de dezembro de 2020.

AMÉRICO BELLÉ
Prefeito Municipal

MATHEUS LUIZ ROVEDA CAMPAGNOLO
Representante legal
BETEL EIRELI - EPP
Concessionária

CONTRATO DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO Nº 602/2020 QUE CELEBRAM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE CAPANEMA E A EMPRESA MODELLI NUTRIÇÃO PERSONALIZADA EIRELI.

O MUNICÍPIO DE CAPANEMA-PR, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 75.972.760/0001-60, com sede à Av. Gov. Pedro Viriato Parigot de Souza, 1.080, centro, Município de Capanema PR., neste ato representado por seu Prefeito Municipal, AMÉRICO BELLÉ, de ora em diante denominado CONCEDENTE, e de outro lado a MODELLI NUTRIÇÃO PERSONALIZADA EIRELI, inscrita no CNPJ sob o nº 27.009.441/0002-91, com sede na Av. Ubirajaras, 561 - CEP: 85760000 - Bairro: São José Operário, no Município de Capanema/PR, representada neste ato pelo(a) Sr.(a) MARTA CRISTINA LUFT, portador(a) da Cédula de Identidade RG sob o nº 9.609.452-3 e inscrita no CPF sob o nº 067.411.229-66, de ora em diante denominado CONCESSIONÁRIA, acordam as seguintes cláusulas e condições nos termos do Processo de Licitação CONCORRÊNCIA nº. 2/2020:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Constitui objeto deste contato a **concessão de direito real de uso** de bem público de propriedade do Município de Capanema, referente a um terreno com barracão, cujo imóvel segue discriminado abaixo, com o respectivo valor de avaliação:

Item	Descrição do Imóvel	Localização	Cadastro Municipal	Metragem	Avaliação atual
16	Terreno com barracão de 300 m² - Construção concluída	Área Industrial I - próximo ao trevo saída para São Pedro - Quadra Nº 84 - Lote 03 - Setor N.E - Rua 25 de maio nº 646	81884	Terreno: 1.053 m²	Terreno R$ 147.420,00 Barracão R$ 250.406,72

1.2. O uso do imóvel descrito acima será obrigatoriamente para exploração da atividade descrita na proposta apresentada pela CONCESSIONÁRIA, sem prejuízo das normas e obrigações constantes no Edital e seus anexos.

1.3. A CONCESSIONÁRIA explorará a(s) seguinte(s) atividade(s):

a) Produção, envazamento e distribuição de produtos alimentícios funcionais, com alto valor nutricional e probióticos.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO DA CONCESSÃO

2.1. O prazo de vigência da Concessão de Direito Real de Uso, conforme indicado na Lei Municipal nº 1.745/2020 será de **20 (vinte) anos**, contados a **partir da data do recebimento definitivo das obras de construção do barracão**.

2.2. A CONCESSIONÁRIA deverá observar o prazo para início das suas atividades conforme previsto no termo de referência e de acordo com sua proposta, sob pena de ser determinada a rescisão do contrato de concessão de uso, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste instrumento, no edital ou no termo de referência.

3. CLÁUSULA **TERCEIRA** - DA PRORROGAÇÃO CONTRATUAL

3.1. A vigência do contrato poderá ser prorrogada uma única vez, pelo mesmo prazo previsto no contrato original, desde que observadas as seguintes condições que caracterizam o interesse público:

a) interesse da Concessionária;

b) integral cumprimento dos requisitos previstos na proposta original da concessionária e na legislação em vigor;

c) inexistência de aplicação de penalidades à concessionária, em razão do descumprimento contratual, salvo uma advertência ou uma multa de natureza leve, devidamente formalizada em processo administrativo;

d) apresentação de todos os documentos necessários para a habilitação na licitação original, devidamente atualizados, válidos e regulares.

3.2. O procedimento para eventual prorrogação contratual será formal e deverá ser anexado ao presente processo de concessão, observando-se o seguinte rito:

I - no prazo compreendido entre o 12º e o 6º mês que antecede o encerramento da vigência do contrato de concessão, a CONCESSIONÁRIA apresentará requerimento escrito, constando a comprovação das condições mencionadas nas alíneas do subitem 3.1, devidamente protocolado no Protocolo-Geral do Município;

II - o requerimento será juntado aos autos da presente concessão;

III - os autos serão encaminhados para a Procuradoria Municipal, para parecer jurídico, no prazo de 15 dias, possibilitando a solicitação de certidões de órgãos públicos, sem prejuízo da notificação da CONCESSIONÁRIA para que apresente documentos complementares essenciais para a aprovação da prorrogação contratual;

IV - na hipótese de necessidade de complementação da documentação para avaliação da Procuradoria Municipal, a CONCESSIONÁRIA encaminhará os documentos exigidos no prazo de 10 dias;

V - emitido o parecer jurídico, a decisão final caberá ao Chefe do Poder Executivo, por meio de despacho fundamentado, no prazo de 15 dias.

3.3. Transcorrido o prazo de 40 anos da vigência da concessão, sem que haja a opção de aquisição pela concessionária, a concessão será extinta.

4. CLÁUSULA **QUARTA** - DA OPÇÃO DE AQUISIÇÃO DO IMÓVEL CONCEDIDO

4.1. A concessionária poderá optar pela aquisição ou não do imóvel no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias antes do encerramento da vigência inicial do contrato de concessão ou do encerramento da prorrogação do contrato.

4.2. Caso opte pela aquisição em definitivo do imóvel, o valor a ser pago será o montante estabelecido na avaliação do imóvel, conforme o disposto neste Termo de Referência, corrigido monetariamente pelo índice utilizado na atualização da UFM, anualmente.

4.3. A opção pela aquisição em definitivo do imóvel poderá ocorrer a partir do quinto ano da vigência da concessão, cujo pagamento do respectivo valor será realizado em parcela única ou de forma parcelada, em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais, devidamente corrigidas pelo índice de atualização da UFM, anualmente.

4.3.1. Em havendo a opção pela aquisição de forma parcelada, exigir-se-á a apresentação de garantia idônea, cláusula de reversão do imóvel, em caso de inadimplemento e o cumprimento dos requisitos previstos no art. 12, da Lei Municipal nº 1.745/2020.

4.3.2. Por opção da CONCESSIONÁRIA, a partir do quinto ano da vigência da concessão, é possível a aquisição parcelada do imóvel, em número de parcelas correspondentes ao número de meses restantes da vigência da CONCESSÃO, hipótese em que será outorgada escritura pública de alienação com cláusula resolutiva.

4.4. Caso a concessionária opte por não adquirir em definitivo o imóvel concedido, no prazo estabelecido no edital da licitação, a concessão será extinta.

4.5. Na hipótese do subitem 4.4 e em havendo edificações e benfeitorias realizadas pela concessionária no imóvel durante a vigência contratual, o imóvel poderá ser alienado pelo Município, pelo valor de mercado atualizado da sua totalidade, para que a concessionária original seja indenizada exclusivamente pelas edificações e benfeitorias realizadas.

4.6. O Município, ao invés da alienação prevista no subitem 4.5. poderá realizar nova concessão de direito real de uso do imóvel, caso conste no edital da nova licitação a obrigação da licitante vencedora do certame depositar o montante referente à avaliação das edificações e benfeitorias realizadas pelo concessionário original, no prazo de 10 (dez) dias, após a homologação da licitação, para fins de indenização da concessionária original.

4.7. Decorrido o prazo de 12 (doze) meses após a extinção da concessão e não realizada a indenização prevista nos subitens 4.5 ou 4.6, o Município indenizará as edificações e benfeitorias realizadas pelo concessionário original.

4.8. Para fazer jus às indenizações pelas edificações e benfeitorias realizadas no imóvel, a concessionária deverá obter as licenças dos órgãos competentes para as respectivas construções, quando exigido por lei, bem como averbá-las na matrícula do imóvel, por suas expensas, previamente ao encerramento da vigência do contrato ou previamente à abertura de processo administrativo para apurar a regularidade da concessão, com o fim de extingui-la.

4.9. O inadimplemento de parcelas referentes à aquisição do imóvel acarretará aplicação das seguintes penalidades:

4.9.1. Multa de mora de 1% do valor da avaliação do imóvel por mês de atraso.

4.9.2. Resolução do contrato de compra e venda caso haja a inadimplência de três parcelas seguidas, sem prejuízo da aplicação da multa prevista no subitem 4.9.1.

4.10. É vedada a destinação do imóvel concedido, mesmo após a aquisição definitiva pela CONCESSIONÁRIA, para outra finalidade que não seja industrial ou comercial, o que será devidamente averbado na matrícula do imóvel.

4.10.1. A tentativa de utilização do imóvel - adquirido definitivamente pela CONCESSIONÁRIA - de maneira indevida será coibida pelo Município de Capanema, a qualquer tempo, por meio do indeferimento do licenciamento da atividade, devido a sua localização.

5. CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Obrigações do CONCEDENTE:

5.1.1. Disponibilizar o acesso ao imóvel imediatamente após o início da vigência da concessão;

5.1.2. Registrar as irregularidades constatadas em ato de fiscalização, cientificando a autoridade competente para as providências pertinentes, e notificar a CONCESSIONÁRIA para pronta regularização;

5.1.3. Notificar a CONCESSIONÁRIA imediatamente após constatar o descumprimento de alguma das obrigações contratuais, fixando um prazo para que ela promova as diligências/correções necessárias sob pena de aplicação de penalidades previstas no item 10.

5.1.4. Caberá ao CONCEDENTE avaliar a cada 12 (doze) meses o cumprimento do contrato.

5.2. Obrigações da CONCESSIONÁRIA:

As obrigações da CONCESSIONÁRIA estão divididas em 03 (três) grupos por grau de gravidade conforme disposições abaixo:

5.2.1. Obrigações **do Grupo 1 (GRAVÍSSIMA)**

5.2.1.1. O descumprimento das obrigações deste grupo poderá implicar na rescisão do contrato e das demais penalidades previstas no item 10.

a) utilizar o imóvel cujo uso lhe é concedido de acordo com as especificações e condições apresentadas pelo CONCEDENTE contidas neste instrumento, sendo vedada a utilização de áreas que não se encontrem limitadas no contrato, bem como não será permitida a utilização do bem público concedido para finalidade diferente da que foi licitada, garantindo-se as demais exigências pactuadas;

b) não transferir, ceder ou subconceder a terceiros o imóvel concedido durante a vigência do contrato de concessão;

c) não promover modificação da finalidade ou da estrutura societária que prejudique a execução da proposta apresentada na licitação, salvo se previamente submetida ao CONCEDENTE para análise e aceite, desde que verificada a manutenção dos critérios predominantes da proposta inicial, especialmente quanto à empregabilidade e aos investimentos privados no imóvel;

d) a CONCESSIONÁRIA deverá entregar procuração, conforme modelo a ser fornecido pelo CONCEDENTE, indicando, pelo menos, 02 (dois) prepostos com poderes para receber notificações e demais documentos pertinentes ao contrato de concessão. A referida procuração deverá ter validade durante a vigência do contrato, bem como, ficará sob a responsabilidade da CONCESSIONÁRIA a sua atualização junto ao Município;

e) produzir e/ou comercializar exclusivamente produtos lícitos e em rigorosa obediência à legislação pertinente;

f) não ser autuado e penalizado com multa pela segunda vez, num período de 24 meses, pelos mesmos motivos, em atuação da fiscalização, ou pela vigilância sanitária, ou outro órgão público, em razão de descumprimento das normas envolvendo a exploração do imóvel concedido.

5.2.2 Obrigações **do Grupo 2 (GRAVE):**

a) adequar e equipar o espaço físico, bem como realizar as construções, adaptações e acabamentos necessários para o início das atividades constantes na proposta apresentada na sessão da licitação, que deverá ocorrer no prazo de até 120 (cento e vinte) dias, contados a partir da vigência do concessão, com as condições e características necessárias e indispensáveis para realizar plenamente suas atividades, de acordo com as normas vigentes para o funcionamento do estabelecimento.

a.1) o referido prazo poderá ser excepcionalmente prorrogado desde que haja justificativa comprovada e aceita pela Administração, especificamente quando o exercício da atividade depender de licenças de outros órgãos públicos e não esteja caracterizada a negligência da própria CONCESSIONÁRIA;

a.2) no que tange à concessão dos terrenos sem barracões, o prazo da construção do empreendimento será o estabelecido na proposta da CONCESSIONÁRIA, apresentada na sessão da licitação.

b) manter a exploração da atividade industrial/comercial com o funcionamento constante;

c) obter as licenças exigidas para a construção, modificação e/ou ampliação que se pretenda fazer nas instalações externas e internas do imóvel objeto da CONCESSÃO;

d) para os **imóveis em que contenham barracões construídos pelo CONCEDENTE,** compete à CONCESSIONÁRIA contratar e/ou renovar anualmente o seguro contra incêndio do(s) imóvel(is) e suas respectivas instalações, com valor mínimo compatível com o valor de avaliação do barracão, de acordo com a tabela constante no subitem 1.1, **indicando como beneficiário o Município de Capanema**, sendo obrigatória a apresentação da(s) apólice(s) ao Município, no prazo de 60 (sessenta) dias, após o início das atividades industriais/comerciais no imóvel, bem como a cada renovação anual do seguro;

e) providenciar no prazo de até 120 (cento e vinte) dias, contados do início da vigência da concessão, a abertura de filial no Município de Capanema, caso a empresa seja sediada em outro Município, e apresentar a documentação ao CONCEDENTE;

f) recolher os tributos incidentes de sua atividade e emitir notas e cupons fiscais, conforme a legislação em vigor;

g) compete à CONCESSIONÁRIA, no prazo de 30 (trinta) dias, contados do início da vigência da concessão, requerer a transferência, para o seu nome, dos registros de água e luz do imóvel, junto aos órgãos competentes;

h) cumprir todas as normas ambientais exigidas para o exercício da atividade.

h.1) as licenças ambientais exigidas para o exercício da atividade deverão ser providenciadas pela CONCESSIONÁRIA no prazo de 120 (cento e vinte) dias, contados da vigência da concessão. Excepcionalmente, o prazo poderá ser prorrogado, mediante comprovação de motivo relevante, sem culpa da CONCESSIONÁRIA, e aceito pelo CONCEDENTE.

5.2.3. Obrigações do Grupo 3 (LEVE):

a) prestar todas as informações e/ou esclarecimentos ao CONCEDENTE, sempre que lhe forem solicitadas;

b) a CONCESSIONÁRIA deverá cumprir as normas relativas à legislação pertinente ao tipo de atividade comercial, providenciando anualmente a(s) licença(s) necessária(s) para o exercício da atividade;

6. CLÁUSULA SEXTA - DAS ALTERAÇÕES E AMPLIAÇÕES DO IMÓVEL

6.1. Compete à CONCESSIONÁRIA adequar e equipar o espaço físico, bem como realizar as adaptações e acabamentos necessários para o início das atividades.

6.2. Havendo necessidade de modificação de alguma estrutura, a CONCESSIONÁRIA submeterá previamente à apreciação e aprovação escrita do CONCEDENTE, o qual poderá vetar, justificadamente, parcial ou totalmente qualquer modificação que se pretenda fazer nas instalações estruturais externas e internas do imóvel objeto da concessão.

6.3. É possível a ampliação da estrutura dos barracões pela CONCESSIONÁRIA, com recursos próprios, respeitando-se as diretrizes estabelecidas pelo CONCEDENTE, devidamente aprovado pelo Departamento de Engenharia do Município e pelo Prefeito Municipal.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DA SUBCONTRATAÇÃO / SUBCONCESSÃO / LOCAÇÃO

7.1. É vedada a subcontratação, subconcessão ou locação total ou parcial do objeto do contrato.

8. CLÁUSULA OITAVA - DA MARGEM DE CUMPRIMENTO DA PROPOSTA DE EMPREGABILIDADE

8.1. Durante a vigência da concessão, a CONCESSIONÁRIA deverá observar a proposta apresentada na sessão de licitação, especialmente quanto ao número de empregos diretos.

8.2. Haverá uma margem de tolerabilidade no descumprimento do número de empregos diretos ofertados na proposta original, da seguinte forma:

a) a avaliação do cumprimento da proposta de criação de postos de trabalho será realizada anualmente, sempre no mês de julho, utilizando-se o período dos 12 (doze) meses anteriores;

b) Durante os doze meses anteriores à avaliação será calculada uma média do cumprimento da proposta da CONCESSIONÁRIA;

c) o percentual de tolerabilidade será de 25% (vinte e cinco por cento);

d) o descumprimento da proposta de criação de postos de trabalho acima da margem de tolerabilidade acarretará na aplicação de multa, prevista na alínea "a" do subitem 10.2.2.

e) o descumprimento da proposta de criação de postos de trabalho acima da margem de tolerabilidade **por dois anos consecutivos** acarretará na declaração de caducidade da concessão.

9. CLÁUSULA NONA - DA FISCALIZAÇÃO

9.1. A Fiscalização será de competência e responsabilidade do Município, a quem caberá verificar se, no seu desenvolvimento, estão sendo cumpridos os termos do Contrato, a proposta original da concessionária, suas especificações e demais requisitos, assim como participar de todos os atos que se fizerem necessários para sua fiel execução.

9.2. A fiscalização será exercida no interesse exclusivo do CONCEDENTE, e não exclui nem reduz a responsabilidade da CONCESSIONÁRIA, inclusive de terceiros, por qualquer irregularidade.

9.3. O Município de Capanema, na qualidade de fiscal do cumprimento das obrigações oriundas da concessão, notificará a CONCESSIONÁRIA para que providencie os reparos e/ou correções que se fizerem necessárias ao objeto da concessão, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, contados da data do recebimento da referida notificação.

c) é vedada a instalação de publicidade, letreiros e faixas de terceiros em qualquer parte da edificação do imóvel, permitida a identificação da própria CONCESSIONÁRIA e dos produtos ou atividades desenvolvidas no local.

d) adotar as providências adequadas em relação a qualquer empregado cujo procedimento for considerado inconveniente, fato este detectado a partir da fiscalização realizada pelo Município;

e) respeitar as normas trabalhistas;

j) é vedada a criação de animais domesticáveis ou não no imóvel;

k) cumprir as normas legais federais, estaduais e municipais, notadamente aquelas relativas à legislação urbana, ambiental e sanitária, registros de inspeção trabalhista, providenciando licenças e alvarás exigidos na forma da Lei, mantendo-os atualizados e em locais visíveis e de fácil identificação;

l) responder por todas as despesas com pessoal para exercício das atividades permitidas à CONCESSIONÁRIA, arcando com os encargos trabalhistas, sociais e previdenciários, de acordo com a legislação em vigor, obrigando-se a saldá-los em época própria, uma vez que seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o CONCEDENTE;

m) arcar com todas as despesas decorrentes da instalação de telefone e de qualquer outro serviço utilizado, assim como custos como impostos, taxas, contribuições e tributos federais, estaduais e municipais que incidam direta ou indiretamente sobre o imóvel, bem como as atividades econômicas nele desenvolvidas, que serão integralmente arcadas pela CONCESSIONÁRIA;

n) responder civilmente por seus atos, de seus empregados e de quaisquer pessoas físicas ou jurídicas a ela vinculadas, que causarem danos a terceiros e à(s) instalação(ões) física(s) do módulo, cujo uso lhe é concedido, sendo que a ocorrência destes deverá ser imediatamente comunicada ao órgão fiscalizador, para as providências que se fizerem necessárias;

o) acompanhar a vistoria de recebimento do imóvel, apondo a sua assinatura no laudo respectivo;

p) manter-se, durante toda a vigência da concessão, em compatibilidade com as obrigações assumidas na proposta apresentada na sessão de licitação, bem como todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, respeitando-se o disposto neste Termo de Referência e nos demais documentos da licitação;

q) participar, por meio de seu(s) sócio(s) ou representante(s) da CONCESSIONÁRIA, dos cursos e eventos de empreendedorismo disponibilizados pelo CONCEDENTE ou pela ACEC, durante o prazo de vigência da concessão;

r) manter o imóvel, objeto desta concessão em perfeitas condições de conservação e limpeza, de acordo com as normas estabelecidas pelo CONCEDENTE e legislação em vigor, observando também os seguintes pontos:

I. Toda a área de influência do imóvel deverá ser mantida diariamente limpa pela CONCESSIONÁRIA, e os resíduos coletados deverão ser devidamente ensacados e apresentados para a coleta regular, respeitando-se os horários de coleta estabelecidos pelo Município;

II. Implementar, em sua rotina diária, a separação de seus resíduos, de acordo com a legislação vigente;

9.3.1. A notificação poderá ser recebida pelo preposto indicado na Procuração, bem como qualquer um dos sócios da CONCESSIONÁRIA, possibilitando a notificação via e-mail.

9.3.2. O não recebimento de qualquer notificação expedida pelo Município, por parte da CONCESSIONÁRIA, será considerada válida com o ateste do servidor público responsável e ratificação da fiscalização.

9.4. O Município irá indicar um servidor para fiscalizar a execução do contrato de concessão.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. O descumprimento das obrigações previstas neste termo, no edital de licitação e no contrato ensejará a aplicação das sanções descriminadas a seguir, independentemente da rescisão contratual determinada por ato unilateral do CONCEDENTE.

10.2. Em caso de **inexecução total ou parcial da proposta ofertada pela CONCESSIONÁRIA na sessão da licitação**, inclusive não atendimento das determinações da fiscalização, a CONCESSIONÁRIA estará sujeita, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, às seguintes penalidades:

10.2.1. ADVERTÊNCIA por escrito, sempre que verificadas pequenas irregularidades para as quais haja concorrido;

10.2.2. MULTAS, que serão aplicadas por infração, conforme abaixo, limitadas a no máximo 15% (quinze por cento) sobre o valor de avaliação do imóvel concedido:

a) de 2% a 5%, no caso de descumprimento de obrigações indicadas no grupo 3 (leves) do **subitem 5.2.3;**

b) de 5% a 8%, no caso de descumprimento de obrigações indicadas no grupo 2 (graves) do **subitem 5.2.2;**

c) de 8% a 15%, no caso de descumprimento de obrigações indicadas no grupo 1 (gravíssimas) do **subitem 5.2.1.**

10.2.3. SUSPENSÃO temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município, segundo a natureza e gravidade da falta cometida, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

10.2.4. DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE para licitar ou contratar com a Administração, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante o Município.

10.3. A CONCESSIONÁRIA não incorrerá em penalidades quando o descumprimento dos prazos e/ou obrigações estabelecidos resultar de caso fortuito ou força maior devidamente comprovados.

10.4. A multa não impede que o CONCEDENTE rescinda unilateralmente o contrato e aplique as outras sanções previstas na lei e naquele instrumento.

10.5. O valor das multas será cobrado mediante notificação extrajudicial, independentemente da adoção da medida judicial competente, observando o procedimento descrito no subitem 10.11.

10.6. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com outras sanções previstas no subitem 10.2, segundo a natureza e a gravidade da falta cometida, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 15 dias úteis.

10.7. É facultado ao CONCESSIONÁRIO interpor recurso, dirigido ao Chefe do Poder Executivo, contra a aplicação, por decisão da Comissão de Licitação, das penas de advertência, suspensão ou de multa, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da ciência da respectiva notificação.

10.8. A sanção prevista na alínea "d" do subitem 10.2 é de competência do Chefe do Poder Executivo, facultada a defesa prévia do interessado no respectivo processo de contratação, no prazo de 15 (quinze) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 02 (dois) anos de sua aplicação.

10.9. As sanções previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 10.2 poderá ser também aplicável à CONCESSIONÁRIA que, em razão do contrato:

a) tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

b) praticar atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;

c) demonstrar não possuir idoneidade para contratar com a Administração Pública, em virtude de atos ilícitos praticados.

10.10. Independentemente das sanções legais cabíveis, a CONCESSIONÁRIA ficará sujeita, ainda, à composição das perdas e danos causados ao CONCEDENTE pelo descumprimento das suas obrigações.

10.11. As sanções administrativas somente serão aplicadas mediante regular processo administrativo, assegurada a ampla defesa e o contraditório, observando-se as seguintes regras:

a) Antes da aplicação de qualquer sanção administrativa, a CONCESSIONÁRIA será notificada, facultando-lhe a apresentação de defesa prévia, no prazo de 15 (quinze) dias úteis a contar da notificação, exceto na hipótese de declaração de inidoneidade, devendo ser observada a regra do art. 110 da Lei nº 8.666/93;

b) A notificação deverá ocorrer pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento ou por edital em jornal de grande circulação, no caso de concessionário e/ou seu representante estar em local incerto e não sabido. A notificação indicará a conduta reputada como infratora, a motivação para aplicação da penalidade, a sanção que se pretende aplicar, o prazo e o local de entrega das razões de defesa;

c) Ofertada a defesa prévia ou expirado o prazo sem que ocorra a sua apresentação, a autoridade competente proferirá decisão fundamentada e adotará as medidas legais cabíveis, resguardado o direito de recurso da CONCESSIONÁRIA, ao Prefeito Municipal, que deverá ser exercido nos termos da Lei Federal nº 8.666/93.

10.12. As penalidades só poderão ser relevadas nas hipóteses de caso fortuito ou força maior, devidamente justificados e comprovados, a juízo do CONCEDENTE.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO E DA DECLARAÇÃO DE CADUCIDADE

11.1. O descumprimento das condições estabelecidas neste Termo, no edital, no contrato e/ou em disposições legais, quando houver reincidência ou não couber apenas a aplicação de multas, implicará na extinção da concessão de direito real de uso, por rescisão contratual ou declaração de caducidade, nos termos a seguir.

11.2. O CONCEDENTE possui o direito de **rescindir** unilateralmente o contrato de concessão, independentemente de interpelação judicial, nos seguintes casos:

a) quando a CONCESSIONÁRIA falir, for dissolvida ou por superveniente incapacidade técnica;

b) quando houver paralisação das atividades da CONCESSIONÁRIA pelo prazo de 60 (sessenta) dias, consecutivos ou alternados, sem justificativa aceita pelo CONCEDENTE;

c) pelo descumprimento das obrigações do grupo 1 (gravíssimas) relacionadas no subitem 5.2.1;

d) pela existência de aplicação de 5 advertências durante o período de 24 (vinte e quatro) meses, qualificando como descumprimento reiterado das obrigações contratuais.

e) pelo descumprimento por 3 (três) vezes, consecutivas ou não, da mesma obrigação prevista no grupo 2 (graves) ou 4 (quatro) vezes, consecutivas ou não, da mesma obrigação prevista no grupo 3 (leve) dentro do período de 24 (vinte e quatro) meses.

f) nas hipóteses dos artigos 77 e 78, da Lei Federal nº 8.666/93;

g) a pedido justificado da CONCESSIONÁRIA.

11.3. O CONCEDENTE possui o direito de declarar a **caducidade** do contrato de concessão, independentemente de interpelação judicial, nos seguintes casos:

a) quando a CONCESSIONÁRIA transferir a concessão, locar ou de qualquer modo ceder a terceiros parte do imóvel concedido;

b) alterar a destinação do imóvel ou o ramo de atividade da CONCESSIONÁRIA, sem autorização do CONCEDENTE;

c) quando a CONCESSIONÁRIA for condenada judicialmente por cometimento de atos de improbidade administrativa ou por atos indicados na Lei 12.846/2013 ou por crimes ambientais;

d) quando a CONCESSIONÁRIA for condenada em âmbito administrativo por danos causados ao meio ambiente, por cometimento de atos de improbidade administrativa ou por atos indicados na Lei 12.846/2013;

e) descumprimento da margem de empregabilidade da proposta da concessionária apresentada na sessão pública do certame, por dois anos consecutivos.

11.4. A extinção da concessão de direito de uso, sem culpa das partes, não ensejará à CONCESSIONÁRIA a aplicação de penalidades.

11.5. Extinta a concessão, seja pela expiração do seu prazo ou em razão de rescisão contratual, será notificada a CONCESSIONÁRIA para a entrega do imóvel, no prazo assinalado na referida notificação.

11.5.1. Obriga-se a CONCESSIONÁRIA a entregar o imóvel objeto desta licitação, no prazo assinalado, inteiramente desembaraçado, em estado de conservação e uso normais, para imediata reintegração de posse do bem pelo poder CONCEDENTE.

11.5.2. Com a extinção ou rescisão do contrato a chave do imóvel deverá ser devolvida ao CONCEDENTE sob pena de ser considerado uso irregular, acarretando a cobrança desta ocupação a título de indenização e adoção das medidas administrativas e/ou judiciais para retomada da posse do imóvel.

11.6. Extinto, por qualquer hipótese, o contrato, ou se após regular procedimento administrativo for constatado o abandono do imóvel pela CONCESSIONÁRIA, poderá o Município, através dos meios de que dispuser, promover a remoção compulsória de quaisquer bens, pertençam eles à CONCESSIONÁRIA, a seus prepostos, fornecedores, contratantes e/ou contratados, ficando a CONCESSIONÁRIA responsável pelo ressarcimento das despesas de remoção e/ou guarda dos bens.

11.7. O Município notificará a CONCESSIONÁRIA diretamente ou por edital, concedendo-lhe prazo de até 30 (trinta) dias, a partir do recebimento da notificação ou da publicação do edital, para pagamento de quaisquer débitos existentes junto ao CONCEDENTE com a consequente retirada dos bens eventualmente removidos.

11.8. Decorrido o prazo estabelecido no subitem anterior sem que os bens tenham sido retirados, ficará o Município autorizado a proceder a sua alienação em leilão, a fim de se ressarcir de eventuais débitos da CONCESSIONÁRIA, ficando o saldo eventualmente existente à disposição pelo prazo de 01 (um) ano, findo o qual o montante será revertido ao CONCEDENTE.

12.CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – RESTITUIÇÃO DO IMÓVEL

12.1. A CONCESSIONÁRIA obriga-se a zelar pela manutenção do imóvel, ficando responsável por eventuais danos que porventura ocorrer no imóvel, ocasionados por ele ou por terceiros, incluindo os causados por caso fortuito ou força maior.

12.2. A CONCESSIONÁRIA compromete-se a restituir o imóvel ao final do contrato nas mesmas condições em que os recebeu, ressalvados o desgaste natural com o decorrer do tempo, salvo se optar pela aquisição definitiva do imóvel.

12.3. A CONCESSIONÁRIA é obrigada a restituir ao imóvel ao CONCEDENTE nas hipóteses de extinção da concessão, por rescisão contratual ou declaração de sua caducidade.

13.CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - MEDIDAS ACAUTELADORAS

13.1. A CONCESSIONÁRIA responderá por todos os encargos e obrigações de natureza trabalhista, previdenciária, fiscal, acidentária, administrativa, civil e comercial resultantes da execução do contrato, bem como, pelos danos causados ao patrimônio do CONCEDENTE ou de terceiros.

14.CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - MEDIDAS ACAUTELADORAS

14.1. Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784/1999, a Administração Pública poderá motivadamente adotar providências acauteladoras.

15.CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos ou situações não explicitadas nas cláusulas deste Contrato serão decididos pelo CONCEDENTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 9.784/1999, na Lei nº 8.666/1993, no Código Civil, no Edital e os anexos da licitação CONCORRÊNCIA nº 02/2020, bem como nos demais regulamentos e normas administrativas federais e municipais, que fazem parte integrante deste Contrato, independentemente de suas transcrições.

16.CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA PUBLICAÇÃO

16.1. A publicação resumida do instrumento de contrato no Diário Oficial Do Município será providenciada pelo CONCEDENTE.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

17.1. As questões decorrentes da utilização do presente Instrumento que não puderem ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, Comarca de Capanema-PR.

E assim, por estarem de acordo, ajustados e contratados, após lido e achado conforme, as partes a seguir firmam o presente Contrato em 02 (duas) vias, de igual teor e forma.

CAPANEMA, 21 de dezembro de 2020.

AMÉRICO BELLÉ
Prefeito Municipal

MARTA CRISTINA LUFT
Representante legal
MODELLI NUTRIÇÃO PERSONALIZADA EIRELI
Concessionária

(17)

CONTRATO DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO Nº 603/2020 QUE CELEBRAM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE CAPANEMA E A EMPRESA LOLI INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA.

O MUNICÍPIO DE CAPANEMA-PR, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 75.972.760/0001-60, com sede à Av. Gov. Pedro Viriato Parigot de Souza, 1.080, centro, Município de Capanema PR., neste ato representado por seu Prefeito Municipal, AMÉRICO BELLÉ, de ora em diante denominado CONCEDENTE, e de outro lado a LOLI INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 06.881.931/0001-22, com sede na Rua 25 de Maio, 506 - CEP: 85760000 - Bairro: São Cristóvão, no Município de Capanema/PR, representada neste ato pelo (a) Sr.(a) DJENES LOLI, portador(a) da Cédula de Identidade RG sob o nº 81432384 e inscrito no CPF sob o nº 037.968.949-92 , de ora em diante denominado CONCESSIONÁRIA, acordam as seguintes cláusulas e condições nos termos do Processo de Licitação CONCORRÊNCIA nº. 2/2020:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Constitui objeto deste contato a **concessão de direito real de uso** de bem público de propriedade do Município de Capanema, referente a um terreno com barracão, cujo imóvel segue discriminado abaixo, com o respectivo valor de avaliação:

Item	Descrição do Imóvel	Localização	Cadastro Municipal	Metragem	Avaliação atual
17	Terreno com barracão de 300 m² - Construção concluída	Área Industrial I - próximo ao trevo saída para São Pedro - Quadra Nº 84 - Lote 05 - Setor N.E - Rua 25 de maio nº 530	818851	Terreno: 1.365 m²	Terreno R$ 191.100,00 Barracão R$ 250.406,72

1.2. O uso do imóvel descrito acima será obrigatoriamente para exploração da atividade descrita na proposta apresentada pela CONCESSIONÁRIA, sem prejuízo das normas e obrigações constantes no Edital e seus anexos.

1.3. A CONCESSIONÁRIA explorará a(s) seguinte(s) atividade(s):

a) Fabricação de produtos de padaria e confeiraria com predominância de produção própria e revenda. Produtos: Bolachas, biscoitos, roscas de polvinho, broa de polvinho, sequilhos, beijoca, pão, cuca recheada, nega maluca, suspiro, bolos entre outros.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO DA CONCESSÃO

2.1. O prazo de vigência da Concessão de Direito Real de Uso, conforme indicado na Lei Municipal nº 1.745/2020 será de 20 **(vinte) anos**, contados **a partir da data do recebimento definitivo das obras de construção do barracão**.

2.2. A CONCESSIONÁRIA deverá observar o prazo para início das suas atividades conforme previsto no termo de referência e de acordo com sua proposta, sob pena de ser determinada a rescisão do contrato de concessão de uso, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste instrumento, no edital ou no termo de referência.

3. CLÁUSULA **TERCEIRA** - DA PRORROGAÇÃO CONTRATUAL

3.1. A vigência do contrato poderá ser prorrogada uma única vez, pelo mesmo prazo previsto no contrato original, desde que observadas as seguintes condições que caracterizam o interesse público:

a) interesse da Concessionária;

b) integral cumprimento dos requisitos previstos na proposta original da concessionária e na legislação em vigor;

c) inexistência de aplicação de penalidades à concessionária, em razão do descumprimento contratual, salvo uma advertência ou uma multa de natureza leve, devidamente formalizada em processo administrativo;

d) apresentação de todos os documentos necessários para a habilitação na licitação original, devidamente atualizados, válidos e regulares.

3.2. O procedimento para eventual prorrogação contratual será formal e deverá ser anexado ao presente processo de concessão, observando-se o seguinte rito:

I - no prazo compreendido entre o 12° e o 6° mês que antecede o encerramento da vigência do contrato de concessão, a CONCESSIONÁRIA apresentará requerimento escrito, constando a comprovação das condições mencionadas nas alíneas do subitem 3.1, devidamente protocolado no Protocolo-Geral do Município;

II - o requerimento será juntado aos autos da presente concessão;

III - os autos serão encaminhados para a Procuradoria Municipal, para parecer jurídico, no prazo de 15 dias, possibilitando a solicitação de certidões de órgãos públicos, sem prejuízo da notificação da CONCESSIONÁRIA para que apresente documentos complementares essenciais para a aprovação da prorrogação contratual;

IV - na hipótese de necessidade de complementação da documentação para avaliação da Procuradoria Municipal, a CONCESSIONÁRIA encaminhará os documentos exigidos no prazo de 10 dias;

V - emitido o parecer jurídico, a decisão final caberá ao Chefe do Poder Executivo, por meio de despacho fundamentado, no prazo de 15 dias.

3.3. Transcorrido o prazo de 40 anos da vigência da concessão, sem que haja a opção de aquisição pela concessionária, a concessão será extinta.

4. CLÁUSULA **QUARTA** - DA OPÇÃO DE AQUISIÇÃO DO IMÓVEL CONCEDIDO

4.1. A concessionária poderá optar pela aquisição ou não do imóvel no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias antes do encerramento da vigência inicial do contrato de concessão ou do encerramento da prorrogação do contrato.

4.2. Caso opte pela aquisição em definitivo do imóvel, o valor a ser pago será o montante estabelecido na avaliação do imóvel, conforme o disposto neste Termo de Referência, corrigido monetariamente pelo índice utilizado na atualização da UFM, anualmente.

4.3. A opção pela aquisição em definitivo do imóvel poderá ocorrer a partir do quinto ano da vigência da concessão, cujo pagamento do respectivo valor será realizado em parcela única ou de forma parcelada, em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais, devidamente corrigidas pelo índice de atualização da UFM, anualmente.

4.3.1. Em havendo a opção pela aquisição de forma parcelada, exigir-se-á a apresentação de garantia idônea, cláusula de reversão do imóvel, em caso de inadimplemento e o cumprimento dos requisitos previstos no art. 12, da Lei Municipal nº 1.745/2020.

4.3.2. Por opção da CONCESSIONÁRIA, a partir do quinto ano da vigência da concessão, é possível a aquisição parcelada do imóvel, em número de parcelas correspondentes ao número de meses restantes da vigência da CONCESSÃO, hipótese em que será outorgada escritura pública de alienação com cláusula resolutiva.

4.4. Caso a concessionária opte por não adquirir em definitivo o imóvel concedido, no prazo estabelecido no edital da licitação, a concessão será extinta.

4.5. Na hipótese do subitem 4.4 e em havendo edificações e benfeitorias realizadas pela concessionária no imóvel durante a vigência contratual, o imóvel poderá ser alienado pelo Município, pelo valor de mercado atualizado da sua totalidade, para que a concessionária original seja indenizada exclusivamente pelas edificações e benfeitorias realizadas.

4.6. O Município, ao invés da alienação prevista no subitem 4.5. poderá realizar nova concessão de direito real de uso do imóvel, caso conste no edital da nova licitação a obrigação da licitante vencedora do certame depositar o montante referente à avaliação das edificações e benfeitorias realizadas pelo concessionário original, no prazo de 10 (dez) dias, após a homologação da licitação, para fins de indenização da concessionária original.

4.7. Decorrido o prazo de 12 (doze) meses após a extinção da concessão e não realizada a indenização prevista nos subitens 4.5 ou 4.6, o Município indenizará as edificações e benfeitorias realizadas pelo concessionário original.

4.8. Para fazer jus às indenizações pelas edificações e benfeitorias realizadas no imóvel, a concessionária deverá obter as licenças dos órgãos competentes para as respectivas construções, quando exigido por lei, bem como averbá-las na matrícula do imóvel, por suas expensas, previamente ao encerramento da vigência do contrato ou previamente à abertura de processo administrativo para apurar a regularidade da concessão, com o fim de extingui-la.

4.9. O inadimplemento de parcelas referentes à aquisição do imóvel acarretará aplicação das seguintes penalidades:

4.9.1. Multa de mora de 1% do valor da avaliação do imóvel por mês de atraso.

4.9.2. Resolução do contrato de compra e venda caso haja a inadimplência de três parcelas seguidas, sem prejuízo da aplicação da multa prevista no subitem 4.9.1.

4.10. É vedada a destinação do imóvel concedido, mesmo após a aquisição definitiva pela CONCESSIONÁRIA, para outra finalidade que não seja industrial ou comercial, o que será devidamente averbado na matrícula do imóvel.

4.10.1. A tentativa de utilização do imóvel - adquirido definitivamente pela CONCESSIONÁRIA - de maneira indevida será coibida pelo Município de Capanema, a qualquer tempo, por meio do indeferimento do licenciamento da atividade, devido a sua localização.

5. CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Obrigações do CONCEDENTE:

5.1.1. Disponibilizar o acesso ao imóvel imediatamente após o início da vigência da concessão;

5.1.2. Registrar as irregularidades constatadas em ato de fiscalização, cientificando a autoridade competente para as providências pertinentes, e notificar a CONCESSIONÁRIA para pronta regularização;

5.1.3. Notificar a CONCESSIONÁRIA imediatamente após constatar o descumprimento de alguma das obrigações contratuais, fixando um prazo para que ela promova as diligências/correções necessárias sob pena de aplicação de penalidades previstas no item 10.

5.1.4. Caberá ao CONCEDENTE avaliar a cada 12 (doze) meses o cumprimento do contrato.

5.2. Obrigações da CONCESSIONÁRIA:

As obrigações da CONCESSIONÁRIA estão divididas em 03 (três) grupos por grau de gravidade conforme disposições abaixo:

5.2.1. Obrigações do Grupo 1 (GRAVÍSSIMA):

5.2.1.1. O descumprimento das obrigações deste grupo poderá implicar na rescisão do contrato e das demais penalidades previstas no item 10.

a) utilizar o imóvel cujo uso lhe é concedido de acordo com as especificações e condições apresentadas pelo CONCEDENTE contidas neste instrumento, sendo vedada a utilização de áreas que não se encontrem limitadas no contrato, bem como não será permitida a utilização do bem público concedido para finalidade diferente da que foi licitada, garantindo-se as demais exigências pactuadas;

b) não transferir, ceder ou subconceder a terceiros o imóvel concedido durante a vigência do contrato de concessão;

c) não promover modificação da finalidade ou da estrutura societária que prejudique a execução da proposta apresentada na licitação, salvo se previamente submetida ao CONCEDENTE para análise e aceite, desde que verificada a manutenção dos critérios predominantes da proposta inicial, especialmente quanto à empregabilidade e aos investimentos privados no imóvel;

d) a CONCESSIONÁRIA deverá entregar procuração, conforme modelo a ser fornecido pelo CONCEDENTE, indicando, pelo menos, 02 (dois) prepostos com poderes para receber notificações e demais documentos pertinentes ao contrato de concessão. A referida procuração deverá ter validade durante a vigência do contrato, bem como, ficará sob a responsabilidade da CONCESSIONÁRIA a sua atualização junto ao Município;

e) produzir e/ou comercializar exclusivamente produtos lícitos e em rigorosa obediência à legislação pertinente;

f) não ser autuado e penalizado com multa pela segunda vez, num período de 24 meses, pelos mesmos motivos, em atuação da fiscalização, ou pela vigilância sanitária, ou outro órgão público, em razão de descumprimento das normas envolvendo a exploração do imóvel concedido.

5.2.2 Obrigações **do Grupo 2 (GRAVE):**

a) adequar e equipar o espaço físico, bem como realizar as construções, adaptações e acabamentos necessários para o início das atividades constantes na proposta apresentada na sessão da licitação, que deverá ocorrer no prazo de até 120 (cento e vinte) dias, contados a partir da vigência do concessão, com as condições e características necessárias e indispensáveis para realizar plenamente suas atividades, de acordo com as normas vigentes para o funcionamento do estabelecimento.

a.1) o referido prazo poderá ser excepcionalmente prorrogado desde que haja justificativa comprovada e aceita pela Administração, especificamente quando o exercício da atividade depender de licenças de outros órgãos públicos e não esteja caracterizada a negligência da própria CONCESSIONÁRIA;

a.2) no que tange à concessão dos terrenos sem barracões, o prazo da construção do empreendimento será o estabelecido na proposta da CONCESSIONÁRIA, **apresentada na sessão da licitação.**

b) manter a exploração da atividade industrial/comercial com o funcionamento constante;

c) obter as licenças exigidas para a construção, modificação e/ou ampliação que se pretenda fazer nas instalações externas e internas do imóvel objeto da CONCESSÃO;

d) para os **imóveis em que contenham barracões construídos pelo CONCEDENTE,** compete à CONCESSIONÁRIA contratar e/ou renovar anualmente o seguro contra incêndio do(s) imóvel(is) e suas respectivas instalações, com valor mínimo compatível com o valor de avaliação do barracão, de acordo com a tabela constante no subitem 1.1, **indicando como beneficiário o Município de Capanema**, sendo obrigatória a apresentação da(s) apólice(s) ao Município, no prazo de 60 (sessenta) dias, após o início das atividades industriais/comerciais no imóvel, bem como a cada renovação anual do seguro;

e) providenciar no prazo de até 120 (cento e vinte) dias, contados do início da vigência da concessão, a abertura de filial no Município de Capanema, caso a empresa seja sediada em outro Município, e apresentar a documentação ao CONCEDENTE;

f) recolher os tributos incidentes de sua atividade e emitir notas e cupons fiscais, conforme a legislação em vigor;

g) compete à CONCESSIONÁRIA, no prazo de 30 (trinta) dias, contados do início da vigência da concessão, requerer a transferência, para o seu nome, dos registros de água e luz do imóvel, junto aos órgãos competentes;

h) cumprir todas as normas ambientais exigidas para o exercício da atividade.

h.1) as licenças ambientais exigidas para o exercício da atividade deverão ser providenciadas pela CONCESSIONÁRIA no prazo de 120 (cento e vinte) dias, contados da vigência da concessão. Excepcionalmente, o prazo poderá ser prorrogado, mediante comprovação de motivo relevante, sem culpa da CONCESSIONÁRIA, e aceito pelo CONCEDENTE.

5.2.3. Obrigações do Grupo 3 (LEVE):

a) prestar todas as informações e/ou esclarecimentos ao CONCEDENTE, sempre que lhe forem solicitadas;

b) a CONCESSIONÁRIA deverá cumprir as normas relativas à legislação pertinente ao tipo de atividade comercial, providenciando anualmente a(s) licença(s) necessária(s) para o exercício da atividade;

c) é vedada a instalação de publicidade, letreiros e faixas de terceiros em qualquer parte da edificação do imóvel, permitida a identificação da própria CONCESSIONÁRIA e dos produtos ou atividades desenvolvidas no local.

d) adotar as providências adequadas em relação a qualquer empregado cujo procedimento for considerado inconveniente, fato este detectado a partir da fiscalização realizada pelo Município;

e) respeitar as normas trabalhistas;

j) é vedada a criação de animais domesticáveis ou não no imóvel;

k) cumprir as normas legais federais, estaduais e municipais, notadamente aquelas relativas à legislação urbana, ambiental e sanitária, registros de inspeção trabalhista, providenciando licenças e alvarás exigidos na forma da Lei, mantendo-os atualizados e em locais visíveis e de fácil identificação;

l) responder por todas as despesas com pessoal para exercício das atividades permitidas à CONCESSIONÁRIA, arcando com os encargos trabalhistas, sociais e previdenciários, de acordo com a legislação em vigor, obrigando-se a saldá-los em época própria, uma vez que seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o CONCEDENTE;

m) arcar com todas as despesas decorrentes da instalação de telefone e de qualquer outro serviço utilizado, assim como custos como impostos, taxas, contribuições e tributos federais, estaduais e municipais que incidam direta ou indiretamente sobre o imóvel, bem como as atividades econômicas nele desenvolvidas, que serão integralmente arcadas pela CONCESSIONÁRIA;

n) responder civilmente por seus atos, de seus empregados e de quaisquer pessoas físicas ou jurídicas a ela vinculadas, que causarem danos a terceiros e à(s) instalação(ões) física(s) do módulo, cujo uso lhe é concedido, sendo que a ocorrência destes deverá ser imediatamente comunicada ao órgão fiscalizador, para as providências que se fizerem necessárias;

o) acompanhar a vistoria de recebimento do imóvel, apondo a sua assinatura no laudo respectivo;

p) manter-se, durante toda a vigência da concessão, em compatibilidade com as obrigações assumidas na proposta apresentada na sessão de licitação, bem como todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, respeitando-se o disposto neste Termo de Referência e nos demais documentos da licitação;

q) participar, por meio de seu(s) sócio(s) ou representante(s) da CONCESSIONÁRIA, dos cursos e eventos de empreendedorismo disponibilizados pelo CONCEDENTE ou pela ACEC, durante o prazo de vigência da concessão;

r) manter o imóvel, objeto desta concessão em perfeitas condições de conservação e limpeza, de acordo com as normas estabelecidas pelo CONCEDENTE e legislação em vigor, observando também os seguintes pontos:

I. Toda a área de influência do imóvel deverá ser mantida diariamente limpa pela CONCESSIONÁRIA, e os resíduos coletados deverão ser devidamente ensacados e apresentados para a coleta regular, respeitando-se os horários de coleta estabelecidos pelo Município;

II. Implementar, em sua rotina diária, a separação de seus resíduos, de acordo com a legislação vigente;

6. CLÁUSULA SEXTA - DAS ALTERAÇÕES E AMPLIAÇÕES DO IMÓVEL

6.1. Compete à CONCESSIONÁRIA adequar e equipar o espaço físico, bem como realizar as adaptações e acabamentos necessários para o início das atividades.

6.2. Havendo necessidade de modificação de alguma estrutura, a CONCESSIONÁRIA submeterá previamente à apreciação e aprovação escrita do CONCEDENTE, o qual poderá vetar, justificadamente, parcial ou totalmente qualquer modificação que se pretenda fazer nas instalações estruturais externas e internas do imóvel objeto da concessão.

6.3. É possível a ampliação da estrutura dos barracões pela CONCESSIONÁRIA, com recursos próprios, respeitando-se as diretrizes estabelecidas pelo CONCEDENTE, devidamente aprovado pelo Departamento de Engenharia do Município e pelo Prefeito Municipal.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DA SUBCONTRATAÇÃO / SUBCONCESSÃO / LOCAÇÃO

7.1. É vedada a subcontratação, subconcessão ou locação total ou parcial do objeto do contrato.

8. CLÁUSULA OITAVA - DA MARGEM DE CUMPRIMENTO DA PROPOSTA DE EMPREGABILIDADE

8.1. Durante a vigência da concessão, a CONCESSIONÁRIA deverá observar a proposta apresentada na sessão de licitação, especialmente quanto ao número de empregos diretos.

8.2. Haverá uma margem de tolerabilidade no descumprimento do número de empregos diretos ofertados na proposta original, da seguinte forma:

a) a avaliação do cumprimento da proposta de criação de postos de trabalho será realizada anualmente, sempre no mês de julho, utilizando-se o período dos 12 (doze) meses anteriores;

b) Durante os doze meses anteriores à avaliação será calculada uma média do cumprimento da proposta da CONCESSIONÁRIA;

c) o percentual de tolerabilidade será de 25% (vinte e cinco por cento);

d) o descumprimento da proposta de criação de postos de trabalho acima da margem de tolerabilidade acarretará na aplicação de multa, prevista na alínea "a" do subitem 10.2.2.

e) o descumprimento da proposta de criação de postos de trabalho acima da margem de tolerabilidade **por dois anos consecutivos** acarretará na declaração de caducidade da concessão.

9. CLÁUSULA NONA - DA FISCALIZAÇÃO

9.1. A Fiscalização será de competência e responsabilidade do Município, a quem caberá verificar se, no seu desenvolvimento, estão sendo cumpridos os termos do Contrato, a proposta original da concessionária, suas especificações e demais requisitos, assim como participar de todos os atos que se fizerem necessários para sua fiel execução.

9.2. A fiscalização será exercida no interesse exclusivo do CONCEDENTE, e não exclui nem reduz a responsabilidade da CONCESSIONÁRIA, inclusive de terceiros, por qualquer irregularidade.

9.3. O Município de Capanema, na qualidade de fiscal do cumprimento das obrigações oriundas da concessão, notificará a CONCESSIONÁRIA para que providencie os reparos e/ou correções que se fizerem necessárias ao objeto da concessão, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, contados da data do recebimento da referida notificação.

9.3.1. A notificação poderá ser recebida pelo preposto indicado na Procuração, bem como qualquer um dos sócios da CONCESSIONÁRIA, possibilitando a notificação via e-mail.

9.3.2. O não recebimento de qualquer notificação expedida pelo Município, por parte da CONCESSIONÁRIA, será considerada válida com o ateste do servidor público responsável e ratificação da fiscalização.

9.4. O Município irá indicar um servidor para fiscalizar a execução do contrato de concessão.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. O descumprimento das obrigações previstas neste termo, no edital de licitação e no contrato ensejará a aplicação das sanções descriminadas a seguir, independentemente da rescisão contratual determinada por ato unilateral do CONCEDENTE.

10.2. Em caso de **inexecução total ou parcial da proposta ofertada pela CONCESSIONÁRIA na sessão da licitação**, inclusive não atendimento das determinações da fiscalização, a CONCESSIONÁRIA estará sujeita, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, às seguintes penalidades:

10.2.1. ADVERTÊNCIA por escrito, sempre que verificadas pequenas irregularidades para as quais haja concorrido;

10.2.2. MULTAS, que serão aplicadas por infração, conforme abaixo, limitadas a no máximo 15% (quinze por cento) sobre o valor de avaliação do imóvel concedido:

a) de 2% a 5%, no caso de descumprimento de obrigações indicadas no grupo 3 (leves) do **subitem 5.2.3;**

b) de 5% a 8%, no caso de descumprimento de obrigações indicadas no grupo 2 (graves) do **subitem 5.2.2;**

c) de 8% a 15%, no caso de descumprimento de obrigações indicadas no grupo 1 (gravíssimas) do **subitem 5.2.1.**

10.2.3. SUSPENSÃO temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município, segundo a natureza e gravidade da falta cometida, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

10.2.4. DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE para licitar ou contratar com a Administração, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante o Município.

10.3. A CONCESSIONÁRIA não incorrerá em penalidades quando o descumprimento dos prazos e/ou obrigações estabelecidos resultar de caso fortuito ou força maior devidamente comprovados.

10.4. A multa não impede que o CONCEDENTE rescinda unilateralmente o contrato e aplique as outras sanções previstas na lei e naquele instrumento.

10.5. O valor das multas será cobrado mediante notificação extrajudicial, independentemente da adoção da medida judicial competente, observando o procedimento descrito no subitem 10.11.

10.6. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com outras sanções previstas no subitem 10.2, segundo a natureza e a gravidade da falta cometida, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 15 dias úteis.

10.7. É facultado ao CONCESSIONÁRIO interpor recurso, dirigido ao Chefe do Poder Executivo, contra a aplicação, por decisão da Comissão de Licitação, das penas de advertência, suspensão ou de multa, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da ciência da respectiva notificação.

10.8. A sanção prevista na alínea "d" do subitem 10.2 é de competência do Chefe do Poder Executivo, facultada a defesa prévia do interessado no respectivo processo de contratação, no prazo de 15 (quinze) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 02 (dois) anos de sua aplicação.

10.9. As sanções previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 10.2 poderá ser também aplicável à CONCESSIONÁRIA que, em razão do contrato:

a) tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

b) praticar atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;

c) demonstrar não possuir idoneidade para contratar com a Administração Pública, em virtude de atos ilícitos praticados.

10.10. Independentemente das sanções legais cabíveis, a CONCESSIONÁRIA ficará sujeita, ainda, à composição das perdas e danos causados ao CONCEDENTE pelo descumprimento das suas obrigações.

10.11. As sanções administrativas somente serão aplicadas mediante regular processo administrativo, assegurada a ampla defesa e o contraditório, observando-se as seguintes regras:

a) Antes da aplicação de qualquer sanção administrativa, a CONCESSIONÁRIA será notificada, facultando-lhe a apresentação de defesa prévia, no prazo de 15 (quinze) dias úteis a contar da notificação, exceto na hipótese de declaração de inidoneidade, devendo ser observada a regra do art. 110 da Lei nº 8.666/93;

b) A notificação deverá ocorrer pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento ou por edital em jornal de grande circulação, no caso de concessionário e/ou seu representante estar em local incerto e não sabido. A notificação indicará a conduta reputada como infratora, a motivação para aplicação da penalidade, a sanção que se pretende aplicar, o prazo e o local de entrega das razões de defesa;

c) Ofertada a defesa prévia ou expirado o prazo sem que ocorra a sua apresentação, a autoridade competente proferirá decisão fundamentada e adotará as medidas legais cabíveis, resguardado o direito de recurso da CONCESSIONÁRIA, ao Prefeito Municipal, que deverá ser exercido nos termos da Lei Federal nº 8.666/93.

10.12. As penalidades só poderão ser relevadas nas hipóteses de caso fortuito ou força maior, devidamente justificados e comprovados, a juízo do CONCEDENTE.

11. CLÁUSULA **DÉCIMA PRIMEIRA** - DA RESCISÃO E DA DECLARAÇÃO DE CADUCIDADE

11.1. O descumprimento das condições estabelecidas neste Termo, no edital, no contrato e/ou em disposições legais, quando houver reincidência ou não couber apenas a aplicação de multas, implicará na extinção da concessão de direito real de uso, por rescisão contratual ou declaração de caducidade, nos termos a seguir.

11.2. O CONCEDENTE possui o direito de **rescindir** unilateralmente o contrato de concessão, independentemente de interpelação judicial, nos seguintes casos:

a) quando a CONCESSIONÁRIA falir, for dissolvida ou por superveniente incapacidade técnica;

b) quando houver paralisação das atividades da CONCESSIONÁRIA pelo prazo de 60 (sessenta) dias, consecutivos ou alternados, sem justificativa aceita pelo CONCEDENTE;

c) pelo descumprimento das obrigações do grupo 1 (gravíssimas) relacionadas no subitem 5.2.1;

d) pela existência de aplicação de 5 advertências durante o período de 24 (vinte e quatro) meses, qualificando como descumprimento reiterado das obrigações contratuais.

e) pelo descumprimento por 3 (três) vezes, consecutivas ou não, da mesma obrigação prevista no grupo 2 (graves) ou 4 (quatro) vezes, consecutivas ou não, da mesma obrigação prevista no grupo 3 (leve) dentro do período de 24 (vinte e quatro) meses.

f) nas hipóteses dos artigos 77 e 78, da Lei Federal nº 8.666/93;

g) a pedido justificado da CONCESSIONÁRIA.

11.3. O CONCEDENTE possui o direito de declarar a **caducidade** do contrato de concessão, independentemente de interpelação judicial, nos seguintes casos:

a) quando a CONCESSIONÁRIA transferir a concessão, locar ou de qualquer modo ceder a terceiros parte do imóvel concedido;

b) alterar a destinação do imóvel ou o ramo de atividade da CONCESSIONÁRIA, sem autorização do CONCEDENTE;

c) quando a CONCESSIONÁRIA for condenada judicialmente por cometimento de atos de improbidade administrativa ou por atos indicados na Lei 12.846/2013 ou por crimes ambientais;

d) quando a CONCESSIONÁRIA for condenada em âmbito administrativo por danos causados ao meio ambiente, por cometimento de atos de improbidade administrativa ou por atos indicados na Lei 12.846/2013;

e) descumprimento da margem de empregabilidade da proposta da concessionária apresentada na sessão pública do certame, por dois anos consecutivos.

11.4. A extinção da concessão de direito de uso, sem culpa das partes, não ensejará à CONCESSIONÁRIA a aplicação de penalidades.

11.5. Extinta a concessão, seja pela expiração do seu prazo ou em razão de rescisão contratual, será notificada a CONCESSIONÁRIA para a entrega do imóvel, no prazo assinalado na referida notificação.

11.5.1. Obriga-se a CONCESSIONÁRIA a entregar o imóvel objeto desta licitação, no prazo assinalado, inteiramente desembaraçado, em estado de conservação e uso normais, para imediata reintegração de posse do bem pelo poder CONCEDENTE.

11.5.2. Com a extinção ou rescisão do contrato a chave do imóvel deverá ser devolvida ao CONCEDENTE sob pena de ser considerado uso irregular, acarretando a cobrança desta ocupação a título de indenização e adoção das medidas administrativas e/ou judiciais para retomada da posse do imóvel.

11.6. Extinto, por qualquer hipótese, o contrato, ou se após regular procedimento administrativo for constatado o abandono do imóvel pela CONCESSIONÁRIA, poderá o Município, através dos meios de que dispuser, promover a remoção compulsória de quaisquer bens, pertençam eles à CONCESSIONÁRIA, a seus prepostos, fornecedores, contratantes e/ou contratados, ficando a CONCESSIONÁRIA responsável pelo ressarcimento das despesas de remoção e/ou guarda dos bens.

11.7. O Município notificará a CONCESSIONÁRIA diretamente ou por edital, concedendo-lhe prazo de até 30 (trinta) dias, a partir do recebimento da notificação ou da publicação do edital, para pagamento de quaisquer débitos existentes junto ao CONCEDENTE com a consequente retirada dos bens eventualmente removidos.

11.8. Decorrido o prazo estabelecido no subitem anterior sem que os bens tenham sido retirados, ficará o Município autorizado a proceder a sua alienação em leilão, a fim de se ressarcir de eventuais débitos da CONCESSIONÁRIA, ficando o saldo eventualmente existente à disposição pelo prazo de 01 (um) ano, findo o qual o montante será revertido ao CONCEDENTE.

12.CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – RESTITUIÇÃO DO IMÓVEL

12.1. A CONCESSIONÁRIA obriga-se a zelar pela manutenção do imóvel, ficando responsável por eventuais danos que porventura ocorrer no imóvel, ocasionados por ele ou por terceiros, incluindo os causados por caso fortuito ou força maior.

12.2. A CONCESSIONÁRIA compromete-se a restituir o imóvel ao final do contrato nas mesmas condições em que os recebeu, ressalvados o desgaste natural com o decorrer do tempo, salvo se optar pela aquisição definitiva do imóvel.

12.3. A CONCESSIONÁRIA é obrigada a restituir ao imóvel ao CONCEDENTE nas hipóteses de extinção da concessão, por rescisão contratual ou declaração de sua caducidade.

13.CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - MEDIDAS ACAUTELADORAS

13.1. A CONCESSIONÁRIA responderá por todos os encargos e obrigações de natureza trabalhista, previdenciária, fiscal, acidentária, administrativa, civil e comercial resultantes da execução do contrato, bem como, pelos danos causados ao patrimônio do CONCEDENTE ou de terceiros.

14.CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - MEDIDAS ACAUTELADORAS

14.1. Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784/1999, a Administração Pública poderá motivadamente adotar providências acauteladoras.

15.CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos ou situações não explicitadas nas cláusulas deste Contrato serão decididos pelo CONCEDENTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 9.784/1999, na Lei nº 8.666/1993, no Código Civil, no Edital e os anexos da licitação CONCORRÊNCIA nº 02/2020, bem como nos demais regulamentos e normas administrativas federais e municipais, que fazem parte integrante deste Contrato, independentemente de suas transcrições.

16.CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA PUBLICAÇÃO

16.1. A publicação resumida do instrumento de contrato no Diário Oficial Do Município será providenciada pelo CONCEDENTE.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

17.1. As questões decorrentes da utilização do presente Instrumento que não puderem ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, Comarca de Capanema-PR.

E assim, por estarem de acordo, ajustados e contratados, após lido e achado conforme, as partes a seguir firmam o presente Contrato em 02 (duas) vias, de igual teor e forma.

CAPANEMA, 21 de dezembro de 2020.

AMÉRICO BELLÉ
Prefeito Municipal

DIENES LOLI
Representante legal
LOLI INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA
Concessionária

CONTRATO DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO Nº 604/2020 QUE CELEBRAM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE CAPANEMA E EDER JUNIOR GONÇALVES - MEI.

O MUNICÍPIO DE CAPANEMA-PR, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 75.972.760/0001-60, com sede à Av. Gov. Pedro Viriato Parigot de Souza, 1.080, centro, Município de Capanema PR., neste ato representado por seu Prefeito Municipal, AMÉRICO BELLÉ, de ora em diante denominado CONCEDENTE, e de outro lado EDER JUNIOR GONÇALVES - MEI, inscrito no CNPJ sob o nº 17.598.428/0001-80, com sede na Rua Gonçalves Marcelo, 49, Casa - CEP: 85760000 - Bairro: São Cristóvão, no Município de Capanema/PR, representada neste ato pelo (a) Sr.(a) EDER JUNIOR GONÇALVES, portador(a) da Cédula de Identidade RG sob o nº e inscrito no CPF sob o nº 039.456.809-56, de ora em diante denominado CONCESSIONÁRIA, acordam as seguintes cláusulas e condições nos termos do Processo de Licitação CONCORRÊNCIA nº. 2/2020:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Constitui objeto deste contato a **concessão de direito real** de uso de bem público de propriedade do Município de Capanema, referente a um terreno com barracão, cujo imóvel segue discriminado abaixo, com o respectivo valor de avaliação:

Item	Descrição do Imóvel	Localização	Cadastro Municipal	Metragem	Avaliação atual
18	Terreno com barracão de 300 m² - Projeto em construção	Área Industrial II - próximo ao Ginásio de Esportes - Quadra nº 78 - Lote 03 - Setor S.E - Rua Pôr do Sol nº 1010-b	138762	900 M²	Terreno R$ 144.000,00 Barracão R$ 250.406,72

1.2. O uso do imóvel descrito acima será obrigatoriamente para exploração da atividade descrita na proposta apresentada pela CONCESSIONÁRIA, sem prejuízo das normas e obrigações constantes no Edital e seus anexos.

1.3. A CONCESSIONÁRIA explorará a(s) seguinte(s) atividade(s):

a) Fabricação de esquadrias de metal, serviços de usinagem, tornearia e solda;
b) Serviços especializados para construção;
c) Comércio varejista de ferragens e ferramentas;
d) Comércio varejista de materiais de construção;

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO DA CONCESSÃO

2.1. O prazo de vigência da Concessão de Direito Real de Uso, conforme indicado na Lei Municipal nº 1.745/2020 será de **20 (vinte) anos**, contados **a partir da data do recebimento definitivo das obras de construção do barracão**.

2.2. A CONCESSIONÁRIA deverá observar o prazo para início das suas atividades conforme previsto no termo de referência e de acordo com sua proposta, sob pena de ser determinada a rescisão do contrato de concessão de uso, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste instrumento, no edital ou no termo de referência.

3. CLÁUSULA **TERCEIRA** - DA PRORROGAÇÃO CONTRATUAL

3.1. A vigência do contrato poderá ser prorrogada uma única vez, pelo mesmo prazo previsto no contrato original, desde que observadas as seguintes condições que caracterizam o interesse público:

a) interesse da Concessionária;

b) integral cumprimento dos requisitos previstos na proposta original da concessionária e na legislação em vigor;

c) inexistência de aplicação de penalidades à concessionária, em razão do descumprimento contratual, salvo uma advertência ou uma multa de natureza leve, devidamente formalizada em processo administrativo;

d) apresentação de todos os documentos necessários para a habilitação na licitação original, devidamente atualizados, válidos e regulares.

3.2. O procedimento para eventual prorrogação contratual será formal e deverá ser anexado ao presente processo de concessão, observando-se o seguinte rito:

I - no prazo compreendido entre o 12° e o 6° mês que antecede o encerramento da vigência do contrato de concessão, a CONCESSIONÁRIA apresentará requerimento escrito, constando a comprovação das condições mencionadas nas alíneas do subitem 3.1, devidamente protocolado no Protocolo-Geral do Município;

II - o requerimento será juntado aos autos da presente concessão;

III - os autos serão encaminhados para a Procuradoria Municipal, para parecer jurídico, no prazo de 15 dias, possibilitando a solicitação de certidões de órgãos públicos, sem prejuízo da notificação da CONCESSIONÁRIA para que apresente documentos complementares essenciais para a aprovação da prorrogação contratual;

IV - na hipótese de necessidade de complementação da documentação para avaliação da Procuradoria Municipal, a CONCESSIONÁRIA encaminhará os documentos exigidos no prazo de 10 dias;

V - emitido o parecer jurídico, a decisão final caberá ao Chefe do Poder Executivo, por meio de despacho fundamentado, no prazo de 15 dias.

3.3. Transcorrido o prazo de 40 anos da vigência da concessão, sem que haja a opção de aquisição pela concessionária, a concessão será extinta.

4. CLÁUSULA QUARTA - DA OPÇÃO DE AQUISIÇÃO DO IMÓVEL CONCEDIDO

4.1. A concessionária poderá optar pela aquisição ou não do imóvel no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias antes do encerramento da vigência inicial do contrato de concessão ou do encerramento da prorrogação do contrato.

4.2. Caso opte pela aquisição em definitivo do imóvel, o valor a ser pago será o montante estabelecido na avaliação do imóvel, conforme o disposto neste Termo de Referência, corrigido monetariamente pelo índice utilizado na atualização da UFM, anualmente.

4.3. A opção pela aquisição em definitivo do imóvel poderá ocorrer a partir do quinto ano da vigência da concessão, cujo pagamento do respectivo valor será realizado em parcela única ou de forma parcelada, em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais, devidamente corrigidas pelo índice de atualização da UFM, anualmente.

4.3.1. Em havendo a opção pela aquisição de forma parcelada, exigir-se-á a apresentação de garantia idônea, cláusula de reversão do imóvel, em caso de inadimplemento e o cumprimento dos requisitos previstos no art. 12, da Lei Municipal nº 1.745/2020.

4.3.2. Por opção da CONCESSIONÁRIA, a partir do quinto ano da vigência da concessão, é possível a aquisição parcelada do imóvel, em número de parcelas correspondentes ao número de meses restantes da vigência da CONCESSÃO, hipótese em que será outorgada escritura pública de alienação com cláusula resolutiva.

4.4. Caso a concessionária opte por não adquirir em definitivo o imóvel concedido, no prazo estabelecido no edital da licitação, a concessão será extinta.

4.5. Na hipótese do subitem 4.4 e em havendo edificações e benfeitorias realizadas pela concessionária no imóvel durante a vigência contratual, o imóvel poderá ser alienado pelo Município, pelo valor de mercado atualizado da sua totalidade, para que a concessionária original seja indenizada exclusivamente pelas edificações e benfeitorias realizadas.

4.6. O Município, ao invés da alienação prevista no subitem 4.5. poderá realizar nova concessão de direito real de uso do imóvel, caso conste no edital da nova licitação a obrigação da licitante vencedora do certame depositar o montante referente à avaliação das edificações e benfeitorias realizadas pelo concessionário original, no prazo de 10 (dez) dias, após a homologação da licitação, para fins de indenização da concessionária original.

4.7. Decorrido o prazo de 12 (doze) meses após a extinção da concessão e não realizada a indenização prevista nos subitens 4.5 ou 4.6, o Município indenizará as edificações e benfeitorias realizadas pelo concessionário original.

4.8. Para fazer jus às indenizações pelas edificações e benfeitorias realizadas no imóvel, a concessionária deverá obter as licenças dos órgãos competentes para as respectivas construções, quando exigido por lei, bem como averbá-las na matrícula do imóvel, por suas expensas, previamente ao encerramento da vigência do contrato ou previamente à abertura de processo administrativo para apurar a regularidade da concessão, com o fim de extingui-la.

4.9. O inadimplemento de parcelas referentes à aquisição do imóvel acarretará aplicação das seguintes penalidades:

4.9.1. Multa de mora de 1% do valor da avaliação do imóvel por mês de atraso.

4.9.2. Resolução do contrato de compra e venda caso haja a inadimplência de três parcelas seguidas, sem prejuízo da aplicação da multa prevista no subitem 4.9.1.

4.10. É vedada a destinação do imóvel concedido, mesmo após a aquisição definitiva pela CONCESSIONÁRIA, para outra finalidade que não seja industrial ou comercial, o que será devidamente averbado na matrícula do imóvel.

4.10.1. A tentativa de utilização do imóvel - adquirido definitivamente pela CONCESSIONÁRIA - de maneira indevida será coibida pelo Município de Capanema, a qualquer tempo, por meio do indeferimento do licenciamento da atividade, devido a sua localização.

5. CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Obrigações do CONCEDENTE:

5.1.1. Disponibilizar o acesso ao imóvel imediatamente após o início da vigência da concessão;

5.1.2. Registrar as irregularidades constatadas em ato de fiscalização, cientificando a autoridade competente para as providências pertinentes, e notificar a CONCESSIONÁRIA para pronta regularização;

5.1.3. Notificar a CONCESSIONÁRIA imediatamente após constatar o descumprimento de alguma das obrigações contratuais, fixando um prazo para que ela promova as diligências/correções necessárias sob pena de aplicação de penalidades previstas no item 10.

5.1.4. Caberá ao CONCEDENTE avaliar a cada 12 (doze) meses o cumprimento do contrato.

5.2. Obrigações da CONCESSIONÁRIA:

As obrigações da CONCESSIONÁRIA estão divididas em 03 (três) grupos por grau de gravidade conforme disposições abaixo:

5.2.1. Obrigações do **Grupo 1 (GRAVÍSSIMA)**

5.2.1.1. O descumprimento das obrigações deste grupo poderá implicar na rescisão do contrato e das demais penalidades previstas no item 10.

a) utilizar o imóvel cujo uso lhe é concedido de acordo com as especificações e condições apresentadas pelo CONCEDENTE contidas neste instrumento, sendo vedada a utilização de áreas que não se encontrem limitadas no contrato, bem como não será permitida a utilização do bem público concedido para finalidade diferente da que foi licitada, garantindo-se as demais exigências pactuadas;

b) não transferir, ceder ou subconceder a terceiros o imóvel concedido durante a vigência do contrato de concessão;

c) não promover modificação da finalidade ou da estrutura societária que prejudique a execução da proposta apresentada na licitação, salvo se previamente submetida ao CONCEDENTE para análise e aceite, desde que verificada a manutenção dos critérios predominantes da proposta inicial, especialmente quanto à empregabilidade e aos investimentos privados no imóvel;

d) a CONCESSIONÁRIA deverá entregar procuração, conforme modelo a ser fornecido pelo CONCEDENTE, indicando, pelo menos, 02 (dois) prepostos com poderes para receber notificações e demais documentos pertinentes ao contrato de concessão. A referida procuração deverá ter validade durante a vigência do contrato, bem como, ficará sob a responsabilidade da CONCESSIONÁRIA a sua atualização junto ao Município;

e) produzir e/ou comercializar exclusivamente produtos lícitos e em rigorosa obediência à legislação pertinente;

f) não ser autuado e penalizado com multa pela segunda vez, num período de 24 meses, pelos mesmos motivos, em atuação da fiscalização, ou pela vigilância sanitária, ou outro órgão público, em razão de descumprimento das normas envolvendo a exploração do imóvel concedido.

5.2.2 Obrigações do Grupo 2 (GRAVE):

a) adequar e equipar o espaço físico, bem como realizar as construções, adaptações e acabamentos necessários para o início das atividades constantes na proposta apresentada na sessão da licitação, que deverá ocorrer no prazo de até 120 (cento e vinte) dias, contados a partir da vigência do concessão, com as condições e características necessárias e indispensáveis para realizar plenamente suas atividades, de acordo com as normas vigentes para o funcionamento do estabelecimento.

a.1) o referido prazo poderá ser excepcionalmente prorrogado desde que haja justificativa comprovada e aceita pela Administração, especificamente quando o exercício da atividade depender de licenças de outros órgãos públicos e não esteja caracterizada a negligência da própria CONCESSIONÁRIA;

a.2) no que tange à concessão dos terrenos sem barracões, o prazo da construção do empreendimento será o estabelecido na proposta da CONCESSIONÁRIA, apresentada na sessão da licitação.

b) manter a exploração da atividade industrial/comercial com o funcionamento constante;

c) obter as licenças exigidas para a construção, modificação e/ou ampliação que se pretenda fazer nas instalações externas e internas do imóvel objeto da CONCESSÃO;

d) para os **imóveis em que contenham barracões construídos pelo CONCEDENTE,** compete à CONCESSIONÁRIA contratar e/ou renovar anualmente o seguro contra incêndio do(s) imóvel(is) e suas respectivas instalações, com valor mínimo compatível com o valor de avaliação do barracão, de acordo com a tabela constante no subitem 1.1, **indicando como beneficiário o Município de Capanema**, sendo obrigatória a apresentação da(s) apólice(s) ao Município, no prazo de 60 (sessenta) dias, após o início das atividades industriais/comerciais no imóvel, bem como a cada renovação anual do seguro;

e) providenciar no prazo de até 120 (cento e vinte) dias, contados do início da vigência da concessão, a abertura de filial no Município de Capanema, caso a empresa seja sediada em outro Município, e apresentar a documentação ao CONCEDENTE;

f) recolher os tributos incidentes de sua atividade e emitir notas e cupons fiscais, conforme a legislação em vigor;

g) compete à CONCESSIONÁRIA, no prazo de 30 (trinta) dias, contados do início da vigência da concessão, requerer a transferência, para o seu nome, dos registros de água e luz do imóvel, junto aos órgãos competentes;

h) cumprir todas as normas ambientais exigidas para o exercício da atividade.

h.1) as licenças ambientais exigidas para o exercício da atividade deverão ser providenciadas pela CONCESSIONÁRIA no prazo de 120 (cento e vinte) dias, contados da vigência da concessão. Excepcionalmente, o prazo poderá ser prorrogado, mediante comprovação de motivo relevante, sem culpa da CONCESSIONÁRIA, e aceito pelo CONCEDENTE.

5.2.3. Obrigações do Grupo 3 (LEVE):

a) prestar todas as informações e/ou esclarecimentos ao CONCEDENTE, sempre que lhe forem solicitadas;

b) a CONCESSIONÁRIA deverá cumprir as normas relativas à legislação pertinente ao tipo de atividade comercial, providenciando anualmente a(s) licença(s) necessária(s) para o exercício da atividade;

c) é vedada a instalação de publicidade, letreiros e faixas de terceiros em qualquer parte da edificação do imóvel, permitida a identificação da própria CONCESSIONÁRIA e dos produtos ou atividades desenvolvidas no local.

d) adotar as providências adequadas em relação a qualquer empregado cujo procedimento for considerado inconveniente, fato este detectado a partir da fiscalização realizada pelo Município;

e) respeitar as normas trabalhistas;

j) é vedada a criação de animais domesticáveis ou não no imóvel;

k) cumprir as normas legais federais, estaduais e municipais, notadamente aquelas relativas à legislação urbana, ambiental e sanitária, registros de inspeção trabalhista, providenciando licenças e alvarás exigidos na forma da Lei, mantendo-os atualizados e em locais visíveis e de fácil identificação;

l) responder por todas as despesas com pessoal para exercício das atividades permitidas à CONCESSIONÁRIA, arcando com os encargos trabalhistas, sociais e previdenciários, de acordo com a legislação em vigor, obrigando-se a saldá-los em época própria, uma vez que seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o CONCEDENTE;

m) arcar com todas as despesas decorrentes da instalação de telefone e de qualquer outro serviço utilizado, assim como custos como impostos, taxas, contribuições e tributos federais, estaduais e municipais que incidam direta ou indiretamente sobre o imóvel, bem como as atividades econômicas nele desenvolvidas, que serão integralmente arcadas pela CONCESSIONÁRIA;

n) responder civilmente por seus atos, de seus empregados e de quaisquer pessoas físicas ou jurídicas a ela vinculadas, que causarem danos a terceiros e à(s) instalação(ões) física(s) do módulo, cujo uso lhe é concedido, sendo que a ocorrência destes deverá ser imediatamente comunicada ao órgão fiscalizador, para as providências que se fizerem necessárias;

o) acompanhar a vistoria de recebimento do imóvel, apondo a sua assinatura no laudo respectivo;

p) manter-se, durante toda a vigência da concessão, em compatibilidade com as obrigações assumidas na proposta apresentada na sessão de licitação, bem como todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, respeitando-se o disposto neste Termo de Referência e nos demais documentos da licitação;

q) participar, por meio de seu(s) sócio(s) ou representante(s) da CONCESSIONÁRIA, dos cursos e eventos de empreendedorismo disponibilizados pelo CONCEDENTE ou pela ACEC, durante o prazo de vigência da concessão;

r) manter o imóvel, objeto desta concessão em perfeitas condições de conservação e limpeza, de acordo com as normas estabelecidas pelo CONCEDENTE e legislação em vigor, observando também os seguintes pontos:

I. Toda a área de influência do imóvel deverá ser mantida diariamente limpa pela CONCESSIONÁRIA, e os resíduos coletados deverão ser devidamente ensacados e apresentados para a coleta regular, respeitando-se os horários de coleta estabelecidos pelo Município;

II. Implementar, em sua rotina diária, a separação de seus resíduos, de acordo com a legislação vigente;

6. CLÁUSULA **SEXTA** - DAS ALTERAÇÕES E AMPLIAÇÕES DO IMÓVEL

6.1. Compete à CONCESSIONÁRIA adequar e equipar o espaço físico, bem como realizar as adaptações e acabamentos necessários para o início das atividades.

6.2. Havendo necessidade de modificação de alguma estrutura, a CONCESSIONÁRIA submeterá previamente à apreciação e aprovação escrita do CONCEDENTE, o qual poderá vetar, justificadamente, parcial ou totalmente qualquer modificação que se pretenda fazer nas instalações estruturais externas e internas do imóvel objeto da concessão.

6.3. É possível a ampliação da estrutura dos barracões pela CONCESSIONÁRIA, com recursos próprios, respeitando-se as diretrizes estabelecidas pelo CONCEDENTE, devidamente aprovado pelo Departamento de Engenharia do Município e pelo Prefeito Municipal.

7. CLÁUSULA **SÉTIMA** - DA SUBCONTRATAÇÃO / SUBCONCESSÃO / LOCAÇÃO

7.1. É vedada a subcontratação, subconcessão ou locação total ou parcial do objeto do contrato.

8. CLÁUSULA **OITAVA** - DA MARGEM DE CUMPRIMENTO DA PROPOSTA DE EMPREGABILIDADE

8.1. Durante a vigência da concessão, a CONCESSIONÁRIA deverá observar a proposta apresentada na sessão de licitação, especialmente quanto ao número de empregos diretos.

8.2. Haverá uma margem de tolerabilidade no descumprimento do número de empregos diretos ofertados na proposta original, da seguinte forma:

a) a avaliação do cumprimento da proposta de criação de postos de trabalho será realizada anualmente, sempre no mês de julho, utilizando-se o período dos 12 (doze) meses anteriores;

b) Durante os doze meses anteriores à avaliação será calculada uma média do cumprimento da proposta da CONCESSIONÁRIA;

c) o percentual de tolerabilidade será de 25% (vinte e cinco por cento);

d) o descumprimento da proposta de criação de postos de trabalho acima da margem de tolerabilidade acarretará na aplicação de multa, prevista na alínea "a" do subitem 10.2.2.

e) o descumprimento da proposta de criação de postos de trabalho acima da margem de tolerabilidade **por dois anos consecutivos** acarretará na declaração de caducidade da concessão.

9. CLÁUSULA **NONA** - DA FISCALIZAÇÃO

9.1. A Fiscalização será de competência e responsabilidade do Município, a quem caberá verificar se, no seu desenvolvimento, estão sendo cumpridos os termos do Contrato, a proposta original da concessionária, suas especificações e demais requisitos, assim como participar de todos os atos que se fizerem necessários para sua fiel execução.

9.2. A fiscalização será exercida no interesse exclusivo do CONCEDENTE, e não exclui nem reduz a responsabilidade da CONCESSIONÁRIA, inclusive de terceiros, por qualquer irregularidade.

9.3. O Município de Capanema, na qualidade de fiscal do cumprimento das obrigações oriundas da concessão, notificará a CONCESSIONÁRIA para que providencie os reparos e/ou correções que se fizerem necessárias ao objeto da concessão, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, contados da data do recebimento da referida notificação.

9.3.1. A notificação poderá ser recebida pelo preposto indicado na Procuração, bem como qualquer um dos sócios da CONCESSIONÁRIA, possibilitando a notificação via e-mail.

9.3.2. O não recebimento de qualquer notificação expedida pelo Município, por parte da CONCESSIONÁRIA, será considerada válida com o ateste do servidor público responsável e ratificação da fiscalização.

9.4. O Município irá indicar um servidor para fiscalizar a execução do contrato de concessão.

10. CLÁUSULA **DÉCIMA** – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. O descumprimento das obrigações previstas neste termo, no edital de licitação e no contrato ensejará a aplicação das sanções descriminadas a seguir, independentemente da rescisão contratual determinada por ato unilateral do CONCEDENTE.

10.2. Em caso de **inexecução total ou parcial da proposta ofertada pela CONCESSIONÁRIA na sessão da licitação,** inclusive não atendimento das determinações da fiscalização, a CONCESSIONÁRIA estará sujeita, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, às seguintes penalidades:

10.2.1. ADVERTÊNCIA por escrito, sempre que verificadas pequenas irregularidades para as quais haja concorrido;

10.2.2. MULTAS, que serão aplicadas por infração, conforme abaixo, limitadas a no máximo 15% (quinze por cento) sobre o valor de avaliação do imóvel concedido:

a) de 2% a 5%, no caso de descumprimento de obrigações indicadas no grupo 3 (leves) do **subitem 5.2.3;**

b) de 5% a 8%, no caso de descumprimento de obrigações indicadas no grupo 2 (graves) do **subitem 5.2.2;**

c) de 8% a 15%, no caso de descumprimento de obrigações indicadas no grupo 1 (gravíssimas) do **subitem 5.2.1.**

10.2.3. SUSPENSÃO temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município, segundo a natureza e gravidade da falta cometida, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

10.2.4. DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE para licitar ou contratar com a Administração, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante o Município.

10.3. A CONCESSIONÁRIA não incorrerá em penalidades quando o descumprimento dos prazos e/ou obrigações estabelecidos resultar de caso fortuito ou força maior devidamente comprovados.

10.4. A multa não impede que o CONCEDENTE rescinda unilateralmente o contrato e aplique as outras sanções previstas na lei e naquele instrumento.

10.5. O valor das multas será cobrado mediante notificação extrajudicial, independentemente da adoção da medida judicial competente, observando o procedimento descrito no subitem 10.11.

10.6. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com outras sanções previstas no subitem 10.2, segundo a natureza e a gravidade da falta cometida, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 15 dias úteis.

10.7. É facultado ao CONCESSIONÁRIO interpor recurso, dirigido ao Chefe do Poder Executivo, contra a aplicação, por decisão da Comissão de Licitação, das penas de advertência, suspensão ou de multa, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da ciência da respectiva notificação.

10.8. A sanção prevista na alínea "d" do subitem 10.2 é de competência do Chefe do Poder Executivo, facultada a defesa prévia do interessado no respectivo processo de contratação, no prazo de 15 (quinze) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 02 (dois) anos de sua aplicação.

10.9. As sanções previstas nas alíneas **"c"** e "d" do subitem 10.2 poderá ser também aplicável à CONCESSIONÁRIA que, em razão do contrato:

a) tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

b) praticar atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;

c) demonstrar não possuir idoneidade para contratar com a Administração Pública, em virtude de atos ilícitos praticados.

10.10. Independentemente das sanções legais cabíveis, a CONCESSIONÁRIA ficará sujeita, ainda, à composição das perdas e danos causados ao CONCEDENTE pelo descumprimento das suas obrigações.

10.11. As sanções administrativas somente serão aplicadas mediante regular processo administrativo, assegurada a ampla defesa e o contraditório, observando-se as seguintes regras:

a) Antes da aplicação de qualquer sanção administrativa, a CONCESSIONÁRIA será notificada, facultando-lhe a apresentação de defesa prévia, no prazo de 15 (quinze) dias úteis a contar da notificação, exceto na hipótese de declaração de inidoneidade, devendo ser observada a regra do art. 110 da Lei nº 8.666/93;

b) A notificação deverá ocorrer pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento ou por edital em jornal de grande circulação, no caso de concessionário e/ou seu representante estar em local incerto e não sabido. A notificação indicará a conduta reputada como infratora, a motivação para aplicação da penalidade, a sanção que se pretende aplicar, o prazo e o local de entrega das razões de defesa;

c) Ofertada a defesa prévia ou expirado o prazo sem que ocorra a sua apresentação, a autoridade competente proferirá decisão fundamentada e adotará as medidas legais cabíveis, resguardado o direito de recurso da CONCESSIONÁRIA, ao Prefeito Municipal, que deverá ser exercido nos termos da Lei Federal nº 8.666/93.

10.12. As penalidades só poderão ser relevadas nas hipóteses de caso fortuito ou força maior, devidamente justificados e comprovados, a juízo do CONCEDENTE.

11. CLÁUSULA **DÉCIMA PRIMEIRA** - DA RESCISÃO E DA DECLARAÇÃO DE CADUCIDADE

11.1. O descumprimento das condições estabelecidas neste Termo, no edital, no contrato e/ou em disposições legais, quando houver reincidência ou não couber apenas a aplicação de multas, implicará na extinção da concessão de direito real de uso, por rescisão contratual ou declaração de caducidade, nos termos a seguir.

11.2. O CONCEDENTE possui o direito de **rescindir** unilateralmente o contrato de concessão, independentemente de interpelação judicial, nos seguintes casos:

a) quando a CONCESSIONÁRIA falir, for dissolvida ou por superveniente incapacidade técnica;

b) quando houver paralisação das atividades da CONCESSIONÁRIA pelo prazo de 60 (sessenta) dias, consecutivos ou alternados, sem justificativa aceita pelo CONCEDENTE;

c) pelo descumprimento das obrigações do grupo 1 (gravíssimas) relacionadas no **subitem** 5.2.1;

d) pela existência de aplicação de 5 advertências durante o período de 24 (vinte e quatro) meses, qualificando como descumprimento reiterado das obrigações contratuais.

e) pelo descumprimento por 3 (três) vezes, consecutivas ou não, da mesma obrigação prevista no grupo 2 (graves) ou 4 (quatro) vezes, consecutivas ou não, da mesma obrigação prevista no grupo 3 (leve) dentro do período de 24 (vinte e quatro) meses.

f) nas hipóteses dos artigos 77 e 78, da Lei Federal nº 8.666/93;

g) a pedido justificado da CONCESSIONÁRIA.

11.3. O CONCEDENTE possui o direito de declarar a **caducidade** do contrato de concessão, independentemente de interpelação judicial, nos seguintes casos:

a) quando a CONCESSIONÁRIA transferir a concessão, locar ou de qualquer modo ceder a terceiros parte do imóvel concedido;

b) alterar a destinação do imóvel ou o ramo de atividade da CONCESSIONÁRIA, sem autorização do CONCEDENTE;

c) quando a CONCESSIONÁRIA for condenada judicialmente por cometimento de atos de improbidade administrativa ou por atos indicados na Lei 12.846/2013 ou por crimes ambientais;

d) quando a CONCESSIONÁRIA for condenada em âmbito administrativo por danos causados ao meio ambiente, por cometimento de atos de improbidade administrativa ou por atos indicados na Lei 12.846/2013;

e) descumprimento da margem de empregabilidade da proposta da concessionária apresentada na sessão pública do certame, por dois anos consecutivos.

11.4. A extinção da concessão de direito de uso, sem culpa das partes, não ensejará à CONCESSIONÁRIA a aplicação de penalidades.

11.5. Extinta a concessão, seja pela expiração do seu prazo ou em razão de rescisão contratual, será notificada a CONCESSIONÁRIA para a entrega do imóvel, no prazo assinalado na referida notificação.

11.5.1. Obriga-se a CONCESSIONÁRIA a entregar o imóvel objeto desta licitação, no prazo assinalado, inteiramente desembaraçado, em estado de conservação e uso normais, para imediata reintegração de posse do bem pelo poder CONCEDENTE.

11.5.2. Com a extinção ou rescisão do contrato a chave do imóvel deverá ser devolvida ao CONCEDENTE sob pena de ser considerado uso irregular, acarretando a cobrança desta ocupação a título de indenização e adoção das medidas administrativas e/ou judiciais para retomada da posse do imóvel.

11.6. Extinto, por qualquer hipótese, o contrato, ou se após regular procedimento administrativo for constatado o abandono do imóvel pela CONCESSIONÁRIA, poderá o Município, através dos meios de que dispuser, promover a remoção compulsória de quaisquer bens, pertençam eles à CONCESSIONÁRIA, a seus prepostos, fornecedores, contratantes e/ou contratados, ficando a CONCESSIONÁRIA responsável pelo ressarcimento das despesas de remoção e/ou guarda dos bens.

11.7. O Município notificará a CONCESSIONÁRIA diretamente ou por edital, concedendo-lhe prazo de até 30 (trinta) dias, a partir do recebimento da notificação ou da publicação do edital, para pagamento de quaisquer débitos existentes junto ao CONCEDENTE com a consequente retirada dos bens eventualmente removidos.

11.8. Decorrido o prazo estabelecido no subitem anterior sem que os bens tenham sido retirados, ficará o Município autorizado a proceder a sua alienação em leilão, a fim de se ressarcir de eventuais débitos da CONCESSIONÁRIA, ficando o saldo eventualmente existente à disposição pelo prazo de 01 (um) ano, findo o qual o montante será revertido ao CONCEDENTE.

12.CLÁUSULA **DÉCIMA SEGUNDA** – RESTITUIÇÃO DO IMÓVEL

12.1. A CONCESSIONÁRIA obriga-se a zelar pela manutenção do imóvel, ficando responsável por eventuais danos que porventura ocorrer no imóvel, ocasionados por ele ou por terceiros, incluindo os causados por caso fortuito ou força maior.

12.2. A CONCESSIONÁRIA compromete-se a restituir o imóvel ao final do contrato nas mesmas condições em que os recebeu, ressalvados o desgaste natural com o decorrer do tempo, salvo se optar pela aquisição definitiva do imóvel.

12.3. A CONCESSIONÁRIA é obrigada a restituir ao imóvel ao CONCEDENTE nas hipóteses de extinção da concessão, por rescisão contratual ou declaração de sua caducidade.

13.CLÁUSULA **DÉCIMA TERCEIRA** - MEDIDAS ACAUTELADORAS

13.1. A CONCESSIONÁRIA responderá por todos os encargos e obrigações de natureza trabalhista, previdenciária, fiscal, acidentária, administrativa, civil e comercial resultantes da execução do contrato, bem como, pelos danos causados ao patrimônio do CONCEDENTE ou de terceiros.

14.CLÁUSULA **DÉCIMA QUARTA** - MEDIDAS ACAUTELADORAS

14.1. Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784/1999, a Administração Pública poderá motivadamente adotar providências acauteladoras.

15.CLÁUSULA **DÉCIMA QUINTA** - DOS CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos ou situações não explicitadas nas cláusulas deste Contrato serão decididos pelo CONCEDENTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 9.784/1999, na Lei nº 8.666/1993, no Código Civil, no Edital e os anexos da licitação CONCORRÊNCIA nº 02/2020, bem como nos demais regulamentos e normas administrativas federais e municipais, que fazem parte integrante deste Contrato, independentemente de suas transcrições.

16.CLÁUSULA **DÉCIMA SEXTA** - DA PUBLICAÇÃO

16.1. A publicação resumida do instrumento de contrato no Diário Oficial Do Município será providenciada pelo CONCEDENTE.

17. CLÁUSULA **DÉCIMA SÉTIMA** - DO FORO

17.1. As questões decorrentes da utilização do presente Instrumento que não puderem ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, Comarca de Capanema-PR.

E assim, por estarem de acordo, ajustados e contratados, após lido e achado conforme, as partes a seguir firmam o presente Contrato em 02 (duas) vias, de igual teor e forma.

CAPANEMA, 21 de dezembro de 2020.

AMÉRICO BELLÉ
Prefeito Municipal

EDER JUNIOR GONÇALVES
Representante legal
EDER JUNIOR GONÇALVES -MEI
Concessionária